SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS

Minas Gerais , 25 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios Mineiros • ANO XVIII | Nº 4346

Expediente:
Associação Mineira de Municípios – AMM - MG

Presidente - LUCAS VIEIRA LOPES

1º Vice-Presidente - SANDRO LÚCIO FONSECA
2º Vice-Presidente - JOSÉ APARECIDO MENDES SANTOS
3º Vice-Presidente - LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO
1º Secretário - MAYCON WILLIAN DA SILVA
2º Secretário - VIVIANE BARBOSA PENA
1º Tesoureiro - JULIANO VASCONCELOS GONÇALVES
2º Tesoureiro - GEFERSON GIORDANI BURGARELLI

Diretor Região Central - EVALDO PAULO DOS REIS
Diretor Região Central - OTACÍLIO NETO COSTA MATTOS
Diretor Região Central - JOÃO MARCELO DIEGUEZ PEREIRA

Diretor Região Sul - EDUARDO CHEUNG DE LIMA
Diretor Região Sul - ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL

Diretor Região Noroeste - RAFAEL COSTA DE TONI
Diretor Região Noroeste - OSEIAS CARDOSO QUEIROZ

Diretor Região Triângulo - MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Diretor Região Triângulo - FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Diretora Região Triângulo - ELISA GONÇALVES DE ARAUJO

Diretora Região Alto Paranaíba - FERNANDA APARECIDA LAGARES DE OLIVEIRA
Diretor Região Alto Paranaíba - RUBENS MAGELA DA SILVA
Diretora Região Alto Paranaíba - MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES

Diretor Região Centro-Oeste - FERNANDO AUGUSTO ALVES DE ANDRADE
Diretor Região Centro-Oeste - LEONARDO LACERDA CAMILO
Diretor Região Centro-Oeste - ADALBERTO RIBEIRO LOPES

Diretora Região Zona da Mata - ELENICE PEREIRA DELGADO SANTELLI
Diretor Região Zona da Mata - VICTOR DE PAIVA LOPES
Diretor Região Zona da Mata - SILVÉRIO JOAQUIM APARECIDO DA LUZ

Diretor Região Norte - ROBERTO JAIRO TORRES
Diretor Região Norte - JOAQUIM NERES XAVIER DIAS
Diretor Região Norte - CLEBER NASCIMENTO DE PINHO

Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - FABIANO FERNANDES SILVA RIBEIRO
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - MARCELO ADRIANO XAVIER DE VASCONCELOS
Diretor Região Jequitinhonha/Mucuri - HERMES ADALTO GOMES DA CUNHA

Diretor Região Rio Doce - JOVANI FERREIRA DOS SANTOS
Diretor Região Rio Doce - RONEY ALVES DE BRITO
Diretor Região Rio Doce - VITOR VICENTE DO PRADO

Membro Efetivo Conselho Fiscal - MÁRCIO PESSOA MOREIRA VICTOR
Membro Efetivo Conselho Fiscal - GUSTAVO MARQUES CARVALHO MITRE
Membro Efetivo Conselho Fiscal - ANTÔNIO MÁRCIO VIEIRA

Membro Suplente Conselho Fiscal - FÁBIO ALVES COSTA FONSECA
Membro Suplente Conselho Fiscal - RAFAEL AUGUSTO FRANÇA OLIVEIRA MACHADO
Membro Suplente Conselho Fiscal - AILTON PEREIRA GOULART

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Minas Gerais é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DE MINAS GERAIS
ACISPES - AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DE SERRA

AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAUDE PÉ DA SERRA - ACISPES
TERMO DE ERRATA AO EDITAL Nº 76/2026 PROCESSO Nº 97/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 09/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 20/2026

A **AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA – ACISPES**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 01.203.485/0001-83, com sede na Rua Ataliba de Barros, nº 05, São Mateus, Juiz de Fora – MG, CEP 36.025-275, torna público, para conhecimento dos interessados, o presente **TERMO DE ERRATA** ao Edital nº 76/2026, referente ao Credenciamento de médicos especialistas para a realização de exames diagnósticos de Core Biopsy e PAAF (Punção Aspirativa por Agulha Fina) das mamas, a serem executados no Setor CEAE da ACISPES, nos termos do art. 74, IV, e art. 79, I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DA ERRATA

1.1. O presente Termo de Errata tem por objeto a retificação do número de profissionais a serem credenciados e a definição da forma de distribuição do quantitativo entre eles, constantes do Termo de Referência e demais anexos do Edital nº 76/2026, **mantidos inalterados o quantitativo de procedimentos e os respectivos valores**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente retificação decorre de solicitação do setor demandante (DEP-CEAE), consubstanciada no Despacho nº 21-097/2026, tendo em vista as novas metas assistenciais estabelecidas pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG), previstas na Resolução SES/MG nº 10.792, bem como de orientação exarada pelo assessoramento jurídico e a diretora executiva no Despacho nº 23-097/2026.

2.2. Para viabilizar a execução dos procedimentos com qualidade, segurança e nos prazos estabelecidos mantidos o quantitativo originalmente previsto, faz-se necessária à habilitação de mais 01 (um) profissional médico por procedimento, passando o quadro de 02 (dois) para 03 (três) profissionais em cada item, com a distribuição igualitária do quantitativo entre eles.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CORREÇÕES

3.1. No quadro da quantidade estimada de profissionais a serem habilitados, conforme as respectivas especialidades, constante do Termo de Referência:

Onde se lê:

Item	Descrição	Necessidade Técnica
01	Core Biopsy – Punção Guiada por Agulha Grossa	2 Profissionais
02	PAAF das Mamas – Punção Guiada por USG	2 Profissionais

Leia-se:

Item	Descrição	Necessidade Técnica
01	Core Biopsy – Punção Guiada por Agulha Grossa	3 Profissionais
02	PAAF das Mamas – Punção Guiada por USG	3 Profissionais

3.2. Fica estabelecido que o quantitativo de cada item, mantido em seu valor original, será distribuído de forma igualitária entre os 03 (três) profissionais credenciados, observados os critérios objetivos de distribuição da demanda de que trata o art. 79, parágrafo único, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Permanecem inalterados o quantitativo de procedimentos e os respectivos valores constantes do Termo de Referência, bem como ratificadas todas as demais cláusulas, condições e disposições do Edital nº 76/2026 e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas por este Termo de Errata.
4.2. A presente errata passa a integrar o Edital nº 76/2026 para todos os fins de direito, devendo ser divulgada na forma da lei, assegurada a devida publicidade aos interessados.

JUCÉLIO FERNANDES DE OLIVEIRA
Presidente da ACISPES

Publicado por:
Geisiane Rocha Barbosa
Código Identificador:B9B3A225

ESTADO DE MINAS GERAIS
AMNOR - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NOROESTE DE MINAS

ASSOCIAÇÃO
CONVÊNIO 36 DE 2026

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 036/2026
CONVENENTES: Associação dos Municípios do Noroeste de Minas – AMNOR e Município de João Pinheiro/MG.
OBJETO: Prestação de assistência técnica de interesse comum, consultoria e elaboração de Projeto de Engenharia de média/alta complexidade e documentos inerentes ao projeto para construção de ponte, conforme instrumento de convênio do Município junto à Caixa Econômica Federal.
VALOR: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), a ser pago em parcela única, após a entrega e aprovação final do projeto, mediante emissão de nota fiscal.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.06.26.782.2601.2032.3.3.90.39, consignada no orçamento de 2026 do Município.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogada mediante termo aditivo.
DATA DA ASSINATURA: 23 de março de 2026.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.341/2022 e demais disposições legais aplicáveis.
CONVENENTES: Neizon Rezende da Silva – AMNOR; Gláucon Cézar Cardoso – Município de João Pinheiro/MG.

Paracatu/MG, 23 de março de 2026.

Publicado por:
Marília Nicole Batista Oliveira
Código Identificador:921DB42F

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
CONVOCATÓRIA PARA REUNIÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - 28 DE AGOSTO DE 2026

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e considerando a competência prevista no art. 23-A do Estatuto Social, **CONVOCA** os membros da Diretoria Colegiada para reunião a ser realizada no próximo dia **28 de agosto de 2026,** com **início às 08h30**, em ambiente virtual, por meio da plataforma *Google Meet*, visando discutir e deliberar o(s) seguinte(s) assunto(s):

I. Parecer Técnico nº 009/2026: Reajuste Tarifário do Serviço Público Municipal de Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Varginha/MG; e
II. Minuta de Regulamento dos Serviços da Concessionária de Saneamento - Águas de Nepomuceno.

Considerando o disposto no art. 1º da Resolução nº 001, de 2022, da ARISMIG, informa-se que a reunião de deliberação da Diretoria Colegiada será realizada via Plataforma Google Meet, no dia e hora designados, com publicação posterior no canal Youtube da ARISMIG.

Boa Esperança, 25 de agosto de 2026.

ADRIANO COSTA REIS JUNIOR
Diretor Geral da ARISMIG

Publicado por:
Monique Moreira Ferreira
Código Identificador:B6D86A5C

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA
Manifestação de Interesse publicada em 24/08/2026 (abertura de prazo)

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:
OBJETO: Contratação de empresa especializada em higienização e lavagem de veículos automotores, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas da Agência Reguladora.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12(doze) meses.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da execução do objeto será efetuado integralmente pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, correspondente ao período de prestação dos serviços, após o devido atesto da conformidade pelo gestor do contrato, no prazo de até 5(cinco) dias úteis.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:
Prestação de serviços de higienização e limpeza de veículos automotores,em perfeitas condições de uso, segurança e conservação durante toda vigência contratual, garantindo o atendimento regular das demandas laborais da ARISMIG,
O prazo de disponibilização dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis após a contratação.
O pagamento decorrente da excução do objeto desta contratção será efetuado meensalmente pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, correspondente ao período de prestação dos serviços após o atesto da onformidade pelo getsor do contrato,noi prazo de até 5(cinco) dias úteis.

DOCUMENTOS QUE SERÃO EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO
Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conjuntamente com a regularidade previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 28/05/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Boa Esperança/MG, 24 de agosto de 2026.

KAROLINE MACHADO PEREIRA
Assessora Especial

Publicado por:
Gabriela Amanda Lopes Vilela
Código Identificador:E7F1AAAB

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

MANIFESTAÇÃO DO INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA
Manifestação de Interesse publicada em 24/08/2026 (abertura de prazo)

Por meio desta, a AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de dispensa de licitação, para o seguinte objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: Contratação de empresa especializada em higienização e lavagem de veículos automotores, destinados ao atendimento das demandas operacionais e administrativas da Agência Reguladora.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento decorrente da execução do objeto será efetuado integralmente pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, correspondente ao período de prestação dos serviços, após o devido atesto da conformidade pelo gestor do contrato, no prazo de até 5(cinco) dias úteis.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:
Prestação de serviços de higienização e limpeza de veículos automotores,em perfeitas condições de uso, segurança e conservação durante toda vigência contratual, garantindo o atendimento regular das demandas laborais da ARISMIG,
O prazo de disponibilização dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis após a contratação.
O pagamento decorrente da excução do objeto desta contratção será efetuado meensalmente pela CONTRATANTE, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATADA, correspondente ao período de prestação dos serviços após o atesto da onformidade pelo getsor do contrato,noi prazo de até 5(cinco) dias úteis.

DOCUMENTOS QUE SERÃO EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO
Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
Certidão conjunta pertinente aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conjuntamente com a regularidade previdenciária, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
Certidão pertinente aos Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa licitante, na forma da lei;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
Consulta ao CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas) e CNEP (Cadastro Nacional de Empresas Punidas), conforme art. 91, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO E FORMA DE ENVIO
As cotações deverão ser encaminhadas até o dia 28/08/2026, para o e-mail eletrônico: compras@arismig.mg.gov.br.

Boa Esperança/MG, 24 de agosto de 2026.

KAROLINE MACHADO PEREIRA
Assessora Especial

Publicado por:
Gabriela Amanda Lopes Vilela
Código Identificador:B83C0ECD

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNCÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO CONCOMITANTE LAC1 0394/2026

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

FRENTE
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL CONCOMITANTE LAC1 N°. 0394/2026
O Município de Caratinga – MG, no uso de suas atribuições por meio do exercício da competência originária com fundamentos constitucionais, prevista na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e foi regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. A DN Copam nº 213/2017 regulamentou o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" e no artigo 18, §2º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, juntamente com o apoio técnico do Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972, de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas especificas, concede a **TEC PAV PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA LTDA**, CNPJ/CPF: 40.733.951/0001-94 o Licenciamento Ambiental na modalidade CONCOMITANTE LAC1, para exercer a atividade de C-10-02-2, com descrição de Usina de produção de concreto asfáltico, parâmetro 120 t/h, potencial poluidor geral M, Classe 4, porte G, e critério locacional 0 (zero), enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, estabelecida na Rua Manoel Gonçalves de Castro nº 836, Bairro Esplanada no Município de Caratinga, no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas Latitude: 19°46'49.18" e Longitude: 42°7'25.19", conforme processo administrativo nº 0295/0296/2025/CIMVA, e em conformidade com as normas ambientais vigentes. Certificado emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor e responsável técnico, acompanhado do Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL CONCOMITANTE LAC1 N°. 0394/2026
[X] Com Condicionantes. [ ] Sem Condicionante.
Validade desta licença: 10 (dez anos) com vencimento em 07/08/2036.

Caratinga - MG, 07 de agosto de 2026.

EDUARDO BUZIM JUNIOR
Secretario Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos

VERSO

PROCESSO N°: 0295/0296/2025/CIMVA
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA, NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO PELO REQUERENTE DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELAS LEGISLAÇÕES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.
DAS CONDICIONANTES
ESTE PROCESSO N° 0295/0296/2025/CIMVA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO LAS CADASTRO, FOI AUTORIZADO MEDIANTE FOLHA DE DECISÃO DA 17ª REUNIÃO ORDINARIA OCORRIDA NA DATA DE 29/07/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CARATINGA - MG.

ESTE CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DO PARECER TÉCNICO ÚNICO QUE SEGUE EM ANEXO, ONDE ESTÃO LISTADOS TODAS AS CONDICIONANTES QUE DEVERÃO SER CUMPRIDAS PELO EMPREENDIMENTO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS.

Publicado por:
Alexsander Costa de Matos
Código Identificador:66E6C346

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO SIMPLIFICADO LAS RAS ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE
Nº0011/2020/0395/2026

LICENCIAMENTO AMBIENTAL
FRENTE
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA LAS RAS ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE N°. 0011/2020/0395/2026
O Município de Caratinga – MG, no uso de suas atribuições por meio do exercício da competência originária com fundamentos constitucionais, prevista na Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, e foi regulamentada pela Deliberação Normativa (DN) Copam nº 213, de 22 de fevereiro de 2017. A DN Copam nº 213/2017 regulamentou o disposto no artigo 9º, inciso XIV, alínea "a" e no artigo 18, §2º, da Lei Complementar Federal nº 140, de 2011, juntamente com o apoio técnico do Consorcio Intermunicipal Multifinalitário do Vale do Aço – CIMVA, em conformidade com o art. 4º, inciso VII, da Lei 21.972, de 21 de Janeiro de 2016 e demais normas especificas, concede a **TIRA ENTULHOS CARATINGA LTDA**, CNPJ/CPF: **38.327.926/0001-69** o Licenciamento Ambiental na modalidade **LAS RAS**, para exercer a atividade de **F-05-18-0** com descrição de Aterro de resíduos da construção civil (Classe A), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação**,** capacidade de armazenamento 150 m3/dia, potencial poluidor geral M, Classe 2, porte P, e critério locacional 1 (UM), enquadrada na Deliberação Normativa Copam 250/2024, estabelecida no Córrego do Pasto Zona Rural no Município de Caratinga, no Estado de Minas Gerais, coordenadas geográficas Latitude: 18°49'6,41" e Longitude: 42°9'23,98", conforme processo administrativo nº 0193/0194/2020/0011/2020/1505/1506/2024/CIMVA, e em conformidade com as normas ambientais vigentes. Certificado emitido com base nas informações prestadas pelo empreendedor e responsável técnico, acompanhado do Termo de Responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável.
CERTIFICADO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA LAS RAS ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE N°. 0011/2020/0395/2026
[X] Com Condicionantes. [ ] sem condicionante.

Validade desta licença: 10 (dez anos) com vencimento em 06/08/2036.

Caratinga - MG, 07 de agosto de 2026.

EDUARDO BUZIM JUNIOR
Secretario Municipal de Meio Ambiente E Serviços Urbanos

VERSO
PROCESSO N°: 0193/0194/2020/0011/2020/1505/1506/2024 /CIMVA
ESTA LICENÇA NÃO DISPENSA, NEM SUBSTITUI A OBTENÇÃO PELO REQUERENTE DE CERTIDÕES, ALVARÁS, LICENÇAS E AUTORIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, EXIGIDOS PELAS LEGISLAÇÕES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.
DAS CONDICIONANTES
ESTE PROCESSO N° 0193/0194/2020/0011/2020/1505/1506/2024/CIMVA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO LAS CADASTRO, FOI AUTORIZADO MEDIANTE FOLHA DE DECISÃO DA 17ª REUNIÃO ORDINARIA OCORRIDA NA DATA DE 29/07/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CARATINGA - MG.
ESTE CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SOMENTE TEM VALIDADE ACOMPANHADO DO PARECER TÉCNICO ÚNICO QUE SEGUE EM ANEXO, ONDE ESTÃO LISTADOS TODAS AS CONDICIONANTES QUE DEVERÃO SER CUMPRIDAS PELO EMPREENDIMENTO NOS PRAZOS ESTABELECIDOS.

Publicado por:
Alexsander Costa de Matos
Código Identificador:AAA2ACBF

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 411/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.904/0001-29, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **JOAQUIM JOSÉ PARANAÍBA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **VERTICE ENGENHARIA E ADMINISTRACAO PUBLICA LTDA**, portadora do CNPJ 65.085.952/0001-09, neste ato representada pelo Senhor(a) JOSÉ RUSSANO NETO, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ENGENHARIA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 19.329,05 (dezenove mil trezentos e vinte e nove reais e cinco centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu,19 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:4141B219

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 499/2026

Processo de Licitação nº 056/2025
Credenciamento Público de nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE LIBERDADE pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.029.165/0001-51, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **LUCAS DE SOUZA GARCIA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **COMERCIAL SEIXAS E NOVAIS LTDA**, portadora do CNPJ nº 14.739.580/0001-48, neste ato representada pelo Senhor(a) JOSÉ RIVELINO DE NOVAIS, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** MÁQUINAS E CAMINHÕES de acordo com os critérios, termos e

condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 52.518,00 (cinquenta e dois mil quinhentos e dezoito reais). As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 12 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:FD0A5A4F

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 500/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 056/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 009/2026

O MUNICÍPIO DE LAMBARI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.877.200/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **ELLOS SOLUCOES E DISTRIBUICAO LTDA**, portadora do CNPJ 08.241.517/0001-84, neste ato representada pelo Senhor(a) MARCIA CRISTINA DA SILVA NOGUEIRA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** DE SERVIÇO EM GERAL, COMPREENDENDO A FABRICAÇÃO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 80.173,44 (oitenta mil, cento e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 13 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:2F21BF18

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 503/2026

Processo de Licitação nº 056/2025
Credenciamento Público de nº 011/2025

O MUNICÍPIO DE SERITINGA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.008.854/0001-80, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **EDUARDO ARANTES CARVALHO,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa Credenciada **SERITUR TRANSPORTES LTDA**, portadora do CNPJ nº 54.039.399/0001-43, neste ato representada pelo Senhor(a) HUDSON MANSUR ARANTES, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** MÁQUINAS E CAMINHÕES de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 47.160,00 (quarenta e sete mil cento e sessenta reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 12 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:A253C886

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 507/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 010/2026

O MUNICÍPIO DE LAMBARI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.877.200/0001-20, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **PATRIMONIUM ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA ME**, portadora do CNPJ 21.960.275/0001-47, neste ato representada pelo Senhor(a) IVAN CARLOS FERREIRA, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ASSESSORIA E CONSULTORIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA E DEMAIS ASSUNTOS de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu, 14 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:1645842D

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 508/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 003/2026

CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.904/0001-29, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **JOAQUIM JOSÉ PARANAÍBA,** neste ato denominado **MUNICÍPIO UTILITÁRIO CONTRATANTE** através do Credenciamento realizando pelo **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG- CIMAG**, inscrito no, CNPJ n°21.406.451/0001-01, através de seu Presidente Senhor LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS, doravante denominado **CONTRATADO INTERVENIENTE** e a Empresa **RAFAEL ARANTES MACIEL**, portadora do CNPJ 36.697.909/0001-98, neste ato representada pelo Senhor(a) RAFAEL ARANTES MACIEL, doravante denominada CONTRATADA,**PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** ENGENHARIA de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato. No valor total de R$ 5.459,35 (cinco mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos).As despesas serão amparadas por dotação própria do município.

Caxambu,14 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:64B235A9

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 620/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 017/2025

O MUNICÍPIO DE CRUZILIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n ° 18.008.904/0001-29, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **JOAQUIM JOSÉ PARANAÍBA**, doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **CACEL COMERCIO DE AUTOMOVEIS CENTRAL LTDA**inscrita no CNPJ sob o n° 24.731.978/0008-68, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 620/2026, para a aquisição de 02 veículos Marca: VOLKSWAGEN, para o município de **CRUZILIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 029/2025 e Pregão Eletrônico de nº 017/2025. O valor Total do contrato é de R$ 195.580,00 (cento e noventa e cinco mil quinhentos e oitenta reais). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do municipio.

Caxambu, 06 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:3EF73EBE

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 630/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2025
PREGÃO ELETRÔNICO DE Nº 007/2025

O MUNICÍPIO DE VIRGÍNIA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 25.970.260/0001-10, neste ato representado por de seu Prefeito Municipal, Senhor **BRUNO RIBEIRO NEGREIROS,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por de seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **FELIPE DAVID DE CARVALHO**, pessoa jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob o nº 13.201.302/0001-70, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 630/2026, para a locação de estruturas e equipamentos para eventos, bem como prestação de serviços de infraestrutura montagem de estruturas, banheiros químicos e outros serviços necessários à realização de eventos municipais, para o municipio de **VIRGÍNIA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 008/2025 e Pregão Eletrônico de nº 007/2025, O valor do contrato é de R$ 3.529,40 (três mil quinhentos e vinte e nove reais e quarenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas po dotações próprias do municipio.
Caxambu, 14 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:0CD03287

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 631/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 038/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 025/2025

O MUNICÍPIO DE MINDURI pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 17.954.041/0001-10, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor(a) **JOSÉ BENTO JUNQUEIRA DE ANDRADE NETO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG - CIMAG**, inscrita no CNPJ n°21.406.451/0001-01, representada por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **ODETE MARIA FREITAS,** inscrita no CNPJ sob o nº 45.897.289/0001-21, denominada **CONTRATADA,** celebram o contrato 631/2026, para AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS DE COZINHA, para o município de **MINDURI** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo Licitatório nº 038/2025 e Pregão Eletrônico de nº 025/2025. O valor total do contrato é R$ 900,00 (novecentos reais). As despesas serão amparadas por dotação próprias do município.

Caxambu, 14 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:1032038F

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 632/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 046/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

O MUNICÍPIO DE SERITINGA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.854/0001-80, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Compras, Senhor(a) **EDUARDO ARANTES CARVALHO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **SAOBENTO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA,** cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº 51.370.429/0001-01, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 632/2026, para o fornecimento de diversos materiais de construção, para o município de **SERITINGA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 046/2024 e Pregão Eletrônico de nº 032/2024. O valor do contrato é de R$ 3.905,88 (três mil novecentos e cinco reais e oitenta e oito centavos). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu, 14 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:E3F6A809

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 633/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 046/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

O MUNICÍPIO DE SERITINGA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.854/0001-80, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Compras, Senhor(a) **EDUARDO ARANTES CARVALHO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **SAOBENTO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA,** cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº 51.370.429/0001-01, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 633/2026, para o fornecimento de diversos materiais de construção, para o município de **SERITINGA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 046/2024 e Pregão Eletrônico de nº 032/2024. O valor do contrato é de R$ 7.979,60 (sete mil novecentos e setenta e nove reais e sessenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu, 18 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:7D4BE450

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
EXTRATO DE CONTRATO Nº 634/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE N° 046/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2025

O MUNICÍPIO DE SERITINGA pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 18.008.854/0001-80, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Compras, Senhor(a) **EDUARDO ARANTES CARVALHO,** doravante denominado **CONTRATANTE,** através de licitação compartilhada do **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMAG – CIMAG,** inscrito no CNPJ sob nº 21.406.451/0001-01,representado por seu Presidente, Senhor **LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS**, denominado órgão gerenciador e a Empresa **SAOBENTO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA,** cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº 51.370.429/0001-01, denominada **CONTRATADA**, celebram o contrato 634/2026, para o fornecimento de diversos materiais de construção, para o município de **SERITINGA** de acordo com os critérios, termos e condições estabelecido no referido contrato; decorrente do Processo licitatório nº 046/2024 e Pregão Eletrônico de nº 032/2024. O valor do contrato é de R$ 5.039,70 (cinco mil e trinta e nove reais e setenta centavos). As despesas do contrato serão amparadas por dotações próprias do município.

Caxambu, 18 de agosto de 2026.

LEONARDO FRAMIL LOBO SANTOS
Presidente do Consórcio CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:9651C554

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO - LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 013/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 013/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PUBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Lucas Rafael Antunes Moreira, brasileiro, solteiro, Leiloeiro Público Oficial, portador da matrícula na JUCEMG número 637, da cédula de Identidade número MG-11.670.601, e do CPF número 014.721.886-16, com endereço na Rua Matias Cardoso, nº 11, sala 205, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, CEP 30.170-050, telefones (37) 3242- 2001 / (37) 99195 - 4610, e-mail: lucasleiloeiro@hotmail.com, Leiloeiro Oficial com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, considerando a sua seleção para atuar nos leilões a serem promovidos pelos 29 Municípios do consórcio Público CIMAG, doravante designado LEILOEIRO OFICIAL, na forma do que preceitua o Decreto nº 21.981, DE 1932, e as Instruções Normativas do DNRC cabíveis ao caso, com as modificações posteriores, firma o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Leiloeiro assume o compromisso de atuar em todos os leilões dos Municípios consorciados ao CIMAG, quando convocado.

CLÁUSULA SEGUNDA: No desempenho de suas atribuições, se compromete a atuar atendendo todos os requisitos do edital através dos quais foi selecionado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Leiloeiro se compromete a vender os bens em leilão para os arrematantes que apresentarem os lances vencedores com valor igual ou superior à avaliação.

CLÁUSULA QUARTA: Este instrumento não confere exclusividade de indicação ao Leiloeiro, podendo indicar o próximo da lista, constatada a insuficiência de desempenho.
CLÁUSULA QUINTA: Este Termo de Compromisso terá vigência de 12 meses podendo ser denunciado por insuficiência de desempenho ou por infração às regras da seleção, mediante comunicação formal ao Leiloeiro.
CLÁUSULA SEXTA: Para execução dos serviços objeto deste Termo o Leiloeiro Credenciado declara estar de acordo e que cumprirá, durante toda a execução do objeto, o disposto no Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Leiloeiro perceberá a título de comissão o percentual de 5% (cinco por cento), sobre o preço da arrematação, a ser pago pelo arrematante, independentemente da natureza dos bens arrematados, nos termos do parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981 de 1923.

CLÁUSULA OITAVA: Será cancelado o credenciamento do Leiloeiro, indicando-se outro para atuar em seu lugar, por descumprimento de qualquer das normas do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA: Caberá exclusivamente ao Município Utilitário acompanhar, no curso da execução dos serviços, o cumprimento das disposições do presente Termo.
Parágrafo único. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo será registrada a ocorrência e encaminhada cópia ao Leiloeiro para a imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA

Aplicam-se à execução deste instrumento contratual e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Caxambu/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados deste instrumento, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Caxambu/MG 22 de dezembro de 2025.

LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:914B001E

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2025 CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 013/2025 INEXIGIBILIDADE DE Nº 013/2025 LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PUBLICO CIMAG TERMO DE CREDENCIAMENTO JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA, LEILOEIRO PÚBL

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 013/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 013/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PUBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Jonas Gabriel Antunes Moreira, Leiloeiro Público Oficial, brasileiro, casado, portador da matrícula na JUCEMG número 638, da cédula de Identidade número MG 12.751.034, e do CPF número 065.132.226-05, com endereço na Rua Major Manoel Antônio, nº 08, sala 101, Centro, Pará de Minas/MG, CEP 35660- 010, Caixa Postal 83, telefone (37) 99862-5727, e-mail: jonasleiloeiro@yahoo.com.br, Leiloeiro Oficial com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, considerando a sua seleção para atuar nos leilões a serem promovidos pelos 29 Municípios do consórcio Público CIMAG, doravante designado LEILOEIRO OFICIAL, na forma do que preceitua o Decreto nº 21.981, DE 1932, e as Instruções Normativas do DNRC cabíveis ao caso, com as modificações posteriores, firma o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Leiloeiro assume o compromisso de atuar em todos os leilões dos Municípios consorciados ao CIMAG, quando convocado.

CLÁUSULA SEGUNDA: No desempenho de suas atribuições, se compromete a atuar atendendo todos os requisitos do edital através dos quais foi selecionado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Leiloeiro se compromete a vender os bens em leilão para os arrematantes que apresentarem os lances vencedores com valor igual ou superior à avaliação.

CLÁUSULA QUARTA: Este instrumento não confere exclusividade de indicação ao Leiloeiro, podendo indicar o próximo da lista, constatada a insuficiência de desempenho.
CLÁUSULA QUINTA: Este Termo de Compromisso terá vigência de 12 meses podendo ser denunciado por insuficiência de desempenho ou por infração às regras da seleção, mediante comunicação formal ao Leiloeiro.
CLÁUSULA SEXTA: Para execução dos serviços objeto deste Termo o Leiloeiro Credenciado declara estar de acordo e que cumprirá, durante toda a execução do objeto, o disposto no Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Leiloeiro perceberá a título de comissão o percentual de 5% (cinco por cento), sobre o preço da arrematação, a ser pago pelo arrematante, independentemente da natureza dos bens arrematados, nos termos do parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981 de 1923.

CLÁUSULA OITAVA: Será cancelado o credenciamento do Leiloeiro, indicando-se outro para atuar em seu lugar, por descumprimento de qualquer das normas do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA: Caberá exclusivamente ao Município Utilitário acompanhar, no curso da execução dos serviços, o cumprimento das disposições do presente Termo.
Parágrafo único. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo será registrada a ocorrência e encaminhada cópia ao Leiloeiro para a imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA

Aplicam-se à execução deste instrumento contratual e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Caxambu/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados deste instrumento, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Caxambu/MG 22 de dezembro de 2025.

LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:89CFC7FE

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2025 CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 013/2025 INEXIGIBILIDADE DE Nº 013/2025 LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PUBLICO CIMAG TERMO DE CREDENCIAMENTO PATRÍCIA GRACIELE DE ANDRADE SOUSA, LEILOEIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 013/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 013/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PUBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Patrícia Graciele de Andrade Sousa, leiloeira oficial, inscrita na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob nº 945, data de inscrição: 30/01/2014, portadora da Carteira de Identidade nº MG-12.070.431, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 050.424.956-81, brasileira, casada, residente e domiciliada à Av. Geraldina da Costa Diniz, nº 305, Colonial, Contagem, MG, CEP: 32.044-280, Tel: (31) 3243-1107 e (31) 9 9235-2905, e-mail: contato@patricialeiloeira.com.br, Leiloeiro Oficial com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, considerando a sua seleção para atuar nos leilões a serem promovidos pelos 29 Municípios do consórcio Público CIMAG, doravante designado LEILOEIRO OFICIAL, na forma do que preceitua o Decreto nº 21.981, DE 1932, e as Instruções Normativas do DNRC cabíveis ao caso, com as modificações posteriores, firma o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Leiloeiro assume o compromisso de atuar em todos os leilões dos Municípios consorciados ao CIMAG, quando convocado.

CLÁUSULA SEGUNDA: No desempenho de suas atribuições, se compromete a atuar atendendo todos os requisitos do edital através dos quais foi selecionado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Leiloeiro se compromete a vender os bens em leilão para os arrematantes que apresentarem os lances vencedores com valor igual ou superior à avaliação.

CLÁUSULA QUARTA: Este instrumento não confere exclusividade de indicação ao Leiloeiro, podendo indicar o próximo da lista, constatada a insuficiência de desempenho.
CLÁUSULA QUINTA: Este Termo de Compromisso terá vigência de 12 meses podendo ser denunciado por insuficiência de desempenho ou por infração às regras da seleção, mediante comunicação formal ao Leiloeiro.
CLÁUSULA SEXTA: Para execução dos serviços objeto deste Termo o Leiloeiro Credenciado declara estar de acordo e que cumprirá, durante toda a execução do objeto, o disposto no Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Leiloeiro perceberá a título de comissão o percentual de 5% (cinco por cento), sobre o preço da arrematação, a ser pago pelo arrematante, independentemente da natureza dos bens arrematados, nos termos do parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981 de 1923.

CLÁUSULA OITAVA: Será cancelado o credenciamento do Leiloeiro, indicando-se outro para atuar em seu lugar, por descumprimento de qualquer das normas do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA: Caberá exclusivamente ao Município Utilitário acompanhar, no curso da execução dos serviços, o cumprimento das disposições do presente Termo.
Parágrafo único. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo será registrada a ocorrência e encaminhada cópia ao Leiloeiro para a imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA

Aplicam-se à execução deste instrumento contratual e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Caxambu/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados deste instrumento, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Caxambu/MG 22 de dezembro de 2025.

LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:2AA631DB

CONSÓRCIO PÚBLICO CIMAG
TERMO DE CREDENCIAMENTO - WELLINGTON DE MATOS SILVA

PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 058/2025
CREDENCIAMENTO PÚBLICO DE Nº 013/2025

INEXIGIBILIDADE DE Nº 013/2025

LICITAÇÃO COMPARTILHADA DO CONSÓRCIO PUBLICO CIMAG

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Wellington de Matos Silva, leiloeiro Oficial, inscrito na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 1162, data da inscrição: 24/01/2020, portador da Carteira de Identidade nº MG-9.342.534, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 046.657.566-19, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Patrício Barbosa, nº 149/402, Cj Califórnia, Belo Horizonte, MG, CEP: 30855-330 Tel: (31) 99728-3092, e-mail: wsleiloes@yahoo.com, Leiloeiro Oficial com registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, considerando a sua seleção para atuar nos leilões a serem promovidos pelos 29 Municípios do consórcio Público CIMAG, doravante designado LEILOEIRO OFICIAL, na forma do que preceitua o Decreto nº 21.981, DE 1932, e as Instruções Normativas do DNRC cabíveis ao caso, com as modificações posteriores, firma o presente **TERMO DE COMPROMISSO** com base na proposta apresentada perante o Credenciamento:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O Leiloeiro assume o compromisso de atuar em todos os leilões dos Municípios consorciados ao CIMAG, quando convocado.

CLÁUSULA SEGUNDA: No desempenho de suas atribuições, se compromete a atuar atendendo todos os requisitos do edital através dos quais foi selecionado.

CLÁUSULA TERCEIRA: O Leiloeiro se compromete a vender os bens em leilão para os arrematantes que apresentarem os lances vencedores com valor igual ou superior à avaliação.

CLÁUSULA QUARTA: Este instrumento não confere exclusividade de indicação ao Leiloeiro, podendo indicar o próximo da lista, constatada a insuficiência de desempenho.
CLÁUSULA QUINTA: Este Termo de Compromisso terá vigência de 12 meses podendo ser denunciado por insuficiência de desempenho ou por infração às regras da seleção, mediante comunicação formal ao Leiloeiro.
CLÁUSULA SEXTA: Para execução dos serviços objeto deste Termo o Leiloeiro Credenciado declara estar de acordo e que cumprirá, durante toda a execução do objeto, o disposto no Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: O Leiloeiro perceberá a título de comissão o percentual de 5% (cinco por cento), sobre o preço da arrematação, a ser pago pelo arrematante, independentemente da natureza dos bens arrematados, nos termos do parágrafo único do art. 24 do Decreto nº 21.981 de 1923.

CLÁUSULA OITAVA: Será cancelado o credenciamento do Leiloeiro, indicando-se outro para atuar em seu lugar, por descumprimento de qualquer das normas do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA: Caberá exclusivamente ao Município Utilitário acompanhar, no curso da execução dos serviços, o cumprimento das disposições do presente Termo.
Parágrafo único. Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo será registrada a ocorrência e encaminhada cópia ao Leiloeiro para a imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA

Aplicam-se à execução deste instrumento contratual e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Caxambu/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados deste instrumento, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Caxambu/MG 22 de dezembro de 2025.

LUIZ FERNANDO NORONHA PEREIRA
Presidente do CIMAG

Publicado por:
Jucelem de Almeida Souza Muniz
Código Identificador:5B8962DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 105/2026. Contratada: Instituto De Saúde Avançada Ltda, CNPJ 32.088.356/0001-15. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 20.476,68 (vinte mil, quatrocentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 14 (quatorze) Exame de Cintilografia do Miocárdio, ao valor de R$ 1.462,62 (mil quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 102.383,40 (cento e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 33/2025 – Credenciamento nº 09/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 17/06/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 15 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:1F72045E

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 117/2026. Contratada: Prima Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 11.724.909/0001-09. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Exame de Polissonografia, ao valor de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 27/2024 – Pregão Eletrônico nº 01/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 12/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:4B307FA5

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 200/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 200/2026. Contratada: Michelle Maria Souza Ramos Resende - ME, CNPJ nº 30.408.266/0001-39. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 16.175,00 (dezesseis mil, cento e setenta e cinco reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 50 (cinquenta) Exame de OCT – Tomografia de Coerência Óptica, ao valor de R$ 323,50 (trezentos e vinte e três reais e cinquenta centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 80.875,00 (oitenta mil, oitocentos e setenta e cinco reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 – Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 15/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 15 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:B6411C89

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 229/2026. Contratada: Pneumoclinica Servicos Medicos Ltda, CNPJ nº 19.882.004/0001-79. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 7.466,56 (sete mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 32 (trinta e duas) Consulta de Pneumologia, ao valor de R$ 233,33 (duzentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 37.332,80 (trinta e sete mil, trezentos e trinta e dois reais e oitenta centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 15/2025 – Credenciamento nº 05/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 18/06/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:4EC462CB

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 258/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 258/2026. Contratada: Hospital Med Center Ltda, CNPJ nº 42.938.662/0001-57. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 7.000,00 (sete mil reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 5 (cinco) Exame De Angiotomografia De Coronariana, ao valor de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 27/2024 – Pregão Eletrônico nº 01/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 17/06/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 16 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:1D989020

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 310/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 310/2026. Contratada: Espaço Auditivo Comunicar LTDA, CNPJ nº 18.867.061/0001-16. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 780,72 (setecentos e oitenta reais e setenta e dois centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 12 (doze) Exame de Impedanciometria, ao valor de R$ 65,06 (sessenta e cinco reais e seis centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 3.903,60 (três mil, novecentos e três reais e sessenta centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 40/2025 – inexigibilidade nº 14/2025, Credenciamento nº 12, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 11/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 10 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:A52BCFD3

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 325/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 325/2026. Contratada: Clínica Center Médica Ltda, CNPJ nº 13.244.928/0001-63. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Exame de Holter (24 Horas), ao valor de R$ 108,00 (cento e oito reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 – Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 14/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 14 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:A2BDFB98

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 329/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 329/2026. Contratada: CRL Saúde Ltda - ME, CNPJ nº 11.959.158/0001-00. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 2.128,88 (dois mil, cento e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 13 (treze) Consulta de Nefrologia, ao valor de R$ 163,76 (cento e sessenta e três reais e setenta e seis centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 10.971,92 (dez mil, novecentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 15/2025 – Credenciamento nº 05/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 17/06/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:0D5CD865

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 383/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 383/2026. Contratada: Laboratório Técnico de Análises Citológicas e Histopatológicas Ltda - ME, CNPJ nº 08.710.405/0001-25. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 1.852,44 (um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 12 (doze) Análise Citológica, ao valor de R$ 154,37 (cento e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos) cada análise, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 9.262,20 (nove mil, duzentos e sessenta e dois reais e vinte centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 18/2026 – Pregão Eletrônico nº 02/2026, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 15/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 15 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:8E2C8E85

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 399/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 399/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, CNPJ nº 21.243.399/0002-92. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 50 (cinquenta) Exame de Densitometria Óssea, ao valor de R$ 70,00 (setenta reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 09/2025 – Credenciamento nº 04/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 12/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:2FF1D9EB

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 433/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 433/2026. Contratada: Pro Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda, CNPJ nº 21.243.399/0002-92. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 48.027,50 (quarenta e oito mil, vinte e sete reais e cinquenta centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 125 (cento e vinte e cinco) Exame de Ressonância Magnética, ao valor de R$ 384,22 (trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 240.137,50 (duzentos e quarenta mil, cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 26/2026 –

Inexigibilidade nº 16/2026, Credenciamento nº 08, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 12/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:22D3A514

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 455/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 455/2026. Contratada: Prima Diagnósticos Ltda, CNPJ nº 11.724.909/0001-09. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Exame de Holter, ao valor de R$ 130,00 (cento e trinta reais) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 16.250,00 (dezesseis mil, duzentos e cinquenta reais). Fundamento: Processo Licitatório nº 23/2025 – Pregão Eletrônico nº 03/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 12/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 12 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:3A2CFEA1

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 556/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 556/2026. Contratada: HBC - Hospital Brasil Central Ltda., CNPJ nº 10.951.450/0001-13. Valor total do aditivo: 11.873,30 (onze mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta centavos). Fundamento: Processo Administrativo nº 27/2024 - Pregão Eletrônico nº 01/2024, na Lei Federal nº 14.133/2021, especificamente em seus arts. 124, I, "a". Vigência: de 15/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 14 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:80F445F5

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 97/2026

AMVAP SAÚDE – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 97/2026. Contratada: Clínica Otorrinolaringologia Dr. Patrocínio S/C Ltda, CNPJ nº 02.498.874/0001-46. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 3.298,25 (três mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Exame de Videolaringoscopia, ao valor de R$ 131,93 (cento e trinta e um reais e noventa e três centavos) cada exame, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 16.491,25 (dezesseis mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e cinco centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 24/2025 – Credenciamento nº 07/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 15/07/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 15 de julho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:6A9AC027

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 148/2025

AMVAP SAÚDE – Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 148/2025. Contratada: CRL Saúde Ltda - ME, CNPJ nº 11.959.158/0001-00. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 4.125,00 (quatro mil, cento e vinte e cinco reais) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Consulta de Urologia, ao valor de R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 20.625,00 (vinte mil, seiscentos e vinte e cinco reais). Fundamento: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2025– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 05/08/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 05 de agosto de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:7E8ED061

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 211/2025

AMVAP SAÚDE – Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 211/2025. Contratada: ZOGHEIB & CIA LTDA, CNPJ nº 32.884.153/0001-35. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 693,99 (seiscentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 3 (três) Consulta com Corneólogo, ao valor de R$ 231,33 (duzentos e trinta e um reais e trinta e três centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 3.469,95 (três mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e cinco centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 15/2025 – Credenciamento nº 05/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 09/06/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 09 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:CA81032B

SETOR ADMINISTRATIVO, CONTRATOS E CONVÊNIOS AMVAP SAÚDE – EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 536/2025

AMVAP SAÚDE – Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 536/2025. Contratada: Clinica Endocrinologica Rodrigues Rosa LTDA, CNPJ nº 25.101.388/0001-48. Objeto: Constitui objeto deste instrumento o acréscimo de R$ 4.082,75 (quatro mil, oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos) ao valor inicialmente contratado, para a realização de mais 25 (vinte e cinco) Consulta de Endocrinologia, ao valor de R$ 163,31 (cento e sessenta e três reais e trinta e um centavos) cada consulta, passando o termo original citado na Cláusula Quarta para o valor total de R$ 20.413,75 (vinte mil, quatrocentos e treze reais e setenta e cinco centavos). Fundamento: Processo Licitatório nº 15/2025 – Credenciamento nº 05/2025, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mais especificamente em seu art. 124, I, "b". Vigência: de 17/06/2026 a 31/12/2026. Acesso na integra: www.amvapsaude.com.br.

Uberlândia-MG, 17 de junho de 2026.

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente do AMVAP Saúde.

Publicado por:
Fernanda Bueno Sampaio
Código Identificador:AE453C61

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE - EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026 PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 14

A Comissão da Contratação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

GRANMED CENTRO MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 22.622.986/0001-74
Endereço: Rua Getúlio Vargas, número 06, Bairro Centro, Tupaciguara/MG.
Procedimentos credenciados:
Consulta com Cardiologista;
Consulta com Ortopedista (para todas as idades).
Data do credenciamento: 24/08/2026

Uberlândia-MG, 24 de agosto de 2026.

EDUARDA LIANDRA DIAS CARDOSO DA SILVA
Assessor de Diretoria

Publicado por:
Eduarda Liandra Dias Cardoso
Código Identificador:422361BA

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE - EMPRESA CREDENCIADA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026 MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 22/2026 PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO Nº 14

A comissão da Contratação do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro – AMVAP SAÚDE, com endereço à Av. Antônio Thomaz Ferreira Rezende, nº 3.180, Distrito Industrial, Uberlândia/MG - CEP 38.402-349, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que, a empresa abaixo relacionada cumpriu todas as exigências estabelecidas no edital do procedimento licitatório em epígrafe, sendo então considerada **CREDENCIADA**, nos termos e prazos fixados no ato convocatório.

EMPRESA: PRIMA DIAGNOSTICOS LTDA
CNPJ: 11.724.909/0001-09
Endereço de Atendimento: Rua Santa Helena, n° 607, Sala 7, Tabajaras – Uberlândia/MG.
Procedimentos credenciados:
Consulta com cardiologista
Data do credenciamento: 24/08/2026

Uberlândia-MG, 24 de agosto de 2026

EDUARDA LIANDRA DIAS CARDOSO DA SILVA
Assessor de Diretoria

Publicado por:
Eduarda Liandra Dias Cardoso
Código Identificador:C523326D

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DE BAIXA MOGIANA

EDITAIS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal da Baixa Mogiana – CIMOG, com sede na R. Joaquim Augusto Ferreira, n° 12, Parque das Orquídeas, Guaxupé-MG, Tel. 35 3551-5664, torna público **o Pregão n° 10/2026 – PRC 20/2026 –** Objeto: Registro de Preços destinado à futura e eventual contratação serviços de publicação de atos oficiais em jornal diário de grande circulação, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais - DOE e Diário Oficial da União - DOU, para atender ao Consórcio Intermunicipal Da Baixa Mogiana - CIMOG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. A sessão ocorrerá em 04/09/2026 às 09:00. Os documentos estão à disposição dos interessados na sede do CIMOG, no endereço acima e nos sites https://ammlicita.org.br/, https://www.cimog.mg.gov.br/, https://pncp.gov.br/. Dúvidas poderão ser esclarecidas através do e-mail licitacao@cimog.mg.gov.br.

Guaxupé, 24 de agosto de 2026.

JARBAS CORRÊA FILHO –
Presidente.

Publicado por:
Camila de Oliveira Lopes
Código Identificador:73E3CAF3

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS

CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS
EXTRATO DE CONTRATO - PRC 23/2026

Contrato nº 08/2026
Contratante: Câmara Municipal de Barão de Cocais-MG
Contratada: MONICA BERNADETE MACHADO FREITAS, CNPJ nº 58.082.783/0001-80.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais de fotografia em alta resolução, incluindo a disponibilização de um profissional para realizar a captura, produção, tratamento, edição, armazenamento, gerenciamento e disponibilização de registros fotográficos para as Solenidades da Câmara Municipal de Barão de Cocais (entregas de Moção de Congratulações e Títulos de Cidadania Honorária).
Valor Contratual: R$ 2.392,00 (dois mil trezentos e noventa e dois reais).
Vigência do Contrato: 21/08/2026 a 21/12/2026.
Dotação Orçamentária 01 031 0101 2006 339039

Barão de Cocais, 24 de agosto de 2026.

TIAGO ANTÔNIO DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina Silveira Toledo
Código Identificador:8BBE92D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

CÂMARA MUNICIPAL DE BIQUINHAS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026

ACÂMARA MUNICIPAL DE BIQUINHAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.776.867/0001-39, com sede na Rua Minas Gerais, 201 – Centro – Biquinhas/MG - CEP: 35.621-000, torna público em seu sítio eletrônico: http://camarabiquinhas.mg.gov.br/, no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e naLicitar Digital - https://licitar.digital/, com na Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a abertura do Processo Administrativo Nº005/2026, Dispensa Eletrônica Nº005/2026, cujo objeto é aaquisição de bens permanentes, compreendendo banquetas, aparelhosde ar-condicionado, geladeira, fogão tipo cooktop, longarina de 02 (dois)lugares e bebedouro, destinados ao atendimento das necessidades daCâmara Municipal de Biquinhas/MG, com critério de julgamento:MENOR PREÇO POR ITEM.

Data de Início de Recebimento de Proposta:	**24/08/2026 às 08h00min**
Data Final de Recebimento de Proposta:	**27/08/2026 às 07h59min**
Data da Sessão:	**27/08/2026 às 08h00min**
Período de lances:	**27/08/2026 das 08h00min às 11h00 min**

Biquinhas, 24 de agosto de 2026

Publicado por:
Wender José Silva
Código Identificador:EEA11B1D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS

ASSESSORIA
EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO 15/2026

EXTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 15/2026
CONTRATO 15/2026
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BOTELHOS/MG
CONTRATADO: MARIANA EVANGELISTA TEJADA DE PODESTA
OBJETO:Contratação para prestação de serviços de BUFFET COMPLETO – tipo COQUETEL, para autoridades e homenageados em Sessão Solene de Entrega de Títulos Honoríficos e Homenagens.
VALOR: R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)
VIGÊNCIA: 12 (Doze) meses

Botelhos, 24 de agosto de 2026

MARCUS VINÍCIUS BARBOSA LIMA /
Presidente

Publicado por:
Pedro Rogério da Cunha
Código Identificador:429B1C01

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANOPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2026

ORGÃO: CÂMARA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS		
MODALIDADE DE COMPRA: DISPENSA DE LICITAÇÃO	**AMPARO LEGAL: INCISO II DO ART. 75 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**	**TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO**
DATA DA PUBLICAÇÃO NO SITE: 24/08/2026	**DATA DE ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 27/08/2026**	
OBJETO: Aquisição de materiais de limpeza e itens de copa e cozinha, destinados as atividades da Câmara Municipal de Caetanópolis. **INCLUI-SE NESTE AVISO OS ANEXOS: TERMO DE REFERÊNCIA, MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL e MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.**		
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.		
Encaminhamento da proposta para o e-mail: compras@caetanopolis.mg.leg.br **Informações e esclarecimentos: (31) 99503-8929**		

Caetanópolis, 24 de agosto de 2026.

MARIANE BEATRIZ DOS SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Mariane Beatriz Dos Santos
Código Identificador:95298EE8

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS
EXTRATO DE DISPENSA 10/2026

Dispensa nº 10/2026.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material de copa e cozinha
Contratado: MINIMERCADO E SACOLAO R&J LTDA, CNPJ: 57.333.752/0001-91, Avenida José Bueno de Paula, 450, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campos Altos/MG.
Dotação: 01.01.01.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. Material de Consumo - FICHA: 8
Valor: R$ 9.445,72

JONNAS FERREIRA LEMOS
Presidente da Câmara Municipal de Campos Altos

Publicado por:
Geraldo Luis de Deus
Código Identificador:80A48E64

CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS
EXTRATO DE DISPENSA 11/2026

Dispensa nº 11/2026.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material de copa e cozinha
Contratado: MINIMERCADO E SACOLAO R&J LTDA, CNPJ: 57.333.752/0001-91, Avenida José Bueno de Paula, 450, Bairro Nossa Senhora Aparecida, Campos Altos/MG.
Dotação: 01.01.01.01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. Material de Consumo - FICHA: 8
Valor: R$ 5.050,40

JONNAS FERREIRA LEMOS
Presidente da Câmara Municipal de Campos Altos

Publicado por:
Geraldo Luis de Deus
Código Identificador:403F1D81

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENEAS

CAMARA MUNICIPAL DE CAPITAO ENEAS
A CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS TORNA PÚBLICO O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2026 – DISPENSA 006/2026

A Câmara Municipal De Capitão Enéas/MG., torna público a todos os interessados que estará recebendo propostas de preços conforme aviso de **Contratação Direta do dia 24/08/2026 as 12:00horas até o dia 28/08/2026 as 12:00hs**, licitação na modalidade Dispensa Eletrônica, sob a regência da **Lei n° 14.133/2021**, em sessão pública, para a **"Aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Capitão Enéas/MG."**
As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados no seguinte e-mail institucional: **camaralicitacaocapitaoeneas@gmail.com**

O Aviso de Contratação/ Edital completo; especificações, quantidades e condições previstas, termo de referência e demais anexos do edital, poderão ser obtidas pelo e-mail: camaralicitacaocapitaoeneas@gmail.com , ou através do seguinte endereço eletrônico: https://www.capitaoeneas.mg.leg.br/ duvidas e esclarecimentos pelos telefones/ wats: (38) 9962-8003/ 3235-1063 ou no prédio da Câmara Municipal de Capitão Enéas, no setor de licitações e contratos.
Data limite para envio da proposta: Até às 12:00 hs do dia 28/08/2026
Abertura da sessão as 09h00min do dia 28/08/2026.

PAULA JUSCILÉIA CARVALHO LOPES
Agente de Contratação.

Publicado por:
Paula Juscileia Carvalho Lopes
Código Identificador:62F8F65F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA

CÂMARA
RESOLUÇÃO 307 2026

RESOLUÇÃO Nº 307/2026

Aprova as Contas do Município de Carmo da Mata/Mg, relativas ao Exercício Financeiro de 2024, apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, mediante parecer prévio exarado nos autos do processo 1188459.

O Plenário da Câmara Municipal de Carmo da Mata, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições regimentais, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas anuais do Município de Carmo da Mata, relativas ao Exercício de 2024, prestadas pelo Sr. José Carlos Lobato, às quais se reporta o Parecer Prévio favorável à sua aprovação, prolatado pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos autos do Processo de Prestação de Contas nº 1188459.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Carmo da Mata, Plenário Dr. Juvêncio de Carvalho, 19 de agosto de 2026.

PRISCILA PIASSI BORGES
Presidente da Camara Municipal de Carmo da Mata

Publicado por:
Silma Resende Franciscani
Código Identificador:E2D6A49E

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMIGA
PORTARIA Nº 072/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Formiga, J**aci Honório de Paula – Jaci da Rua Nova,** no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno em seu artigo 60, I, j e a Lei Complementar nº 41 de 24 de fevereiro de 2011 em seus artigos 138 a 144;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **Flávia Tereza da Silva**, ocupante do cargo de Assistente do Legislativo, 01 (um) mês de férias prêmio.

Parágrafo único: A licença de que trata o caput deste artigo, refere-se ao período aquisitivo de 10/11/2015 a 09/11/2020.

Art. 2º A servidora gozará as férias no período de 31 (trinta e um) de agosto a 29 (vinte e nove) de setembro de 2026.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Câmara Municipal de Formiga, 24 de agosto de 2026.

JACI HONÓRIO DE PAULA – JACI DA RUA NOVA
Presidente

Publicado por:
Túlio César de Castro Cabral
Código Identificador:688684E7

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.540/2026

LEI MUNICIPAL N.º 1.540,
DE 24 DE JULHO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização no Município de Guaraciaba e dá outras providências.

O Povo de Guaraciaba, estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Guaraciaba, doravante denominada PMAlf, como instrumento balizador das ações e estratégias para assegurar a alfabetização de todos os estudantes da rede municipal de ensino, desde a Educação Infantil (Infantil 4 e Infantil 5) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, e a recomposição das aprendizagens para aqueles que necessitam, até o 5º ano do Ensino Fundamental.
Art. 2º Para os fins desta Lei consideram-se:
I - Alfabetização em Língua Portuguesa: a aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;
II - Letramento em Língua Portuguesa: o uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
III - Alfabetização em Matemática: o uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;
IV - Compreensão de alfabetização e letramento: processos indissociáveis e complementares para o desenvolvimento pleno do estudante;
V - Recomposição das Aprendizagens: conjunto de estratégias pedagógicas para sanar defasagens de aprendizagem, com foco na alfabetização, leitura e escrita, especialmente para estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental.
Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização aplica-se às instituições de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que compõem a Rede Pública Municipal de Ensino de Guaraciaba.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS
Art. 4º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I - A garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural, étnico-racial, de gênero e as necessidades específicas dos educandos, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
II - A colaboração entre os entes federativos (União, Estado e Município), fortalecendo o regime de cooperação para a melhoria contínua do processo de alfabetização;

III - O protagonismo do Município na oferta da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental e nos processos de alfabetização;
IV - A valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de política de formação continuada e reconhecimento de práticas exitosas;
V - O monitoramento e avaliação contínuos dos processos de ensino e aprendizagem, utilizando resultados para aprimorar as práticas pedagógicas e a gestão educacional;
VI - A promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
VII - O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeitando a autonomia pedagógica do professor e das instituições de ensino;
VIII - O incentivo à participação da família e da comunidade escolar no processo de alfabetização.
Art. 5º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – Garantir a alfabetização de 80% das crianças até dezembro de 2026;
II – Alcançar a alfabetização plena de 80% das crianças ao final do 2º ano do ensino fundamental até 2030;
III – Assegurar que pelo menos 95% das crianças concluam a etapa do ensino fundamental na idade recomendada (até os 16 anos, considerando os nove anos de duração), até 2035 (final do período de vigência do novo PNE).
IV – Garantir que 100% das Escolas da Rede Municipal que ofertam o Ciclo de Alfabetização realizem avaliações diagnósticas e periódicas, com acompanhamento pedagógico sistemático da aprendizagem.
V – Assegurar Formação Continuada Anual para 100% dos professores alfabetizadores da Rede Municipal, com foco em práticas de alfabetização, letramento e alfabetização matemática.
VI – Implementar estratégias de Recomposição das Aprendizagens para estudantes com dificuldade de alfabetização, garantindo atendimento pedagógico complementar em todas as escolas do ciclo de alfabetização.

CAPÍTULO III
DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA
Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de ações e programas articulados em eixos estratégicos, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Plano de Trabalho Anual (PTA) do Município de Guaraciaba, sendo que os respectivos planos operacionais detalhados serão desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo único. Os eixos estratégicos da Política Municipal de Alfabetização são:
I - Governança e Gestão:
a) Produzir diagnóstico institucional das causas de abandono e evasão para subsidiar ações focalizadas, intersetoriais e preventivas.
b) Institucionalizar ambientes alfabetizadores nas salas de aula, com recursos visuais permanentes de apoio à leitura, favorecendo o contato frequente dos estudantes com palavras, textos e referências escritas;
c) Desenvolver metodologias participativas de leitura mediada que promovam interação entre estudantes, professores e textos, ampliando engajamento e compreensão leitora;
d) Estruturar suporte técnico e institucional contínuo ao articulador municipal para garantir monitoramento sistemático da implementação do CNCA na rede;
e) Integrar a rede municipal às oportunidades formativas da RENALFA, fortalecendo o regime de colaboração e a qualificação dos agentes locais;
f) Manter interlocução ativa com o território regional para alinhar ações, compartilhar referências e contextualizar a implementação local do CNCA;
g) Fortalecer práticas pedagógicas sistemáticas de leitura no cotidiano escolar, com acompanhamento contínuo das turmas de alfabetização, para ampliar fluência, compreensão leitora e desempenho dos estudantes nas avaliações externas;
h) Planejar respostas diferenciadas e proporcionais às causas identificadas, priorizando fatores de maior incidência e impacto sobre a permanência escolar;
i) Intensificar o acompanhamento socioemocional e social dos estudantes em situação de vulnerabilidade, articulando escola, família e rede de proteção;
j) Oferecer suporte pedagógico complementar aos estudantes com defasagens de aprendizagem, reduzindo o risco de fracasso escolar associado ao abandono;
k) Reorganizar o currículo e as práticas pedagógicas com foco em recomposição de aprendizagens para estudantes em distorção idade/série;
l) Associar ações pedagógicas e psicossociais para fortalecer autoestima, pertencimento e disposição para aprender entre estudantes com trajetória escolar fragilizada;
m) Ajustar a organização dos tempos e rotinas escolares para responder às necessidades reais de aprendizagem dos estudantes com defasagem;
n) Consolidar práticas de acolhimento e escuta qualificada como parte da resposta institucional às desigualdades educacionais;
o) Organizar institucionalmente a implementação da Política Municipal de Alfabetização por meio de ações articuladas entre gestão central e escolar;
p) Disponibilizar condições materiais e técnicas para que o articulador realize visitas, diagnósticos e acompanhamento contínuo das unidades escolares;
q) Estruturar atendimento especializado e recursos pedagógicos acessíveis para garantir equidade no processo de alfabetização;
r) Garantir atendimento educacional especializado articulado ao ensino regular, com foco nas necessidades específicas dos estudantes;
s) Instituir processo de identificação e avaliação das necessidades educacionais específicas para orientar intervenções pedagógicas e especializadas;
t) Disponibilizar materiais e tecnologias assistivas alinhados às barreiras e necessidades identificadas no processo de alfabetização;
u) Complementar o suporte educacional com atendimento especializado individualizado para responder às necessidades cognitivas e socioemocionais específicas;
v) Fortalecer a comunicação escola-família por meio da socialização periódica de resultados, avanços e intervenções pedagógicas;
w) Institucionalizar espaços de escuta qualificada dos professores alfabetizadores para aprimorar decisões pedagógicas e de gestão;
x) Ampliar a disponibilidade de insumos pedagógicos de apoio à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;
y) Garantir suporte pedagógico aos docentes por meio da disponibilização de recursos e materiais de apoio ao planejamento e à intervenção didática;
z) Expandir os recursos pedagógicos das unidades escolares para favorecer melhores condições de ensino e aprendizagem;
aa) Adequar os espaços físicos escolares às demandas de atendimento dos estudantes e das ações previstas no PTA;
bb) Articular a escolha dos materiais suplementares com o Estado, assegurando alinhamento técnico e maior aderência às necessidades da rede;
II - Infraestrutura:
a) Estruturar ambientes permanentes de leitura nas turmas de alfabetização com apoio técnico e financeiro das políticas federais;
b) Incorporar os cantinhos de leitura à rotina pedagógica dos estudantes, estimulando uso frequente e intencional;
c) Monitorar a utilização dos espaços de leitura para verificar sua efetividade como recurso de apoio à alfabetização;
III – Formação:
a) Instituir processo contínuo de desenvolvimento profissional voltado à qualificação pedagógica e gerencial dos docentes e gestores que atuam na alfabetização;
b) Ofertar formações estruturadas, com conteúdos diversificados e aderentes às demandas da alfabetização na rede municipal;
c) Integrar recursos formativos nacionais às práticas locais de formação;
d) Promover aprendizagem colaborativa entre pares como mecanismo de circulação de experiencias e aperfeiçoamento das práticas alfabetizadoras;
e) Desenvolver competências digitais aplicadas à alfabetização, ampliando o uso qualificado de tecnologias no processo de ensino;
f) Inserir gestores educacionais em trilhas formativas articuladas com instâncias federais, fortalecendo a gestão da alfabetização;
g) Qualificar gestores e especialistas para conduzir processos cooperativos de desenvolvimento profissional no âmbito da rede;
IV – Reconhecimento e boas práticas:

a) Identificar, sistematizar e organizar experiencias exitosas da rede para apoiar a melhoria contínua da alfabetização;
b) Instituir base documental das experiências exitosas para circulação interna e fortalecimento da aprendizagem entre escolas;
c) Documentar a expansão e replicação de práticas bem-sucedidas no âmbito da rede municipal;
d) Criar espaços institucionais de socialização de experiências para promover intercâmbio e disseminação de práticas de alfabetização;
e) Ampliar o alcance das experiencias da rede por meio de divulgação para outras escolas e instâncias regionais;
f) Inserir o município em ações estaduais e federais de reconhecimento e circulação de boas práticas;
g) Utilizar camais institucionais para ampliar a divulgação, transparência e alcance das boas práticas educacionais.
V – Avaliação;
a) Garantir as condições operacionais, pedagógicas e administrativas para participação dos estudantes nas avaliações externas;
b) Organizar procedimentos institucionais para aferição das competências desenvolvidas pelos estudantes em alfabetização;
c) Registrar e analisar sistematicamente as ações pedagógicas vinculadas aos processos avaliativos para subsidiar tomada de decisão;
d) Utilizar avaliação diagnóstica no início do ano como base para planejamento pedagógico e definição de intervenções;
e) Acompanhar periodicamente o desenvolvimento das aprendizagens em componentes centrais da alfabetização e do ensino fundamental inicial;
f) Promover cultura colaborativa de análise de resultados e aperfeiçoamento dos instrumentos e práticas avaliativas;
g) Formalizar uma instância técnica responsável pela coordenação, organização e acompanhamento das ações avaliativas da rede;
h) Organizar o funcionamento da equipe por meio de planejamento, cronograma e estrutura mínima de trabalho;
i) Integrar acompanhamento da aprendizagem e intervenções pedagógicas ao fluxo regular de avaliação e devolutiva às famílias;
j) Estruturar sistema de informação que permita consolidar e visualizar resultados de avaliações internas e externas de forma acessível à gestão;
k) Dar transparência aos resultados educacionais por meio de relatórios compreensíveis e visualmente acessíveis à comunidade escolar;
l) Utilizar evidências produzidas pelas avaliações para orientar decisões pedagógicas e estratégias de atendimento individualizado.

CAPÍTULO IV
DA GOVERNANÇA, DO FINANCIAMENTO E DAS PARCERIAS
Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação será o órgão responsável pela coordenação geral, supervisão, execução e acompanhamento da PMAlf, em articulação com as demais secretarias municipais, órgãos estaduais e federais, e a comunidade escolar.
Art. 8º As unidades escolares da rede municipal de ensino serão as executoras das ações e programas previstos nesta Política, sob a orientação e supervisão da Secretaria Municipal de Educação, adaptando-os às suas realidades e necessidades específicas.
Art. 9º Compete aos profissionais da educação, em suas respectivas áreas de atuação, a execução das ações pedagógicas e o engajamento na busca pelos objetivos da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 10 As despesas decorrentes da execução da Política Municipal de Alfabetização correrão por conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, suplementadas, se necessário, bem como por recursos provenientes de convênios, acordos e parcerias com a União, o Estado e outras instituições, observada a legislação vigente.
Art. 11 O Município poderá firmar convênios, parcerias e termos de colaboração com outras esferas de governo, instituições de ensino superior, centros de pesquisa, fundações, entidades da sociedade civil organizada e a iniciativa privada, visando ao aprimoramento, à expansão e ao financiamento das ações da PMAlf, fortalecendo o regime de colaboração e o intercâmbio de experiências e boas práticas.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 12 O monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização serão realizados anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, com base nos indicadores e metas estabelecidos no Plano de Trabalho Anual (PTA) do Município de Guaraciaba e em outros instrumentos de avaliação interna e externa.
Parágrafo único. Os resultados do monitoramento e da avaliação serão amplamente divulgados à comunidade escolar e à sociedade, servindo de subsídio para o aprimoramento contínuo das ações e para a prestação de contas.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13 A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares para a fiel execução desta Lei.
Art. 14 Sem prejuízo das normas complementares de que trata o artigo anterior, o Poder Executivo poderá regulamentar, por ato próprio, as ações necessárias ao efetivo cumprimento desta Lei.
Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba-MG, 24 de julho de 2026.

BRUNO OLIVEIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal de Guaraciaba-MG

Publicado por:
Elisvânia Aparecida Rosa
Código Identificador:8A7E87A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÁ

PODER LEGISLATIVO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS N° 14/2026.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026.

A Câmara Municipal de lbiá, inscrita no CNPJ sob n° 20.060.000/0001-94, neste ato representada por seu Presidente, Vereador André Luiz Ribeiro, nos termos da Lei n. 14.133 de 19 de abril de 2021 e. Portaria n 47, de 02 de dezembro de 2022, da Câmara Municipal de lbiá (MG), torna público o Processo Administrativo de Compras n° 14/2026 - **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026**, do **Tipo "Menor Preço Global", CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIÁ/MG, EM EVENTOS INSTITUCIONAIS, SOLENIDADES, SESSÕES ESPECIAIS, HOMENAGENS, INAUGURAÇÕES, REUNIÕES E DEMAIS ATIVIDADES OFICIAIS, ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2026.** Propostas adicionais por eventuais interessados poderão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação/disponibilização no Sítio Eletrônico da Câmara Municipal de lbiá (MG). As propostas deverão ser apresentadas mediante envio ao e-mail: <compras@ibia.mg.leg.br> <camara@ibia.mg.leg.br>, juntamente com documentação comprobatória de habilitação. Cópia do Instrumento de Intenção de Dispensa poderá ser obtido no sítio eletrônico (www.ibia.mg.leg.br) e mediante solicitação pelo e-mail: <compras@ibia.mg.leg.br> <camara@ibia.mg.leg.br>.

ERRATA: Fica CANCELADA a publicação anterior, que circulou em 21/08/26, tendo em vista erro material na descrição do objeto.

Publicado por:
Leonardo Ribeiro da Silva Borges
Código Identificador:997AF00C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVA

SECRETARIA DA CÂMARA
LEI ORDINÁRIA Nº 1739, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

"DENOMINA LOGRADOUROS PÚBLICOS".

Daniel Pereira do Couto, Prefeito do Município de Itapeva-MG, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica denominada "**RUA ALAOR MARIANO RIBEIRO"**, a rua localizada no Bairro da Divinéia, área urbana de Itapeva - MG, iniciando nas coordenadas -22.76621; -46.22564, e terminando nas coordenadas -22.76562; -46.22640, conforme croqui integrante desta Lei.

Art. 2º. Fica denominada "**RUA ELZO MARIANO RIBEIRO"**, a rua localizada no Bairro da Divinéia, área urbana de Itapeva - MG, iniciando nas coordenadas -22.76620; -46.22603, e terminando nas coordenadas -22.76645; -46.226030, conforme croqui integrante desta Lei.

Art. 3º. Fica denominada "**RUA MARIA DEOLINDA DE JESUS"**, a rua localizada no Bairro da Divinéia, área urbana de Itapeva - MG, iniciando nas coordenadas -22.76695 -46.22601, e terminando nas coordenadas -22.76570; -46.227691, conforme croqui integrante desta Lei.

Art. 4º. O Poder Executivo ficará encarregado de dar publicidade à presente lei, informando aos órgãos e entidades públicas locais e as empresas prestadoras de serviços públicos sobre a alteração do nome das referidas vias, bem como providenciará a colocação das placas denominativas do referidos logradouros.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Itapeva/MG, 20 de agosto de 2026

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito do Município

Publicado por:
Lizandra Lima
Código Identificador:2C34FD08

SECRETARIA DA CÂMARA
LEI ORDINÁRIA Nº 1740, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a denominação de via pública do Bairro Sertão dos Lopes, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Itapeva, Estado de Minas Gerais, por meio de seus vereadores aprova a seguinte Lei:

Art. 1º. A Estrada cujo trajeto inicia-se na *"Estrada do Chá*" (Coordenadas: -22º43'14.13"S, -46º16'02.79"O) até o trecho final no entroncamento com a Estrada do Juncal, município de Extrema/MG, referente às coordenadas -22º44'02.92"S, --46º16'07.35"O, situada no Bairro Sertão dos Lopes, conforme croqui anexo, integrante desta Lei, passa a denominar-se *"Estrada do Violeiro***"**.

Art. 2º. O Poder Executivo ficará encarregado de dar publicidade a presente lei, informando aos órgãos e entidades públicas locais e as empresas prestadoras de serviços públicos sobre a denominação da referida via, bem como providenciará a colocação ou substituição de placas denominativas do referido logradouro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapeva/MG, 20 de agosto de 2026

DANIEL PEREIRA DO COUTO
Prefeito do Município

Publicado por:
Lizandra Lima
Código Identificador:9FAAE30F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
EMENDA - AO PL EM 19-2026 - ANA RUTH - ALTERA LEI 3911-2023 - REG ONEROSA CONSTRUÇÕES

À Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Lagoa da Prata:
Na condição de Vereadora, apresento ao Projeto de Lei nº EM 19/2026 que Altera a Lei Municipal nº 3.911/2023, que dispõe sobre a Regularização Onerosa de Edificações, e dá outras providências, a seguinte Emenda:

EMENDA 1 – MODIFICATIVA:
Modifica-se o texto dos Arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº EM 19/2026, que passam a ter a seguinte redação:
Art. 1º A "Lei Municipal nº 3.911, de 7 de novembro de 2023" passa a vigorar acrescida do Art. 10-A com a seguinte redação:
Art. 10-A. Fica permitida a regularização de edificações concluídas até 10 de outubro de 2006, ainda que em desacordo com os parâmetros urbanísticos vigentes, desde que atendam aos seguintes critérios:
I - Aberturas na Divisa: edificações com aberturas situadas a menos de 1,5 metros da divisa poderão ser regularizadas, desde que o muro de divisa ultrapasse a altura máxima dessas aberturas, assegurando a privacidade e a segurança entre as edificações vizinhas;
II - Área Permeável: será permitida a regularização de edificações sem o quantitativo mínimo de área permeável exigido pela legislação local;
III - Iluminação e Ventilação: serão aceitas as condições de iluminação e ventilação existentes, cabendo ao Responsável Técnico a orientação quanto às exigências mínimas de salubridade e conforto ambiental estabelecidas pelas normas técnicas vigentes;
IV - Unidades Autônomas: poderão ser regularizadas diversas unidades autônomas na edificação ou lote, independentemente do atendimento aos critérios mínimos de testada e demais parâmetros de parcelamento;
V - Vagas de Garagem: será permitida a regularização de edificações que não atendam aos quantitativos mínimos exigidos de vagas de garagem das unidades autônomas, inclusive para unidades que não disponham de vagas de garagem com acesso direto à via pública, desde que o rebaixamento do meio-fio e a execução da rampa sejam adequados às regras vigentes na "Lei Complementar nº 261, de 27 de março de 2023", atual Código de Obras e Edificações;
VI - Esquinas sem Chanfro: poderão ser regularizadas as edificações residenciais construídas em esquinas que não possuam o chanfro obrigatório;
VII - Medidas Internas dos Cômodos: poderão ser regularizadas as edificações cujos cômodos apresentem dimensões inferiores às estabelecidas na legislação vigente.
Parágrafo único. As edificações concluídas entre 10 de outubro de 2006 e 27 de março de 2023 poderão ser regularizadas mediante o pagamento de contrapartida onerosa, nos termos e condições previstos nesta Lei e em regulamentação específica.
Art. 2º A "Lei Municipal nº 3.911, de 7 de novembro de 2023" passa a vigorar acrescida do Art. 10-B, dispondo sobre o cálculo da contrapartida onerosa para infrações específicas:
Art. 10-B. O valor da contrapartida onerosa para a regularização de vagas de estacionamento será calculado conforme a seguinte fórmula:
Vagas de estacionamento e garagem: V = [(Vp - Ve) x 10 UFMLP]
Onde:
V = Valor da contrapartida;
Vp = Número de vagas que caberiam conforme a legislação;
Ve = Número de vagas existentes;
UFMLP = Unidade Fiscal do Município (ou índice correspondente).

JUSTIFICATIVA:

Apresento esta Emenda visando evitar que nas regularizações das construções antigas, conforme previsto no Projeto de Lei, sejam mantidos os rebaixamentos de meio-fio irregulares, pois, isso prejudica sobremaneira o número de vagas disponíveis para estacionamento nas vias públicas municipais, principalmente no centro e nas mais movimentadas.
O número de vagas para garagem, geralmente, não se tem como regularizar, pois, em regra, não há espaço interno para tanto.

Por outro lado, o rebaixamento do meio-fio é simples de se corrigir e não prejudicará o particular.
Na verdade, a correção dos rebaixamentos favorecerá toda coletividade com o aumento de vagas para estacionamento. Todos sabemos que, atualmente, não é fácil encontrar vaga para estacionamento no centro da cidade e também nos bairros, em vias muito movimentadas.
Assim sendo, entendo que a aprovação desta Emenda é imprescindível.
Conto com o apoio dos Vereadores para aprovação desta Emenda.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2026.

ANA RUTH
Vereadora do PSD

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:D32A1365

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO DAS COMISSÕES – 26-8-2026 - 16H

Ordem do Dia da 28ª Reunião das Comissões do Ano de 2026 – 26/08/2026 – 16h

Análise e Discussão:

Projeto de Lei Complementar EM 18/2026, que "Altera a "Lei Complementar nº 282 de 06 de maio de 2024, para reajustar o valor da gratificação mensal devida aos Agentes de contratação, e dá outras providências".

Projeto de Lei EM nº 144/2026, que "Altera a "Lei nº 4.407, de 30 de junho de 2026", que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.390.000,00."

Projeto de Lei EM nº 145/2026, que "Altera a "Lei nº 4.439, de 07 de agosto de 2026", que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 585.000,00."

Reanálise e Discussão:

Projeto de Lei Complementar EM nº 15/2026, que "Altera a Lei Complementar nº 261/2023."

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:72175E99

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 140-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto de Lei nº EM 140/2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 798.850,74.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 17/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 140/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/8/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30, Art. 165 e seguintes da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, bem como no Inciso I do mesmo artigo, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º, no Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Art. 165 e seguintes da CR/1988, do Art. 153 e seguintes da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a Suplementação Orçamentária tem por objetivo viabilizar o aditamento do Contrato nº 190/2024, celebrado com a Fundação São Carlos, para a continuidade da prestação de ações e serviços de saúde de atenção hospitalar e ambulatorial no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais – SUS/MG – Média e Alta Complexidade.
Sendo assim, se faz necessária a abertura de Crédito Suplementar, que é a autorização de despesas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. No caso em questão, visa-se suplementar Dotação no Orçamento.
A abertura de Crédito Suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/1964.
O Projeto em análise utilizará como recursos para a abertura do Crédito retro citado, os resultantes da anulação parcial das Dotações Orçamentárias descritas em seu Art. 2º, para o incremento de outra Dotação.
Destarte, a abertura do Crédito pretendida pelo Projeto de Lei em estudo, está em consonância com as normas jurídicas pátrias, em especial as contidas nos Artigos 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

Conclusão:

Diante do exposto, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº EM 140/2026.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

CARLA ANDRADE
Vereadora do PL / Relatora Suplente

Pelas conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:E91C01DB

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 141-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto de Lei nº EM 141/2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.166.000,00.

Relatório:

Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 17/8/2026.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 141/2026 com a justificativa e detalhamento.

O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/8/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:

1 – Preliminarmente:

1.1 – Da competência para Legislar:

A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30, Art. 165 e seguintes da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, bem como no Inciso I do mesmo artigo, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º, no Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do Município.

Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:

Nos termos do Art. 165 e seguintes da CR/1988, do Art. 153 e seguintes da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:

Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:

De acordo com o Setor de Planejamento a presente Suplementação Orçamentária tem por finalidade adequar o Orçamento Municipal para viabilizar a aquisição de equipamentos, mobiliários e demais bens permanentes destinados às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, à Secretaria Municipal de Educação e ao CEMAE. Recursos advindos via Convênio com a Secretaria de Estado de Educação.

Sendo assim, se faz necessária a abertura de Crédito Suplementar, que é a autorização de despesas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. No caso em questão, visa-se suplementar Dotações no Orçamento.

A abertura de Crédito Suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/1964.

O Projeto em análise utilizará como recursos para a abertura do Crédito retro citado, os resultantes da anulação parcial das Dotações Orçamentárias, bem como da Tendência ao Excesso de Arrecadação nas Rubricas descritas em seu Art. 2º, para o incremento de outras Dotações.

Destarte, a abertura do Crédito pretendida pelo Projeto de Lei em estudo, está em consonância com as normas jurídicas pátrias, em especial as contidas nos Artigos 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

Conclusão:

Diante do exposto, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº EM 141/2026.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

CARLA ANDRADE
Vereadora do PL / Relatora Suplente

Pelas conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:BDB7F94C

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 142-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto de Lei nº EM 142/2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 814.000,00.

Relatório:

Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 17/8/2026.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 142/2026 com a justificativa e detalhamento.

O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/8/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:

1 – Preliminarmente:

1.1 – Da competência para Legislar:

A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30, Art. 165 e seguintes da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, bem como no Inciso I do mesmo artigo, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º, no Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do Município.

Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:

Nos termos do Art. 165 e seguintes da CR/1988, do Art. 153 e seguintes da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:

Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:

De acordo com o Setor de Planejamento a presente Suplementação Orçamentária destina-se à aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais indispensáveis ao adequado funcionamento das unidades escolares e dos setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, contemplando, entre outros itens, lavadoras de alta pressão, liquidificadores industriais, batedeiras industriais, balanças digitais, cadeiras plásticas empilháveis e mesas plásticas empilháveis.

Ainda, para a contratação de serviços necessários à realização da formatura dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, bem como à contratação de assinaturas de jornais e revistas voltados ao público infantil, que serão utilizados como recursos e instrumentos de apoio às atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental.

Sendo assim, se faz necessária a abertura de Crédito Suplementar, que é a autorização de despesas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. No caso em questão, visa-se suplementar Dotações no Orçamento.
A abertura de Crédito Suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/1964.
O Projeto em análise utilizará como recursos para a abertura do Crédito retro citado, os resultantes da anulação parcial das Dotações Orçamentárias descritas em seu Art. 2º, para o incremento de outras Dotações.
Destarte, a abertura do Crédito pretendida pelo Projeto de Lei em estudo, está em consonância com as normas jurídicas pátrias, em especial as contidas nos Artigos 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

Conclusão:

Diante do exposto, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº EM 142/2026.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

CARLA ANDRADE
Vereadora do PL / Relatora Suplente

Pelas conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:0C3E7CB5

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 143-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto de Lei nº EM 143/2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 40.000,00.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 17/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 143/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/8/2026.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:

A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30, Art. 165 e seguintes da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, bem como no Inciso I do mesmo artigo, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º, no Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Art. 165 e seguintes da CR/1988, do Art. 153 e seguintes da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a presente Suplementação Orçamentária tem por finalidade viabilizar a aquisição de materiais de informática destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Municipal.
Sendo assim, se faz necessária a abertura de Crédito Suplementar, que é a autorização de despesas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. No caso em questão, visa-se suplementar Dotação no Orçamento.
A abertura de Crédito Suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/1964.
O Projeto em análise utilizará como recursos para a abertura do Crédito retro citado, os resultantes de parte do Superavit Financeiro do Exercício de 2025, para o incremento de outra Dotação.
Destarte, a abertura do Crédito pretendida pelo Projeto de Lei em estudo, está em consonância com as normas jurídicas pátrias, em especial as contidas nos Artigos 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

Conclusão:

Diante do exposto, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº EM 143/2026.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

CARLA ANDRADE
Vereadora do PL / Relatora Suplente

Pelas Conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:269727E5

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER FINANÇAS - PL EM 19-2026 - ALTERA LEI 3911-2023 - REGULARIZAÇÃO ONEROSA DE CONSTRUÇÕES

PARECER

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, TOMADA DE CONTAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto de Lei EM nº 19/2026, que Altera a Lei Municipal nº 3.911/2023, que dispõe sobre a Regularização Onerosa de Edificações, e dá outras providências e Emenda apresentada a ele.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 2/3/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 19/2026 com a justificativa.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 3/3/2026 e também em várias outras, inclusive com a participação de Técnicos do Executivo. Por isso somente hoje está recebendo os Pareceres.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso II do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:

1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
O Município possui competência para tratar da matéria em questão nos termos da CR/1988, da CE-MG/1990 e do Inciso XXI do Artigo 6º da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõem:
Constituição da República:
"*Art. 30. Compete aos Municípios:*
*I - **legislar sobre assuntos de interesse local;**"* (grifei)
A Constituição Estadual segue esta mesma linha:
"Art. 171 – Ao Município compete legislar:
I – sobre assuntos de interesse local, notadamente: ..."
Lei Orgânica Municipal:
"*Art. 6º Compete ao Município:*
I - ...
XXI - Legislar sobre assuntos de interesse local;" (grifei)

Nota-se que é competente o Município para dispor sobre o Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.
Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*
A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem à risca o que determina a CR/88.
Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.
A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme se pode conferir pela leitura dos dispositivos acima citados.
Portanto, o Prefeito possui competência para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos, exceto alguns erros materiais que serão corrigidos quando da elaboração da Proposição de Lei final.

2 – No mérito:
2.1 - O Prefeito assim justificou o Projeto de Lei em estudo:
"O presente Projeto de Lei visa promover a adequação da Lei Municipal nº 3.911/2023 às deliberações do Conselho da Cidade, conforme aprovado na 65ª Reunião Ordinária realizada em 19 de novembro de 2024.
A proposta busca solucionar o passivo de edificações consolidadas no município, estabelecendo critérios claros para a regularização de imóveis construídos sob diferentes marcos temporais.
A fixação da data de 10 de outubro de 2006 como marco para a regularização simplificada reconhece a realidade fática de construções antigas que, embora possuam desconformidades técnicas menores (como dimensões de cômodos ou ausência de chanfro em esquinas), já estão integradas à malha urbana e ao convívio social sem prejuízos aos vizinhos.
Ademais, a instituição de critérios objetivos para o cálculo da contrapartida onerosa (Art. 2º) confere transparência e segurança jurídica ao processo administrativo de regularização.
Ao estipular fórmulas baseadas na Unidade Fiscal do Município para o deficit de vagas e excesso de rebaixo de meio-fio, o Poder Público garante que a regularização não seja apenas um ato formal, mas uma compensação justa pelos impactos urbanísticos gerados.
Tais medidas são fundamentais para garantir o direito à moradia, a valorização imobiliária e a atualização do cadastro técnico municipal, permitindo que os cidadãos obtenham a certidão de baixa e o habite-se de seus imóveis, regularizando sua situação perante o Registro de Imóveis.
Diante do relevante interesse público e do respaldo técnico do Conselho da Cidade, submetemos a presente proposta à apreciação desta Casa Legislativa."

2.2 - Como bem explicado pelo autor do Projeto de Lei em estudo, a alteração pretendida visa promover a adequação da Lei Municipal nº 3.911/2023 às deliberações do Conselho da Cidade, conforme aprovado na 65ª Reunião Ordinária realizada em 19 de novembro de 2024.
Além do mais, visa solucionar o passivo de edificações consolidadas no município, estabelecendo critérios claros para a regularização de imóveis construídos sob diferentes marcos temporais. Ou seja, visa regularizar construções antigas, executadas de maneira ilegal e irregular.
Por fim, institui critérios objetivos para o cálculo da contrapartida onerosa, que está prevista no Art. 2º do Projeto de Lei, conferindo Transparência e Segurança Jurídica ao Processo Administrativo de Regularização.
Ao estipular fórmulas baseadas na Unidade Fiscal do Município para o deficit de vagas e excesso de rebaixo de meio-fio, o Poder Público garante que a regularização não seja apenas um ato formal, mas uma compensação justa pelos impactos urbanísticos gerados.

3 - Da Emenda apresentada pela Vereadora Ana Ruth:

DO PODER DE EMENDA DO PARLAMENTAR:

O Projeto em estudo é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, sendo formalmente constitucional e legal como já dissemos.
Como se trata de matéria que compete ao Município legislar, é permitida a apresentação de Emendas por parte do Poder Legislativo, nos termos do Art. 63, Inciso I da CR/1988 e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM.
No entanto, vale dizer que o poder de emenda outorgado ao Vereador em projetos de autoria do Executivo não é absoluto.
Para emendar projetos de lei desta natureza os parlamentares devem obedecer aos seguintes requisitos:
1 – Nos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo o Vereador não pode ensejar aumento de despesas por meio de suas Emendas (Art. 63, Inciso I, da CR/88; Art. 68, I, da CE; e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM);
2 – Não pode haver "usurpação de função" – Ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes (Art. 2º da CR/88);
3 – Não pode ser matéria estranha ao projeto ou impertinente.
A Emenda apresentada não é estranha nem impertinente à matéria do Projeto original.
Não está havendo usurpação de funções, nem ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes.
Não está havendo aumento de despesas.
Portanto, entendo que a Emenda apresentada é constitucional.
4 - Se as regras estão definidas em Lei, as alterações também devem se dar por meio de Projeto de Lei, o que está sendo realizado por meio do Projeto de Lei em análise.

5 - Desta forma, opinamos pela constitucionalidade do Projeto de Lei em análise, bem como da Emenda, cabendo aos Parlamentares, portanto, deliberar sobre o interesse público ou não das Proposições.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei EM nº 19/2026, bem como da Emenda apresentada a ele.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

CARLA ANDRADE
Vereadora do PL / Relatora Suplente

Pelas Conclusões,

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Membro

JANEANY
Vereadora do MDB / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:FC9CE8F6

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 140-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PARECER
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº EM 140/2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 798.850,74.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 17/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 140/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/8/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30, Art. 165 e seguintes da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, bem como no Inciso I do mesmo artigo, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º, no Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Art. 165 e seguintes da CR/1988, do Art. 153 e seguintes da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a Suplementação Orçamentária tem por objetivo viabilizar o aditamento do Contrato nº 190/2024, celebrado com a Fundação São Carlos, para a continuidade da prestação de ações e serviços de saúde de atenção hospitalar e ambulatorial no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais – SUS/MG – Média e Alta Complexidade.
Sendo assim, se faz necessária a abertura de Crédito Suplementar, que é a autorização de despesas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. No caso em questão, visa-se suplementar Dotação no Orçamento.
A abertura de Crédito Suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/1964.
O Projeto em análise utilizará como recursos para a abertura do Crédito retro citado, os resultantes da anulação parcial das Dotações Orçamentárias descritas em seu Art. 2º, para o incremento de outra Dotação.
Destarte, a abertura do Crédito pretendida pelo Projeto de Lei em estudo, está em consonância com as normas jurídicas pátrias, em especial as contidas nos Artigos 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº EM 140/2026.**

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

ANA RUTH
Vereadora do PSD / Membro Suplente

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:CDF88FA9

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 141-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº EM 141/2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.166.000,00.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 17/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 141/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/8/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30, Art. 165 e seguintes da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, bem como no Inciso I do mesmo artigo, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º, no Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Art. 165 e seguintes da CR/1988, do Art. 153 e seguintes da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:
De acordo com o Setor de Planejamento a presente Suplementação Orçamentária tem por finalidade adequar o Orçamento Municipal para viabilizar a aquisição de equipamentos, mobiliários e demais bens permanentes destinados às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, à Secretaria Municipal de Educação e ao CEMAE. Recursos advindos via Convênio com a Secretaria de Estado de Educação.
Sendo assim, se faz necessária a abertura de Crédito Suplementar, que é a autorização de despesas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. No caso em questão, visa-se suplementar Dotações no Orçamento.
A abertura de Crédito Suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/1964.
O Projeto em análise utilizará como recursos para a abertura do Crédito retro citado, os resultantes da anulação parcial das Dotações Orçamentárias, bem como da Tendência ao Excesso de Arrecadação nas Rubricas descritas em seu Art. 2º, para o incremento de outras Dotações.
Destarte, a abertura do Crédito pretendida pelo Projeto de Lei em estudo, está em consonância com as normas jurídicas pátrias, em especial as contidas nos Artigos 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº EM 141/2026.**

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas conclusões,

ANA RUTH
Vereadora do PSD / Membro Suplente

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:68A78F3C

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 142-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº EM 142/2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 814.000,00.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 17/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 142/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/8/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:

1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30, Art. 165 e seguintes da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, bem como no Inciso I do mesmo artigo, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º, no Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Art. 165 e seguintes da CR/1988, do Art. 153 e seguintes da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:
De acordo com o Setor de Planejamento a presente Suplementação Orçamentária destina-se à aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais indispensáveis ao adequado funcionamento das unidades escolares e dos setores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, contemplando, entre outros itens, lavadoras de alta pressão, liquidificadores industriais, batedeiras industriais, balanças digitais, cadeiras plásticas empilháveis e mesas plásticas empilháveis.
Ainda, para a contratação de serviços necessários à realização da formatura dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, bem como à contratação de assinaturas de jornais e revistas voltados ao público infantil, que serão utilizados como recursos e instrumentos de apoio às atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas de Ensino Fundamental.
Sendo assim, se faz necessária a abertura de Crédito Suplementar, que é a autorização de despesas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. No caso em questão, visa-se suplementar Dotações no Orçamento.
A abertura de Crédito Suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/1964.
O Projeto em análise utilizará como recursos para a abertura do Crédito retro citado, os resultantes da anulação parcial das Dotações Orçamentárias descritas em seu Art. 2º, para o incremento de outras Dotações.
Destarte, a abertura do Crédito pretendida pelo Projeto de Lei em estudo, está em consonância com as normas jurídicas pátrias, em especial as contidas nos Artigos 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº EM 142/2026.**

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

ANA RUTH
Vereadora do PSD / Membro Suplente

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:C460ED27

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 143-2026 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei nº EM 143/2026, que Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 40.000,00.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 17/8/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 143/2026 com a justificativa e detalhamento.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 19/8/2026.

A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
A competência do Município para legislar sobre tal matéria vem expressa no Inciso I do Art. 30, Art. 165 e seguintes da Constituição da República, na Alínea a) do Inciso II, do Art. 171, bem como no Inciso I do mesmo artigo, da Constituição Estadual e nos Incisos VIII e XXI do Art. 6º, no Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do Município.
Nota-se, claramente, que o Município tem competência para dispor sobre a matéria do Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Art. 165 e seguintes da CR/1988, do Art. 153 e seguintes da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do Art. 63 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, a iniciativa de Projeto de Lei da natureza deste em análise, compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos.

2 – No mérito:
De acordo com as informações prestadas pelo Setor de Planejamento a presente Suplementação Orçamentária tem por finalidade viabilizar a aquisição de materiais de informática destinados ao atendimento das demandas de todas as Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Municipal.
Sendo assim, se faz necessária a abertura de Crédito Suplementar, que é a autorização de despesas insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. No caso em questão, visa-se suplementar Dotação no Orçamento.
A abertura de Crédito Suplementar depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificada, nos termos do Art. 43 da Lei 4.320/1964.
O Projeto em análise utilizará como recursos para a abertura do Crédito retro citado, os resultantes de parte do Superavit Financeiro do Exercício de 2025, para o incremento de outra Dotação.
Destarte, a abertura do Crédito pretendida pelo Projeto de Lei em estudo, está em consonância com as normas jurídicas pátrias, em especial as contidas nos Artigos 40 a 46 da Lei Nacional 4.320/1964.

Conclusão:

Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº EM 143/2026.**

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas Conclusões,

ANA RUTH
Vereadora do PSD / Membro Suplente

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:05C3DFF3

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER LEGISLAÇÃO - PL EM 19-2026 - ALTERA LEI 3911-2023 - REGULARIZAÇÃO ONEROSA DE CONSTRUÇÕES

PARECER

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei EM nº 19/2026, que Altera a Lei Municipal nº 3.911/2023, que dispõe sobre a Regularização Onerosa de Edificações, e dá outras providências e Emenda apresentada a ele.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 2/3/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 19/2026 com a justificativa.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 3/3/2026 e também em várias outras, inclusive com a participação de Técnicos do Executivo. Por isso somente hoje está recebendo os Pareceres.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso I do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:
O Município possui competência para tratar da matéria em questão nos termos da CR/1988, da CE-MG/1990 e do Inciso XXI do Artigo 6º da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõem:
Constituição da República:
"*Art. 30. Compete aos Municípios:*
*I - **legislar sobre assuntos de interesse local;**"* (grifei)
A Constituição Estadual segue esta mesma linha:
"Art. 171 – Ao Município compete legislar:
I – sobre assuntos de interesse local, notadamente: ..."
Lei Orgânica Municipal:
"*Art. 6º Compete ao Município:*
I - ...
XXI - Legislar sobre assuntos de interesse local;" (grifei)
Nota-se que é competente o Município para dispor sobre o Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.
Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*
A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem à risca o que determina a CR/88.

Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.
A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme se pode conferir pela leitura dos dispositivos acima citados.
Portanto, o Prefeito possui competência para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos, exceto alguns erros materiais que serão corrigidos quando da elaboração da Proposição de Lei final.

2 – No mérito:
2.1 - O Prefeito assim justificou o Projeto de Lei em estudo:
"O presente Projeto de Lei visa promover a adequação da Lei Municipal nº 3.911/2023 às deliberações do Conselho da Cidade, conforme aprovado na 65ª Reunião Ordinária realizada em 19 de novembro de 2024.
A proposta busca solucionar o passivo de edificações consolidadas no município, estabelecendo critérios claros para a regularização de imóveis construídos sob diferentes marcos temporais.
A fixação da data de 10 de outubro de 2006 como marco para a regularização simplificada reconhece a realidade fática de construções antigas que, embora possuam desconformidades técnicas menores (como dimensões de cômodos ou ausência de chanfro em esquinas), já estão integradas à malha urbana e ao convívio social sem prejuízos aos vizinhos.
Ademais, a instituição de critérios objetivos para o cálculo da contrapartida onerosa (Art. 2º) confere transparência e segurança jurídica ao processo administrativo de regularização.
Ao estipular fórmulas baseadas na Unidade Fiscal do Município para o deficit de vagas e excesso de rebaixo de meio-fio, o Poder Público garante que a regularização não seja apenas um ato formal, mas uma compensação justa pelos impactos urbanísticos gerados.
Tais medidas são fundamentais para garantir o direito à moradia, a valorização imobiliária e a atualização do cadastro técnico municipal, permitindo que os cidadãos obtenham a certidão de baixa e o habite-se de seus imóveis, regularizando sua situação perante o Registro de Imóveis.
Diante do relevante interesse público e do respaldo técnico do Conselho da Cidade, submetemos a presente proposta à apreciação desta Casa Legislativa."
2.2 - Como bem explicado pelo autor do Projeto de Lei em estudo, a alteração pretendida visa promover a adequação da Lei Municipal nº 3.911/2023 às deliberações do Conselho da Cidade, conforme aprovado na 65ª Reunião Ordinária realizada em 19 de novembro de 2024.
Além do mais, visa solucionar o passivo de edificações consolidadas no município, estabelecendo critérios claros para a regularização de imóveis construídos sob diferentes marcos temporais. Ou seja, visa regularizar construções antigas, executadas de maneira ilegal e irregular.
Por fim, institui critérios objetivos para o cálculo da contrapartida onerosa, que está prevista no Art. 2º do Projeto de Lei, conferindo Transparência e Segurança Jurídica ao Processo Administrativo de Regularização.
Ao estipular fórmulas baseadas na Unidade Fiscal do Município para o deficit de vagas e excesso de rebaixo de meio-fio, o Poder Público garante que a regularização não seja apenas um ato formal, mas uma compensação justa pelos impactos urbanísticos gerados.

3 - Da Emenda apresentada pela Vereadora Ana Ruth:

DO PODER DE EMENDA DO PARLAMENTAR:
O Projeto em estudo é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, sendo formalmente constitucional e legal como já dissemos.
Como se trata de matéria que compete ao Município legislar, é permitida a apresentação de Emendas por parte do Poder Legislativo, nos termos do Art. 63, Inciso I da CR/1988 e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM.
No entanto, vale dizer que o poder de emenda outorgado ao Vereador em projetos de autoria do Executivo não é absoluto.
Para emendar projetos de lei desta natureza os parlamentares devem obedecer aos seguintes requisitos:
1 – Nos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo o Vereador não pode ensejar aumento de despesas por meio de suas Emendas (Art. 63, Inciso I, da CR/88; Art. 68, I, da CE; e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM);
2 – Não pode haver "usurpação de função" – Ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes (Art. 2º da CR/88);
3 – Não pode ser matéria estranha ao projeto ou impertinente.
A Emenda apresentada não é estranha nem impertinente à matéria do Projeto original.
Não está havendo usurpação de funções, nem ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes.
Não está havendo aumento de despesas.
Portanto, entendo que a Emenda apresentada é constitucional.
4 - Se as regras estão definidas em Lei, as alterações também devem se dar por meio de Projeto de Lei, o que está sendo realizado por meio do Projeto de Lei em análise.
5 - Desta forma, opinamos pela constitucionalidade do Projeto de Lei em análise, bem como da Emenda, cabendo aos Parlamentares, portanto, deliberar sobre o interesse público ou não das Proposições.

Conclusão:
Diante do exposto, pela **CONSTITUCIONALIDADE** do Projeto de Lei EM nº 19/2026, bem como da Emenda apresentada a ele.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

JANEANY
Vereadora do MDB / Relatora

Pelas conclusões,

CARLA ANDRADE
Vereadora do PL / Membro Suplente

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Presidente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:728F5764

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
PARECER MEIO AMBIENTE - PL EM 19-2026 - ALTERA LEI 3911-2023 - REGULARIZAÇÃO ONEROSA DE CONSTRUÇÕES

PARECER

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, TURISMO, MEIO AMBIENTE E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Projeto de Lei EM nº 19/2026, que Altera a Lei Municipal nº 3.911/2023, que dispõe sobre a Regularização Onerosa de Edificações, e dá outras providências e Emenda apresentada a ele.

Relatório:
Referido Projeto foi apresentado em Plenário no dia 2/3/2026.
O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG encaminhou a esta Comissão, para análise e parecer o Projeto de Lei EM nº 19/2026 com a justificativa.
O Projeto fora analisado na Reunião das Comissões do dia 3/3/2026 e também em várias outras, inclusive com a participação de Técnicos do Executivo. Por isso somente hoje está recebendo os Pareceres.
A Relatora da referida Comissão passa a exarar seu posicionamento, nos termos do Inciso III do Art. 62 do Regimento Interno:

Fundamentação:
1 – Preliminarmente:
1.1 – Da competência para Legislar:

O Município possui competência para tratar da matéria em questão nos termos da CR/1988, da CE-MG/1990 e do Inciso XXI do Artigo 6º da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõem:
Constituição da República:
"*Art. 30. Compete aos Municípios:*
*I - **legislar sobre assuntos de interesse local;**"* (grifei)
A Constituição Estadual segue esta mesma linha:
"Art. 171 – Ao Município compete legislar:
I – sobre assuntos de interesse local, notadamente: ..."
Lei Orgânica Municipal:
"*Art. 6º Compete ao Município:*
I - ...
XXI - Legislar sobre assuntos de interesse local;" (grifei)
Nota-se que é competente o Município para dispor sobre o Projeto de Lei em estudo.

1.2 – Da Iniciativa:
Nos termos do Caput do Art. 61 da CR/1988 a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão do Legislativo, ao Chefe do Poder Executivo, outros e aos cidadãos na forma e nos casos previstos na própria CR/88.
O Parágrafo Primeiro do referido artigo estabelece **de forma expressa** as matérias que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
Portanto, qualquer matéria que não esteja descrita dentre aquelas previstas no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da CR/88 poderá ser de iniciativa de parlamentar.

Segundo o Ministro Gilmar Mendes: *"Como configuram hipóteses de exceção, os casos de iniciativa reservada não devem ser ampliados via por via interpretativa" (cf. in Curso de Direito Constitucional, 4ª ed., Saraiva, São Paulo, 2009, p.916).*
A Constituição do Estado de Minas Gerais, em seus Artigos 65 e 66, tratam desta questão e seguem à risca o que determina a CR/88.
Nossa Lei Orgânica Municipal, em seu Artigo 31, também regula a matéria e acompanha a Constituição da República e a Estadual.

A matéria tratada no Projeto de Lei em estudo está dentre aquelas que são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme se pode conferir pela leitura dos dispositivos acima citados.
Portanto, o Prefeito possui competência para iniciativa de projeto sobre o tema.

1.3 – Da Técnica Legislativa:
Quanto à Técnica Legislativa prevista na Lei Complementar Nacional nº 95/1998 e no Decreto nº 12.002/2024, que a regulamentou, o Projeto de Lei em estudo está de acordo com as normas contidas nos referidos atos normativos, exceto alguns erros materiais que serão corrigidos quando da elaboração da Proposição de Lei final.

2 – No mérito:
2.1 - O Prefeito assim justificou o Projeto de Lei em estudo:
"O presente Projeto de Lei visa promover a adequação da Lei Municipal nº 3.911/2023 às deliberações do Conselho da Cidade, conforme aprovado na 65ª Reunião Ordinária realizada em 19 de novembro de 2024.
A proposta busca solucionar o passivo de edificações consolidadas no município, estabelecendo critérios claros para a regularização de imóveis construídos sob diferentes marcos temporais.
A fixação da data de 10 de outubro de 2006 como marco para a regularização simplificada reconhece a realidade fática de construções antigas que, embora possuam desconformidades técnicas menores (como dimensões de cômodos ou ausência de chanfro em esquinas), já estão integradas à malha urbana e ao convívio social sem prejuízos aos vizinhos.
Ademais, a instituição de critérios objetivos para o cálculo da contrapartida onerosa (Art. 2º) confere transparência e segurança jurídica ao processo administrativo de regularização.
Ao estipular fórmulas baseadas na Unidade Fiscal do Município para o deficit de vagas e excesso de rebaixo de meio-fio, o Poder Público garante que a regularização não seja apenas um ato formal, mas uma compensação justa pelos impactos urbanísticos gerados.
Tais medidas são fundamentais para garantir o direito à moradia, a valorização imobiliária e a atualização do cadastro técnico municipal, permitindo que os cidadãos obtenham a certidão de baixa e o habite-se de seus imóveis, regularizando sua situação perante o Registro de Imóveis.
Diante do relevante interesse público e do respaldo técnico do Conselho da Cidade, submetemos a presente proposta à apreciação desta Casa Legislativa."
2.2 - Como bem explicado pelo autor do Projeto de Lei em estudo, a alteração pretendida visa promover a adequação da Lei Municipal nº 3.911/2023 às deliberações do Conselho da Cidade, conforme aprovado na 65ª Reunião Ordinária realizada em 19 de novembro de 2024.
Além do mais, visa solucionar o passivo de edificações consolidadas no município, estabelecendo critérios claros para a regularização de imóveis construídos sob diferentes marcos temporais. Ou seja, visa regularizar construções antigas, executadas de maneira ilegal e irregular.
Por fim, institui critérios objetivos para o cálculo da contrapartida onerosa, que está prevista no Art. 2º do Projeto de Lei, conferindo Transparência e Segurança Jurídica ao Processo Administrativo de Regularização.
Ao estipular fórmulas baseadas na Unidade Fiscal do Município para o deficit de vagas e excesso de rebaixo de meio-fio, o Poder Público garante que a regularização não seja apenas um ato formal, mas uma compensação justa pelos impactos urbanísticos gerados.

3 - Da Emenda apresentada pela Vereadora Ana Ruth:
DO PODER DE EMENDA DO PARLAMENTAR:
O Projeto em estudo é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, sendo formalmente constitucional e legal como já dissemos.
Como se trata de matéria que compete ao Município legislar, é permitida a apresentação de Emendas por parte do Poder Legislativo, nos termos do Art. 63, Inciso I da CR/1988 e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM.
No entanto, vale dizer que o poder de emenda outorgado ao Vereador em projetos de autoria do Executivo não é absoluto.
Para emendar projetos de lei desta natureza os parlamentares devem obedecer aos seguintes requisitos:
1 – Nos projetos de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo o Vereador não pode ensejar aumento de despesas por meio de suas Emendas (Art. 63, Inciso I, da CR/88; Art. 68, I, da CE; e Parágrafo Único do Art. 31 da LOM);
2 – Não pode haver "usurpação de função" – Ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes (Art. 2º da CR/88);
3 – Não pode ser matéria estranha ao projeto ou impertinente.
A Emenda apresentada não é estranha nem impertinente à matéria do Projeto original.
Não está havendo usurpação de funções, nem ofensa ao Princípio da Separação dos Poderes.
Não está havendo aumento de despesas.
Portanto, entendo que a Emenda apresentada é constitucional.
4 - Se as regras estão definidas em Lei, as alterações também devem se dar por meio de Projeto de Lei, o que está sendo realizado por meio do Projeto de Lei em análise.
5 - Desta forma, opinamos pela constitucionalidade do Projeto de Lei em análise, bem como da Emenda, cabendo aos Parlamentares, portanto, deliberar sobre o interesse público ou não das Proposições.

Conclusão:
Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei EM nº 19/2026, bem como da Emenda apresentada a ele.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2026.

TUTY DA BORRACHARIA
Vereador da Federação PSDB/ Cidadania / Relator

Pelas Conclusões,

ELIAS MOTORISTA
Vereador do Progressista / Membro

JOÃO PEDRO
Vereador do PSD / Presidente Suplente

Publicado por:
Sarah Inês Santos Garcia
Código Identificador:626A0086

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
EXTRATO – CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de bandeiras oficiais e rosetas decorativas, destinadas ao atendimento das demandas institucionais da Câmara Municipal de Morro da Garça. CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA (CNPJ: 38.522.827/0001-38). CONTRATADA: N. F. GRANDE & CIA LTDA. (CNPJ: 79.034.153/0001-00). VALOR GLOBAL: R$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.30.00 (Ficha 13) Material de Consumo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021. VIGÊNCIA: De 24/08/2026 a 24/02/2027. AGENTE DE CONTRATAÇÃO: Erica Cristina Gomes da Silva.

Morro da Garça/MG, 24 de agosto de 2026.

CARLOS EDUARDO MARIZ ROCHA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
João Pedro Fernandes do Nascimento
Código Identificador:FEAF6C00

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ERA

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº54-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº54-2026

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para contratação de empresa ou profissional especializado para fornecimento exclusivo de mão de obra, sendo os materiais fornecidos pela Câmara Municipal, conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.
Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.
1. Objeto: Contratação de empresa ou profissional especializado para fornecimento exclusivo de mão de obra, sendo os materiais fornecidos pela Câmara Municipal, visando à intervenção e recuperação em madeira e alvenaria no prédio da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, englobando:
Escoramento provisório de segurança da estrutura do pavimento superior;
Substituição integral do pilar/esteio de sustentação principal em madeira de lei da varanda;
Recomposição do guarda-corpo e alinhamento do piso em tábua corrida da varanda;
Substituição, reparo e recomposição de peças de madeira danificadas, peitoris, alizares e molduras nas janelas da sala do Presidente e da Secretaria, voltadas para a Rua Gaspar de Moraes, e em duas janelas do plenário voltadas para o lado do Museu;
Reparos na alvenaria;
Recomposição do reboco nos pontos de ancoragem;
Preparação completa das superfícies para pintura e envernizamento.
2. Justificativa:
A contratação justifica-se pela urgência em sanar o comprometimento do pilar estrutural e do piso da varanda, bem como deter a degradação e infiltração nos peitoris e molduras das janelas indicadas, garantindo a conservação do patrimônio público e a segurança dos usuários.
3. Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter:
Identificação do proponente (CPF ou CNPJ);
Especificação técnica dos serviços de mão de obra;
Valor total;
Prazo de execução;
Validade da proposta.
As propostas poderão ser encaminhadas:
Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **28/08/2026**;
Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.
4. Prazo de execução: O prazo para execução total dos serviços será de **25 (vinte e cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da solicitação de fornecimento pela contratada.
5. Condições de pagamento: O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após a conclusão integral dos serviços e o devido ateste pelo setor competente.
6. Disposições gerais: Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.
O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis, nos termos do artigo 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era.
A contratação será precedida de pesquisa de preços de mercado com base em fontes idôneas.
Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.
Geovane Gomes Batista
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era
TERMO DE REFERÊNCIA NÚMERO 54/2026
1. Objeto: Contratação de empresa ou profissional especializado para fornecimento exclusivo de mão de obra, sendo os materiais fornecidos pela Câmara Municipal, visando à intervenção e recuperação em madeira e alvenaria no prédio da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, incluindo escoramento provisório de segurança da estrutura do pavimento superior, substituição integral do pilar/esteio de sustentação principal em madeira de lei da varanda, recomposição do guarda-corpo e alinhamento do piso em tábua corrida da varanda, substituição, reparo e recomposição de peças de madeira danificadas, peitoris, alizares e molduras de janelas, reparos na alvenaria, recomposição do reboco nos pontos de ancoragem e preparação completa das superfícies para pintura e envernizamento, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
2. Justificativa da contratação:
A contratação justifica-se pela urgência em sanar o comprometimento do pilar estrutural e do piso da varanda, bem como deter a degradação e infiltração nos peitoris e molduras das janelas indicadas, garantindo a conservação do patrimônio público e a segurança dos usuários.
A intervenção é necessária para preservar as características e a integridade do prédio da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, bem como assegurar condições adequadas de segurança, conservação e utilização dos espaços.
A contratação contempla exclusivamente o fornecimento de mão de obra, ficando sob responsabilidade da Câmara Municipal o fornecimento dos materiais necessários à execução dos serviços.
A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, sendo precedida de planejamento e pesquisa de preço, conforme artigo 23 e artigo 72.
3. Especificações técnicas mínimas:
3.1. Quantitativo: 01 (uma) contratação de mão de obra especializada para execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.
3.2. Características mínimas dos serviços: Escoramento provisório de segurança da estrutura do pavimento superior, utilizando técnica adequada para garantir a segurança durante a execução dos serviços;
Substituição integral do pilar/esteio de sustentação principal em madeira de lei da varanda;
Recomposição do guarda-corpo da varanda;
Alinhamento e adequação do piso em tábua corrida da varanda;
Substituição, reparo e recomposição de peças de madeira danificadas;
Reparo e recomposição de peitoris, alizares e molduras das janelas da sala do Presidente e da Secretaria, voltadas para a Rua Gaspar de Moraes;
Reparo e recomposição de duas janelas do plenário voltadas para o lado do Museu;

Execução de reparos na alvenaria;
Recomposição do reboco nos pontos de ancoragem;
Preparação completa das superfícies para posterior pintura e envernizamento.
3.3. Materiais: Os materiais necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme definição e disponibilidade da Administração.
3.4. Personalização: Os serviços deverão respeitar as características arquitetônicas, construtivas e estéticas existentes no prédio da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, buscando preservar os elementos originais e a harmonia do conjunto.
4. Prazo e local de execução: O prazo para execução total dos serviços será de 25 (vinte e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação de fornecimento pela contratada.
Os serviços serão executados no prédio da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.
5. Critério de julgamento: Menor preço global. Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.
6. Condições de pagamento: Em até cinco dias úteis após a conclusão integral dos serviços e o devido ateste pelo setor competente.
7. Obrigações da contratada:
Executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
Fornecer exclusivamente a mão de obra necessária à execução dos serviços, ficando os materiais sob responsabilidade da Câmara Municipal;
Cumprir o prazo estabelecido para conclusão dos serviços;
Utilizar técnicas adequadas e mão de obra compatível com a natureza dos serviços;
Zelar pela segurança durante a execução dos trabalhos;
Preservar as instalações, móveis, equipamentos e demais bens da Câmara Municipal;
Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio da Câmara Municipal decorrentes de ação ou omissão na execução dos serviços;
Manter o local de trabalho organizado e limpo durante e após a execução dos serviços;
Comunicar imediatamente à Administração qualquer situação que possa comprometer a segurança, a qualidade ou o prazo de execução dos serviços;
Corrigir, às suas expensas, serviços executados de forma inadequada ou em desacordo com as especificações estabelecidas.
8. Fundamentação legal: Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.
9. Dotação orçamentária: As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.
10. Participação dos proponentes:
10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).
10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.
11. Apresentação das propostas: Devem conter:
Identificação do proponente (CPF/CNPJ);
Especificação técnica dos serviços de mão de obra;
Valor total da mão de obra;
Prazo de execução;
Condições de pagamento;
Validade da proposta.
A proposta deverá considerar exclusivamente o valor referente à mão de obra, tendo em vista que os materiais necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.
12. Pesquisa de preços: A estimativa será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.
13. Acompanhamento e fiscalização da execução:
A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, competindo-lhe verificar o cumprimento das especificações, o andamento dos trabalhos, os prazos estabelecidos e a adequada execução do objeto.
Em razão da natureza dos serviços, especialmente quanto à intervenção em elemento de sustentação estrutural, a Administração deverá avaliar, previamente ao início da execução, a necessidade de acompanhamento, orientação ou responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado, conforme a legislação aplicável.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

Elaborado Por:
ÂNGELA BARONY LAGE –
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado Por:
GEOVANE GOMES BATISTA –
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:94F979A9

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº55-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº55-2026

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para contratação de empresa especializada, conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.

Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.

1. Objeto:
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro patrimonial/empresarial, mediante cotação personalizada para órgão público, destinada à proteção do patrimônio, das instalações e dos bens da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, indispensáveis ao funcionamento das atividades legislativas e administrativas, conforme coberturas, limites de indenização, franquias, condições e demais especificações constantes no Termo de Referência.

2. Justificativa:
A contratação justifica-se pela necessidade de manter a proteção do patrimônio público, das instalações e dos bens da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, indispensáveis ao funcionamento das atividades legislativas e administrativas, proporcionando maior segurança patrimonial e proteção contra eventuais sinistros.

3. Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter:
Identificação do proponente (CPF ou CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Valor total da contratação;
Coberturas oferecidas;
Limites de indenização;
Franquias, quando aplicáveis;
Condições gerais do seguro;
Prazo de vigência da cobertura;
Validade da proposta;
Demais condições pertinentes à contratação.

As propostas poderão ser encaminhadas:
Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **28/08/2026**;
Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

4. Prazo e início da vigência da cobertura: A prestação do serviço deverá ter início conforme as condições estabelecidas na contratação, com emissão da respectiva apólice de seguro destinada à Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

5. Condições de pagamento: O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6. Disposições gerais:
Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.
O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis, nos termos do artigo 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era e no mural também da Câmara Municipal de Nova Era.

A contratação será precedida de pesquisa de preços de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro patrimonial/empresarial, mediante cotação personalizada para órgão público, destinado à proteção do patrimônio, das instalações e dos bens da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, indispensáveis ao funcionamento das atividades legislativas e administrativas, conforme coberturas, limites de indenização, franquias, condições e demais especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

2. Justificativa da contratação:
A contratação justifica-se pela necessidade de manter a proteção do patrimônio público, das instalações e dos bens da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, indispensáveis ao funcionamento das atividades legislativas e administrativas, proporcionando maior segurança patrimonial e proteção contra eventuais sinistros.

A contratação de seguro patrimonial/empresarial tem por finalidade reduzir os riscos decorrentes de possíveis danos ao patrimônio público, garantindo maior segurança para a continuidade das atividades institucionais e contribuindo para a preservação dos bens e instalações da Câmara Municipal.

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, sendo precedida de planejamento e pesquisa de preço, conforme artigo 23 e artigo 72.

3. Especificações técnicas mínimas:
3.1. Quantitativo: 01 (uma) contratação de serviço de seguro patrimonial/empresarial para a Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

3.2. Características mínimas:
Prestação de serviço de seguro patrimonial/empresarial destinado à proteção do patrimônio, instalações e bens da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais;
Cotação personalizada para órgão público;
Coberturas conforme as necessidades e características do patrimônio segurado;
Limites de indenização conforme proposta apresentada e condições da contratação;
Franquias, quando aplicáveis, devidamente discriminadas na proposta;
Vigência da cobertura conforme estabelecido na contratação;
Emissão da respectiva apólice de seguro em nome da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais;
Apresentação das condições gerais, especiais e particulares do seguro, quando aplicáveis;
Atendimento e demais condições de prestação do serviço conforme as normas aplicáveis ao setor de seguros.

3.3. Documentação e informações da proposta:
A empresa deverá apresentar proposta contendo, de forma clara e detalhada, as coberturas oferecidas, limites de indenização, franquias, condições gerais do seguro, período de vigência, valor total da contratação e demais condições pertinentes.
A proposta deverá permitir a adequada comparação entre as condições ofertadas pelos proponentes.

3.4. Personalização: A contratação deverá observar as características do patrimônio e das instalações da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme informações necessárias fornecidas pela Administração e condições estabelecidas na proposta.

4. Prazo e início da vigência da cobertura:
A prestação do serviço deverá ter início conforme as condições estabelecidas na contratação, mediante emissão da respectiva apólice de seguro destinada à Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.
A vigência da cobertura será de _ meses, conforme definido na contratação.

5. Critério de julgamento:
Menor preço global, observadas as coberturas, limites de indenização, franquias e demais condições estabelecidas para a contratação.
Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6. Condições de pagamento:
Em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7. Obrigações da contratada:
Prestar os serviços conforme as condições estabelecidas na proposta, neste Termo de Referência e na contratação;
Emitir a respectiva apólice de seguro em nome da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais;
Garantir as coberturas contratadas durante todo o período de vigência da apólice;
Disponibilizar à Administração as condições gerais, especiais e particulares do seguro, quando aplicáveis;
Prestar atendimento à Câmara Municipal sempre que necessário durante a vigência da contratação;
Cumprir as normas e regulamentações aplicáveis à atividade securitária;
Comunicar à Administração qualquer alteração que possa afetar a cobertura contratada;
Cumprir integralmente as condições estabelecidas na apólice e demais documentos que integrem a contratação.

8. Fundamentação legal:
Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Dotação orçamentária:
As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.

10. Participação dos proponentes:
10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).
10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11. Apresentação das propostas:
Devem conter:
Identificação do proponente (CPF/CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Valor total da contratação;
Coberturas oferecidas;
Limites de indenização;
Franquias, quando aplicáveis;
Condições gerais do seguro;
Prazo de vigência da cobertura;
Validade da proposta;

Demais condições pertinentes à contratação.

12. Pesquisa de preços:
A estimativa será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

ELABORADO POR: ÂNGELA BARONY LAGE –
Setor de Compras, Licitações e Contratos

AUTORIZADO POR: GEOVANE GOMES BATISTA –
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:06F5D383

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº56-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº56-2026

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para aquisição de mangueira de jardim trançada, acompanhada de carrinho enrolador reforçado com rodas, conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.

Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.

1. Objeto: Aquisição de mangueira de jardim trançada, não dobra, na cor preta e amarela, acompanhada de carrinho enrolador reforçado com rodas, destinada às dependências da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2. Justificativa: A aquisição se faz necessária para atender às atividades de limpeza, manutenção e conservação das áreas externas da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, possibilitando a realização adequada de serviços de lavagem de pisos, jardins e demais espaços que necessitam de utilização de água.

A mangueira reforçada proporcionará maior resistência e durabilidade durante o uso, enquanto o carrinho enrolador reforçado com rodas contribuirá para a organização e o correto armazenamento do equipamento, evitando que fique exposto de forma inadequada e facilitando sua utilização pelos servidores responsáveis pela manutenção.

A aquisição justifica-se, ainda, diante da necessidade de manter as dependências da Câmara Municipal em boas condições de higiene, limpeza e conservação.

3. Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter:
Identificação do proponente (CPF ou CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Indicação de inclusão ou não do frete.

As propostas poderão ser encaminhadas:
Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **28/08/2026**;

Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

4. Prazo de entrega: O prazo de entrega será de até 10(dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento.

5. Condições de pagamento: O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6. Disposições gerais:
Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.

O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis nos termos do artigo 75, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era e no mural também da Câmara Municipal de Nova Era.

A contratação será precedida de pesquisa de preço de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

Geovane Gomes Batista
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

TERMO DE REFERÊNCIA

1- Objeto: Aquisição de mangueira de jardim trançada, não dobra, na cor preta e amarela, acompanhada de carrinho enrolador reforçado com rodas, destinada às dependências da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2- Justificativa da contratação:
A aquisição se faz necessária para atender às atividades de limpeza, manutenção e conservação das áreas externas da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, possibilitando a realização adequada de serviços de lavagem de pisos, jardins e demais espaços que necessitam de utilização de água.

A mangueira reforçada proporcionará maior resistência e durabilidade durante o uso, enquanto o carrinho enrolador reforçado com rodas contribuirá para a organização e o correto armazenamento do equipamento, evitando que fique exposto de forma inadequada e facilitando sua utilização pelos servidores responsáveis pela manutenção.

A aquisição justifica-se, ainda, diante da necessidade de manter as dependências da Câmara Municipal em boas condições de higiene, limpeza e conservação.

3 - Especificações técnicas mínimas:
3.1. Quantitativo: 01 (uma) unidade de mangueira de jardim trançada, acompanhada de carrinho enrolador reforçado com rodas.

3.2. Características mínimas:
Modelo: mangueira de jardim trançada, não dobra;
Cor: preta e amarela;
Material: PVC flexível;
Diâmetro: 7/16 polegadas;
Comprimento: 40 metros;
Acessório: esguicho de alta pressão;
Carrinho enrolador: reforçado, com rodas, adequado para acondicionamento e transporte da mangueira.

3.3. Personalização: Não se aplica.

4 - Prazo e local de entrega: A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento, na sede da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

5 - Critério de julgamento: Menor preço global. Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6 - Condições de pagamento: Em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7 - Obrigações da contratada: Executar a entrega conforme as especificações, garantir a qualidade dos produtos, cumprir o prazo estabelecido e substituir os itens que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações solicitadas.

8 - Fundamentação legal: Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 - Dotação orçamentária: As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.

10 - Participação dos proponentes:
10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).
10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11- Apresentação das propostas: Devem conter:
Identificação do proponente (CPF/CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Indicação de inclusão ou não do frete.

12 - Pesquisa de preços: A estimativa será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

Elaborado por: Ângela Barony Lage – Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado por: Geovane Gomes Batista – Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:A4EE31CB

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº57-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº57-2026

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para aquisição de armários de aço, conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.

Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.

1. Objeto: Aquisição de 02 (dois) armários de aço, modelo PA90, equipados com quatro prateleiras, sendo uma fixa e três reguláveis, com profundidade de 40 centímetros, confeccionados em chapa 22 ou 26, com acabamento em pintura eletrostática epóxi, destinados às dependências da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2. Justificativa: A presente aquisição justifica-se pela necessidade contínua de organização e acondicionamento de materiais de expediente utilizados nos trabalhos diários da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

Os armários de aço do tipo PA90 oferecem estrutura adequada para suportar a carga de documentos e processos administrativos, garantindo a conservação dos papéis contra poeira, umidade e manuseio inadequado, além de otimizar o espaço físico do setor solicitante.

3. Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter:
Identificação do proponente (CPF ou CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Indicação de inclusão ou não do frete.

As propostas poderão ser encaminhadas:
Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **28/08/2026**;
Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

4. Prazo de entrega: O prazo de entrega será de _ dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento.

5. Condições de pagamento: O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.
6. Disposições gerais:
Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.

O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis nos termos do artigo 75, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era e no mural também da Câmara Municipal de Nova Era.

A contratação será precedida de pesquisa de preço de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto: Aquisição de 02 (dois) armários de aço, modelo PA90, destinados às dependências da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2. Justificativa da contratação:
A presente aquisição justifica-se pela necessidade contínua de organização e acondicionamento de materiais de expediente utilizados nos trabalhos diários da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

Os armários de aço do tipo PA90 oferecem estrutura adequada para suportar a carga de documentos e processos administrativos, garantindo a conservação dos papéis contra poeira, umidade e manuseio inadequado, além de otimizar o espaço físico do setor solicitante.

3. Especificações técnicas mínimas:
3.1. Quantitativo: 02 (dois) armários de aço, modelo PA90.
3.2. Características mínimas:

Modelo: Armário de aço PA90;
Quantidade: 02 (duas) unidades;
Divisão interna: 04 (quatro) prateleiras, sendo 01 (uma) fixa para travamento estrutural e 03 (três) reguláveis para ajuste de altura conforme a demanda;
Medidas: 1,76 metros de altura, considerando os pés, por 0,90 metro de largura;
Profundidade: 40 centímetros;
Espessura da chapa: chapa 22 ou 26, garantindo resistência mecânica e durabilidade;
Acabamento: pintura eletrostática epóxi de alta resistência, proporcionando proteção contra corrosão e desgastes;
Pés: estrutura com pés, compondo a altura total de 1,76 metro.
3.3. Personalização: Não se aplica.

4. Prazo e local de entrega: A entrega deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento, na sede da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

5. Critério de julgamento: Menor preço global. Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6. Condições de pagamento: Em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7. Obrigações da contratada: Executar a entrega conforme as especificações, garantir a qualidade dos produtos, cumprir o prazo estabelecido e substituir os itens que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações solicitadas.

8. Fundamentação legal: Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Dotação orçamentária: As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.

10. Participação dos proponentes:
10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).
10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11. Apresentação das propostas: Devem conter:
Identificação do proponente (CPF/CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Indicação de inclusão ou não do frete.

12. Pesquisa de preços: A estimativa será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

Elaborado Por:
ÂNGELA BARONY LAGE
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado Por:
GEOVANE GOMES BATISTA –
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:486EBFAC

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº58-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº58-2026

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para aquisição de **Smart TV de 100 polegadas, com suporte**, conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.

Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.

1 - Objeto: Aquisição de 01 (uma) Smart TV de 100 polegadas, modelo Samsung Ultra 4K Neo QLED QN80F, referência QN100QN80FGFXZD, com resolução Ultra 4K, taxa de atualização de 120 Hz, sistema operacional Tizen, recursos de inteligência artificial, assistentes virtuais Bixby e Alexa, 04 (quatro) entradas HDMI e suporte, destinada ao plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2 - Justificativa: A aquisição do equipamento tem como finalidade atender às necessidades do plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, onde será utilizado durante a realização das reuniões, sessões e demais atividades institucionais.

O equipamento proporcionará melhor visualização de informações, documentos, apresentações, pautas e demais conteúdos exibidos durante os trabalhos legislativos, garantindo maior qualidade e acessibilidade visual aos vereadores, servidores e público presente.

A escolha de equipamento com tela de 100 polegadas e resolução Ultra 4K justifica-se pela necessidade de proporcionar boa visibilidade a todos os presentes no plenário, inclusive àqueles que estiverem posicionados a maior distância da tela.
Além disso, os recursos tecnológicos disponíveis no equipamento contribuirão para maior praticidade e eficiência na apresentação de conteúdos, podendo também facilitar a integração com computadores e outros dispositivos utilizados nas atividades da Câmara Municipal.

3 - Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter:
Identificação do proponente (CPF ou CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Marca e modelo do equipamento ofertado;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Foto ou imagem do equipamento ofertado;
Ficha técnica, catálogo ou documento do fabricante que permita a conferência das especificações técnicas do produto.
As propostas poderão ser encaminhadas:
Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **28/08/2026**;
Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

4 - Prazo de entrega: O prazo de entrega será de _ dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento.

5 - Condições de pagamento: O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6 - Disposições gerais:
Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.

O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis nos termos do artigo 75, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial e no

sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era e no mural também da Câmara Municipal de Nova Era.
A contratação será precedida de pesquisa de preço de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto: Aquisição de 01 (uma) Smart TV de 100 polegadas, com resolução Ultra 4K, tecnologia Neo QLED, taxa de atualização de 120 Hz, sistema operacional Tizen, recursos de inteligência artificial, assistentes virtuais Bixby e Alexa, 04 (quatro) entradas HDMI e suporte, destinada ao plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2. Justificativa da contratação:
A aquisição do equipamento tem como finalidade atender às necessidades do plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, onde será utilizado durante a realização das reuniões, sessões e demais atividades institucionais.

O equipamento proporcionará melhor visualização de informações, documentos, apresentações, pautas e demais conteúdos exibidos durante os trabalhos legislativos, garantindo maior qualidade e acessibilidade visual aos vereadores, servidores e público presente.

A escolha de equipamento com tela de 100 polegadas e resolução Ultra 4K justifica-se pela necessidade de proporcionar boa visibilidade a todos os presentes no plenário, inclusive àqueles que estiverem posicionados a maior distância da tela.

Além disso, os recursos tecnológicos disponíveis no equipamento contribuirão para maior praticidade e eficiência na apresentação de conteúdos, podendo também facilitar a integração com computadores e outros dispositivos utilizados nas atividades da Câmara Municipal.

3. Especificações técnicas mínimas:
3.1. Quantitativo: 01 (uma) unidade.
3.2. Características mínimas:
Marca: Samsung;
Referência/modelo: QN100QN80FGFXZD / QN80F;
Linha: Neo QLED;
Tamanho da tela: 100 polegadas;
Resolução: Ultra 4K;
Painel: Neo QLED;
Tipo de display: Smart TV;
Taxa de atualização da tela: 120 Hz;
Sistema operacional: Tizen;
Processador: compatível com o modelo ofertado;
Inteligência artificial: recursos de AI;
Assistentes virtuais: Bixby e Alexa;
Conectividade: Wi-Fi e demais recursos de conectividade compatíveis com o modelo;
Conexões: 04 (quatro) entradas HDMI, além das demais conexões disponibilizadas pelo fabricante;
Canal de retorno de áudio HDMI: compatível;
Controle remoto: incluso;
Formato da tela: compatível com o modelo;
Voltagem: conforme especificação do fabricante;
Cor: preta;
Suporte: incluso, adequado ao equipamento e compatível com sua instalação no plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais;
Ano de lançamento: 2025;
Garantia: garantia legal de 03 (três) meses, acrescida da garantia contratual oferecida pelo fabricante, quando aplicável, totalizando, conforme especificação do produto, o prazo informado pelo fabricante.

3.3. Apresentação das características do equipamento:
A proposta deverá apresentar a marca e o modelo exatos do equipamento ofertado, acompanhados de foto ou imagem do produto e ficha técnica, catálogo ou documento oficial do fabricante que permita a conferência das especificações técnicas.

O equipamento ofertado deverá atender integralmente às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

3.4. Personalização: Não se aplica.

4. Prazo e local de entrega: A entrega deverá ocorrer em até _ dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento, na sede da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

5. Critério de julgamento: Menor preço global. Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6. Condições de pagamento: Em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7. Obrigações da contratada: Executar a entrega conforme as especificações, garantir a qualidade do equipamento, fornecer produto novo, original e em perfeito estado de funcionamento, cumprir o prazo estabelecido, entregar o suporte juntamente com o equipamento e substituir o produto que apresentar defeito ou estiver em desacordo com as especificações solicitadas.

8. Fundamentação legal: Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Dotação orçamentária: As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.

10. Participação dos proponentes:
10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).
10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11. Apresentação das propostas: Devem conter:
Identificação do proponente (CPF/CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Marca e modelo do equipamento ofertado;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Foto ou imagem do equipamento ofertado;
Ficha técnica, catálogo ou documento do fabricante que permita a conferência das especificações técnicas do produto;
Indicação de inclusão ou não do frete.

12. Pesquisa de preços: A estimativa será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

Elaborado Por:
ÂNGELA BARONY LAGE –
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado Por:
GEOVANE GOMES BATISTA –
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:8CD5237C

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº59-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº59-2026

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para aquisição e adequação de mobiliário sob medida e elementos de comunicação visual em MDF e lâmina natural para o plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.

Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.

1 - Objeto: Aquisição e adequação de mobiliário sob medida e elementos de comunicação visual em MDF e lâmina natural para o plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, incluindo fornecimento de materiais e serviços de marcenaria necessários à execução, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2 - Justificativa:
A adequação da infraestrutura do plenário é fundamental para garantir a funcionalidade, a organização e a solenidade do espaço onde são realizadas as sessões legislativas, audiências públicas e eventos institucionais
.
A instalação do painel para TV viabilizará o suporte adequado para telas de exibição de votações, pautas e transmissões, otimizando o acompanhamento dos trabalhos pelos parlamentares e pelo público.

O letreiro caixa e o painel de quadros padronizam a comunicação visual do ambiente, reforçando a solenidade do recinto e o respeito aos símbolos institucionais.

O complemento do aparador e o reaproveitamento do armário existente, com a confecção de nova lateral, contribuirão para evitar o descarte desnecessário de móveis, alinhando-se aos princípios da eficiência e da economicidade da Administração Pública.

Por fim, a aquisição dos itens e a execução dos serviços discriminados são indispensáveis para a manutenção do patrimônio público e para o adequado funcionamento das atividades do Poder Legislativo.

3 - Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter:
Identificação do proponente (CPF ou CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega e execução dos serviços;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Indicação de inclusão ou não do frete.
As propostas poderão ser encaminhadas:
Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **28/08/2026**;

Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

4 - Prazo de entrega: O prazo de entrega e execução dos serviços será de _ dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento.

5 - Condições de pagamento: O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6 - Disposições gerais:
Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.

O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis nos termos do artigo 75, parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era e no mural também da Câmara Municipal de Nova Era.

A contratação será precedida de pesquisa de preço de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto: Aquisição e adequação de mobiliário sob medida e elementos de comunicação visual em MDF e lâmina natural para o plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, incluindo o fornecimento dos materiais e a execução dos serviços de marcenaria necessários à instalação, adequação e acabamento dos itens, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2. Justificativa da contratação:
A adequação da infraestrutura do plenário é fundamental para garantir a funcionalidade, a organização e a solenidade do espaço onde são realizadas as sessões legislativas, audiências públicas e eventos institucionais.

A instalação do painel para TV viabilizará o suporte adequado para telas de exibição de votações, pautas e transmissões, otimizando o acompanhamento dos trabalhos pelos parlamentares e pelo público.

O letreiro caixa e o painel de quadros padronizam a comunicação visual do ambiente, reforçando a solenidade do recinto e o respeito aos símbolos institucionais.

O complemento do aparador e o reaproveitamento do armário existente, com a confecção de nova lateral, contribuirão para evitar o descarte desnecessário de móveis, alinhando-se aos princípios da eficiência e da economicidade da Administração Pública.

Por fim, a aquisição dos itens e a execução dos serviços discriminados são indispensáveis para a manutenção do patrimônio público e para o adequado funcionamento das atividades do Poder Legislativo.

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, sendo precedida de planejamento e pesquisa de preço, conforme artigo 23 e artigo 72.

3. Especificações técnicas mínimas:

3.1. Quantitativo e características mínimas:

01 (um) painel para TV em MDF louro preto, padrão/grã, medindo 310 centímetros de largura por 375 centímetros de altura, com espessura de 3 centímetros;

01 (um) painel para quadros em MDF louro preto, padrão/grã, medindo 456 centímetros de largura por 289 centímetros de altura, com espessura de 3 centímetros;

01 (um) armário com 02 (duas) portas em lâmina natural linheiro, medindo 112 centímetros de largura por 72 centímetros de altura por 47 centímetros de profundidade, destinado ao complemento de aparador existente;

01 (um) letreiro caixa em MDF laqueado, na cor a definir pela Administração, medindo aproximadamente 206 centímetros de comprimento por 20 centímetros de altura, com espessura de 1,8 centímetro;

01 (um) serviço de marcenaria para desmontagem e confecção de material para a lateral de armário existente, incluindo os serviços necessários à adequada execução, acabamento e instalação da nova lateral.

3.2. Características mínimas:

Os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade e adequados ao uso a que se destinam.

Os itens deverão ser confeccionados de acordo com as medidas e características estabelecidas neste Termo de Referência, observando-se o padrão, acabamento e materiais especificados.

Os serviços de marcenaria deverão compreender a desmontagem necessária do armário existente, a confecção da nova lateral, o reaproveitamento do móvel existente e sua adequada reinstalação, garantindo acabamento e compatibilidade com o mobiliário existente.

3.3. Personalização: Os itens deverão ser confeccionados sob medida, observando as dimensões, materiais, padrões e acabamentos especificados neste Termo de Referência e as condições existentes no plenário da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

4. Prazo e local de entrega: A entrega, montagem, instalação, adequação e execução dos serviços deverão ocorrer em até _ dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento, na sede da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

5. Critério de julgamento: Menor preço global. Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6. Condições de pagamento: Em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7. Obrigações da contratada: Executar os serviços e fornecer os materiais conforme as especificações, medidas e acabamentos estabelecidos; utilizar materiais novos e de qualidade; cumprir os prazos estabelecidos; realizar a montagem, instalação e adequação dos itens; responsabilizar-se pela execução dos serviços de marcenaria; preservar o patrimônio existente durante a execução; reparar eventuais danos causados durante os serviços; e corrigir ou substituir materiais e serviços que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as especificações solicitadas.

8. Fundamentação legal: Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Dotação orçamentária: As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.

10. Participação dos proponentes:

10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).

10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11. Apresentação das propostas: Devem conter:
Identificação do proponente (CPF/CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega e execução dos serviços;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Indicação de inclusão ou não do frete.

12. Pesquisa de preços: A estimativa será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 21 de agosto de 2026.

Elaborado Por:
ÂNGELA BARONY LAGE –
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado Por:
GEOVANE GOMES BATISTA –
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:233D4E20

COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE CHAMAMENTO Nº60-2026 E TERMO DE REFERÊNCIA Nº60-2026

A Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais torna público que realizará procedimento de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, combinado com o artigo 72 do mesmo diploma legal, visando a obtenção de propostas para aquisição de equipamentos e contratação de mão de obra especializada, conforme especificações constantes neste aviso de chamamento e no termo de referência.

Fica dispensada a elaboração de edital nos termos da legislação aplicável.

1 - Objeto:
Aquisição de 02 (duas) câmeras Full HD coloridas, 120 (cento e vinte) metros de cabo coaxial e contratação de mão de obra especializada para reparo e adequação do sistema de câmeras de segurança instalado na Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

2 - Justificativa:
Verificou-se, por meio do responsável pelo acompanhamento das câmeras instaladas nesta Casa Legislativa, a necessidade de realização de melhorias e reparos no sistema de segurança da recepção da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

A instalação de nova câmera mostra-se necessária para ampliar a cobertura do sistema de monitoramento, mediante posicionamento estratégico na entrada principal da Câmara, com foco direto no fluxo de acesso ao prédio, possibilitando melhor visualização e registro das pessoas que entram e saem das dependências da Casa Legislativa.

A medida tem por objetivo reforçar a segurança das instalações, dos servidores, vereadores, visitantes e do patrimônio público, proporcionando maior controle e acompanhamento do acesso ao prédio.

Além disso, foi constatado que uma das câmeras atualmente instaladas na recepção encontra-se inoperante, sendo necessária a realização de reparo para restabelecer o funcionamento adequado do sistema de monitoramento.

A aquisição dos equipamentos e a execução dos serviços de reparo são, portanto, necessárias para assegurar o adequado funcionamento do sistema de segurança e contribuir para a proteção das pessoas, das instalações e do patrimônio da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

3 - Recebimento das propostas:
As propostas deverão conter:
Identificação do proponente (CPF ou CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Marca e modelo das câmeras ofertadas;
Descrição dos equipamentos e serviços;
Valor unitário e total;
Prazo de entrega e execução dos serviços;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Indicação de inclusão ou não do frete.

As propostas poderão ser encaminhadas:

Por e-mail para compras@cmne.mg.gov.br até às 23:59 do dia **28/08/2026**;
Presencialmente, em envelope lacrado, até às 16 horas do mesmo dia, no setor de compras, licitações e contratos da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

4 - Prazo de entrega:
O prazo de entrega dos equipamentos e execução dos serviços será de _ dias corridos, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento.

5 - Condições de pagamento:
O pagamento será efetuado em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

6 - Disposições gerais:
Poderão participar pessoas físicas e jurídicas regularmente constituídas.
O presente chamamento permanecerá disponível pelo prazo mínimo de três dias úteis, nos termos do artigo 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, contados a partir da publicação no Diário Oficial, no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nova Era e no mural também da Câmara Municipal de Nova Era.

A contratação será precedida de pesquisa de preços de mercado com base em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 24 de agosto de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - Objeto:
Aquisição de 02 (duas) câmeras Full HD coloridas, 120 (cento e vinte) metros de cabo coaxial e contratação de mão de obra especializada para reparo e adequação do sistema de câmeras de segurança instalado na Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

2 - Justificativa da contratação:
Verificou-se, por meio do responsável pelo acompanhamento das câmeras instaladas nesta Casa Legislativa, a necessidade de realização de melhorias e reparos no sistema de segurança da recepção da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

A instalação de nova câmera mostra-se necessária para ampliar a cobertura do sistema de monitoramento, mediante posicionamento estratégico na entrada principal da Câmara, com foco direto no fluxo de acesso ao prédio, possibilitando melhor visualização e registro das pessoas que entram e saem das dependências da Casa Legislativa.

A medida tem por objetivo reforçar a segurança das instalações, dos servidores, vereadores, visitantes e do patrimônio público, proporcionando maior controle e acompanhamento do acesso ao prédio.

Além disso, foi constatado que uma das câmeras atualmente instaladas na recepção encontra-se inoperante, sendo necessária a realização de reparo para restabelecer o funcionamento adequado do sistema de monitoramento.

A aquisição dos equipamentos e a execução dos serviços de reparo são, portanto, necessárias para assegurar o adequado funcionamento do sistema de segurança e contribuir para a proteção das pessoas, das instalações e do patrimônio da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

A presente contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, sendo precedida de planejamento e pesquisa de preço, conforme artigo 23 e artigo 72.

3 - Especificações técnicas mínimas:
3.1. Quantitativo:
02 (duas) câmeras Full HD coloridas;
120 (cento e vinte) metros de cabo coaxial;
01 (um) serviço de mão de obra especializada para reparo e adequação do sistema de câmeras de segurança existente.

3.2. Características mínimas:
Câmeras com resolução Full HD e imagem colorida;
Equipamentos novos e em perfeito estado de funcionamento;
Cabo coaxial adequado ao sistema de monitoramento instalado na Câmara Municipal, com quantidade total de 120 (cento e vinte) metros;
Compatibilidade das câmeras com o sistema de monitoramento existente na Câmara Municipal;
A mão de obra deverá contemplar o reparo da câmera atualmente inoperante, bem como os serviços necessários para instalação, conexão, configuração e teste dos equipamentos fornecidos, garantindo o adequado funcionamento do sistema.

3.3. Instalação e adequação:
A contratada deverá realizar a instalação da nova câmera em local definido pela Administração, especialmente na entrada principal da Câmara Municipal, de modo a proporcionar cobertura adequada do fluxo de acesso ao prédio.
Deverá também realizar o reparo da câmera atualmente inoperante e os demais ajustes necessários ao perfeito funcionamento do sistema.
Após a execução, deverão ser realizados testes de funcionamento e verificação da qualidade das imagens.

3.4. Personalização:
Não se aplica.

4 - Prazo e local de entrega e execução:
A entrega dos equipamentos e a execução dos serviços deverão ocorrer em até **05 (cinco) dias corridos**, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento da solicitação de fornecimento, na sede da Câmara Municipal de Nova Era/Minas Gerais.

5 - Critério de julgamento:
Menor preço global.
Nos casos de pessoa física, será acrescido no valor da proposta apresentada o INSS patronal, nos termos da legislação vigente, a fim de verificação do preço final.

6 - Condições de pagamento:
Em até cinco dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, conclusão dos serviços e ateste da nota fiscal pelo setor competente.

7 - Obrigações da contratada:
Executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
Fornecer equipamentos novos e em perfeito estado de funcionamento;
Fornecer os 120 (cento e vinte) metros de cabo coaxial especificados no objeto;
Realizar a instalação e configuração dos equipamentos;
Executar o reparo da câmera inoperante;
Realizar os testes necessários após a instalação e os reparos;
Garantir a qualidade dos equipamentos e dos serviços executados;
Cumprir o prazo estabelecido;
Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao patrimônio da Câmara Municipal durante a execução dos serviços;
Corrigir eventuais falhas decorrentes da instalação ou dos serviços realizados.

8 - Fundamentação legal:
Artigo 75, inciso II, artigo 23 e artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 - Dotação orçamentária:
As despesas correrão por dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Nova Era.

10 - Participação dos proponentes:
10.1. Pessoa física, sujeita às retenções legais (INSS, ISSQN e IRRF quando aplicável).
10.2. Pessoa jurídica, deverá apresentar regularidade fiscal e demais exigências legais.

11 - Apresentação das propostas:
Devem conter:
Identificação do proponente (CPF/CNPJ);
Descrição detalhada do objeto;
Marca e modelo das câmeras ofertadas;
Descrição dos equipamentos e serviços;
Valor unitário e total;
Valor total da mão de obra;
Prazo de entrega e execução;
Condições de pagamento;
Validade da proposta;
Indicação de inclusão ou não do frete.

12 - Pesquisa de preços:
A estimativa será realizada previamente pela Administração, com base em pesquisa de mercado em fontes idôneas.

Nova Era/Minas Gerais, 24 de agosto de 2026.

Elaborado Por:
ÂNGELA BARONY LAGE –
Setor de Compras, Licitações e Contratos

Autorizado Por:
GEOVANE GOMES BATISTA –
Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, Minas Gerais

Publicado por:
Ângela Barony Lage
Código Identificador:EFC53E52

SECRETARIA LEGISLATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº. 033/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

FAZ EXONERAÇÃO A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE IMPRENSA DA CÂMARA MUNIIPAL DE NOVA ERA.

GEOVANE GOMES BATISTA, Presidente da Câmara Municipal de Nova Era, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa Legislativa, e;

Considerando que a Servidora Patrícia Emiliano Silva dos Santos, protocolou no dia 24 de agosto de 2026, pedido de exoneração do cargo em comissão de Assessor de Imprensa da Câmara Municipal de Nova Era, por motivos pessoais, a partir do dia 25 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art.1º - Fica Exonerada, a pedido, a partir da data de 25 de agosto de 2026, a Servidora **PATRÍCIA EMILIANO SILVA DOS SANTOS**, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Imprensa da Câmara Municipal de Nova Era, constante da Lei Municipal nº. 1.827, de 28 de fevereiro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Era, 24 de agosto de 2026.

GEOVANE GOMES BATISTA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Mirian Malta Magalhães
Código Identificador:107C30A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

COMPRAS E LICITAÇÕES
ATO DE AUTORIZAÇÃO - PROCESSO 61/2026
INEXIGIBILIDADE 19/2026 - CURSO NELIO, PEUCA E TULIO.

ATO DE AUTORIZAÇÃO

O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Com fundamento no inciso III, do art. 74, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021, estando presentes os requisitos para tanto, conforme o que consta no Processo n° 61/2026, Inexigibilidade n° 19/2026, autorizo contratação de serviços de curso de capacitação e treinamento para os vereadores Nélio Humberto Souza Marques, Paulo César de Lima Junior e Túlio Expedito de Castro, da Câmara Municipal de Patrocínio no exercício de 2026, da empresa CEAP Brasil – Centro de Estudos da Administração Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 13.891.611/0001-19, no valor de R$ 6.570,00 (seis mil quinhentos e setenta reais).

Patrocínio, 24 de agosto de 2026.

NIKOLAS DE QUEIROZ ELIAS
Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:36D361BD

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE NOVA REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026
EDITAL Nº 6/2026 - SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA

AVISO DE NOVA REPUBLICAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54/2026
EDITAL Nº 6/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **REPUBLICAÇÃO** do edital do processo em epígrafe. A medida ocorre após o acolhimento parcial e a ratificação de impugnação administrativa, o que resultou na alteração de cláusulas editalícias. O prazo de publicidade foi reaberto conforme determina o art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

OBJETO
Contratação de empresa especializada para cessão de direito de uso (locação) de sistema web para gestão da tramitação de processos legislativos e administrativos de forma totalmente eletrônica, votação eletrônica, organização e transmissão das sessões legislativas, assinaturas digitais, portal web, serviços de implantação (configuração, parametrização, migração de dados e treinamento), protocolo externo, integração digital do processo legislativo com o Poder Executivo, atendimento especial e suporte técnico na Câmara Municipal de Patrocínio, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R$ 171.900,00 (cento e setenta e um mil e novecentos reais)

NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 11/09/2026 às 08h:30min (horário de Brasília)

Critério de Julgamento
Menor preço global do grupo único

Modo de disputa

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

SÍTIO ELETRÔNICO
Plataforma Virtual Licitanet (www.licitanet.com.br)

O Edital readequado e a íntegra da decisão de impugnação encontram-se disponíveis no portal oficial da Câmara Municipal e na plataforma Licitanet.

Patrocínio/MG, 21 de agosto de 2026.

NÍKOLAS DE QUEIROZ ELIAS
Presidente da Câmara Municipal de Patrocínio

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:00A39320

COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE REFERENCIA - PROCESSO 61/2026
INEXIGIBILIDADE 19/2026 - CURSO NELIO, PEUCA E TULIO.

TERMO DE REFERÊNCIA
CURSO

PROCEDIMENTO N° 61/2026.
BASE NORMATIVA: LEI Nº 14.133/21

O presente Termo de Referência foi elaborado objetivando consignar de forma detalhada a descrição do serviço a ser adquirido, das suas características, das informações a serem prestadas e dos controles a serem adotados.

1 - DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS
1.1- DO OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO PARA OS VEREADORES NÉLIO HUMBERTO SOUZA MARQUES, PAULO CÉSAR DE LIMA JUNIOR E TÚLIO EXPEDITO DE CASTRO DA CAMARA MUNICIPAL DE PATROCINIO, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.
1.2- DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS:

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO
1	3	SE	CAPACITACAO E TREINAMENTO EM CURSO PRESENCIAL. CURSO NA AREA LEGISLATIVA.

1.3 - Definição acerca da continuidade da entrega dos produtos ou do serviço e alocação de mão de obra:
(x) Não continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Não continuado. COM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Continuado. SEM dedicação exclusiva de mão de obra.
( ) Continuado. COM dedicação exclusiva de mão de obra.
1.4 - Agrupamento de itens:
A presente contratação será por:
(x) Itens isolados.
( ) Grupo de itens. Justificativa: Não se aplica.

2 – VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO
2.1 - O início da vigência da presente contratação está previsto para dia 25 de agosto de 2026.
2.2 - A duração da vigência será:
( ) Pelo seguinte número de meses: 12
(x) Até o final do exercício da contratação.
2.3 - Em caso de vigência superior a 12 meses, justificar a vantajosidade da contratação pelo período solicitado: Não se aplica.
2.4 - Possibilidade de prorrogação:
(x) Não. Em razão de: Não poderá ultrapassar os créditos orçamentários do exercício da contratação.
( ) Sim. Número de meses e fundamento legal: Não se aplica.

3 - DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
3.1 - A presente contratação justifica-se pela necessidade de capacitação dos servidores e vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio
3.2 - A fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência. Por outro lado, considerando que se trata de hipótese de inexigibilidade de licitação, é necessária a análise da hipótese legal delineada, qual seja: Art. 74, III, "f" da Lei nº 14.133/21. Nesse caminhar, consultando o Estudo Técnico Preliminar, é possível transcrever o seguinte sobre a hipótese legal de inexigibilidade de licitação, bem como sobre os requisitos legais para a contratação:
A presente contratação é pautada na inexigibilidade prevista pelo art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21. Desse modo, o dispositivo legal em questão assim prevê:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (...).

Desse modo, é possível apresentar requisitos para essa contratação por inexigibilidade de licitação, quais sejam: A) Inviabilidade de competição; B) Serviço Técnico Especializado; C) Demonstração que a contratação de profissional ou empresa com notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto contratado; D) Notória Especialização e; E) Natureza singular do objeto a ser contratado.
A) Inviabilidade de competição
A inviabilidade de competição é requisito comum às inexigibilidades de licitação. Referida inviabilidade pode decorrer da ausência de pluralidade de alternativas, ausência de mercado concorrencial ou ainda da ausência de objetividade na seleção do objeto.
A ausência de objetividade na seleção do objeto se caracteriza, como regra, pela impossibilidade de seleção segundo critérios objetivos. Existem diferentes alternativas, mas a natureza personalíssima da atuação do particular impede o julgamento objetivo. É impossível definir com precisão uma relação custo-benefício. Ainda que seja possível determinar o custo, os benefícios que serão usufruídos pela Administração são relativamente imponderáveis. Essa incerteza deriva basicamente da natureza subjetiva da avaliação, eis que a natureza da prestação envolve fatores intelectuais, artísticos, criativos e assim por diante. Não há critério objetivo de julgamento para escolher o melhor. Quando não houver critério objetivo de julgamento, a competição perde o sentido.
Conforme será apontado pelos tópicos seguintes, no presente caso, não há critérios objetivos para julgamento, o que caracteriza a inexigibilidade de licitação.
B) Serviço Técnico Especializado
É fato público e notório que a excelência das atividades desta Casa, como a de qualquer atividade pública, requer permanente aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos dos agentes públicos, como forma de garantir a legitimidade do serviço público prestado, sua efetividade, eficiência e alcance do bem comum a que se presta.
A legislação pátria permite-nos inferir, por premissa básica, que, se os serviços pretendidos se enquadram na hipótese do citado art. 74, III, "f" da Lei federal nº 14.133, de 2021, a inexigibilidade de licitação já se caracteriza. É o que ocorre com o serviço que se pretende contratar no caso em comento, que, vale dizer, tem como característica principal o fato de ser executado de forma predominantemente intelectual, característica esta incluída na descrição dos serviços técnicos especializados previstos pela legislação.
Extrai-se ainda do Documento de Formalização da Demanda, que a presente iniciativa tem o objetivo de contratar pessoa jurídica para prestação de serviços de docência em ação educacional.
A ação educacional em questão refere-se à contratação do curso denominado Fórum de Desenvolvimento Econômico dos Municípios: Relações com o Governo Federal e Estratégia Legislativa do Vereador.

Assim, para a contratação solicitada, é preciso a caracterização de um serviço predominantemente intelectual, o que é o caso da presente contratação.

C) Demonstração que a contratação de profissional ou empresa com notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto contratado

Para que essa hipótese de inexigibilidade seja aplicável, deve-se avaliar não somente as características do prestador, mas também as do serviço demandado, a fim de demonstrar que a contratação do profissional ou da empresa de notória especialização é imprescindível à plena satisfação do objeto do contrato, como previsto no art. 6º, inciso XIX, e no art. 74, § 3º, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Note-se que, nessa hipótese de inexigibilidade, a técnica empregada na execução do objeto e a habilidade do prestador são interdependentes, fazendo com que a escolha do contratado dependa de uma análise subjetiva, o que torna a licitação inviável. Isso porque haverá dificuldade em comparar objetivamente as propostas, que estão atreladas aos profissionais que executarão os trabalhos.

É o caso por exemplo, das contratações de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em que os resultados pretendidos pela Administração dependem da atuação direta do instrutor, ou seja, da aplicação de talento, técnica e didática próprias, com curso desenvolvido ou adaptado especificamente para o atendimento do público-alvo do treinamento. Nessas circunstâncias, restará configurada a inviabilidade de competição, haja vista a impossibilidade de comparar objetivamente os possíveis instrutores e os produtos por eles oferecidos.

O curso a ser contratado ensina como identificar as potencialidades econômicas do Município, especialmente nas áreas de turismo, agricultura, economia rural, inovação e tecnologia; compreender como o turismo pode se tornar uma política pública de desenvolvimento, por meio do turismo rural, cultural, religioso, gastronômico, ecológico e de eventos; conhecer estratégias legislativas para fortalecer a agricultura local, com foco em agricultura familiar, pequenos produtores, cooperativismo, associativismo, agroindústria e cadeias produtivas; entender os impactos da Reforma Tributária nos Municípios, especialmente em relação à arrecadação, competitividade, atração de investimentos e planejamento econômico local; aprender como a inovação e a tecnologia podem gerar desenvolvimento municipal, com transformação digital, cidades inteligentes, economia criativa e melhoria dos serviços públicos; conhecer caminhos para acessar programas federais e estruturar políticas municipais, utilizando planos, marcos legais, parcerias institucionais e atuação estratégica da Câmara Municipal.

Nesse sentido, é possível inferir que a contratação aqui aduzida é fundamental e crucial para o atendimento dos interesses do órgão, haja vista que guarda evidente relação com os conhecimentos necessários ao agente público para o desempenho de suas funções. Nesse sentido, os servidores e vereadores devem ser capacitados continuamente para o regular exercício de suas atribuições, notadamente porque as atividades desempenhadas pelos agentes públicos estão sujeitas à constante atualização procedimental e de conteúdo.

D) Notória especialização para escolha do fornecedor

Outro requisito também mantido na Lei federal nº 14.133, de 2021, a notória especialização do profissional deve estar relacionada ao objeto pretendido, e, segundo a doutrina, precisa estar intimamente relacionada com a singularidade intentada pela Administração. O conceito reproduzido no § 3º do art. 74 da Lei federal nº 14.133, de 2021 se refere ao requisito da atividade da pessoa permitir inferir que o trabalho é essencial e reconhecidamente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Desse modo, deve ser avaliado: i) se as pessoas, por meio de desempenhos anteriores, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica e outros requisitos relacionados com suas atividades, são as mais adequadas ao atendimento da necessidade pública. Normalmente isso se constata pela apresentação de currículo, diplomas acadêmicos, publicações na área do conhecimento e atestados de capacidade técnica, sem prejuízo de outras fontes pertinentes; e ii) se a notória especialização está relacionada com o serviço técnico especializado singular objeto da contratação.

Certo é que os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal podem ser alvo de contratação direta, por meio da inexigibilidade de licitação, consubstanciada no art. 74, III, "f" e § 3º da Nova Lei de Licitações e Contratos, mas esse enquadramento dependerá da presença dos requisitos normativos exigidos.

No caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher de maneira isenta entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar a capacidade intelectual oferecida por cada pessoa física ou jurídica. Por essa razão, a lei de licitações optou por classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares. Sendo de natureza singular o serviço, será necessariamente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. Nesse sentido, inclusive, é a decisão 439/1998, do TCU, senão vejamos:

*(...) 3. É notoriamente sabido que na maioria das vezes, no caso concreto, é difícil estabelecer padrões adequados de competição para escolher isentamente entre diferentes professores ou cursos, tornando-se complicado comparar o talento e a capacidade didática dos diversos mestres. 4. Aliás, essa realidade já foi reconhecida pela doutrina do direito administrativo. O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ainda quanto à aplicação do art. 23, inciso II, do Dec.-lei no 2.300/86, defendia que: "A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados - que são o que afinal importa obter -, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuadamente. **Por todas essas razões entendeu a lei de licitações de classificar na categoria de serviço técnico profissional especializado, o trabalho de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal da Administração, por particulares (pessoas físicas ou jurídicas); sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento de outro, ainda que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos. E, desse modo, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se inexigível a licitação por imperativo lógico que consta do art. 23, inciso II, do Dec.-lei no 2.300/86."** ("Treinamento de Pessoal - Natureza da Contratação" "in" Boletim de Direito Administrativo - Março de 1993, págs. 176/79- grifo nosso) 5. Nessa mesma linha de raciocínio, destaco pensamento do administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral, que ao discorrer sobre a contratação de profissional para realização de treinamento de pessoal, assevera que: "Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI, da mesma Lei no 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque é conduzido por uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade reside em que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) experiência; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na condução de grupos, frequentemente heterogêneos inclusive no que se refere à formação profissional; e) capacidade de comunicação. Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor ou docente, essa singularidade subjetiva é também objetiva. Vale dizer: também o serviço por ele prestado é singular..." ("Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos", Malheiros Editores, 1995, pág. 110). (TCU. Decisão no 439/1998. Plenário. Processo: 000.830/1998-4. Relator: Ministro Adhemar Paladini Ghisi. Sessão de 15/07/1998.)" (Grifei)*

Diante da singularidade dos serviços prestado, a escolha da empresa *CEAP Brasil – Centro de Estudos da Administração Pública, por meio dos docentes Mônica Lopes, Mariana Pimentel, Flávia Salvador e Kim Damasceno,* se dá por meio de uma decisão estratégica para atender as necessidades apontadas pelo demandante. A escolha do docente de notória especialização se dá de acordo com sua formação, experiências, publicações, metodologias aplicadas, capacidade de

docência, e de como tais características pessoais se compatibilizam com os temas e os objetivos das capacitações a serem contratadas, haja vista a sua experiência acadêmica e profissional com relação ao tema que será ministrado, conforme se verifica em informações constantes do cronograma do curso e do currículo do orientador.

Nesse sentido, conforme currículos apresentados, os professores são:

***Mônica Lopes**: Mestre em Direito, Sociedade e Tecnologia, possui MBA em Administração Pública e Gerência de Cidades e pós-graduação em Direito Público. Atua como Consultora Legislativa, especializada na revisão e atualização de Leis Orgânicas Municipais e Regimentos Internos de Câmaras Municipais. É Coordenadora Pedagógica da Pós-Graduação Prática em Poder Legislativo do IBPOM, Editora-Chefe da Revista de Estudos de Direito Legislativo (REDL) e cofundadora da consultoria CEAP BRASIL & LOPES, sediada em Brasília.*

***Mariana Pimentel**: Empresária, consultora e palestrante. Graduada em Relações Internacionais e especialista em Direito Eleitoral, Direito Legislativo, Gestão Pública e Assessoria Parlamentar, atua na capacitação de gestores públicos em planejamento, elaboração de projetos e captação de recursos federais, contribuindo para transformar demandas municipais em projetos estruturados e resultados concretos.*

***Flávia Salvador**: Gerente do CTAT e Analista Técnica de Finanças e Tributação da CNM. Especialista em Contabilidade e Finanças Públicas, integra o PAT-RTC, do Ministério da Fazenda. Graduada em Administração, com especializações em Auditoria, Gestão Pública e Finanças Públicas, possui ampla experiência em gestão municipal, com atuação nas áreas de Fazenda, Administração, Planejamento e Governo.*

***Kim Damasceno**: Advogado com pós-graduação em Direito Público. Atua como advogado na CNM e também é o responsável pelo setor Poder Legislativo Municipal, que iniciou como um projeto de atendimento a Vereadores e Câmaras Municipais. Também atua como como consultor legislativo e palestrante.*

Além disso, a empresa fornecedora do curso é estabelecida no mercado, sendo reconhecida pelo oferecimento de treinamentos e formação educacional.

É a partir dos aspectos apresentados que o requisito da notória especialização resta configurado.

E) Natureza singular do objeto a ser contratado.

A Lei nº 14.133/21 não previu de maneira expressa o requisito de comprovação da natureza singular do serviço a ser contratado. Nesse sentido, instaurou-se controvérsia na doutrina acerca da necessidade de comprovação desse requisito. Alguns estudiosos, inclusive, indicam posicionamento do Tribunal de Contas da União que analisou dispositivo legal similar da Lei Federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), em que indicou a singularidade do serviço como um dos requisitos para a contratação direta de profissionais com notória especialização.

Desse modo, por cautela, também é pertinente analisar o presente aspecto. Objeto singular é aquele que poderia ser qualificado como infungível, aqueles que não podem ser substituídos por outros de mesma espécie, qualidade e quantidade. Nesse diapasão, é evidente a correlação existente entre a notória especialização e o serviço singular objeto do procedimento.

Assim, serviço singular é aquele em que o prestador possui conhecimento aprofundado e, por isso, trata-se de atividade diferenciada, mas jamais única ou exclusiva (até porque se fosse exclusiva, a inexigibilidade seria fundamentada pelo inciso I, do art. 74, da Lei nº 14.133/21 e não pelo art. 74, III, "f" da referida lei).

Nesse contexto, na inexigibilidade de licitação para contratação de serviço técnico especializado, com profissionais ou empresas de notória especialização, no âmbito da Lei federal nº 14.133, de 2021, a singularidade se verifica pelo preenchimento das seguintes circunstâncias: i) os serviços são específicos e possuem peculiaridades quanto à maneira e o modo de prestação, somente podendo ser realizados com confiabilidade por pessoas habilitadas e capacitadas; ii) os serviços apresentam complexidade técnica e devem ser feitos sob encomenda por um terceiro, devendo este reunir um conjunto de atributos que não podem ser mensurados por critérios objetivos; e iii) os serviços não devem ser padronizados, básicos e convencionais.

Os serviços de docência para os fins das ações educacionais pretendidas, devem ser caracterizados, via de regra, como singulares, uma vez que não se tratam de atuações padronizadas e, com isso, comparáveis entre si. Pelo contrário, ministrar uma aula ou elaborar um conteúdo educacional é algo peculiar, que resulta da aplicação da formação, da experiência profissional e docente e de metodologias próprias do docente definido, as quais, a princípio, não poderiam ser simplesmente replicadas por qualquer outra pessoa. Com efeito, segue o seguinte ensinamento:

O objeto do serviço de treinamento só se materializa com a aula (o fazer). É por meio desta ação que o professor/instrutor, fazendo uso da metodologia didático-pedagógica, utilizando os recursos instrucionais e aplicando o conteúdo programático, realiza o objeto. Portanto, o núcleo do serviço é a própria aula. ***Ora, se é a aula, não se pode, em regra, considerar que seja um serviço usual ou executado de forma padronizada; não se pode admitir que, quem quer que seja o executor (o professor), desde que aplicando os recursos acima, obtenha os mesmos resultados. Afinal, como é próprio do humano, as pessoas são diferentes entre si. Cada professor possui sua técnica própria, sua forma de lidar com grupos, sua empatia, sua didática, suas experiências pessoais, seu ritmo e tom de voz. Tudo isso compõe um conjunto que os tornam incomparáveis entre si.*** *(...) Tudo isso requer do profissional, a cada serviço, a necessária adaptação. Inclusive o próprio professor será diferente a cada aula proferida, ainda que do mesmo tema, pois em um curso ouve uma pergunta de um aluno, que levanta uma questão não imaginada, conduzindo o desenvolvimento do conteúdo a uma vertente não programada; para outra turma, leu um livro ou artigo recém publicado que o leva a pesquisar novamente o assunto tratado e, eventualmente, provocará mudança de visão e conceitos. Quer dizer, as aulas sempre serão diferentes, seja na condução, seja no conteúdo, seja na forma de exposição. Não há como negar que cada aula (cada serviço) é, em si, singular, inusitado, peculiar. (CHAVES, Luiz Cláudio de Azevedo. Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na administração pública: caso de licitação, dispensa ou inexigibilidade? . IDEMP - Instituto de Desenvolvimento Empresarial, Rio de Janeiro, pp. 3- 4. Disponível em: http://idemp-edu.com.br/uploads/artigos/contratacaoservicostreinamento.pdf)(grifei)*

O professor Ricardo Alexandre Sampaio também preleciona:

Ora, na situação em exame, em que pese diversos particulares possam atender a demanda da Administração, ministrando cursos in company para capacitação dos servidores, ***não se visualiza a possibilidade de estabelecer qualquer critério objetivo para análise, comparação e julgamento de suas propostas, uma vez que a execução desse objeto de modo a atender plenamente a demanda da Administração pressupõe o emprego de atributos e qualificações subjetivas, tais como didática, oratória, experiência, conhecimento, imaginação, entre outros****. (SAMPAIO, Ricardo Alexandre. Inaplicabilidade do pregão à contratação de cursos in company para capacitação de servidores. Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC), Curitiba: Zênite, 2014 n. 242, p. 361) (grifei)*

À vista do exposto, é possível evidenciar que os serviços a serem contratados são singulares, uma vez que é impossível de se estabelecer, a priori, critérios objetivos de comparação com outros serviços de treinamento oferecidos no mercado, o que, por sua vez, afasta a regra licitatória. Além disso, é possível concluir pela possibilidade de contratação por meio da inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21.

3.3 - O objeto da contratação:

( ) Está previsto no Plano de Contratações Anual de ___, conforme número de controle ___/____, do referido PCA.

(x) Não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, sendo a nova demanda justificável pelas seguintes razões: Por não se conseguir prever qual servidor/vereador vai querer fazer curso e qual o curso ele irá fazer, não tem como se falar em plano anual para prevê-los.

3.4 – A contratação fundamenta-se no artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

4 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 - O objeto da contratação compreende a contratação de uma empresa para fornecimento de curso de capacitação. A referida contratação irá solucionar a demanda da Câmara Municipal, haja vista que há a necessidade de capacitação de servidores/vereadores da Câmara Municipal de Patrocínio.
4.2 - A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.
A partir dos aspectos apresentados até o momento, é possível concluir que a solução mais adequada para a demanda da Administração Pública, é a realização de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/21.
Conforme já foi devidamente explanado no presente documento, restou caracterizada a inviabilidade de competição, por se tratar de serviço técnico especializado de natureza singular, oferecido por empresa/profissional com notória especialização, imprescindível à satisfação da demanda do Poder Público.

5 – OBRIGAÇÕES E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 – Obrigações da CONTRATADA:
5.1.1 - Fornecer os serviços/materiais nos termos e condições da proposta vencedora, sendo que serão rejeitados aqueles que não estiverem em conformidade com o objeto solicitado ou que apresentem defeitos ou vícios.
5.1.2 - Substituir no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis os serviços/materiais que não forem recebidos por não atenderem às especificações exigidas neste termo de referência.
5.1.3 - Fazer acompanhar quando da entrega dos serviços/materiais a respectiva nota fiscal/fatura, em conformidade com o solicitado no instrumento convocatório.
5.1.4 - Pagar os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços/produtos.
5.1.5 - Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Câmara Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
5.2 - Obrigações da CONTRATANTE:
5.2.1 - Proceder a fiscalização do objeto da contratação em relação ao aspecto quantitativo e qualitativo a serem prestados pelo fornecedor.
5.2.2 - Comunicar o CONTRATANTE acerca de defeitos, falhas e/ou imperfeições verificadas.
5.2.3 - Emitir a nota de empenho e efetuar pagamento ao(s) fornecedor(es) de acordo com a forma e prazo estabelecidos.
5.3 - Condições específicas de execução e aceitação do objeto ou padrões mínimos de qualidade para o serviço/produto a ser contratado:
5.4 - Possibilidade de subcontratação:
(x) Não.
( ) Sim. Neste caso, descrever o fundamento legal, estabelecer as condições e limites da subcontratação:
5.5 - Haverá necessidade de exigência de garantia contratual para assegurar o adimplemento e fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA?
(x) Não.
( ) Sim. Percentual da garantia e justificativa:
5.6 - É facultado e recomendável a realização de vistoria nos locais onde serão executados os serviços, quando for dessa natureza a contratação, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes, não cabendo nenhuma alegação posterior por desconhecimento das condições locais.
5.7 - A não realização da visita não admitirá à CONTRATADA qualquer futura alegação de óbice, dificuldade ou custo não previsto para execução do objeto ou obrigação decorrente desta contratação;
5.8 - A vistoria, quando for o caso, deverá ser agendada com a Diretoria Administrativa da Câmara Municipal pelo telefone oficial do Órgão ou pelo e-mail contato@cmpatrocinio.mg.gov.br.

6 – DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6.3 - O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.4 - A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato ou instrumento equivalente.
6.5 - A entrega dos materiais/prestação do serviço ocorrerá no seguinte prazo, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento: 25 a 28 de agosto de 2026.
6.6 - A entrega do material/prestação do serviço deverá ocorrer:
( ) Até o término da vigência contratual.
(x) No seguinte prazo, a contar do início da prestação: 25 de agosto de 2026.
6.7 - A entrega dos materiais/prestação do(s) serviço(s) pela CONTRATADA ocorrerá, sem quaisquer ônus adicionais para a Câmara, no seguinte endereço: Rua Joaquim Carlos dos Santos, nº 199, Cidade Jardim, Patrocínio/MG, CEP 38747-056.

7 – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 - A gestão da contratação será atribuída ao Diretor do Departamento de Compras, Licitação de Almoxarifado.
7.2 - Em razão da natureza do objeto a fiscalização:
( ) será exercida pelo próprio gestor.
(x) pelo seguinte servidor: Diretor de Gestão da Câmara Municipal.
( ) após a contratação, será designado pelo gestor servidor lotado em setor sob sua supervisão hierárquica.
( ) será nomeada comissão em ato próprio pela diretoria ou autoridade equivalente, a qual competirá as seguintes funções: ____.
7.3 - O modelo de gestão e fiscalização da contratação consiste na análise do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações estipuladas na contratação.
7.4 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
7.5 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
7.5.1 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).
7.5.2 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
7.5.3 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.5.4 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.6 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da autorização de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.6.1 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.6.2 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
7.7 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
7.8 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.9 - A CONTRATADA deverá manter preposto para representá-la na execução do contrato.
7.9.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
8.1 - A fiscalização do contrato avaliará constantemente a execução do objeto. Durante a execução contratual, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade do fornecimento ou do serviço para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
8.2 - Os serviços prestados/produtos entregues serão conferidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, para averiguar se estão de acordo com o objeto desta contratação, nos termos do artigo 140, I, "a", da Lei nº 14.133/21 c/c art. 27, I, "a", da Resolução nº 98/2023.
8.3 - O recebimento provisório será realizado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, por meio de termo, no prazo de 5 (cinco) dias.
8.3.1 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços ou do fornecimento realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
8.4 - Será procedido o recebimento definitivo, pelo gestor do contrato, por meio de termo detalhado, no prazo de 5 (cinco) dias.
8.4.1 - O gestor do contrato deverá realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
8.5 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
8.6 – A empresa deverá fornecer serviços/produtos de primeira qualidade que atendam às exigências técnicas para a perfeita utilização e o adequado resultado dos mesmos, responsabilizando-se, inclusive, a às suas expensas, pela substituição do que foi entregue fora dos padrões de qualidade exigidos.
8.7 - O faturamento será realizado:
(x) Ao final da execução do serviço ou entrega do material.
( ) Por evento.
( ) Mensalmente.
( ) Da seguinte forma: _____.
8.7.1 - Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de 5 (cinco) dias, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da CONTRATANTE, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
8.7.2 - A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.
8.7.3 - No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema no prazo de, com suspensão do prazo de pagamento.
8.7.4 - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
8.7.5 - Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.
8.8 - A CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo, para efetuar o pagamento por meio de Ordem Bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.
8.9 - A CONTRATANTE reserva-se no direito de recusar o pagamento se, no ato do atesto, o serviço ou entrega não estiver de acordo com as especificações apresentadas.
8.10 - A Nota Fiscal deverá ser emitida no nome da CONTRATANTE.
8.11 - Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a CONTRATADA será intimada a providenciar sua regularização.
8.12 - Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
8.13 - Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
8.14 - O reajuste do contrato terá como referência:
(x) Não se aplica, por ser entrega ou prestação de serviço imediata.
( ) A variação acumulada do IPCA no período, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data do orçamento estimado.
( ) Índice setorial específico, que será: xxx, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da respectiva proposta comercial ou do último reajuste.
8.15 - O prazo de garantia contratual dos serviços/produtos é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO, AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR
9.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de:
( ) Procedimento de contratação direta, por dispensa de licitação (art. 75, __, da Lei nº 14.133/21);
(x) Procedimento de contratação direta, por inexigibilidade de licitação (art. 74, III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21);
( ) Pregão;
( ) Concorrência;
( ) Concurso;
( ) Leilão.
9.2 - Será considerada vencedora a proposta contendo:
( ) O menor preço global. Justificar: _____.
(x) O menor preço por item.
( ) Maior desconto.
( ) Melhor Técnica.
( ) Técnica e Preço.
( ) Maior retorno econômico.
( ) Maior lance.
9.3 - Os serviços/materiais informados neste Termo de Referência não vinculam a Administração Pública, uma vez que a contratação está condicionada à existência de dotação orçamentária.
9.4 – Constituem documentos de habilitação:
9.4.1 – Habilitação Jurídica (art. 66, da Lei n. 14.133/21):
9.4.1.1 - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;
9.4.1.2 - No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
9.4.1.3 - Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
9.4.1.4 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
9.4.1.5 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
9.4.1.6 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
9.4.1.7 – Quando for o caso, Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor

rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa, o que o tornará apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nosart. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos do art. 47, Parágrafo Único c/c art. 13, §2º, do Decreto Federal nº 8.538/2015, OU Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial.

9.4.2 – Habilitação Técnica:

9.4.2.1 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI, da Lei n. 14.133/21).

9.4.3 – Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68, da Lei n. 14.133/21):

9.4.3.1 - Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.4.3.2 - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.3.3 - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.4.3.4 - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS;

9.4.3.5 - Regularidade trabalhista;

9.4.3.6 - Declaração de que não emprega menor em trabalho perigoso, insalubre ou noturno;

9.4.3.7 - Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (art. 63, IV, da Lei n. 14.133/21);

9.4.3.8 - Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º, da Lei n. 14.133/21).

9.4.4 – Habilitação Econômico-Financeira (art. 69, da Lei n. 14.133/21):

9.4.4.1 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observado o disposto nos artigos 65 §1º e 69, §6º, da lei nº 14.133/21;

9.4.4.2 - Declaração, assinada por profissional habilitado na área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previsto no edital;

9.4.4.3 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.5 - Serão exigidos os seguintes documentos adicionais de habilitação:

( ) Nenhum.

( ) Certidão ou atestado que demonstre que o interessado tenha executado serviços similares.

( ) Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

( ) Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

( ) Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

( ) registro ou inscrição na entidade profissional competente.

(x) Atestado de capacidade técnica.

( ) Declaração de disponibilidade de pessoal.

( ) Declaração de disponibilidade de equipamentos.

( ) Registro de profissional.

( ) Registro de empresa.

( ) Outro(s):

Justificativa para o documento adicional: para confirmar que a empresa está apta e tem condições de realizar o referido curso.

9.6 – A contratação é enquadrada no art. 70, III, da lei nº 14.133/21 (possibilidade de dispensa de documentos):

( ) Sim, tratando-se de contratação com entrega imediata.

(x) Sim, tratando-se de contratação com valor estimado inferior a ¼ (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral.

( ) Não.

9.6.1 – Tratando-se de contratação com previsão no art. 70, III, da Lei nº 14.133/21, a fase de habilitação da presente contratação exigirá:

( ) Todos os documentos indicados pelos itens “9.4” e “9.5” do presente termo de referência.

(x) Os seguintes documentos: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; Contrato Social ou documento equivalente; Certidão de Regularidade perante a Fazenda Federal; Certidão de Regularidade perante a Fazenda Estadual; Certidão de Regularidade relativa ao FGTS; Certidão de Regularidade Trabalhista; Resultado da consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e; Resultado da consulta junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa.

Justificativa: Por se tratar de procedimento de natureza mais simplificada, nos termos do art. 70, III, da lei n. 14.133/21, será exigida apenas a documentação básica referente à regularidade jurídica e fiscal da empresa a ser contratada.

( ) Não se aplica.

9.7 - A Administração Pública, visando o prestígio à celeridade, fica autorizada a realizar consultas por meio da rede mundial de computadores dos documentos disponibilizados de maneira online.

10 - DA ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO E DAS PROPOSTAS

10.1 - O valor estimado da contratação perfaz a monta de R$ 6.570,00.

10.2 - O valor estimado da contratação foi alcançado a partir da pesquisa de mercado com as seguintes fontes:

( ) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços.

( ) Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços.

( ) Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, com data e a hora de acesso.

( ) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de documento de pesquisa de mercado ou e-mail, com prazo máximo de até 6 (seis) meses. Justifica-se a escolha dos fornecedores pois: _____.

(x) Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.

10.2.1 - Justificativa para não utilização dos dois primeiros métodos: Conforme artigo 23, § 4º da lei federal 14.133/2021, nas contratações por inexigibilidade, quando não for possível estimar o valor do objeto, para aferição do valor a ser pago, poderá ser feito através de Notas Fiscais emitidas para outros contratantes.

10.3 - Para alcançar o valor estimado da contratação foi utilizado o método estatístico:

( ) Média dos valores apurados na pesquisa de mercado.

( ) Mediana dos valores apurados na pesquisa de mercado.

(x) Menor valor apurado na pesquisa de mercado.

10.4 - A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

11 - DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - Os recursos financeiros para atender as despesas decorrentes desta contratação estão previstos na dotação orçamentária sob a seguinte classificação funcional programática:

01.01.01.00.01.031.0001.00.2001.3.3.90.34.1500 – Serviço de seleção e treinamento.

12 - FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12.1 - A presente contratação será formalizada por:

( ) Termo de contrato.

(x) Nota de empenho (quando se tratar de situação prevista nos incisos I e II, do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021).
( ) Ata de Registro de Preço.

13 - DAS SANÇÕES
13.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
13.1.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;
13.1.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
13.1.3 - dar causa à inexecução total do contrato;
13.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
13.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
13.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
13.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
13.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
13.1.9 - fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
13.1.10.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
13.1.10.2 - Considera-se como comportamento inidôneo da mesma forma as condutas dos arts. 337-F, 337-I, 337-L e 337-O do Código Penal.
13.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
13.1.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
13.2 - O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
13.2.1 - Advertência pela falta do subitem 6.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.2.2 - Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;
13.2.3 - Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
13.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
13.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
13.3.1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
13.3.2 - as peculiaridades do caso concreto;
13.3.3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
13.3.4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
13.3.5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
13.4 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
13.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
13.6 - Se durante o processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar.
13.7 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
13.8 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.
13.9 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos itens 8.2 e seguintes, bem como poderão estar previstas nos anexos deste Aviso.
legalmente estabelecidas.

14 – DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - A execução do serviço ou entrega dos produtos será de acordo com a demanda da Câmara Municipal de Patrocínio, podendo ser solicitada um ou mais itens de uma vez, inclusive semanalmente.
14.2 - As quantidades solicitadas são uma estimativa da demanda da Câmara Municipal de Patrocínio, podendo ou não ser utilizada em sua totalidade. O pagamento será realizado conforme a quantidade de itens utilizados.
14.3 - A Câmara Municipal de Patrocínio reserva-se no direito de não aceitar nem receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindir a contratação.
14.4 - Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo a Câmara exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.
14.5 - A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Câmara Municipal e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter secundário ou qualquer outra.
14.4 - O presente Termo de Referência foi digitado pelo Setor de Compras, em conformidade com as descrições e especificações detalhadas solicitadas pelo Diretor do Departamento de Administração, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis e com o interesse e a conveniência da Administração, passa a integrar o processo administrativo formalizado.

Patrocínio, 24 de agosto de 2026

ADRIANA BERNARDES DA MOTA BORGES
Chefe do Setor de Compras e Licitações

Publicado por:
Clara Beatriz Lisboa Ramos
Código Identificador:CA6006F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA- DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/20262

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A Câmara Municipal de Pirapora-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 25.213.679/0001-28, por intermédio de seu presidente, Itamar Alves Mota, brasileiro, vereador, inscrito no CPF sob o nº 001.034.666-06, no uso de suas atribuições regimentais e legais, especialmente observando o disposto no artigo 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a abertura de processo de contratação direta, Dispensa Eletrônica nº 12/2026, para a *Aquisição de materiais de consumo (copa, cozinha, limpeza e sinalização) e materiais permanentes (utensílios domésticos e peças não incorporáveis), pelas razões expostas nos instrumentos da contratação*.

Os interessados em concorrer no certame poderão acessar os instrumentos orientadores da contratação no Portal Nacional de Compras Públicas, bem como na Plataforma AMM Licita, https://ammlicita.org.br/, no ID 111023 e no site oficial da Câmara Municipal de Pirapora, aba *Licitações*.As propostas deverão ser inseridas na plataforma, acompanhadas de toda a documentação exigida para fins de habilitação até a data da abertura da sessão. O licitante se responsabiliza pelo conhecimento do funcionamento da Plataforma, no ato da inscrição.

O julgamento das propostas ocorrerá no dia 02 de setembro de 2026 às 09h:30min,através do modo fechado, sem disputa,e terá como critério de julgamento o menor valor unitário, em cada item individualmente considerado. O processo será realizado pela Agente de Contratação designada na Portaria nº 089/2026, com o auxílio da Equipe de Apoio desta Casa, designada pela Portaria nº 085/2026.

A escolha do fornecedor será feita pelo critério de Menor Valor Unitário, sagrando-se vencedor aquele que apresentar o menor valor e atender a todas as condições de habilitação.

A contratação terá como fiscal o servidor, Marco Felipe Durães Silva, designado na Portaria nº 082/2026. A gestão contratual ficará a cargo da Diretoria de Contratos.

O valor total estimado da contratação é de R$ 2.890,06 (DOIS MIL, OITOENTOS E NOVENTA REAIS E SEIS CENTAVOS).

Deverão ser observadas as regras da LC nº 123/2006, bem como da Lei Municipal nº 2537/2022, em razão do baixo valor da contratação.

As regras sobre o procedimento de tramitação, prazos recursais, critérios de desempate e demais procedimentos, observarão inteiramente ao disposto na Lei 14.133/2021.

Em caso de dúvidas, o participante pode entrar em contato com o Departamento de Licitações da Câmara Municipal de Pirapora-MG, através do telefone (38) 3741-2011 ou através da aba própria na Plataforma AMM Licita, ID 111023.

A presente contratação será orientada pelo Termo de Referência anexo, que contém todas as informações necessárias à contratação e, será formalizada por nota de empenho.

As dotações utilizadas para custear esta despesa serão:

Garrafa térmica: 3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha. Reduzido: 4351.

Coador de Café: 3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha. Reduzido: 4351.

Faqueiro: 4.4.90.52.06 Aparelhos e utensílios domésticos. Reduzido: 4361.

Placa de sinalização piso molhado. 3.3.90.30.42 Material de sinalização visual e afins. Reduzido: 4351.

Tapete antiderrapante capacho emborrachado: 3.3.90.30.20. Material de cama, mesa e banho. Reduzido: 4351.

Papel toalha interfolha: 3.3.90.30.22 Material de limpeza e produção de higienização. Reduzido: 4351.

Pirapora, 21 de agosto de 2026.

ITAMAR ALVES MOTA
Presidente da Câmara Municipal de Pirapora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:5A71DE54

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAÚBA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAÚBA – MG
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2026

Fundamento Legal: art. 74, , inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Contratação do Instituto de Desenvolvimento Plenum Brasil para realização de inscrição de Servidor e agente político da Câmara Municipal de Piraúba/MG no curso "Fiscalização da Saúde no Município pelo Legislativo: Legislação Competências e Limites de Atuação".

CONTRATADA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PÚBLICO PLENUM BRASIL LTDA

CNPJ: 21.650.715/0001-60

Valor Global: R$ 3.180,00 (Três mil, cento e oitenta reais).

Data da Ratificação: 10/08/2026

Autoridade Competente:

Simone dos Santos Pereira Alvim — Presidenta da Câmara Municipal.

Piraúba/MG, 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tercia Carla de Oliveira Damasceno Pinto
Código Identificador:D807DEDD

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAÚBA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAÚBA – MG
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

Fundamento Legal: art. 74, , inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Contratação do Instituto de Desenvolvimento Plenum Brasil para realização de inscrição de Agente Político da Câmara Municipal de Piraúba/MG no curso "Fiscalização da Saúde no Município pelo Legislativo: Legislação Competências e Limites de Atuação".

CONTRATADA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PÚBLICO PLENUM BRASIL LTDA

CNPJ: 21.650.715/0001-60

Valor Global: R$ 1.590,00 (Um mil, quinhentos e noventa reais).

Data da Ratificação: 17/08/2026

Autoridade Competente:

Simone dos Santos Pereira Alvim — Presidenta da Câmara Municipal.

Piraúba/MG,17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tercia Carla de Oliveira Damasceno Pinto
Código Identificador:191ED54C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PRATA

CÂMARA MUNICIPAL DO PRATA
ERRATA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A Comissão informa que, na a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 24/08/2026. Edição 4345, Código Identificador:BCE131BE**,** Onde se lê: "Hiago Valverde Matios" Leia-se: "Hiago Valverde Mattos"

A presente errata tem por finalidade exclusivamente corrigir erro material de digitação, permanecendo inalteradas as demais informações constantes da publicação original.

Prata – MG, 24 de agosto de 2026.

MARA RUBIA OLIVEIRA CATUTA
Presidente

NÁDIA REZENDE SILVA
Membra

MONNYZA CASTRO LIMA
Membra

Publicado por:
Bruna Silva Vieira
Código Identificador:77F07070

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 039/2026, INEXIGIBILIDADE 036/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG**,** torna público Extrato de INEXIGIBILIDADE, Processo Administrativo n° 039/2026, Inexigibilidade 036/2026. Partes: Câmara Municipal de Sabinópolis/MG e Plenaria Assessoria e Gestão de Eventos LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.336.780/0001-00. Objeto: capacitação denominada: "Encontro Nacional de Gestores e Legislativos Municipais", a ser realizado no período de 25 a 28 de agosto de 2026, na cidade de Brasília. Valor: R$2.835,00 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais), referente a 03 (três) inscrições. **CONTRATO: 038/2026**. Dotação Orçamentária 01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO – Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:A73BDA69

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 040/2026, INEXIGIBILIDADE 037/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG**,** torna público Extrato de INEXIGIBILIDADE, Processo Administrativo n° 040/2026, Inexigibilidade 037/2026. Partes: Câmara Municipal de Sabinópolis/MG e Instituto Global de Administração Pública LTDA, inscrita no CNPJ nº 52.835.850/0001-03. Objeto: capacitação denominada: "Poder de Fiscalizar: Obras Públicas e Contratos na Mira do Legislativo", a ser realizado no período de 25 a 28 de agosto de 2026, na cidade de Belo Horizonte. Valor: R$1.390,00 (um mil, trezentos e noventa reais), referente a 1 (uma) inscrição. **CONTRATO: 039/2026**. Dotação Orçamentária 01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO – Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:AD09DD96

CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 041/2026, INEXIGIBILIDADE 038/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SABINÓPOLIS/MG**,** torna público Extrato de INEXIGIBILIDADE, Processo Administrativo n° 041/2026, Inexigibilidade 038/2026. Partes: Câmara Municipal de Sabinópolis/MG e Instituto de Desenvolvimento Público Plenum Brasil LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.650.715/0001-60. Objeto: capacitação denominada: "Fiscalização da Saúde no Município pelo Legislativo", a ser realizado no período de 25 a 28 de agosto de 2026, na cidade de Belo Horizonte. Valor: R$1.390,00 (um mil, trezentos e noventa reais), referente a 1 inscrição. **CONTRATO: 040/2026**. Dotação Orçamentária 01.031.0001.2001.3.3.90.39.00. DENIS HENRIQUE FILARDETE DE PINHO – Presidente da Câmara Municipal de Sabinópolis.

Sabinópolis, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tamires Oliveira de Lima
Código Identificador:E3CE0F3D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GLORIA

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO N 002/2026

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2026

Dispõe sobre o julgamento das contas do Poder Executivo do Município de São Francisco do Glória, referentes ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do então Prefeito Municipal Walace Ferreira Pedrosa.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, Estado de Minas Gerais, no exercício da competência que lhe é conferida pelo art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição da República, pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal, tendo em vista o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no Processo nº 1.168.014, decreta:

Art. 1º Ficam APROVADAS as contas anuais do Poder Executivo do Município de São Francisco do Glória, relativas ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do então Prefeito Municipal Walace Ferreira Pedrosa, em conformidade com o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no Processo nº 1.168.014.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Glória/MG, 10 de Agosto de 2026.

HUGO STTEFFERSON CUNHA
Presidente de Câmara

Publicado por:
Luis Otavio Roriz Almeida
Código Identificador:425520F2

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

CÂMARA DE SÃO LOURENÇO
DISPENSA ELETRONICA 03

Extrato de publicação
DISPENSA ELETRÔNICA - 03/2026
Nº PROC. ADM. 35/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão CAMARA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO, de acordo com a regulamentação realizará DISPENSA ELETRÔNICA sendo conduzido por ROMMEL JUNQUEIRA FERNANDES e tendo como autoridade WALDINEI ALVES FERREIRA.

PUBLICAÇÃO: 24/08/2026 15:46
INÍCIO REC. PROPOSTA: 25/08/2026 00:00
FIM REC. PROPOSTA: 31/08/2026 08:00
INÍCIO DISPUTA: 31/08/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: SIM
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 13.010,9300

OBJETO DO PROCESSO
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA COPA/COZINHA E ELETRODOMÉSTICOS
OBSERVAÇÕES DO PROCESSO
ATENÇÃO AOS DOCUMENTOS SOLICITADOS, TODOS DEVERÃO SERÃO COLOCADOS EM ATÉ 2HORAS APÓS A FASE DE LANCES.

Para demais informações contato via e-mail: licitacaocamarasl@hotmail.com, telefone: 3534150211 ou acesso pelo link:
https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5DSmao9qP4WHUUvamhy2zTE5ut5jHtPdlo7Z4YS_uXuNz5D7fnrrkpEbSO6Ionf_7Y3SRf5hb4fuFm9VfW68zUiFaSUidljwmL0aB%2Fl7zSWJM%3D

_____
ROMMEL JUNQUEIRA FERNANDES

SÃO LOURENÇO-MG - 24/08/2026

Publicado por:
Bruna Maria Rodrigues Sanches
Código Identificador:41392B9C

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO
EXTRATO CONTRATO 20

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 020/2026
Processo Licitatório nº 0016/2026 – Dispensa eletrônica nº 0008/2026 – Contrato Administrativo 020/2026. Contratante: Câmara Municipal de Serro/MG. Contratada: Expert Comercio e Serviços Ltda Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO COM FORNECIMENTO DE LEITORES BIOMÉTRICOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO.** Vigência: 24/08/2026 a 23/08/2027. Valor: R$14.000,00 (quatorze mil reais). Data da Assinatura: 24/08/2026.

JOÃO PAULO BRANDÃO SIMÕES.
Presidente da Câmara Municipal de Serro/MG.

Publicado por:
Josymar Carvalhais Reis
Código Identificador:0B1DA8F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA torna público o contrato nº 014/2026, processo nº 048/2026, dispensa nº 018/2026. **Objeto contratado**: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, destinados à reforma e ampliação do banheiro localizado no pavimento superior do prédio sede da Câmara Municipal de Viçosa. **Contratada**: SOLUÇÕES TI SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ n°25.126.099/0001-01. **Valor global deste contrato**:R$31.809,84. **Dotação orçamentária**: 01002.0103101024.009–Manutenção Preventiva da Estrutura da Câmara, Elemento de Despesa: 449051–Obras e instalações, Subelemento:44905102-Obras e instalações de domínio patrimonial. Vigência: 17/08/2026 a 17/12/2026. **Assinado por:** Jeferson Gomes de Oliveira, pela Contratada e, Robson Alencar de Souza, pela Câmara Municipal de Viçosa.

ROBSON ALENCAR DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Viçosa

Publicado por:
Camila Vieira de Paula
Código Identificador:C818DDDF

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIACA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA ASSISTENCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
AVISO DE CREDENCIAMENTO N° 001/2026

CREDENCIAMENTO N° 001/2026 – INEXIGIBILIDADE N° 001/2026 - PROCESSO N° 012/2026 - O Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente - CIACA , através do Departamento de Compras e Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará procedimento de CREDENCIAMENTO, sob a forma ELETRÔNICA, via e-mail, a fim de credenciar empresas especializadas em serviços de mecânica, elétrica/eletrônica, alinhamento e balanceamento e troca de pneu a fim de atender as demandas dos veículos do Consórcio Intermunicipal para Assistência da Criança e do Adolescente – CIACA. Os interessados poderão se credenciar durante o período de vigência do Edital que será de 12 (doze) meses a contar de 25/08/2026, e deverão enviar o formulário de inscrição e a documentação de habilitação para o e-mail: ciacavicosa.mg@gmail.com. O edital e seus anexos estão disponíveis no site do consórcio no endereço eletrônico: https://ciacamg.weebly.com/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Viçosa, 24 de agosto de 2026.

ANA LOURICÉLIA CHAGAS MONTEIRO –
Secretária Executiva do CIACA

Publicado por:
Ana Louricelia Chagas Monteiro
Código Identificador:46DD83C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDASSP - CONSORCIO INT. PARA O DESENV. SUSTENTAVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAISO

CIDASSP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 2º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2026

CIDASSP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – CIDASSP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 2º ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2026

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso – CIDASSP torna público, para conhecimento dos interessados, a convocação para a **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia **11 de setembro de 2026, às 14h**, de forma **on-line, por meio de videochamada via Google Meet**, através do link https://meet.google.com/nsi-zedo-agx tendo como ordem do dia:

Deliberação sobre a instituição de gratificação pelo exercício da função de **Agente de Contratação do CIDASSP**, em razão das atribuições e responsabilidades decorrentes da condução dos procedimentos licitatórios, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**;
Demais assuntos pertinentes.

São Sebastião do Paraíso/MG, 21 de agosto de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Presidente do CIDASSP

Publicado por:
Thaís Ferreira Júlio
Código Identificador:0E556B2F

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIDES - CONSORCIO INT. DE DESENV. SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA

CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRIANGULO MINEIRO E ALTO PARANAIBA - CIDES
CIDES - RETIFICAÇÃO À SÉTIMA ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, JÁ CONVERTIDO EM CONTRATO DE CONSÓRCIO

RETIFICAÇÃO À SÉTIMA ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, JÁ CONVERTIDO EM CONTRATO DE CONSÓRCIO
O Presidente do Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – CIDES, no uso de suas atribuições estatutárias, torna pública a presente RETIFICAÇÃO da Sétima Alteração ao Protocolo de Intenções, já convertido em Contrato de Consórcio, aprovada pela 26ª Assembleia Geral Extraordinária, exclusivamente quanto à jornada de trabalho do emprego público permanente de MÉDICO VETERINÁRIO constante do Anexo I.
No Anexo I – Especificação dos Empregos Públicos: Escolaridade, Jornada de Trabalho, Total de Vagas e Padrão de Vencimento Inicial, na tabela "Empregos Públicos – Permanentes", no emprego MÉDICO VETERINÁRIO:
Onde se lê:
"150h mensais / 30h semanais"
Leia-se:
"200h mensais / 40h semanais"
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes da Sétima Alteração ao Protocolo de Intenções, já convertido em Contrato de Consórcio.

Uberlândia/MG, 21 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Presidente do CIDES

Publicado por:
Lidiany Silva Abreu
Código Identificador:D0904890

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMAMS - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE

CIMAMS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CIMAMS 26/08/2026 – 09H00MIN – PRESENCIAL

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Área Mineira da Sudene - CIMAMS, no uso de suas atribuições que lhe confere o Protocolo de Intenções e Estatuto Social, convoca os excelentíssimos senhores prefeitos representantes dos membros consorciados que estejam em dia com suas obrigações consorciais, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 26 de agosto de 2026, (quarta-feira), de forma presencial, às 09h00min (nove horas) em primeira convocação com a presença da maioria absoluta e às 09h30min (nove horas e trinta minutos) em segunda convocação com os presentes, na sede do CIMAMS em Montes Claros – MG, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. DELIBERAR SOBRE A ADESÃO DE NOVOS ENTES DA FEDERAÇÃO AO CIMAMS. 2. DELIBERAR SOBRE A RESOLUÇÃO QUE ALTERA REGULAMENTO DO FUNDO REGIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. 3. DELIBERAR SOBRE A RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA O PROGRAMA SIMC – NORTE DE MINAS. 4. DELIBERAR SOBRE A RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A COBRANÇA DE TAXA ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CIMAMS. 5. DELIBERAR SOBRE RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA O RATEIO DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. 6. DELIBERAR SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025. 7. APROVA RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA O SISTEMA DE COMPRAS EXPRESSAS – SICX NO ÂMBITO DO CIMAMS, OPERADO VIA PLATAFORMA ELETRÔNICA DE MARKET PLACE. 8. LEVANTAMENTO DE DEMANDA DE COMPRAS COMPARTILHADAS DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS. 9. ASSUNTOS GERAIS.

Montes Claros-MG, 18 de agosto de 2026.

ADAILDO ROCHA MOREIRA
Presidente do CIMAMS

Publicado por:
Rafael Goncalves Chagas
Código Identificador:131AC712

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIMINAS - CONSORCIO INTERFEDERATIVO DE MINAS GERAIS

CIMINAS
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS - AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, torna público, a intenção de registro de preço para contratação de empresa especializa em serviços de implantação, operação e suporte de plataforma de gestão documental em modelo saas, em atendimento aos órgãos demandantes em conformidade com o Art. 86 da Lei 14133/2021. As entidades e/ou órgãos públicos interessados em configurar como participantes do processo poderão solicitar a planilha de itens que comporão o registro de preço para informar sua demanda através do email licitacao@ciminas.mg.gov.br;

MOISES PEREIRA CUNHA –
Superintendente.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:9B434020

CIMINAS
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS - AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, torna público, a intenção de registro de preço para contratação de empresa especializada na construção de prédios públicos em atendimento aos órgãos demandantes em conformidade com o Art. 86 da Lei 14133/2021. As entidades e/ou órgãos públicos interessados em configurar como participantes do processo poderão solicitar a planilha de itens que comporão o registro de preço para informar sua demanda através do email licitacao@ciminas.mg.gov.br;

MOISES PEREIRA CUNHA –
Superintendente.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:7C4C6ECD

CIMINAS
AVISO DE LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS - CIMINAS – concorrência eletrônica nº 007/2026, processo nº 076/2026, contratação de empresa especializada em projeto de

reordenamento social urbano em atendimento aos órgãos demandantes. Abertura dia 05/10/2026 às 08:30hs na sala de disputas no portal www.licitanet.com.br acesso ao edital: https://licitanet.com.br/processos e https://ciminas.mg.gov.br/licitacoes;

LUIZ CLÁUDIO FERREIRA **–**
Agente de Contratação.

Publicado por:
Luiz Claudio Ferreira
Código Identificador:CA1E81D0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIM JEQUITINHONHA - CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA

CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA - CIM JEQUITINHONHA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO / ATA DE RP

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO / EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2026

O CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA - CIM JEQUITINHONHA, torna público a Homologação do Processo e Extrato da Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório nº. 014/2026, na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2026, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços tecnológicos de infraestrutura de interconexões, links de internet, segurança, rede local sem fio (WLAN) 802.11 ax/ac/n/a e controle de acessos, para atender as necessidades dos Munícipios consorciados ao CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA – CIM JEQUITINHONHA.
DETENTORA DA ATA DE RP: N&K TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 02.486.232/0001-27.
CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA - CIM JEQUITINHONHA
VIGÊNCIA: 13/08/2026 a 13/08/2027.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 70.087.107,20 (setenta milhões, oitenta e sete mil, cento e sete reais e vinte centavos).

Diamantina/MG, 13 de agosto de 2026.

MÁRIO LÚCIO GUEDES
Agente de Contratação

Publicado por:
Thamiris Aparecida de Paula Silva
Código Identificador:0AF7FEAC

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISAB ZM - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DAMATA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DO PREGÃO Nº 013/2024

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DO PREGÃO Nº 013/2024 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2024. CONTRATO Nº 012/2026 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE AMOSTRAS DE ÁGUA.Vigência: 12 MESES. EMPRESA: JND SOLUCOES TECNICAS LTDA. VALOR DO ADITIVO: 79.199,71. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:383B6557

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DAMATA
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2026 - OBJETO: EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE EMISSÃO DE LAUDO DE ESTANQUEIDADE DA INSTALAÇÃO DE GLP DO CISAB. Vigência: 12 MESES. EMPRESA: ASS INCÊNDIO LTDA. EPP. VALOR DO ADITIVO: 14.055,00. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:C861836B

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DAMATA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE ARP DA DISPENSA Nº 016/2026 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 038/2026. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2026 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CISAB. Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data depublicação. EMPRESA: C E S DANTAS E CIA LTDA. EPP. VALOR: 34.720,80. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:547BAAAF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS - CISAB ZONA DAMATA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO DO CONTRATO Nº 014/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO DO PREGÃO Nº 24/2025 E PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/2026. CONTRATO Nº 014/2026 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SISTEMA PARA GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS, ELABORAÇÃO, TRAMITAÇÃO, CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA, CONTROLE DE ATENDIMENTO DE DEMANDAS INTERNAS E EXTERNAS. Vigência: Vigência: 12 meses a partir da data depublicação. EMPRESA: 1DOC TECNOLOGIA S.A. EPP. VALOR: 16.200,00. Disponível no Sítio eletrônico www.cisab.com.br.

ELENICE DELGADO,
Presidente.

Publicado por:
Alice Rodrigues
Código Identificador:A88DE1D6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CIS LAGOS -CONSORCIO INTERMUNIC.DE SAUDE MUNIC.REG LG SUL MINAS

CISLAGOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO

O consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas Gerais – CISLAGOS, através de seu Setor de Licitação, torna público o Processo Licitatório 50/2026, Pregão Eletrônico nº 35/2026, para "Aquisição de equipamentos e materiais eletroeletrônicos destinados à estruturação, ampliação e adequação do sistema de Circuito Fechado de Televisão – CFTV do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas – CISLAGOS, bem como aquisição de cafeteira expressa para utilização nas dependências administrativas do Consórcio, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência". O respectivo Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados no site http://www.cislagos.com.br/licitacao. Maiores informações poderão ser obtidas no e-mail juridico@cislagos.com.br.

EDSON NOGUEIRA LUZ FILHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:D0349F6F

CISLAGOS
EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO

O consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas Gerais – CISLAGOS, através de seu Setor de Licitação, torna público o Processo Licitatório 51/2026, Pregão Eletrônico nº 36/2026, para "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de extintores de incêndio, compreendendo recarga de extintor de pó químico, recarga de extintor de água pressurizada e realização de teste hidrostático em extintores, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Termo de Referência". O respectivo Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados no site http://www.cislagos.com.br/licitacao. Maiores informações poderão ser obtidas no e-mail juridico@cislagos.com.br.

EDSON NOGUEIRA LUZ FILHO
Agente de Contratação

Publicado por:
Paschoal Petrocino
Código Identificador:738636A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA

CISMEV - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO RIO DAS VELHA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 160/2026

Extrato do contrato nº 160/2026 – Processo Administrativo n° 9/2026 – Inexigibilidade Nº 1/2026 – Credenciamento n° 1/2026 de contratação de prestação de serviços médicos e serviços de saúde, com profissionais de nível superior, habilitados nas respectivas áreas, firmado entre o CISMEV – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Rio das Velhas e a empresa **Karin Aviles Cruz de Mendes**. Vigência: 12 meses, a partir de 24/08/2026 até 23/08/2027. **Valor Total estimado: R$ 83.267,20 (oitenta e três mil, duzentos e sessenta e sete reais, e vinte centavos)**.
Assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Elisa Rodrigues Fonseca
Código Identificador:66ED5E1B

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISMIV - CONSORICIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE VIÇOSA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 83

PORTARIA N° 83, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Posse de Gabriel Pereira Borges para exercer o cargo de Auxiliar administrativo a contar de 24 de agosto de 2026 e da outras providencias.

José Ivanir Miranda Duarte, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa (CISMIV), Prefeito de Canaã, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conforme cláusula 15º, parágrafo II do protocolo de intenções do CISMIV;

Resolve:

Art 1º Conceder a posse a Gabriel Pereira Borges, portador do CPF n.º 060.xxx.xxx-59 para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa, a contar de 24 de agosto de 2026 sujeito ao regime jurídico da consolidação das leis do trabalho (CLT).

Parágrafo unico. Candidato aprovado no concurso 01/2024 do CISMIV, convocado e nomeado pela portaria n.º 82 de 20 de agosto de 2026 e o termo de posse segue como anexo dessa portaria.
Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Viçosa - MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ IVANIR MIRANDA DUARTE
Presidente do CISMIV

Publicado por:
Cristiane de Fátima da Silva Gomes
Código Identificador:EFEF229D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CISPARA - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 08/2026

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ – AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2026, MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026, REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de soluções integradas voltadas à melhoria da qualidade da água destinada ao consumo humano, contemplando a **locação de equipamentos**, bem como a execução de serviços técnicos correlacionados à locação de purificadores de água, incluindo os serviços de instalação e desinstalação, manutenção corretiva e preventiva, troca de peças, componentes e acessórios, materiais utilizados na higienização interno do equipamento, além de todo o material necessário ao regular funcionamento, satisfazendo as necessidades bem como a execução de serviços técnicos correlacionados ao fornecimento, instalação, manutenção dos sistemas a serem implantados em espaços e edificações públicas vinculados aos municípios integrantes do Consórcio Público CISPARÁ, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. quantitativos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. **Entrega da proposta até o dia 17.09.2026 às 08:55hs – Inicio dos lances 17.09.2026 as 09:00hs. através da plataforma** www.ammlicita.org.br**.** na *internet*, nos sites www.ammlicita.org.br e www.cispara.mg.gov.br, aba "Portal da Transparência/ Licitações". Mais informações pelo telefone 373231-3700,

Pará de Minas, 24 de agosto de 2027.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente.

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:3EAA8B7F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
WEXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 122-2026 - MELO BARBOSA & ALVES LTDA

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS DO ALTO DO RIO PARÁ- CISPARÁ**, torna público o extrato do **TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026**. CONTRATADO**MELO BARBOSA & ALVES LTDA. O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato Administrativo nº 122/2026, celebrado em 11 de agosto de 2026, cujo objeto consiste na locação de veículos destinados à prestação de serviços aos municípios, destinados aos municípios que fazem parte do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará-Cispará.** Fica extinto, de comum acordo, o Contrato Administrativo nº 122/2026, a partir da assinatura do Termo de Distrato, cessando, desde então, todas as obrigações futuras decorrentes do referido ajuste. Permanecem exigíveis apenas as obrigações relativas aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados até a data da extinção contratua**l**. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato originário e não alteradas pelo presente instrumento.

Pará de Minas, 21de agosto de 2026.

FÁBIO ALVES COSTA FONSECA –
Presidente

Publicado por:
Eduardo Pinheiro
Código Identificador:9D17F037

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO

CONSAÚDE-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇO
PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2025

PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2025

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Aço – CONSAÚDE torna público que celebrou aProrrogaçãoao Contrato Administrativo nº 079/2025 com a empresaG SILVA PIRES LTDA, referente ao Processo Licitatório nº 010/2025 cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de consultas médicas especializadas, ficandoprorrogada a vigência do contrato até 26 de agosto de 2027, permanecendo inalteradas as demais cláusulas e condições contratuais.

Coronel Fabriciano/MG, 24 de agosto de 2026.

THAIZ ROSA
Equipe de Apoio

Publicado por:
João Batista Vieira de Oliveira
Código Identificador:877BCF52

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATO: CONTRATO Nº 019/2026
CONTRATANTE: CIGEDAS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2026
CONTRATADA: R.S.C. PUBLICIDADE LTDA - CNPJ nº 04.987.378/0001-81
OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção e instalação de outdoor de divulgação do Serviço de Inspeção Municipal realizado pelo CIGEDAS, com locação pelo período seis meses.
VALOR: R$ 9.960,00 (nove mil novecentos e sessenta reais).
VIGÊNCIA: 16/02/2027.

São João del-Rei, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Presidente – CIGEDAS

Publicado por:
Ricardo de Souza Rocha
Código Identificador:ECAFFA76

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL DAS VERTENTES - CIGEDAS
DECISÃO DO PRESIDENTE (AUTORIDADE COMPETENTE)

DECISÃO DO PRESIDENTE
(Autoridade Competente)

Referência:
PROCESSO ADMINISTRATIVO 056 /2025
PREGÃO ELETRÔNICO 009 /2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°004/2026

O Consórcio Intermunicipal de Gestão e Desenvolvimento Ambiental Sustentável das Vertentes – CIGEDAS, através de seu Presidente, em análise do Pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro aviado pela empresa **SAINT EMILION AUTOMÓVEIS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.549.490/0001-01, detentora da Ata de Registro de Preços nº 004/2026**, DECIDE** nos moldes do §1º do art. 50 da Lei 9.784/1.999 por Adotar a fundamentação contida no Parecer Jurídico, o qual passa a fazer parte integrante da presente Decisão, para **INDEFERIR o pedido de Revisão do Preço Registrado** na Ata nº 004/2026, em virtude da **não comprovação** do desequilíbrio contratual efetivo (e não hipotético) a justificar o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

Publique-se, e notifique-se a Detentora da presente Decisão.

São João del-Rei, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Tiradentes/MG
Presidente – CIGEDAS

Publicado por:
Vitor Magno Borges Nunes Couto
Código Identificador:B21873F9

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PIRANGA-CISAMAPI

CISAMAPI
PORTARIA-Nº-143-2026 - CONVOCA DAVI HENRIQUE DE SOUZA SANTOS PARA ASSUMIR VAGA DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Vale do Piranga – CISAMAPI, no exercício de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 01/2022 do CISAMAPI;
CONSIDERANDO o resultado final homologado do Concurso Público nº 01/2022 do CISAMAPI;
CONSIDERANDO que a candidata **Graziela dos Santos Paulino**, devidamente convocada por meio da Portaria nº 142/2026, publicada em 21/08/2026, informou, via email, que não assumirá a referida vaga por questões pessoais;
RESOLVE:
Art. 1º Fica convocado o candidato **Davi Henrique de Souza Santos** para se apresentar e tomar posse no cargo de **Assistente Administrativo**, integrante do quadro geral de empregados públicos do CISAMAPI, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 17, §1º, do Regulamento de Pessoal do CISAMAPI, prorrogável por igual período mediante requerimento do interessado.
Parágrafo único. No prazo estabelecido no caput, o candidato deverá comparecer ao Setor de Pessoal do CISAMAPI, situado na Avenida Ernesto Trivellato, nº 120, Bairro Triângulo, Ponte Nova/MG, no horário de 9h às 11h e de 13h às 16h, para formalização da posse, munido dos seguintes documentos, não sendo admitidas pendências:
I – laudo médico favorável, emitido por profissional ou junta médica designada pelo CISAMAPI;
II – original e cópia de comprovante de residência (contas de água, luz, telefone ou internet; ou declaração de residência com firma reconhecida em cartório);
III – original e cópia da certidão de nascimento ou casamento, com averbações, se houver;
IV – original e cópia da Cédula de Identidade;
V – original e cópia do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
VI – se cidadão português com igualdade de direitos, documento expedido pelo Ministério da Justiça reconhecendo a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição Federal, do Decreto Federal nº 70.436/1972 e do Decreto Federal nº 3.927/2001, bem como documento de identidade de modelo equivalente ao brasileiro, com menção expressa à nacionalidade e ao tratado correspondente;
VII – original e cópia do cartão de cadastramento no PIS/PASEP, se possuir. O candidato deverá consultar a regularidade da Qualificação Cadastral no portal oficial do eSocial. Havendo inconsistências, deverá providenciar a regularização junto ao órgão competente e apresentar o respectivo comprovante no ato da admissão;
VIII – original e cópia da certidão de nascimento e comprovante de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, se houver;
IX – Original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
X – original e cópia do Título de Eleitor, acompanhado do comprovante de votação no último pleito (ambos os turnos, se houver) ou certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;
XI – original e cópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
XII – original e cópia do comprovante de escolaridade exigida para o exercício do emprego público (diploma registrado, declaração, atestado ou certificado de conclusão emitido pela instituição de ensino);
XIII – declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, ou cópia da última Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), acompanhada do respectivo recibo de entrega;
XIV – declaração de que não incorre nas hipóteses de acumulação vedada previstas no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição da República de 1988, bem como de que não percebe proventos de aposentadoria incompatíveis com o disposto no art. 37, §10, da Constituição Federal;
XV – declaração de disponibilidade para desempenhar atividades além da jornada ordinária, inclusive em feriados e dias de folga, quando necessário à conclusão de trabalhos inadiáveis.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Ponte Nova/MG, 24 de agosto de 2026.

EDER ELÓI ALVES PENA
Prefeito Municipal de Sem Peixe
Presidente do CISAMAPI

Publicado por:
Israel Marinho Aparecido
Código Identificador:A49FBBE6

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC
DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO RETIFICADA

DESPACHO - HOMOLOGAÇÃO RETIFICADA

À Gerência de Licitações do CISREC

Processo nº:	050/2026
Inexigibilidade nº:	016/2026
Interessado:	Consórcio Intermunicipal de Saúde e de Políticas de Desenvolvimento da Região do Calcário - CISREC
Assunto:	Contratação do palestrante Leidimar Cruz para a V FGS do CISREC.

Estando cumpridas as formalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO o processo em tela e o ADJUDICO a Leidimar de Morais Sousa Lima da Cruz , inscrita no CNPJ de nº 36.375.797/0001-59, AUTORIZANDO, pois, neste mesmo ato, a sua contratação.

Publique-se a íntegra deste ato no PNCP e no site do CISREC.

JOCIMAR CESAR BRANDÃO
Presidente do CISREC

Publicado por:
Hevellen Gabriele da Cruz Cavanholi
Código Identificador:CC0E34E0

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO - CIS VERDE

CISVERDE
AVISO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) Nº 005/2026 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CIS-VERDE

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO CIS-VERDE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 02.034.350/0001-02, torna público o processo seletivo simplificado para contratação de profissional Auxiliar Administrativo, destinado ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da constituição federal, da lei n.º 14.133/2021 e demais normas regentes, em atendimento às necessidades do CIS-VERDE, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

INSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO
ATIVIDADE DATA
Publicação do Edital 24/08/2026
Início das inscrições e recebimento dos documentos 25/08/2026
Encerramento das inscrições e do recebimento de títulos e documentos 02/09/2026
Análise dos Documentos e Habilitação 03/09/2026 a 07/09/2026
Divulgação do resultado preliminar de classificação 04/09/2026
Prazo para recurso 07/09/2026
Prazo de resposta ao (s) recurso (s), se houver 08/09/2026

Divulgação do Resultado Final 09/09/2026
Homologação do Processo Seletivo 10/09/2026
O Edital completo estará disponível para consulta e download no site oficial do Consórcio **CIS-VERDE**: **www.cisverde.mg.gov.br**.

Carangola, 24 de agosto de 2026.

GILBERTO DAMAS DE SOUSA –
Presidente

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:81A78877

CISVERDE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO 15º TERMO ADITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 051/2024

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário CIS-VERDE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, o 15º (décimo quinto) Termo Aditivo ao Processo Administrativo n.º 051/2024, vinculado ao Credenciamento n.º 010/2024 e à Inexigibilidade n.º 012/2024, que dispõe sobre a atualização da Tabela de Procedimentos e Exames do Consórcio, conforme Anexo I do Termo de Referência do Edital de Credenciamento. O presente Termo Aditivo tem por finalidade promover a correção econômico-financeira dos valores praticados nos segmentos de Cardiologia, Gastroenterologia e Ortodontia, bem como a correção econômico-financeira dos tetos financeiros de Medicina Nuclear, Nutrição, Ortodontia, Sessões, Terapias e Telecardiologia, conforme as alterações constantes da Tabela de Procedimentos e Exames.

Carangola, 24 de agosto de 2026.

GILBERTO DAMAS DE SOUZA –
Presidente.

Publicado por:
Marco Antônio da Silva
Código Identificador:BF363631

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA / CIMBAJE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO DIA 21/08/2026

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 002/2023 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE. - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 068/2026** - **Fornecedor (res)**: **L.T. ULTRASSONOGRAFIA - ASSISTENCIA MEDICA LTDA** - CNPJ: 66.736.872/0001-20. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **MARCIO FERREIRA SOUTO - Presidente do CIMBAJE -**

Jacinto, MG – 21 de Agosto de 2026.

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO – Processo ADMINISTRATIVO Nº. 002/2023 – CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 001/2023 - Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE. - O CIMBAJE torna público o **CONTRATO: 070/2026** - **Fornecedor (res)**: **FGA SANDRA GOMES EFATA LTDA** - CNPJ: 66.092.972/0001-61. A íntegra do contrato encontra-se disponíveis junto ao processo administrativo no site oficial do CIMBAJE na aba de Licitações – Credenciamento - **MARCIO FERREIRA SOUTO - Presidente do CIMBAJE - Jacinto, MG – 21 de Agosto de 2026.**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO – Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para contratação de pessoas jurídicas prestadores de serviços médicos: consultas, exames, procedimentos clínicos e exames de imagem, nas especialidades de acordo com a tabela do Anexo I do edital, para atendimento aos municípios consorciados ao CIMBAJE. Contrato Firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e a empresa **CLINLIFE MEDICINA E SAUDE GARCEZ LTDA.** - Processo Administrativo nº 002/2023 – Inexigibilidade nº 001/2023 – Contrato n° **048/2025**. O presente Termo Aditivo tem por fundamento a prorrogação de vigência do presente contrato pelo período compreendido entre **10 de setembro de 2026 a 10 de setembro de 2027.** – **ESTTEVAO DE FREITAS FERRAZ – Agente de Contratação –**

Jacinto, MG – 21 de Agosto de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 1.441/2025 - O Agente de Contratação Sr. Esttevão de Freitas Ferraz e a equipe de Apoio Srª. Lais Goncalves Cardoso, André Carvalho Abreu e Higor Mendes Neves, designados pela Resolução 003/2024 e 021/2025, respectivamente, torna público a RETIFICAÇÃO DO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2025, PROCESSO LICITATÓRIO 1441/2025 – **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de veículos novos, zero km, utilitários e de passeio incluindo motocicletas, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus escolares e caminhão de pequeno porte, destinados ao atendimento das demandas do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha e de seus municípios consorciados – ACESSO a íntegra da Retificação e ao Processo licitatório completo pelo Site oficial do CIMBAJE - **Esttevão de Freitas Ferraz – Agente de Contratação -**

Jacinto/MG, 21 de agosto de 2026.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO BAIXO JEQUITINHONHA - PUBLICAÇÃO DE TERMO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 617/2026 - CREDENCIAMENTO Nº. 001/2026. O Agente de Contratação Sr. Esttevão de Freitas Ferraz e a equipe de Apoio Srª. Lais Goncalves Cardoso, André Carvalho Abreu e Higor Mendes Neves, designados pela Resolução 003/2024 e 021/2025, respectivamente, torna público o TERMO DE RETIFICAÇÃO AO TERMO DE REFERÊNCIA - Processo Licitatório nº 617/2026 – Credenciamento nº 001/2026. – **Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte de passageiros, por meio de fretamento de veículo do tipo ônibus rodoviário, com capacidade mínima de 44 (quarenta e quatro) assentos, incluindo, sempre que houver disponibilidade, a inserção de usuários em viagens previamente agendadas pelo prestador, destinado ao deslocamento de pacientes, acompanhantes e colaboradores com destino à cidade de Belo Horizonte/MG para realização de tratamentos de saúde, consultas, exames, procedimentos médicos especializados e capacitações institucionais, com o objetivo de atender às demandas dos municípios consorciados e do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – ACESSO a íntegra da Retificação e ao Processo licitatório completo: https://www.google.com/search?q=https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/92409 e pelo Site oficial do CIMBAJE - **Esttevão de Freitas Ferraz – Agente de Contratação -**

Jacinto/MG, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Esttevão de Freitas Ferraz
Código Identificador:E742EF03

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO - CIMMESF

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO – CIMMESF – Consórcio Publico, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.275.576/0001-24 com sede Administrativa na Rua Montes Claros, nº 1.124, Bairro Santo Antônio, Pirapora-MG, torna público o EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2026 – DISPENSA POR VALOR Nº 009/2026 – SINTESE DO OBJETO: Prestação de serviços de dedetização, desratização, descupinização (quando necessária) e limpeza/higienização das caixas d'água da sede administrativa do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Médio São Francisco – CIMMESF. DESPACHO DE RATIFICAÇÃO: 24/08/2026, EMPRESA CONTRATADA: RANIELL INACIO LEANDRO. VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 7.920,00. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 MESES. Maiores informações através do telefone (38) 3740-1701 ou pelo e-mail licitacao@cimmesf.mg.gov.br de segunda a sexta de 07:00 às 17:00h.

Pirapora, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRO COSTA CESAR
Presidente do CIMMESF

Publicado por:
Monica Aparecida Dos Santos
Código Identificador:CDBA3651

ESTADO DE MINAS GERAIS
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORTE DE MINAS - CODANORTE
PROC. LICITATÓRIO 23/26 INEXIGIBILIDADE 3/26 - CREDENCIAMENTO 1/26

PROC. 23/26 INEXIG. 3/26 - CREDENCIAMENTO 1/26 - Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços diversos, para manter a operação dos Aterros Sanitários e Usinas de Triagem sob responsabilidade do CODANORTE em Pirapora, Pedras de Maria da Cruz, Manga, Varzelândia e Icaraí de Minas – 1ª Retificação do Edital - Inicio do credenciamento: 26/08/26, 9h Primeiro julgamento: 03/09/26, 09h - www.codanorte.mg.gov.br - licitacoes@codanorte.mg.gov.br.

Publicado por:
Ingrid Rodrigues Martins
Código Identificador:FAD84361

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO MONLEVADE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 070/2026

O DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos do Município de João Monlevade – MG, através de seu Diretor, Sr. José Afonso Martins, torna público a celebração do Contrato Nº 070/2026, com a empresa **VIVA LABORATORIO DE ANALYSIS LTDA, inscrita no CNPJ 20.198.502/0001-86.**

O presente contrato decorre do Processo Licitatório n° 081/2026, modalidade Pregão Eletrônico n° 017/2026, regido pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de sistema substrato enzimático cromogênico e fluorogênico destinado à determinação simultânea de coliformes totais e Escherichia coli (E. coli) em amostras de água para consumo humano e água bruta, para atendimento às necessidades do Laboratório da ETA-PACAS, do DAE - Departamento Municipal de Águas e Esgotos de João Monlevade, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 000017/2026 , no Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, que integram este contrato independentemente de transcrição.

Valor: O valor global estimado do presente contrato é de R$ R$ 19.600,00 (dezenove mil e seiscentos reais)

Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrados, em cada prorrogação, a manutenção da necessidade da contratação, a vantajosidade para a Administração e o cumprimento dos requisitos previstos nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

João Monlevade, 21 de agosto de 2026.

JOSÉ AFONSO MARTINS
Diretor do DAE

Publicado por:
Adriano Fidelis de Paula
Código Identificador:DC2A0B56

ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DE PONTE NOVA/MG

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO - DMAES DE PONTE NOVA/MG
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO E DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO Nº 019/2026 – PREGÃO Nº 007/2026 – ELETRÔNICO

DMAES – Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento de Ponte Nova/MG – EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – Processo nº 019/2026 – Pregão nº 007/2026 – ELETRÔNICO – Registro de Preços nº 005/2026 – O Diretor Geral do DMAES, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, homologou o Processo e adjudicou os itens às vencedoras em 20/08/2026, ratificando todas as decisões e atos da Pregoeira, mediante Parecer Final favorável do Assessor Jurídico, juntado ao Processo Eletrônico. O número atribuído ao Pregão no Portal de Compras do Governo Federal é 018/2026. Outras informações da contratação estarão disponíveis no sítio oficial do DMAES, endereço eletrônico: https://www.dmaespontenova.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-7-2026/462.

Ponte Nova (MG), 24/08/2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO/
Diretor Geral.

Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento de Ponte Nova/MG – EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – Processo nº 019/2026 – Pregão nº 007/2026 – ELETRÔNICO – Registro de Preços nº 005/2026 – O Diretor Geral do DMAES, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público a emissão das Atas de Registros de Preços, provenientes da licitação supracitada, conforme a seguir: Ata de Registro de Preços nº 034/2026, Detentora do Registro de Preços: SANEFLUI

MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA, CNPJ: 58.269.137/0001-26, Valor Total da Ata: R$ 21.570,00(Vinte e Um Mil, Quinhentos e Setenta Reais); Ata de Registro de Preços nº 035/2026, Detentora do Registro de Preços: VDA SANEAMENTO LTDA, CNPJ: 43.486.804/0001-19, Valor Total da Ata: R$ 18.030,00 (Dezoito Mil e Trinta Reais); Ata de Registro de Preços nº 036/2026, Detentora do Registro de Preços: HIDROGERAIS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI, CNPJ: 34.640.774/0001-07, Valor Total da Ata: R$ 4.480,00 (Quatro Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais); Ata de Registro de Preços nº 037/2026, Detentora do Registro de Preços: MARCELO SOUSA GONCALVES, CNPJ: 44.883.034/0001-47, Valor Total da Ata: R$ 4.368,00 (Quatro Mil, Trezentos e Sessenta e Oito Reais); Ata de Registro de Preços nº 038/2026, Detentora do Registro de Preços: GOUVEA & RODRIGUES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 33.152.385/0001-61, Valor Total da Ata: R$ 7.832,25 (Sete Mil, Oitocentos e Trinta e Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos); Ata de Registro de Preços nº 039/2026, Detentora do Registro de Preços: PRODUTOS SAP LTDA, CNPJ: 01.377.293/0001-93, Valor Total da Ata: R$ 10.500,00 (Dez Mil e Quinhentos Reais); Valor Total Registrado: R$ 66.780,25 (Sessenta e Seis Mil, Seiscentos e Oitenta Reais e Vinte e Cinco Centavos). Não houve formação de Cadastro de Reserva. Dotação Orçamentária: 17.512.0050.4005-339030 – Manutenção Serviços de Distribuição Água Tratada – Material de Consumo e 17.512.0051.4006-339030 – Manutenção da Coleta dos Esgotos Sanitários – Material de Consumo. Recursos Financeiros: Próprio. Vigência das Atas de Registro de Preços: 01/09/2026 a 31/08/2027. O número atribuído ao Pregão no Portal de Compras do Governo Federal é 018/2026. Íntegra das Atas de Registro de Preços estarão disponíveis, durante a vigência, no sítio oficial do DMAES, endereço eletrônico: https://www.dmaespontenova.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/pe-7-2026/462 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Ponte Nova (MG), 24/08/2026.

EDUARDO GOMES RODRIGUES BEMFEITO/
Diretor Geral.

Publicado por:
Fabiana Dutra Gomides
Código Identificador:198CF25E

ESTADO DE MINAS GERAIS
FAPEM - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECISÃO DEFINITIVA DE REVOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, configuração, hospedagem, manutenção, suporte técnico e disponibilização de plataforma integrada, em ambiente de computação em nuvem, no modelo Software as a Service – SaaS, destinada à comunicação institucional, atendimento ao cidadão, transparência pública, protocolo, tramitação de solicitações, disponibilização de informações previdenciárias, gestão de conteúdos e apoio às atividades administrativas do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal – FAPEM.

A **DIRETORA-PRESIDENTE DO FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – FAPEM**, no uso de suas atribuições legais e administrativas,

CONSIDERANDO o Ato de Revogação do Processo Licitatório nº 14/2026 – Dispensa de Licitação nº 06/2026, datado de 18 de agosto de 2026, por meio do qual foi determinada a revogação do procedimento, em razão de fato superveniente que alterou a necessidade administrativa que lhe deu origem;
CONSIDERANDO que a revogação foi fundamentada na confirmação da continuidade de solução tecnológica já disponibilizada ao FAPEM, sem custo adicional, no âmbito da renovação da assinatura de educação continuada, contemplando recursos suficientes para atendimento das necessidades institucionais atualmente identificadas;
CONSIDERANDO que a continuidade do procedimento, diante da existência de solução já disponibilizada sem custo adicional, resultaria em despesa atualmente dispensável, em afronta aos princípios da eficiência, economicidade e adequada gestão dos recursos públicos;
CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II e §§ 2º, 3º e 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme fundamentação consignada no Ato de Revogação;
CONSIDERANDO que foi assegurado aos fornecedores que apresentaram proposta no âmbito do Processo Licitatório nº 14/2026 – Dispensa de Licitação nº 06/2026 o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da ciência da decisão, para, querendo, apresentarem manifestação acerca da intenção de revogação;
CONSIDERANDO que, encerrado o prazo concedido, **não foram apresentadas manifestações pelos fornecedores**;
CONSIDERANDO, após análise dos autos que permanecem presentes as razões de interesse público, conveniência e oportunidade que fundamentaram a revogação do procedimento;

DECIDE:

Art. 1º
MANTER E CONFIRMAR, em caráter definitivo, a revogação do Processo Licitatório nº 14/2026 – Dispensa de Licitação nº 06/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, configuração, hospedagem, manutenção, suporte técnico e disponibilização de plataforma integrada, nos termos do Ato de Revogação expedido em 18 de agosto de 2026.
Art. 2º
Fica determinado o **encerramento definitivo do Processo Licitatório nº 14/2026 – Dispensa de Licitação nº 06/2026**, com a adoção, pelos setores competentes, das providências administrativas necessárias ao seu encerramento e arquivamento.
Art. 3º
Determina-se à Agente de Contratação que proceda aos registros pertinentes nos sistemas eletrônicos utilizados pelo FAPEM, bem como adote as demais providências necessárias à formalização do encerramento do procedimento.
Art. 4º
Determina-se a manutenção da publicidade do ato de revogação e da presente decisão, observando-se os meios de divulgação aplicáveis ao procedimento, inclusive o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e o sítio eletrônico oficial do FAPEM, conforme determinado no Ato de Revogação.
Art. 5º
Após o cumprimento das providências determinadas, **arquivem-se os autos**, mantendo-se integralmente a documentação que instruiu o procedimento e os registros relativos à sua revogação e encerramento.
Art. 6º
Esta decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

Cambuí/MG, 24 de agosto de 2026.

ELIANE LAMBERT FERREIRA
Diretora Presidente do FAPEM

Publicado por:
Eliane Lambert Ferreira
Código Identificador:C0A24388

ESTADO DE MINAS GERAIS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR AFONSO PAVIE - FHAP

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR.AFONSO PAVIE
PAL 022 PREGÃO ELETRÔNICO 013/2026

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE
PUBLICA PREGÃO ELETRÔNICO 013/2026

A Fundação Hospitalar Dr. Afonso Pavie de Itamarandiba -MG torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 013/2026, Processo Licitatório nº 022/2026, **Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA COSTURA, BEM COMO COBERTORES E TRAVESSEIROS HOSPITALARES, DESTINADOS À CONFECÇÃO, MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DE ENXOVAIS E DEMAIS ITENS DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. AFONSO PAVIE**. Data de início de recebimento de propostas 25/08/2026. Data de encerramento de recebimento de propostas 04/09/2026 às 08:59h. Mais informações pelo e-mail: licitacao@fhap.mg.gov.br, editais pelo site: https://fhap.mg.gov.br/transferencia/licitacoes. Telefone: (38) 3521-1257 ou (38) 9 2000-2106.

VIVIANE FIGUEIREDO
Agente de Contratação.

Publicado por:
Viviane Silva Figueiredo
Código Identificador:EBE6E571

ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE - IPREM
PORTARIA Nº199/2026

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL NO CONTRATO CELEBRADO PELO IPREM – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE.

O DIRETOR PRESIDENTE DO IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os incisos II, IX e XXII do artigo 73 da Lei 4643/07, expede a seguinte
PORTARIA
Art. 1º. Designa, para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 08/2023,os servidores relacionados abaixo:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA/CNPJ	TITULAR	SUPLENTE
08/2023	Contratação de Desenvolvimento, manutenção e hospedagem web para o site do IPREM (www.iprem.mg.gov.br) e do portal legado (iprem.net.br), com backup diário dos arquivos hospedados visando garantir a continuidade do serviço de divulgação do IPREM.	Michael Rodrigo Picolo 29239821856 CNPJ Nº 23.917.417/0001-19.	Rodrigo Souza Camargo Matrícula: 810123 Setor: Departamento de Administração	Patrícia Aparecida Andrade Matrícula: 14300-5 Setor: Departamento Gabinete e Conselhos

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário a presente Portaria entra em vigo a partir de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Pouso Alegre,24 de agosto de 2026.

DANIEL RIBEIRO VIEIRA
Diretor Presidente

ALINE MONTEIRO DE OLIVEIRA
Diretora de Administração

Publicado por:
Vitória Regina Silveira Junho
Código Identificador:AF61347A

ESTADO DE MINAS GERAIS
IPESC - INSTITUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARANGOLA

IPESC
AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 005/2026

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Carangola/MG - IPESC, por intermédio da Pregoeira, torna pública a **SUSPENSÃO** da sessão do Pregão Eletrônico nº005/2026 cujo objeto é contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema integrado de gestão previdenciária para RPPS, em ambiente web, incluindo implantação, migração de dados, parametrização, treinamento, suporte técnico, manutenção, atualização legal e hospedagem, contemplando módulos de folha de pagamento previdenciária, concessão de benefícios, protocolo, perícia médica, portal da transparência, ferramenta de relatórios gerenciais e indicadores previdenciários, e aplicativo móbile., anteriormente designada para o dia 24/08/2026, às 14:30.

A suspensão decorre de pedido de esclarecimento apresentado por licitante acerca da ausência de previsão de exigência de comprovação de capacidade técnica no instrumento convocatório, sendo necessária a análise da questão e a verificação quanto à eventual necessidade de adequação do edital.

Dessa forma, **fica suspensa** a sessão pública do certame até ulterior deliberação da autoridade competente, permanecendo os interessados cientes de que eventual nova data para realização da sessão será oportunamente divulgada pelos mesmos meios de publicidade utilizados para o instrumento convocatório.

Carangola/MG, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Sara de Oliveira Alves
Código Identificador:83E10660

IPESC
PROCESSO LICITATÓRIO 012/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 EDITAL DE LICITAÇÃO EXLUSIVAMENTE PARA ME E EPP

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município De Carangola - IPESC torna pública a realização de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por item. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistema integrado de gestão previdenciária para RPPS, em ambiente web, incluindo implantação, migração de dados, parametrização, treinamento, suporte técnico, manutenção, atualização legal e hospedagem, contemplando módulos de folha de pagamento previdenciária, concessão de benefícios, protocolo, perícia médica, portal da transparência, ferramenta de relatórios gerenciais e indicadores previdenciários, e aplicativo móbile; para atendimento às demandas IPESC. Data e Horário da abertura do Pregão **08 de setembro de 2026** às **14h30min**, pelo sítio eletrônico: https://licitar.digital/. Interessados manter contato pelo endereço eletrônico: licitacoes@ipesccarangola mg.gov.br.

Carangola/MG, 25 de agosto de 2026

SIDNÉIA SILVÉRIO ALONSO
Pregoeira

Publicado por:
Sara de Oliveira Alves
Código Identificador:A8818F46

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALÉM PARAÍBA

DEPARTAMENTO COMPRAS
AVISO COLETA DE PREÇOS – COTAÇÃO 274/2026

AVISO COLETA DE PREÇOS – COTAÇÃO 274/2026
A Prefeitura Municipal de Além Paraíba vem através deste, informar que está realizando pesquisa de preços para contratação de Pacote de Treinamento Continuado, atualização de equipes Saúde e utilização de plataforma de monitoramento de indicadores, conforme condições e especificações contidas notermo de referência.
Para maiores informações, os interessados poderão solicitar os arquivos no e-mail cotacao@alemparaiba.mg.gov.br para elaborarem seus orçamentos até sexta-feira, 28/08/2026, 18h00.
Maiores esclarecimentos (32) 3466-5150 –

REGINA MONTEIRO,
Divisão de Compras.

Publicado por:
Thaiane Silva Santos Rossoni
Código Identificador:75001F9D

DEPARTAMENTO COMPRAS
AVISO TERMO DE DISPENSA 117/2026

AVISO TERMO DE DISPENSA

O município de Além Paraíba, estado de Minas Gerais, torna público que realizará DISPENSA, como critério de julgamento MENOR PREÇO, cujo objeto é Laudo de avaliação para subsidiar a comissão do ITBI (para laudar imóveis de divergência entre valor declarado na guia ITBI e valor venal), conforme condições e especificações contantes no termo de referência.
Data da Sessão Pública: Dia 31/08/2026_13:00h
Referência de Tempo: Horário de Brasília/DF.
Os interessados também poderão obter o Termo de Aviso da Dispensa completo e os anexos no site: www.alemparaiba.mg.gov.br.
Maiores informações, através do e-mail: cotacao@alemparaiba.mg.gov.br, ou pelo telefone (32) 3466-5150.

Além Paraíba, 24 de agosto de 2026.

FLÁVIO HENRIQUE FALCÃO ARAÚJO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Beatriz Marinho Barbosa Azevedo
Código Identificador:2D9F7CE2

DEPARTAMENTO COMPRAS
AVISO TERMO DE DISPENSA Nº. 104/2026

AVISO TERMO DE DISPENSA Nº 104/2026

O município de Além Paraíba, estado de Minas Gerais, torna público que realizará DISPENSA, como critério de julgamento por MENOR PREÇO, cujo objeto é contratação de empresa especializada para execução de Serviços elétricos em Rede Elétrica Pública, conforme especificações encaminhadas pela Concessionária Energisa, conforme condições e especificações contidas no termo de referência.
Data da Sessão Pública: 31/08/2026_13:00h
Referência de Tempo: Horário de Brasília/DF.
Os interessados também poderão obter o Termo de Aviso da Dispensa completo e os anexos no site: www.alemparaiba.mg.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: cotacao@alemparaiba.mg.gov.br, ou pelo telefone (32) 3466-5150.

Prefeitura Municipal de Além Paraíba, 24/08/2026.

PLÍNIO JOSÉ MENDES MOREIRA FILHO
Secretário Municipal de Serviços e Obras Públicas

Publicado por:
Thaiane Silva Santos Rossoni
Código Identificador:4318B5ED

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ALVORADA DE MINAS

GABINETE DO PREFEITO
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO NO VALOR DE R$ 477.500,00 (QUATROCENTOS E SETENTA E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53
LEI ORDINÁRIA Nº 1186/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município no valor de R$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhnetos reais) e dá Outras Providências."

DANILIO CLESSIO FERREIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias para o exercício de 2026:

CLASSIFICAÇÃO	FICHA	FONTE	VALOR
11.01.02.20.606.0026.3073 - Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos Agrícolas			
44905200 - Equipamentos e Mat.Permanentes	1227	1700000000	477.500,00

Art. 2º Como fonte de recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata a presente Lei, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, no valor de R$ 477.500,00 (quatrocentos e setenta e sete mil e quinhentos reais).
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Alvorada de Minas/MG, 24 de agosto de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA:05979367659
Assinado de forma digital por DANILIO CLESSIO FERREIRA: 05979367659
Dados:2026.08.2410:33:55-03'00'

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:8473D622

GABINETE DO PREFEITO
DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO LIMITE PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES DURANTE A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2026, E ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 4 º DA LEI MUNICIPAL Nº 1170, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ N°._18.303.164/0001-53

LEI ORDINÁRIA 1187/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a ampliação do limite para abertura de créditos suplementares durante a execução do Orçamento Municipal no Exercício de 2026, e altera a redação do art. 4 º da lei Municipal nº 1170, de 23 de dezembro de 2025".

DANILIO CLESSIO FERREIRA, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DE MINAS/MG**, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Este Projeto de Lei dispõe sobre a ampliação do limite para abertura de créditos suplementares durante a execução Orçamentária Municipal do Exercício de 2026 e altera a redação do art. 4º da Lei Municipal nº 1170 de 23 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Fica autorizada a ampliação do limite de abertura de créditos suplementares previsto na Lei Orçamentária Municipal, do presente exercício, de 12% (doze por cento) para o montante de 15% (quinze por cento) do valor da despesa autorizada para suprir insuficiências de saldos de dotações orçamentárias.

Art. 3º - O Art. 4º da Lei Municipal nº 1170 de 23 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º – Durante a execução Orçamentária do exercício financeiro de 2026, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares às dotações que se fizerem insuficientes, no limite de 15% (quinze por cento) da receita orçamentária prevista, podendo para tanto utilizar-se dos seguintes recursos:

I - Anulação parcial e/ou total de dotações, conforme dispõe o artigo 43, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

II - O excesso de arrecadação efetivamente realizado na forma do art. 43, inciso II e § 3º da Lei Federal nº 4.320 de 1964.

III - O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, apurado por fontes de recursos e em conformidade com o quadro "Disponibilidade por Destinação de Recursos - DDR apurado no Balanço Patrimonial" do exercício de 2025, conforme dispõe o artigo 43, inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.

V - O excesso de arrecadação apurado nas operações de crédito autorizadas, conforme disposto no artigo 43, inciso IV da Lei Federal nº 4.320/64.

VI - A Reserva de Contingência nos termos da Lei 4.320/64.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor nadata de sua publicação.

Alvorada de Minas/MG, 24 de agosto de 2026

DANILIO CLESSIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Flavia Nunes Mesquita Araujo Costa
Código Identificador:ECC8771D

LICITAÇÃO
AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS ("CAPUT" DO ART. 86 DA LEI N. 14.133)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS/MG TORNA PÚBLICO a intenção de registro de preços para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA DE MINAS., mediante realização de licitação pública na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço, conforme condições, especificações e quantitativos constantes do Estudo Técnico Preliminar. Os órgãos que tiverem a intenção de participar do referido registro de preços, deverão MANIFESTAR seu interesse, mediante o encaminhamento ao órgão de Compras e Licitações, de ofício afirmando sua concordância com o objeto a ser licitado, acompanhado de:

I - Solicitação de Compras - serviços/materiais;

II - Termo de anuência ao Estudo Técnico Preliminar do "órgão gerenciado", aprovado pela autoridade competente;

III - Orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, amparados em pesquisa de mercado. O ETP deverá ser solicitado no e-mail licitacao@alvoradademinas.mg.gov.br e/ou licitacaoalvoradademinas@gmail.com.

O prazo final para apresentação das manifestações é dia 04/09/2026 até ás 16h.

Alvorada de Minas, 24 de agosto de 2026.

ÂNGELA APARECIDA MOTA
Agente de Contratação

Publicado por:
Ângela Aparecida Mota
Código Identificador:604F5430

LICITAÇÃO
EXTRATO- RETOMADA DO PROCESSO LICITATORIO N.76/2026

EXTRATO - RETOMADA DO PROCESSO LICITATÓRIO N.076/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0028/2026

PROCESSO LICITATÓRIO – 76/2026. Pregão Eletrônico 028/2026. Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de 02 (dois) veículos tipo ônibus rural escolar – ore 2, zero quilômetro, e 01 (uma) van escolar nova, zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação de Alvorada de Minas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, **TORNA PUBLICO A RETORMADA DO PROCESSO** tendo nova data para a abertura do certame ficando marcada para anexar as propostas: Até as 07:59 horas do dia 08/09/2026, Abertura das Propostas: 08/09/2026 as 08:00:00 horas nos termos das Leis 14.133/21, e Decretos Municipais 04/2024, 05/2024, em razão da Resposta/Decisão em Impugnação de edital. Informações: Estará à disposição no site http://www.alvoradademinas.mg.gov.br e/ou www.licitardigital.com.br. Prefeitura Municipal de Alvorada de Minas, situada à Av. José Madureira Horta, 190 - Centro, ou através do telefone nº (31) 3520-0001 e (31) 3520-000 em horário comercial.

Alvorada de Minas, 24 de agosto de 2026.

ELIETE KÊNIA DOS REIS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Eliete Kenia Dos Reis
Código Identificador:848B21DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO PUBLICAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO PAL48/2026 PE 15/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG, torna público que firmou na data de 21/08/2026 Extratos de Atas de Registro de Preços, em decorrência do PAL 048/2026 PE 015/2026, Objeto: Registro de Preços para Futura e eventual Contratação de serviços de locação, montagem e desmontagem de palco, som, tela de projeção, estrutura para telão, tenda de lona piramidal, portal e refletores cênicos, para divulgação de ações e campanhas e realização de eventos, em atendimento às diversas secretarias do Município de Araçuaí/MG. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 056/2026 - GM PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, valor estimado da Ata de Registro Preço R$ 2.732.600,00 (dois milhões e setecentos e trinta e dois mil e seiscentos reais). Data da assinatura 21/08/2026, vigência de prazo até 20/08/2027.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:BB73C77B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

AVISO DE RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO PAL48/2026 PE 15/2026

A Prefeitura Municipal de Araçuaí, Estado de Minas Gerais, torna público a RETIFICAÇÃO Extrato de Ata de Registro de Preços, em decorrência do PAL 048/2026 PE 015/2026, Objeto: Registro de Preços para Futura e eventual Contratação de serviços de locação, montagem e desmontagem de palco, som, tela de projeção, estrutura para telão, tenda de lona piramidal, portal e refletores cênicos, para divulgação de ações e campanhas e realização de eventos, em atendimento às diversas secretarias do Município de Araçuaí/MG. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO Nº 055/2026.
ONDE SE LÊ: PE 115/2026
LEIA-SE: PE 15/2026

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:DE30E929

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2026

Extrato do Termo de Fomento nº 011/2026

Extrato do Termo de Fomento nº 011/2026 – Convenentes: Prefeitura Municipal de Araçuaí por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Associação da Escola Família Agroecológica de Araçuaí-AEFA, CNPJ: 02.653.355/0001-05.**Objeto:** Execução do projeto "Ambiente Saudável, Seguro e Protegido – Fase VIII". **Entidade**: Associação da Escola Família Agroecológica de Araçuaí – AEFA– CNPJ: 02.653.355/0001-05. Valor: R$ 1.680,00 (Mil seiscentos e oitenta reais); Dotação Orçamentária: 02.006.003.08.243.5508.2084.3.3.50.43.00 - Ficha 632 - Fonte 1.50100. Vigência de 24/08/2026 a 31/12/2026.

Araçuaí – MG, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Jacqueline Dos Santos Ferreira
Código Identificador:86A5A27C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÚJOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
EXTRATO DO CONTRATO N° 71/2026

N.º Processo: 109/2026 – Dispensa de Licitação: 16/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Araújos/ MG CNPJ: 18.300.996/0001-16. Contratado: **LEANDRO TEIXEIRA SILVA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.696.722/0001-30. OBJETO: Contratação de empresa para Fornecimento de Mobiliário Confeccionado em Polipropileno para Ambientes Internos e Externos. Vigência: 12 meses. Valor estimado: R$ 41.150,00 Data de assinatura: 24 de agosto de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:E45F6501

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUJOS
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA

Considerando que o presente processo se encontra de conformidade com a legislação pertinente (Art. 75 inciso II, Lei Federal 14.133/21), Processo nº 109/2026 – Dispensa nº 16/2026, RATIFICO a dispensa de licitação em favor da contratada **LEANDRO TEIXEIRA SILVA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.696.722/0001-30, no valor de R$41.150,00(quarenta e um mil cento e cinquenta e um reais), correspondente ao período de vigência do presente contrato para contratação de empresa para Fornecimento de Mobiliário Confeccionado em Polipropileno para Ambientes Internos e Externos.

Depois de cumpridas as formalidades de praxe, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Araújos/MG, 24 de agosto de 2026.

GERALDO MAGELA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thais Mesquita Ribeiro
Código Identificador:C4A3D96A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARCOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.477

DECRETO MUNICIPAL nº 7.477 – 21/08/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Saúde, destinado ao repasse financeiro de incentivo hospitalar à Santa Casa de Arcos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei Orgânica Municipal, art. nº 68, inciso VI, c/c art. 135, inciso I, alínea 'j' e,
CONSIDERANDO as diretrizes fixadas pela **Resolução SES/MG nº 10.895/2026**, que institui as regras de cofinanciamento e repasses da Política de Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência do Estado de Minas Gerais;
CONSIDERANDO a necessidade de regularização, manutenção e o estrito cumprimento das metas de custeio dos leitos de Centro de Terapia Intensiva (CTI) operados pela Santa Casa local;
CONSIDERANDO, por fim, a existência de excesso de arrecadação verificado na fonte de recursos vinculada aos convênios e resoluções estaduais de saúde, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente do Município de Arcos, junto à Secretaria Municipal de Saúde, um **Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 164.250,00 (cento e sessenta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais)**, destinado ao reforço da dotação orçamentária de repasse do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Hospitalar.
Art. 2º Os recursos necessários para a cobertura do crédito aberto no artigo anterior correrão por conta de **Excesso de Arrecadação** apurado no presente exercício financeiro na respectiva fonte de recursos estadual de atenção hospitalar de urgência e emergência, em cumprimento ao disposto no artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos contábeis necessários à regularização das contas públicas incidentes.

Arcos, 21 de Agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:D6B60CA7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO MUNICIPAL Nº 7.479 – 21/08/2026

DECRETO MUNICIPAL nº 7.479 – 21/08/2026

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICONAL SUPLEMENTAR, ALTERA FONTES DE RECURSOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal Complementar nº 223 de 09/12/2025,

Considerando a necessidade de readequação orçamentária decorrente da migração do credenciamento do Centro de Terapia Intensiva (CTI) para o âmbito da União, conforme Portaria GM/MS nº11.876, de 02/07/2026, gerando a necessidade de partilha da arrecadação entre as fontes de recursos 1621 e 1600,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto à dotação especificada neste Decreto, de acordo com os valores e a unidade orçamentária nele indicados, o seguinte crédito adicional por Alteração de Fonte de Recursos:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.13.10.302.9016.2.464.000.3.3.50.39
.....1.149.750,00
Fonte de Recursos: 1600 - Transf do SUS - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

TOTAL: 1.149.750,00

Art. 2º - Constituem recursos à abertura dos créditos mencionados neste Decreto, a anulação parcial, da mesma dotação orçamentária, originalmente suplementada por excesso de arrecadação, caracterizando a transposição de fontes, conforme abaixo indicadas, na forma do disposto na Lei Complementar nº101/2000:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
02.13.10.302.9016.2.464.000.3.3.50.39
.....1.149.750,00
Fonte de Recursos: 1621 - Transf do SUS provenientes do Governo Estadual

TOTAL: 1.149.750,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arcos, 21 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:31AD8E4B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO N.º 7478

DECRETO N.º 7478, DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a instituição e nomeação do Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARCOS, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e:
CONSIDERANDO a obrigatoriedade de aplicação de recursos do FUNDEB na criação e manutenção de matrículas em tempo integral, conforme a legislação federal vigente;
CONSIDERANDO que o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral constitui instrumento de planejamento a ser registrado na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação;
CONSIDERANDO as orientações do Guia de Apoio Técnico ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (MEC/SEB) e do Guia para a Alocação e Distribuição de Matrículas em Tempo Integral com Eficiência e Equidade (SEB/MEC, 2023);
DECRETA:
Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (CME-EITI), vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de coordenar a elaboração do Plano, acompanhar sua implementação e monitorar seu cumprimento, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação.
§ 1º O Comitê terá natureza deliberativa quanto ao processo de elaboração do Plano, cabendo ao Secretário Municipal de Educação a chancela das metas e ao Chefe do Executivo a homologação do Plano e dos atos dele decorrentes.
§ 2º O Comitê atuará em articulação com as escolas da rede municipal, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb).
Art. 2º O Comitê será composto pelas seguintes representações, cujos membros titulares e suplentes são nomeados na forma do Anexo Único deste Decreto:
I – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, que o presidirá;
II – 1 (um) representante da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – 1 (um) representante da equipe financeira/orçamentária da Secretaria Municipal de Educação ou da Prefeitura;
IV – 2 (dois) diretores(as) de escolas municipais, indicados(as) pela Secretaria Municipal de Educação;
V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
VI – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb);
VII – 1 (um) representante da comunidade escolar, indicado entre as associações de pais e/ou conselhos escolares.
§ 1º Cada membro titular terá um suplente que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º O mandato dos membros do Comitê será de 2 (dois) anos, admitida a recondução, e se estenderá enquanto durar a vigência do Plano, para fins de acompanhamento e monitoramento.
§ 3º A participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.
Art. 3º Compete ao Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral:
I – coordenar a elaboração do diagnóstico da rede municipal, abrangendo as oito dimensões previstas no Guia de Apoio Técnico do MEC;
II – promover o processo participativo de escuta da comunidade escolar e do território, garantindo a proteção de dados pessoais nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais legislações aplicáveis;
III – definir as metas anuais de expansão de matrículas em tempo integral, por etapa e modalidade, respeitada a data de referência do Censo Escolar;
IV – assegurar a destinação dos recursos previstos à criação de novas matrículas em tempo integral, observada a compatibilidade com o planejamento orçamentário-financeiro do Município;
V – propor a alocação e a distribuição das matrículas com eficiência e equidade, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade e garantindo atenção às modalidades especiais;
VI – elaborar os objetivos e as ações prioritárias do Plano, nas dimensões previstas no Guia de Apoio Técnico do MEC;
VII – acompanhar e monitorar a execução do Plano, inclusive quanto à execução orçamentária, à permanência e à equidade, propondo atualizações periódicas;
VIII – assegurar a transparência do processo e a participação social perante o Conselho Municipal de Educação e a comunidade escolar.
Art. 4º O Comitê reunir-se-á, em caráter ordinário, semanalmente durante o período de elaboração do Plano e, após a sua

aprovação, trimestralmente para fins de monitoramento; e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu presidente ou pela maioria de seus membros.
§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, com quórum mínimo de metade mais um dos membros, lavrando-se ata de cada reunião.

§ 2º Os impasses que impedirem o cumprimento do cronograma serão decididos pelo Presidente do Comitê no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, com registro fundamentado na ata.
Art. 5º O Comitê deverá concluir a elaboração do Plano no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da publicação deste Decreto, cabendo à Secretaria Municipal de Educação promover o registro do Plano na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua disponibilização.
Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Educação.
Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arcos/MG, 21 de agosto de 2026.

WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

Relação nominal dos membros titulares e suplentes do Comitê CME-EITI

Representação	Membro Titular	Membro Suplente
Secretaria Municipal de Educação (Presidente)	Lílian Teixeira Garcia Gomes	Cláudia Rodrigues Simões Macedo Campos
Coordenação Pedagógica - SME	Cássia Roberta Arantes Campos	Adriana Augusta de Oliveira
Equipe Financeira/Orçamentária - SME	Cristiane Sales Santaria	Gislaine Caetano Faria
Direção de Escola Municipal (1)	Rosiane Vieira Cardoso	Viviane de Oliveira Bicalho
Direção de Escola Municipal (2)	Nayara Rúbya dos Reis Rodrigues	Jerusa Rosária da Silva Leão
Conselho Municipal de Educação (CME)	Richard Guilherme Teixeira Tibúrcio	Ivone de Morais
Conselho do Fundeb (CACS-Fundeb)	Geraldo Adriano da Silva	Paula Sabrina Goulart Valente.
Comunidade Escolar (Pais/Conselhos)	Kássia de Souza	Rosália Sousa Melo

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:587C30B8

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 02/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO

Processo Administrativo n°: 02/2026

Doador: MINERAÇÃO JOÃO VAZ SOBRINHO LTDA. - CAZANGA CNPJ: 18.306.662/0001-50

Donatário: MUNICIPIO DE ARCOS/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação — SEMED.

Objeto: Doação de bens e prestação de serviços destinados exclusivamente à execução da Horta Sensorial e Inclusiva da Escola Municipal Santo Antônio, compreendendo o fornecimento de pipoca e algodão-doce, mudas e sementes, serviço de filmagem e registro audiovisual e serviço de pintura dos canteiros.

Finalidade: Contribuir para a implantação e execução da Horta Sensorial e Inclusiva da Escola Municipal Santo Antônio, fomentando a prática de cultivo, a inclusão, a integração e o desenvolvimento social dos participantes.

Valor estimado da doação: R$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

Ônus ou encargos: A presente doação é realizada sem ônus ou encargo para o Município.

Fundamentação legal: Lei Municipal n° 3.014/2021, com as alterações promovidas pela Lei Municipal n° 3.254/2026, especialmente os arts. 15 e 16.

Data de assinatura: 21/08/2026.

Vigência: Conforme estabelecido no Termo de Doação.

Signatários: Lilian Teixeira Garcia Gomes, representante do da Secretaria Municipal do Município de Arcos/MG, e Bruno Melgaço Vaz, representante legal da Mineração João Vaz Sobrinho Ltda. — Cazanga.

Arcos/MG, 21 de agosto de 2026.

LÍLIAN TEIXEIRA GARCIA GOMES
Secretária Municipal de Educação
Município de Arcos/MG

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:1D8ECC16

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ORDEM DE REINICIO DE SERVIÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 213/2025 MODALIDADE: CONCORRÊNCIA 03/2025

ORDEM DE REINICIO DE SERVIÇO
Processo Licitatório nº 213/2025
Modalidade: Concorrência 03/2025
Contratada: RIBEIRO E ANJOS EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA
Valor atual do contrato: R$ 723.721,72

Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil para a execução de obra, com o objetivo de realizar a manutenção e reforma de 13 (treze) residências de famílias de baixa renda na cidade de Arcos/MG.

Determino à empresa RIBEIRO E ANJOS EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA, contratada por meio do Contrato nº 104/2026, o reinício da execução dos serviços objeto do referido contrato, na data de 17 de agosto de 2026.
A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, bem como todas as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Contrato Administrativo e em seus respectivos anexos, além da legislação vigente aplicável. O prazo de execução contratual será de 08 (seis) meses, ficando a contratada ciente de que os serviços serão acompanhados e fiscalizados por servidor(es) designado(s) pela Administração Municipal, nos termos da legislação vigente.
O descumprimento das condições contratuais, prazos ou especificações técnicas poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável.
E, para que produza seus efeitos legais, expede-se a presente Ordem de Serviço.

Arcos/MG, 17 de agosto de 2026.

RODOLFO GERALDO DALARIVA SILVA
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

RIBEIRO E ANJOS EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:33EF1135

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA DE ARCOS- AVISO DE LICITAÇÃO- PL 033/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033 DE 2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018 DE 2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 016 DE 2026

OBJETO: aquisição de medicamentos éticos constantes na tabela CMED e medicamentos não contemplados na tabela CMED, para atender as demandas judiciais do Município, **tipo menor preço por ITEM,** sob demanda em âmbito municipal, de acordo com quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

ABERTURA DA SESSÃO:Dia 08/09/2026 às 13:30 horas.
LOCAL:na plataforma de pregão eletrônico www.bnc.org.br .
CONSULTAS AO EDITAL:
Na internet, no site www.arcos.mg.gov.br ou no Departamento de Licitações e Contratos supracitado.
ESCLARECIMENTOS: plataforma BNC,telefone: (37) 3359-7905.
Departamento de Licitações e Contratos supracitado.

Arcos, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Helen Cristina Batista
Código Identificador:6EC0249E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 186/2026

PORTARIA Nº 186 – 20/08/2026

DISPÕE SOBRE APOSENTADORIA DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 135, II da Lei Orgânica e,
Considerando a Aposentadoria concedida pelo RGPS à (ao) servidor (a) Sebastião Tomaz Andrade, Maspm nº 101504/4, ocupante do cargo de Ajudante de Serviço Público, conforme comunicação da Previdência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Aposentadoria ao (à) servidor (a) **SEBASTIÃO TOMAZ ANDRADE**, Maspm nº 101504/4, cargo **AJUDANTE DE SERVIÇO PÚBLICO**, nível I, padrão A, símbolo D, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir do dia 10/08/2026, em decorrência de sua aposentadoria concedida pelo INSS nos termos do art. 271 da Lei Municipal nº 1.453/93, alterado pela Lei Municipal nº 1.899/02.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/08/2026..

Arcos/MG, 20 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:AC077157

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 187/2026

PORTARIA nº 187 – 20/08/2026

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085 de 2026 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, artigos 68, VI e 135, II, alíneas “d” e “e”,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Comissão Processante instituída por esta Portaria responsável pela apuração do processo administrativo nº 085/2026, no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 2.933/2019.

Parágrafo único – Fica assim instituída a Portaria:

•Maria Eduarda Rodrigues - Presidente
Atendente
Maspm nº 159317/0

•Jaderson Ramos da Silva
Motorista
Maspm nº 109748/2

•Camila Eduarda Queiros de Faria Pimentel
Atendente
Maspm nº 159289/0

Art. 2º - A competência da Comissão extingue-se com sua decisão.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 112, de 29/05/2026, entrando esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

Arcos/MG, 20 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:9CEE5BA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOS - PORTARIA 188/2026

PORTARIA nº 188 – 21/08/2026

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 546 de 2025 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Arcos, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, artigos 68, VI e 135, II, alíneas “d” e “e”,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a Comissão Processante instituída por esta Portaria responsável pela apuração do processo administrativo nº 546/2025, no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 2.933/2019.

Parágrafo único – Fica assim instituída a Portaria:

•Marina Monteiro de Sousa - Presidente
Assistente
Maspm nº 143483/7

•Karina Calisto Silva - Presidente
Assistente

Maspm nº 143197/8

•Gisele Aparecida Teixeira Lopes
Assistente
Maspm nº 143479/9

Art. 2º - A competência da Comissão extingue-se com sua decisão.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 394, de 30/12/2025, entrando esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

Arcos/MG, 21 de agosto de 2026.

DR. WELLINGTON ESTEVÃO RODRIGUES ROQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Monteiro de Sousa
Código Identificador:8E4DA2CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 092/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 092/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

O Município de Argirita/MG torna público que pretende realizar Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com utilização do Sistema de Registro de Preços, visando à contratação de empresa especializada para o fornecimento futuro e eventual de materiais esportivos, pedagógicos e recreativos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Argirita/MG, para utilização nas atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral, conforme condições, quantitativos e especificações estabelecidos no Termo de Referência.
Os interessados em apresentar proposta de preços e documentação de habilitação, bem como obter conhecimento das condições técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o Aviso de Contratação Direta e seus anexos no sítio eletrônico www.argirita.mg.gov.br/licitacoes ou solicitá-los por meio do e-mail licitacao@argirita.mg.gov.br.
O recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá das 08h00 do dia 25/08/2026 até às 07h30min do dia 31/08/2026.

Argirita, 24de agosto de 2026.

ELISANGELA FREITA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:6B5A4723

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACAO PROCESSO 097/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 097/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2026

O Município de Argirita torna público que pretende realizar dispensa de licitação fundamentada no art. 75. Inciso II da Lei Federal nº 14.133/21 para contratação de empresa especializada para planejamento, organização e realização de evento esportivo de motocross no município de argirita/mg, incluindo o fornecimento, montagem, instalação e disponibilização de estruturas, equipamentos, materiais e serviços técnicos e operacionais necessários à realização do evento, conforme especificações, quantitativos e demais condições estabelecidas neste termo de referência, via dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, inciso II, da lei nº 14.133/2021, os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o edital completo no sítio eletrônico www.argirita.mg.gov.br/licitacoes ou pelo email licitacao@argirita.mg.gov.br. O recebimento das propostas de preço e documentos de habilitação ocorrerão do dia 25/08/2026 às 07h até o dia 28/08/2026 às 07h30min. As informações poderão ser obtidas através do telefone: 32 2306-0100 ramal 1011 e no endereço eletrônico: licitacao@argirita.mg.gov.br .

Argirita, 24 de agosto de 2026.

ELISANGELA FREITA DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:CC90FDE2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DO PROCESSO 096-2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9645/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 096/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 045/2026
DATA: 24/08/2026
OBJETO: Contratação da empresa JC MACHADO JR. PRODUÇÕES LTDA, representante exclusiva do Padre Pierre, para realização de celebração religiosa (Santa Missa), com pregação e acompanhamento musical, com duração aproximada de 02 (duas) horas, durante a abertura do Jubileu da Paróquia do Senhor Bom Jesus, no dia 04 de setembro de 2026, às 20h, no Município de Argirita/MG.
CONTRATADO: *JC MACHADO JR PRODUCOES LTDA*, pessoa jurídica de direito privado, com sede na R JOAO TEIXEIRA LOPES, nº 190 , Bairro SANTA LUZIA, na cidade de JUIZ DE FORA , CEP: 36.030-060, inscrita no CNPJ 62.522.924/0001-05

CONTRATANTE: *MUNICÍPIO DE ARGIRITA*, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Joaquim Barbosa de Castro, nº 22, Bairro Centro, na cidade de Argirita, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 17.730.011/0001-20.
DO VALOR: R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS)
DO PRAZO DO CONTRATO: Da assinatura do contrato até 04 de setembro de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº: 3.3.90.39.00.2.06.02.13.392.0005.2.0046 1.500.000 277 PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA LOCAL 1.000.000,00
Publique-se.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:08DBC372

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADTIVO DO PROCESSO 097-2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2025
Processo: nº 0097/2025 – Adesão a Registro de Preços
Pregão Eletrônico: nº 0010/2025
Detentora da Ata: GS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 21.280.832/0001-89.
Objeto do Aditivo: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 043/2025, referente ao Registro de Preços para futura e

eventual contratação de empresa especializada na fornecimento de materiais e insumos hospitalares para atendimento às necessidades dos setores de saúde do Município de Argirita/MG, conforme Termo de Referência e itens e quantitativos nele discriminados.
Vigência: 24 de agosto de 2026 a 23 de agosto de 2027.

Argirita/MG, 24 de agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:F43D4E6B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RATIFICACAO DO PROCESSO 096/2026

Processo n° 096/2026
Inexigibilidade n° 043/2026
Objeto: Contratação da empresa JC MACHADO JR. PRODUÇÕES LTDA, representante exclusiva do Padre Pierre, para realização de celebração religiosa (Santa Missa), com pregação e acompanhamento musical, com duração aproximada de 02 (duas) horas, durante a abertura do Jubileu da Paróquia do Senhor Bom Jesus, no dia 04 de setembro de 2026, às 20h, no Município de Argirita/MG.
Ratificação O Prefeito Municipal de Argirita, no uso de suas atribuições legais RATIFICA a situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no Art. 74, II da Lei 14.133/2021. JC MACHADO JR. PRODUCOES LTDA - CNPJ: 62.522.924/0001-05
Valor Total de R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

ARGIRITA, 24 de Agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTACIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:72F6062F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARINOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da ata de registro de preços de fornecimento nº 50/2026**.** pregão presencial nº 04/2026. Objeto Registro de Preços, para futura e eventual prestação de serviços de usinagem de massa asfáltica tipo Pré misturado a frio (PMF), para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Transportes.. Gerenciadora da Ata: Prefeita Municipal de Arinos. Detentora da Ata: Nunes Ribeiro Infraestrutura e Construções Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 35.387.076/0001-04, valor global R$ 2.224.800,00: Vigência: 12 meses.

Arinos, 24 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato da ata de registro de preços de Prestação de Serviços nº 51/2026**.** pregão presencial nº 05/2026. Objeto: registro de Preços, para futura e eventual Prestação de serviços de reparos na pavimentação das vias do município (tapa-buracos, recapeamento e lombadas), com massa asfáltica tipo Pré misturado a frio (PMF) visando a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Transportes. Gerenciadora da Ata: Prefeita Municipal de Arinos. Detentora da Ata: Nunes Ribeiro Infraestrutura e Construções Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 35.387.076/0001-04, valor global R$ 742.110,02, vigência: 12 meses.

Arinos, 24 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:E2FE430F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS
EXTRATO TERMOS ADITIVOS

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 162/2025. Inexigibilidade nº 040/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público, doravante denominado IGCP, inscrita no CNPJ/MF sob n° 35.829.536/0001-07. Da vigência: prorrogar até 13 de outubro de 2026, a vigência do contrato inicial.

Arinos, 24 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 179/2025. Credenciamento nº 022/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: Cleonice José Pereira Ramos, inscrita no CNPJ sob o nº 11.872.049/0001-50. Da vigência: prorrogar até 17 de agosto de 2027, a vigência do contrato inicial.

Arinos, 24 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Extrato do primeiro termo aditivo ao contrato nº 198/2025. Credenciamento nº 020/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Arinos. Contratada: José Fabio Santos das Neves, inscrita no CNPJ sob o nº 39.782.039/0001-43. Da vigência: prorrogar até 19 de dezembro de 2027, a vigência do contrato inicial.

Arinos, 24 de agosto de 2026.

MARCILIO ALISSON FONSECA DE ALMEIDA-
Prefeito.

Publicado por:
Daniel Ribeiro Santana
Código Identificador:5DE71557

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARÃO DO MONTE ALTO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Barão do Monte Alto, Homologa e Adjudica o Processo de Licitação 043/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2026, correspondente ao especificado na Ata de Julgamento de 12 de agosto de 2026, sendo vencedores os licitantes: DEVA VEICULOS LTDA, sede na Rua Teonilio Niquini, 32, Distrito Industrial Jardim Piemont Sul, nesta cidade de Betim Estado de MG, CNPJ: 23.762.552/0003-02, no valor de R$ 565.500,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais), ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA, sede na Rua Amaral Gama, 380, Santana, nesta cidade de São Paulo Estado de SP, CNPJ: 52.359.927/0001-16, no valor de R$ 703.600,00 (setecentos e três mil e seiscentos reais) e MATRIX X COMERCIAL LTDA, sede na Alamedas das Violetas, 100, Cidade Nova Arujá, nesta cidade de Arujá Estado de SP, CNPJ: 63.014.631/0001-80, no valor de R$ 228.700,00 (duzentos e vinte e oito mil e setecentos reais). Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos para compor a frota do Município de Barão do Monte Alto/MG.

SELMAR LUIS DO VALLE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:9738B71F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público o 2º Termo aditivo ao contrato nº 046/2025 da Dispensa nº 010/2025. Objeto: alteração consensual do Contrato nº 046/2025, para promover a readequação do valor mensal e da forma de execução dos serviços na área de ensino musical, em razão da necessidade de contenção de despesas por parte do CONTRATANTE, na forma do artigo art. 124, inciso II, b da Lei nº 14.133/2021. Contrato nº 046/2025 - PMBMA/ 55.384.745 FABRICIO BRANDAO OLIVEIRA.

***SELMAR LUIS DO VALLE* –**
Prefeito Municipal – 20/08/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:5B4E3C0B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DO MONTE ALTO-MG torna público o Extrato de Ata de Registro de preços do Processo nº 043/2026, Pregão Eletrônico: 003/2026 – Menor Preço Por Item. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos para compor a frota do Município de Barão do Monte Alto/MG. Empresa: DEVA VEICULOS LTDA - CNPJ nº 23.762.552/0003-02, Ata: 024/2026, com valor global de R$ 565.500,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil e quinhentos reais), ROMA CONSULTORIA PRIME LTDA - CNPJ nº 52.359.927/0001-16, Ata: 025/2026, com valor global de R$ 703.600,00 (setecentos e três mil e seiscentos reais) e MATRIX X COMERCIAL LTDA - CNPJ nº 63.014.631/0001-80, Ata: 026/2026, com valor global de R$ 228.700,00 (duzentos e vinte e oito mil e setecentos reais). Vigência: 24/08/2026 a 23/08/2027.

***SELMAR LUIS DO VALLE* –**
Prefeito Municipal – 24/08/2026.

Publicado por:
Marco José Campos de Paula
Código Identificador:27AC298C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARRA LONGA

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO ADITIVO ATA R.P. PROCESSO 090/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9016/2026

Processo nº.: 090/2025
Pregão Eletrônico nº.: 035/2025
SRP: 032/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70. CONTRATADO: COMERCIAL PEKER & PEKER LTDA., inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 52.924.327/0001-53. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de papelaria e materiais de escritório, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Assistência Social, Meio Ambiente, Agricultura, Planejamento, Habitação.
Vigência: 02/09/2027.

Barra Longa/MG, 24 de agosto de 2026.

***ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA* –**
Prefeito Municipal.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:5F396F36

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS -PROCESSO 54/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo: nº 54/2026
Pregão Eletrônico: nº 29/2026
SRP: 18/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO POR DEMANDA DE SORVETES, AÇAÍ E PICOLÉS, VISANDO PROMOVER ALIMENTAÇÃO, LAZER, E INCLUSÃO SOCIAL PARA ALUNOS E PARTICIPANTES DE EVENTOS DAS SECRETARIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E CULTURA E TURISMO DE BARRA LONGA/MG.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70.

CONTRATADO:

A&J PRIME SOLUCOES LTDA – CNPJ 60.463.504/0001-70,
VALOR R$ 64.935,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais);

VALOR TOTAL R$ 64.935,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e trinta e cinco reais).

Vigência: 21/08/2026 à 20/08/2027.

Barra Longa, 24 de agosto de 2026.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:BD0D1102

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO AT R. P. - PROCESSO 090/2025

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9011/2026

Processo nº.: 090/2025
Pregão Eletrônico nº.: 035/2025
SRP: 032/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Longa, CNPJ 18.316.182/0001-70. CONTRATADO: ALIANÇA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PAPELARIA LTDA., inscrito no CNPJ/MF sob o nº.31.486.195/0001-55. OBJETO: Registro de Preços para aquisição de papelaria e materiais de escritório, para atender as Secretarias Municipais de Administração, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Assistência Social, Meio Ambiente, Agricultura, Planejamento, Habitação.
Vigência: 02/09/2027.

Barra Longa/MG, 24 de agosto de 2026.

***ELSON APARECIDO DE OLIVEIRA* –**
Prefeito Municipal.

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:179A5D86

COMISSAO DE LICITAÇAO
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 66/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Pregão nº 35/2026, Processo Administrativo nº 66/2026, após análise, conferência e deliberação, resolve HOMOLOGAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: AQUISIÇÃO DE COLETOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PEAD 1000L, TIPO CONTAINER, FABRICADO EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE), COM TRATAMENTO EM ABSORVENTES/ESTELIZADORES DE LUZ E PROTEÇÃO UV, RESISTENTE ÀS VARIAÇÕES CLIMATICAS, COM CAPACIDADE MINIMA DE 1.000 LITROS E CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 400KG, NA COR LARANJA, DESTINADO AO ACONDICIONAMENTO E ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS SOLÍDOS.

Fornecedores Homologado
SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA – CNPJ 55.442.589/0001-70
R$ 104.800,00
TOTAL R$ 104.800,00

Barra Longa, 24 de Agosto de 2026

FELIPPE LUCAS SANTOS DE OLIVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Valdimara Mol Romano
Código Identificador:C2F0A86A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BARROSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EXTRATO AO CONTRATO 188/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EXTRATO AO CONTRATO 188/2026 PROCESSO 179/2026 DISPENSA 028/2026

O Município de Barroso torna público extrato ao Contrato 188/2026 Dispensa de Licitação 038/2026 para aquisição de ração animal em quantidade e especificações adequadas destinada a alimentação dos animais participantes da 36º Exposição Comunitária e Torneio Leiteiro do Caetés, promovido pela Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Barroso.

LEWAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME
CNPJ: 01.945.121/0001-79
Valor total: R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais)

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:59979955

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em vistas das razões alinhadas no Processo nº 0179/2026 – Dispensa nº 038/2026 e Parecer Jurídico, **RATIFICO** a dispensa de licitação visando à aquisição de ração animal em quantidade e especificações adequadas destinada a alimentação dos animais participantes da 36º Exposição Comunitária e Torneio Leiteiro do Caetés, promovido pela Secretaria Municipal de Agricultura da Prefeitura Municipal de Barroso, no valor de R$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), com fulcro no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, haja vista ter sido fracassado na dispensa com disputa d mesmo numero de processo.

Dê-se ciência desta decisão ao interessado, providencie-se a celebração dos necessários contratos, e os empenhos das despesas nas dotações do orçamento vigente, e publique-se o presente ato na imprensa oficial, para fins de eficácia da **RATIFICAÇÃO** aqui proferida.

Barroso/MG, 24 de agosto de 2026.

ANDERSON GERALDO DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Aparecida Cardoso Moreira
Código Identificador:1FBA3A69

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
DECISÃO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO164/2026

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

Submete-se à apreciação da autoridade competente, devidamente instruído, o processo licitatório em epígrafe, acompanhado do recurso administrativo apresentado tempestivamente pela empresa JCL PRODUÇÃO LTDA, em face da decisão proferida pela Pregoeira durante a sessão pública de condução do certame, referente ao Processo nº 0164/2026.

DOS FATOS

Na sessão pública do Pregão Eletrônico nº 058/2026, a empresa Recorrente não concordou com desclassificação de sua empresa, em relação aos documentos técnicos apresentados, neste pregão e apresentou recurso dentro do prazo concedido.

A Pregoeira, então encaminhou as razões e as documentações técnicas à Secretaria de Cultura e Turismo, especificamente ao responsável para análise do recurso, por se tratar de questões técnicas.

DA DECISÃO

Submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** sob a ótica do posicionamento, acatar a decisão da Pregoeira pelo não conhecimento do recurso administrativo interposto pela Empresa JCL PRODUÇÃO LTDA.

Decido negar provimento ao recurso interposto pela empresa JCL PRODUÇÃO LTDA contra os atos da Pregoeira na sessão do Pregão Eletrônico 058/2026, processo licitatório 0164/2026.

DIANTE DO EXPOSTO, ORDENO A PUBLICAÇÃO DESSA DECISÃO na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site da AMM – Associação Mineira de Municípios www.portalamm.org.br, conforme previsto na Lei Municipal nº 2.262, de 27 de novembro de 2009, para a devida ciência de todos.

Sendo assim, proceder-se-á a retomada da sessão do pregão eletrônico 058/2026, que ficará designada para o dia 25/08/2026 às 10:00hs, para prosseguimento da sessão em questão. É fundamental a participação de todos os Licitantes.

Barroso/MG, 24 de Agosto de 2026.

ANDERSON GERALDO DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lígia Mara da Silva
Código Identificador:33EC230C

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO AO CONTRATO 187/2026 PROCESSO 188/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
EXTRATO AO CONTRATO PROCESSO188/2026 ADESÃO 037/2026

Município de Barroso torna público extrato ao contrato 187/2026 , Processo 188/2026 Adesão 037/2026, Regsitro de preços par eventual e futura contratação de sociedade empresarial especializada para o fornecimento de lumináriade tecnologia LED aos municipios consorciados ao CIGEDAS

SLOTKO COM. SRV. SOLUÇÕES ILUMINAÇÃO LTDA
CNPJ: 46.502.806/0001-89
Vigencia : 20/08/2026 a 20/02/2027

Publicado por:
Raquel Ferreira Diniz
Código Identificador:CBFB23EE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM JESUS DO AMPARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO AMPARO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 041/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 078/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Assessoria e Serviços Técnicos de arquitetura referentes ao desenvolvimento da política pública local para preservação do patrimônio cultural de Bom Jesus do Amparo-MG, segundo estabelecido pelo programa de distribuição do ICMS no Estado de Minas Gerais – Critério Patrimônio Cultural, de acordo com a Lei 18.030/2009, em conformidade a Deliberação Normativa CONEP vigente, para o exercício 2028. **INICIO DO ENVIO DE PROPOSTAS: 24/08/2026 ÀS 17:00 HORAS, FIM DO ENVIO PROPOSTAS/INÍCIO DA DISPUTA: 09/09/2026 ÀS 09:29 HORAS, HORÁRIO DE BRASÍLIA ENDEREÇO ELETRÔNICO:** www.licitardigital.com.br. Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmo horário. **CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** Site: www.bomjesusdoamparo.mg.gov.br Telefone: (31) 3833-1222 Pedidos de esclarecimentos: www.licitardigital.com.br. **REFERÊNCIA DO TEMPO:** Horário de Brasília.

Publicado por:
Rayelle Aparecida Silva
Código Identificador:FF76054E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BOM REPOUSO

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRAO DO CONTRATO Nº 057/2026

Prefeitura Municipal de Bom Repouso – MG. Processo nº 114/2026. Dispensa nº 019/2026. Contrato n. 057/2026 – Contratado: TALSKI SISTEMAS LTDA.. Valor R$ 39.000,00. Objeto: Prestação de Serviços Técnicos Especializados de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas do Município de Bom Repouso. - Dotação Orçamentária: Ficha: 02.02.03.04.122.0001.2.004.339039.0061 – Assinatura: 20/08/2026 – Vigência: 20/08/2027 -

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:8C6DB95E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO N. 058/2026 AO 061/2026

Prefeitura Municipal de Bom Repouso – MG. Processo nº 112/2026. Inexigibilidade nº 008/2026 – Chamada Pública n. 001/2026. Contrato: n. 058/2026 – Agricultor Individual: ANDREI BRANDÃO DA SILVA. Valor R$ 13.304.58. Agricultor Individual n. 059/2026 Contratada: José Carlos Crispim – Valor R$ 4.026,00. Contrato nº 060/2026 – Agricultor Individual: José Maria de Alcântara – Valor R$ 33.168,00. Contrato n. 061/2026 – Agricultura Individual: Moisés Donizete de Alcântara – Valor R$ 39.968,00 - Dotação Orçamentária: 02.02.05.12.361.0006.2.030.339030.0327 - 02.02.05.12.365.0006.2.027.339030.0330 02.05.05.12.365.0006.2.028.339030.0333 - 02.05.05.12.366.0006.2.029.339030.0335 02.05.05.12.361.0006.2.035.339030.0337 - Assinatura: 24/08/2026 – Vigência: 31/12/2026 -

EDMILSON ANDRADE –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:BD40F2A2

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ARP Nº 062/2026 E ARP Nº 063/2026

Prefeitura Municipal de Bom Repouso – MG. Processo nº 110/2026 - Pregão Eletrônico nº 026/2026. ARP n. 062/2026. Contratada: AUTO PEÇAS BOM JESUS LTDA. – Valor: 61.652,00 – ARP Nº 063/2026 – Contratada: TOP PNUES CENTRO AUTOMOTIVO. Valor: 117.592,00. Objeto: Registro preços para futura e eventual aquisição de pneus e correlatos manutenção dos veículos pertencentes a frota mecanizada da Prefeitura de Bom Repouso. MG. Dotação Orçamentária: 0164 – 02.04.02.26.782.0002.1.056.339030 0166 – 02.04.02.26.782.0002.1.056.339039 - Assinatura: 20/08/2026 – Vigência: 20/08/2027 -Edmilson Andrade

Publicado por:
Adriana de Fátima Brandão Cardoso
Código Identificador:DB9B239F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 067/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026

AUTORIZAÇÃO
AUTORIZO a **AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS DA FANFARRA**, conforme especificações contidas neste procedimento, da empresa **PALACIO DO SOM LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob nº **21.661.871/0001-26**, com sede a Rua Rui Barbosa, 111, Centro, Cep 39.400-051, cidade de Montes Claros/Mg, pelo preço de **R$6.322,00 (seis mil, trezentos e vinte e dois reais).**

Bonfinópolis de Minas-MG, 24 de agosto de 2026.

MANOEL DA COSTA LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nadylla Aparecida Silva e Souza
Código Identificador:A11C8816

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRASILÂNDIA DE MINAS

SEC EXEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO CREDENCIAMENTO 018/2026

SEC DE ADMIN E PLANEJAMENTO
INEXIGIBILIDADE N.º 031/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 018/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 088/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS-MG. Edital de Credenciamento nº 018/2026. A Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas MG, torna público que no dia 25 de agosto de 2026, a partir das 07h, iniciara o credenciamento de oficinas e/ou empresas especializadas em serviços mecânicos de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças componentes, kits de reparo, acessórios, materiais correlatos sob demanda, da frota de máquinas leves e pesadas de diversos modelos/Marcas, pertencentes ou utilizadas pelo Município.Maiores informações poderão ser obtidas pelos tels. 38-3562.1202 e site www.brasilandiademinas.mg.gov.br ou no edifício sede da Prefeitura.

Brasilândia de Minas MG, 24 de agosto de 2026.

MICHELE NEVES PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratações

Publicado por:
Ana Paula Marciana Gomes
Código Identificador:F801BD1D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BRAÚNAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS. PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO N°073/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2025. Objeto: O objeto do primeiro termo aditivo da Ata de Registro de Preços nº 035/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 029/2025 refere-se a eventual aquisição parcelada de leite em pó infantil, suplemento alimentar, suplemento proteico, suplemento nutricional e dieta enteral (líquida e em pó), destinados ao atendimento, mediante prescrição médica, avaliação técnica e critérios sociais, de pacientes devidamente cadastrados pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Braúnas/MG. Esse aditivo tem como objetivo à prorrogação do prazo de vigência da contratação. Com a prorrogação do contrato, o prazo será prorrogado pelo período de mais 12 meses, sendo até dia 05 de agosto de 2027. Contratada:**MG MED HOSPITALAR LTDA ME,**inscrita no CNPJ sob o nº. 13.264.773/0001-27. REPRESENTANTE: **Ailson Soares da Silva**, ***.642.***-** .Data: 5 de agosto de 2026.

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:5E2240C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÚNAS
EXTRATO DE SUSPENSÃO

EXTRATO DE SUSPENSÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026. OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de posto revendedor de combustíveis, para fornecimento parcelado de gasolina, etanol e óleo diesel destinados à frota municipal, pelo período de 12 (doze) meses. A Prefeitura Municipal de Braúnas/MG, por intermédio da Pregoeira Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório acima identificado encontra-se SUSPENSO, cautelarmente e sine die, na fase em que se encontra, em razão de recurso administrativo pendente de apreciação e de determinação de remessa de Consulta Formal ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), com fundamento no Poder de Autotutela Administrativa (Súmulas nº 346 e nº 473 do STF) e no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021. A retomada da tramitação do certame será oportunamente comunicada aos interessados, por meio dos canais oficiais de publicidade do Município, após o pronunciamento definitivo do TCE/MG ou orientação diversa da Procuradoria Jurídica Municipal.

Braúnas/MG, 24 de agosto de 2026.

ADELIANE CARVALHO DE SOUZA
Pregoeira

Publicado por:
Adeliane Carvalho de Souza
Código Identificador:A16A8FC6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE BUENO BRANDÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO – MG. Pregão Eletrônico nº 27/2026. Processo nº 132/2026. Aviso de Licitação. Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura o processo licitatório em epígrafe, pelo critério de julgamento de menor preço por item, para a aquisição de eletrodomésticos para atender várias Secretarias Municipais. A abertura da sessão pública dar-se-á no dia 09/09/2026, às 09h30min, por meio eletrônico, na página www.ammlicita.org.br. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 09h às 16h, na Rua Afonso Pena, nº 225, Centro, Bueno Brandão – MG. Fone: (035) 99910-3685 e/ou através do site www.buenobrandao.mg.gov.br e www.ammlicita.org.br.

ALINE COUTINHO BARBOSA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Aline Coutinho Barbosa
Código Identificador:2287EC6C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE PESSOAL E RH
CONCEDE EXONERAÇÃO, AO SERVIDOR MUNICIPAL JOÃO FERNANDO NAVARRO, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO/PERMANENTE DENOMINADO "MOTORISTA".

P O R T A R I A nº 107/2026

Concede exoneração, ao Servidor Municipal João Fernando Navarro, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo/Permanente denominado "Motorista".

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA, Prefeito Municipal de Cabo Verde, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Art. 79, Inciso IX,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder exoneração, ao Servidor Municipal JOÃO FERNANDO NAVARRO, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo/Permanente denominado "Motorista", Nível TS007, Grau 0A, a partir de 21/08/2026.

Art. 2ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e registre-se.

Cabo Verde, 21/08/2026.

CLÁUDIO ANTÔNIO PALMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daisa Conceição Ribeiro de Paula Dias
Código Identificador:1B5329FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO PRECESSO Nº 151 2026
CONTRATO Nº 111 2026 ADESÃO Nº 004 2026

EXTRATODE CONTRATO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde- Extrato de Contrato- Processo nº 151/2026, **contrato nº111/2026**, decorrente da Adesão nº004/2026 e, decorrente do Processo Licitatório nº 024/2025 PregãoEletrônico nº 014/2025, realizado pelo Consórcio Interfederativo Minas Gerais - CIMINAS, CNPJ nº 19.493.732/0001-99.**Contratado:**TITONELI VEICULOS LTDA., CNPJ 11.448.734/0001-54.**Objeto:**Constitui objeto do presente instrumento aAQUISIÇÃO DE VEÍCULO PASSSEIO DE 5 LUGARES, com recursos resolução SES Nº 11.042, 22 de abril de 2026.**Valor Total do Contrato R$**95.870,00 (Noventa e cinco mil, oitocentos e setenta reais). Dotação Orçamentária: 01 02 08 01 10 122 1003 2143 0000 4.4.90.52.00 FICHA 620 conforme definida no Processo. Data da vigência: 12 (doze) meses de 21/08/2026 a 21/08/2027.

Publicado por:
Luciana Pezzi Vitorino Dos Reis
Código Identificador:5DCA11E3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o ***4º Termo de Alteração ao Contrato n.º 220/2024****:*
Partes: *Município de Cachoeira de Minas X* ***INCORPORADORA DIAS ALVES LTDA.***
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO DESTINADA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TIPO II, BAIRRO ROSÁRIO EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SES/MG Nº 8.753/2023.*
Processo Licitatório n.º 140/2024 – Concorrência Eletrônica n.º 009/2024.
Vigência: 19/07/2026 a 16/10/2026.

Cachoeira de Minas, 17 de julho de 2026.

MARILENI PEREIRA DE OLIVEIRA –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:8881D48A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o **1º Termo de Alteração ao Contrato Administrativo n.º 025/2026:**
Partes: Município de Cachoeira de Minas X **MARCOS DE SOUZA ROCHA**
Objeto: Acréscimo de quantitativo de 23,70% (vinte e três inteiros e setenta centésimos por cento) do valor inicial do contrato, referente ao item 007 - Locação de banheiro químico, perfazendo o valor total acrescido de R$ 15.675,00 (quinze mil, seiscentos e setenta e cinco reais), referente a *locação de tendas e banheiros químicos para os eventos festivos do calendário municipal, bem como para os eventos esportivos*.
Processo Licitatório n.º 005/2026 – Pregão Eletrônico n.º 002/2026

Cachoeira de Minas, 20 de agosto de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:9716E447

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o **3º Termo de Alteração ao Contrato n.º 177/2025:**
Partes: Município de Cachoeira de Minas X **AMPLAMINAS ENGENHARIA LTDA**
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente à *contratação de empresa para construção de vestiário na Quadra Poliesportiva do Distrito do Itaim*.
Processo Licitatório n.º 173/2025 – Concorrência Eletrônica n.º 003/2025
Vigência: 22/08/2026 a 21/10/2026.

Cachoeira de Minas, 21 de agosto de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:7E6340A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Município de Cachoeira de Minas torna público o **6º Termo de Alteração ao Contrato n.º 174/2022:**
Partes: Município de Cachoeira de Minas X **MAURICIO RAYMUNDO DE SOUZA 35423358604**
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência referente a *contratação de serviços de sonorização para ser utilizado no Projeto Arte & Música na Praça e demais eventos no Município*.
Processo Licitatório n.º 185/2022 – Pregão Presencial n.º 045/2022
Vigência: 23/08/2026 a 22/08/2027.

Cachoeira de Minas, 21 de agosto de 2026.

RUI RAFAEL REZENDE –
Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:3CD26B60

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DE MINAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N.º 122/2026

O Município de Cachoeira de Minas/MG torna público: A Homologação do ***Processo Licitatório n. º 122/2026 – Concorrência Eletrônica n.º 004/2026,*** para a *contratação de Empresa para Construção da Ampliação da Escola Municipal Capitão Machado Homem.* Foi em toda a sua tramitação atendida à legislação pertinente, consoante o bem elaborado Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal. Desse modo, satisfazendo à Lei e ao mérito, ***HOMOLOGO*** o procedimento de que se cogita a pessoa jurídica ***MICROMILS CONSTRUCAO, MANUTENCAO E REPAROS LTDA***, inscrita no CNPJ n.º 16.686.189/0001-58, no valor global de R$ 951.206,03 (novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e seis reais e três centavos).

Cachoeira de Minas, 24 de agosto de 2026.

ELIZABETH MARQUES FIGUEIREDO –
Secretária Municipal de Educação.

Publicado por:
Isabella Sáber Custódio
Código Identificador:2B7A172E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cachoeira Dourada-MG, resolve **homologar** a licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 015/2026, Processo Licitatório nº 039/2026, que tem por objeto**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES (HORTIFRUTAS), PARA ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESSE MUNÍCIPIO**", e a adjudicação do objeto a empresa ALIMED DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 45.298.480/0001-57.

Cachoeira Dourada-MG, 04/08/2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:6FEC3612

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Cachoeira Dourada-MG, resolve **homologar** a licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 018/2026, Processo Licitatório nº 043/2026, que tem por objeto**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E PROVÁVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, DESTINADOS À DOAÇÃO AOS ALUNOS DO BERÇARIO AO II PERIODO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS E AOS ALUNOS DO 1º AO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA EDILEUZA BATISTA DE AQUINO**", e a adjudicação do objeto a empresa INOVAÇÃO METALURGICA COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n°. 34.801.319/0002-39.

Cachoeira Dourada-MG, 18/08/2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:0FA85C83

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD
CONCEDE APOSENTADOIA,A SERVIDORA SEVERINA REGINA DA CONCEIÇÃO.

PORTARIA Nº 16, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Concede aposentadoria no cargo de provimento efetivo de OPERÁRIO AJUDANTE, a servidora SEVERINA REGINA DA CONCEIÇÃO.

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 939/2006, art. 83, inciso VI. e
CONSIDERANDO a tramitação Processo Administrativo nº 012/2026, neste RPPS;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 12, da Lei Municipal de Cachoeira Dourada nº 939, de 21 de junho de 2006 c/c art. 40, § 1º, I, §§ 2º, 3º, e 17, todos da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; e
CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022
RESOLVE:
Art. 1º Fica aposentada, por invalidez permanente, com proventos proporcionais, cujo valor é R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte um reais), sem paridade, nos termos do Art. 12, da Lei Municipal de Cachoeira Dourada nº 939, de 21 de junho de 2006 c/c art. 40, § 1º, I, §§ 2º, 3º, e 17, todos da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no cargo de Operário Ajudante, Nível NE, Símbolo I, a servidora *SEVERINA REGINA DA CONCEIÇÃO*, matrícula nº 1079, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.394-72, lotado na Escola Municipal Marechal Rondon, que nos termos do Processo Administrativo de Aposentadoria IMPREVICAD nº 012/2026, comprovou um total de 6.646 (seis mil, seiscentos e quarenta e seis) dias de contribuição efetivo exercício no serviço público municipal, todos no cargo em que se aposenta.
Parágrafo único. A aposentadoria que trata o caput produzirá seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Mando, portanto, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução da presente Portaria pertencer, que o cumpram e o façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Dado de passado na sede do Instituto Municipal de Previdência de Cachoeira Dourada - IMPREVICAD, aos 24 de agosto de 2026.

PATRÍCIA ALVES DO NASCIMENTO
Diretora Executiva do IMPREVICAD

Publicado por:
Stefania Grasielli Costa de Araújo
Código Identificador:B82A4610

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD
CONCEDE APOSENTADORIA ,A SERVIDORA ANGELA MATIAS GONÇALVES.

PORTARIA Nº 13, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Concede aposentadoria no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS, a servidora ANGELA MATIAS GONÇALVES.

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 939/2006, art. 83, inciso VI. e
CONSIDERANDO a tramitação Processo Administrativo nº 008/2026, neste RPPS;
CONSIDERANDO disposto no Art. 12, da Lei Municipal de Cachoeira Dourada nº 939, de 21 de junho de 2006 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012; e
CONSIDERANDO o disposto na Orientação Normativa SPPS/MPS nº 1º, de 30 de maio de 2012;
CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022
RESOLVE:

Art. 1º Fica aposentada, por invalidez permanente, com proventos proporcionais, cujo valor é R$ R$ 2.346,53 (dois mil, trezentos e quarenta e seis reais, e cinquenta e três centavos), com paridade, nos termos Art. 12, da Lei Municipal de Cachoeira Dourada nº 939, de 21 de junho de 2006 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 29 de março de 2012, no cargo de Auxiliar de Serviços , Nível NE, Símbolo J, a servidora ANGELA MATIAS GONÇALVES, matrícula nº 709, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.621-00, lotado no Departamento de Serviços Urbanos e Obras Públicas que nos termos do Processo Administrativo de Aposentadoria IMPREVICAD 008/2026, comprovou um total de 8.679 (oito mil, seiscentos e setenta e nove) dias de contribuição efetivo exercício no serviço público municipal, todos no cargo em que se aposenta.
Parágrafo único. A aposentadoria que trata o caput produzirá seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Mando, portanto, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução da presente Portaria pertencer, que o cumpram e o façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Dado de passado na sede do Instituto Municipal de Previdência de Cachoeira Dourada - IMPREVICAD, aos 24 de agosto de 2026.

PATRÍCIA ALVES DO NASCIMENTO
Diretora Executiva do IMPREVICAD

Publicado por:
Stefania Grasielli Costa de Araújo
Código Identificador:8B204E0E

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD
CONCEDE APOSENTADORIA,A SERVIDORA MARIA JOSE GOMES DA SILVA SOUZA

PORTARIA Nº 14, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Concede aposentadoria no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS, a servidora MARIA JOSE GOMES DA SILVA SOUZA.

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 939/2006, art. 83, inciso VI. e
CONSIDERANDO a tramitação Processo Administrativo nº 010/2026, neste RPPS;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 12, da Lei Municipal de Cachoeira Dourada nº 939, de 21 de junho de 2006 c/c art. 40, § 1º, I, §§ 2º, 3º, e 17, todos da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; e
CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022
RESOLVE:
Art. 1º Fica aposentada, por invalidez permanente, com proventos proporcionais, cujo valor é R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte um reais), sem paridade, nos termos do Art. 12, da Lei Municipal de Cachoeira Dourada nº 939, de 21 de junho de 2006 c/c art. 40, § 1º, I, §§ 2º, 3º, e 17, todos da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no cargo de Auxiliar de Serviços , Nível NE, Símbolo G, a servidora *MARIA JOSE GOMES DA SILVA SOUZA*, matrícula nº 1165, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.006-95, lotado no Departamento de Educação Infantil, que nos termos do Processo Administrativo de Aposentadoria IMPREVICAD nº 010/2026, comprovou um total de 6.627 (seis mil, seiscentos e vinte e sete) dias de contribuição efetivo exercício no serviço público municipal, todos no cargo em que se aposenta.
Parágrafo único. A aposentadoria que trata o caput produzirá seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Mando, portanto, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução da presente Portaria pertencer, que o cumpram e o façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Dado de passado na sede do Instituto Municipal de Previdência de Cachoeira Dourada - IMPREVICAD, aos 24 de agosto de 2026.

PATRÍCIA ALVES DO NASCIMENTO
Diretora Executiva do IMPREVICAD

Publicado por:
Stefania Grasielli Costa de Araújo
Código Identificador:A6D5F05F

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD
CONCEDE APOSENTADORIA ,A SERVIDORA RENATA BRUNA RUFINO.

PORTARIA Nº 15, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Concede aposentadoria no cargo de provimento efetivo de OPERÁRIO AJUDANTE, a servidora RENATA BRUNA RUFINO.

A DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE CACHOEIRA DOURADA - IMPREVICAD, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 939/2006, art. 83, inciso VI. e
CONSIDERANDO a tramitação Processo Administrativo nº 011/2026, neste RPPS;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 12, da Lei Municipal de Cachoeira Dourada nº 939, de 21 de junho de 2006 c/c art. 40, § 1º, I, §§ 2º, 3º, e 17, todos da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; e
CONSIDERANDO o disposto na PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022
RESOLVE:
Art. 1º Fica aposentada, por invalidez permanente, com proventos proporcionais, cujo valor é R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte um reais), sem paridade, nos termos do Art. 12, da Lei Municipal de Cachoeira Dourada nº 939, de 21 de junho de 2006 c/c art. 40, § 1º, I, §§ 2º, 3º, e 17, todos da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no cargo de Operário Ajudante, Nível NE, Símbolo D, a servidora *RENATA BRUNA RUFINO*, matrícula nº 1282, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.316-09, lotado na Escola Municipal Marechal Rondon, que nos termos do Processo Administrativo de Aposentadoria IMPREVICAD nº 011/2026, comprovou um total de 6.367 (seis mil, trezentos e sessenta e sete) dias de contribuição efetivo exercício no serviço público municipal, todos no cargo em que se aposenta.
Parágrafo único. A aposentadoria que trata o caput produzirá seus efeitos a partir de 1º de agosto de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Mando, portanto, a todas as autoridades e a quem o conhecimento e execução da presente Portaria pertencer, que o cumpram e o façam cumprir tão inteiramente como nele se contém.

Dado de passado na sede do Instituto Municipal de Previdência de Cachoeira Dourada - IMPREVICAD, aos 24 de agosto de 2026.

PATRÍCIA ALVES DO NASCIMENTO
Diretora Executiva do IMPREVICAD

Publicado por:
Stefania Grasielli Costa de Araújo
Código Identificador:99A2C791

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Licitatório nº: 00114/2026
Inexigibilidade nº: 0042/2026

Favorecido: CAMPANHA ESPORTE CLUBE – CPNJ: 19.082.767/0001-35, com sede na Praça Coronel Zoroastro De Oliveira, n° 26 - Bairro Centro – Campanha/MG – CEP: 37400-000.
Objeto: Contratação para locação do imóvel de propriedade do Campanha Esporte Clube (CEC) para a realização do Festival Encontros 2026.
Fundamento Legal: art. 74, V, da Lei nº 14.133/2021.
Valor: R$ 11.700,00 (Onze mil e setecentos reais).

Após a finalização do procedimento de inexigibilidade de licitação sob referência, bem como o interesse público envolvido, AUTORIZO a contratação direta da empresa acima referenciada pelo valor constante da proposta de preços, devendo a presente autorização e o extrato serem publicados conforme determina a Lei 14.133/2021.

Campanha -MG, 19 de Agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito do Município da Campanha

Publicado por:
Carolina da Silva Arantes
Código Identificador:C6F13122

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
DECRETO Nº 8.083 / 2026

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DO MUNICÍPIO DA CAMPANHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município da Campanha, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.968 de 2013,
DECRETA:
Art. 1º Ficam alterados os membros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do Município da Campanha, nomeados pelo Decreto nº 7.948/2025, para o quadriênio 2024/2027, passando a composição do referido Conselho a ser a seguinte:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE	SEGMENTO
Lara Oliveira de Paula	Viviani da Silva	Poder Executivo
Cleides Ferreira Xavier	Virgínia de Jesus Moreira	Trabalhadores da Educação Discentes
Kelly Martins Leopoldo Soares	Jessica Lemes Machado Germano.	Trabalhadores da Educação Discentes
Michelly Paula Monice da Silva	Renata de Castro Passos.	Pais de Alunos
Ruana da Silva Severino	Luciana Carvalho da Silva	Pais de Alunos
José Reinaldo dos Reis Ferreira	Maria Lúcia Borges de Oliveira	Entidade Civil Organizada
Ana Paula Gamba Vicente Braz	Réverton Coimbra	Entidade Civil Organizada

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Decreto nº 7.948/2025 que não tenham sido expressamente modificadas por este Decreto.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campanha, 13 de agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Gomes da Silva
Código Identificador:C69ED299

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DE EDITAL - PROCESSO Nº 0117/2026 - PREGÃO Nº 41/2026

PREFEITURA M. DA CAMPANHA/MG–CNPJ n° 18.712.174/0001-42, Torna público o Extrato de Edital - Processo nº 0117/2026 – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 00041/2026.***Objeto***:**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITEX ACONDICIONADAS COM ALIMENTAÇÃO PRONTA PARA O CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL) E VIGILÂNCIA EM SAÚDE - VALOR ESTIMADOR$ 100.680,00 Data: 08/09/2026 às 13:00 horas.** *LOCAL*:O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, site***www.portaldecompraspublicas.com.br***. Informações site: www.campanha.mg.gov.br ou na Depto de Compras e Licitações – Rua Dr. Brandão, n° 59 – Campanha – MG. Fone: 0800-326-1427– e-mail: licitacampanha@gmail.com.

Campanha/MG, 24/08/2026

MÁRCIA CRISTINA SILVA BORGES
Chefe do Setor de Compras

Publicado por:
Márcia Cristina Silva Borges
Código Identificador:5A40374C

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 307/2023

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o Extrato do Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 307/2023 – Processo nº 00196/2023 – Pregão nº 0056/2023. Contratada empresa **BORRACHARIA SÃO BENTO** – CNPJ: 20.858.816/0001-68 -Rod Vital Brazil Km 367, Km367 – Estrada – Campanha/MG – CEP:37420-000. **Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BORRACHARIA.**
Vigência: 22/08/2026 a 21/02/2027.

Campanha/MG, 21 de Agosto de 2026

LUCAS CARVALHO BRANDÃO
Departamento de Compras

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:F47D048E

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00259/2025

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00259/2025

REFERÊNCIA: Processo n° 00103/2025 – Pregão n° 0039/2025

O Município da Campanha, pessoa jurídica de direito público, situado a Rua Dr. Brandão, 59 – Centro, no município de Campanha, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ n° 18.712.174/0001-42, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF nº 681.***.***-**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **MULTIPLIQUE COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ **47.861.572/0001-29**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Correia de Lacerda, 21F - Centro – Bom Jardim de Minas/MG, por intermédio de sua representante legal, Thais Resende Assis Aguiar, inscrita no CPF sob o nº 130.***.***-**, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Este Termo Aditivo tem como objeto o realinhamento de preços conforme segue:

Código	Descrição	Unidade	Valor Contratado	Valor Reequilibrado
8618	ARROZ, BENEFICIADO, POLIDO, LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE COM 5 KG	**UN**	**R$ 16,59**	**R$ 19,95**

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Este termo aditivo se respalda na solicitação da contratada, e no Parecer Jurídico nº 275/2026.
CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente contrato e aditivos.
Fica eleito o foro da comarca de Campanha/MG, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo ao Contrato.

Assim, por estarem justos e contratados, na melhor forma do direito, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Campanha/MG, 24 de Agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

THAIS RESENDE ASSIS AGUIAR
Multiplique Comercio e Servicos LTDA
Contratada

Visto Jurídico: _____

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____ __

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:6FB9CE4D

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00333/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00333/2025

REFERÊNCIA: Processo n° 00103/2025 – Pregão n° 0039/2025

O Município da Campanha, pessoa jurídica de direito público, situado a Rua Dr. Brandão, 59 – Centro, no município de Campanha, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ n° 18.712.174/0001-42, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF nº 681.***.***-**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **MULTIPLIQUE COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ **47.861.572/0001-29**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Correia de Lacerda, 21F - Centro – Bom Jardim de Minas/MG, por intermédio de sua representante legal, Thais Resende Assis Aguiar, inscrita no CPF sob o nº 130.***.***-**, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem como objeto o realinhamento de preços conforme segue:

Código	Descrição	Unidade	Valor Contratado	Valor Reequilibrado
8618	ARROZ, BENEFICIADO, POLIDO, LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE COM 5 KG	UN	R$ 16,59	R$ 19,95

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Este termo aditivo se respalda na solicitação da contratada, e no Parecer Jurídico nº 275/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente contrato e aditivos.
Fica eleito o foro da comarca de Campanha/MG, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo ao Contrato.

Assim, por estarem justos e contratados, na melhor forma do direito, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Campanha/MG, 24 de Agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

THAIS RESENDE ASSIS AGUIAR
Multiplique Comercio e Servicos LTDA
Contratada

Visto Jurídico: _____

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

Assinatura:_____ Assinatura:_____

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:1CD1F704

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00305/2025

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00305/2025

REFERÊNCIA: Processo n° 00103/2025 – Pregão n° 0039/2025

O Município da Campanha, pessoa jurídica de direito público, situado a Rua Dr. Brandão, 59 – Centro, no município de Campanha, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ n° 18.712.174/0001-42, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF nº 681.***.***-**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **MULTIPLIQUE COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ **47.861.572/0001-29**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Correia de Lacerda, 21F - Centro – Bom Jardim de Minas/MG, por intermédio de sua representante legal, Thais Resende Assis Aguiar, inscrita no CPF sob o nº 130.***.***-**, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Este Termo Aditivo tem como objeto o realinhamento de preços conforme segue:

Código	Descrição	Unidade	Valor Contratado	Valor Reequilibrado
8618	ARROZ, BENEFICIADO, POLIDO, LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE COM 5 KG	UN	R$ 16,59	R$ 19,95

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Este termo aditivo se respalda na solicitação da contratada, e no Parecer Jurídico nº 275/2026.
CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente contrato e aditivos.
Fica eleito o foro da comarca de Campanha/MG, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo ao Contrato.
Assim, por estarem justos e contratados, na melhor forma do direito, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Campanha/MG, 24 de Agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

THAIS RESENDE ASSIS AGUIAR
Multiplique Comercio E Servicos LTDA
Contratada

Visto Jurídico:
_____

Testemunhas:

Nome:_____
Assinatura:_____

Nome:_____
Assinatura:_____

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:0F9F1E89

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00366/2025

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00366/2025

REFERÊNCIA: Processo n° 00103/2025 – Pregão n° 0039/2025

O Município da Campanha, pessoa jurídica de direito público, situado a Rua Dr. Brandão, 59 – Centro, no município de Campanha, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ n° 18.712.174/0001-42, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor **Lázaro Roberto da Silva**, inscrito no CPF nº 681.***.***-**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **MULTIPLIQUE COMERCIO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ **47.861.572/0001-29**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Correia de Lacerda, 21F - Centro – Bom Jardim de Minas/MG, por intermédio de sua representante legal, Thais Resende Assis Aguiar, inscrita no CPF sob o nº 130.***.***-**, resolvem firmar o presente termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Este Termo Aditivo tem como objeto o realinhamento de preços conforme segue:

Código	Descrição	Unidade	Valor Contratado	Valor Reequilibrado
8618	ARROZ, BENEFICIADO, POLIDO, LONGO FINO, TIPO 1, PACOTE COM 5 KG	**UN**	**R$ 16,59**	**R$ 19,95**

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Este termo aditivo se respalda na solicitação da contratada, e no Parecer Jurídico nº 275/2026.

CLÁUSULA QUINTA – DEMAIS CONDIÇÕES
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do presente contrato e aditivos.
Fica eleito o foro da comarca de Campanha/MG, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo ao Contrato.

Assim, por estarem justos e contratados, na melhor forma do direito, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

Campanha/MG, 24 de Agosto de 2026.

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal
Contratante

THAIS RESENDE ASSIS AGUIAR
Multiplique Comercio E Servicos LTDA
Contratada

Visto Jurídico:
_____

Testemunhas:

Nome:_____
Assinatura:_____

Nome:_____
Assinatura:_____

Publicado por:
Lucas Carvalho Brandao
Código Identificador:60CB2324

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPESTRE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 164/2026 – INEXIGIBILIDADE 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPESTRE – MG. Extrato de Contrato – Processo Licitatório 164/2026 – Inexigibilidade 021/2026. Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de divulgação institucional e promoção turística do Município de Campestre/MG, compreendendo a realização de visita técnica ao Município para captação de imagens de seus atrativos naturais, culturais e turísticos, com posterior produção de VT(s) institucional(is), sem custo adicional para a CONTRATANTE, e a veiculação de 14 (quatorze) inserções publicitárias, com duração de 30 (trinta) segundos cada, em emissora de televisão com cobertura regional no Sul de Minas.. Contrato 107/2026/DL_– **TELEVISAO SUL MINAS S/A**, CNPJ n° 25.166.281/0001-88, com valor total de **R$ 11.903,28 (onze mil, novecentos e três reais e vinte e oito centavos)**. O presente contrato terá vigência de **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de sua assinatura.

ELIANA MARIA MUNIZ -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Rafaela Mendes
Código Identificador:33681349

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPO FLORIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPALDE CAMPO FLORIDO/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2026
PREGÃO ELETRONICO Nº 011/2026

A Prefeitura Municipal de Campo Florido MG torna público a 1ª RETIFICAÇÃO do Edital do Processo Licitatório nº 056/2026 – Pregão Eletrônico nº 011/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** para "**SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS VINCULADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO FLORIDO/MG**". O certame será realizado pela plataforma "PLATAFORMA DE LICITAÇÕES AMM LICITA – https://ammlicita.org.br/" cuja sessão será realizada no dia 08 DE SETEMBRO DE 2026 AS 09:00. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@campoflorido.mg.gov.br ou pelo telefone 34-3322-0213.

Campo Florido-MG 26 de agosto de 2026.

ALEX FELIX AMAD.
Pregoeiro.

Publicado por:
Alex Félix Amad
Código Identificador:631B9AAF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPOS ALTOS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2025 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2022 CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 04/2022

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 29/2022
Credenciamento/Inexigibilidade nº 04/2022

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE

CONTRATADA:

DAO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: no 61.894.411/0001-62, com sede na Av. Euler Franco,139, Bairro Campos Barreiro, Campos Altos -MG, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de prestação de serviço na área de saúde, referente á plantões médicos em clinica geral na unidade de Pronto Atendimento Municipal do Município de Campos Altos MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 79/2025 tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 06 de agosto de 2026 até 06 de agosto de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 79/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo nº 79/2025
2.3. O presente 1º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:44E3F33B

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/2025 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2022 CREDENCIAMENTO/INEXIGIBILIDADE Nº 04/2022

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 29/2022
Credenciamento/Inexigibilidade nº 04/2022

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA:
G. FILIPE FERNANDES DE SOUZA SERVIÇOS MEDICOS, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: no 61.877.793/0001-16, com sede na Rua Professor Ditão,108, Bairro Jardim Paulistano, Presudente Prudente - SP, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de prestação de serviço na área de saúde, referente á plantões médicos em clinica geral na unidade de Pronto Atendimento Municipal do Município de Campos Altos MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1. O presente 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 83/2025 tem por objeto a prorrogação de vigência do mesmo pelo período compreendido entre 26 de agosto de 2026 até 26 de agosto de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1. É condição de eficácia do presente 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 83/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo nº 83/2025
2.3. O presente 1º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:8F5DD243

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2025 CONTRATO ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 17/2025

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 56/2025

Contrato Originário do Processo de Licitação nº 75/2025
Inexigibilidade nº 17/2025

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS ALTOS/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.298.190/0001-30, com sede na Rua Cornélia Alves Bicalho, 401, Centro, na cidade de Campos Altos/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Vicente de Paulo Mateus, adiante denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA:
João Batista Ananias, pessoa física, CPF: no xx9.7xx.xx7-xx, residente e domiciliada na cidade de Campos Altos/MG, na Rua Cornélia Alves Bicalho, nº 225, Bairro Centro, Cep 38.970-000,, tem entre si ajustado o presente termo de aditivo de prestação de serviço de locação de imóvel localizada na Rua Dr. Getúlio Portela, nº 585, Bairro Centro, Campos Altos – MG, destinado a servir de instalação para funcionamento da Secretaria Municipal de
Educação do Município de Campos Altos -MG, de acordo com as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1. O presente 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 56/2025 tem por objeto o reajuste previsto em contrato com base na taxa do índice acumulado IGPM/FGV de 1,01969050%, passando valor mensal de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para R$ 4.078,76 (quatro mil e setenta e oito reais e setenta e seis centavos.) mensal.

CLÁUSULA SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. É condição de eficácia do presente 2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 56/2025 a publicação do extrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 94 da Lei 14.133/21.
2.2. Permanecem inalteradas todas as outras cláusulas do Contrato Administrativo nº 56/2025.
2.3. O presente 2º Termo Aditivo é firmado em duas (02) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também subscrevem.

VICENTE DE PAULO MATEUS -
Pref. Municipal de Campos Altos MG.

Publicado por:
Paulo Junior da Silva
Código Identificador:937B859C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO – PROCESSO N.º 093/2026 – INEXIGIBILIDADE N.º 023/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO – PROCESSO N.º 093/2026 – INEXIGIBILIDADE N.º 023/2026. O MUNICÍPIO DE CAMPOS ALTOS/MG, ATRAVÉS DO PREFEITO MUNICIPAL, TORNA PÚBLICA A RATIFICAÇÃO DOS TERMOS DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE N.º 023/2026, COM FUNDAMENTO NO ART. 74, INCISO V, DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021, PARA A CONTRATAÇÃO DO SR. JOAQUIM BERTOLINO JUNIOR, INSCRITO NO CPF/MF SOB N.º 512.XXX.XXX.736-XX, TENDO COMO OBJETO A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO À RUA DR. GETÚLIO PORTELA, N.º 221, CENTRO, CAMPOS ALTOS/MG, PARA FUNCIONAMENTO DA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS ALTOS/MG, PELO VALOR MENSAL DE R$ 2.150,00 (DOIS MIL CENTO E CINQUENTA REAIS), TOTALIZANDO O VALOR ANUAL DE R$ 25.800,00 (VINTE E CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS).

CAMPOS ALTOS/MG, 21 DE AGOSTO DE 2026.

VICENTE DE PAULO MATEUS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Wilgner Messias Luiz Silva
Código Identificador:BB4DA019

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ANDRADE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2026

Face à Ata de Abertura e Julgamento das Propostas e ao Mapa de Apuração das Propostas junto aos presentes autos, ***ADJUDICO*** *como vencedoras da presente licitação as seguintes licitantes: AGLMED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 47.853.686/0001-27, vencedora dos itens 37, 38, 67, 101, 104, 108, 114, 124, 125, 141, 144, 170 e 234, perfazendo um valor final total de R$ 33.879,75 (trinta e três mil e oitocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos); ANVAX COMPANY LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 34.346.501/0001-46, vencedora dos itens 72 e 73, perfazendo um valor final total de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais); CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 60.915.736/0001-11, vencedora do item 117, perfazendo um valor final total de R$ 1.211,40 (um mil e duzentos e onze reais e quarenta centavos); COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.537.890/0001-09, vencedora dos itens 208 e 214, perfazendo um valor final total de R$ 99.225,00 (noventa e nove mil e duzentos e vinte e cinco reais); DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 44.223.526/0001-06, vencedora dos itens 49, 61, 83 e 196, perfazendo um valor final total de R$ 10.294,50 (dez mil e duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos); DISTRIMINAS COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.256.335/0001-24, vencedora dos itens 02, 110, 211, 216, 220 e 235, perfazendo um valor final total de R$ 6.557,58 (setenta e seis mil e trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos); ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.717.724/0001-82, vencedora do item 62, perfazendo um valor final total de R$ 6.672,00 (seis mil e seiscentos e setenta e dois reais); ENDOIMPORTS MEDICAL LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 51.204.144/0001-09, vencedora dos itens 163, 164 e 225, perfazendo um valor final total de R$ 5.355,00 (cinco mil e trezentos e cinquenta e cinco reais); GOLDEN CARE DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.288.441/0001-33, vencedora dos itens 12, 15, 26, 28, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 57, 66, 68, 69, 75, 77, 80, 85, 87, 93, 95, 96, 97, 102, 103, 105, 111, 113, 116, 119, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 149, 152, 174, 175, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 212, 213, 229, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244 e 245, perfazendo um valor final total de R$ 735.863,40 (setecentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos); GUERRA MED FARMA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 46.279.635/0001-70, vencedora do item 13, perfazendo um valor final total de R$ 4.746,00 (quatro mil e setecentos e quarenta e seis reais); MAT MED HOSPITALAR LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.305.767/0001-54, vencedora do item 63, perfazendo um valor final total de R$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais); MG MED HOSPITAR LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.264.773/0001-27, vencedora dos itens 01, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 50, 51, 53, 54, 55, 64, 76, 91, 112, 153, 160, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 233, perfazendo um valor final total de R$ 271.438,62 (setenta e seis mil e trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos); MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.275.318/0001-06, vencedora dos itens 30, 88, 89, 90 e 221, perfazendo um valor final total de R$ 4.795,20 (quatro mil e noventa e cinco reais e vinte centavos); ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.956.527/0001-45, vencedora dos itens 222, 226, 227 e 228, perfazendo um valor final total de R$ 6.393,00 (seis mil e trezentos e noventa e três reais); ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.323.297/0001-30, vencedora do item 151, perfazendo um valor final total de R$ 3.222,00 (três mil e duzentos e vinte e dois reais); SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 28.820.255/0001-10, vencedora dos itens 22, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 56, 58, 59, 60, 74, 81, 86, 106, 107, 115, 120, 145, 146, 148, 150, 154, 158, 161, 162, 165, 166, 168, 172, 173, 180, 182, 190, 218, 230, 231, 232, 236 e 246, perfazendo um valor final total de R$ 89.063,43 (oitenta e nove mil e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos); UNIDAS DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 48.493.494/0001-10, vencedora dos itens 11, 14, 20, 21, 25, 27, 29, 31, 32, 41, 48, 65, 70, 71, 78, 79, 82, 84, 92, 94, 98, 99, 100, 118, 130, 131, 142, 143, 147, 155, 156, 157, 159, 181, 187, 189, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 215, 217, 219, 223, 224 e 241, perfazendo um valor final total de R$ 295.718,85 (duzentos e noventa e cinco mil e setecentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos); Os lotes de nº 03, 109, 167, 171, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, foram fracassados pelo pregoeiro, visando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médico-hospitalares, destinados à manutenção das atividades e ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capitão Andrade/MG.*

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 18 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:891249DE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa TS FARMA DISTRIBUIDORA LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 126.128,90 (cento e vinte seis mil e cento e vinte e oito reais e noventa centavos). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:E724B9E3

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa DISTRIMINAS COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA – ME. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 264.809,20 (duzentos e sessenta e quatro mil e oitocentos e nove reais e vinte centavos). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:C47073EA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa NUTRIMINAS COMERCIO DE NUTRICOES DIETETICAS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA – ME. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 11.531,00 (onze mil e quinhentos e trinta e um reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:665BD8F3

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 017/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa COMERCIAL OTTO LTDA – ME. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. R$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:C0E667D3

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa BIOANALYSIS IMPORTADORA E DISTRIBJUIDORA LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 37.370,00 (trinta e sete mil e trezentos e setenta reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:CAB9AA0C

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 019/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa SOLUCOES FARMA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 33.991,52 (trinta e três mil e novecentos e noventa e um reais e cinquenta e dois centavos). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:7CE963D7

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa MG MED HOSPITAR LTDA – ME. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 244.106,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e cento e seis reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:EE3E2698

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 021/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa GUERRA MED FARMA LTDA – ME. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 1.275.612,50 (um milhão e duzentos e setenta e cinco mil e seiscentos e doze reais e cinquenta centavos). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:57CA6983

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 022/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ME. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 12.549,00 (doze mil e quinhentos e quarenta e nove reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:AD3CB18E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa SAMED HOSPITALAR LTDA – ME. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 57.144,00 (cinquenta e sete mil e cento e quarenta e quatro reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:07D4F995

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa CANNABR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 38.845,00 (trinta e oito mil e oitocentos e quarenta e cinco reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:584CB48F

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa PENNAMED DISTRIBUIDOR ATACADISTA LTDA – ME. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 50.586,40 (cinquenta mil e quinhentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:843DB335

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa VIDA FARMA LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:FDAB81AE

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa BNT BUSINESS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 8.580,00 (oito mil e quinhentos e oitenta reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:FB47DD39

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa VERTICE MEDICAMENTOS LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 22.980,00 (vinte e dois mil e novecentos e oitenta reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:57D7642A

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa OESTE SUL CIRURGICA LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 79.475,00 (setenta e nove mil e quatrocentos e setenta e cinco reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:58C0F239

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa EPG COMERCIAL LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 190.362,00 (cento e noventa mil e trezentos e sessenta e dois reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:24B252CC

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa 710 CBD LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 76.327,20 (setenta e seis mil e trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:E6E4C41E

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa AMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 12.376,00 (doze mil e trezentos e setenta e seis reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:BB535C9F

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa FARMAUSA LIFE SCIENCE LTDA – EPP. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:9D81A537

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 017/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa BROOK S/A. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas para o fornecimento de medicamentos do componente básico da assistência farmacêutica do município de capitão Andrade/MG. Valor: R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:CAAA2B8B

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2026 – PROCESSO LICITATORIO Nº 041/2026, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026. Partes: MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG e a empresa DOUGLAS PHILLIPE DE OLIVEIRA SOUZA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada na organização e execução de excursão turística com destino a Prado/BA, destinada ao grupo da Melhor Idade atendido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Capitão Andrade/MG. Valor: R$ 65.700,00 (sessenta e cinco mil e setecentos reais). Vigência: 17/08/2026 a 17/12/2026.

Município de Capitão Andrade/MG, 24 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:77FD84E7

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 009/2026

Em cumprimento ao disposto no art. 71, IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e, considerando cumprimentos das exigências legais e demais exigências constantes do ofício e instrumento de contrato, ***HOMOLOGO*** *como vencedoras da presente licitação as seguintes licitantes: AGLMED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 47.853.686/0001-27, vencedora dos itens 37, 38, 67, 101, 104, 108, 114, 124, 125, 141, 144, 170 e 234, perfazendo um valor final total de R$ 33.879,75 (trinta e três mil e oitocentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos); ANVAX COMPANY LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 34.346.501/0001-46, vencedora dos itens 72 e 73, perfazendo um valor final total de R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais); CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 60.915.736/0001-11, vencedora do item 117, perfazendo um valor final total de R$ 1.211,40 (um mil e duzentos e onze reais e quarenta centavos); COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.537.890/0001-09, vencedora dos itens 208 e 214, perfazendo um valor final total de R$ 99.225,00 (noventa e nove mil e duzentos e vinte e cinco reais); DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 44.223.526/0001-06, vencedora dos itens 49, 61, 83 e 196, perfazendo um valor final total de R$ 10.294,50 (dez mil e duzentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos); DISTRIMINAS COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 33.256.335/0001-24, vencedora dos itens 02, 110, 211, 216, 220 e 235, perfazendo um valor final total de R$ 6.557,58 (setenta e seis mil e trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos); ELEVENN MATERIAIS MEDICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.717.724/0001-82, vencedora do item 62, perfazendo um valor final total de R$ 6.672,00 (seis mil e seiscentos e setenta e dois reais); ENDOIMPORTS MEDICAL LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 51.204.144/0001-09, vencedora dos itens 163, 164 e 225, perfazendo um valor final total de R$ 5.355,00 (cinco mil e trezentos e cinquenta e cinco reais); GOLDEN CARE DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.288.441/0001-33, vencedora dos itens 12, 15, 26, 28, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 52, 57, 66, 68, 69, 75, 77, 80, 85, 87, 93, 95, 96, 97, 102, 103, 105, 111, 113, 116, 119, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 149, 152, 174, 175, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 212, 213, 229, 237, 238, 239, 240, 242, 243, 244 e 245, perfazendo um valor final total de R$ 735.863,40 (setecentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos); GUERRA MED FARMA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 46.279.635/0001-70, vencedora do item 13, perfazendo um valor final total de R$ 4.746,00 (quatro mil e setecentos e quarenta e seis reais); MAT MED HOSPITALAR LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.305.767/0001-54, vencedora do item 63, perfazendo um valor final total de R$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais); MG MED HOSPITAR LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 13.264.773/0001-27, vencedora dos itens 01, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 50, 51, 53, 54, 55, 64, 76, 91, 112, 153, 160, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 233, perfazendo um valor final total de R$ 271.438,62 (setenta e seis mil e trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos); MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.275.318/0001-06, vencedora dos itens 30, 88, 89, 90 e 221, perfazendo um valor final total de R$ 4.795,20 (quatro mil e noventa e cinco reais e vinte centavos); ORION COMERCIO DE ARTIGOS MEDICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.956.527/0001-45, vencedora dos itens 222, 226, 227 e 228, perfazendo um valor final total de R$ 6.393,00 (seis mil e trezentos e noventa e três reais); ORTHOVIDA INDUSTRIA E NEGOCIOS DIGITAIS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 14.323.297/0001-30, vencedora do item 151, perfazendo um valor final total de R$ 3.222,00 (três mil e duzentos e vinte e dois reais);*

SUPREMA DENTAL IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 28.820.255/0001-10, vencedora dos itens 22, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 56, 58, 59, 60, 74, 81, 86, 106, 107, 115, 120, 145, 146, 148, 150, 154, 158, 161, 162, 165, 166, 168, 172, 173, 180, 182, 190, 218, 230, 231, 232, 236 e 246, perfazendo um valor final total de R$ 89.063,43 (oitenta e nove mil e sessenta e seis reais e quarenta e três centavos); UNIDAS DISTRIBUIDORA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 48.493.494/0001-10, vencedora dos itens 11, 14, 20, 21, 25, 27, 29, 31, 32, 41, 48, 65, 70, 71, 78, 79, 82, 84, 92, 94, 98, 99, 100, 118, 130, 131, 142, 143, 147, 155, 156, 157, 159, 181, 187, 189, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 215, 217, 219, 223, 224 e 241, perfazendo um valor final total de R$ 295.718,85 (duzentos e noventa e cinco mil e setecentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos); Os lotes de nº 03, 109, 167, 171, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, foram fracassados pelo pregoeiro, visando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais médico-hospitalares, destinados à manutenção das atividades e ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capitão Andrade/MG, e autorizo a publicação do instrumento de contrato no Quadro de Avisos da Prefeitura para que surtam os jurídicos efeitos esperados.

Ciência aos interessados observados as prescrições legais pertinentes.

Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG, 18 de agosto de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:FDAC46E6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO Nº 051/2026 – Torna público a abertura da modalidade PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026, menor preço por item, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de brinquedos infantis e recursos lúdico-pedagógicos destinados às creches e escolas da Rede Municipal de Ensino, às unidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e à Secretaria Municipal de Saúde do Município de Capitão Andrade/MG. A abertura será no dia 08 de setembro de 2026, às 09:00 horas, junto a Plataforma Licitar Digital (https://licitar.digital). Recebimento das propostas inicia-se às 08:00 horas do dia 25/08/2026, até às 09:00 horas do dia 08/09/2026. O Edital poderá ser lido e obtido através do Portal da Transparência https://www.transparencia.capitaoandrade.mg.gov.br/licitacoes/, ou pela Plataforma Licitar Digital - https://licitar.digital, ou pelo e-mail: licitacao@capitaoandrade.mg.gov.br, ou pelo tel. (33) 3231-9124, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, com César da Rocha Fernandes – Pregoeiro.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:34507069

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO Nº 052/2026 – Torna público a abertura da modalidade PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2026, menor preço por lote, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa para a aquisição de mudas de plantas, flores, grama e adubos destinados à revitalização e manutenção de praças, parques e jardins, em atendimento as demandas das Secretarias do Município de Capitão Andrade/MG. A abertura será no dia 08 de setembro de 2026, às 09:00 horas, junto a Plataforma Licitar Digital (https://licitar.digital). Recebimento das propostas inicia-se às 08:00 horas do dia 25/08/2026, até às 09:00 horas do dia 08/09/2026. O Edital poderá ser lido e obtido através do Portal da Transparência https://www.transparencia.capitaoandrade.mg.gov.br/licitacoes/, ou pela Plataforma Licitar Digital - https://licitar.digital, ou pelo e-mail: licitacao@capitaoandrade.mg.gov.br, ou pelo tel. (33) 3231-9124, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, com Débora Vital Guedes – Pregoeira.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:1484D476

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG – ABERTURA DE PROCESSO LICITATORIO Nº 053/2026 – Torna público a abertura da modalidade PREGAO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2026, menor preço por lote, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa visando a aquisição de adornos e enfeites natalinos para serem utilizados na Praça Sebastião André Rodrigues no Distrito de Bom Jesus da Vista Alegre e na Praça João de Laia na sede do Município de Capitão Andrade/MG. A abertura será no dia 09 de setembro de 2026, às 09:00 horas, junto a Plataforma Licitar Digital (https://licitar.digital). Recebimento das propostas inicia-se às 08:00 horas do dia 25/08/2026, até às 09:00 horas do dia 09/09/2026. O Edital poderá ser lido e obtido através do Portal da Transparência https://www.transparencia.capitaoandrade.mg.gov.br/licitacoes/, ou pela Plataforma Licitar Digital - https://licitar.digital, ou pelo e-mail: licitacao@capitaoandrade.mg.gov.br, ou pelo tel. (33) 3231-9124, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 16:00 horas, com César da Rocha Fernandes – Pregoeiro.

Publicado por:
Cesar da Rocha Fernandes
Código Identificador:1CCB395F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAPITÃO ENÉAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG

O Município de Capitão Enéas/MG torna público, para conhecimento dos interessados, a RETOMADA do Processo Licitatório nº 040/2026, Concorrência Eletrônica nº 08/2026, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para construção de Escola Municipal de Ensino Fundamental, em Capitão Enéas/MG. Considerando a conclusão da análise técnica realizada pelo Setor de Engenharia e cessadas as razões que motivaram a suspensão do certame, fica redesignada a sessão pública para o dia 11/09/2026, às 09h30min, na plataforma eletrônica. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital, ressalvadas as informações constantes nos atos oficiais publicados. Mais informações pelo telefone (38) 3235-1001 ou pelo e-mail licitacao@capitaoeneas.mg.gov.br.

REINALDO LANDULFO TEIXEIRA.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hanna Ferreira Souza
Código Identificador:9069D45B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARANGOLA

PREFEITURA DE CARANGOLA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026

O **MUNICÍPIO DE CARANGOLA**, por intermédio do Prefeito Municipal, Sr. Silas Vieira, usando de suas atribuições legais e de acordo com o resultado do Edital Público nº. 02/2024 e art. 37, inciso II da Constituição Federal RESOLVE expedir o competente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público nº 002/2024, realizada por meio do Edital nº 001/2025, publicado em 09/12/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de provimento de cargos efetivos do quadro permanente de pessoal do Município;

RESOLVE:

1. NOMEAR, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e do Edital do Concurso Público nº 002/2024, os candidatos relacionados na lista em anexo, aprovados e classificados dentro do número de vagas, para exercerem cargos efetivos do Município de Carangola/MG;

2. CONVOCAR os candidatos ora nomeados para tomarem posse no respectivo cargo, o que ocorrerá através de uma cerimônia de posse a ser realizada na data de **01 de setembro de 2026, às 9h**, no 3º andar da Sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Coronel Maximiano, nº 88, CEP: 36.800-078, Carangola/MG.

3. A posse ocorrerá, na forma acima mencionada, mediante apresentação da documentação exigida no Edital do Concurso Público e na legislação municipal, bem como da comprovação de aptidão física e mental para o exercício do cargo.

4. O não comparecimento para a posse no prazo legal, ou a não apresentação da documentação exigida, implicará renúncia tácita à nomeação, com a consequente perda do direito à investidura no cargo, facultando-se à Administração a nomeação do candidato subsequente, observada a ordem de classificação.

5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Carangola/MG, 24 de agosto de 2026.

SILAS VIEIRA NATALIA MERCHID AMORIM
Prefeito Municipal Presidente da Comissão Especial

ANEXO ÚNICO
Relação dos Candidatos Convocados para Nomeação e Posse

CARGO DE **AGENTE ADMINISTRATIVO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
8º	200120002662	Aline Souza Oliveira
9º	200120003997	Francillon Da Silva Souza

CARGO DE **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
12º	200120002571	Gabriela Maria Morais Silveira**

CARGO DE **AUXILIAR DE ESCRITURAÇÃO ESCOLAR**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
5º	200120002877	Pedro Leonardo Mota Lamha
17º	200120000508	Alysson Marcos Da Silva Candinho*

CARGO DE **AUXILIAR DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
21º	200120002195	Kelly Fernanda Da Costa Gabriel
22º	200120003309	João Luiz Silva
23º	200120000066	Taiane Martins Dias
60º	200120000299	Miria Gomes Da Silva *
26º	200120001607	Marcia Angelo Goncalves
27º	200120005008	Beatriz Melo Santos Freitas
28º	200120002953	Luciene Aparecida Goulart
29º	200120002050	Lucas Dos Santos Torteloti
70º	200120003475	Kaylla Conceição Oliveira Silvestre Gomes *
71º	200120003304	Rosimere Da Silva Caetano Chemp *
72º	200120004834	Fernanda Da Silva Belan *

CARGO DE **MÉDICO DA ESF**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
5º	200120004640	João Vitor Silva Zamarchi

CARGO DE **MONITOR ESCOLAR**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
12º	200120005123	Neemias Felipe Santiago Da Silva

CARGO DE **MOTORISTA**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
11º	200120003760	Fabiano Rocha Alonso
12º	200120003825	Luan Amorim Castro Campo

CARGO DE **OPERADOR DE MÁQUINAS**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
3º	200120003089	José Augusto Rocha De Barros

CARGO DE **PEDAGOGO**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
5º	200120001753	Layza Silva Ribeiro
87º	200120004876	Juliana De Souza Monteiro Ferreira**

CARGO DE **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL (1° AO 5° ANO) - PROFESSOR I**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
16º	200120001752	Layza Silva Ribeiro
17º	200120001824	Isis Silva Corrêa

CARGO DE **SERVENTE ESCOLAR**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
30º	200120004041	Andrea Da Silva Ribeiro
31º	200120000362	Marcela De Sousa Silva Miranda
33º	200120004911	José Claudio Fernandes

Publicado por:
Meyriellen Ventura Ferreira Gomes
Código Identificador:E94F26A8

PREFEITURA DE CARANGOLA
EXTRATO FINAL PROCESSO 930/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 930/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Agente de Contratação, no desempenho de suas atribuições legais, em conformidade com todo o processado no Processo Administrativo nº 930/2026, modalidade Pregão Eletrônico nº 043/2026, e em atenção a Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, o seguinte **RESULTADO FINAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E ENCERRAMENTO:**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 930/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026.

OBJETO: O presente Termo de Referência tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de bancos de praça, por meio do Sistema de Registro de Preços, destinados à instalação, substituição, revitalização, ampliação e manutenção do mobiliário urbano em praças, parques, jardins, canteiros centrais, calçadões, áreas de convivência, espaços públicos de lazer e demais logradouros pertencentes ao Município de Carangola/MG, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

CONTRATADA: R.A COMÉRCIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LICITACOES LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 41.485.893/0001-90.
VALOR DA ATA: R$ 450.325,00 (quatrocentos e cinquenta mil trezentos e vinte e cinco reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.

CONTRATADA: ALTASMIDIAS COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 09.313.600/0001-84.
VALOR DA ATA: R$ 268.397,75 (duzentos e sessenta e oito mil trezentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.

Pelo presente, promova a publicação imediata deste Extrato nesta data, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, procedendo consequente arquivamento desta Licitação.

Carangola/MG, 24 de agosto de 2026.

ANA CAMILA PACHECO DE MOURA
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Mesquita Biajoli
Código Identificador:3FC18476

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARBONITA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 57 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICIPIO DE CARBONITA – MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CARBONITA**, Estado de Minas Gerais, **JOSÉ MARCELINO SANTOS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 206, 208, 211 e 214 da Constituição Federal, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado, bem como a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração;
CONSIDERANDO o disposto na **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, especialmente os arts. 8º, 10, 22 e 32, que estabelecem a organização dos sistemas de ensino, a colaboração entre os entes federativos e a alfabetização plena como objetivo precípuo da educação básica;
CONSIDERANDO a **Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014**, que aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE, estabelecendo como diretrizes a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a redução das desigualdades educacionais e a melhoria da qualidade da educação;
CONSIDERANDO a **Lei Federal nº 14.407, de 12 de julho de 2022**, que alterou a Lei nº 9.394/1996 para estabelecer a alfabetização plena e a formação de leitores como objetivos precípuos da educação básica;
CONSIDERANDO a **Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, reforçando o compromisso dos entes federativos com a manutenção e o desenvolvimento da educação básica;
CONSIDERANDO o **Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023**, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras;
CONSIDERANDO o **Decreto Estadual nº 48.939, de 7 de novembro de 2024**, que institui o **Pacto Mineiro pela Alfabetização**, em regime de colaboração entre o Estado e os municípios de Minas Gerais, estabelecendo como finalidade garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e promover o desenvolvimento das habilidades e competências das crianças com defasagens de aprendizagem até o final do 5º ano;
CONSIDERANDO que o art. 6º do Decreto Estadual nº 48.939/2024 estabelece, entre os eixos estruturantes do Pacto Mineiro pela Alfabetização, a governança e gestão da política de alfabetização, o suporte pedagógico, a formação dos profissionais da educação, os sistemas de avaliação e o reconhecimento de práticas exitosas;
CONSIDERANDO que o art. 8º do Decreto Estadual nº 48.939/2024 prevê a atuação dos Conselhos Municipais de Educação na gestão das estratégias necessárias à consecução dos objetivos do Pacto e determina a instituição de Comitê Estratégico Municipal no caso da inexistência do Conselho Municipal de Educação;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de alfabetização desenvolvidas no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância da articulação entre o Poder Público, a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação e os órgãos de participação social para a garantia do direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as ações de alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;
CONSIDERANDO a importância do acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e dos resultados da Política Municipal de Alfabetização;
CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela legislação educacional vigente, bem como as ações do Pacto Mineiro pela Alfabetização;
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Carbonita, o **Comitê de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização**, de caráter permanente, consultivo, propositivo e de monitoramento.
Art. 2º O Comitê terá por finalidade acompanhar, monitorar e contribuir para o aperfeiçoamento da implementação da Política Municipal de Alfabetização, visando garantir o direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças da Rede Municipal de Ensino.
Art. 3º Compete ao Comitê:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – monitorar as metas, objetivos e estratégias estabelecidos para a alfabetização;
III – acompanhar os indicadores de aprendizagem e alfabetização;
IV – analisar os resultados das avaliações educacionais;
V – propor ações e estratégias para melhoria dos resultados de aprendizagem;
VI – acompanhar as ações de formação continuada dos profissionais da educação;
VII – promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, unidades escolares e demais órgãos envolvidos na política educacional;
VIII – elaborar relatórios periódicos de acompanhamento;
IX – propor medidas para o fortalecimento das ações de alfabetização no Município;
X – exercer outras atribuições relacionadas ao acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 4º Ficam nomeados para compor o Comitê de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, na condição de membros titulares, os representantes dos seguintes segmentos:

I – Segmento Gestão Municipal;
Emerson de Paulo Barbosa – representante Secretaria Municipal de Educação
Neide de Souza Carvalho - representante Secretaria Municipal de Educação
II – Segmento dos professores alfabetizadores
Cleide Aparecida Lemos Rocha – 1º período da Educação Infantil
Adélia Ribeiro Moraes Fernandes - 2º Período da Educação Infantil
Valdísia Lopes Barbosa - 1º ano do Ensino Fundamental
Joelma Anita Martins - 2º ano do Ensino Fundamental
III – Segmento Gestores escolares
Kalil Martins Leite - **Ensino Fundamental**
Vanderléia Olímpia Meira - **Educação Infantil**
IV – Seguimento da Supervisão Pedagógica

Aderlânia de Cássia Barral - **Coordenadora Pedagógica da** Secretaria Municipal de Educação
Eliane Ferreira Soares – Supervisora pedagógica da Educação Infantil
Zuleime de Cássia Rodrigues - **Supervisora pedagógica Anos iniciais (ensino Fundamental)**
V – Segmento de pai, mãe ou responsável
Maria Léia Ferreira – representante 1º e 2º período da Educação Infantil
Luana Alves Nunes - representante do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental- anos iniciais.

VI– Segmento do Controle Social
José Adair Machado – representante do Conselho Municipal de Educação – CME;
Tatiane Santos Ventura – representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB.
Parágrafo único. Os membros titulares exercerão suas atribuições no âmbito do Comitê de Acompanhamento da Política Municipal de Alfabetização, observadas as competências, responsabilidades e demais disposições estabelecidas nesta Portaria.
Art. 5º Os membros do Comitê serão designados por ato do Poder Executivo Municipal, conforme regulamentação própria.
Art. 6º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 7º O Comitê reunir-se-á ordinariamente, conforme calendário a ser estabelecido, e extraordinariamente sempre que necessário.
Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação prestará o suporte técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê.
Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pelo Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Carbonita -MG, 24 de agosto de 2025.

JOSÉ MARCELINO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlúcia Dos Rosário Machado Morais
Código Identificador:D340D2C3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARMO DA MATA

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
COMPRA DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Dispensa de Licitação – Compra Direta n.º 040/2026. O Município de Carmo da Mata/MG, torna público o Edital da Dispensa de Licitação – Compra Direta nº 040/2026 com fulcro no art. 75, II da Lei Federal 14.133/2021. Objeto: Aquisição de pão francês, atendendo as atividades das Secretaria de Municipal Finanças, Planejamento e Gestão, Educação, Desenvolvimento Social, Saúde, Desenvolvimento Econômico, Transporte e Obras Públicas, Agricultura Pecuária e Abastecimento, Cultura e Turismo, Esportes e Lazer do município de Carmo da Mata/MG, – Recebimento das Propostas: até as 23:59 horas do dia 28/08/2026 no email: tuliacompras@carmodamata.mg.gov.br. Sessão de Abertura: dia 31/08/2026, às 09:00 horas. O Edital completo poderá ser obtido no site www.carmodamata.mg.gov.br.

TULIA PAULA DE SÃO JOSÉ FERREIRA –
Agente de Contratação

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:35AFA030

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA/MG. Aviso de Licitação – Pregão Eletrônico n.º 052/2026 – Processo Licitatório n.º 117/2026. o município de Carmo da Mata-MG, torna público o edital do Pregão Eletrônico nº 052/2026. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de torno e serralheria, incluindo fabricação, recuperação, manutenção, ajustes, cortes, soldagens, usinagens e demais serviços correlatos, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas e materiais necessários à execução dos serviços, destinados ao atendimento das necessidades daSecretaria Municipal de Transportes e Obras, conforme condições e especificações estabelecidas. Data e horário de início da sessão: 10/09/2026 às 9h. Maiores informações e edital completo no site: www.carmodamata.mg.gov.br.

MÔNICA BORGES DE SOUSA –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Ruan de Castro Silva
Código Identificador:51DEF052

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
RESOLUÇÃO CMAS Nº 006/2026

Institui a Comissão de Análise da Documentação dos processos de inscrição, atualização e manutenção da inscrição das entidades e organizações de assistência social e dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Carmo da Mata/MG, define seu funcionamento e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE CARMO DA MATA/MG, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 16, parágrafo único, e o art. 9º da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e a legislação municipal de sua criação, conforme deliberação do Plenário em reunião ordinária realizada em 11 de agosto de 2026;
CONSIDERANDO que, nos termos do art. 9º da LOAS, o funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo conselho municipal de assistência social, ao qual incumbe a fiscalização, e que a inscrição é o reconhecimento público das ações realizadas no âmbito da política de assistência social;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de assistência social;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 182, de 13 de fevereiro de 2025, que caracteriza as entidades e organizações de assistência social e estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para os serviços, programas e projetos de assessoramento e de defesa e garantia de direitos no âmbito do SUAS, e revoga a Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011;
CONSIDERANDO a Resolução CNAS/MDS nº 227, de 19 de março de 2026, que dispõe sobre medida excepcional relativa à manutenção da inscrição das entidades e organizações em processo de adequação à Resolução CNAS/MDS nº 182/2025, mediante plano de providências pactuado com o respectivo conselho;
CONSIDERANDO o art. 15 da Portaria MDS nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024, que condiciona o recebimento de recursos federais pelas unidades referenciadas à inscrição no conselho de assistência social no ano vigente, com detalhamento das ofertas realizadas;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar eficiência, transparência, legalidade, impessoalidade e uniformidade na análise documental dos processos submetidos ao CMAS, com observância do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da Constituição Federal);

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DA INSTITUIÇÃO E DA COMPOSIÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Comissão de Análise da Documentação, de caráter permanente, técnico e instrutório, responsável pela conferência e análise da documentação e pela emissão de parecer técnico nos processos de inscrição, atualização e manutenção da inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, no âmbito do CMAS de Carmo da Mata/MG.

Parágrafo único. Incluem-se na competência da Comissão a análise dos planos de ação e relatórios de atividades anuais, dos planos de providências de que trata a Resolução CNAS/MDS nº 227/2026 e a instrução dos processos de cancelamento de inscrição.

Art. 2º A Comissão será composta por 5 (cinco) integrantes, assegurada a participação técnica, administrativa e de representação do Conselho, assim distribuídos:

§ 1º Os integrantes previstos nos incisos I, II e III serão indicados pelos respectivos setores ou órgãos, e os integrantes previstos nos incisos IV e V serão designados pelo Plenário do CMAS.

I – 1 (um) representante da equipe técnica de referência;

II – 1 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Social;

III – 1 (um) representante da Prefeitura Municipal;

IV – 1 (um) conselheiro titular representante da sociedade civil e/ou entidade;

V – 1 (um) conselheiro titular representante do governo.

§ 2º O mandato dos membros da Comissão coincidirá com o mandato dos conselheiros no CMAS, admitida a recondução.

§ 3º É impedido de atuar na análise o membro da Comissão que seja dirigente, empregado, prestador de serviços, associado ou representante da entidade interessada, ou que com ela possua relação de parentesco até o terceiro grau com seus dirigentes, devendo declarar-se impedido nos autos, sendo substituído pelo suplente no processo respectivo.

§ 4º A Comissão terá por finalidade realizar a análise inicial da documentação, identificar eventuais pendências, promover as diligências e solicitações de complementação necessárias e elaborar parecer para encaminhamento ao Plenário do CMAS, a quem compete a deliberação e a decisão final sobre o processo.

CAPÍTULO II – DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à Comissão de Análise da Documentação:

I – receber os processos encaminhados pela Secretaria Executiva do CMAS;

II – conferir a documentação exigida pela LOAS, pelas Resoluções CNAS nº 14/2014, nº 109/2009, CNAS/MDS nº 182/2025 e nº 227/2026, e pelas resoluções do CMAS;

III – solicitar, mediante notificação formal e por uma única vez para cada pendência identificada, a complementação de documentos, fixando prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período mediante pedido justificado da entidade;

IV – verificar o cumprimento dos requisitos legais para inscrição, atualização e manutenção da inscrição, inclusive quanto à vinculação das ofertas ao SUAS, à equipe de referência, aos públicos atendidos e, quando for o caso, à preponderância das atividades finalísticas e à inscrição abrangente (arts. 17 a 19 da Resolução CNAS/MDS nº 182/2025);

V – quando necessário realizar diligências e, visitas técnicas às entidades, preferencialmente em articulação com o órgão gestor da política de assistência social e com a Vigilância Socioassistencial;

VI – acompanhar o cumprimento dos planos de providências pactuados nos termos da Resolução CNAS/MDS nº 182/2025 tendo em vista o prazo para as adequações previstas na Resolução CNAS/MDS nº 227/2026;

VII – elaborar parecer técnico conclusivo, fundamentado, indicando o deferimento, o indeferimento ou a necessidade de diligências complementares;

VIII – encaminhar o parecer ao Plenário do CMAS para apreciação e deliberação.

Parágrafo único. A Comissão emitirá o parecer no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento do processo com a documentação completa, prazo que ficará suspenso durante a pendência de diligência ou complementação documental.

CAPÍTULO III – DO PROCEDIMENTO E DAS GARANTIAS

Art. 4º A análise realizada pela Comissão possui caráter técnico e instrutório, competindo exclusivamente ao Plenário do CMAS deliberar sobre o deferimento ou o indeferimento dos pedidos de inscrição, atualização ou manutenção da inscrição, bem como sobre o cancelamento de inscrições.

Art. 5º Nenhuma inscrição será indeferida ou cancelada sem prévia notificação da entidade interessada, com a indicação objetiva das pendências ou irregularidades, a concessão de prazo para saneamento ou manifestação e a garantia do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º Da deliberação do Plenário caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência, instruído com as razões e os documentos pertinentes, a ser apreciado na reunião plenária subsequente.

§ 2º Na hipótese de inadequação aos parâmetros da Resolução CNAS/MDS nº 182/2025, a inscrição será mantida mediante a pactuação de plano de providências, observados os prazos da Resolução CNAS/MDS nº 227/2026, vedado o cancelamento sumário.

Art. 6º Os pareceres da Comissão integrarão o respectivo processo administrativo e as deliberações do Plenário serão formalizadas por resolução, com publicação na forma da legislação municipal.

Parágrafo único. Deferida ou mantida a inscrição, a Secretaria Executiva expedirá o comprovante de inscrição e, quando solicitado, a declaração de inscrição do ano vigente, para os fins do art. 15, III, da Portaria MDS nº 1.044/2024.

CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CMAS, observada a legislação federal e municipal aplicável.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carmo da Mata/MG, 14 de Agosto de 2026.

RICARDO AMARAL RIBEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Ana Cristina da Silva
Código Identificador:41EEF4A8

PREFEITURA DE CARMO DA MATA
RESOLUÇÃO CMAS Nº 007/2026

Manifesta anuência e autoriza a solicitação, ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, de prorrogação do prazo de início das transferências às organizações da sociedade civil indicadas como unidades beneficiárias das Programações nº 311400620260001 e nº 311400620260002, nos termos do art. 44, §§ 5º e 6º, da Portaria MDS nº 1.044/2024, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS DE CARMO DA MATA/MG, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e a legislação municipal de sua criação, conforme deliberação virtual na data de 20 de agosto de 2026 e em reunião ordinária realizada em 18 de agosto de 2026.

CONSIDERANDO que as Programações nº 311400620260001 (emenda parlamentar individual, R$ 50.000,00) e nº 311400620260002 (emenda parlamentar individual, R$ 300.000,00), da Ação Orçamentária 219G – Estruturação da Rede de Serviços do SUAS, tiveram os recursos creditados na modalidade fundo a fundo ao Fundo Municipal de Assistência Social em 02 de abril de 2026, com destinação a 7 (sete) organizações da sociedade civil indicadas como unidades referenciadas;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 44, § 5º, da Portaria MDS nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024, as transferências do órgão gestor da política de assistência social às entidades e organizações de assistência social deverão ser iniciadas no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar do crédito na conta corrente específica da programação, prazo que se encerra em 29 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente motivada dirigida ao FNAS (art. 44, § 6º),

sob pena de devolução obrigatória dos recursos por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU (art. 44, § 7º);
CONSIDERANDO que se encontra em curso, no âmbito deste Conselho, o processo de adequação das inscrições das entidades e organizações de assistência social aos novos parâmetros da Resolução CNAS/MDS nº 182, de 13 de fevereiro de 2025, observada a medida excepcional da Resolução CNAS/MDS nº 227, de 19 de março de 2026, condição necessária à comprovação dos requisitos do art. 15 da Portaria MDS nº 1.044/2024 pelas unidades beneficiárias;
CONSIDERANDO que a formalização das parcerias com as 7 (sete) organizações da sociedade civil beneficiárias exige a instrução de processos administrativos individuais, na forma da Lei Federal nº 13.019/2014, com análise de planos de trabalho, habilitação documental e manifestação deste Conselho;
CONSIDERANDO que o calendário das eleições gerais de 2026 (pleito em 04/10/2026 e eventual segundo turno em 25/10/2026) impõe cautelas adicionais à Administração Pública, na forma do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/1997, recomendando prudência na formalização e na execução dos repasses no período;
CONSIDERANDO a necessidade de resguardar o Município e o Fundo Municipal de Assistência Social do risco de devolução dos recursos e de assegurar que os repasses às entidades ocorram com segurança jurídica e regularidade documental plena,

RESOLVE:

Art. 1º Manifestar anuência e aprovar a solicitação, ao Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, de prorrogação, por igual período de 180 (cento e oitenta) dias, do prazo de início das transferências às organizações da sociedade civil indicadas como unidades beneficiárias das Programações nº 311400620260001 e nº 311400620260002, com fundamento no art. 44, §§ 5º e 6º, da Portaria MDS nº 1.044/2024.

Art. 2º Recomendar ao órgão gestor da política municipal de assistência social que protocole o ofício de solicitação de prorrogação junto ao FNAS com a máxima brevidade, preferencialmente até 29 de agosto de 2026, considerando o prazo de até 30 (trinta) dias de que dispõe o FNAS para avaliação do pedido (art. 44, § 6º, da Portaria MDS nº 1.044/2024).
Parágrafo único. O ofício deverá ser instruído com justificativa técnica fundamentada, indicando, entre outros motivos: I – o processo de readequação das inscrições das entidades aos parâmetros da Resolução CNAS/MDS nº 182/2025, observada a Resolução CNAS/MDS nº 227/2026; II – o número de unidades beneficiárias (sete organizações em duas programações) e a consequente instrução de múltiplos processos de parceria nos termos da Lei nº 13.019/2014; III – as cautelas decorrentes do calendário eleitoral de 2026; e IV – cópia desta Resolução.

Art. 3º A prorrogação ora autorizada constitui salvaguarda e não impede que o órgão gestor celebre as parcerias e inicie os repasses antes do término do prazo original de 29 de setembro de 2026, sempre que a entidade beneficiária estiver com a inscrição regularizada e o processo de parceria devidamente instruído.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Carmo da Mata/MG, 24 de Agosto de 2026

RICARDO AMARAL RIBEIRO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Publicado por:
Ana Cristina da Silva
Código Identificador:FDFBF418

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CARNEIRINHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DA REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2026

Prefeitura Municipal de Carneirinho/MG. Aviso de Revocação de Certame. Pregão Eletrônico nº 43/2026 - Registro de Preços. Processo Licitatório nº 92/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA PESADA, SANEANTES, DESINFETANTES, DETERGENTES, MATERIAIS DE CONSERVAÇÃO E DEMAIS INSUMOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. Da Revogação: Pelo presente, Revogo o certame em epígrafe, pelo que segue: DECIDO REVOGAR o Pregão Eletrônico nº 43/2026, vinculado ao Processo Licitatório nº 92/2026, por razões de conveniência e oportunidade, tendo em vista que a manutenção do certame, nos quantitativos originalmente previstos, não mais atende adequadamente ao interesse público e ao planejamento atualizado do Município. A revogação tem por finalidade permitir a elaboração e publicação de novo procedimento licitatório, com quantitativos, especificações e demais condições técnicas revisados, compatíveis com a demanda efetiva da Administração e com a necessidade de obtenção da solução mais adequada e vantajosa para o Município. Determino: a) a juntada desta decisão aos autos do Processo Licitatório nº 92/2026; b) a juntada da manifestação técnica contendo a análise dos quantitativos, itens e especificações que fundamentaram a revogação; c) a ciência dos licitantes e interessados, assegurando-se prévia manifestação, na forma do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, caso essa providência ainda não tenha sido realizada; d) o encaminhamento dos autos à Pregoeira para certificação das intimações, análise das manifestações eventualmente apresentadas e adoção das providências administrativas necessárias; e) após o cumprimento da etapa anterior, o encerramento do procedimento revogado, com os registros pertinentes no sistema oficial de compras e no processo administrativo; f) a elaboração dos documentos de planejamento da nova contratação, especialmente estudo técnico preliminar, termo de referência, pesquisa de preços e mapa atualizado de quantitativos, observadas as exigências legais e regulamentares; e g) a publicação de novo edital somente após a conclusão da instrução técnica, jurídica e orçamentária correspondente. Fica consignado que a presente revogação não decorre de ilegalidade insanável do procedimento, hipótese que poderia ensejar anulação, mas de razões supervenientes de conveniência e oportunidade relacionadas à necessidade de adequação dos quantitativos e das especificações à demanda atual do Município. Publique-se. Registre-se. Cientifiquem-se os interessados. Cumpra-se. Data da Revogação: 24/08/2026.

Carneirinho/MG, 24 de agosto de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciano Sebastião de Menezes
Código Identificador:48431295

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2026 - REGISTRO DE PREÇOS

Prefeitura Municipal de Carneirinho/MG. Aviso de Edital. Pregão Eletrônico nº 56/2026 – Registro de Preços. Tipo: Menor Preço. O Município de Carneirinho/MG, através do Diretor de Licitação, vem tornar pública a abertura do certame para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE E MATERIAIS DESCARTÁVEIS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. Data/hora de início da sessão de disputa: às 08h30min do dia de 08 de setembro de 2026. Local de retirada do Edital: Rua Otávio Francisco Vilela, nº 1.565, Jardim Primavera, Carneirinho-MG – CEP – 38.290.000 – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO. Fone: (34) 3454-0201 ou através do endereço eletrônico:

http://www.carneirinho.mg.gov.br/licitacoes-e-contratos e também na Plataforma eletrônica LICITANET - www.licitanet.com.br.

Carneirinho/MG, 24 de agosto de 2026.

MARCUS LEANDRO DE OLIVEIRA CAVALIN –
Diretor de Licitação.

Publicado por:
Luciano Sebastião de Menezes
Código Identificador:21503E14

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2026

Prefeitura Municipal de Carneirinho/MG. Aviso de Revocação de Certame. Pregão Eletrônico nº 45/2026-Registro de Preços. Processo Licitatório nº 94/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA LEVE E DESCARTÁVEIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES ADEQUADAS DE HIGIENE, LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, SALUBRIDADE E FUNCIONAMENTO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARNEIRINHO/MG, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL. Da Revogação: Pelo presente, Revogo o certame em epígrafe, pelo que segue: DECIDO REVOGAR o Pregão Eletrônico nº 45/2026, vinculado ao Processo Licitatório nº 94/2026, por razões de conveniência e oportunidade, em decorrência da análise técnica superveniente dos quantitativos e das especificações do objeto, bem como das divergências identificadas entre o edital e o sistema de compras. A revogação tem por finalidade permitir a elaboração e publicação de novo procedimento licitatório, com quantitativos, descrições, unidades de fornecimento e demais especificações revisados, compatíveis com a demanda efetiva do Município e com a necessidade de assegurar uma contratação eficiente, econômica e adequada ao interesse público. Determino: a) a juntada desta decisão aos autos do Processo Licitatório nº 94/2026; b) a juntada da análise técnica detalhada dos quantitativos e das especificações revisadas, especialmente quanto aos itens nº 55 a 68 do Anexo VII; c) a ciência dos interessados e, se houver licitantes ou participantes já formalmente envolvidos no procedimento, a garantia de prévia manifestação, na forma do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021; d) o encaminhamento dos autos ao Diretor de Licitação para certificação das providências realizadas e encerramento do procedimento revogado; e) a elaboração dos documentos de planejamento da nova contratação, incluindo estudo técnico preliminar, termo de referência, pesquisa de preços e mapa atualizado de quantitativos; f) a compatibilização entre o novo edital e o sistema eletrônico de compras, especialmente quanto à nomenclatura das embalagens, à ordenação dos itens e às unidades de fornecimento; e g) a publicação de novo edital somente após a conclusão da instrução técnica, jurídica e orçamentária correspondente. Fica consignado que a presente decisão não decorre da constatação de ilegalidade insanável do procedimento, hipótese que poderia ensejar anulação, mas de razões supervenientes de conveniência e oportunidade relacionadas à necessidade de adequação técnica do objeto, dos quantitativos e das especificações às necessidades atuais do Município. Publique-se. Registre-se. Cientifiquem-se os interessados. Cumpra-se. Data da Revogação: 24/08/2026.

Carneirinho/MG, 24 de agosto de 2026.

WILLIAN MARTINS MAIA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luciano Sebastião de Menezes
Código Identificador:49E40762

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÁSSIA

MUNICÍPIO DE CÁSSIA
PREGAO ELETRONICO Nº 033/2026 - MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁSSIA/MG PROCESSO LICITATORIO 130/26 – PREGAO ELETRÔNICO 033/26 – REGISTRO DE PREÇO Nº 028/2026. A Prefeitura de Cássia/MG torna público que realizará o seguinte Processo Administrativo Licitatório: Pregão Eletrônico nº 033/2026. Objeto: "Futura e Eventual Aquisição de Material de Limpeza e de Higienização para a Manutenção das Atividades da Administração Municipal", sendo recebidas as propostas até às 8h do dia 08 de SETEMBRO de 2.026, e início da disputa de lances às 8h30min do mesmo dia, cujo critério de julgamento será o de "Menor Preço Por Lote (ITEM)", conforme anexo I. O Edital do Pregão Eletrônico está à disposição dos interessados nos sites www.bnc.org.br e www.cassia.mg.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, na sala da Seção de Licitações, nos dias úteis das 7h às 11h e das 13h às 17h – informações pelo tel. (0**35) 3541-5709 / 5710 ou pelos e-mails licitacoes@cassia.mg.gov.br, cleiton.batista@cassia.mg.gov.br e vinicius.melo@cassia.mg.gov.br. Para tirar dúvidas técnicas (35) 3541-5700 (Ezequias Rodrigues – Educação) ou pelo e-mail ezequias.rodrigues@cassia.mg.gov.br.

Cássia/MG, 24 de AGOSTO de 2.026.

DONIZETE VILELA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vinicius Portela Melo
Código Identificador:53AAA575

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CATAS ALTAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
2ºADITIVO – ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO ESTIMADO DO ITEM DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 01.612.370/0001-42, com sede na Praça Monsenhor Mendes, nº 136, Centro, Catas Altas/MG, neste ato representado pela Sra. Alda Aparecida Batista Oliveira, Secretária Municipal de Educação; pela Sra. Jalizy Rodrigues Lima Silva, Secretária Municipal de Saúde; e pelo Sr. Uilson Rodrigues, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Obras e Viação, todos residentes e domiciliados em Catas Altas/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e os credenciados relacionados, celebram o presente Termo Aditivo de Acréscimo de Quantitativo, decorrente do **Chamamento Público/Credenciamento oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 044/2025, Processo nº 142/2025**, com fundamento no artigo 79 da Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, nº 147/2014 e nº 155/2016, na Lei Geral Municipal nº 319/2010, no Decreto Municipal nº 1.714/2012 e nº 318/2023, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o **acréscimo de quantitativo do Item 03 – Serviço de Espera curta**, vinculado ao credenciamento de permissionários dos serviços de táxi do Município de Catas Altas/MG, destinados ao transporte de servidores municipais em serviço, munícipes em transporte de saúde e tratamento fora do domicílio (TFD), bem como demais munícipes de interesse do Município, conforme demanda futura e incerta das Secretarias Municipais, nos termos do edital e seus anexos.
1.2. O presente aditivo fundamenta-se no **artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em razão da necessidade administrativa devidamente justificada e do interesse público.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRESSUPOSTOS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS

2.1. Fica acrescido ao **Item 03 – Serviço de Espera curta** o quantitativo de **1320 (mil trezentos e vinte) serviços adicionais**, em razão do aumento da demanda dos serviços municipais.
2.2. O quantitativo acrescido será **rateado entre todos os credenciados habilitados**, observando-se os critérios de distribuição e operacionalização já estabelecidos no instrumento convocatório e normas internas da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
3.1. O presente acréscimo corresponde ao valor estimado de **R$79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais),** a ser acrescido ao valor originalmente estimado do processo**.**
3.2. Em razão do presente aditivo, o valor global estimado do p**r**ocesso passará de **R$ 2.379.900,00 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil e novecentos reais)** para **R$ 2.459.100,00 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil e cem reais)**.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do instrumento originário que não conflitarem com o presente termo aditivo.
4.2. E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, assegurando-se a entrega de uma via para cada signatário.

Catas Altas/MG, 19 de agosto de 2026.

ALDA APARECIDA BATISTA OLIVEIRA
Gestora

JALIZY RODRIGUES LIMA SILVA
Gestora

UILSON RODRIGUES
Gestor

ÉRICA RODRIGUES DE PAULA
Fiscal

Credenciados

ERDISLEY EZEQUIEL GUERRA	***NILSON MAGNO MENDES***
ROBSON FELIX PAULINO	***ROSÂNGELA FERREIRA GUIMARÃES***
THALES RODRIGUES SANTOS	***FERNANDO MARCOS GUEDES***
LEANDRO DA CONCEIÇÃO BATISTA	***NELSON DOS SANTOS ALVES***
RENÉ ANTÔNIO MORAIS DOS SANTOS	***RANDER FERREIRA SILVA***
WALAS ROQUE FERNANDES	***ANTÔNIO MANGELIO HONORATO***
DEMÉTRIUS ANTÔNIO COSTA HESS	***LEANDRO SOARES FERREIRA***
JOSÉ MARIA DA SILVA	***LORIVALDO ALVES CAMPOS***
JÚLIO CÉSAR BONIFÁCIO	***MATHAUS JÚNIOR MAGNO***
FELIPE EUSTÁQUIO DOS SANTOS	***DANIELA DA SILVA RODRIGUES QUINELATO***
PEDRO ANTÔNIO MONTEIRO	***RONALDO UBALDO AMARO***
ERSON CUSTÓDIO JORGE	***VALDÊNIA FERREIRA PEREIRA QUINTÃO***
ROBSON RODRIGO FEITOSA	***CÉSAR AUGUSTO DE MIRANDA***

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:8185B9A9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 028/2026

P.E SRP nº 028/2026, PRC Nº 080/2026, serviços de **dedetização e desratização**. Sessão pública: 10/09/2026 às 08h01min. Sítio: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/,

Catas Altas, 24/08/2026 –

JALIZY RODRIGUES LIMA SILVA –
Gestora

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:5CBB5F1F

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS & CONVÊNIOS
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 022/2026 – PROCESSO N° 065/2026

Objeto: Aquisição de materiais e insumos de endodontia, visando atender demanda futura e incerta da Secretaria Municipal de Saúde, termo de referência, demais anexos, proposta comercial e relatório de vencedores que integram este instrumento, independentemente de transcrição.
Ata de registro: **Nº 061/2026**
Empresa: **A2XR COMERCIAL LTDA**
Valor: **R$ 4.620,48 (quatro mil, seiscentos e vinte reais e quarenta e oito centavo)**
Ata de registro: **Nº 062/2026**
Empresa: **ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI**
Valor: **R$ 8.821,18 (oito mil, oitocentos e vinte e um reais e dezoito centavos)**
Ata de registro: **Nº 063/2026**
Empresa: **DL DENTAL LTDA**
Valor: **R$ 1.023,55 (mil e vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos)**
Ata de registro: **Nº 064/2026**
Empresa: **E.C.S. TECNOLOGIA EM SAÚDE, COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**
Valor: **R$15.471,00 (quinze mil, quatrocentos e setenta e um reais)**
Ata de registro: **Nº 065/2026**
Empresa: **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**
Valor: **R$ 4.045,08 (quatro mil e quarenta e cinco reais e oito centavos)**
Ata de registro: **Nº 066/2026**
Empresa: **YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA**
Valor: **R$ 361,00 (trezentos e sessenta e um reais)**
Data da assinatura: 13/08/2026
Vigerá até: 13/08/2027

Catas Altas/MG, 24 de agosto de 2026.

JALIZY RODRIGUES LIMA SILVA
Gestor

Publicado por:
Kênia Cristina de Freitas
Código Identificador:55D757B2

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 982/2026

DECRETO Nº 982/2026

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Catas Altas, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre a regulamentação de uso dos veículos oficiais da Administração Pública direta do Poder Executivo Municipal de Catas Altas.

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, consideram-se:

I – veículo oficial: todo aquele dotado de motor próprio, sendo capaz de se locomover em virtude da propulsão produzida, como carros, caminhonetes, ônibus, caminhões, motocicletas e assemelhados, e que sejam de propriedade, estejam em posse ou sejam contratados de prestadores de serviços pela Administração Pública direta do Poder Executivo Municipal;
II – agente público: todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º. Os veículos oficiais destinam-se, exclusivamente, ao atendimento das necessidades do serviço público da Administração Pública direta do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. A utilização dos veículos oficiais deve observar os princípios que regem a Administração Pública.

CAPÍTULO II
DA CONDUÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 4º. Os veículos oficiais serão conduzidos por agentes públicos ocupantes do cargo de Motorista ou semelhante, desde que entre suas atribuições esteja previsto a condução de veículos oficiais.
Parágrafo único. Os demais agentes públicos, no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, poderão conduzir veículos oficiais quando houver insuficiência ou indisponibilidade de agentes públicos ocupantes do cargo de Motorista ou semelhante.

Art. 5º. Os veículos oficiais só serão conduzidos, em qualquer hipótese, por agente público possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida.

Art. 6º. O agente público condutor de veículo oficial é responsável pelo cumprimento de todas regulamentações cabíveis, em especial as normas de trânsito brasileiras.

Art. 7º. Em caso de multas de trânsito, deverá a mesma ser paga pelo servidor que cometeu a infração, mas ficando assegurado ao mesmo o direito de interpor defesa junto ao órgão de trânsito.

Art. 8º. No caso de danos ou qualquer outro sinistro que gere responsabilidade pecuniária e que seja decorrente de infração do Servidor/Condutor, será o mesmo responsável por ressarcir toda e qualquer condenação administrativa e/ou judicial que seja imposta ao Município.
§1º O ressarcimento deverá ser decidido por meio de devido PAD – Processo Administrativo Disciplinar, garantido ao servidor o amplo direito de defesa e ao contraditório.
§ 2º Com o trânsito em julgado do PAD, poderá o Município proceder ao desconto da condenação pecuniária na folha de pagamento do servidor, em parcelas mensais que não ultrapassem 30% (trinta por cento) do seu salário líquido.

CAPÍTULO III
DA CLASSIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO

Art. 9º. Os veículos oficiais serão divididos e geridos conforme a Secretaria Municipal, ou órgão equivalente, que os adquiriram, ressalvado o caso de gestão unificada da frota.
Parágrafo único. A bem do serviço público, os veículos oficiais poderão ser remanejados para outra Secretaria Municipal, ou órgão equivalente, a qualquer tempo, desde que respeitadas as normas patrimoniais.

Art. 10. Os veículos oficiais são classificados, para fins de utilização, nas seguintes categorias:
I – de representação;
II – de serviços comuns;
III – de serviços especiais.

Art. 11. Os veículos oficiais de representação serão utilizados exclusivamente pelo Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Procurador-Geral e Secretários Municipais do Município de Catas Altas.
Parágrafo único. Os substitutos dos ocupantes dos cargos de que trata o caput farão jus à utilização do veículo de representação enquanto exercerem a substituição.

Art. 12. Consideram-se veículos oficiais de serviços comuns:
I – os utilizados em transporte de material;
II – os utilizados em transporte de pessoal.

Art. 13. Os veículos oficiais de serviços especiais são aqueles utilizados para prestar serviços relacionados a:
I – segurança pública;
II – saúde pública;
III – fiscalização;
IV – coleta de dados.

Art. 14. Os veículos oficiais poderão ser utilizados em todos os deslocamentos no território nacional.

Art. 15. É vedado ao Servidor o guarnecimento de veículos oficiais na sua residência, assim como o uso para deslocamento de sua residência ao local de trabalho e vice-versa, com exceção para os seguintes casos:
I – Serviços essenciais e que carecem de resposta imediata: Aos servidores que atuam nos serviços essenciais de Defesa Civil; Conselho Tutelar; manutenção do aterro sanitário; atendimento/apoio regulamentado à comunidade rural; e manutenção de saneamento/energia, haja vista a necessidade de atendimento às ocorrências imediatas fora do expediente regular e de redução do tempo de resposta à incidentes;
II – Viagens a serviço: quando o deslocamento prévio até a sede do órgão gerar ônus desproporcional ou risco operacional;
III – Economia de Recursos e Eficiência Comprovada: Casos em que o servidor atua em campo em zona rural distante da sede e o trajeto diário de ida/volta até o pátio municipal geraria gasto injustificável de combustível e desgaste de frota;
IV – Veículos em posse do Prefeitos e Vice Prefeito, dada a disponibilidade 24hs às atividades públicas.
Parágrafo único. Para os usos descritos nos incisos I, II e III deste artigo, deverá haver autorização da autoridade competente/secretário da pasta.

Art. 16. Quando for possível, os agentes públicos deverão dispor de veículo oficial de modo compartilhado.

Art. 17. Os agentes públicos usuários têm o dever de zelar pelo bom uso, pela economia de combustível, pela limpeza e pela conservação dos veículos oficiais.
Parágrafo único. Os agentes públicos usuários têm o dever de levar ao conhecimento de sua chefia imediata as irregularidades de que tiver ciência, cabendo a esta tomar as devidas providências.

Art. 18. Os veículos oficiais devem ser recolhidos, após sua utilização, em garagem ou estacionamento da Administração Pública direta do Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único. A garagem ou estacionamento, na medida do possível, deve resguardar os veículos oficiais de furtos ou roubos, assim como dos perigos mecânicos e das ameaças climáticas.

CAPÍTULO IV
DO CONTROLE

Art. 19. A cada uso de veículo oficial, o agente público condutor deverá preencher planilha de controle própria, conforme modelo já adotado pela Administração.
§ 1º Todos os campos da planilha deverão ser obrigatoriamente preenchidos e de forma legível.
§ 2º A planilha será substituída mensalmente pela chefia imediata no último dia útil do mês.
§ 3º As planilhas, como, via de regra, todo documento público, deverão ser disponibilizadas à qualquer cidadão, mediante requerimento formal dirigido à Secretaria competente, a qual terá um prazo de 30 dias para o fornecimento.

Art. 20. Os veículos oficiais poderão ser equipados com sistema de rastreamento por satélite, que deverá permitir a identificação do condutor, o controle e aferição dos trajetos percorridos, gráficos de velocidade relativos aos percursos, posições geográficas em tempo real, assim como outros elementos, tudo com acesso em ambiente via web.
§ 1º Fica dispensado o uso da planilha prevista no art. 19 no caso de uso de sistema de rastreamento.
§ 2º Os veículos oficiais de representação e de serviços especiais ficam dispensados da obrigatoriedade prevista no caput caso o sistema de rastreamento prejudique o bom andamento das atividades, desde que devidamente justificado.
§ 3º A consulta ao sistema de rastreamento deverá ser disponibilizada ao público por intermédio de sítio oficial.

CAPÍTULO V
DA IDENTIDADE VISUAL

Art. 21. Os veículos oficiais possuirão placas próprias, em conformidade com a legislação federal.
Parágrafo único. Fica vedado o uso de placa oficial em veículo particular, bem como de placa particular em veículo oficial.

Art. 22. Todos os veículos oficiais poderão trazer nas portas dianteiras, posicionado abaixo de cada uma das janelas, um adesivo do brasão do município, com tamanho de 30 cm (trinta centímetros) x 30 cm (trinta centímetros), e, abaixo deste, um adesivo de 32 cm (trinta e dois centímetros) x 9 cm (nove centímetros) com a identificação da Secretaria Municipal, ou órgão equivalente, responsável, ressalvado, neste último ponto, no caso de frota com gestão unificada.
Parágrafo único. Fica permitido o uso temporário, até o tempo de seu término, de adesivos alusivos à divulgação de promoções e festejos promovidos ou apoiados pelo Município de Catas Altas.

Art. 23. Os veículos oficiais de serviços especiais poderão ter identidade visual própria em conformidade com o uso a que forem destinados.

CAPÍTULO VI
DA AQUISIÇÃO

Art. 24. Não se permitirá a aquisição de modelos de luxo para as Secretarias, salvo na hipótese dos veículos oficiais de representação para o Gabinete do Prefeito.

Art. 25. A aquisição de veículos oficiais deverá ser adotada somente quando comprovada a sua vantagem econômica em relação à adoção de qualquer dos demais modelos de contratação praticados pela Administração Pública.

Art. 26. O pedido de aquisição de veículo oficial deverá conter a justificativa da necessidade, a natureza do serviço em que será empregado, a dotação orçamentária, própria, ou o crédito pelo qual deverá correr a despesa, o preço provável do custo, a classe, o tipo e as características do veículo.

CAPÍTULO VII
DA MANUTENÇÃO

Art. 27. A manutenção dos veículos oficiais próprios ou em posse da Administração Pública direta do Poder Executivo Municipal será realizada pelo órgão responsável pela mecânica ou por prestadores de serviços contratados na forma da legislação de compras e licitações, respeitada também as normas patrimoniais.
Parágrafo único. Os custos para a manutenção serão arcados pela Secretaria Municipal, ou órgão equivalente, responsável pelo veículo oficial, ressalvado o caso de gestão unificada da frota.

Art. 28. Mensalmente será designado agente público para verificar as condições dos veículos oficiais.
Parágrafo único. Verificada alguma irregularidade na manutenção do veículo oficial, o agente público deverá levar tal fato ao conhecimento de sua chefia imediata que deverá tomar as devidas providências.

Art. 29. A lavagem e higienização ficará a cargo da Secretaria Municipal, ou órgão equivalente, responsável pelo veículo oficial, ressalvado o caso de frota com gestão unificada, e poderá ser realizada por meios próprios ou através de serviços contratados na forma da legislação de compras e licitações.
Parágrafo único. A lavagem e higienização será realizada minimamente uma vez ao mês.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30. Cabe à Administração Pública direta do Poder Executivo Municipal fornecer os veículos necessários para o cumprimento das atribuições dos agentes públicos, não podendo exigir o uso de veículos próprios destes.

Art. 31. O descumprimento por parte do agente público do previsto neste Decreto poderá ensejar sua responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 32. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando, expressamente, o Decreto Municipal nº 138/2021 e as disposições em contrário.

Art. 33. Publique-se na forma da lei.

Catas Altas, 21 de agosto de 2026.

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:D41977E5

PROCURADORIA JURÍDICA
TERMO DE FOMENTO Nº. 007/2026

TERMO DE FOMENTO Nº. 007/2026

TERMO DE FOMENTO Nº. 007/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA, E A PROVÍNCIA BRASILEIRA DA CONGREGAÇÃO DA MISSÃO – MISSIONÁRIOS VICENTINOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

OBJETO: O objeto do presente Termo de Fomento refere-se à execução do Projeto "Juntos para Servir", viabilizado por meio de Repasse de Emenda Parlamentar, no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinados à Província Brasileira da Congregação da Missão – Missionários Vicentinos. Do valor total, R$ 90.000,00 (noventa mil reais) serão destinados ao custeio das atividades desenvolvidas no Santuário do Caraça e R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) destinados a investimentos voltados à contratação de entidade especializada na elaboração da primeira etapa dos projetos técnicos de restauração do bem patrimonial imóvel integrante do Complexo Santuário do Caraça, especificamente a Igreja Nossa Senhora Mãe dos Homens.

DO VALOR: Para a execução do projeto previsto neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos pelo Município de Catas Altas por meio da Emenda Parlamentar, indicações nº 166164 e nº 166168 – Transferência Especial, Resolução SEGOV nº 16 de 29/04/2025 no valor total de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) destinados a despesas de investimento e R$ 90.000,00 (noventa mil reais) destinados a despesas de custeio.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições:

I. mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e
II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Catas Altas, 24 de agosto 2026

SAULO MORAIS DE CASTRO
Prefeito

Publicado por:
Ludimili Aparecida Guerra
Código Identificador:AB000A8E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CIPOTÂNEA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 032/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2026-DESPACHO

DESPACHO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ULTRASSOM DIAGNÓSTICO DIGITAL DE ALTO DESEMPENHO EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RELATÓRIO
Trata-se de impugnação ao Edital interposta por GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA. – CNPJ nº 00.029.372/0002-21, questionando em síntese determinadas especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência, especialmente quanto:
. à autonomia da bateria de lítio integrada;
. à exigência de software para avaliação da dinâmica miocárdica/tecidual mediante posicionamento simultâneo de 3 a 4 áreas de amostra;
. ao quantitativo mínimo de portas USB;
. ao campo de visão – FOV – do transdutor endocavitário;
. ao prazo de entrega do equipamento;
. à possibilidade de emissão de notas fiscais distintas para hardware e software; e
. à exigência de utilização de peças novas e originais durante o período de garantia.

É o relatório.

FUNDAMENTOS
Inicialmente, cumpre registrar que a Administração Pública, ao elaborar o instrumento convocatório, deve estabelecer especificações suficientes para assegurar o atendimento da necessidade administrativa, sem, contudo, estabelecer exigências desnecessárias ou desproporcionais capazes de restringir indevidamente a competitividade.

A Lei Federal nº 14.133/2021 impõe à Administração a observância, entre outros, dos princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, interesse público, planejamento, transparência, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, razoabilidade, proporcionalidade e competitividade.

Nesse contexto, a análise da impugnação deve considerar não apenas a existência de equipamentos comercializados no mercado, mas, sobretudo, a compatibilidade das soluções ofertadas com a necessidade concreta da Administração, levando-se em consideração as características do serviço público de saúde, a finalidade do equipamento, a segurança dos pacientes, a continuidade dos exames, a qualidade diagnóstica e a eficiência operacional.

A Administração não está obrigada a adotar a solução tecnicamente mais simples ou aquela que proporcione a maior amplitude de fornecedores, quando houver justificativa técnica para a escolha de determinada característica. Por outro lado, sempre que constatado que determinada redação pode limitar a competição sem agregar benefício efetivo à finalidade pretendida, deve-se proceder à adequação do instrumento convocatório.

É sob essas premissas que se passa à análise individualizada dos pontos apresentados.

1. Bateria de lítio integrada – autonomia de alimentação
O Termo de Referência prevê que a "bateria de lítio integrada deve fornecer até 60 minutos de alimentação". Verifica-se, de fato, imprecisão na redação: a intenção da Secretaria Municipal de Saúde, demandante do objeto, sempre foi exigir autonomia MÍNIMA de 60 (sessenta) minutos, de modo a garantir a continuidade do exame durante o deslocamento do equipamento entre leitos, sem necessidade de desligamento. A expressão "até", tal como redigida, não reflete essa exigência técnica e deve ser corrigida.

Dessa forma, o pedido de redução da autonomia mínima para 20 (vinte) minutos é não procede, por não atender à finalidade operacional pretendida pela Administração. Contudo, acolhe-se parcialmente a impugnação quanto à necessidade de correção redacional do item, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Bateria de lítio integrada deve fornecer autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos de alimentação."

2. Software de avaliação da dinâmica miocárdica/tecidual (posicionamento simultâneo de 3-4 áreas de amostra) x Doppler Tecidual (TVI/TDI)
O item exige, software com posicionamento simultâneo de 3 a 4 áreas de amostra para aquisição de informações de velocidade em múltiplas regiões. A impugnante sustenta que a mesma finalidade clínica – avaliação da dinâmica miocárdica e das velocidades teciduais – é plenamente alcançada por meio de recursos de Doppler Tecidual (TVI/TDI), tecnologia amplamente disponível no mercado, sem a exigência específica de múltiplas áreas de amostra simultâneas.

Assiste razão, em parte, à impugnante. A exigência, tal como redigida, descreve uma metodologia técnica específica de aquisição de dados, e não propriamente a finalidade clínica perseguida, o que pode, em tese, restringir indevidamente a competitividade do certame ao direcionar a especificação a uma solução técnica particular, em contrariedade ao art. 9º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Assim, acolhe-se a impugnação neste ponto, para que o item passe a admitir ambas as soluções técnicas, desde que atendida a finalidade diagnóstica pretendida, com a seguinte redação: "Software que permita avaliação da dinâmica de movimento do miocárdio ou tecido, por meio de posicionamento simultâneo de 3-4 áreas de amostra ou por recursos de Doppler Tecidual (TVI/TDI) ou tecnologia equivalente, com aquisição de informações de velocidade em múltiplas regiões."

3. Portas USB (06 para 05)
A impugnante não demonstrou, de forma concreta, que a redução de 06 (seis) para 05 (cinco) portas USB preserva integralmente a funcionalidade, a conectividade e a operacionalidade pretendidas pela Administração, notadamente porque o próprio Termo de Referência já reserva 04 (quatro) portas ativas exclusivamente para transdutores, restando apenas 02 (duas) portas para as demais necessidades de conectividade (armazenamento, periféricos, atualização de sistema, entre outras). A quantidade mínima de portas foi tecnicamente dimensionada pela Secretaria Municipal de Saúde e a mera alegação de suficiência, desacompanhada de justificativa técnica robusta, não é suficiente para afastar a exigência.

Diante do exposto, o pedido é improcedente, mantendo-se a exigência de, no mínimo, 06 (seis) portas USB.

4. Transdutor Endocavitário – Campo de Visão (FOV 210° para 179°)
O Termo de Referência exige transdutor endocavitário com FOV de extensão curva de 210°. A impugnante pretende ofertar equipamento com FOV de 179°, sustentando ausência de prejuízo clínico relevante.

Reitera-se o entendimento já firmado por esta Administração em resposta a pedido de esclarecimento anteriormente formulado por outra interessada no mesmo certame, no sentido de que o campo de visão (FOV) é parâmetro técnico autônomo, relacionado à extensão angular de captura da imagem, não sendo compensável por outras características do transdutor (como faixa de frequência). O FOV de 210° foi definido pela Secretaria Municipal de Saúde por constituir parâmetro relevante à adequada visualização de estruturas anatômicas nos exames endocavitários. A redução para 179° representa retração de aproximadamente 15% na cobertura angular mínima exigida, caracterizando especificação inferior à mínima estabelecida, e não mera variação irrelevante.

Ademais, por rigor ao princípio da isonomia (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), não se poderia dar tratamento distinto a pedido substancialmente idêntico, já apreciado e indeferido em resposta a outra licitante interessada no mesmo certame.

Diante do exposto, o pedido é improcedente neste aspecto, mantendo-se a exigência de FOV com extensão curva de 210°.

5. Prazo de entrega (30 para 60 dias)
O item 5.1 do Termo de Referência estabelece prazo de entrega de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento. A impugnante, alegando a complexidade de fabricação e a procedência importada do equipamento, requer a dilação do prazo para 60 (sessenta) dias.

Considerando que a ampliação do prazo de entrega é medida que não restringe a competitividade do certame, ao contrário, tende a viabilizar a participação de fabricantes/importadores que dependem de logística internacional mais complexa, e que a alteração, por ampliar prazo, beneficia igualmente todos os licitantes, sem qualquer prejuízo à isonomia, acolhe-se a impugnação neste ponto.

O item 5.1 do Termo de Referência (e correspondente item 3.1 da minuta de contrato) passará a vigorar com a seguinte redação: "A entrega do objeto licitado deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo Setor de Compras/Licitações com a apresentação da respectiva Nota Fiscal, no horário de 8h00 às 16h00."

6. Emissão de notas fiscais distintas (ICMS – equipamento e ISS – software)
A questão suscitada não configura irregularidade no instrumento convocatório, tratando-se de matéria de natureza fiscal-tributária, cuja disciplina decorre de legislação própria (inclusive do entendimento do E. STF no Tema de Repercussão Geral nº 590). O Edital não veda a emissão de mais de um documento fiscal para o mesmo fornecimento, desde que a soma dos valores discriminados corresponda integralmente ao valor total contratado e que a Contratada observe as exigências do item 7.8 do Termo de Referência quanto à regularidade fiscal e trabalhista.

Dessa forma, o esclarecimento é prestado nos seguintes termos: será admitida a emissão de duas notas fiscais distintas (uma para o hardware, sujeita ao ICMS, e outra para eventual licenciamento de software, sujeita ao ISS), desde que emitidas pelo mesmo CNPJ da Contratada, sem qualquer alteração no valor total contratado, e que ambas acompanhem, em conjunto, a documentação exigida para fins de liquidação e pagamento.

7. Assistência técnica – peças novas e originais x peças reparadas
O item 5.12 do Termo de Referência exige que as peças com vício ou defeito no período de garantia sejam substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, com padrão de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento. A impugnante requer a possibilidade de utilização de peças reparadas por seus próprios centros técnicos, com o mesmo padrão de garantia e qualidade das peças novas.

Trata-se de equipamento médico-hospitalar destinado à prestação de serviços públicos de saúde, no qual a confiabilidade, a rastreabilidade e a padronização dos componentes de reposição assumem relevância direta para a segurança do paciente e a continuidade da prestação assistencial. A exigência de peças novas e originais constitui parâmetro mínimo de qualidade legitimamente definido pela Administração, sendo prerrogativa desta estabelecer tal exigência, que não se afigura desproporcional ou impertinente ao objeto contratado. A ausência de vedação normativa expressa por parte da ANVISA ao uso de peças reparadas não obriga a Administração a aceitá-las, tratando-se de opção técnica legítima do ente contratante quanto ao padrão de qualidade desejado.

Diante do exposto, o pedido não procede, mantendo-se a exigência de peças novas, de primeiro uso e originais para fins de substituição em garantia.

Em razão do parcial acolhimento da impugnação (itens 1, 2 e 5 acima), será publicada retificação do Anexo I – Termo de Referência e da minuta de contrato, nos pontos relativos à autonomia mínima da bateria, à admissão de tecnologia equivalente de Doppler Tecidual e ao prazo de entrega, conforme nova redação especificada em cada item.

CONCLUSÃO
Considerando que o Município está adstrito aos princípios que regem a Administração Pública e os processos licitatórios, em especial eficiência, interesse público, eficácia, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade e da proporcionalidade.

CONSIDERANDO todas as peças que instruem o presente processo licitatório, a Comissão de Contratação, **DECIDE**:

a) INDEFERIR os pedidos relativos ao FOV do transdutor endocavitário, ao quantitativo de portas USB e à substituição de peças novas/originais por peças reparadas, mantendo-se integralmente as exigências originais do Termo de Referência quanto a esses itens;

b) ACOLHER PARCIALMENTE a impugnação quanto à autonomia da bateria, mantendo-se a exigência de autonomia mínima de 60 minutos, porém corrigindo-se a redação do item para eliminar a imprecisão apontada;

c) ACOLHER a impugnação quanto ao item de Doppler Tecidual, para admitir, alternativamente, a tecnologia TVI/TDI ou equivalente;

d) ACOLHER a impugnação quanto ao prazo de entrega, que passa de 30 para 60 dias;

e) ESCLARECER, sem necessidade de retificação editalícia, a possibilidade de emissão de duas notas fiscais distintas para o mesmo fornecimento.

Será realizada a publicação de retificação do Anexo I – Termo de Referência e a minuta de contrato nos termos desta decisão, dando-se ciência a todos os interessados e observando-se a publicidade exigida pela Lei nº 14.133/2021.

Cipotânea, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRE SEBASTIÃO RODRIGUES
Pregoeiro

LUANA RAIMUNDA DIAS
Membro da Equipe de Apoio

MARCELO CAETANO MONTEIRO
Membro da Equipe de Apoio

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:62AB6879

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 032/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2026-ERRATA EDITAL

ERRATA EDITAL PROCESSO Nº. 032/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 018/2026

A Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal da Cidade de Cipotânea/MG, no uso de suas respectivas atribuições, publica **ERRATA** junto ao **Edital de Licitação do Processo Nº. 032/2026, Pregão Eletrônico Nº. 018/2026**, para fazer constar que:

Onde se lê no Subitem 1.1, do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital, do referido certame, que: "... Bateria de lítio integrada deve fornecer até 60 minutos de alimentação" ... **leia-se**: "... Bateria de lítio integrada deve fornecer autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos de alimentação" ...

Ademais, onde se lê no Subitem 1.1, do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital do mencionado certame, que: "... *Software* que permite o posicionamento simultâneo de 3-4 área de amostra que possibilita a aquisição simultânea de informações de velocidade em várias regiões" ... **leia-se**: "... *Software* que permita avaliação da dinâmica de movimento do miocárdio ou tecido, por meio de posicionamento simultâneo de 3-4 áreas de amostra ou por recursos de *Doppler* Tecidual (TVI/TDI) ou tecnologia equivalente, com aquisição de informações de velocidade em múltiplas regiões" ...

Inclusive, onde se lê no Subitem 5.1, do Anexo I, do Edital – "TERMO DE REFERÊNCIA", do já citado certame, que: "...A entrega do objeto licitado deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da referida ordem emitida pelo Setor de Compras/Licitações com a apresentação da respectiva N. F. (nota fiscal), no horário de 08:00 às 16:00 horas" ... **leia-se**: "...A entrega do objeto licitado deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da referida ordem emitida pelo Setor de Compras/Licitações com a apresentação da respectiva N. F. (nota fiscal), no horário de 08:00 às 16:00 horas" ...

Por oportuno, onde se lê no Subitem 6.4.1.18, do Anexo I, do aludido Edital – "TERMO DE REFERÊNCIA", do mencionado processo licitatório/administrativo, que: "...Proceder à entrega do Equipamento, no máximo 30 (trinta) dias contados da emissão da Ordem de Fornecimento por parte da Secretaria Municipal Requisitante" ... **leia-se**: "...Proceder à entrega do Equipamento, no máximo 60 (sessenta) dias contados da emissão da Ordem de Fornecimento por parte da Secretaria Municipal Requisitante" ...

Outrossim, onde se lê no Subitem 3.1, do Anexo III, do Edital – "MINUTA DE TERMO DE CONTRATO", do referido processo, que: "...A entrega do objeto licitado deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo Setor de Compras/Licitações com a apresentação da respectiva N. F. (Nota Fiscal), no horário de 08:00 às 16:00 horas" ... **leia-se**: "...A entrega do objeto licitado deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento emitida pelo Setor de Compras/Licitações com a apresentação da respectiva N. F. (Nota Fiscal), no horário de 08:00 às 16:00 horas" ...

Por fim, onde se lê no Subitem 3.22.1.18, do Anexo III, do Edital – "MINUTA DE TERMO DE CONTRATO", do já aludido certame que: "...Proceder à entrega do Equipamento, no máximo, 30 (trinta) dias contados da emissão da Ordem de Fornecimento por parte da Secretaria Municipal Requisitante" ... **leia-se**: "...Proceder à entrega do Equipamento, no máximo, 60 (sessenta) dias contados da emissão da Ordem de Fornecimento por parte da Secretaria Municipal Requisitante" ...

Sendo assim, devido a essas alterações, **assim como para que não haja nenhum tipo de prejuízo aos licitantes, bem como no que se refere à realização do próprio certame, a data e o horário de abertura do certame restam designados para o dia 04 (quatro) do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), no horário correspondente às 09:00 (Nove) Horas**.

Cipotânea, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRE SEBASTIÃO RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:5C122919

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE
PROCESSO Nº. 034/2026-PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2026-ERRATA EDITAL

ERRATA EDITAL PROCESSO Nº. 034/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2026

A Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal da Cidade de Cipotânea/MG, no uso de suas respectivas atribuições, publica **ERRATA** junto ao **Edital de Licitação do Processo Nº. 034/2026, Pregão Eletrônico Para Registro de Preços Nº. 020/2026**, para fazer constar que:

Onde se lê no Subitem 6.1.2, do Edital, do referido certame, que: "... O prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura da sessão" ... **leia-se**: "... O prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias, contados da data estipulada para a abertura da sessão" ...

Ademais, onde se lê no Subitem 6.11, do mencionado certame, que: "... O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação" ... **leia-se**: "... O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação" ...

Inclusive, onde se lê no Anexo V do Edital – "MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS", do já citado certame, que: "...Declaramos que o prazo de validade da proposta ____ (_____) dias da data estipulada para sua apresentação não inferior a 60 (Sessenta) Dias" ... **leia-se**: "...Declaramos que o prazo de validade da proposta ____ (_____) dias da data estipulada para sua apresentação não inferior a 30 (Trinta) Dias" ...

Devido a essa alteração, **assim como tendo em vista que não houve nenhum tipo de prejuízo aos licitantes, a data e o horário de abertura do certame em tela continuarão a ser o que se encontra disposto no Aviso de Licitação deste aludido certame licitatório, ou seja, no dia 28 (vinte e oito) do mês de agosto do corrente ano civil de 2026 (dois mil e vinte e seis) às 09:00 (nove) horas**.

Cipotânea, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRE SEBASTIÃO RODRIGUES
Pregoeiro

Publicado por:
Alexandre Sebastião Rodrigues
Código Identificador:6CB7BFD2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CLÁUDIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA 272 A 275 2026 - PRC 127 2026 - PE 034 2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO N° 127/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 034/2026**. Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais para o projeto Mães Claudienses, estratégia Amamenta e Alimenta Brasil. **ATA Nº 272/2026,** DROGARIA PADROEIRA DE BOM SUCESSO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.162.004/0001-52, no valor total de R$9.300,00 (nove mil e trezentos reais); **ATA Nº 272/2026,** FAME - COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL LTD, inscrita no CNPJ sob nº 01.991.095/0001-15, no valor total de R$24.336,00 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e seis reais); **ATA Nº 272/2026,** LN BOLSAS E BRINDES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 24.826.005/0001-36, no valor total de R$24.000,00 (vinte e quatro mil reais); **ATA Nº 272/2026,** MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA .ME, inscrita no CNPJ sob nº 25.275.318/0001-06, no valor total de R$37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais). Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027. Fundamentação Legal: Art. 28, I, da Lei 14.133/21.

Cláudio, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:325CDE94

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO 170 2026 - PRC 146 2026 - ADESÃO 005 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO, PROCESSO LICITATÓRIO N° 146/2026, ADESÃO N° 005/2026. O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato do **CONTRATO Nº 170/2026**. Objeto: Aquisição de máquina retroescavadeira zera de uso, tração 4x4, carregador frontal hidráulico, com caçamba, direção hidráulica, cabine fechada, com ar condicionado, transmissão de no mínimo quatro velocidades à frente e quatro a ré, freio a disco, para-brisa dianteiro com esguicho, limpador, faróis de iluminação, luzes de freio, setas direcionais, banco do operador ajustável e com cinto de segurança e demais equipamento obrigatórios exigidos e com garantia de doze meses independente de horas trabalhadas, através das empresas **BAMAQ S/A BANDEIRANTES MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 18.209.965/0001-54. O valor estimado deste contrato é de **R$ 398.000,00 (trezentos e noventa e oito mil reais)**. Vigência 13/08/2026 a 13/08/2027.

Cláudio, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:7726F98B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ARP 230 2025 - PRC 192 2025 - PE 044 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 192/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 044/2025.** Objeto: Aquisição De Placas Em Alumínio Fundido Para Identificação Dos Jazigos e Dos Sepultados Nos Cemitérios Municipais. **ARP N° 230/2025**, **FUNDIÇÃO AGULHA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **17.141.888/0001-85**. Objeto do aditivo: fica prorrogado até 25 de setembro de 2027.

Cláudio, **24** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:410B8B07

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ARP 280 2025 - PRC 193 2025 - PE 045 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2025.** Objeto: aquisição de materiais de construção em geral. **ARP N° 280/2025**, **LICITAFORT EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **09 145 098/0001-40**. Objeto do aditivo: fica prorrogado até 30 de setembro de 2027.

Cláudio, **24** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:F945EE83

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - ARP 281 2025 - PRC 193 2025 - PE 045 2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIO: O Prefeito do Município de Cláudio, faz publicar o extrato de **PRIMEIRO TERMO ADITIVO** referente ao **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 193/2025, PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2025.** Objeto: aquisição de materiais de construção em geral. **ARP N° 281/2025**, **ORGANIZAÇÕES MSL COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n° **07 062 925/0001-06**. Objeto do aditivo: fica prorrogado até 30 de setembro de 2027.

Cláudio, **24** de **agosto** de 2026.

JOSÉ RODRIGUES BARROSO DE ARAÚJO -
Prefeito do Município.

Publicado por:
Lorena Goncalves da Silva Fonseca
Código Identificador:3F930D77

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00114/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00045/2026 - SRP - SISTEMA DE MONITORAMENTO

1) Prefeitura de Conceição do Rio Verde – Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 00114/2026 – Pregão Eletrônico nº 00045/2026 - SRP. Objeto da presente licitação refere-se o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa visando o fornecimento de de Câmeras e demais itens para ampliação e manutenção do sistema de monitoramento da Administração Municipal, **tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO**, tudo na forma da Lei Federal de n° 14.133/2021 e alterações, cuja sessão será realizada no **dia 08 de setembro de 2026, às 08h e 00 min.**, pela Plataforma de Licitações Online – Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto a Plataforma Licitar Digital, no site https://licitar.digital/, ou junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de

Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais- CEP 37.430.000. Ver Site: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:9D3B991F

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00119/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00046/2026 - SRP - LOCAÇÃO DE VEÍCULOS DE 28 E 45 LUGARES

2) Prefeitura de Conceição do Rio Verde – Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 00119/2026 – Pregão Eletrônico nº 00046/2026 - SRP. Objeto da presente licitação refere-se o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa visando a prestação de serviços de locação de veículos de 28 e 45 lugares, destinados ao atendimento das Secretarias Municipais de Cultura, Esportes e Saúde, **tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO**, tudo na forma da Lei Federal de n° 14.133/2021 e alterações, cuja sessão será realizada no **dia 10 de setembro de 2026, às 08h e 00 min.**, pela Plataforma de Licitações Online – Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto a Plataforma Licitar Digital, no site https://licitar.digital/, ou junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais- CEP 37.430.000. Ver Site: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:F69D48D6

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO RIO VERDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00123/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00047/2026 - SRP - ÓLEO LUBRIFICANTE

3) Prefeitura de Conceição do Rio Verde – Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 00123/2026 – Pregão Eletrônico nº 00047/2026 - SRP. Objeto da presente licitação refere-se o Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para visando o fornecimento de óleos, lubrificantes, graxas, fluído de freio e produtos de limpeza, "Produtos Homologados pelas Montadoras", **tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO**, tudo na forma da Lei Federal de n° 14.133/2021 e alterações, cuja sessão será realizada no **dia 11 de setembro de 2026, às 08h e 00 min.**, pela Plataforma de Licitações Online – Licitar Digital. Informações complementares poderão ser obtidas junto a Plataforma Licitar Digital, no site https://licitar.digital/, ou junto aos Membros da Equipe de apoio ou no Departamento de Compras e Licitações da Licitadora, com endereço na Praça Prefeito Edward Carneiro, nº 11, Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais- CEP 37.430.000. Ver Site: www.conceicaodorioverde.mg.gov.br

Publicado por:
Jhovana Oliveira Martins
Código Identificador:447FDB1C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CÔNEGO MARINHO

COMISÃO DE LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO DE COMPRA Nº. 051/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 006/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PRATICADO PELO SECRETÁRIO E ORDENADOR DE DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CÔNEGO MARINHO - MG, PARA CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA MARIA CECÍLIA & RODOLFO, PARA INTEGRAREM A PROGRAMAÇÃO CULTURAL DAS COMEMORAÇÕES DO 31º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO E DO FESTEJO DE SÃO VICENTE DE PAULO, NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DE SETEMBRO, CONFORME O PRESENTE TERMO.

AUTORIZO a contratação de RAFAEL GANEO KINOCK EVENTOS LTDA, CNPJ: 11.675.887/0001-34 nos termos do artigo 74, II, da Lei 14.133/2021, no valor total de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), que será executada sob a rubrica orçamentária: Projeto/Atividade: 07.01.01.13.392.0020.2047 Manutenção das Festividades Cívicas, Culturais e Populares – Elemento Item: 33903900 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Fontes: 1500000000 Recursos Não Vinculados de Impostos – Ficha: 0475.

Cônego Marinho – MG, 24 de agosto de 2026.

EVAY VILELLA LISBOA COSTA
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Berenice Alves Barbosa
Código Identificador:40982873

COMISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 066/2026

Processo Administrativo de Compras nº 004/2026
Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 001/2026, Ata Registro de Preços nº 02-2026
Contratada: VANIA LOPES CAMPOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.122.697/0001-12
Objeto: REGISTRAR a inclusão de nova DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projeto/Atividade: 04.02.06.08.245.0006.2025 Manutenção de Serviços, Programas e Benefícios no Âmbito do SUAS – Elemento/Item: 33903000 Material de Consumo – Fonte: 1661000000 Transferência de Recursos dos Fundos – Ficha: 0200.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

Publicado por:
Pollyane Borges Gomes Niz
Código Identificador:6B3635B1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONGONHAL

GABINETE
PORTARIA N.º 3312, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.
"CONCEDE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PORTARIA N.º 3312, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

"Concede gratificação ao servidor que menciona e dá outras providências."

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR, Prefeito Municipal de Congonhal, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, DECIDE:

Art. 1º - Fica concedido a ***MARIA DO SOCORRO MAIA,*** inscrita no CPF nº 104.823.773-72, a Gratificação de 20% (vinte por cento), sobre seu vencimento básico, nos termos do Art. 10 da Lei Municipal nº 1.269/2010.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Congonhal (MG), 24 de agosto de 2026.

RUBENS VILELA DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruno Teixeira Alves
Código Identificador:63DF17B4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESPOSTA ESCLARECIMENTO PE 039

RESPOSTA A PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 121/2026
Pregão Eletrônico nº039/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FARMÁCIA DE MINAS DO MUNICÍPIO, VISANDO ATENDER AOS PACIENTES USUÁRIOS DO SUS, SENDO O FORNECIMENTO ATRAVÉS DE RECEITUÁRIO MÉDICO.

Trata-se de solicitação de esclarecimento relativo ao Edital do Pregão Eletrônico acima mencionado, formulado por empresa interessada em participar do referido certame.
DA ADMISSIBILIDADE E DA TEMPESTIVIDADE DO PEDIDO

A Lei nº 14.133/21, estabelece em seu art.164, que *"qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame".*
Considerando que a abertura do certame está marcada para o dia 03/09/2026 e que a impugnação foi protocolada no dia 21/08/2026, a mesma se encontra tempestiva, razão pela qual partiremos à análise do mérito.
O Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, estabelece em seu art. 17, inciso II, o seguinte:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
Preliminarmente há que se esclarecer que o referido pedido de esclarecimento não tem efeito de recurso, portanto não há que se falar em efeito suspensivo, tampouco sua remessa à autoridade superior, tendo o Pregoeiro nesta fase processual, todos os poderes para averiguação de quaisquer contestações que se façam ao texto editalício, decidindo sobre cada caso, conforme a legislação pertinente.

DOS ESCLARECIMENTOS
1- No edital não consta validade dos produtos, poderiam informar?
2-Por meio do presente pedido de esclarecimento, se serão aceitas as propostas ofertando Claritromicina 500mg de liberação prolongada?

DA APRECIAÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS
Conforme consta no Decreto n°. 10.024/2019, o Pregoeiro poderá requisitar subsídios dos responsáveis pela elaboração dos anexos que acompanham o instrumento convocatório, se não vejamos:
Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial: [...] II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos; Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.
Poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
Neste sendo, esta Pregoeira/Agente de Contratação encaminhou a solicitação para conhecimento do setor responsável pelo pedido anexo aos autos, com intuito de analisar e responder aos esclarecimentos apresentados.
DA RESPOSTA DOS ESCLARECIMENTOS
Após consulta com o setor responsável
Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da entrega dos medicamentos.
Sim será aceito.

Isto posto e considerando ter saneadas as dúvidas, o conteúdo deste expediente será publicado no Diário oficial do Município e na Plataforma Licitanet, de acordo com os termos do parágrafo único, do art. 164, da Lei Federal nº 14.133/21,

Conquista, 24 de agosto de 2026

IARA MARIA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Iara Maria Ribeiro
Código Identificador:6BE1475B

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 4908/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO MUNICIPAL Nº 4908/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA**, Estado de Minas Gerais, Sr. **BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 23, de 23 de janeiro de 2012 e suas alterações posteriores,

D E C R E T A:

Artigo 1º - Ficam concedidas, as seguintes gratificações por função, aos servidores efetivos abaixo relacionados:

NOME	FUNCAO GRATIFICADA	DESCRIÇÃO
CARLA LÚCIA DA SILVA	FUNÇÃO GRATIF 25%	GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE CARGO DE CONFIANÇA - CHEFIA, DIREÇÃO OU ASSESSORAMENTO

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Conquista, Estado de Minas Gerais, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:FEB93865

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 5474/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 5474/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Municipal nº 1.187/17, de 14.06.2017, e regulamentada pelo Decreto nº 2341/2017,

Considerando o requerimento e pareceres favoráveis,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder, de acordo com o requerimento formulado (*acompanhado de termo de compromisso, parecer médico favorável, bem como parecer social*), redução da carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir do dia 25 de agosto de 2026, à servidora abaixo mencionada:

NOME DA SERVIDORA	FUNÇÃO
BALTAZARINA ELIAS DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conquista/MG, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:3BC99CE7

PROCURADORIA JURÍDICA
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 377/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2025
CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

CONTRATANTE**: O MUNICIPIO DE CONQUISTA**

CONTRATADO**: FERSERMED E FERNANDES SERVIÇOS MÉDICOS**

Torna-se inválido o extrato anteriormente publicado,tendo em vista a rescisão contratual com a referida empresa.

Conquista/MG, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2026.

ÂNDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:A9E97A3F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE COQUEIRAL

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/2025

O **Município de Coqueiral/MG** torna público o **2º Termo Aditivo ao Contrato nº 099/2025**, celebrado com a empresa **PAVICAN PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **03.091.412/0001-72**.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 099/2025, referente à contratação de empresa especializada na execução de serviços de infraestrutura urbana, destinados a atender às demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Coqueiral/MG, por meio da Licitação Compartilhada – Ata de Registro de Preços nº 001/2024 do CIMBASP.
Motivo: Necessidade de continuidade dos serviços contratados.
Valor do aditivo: Sem alteração de valor.
Vigência: 21/08/2026 a 31/12/2026.
Data de celebração: 19/08/2026.
Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, arts. 105 e seguintes, e demais disposições aplicáveis.

Coqueiral/MG, 19 de agosto de 2026.

DANIELLE PATRÍCIA FERREIRA MARQUES PELOSO
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos
Gestora E Requisitante

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:A8CC862D

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
ALTERAÇÃO Nº 02/2026 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2026

O Município de Coqueiral/MG torna público o **Termo de Alteração nº 02/2026 – Reequilíbrio Econômico-Financeiro da Ata de Registro de Preços nº 043/2026**, celebrado com a empresa **CAMPOS & CAMPOS SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ nº **51.149.498/0001-90**.
Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados para os itens **cebola e melancia**, integrantes da Ata de Registro de Preços nº 043/2026, destinada à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento às necessidades das Secretarias Municipais de Coqueiral/MG.
Valor da alteração: R$ **2.262,79** (dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e setenta e nove centavos).
Fundamento legal: Lei Federal nº **14.133/2021**, especialmente art. 124, inciso II, alínea "d", e demais disposições aplicáveis.
Data da celebração: 20/08/2026.
Vigência da alteração: 20/08/2026 a 01/04/2027.

Coqueiral/MG, 20 de agosto de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:5C5C6CF2

MUNICÍPIO DE COQUEIRAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026 – ALTERAÇÃO Nº 01/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2026 – PREGÃO – SRP.

O Município de Coqueiral/MG torna público o Termo de Alteração nº 01/2026 – Reequilíbrio Econômico-Financeiro da Ata de Registro de Preços nº 046/2026, celebrado com a empresa EDNO JACINTO DE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ nº 04.908.259/0001-96.
Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados dos itens açúcar tipo cristal 5 kg, arroz 5 kg, feijão preto, feijão tipo carioquinha e margarina vegetal com sal, referentes à aquisição de gêneros alimentícios para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais de Coqueiral/MG.
Valor da alteração: R$ 17.769,83 (dezessete mil, setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e três centavos).
Fundamento legal: Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais disposições aplicáveis.
Data da celebração: 21/08/2026.
Vigência: 21/08/2026 a 01/04/2027.

Coqueiral/MG, 21 de agosto de 2026.

RENATO OLIVEIRA MARQUES
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

Publicado por:
Rafaela Lima Porto Rodrigues
Código Identificador:2935F333

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO Nº 95/2024

Extrato do 2º Termo Aditivo ao contrato nº 95/2024 – Data da assinatura: 21/08/2026 - Contratante: Município de Coração de Jesus-MG - Contratado: E. K. RODRIGUES BORGES LTDA - ME - Licitação: Processo Administrativo 93/2023 – Modalidade: Pregão Presencial N° 56/2023 – Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERARIOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE URNAS MORTUARIAS PADRAO POPULAR, EMBALSAMENTO E TRANSLADO DO FÉRETRO – fica alterada a Cláusula de vigência do Contrato, prorrogando a sua vigência para 21 de agosto de 2027, mantendo-se inalteradas as outras cláusulas do mesmo.

Coração de Jesus/MG, Sexta-feira, 21 de agosto de 2026.

ARLEI DA CRUZ RIBEIRO
Secretário Municipal de Assistência Social

E. K. RODRIGUES BORGES LTDA - ME
Contratada

Publicado por:
Mariana Sampaio Batista
Código Identificador:89FD22A4

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0008/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0023/2026
DISPENSA CONTEMPLANDO FASE RECURSAL Nº. 0008/2026
A(O) HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO/MG, CNPJ: 07.503.792/0001-66, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). Carolina Martins dos Santos , torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade dispensa contemplando fase recursal, Nº 0008/2026, Processo Administrativo nº 0023/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 75, II (Dispensa por valor - Bens e Serviços Comuns), para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 111360
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR), GERADOS NO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
Data de Publicação: 24/08/2026 15:35:06
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 28/08/2026 08:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto
Valor total do processo: R$ 50.280,00
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111360

_____
Carolina Martins dos Santos - Autoridade Competente

HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO/MG, 24 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Max César Lafetá Vasconcelos Sobrinho
Código Identificador:824EC85F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CURVELO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
CONTRATO Nº 055/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2026 -

Objeto: P**restação de serviços especializados de recebimento, guarda temporária, manejo, alimentação, fornecimento de água, assistência médico-veterinária básica e demais cuidados necessários aos animais de grande e médio porte apreendidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Curvelo/MG e formalmente encaminhados à CONTRATADA, mediante disponibilização de estrutura sob posse ou disponibilidade legítima, adequada ao acolhimento dos animais durante o período de guarda administrativa**, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais. Dotação Orçamentária:
02.17.01.18.122.1802.2358.3.3.90.39.00.1.500.000.0000-895. Valor: R$62.700,00. Prazo Contratual: 06 (seis) meses, contados da publicação do extrato do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.** Data: 31/07/2026. **PARTE: BERRO DO BOI NEGÓCIOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME – CNPJ: 20.985.696/0001-60.**

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:07C45C98

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.768, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA, A PEDIDO, GRAZIELLE DA SILVA MATOSO SANTOS, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DAM 27, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 516/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Grazielle da Silva Matoso Santos, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 079.xxx.xxx-00, do cargo de provimento em comissão DAM 27, denominação complementar de Gerente, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Município de Curvelo, da Subsecretaria Pedagógica, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de agosto de 2026.

Curvelo, 24 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:16952613

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.769, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

EXONERA IGOR ANTÔNIO BRAGA DE ARAÚJO, DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DAM 13, DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE CURVELO.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando o Memorando nº 519/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Igor Antônio Braga de Araújo, de nacionalidade brasileira, com inscrição no CPF sob o nº 119.xxx.xxx-84, do cargo de provimento em comissão DAM 13, denominação complementar de

Assessor, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 235, de 13 de maio de 2026, no âmbito da Administração Direta do Município de Curvelo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Desporto, Lazer e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2026.

Curvelo, 24 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:5FB4F670

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 14.770, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

APOSENTA, POR INCAPACIDADE PERMANENTE ACIDENTÁRIA, KARINE ROSAS RODRIGUES, NO CARGO PÚBLICO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS I, PADRÃO B.

O Prefeito de Curvelo, no uso de suas atribuições legais contidas na Lei Orgânica do Município, de 18 de março de 1990;

Considerando a comunicação de decisão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que informou a concessão à servidora pública municipal Karine Rosas Rodrigues do benefício de nº 733.757.280-9, Aposentadoria por Incapacidade Permanente Acidentária, no cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços I, Padrão B;

Considerando o Memorando nº 520/2026/ADMRH/GRH/SECADM, da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE:

Art. 1º Aposentar, por Incapacidade Permanente Acidentária, a servidora municipal Karine Rosas Rodrigues, no cargo público efetivo de Auxiliar de Serviços I, pertencente ao Quadro dos Cargos Efetivos do Grupo Ordinário, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Código SG-03, Padrão B, conforme Anexo III do Quadro Geral de Servidores, da Lei Complementar nº 177, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2026.

Curvelo, 24 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Lorena Vieira Rodrigues
Código Identificador:EA4A3FD4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RECURSOS FINANCEIROS – EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Curvelo, na conformidade do artigo 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, vem notificar, através do presente Edital, os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores e as entidades empresariais, com sede neste Município, da liberação do recurso financeiro no valor abaixo discriminado:

Data do crédito	Conta corrente	Valor do crédito
21/08/26	62.525-6 - Fundeb	R$ 3.032,19
20/08/26	42.048-4 - IPI	R$ 19.835,91

Curvelo, 24 de agosto de 2026.

GUSTAVO NASCIMENTO
Prefeito

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:AB88FE58

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
RESOLUÇÃO Nº 20, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO BENEFÍCIO EVENTUAL DENOMINADO ALUGUEL SOCIAL.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Curvelo – CMAS, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2.610, de 28 de outubro de 2010, e, de acordo com o deliberado em reunião ordinária realizada no dia 20 de agosto de 2026, registrada na Ata nº 454;

Considerando que compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS deliberar sobre a concessão e a prorrogação do benefício eventual denominado aluguel social, nos termos do Decreto Municipal nº 2.556, de 28 de abril de 2015;

Considerando o relatório informativo elaborado pela técnica social Maria Alece Oliveira Rocha, do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Equipe Volante, informando que a família da Sra. Simone de Araújo Souza superou a situação emergencial que motivou a concessão do benefício eventual de aluguel social, não sendo mais necessária a manutenção do benefício;

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar o benefício eventual denominado aluguel social, concedido à Sra. Simone de Araújo Souza.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de agosto de 2026.

Curvelo, 21 de agosto de 2026.

Conselho Municipal de Assistência Social de Curvelo – CMAS
LUANA BEATRIZ FIGUEIREDO DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Maria Izildinha Nascimento de Oliveira
Código Identificador:896E18D2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 440, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia interinamente substituta para servidor ocupante de função gratificada no Poder Executivo Municipal de Diamantina, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, durante período de substituição, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantina, no uso de suas atribuições legais, notadamente das que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando Interno no 393/2026 da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e o Memorando Interno nº 229/2026 da Diretoria de Gestão Administrativa da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada, a partir de 24 de agosto de 2026, a servidora **Priscila Monique Lopes Campos** para ocupar, interinamente, a

função gratificada de **Coordenadora do Setor de Transporte**, na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão em substituição à servidora **Giliane da Silva Brabo**, titular do cargo, período em que a servidora substituída permanecerá afastada por licença maternidade do cargo de **Coordenadora do Setor de Transporte**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantina/MG, 24 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:87CE776A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA SEMAD Nº 038, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Altera a composição da Comissão Processante designada pela Portaria SEMAD nº 035, de 10 de agosto de 2026.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 4.290, de 05 de setembro de 2024, que regula o Processo Administrativo no âmbito do Município de Diamantina;

CONSIDERANDO a Portaria SEMAD nº 035, de 10 de agosto de 2026, que instaurou Processo Administrativo Sancionador em face da empresa **E. F. PROJETOS E ENGENHARIA LTDA**., bem como designou a respectiva Comissão Processante;

CONSIDERANDO a necessidade de alteração da composição da Comissão responsável pela condução do Processo Administrativo Sancionador constante do Processo SEI nº 26.1.000026245-1;

RESOLVE:

Art. 1º O caput do art. 2º da Portaria SEMAD nº 035, de 10 de agosto de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Comissão será composta pelas servidoras **BHIA ELLIS FERNANDES E CASTRO**, matrícula nº 096762; **LUMA KAROLINA FERREIRA NUNES**, matrícula nº 090002; e **MARIA APARECIDA ALVES***
***PARDINHO REIS**, matrícula nº 000871, todas servidoras integrantes do quadro de pessoal do Executivo Municipal de Diamantina, para, sob a presidência da primeira, dar cumprimento ao disposto no caput do artigo precedente."*

Art. 2º A alteração da composição da Comissão produzirá efeitos a partir da publicação desta Portaria, mantido o prazo originalmente estabelecido no art. 3º da Portaria SEMAD nº 035, de 10 de agosto de 2026.

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria SEMAD nº 035, de 10 de agosto de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Diamantina/MG, 21 de agosto de 2026.

MARIANA PIRES FERNANDES FERREIRA
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:CBB90A54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA/MG TORNA PÚBLICO QUE CELEBROU O 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 034/2025, CUJA CÓPIA COM TEOR INTEGRAL ENCONTRA-SE À DISPOSIÇÃO NA SEDE DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL – SETOR DE CONVÊNIOS

1° TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 034/2025

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo por mais 08 (oito) meses a contar do seu término, conforme solicitação do Memorando nº 215/2026 (0227073), de lavra da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

PARTES:
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA MARIA ANTÔNIA

DATA DA ASSINATURA: 24/08/2026

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:0AB5EE18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 019/2026

Processo nº 022/2026 – Dispensa nº 019/2026

Objeto: Termo de fomento entre a Prefeitura Municipal de Diamantina e a Associação de Amigos de Senador Mourão (UNA).

Fundamento legal: Artigo 29 da Lei 13.019/2014.

Justificativa: A parceria tem por objeto proporcionar o lazer para todas as crianças, principalmente para as mais vulneráveis poder ter acesso a brinquedos mais equipados e de grande porte, trazendo bem estar , alegria , melhorando a sociabilidade por meio de estimulo de interação, desenvolvimento da coordenação motora, equilíbrio, fortalecimento de pernas, braços e melhora a noção de espaço, além de melhorar a resistência e saúde física e muita diversão.
Declaração de Dispensa: Em 25/06/2026 por Weber Sidney Maria – Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Juventude.

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:FEF39712

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 020/2026

Processo nº 023/2026 – Dispensa nº 020/2026

Objeto: Termo de fomento entre a Prefeitura Municipal de Diamantina e o Centro Humanitário do Bairro Palha.

Fundamento legal: Artigo 29 da Lei 13.019/2014.

Justificativa: A parceria tem por objeto o repasse financeiro destinado ao custeio de materiais para a reforma e adequação da sede social da Organização da Sociedade Civil. A intervenção visa dotar o imóvel de condições adequadas de segurança, acessibilidade e higiene, servindo como suporte físico indispensável para a continuidade e ampliação dos projetos gratuitos de esporte

comunitário, lazer e convivência social oferecidos diretamente à população local.
Declaração de Dispensa: Em 22/06/2026 por Weber Sidney Maria – Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Juventude.

Publicado por:
Gleicielly Jeane Silva e Pinto
Código Identificador:2B50BE71

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO:**262/2026**
INEXIGIBILIDADE: 072/2026
PROCESSO SEI: 26.1.000025908-6.
Objeto: Contratação de artistas locais para evento cultural Antigomobilismo.
Fundamentação legal no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Verificada a regularidade procedimental, RATIFICO o presente processo a favor de:

Item	Descrição do Produto	Quantidade	Unidade	Preço Médio
00001	Contratação da Charanga Chiquita Bacana para ara apresentação musical no Antigomobilismo Clássicos do Vale, em setembro de 2026	1	SV	2.878,2200
00002	Contratação do artista DJ Beat para apresentação musical no Antigomobilismo Clássicos do Vale, em setembro de 2026.	1	SV	1.149,4200
00003	Contratação do artista Geraldo Roberto e Banda, apresentação musical no Antigomobilismo Clássicos do Vale, em setembro de 2026. Representante: Geraldo Roberto Alves Pereira -	1	SV	2.878,2200
00004	Contratação da Banda Collie para apresentação musical no Antigomobilismo Clássicos do Vale, em setembro de 2026.	1	SV	2.878,2200
00005	Contratação da artista Malu Costa e Banda, para apresentação musical no Antigomobilismo Clássicos do Vale	1	SV	2.878,2200
00006	Contratação da banda O Tal o Rock para apresentação musical no Antigomobilismo Clássicos do Vale,	1	SV	2.878,2200
00007	Contratação de Edu Lemos para o Encontro de antigomobilismo Clássico do Vale, em setembro de 2026	1	SV	2.878,2200
00008	Contratação do artista Pedro Murta e Banda para apresentação musical no Antigomobilismo Clássicos do Vale.	1	SV	2.878,2200

Valor global estimado:R$21.296,96 (vinte e um mil duzentos e noventa e seis reais e noventa e seis centavos)

Diamantina, 24 de agosto de 2026.

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Mariana Nominato da Silva
Código Identificador:61ED4B9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 195/2026 - Pregão Eletrônico nº 031/2026 - SEI nº 26.1.000009583-0. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para atendimento aos alunos da Rede Municipal de Ensino de Diamantina/MG. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:00 horas do dia 15/09/2026. Cópia completa do edital encontra-se na plataforma eletrônica e também no endereço eletrônico https://www.diamantina.mg.gov.br/portal/editais/1.

Diamantina, 24 de agosto de 2026.

JULIANA DIAS PEREIRA DA SILVA –
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Juliana Dias Pereira da Silva
Código Identificador:993D8665

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026.

Contratante: Câmara Municipal de Divinópolis, CNPJ 23.774.227/0001-90. Contratada: BRUMALIMP MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 30.083.358/0001-96. Do objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais destinados à execução de serviços de limpeza e higienização, para uso na rotina diária de limpeza e conservação do patrimônio da Câmara Municipal de Divinópolis. Valor: R$ 44.495,00 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e cinco reais). Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir do dia 24/08/2026, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, observada a vigência máxima de 10 (dez) anos. Função programática: 01.001.001.01.122.1010.2003 – Gestão das atividades Operacionais Gerais. Natureza da despesa: Ficha: 1193 – 3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de consumo..

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

VEREADOR ISRAEL MENDONÇA,
Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis.

Publicado por:
Ana Bárbara Valentim Silva
Código Identificador:9B5689CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 21/2026

– Contratação nº 75/2026 – Portal de Compras do Governo Federal: UASG 984445. Objeto: Contratação de empresa especializada, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada, para execução de obra de reforma e ampliação da Escola Municipal Sidney José de Oliveira, localizada na Avenida Anhanguera, nº 1.090, bairro Jardim Candides, Divinópolis/MG, conforme especificações, condições e exigências do projeto básico, edital e seus anexos. Data e horário da abertura da sessão pública: às 09:00 horas do dia 14/09/2026. Disponibilização do edital e informações nos portais eletrônicos: www.gov.br/compras/pt-br; https://www.gov.br/pncp/pt-br e www.divinopolis.mg.gov.br . Contato: (37) 3229-8127.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026.

BRUNO CÉSAR DO SANTOS –
Agente de Contratação/Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8F197213

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 195/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2026

– Contratação Nº 984445 - 78/2026 – Uasg: 984445. Objeto: Registro de preços para aquisição futura e parcelada de soluções pedagógicas estruturadas, compostas por kits de materiais didáticos complementar destinado a estudantes e professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis/MG, conforme especificações e quantitativos indicados no Anexo I e Termo de Referência do Edital. Comunicamos aos interessados a abertura do processo licitatório acima identificado. O início da disputa da fase de lances ocorrerá às

09h00 do dia 10/09/2026, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal (compras.gov.br). O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.divinopolis.mg.gov.br, no menu Licitações. Informações: (37) 3229-8127 (ligações e whatsapp).

Divinópolis/MG, 24 de agosto de 2026.

LETÍCIA FLÔR DE ANDRADE DUTRA.
Agente de Contratação/Pregoeiro.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9FB6252D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 176

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Concurso Público – Edital nº 01/2024, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

ENFERMEIRO PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
168º	SARAH FERREIRA NEVES	Não manifestou interesse na vaga.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 30 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
21º	NAIR MUNIZ DE OLIVEIRA	Não manifestou interesse na vaga.

TÉCNICO DE LABORATÓRIO – 30 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
6º	THÁRLEY JHÓNATAN DE OLIVEIRA	Não manifestou interesse na vaga.
10º	VITÓRIA VALINHAS VELOSO LIMA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:80DAA6C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 86

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
207º	LUÍSA GONÇALVES COSTA MELO	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:68589B3A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 96

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2026– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 01/2026 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM 200 HS – 40 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
125º	SULEMI SCOFIELD FRANCO VIEIRA	Não manifestou interesse na vaga.
127º	ROSINILDES LIMA DOS SANTOS	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:03F8D203

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
COMUNICAÇÃO 96

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar o não comparecimento em prazo hábil, eliminação por falta de comprovação de documentos ou a desistência da vaga dos candidatos convocados conforme resultado final do Processo Seletivo Edital n° 03/2025 – SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98 listados abaixo:

MÉDICO GENERALISTA PSF 04HS – 20 HS/SEMANAIS		
Classificação	**Nome**	**Motivo**
168º	ISABELA CRISTINA ALVES DE OLIVEIRA	Não manifestou interesse na vaga.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal De Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:762A2146

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1105-2026 – SEMED

- Contratado(a) **BRUNA GUIMARÃES RABELO RODRIGUES** – Lotação: **EM PROFESSORA EVELINA GRECO** /SEMED - Cargo: **ASSISTENTE EDUCACIONAL** - Justificativa: SUBSTITUIÇÃO A ANA CLÁUDIA TAVARES DA SILVA, MATRÍCULA 99040842/2 EM LICENÇA MATERNIDADE **Período: 25/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.115,05 (dois mil e cem e quinze reais e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9F7DC852

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1107-2026 – SEMED

- Contratado(a) **TAYNARA FERNANDA RABELO** – Lotação: **E.M. PROFESSOR BAHIA / E.M. ANTONIETA FONSECA**/SEMED - Cargo: **PAAFEF - CIENCIAS BIOLOGICAS** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A CRISTIELE APARECIDA SILVA – MATRÍCULA 99040976/2 – EM LICENÇA

MÉDICA E LICENÇA MATERNIDADE **Período: 25/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 1.915,35 (um mil e novecentos e quinze reais e trinta e cinco centavo)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:92BB7E03

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1111-2026 – SEMED

- Contratado(a) **Rosimeire De Lacerda** – Lotação: **CMEI MIGUEL RODRIGUES FILHO** /SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: SUBSTITUIÇÃO A CAMILA EULÁLIA MORAIS QUADROS, MATRÍCULA 99035309 EM LICENÇA MÉDICA **Período: 25/08/2026 a 02/09/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:D3DA8CC7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1112-2026 – SEMED

- Contratado(a) **Maíra Santos Soares** – Lotação: **SEMED /EM DIONÍSIO JOAQUIM RODRIGUES / CMEI VICENTE AMADOR /CMEI SÃO TARCÍSIO**/SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: SUBSTITUIÇÃO A LUCIENE APARECIDA TAVARES PEREIRA, MATRÍCULA 99014658 EM LAUDO MÉDICO **Período: 25/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4A844B89

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1114-2026 – SEMED

- Contratado(a) **Rosania Aparecida Da Silva** – Lotação: **EM ADOLFO MACHADO**/SEMED - Cargo: **PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.** - Justificativa: EM SUBSTITUIÇÃO A KARINE OLIVEIRA AMARAL DE SOUSS – MATRÍCULA 990400460/3 – EM LICENÇA MÉDICA **Período: 25/08/2026 a 18/09/2026 – Valor Mensal: R$ 3.546,95 (três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E9F5E61F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 1117-2026 – SEMED

- Contratado(a) **LUIZ GUSTAVO FERREIRA** – Lotação: **E.M. SAO SEBASTIAO**/SEMED - Cargo: **TÉCNICO ESCOLAR** - Justificativa: SUBSTITUIÇÃO A ROSILENE LOURENÇO VITOR, MATRÍCULA 99020874 EM LICENÇA MÉDICA **Período: 25/08/2026 a 21/12/2026 – Valor Mensal: R$ 2.115,05 (dois mil e cem e quinze reais e cinco centavos)**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BFB84EB1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 101

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **01/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 31/08/2026 – Término: 23/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência médica, durante a ausência do período de férias de médicos efetivos e do Programa Mais Médicos, atuando como ferista, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

MÉDICO GENERALISTA PSF - 40 HS/SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
208º	THIAGO SILVA DUARTE

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **01/2025**.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DFC0B4C0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
CONVOCAÇÃO 112

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 03/2025– SEMUSA

Comunicamos a quem possa interessar a convocação dos abaixo relacionados conforme resultado do Processo Seletivo Simplificado N° **03/2025**- SEMUSA, para assumir contrato temporário nos moldes da Lei Municipal nº 4450/98:
01 vaga para o cargo de Médico Generalista PSF 04HS para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 02/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Ermida I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidatos convocados:

Médico Generalista PSF 04 – 20 HS SEMANAIS	
Classificação	**Nome**
170º	THALITA APARECIDA DOS SANTOS

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. **Deverá ainda trazer os documentos que comprovam sua pontuação no Processo Seletivo, sendo esses originais e cópias.** A não comprovação da pontuação e o não agendamento do (a) candidato (a) acarretará em sua eliminação ao Processo Seletivo n° **03/2025**.

Divinópolis, 22 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3F085FCF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.530/26

Institui a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis, estabelecendo diretrizes para alfabetização, recuperação das aprendizagens, inclusão educacional e acompanhamento dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, e considerando:

- o disposto na Constituição Federal, especialmente quanto ao direito fundamental à educação, à garantia do padrão de qualidade do ensino e ao regime de colaboração entre os entes federativos;
- a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- a Lei Federal 13.005/14, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e estabelece metas para a melhoria da qualidade da educação básica;
- a Resolução CNE/CP nº 2/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
- a Resolução CEE/MG nº 481/2021, que institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;
- o Decreto Federal 11.556/23, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, em regime de colaboração entre entes federados;
- o Decreto Estadual 48.939/24, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização e estabelece estratégias de colaboração para fortalecimento das políticas de alfabetização no Estado de Minas Gerais;
- a Lei Federal 15.247/25, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA;
- a Portaria Conjunta SEMED/COMED nº 04/2020, que dispõe sobre a homologação da adesão do Município ao Currículo Referência de Minas Gerais;
- a Lei 9.014/22, que dispõe sobre as normas para funcionamento do Centro Educacional de Apoio e Atendimento Especializado "Professora Maria Fernanda Azevedo" – CEAE;
- a Lei 9.299/23, que regulamenta a Lei Federal 13.935/19;
- a Lei 9.365/24, que institui a temática do empreendedorismo na Rede Municipal de Ensino;
- a Lei 9.415/24, que institui o Programa "Oficina Itinerante" como política pública de Estado;
- o compromisso do Município com a garantia do direito de aprendizagem, alfabetização e desenvolvimento integral dos estudantes da Rede Municipal de Ensino;
- a necessidade de implementação de política pública permanente de alfabetização, recuperação das aprendizagens, equidade educacional e inclusão dos estudantes;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Divinópolis/MG, com a finalidade de assegurar o direito de aprendizagem dos estudantes, promovendo o desenvolvimento das competências de leitura, escrita, interpretação, produção textual e raciocínio matemático, considerando os diferentes níveis de aprendizagem e as especificidades dos estudantes.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação - Semed - e desenvolvida de forma articulada com as unidades escolares e os profissionais da educação, em regime de colaboração com a União e o Estado de Minas Gerais, observadas as diretrizes nacionais e estaduais de alfabetização e as necessidades educacionais da Rede Municipal de Ensino.
Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização concentrará suas ações nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sem prejuízo da adoção de estratégias pedagógicas destinadas a garantir o direito à alfabetização de todos os estudantes da Rede Municipal de Ensino que ainda não tenham consolidado as aprendizagens necessárias à leitura e à escrita, independentemente do ano de escolaridade em que estejam matriculados, bem como das ações de recuperação e recomposição das demais aprendizagens.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização será orientada pelos seguintes princípios e diretrizes:
I - garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem como condição essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes;
II - compromisso com a alfabetização dos estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em consonância com as políticas nacional e estadual de alfabetização;
III - equidade educacional, assegurando oportunidades de aprendizagem considerando os diferentes ritmos, necessidades e trajetórias escolares;
IV - inclusão educacional, garantindo acessibilidade, atendimento educacional especializado e estratégias pedagógicas diferenciadas;
V - valorização dos profissionais da educação por meio de formação continuada e apoio permanente às práticas alfabetizadoras;
VI - articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, com vistas à continuidade das aprendizagens, à transição acolhedora entre as etapas da Educação Básica e ao fortalecimento das condições necessárias ao processo de alfabetização;
VII - utilização de evidências pedagógicas e indicadores educacionais para planejamento, intervenção e acompanhamento das aprendizagens;
VIII - articulação entre escola, família, Secretaria Municipal de Educação e instituições parceiras para fortalecimento das ações de alfabetização.
Art. 4º A alfabetização é o processo contínuo que não se inicia no 1º ano do Ensino Fundamental, mas sim na Educação Infantil.

CAPÍTULO III
DOS EIXOS ESTRUTURANTES E AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 5º Constituem eixos estruturantes da Política Municipal de Alfabetização:
I - acompanhamento pedagógico e recuperação das aprendizagens;
II - desenvolvimento de práticas pedagógicas diversificadas voltadas à alfabetização, ao letramento linguístico e matemático;
III - avaliação, monitoramento e intervenção pedagógica;
IV - formação continuada dos profissionais da educação;
V - promoção da inclusão educacional e atendimento às especificidades dos estudantes.
Art. 6º Para a implementação dos eixos estruturantes a Política Municipal de Alfabetização compreende os seguintes instrumentos:
I - Projeto Vamos Juntos;
II - Projeto Oficina de Jogos;
III - Programa Oficina Itinerante;
IV - Cantinho de Leitura;
V - Estratégia de mobilidade pedagógica por níveis de leitura e escrita;
VI - Centro Educacional de Apoio e Atendimento Especializado "Professora Maria Fernanda Azevedo" – CEAE;
VII - Projeto Olhares para a Educação.

Seção I
Do Projeto Vamos Juntos

Art. 7º O Projeto Vamos Juntos constitui ação de acompanhamento pedagógico contínuo destinada aos estudantes do Ensino Fundamental que apresentam dificuldades no processo de alfabetização e defasagens de aprendizagem, com os seguintes objetivos:
I - realizar acompanhamento pedagógico sistemático dos estudantes, no contraturno escolar;
II - identificar níveis de aprendizagem por meio de avaliações diagnósticas de leitura, escrita e habilidades matemáticas, direcionando as intervenções pedagógicas;
III - desenvolver intervenções pedagógicas de acordo com os níveis de aprendizagem dos estudantes, respeitando seus ritmos e necessidades;
IV - promover práticas diferenciadas de alfabetização envolvendo leitura, produção escrita, consciência fonológica, ampliação do vocabulário, interpretação e construção de sentidos;
V - fortalecer o trabalho colaborativo entre professores, equipes pedagógicas e Secretaria Municipal de Educação;
VI - acompanhar os avanços individuais dos estudantes por meio de estratégias de recuperação das aprendizagens;
VII - utilizar registros pedagógicos, avaliações internas e indicadores externos para subsidiar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações pedagógicas.

Seção II
Do Projeto Oficina de Jogos

Art. 8º O Projeto Oficina de Jogos constitui estratégia pedagógica baseada na utilização de jogos educativos e atividades lúdicas como instrumentos favorecedores da alfabetização, do desenvolvimento cognitivo, da interação social e da construção das aprendizagens, com os seguintes objetivos:
I - utilizar jogos pedagógicos como recursos para desenvolver habilidades relacionadas à leitura, escrita, consciência fonológica, raciocínio lógico e resolução de problemas;
II - promover situações significativas de aprendizagem por meio da experimentação, interação e colaboração;
III - estimular autonomia, criatividade, oralidade e participação dos estudantes;
IV - possibilitar intervenções pedagógicas conforme as necessidades identificadas nas avaliações diagnósticas;
V - integrar atividades lúdicas ao planejamento pedagógico das turmas de alfabetização do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, articuladas aos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

Seção III
Do Programa Oficina Itinerante

Art. 9º O Programa Oficina Itinerante integra a Política Municipal de Alfabetização como estratégia de fortalecimento das aprendizagens na Educação Infantil e de articulação entre essa etapa e o Ensino Fundamental, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e aprendizagens fundamentais que constituem bases para o processo de alfabetização e para a continuidade do percurso escolar, com os seguintes objetivos:
I - promover experiências pedagógicas fundamentadas no brincar, nas múltiplas linguagens, na literatura infantil, na oralidade, na música, nas artes, nas investigações e nas interações, favorecendo o desenvolvimento integral da criança;
II - fortalecer as habilidades precursoras da alfabetização, especialmente a linguagem oral, a ampliação do vocabulário, a consciência fonológica, a escuta atenta, a coordenação motora, as funções executivas, a criatividade e o raciocínio lógico-matemático;
III - assegurar a continuidade das aprendizagens entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, reduzindo rupturas no percurso escolar e promovendo uma transição acolhedora, planejada e articulada entre as etapas da Educação Básica;
IV - contribuir para que as crianças ingressem no ciclo de alfabetização com repertório linguístico, cognitivo, motor e socioemocional compatível com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos na Base Nacional Comum Curricular e no Currículo Referência de Minas Gerais;
V - articular as ações do Programa Oficina Itinerante às estratégias da Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo o desenvolvimento das habilidades e aprendizagens fundamentais construídas na Educação Infantil e a continuidade do percurso educativo, em trabalho colaborativo entre professores, equipes gestoras, Secretaria Municipal de Educação e Centro de Referência dos Profissionais da Educação – CRPE.
Parágrafo único. O Programa Oficina Itinerante prevê experiências centradas na criança, organizadas por meio do brincar, das interações e das múltiplas linguagens, favorecendo o desenvolvimento da oralidade, da cultura escrita, da criatividade, da literatura e das demais habilidades precursoras da leitura, da escrita e do pensamento matemático.

Seção IV
Do Cantinho da Leitura

Art. 10 O Cantinho da Leitura integra a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino como estratégia permanente de promoção da cultura leitora, do letramento e do fortalecimento do processo de alfabetização das crianças da Educação Infantil e dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, com os seguintes objetivos:
I - promover a participação das crianças e estudantes em práticas sociais de leitura e escrita, favorecendo a compreensão das funções da linguagem escrita em diferentes contextos;
II - ampliar o repertório linguístico, cultural e literário das crianças e dos estudantes por meio do contato sistemático com obras literárias de qualidade e diferentes gêneros textuais;
III - fortalecer o desenvolvimento da linguagem oral, da escuta atenta, da ampliação do vocabulário, da compreensão textual, da consciência fonológica e da produção de sentidos, habilidades essenciais ao processo de alfabetização;
IV - estimular o interesse, o prazer e o hábito da leitura, contribuindo para a formação de leitores autônomos, críticos e participativos;
V - favorecer o desenvolvimento da fluência leitora, da compreensão, da interpretação e da produção escrita, respeitando os diferentes tempos e ritmos de aprendizagem.
§ 1º O Cantinho da Leitura constitui espaço pedagógico destinado à realização de práticas permanentes de leitura, mediação literária e interação com diferentes gêneros textuais, assegurando às crianças e estudantes o acesso cotidiano à literatura e à cultura escrita.
§ 2º As unidades escolares deverão assegurar a organização e a utilização permanente do Cantinho da Leitura como ambiente de aprendizagem, garantindo acervo diversificado, acessível e adequado à faixa etária das crianças e dos estudantes, bem como a mediação qualificada dos professores nas práticas de leitura.

Seção V
Da Estratégia de Mobilidade Pedagógica por Níveis de Escrita

Art. 11 A mobilidade pedagógica por níveis de escrita integra a Política Municipal de Alfabetização da Rede Municipal de Ensino como estratégia de organização pedagógica destinada a assegurar intervenções diferenciadas, fundamentadas na avaliação diagnóstica contínua, visando garantir o direito de aprendizagem de todos os estudantes em processo de alfabetização.
§ 1º A mobilidade por níveis de escrita consiste na organização temporária dos estudantes em grupos de aprendizagem, considerando seus conhecimentos sobre o Sistema de Escrita Alfabética, possibilitando o planejamento de intervenções pedagógicas específicas para cada nível de desenvolvimento pelo menos uma vez na semana, por um período mínimo de duas horas.
§ 2º Constituem objetivos da mobilidade por níveis de escrita:
I - identificar, por meio de avaliações diagnósticas periódicas, as hipóteses de escrita e as necessidades de aprendizagem dos estudantes;
II - organizar grupos flexíveis de aprendizagem, possibilitando intervenções pedagógicas compatíveis com o nível de desenvolvimento de cada estudante;
III - assegurar que todos os estudantes recebam atendimento pedagógico adequado às suas necessidades, respeitando seus diferentes tempos, ritmos e formas de aprender;
IV - favorecer a apropriação progressiva do Sistema de Escrita Alfabética, promovendo avanços contínuos entre os diferentes níveis de escrita;

V - fortalecer o desenvolvimento da consciência fonológica, da relação fonema-grafema, da leitura, da escrita, da compreensão textual e da produção escrita;

VI - reduzir as defasagens de aprendizagem por meio de intervenções pedagógicas sistemáticas, planejadas e acompanhadas continuamente;
VII - promover a recomposição das aprendizagens essenciais e prevenir a retenção e o abandono escolar decorrentes das dificuldades no processo de alfabetização;
VIII - subsidiar o planejamento pedagógico dos professores, orientando a seleção de metodologias, recursos didáticos, jogos de alfabetização e práticas de leitura e escrita adequadas às necessidades dos estudantes;
IX - acompanhar a evolução dos estudantes por meio de avaliações contínuas, assegurando a reorganização dos grupos sempre que houver progressão em seus níveis de aprendizagem;
X - contribuir para que todos os estudantes concluam o ciclo de alfabetização com domínio das competências de leitura, escrita, compreensão e produção de textos previstas na Base Nacional Comum Curricular, no Currículo Referência de Minas Gerais, em consonância com as metas da Política Municipal de Alfabetização.
§ 3º A mobilidade por níveis de escrita tem caráter pedagógico, flexível e temporário, sendo vedada qualquer forma de classificação permanente, segregação ou discriminação dos estudantes.
§ 4º A reorganização dos grupos deverá ocorrer sempre que os resultados das avaliações demonstrarem avanços nas hipóteses de escrita dos estudantes, assegurando a progressão contínua das aprendizagens.

Seção VI
Do CEAE Professora Maria Fernanda Azevedo

Art. 12 O Centro Educacional de Apoio e Atendimento Especializado "Professora Maria Fernanda Azevedo" – CEAE integra a Política Municipal de Alfabetização como serviço de apoio técnico-pedagógico destinado ao diagnóstico, à avaliação, ao atendimento especializado, ao acompanhamento e às intervenções necessárias ao processo educacional dos estudantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino que apresentem defasagens, dificuldades, transtornos e/ou distúrbios de aprendizagem, tendo como foco a alfabetização e o letramento linguístico e matemático, bem como o apoio e a orientação às unidades escolares, aos profissionais da educação e às famílias.
§ 1º Constituem atribuições do CEAE, no âmbito da Política Municipal de Alfabetização:
I - diagnosticar a demanda encaminhada pela Semed e efetivar os devidos retornos e encaminhamentos;
II - utilizar estratégias diversificadas e diferenciadas para melhoria do desenvolvimento dos estudantes atendidos;
III - realizar reuniões de equipe semanalmente com o conselho multidisciplinar para estudos de casos dos estudantes atendidos e encaminhamentos necessários, assegurando trabalho multiprofissional e interdisciplinar, com foco na aprendizagem do estudante;
IV - orientar os profissionais das unidades escolares de origem dos estudantes, sempre que necessário, e de forma sistematizada, por meio de devolutivas semestrais, preferencialmente, em contraturno ao horário de atendimento dos estudantes no Centro;
V - inteirar-se da situação do estudante no contexto do ensino regular;
VI - orientar pais ou responsáveis dos estudantes quanto às condutas a serem adotadas com os mesmos, sempre que necessário e de forma sistematizada, por meio de devolutivas semestrais;
VII - articular parcerias com outros órgãos e instituições para encaminhamentos necessários, a fim de sanar as necessidades detectadas.
§ 2º O atendimento realizado pelo CEAE possui caráter complementar e colaborativo, não substituindo as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares, cabendo-lhe apoiar tecnicamente os professores e fortalecer as ações de intervenção voltadas à garantia da aprendizagem.
§ 3º As ações do CEAE observarão os princípios da educação inclusiva, da equidade, da garantia do direito à aprendizagem, da intervenção pedagógica baseada em evidências e do respeito aos diferentes tempos e formas de aprender, contribuindo para que todos os estudantes tenham assegurado o acesso, a permanência, a participação e o sucesso no processo de alfabetização.

Seção VII
Do Projeto Olhares para a Educação

Art. 13 O Projeto Olhares para a Educação integra a Política Municipal de Alfabetização como estratégia intersetorial de acompanhamento e apoio às crianças e aos estudantes que apresentem vulnerabilidades sociais, emocionais, comportamentais ou psicológicas que interfiram no processo de aprendizagem, mediante a atuação do Assistente Social da Educação e do Psicólogo da Educação, em articulação com a equipe escolar, as famílias e a rede de proteção social.
Parágrafo único. Constituem atribuições da equipe do Projeto Olhares para a Educação:
I - desenvolver ações de promoção da cultura de paz e de prevenção à violência e ao bullying no ambiente escolar;
II - prestar apoio psicossocial às crianças, aos estudantes, às famílias e aos profissionais da educação;
III - contribuir para a identificação e o encaminhamento de crianças e estudantes com necessidades de acompanhamento especializado;
IV - desenvolver ações voltadas à promoção da saúde mental e ao fortalecimento das competências socioemocionais;
V - elaborar diagnóstico institucional e realizar o mapeamento das demandas das unidades escolares, observados os critérios de elegibilidade do Projeto;
VI - atuar de forma articulada com a rede de proteção social e demais serviços públicos, sempre que necessário.

CAPÍTULO IV
DO ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS APRENDIZAGENS

Art. 14 O acompanhamento da alfabetização será realizado por meio de avaliações diagnósticas, formativas e externas, utilizando como referência:
I - avaliações internas da Rede Municipal de Ensino;
II - Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE;
III - Programa de Avaliação da Alfabetização – PROALFA;
IV - indicadores do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, incluindo o Índice do Compromisso com a Alfabetização – ICA.
Parágrafo único. Os resultados das avaliações subsidiarão o planejamento pedagógico, as ações de intervenção, a recuperação das aprendizagens e a reorganização das práticas docentes.

CAPÍTULO V
DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 15 A Política Municipal de Alfabetização promoverá a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental como estratégia permanente de fortalecimento das práticas pedagógicas, da melhoria da qualidade do ensino e da garantia do direito à alfabetização de todas as crianças.
§ 1º A formação continuada será planejada e coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Centro de Referência dos Profissionais da Educação – CRPE, em regime de colaboração com o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, instituições formadoras e demais parceiros institucionais.
§ 2º As ações de formação continuada compreenderão, entre outras:
I - o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil – LEEI, destinado aos profissionais que atuam no 1º e no 2º período da Educação Infantil, com foco no fortalecimento das práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento da linguagem oral, da cultura escrita, da leitura, da literatura infantil e das experiências precursoras da alfabetização;
II - os Encontros Formativos do Programa Mesa Educadora, voltados ao aprimoramento das práticas pedagógicas, à reflexão sobre o fazer docente e ao fortalecimento das aprendizagens na Educação Infantil;
III - as formações disponibilizadas pela Plataforma do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, voltadas à implementação

das diretrizes nacionais de alfabetização e ao desenvolvimento das competências profissionais dos docentes e gestores escolares;
IV - as formações ofertadas pela Plataforma Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, em consonância com as políticas educacionais estaduais e com as diretrizes curriculares vigentes destinadas ao aperfeiçoamento profissional dos educadores da Rede Municipal de Ensino;
V - as ações formativas desenvolvidas no âmbito do Pacto Mineiro pela Alfabetização, fortalecendo as práticas pedagógicas voltadas à garantia da aprendizagem, à recomposição das aprendizagens e à melhoria dos indicadores de alfabetização;
VI - as formações promovidas pelo Centro de Referência dos Profissionais da Educação – CRPE, contemplando alfabetização, letramento, avaliação diagnóstica, práticas de leitura e escrita, alfabetização matemática, educação inclusiva, metodologias ativas, uso de recursos pedagógicos e demais temáticas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem;
VII - as ações de formação desenvolvidas no âmbito do Programa Mais Professores, destinadas ao fortalecimento da formação inicial e continuada, à valorização docente e ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas;
VIII - outras formações, cursos de extensão, seminários, oficinas e programas ofertados pela Secretaria Municipal de Educação ou instituídos pela União, pelo Estado de Minas Gerais ou pelo Município que contribuam para o fortalecimento da Política Municipal de Alfabetização.
§ 3º As formações continuadas deverão articular fundamentos teóricos e práticas pedagógicas baseadas em evidências, contemplando, entre outros aspectos:
I - alfabetização e letramento;
II - desenvolvimento da linguagem oral e da cultura escrita;
III - consciência fonológica e apropriação do Sistema de Escrita Alfabética;
IV - alfabetização matemática;
V - literatura infantil e formação de leitores;
VI - avaliação diagnóstica e acompanhamento das aprendizagens;
VII - recomposição das aprendizagens;
VIII - educação inclusiva e atendimento às diferenças individuais;
IX - planejamento, intervenções pedagógicas e metodologias ativas;
X - utilização de jogos pedagógicos, recursos didáticos e tecnologias educacionais;
XI - transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental;
XII - análise dos resultados das avaliações internas e externas, visando ao aperfeiçoamento das práticas pedagógicas.
§ 4º As ações de formação continuada constituem instrumento estratégico da Política Municipal de Alfabetização e deverão contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos educadores, o fortalecimento das práticas pedagógicas e a melhoria dos indicadores de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino, em consonância com:
I - a Base Nacional Comum Curricular;
II - o Currículo Referência de Minas Gerais;
IV - o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
IV - o Pacto Mineiro pela Alfabetização e as demais políticas públicas de alfabetização.

CAPÍTULO VI
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Art. 16 A Equipe Multidisciplinar Itinerante da Educação Especial – EMIEDE integra a Política Municipal de Alfabetização como serviço de apoio técnico-pedagógico destinado à promoção da educação inclusiva, à avaliação multidisciplinar, ao assessoramento pedagógico e ao suporte técnico às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, visando assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem das crianças e dos estudantes público-alvo da Educação Especial.
§ 1º Compete à EMIEDE:
I - coordenar a atuação da Sala de Recursos Multiprofissionais – SRM, promovendo o apoio técnico-pedagógico às unidades escolares para a organização e o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado – AEE;
II - prestar assessoramento técnico-pedagógico às unidades escolares, às equipes gestoras e aos profissionais da educação;
III - elaborar, implementar, acompanhar e avaliar diretrizes, orientações e procedimentos relacionados à avaliação multidisciplinar, à educação inclusiva e ao atendimento das crianças e dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
IV - promover ações de formação e orientação aos profissionais da Rede Municipal de Ensino;
V - articular o trabalho da equipe multiprofissional com os demais serviços e programas da Secretaria Municipal de Educação.
§ 2º A composição e a atuação da EMIEDE ocorrerão por meio de, no mínimo, duas equipes multiprofissionais itinerantes, compostas por pedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social e fisioterapeuta, competindo-lhes, entre outras atividades:
I - realizar análise das demandas encaminhadas;
II - promover escuta escolar e familiar;
III - realizar observação da criança ou do estudante no contexto escolar;
IV - aplicar testes e protocolos de avaliação;
V - elaborar relatórios técnicos e orientações pedagógicas;
VI - realizar devolutivas às unidades escolares e às famílias;
VII - acompanhar e orientar as intervenções pedagógicas necessárias.
Art. 17 Às crianças e aos estudantes público-alvo da Educação Especial, bem como àqueles que apresentem necessidades educacionais específicas será assegurado acompanhamento pedagógico e atendimento adequado às suas necessidades, observada a legislação vigente, cujas ações envolvem:
I - elaboração do Plano Educacional Individualizado – PEI;
II - atendimento educacional especializado;
III - atuação de profissionais de apoio conforme necessidade do estudante;
IV - articulação entre escola, família, profissionais especializados e Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O Atendimento Educacional Especializado – AEE constitui serviço de apoio à escolarização, de caráter complementar ou suplementar à formação das crianças e dos estudantes público-alvo da Educação Especial, não substituindo a escolarização desenvolvida nas classes comuns, devendo ser organizado e ofertado em conformidade com a legislação nacional vigente e as normas do Sistema Municipal de Ensino.
§ 2º A Política Municipal de Alfabetização promoverá a inclusão educacional como princípio orientador das práticas pedagógicas, assegurando aos estudantes o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral, por meio de ações articuladas entre as unidades escolares, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, a EMIEDE e os demais serviços de apoio da Secretaria Municipal de Educação.
§ 3º A inclusão educacional fundamenta-se no reconhecimento de que o processo de alfabetização depende não apenas do acesso às práticas pedagógicas de qualidade, mas também da garantia das condições físicas, emocionais, psicológicas e sociais necessárias para que todas as crianças e estudantes possam aprender, desenvolver suas potencialidades e exercer plenamente seu direito à educação.

CAPÍTULO VII
DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 18 A Política Municipal de Alfabetização será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, por intermédio da Gerência de Políticas Educacionais, em articulação com as demais unidades técnicas da Secretaria, competindo-lhe planejar, implementar, monitorar, avaliar e promover o aperfeiçoamento contínuo das ações previstas neste Decreto.
Art. 19 A governança da Política Municipal de Alfabetização contará com o apoio do Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, instituído por portaria da Semed, como instância colegiada de natureza consultiva, técnica e de assessoramento.
Parágrafo único. Compete ao Comitê Estratégico Municipal apoiar a Secretaria Municipal de Educação no acompanhamento, monitoramento, avaliação e articulação das ações da Política Municipal de Alfabetização, observado o disposto na Portaria que regulamenta sua composição, competências e funcionamento.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 A Secretaria Municipal de Educação realizará o monitoramento permanente da Política Municipal de Alfabetização, mediante o acompanhamento dos indicadores de aprendizagem, dos resultados das avaliações educacionais e da execução das ações previstas neste Decreto.
Art. 21 A Política Municipal de Alfabetização será implementada e executada em regime de colaboração com o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, instituições de ensino superior e demais órgãos públicos e privados que contribuam para o fortalecimento da alfabetização.
Art. 22 A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, orientações técnicas, portarias e demais atos administrativos necessários à execução e ao fiel cumprimento deste Decreto.
Art. 23 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 14 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Digitalmente)
ANDREIA CARLA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0A31DE88

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.536/26

Altera o Decreto nº 17.090, de 18 de dezembro de 2025, que nomeia os membros para composição do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes em Divinópolis - COMUTRAN.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º A alínea "a" do inciso VIII do art. 1º do Decreto nº 17.090/25 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º …
VIII – PROCON Municipal:
a) Efetivo: Alisson Duarte Santos;
b) Suplente: Keila Monteiro Barbosa."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Transportes e Segurança Pública

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:940844CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.537/26

Altera o Decreto nº 16.525, de 13 de fevereiro de 2025, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis - CoMob.

A Prefeita Municipal de Divinópolis, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto nº 16.525/2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º …
I – pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Fiscalização – SEPLAN:
a) titular: Délcio Marques do Carmo Júnior;
b) suplente: Fernando Junio de Oliveira;
c) titular: Raul José da Costa;
d) suplente: Leilane Junqueira Fraga Sokolóski."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 18 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Transportes e Segurança Pública

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador-Geral Do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FA28FAD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.539/26

Exonera servidor titular do cargo efetivo que especifica.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o pedido formulado pelo servidor, na forma do processo administrativo digital nº 000042580/2026,

DECRETA:
Art. 1º Fica o servidor Felipe Reis Faria, matrícula nº 99044030/2, exonerado do cargo de provimento efetivo de Agente de Administração, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor com a sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 21.08.2026.

Divinópolis, 20 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F80A13B4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
DECRETO Nº 17.541/26

Altera o Decreto 16.580, de 26 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

A **Prefeita Municipal de Divinópolis**, Janete Aparecida Silva, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:
Art. 1º Os incisos II e IV do Decreto nº 16.580/2025 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º …
II - Secretaria Municipal de Cultura:
a) titular: Faber Clayton Barbosa;
b) suplente: Victor Teixeira Freitas.
…
IV - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Cuidado Animal:
a) titular: Valdirene Gomes da Silva;
b) suplente: Ana Carolina Mello."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, 20 de agosto de 2026.

(Assinado Eletronicamente)
JANETE APARECIDA SILVA
Prefeita Municipal

(Assinado Eletronicamente)
MATHEUS DA SILVA TAVARES
Secretário Municipal de Governo

(Assinado Eletronicamente)
LEANDRO LUIZ MENDES
Procurador- Geral do Município

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1C878A9E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA DIVIPREV Nº 163/2026

Concede aposentadoria voluntária ao Sr. Celio Vitor Soares, conforme dispõe Art.47, §§ 1°, 2º da Lei Complementar Municipal 253/2026.

O Superintendente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Divinópolis – Diviprev, Aguinaldo Henrique Ferreira Lage, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º do Decreto nº 9746, datado de 10/12/2010, concede aposentadoria voluntária, com proventos integrais, nos termos do **Art.47, §§ 1°, 2º da Lei Complementar Municipal 253/2026** ao segurado **Celio Vitor Soares**, matriculado sob o nº 02016233/0, portador do CPF ***.***.186-**, no cargo efetivo de Professor em Atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - B, GH 18, N 27, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de agosto de 2026.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2026.

AGUINALDO HENRIQUE FERREIRA LAGE
Superintendente do Diviprev

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:C05EABFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMAG-SIM Nº 32 DE 13 DE AGOSTO DE 2026

RETIFICA A PORTARIA SEMAG-SIM Nº 30, DE 11 DE AGOSTO DE 2026, QUE DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DO REGISTRO Nº 903 DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM.

A Secretária Municipal de Agronegócios e o Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção, no uso das atribuições legais;
RESOLVEM:
Art. 1º Fica retificado o nome da proprietária constante do **art. 1º da Portaria SEMAG-SIM nº 30, de 11 de agosto de 2026**, em razão de erro material de digitação.
Parágrafo único. Onde se lê: **"Dilolia de Melo Pio"**, leia-se: **"Diolília de Melo Pio"**.
Art. 2º Permanecem inalterados os demais termos da **Portaria SEMAG-SIM nº 30, de 11 de agosto de 2026**.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
CLÁUDIA ANTÔNIA SANTANA
Secretária Municipal de Agronegócios

(Assinado Digitalmente)
LEANDRO SILVA GUIMARÃES
Diretor de Agropecuária, Infraestrutura e Inspeção

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:44AF6CD8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEPLAG Nº 180/2026, AGOSTO DE 2026.

O Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia, Sr. Thiago Nunes Lemos e a Diretora de Recursos Humanos, Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos artigos 162 e 163, da Lei Complementar nº. 009, de 03 de Dezembro de 1992 e:

CONSIDERANDO a solicitação de concessão de horário especial para especialização, emitida pela servidora **WANESSA DE SOUSA PIMENTEL**;

CONSIDERANDO que a servidora encontra-se matriculada no curso de Pós-graduação "lato sensu" em **ENFERMAGEM EM TERAPIA INTENSIVA, EMERGÊNCIA E TRAUMA**, promovido pelo Instituto de Educação Continuada - IEC da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas, na cidade de Belo Horizonte/MG, com período letivo de **10/04/2026 a 03/07/2027.**

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder afastamento remunerado para estudos, à servidora **WANESSA DE SOUSA PIMENTEL,** detentora do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem - P.S.F, matriculada sob o nº **99039305**, lotada na ESF Nova Holanda, na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, **com compensação da carga horária ausente** conforme descrito no artigo 3º.

Art. 2º. Em virtude do curso, o horário de estudos do 2º semestre **(01/08/2026 a 20/12/2026)** ocorrerá mensalmente, às sextas-feiras e sábados, das 08h às 16h, conforme grade curricular apresentada. O afastamento ocorrerá às sextas-feiras.

•
28 de agosto de 2026;

•
11 de setembro de 2026;

•
16 de outubro de 2026;

•
06 de novembro de 2026;

•
04 de dezembro de 2026.

Art. 3º. Fica a servidora comprometida a fazer a compensação das horas faltas conforme proposta apresentada e aprovada na documentação em anexo (as horas serão compensadas da seguinte forma: no horário das 17:00h às 20h no Projeto Saúde do Trabalhador, realizado na unidade ESF Nova Holanda, podendo as horas ausentes serem compensadas até dezembro/26 e no banco de horas já existente da servidora).

Art. 4º. A compensação do horário concedido ficará sob a responsabilidade da chefia imediata da servidora supracitada e da secretária da pasta na qual essa se encontra lotada.

Art. 5º. Ao final do semestre, a servidora deverá anexar ao protocolo de solicitação a declaração de conclusão das disciplinas cursadas ou o histórico escolar para comprovar sua participação.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir de 28/08/2026**.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
THIAGO NUNES LEMOS
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão, Ciência e Tecnologia

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:57252CE7

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 282

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Enfermeiro PSF para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, V.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 27/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Substituição da servidora Fabiana de Castro Sampaio, matrícula 99039842, que ocupa função de supervisor de unidade de saúde, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

Enfermeiro PSF	
Classificação	**Nome**
172º	RAFAELLA GONTIJO DO NASCIMENTO SANT ANA

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.
O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:552663FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PROCESSO SELETIVO SEPLAG N º 001/2025 EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 010/2025 CONVOCAÇÃO 283

Nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025 e considerando a Portaria SEPLAG 001/2025, que estabelece procedimentos para realização de contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Municipal 4450/98, conforme resultado Definitivo das Provas Objetivas e Discursivas do Concurso Público Edital 01/2024, **CONVOCAMOS** os candidatos abaixo relacionados, **para assumirem contrato temporário de excepcional interesse público**, conforme cumprimento dos requisitos legais elencados.

01 vaga para o cargo de Enfermeiro para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Contratação temporária durante o processo de organização e redefinição do quadro funcional do serviço, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

02 vagas para o cargo de Técnico de Enfermagem para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Planalto I, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Projeto temporário: Manutenção do Projeto Saúde na Hora, para atendimento da população até as 22 horas na ESF Sagrada Família, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

02 vagas para o cargo de Técnico de Laboratório para atuação na Secretaria Municipal de Saúde;

• Caso excepcional previsto em lei: Sim	Lei Municipal nº 4450/2003, Art. 2º, III.
• Prazo de contratação predeterminado: Sim	Início: 01/09/2026 – Término: 28/02/2027
• Necessidade temporária: Sim	Justificativa: Manutenção do serviço a fim de evitar a desassistência, diante da persistência das demandas Laboratório de Análises Clínicas e análise de permanência do serviço mediante a lastro financeiro, inexistindo no quadro pessoal do Município servidor disponível para suprir tal necessidade.
• Interesse público, excepcional: Sim	
• Contratação indispensável: Sim	

Candidato convocado:

Enfermeiro	
Classificação	**Nome**
13º	RAFAELLA GONTIJO DO NASCIMENTO SANT ANA

Técnico de Enfermagem	
Classificação	**Nome**
26º	RENI ANTÔNIO DO AMARAL JÚNIOR
28º	BATIANE APARECIDA PEREIRA VIEIRA

Técnico de Laboratório	
Classificação	**Nome**
14º	MAURA CARDOSO DO CARMO
15º	EDUARDA KELLEN OLIVEIRA DOS SANTOS

A convocação foi realizada mediante a manifestação de interesse na vaga publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 14/07/2026, Edição 4316.

O (a) Candidato (a) deverá entrar em contato com a Gerência de Recursos Humanos da Semusa pelo telefone: (37)3229-6816 ou (37)99170-0061 em até dois dias úteis para agendamento de horário.
O candidato deverá comparecer munidos dos seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de endereço. O não comparecimento e/ou agendamento do (a) candidato (a) implicará a **renúncia tácita para assumir o contrato temporário** nos termos do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado SEPLAG Nº 01/2025, não guardando relação com qualquer possível nomeação futura em Cargo Efetivo.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
SHEILA SALVINO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E2D0F7ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RESULTADO DA ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS SUPLENTES DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS/MG - EDITAL CMDCA Nº 01/2026

Comunicamos a quem possa interessar a desclassificação dos abaixo relacionados, referente ao Processo de Escolha Suplementar para membros suplentes do Conselho Tutelar do Município de Divinópolis/MG - Edital CMDCA nº 01/2026.

Conselheiro Tutelar		
Classificação	**Nome**	**Motivo da Desclassificação**
3º	Maria Gabriela Tavares Delfino	Não manifestou interesse na vaga

Divinópolis, agosto de 2026

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

(Assinado Digitalmente)
MARCUS VINÍCIUS PENIDO SANTANA
Gerente de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F88FCE97

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
RETIFICADO POR INCORREÇÃO SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 055/2026 – PL Nº 358/2024 – PE Nº 196/2024 – ARP Nº 049/2025 – CONTRATADA: JN DIAGNOSTICA LTDA, CNPJ Nº13.513.088/0001-97.

O presente **Termo Decisório** tem por finalidade aplicar as seguintes sanções: **multa** referente à Solicitação de Fornecimento nº 4063/2025, no Valor de R$ 102,85 (cento e dois reais e oitenta e cinco centavos), **multa** referente à Solicitação de Fornecimento nº **986/2026**, no valor de **R$ 617,14 (seiscentos e dezessete reais e quatorze centavos)**; **impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos e 6 (seis) meses**, em conformidade com a **Instrução Normativa CGM nº 001/2025**, a **Lei nº 14.133/2021; Rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços e** o **Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 055/2026**. Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interposição de Recurso Administrativo ou Pedido de Reconsideração (inidoneidade), em atenção aos princípios do contraditório, da ampla defesa.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2489894D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE - PORTARIA Nº 016/2026

AUTORIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS MÊS DE AGOSTO DE 2026

A Sra. Samara Alyne Sousa Rosa, Secretária Municipal de Esportes e Juventude, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade do serviço, e em atendimento ao que estabelece o Art. 1º, inciso I, II e III do Decreto nº. 14.525/21, de 27 de julho de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/07/2021;

•
Considerando a necessidade de ronda diurna e noturna por se tratar de locais de área de lazer do município aberto ao público e com constante depredação por vândalos havendo a necessidade de ter um servidor nos locais para evitar danos ao patrimônio público municipal.

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR horas extras, aos servidores discriminados abaixo, lotados na **– SEMEJ – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude**, em razão da necessidade do serviço e em atendimento ao que estabelece o artigo 108, § 1º, da Lei Complementar nº. 009/1992.

MATRÍCULA	SERVIDOR	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO E EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PARA A ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA;	DESCRIÇÃO DO RISCO DE PREJUÍZO EM CASO DE SOBRESTAMENTO DA ATIVIDADE ATÉ QUE POSSA SER EXECUTADA EM JORNADA DIÁRIA REGULAR SUBSEQUENTE	EXPOSIÇÃO DO PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
99021556	MARCELO FERREIRA	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/08/2026 31/08/2026
99014861	DEIVISON KILDER DOS SANTOS	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/08/2026 31/08/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

SAMARA ALYNE SOUZA ROSA
Secretária Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EBF187B3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE - PORTARIA Nº 019/2026

AUTORIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS MÊS DE NOVEMBRO DE 2026

A Sra. Samara Alyne Sousa Rosa, Secretária Municipal de Esportes e Juventude, no uso de suas atribuições legais;
Considerando a necessidade do serviço, e em atendimento ao que estabelece o Art. 1º, inciso I, II e III do Decreto nº. 14.525/21, de 27 de julho de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/07/2021;
•
Considerando a necessidade de ronda diurna e noturna por se tratar de locais de área de lazer do município aberto ao público e com constante depredação por vândalos havendo a necessidade de ter um servidor nos locais para evitar danos ao patrimônio público municipal.
RESOLVE:
Art. 1º AUTORIZAR horas extras, aos servidores discriminados abaixo, lotados na **– SEMEJ – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude**, em razão da necessidade do serviço e em atendimento ao que estabelece o artigo 108, § 1º, da Lei Complementar nº. 009/1992.

MATRÍCULA	SERVIDOR	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO E EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PARA A ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA;	DESCRIÇÃO DO RISCO DE PREJUÍZO EM CASO DE SOBRESTAMENTO DA ATIVIDADE ATÉ QUE POSSA SER EXECUTADA EM JORNADA DIÁRIA REGULAR SUBSEQUENTE	EXPOSIÇÃO DO PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
99021556	MARCELO FERREIRA	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/11/2026 30/11/2026
99014861	DEIVISON KILDER DOS SANTOS	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/11/2026 30/11/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

SAMARA ALYNE SOUZA ROSA
Secretária Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FDB73724

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SEPLAG - ATO ADMINISTRATIVO Nº 963/2026

PROMOÇÃO VERTICAL POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
A Sra. Mariana Borges Campos dos Santos, Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições conferidas por lei, considerando o Protocolo nº 000038824/2026, solicitado em 29/07/2026, **concede promoção vertical** (enquadramento no grupo de escolaridade) ao servidor **PEDRO CORREA JULIO**, matriculado sob o nº 99041325/3, detentor do cargo efetivo de Assistente Educacional, do enquadramento do grupo de escolaridade **A**, para o **grupo C,** sendo este enquadramento no grupo correspondente ao nível de escolaridade comprovado, conforme previsto no anexo IV da Lei nº 7.290/2011, **com efeitos retroativos a 29/07/2026.**

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Divinópolis, agosto de 2026.

(Assinado Digitalmente)
MARIANA BORGES CAMPOS DOS SANTOS
Diretora de Recursos Humanos

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9E617BFE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 631/2026/SEMUSA

Contratado (a): Aline Istefane de Camargos Ramos**. Cargo:** Farmacêutico**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 14/09/2026 a 17/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 20/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:37F6B0C3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 644/2026/SEMUSA

Contratado (a): Lidia Maria da Fonseca**. Cargo:** Técnico de Enfermagem - 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 05/09/2026 a 08/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:3DD241D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 645/2026/SEMUSA

Contratado (a): Natalia Silveira Cruz**. Cargo:** Médico Gastroenterologista**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 12/09/2026 a 15/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 21/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DB0C7446

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 646/2026/SEMUSA

Contratado (a): Ana Paula da Silva**. Cargo:** Enfermeiro**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 12/09/2026 a 15/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2DCFAFC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 663/2026/SEMUSA

Contratado (a): Renata Aparecida Ricardo**. Cargo:** Enfermeiro**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 08/09/2026 a 11/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 20/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7034D6D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 666/2026/SEMUSA

Contratado (a): Jessica Angelina Teixeira**. Cargo:** Médico Generalista – PSF. 04hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 07/09/2026 a 10/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 20/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E66C67B9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 673/2026/SEMUSA

Contratado (a): Luciene Pereira**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 12/09/2026 a 15/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E2DAB078

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 685/2026/SEMUSA

Contratado (a): Guilherme Almeida Leite**. Cargo:** Enfermeiro - 200h**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 12/09/2026 a 15/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2F446C0E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 696/2026/SEMUSA

Contratado (a): Maria da Conceição Silva Tavares**. Cargo:** Técnico de Enfermagem - 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 19/09/2026 a 22/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0FA87D06

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 701/2026/SEMUSA

Contratado (a): Cecilia Ribeiro Duarte Gontijo**. Cargo:** Médico Generalista - 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 20/09/2026 a 23/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4D5ADBAF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 719/2026/SEMUSA

Contratado (a): Flávia Ferreira Martins**. Cargo:** Médico Generalista – 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 21/09/2026 a 24/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 20/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A7823B08

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 720/2026/SEMUSA

Contratado (a): Delmira Gonçalves de Oliveira**. Cargo:** Técnico de Enfermagem - 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 21/09/2026 a 24/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FFE8472D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 722/2026/SEMUSA

Contratado (a): Selma Gomes Liduáio**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 21/09/2026 a 24/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 20/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:FCBAF56D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 723/2026/SEMUSA

Contratado (a): Sebastião Junio de Lima**. Cargo:** Enfermeiro - 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 21/09/2026 a 24/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:4283D14E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 724/2026/SEMUSA

Contratado (a): Vinicius Faria Marinho**. Cargo:** Médico Generalista – P.S.F**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 21/09/2026 a 24/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:0B5001D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 726/2026/SEMUSA

Contratado (a): Elessandra Chagas**. Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 26/09/2026 a 29/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 18/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:47765611

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 727/2026/SEMUSA

Contratado (a): Maria Aparecida Tavares**. Cargo:** Técnico de Enfermagem - 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 26/09/2026 a 29/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1B625D09

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 730/2026/SEMUSA

Contratado (a): Celia Nogueira da Silva**. Cargo:** Técnico de Enfermagem - 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 26/09/2026 a 29/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:87333F0B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 731/2026/SEMUSA

Contratado (a): Bruna Campos Souza**. Cargo:** Médico Generalista - 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 26/09/2026 a 29/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8F0A56D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 887/2026/SEMUSA

Contratado (a): Claudia Fontana Monteiro**. Cargo:** Técnico de Enfermagem - 200hs**. Objeto:** Altera a lotação prevista na cláusula segunda a partir de 06/08/2026. **Nova lotação:** Gerência de Controle. Altera a dotação orçamentária prevista na cláusula quarta para 02.015.002.2150.2810 a partir de 06/08/2026. Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 20/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B27C9452

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 2307/2025/SEMUSA

Contratado (a): Laisiany Cristiny Vaz Tavares Silva **Cargo:** Técnico de Enfermagem**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 25/09/2026 a 26/12/2026**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1D96E531

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 654/2026/SEMUSA

Contratado (a): Marilia Carolina Fernandes Brasil**. Cargo:** Médico Generalista 200h**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 06/09/2026 a 09/03/2027. Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:EF2598EA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 699/2026/SEMUSA

Contratado (a): Aline Ferreira de Souza**. Cargo:** Médico Generalista – PSF**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 19/09/2026 a 22/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora apostilado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 20/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2AA4BE94

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 702/2026/SEMUSA

Contratado (a): Carolina Aparecida Alves Bueno**. Cargo:** Enfermeiro – 200hs**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 16/09/2026 a 19/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9EC6F48B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 718/2026/SEMUSA

Contratado (a): Heitor Catelan Rodas de Carvalho**. Cargo:** Médico Generalista – P.S.F. **Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 21/09/2026 a 24/03/2027**.** Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 19/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DD3EE40A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 04/2026 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO Nº 643/2026/SEMUSA

Contratado (a): Andreza Miranda Almeida**. Cargo:** Enfermeiro - PSF**. Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento a prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado a partir de 13/09/2026 a 16/03/2027. Mantém-se inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditado, não especificamente alteradas neste instrumento. **Ass.: 21/08/2026.**

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:AD092136

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUSA) EXTRATO DO TERMO DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE INTERESSE PUBLICO Nº 881/2026

Contratado (a): Bruno Luiz Maciel**. Cargo:** Enfermeiro - 200hs**. Término de contrato em 20/08/2026. Ass.:** 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:7D4D05A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMC – EXTRATO DO 1º TA – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 227/2025

– Inexigibilidade nº 030/2025. Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo quantitativo de 10 (dez) apresentações artísticas ao Item 7 ("Artista solo c/ banda/Banda e /ou Grupo musical") constante da tabela de serviços do instrumento de credenciamento original, o que representa um aumento percentual exato de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a quantidade inicialmente prevista para o referido item. O acréscimo de 10 (dez) apresentações artísticas no Item 7 importa no incremento financeiro de **R$ 23.333,30 (vinte e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta centavos)**, mantido inalterado o valor unitário remuneratório de R$ 2.333,33 (dois mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos) por apresentação executada.

Divinópolis/MG, 21 de agosto de 2026.

MARDEY SOUSA RUSSO.
Secretário Municipal de Cultura.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BB4030F1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMC – EXTRATO DO 1º TA - TERMO DE FOMENTO 70/2026

- Instituto Voe. Objeto: Prorrogação até 07/12/2026. Ass: 25/06/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BB5BD82A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMC – EXTRATO DO CONTRATO 148/2026 – PL 227/2025 – INEXIGIBILIDADE 30/2025.

CONTRATADA: Lucas Rainã Alves Rezende, CPF 145.441.316.69. Objeto: Prestação de serviços artísticos, especificamente apresentação musical a ser realizada durante o evento "Divino Inverno 2026", apresentação pública do artista solo com banda LUCAS RAINÃ E BANDA, que ocorrerá no dia 22 de agosto de 2026 (Sábado) às 16h00, na Praça Governador Benedito Valadares (Santuário) - Centro, na cidade de Divinópolis/MG. Valor: R$ 2.333,33. Prazo: 60 dias. Dot. Orçamentária: 02.003.002.13.392.2030.2.165. 3.3.90.36.00 Ficha 1292. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:25D5083F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMC – EXTRATO DO CONTRATO 149/2026 – PL 227/2025 – INEXIGIBILIDADE 30/2025.

CONTRATADA: Miriele Fernanda Alves, CNPJ 48.249.979/0001-62. Objeto: Prestação de serviços artísticos, especificamente apresentação musical a ser realizada durante o evento "Divino Inverno 2026", apresentação pública da banda A Hora do Rock, que ocorrerá no dia 22 de agosto de 2026 (Sábado) às 14h00, na Praça Governador Benedito Valadares (Santuário) - Centro, na cidade de Divinópolis/MG. Valor: R$ 2.333,33. Prazo: 60 dias. Dot. Orçamentária: 02.003.001.13.392.2030.2.157. 3.3.90.39.00 Ficha 160. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:17A4C15F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMC – EXTRATO DO CONTRATO 150/2026 – PL 227/2025 – INEXIGIBILIDADE 30/2025.

CONTRATADA: Vitor Silva de Freitas, CNPJ 63.128.828/0001-40. Objeto: Prestação de serviços artísticos, especificamente apresentação musical a ser realizada durante o evento "Divino Inverno 2026", apresentação pública do artista solo e banda VITOR DE FREITAS, que ocorrerá no dia 22 de agosto de 2026 (Sábado) às 18h00, na Praça Governador Benedito Valadares (Santuário) - Centro, na cidade de Divinópolis/MG. Valor: R$ 2.333,33. Prazo: 60 dias. Dot. Orçamentária: 02.003.001.13.392.2030.2.157. 3.3.90.39.00 Ficha 160. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:62DB4D7B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 122/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): Sérgio de Bessa Coelho, CPF xxx.544.xxx-31. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade aluguel social em forma de pecúnia, em favor do beneficiário que se encontra em situação de vulnerabilidade temporária. Valor: 06 parcelas de R$ 972,60. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E2F564DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMDS – EXTRATO DO TERMO DE CONCESSÃO - 123/2026 DE BENEFÍCIO EVENTUAL EM PECÚNIA.

Beneficiário(a): Rita de Cassia Marques, CPF xxx.393.xxx-72. Objeto: Concessão de benefício eventual na modalidade auxílio em forma de pecúnia, em favor da beneficiária que se encontra em situação de vulnerabilidade temporária. Valor: R$ 810,50. Dot. Orçamentária: 02.005.003.8.244.2050.2.271.3.3.90.48.00 – Ficha 292. Ass. 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8B4BB0EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE ENCERRAMENTO Nº 074/2026

– retifica a Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM no dia 24/08/2026, edição 4345, o que segue:
Onde se lê:
Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 084/2026;
Leia-se:
Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 074/2026.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.
_____

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:984F8EA9

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO Nº 064/2026

– retifica a Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM no dia 05/08/2026, edição 4332, o que segue:
Onde se lê:
ARP Nº 596/2026
Leia-se:
ARP Nº 596/2025
Onde se lê:
PAR 64/2025
Leia-se:
PAR 64/2026

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

_____

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2FCD954E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2026

– Processo Administrativo Licitatório Nº 209/2023 – Credenciamento Nº 008/2023 – Contrato/SEMUSA Nº 026/2023 - **Contratada: RODRIGUES & OLIVEIRA OFTALMOLOGIA LTDA – Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Aditamento à prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado, para o período de 11 de Setembro de 2026 a 10 de Março de 2027, conforme permissivo legal constante no artigo 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026 -

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:B322111D

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS - EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 004/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 253/2022

– Credenciamento 011/2022 - Contrato/SEMUSA Nº 018/2022 - **Contratada: CIAP CITOLOGIA E ANATOMIA PATOLÓGICA LTDA – Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Aditamento à prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado, para o período de 17 de Outubro de 2026 a 16 de Outubro de 2027, permissivo legal constante no artigo 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

Divinópolis, 21 de agosto de 2026 -

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:1C54BC94

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 006/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 252/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2022

– Contrato/SEMUSA Nº 017/2022 – **Contratada: VIVVER SISTEMAS LTDA – Objeto:** Constitui objeto do presente Termo de Aditamento à prorrogação do prazo de vigência do contrato supracitado, para o período de 06 de setembro de 2026 a 05 de dezembro de 2026, conforme permissivo legal constante no artigo 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:02ACB36A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE ENCERRAMENTO Nº 075/2026 – PL Nº 037/2025 – PE Nº 016/2025

– ARP Nº 135/2025 – Contratada: ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 03.945.035/0001-91 – O presente Termo Decisório tem por finalidade determinar o arquivamento do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 075/2026, em razão de erro material verificado no processamento do feito, ante o recebimento, pela própria Administração, da mercadoria referente ao item cuja substituição havia sido formalmente indeferida.

Divinópolis, julho de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CAC8094A

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE ENCERRAMENTO Nº 080/2026 – PL Nº 291/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 90040/2025

– Contrato Nº 010/2026 – Contratada: MC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 36.663.303/0001-31 – O presente Termo Decisório tem por finalidade determinar o arquivamento do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 080/2026, bem como registrar a decisão pela não aplicação de sanções à empresa contratada.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:8B32C8D4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEMUSA/FMS – EXTRATO DE TERMO DECISÓRIO DE ENCERRAMENTO Nº 081/2026 – PL Nº 297/2025 – CONCORRÊNCIA Nº 90043/2025

– Contrato Nº 011/2026 – Contratada: MC CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 36.663.303/0001-31 – O presente Termo Decisório tem por finalidade determinar o arquivamento do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade – PAR nº 081/2026, bem como registrar a decisão pela não aplicação de sanções à empresa contratada.

Divinópolis, agosto de 2026 –

Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde
SHEILA SALVINO –
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:2E4302FF

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO CONVÊNIO 74/2026

- Convenente: Centro Educacional Fatecie Ltda, CNPJ 07.724.708/0001-34. Objeto: Concessão de estágios curriculares e extracurriculares. Prazo: 12 meses. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:5C0CC5A4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SEPLAG – EXTRATO DO TR DE ESTÁGIO – ESTAGIÁRIO (A): ADRIELE DA SILVA MARÇAL, TCE 317/2025.

Conforme cláusula 7ª – Letra D, fica rescindido o referido termo de compromisso de estágio a partir de 10/09/2026. Ass.: 24/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9F428907

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP – EXTRATO DO 2º TA – CT 174/2025 – PL 150/2025.

CONTRATADA: CONSTRUJET ENGENHARIA LTDA. Objeto: Prorrogação do prazo contratual até 22 de dezembro de 2026. Ass: 21/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:F7400176

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETOP - EXTRATO DO 6º TA – CT 127/2025 – PL 105/2025.

Contratada: Samloc Ltda. Objeto: Supressão quantitativa de itens e saldos remanescentes, fica reduzido o valor global do contrato em R$ 40.038,00, correspondente a aproximadamente 6,43%.

Divinópolis, 19 de agosto de 2026.

PAULO JOSÉ SILVA
(Superintendente de Obras Públicas e Planejamento).

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:E0E27309

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETTRANS – EXTRATO DO 3º TA – CT 05/2023 – PL 229/2023.

Contratada: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO). Objeto: Reajuste de 4,498250% de acordo com índice IPCA acumulado no período de Agosto/2023 a Julho/2024, com efeitos a partir de Agosto/2024. Ass: 18/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:45DE1C95

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETTRANS – EXTRATO DO 4º TA – CT 05/2023 – PL 229/2023.

Contratada: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO). Objeto: Reajuste de 5,225220% de acordo com índice IPCA acumulado no período de Agosto/2024 a Julho/2025, com efeitos a partir de Agosto/2025. Ass: 18/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:9217A49C

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SETTRANS – EXTRATO DO 5º TA – CT 05/2023 – PL 229/2023.

Contratada: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO). Objeto: Reajuste de 4,443020%, de acordo com índice IPCA acumulado no período de Agosto/2025 a Julho/2026, com efeitos a partir de Agosto/2026. Prorrogação até 23/08/2027. Ass: 18/08/2026.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:BE42E4E2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
TERMO DE ADITAMENTO Nº. 02 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº. 465/2026 – SEMED

CONTRATADO: JAQUELINE ROSARIA DE SOUSA OLIVEIRA – PAEIAIEF - PROF. EM AT. EDUCACAO INF. E ANOS INI.
Constitui o presente TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO Nº 465/2026, a alteração do turno, que passa do(a) MATUTINO para o(a) VESPERTINO a partir do dia 24/08/2026, tendo como justificativa EM SUBSTITUIÇÃO A LÍDIA VASCONCELOS RODRIGUES, MATRÍCULA 99043647 EM LICENÇA MÉDICA, com fulcro no Art. 2º, inciso III, c/c art. 4º, inciso II, da Lei Municipal Nº. 4.450, de 22/12/98.

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:A413E80C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DOM BOSCO

COMISSÃO DE PREGÃO E LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Processo Adm: Nº 058/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higienização, copa, cozinha e descartáveis, visando atender às necessidades das diversas secretarias municipais, conforme especificações constantes no Anexo I que integram o presente edital.
O prefeito Municipal de Dom Bosco no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) LEI 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.Empresas vencedoras valor total: R$ 665.720,47 (seiscentos e sessenta e cinco mil e setecentos e vinte reais e quarenta e sete centavos): BURITIS ATACADO VAREJO E DISTRIBUIÇÃO EIRELI (23405990000143) com os lotes: 2, 4, 9, 10, 11, 13, 14, 16,

17, 18, 20, 21, 22, 25, 28, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 47, 48, 50, 51, 55, 56, 57, 59, 61, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 114, 115, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 136, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 170, 172 no valor total de R$ 366.111,93 (trezentos e sessenta e seis mil e cento e onze reais e noventa e três centavos). COMERCIAL MINASFORT LTDA (41583896000166) com os lotes: 1, 12, 15, 19, 23, 24, 26, 30, 34, 49, 52, 53, 60, 62, 63, 65, 74, 75, 76, 77, 81, 88, 93, 103, 108, 110, 111, 116, 117, 118, 128, 129, 130, 134, 135, 137, 142, 158, 159, 163, 168, 171 no valor total de R$ 206.868,54 (duzentos e seis mil e oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos). BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI (06175908000112) com os lotes: 54 no valor total de R$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais). DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS, MEDICOS, HOSPITALARES EIRELI (26240632000116) com os lotes: 64 no valor total de R$ 1.690,00 (um mil e seiscentos e noventa reais). TUPIROTI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVICOS LTDA (04536062000173) com os lotes: 6, 58, 66, 69, 80, 84 no valor total de R$ 20.135,00 (vinte mil e cento e trinta e cinco reais). MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA (12811487000171) com os lotes: 8 no valor total de R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais). NF HIGIENE E LIMPEZA LTDA (63083503000198) com os lotes: 3, 5, 7, 27, 43, 44, 45, 46, 98, 169 no valor total de R$ 69.515,00 (sessenta e nove mil e quinhentos e quinze reais).
Publique - se na forma da lei.

DOM BOSCO (MG), segunda-feira, 24 de agosto de 2026

NELSON PEREIRA DE BRITO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Cristina da Silva Gonçalves
Código Identificador:CEF4C23F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DORES DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE DORES DO INDAIÁ - MG, PROCESSO LICITATÓRIO N.º 071/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 018/2026

A Prefeitura Municipal de Dores do Indaiá/MG, CNPJ: 18.301.010/0001-22, representada neste ato pela autoridade competente, Sr. Derli Adriano Ferreira, torna público a todos os interessados a licitação da modalidade dispensa contemplando fase recursal. EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PÁTIO DE VEÍCULOS DA OFICINA MECÂNICA DA PREFEITURA MUNICIPAL, LOCALIZADA NA RUA PADRE LUIS, Nº 841, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, DORES DO INDAIÁ/MG, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO GLOBAL.

Dores do Indaiá-MG , 06 de julho de 2026.

Publicado por:
Lara Gontijo Gil Correa Silva
Código Identificador:866C3F64

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DALVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DALVA
LEI MUNICIPAL Nº 1.272/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.272/2026 De 09 de julho de 2026.

"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DALVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

A Câmara Municipal de Estrela Dalva–MG., por seus representantes aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como documento balizador de ações e estratégias para assegurar a alfabetização de estudantes desde a pré-escola (turmas de Pré I, Pré II) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, Anos Iniciais I Ciclo, promovendo ações articuladas e sustentadas nas legislações nacionais e diretrizes pedagógicas atualizadas.

Art. 2º. A Política Municipal de Alfabetização, pautar-se-á pela garantia dos direitos educacionais e a conceituação de seus elementos estruturantes, observando-se que:

é garantido o direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural e as necessidades específicas dos educandos;

deve haver articulação contínua entre a educação infantil e o ensino fundamental, assegurando a progressão pedagógica;

considera-se Alfabetização em Língua Portuguesa a aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;

considera-se Alfabetização em Matemática o uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;

a alfabetização e o letramento devem ser compreendidos e trabalhados como processos indissociáveis;

deve-se assegurar a formação contínua e a valorização dos profissionais da educação;

deve haver a integração permanente entre as políticas públicas municipais voltadas para a infância;

o monitoramento e a avaliação dos processos de ensino e aprendizagem ocorrerão de forma constante e permanente.

considera-se Letramento em Língua Portuguesa o uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita.

CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º. São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, promovendo a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de alfabetização;

adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o Currículo da Rede Municipal de Ensino, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;

implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;

valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores e gestores, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados com as práticas de ensino de alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática;

adoção da concepção interacionista de linguagem, em que a língua é o recurso para realizar ações linguísticas, o meio para a interação social, o diálogo, a produção e construção de sentidos, em situações de leitura, escrita e oralidade;

aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de oportunidades, superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania, sendo seu ensino por meio da sistematização de escrita alfabética e dos diferentes gêneros textuais;

valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;

valorização de uma metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas.

Art. 4º. São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

assegurar que as crianças desde a pré-escola (turmas de pré I, pré II) tenham garantidos o acesso à criação de uma cultura de leitura, escrita e oralidade na rotina das crianças, e a ampliação das suas experiências com a linguagem escrita com promoção de reflexões sobre o significado da infância e sobre como aproximar as crianças de experiências que façam sentido em suas vidas;

assegurar que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano, garantindo o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;

implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino;

fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de adequações pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação inclusiva, assegurando condições de acessibilidade plena;

selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de estudantes, assegurada a diversidade de recursos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;

participar, anualmente, de avaliações de larga escala da alfabetização dos estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

CAPÍTULO III - DAS DIRETRIZES

Art. 5º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:

priorização da alfabetização até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;

incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, sendo as ações intensificadas nas turmas de Pré I, Pré II e mantidas nos demais anos escolares;

estímulo aos hábitos de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias e/ou responsáveis, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais;

valorização do professor alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem;

promoção de estudos nas unidades educacionais aos professores alfabetizadores, realizadas pelas equipes pedagógicas das unidades escolares e dos formadores das equipes de orientadores pedagógicos ou formadores da Secretaria Municipal de Educação;

fortalecimento das equipes gestoras das unidades escolares por meio de estudo/mentorias e ações formativas;

fortalecimento das equipes técnico-pedagógicas (orientadores pedagógicos, formadores) com a participação em palestras, congressos, simpósios e afins, relacionados à alfabetização e ao letramento;

elaboração de materiais pedagógicos, pela equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagógicos, formadores) da Secretaria Municipal de Educação, para subsidiar o planejamento dos professores de Educação Infantil e professores alfabetizadores;

fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela BNCC, pelo Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

CAPÍTULO IV - DO PÚBLICO-ALVO E AGENTES

Art. 6º. A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de pré I, pré II;

estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

estudantes dos ciclos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização;

estudantes da Educação de Jovens e Adultos;

estudantes das comunidades escolares quilombola e povos indígenas.

Parágrafo Único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 7º. São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II;

professores atuantes nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, e professores das comunidades escolares quilombola e povos indígenas;

pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

diretores escolares de turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

demais profissionais que atuam nas unidades educacionais (turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental);

equipe técnico-pedagógica (Orientador Pedagógico / Formadores) da Secretaria Municipal da Educação (turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental);

comunidade escolar.

CAPÍTULO V - DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º. A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:

orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas, propostas a partir dos documentos legais, para a Educação Infantil (turmas de Pré I, Pré II) e para as turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

formação de professores de Educação Infantil (atuantes nas turmas de Pré I, Pré II), e de turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental voltada para a alfabetização e letramento;

ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I, Pré II, e de professores de turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;

formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de Pré I e Pré II, aos professores alfabetizadores do Ensino Fundamental e às crianças e aos estudantes;

seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização, com promoção de formação de professores para o uso desses materiais;

produção e disseminação de materiais com pesquisas de fundamentação teórica e encaminhamentos metodológicos, e de boas práticas de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;

difusão de recursos educacionais para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;

recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental ou que apresentem dificuldades nesse processo;

documentação das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de um plano de apoio pedagógico;

incentivo à configuração, elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;

elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino.

CAPÍTULO VI - DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 9º. Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:

monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas por meio da Secretaria Municipal da Educação;

monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, avaliado pelos instrumentos de acompanhamento pedagógico realizado pelos professores, coordenadores, gestores das unidades educacionais, com acompanhamento da equipe técnico-pedagógica (orientador pedagógico, formadores) da Secretaria Municipal da Educação;

acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;

análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso deles nos processos de ensino-aprendizagem;

desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral, a competência leitora, a proficiência em escrita e em matemática;

incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal da Educação, conforme a Política Municipal de Alfabetização, a elaboração do Plano de Trabalho Anual de Alfabetização.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, bem como, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e o monitoramento da execução dessa política.

Art. 12. Fica autorizada a designação da Comissão de Trabalho Intersetorial de apoio às famílias e estudantes em idade de alfabetização da rede municipal.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Estrela Dalva - MG, 09 de julho de 2026.

DIEGO COUTINHO DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tallita da Costa Tonázio
Código Identificador:E1373245

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 113/2026

Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Processo Licitatório n° 113/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 050/2026. AVISO DE LICITAÇÃO – Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL (COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO, FURTO, DANOS MATERIAIS E DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, COM ASSISTÊNCIA 24H (VINTE E QUATRO HORAS), PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG"**. Recebimento das propostas até as 08h do dia 09/09/2026. Início da sessão e disputa de preços: 08h10min. Referência de tempo: horário de Brasília. Local: portal AMM LICITA. Informações podem ser obtidas no setor Licitações à Praça São Sebastião, 219, Fone (37) 3553-1171 ou por e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br.

Estrela do Indaiá, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:A7AE78BD

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2026, Nº 046/2026 E Nº 065/2026

OFÍCIO Nº 071/DMLC/2026 ESTRELA DO INDAIÁ, 24 DE AGOSTO DE 2026

DO: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
À: EMPRESAS LICITANTES REMANESCENTES (CADASTRO DE RESERVA)

REF: CONVOCAÇÃO DE LICITANTES REMANESCENTES – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2026, Nº 046/2026 E Nº 065/2026

Prezados Senhores,
Considerando a rescisão da Ata de Registro de Preços nº 039/2026, Ata de Registro de Preços nº 046/2026 e parcialmente Ata de Registro de Preços nº 065/2026, anteriormente firmada com a empresa MAXIMO PEÇAS E PRODUTOS LTDA, CNPJ nº 04.335.223/0001-60;
Considerando a necessidade de assegurar a continuidade do fornecimento do objeto licitado;
Considerando o disposto no art. 90, § 7º, da Lei nº 14.133/2021, e no art. 16, inciso II, do Decreto Municipal nº 1.357/2024, bem como as disposições do Edital e da Ata de Registro de Preços referentes ao cadastro de reserva;
O MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ/MG, por meio do Setor de Licitações,
CONVOCA o licitante remanescente, observada a ordem de classificação do respectivo lote, para manifestar interesse em assumir o registro de preços, nas mesmas condições propostas no certame.
RELAÇÃO DOS CONVOCADOS POR LOTE:

LOTE	COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	PERCENTUAL DE DESCONTO
06	5º	CARPECAS E ACESSORIOS LTDA CNPJ 36.076.776/0001-32	50,00%
09	4º	COMERCIO E TRANSPORTADORA IRMAOS XAVIER LTDA CNPJ 02.130.972/0001-26	75,00%
16	6º	CENTRO-OESTE TRATORES LTDA CNPJ 03.018.577/0001-19	69,00%

MANIFESTAÇÃO
Os licitantes convocados deverão manifestar interesse no prazo de **05 (cinco) dias úteis (até a data limite 01/09/2026)**, contados do recebimento deste ofício, por meio do e-mail:
licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br
A convocação será encaminhada ao e-mail constante no cadastro da empresa junto ao sistema do pregão eletrônico, considerando-se válida para todos os efeitos legais.
A manifestação deverá indicar expressamente o interesse em assumir o respectivo lote, mantendo integralmente as condições da proposta apresentada no certame.
O não atendimento no prazo estipulado será interpretado como renúncia à contratação, sendo convocado o próximo classificado, conforme ordem subsequente.
Na hipótese de ausência de interessados, a Administração poderá adotar as medidas previstas no art. 90, §4º, da Lei nº 14.133/2021.
Sem mais para o momento.
Atenciosamente,

RYLDER FLÁVIO ALVES CARDOSO
Pregoeiro

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:AA7049E1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 84/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 84/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, VISANDO Á CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, PARA PROVIMENTO DE DIVERSOS CARGOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL/MG, decorrente do Processo de Dispensa Nº 0031, contrato Nº 84/2026. Empresa Contratada: PAULO HENRIQUE TEIXEIRA DE SOUZA. A vigência do Contrato será de 24/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:F2D68759

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 85/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO D0 CONTRATO Nº 85/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO QUILOMETRO, AUTOMOVEL HATCH, CONFORME TRANSFERÊNCIA ESPECIAL Nº 1491003610/26, decorrente do Processo de Adesão Nº 21/2026, contrato Nº 85/2026. Empresa Contratada: AUTOMINAS FRANCE COMERCIO DE VEICULOS LTDA. A vigência do Contrato será de 24/08/2026 a 31/12/2026.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:A685C283

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 86/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 86/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO SUL – MG

Torna público o extrato do contrato de REFERE-SE A CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTISTICO DA DUPLA VICTOR E GABRIEL, NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2026 NO PALCO 360, COM DURAÇÃO TOTAL APROXIMADA DE DUAS HORA, DURANTE AS FESTIVIDADES DA 25 FESTA DE PEÃO DE ESTRELA DO SUL MINAS GERAIS, decorrente do Processo de Dispensa Nº 0032, contrato Nº 86/2026. Empresa Contratada: CARLOS TEOFILO RODRIGUES. A vigência do Contrato será de 24/08/2026 a 30/09/2026.

Publicado por:
Regiane Patrícia Silva Azevedo
Código Identificador:78E83F86

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMIGA

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
ATA DA ASSEMBLÉIA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA E DOS NOVOS CONSELHEIROS PARA O BIÊNIO 2026/2028 - CMDMF CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE FORMIGA/MG ATA 01/2026

Aos dez dias do mês de julho de 2026, às 08:00 horas, no Gabinete Municipal, localizado na Alameda Francisco Chico Goião s/nº - Bairro Santa Tereza, Formiga/MG, estiveram presentes: o Excelentíssimo Senhor Prefeito Laércio dos Reis Gomes, a Excelentíssima Senhora Vice-Prefeita Taciana Carvalho Braga, Paula Carolina Couto Lima (Secretária Municipal do Desenvolvimento Humano), os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Formiga/MG, Sheila Cristina Silva Campos (Representante Titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano), Elaine Cristina da Silveira Lopes Oliveira (Representante Suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano), Sandra Terezinha de Almeida Ferreira (Representante Titular da Secretaria de Saúde), Adenisa Aparecida Alves Menezes (Representante Suplente da Secretaria Municipal de Saúde), Drielli Paula Nascimento (Representante Titular da Secretaria Municipal de Educação), Luana Mara Campos Lima (Representante Suplente da Secretaria Municipal de Educação), Bernadete Maria de Carvalho (Representante Titular da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, e Esporte), Viviane de Melo Silva (Representante Suplente da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, e Esporte), Rosana Magda Alves de Oliveira (Representante Titular da Procuradoria Municipal), Sandra Micheline de Castro Salviano (Representante Suplente da Procuradoria

Municipal), Jéssica Altiva Lopes (Representante da OAB), Lilian Barbosa de Oliveira (Representante Titular da Associação de Mulheres de Formiga/MG), a fim de empossar os novos conselheiros para o triênio 2026/2029. Com a palavra, o Prefeito Municipal Excelentíssimo Senhor Coronel Laércio dos Reis Gomes, cumprimentou a todos os presentes, deu boas vindas a todos, destacou que fica orgulhoso em ver um trabalho como esse, sendo destaque em Formiga/MG e ressaltou a importância desse Conselho ressaltando que o empoderamento feminino apoia-se em quatro bases principais:**consciência**para conhecer os próprios direitos,**autonomia**para tomar decisões livres,**igualdade**para garantir oportunidades justas, e**união**(sororidade) para fortalecer o apoio mútuo entre as mulheres. Com a palavra, a Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano Paula Carolina Couto Lima que deu boas vindas a todos, destacou a importância do Conselho que é um órgão colegiado de participação social que atua na formulação, fiscalização e garantia de políticas públicas voltadas aos direitos femininos e à igualdade de gênero. Com a palavra, a Excelentíssima Senhora Taciana Carvalho deu boas vindas a todos, falou sobre sua trajetória e destacou que esse Conselho será de muita importância, pois contribui com o Poder Executivo na elaboração de programas, projetos e serviços, que repercutam sobre os interesses e direitos da mulher. Cada representante presente teve oportunidade de falar e agradecer. Logo após, a Secretária de Desenvolvimento Humano Paula Carolina Couto Lima convidou um a um para receber de suas mãos, das mãos do Prefeito e também das mãos da Vice Prefeita o diploma de posse, tirando uma foto com todos os presentes.
Por ser verdade, assino o presente termo de posse para que surta todos os efeitos legais e de direito, eu, Paula Carolina Couto Lima, Secretária Municipal de Desenvolvimento Humano, lavrei a presente ata e convido a todos presentes citados nesta ata para a respectiva assinatura do mesmo.

_____
LAÉRCIO DOS REIS GOMES

_____
TACIANA CARVALHO BRAGA

_____
PAULA CAROLINA COUTO LIMA

_____
SHEILA CRISTINA SILVA CAMPOS

_____
ELAINE CRISTINA DA SILVEIRA LOPES OLIVEIRA

_____
SANDRA TEREZINHA DE ALMEIDA FERREIRA

_____
ADENISA APARECIDA ALVES MENEZES

_____
DRIELLI PAULA NASCIMENTO

_____
LUANA MARA CAMPOS LIMA

_____
BERNADETE MARIA DE CARVALHO

_____
VIVIANE DE MELO SILVA

_____
ROSANA MAGDA ALVES DE OLIVEIRA

_____
SANDRA MICHELINE DE CASTRO SALVIANO

_____
JÉSSICA ALTIVA LOPES

_____
LILIAN BARBOSA DE OLIVEIRA

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:F0E816FE

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

Nº DO ADITIVO: nº 01 ao Contrato Administrativo nº 20/2026.
CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE.
CONTRATADO: Paulo Sérgio Silva
OBJETO: Prestação de serviços de condução de veículos
FUNÇÃO: Motorista
VALOR MENSAL: R$ 2.061,93
VIGÊNCIA: 23/08/2026 a 22/02/2027.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA –
Diretor Geral

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:969F1C9E

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO POR PRAZO DETERMINADO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

Nº DO CONTRATO: 27/2026
CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE
CONTRATADO: Átila de Carvalho Garcia.
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção em redes de água.
FUNÇÃO: Bombeiro Hidráulico.
VALOR MENSAL: R$2.061,93.
VIGÊNCIA: 24/08/2026 a 23/02/2027.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:F7410B79

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2025. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2025, MODALIDADE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

Extrato do 1º Termo de Aditamento a Ata de Registro de Preços nº 088/2025. Processo Licitatório nº 0046/2025, modalidade Dispensa Eletrônica nº 010/2025 – Registro de Preços. Contratante: **Serviço Autônomo de Água e EsgotO DE FORMIGA.** Contratada: **HNL COZINHA INDUSTRIAL FORMIGA LTDA.** Objeto: aquisição de alimentos acondicionado em marmitex para os servidores do setor de manutenção de esgoto desta autarquia, os quais estejam executando serviço em canteiro de obras, impossibilitados de fazer a pausa usual para refeição. **Reajuste:** Fica reajustado o valor do item, conforme IPCA acumulado no percentual de 4,44%, passando o *item* de 22,00 para ***22,98 a unidade***, com fundamento no artigo 92, inciso V, da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores. **Início: 15/08/2026 à 14/08/2027**; com fundamento no artigo 106 da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Formiga/MG, 13 de agosto de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA –
Diretor Geral.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:A0F1DABB

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO 3º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 0124/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2023, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2023

Extrato do 3º Termo de Aditamento ao Contrato nº 0124/2023. Processo Licitatório nº 066/2023, modalidade Pregão Eletrônico nº 054/2023, Contratante: **Serviço Autônomo de Água e EsgotO DE FORMIGA,** Contratada: **CWC SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA.** Objeto: Referente contratação de empresa especializada em

locação de software para automação de coletas de leituras com impressão simultânea de faturas; com implantação, treinamento e suporte do software na plataforma WINDOWS MOBILE E ANDROID, para uso nos coletores de dados do Setor de Arrecadação e Fiscalização desta Autarquia. **Início: 24/08/2026 à 31/12/2026**. **Fundamento legal**: artigo 57, inciso IV da Lei 8666/93 e suas alterações posteriores. Reajuste: Fica reajustado o valor do item, objeto do contrato, conforme IGP-M acumulado, passando R$3.334,02 para R$3.439,38 (três mil, quatrocentos e trinta e nove reais e trinta e oito centavos). **Fundamento legal**: artigo 65, II, ”d” da Lei 8666/93, e suas alterações posteriores. Heytor Marcos Silva Pimenta – Diretor Geral –

Formiga/MG, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:49AC09C2

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 006/2026. (PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 006/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/2026)

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº. 001 AO CONTRATO Nº. 006/2026.(Processo Licitatório nº: 006/2026 – Inexigibilidade nº 003/2026).Locatário Município de Formiga – MG.**Locadora**:Ana Cristina de Morais.**Da Cessão dos Direitos e Obrigações Contratuais:**A proprietária do imóvel ora locado, Srª.Ana Cristina de Morais,cede os direitos e obrigações contratuais à Srtª.*Maria Fernanda Justiniano de Morais*,conforme Instrumento Particular de Doação Vitalícia de Direitos Econômicos, Frutos Civis e Rendimentos Decorrentes de Relação Locatícia (Fls.127/128), Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações Contratuais (fls. 129/130), que confere poderes para praticar todos os atos necessários à administração do imóvel e de modo específico promover a locação do imóvel, podendo assinar contratos e aditivos contratuais, bem como receber os aluguéis, estando esta alteração ainda, em conformidade os demais documentos de fls. 111/120, 124/126 e 131/144 do Processo Licitatório. As demais cláusulas permanecem inalteradas.**Data:**18/08/2026.**Data da assinatura:**24/08/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:AAA3DE9B

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO N.º 003 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 125/2023. PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 095/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 037/2023

Extrato do Termo de Aditamento n.º 003 ao Contrato de Prestação de Serviços nº 125/2023. Processo Licitatório nº. 095/2023 – Pregão Eletrônico nº. 037/2023.Contratante: Município de Formiga – MG.**Contratada:**TS Arquitetura Ltda. - C.N.P.J: 42.988.000/0001-91.**Da Vigência:**Fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, sendo até 04/09/2027, com previsão na Cláusula Nona, item 9.1 do Contrato e fundamento no art. 57, §1º, V, da Lei Federal nº: 8.666/93 c/c art. 190 da Lei Federal nº. 14.133/21. As demais cláusulas permanecem inalteradas.**Data:**21/08/2026.**Data de assinatura:**24/08/2026.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:C02F2D7B

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
EXTRATO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 167/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMIGA - MG – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 167/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Contratação de serviços de apreensão e transporte de animais de grande e médio porte soltas nas vias públicas, no Município de Formiga – MG, a pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:31 do dia 14/09/2026. MODO DE DISPUTA: ABERTO. REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.licitanet.com.br. Informações: telefone (37) 3329-1844. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: www.formiga.mg.gov.br; www.licitanet.com.br ou pelo e-mail: pregoeirospmformiga@gmail.com.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:3CD0BCF9

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
SAAE/FORMIGA/EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº: 0002/2026

SAAE/FORMIGA/EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº: 0002/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 019/2026
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 001/2026.
ÓRGÃO CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Formiga/MG
CONTRATADA: JBV Locações de Máquinas e Serviços de Terraplenagem LTDA - CNPJ nº 54.309.146/0001-42

OBJETO: eventual e futura locação de máquinas pesadas e caminhões para o setor operacional desta Autarquia

O Diretor Geral desta Autarquia, no uso de suas atribuições legais, resolve:
1- EXTINGUIR UNILATERALMENTE e rescindir imediatamente todos os vínculos contratuais ativos da empresa com a Autarquia (itens dos lotes 2, 3 e 6), por culpa exclusiva da contratada, com fulcro nos artigos 137, inciso I, e 155, incisos II e III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
2- APLICAR À EMPRESA REPRESENTADA as seguintes sanções administrativas cumulativas (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021):
a) MULTA COMPENSATÓRIA: No importe de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da solicitação de fornecimento nº 165/2026 (R$ 6.988,90), totalizando o valor definitivo de R$ 1.048,33 (um mil, quarenta e oito reais e trinta e três centavos).
b) IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR: Com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Formiga/MG pelo prazo de 2 (dois) anos.
DATA DA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA: 28/07/2026

Formiga/MG, 21 de agosto de 2026.

HEYTOR MARCOS SILVA PIMENTA
Diretor Geral

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:4D0DD0B4

LICITAÇÕES; PORTARIAS; DECRETOS; EXTRATOS; RESOLUÇÕES
SAAE – FORMIGA/MG DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2026 PROCESSO LICITATÓRIO N°51/2026

SAAE – Formiga/MG
Dispensa de Licitação nº 09/2026
Processo Licitatório n°51/2026

Empresa vencedora:**SAMUEL HENRIQUE DE SOUZA PARREIRA**, inscrita no CNPJ nº **54.629.389/0001-68**, estabelecida em Formiga/MG, na Avenida Paulo de Brito, nº 05, bairro Centro.
Objeto: Aquisição de cópias de chave simples para atender as demandas desta autarquia.
Valor:R$450,00 (Quatrocentos e cinquenta reais).
Ratificação: Adjudicação e Homologação em 20/08/2026, Heytor Marcos Silva Pimenta – Diretor Geral.

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:C13B03DD

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.542, DE 03 DE AGOSTO DE 2026.

Altera dispositivo da Portaria nº 6.230, de 21 de outubro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município e o Decreto 10.841, de 29 de agosto de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 6.230, de 21 de outubro de 2025, passa a vigorar acrescido do inciso XIII, com a seguinte redação:

XIII – Silvino Luciano Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 03 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:009D1A02

PORTARIAS
PORTARIA Nº 6.575, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa servidor para a função que menciona.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORMIGA, usando das atribuições que lhe confere o art. 61, VI, da Lei Orgânica do Município, e considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, por meio do Memorando – Conecta nº. 8482/2026;

RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor Hudson Oliveira de Paula para, sem ônus adicional ao erário, acompanhar e fiscalizar o processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico - sem Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição de projetor multimídia, tela de projeção retrátil e notebook (computador portátil), destinados ao atendimento das necessidades administrativas e institucionais da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, visando proporcionar melhores condições para a realização de reuniões, apresentações, treinamentos, videoconferências e demais atividades desenvolvidas pela Secretaria..
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Formiga, 24 de agosto de 2026.

LAÉRCIO DOS REIS GOMES
CORONEL LAÉRCIO
Prefeito de Formiga

Publicado por:
Rafaella Candelaria Machado Sousa
Código Identificador:60144A9B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FORMOSO

MUNICÍPIO DE FORMOSO MG
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 81/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 81/2026. OBJETO: Contratação de prestação de serviços especializados para manutenção e reforma da ponte sobre o córrego São Francisco, visando assegurar sua adequada conservação, segurança, funcionalidade e condições de utilização, em atendimento às demandas operacionais da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Formoso/MG. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA: Contratação Direta, por dispensa de licitação, em razão do valor, com fundamento no disposto no inciso II do artigo 75 da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021. PUBLICAÇÃO DO AVISO: 13/08/2026. DECISÃO DA COMISSÃO: 19/08/2026. RATIFICAÇÃO EM 20/08/2026. VALOR GLOBAL: R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). CONTRATADO: Geronilson Lopes Batista – CPF: 110.207.156-00.

Formoso/MG, 20 de agosto de 2026.

DINARTE HENRIQUE GUEDES ORNELAS,
Prefeito.

Publicado por:
Taynnah Silva Espindola
Código Identificador:4C61B710

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE FRANCISCO SA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2026 – ENTE CONSORCIADO

Locatário:**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ, CNPJ nº 22.681.423/0001-57;**

Locador:**CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE, CNPJ nº 21.505.697/0001-08;**

OBJETO:CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS NAS AREAS DE ENGENHARIA, TOPOGRAFIA, E ARQUITETURA, PARA INTEGRAR O CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AREA MINEIRA DA SUDENE - CIMAMS, QUE PODERÃO SER CHAMADAS PARA PRESTAR SERVIÇO QUANDO HOUVER DEMANDA. (ENGENHEIRO MECANICO)

LICITACAO:**PAL: 006/2026 - Inexigibilidade 002/2026 – Credenciamento 001/2026**

Valor Global:**R$ 17.280,00**

Vigência:**12/08/2026 Até: 12/08/2027**

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:3DB1E018

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE INSTAURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB Nº 001/2026

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ/MG torna pública a INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB Nº 001/2026, referente ao núcleo urbano informal consolidado denominado ADALBERTO BATISTA ZINZIM, tendo como requerente a Prefeitura Municipal de Francisco Sá/MG.
A abertura do procedimento é realizada com fundamento no art. 32 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.
O núcleo urbano informal Adalberto Batista Zinzim fica classificado na modalidade REURB-S - Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 13.465/2017, conforme análise municipal e considerando o Decreto Municipal nº 4.100/2023.A descrição e a delimitação definitiva do núcleo, bem como a identificação dos imóveis abrangidos, proprietários, confrontantes e respectivas matrículas imobiliárias, serão estabelecidas nos autos do procedimento administrativo competente.

Francisco Sá/MG, 24 de agosto de 2026.

ALINI FERNANDA BICALHO NORONHA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Guilherme Henrique Ferreira Martins
Código Identificador:B788F817

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
EXTRATO DE INSTAURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ/MG torna pública a INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA - REURB Nº 002/2026, referente ao núcleo urbano informal consolidado denominado ZULMA SILVEIRA BATISTA, tendo como requerente a Prefeitura Municipal de Francisco Sá/MG.
A abertura do procedimento é realizada com fundamento no art. 32 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, regulamentada pelo Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.
O núcleo urbano informal Zulma Silveira Batista fica classificado na modalidade REURB-S - Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 13.465/2017, conforme análise municipal e considerando o Decreto Municipal nº 4.100/2023.
A descrição e a delimitação definitiva do núcleo, bem como a identificação dos imóveis abrangidos, proprietários, confrontantes e respectivas matrículas imobiliárias, serão estabelecidas nos autos do procedimento administrativo competente.

Francisco Sá/MG, 24 de agosto de 2026.

ALINI FERNANDA BICALHO NORONHA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Guilherme Henrique Ferreira Martins
Código Identificador:4FFCAA94

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SÁ
PAL. Nº 080/2026 - DISPENSA ELETRONICA. Nº 019/2026

A Prefeitura de Francisco Sá-MG, torna público aos interessados que estará realizando no dia **31/08/2026** (segunda-feira), às 09:00 horas, licitação na modalidade de Dispensa Eletrônica, sob a regência da Lei n° 14.133/2021, em sessão pública, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SEIS NOVOS POSTES DE ILUMINAÇÃO NO ESTÁDIO MUNICIPAL MIGUEL MIRANDA, INCLUINDO A RETIRADA E DESTINAÇÃO ADEQUADA DAS ESTRUTURAS EXISTENTES, BEM COMO A LIGAÇÃO DA PARTE ELÉTRICA EM REFLETORES EXISTENTES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SÁ/MG**.

EXECUÇÃO INDIRETA: Empreitada por Preço Global.

O Edital completo; envio/recebimento das propostas e doc. de habilitação por meio do site: https://ammlicita.org.br/

Data limite: Até às **08h59min** do dia **31/08/2026**.

Abertura sessão/envio de lances: às **09h00min** do dia **31/08/2026**.

ALEX SANDER R. AGUIAR
Agente de Contratação.

Publicado por:
Alex Sander Rocha Aguiar
Código Identificador:957757CD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GRÃO MOGOL

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO MUNICIPAL DE Nº 575, DE 27 DE JULHO 2026.

DECRETO MUNICIPAL DE Nº 575, DE 27 DE JULHO 2026.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CURRÍCULO REFERÊNCIA DE MINAS GERAIS E INSTITUI A COMPUTAÇÃO COMO COMPLEMENTO À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL-MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Grão Mogol - MG, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 54, I, alínea *j*, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDANDO a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, suplementar a legislação federal e estadual e manter, em cooperação com a União e o Estado, programas de educação infantil e ensino fundamental;

CONSIDERANDO que compete aos Municípios organizar, manter e desenvolver seu sistema de ensino e baixar normas complementares para sua rede;

CONSIDERANDO que os currículos da educação infantil e do ensino fundamental devem observar uma base nacional comum, complementada por parte diversificada segundo as características regionais e locais;

CONSIDERANDO a resolução CNE/CP nº 2 de, 22 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a normatização da Base Nacional Comum Curricular;

CONSIDERANDO o Parecer nº 937/2018 do CEE/MG, aprovado em 13.12.2018, que homologou o CRMG da Educação Infantil e Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO a revisão obrigatória dos Projetos Políticos Pedagógicos das Unidades escolares para se adequarem ao CRMG.

CONSIDERANDO a importância da adequação do currículo escolar às necessidades e características locais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, que institui a Política Nacional de Educação Digital e prevê a educação digital escolar, o letramento digital e o ensino de Computação, programação, robótica e outras competências digitais;

CONSIDERANDO a previsão da Resolução nº 1, de 04 e outubro de 2022, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que traz as Normas sobre Computação na Educação Básica – Complemento à BNCC;

CONSIDERANDO a previsão da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 21 de março de 2025, que Instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática;

CONSIDERANDO o Parecer nº 1588/CEE/PLENARIO/2025, que aprovou favoravelmente a homologação da versão preliminar do Referencial Curricular Computação na Educação Básica;

DECRETA:

Art. 1°. Homologar a adesão ao Referencial Curricular Computação na Educação Básica do Estado de Minas Gerais, anexo à Base Nacional Comum Curricular de Minas Gerais (BNCC), no Município de Grão Mogol-MG.

Art. 2°. O Referencial Curricular Computação na Educação Básica do Estado de Minas Gerais passará a vigorar em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Grão Mogol-MG, a partir do início do ano letivo de 2027.

Art. 3º. Fica instituída a computação como complemento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no currículo da educação básica do Município de Grão Mogol, que deverá ser incorporado nas instituições de ensino da rede municipal.

Art. 4º. O referido complemento à BNCC incluirá conteúdos e práticas pedagógicas que visem:
I - Desenvolvimento do pensamento crítico e criativo;
II - Alfabetização digital;
III - Estimular o desenvolvimento sustentável e a cidadania digital;
IV - Fomentar a inovação e o uso de tecnologias educacionais;
V - Desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, a criação e teste de algoritmos, e a solução de problemas de maneira colaborativa.

Art. 5°. A computação na educação infantil irá seguir as seguintes premissas:
I - Desenvolver o reconhecimento e a identificação de padrões, construindo conjuntos de objetos com base em diferentes critérios como: quantidade, forma, tamanho, cor e comportamento;
II - Vivenciar e identificar diferentes formas de interação mediadas por artefatos computacionais.
III - Criar e testar algoritmos brincando com objetos do ambiente e com movimentos do corpo de maneira individual ou em grupo;
IV - Solucionar problemas decompondo-os em partes menores identificando passos, etapas ou ciclos que se repetem e que podem ser generalizadas ou reutilizadas para outros problemas.
Art. 6°. No ensino fundamental serão trabalhadas as seguintes competências:
I - Compreender a Computação como uma área de conhecimento que contribui para explicar o mundo atual e ser um agente ativo e consciente de transformação capaz de analisar criticamente seus impactos sociais, ambientais, culturais, econômicos, científicos, tecnológicos, legais e éticos;
II - Reconhecer o impacto dos artefatos computacionais e os respectivos desafios para os indivíduos na sociedade, discutindo questões socioambientais, culturais, científicas, políticas e econômicas;
III - Expressar e partilhar informações, ideias, sentimentos e soluções computacionais utilizando diferentes linguagens e tecnologias da Computação de forma criativa, crítica, significativa, reflexiva e ética;
IV - Aplicar os princípios e técnicas da Computação e suas tecnologias para identificar problemas e criar soluções computacionais, preferencialmente de forma cooperativa, bem como alicerçar descobertas em diversas áreas do conhecimento seguindo uma abordagem científica e inovadora, considerando os impactos sob diferentes contextos;
V - Avaliar as soluções e os processos envolvidos na resolução computacional de problemas de diversas áreas do conhecimento, sendo capaz de construir argumentações coerentes e consistentes, utilizando conhecimentos da Computação para argumentar em diferentes contextos com base em fatos e informações confiáveis com respeito à diversidade de opiniões, saberes, identidades e culturas;
VI - Desenvolver projetos, baseados em problemas, desafios e oportunidades que façam sentido ao contexto ou interesse do estudante, de maneira individual e/ou cooperativa, fazendo uso da Computação e suas tecnologias, utilizando conceitos, técnicas e ferramentas computacionais que possibilitem automatizar processos em diversas áreas do conhecimento com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, de maneira inclusiva;
VII - Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, identificando e reconhecendo seus direitos e deveres, recorrendo aos conhecimentos da Computação e suas tecnologias para tomar decisões frente às questões de diferentes naturezas;

Art. 7°. A implementação do complemento será responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, que deverá:
I - Elaborar e disponibilizar orientações pedagógicas para as escolas;
II - Promover capacitações para os profissionais da educação sobre os novos conteúdos;
III - Avaliar e revisar periodicamente o currículo complementar, em consonância com a BNCC, posteriormente sendo nomeada uma comissão para essa função, através de portaria;
IV - Realizar um levantamento e adequação dos espaços e equipamentos;
V - Adquirir os equipamentos necessários para implementação da computação no currículo da educação básica.
§1°. Compete às escolas municipais iniciar as mudanças no PPP para constar como se dará a implantação da computação nas diversas disciplinas da educação básica;
§2°. Compete aos professores:
I - Participarem ativamente das capacitações ofertadas pela Secretaria de Educação e Escola;
II - Implementar a computação durante suas aulas.

Art. 8°. A Computação na Educação Básica será implementada gradativamente respeitando a autonomia pedagógica das unidades escolares e a formação continuada dos profissionais da educação.

Art. 9°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos curriculares a partir do início do ano letivo de 2027.

Publique-se e registra-se.

Grão Mogol, 27 de julho de 2026.

DIÊGO ANTONIO BRAGA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Eugênio Nascimento Paulino
Código Identificador:AE2AA7E7

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LEI MUNICIPAL Nº 1.064, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

LEI MUNICIPAL Nº 1.064, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO, OS CRITÉRIOS E AS MODALIDADES DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO NATALINO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL - MG, EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO FIXADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A **CÂMARA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL** aprovou, e eu, sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. Fica instituído, no âmbito do Município de Grão Mogol, o benefício da Cesta Natalina, a ser concedido anualmente no mês de dezembro aos servidores públicos municipais.
Art. 2º. São beneficiários da Cesta Natalina todos os servidores públicos ativos da Administração Direta e Indireta, compreendendo:
I – Servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo;
II – Servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão
III – Detentores de funções públicas e contratados temporariamente por excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º. O Poder Executivo Municipal poderá implementar a concessão do benefício previsto nesta Lei através de uma das seguintes modalidades, de acordo com a conveniência administrativa e disponibilidade orçamentária:
I – In natura: mediante a entrega direta de kit de produtos alimentícios típicos do período natalino;
II – Vale-Cesta Natalina ou Ticket-Cesta: mediante a entrega de documento ou meio eletrônico para troca exclusiva por produtos alimentícios em estabelecimentos comerciais credenciados no município.

Art. 4º. A concessão do benefício fica condicionada à observância dos seguintes requisitos fiscais e orçamentários:
I – Previsão de dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual (LOA);
II – Autorização expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do respectivo exercício;
III – Cumprimento das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), especialmente no que tange à estimativa de impacto orçamentário-financeiro, quando aplicável.

Art. 5º. O benefício instituído por esta Lei possui natureza estritamente indenizatória e alimentar, em razão de sua finalidade e eventualidade, não se incorporando ao vencimento ou remuneração para qualquer efeito legal, não constituindo base de cálculo para contribuição previdenciária ou FGTS, nem configurando rendimento tributável para fins de Imposto de Renda, observada a legislação federal específica.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Grão Mogol - MG, 18 de agosto de 2026.

DIÊGO ANTONIO BRAGA FAGUNDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Eugênio Nascimento Paulino
Código Identificador:56EB11F9

SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PRC 041 INEX 016 CRED 004/2025-1ª PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG- Prorrogação de vigência do **EDITAL 018/2025-Proc. 41/25-INEXIGIBILIDADE 16/25-CREDENCIAMENTO 4/25-** Credenciamento de pessoas física ou jurídica para fornecimento de refeições self service e refeições tipo Marmitex e serviços de hospedagem, para servidores e prestadores de serviços em Grão Mogol/MG e Montes Claros/MG-Prorroga-se a vigência dos termos de credenciamento já formalizados-Período 01/07/26 a 01/07/27-Procedimento aberto para recebimento de novas propostas.

Publicado por:
Edilson Braz de Sousa
Código Identificador:79BF5266

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARACIABA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO 048/2026 - INEXIGIBILIDADE 008/2026 - CREDENCIAMENTO 001/2026

Ás 13h00min do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e seis, reuniram-se nas dependências do Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, situado na Rua Direita, nº 92, Centro, Guaraciaba/MG, CEP 35.436-000, a Senhora Diógia Nataele Bailon, na qualidade de Agente de Contratação, acompanhada dos servidores Taynara da Costa Rodrigues, Diego da Silva Oliveira e Vanice Águida Vigiano, integrantes da Equipe de Apoio, todas designadas por meio da Portaria nº 087/2026, bem como os Senhores Gislene Evangelista Ferreira, Geraldo Magela de Souza e Thamires de Freitas Oliveira Silva, integrantes da Comissão Especial de Avaliação, designados pela Portaria nº 033/2026.

A reunião teve por finalidade proceder à análise das solicitações de atualização cadastral e de descredenciamento apresentadas por credenciados, bem como à análise e ao julgamento da documentação de habilitação apresentada no âmbito do Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto consiste no credenciamento, para fins de eventual contratação de bandas, artistas musicais, apresentação infanto-juvenil, DJ e locutor, não detentores de consagração crítica em âmbito estadual ou nacional, para apresentação nos diversos estilos musicais em eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba/MG, observadas as quantidades, especificações, condições e valores estabelecidos no Edital e em seus respectivos anexos.

Registra-se que, em conformidade com as disposições estabelecidas no instrumento convocatório, as solicitações e a documentação pertinente foram encaminhadas pelos interessados por meio eletrônico, mediante correio eletrônico (e-mail), bem como mediante protocolo presencial junto ao Setor de Licitações e Contratos, conforme o caso.

Consigna-se, ainda, que os interessados não compareceram pessoalmente à sessão de análise e julgamento, tampouco se fizeram representar por procurador ou representante legal devidamente constituído, circunstância que não prejudica o regular prosseguimento dos trabalhos, uma vez que a documentação necessária à análise foi apresentada pelos meios admitidos pelo Edital.

Dessa forma, os membros presentes deram início à conferência e análise individualizada da documentação apresentada, procedendo à verificação do atendimento aos requisitos de habilitação e às demais condições estabelecidas no instrumento convocatório, bem como à apreciação das solicitações de atualização cadastral e de descredenciamento formuladas pelos credenciados.

DA ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E DESCREDENCIAMENTO

No que se refere às solicitações de atualização cadastral, foi apresentada pelo Senhor Luiz Henrique Guimarães Gonçalves, na qualidade de representante legal e responsável pelo projeto artístico anteriormente denominado “Forró News”, solicitação por meio da qual comunicou o encerramento do referido projeto artístico e o início de novo projeto artístico denominado “Alê Mineiro”.

Em razão da alteração comunicada, o interessado requereu a atualização dos dados cadastrais e da documentação anteriormente apresentada e vinculada ao Credenciamento nº 001/2026, para que passasse a constar no cadastro do credenciado a denominação artística “Alê Mineiro” como a atual identificação do projeto artístico.

O requerente esclareceu, ainda, que não houve alteração quanto ao responsável já cadastrado no processo, permanecendo o Senhor Luiz Henrique Guimarães Gonçalves na condição de representante legal e responsável pelo projeto artístico.

Para fins de comprovação e atualização das informações constantes dos autos, foram reapresentados os documentos exigidos pelo instrumento convocatório, dentre os quais os Anexos II, IV, V e V-A, além de currículo artístico e cartazes de eventos, destinados à

atualização e à comprovação das informações relativas ao novo projeto artístico.

Após a análise da documentação apresentada, constatou-se que os documentos se encontram regulares e em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026 e seus anexos, não tendo sido identificadas pendências ou irregularidades que impeçam a atualização cadastral solicitada.

Dessa forma, a solicitação de atualização cadastral foi considerada regular e apta ao prosseguimento, devendo os registros do credenciado ser atualizados para que passe a constar a denominação artística "Alê Mineiro", mantido o Senhor Luiz Henrique Guimarães Gonçalves como representante legal e responsável pelo projeto artístico.

Na sequência, foi analisada a solicitação de atualização cadastral apresentada pelo Senhor Denilson Daniel Alves, representante legal da dupla regional anteriormente denominada "Raquel e Denilson", encaminhada por meio eletrônico, nos termos admitidos pelo instrumento convocatório.

Por meio da solicitação, o representante comunicou a alteração da composição do projeto artístico, informando que a Senhora Lívia Luiza Barbosa R. Dias passa a integrar a formação artística na condição de vocalista, em substituição à componente anteriormente cadastrada.

Em decorrência da alteração da composição artística, foi igualmente solicitada a alteração da denominação artística do projeto, que anteriormente constava como "Raquel e Denilson", passando a adotar a denominação "Lívia Barbosa e Denilson".

Para fins de atualização dos registros constantes do processo de Credenciamento nº 001/2026, o interessado encaminhou, juntamente com a solicitação, a documentação destinada à comprovação das alterações comunicadas, incluindo os Anexos V e V-A, bem como vídeos e cartazes de eventos, utilizados para a atualização e análise das informações relativas ao novo projeto artístico.

Após a análise da documentação apresentada, a Comissão constatou que os documentos se encontram regulares e em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026 e seus anexos, não tendo sido identificadas pendências ou irregularidades quanto às alterações solicitadas.

Dessa forma, a solicitação de atualização cadastral foi considerada regular e apta ao prosseguimento, devendo os registros do credenciado ser atualizados para que passe a constar a denominação artística "Lívia Barbosa e Denilson", com a Senhora Lívia Luiza Barbosa R. Dias integrando a formação artística na condição de vocalista.

Dando continuidade, foi analisada a solicitação de descredenciamento apresentada pelo Senhor Leonardo André Moyle de Souza, na qualidade de produtor da empresa 54.769.367 Eliane Moile de Souza, inscrita no CNPJ sob o nº 54.769.367/0001-01, credenciada no âmbito do Credenciamento nº 001/2026.

O pedido de descredenciamento foi apresentado em razão do falecimento do titular anteriormente responsável pela empresa, circunstância que ensejou a necessidade de encerramento do cadastro anteriormente vinculado ao credenciamento.

Após a análise da solicitação apresentada, constatou-se que o pedido foi formalizado de maneira regular, não tendo sido identificadas pendências que impeçam o seu processamento.

Dessa forma, a solicitação de descredenciamento foi considerada regular e deferida, devendo ser promovida a atualização dos registros do Credenciamento nº 001/2026, com a consequente retirada da empresa do rol de credenciados.

DAS NOVAS SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO

Na sequência dos trabalhos, foram apresentadas novas solicitações de credenciamento, acompanhadas da respectiva documentação exigida no Edital de Credenciamento nº 001/2026, conforme discriminado a seguir:

NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
50.692.053 WEDISON TEIXEIRA DE BARROS	50.692.053/0001-99
36.318.163 GABRIEL APARECIDO MARTINS FILHO	36.318.163/0001-64
61.265.423 MAIRA MARTINS TAVARES	61.265.423/0001-28
JULIO CÉSAR EVANGELISTA	084.775.516-93

RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Realizada a análise individualizada da documentação apresentada pelos interessados, verificou-se o seguinte:

NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ANÁLISE
50.692.053 WEDISON TEIXEIRA DE BARROS	Banda de pequeno porte – mínimo de 04 componentes	Apresentou todos documentos de habilitação em conformidade com o Edital, a análise de qualificação técnica é de responsabilidade da Comissão Especial.
36.318.163 GABRIEL APARECIDO MARTINS FILHO	Banda de grande porte – mínimo de 10 componentes	Apresentou todos os documentos de habilitação em conformidade com o Edital. Registra-se que o interessado já se encontra credenciado em categoria distinta, sendo a presente solicitação referente a novo enquadramento em categoria diversa, possibilidade admitida pelo item 2.4 do Edital. A análise da qualificação técnica é de responsabilidade da Comissão Especial de Avaliação.
61.265.423 MAIRA MARTINS TAVARES	Banda de grande porte – mínimo de 10 componentes	Apresentou todos documentos de habilitação em conformidade com o Edital, a análise de qualificação técnica é de responsabilidade da Comissão Especial.
JULIO CESAR EVANGELISTA	Locutor Profissional	Apresentou todos documentos de habilitação em conformidade com o Edital, a análise de qualificação técnica é de responsabilidade da Comissão Especial.

Em conformidade com o disposto no item 4.10 do Edital, a Agente de Contratação e a Equipe de Apoio realizaram consultas aos sítios eletrônicos oficiais competentes, com a finalidade de verificar a regularidade das empresas perante os órgãos oficiais, bem como promover a atualização das certidões que se encontravam vencidas.

Quanto ao interessado 36.318.163 GABRIEL APARECIDO MARTINS FILHO, registra-se que o mesmo já se encontra credenciado no âmbito do Credenciamento nº 001/2026 em categoria distinta, tendo apresentado, na presente oportunidade, nova solicitação de credenciamento para a categoria de Banda de Grande Porte – mínimo de 10 componentes.

A Comissão esclarece que a presente solicitação não configura duplicidade irregular de credenciamento, tampouco implica a constituição de novo proponente, tratando-se de novo enquadramento do mesmo interessado em categoria distinta daquela em que já se encontra credenciado. Tal possibilidade encontra respaldo no item 2.4 do Edital de Credenciamento nº 001/2026, que estabelece que será aceita uma proposta por proponente "para cada categoria ofertada", não havendo no instrumento convocatório vedação à participação do mesmo proponente em mais de uma categoria.

No caso em análise, a documentação apresentada foi conferida quanto aos requisitos de habilitação, não tendo sido identificadas, nesta fase, pendências que impeçam o prosseguimento da solicitação, ficando a eventual contratação condicionada à categoria, às características e às necessidades específicas de cada evento, bem como aos critérios de convocação estabelecidos no Edital.

Ressalva-se, contudo, que o reconhecimento da habilitação documental não implica, por si só, o reconhecimento da aptidão técnica para a categoria pretendida, permanecendo a análise da qualificação técnica e do efetivo atendimento às características da categoria de Banda de Grande Porte – mínimo de 10 componentes sob responsabilidade da Comissão Especial de Avaliação, nos termos do Edital e do Termo de Referência.

Ressalta-se que a presente sessão teve por finalidade a análise e conferência da documentação de habilitação apresentada pelos interessados, abrangendo tanto os documentos integrantes das novas solicitações de credenciamento quanto aqueles apresentados em decorrência das solicitações de atualização cadastral e de descredenciamento formuladas por credenciados.

CONCLUSÃO
Encerrada a análise documental, a Agente de Contratação e a Equipe de Apoio concluíram que os interessados abaixo relacionados apresentaram documentação de habilitação em conformidade com as exigências estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026, razão pela qual foram considerados habilitados, ressalvada a análise da qualificação técnica pela Comissão Especial de Avaliação:

NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA PRETENDIDA	SITUAÇÃO
50.692.053 WEDISON TEIXEIRA DE BARROS	Banda de pequeno porte – mínimo de 04 componentes	HABILITADO
36.318.163 GABRIEL APARECIDO MARTINS FILHO	Banda de grande porte – mínimo de 10 componentes	HABILITADO
61.265.423 MAIRA MARTINS TAVARES	Banda de grande porte– mínimo de 10 componentes	HABILITADO
JULIO CÉSAR EVANGELISTA	Locutor Profissional	HABILITADO

Posteriormente, a Comissão Especial de Avaliação reunir-se-á para proceder à análise da qualificação técnica e à classificação dos novos credenciados, nos termos dos itens 9.4 e 10.3 do Termo de Referência/Edital, conforme aplicável.

A relação de credenciados será publicada no Diário Oficial do Município e permanecerá permanentemente disponível e atualizada no sítio eletrônico oficial do Município de Guaraciaba, por meio do Portal de Licitações da Prefeitura de Guaraciaba.

A presente ata da sessão será encaminhada ao endereço eletrônico de cada interessado.

Às 13h45min, foi encerrada a oitava sessão de análise e julgamento referente ao Processo nº 048/2026 – Inexigibilidade nº 008/2026 – Credenciamento nº 001/2026.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, segue assinada pela Agente de Contratação, pela Equipe de Apoio e pelos membros da Comissão Especial de Avaliação.

DIÓGIA NATAELE BAILON
Agente de Contratação

TAYNARA DA COSTA RODRIGUES
Equipe de Apoio

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Membro da Comissão Especial

VANICE ÁGUIDA VIGIANO
Equipe de Apoio

DIEGO DA SILVA OLIVEIRA
Equipe de Apoio

GERALDO MAGELA DE SOUZA
Membro da Comissão Especial

THAMIRES DE FREITAS OLIVEIRA SILVA
Membro da Comissão Especial

Publicado por:
Diogia Nataele Bailon
Código Identificador:38FDC7A0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE CLASSIFICAÇÃO DE CREDENCIADOS

PROCESSO 048/2026 - INEXIGIBILIDADE 008/2026 - CREDENCIAMENTO 001/2026

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na sede da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, situada na Praça Santana, nº 32, Centro, Guaraciaba/MG, CEP 35.436-000, os Senhores Gislene Evangelista Ferreira, Geraldo Magela de Souza e Thamires de Freitas Oliveira Silva, membros da Comissão Especial de Avaliação, designados por meio da Portaria nº 033/2026.

A presente reunião teve por finalidade dar continuidade aos trabalhos relativos à oitava sessão de análise e julgamento de habilitação, Processo nº 048/2026 – Inexigibilidade nº 008/2026 – Credenciamento nº 001/2026, mediante a análise da qualificação técnica dos novos interessados habilitados, bem como proceder à respectiva classificação, nos termos dos itens 9.4, 9.5 e 10.3 do Edital e do Termo de Referência.

Conforme consignado na Ata de Análise e Julgamento de Habilitação realizada em 24 de agosto de 2026, foram considerados habilitados, quanto à documentação de habilitação exigida pelo instrumento convocatório, os seguintes interessados:

NOME/RAZÃO SOCIAL	CPF/CNPJ
50.692.053 WEDISON TEIXEIRA DE BARROS	50.692.053/0001-99
36.318.163 GABRIEL APARECIDO MARTINS FILHO	36.318.163/0001-64
61.265.423 MAIRA MARTINS TAVARES	61.265.423/0001-28
JULIO CÉSAR EVANGELISTA	084.775.516-93

A Comissão Especial de Avaliação, no exercício de suas atribuições, procedeu à análise da qualificação técnica dos interessados acima relacionados, observando os critérios e condições previamente estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 001/2026 e no respectivo Termo de Referência, especialmente aqueles destinados à comprovação da aptidão artística, composição do grupo e demais elementos pertinentes à categoria pretendida.

Após a análise da documentação e dos elementos de qualificação técnica apresentados pelos interessados, a Comissão verificou o atendimento aos requisitos técnicos exigidos para as respectivas categorias, não sendo constatados, na documentação submetida à sua apreciação, elementos que impeçam o prosseguimento dos credenciamentos.

Dessa forma, os interessados foram considerados aptos quanto à qualificação técnica, observada a categoria para a qual requereram o credenciamento.

DA CLASSIFICAÇÃO
Considerando os critérios estabelecidos no instrumento convocatório e após a análise da qualificação técnica dos interessados, a Comissão Especial de Avaliação procedeu à classificação dos credenciados, observada a respectiva categoria, conforme resultado abaixo:

ARTISTA SOLO REGIONAL

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	Thales Limonge Silva	Artista Solo Regional	Axé; Sertanejo; Mpb; Rock/Pop; Pagode/Samba
2º	Rayane Evangelista Georgino	Artista Solo Regional	Sertanejo; Forró; Mpb; Rock/Pop
3º	Wesley de Souza Pereira 01861943660	Artista Solo Regional	Sertanejo
4º	Luciano Eustáquio de Almeida 03552243640	Artista Solo Regional	Sertanejo; Forró

DUPLA REGIONAL

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	Edenir José de Oliveira	Dupla Regional	Forró
2º	Denilson Daniel Alves	Dupla Regional	Forró
3º	57.050.469 Sirley Aparecido dos Santos	Dupla Regional	Forró
4º	Marques Fernando do Espirito Santo	Dupla Regional	Forró; Sertanejo
5º	59.794.604 Wissal de Souza Feitosa	Dupla Regional	Forró

TRIO LOCAL

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	Denilson Daniel Alves	Trio Local	Forró

TRIO REGIONAL

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	Carlos Alessandro do Nascimento	Trio Regional	Forró
2º	Fábio José do Nascimento 15449647654	Trio Regional	Forró
3º	Yago Conforte da Silveira	Trio Regional	Rock/Pop
4º	Denilson Daniel Alves	Trio Regional	Forró
5º	46.280.196 Jardel Geraldo Vieira	Trio Regional	Forró

BANDA DE PEQUENO PORTE – MÍNIMO 04 COMPONENTES

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	49.039.609 Gabrielly Aparecida da Silva Souza Ferreira	Banda de pequeno porte Mínimo 04 componentes	Forró
2º	Wesley de Souza Pereira 01861943660	Banda pequeno porte Mínimo 04 componentes	Baile
3º	**50.692.053 Wedison Teixeira de Barros**	**Banda pequeno porte Mínimo 04 componentes**	**Blues/Rock**

BANDA DE PEQUENO PORTE – MÍNIMO 05 COMPONENTES

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	23.244.917 José Natanael da Silva	Banda de pequeno porte Mínimo 05 componentes	Forró
2º	Matheus de Oliveira	Banda de pequeno porte mínimo 05 componentes	Pop/Rock
3º	Bruno Gonçalves Monteiro	Banda de pequeno porte – mínimo 05 componentes	Gospel
4º	56.901.521 Felipe Evaristo dos Reis	Banda de pequeno porte – mínimo 05 componentes	Pop/Rock
5º	Edson Carlos De Queiroz 92678122620	Banda de pequeno porte – mínimo 05 componentes	Forró/ Sertanejo/ Axé /Pagode/Samba

BANDA DE PEQUENO MÉDIO PORTE – MÍNIMO 07 COMPONENTES

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	Cassiane de Oliveira Gonçalves	Banda de médio porte Mínimo 07 componentes	Gospel
2º	36.154.328 Lucas Tadeu Sampaio Silva	Banda de médio porte Mínimo 07 componentes	Rock/Pop
3º	64.369.913 Felipe Salgado Lopes	Banda médio porte Mínimo 07 componentes	Baile

BANDA DE MÉDIO PORTE – ENTRE 7 E 10 COMPONETES

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	Thales Limonge Silva	Banda de médio porte Entre 7 e 10 componentes	Sertanejo
2º	AVM Produtora LTDA (Bruno Felga)	Banda de médio porte Entre 7 e 10 componentes	Rock/Pop
3º	55.556.360 Augusto Anuxi Rigueira	Banda de médio porte Entre 7 e 10 componentes	Sertanejo
4º	Claudionor Ribeiro Marcello 04563610658	Banda de médio porte Entre 7 e 10 componentes	Axé; Sertanejo; Forró
5º	36.318.163 Gabriel Aparecido Martins Fialho	Banda de médio porte Entre 7 e 10 componentes	Sertanejo

BANDA DE GRANDE PORTE – MÍNIMO 10 COMPONENTES

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	27.415.342 Higor Augusto de Assis	Banda de grande porte – mínimo 10 componentes	Axé; Pagode/Samba
2º	Rayane da Silva Castro 08721372608	Banda de grande porte – mínimo 10 componentes	Axé; Forró
3º	AVM Produtora LTDA (Banda All Star)	Banda de grande porte – mínimo 10 componentes	Baile
4º	49.271.345 Ronaldo Marcos da Silva	Banda de grande porte – mínimo 10 componentes	Pagode/Samba
5º	Violeiros de Sion	Banda grande porte Mínimo 10 componentes	Sertanejo
6º	Reticências Produções Artísticas Ltda	Banda grande porte Mínimo 10 componentes	Baile; Axé; Sertanejo
7º	**36.318.163 Gabriel Aparecido Martins Filho**	**Banda grande porte Mínimo 10 componentes**	**Sertanejo**
8º	**61.265.423 Maira Martins Tavares**	**Banda grande porte Mínimo 10 componentes**	**Pagode**

DJ REGIONAL

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA	ESTILO MUSICAL
1º	Lualy Eugênia Santos	DJ Regional	Baile; Axé; Sertanejo; Forró; Funk; Pagode/Samba
2º	Edinei Erasmo da Silva 72149361604	DJ Regional	Baile; Axé; Sertanejo; Forró; Rock/Pop; Funk; Pagode/Samba
3º	18.085.211 Marcos Vinicius Barbosa Bento	DJ Regional	Baile; Axé; Sertanejo; Forró; Mpb; Funk; Pagode/Samba
4º	Wendel dos Reis Silva	DJ Regional	Baile; Axé; Sertanejo; Forró; Mpb; Funk; Pagode/Samba

LOCUTOR PROFISSIONAL

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CATEGORIA
1º	Robson Wander Fereira Lemos	Locutor Profissional
2º	Gilberto dos Santos Avelino	Locutor Profissional
3º	Wallace Moraes da Silva	Locutor Profissional
4º	15.358.620 Wesley Andrade Moreira	Locutor Profissional
5º	Fernando de Oliveira Aleixo Luiz	Locutor Profissional
6º	Raimundo Afonso Vitulo	Locutor Profissional
7º	**Júlio César Evangelista**	**Locutor Profissional**

DA CONCLUSÃO

Após a análise da documentação e dos elementos de qualificação técnica submetidos à apreciação da Comissão Especial de Avaliação, concluiu-se pelo atendimento dos requisitos técnicos exigidos para as respectivas categorias, estando os interessados aptos ao prosseguimento no procedimento de credenciamento, observada a classificação estabelecida pela Comissão.

Quanto ao interessado 36.318.163 GABRIEL APARECIDO MARTINS FILHO, a Comissão Especial de Avaliação, após análise da documentação de qualificação técnica apresentada, especialmente dos documentos relativos à composição da banda, verificou que a formação apresentada atende ao requisito mínimo de 10 (dez) componentes exigidos para a categoria de Banda de Grande Porte, não obstante o interessado já se encontrar credenciado em categoria distinta.

Dessa forma, considerando a possibilidade de enquadramento do mesmo interessado em categorias distintas, conforme previsto no instrumento convocatório, a Comissão reconheceu a aptidão técnica da formação apresentada para a categoria pretendida de Banda de Grande Porte – mínimo de 10 componentes.

Assim, a Comissão Especial de Avaliação **ratifica a qualificação técnica** dos interessados acima relacionados, para fins de prosseguimento do Credenciamento nº 001/2026, devendo a classificação integrar a relação geral de credenciados do Município de Guaraciaba/MG.
A relação atualizada dos credenciados, com as respectivas categorias e ordem de classificação, deverá ser encaminhada ao Setor de Licitações e Contratos para as providências administrativas pertinentes, inclusive quanto à atualização dos registros e à publicidade do resultado, nos termos do instrumento convocatório.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e achada conforme, segue assinada pelos membros da Comissão Especial de Avaliação.

Guaraciaba/MG, 24 de agosto de 2026.

GISLENE EVANGELISTA FERREIRA
Membro da Comissão Especial

THAMIRES DE FREITAS OLIVEIRA SILVA
Membro da Comissão Especial

GERALDO MAGELA DE SOUZA
Membro da Comissão Especial

Publicado por:
Diogia Nataele Bailon
Código Identificador:7D7D894F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CANCELAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026

O Município de Guarani, por intermédio do Pregoeiro, TORNA PÚBLICO O CANCELAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2026, em virtude dos questionamentos apresentados durante o curso do procedimento licitatório.

Considerando a necessidade de análise técnica dos questionamentos formulados e a fim de assegurar que as especificações, condições e demais exigências constantes do instrumento convocatório estejam adequadamente alinhadas às necessidades da Administração e ao objeto pretendido, os questionamentos apresentados serão encaminhados ao Setor Requisitante para análise e manifestação técnica.

Dessa forma, visando resguardar o interesse público, a segurança jurídica do procedimento e a adequada definição das condições da futura contratação, o presente processo licitatório será cancelado, para que, após a análise pelo setor requisitante, sejam avaliadas as providências necessárias quanto à manutenção, adequação ou reformulação do objeto e das condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Ressalta-se que o cancelamento decorre da necessidade de reavaliação técnica do objeto, não implicando, neste momento, qualquer juízo quanto ao mérito dos questionamentos apresentados.

Após a conclusão da análise pelo Setor Requisitante, serão adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive, se for o caso, a instauração de novo procedimento licitatório, observada a legislação vigente.

Guarani, 24 de agosto de 2026

RENAN BRAGA
Pregoeiro

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:D0BCBE6F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 006/2026

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE GUARANI - MG.
CNPJ: 18.338.160/0001-00.

BENEFICIÁRIO: TEATRO DE CÂMARA DE GUARANI.
CNPJ: 07.101.836/0001-21.

OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto liberação de recursos financeiros provenientes de Emendas Impositivas em favor do Teatro de Câmara de Guarani, associação civil beneficente, regularmente constituída, sem fins lucrativos, destinados ao desenvolvimento, fortalecimento e manutenção de atividades culturais no Município de Guarani/MG, contribuindo para a promoção, valorização e democratização do acesso à cultura pela comunidade.

PRAZO: Este Instrumento tem sua vigência até **31/12/2026**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por até quatro anos, se houver interesse e conveniência da administração municipal.

VALOR: Para a execução do objeto deste Termo de Fomento, os recursos somam o valor de **R$ 14.910,00 (quatorze mil novecentos e dez reais)**.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.

INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026.

SIGNATÁRIOS: EMERSON PATRICK VIEIRA E RICARDO DA COSTA MARIGO.

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:B61A649F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2026

O Exmo. Sr. Prefeito do Município de Guarani/MG, Emerson Patrick Vieira, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, **RATIFICA** a Inexigibilidade de Chamamento Público nº 006/2026, cujo objeto consiste na liberação de recursos financeiros provenientes de Emendas Impositivas em favor do Teatro de Câmara de Guarani, associação civil beneficente, regularmente constituída, sem fins lucrativos, destinados ao desenvolvimento, fortalecimento e manutenção de atividades culturais no Município de Guarani/MG, contribuindo para a promoção, valorização e democratização do acesso à cultura pela comunidade.

A presente ratificação contempla a seguinte instituição:

TEATRO DE CÂMARA DE GUARANI - CNPJ nº 07.101.836/0001-21

VALOR TOTAL: R$ 14.910,00 (quatorze mil novecentos e dez reais)

ORIGEM DOS RECURSOS: Emendas Impositivas

Dessa forma, nos termos da legislação vigente, fica**RATIFICADO**o processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 006/2026 em favor da instituição acima identificada, para a consecução do objeto descrito.

Guarani/MG, 21 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:C76D63F5

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2026

O **MUNICÍPIO DE GUARANI-MG**, no uso de suas atribuições legais e em observância ao princípio da autotutela administrativa,

comunica o **CANCELAMENTO** do presente certame. A medida fundamenta-se na necessidade de revisão e ajustes técnicos no Termo de Referência, visando ao aperfeiçoamento do objeto e à garantia do interesse público. O cancelamento imediato objetiva evitar prejuízos aos licitantes e assegurar a lisura de uma disputa justa e bem fundamentada.
Informamos que o objeto será republicado oportunamente após a adequação da fase interna, com o intuito de ampliar a competitividade e a eficiência da contratação. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo e-mail licitacao@guarani.mg.gov.br ou pelo telefone (32) 3112-1687.

Guarani-MG, 24 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:3322D265

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUAXUPÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 183/2026, originado do Credenciamento nº 015/2025, firmado com a empresa **SMADS SERVICOS MEDICOS LTDA. Objeto:** Credenciamento de empresas para prestação de serviços de consultas médicas especializadas nas áreas de Angiologia/Avaliação de Cirurgia Vascular, Cardiologia, Coloproctologia, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia/Avaliação de Cirurgia Gastroenterológica, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia e Hemoterapia, Neurologia, Oftalmologia (incluso os exames de tonometria, fundoscopia e biomicroscopia), Otorrinolaringologia, Pneumologia, Psiquiatria, Reumatologia, Urologia, Anestesista (Avaliação anestésica), Ortopedia, Cirurgia Geral para realização de consultas e pequenas cirurgias ambulatoriais e Pediatria, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 289.230,00.

Guaxupé, MG, 24/08/2026

DANIELA BETTELLI LUTF
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:5C1CA2E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ – Extrato do Contrato nº 184/2026, originado da Concorrência nº 008/2026, firmado com a empresa **BARROS BITTENCOURT EMPREENDIMENTOS LTDA. Objeto:** Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) Tipo II padrão alvenaria SES/MG, a ser implantada no bairro Jardim Alvorada, em Guaxupé/MG. **Valor:** R$ 2.978.729,54.

Guaxupé, MG, 24/08/2026

MÁRCIO ANTÔNIO GONÇALVES PEREIRA
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Fabio de Araujo
Código Identificador:01DCE1B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ
EXTRATOS TERMOS DE ADESÃO AO PROGRAMA BOLSA ATLETA EDITAL 05/2026/SMCET

O Município de Guaxupé/MG torna público os Extratos dos Termos de Adesão ao Programa Bolsa Atleta, que têm por objeto a concessão de auxílio financeiro aos projetos esportivos selecionados, em conformidade com o Edital nº 05/2026/SMCET da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, nos termos da Lei Municipal nº 3.193/2025 e do Decreto Municipal nº 3.038/2025. As despesas, decorrentes destes Termos, serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

02.08.07.27.811.0720.2603.3.3.90.48.00 – Ficha 880 – Fonte 1500 – Código de aplicação 0000

Nº Termo de Adesão ao Programa Bolsa Atleta	Proponente	Valor	Vigência
11/2026	Conrado Santos de Morais	9.850,00	24/08/2026 a 06/12/2026

Guaxupé, 24 de agosto de 2026.

CASSIANO DA SILVA
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Roberto Deodato Junior
Código Identificador:72F44396

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GURINHATÃ

SETOR DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO - DISPENSA 016/20216

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE, Prefeito Municipal de Gurinhatã, e ordenador de despesas, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela lei:

Considerando a necessidade para aquisição de kimonos e faixas para utilização dos participantes das atividades de jiu-jitsu, conforme documentos anexo a solicitação.

Considerando a escolha da empresa **LOJA DO KIMONO LTDA** inscrita no **CNPJ** n° **46.345.414/0001-53**, pelo valor global de R$ 25.875,20 (vinte e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).

Considerando a existência do interesse público, recursos financeiros e orçamentários para contratação dos serviços.

Considerando o parecer técnico do agente de contratação e parecer jurídico pela legalidade da contratação direta nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Autorizo a contratação da empresa empresa **LOJA DO KIMONO LTDA** inscrita no **CNPJ** n° **46.345.414/0001-53**, para contratação de empresa especializada para aquisição de kimonos e faixas para utilização dos participantes das atividades de jiu-jitsu desenvolvidas no âmbito do Projeto Avança Suas - Etapa I E II, pelo valor global de R$ 25.875,20 (vinte e cinco mil oitocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos).
Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

Gurinhatã-MG, 24 de agosto de 2026.

DOUGLAS HENRIQUE VALENTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mariane Azevedo Silva
Código Identificador:DFB1595D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IBIÁ

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 022/2026

Objeto: Prestação de serviços jurídicos técnicos especializados de auditoria, assessoria, consultoria e recuperação de recursos financeiros vinculados à área da saúde, compreendendo o levantamento, a identificação, a análise, a regularização e a recuperação de recursos referentes a exercícios anteriores que se encontrem glosados, bloqueados, estagnados, pendentes de prestação de contas, com utilização inviabilizada ou submetida a outras restrições administrativas, visando à sua reabilitação, ao seu desbloqueio e à sua efetiva disponibilização ao município de Ibiá/MG, mediante remuneração por honorários advocatícios de êxito (ad exitum) correspondentes a 20% (vinte por cento) sobre os valores efetivamente recuperados em favor do município.

O valor total a ser pago pela contratação será de 20% (vinte por cento), a título de honorários advocatícios de resultado *(ad êxito)*, incidentes sobre a integralidade dos valores recuperados, incluindo a necessária reestruturação e reenquadramento orçamentário, dos recursos financeiros da área da saúde, de exercícios anteriores, que atualmente se encontram glosados e/ou inviabilizados de serem utilizados pelo Município e/ou estagnados diante da impossibilidade de cumprirem o objetivo para o qual foram inicialmente destinados ao Município, após a devida homologação ou aprovação dos órgãos competentes.

Na hipótese de não haver a homologação ou aprovação dos órgãos competentes, somente será devido os honorários advocatícios de resultado (*ad êxito*), após o trânsito em julgado da medida judicial que garantir a recuperação de referidos valores.

Contratado: SOUSA OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ: 07.297.814/0001-89
Data do Contrato: 23/06/2026
Término do Contrato: 23/06/2027

Ibiá (MG), 24 de agosto de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:82E29EC1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato

Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 029/2026

Objeto: O presente instrumento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL CREDENCIADO
NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025 (PAL Nº 106/2025), OBSERVADA A ORDEM DO SORTEIO,
PARA EXECUÇÃO INTEGRAL DO LEILÃO Nº 001/2026 (PAL Nº 097/2026), compreendendo a preparação operacional, organização, divulgação, condução, acompanhamento, encerramento, prestação de contas e demais atos necessários à alienação dos bens municipais.

A demanda específica abrange os 30 (trinta) lotes identificados, descritos, agrupados e avaliados no
Processo Administrativo Licitatório nº 097/2026 - Leilão nº 001/2026, envolvendo mobiliário e sucatas, veículos, motocicletas, máquinas e implementos municipais.

A lavratura deste contrato decorre do Credenciamento nº 001/2025 e da contratação direta
formalizada no Processo Administrativo Licitatório nº 104/2026 - Inexigibilidade de Licitação nº 029/2026.

Contratado: WELLINGTON DE MATOS SILVA– CPF: 046.657.566-19
Data do Contrato: 24/08/2026
Término do Contrato: 22/12/2026

Ibiá (MG), 24 de agosto de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publique-se.

Publicado por:
Emilly Vitoria da Silva Andrade
Código Identificador:2673D3CA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO - PROCESSO Nº 109/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 025/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

PROCESSO Nº 109/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 025/2026

Considerando o parecer favorável da Procuradoria Jurídica desta Prefeitura, **AUTORIZO** integralmente, nos termos do Art. 72, inciso VIII e Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 o **Processo de Dispensa de Licitação de n° 025/2026**, que versa sob o objeto **"Contratação de empresa especializada para desenvolvimento, criação, produção, impressão, personalização, montagem e fornecimento de 3.000 (três mil) Kits Educativos "Guardiões do Patrimônio", destinados às ações de educação patrimonial da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Ibiá/MG"**, para a contratação da empresa **GRAFICA BRUMADO LTDA, inscrita no CNPJ n° 20.279.965/0001-72**, empresa vencedora pela proposta mais vantajosa, no valor total de **R$ 37.470,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e setenta reais),** nos termos da ata de julgamento de sessão, realizada no dia 18 de agosto de 2026.

Determino a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Publique-se a presente autorização

Ibiá (MG), 24 de agosto de 2026.

GILLIANNO GILLES FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vithor Gabriel Borges Dos Reis
Código Identificador:8D113AAE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IGUATAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATAMA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 871, DE 19 DE MAIO DE 2026.
"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO PARA EXERCÍCIO DE SERVIÇO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

PORTARIA MUNICIPAL Nº 871, DE 19 DE MAIO DE 2026.

"Designa servidor público para exercício de serviço público e dá outras providencias."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IGUATAMA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, na forma prevista no art. 98, I e XII c/c o artigo art. 118, II, "a"," b" e "f" ambos da Lei Orgânica Municipal, e amparada pela Legislação Municipal de Pessoal vigente:
RESOLVE:
Art. 1º - Fica designada a servidora Lariane Vieira dos Santos, inscrita no CPF nº 085.741.436-42, para exercer os serviços públicos de Fiscalização Sanitária.
Art. 2º - A presente designação ocorrerá sem ônus para o Município, se tratando, no entanto, de serviço público relevante.
Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

LUCAS VIEIRA LOPES.
Prefeito de Iguatama/MG.

Publicado por:
Dário Alves Gonzaga
Código Identificador:B7B0AA0F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE INDIANÓPOLIS

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 40/2026

Objeto: Inscrição de **03 (três) vereadores da Câmara Municipal de Indianópolis/MG** para participação no curso com o tema **"35º SIMPÓSIO DE GESTÃO PÚBLICA"**, a ser realizado no período de **25 a 28 de agosto de 2026**, na cidade de **Brasília/DF**.
Valor da contratação: R$ 4.470,00 (quatro mil quatrocentos e setenta reais).
Contratado: INSTITUTO ULYSSES GUIMARÃES LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº **40.033.708/0001-63**.
Fundamentação legal: art. 74, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 6º, inciso XVIII, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Indianópolis/MG, 24 de agosto de 2026.

CLODOALDO JOSÉ BORGES
Presidente

Publicado por:
Weverthon Henrique Souza da Silva
Código Identificador:E01E8A8A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE IPUIÚNA

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – 1º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL PRORROGAÇÃO DE PRAZO – CONTRATO Nº 156/2025– Decorrência: **CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2025. Objeto: CREDENCIAMENTO DE CLINICA MEDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEQUENOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS AMBULATORIAIS DA UNIDADE DE SAÚDE DE IPUIUNA/MG,** com a empresa **MINAS SUL CLINICA MEDICA S/S EPP, CNPJ/MF sob o nº 24.782.497/0002-96.** Prazo de Prorrogação: 12 (doze) meses. De acordo com art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Dotação Orçamentária nº 02.04.10.301.0015.2.237.3.3.90.36.00 – Manutenção de Atividades do Bloco de Atenção Básica – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:28D95539

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – 1º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL PRORROGAÇÃO DE PRAZO – CONTRATO Nº 155/2025– Decorrência: **CHAMADA PÚBLICA Nº 07/2025. Objeto: CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA CONFORME TABELA APROVADA PELA SECRETARIA DE SAÚDE PARA OS PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE IPUIÚNA/MG,** com a empresa **MINAS SUL CLINICA MEDICA S/S EPP, CNPJ/MF sob o nº 24.782.497/0002-96.** Prazo de Prorrogação: 12 (doze) meses. De acordo com art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Dotação Orçamentária nº02.04.10.302.0016.2.241.3390.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Manutenção da Saúde Média Complexidade.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:6FB74AEF

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – 3º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL PRORROGAÇÃO DE PRAZO-CONTRATO Nº 181/2024– DECORRÊNCIA: INEXIGIBILIDADE Nº 15/2024- OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL RURAL DE ÁREA DE 3.297,13 M², LOCALIZADO NO BAIRRO SERTÃOZINHO EM IPUIUNA/MG, PARA DEPÓSITO DE AGREGADOS MINERAIS E MATERIAIS DIVERSOS. Com a Sra. ANA PAULA FRANCO, CPF nº 136.010.126-85. Valor Mensal do Contrato: R$ 2.000,00 (dois mil reais). Período de Prorrogação: 12 (doze) meses. De acordo com a Lei nº 14.133/2021. Dotações orçamentárias: nº 02.07.26.606.0025.2.256.3390.3600 – Ficha nº 460 – Manutenção de Estradas e Rodagens.

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:AA073FC8

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUIUNA/MG – 2º Termo de Alteração Contratual - Prorrogação de Prazo Referente ao Contrato Nº 88/2025– Empresa: **SILAS HENRIQUE VIANA, CNPJ/MF sob o nº 37.862.300/0001-90. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA DE QUADRA ESPORTIVA NO BAIRRO DO BARREIRO DE IPUIUNA/MG, EM ATENDIMENTO AO CONTRATO DE REPASSE Nº961609/2024/MESP/CAIXA.** Período de Prorrogação: 2 (dois) meses. De acordo com artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021. **Dotação Orçamentária nº 02.03.03.12.361.0010.1.113.449051 – Red. 221 – Fonte 1.700.99/1.500.99.**

Publicado por:
Lidia Maria de Paula Franco
Código Identificador:F9236BEA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO 139/2026 – DISPENSA 30/2026. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS AMBIENTAIS VISANDO A OBTENÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS NECESSÁRIAS PARA INTERVENÇÃO EM APP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO 139/2026 – DISPENSA 30/2026. Extrato de ratificação. Empresa contratada: BARBALHO ENGENHARIA & MEIO AMBIENTE LTDA, CNPJ: 63.088.279/0001-27, valor total de R$33.750,00. Objeto: Contratação de empresa especializada para

prestação de serviços técnicos ambientais destinados à elaboração de estudos, projetos, documentos técnicos e instrução de processos administrativos visando à obtenção das autorizações ambientais necessárias para intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, sem previsão de supressão de vegetação nativa, relacionadas à implantação, adequação e regularização de estruturas integrantes do sistema público de abastecimento de água do Município de Itaguara-MG. Fundamentação: Art. 75, I da Lei 14.133/21. Maiores informações no sitio www.itaguara.mg.gov.br.

Itaguara 24/08/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS
Prefeito

Publicado por:
Joice Aparecida de Oliveira
Código Identificador:7039B6F5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 297/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA/MG – extrato do Contrato nº 297/2026. **Contratada:** BARBALHO ENGENHARIA & MEIO AMBIENTE LTDA. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos ambientais destinados à elaboração de estudos, projetos, documentos técnicos e instrução de processos administrativos visando à obtenção das autorizações ambientais necessárias para intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, sem previsão de supressão de vegetação nativa, relacionadas à implantação, adequação e regularização de estruturas integrantes do sistema público de abastecimento de água do Município de Itaguara-MG. Processo nº 139/2026; Dispensa nº 30/2026. **Vigência:** 24/08/2026 a 23/08/2027. **Valor:** R$ 33.750,00. LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS – Prefeito Municipal. **Data de assinatura:** 24/08/2026.

Publicado por:
Maria Clara de Oliveira Morais
Código Identificador:3B54643B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO 130/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 54/2026 AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUARA MG Processo Licitatório 130/2026 Pregão Eletrônico 54/2026, SEQUENCIAL COMPRASGOV: PREGÃO ELETRÔNICO 21/2026- Aviso de retificação – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de transporte escolar de estudantes das redes públicas municipal e estadual, veículo com capacidade mínima para 40 (quarenta) passageiros, Linha Areão–Padre Geraldo, conforme especificações constantes do Termo de Referência e atendimento à solicitação da Secretaria de Educação do Município de Itaguara/MG. O Prefeito torna público a 1ª Retificação do edital Pregão Eletrônico 54/2026. A abertura das "propostas de preços" e o início da sessão de disputa de preços será às 09h00min do dia 11/09/2026, horário de Brasília - DF. Consulta ao Edital e termo de retificação no sítio www.itaguara.mg.gov.br.

Itaguara 24/08/2026.

LUAN BRENNER GONÇALVES DE MORAIS -
Prefeito.

Publicado por:
Evaristo Rosa de Moraes Lara
Código Identificador:48392963

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAMARATI DE MINAS

LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2026

Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas
Aviso de Licitação
Processo Licitatório nº 114/2026

Através de seu Agente de Contratação - Haroldo Lourenço da Rocha e sua Equipe de Apoio, comunica que fará realizar às 09:00 horas do dia **08 de setembro de 2026**, na sede da Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, **licitação tipo menor preço por ITEM**, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual aquisição de materiais elétricos de uso rotineiro, indispensáveis à manutenção das atividades técnicas, para atender a reposição de estoques, conforme demanda de todas as Secretarias do município, e comunica que a solicitação do Edital encontra-se à disposição dos interessados no departamento de licitações pelo e-mail: licitacao@itamaratideminas.mg.gov.br, pmitalicitacao@yahoo.com.br e no site: www.itamaratideminas.mg.gov.br.

Itamarati de Minas, 24 de agosto de 2026.

HAROLDO LOURENÇO DA ROCHA
Pregoeiro Municipal.

Publicado por:
Haroldo Lourenço da Rocha
Código Identificador:6CCB064E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITANHANDU

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.289, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

LEI Nº 2.289, DE 25 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação a ser verificado na FR 1.710, no valor de R$ 100.000,00, cria a ação tipo projeto 1501 e dá outras providências.

O Povo do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei autoriza a abertura de crédito adicional especial por excesso financeiro, a ser apurado na FR 1.719, no âmbito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, em cumprimento aos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no valor total de **R$ 100.000,00** (cem mil reais), na conta corrente 23.648-9, na fonte de recurso FR 1.710 – Transferência Especial dos Estados e cria as ação tipo projeto **1501** – **Aquisição de Veículo para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, com meta física 01 equipamento, e a dotação:

02.04.03.04.122.0007.1501 – Aquisição de Veículo para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
02.04.03.04.122.0007.1501.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso 1.710 – Transferência Especial do Estado .....R$ 100.000,00

Art.3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar a despesa em até 30% (R$ 30.000,00) do valor deste crédito.

Art.4°. Fica autorizada a inclusão do crédito adicional especial criado nesta Lei, nas peças orçamentárias vigentes no Município de Itanhandu.

Art.5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 25 de Agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:5EE5D1D4

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.290, DE 25 DE AGOSOTO DE 2026.

LEI Nº 2.290, DE 25 DE AGOSOTO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação a ser verificado na FR 1.710, no valor de R$ 86.500,00, cria a ação tipo projeto 1502 e dá outras providências.

O Povo do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei autoriza a abertura de crédito adicional especial por excesso financeiro, a ser apurado na FR 1.719, no âmbito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, em cumprimento aos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Art. 2º. Fica autorizada a abertura de crédito adicional especial, por excesso de arrecadação, no valor total de **R$ 86.500,00** (oitenta e seis mil e quinhentos reais), na conta corrente 23.643-8, na fonte de recurso FR 1.710 – Transferência Especial dos Estados e cria as ação tipo projeto **1502** – **Aquisição de Veículo de passeio para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**, com meta física 01 equipamento, e a dotação:

02.11.01.04.122.0007.1502 – Aquisição de Veículo de passeio para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
02.11.01.04.122.0007.1502.4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso 1.710 – Transferência Especial do Estado .....R$ 86.500,00

Art.3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a suplementar a despesa em até 30% (R$ 25.950,00) do valor deste crédito.

Art.4°. Fica autorizada a inclusão do crédito adicional especial criado nesta Lei, nas peças orçamentárias vigentes no Município de Itanhandu.

Art.5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 25 de Agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Guilherme Ordine
Código Identificador:FEEACA0B

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

EXTRATO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026
O Município de Itanhandu/MG torna pública a **Dispensa de Chamamento Público nº 07/2026,** destinada à celebração de **Termo de Colaboração** com a Organização da Sociedade Civil Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura "Dilza Pinho Nilo", inscrita no CNPJ nº **19.014.562/0001-12**, nos termos do art. 29, do inciso VI do art. 30 e do art. 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.
Objeto: Celebração de parceria para aquisição de equipamentos, mobiliários e acessórios para o desenvolvimento do projeto Artes, Culinária, Equitação e Equoterapia, Slackline e Xadrez, mediante recursos provenientes das Emenda Impositivas nºs 19, 29, 44, 46, 62, 47 e 75), execução 2026.
Valor da parceria: R$ 69.800,97 (sessenta e nove mil oitocentos reais e noventa e sete centavos).
Período de execução: 01/09/2026 a 31/12/2026.
Justificativa da dispensa: A presente parceria justifica-se pela indicação de Emendas Impositivas, amparada na Lei Orgânica do Município e no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014. A Fundação Itanhanduense de Educação e Cultura Dilza Pinho Nilo foi indicada por ser a entidade capacitada para executar ações de educação e cultura, em consonância com o Plano de Trabalho apresentado, visando o desenvolvimento social e a solidariedade local. A entidade possui capacidade técnica, operacional e institucional para execução do objeto, estando a medida respaldada por Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, datado de 21 de agosto de 2026.
Dotação Orçamentária: 02.09.03.04.122.0010.3302.3.3.50.43.00; Fonte de Recursos 1.500 - Recursos não vinculados de Impostos; Ficha 850.

Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, o presente extrato é publicado para os fins legais.

Itanhandu/MG, 24 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:4C6A45E8

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

EXTRATO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026
O Município de Itanhandu/MG torna pública a **Dispensa de Chamamento Público nº 05/2026,** destinada à celebração de **Termo de Colaboração** com a Organização da Sociedade Civil Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa, inscrita no CNPJ nº 01.484.857/0001-97, nos termos do art. 29, do inciso VI do art. 30 e do art. 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.
Objeto: aquisição de insumos essenciais para a manutenção das atividades da Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), compreendendo o fornecimento de gêneros alimentícios (perecíveis, não perecíveis e hortifrúti), medicamentos, materiais hospitalares/ambulatoriais, além de produtos de limpeza e lavanderia, visando garantir a assistência integral e o bem-estar dos usuários assistidos, mediante recursos provenientes das Emenda Impositivas nºs 06, 70 e 82, execução 2026.
Valor da parceria: R$ 30.499,48 (trinta mil quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos).
Período de execução: 01/09/2026 a 31/12/2026
Justificativa da dispensa: A presente parceria justifica-se pela indicação de Emendas Impositivas, amparada na Lei Orgânica do Município e no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014. A Casa do Itanhanduense Sarah Guedes Costa – Asilo foi indicada por ser uma Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI, atuante no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e em conformidade com a NOB/SUAS 2012. A instituição demonstra plena capacidade técnica para executar serviços de proteção social e acolhimento adequado aos idosos deste município. A entidade possui capacidade técnica, operacional e institucional para execução do objeto, estando a medida respaldada por Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, datado de 21 de agosto de 2026.
Dotação Orçamentária: 02.04.04.08.241.0010.3306.3.3.50.43.00 – Subvenções Sociais

Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de impostos Ficha 848.

Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, o presente extrato é publicado para os fins legais.

Itanhandu/MG, 24 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:619778F0

DIVISÃO DE CONVÊNIOS
EXTRATO

EXTRATO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026
O Município de Itanhandu/MG torna pública a **Dispensa de Chamamento Público nº 06/2026,** destinada à celebração de **Termo de Colaboração** com a Organização da Sociedade Civil Centro de Recuperação Dr. Sylvio de Almeida - APAE, inscrita no CNPJ nº 17.904.913/0001-35, nos termos do art. 29, do inciso VI do art. 30 e do art. 32 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015.
Objeto: aquisição de **equipamentos de tecnologia assistiva, utensílios e reforma do consultório odontológico,** mediante recursos provenientes das Emenda Impositivas nºs 08, 22 e 48, execução 2026.
Valor da parceria: R$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).
Período de execução: 01/09/2026 a 31/12/2026
Justificativa da dispensa: A presente parceria justifica-se pela indicação de Emendas Impositivas, amparada na Lei Orgânica do Município e no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE foi expressamente indicada como beneficiária da emenda, em razão de sua reconhecida atuação na promoção, proteção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência, por meio da oferta de serviços e atendimentos especializados de relevante interesse público e social. A entidade possui capacidade técnica, operacional e institucional para a execução do objeto da parceria, dispondo de estrutura adequada, equipe especializada e experiência comprovada na prestação de serviços voltados à habilitação, reabilitação, inclusão social e proteção das pessoas com deficiência, estando a presente dispensa respaldada por Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município, datado de 21 de agosto de 2026.
Dotação Orçamentária: 02.04.03.08.242.0010.3305.3.3.50.43.00 Subvenções Sociais
Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de impostos; Ficha 847.

Nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014, o presente extrato é publicado para os fins legais.

Itanhandu/MG, 24 de agosto de 2026.

PAULO HENRIQUE PINTO MONTEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciana Nogueira
Código Identificador:AAA39719

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU/MG - AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N° 056/2026 – Objeto: Prestação de serviços de buffet em caráter itinerante, de alunos, atletas, professores e funcionários nos eventos esportivos JOJU, para atender à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Prefeitura de Itanhandu, através do sistema de registro de preços. Edital completo e realização através do site https://bnc.org.br/. A abertura das "PROPOSTAS DE PREÇOS" e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30min do dia 10/09/2026, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF. Consulta ao Edital no sítio www.itanhandu.mg.gov.br.

EDUARDO FRANCISCO IVO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Eduardo Francisco Ivo
Código Identificador:D1F345FA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPECERICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECERICA/MG - Pregão Eletrônico 50/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de dedetização e desratização de ambientes, limpeza e desinfecção de caixa d'água, em prédios públicos onde são executadas as atividades da Secretaria Municipal de Saúde**.** Recebimento de propostas e documentação até às 12h59 do dia 10/09/2026. Início da Sessão de lances: às 13h00 do mesmo dia. Local: Plataforma: https://comprasbr.com.br/. O edital encontra-se publicado nos sites www.itapecerica.mg.gov.br, https://comprasbr.com.br/, e https://www.gov.br/pncp/pt-br.

ANDRÉA VILANO GUIMARÃES–
Pregoeira.

Publicado por:
Patricia Moreira Diniz Fernandes
Código Identificador:0C647F82

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ITAPEVA

IMPRENSA OFICIAL DE ITAPEVA
AVISO DE LICITAÇÃO 21082026

O MUNICÍPIO DE ITAPEVA, ESTADO DE MINAS GERAIS, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 07/2026, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/2026 – EDITAL Nº 99/2026, sob o critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, com MODO DE DISPUTA ABERTO, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica em C.B.U.Q. na Estrada Municipal do Bairro Pedra Branca, no Município de Itapeva/MG, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, transporte, mobilização, desmobilização, administração local e todos os insumos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme projetos, memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos integrantes do processo, com valor global estimado de R$ 609.587,78 (seiscentos e nove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos). O recebimento das propostas terá início às 08h00 do dia 24 de agosto de 2026, encerrando-se às 12h59 do dia 08 de setembro de 2026, e a abertura das propostas e realização da sessão pública ocorrerão às 13h00 do dia 08 de setembro de 2026, observado o horário de Brasília/DF, por meio do Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal de Compras Públicas e poderão também ser consultados e obtidos na sede da Prefeitura Municipal de Itapeva/MG, situada à Rua Ulisses Escobar, nº 30, Centro, Itapeva/MG, nos dias úteis, das 09h00 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.

Itapeva/MG, 21 de agosto de 2026.

JOÃO PEDRO RAINHO RIBEIRO –
Secretário Municipal de Obras.

Publicado por:
Marcelo Guido Pereira
Código Identificador:23395234

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JACUÍ

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 69/2026

Município de Jacuí/MG torna público Extrato de Contrato n°. **69/2026**, referente ao Processo n° **84/2026**, Inexigibilidade n°. **06/2026** - CONTRATADA: **CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A,** inscrita no CNPJ: 06.981.180/0001-16. O valor total da contratação é de R$ 12.142,96 (doze mil, cento e quarenta e dois reais e noventa e seis centavos). **Objeto:** Contratação da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, visando à execução das intervenções necessárias para implantação da infraestrutura de distribuição de energia elétrica em local onde há ocupação consolidada decorrente de parcelamento de solo irregular ocorrido ao longo dos anos. **Vigência:** O prazo de conclusão da obra será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da quitação da participação financeira pelo cliente, conforme estabelecido no Contrato de Condições Comerciais e Técnicas para Execução de Obras no Sistema Elétrico de Distribuição nº 4268962539/NS 1251700358.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita

Publicado por:
Joice Cristiane da Silva Vidigal
Código Identificador:2BE22CA3

CONTRATOS E LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO ADITIVO

Município de Jacuí/MG torna público extrato do Termo Aditivo nº. 01 ao Contrato n°. 63/2025, referente ao Processo n°. 76/2025, Inexigibilidade n°. 05/2025 – CONTRATADA: **Myssior e Valadares – Sociedade de Advogados**, CNPJ n°: 32.071.553/0001-21**. Objeto**: Este Termo Aditivo tem por objeto extensão do prazo da vigência, compreendendo o período de 02 de setembro de 2026 e ficará estendido até 02 de setembro de 2027, e reajuste de valor de acordo com o índice IPCA acumulado em 12 meses, o qual passará a vigorar com o valor mensal de R$16.710,40.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA.
Prefeita –

Publicado por:
João Pedro Alves Clarismunde
Código Identificador:37624F14

PREFEITURTA MUNICIPAL
LEI Nº 2.134 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Autoriza pagamentos retroativos do quinquênio aos servidores públicos municipais, nos termos do art. 8º-A da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, incluído pela Lei Complementar Federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026, e dá outras providências.

O Povo do Município de Jacuí, por seus representantes Legais, aprovaram e eu Prefeita Municipal sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o pagamento retroativo do quinquênio aos servidores públicos municipais ativos e inativos, correspondente ao período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, nos termos do art. 8º-A da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, incluído pela Lei Complementar Federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026, tendo em vista o reconhecimento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), formalmente decretado pelo Município de Jacuí por meio do Decreto Municipal nº 2.597 de 11 de agosto de 2021, o qual instrui a presente proposição como anexo indispensável à comprovação do requisito legal.

Parágrafo único — A vantagem funcional a que se refere o *caput* é aplicada a título de adicional por tempo de serviço ao servidor público ocupante de cargo efetivo a cada período de 05 (cinco) anos de efetivo exercício, calculada à razão de 10% (dez por cento) sobre o vencimento-base atual do cargo ocupado, nos termos do art. 71 do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Jacuí, Lei nº 1.471, de 02 de abril de 2008.

Art. 2º Fica autorizada a celebração de composição entre a Administração Pública Municipal e os servidores públicos municipais, no âmbito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Jacuí, com a finalidade de definir os procedimentos e as condições para o pagamento retroativo.

Art. 3º O pagamento da vantagem funcional a que se refere o art. 1º deverá ser realizado em parcela única, até o dia 23 de outubro de 2026.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias discriminadas em documento anexo a esta lei, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jacuí- MG, 24 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabela França da Silva
Código Identificador:3A581E1C

PREFEITURTA MUNICIPAL
LEI Nº 2.135 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Institui a Política Municipal de Alfabetização no Município de Jacuí, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Jacuí, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 45, III da Lei Orgânica, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização do Município de Jacuí, política pública de caráter permanente integrante das políticas educacionais da Rede Municipal de Ensino, destinada a garantir o direito à alfabetização, ao desenvolvimento das competências de leitura, escrita, oralidade e letramento matemático, bem como à recomposição das aprendizagens, à equidade educacional e à melhoria contínua da qualidade da educação pública municipal.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização observará a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o Plano Nacional de Educação, o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais, a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, o Decreto Estadual nº 48.939, de 7 de novembro de 2024.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização integra as ações da **Rede Municipal de Ensino de Jacuí** e orientará o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações educacionais voltadas à alfabetização.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

- alfabetização: o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, articulado ao desenvolvimento das competências de leitura, escrita, produção de sentidos e participação nas práticas sociais de linguagem;
- letramento: a participação competente dos estudantes nas práticas sociais de leitura, escrita, linguagem oral e cultura escrita;
- letramento matemático: o desenvolvimento das competências necessárias para compreender, interpretar, representar e resolver situações-problema relacionadas aos conceitos matemáticos fundamentais;

- recomposição das aprendizagens: conjunto de ações pedagógicas planejadas para assegurar a recuperação, o fortalecimento e a consolidação das aprendizagens essenciais dos estudantes que apresentem defasagens;
- equidade educacional: garantia de oportunidades e condições adequadas de aprendizagem, considerando as diferentes necessidades, contextos sociais, econômicos, culturais e territoriais dos estudantes;
- evidências educacionais: conjunto de informações provenientes das avaliações, monitoramentos, estudos, diagnósticos e indicadores educacionais utilizados para subsidiar a tomada de decisões pedagógicas e administrativas.

Art. 4º A Política Municipal de Alfabetização destina-se prioritariamente:
- às crianças matriculadas na Educação Infantil;
- aos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- aos estudantes que necessitem de recomposição das aprendizagens;
- aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Parágrafo único. Os profissionais da educação, gestores escolares, coordenadores e supervisores pedagógicos e equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação atuarão como agentes responsáveis pela implementação da Política Municipal de Alfabetização, observado o âmbito de suas atribuições.

Art. 5º A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará o regime de colaboração entre o Município de Jacuí, a União, o Estado de Minas Gerais, as instituições de ensino, o Conselho Municipal de Educação, as famílias e a comunidade escolar.

Art. 6º Constituem instrumentos de implementação da Política Municipal de Alfabetização:
- o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização;
- a estrutura administrativa e pedagógica específica responsável por sua implementação;
- o Plano Municipal de Alfabetização;
- programas, projetos, ações estratégicas e formações continuadas;
- os processos de avaliação, monitoramento e acompanhamento da aprendizagem.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se nos seguintes princípios:
- garantia do direito de todas as crianças à alfabetização;
- aprendizagem promovida por práticas pedagógicas intencionais e pautadas em evidências educacionais;
- equidade educacional e respeito à diversidade, inclusão e acessibilidade;
- valorização dos profissionais da educação e autonomia pedagógica das unidades escolares;
- gestão democrática, participativa e colaborativa;
- integração entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- recomposição das aprendizagens como estratégia permanente;
- transparência, eficiência e aperfeiçoamento contínuo na gestão educacional.

CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 8º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
- assegurar a alfabetização de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino de Jacuí, preferencialmente até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
- garantir a consolidação das competências de leitura, escrita, oralidade e letramento matemático ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- fortalecer as práticas pedagógicas da Educação Infantil, estimulando as habilidades precursoras da alfabetização;
- promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes com defasagens;
- reduzir as desigualdades educacionais e elevar continuamente os indicadores de aprendizagem da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES

Art. 9º A Política Municipal de Alfabetização será implementada observando as seguintes diretrizes:
- centralidade da aprendizagem dos estudantes;
- articulação entre a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- orientação das práticas pedagógicas por evidências e avaliação contínua da aprendizagem;
- acompanhamento pedagógico sistemático das unidades escolares;
- fortalecimento da formação continuada dos profissionais da educação;
- promoção da participação da família e da comunidade escolar no processo educativo.

Art. 10. A Política deverá promover o fortalecimento da participação das famílias e da comunidade no processo de alfabetização das crianças, por meio do incentivo à adoção de estratégias permanentes de integração e colaboração entre escola, família e comunidade

CAPÍTULO V
DA GOVERNANÇA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Seção I
Da Governança

Art. 11. A Política Municipal de Alfabetização será coordenada pela Secretaria Municipal de Educação de Jacuí, órgão responsável pelo planejamento, articulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização.

Art. 12. Compete à Secretaria Municipal de Educação de Jacuí:
- coordenar a implementação e avaliação da Política Municipal de Alfabetização;
- elaborar, implementar e revisar o Plano Municipal de Alfabetização;
- promover o acompanhamento pedagógico sistemático das unidades escolares;
- planejar e executar ações de formação continuada para os profissionais da educação;
- acompanhar e analisar os indicadores educacionais, promovendo processos permanentes de avaliação da aprendizagem.
- incentivar a adoção de estratégias permanentes de integração e colaboração entre escola, família e comunidade

Art. 13. Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, instância permanente de governança, de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, que atuará em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Jacuí.

Art. 14. O Comitê Estratégico Municipal será composto por:
- 1 representante da Secretaria Municipal de Educação, que exercerá a Presidência;
- 1 representante do Conselho Municipal de Educação;
- 1 representante de Diretor Escolar;
- 1 representante de Vice-Diretor Escolar;
- 1 representante de Supervisores Pedagógicos;
- 1 representante de Professores Alfabetizadores;
- 1 representante de pais de alunos.

§ 1º Os membros do Comitê serão indicados pelos seus pares e designados por ato do Poder Executivo Municipal para mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.
§ 2º O exercício das funções de membro do Comitê Estratégico Municipal será considerado de relevante interesse público e não será remunerado.

Art. 15. A implementação da Política Municipal de Alfabetização será orientada pelo Plano Municipal de Alfabetização, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, com a participação do Comitê Estratégico Municipal, e aprovado por ato do Poder Executivo.
Parágrafo único. O Plano Municipal de Alfabetização estabelecerá as diretrizes, objetivos, metas, ações, estratégias e indicadores para a implementação e o acompanhamento da Política, observadas as características e necessidades da rede municipal de ensino.

Art. 16. O Poder Executivo manterá, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Jacuí, **aproveitando a estrutura física, de servidores e de recursos materiais já existentes, sem a criação de novos cargos ou despesas**, setor administrativo e pedagógico específico destinado ao planejamento, à articulação, à implementação, ao monitoramento e à avaliação das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização e à execução da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 17. A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União, o Estado de Minas Gerais e instituições parceiras, podendo o Município aderir a pactos, programas e redes de assistência técnica.

Seção II
Das Ações Estruturantes e do Acompanhamento Pedagógico

Art. 18. A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará planejamento de longo prazo, com acompanhamento, aperfeiçoamento e revisão periódica das ações, de modo a assegurar sua continuidade para além de mudanças político-administrativas, em consonância com os resultados das avaliações e as demais diretrizes educacionais aplicáveis.

Art. 19. As ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização poderão ser implementadas por meio de programas, projetos, ações estratégicas e formações continuadas instituídos pelo Poder Executivo.

Art. 20. A Secretaria Municipal de Educação de Jacuí promoverá política permanente de formação continuada para os profissionais que atuam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando as necessidades identificadas na rede municipal de ensino e as diretrizes da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 21. O acompanhamento pedagógico das unidades escolares será realizado de forma sistemática, colaborativa e orientadora, compreendendo, entre outras ações:
– visitas técnicas;
– reuniões de planejamento e acompanhamento;
– apoio às intervenções pedagógicas;
– análise dos resultados de aprendizagem; e
– orientação quanto às estratégias de recomposição das aprendizagens.

Art. 22. As unidades escolares desenvolverão práticas pedagógicas alinhadas aos princípios e às diretrizes da Política Municipal de Alfabetização, assegurando a centralidade da aprendizagem, o uso qualificado dos materiais didáticos e pedagógicos e a promoção do desenvolvimento das competências de leitura e escrita.

Art. 23. A Secretaria Municipal de Educação de Jacuí promoverá processos permanentes de avaliação diagnóstica, formativa e somativa da aprendizagem, e deverá manter sistema de monitoramento dos indicadores educacionais do Município.
§ 1°Com base nos indicadores educacionais, o Município desenvolverá ações permanentes de recomposição das aprendizagens destinadas aos estudantes que apresentem dificuldades no processo de alfabetização, mediante planejamento específico e acompanhamento contínuo.
§ 2° Na Educação Infantil, os processos de acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças possuem finalidade exclusivamente pedagógica, em estrita observância ao art. 31, I, da Lei Federal nº 9.394/1996, vedada qualquer avaliação com caráter classificatório, promocional ou de retenção.

Seção III
Da Inovação Pedagógica e das Boas Práticas

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação de Jacuí incentivará o registro, a valorização, a sistematização e a disseminação de práticas pedagógicas e de gestão inovadoras e exitosas desenvolvidas pelos profissionais da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo único. As práticas exitosas poderão ser compartilhadas por meio de encontros pedagógicos, seminários, publicações e ações de intercâmbio entre unidades escolares.

Seção IV
Da Revisão da Política

Art. 25. A Política Municipal de Alfabetização será objeto de acompanhamento e revisão periódica, com vistas ao aperfeiçoamento de suas estratégias, instrumentos de implementação e mecanismos de governança, preservados seus princípios, objetivos e diretrizes.
§ 1º - A revisão da Política Municipal de Alfabetização observará:
– os resultados do monitoramento da Política;
– os indicadores educacionais;
– as deliberações e recomendações do Comitê Estratégico Municipal;
– as contribuições da comunidade escolar;
– as diretrizes nacionais, estaduais e municipais relativas à alfabetização;
– as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação
§ 2º - A revisão da Política Municipal de Alfabetização não implicará descontinuidade das ações em andamento, devendo assegurar a manutenção das estratégias essenciais destinadas à garantia do direito à alfabetização.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto, no prazo de 90 (noventa dias) contados de sua publicação.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacuí, 24 de agosto de 2026.

MARIA CONCEIÇÃO DOS REIS PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Izabela França da Silva
Código Identificador:B81547C9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 120/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2026

O Prefeito Municipal de Japaraíba – MG, no uso de suas atribuições legais, Adjudica e Homologa a licitação referente a Pregão Presencial nº 120/2026, que tem como objeto a **"Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, produção executiva e artística para realização do 4º evento gastronômico, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento",** onde foi vencedora a empresa: **VÓ LOURDES PRODUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 27.044.553/0001-00,** no valor global de R$ 219.350,00 (duzentos e dezenove mil trezentos e cinquenta reais), **HOMOLOGO** e **ADJUDICO** o referido processo licitatório, com fundamento na lei nº 14.133/2021.

Japaraíba, 21 de agosto de 2026.

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Augusto Dos Reis
Código Identificador:2239407F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JEQUITIBA

DIRETORIA MUNICIPAL DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 579 /2026

LEI MUNICIPAL Nº 579 /2026

INSTITUI O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ. FAÇO SABER, em cumprimento ao artigo 168 da Lei Orgânica do Município de Jequitibá, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o Serviço de Inspeção Municipal de Jequtibá – SIM, vinculado a Secretaria de Agricultura.

Art. 2º. Os produtos inspecionados pelo Serviço de Inspeção Municipal poderão ser comercializados em todo o território do Município, cumpridas as exigências desta Lei e seu regulamento, além da legislação estadual e federal aplicáveis à espécie.

Parágrafo único: O Município poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com instituições de ensino, laboratórios credenciados, com outros Municípios, com o Estado de Minas Gerais e com a União além de participar de Consórcio de Municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção sanitária, em consonância ao Sistema Único de Atenção a Sanidade Agropecuária / Sistema Brasileiro de Inspeção (SUASA / SISBI).
Art. 3º. É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, adicionados, ou não de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 4º. São sujeitos à fiscalização prevista nesta lei:
os animais destinados à matança, seus produtos e subprodutos e matérias primas;
o pescado e seus derivados;
o leite e seus derivados;
o ovo e seus derivados;
o mel, os produtos de abelhas e seus derivados.

Art. 5º. A fiscalização, de que trata esta lei, far-se-á:
nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas destinadas à manipulação ou ao processamento de produtos de origem animal;
nos estabelecimentos que recebam as diferentes espécies de animais para abate ou industrialização;
nos estabelecimentos que recebam o pescado e seus derivados para manipulação, distribuição ou industrialização;
nos estabelecimentos que produzam e recebam ovos e seus derivados para distribuição ou industrialização;
nos estabelecimentos que recebam o leite e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
nos estabelecimentos que extraiam ou recebam produtos de abelhas e seus derivados para beneficiamento ou industrialização;
nos estabelecimentos que recebam, manipulem, armazenem, conservem, acondicionem ou expeçam matérias-primas e produtos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, procedentes de estabelecimentos registrados ou relacionados.

Art. 6º. Compete ao SIM inspecionar e fiscalizar a industrialização e o beneficiamento de bebidas e alimentos de origem animal para o consumo humano, compreendendo o processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, em especial:
a inspeção “ante” e “post mortem” dos animais destinados ao abate;
a inspeção do rebanho leiteiro destinado à produção do leite a ser comercializado ou industrializado.
as condições de higiene e saúde dos estabelecimentos de abate e processamento, seus equipamentos e maquinários;
a inspeção dos produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal e vegetal, durante as diferentes fases de industrialização.
a fiscalização quanto ao cumprimento das normas de higiene e saúde relativas à industrialização.
a apreciação dos projetos de construção, instalação ou ampliação de estabelecimentos destinados ao abate de animais e processamento dos produtos de que trata a presente Lei.

§1º As inspeções serão efetuadas através de medidas de rotina ou por provocação de terceiros.
§2º A presença do inspetor nos estabelecimentos, para a inspeção ante e pós mortem dos animais e das carcaças é obrigatória no momento do abate de animais.
§3º Os estabelecimentos abrangidos por esta Lei deverão manter em arquivo próprio, sistema de controle que permita confrontar, em qualidade e quantidade, o produto processado com o lote que lhe deu origem.
§4º O SIM credenciará e estabelecerá parceria com laboratório de análise de água e de alimentos, para exames rotineiros do ponto de vista físico- químico e microbiológico.
Art. 7° O Serviço de Inspeção Municipal – SIM deve coibir o abate clandestino de animais e a industrialização dos seus produtos, separadamente ou em ações conjuntas com outros órgãos públicos, podendo para tanto requisitar força policial.

Art. 8º Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária.

Art. 9º O registro no Serviço de Inspeção Municipal – S.I.M. deve ser requerido na Secretaria de Agricultura, para análise prévia do terreno e parecer da fiscalização municipal de meio ambiente e pelo SIM.

Art. 10 Os produtos resultantes do processamento de que trata esta Lei deverão ser embalados e rotulados, conforme legislação pertinente.

Art. 11 As pessoas envolvidas na manipulação e processamento de alimentos deverão observar as normas sanitárias vigentes para cada atividade.

Art. 12 O regulamento e atos complementares sobre inspeção industrial e sanitária dos estabelecimentos citados no art. 4º serão editados pelo Poder Executivo Municipal.
Parágrafo único: A regulamentação de que trata este dispositivo abrangerá:
a classificação dos estabelecimentos;
as condições e exigências para registro e relacionamento, como também para as respectivas transferências de propriedade;
a higiene dos estabelecimentos;
as obrigações dos proprietários, responsáveis ou seus prepostos;
a inspeção *ante e post mortem* dos animais destinados à matança;
a inspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias primas de origem animal durante as diferentes fases da industrialização e transporte;

o registro de rótulos e marcas;
as penalidades a serem aplicadas por infrações cometidas;
as análises laboratoriais;
quaisquer outros detalhes, que se tornarem necessários para maior eficiência dos trabalhos de fiscalização sanitária.

Art. 13 Os recursos financeiros necessários para implantar, estruturar e manter o Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria de Agricultura, constantes no Orçamento do Município.

Parágrafo único: Poderão ser celebrados convênios e parcerias com outros órgãos públicos e privados para equipar e estruturar o SIM.

Art. 14 Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de resoluções e decretos baixados pela Secretaria de Agricultura.

Art. 15 O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 16 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SANCIONADA EM:21/AGOSTO/2026

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Machado Saturnino Souza
Código Identificador:CD608E67

DIRETORIA MUNICIPAL DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 580/2026

LEI MUNICIPAL Nº 580/2026

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DAS RUAS DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL VILLA COUNTRY, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ.FAÇO SABER, em cumprimento ao artigo 168 da Lei Orgânica do Município de Jequitibá, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam denominadas as vias públicas integrantes do Loteamento Residencial Villa Country, localizado no Município de Jequitibá, conforme disposto abaixo:

§1º - A "Avenida 1" passa a ser denominada: **Avenida das Palmeiras**;

§2º - A "Rua 1" passa a ser denominada: **Alameda das Orquídeas;**

§3º - A "Rua 2" passa a ser denominada: **Alameda dos Manacás;**

§4º - A "Rua 3" passa a ser denominada: **Alameda das Azaleias;**

§5º - A "Rua 4" passa a ser denominada: **Alameda dos Hibiscos;**

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

SANCIONADA EM:21/AGOSTO/2026

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Machado Saturnino Souza
Código Identificador:F1BA117A

DIRETORIA MUNICIPAL DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 581/2026

LEI MUNICIPAL Nº 581/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A AFYA PARTICIPAÇÕES S.A., VISANDO À CONCESSÃO DE DESCONTOS EM CURSOS DE ENSINO SUPERIOR AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SEUS DEPENDENTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ.FAÇO SABER, em cumprimento ao artigo 168 da Lei Orgânica do Município de Jequitibá, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Afya Participações S.A., objetivando a concessão de descontos em mensalidades de cursos de graduação aos servidores públicos municipais e seus dependentes.
Parágrafo único. Os descontos previstos no caput deste artigo serão concedidos conforme critérios e condições estabelecidos no respectivo termo de convênio firmado entre as partes.
Art. 2º O convênio autorizado por esta Lei não implicará repasse de recursos financeiros pelo Município, cabendo exclusivamente à instituição conveniada a concessão dos descontos revistos.
Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, se necessárias.
Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SANCIONADA EM:21/AGOSTO/2026

LUIZ CARLOS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Machado Saturnino Souza
Código Identificador:D8B3FFA5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

FUNDAÇÃO CRÊ-SER
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO No 20 /2026
DISPENSA ELETRÔNICA DE VALOR No 12 /2026

EXCLUSIVO PARA ME/EPP CONFORME DECRETO MUNICIPAL N.o 77/2025 DE 01/04/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIATRICAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA UNIDADE ACOLHEDORA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, INCLUINDO O ATENDIMENTO AO ACOLHIDO L. E. DE S., PORTADOR DE NECESSIDADE ESPECIAIL, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA.

SITE PARA REALIZAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA / LOCAL: http:// www.licitardigital.com.br

Fim do recebimento (propostas e documentos): 31/08/2026 às 07h59min
Início da análise das propostas:31/08 /2026, às 08h00min
Fim da análise das propostas: 31/08/2026, às 14h00min
SESSÃO PÚBLICA: 31/08/2026

HORÁRIO DE INÍCIO DA DISPUTA: 08h00min (horário de Brasília/DF)

VALOR ESTIMADO: R$16.520,00 (dezesseis mil quintos e vinte reais)
NOME DA UASG: FUNDAÇÃO MUNICIPAL CRÊ-SER
CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na internet, no site www.pmjm.mg.gov.br, telefone (31) 3851 1558, na sede da Fundação Municipal Crê-Ser, Rua Palmas, n.o 214 - Baú, João Monlevade, 35.930-468 ou
pelo sítio eletrônico www.licitardigital.com.br

ESCLARECIMENTOS: www.licitardigital.com.br
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília

Publicado por:
Heládio Jose da Silveira
Código Identificador:9BD518C1

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (INCISO I OU II DO ART. 75, DA LEI Nº 14.133/2021) DISPENSA ELETRÔNICA Nº 13/2026

UNIDADE CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES (ACESSÓRIOS PADRÃO) PARA OS SERVIDORES DO CARGO DE "AGENTE DE TRÂNSITO" do Município de João Monlevade, para realização de suas atribuições e competências previstas na Lei Federal nº.9503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, conforme Termo de Referência.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (X) SIM ( ) NÃO

PERÍODO DE PROPOSTAS : De**25/08/2026 às 08:00 h Até28/08/2026 às 07h:59min**
PERÍODO DE LANCES: De28/08/2026 às 08h00minAté28/08/2026 às 14h00min

O Município de João Monlevade,por meio do Agente de Contratação nomeado pela Portaria nº **332/2026**, torna público a pretensão de realizar procedimento de contratação direta por meio de Dispensa Eletrônica para fornecimento imediato do objeto acima para atender as necessidades das unidades administrativas do Poder executivo. O interesse da Administração é obter proposta mais vantajosa nos termos do § 3º do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021, fica aberto **o prazo de 03 (três) dias úteis** a contar desta publicação para que qualquer interessado, caso queira, apresente proposta.

A Dispensa Eletrônica ocorrerá na https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111418, com disputa, e na etapa de lances via sistema, o interessado poderá enviar seus lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
A contratação pretendida terá com critério de julgamento o "*Menor Preço por lote*" e o tipo de variação será "*Monetária*", o valor mínimo entre lances será de R$ 10,00 (dez reais), que será cadastrado na plataforma pela administração para cada lote.

O termo de referência da dispensa com todas as informações e os documentos exigidos para dispensa de licitação estarão disponíveis no https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111418,no www.pmjm.mg.gov.bre no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

João Monlevade/MG, 24 de agosto de 2026

IVANILDE APARECIDA DE OLIVEIRA E SOUSA AVELINO
Agente de Contratação
Matrícula 002820

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:9425D141

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 167/2026 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos artigos 5º, alínea "h" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 205, art. 206, incisos I, II, III, IV e VII, e art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino
CONSIDERANDO a Lei Federal no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial o art. 8o, § 1º, que prevê a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração, e o art. 11, inciso I que atribui aos Municípios a incumbência de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio e suas metas que visam à erradicação do analfabetismo e à universalização do acesso à educação básica com qualidade, em especial a Meta 3, que estabelece a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 2º ano do ensino fundamental;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018, que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 2018 a 2027, alinhando as diretrizes educacionais de Minas Gerais às metas e estratégias do PNE;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento essenciais para todos os estudantes da educação básica, com foco na alfabetização e letramento;

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas, e que discorre sobre estratégias para o reconhecimento de boas práticas no âmbito da alfabetização;

CONSIDERANDO o Decreto nº 48.939, de 07 de novembro de 2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização, em regime de colaboração entre o Estado e os municípios, com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais (Undime-MG), visando garantir a alfabetização de todas as crianças até o 2º ano do ensino fundamental e atender às defasagens até o 5º ano;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegurando o direito à educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado;

CONSIDERANDO as últimas regras e critérios nacionais divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) para a concessão do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, que reconhece os esforços e iniciativas das secretarias de educação na promoção da alfabetização de crianças;

CONSIDERANDO, a premência do atendimento da demanda reprimida por vagas em creche no Município, tal como justificada pela Secretaria Municipal de Educação, e o benefício que da medida advirá a toda a coletividade, mediante a inserção de políticas públicas voltadas à melhoria da educação infantil e ao desenvolvimento integral das crianças;

CONSIDERANDO a adesão do Município de João Monlevade ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a elaboração do seu Plano de Trabalho Anual (PTA) para o ano de 2026, que detalha as metas e ações específicas para a promoção da alfabetização na rede municipal de ensino, incluindo a elevação dos resultados de avaliação externa, o apoio ao articulador municipal, a ampliação de recursos para alunos com deficiência, a formação continuada de profissionais, a melhoria da infraestrutura e recursos pedagógicos, a realização de avaliações periódicas e a disseminação de boas práticas;

CONSIDERANDO que o PTA de João Monlevade demonstra um compromisso claro com o avanço da alfabetização na rede, com metas e indicadores bem definidos para os anos de 2025 a 2027 em seus diversos eixos temáticos;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar e institucionalizar as ações e estratégias voltadas à alfabetização no âmbito

municipal, garantindo a continuidade e a efetividade das políticas públicas educacionais, em harmonia com as diretrizes e metas do PTA 2026;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de João Monlevade, doravante denominada PMAlf, como instrumento balizador das ações e estratégias para assegurar a alfabetização de todos os estudantes da rede municipal de ensino até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, e a recomposição das aprendizagens para aqueles que necessitam, até o 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:
I – Alfabetização em Língua Portuguesa: a aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;
II – Letramento em Língua Portuguesa: o uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
III – Alfabetização em Matemática: o uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;
IV – Compreensão de alfabetização e letramento: processos indissociáveis e complementares para o desenvolvimento pleno do estudante;
V – Recomposição das Aprendizagens: conjunto de estratégias pedagógicas para sanar defasagens de aprendizagem, com foco na alfabetização, leitura e escrita, especialmente para estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização aplica-se às instituições de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que compõem a Rede Pública Municipal de Ensino de João Monlevade.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4° São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I – a garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural, étnico-racial, de gênero e as necessidades específicas dos educandos, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
II – a colaboração entre os entes federativos (União, Estado e Município), fortalecendo o regime de cooperação para a melhoria contínua do processo de alfabetização;
III – o protagonismo do Município na oferta da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental e nos processos de alfabetização;
IV – a valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de política de formação continuada e reconhecimento de práticas exitosas;
V – o monitoramento e avaliação contínuos dos processos de ensino e aprendizagem, utilizando resultados para aprimorar as práticas pedagógicas e a gestão educacional;
VI – a promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
VII – o incentivo à participação da família e da comunidade escolar no processo de alfabetização.

Art. 5.º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – garantir a alfabetização de 80% das crianças do 2º ano do ensino fundamental até 2030, conforme meta estabelecida pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II – assegurar que pelo menos 95% das crianças concluam a etapa do ensino fundamental na idade recomendada (até os 16 anos, considerando os nove anos de duração), até 2035 (final do período de vigência do novo PNE);
III – implementar a política de formação continuada de professores proposta no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com a participação de 100% dos educadores;
IV – ampliar o acervo literário de 100% das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil

CAPÍTULO III
DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA

Art. 6.º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de ações e programas articulados em eixos estratégicos, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Plano de Trabalho Anual (PTA) do Município de João Monlevade, sendo que os respectivos planos operacionais detalhados serão desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo Único. Os eixos estratégicos da Política Municipal de Alfabetização são:
I – Governança e Gestão:
a) fortalecimento e subsídio às equipes escolares, com apoio técnico à análise qualitativa dos resultados das avaliações formativas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada ao final de cada ciclo;
b) viabilização de recursos para garantir a intervenção pedagógica e a recomposição das aprendizagens, conforme o diagnóstico e as necessidades de cada escola;
c) elevação do índice de estudantes do 2º ano do EF classificados como "leitores fluentes" e considerados com aprendizado adequado na avaliação de leitura do CNCA ao final do ano letivo;
d) elevação dos índices de frequência escolar, visando garantir a progressão das aprendizagens e evitar defasagens;
II – Formação:
a) implementação da política de formação continuada de professores proposta no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a participação de todos os educadores;
b) realização de encontros formativos em serviço, com foco nas temáticas relacionadas à alfabetização e destinados aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
c) realização de encontros formativos para gestores escolares e coordenadores pedagógicos, para atuação como formadores e apoiadores da alfabetização nas escolas;
III – Infraestrutura Física e Pedagógica:
a) intervenção nos espaços de sala de aula, para que sejam ambientes favoráveis à alfabetização;
b) garantia de que as salas de aula da alfabetização contenham cartazes com letras do alfabeto e numerais, lista com nomes dos alunos, combinados da turma, calendário completo, produções das crianças e cantinhos de leitura;
c) garantia de que todas as salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental possuam cantinhos de leitura e que estes sejam utilizados por alunos e professores;
d) ampliação do acervo literário de todas as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil com livros literários de qualidade, especialmente dentro da temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais;
e) garantia de materiais de expediente e pedagógicos suplementares para as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil;
IV – Reconhecimento e Boas Práticas:
a) disseminação das boas práticas de professores da alfabetização entre as escolas da rede municipal;
b) realização de seminário anual para reconhecimento e compartilhamento de boas práticas na alfabetização;
V – Sistemas de Avaliação:
a) aplicação de todos os ciclos avaliativos das avaliações formativas disponibilizadas na Plataforma Criança Alfabetizada;
b) manutenção da aplicação das avaliações somativas do SIMAVE, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

CAPÍTULO IV
DA GOVERNANÇA, DO FINANCIAMENTO E DAS PARCERIAS

Art. 7.º A Secretaria Municipal de Educação será o órgão responsável pela coordenação geral, supervisão, execução e acompanhamento da PMAlf, em articulação com as demais secretarias municipais, órgãos estaduais e federais, e a comunidade escolar.

Art 8.º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, de caráter consultivo, de acompanhamento e avaliação:
§1° O comitê será regulamentado por Portaria do Prefeito Municipal.
§2° O comitê será composto pelos seguintes membros:
I – O(A) Secretário(a) Municipal de Educação;
II – O(A) Articulador Municipal do compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – Um representante da Gestão Escolar das Escolas ou Centros Municipais de Educação infantil;
IV – Um representante da Gestão Escolar das Escolas de anos inicias do Ensino Fundamental;
V – Um representante da Coordenação Pedagógica dos anos inicias do Ensino Fundamental;
VI – Um representante de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art 9.º As unidades escolares da rede municipal de ensino serão as executoras das ações e programas previstos nesta Política, sob a orientação e supervisão da Secretaria Municipal de Educação, adaptando-os às suas realidades e necessidades específicas.
Art 10.º Compete aos profissionais da educação, em suas respectivas áreas de atuação, a execução das ações pedagógicas e o engajamento na busca pelos objetivos da Política Municipal de Alfabetização.
Art 11.º As despesas decorrentes da execução da Política Municipal de Alfabetização correrão por conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, suplementadas, se necessário, bem como por recursos provenientes de convênios, acordos e parcerias com a União, o Estado e outras instituições, observada a legislação vigente.
Art 12.° O Município poderá firmar convênios, parcerias e termos de colaboração com outras esferas de governo, instituições de ensino superior, centros de pesquisa, fundações, entidades da sociedade civil organizada e a iniciativa privada, visando ao aprimoramento, à expansão e ao financiamento das ações da PMAlf, fortalecendo o regime de colaboração e o intercâmbio de experiências e boas práticas.
CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. O monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização serão realizados anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, com base nos indicadores e metas estabelecidos no Plano de Trabalho Anual (PTA) do Município de João Monlevade e em outros instrumentos de avaliação interna e externa.

Parágrafo único. Os resultados do monitoramento e da avaliação serão amplamente divulgados à comunidade escolar e à sociedade, servindo de subsídio para o aprimoramento contínuo das ações e para a prestação de contas.
CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares para a fiel execução deste Decreto.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 165/2026.

João Monlevade, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no décimo nono dia do mês de agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:7E641E1C

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
DECRETO Nº 167/2026 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, no desempenho de suas atribuições legais conferidas pelo art. 52, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento nos artigos 5º, alínea "h" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 205, art. 206, incisos I, II, III, IV e VII, e art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelecem a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino
CONSIDERANDO a Lei Federal no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em especial o art. 8o, § 1º, que prevê a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração, e o art. 11, inciso I que atribui aos Municípios a incumbência de organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio e suas metas que visam à erradicação do analfabetismo e à universalização do acesso à educação básica com qualidade, em especial a Meta 3, que estabelece a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 2º ano do ensino fundamental;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018, que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) para o período de 2018 a 2027, alinhando as diretrizes educacionais de Minas Gerais às metas e estratégias do PNE;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), definindo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento essenciais para todos os estudantes da educação básica, com foco na alfabetização e letramento;

CONSIDERANDO o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas, e que discorre sobre estratégias para o reconhecimento de boas práticas no âmbito da alfabetização;

CONSIDERANDO o Decreto nº 48.939, de 07 de novembro de 2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização, em regime de colaboração entre o Estado e os municípios, com o apoio da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais (Undime-MG), visando garantir a alfabetização de todas as crianças até o 2º ano do ensino fundamental e atender às defasagens até o 5º ano;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assegurando o direito à educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado;

CONSIDERANDO as últimas regras e critérios nacionais divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) para a concessão do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, que reconhece os esforços e iniciativas das secretarias de educação na promoção da alfabetização de crianças;

CONSIDERANDO, a premência do atendimento da demanda reprimida por vagas em creche no Município, tal como justificada pela Secretaria Municipal de Educação, e o benefício que da medida advirá a toda a coletividade, mediante a inserção de políticas públicas voltadas à melhoria da educação infantil e ao desenvolvimento integral das crianças;

CONSIDERANDO a adesão do Município de João Monlevade ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e a elaboração do seu Plano de Trabalho Anual (PTA) para o ano de 2026, que detalha as metas e ações específicas para a promoção da alfabetização na rede municipal de ensino, incluindo a elevação dos resultados de avaliação externa, o apoio ao articulador municipal, a ampliação de recursos para alunos com deficiência, a formação continuada de profissionais, a melhoria da infraestrutura e recursos pedagógicos, a realização de avaliações periódicas e a disseminação de boas práticas;

CONSIDERANDO que o PTA de João Monlevade demonstra um compromisso claro com o avanço da alfabetização na rede, com metas e indicadores bem definidos para os anos de 2025 a 2027 em seus diversos eixos temáticos;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar e institucionalizar as ações e estratégias voltadas à alfabetização no âmbito municipal, garantindo a continuidade e a efetividade das políticas públicas educacionais, em harmonia com as diretrizes e metas do PTA 2026;

DECRETA:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de João Monlevade, doravante denominada PMAlf, como instrumento balizador das ações e estratégias para assegurar a alfabetização de todos os estudantes da rede municipal de ensino até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, e a recomposição das aprendizagens para aqueles que necessitam, até o 5º ano do Ensino Fundamental.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se:
I – Alfabetização em Língua Portuguesa: a aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;
II – Letramento em Língua Portuguesa: o uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
III – Alfabetização em Matemática: o uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;
IV – Compreensão de alfabetização e letramento: processos indissociáveis e complementares para o desenvolvimento pleno do estudante;
V – Recomposição das Aprendizagens: conjunto de estratégias pedagógicas para sanar defasagens de aprendizagem, com foco na alfabetização, leitura e escrita, especialmente para estudantes do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental

Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização aplica-se às instituições de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, que compõem a Rede Pública Municipal de Ensino de João Monlevade.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 4° São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I – a garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural, étnico-racial, de gênero e as necessidades específicas dos educandos, em conformidade com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência;
II – a colaboração entre os entes federativos (União, Estado e Município), fortalecendo o regime de cooperação para a melhoria contínua do processo de alfabetização;
III – o protagonismo do Município na oferta da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental e nos processos de alfabetização;
IV – a valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, por meio de política de formação continuada e reconhecimento de práticas exitosas;
V – o monitoramento e avaliação contínuos dos processos de ensino e aprendizagem, utilizando resultados para aprimorar as práticas pedagógicas e a gestão educacional;
VI – a promoção da equidade educacional, considerando aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
VII – o incentivo à participação da família e da comunidade escolar no processo de alfabetização.

Art. 5.º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – garantir a alfabetização de 80% das crianças do 2º ano do ensino fundamental até 2030, conforme meta estabelecida pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
II – assegurar que pelo menos 95% das crianças concluam a etapa do ensino fundamental na idade recomendada (até os 16 anos, considerando os nove anos de duração), até 2035 (final do período de vigência do novo PNE);
III – implementar a política de formação continuada de professores proposta no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada com a participação de 100% dos educadores;
IV – ampliar o acervo literário de 100% das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil

CAPÍTULO III
DOS EIXOS ESTRUTURANTES DA POLÍTICA

Art. 6.º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de ações e programas articulados em eixos estratégicos, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Plano de Trabalho Anual (PTA) do Município de João Monlevade, sendo que os respectivos planos operacionais detalhados serão desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Parágrafo Único. Os eixos estratégicos da Política Municipal de Alfabetização são:
I – Governança e Gestão:
a) fortalecimento e subsídio às equipes escolares, com apoio técnico à análise qualitativa dos resultados das avaliações formativas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada ao final de cada ciclo;
b) viabilização de recursos para garantir a intervenção pedagógica e a recomposição das aprendizagens, conforme o diagnóstico e as necessidades de cada escola;
c) elevação do índice de estudantes do 2º ano do EF classificados como "leitores fluentes" e considerados com aprendizado adequado na avaliação de leitura do CNCA ao final do ano letivo;
d) elevação dos índices de frequência escolar, visando garantir a progressão das aprendizagens e evitar defasagens;
II – Formação:
a) implementação da política de formação continuada de professores proposta no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com a participação de todos os educadores;
b) realização de encontros formativos em serviço, com foco nas temáticas relacionadas à alfabetização e destinados aos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
c) realização de encontros formativos para gestores escolares e coordenadores pedagógicos, para atuação como formadores e apoiadores da alfabetização nas escolas;
III – Infraestrutura Física e Pedagógica:
a) intervenção nos espaços de sala de aula, para que sejam ambientes favoráveis à alfabetização;

b) garantia de que as salas de aula da alfabetização contenham cartazes com letras do alfabeto e numerais, lista com nomes dos alunos, combinados da turma, calendário completo, produções das crianças e cantinhos de leitura;
c) garantia de que todas as salas de aula dos anos iniciais do Ensino Fundamental possuam cantinhos de leitura e que estes sejam utilizados por alunos e professores;
d) ampliação do acervo literário de todas as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil com livros literários de qualidade, especialmente dentro da temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais;
e) garantia de materiais de expediente e pedagógicos suplementares para as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil;
IV – Reconhecimento e Boas Práticas:
a) disseminação das boas práticas de professores da alfabetização entre as escolas da rede municipal;
b) realização de seminário anual para reconhecimento e compartilhamento de boas práticas na alfabetização;
V – Sistemas de Avaliação:
a) aplicação de todos os ciclos avaliativos das avaliações formativas disponibilizadas na Plataforma Criança Alfabetizada;
b) manutenção da aplicação das avaliações somativas do SIMAVE, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

CAPÍTULO IV
DA GOVERNANÇA, DO FINANCIAMENTO E DAS PARCERIAS

Art. 7.º A Secretaria Municipal de Educação será o órgão responsável pela coordenação geral, supervisão, execução e acompanhamento da PMAlf, em articulação com as demais secretarias municipais, órgãos estaduais e federais, e a comunidade escolar.
Art 8.º Fica instituído o Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização, de caráter consultivo, de acompanhamento e avaliação:
§1° O comitê será regulamentado por Portaria do Prefeito Municipal.
§2° O comitê será composto pelos seguintes membros:
I – O(A) Secretário(a) Municipal de Educação;
II – O(A) Articulador Municipal do compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
III – Um representante da Gestão Escolar das Escolas ou Centros Municipais de Educação infantil;
IV – Um representante da Gestão Escolar das Escolas de anos inicias do Ensino Fundamental;
V – Um representante da Coordenação Pedagógica dos anos inicias do Ensino Fundamental;
VI – Um representante de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art 9.º As unidades escolares da rede municipal de ensino serão as executoras das ações e programas previstos nesta Política, sob a orientação e supervisão da Secretaria Municipal de Educação, adaptando-os às suas realidades e necessidades específicas.
Art 10.º Compete aos profissionais da educação, em suas respectivas áreas de atuação, a execução das ações pedagógicas e o engajamento na busca pelos objetivos da Política Municipal de Alfabetização.
Art 11.º As despesas decorrentes da execução da Política Municipal de Alfabetização correrão por conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, suplementadas, se necessário, bem como por recursos provenientes de convênios, acordos e parcerias com a União, o Estado e outras instituições, observada a legislação vigente.
Art 12.° O Município poderá firmar convênios, parcerias e termos de colaboração com outras esferas de governo, instituições de ensino superior, centros de pesquisa, fundações, entidades da sociedade civil organizada e a iniciativa privada, visando ao aprimoramento, à expansão e ao financiamento das ações da PMAlf, fortalecendo o regime de colaboração e o intercâmbio de experiências e boas práticas.

CAPÍTULO V
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 13. O monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Alfabetização serão realizados anualmente pela Secretaria Municipal de Educação, com base nos indicadores e metas estabelecidos no Plano de Trabalho Anual (PTA) do Município de João Monlevade e em outros instrumentos de avaliação interna e externa.

Parágrafo único. Os resultados do monitoramento e da avaliação serão amplamente divulgados à comunidade escolar e à sociedade, servindo de subsídio para o aprimoramento contínuo das ações e para a prestação de contas.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares para a fiel execução deste Decreto.
Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 165/2026.

João Monlevade, 19 de agosto de 2026.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Assessoria de Governo, no décimo nono dia do mês de agosto de 2026.

CRISTIANO VASCONCELOS ARAÚJO
Assessor de Governo

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:65ACE4F9

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO ATA RP 261/2026 – ATENAS EVENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS, incluindo: arbitragem esportiva e coordenação técnica com respectivo fornecimento de equipamentos e pessoal de apoio esportivo, cronometragem eletrônica e cerimonial de abertura ou encerramento, necessários à realização de futuros eventos esportivos promovidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do município de João Monlevade, decorrente do **Pregão Eletrônico 016/2026** para Registro de Preços e seus Anexos, Processo Licitatório nº. 062/2026, homologado em 14/08/2026 **- Vigência:** 12 MESES **- Valor:** R$ 620.450,00 **- Data:** 18/08/2026.

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:A8196EF7

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 11/2025

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social
Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de João Monlevade – APAE
CNPJ: 19.155.282/0001-24
Objeto da Parceria: Fortalecer o atendimento socioassistencial prestado às pessoas com deficiência atendidas pela APAE, assegurando a continuidade de serviços essenciais que promovam proteção social, inclusão, autonomia, desenvolvimento das potencialidades, convivência, bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos usuários. Para o alcance desses resultados, os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) serão destinados ao custeio de **01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais e 01 (um) Educador Físico**, contribuindo para a qualificação do atendimento, a manutenção de ambiente adequado, seguro e acolhedor, bem como para a realização de atividades que favoreçam o

desenvolvimento físico, funcional e social das pessoas com deficiência atendidas pela instituição.
Vigência: 1º de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2028, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Valor Global da Parceria: R$ 106.000,00 (cento e seis mil reais) que será repassado à Organização da Sociedade Civil durante a vigência do Termo de Colaboração, observando o Cronograma de Desembolso dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), sendo que os valores e as datas de liberação das parcelas poderão sofrer variações em razão da programação e dos repasses financeiros realizados pelo próprio FNAS ao Município.
Dotação Orçamentária: 02011002.0824508032081 - 335044300000 - Fonte de Recurso - 16600000000 - Ficha 298

João Monlevade 24 de agosto de 2026.

RITA DE CÁSSIA DA CRUZ SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:C689628C

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. 21/2026

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social
Organização da Sociedade Civil: Lar São José da Sociedade São Vicente de Paulo
CNPJ: 18.267.179/0001-03
Objeto da Parceria: Fortalecer o Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, assegurando aos 34 idosos residentes do Lar São José da Sociedade São Vicente de Paulo atendimento contínuo, integral, humanizado e seguro, com vistas à promoção da proteção social, da dignidade, do bem-estar, da qualidade de vida, da prevenção de situações de risco e da manutenção de ambiente acolhedor e adequado às suas necessidades. Para o alcance desses resultados, os recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) serão destinados ao custeio de 01 (um) Cuidador Social, fortalecendo a equipe de atendimento e contribuindo para a continuidade e a qualificação do serviço socioassistencial prestado pela instituição.
Vigência: 1º de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2028, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.
Valor Global da Parceria: R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais) que será repassado à Organização da Sociedade Civil durante a vigência do Termo de Colaboração, observando o Cronograma de Desembolso dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), sendo que os valores e as datas de liberação das parcelas poderão sofrer variações em razão da programação e dos repasses financeiros realizados pelo próprio FNAS ao Município.
Dotação Orçamentária: 02011002.0824508032082 - 335044300000 - Fonte de Recurso - 16600000000 - Ficha 307

João Monlevade 24 de agosto de 2026.

RITA DE CÁSSIA DA CRUZ SOUZA
Secretária Municipal de Assistência Social

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:A6B731B1

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026 AO TERMO DE FOMENTO Nº 15/2025

CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA MICRORREGIÃO – CONSEP DA MICRORREGIÃO
CNPJ: 26.776.582/0001-96
OBJETO DA PARCERIA: Fortalecer e manter ações de apoio técnico e administrativo relacionados ao Projeto de Vigilância Colaborativa, promovendo ampliação e continuidade do sistema de videomonitoramento das vias públicas de João Monlevade.
VALOR GLOBAL DA PARCERIA: R$ 766.000,00 (setecentos e sessenta e seis mil reais), conforme Termo de Fomento nº 15/2025 e Termo Aditivo nº 01/2026.
VIGÊNCIA: 18/06/2025 a 18/09/2026.
O MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Bairro Nossa Senhora da Conceição, João Monlevade/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Serviços Urbanos, MARCO ANTÔNIO PENIDO SIMAS, doravante denominado MUNICÍPIO, e o CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA MICRORREGIÃO – CONSEP DA MICRORREGIÃO, doravante denominado OSC, resolvem formalizar o presente TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE FOMENTO Nº 15/2025, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, mediante as disposições seguintes.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo de Apostilamento fundamenta-se nos arts. 51 e 57 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que disciplinam, respectivamente, a aplicação dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos da parceria e a possibilidade de revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas.
O art. 51 da Lei nº 13.019/2014 dispõe:
"Art. 51. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.
Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos."
Por sua vez, o art. 57 da mesma Lei estabelece:
"Art. 57. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano original."
CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA E DA ORIGEM DOS RECURSOS
A presente alteração decorre de solicitação formal apresentada pelo CONSELHO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA MICRORREGIÃO – CONSEP DA MICRORREGIÃO, por meio do Ofício nº 38/2026-CONSEP/MR, de 24 de agosto de 2026, acompanhada de extrato bancário e proposta de readequação do Plano de Trabalho.
A Meta 2.2, originalmente prevista para a contratação de 05 (cinco) pontos de internet, foi executada parcialmente, tendo em vista que 02 (dois) pontos não foram contratados, resultando em saldo não utilizado de R$ 2.597,40 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta centavos).
Também foram auferidos rendimentos de aplicação financeira no valor de R$ 1.633,03 (mil, seiscentos e trinta e três reais e três centavos), incidentes sobre os recursos mantidos na conta específica da parceria, Agência 2220-9, Conta Corrente nº 63.986-9, do Banco do Brasil, conforme extrato bancário integrante do processo.
Dessa forma, o montante disponível para readequação do Plano de Trabalho corresponde a R$ 4.230,43 (quatro mil, duzentos e trinta reais e quarenta e três centavos), composto da seguinte forma:

Origem do recurso	Valor
Saldo decorrente da não execução de 02 pontos de internet – Meta 2.2	R$ 2.597,40
Rendimentos de aplicação financeira	R$ 1.633,03
Total disponível para readequação	R$ 4.230,43

CLÁUSULA TERCEIRA – DA READEQUAÇÃO DA META 2.2
A Meta 2.2 – Pontos de Internet fica readequada de modo a contemplar a contratação de 03 (três) pontos de internet, em substituição aos 05 (cinco) pontos originalmente previstos.
Em decorrência da readequação, permanecem 02 (dois) pontos não executados, resultando no saldo de R$ 2.597,40 (dois mil, quinhentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), que será destinado à execução da Meta 2.5.
CLÁUSULA QUARTA – DA INCLUSÃO DA META 2.5
Fica incluída no Plano de Trabalho a Meta 2.5 – Aquisição e instalação de 02 (duas) novas câmeras IP de videomonitoramento, incluindo a infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

Para execução da nova meta será utilizado o montante de R$ 4.230,43 (quatro mil, duzentos e trinta reais e quarenta e três centavos), correspondente ao saldo decorrente da readequação da Meta 2.2 e aos rendimentos de aplicação financeira auferidos na conta específica da parceria.
A Meta 2.5 compreenderá a aquisição dos equipamentos e os materiais, serviços e demais elementos de infraestrutura necessários à instalação e ao pleno funcionamento das câmeras IP de videomonitoramento, conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho readequado.
CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RENDIMENTOS FINANCEIROS
Os rendimentos financeiros no valor de R$ 1.633,03 (mil, seiscentos e trinta e três reais e três centavos) serão integralmente aplicados na execução do objeto da parceria, especificamente na Meta 2.5, em observância ao disposto no art. 51, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.019/2014.
CLÁUSULA SEXTA – DO PLANO DE TRABALHO READEQUADO
O Plano de Trabalho readequado, que integra o presente Termo de Apostilamento como Anexo I, passa a constituir parte integrante do Termo de Fomento nº 15/2025, exclusivamente quanto às alterações ora formalizadas, contemplando a readequação da Meta 2.2 e a inclusão da Meta 2.5.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR DA PARCERIA E DA AUSÊNCIA DE NOVO APORTE
A presente apostila não implica novo aporte de recursos pelo Município, uma vez que o montante de R$ 4.230,43 (quatro mil, duzentos e trinta reais e quarenta e três centavos) corresponde exclusivamente a recursos já vinculados à parceria, decorrentes de saldo de execução e de rendimentos de aplicação financeira.
Permanece inalterado o valor global vigente da parceria, de R$ 766.000,00 (setecentos e sessenta e seis mil reais), estabelecido pelo Termo de Fomento nº 15/2025 e pelo Termo Aditivo nº 01/2026.
CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO OBJETO E DA VIGÊNCIA
Permanecem inalterados o objeto e a vigência da parceria, bem como as demais metas não abrangidas pelo presente apostilamento, as obrigações das partes e as demais condições estabelecidas no Termo de Fomento nº 15/2025 e no Termo Aditivo nº 01/2026.
A readequação ora formalizada não caracteriza alteração do objeto da parceria, uma vez que os recursos permanecem destinados à consecução das finalidades e ações originalmente pactuadas.
CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Os recursos objeto da presente readequação deverão ser devidamente demonstrados na prestação de contas da parceria, observadas as disposições do Termo de Fomento nº 15/2025, do Plano de Trabalho readequado, do Termo Aditivo nº 01/2026 e da Lei Federal nº 13.019/2014.
A utilização do saldo remanescente e dos rendimentos financeiros deverá ser comprovada mediante a documentação fiscal, financeira e demais documentos pertinentes à execução da Meta 2.5.
CLÁUSULA DÉCIMA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Fomento nº 15/2025 e do Termo Aditivo nº 01/2026 que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE
O presente Termo de Apostilamento será publicado na forma da legislação aplicável, juntamente com o Plano de Trabalho readequado, para conhecimento e transparência dos atos relativos à parceria.
E, por estarem de acordo, firma-se o presente Termo de Apostilamento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

João Monlevade/MG, 24 de agosto de 2026.

HAMILTON HENRIQUE SIQUEIRA
Presidente – CONSEP Da Microrregião

MARCO ANTÔNIO PENIDO SIMAS
Secretário Municipal de Serviços Urbanos

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Bicalho Silva
Código Identificador:CDDE3656

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
5º TERMO ADITIVO DE LATERAÇÃO DE CNPJ DO CONTRATO 121/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025.

5º TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CNPJ NO CONTRATO Nº 121/2025 - DERIVADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2025, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025.

O MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 16.930.299/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Gláucon Cézar Cardoso**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa**: Carlos Aparecido Pereira da Silva EPP**, empresa sediada na Rua Hipócrates, nº 134, bairro: Vila de Lourdes, CEP.: 35.796-504, Curvelo/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 23.998.925/0001-79, neste ato **representada pelo Sr. Carlos Aparecido Pereira da Silva**, inscrita no CPF sob o nº 591.309.116-72, RG nº M-3916532 SSP/MG, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado em Curvelo/MG, daqui por diante, denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado, e resolvem celebrar o presente termo aditivo, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n° 14.133/21 e alterações posteriores, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
- O presente termo aditivo tem por objeto a mudança do CNPJ da matriz da contratada, para a filial, a fim de dar continuidade ao fornecimento de produtos relacionados a gases medicinais e correlatos sob regime de comodato de cilindros destinados ao Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Secretaria Municipal de Saúde para pacientes em casa do Município de João Pinheiro/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MUDANÇA DO CNPJ
2.1 - O CNPJ passará a ser o de nº 23.998.925/0002-50, referente à filial da empresa Carlos Aparecido Pereira da Silva EPP, localizada – a filial – à Avenida Doutor Geraldo Magalhães Mascarenhas, nº 610, Centro, na cidade de Inimutaba/MG, CEP 39.243-000, em detrimento do CNPJ da matriz, presente no preâmbulo deste Termo Aditivo.
O CNPJ da filial é o que receberá os pagamentos referidos no presente acordo de prestação de serviços, a partir da assinatura deste termo aditivo.
2.2 – Fica a Contratada obrigada a informar a evolução do processo de regularização sanitária da matriz junto à Vigilância Sanitária, tendo em vista que a regularidade sanitária da fornecedora, ainda que não exigida na habilitação do certame, permanece obrigação legal de trato continuado, decorrente de norma superveniente (RDC ANVISA nº 887/2024) e da Cláusula 12.1.16 do Contrato;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO
2.1 - O presente aditamento ao contrato nº 121/2025 atende os limites da Lei nº 14.133/2021 e de acordo com o Parecer Jurídico nº 43/2026, anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - SETOR REQUISITANTE
3.1 - Este aditivo atende pedido da Contratada, conforme documento anexo.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO
4.1 - Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Contrato nº 121/2025, permanecendo integralmente válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento, tais como: preço, prazos, cronograma de entrega

e obrigações da Cláusula Quarta, deixando expresso que a alteração é de natureza exclusivamente cadastral/fiscal, sem repercussão operacional.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1 - A Prefeitura Municipal de João Pinheiro – MG providenciará a publicação do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante atende os limites do prescrito na Lei nº 14.133/2021.

E, por assim estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente termo aditivo.

João Pinheiro - MG, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Natália Moreira do Vale
Código Identificador:A02658B8

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 083/2026.

EXTRATO DE ATA
ATA DE RESGISTRO DE PREÇO Nº 70/2026
Espécie: Ata
Fornecedor: MCM LOCAÇÕES LTDA
Objeto: O objeto do presente instrumento é Registro de Preços para prestação de serviços de locação de veículos automotores, de diferentes categorias, sem motorista, sem fornecimento de combustível e com quilometragem livre, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Valor: R$ 409.368,00 (quatrocentos e nove mil trezentos e sessenta e oito reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do objeto da presente Ata, correrão por conta de dotações orçamentárias do Município, consignadas no orçamento do exercício de vigente, a serem indicadas no ato da contratação, na ocasião da solicitação de fornecimento de produtos ou serviços, e no orçamento do exercício seguinte à conta de dotações orçamentárias daquele exercício nos termos do parágrafo 2° do art. 127 do Decreto Municipal n° 267/2025.
Vigência: De 06 de junho de 2026 a 10 de setembro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:7DC4E3E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CHAMADA PÚBLICA Nº 006/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026 - INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 006/2026
Processo Administrativo: 80/2026
Inexigibilidade: 016/2026
Credenciada: M&G Terraplanagem Ltda
Objeto: Credenciamento para empresa especializada para locação de máquinas pesadas e caminhões, para prestação de serviços sob demanda, conforme a necessidade e planejamento da Secretaria Municipal de Obras, visando à execução de serviços de reparo, manutenção e conservação das estradas vicinais e demais vias rurais do Município de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: O presente chamamento público para credenciamento tem fundamento no art. 78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021, e do art. 59 ao art. 92 do Decreto Municipal n° 267/2025, e fazem parte integrante deste termo de adesão ao credenciamento independente de transcrição o edital e todos os seus anexos.
Dotação Orçamentária: 02.06.06.26.782.2601.2032.3.3.90.39 – Ficha 261.
Vigência: 20 de agosto de 2026 até 20 de agosto de 2027.

Publicado por:
Natália Moreira do Vale
Código Identificador:B37EFAF6

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2026 - DERIVADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026, MODALIDADE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 132/2026
Espécie: Contrato
Contratada: VR Produções Artísticas LTDA
Objeto: O objeto do presente contrato é a Contratação de apresentação artística do DJ PERFORMANCE, incluindo também apresentação musical eletrônica, malabares, monociclo, Tecido Acrobático, Lira Acrobática, Perna de Pau, no dia 12 de setembro de 2026, em virtude da comemoração dos 115 anos da emancipação política da cidade de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: O presente contrato decorre do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 023/2026, Processo Administrativo nº 120/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicáveis.
Valor: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).
Dotação Orçamentária: 23.695.2301.2072 3.3.90.39.00 Ficha 690
Vigência: De 19 de agosto de 2026 até 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:9AB400A5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2025 - DERIVADO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 074/2025, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025.

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 133/2026
Espécie: Contrato
Contratada: Carlos Aparecido Pereira da Silva EPP
Objeto: O objeto do presente instrumento de contrato é a aquisição de produtos relacionados a gases medicinais e correlatos sob regime de comodato de cilindros destinados ao Hospital Municipal Antônio Carneiro Valadares, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Secretaria Municipal de Saúde para pacientes em casa.
Fundamentação: O presente contrato decorre do Processo Administrativo 074/2025, Modalidade de Pregão Eletrônico nº 029/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.
Valor: 1.323.853,00 (um milhão trezentos e vinte e três mil oitocentos e cinquenta e três reais).
Dotação Orçamentária:
02.07.01.10.301.1002.2036.3.3.90.30.00. 298
02.07.01.10.302.1003.2699.3.3.90.30.00. 344
02.07.02.10.302.1002.2946.3.3.90.30.00. 422
02.07.02.10.302.1003.2947.3.3.90.30.00. 431
Vigência: De 01 de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Publicado por:
Natália Cordeiro Macedo
Código Identificador:1C1F2101

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
CREDENCIAMENTO Nº 006/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO: 80/2026 - INEXIGIBILIDADE: 016/2026

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO
Credenciamento nº 006/2026
Processo Administrativo: 80/2026
Inexigibilidade: 016/2026
Credenciada: Joclei Ltda
Objeto: Credenciamento para empresa especializada para locação de máquinas pesadas e caminhões, para prestação de serviços sob

demanda, conforme a necessidade e planejamento da Secretaria Municipal de Obras, visando à execução de serviços de reparo, manutenção e conservação das estradas vicinais e demais vias rurais do Município de João Pinheiro/MG.
Fundamentação: O presente chamamento público para credenciamento tem fundamento no art. 78, I c/c art. 79 da lei 14.133/2021, e do art. 59 ao art. 92 do Decreto Municipal n° 267/2025, e fazem parte integrante deste termo de adesão ao credenciamento independente de transcrição o edital e todos os seus anexos.
Dotação Orçamentária: 02.06.06.26.782.2601.2032.3.3.90.39 – Ficha 261.
Vigência: 20 de agosto de 2026 até 20 de agosto de 2027.

Publicado por:
Natália Moreira do Vale
Código Identificador:F6D451F9

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N.º 006/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo Disciplinar n.º 006/2026
Interessado: Hélio Trajano da Silva

Vistos.
Trata-se de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n.º 096/2026, publicada em 24 de março de 2026, em face do servidor Hélio Trajano da Silva, matrícula n.º 787, em razão de acidente de trânsito ocorrido na Rua Rogério Silveira, n.º 437, bairro Alvorada, nesta cidade, envolvendo pá carregadeira municipal e veículo particular de propriedade de terceiro.
Os autos foram regularmente instruídos, com a oitiva do servidor e de testemunha, juntada de comprovantes de manutenção do equipamento e elaboração de relatório conclusivo pela comissão processante, tendo sido, ao final, submetidos à análise da Procuradoria-Geral do Município, que emitiu o Parecer Jurídico n.º 041/2026, examinando individualmente a responsabilidade civil do Município e a conduta funcional do servidor investigado.
Conforme apurado, o acidente caracterizou-se como colisão traseira entre a pá carregadeira municipal e o veículo marca Ford Fiesta, placa JIH 7906, estacionado no local, decorrente de obstrução momentânea do campo de visão do operador durante manobra de descarga de entulho, associada à falha mecânica do sistema de freios do equipamento, conforme registrado no Boletim de Ocorrência REDS n.º 2025-055476849-0001.
Restou comprovado, mediante depoimentos e documentação de manutenção juntada aos autos, que a manutenção preventiva da máquina estava regularmente em dia, inexistindo qualquer indício de negligência do servidor na conservação ou na operação do equipamento.
O parecer jurídico consignou que, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, está configurada a responsabilidade civil objetiva do Município pelo dano causado ao veículo de terceiro, independentemente da existência de culpa do servidor operador, sendo devido o respectivo ressarcimento.
Por outro lado, quanto à responsabilidade disciplinar, restou demonstrado que o servidor Hélio Trajano da Silva não agiu com negligência, imprudência ou imperícia na condução do equipamento, tendo a falha mecânica do sistema de freios configurado causa externa e estranha à sua conduta, circunstância que afasta a prática de infração funcional e, por consequência, o exercício do direito de regresso previsto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, o qual pressupõe a comprovação de dolo ou culpa do agente, inexistente na espécie.
Após detida análise do conjunto probatório constante dos autos e do Parecer Jurídico n.º 041/2026, verifico que as conclusões nele consignadas encontram respaldo na prova produzida, não havendo elementos capazes de infirmá-las.
Diante do exposto, com fundamento no conjunto probatório constante dos autos e adotando como razão de decidir os fundamentos expostos no Parecer Jurídico n.º 041/2026 da Procuradoria-Geral do Município, **DECIDO**:

I – ARQUIVAR sumariamente o Processo Administrativo Disciplinar n.º 006/2026, reconhecendo-se a ausência de culpa disciplinar do servidor Hélio Trajano da Silva, ante a comprovada inexistência de dolo ou culpa em sua conduta, restando inaplicável qualquer punição funcional ou o exercício de direito de regresso em seu desfavor;
II – RECONHECER a responsabilidade civil objetiva do Município de João Pinheiro pelo dano causado ao veículo Ford Fiesta, placa JIH 7906, determinando-se o ressarcimento à vítima no valor de R$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), conforme orçamento constante dos autos, mediante a adoção das providências administrativas e contábeis cabíveis;
III – DETERMINAR à Secretaria de Obras, ou órgão municipal competente, a implementação de checklist diário de inspeção de equipamentos, incluindo a verificação do sistema de freios previamente à operação, como medida preventiva destinada a evitar a ocorrência de fatos semelhantes;
IV – Cientifique-se o interessado.
Após, cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos, sem prejuízo das providências administrativas decorrentes desta decisão.

João Pinheiro/MG, 10 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:4E3BA9C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 555/2026

DECRETO N. 555/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 7.742,68 (sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Imob. Esmeralda Ltda	01.03.015.0005.000	IPTU	1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	7.742,68

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:ED7FEF3C

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 556/2026

DECRETO N. 556/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.342,10 (mil, trezentos e quarenta e dois reais e dez centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Marcelo Alves Coelho	01.08.211.0001.000	IPTU	2018, 2019, 2020 e 2021	1.342,10

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:0BC33961

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 557/2026

DECRETO N. 557/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2017, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.482,76 (mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Leandro Oliveira Pires	01.08.205.0018.000	IPTU	2016, 2017, 2019, 2020 e 2021	1.482,76

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:25A65688

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 558/2026

DECRETO N. 558/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2014, 2015, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 6.671,23 (seis mil, seiscentos e setenta e um reais e vinte e três centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Altivo Candido da Silva	01.01.072.0016.000	IPTU	2014, 2015, 2019, 2020 e 2021	6.671,23

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:966DBBFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 559/2026

DECRETO N. 559/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019 e 2021 no valor total de R$ 597,50 (quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Catia Aparecida Ferreira Moura	01.04.027.0043.000	IPTU	2017, 2018, 2019 e 2021	597,50

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:879D1023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 560/2026

DECRETO N. 560/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 4.106,80 (quatro mil, cento e seis reais e oitenta centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Jose Flavio Martins de Sousa	01.08.120.0028.000	IPTU	2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	4.106,80

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 27 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:E73A3980

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 562/2026

DECRETO N. 562/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.990,10 (mil, novecentos e noventa reais e dez centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Maria da Conceição Dias de Oliveira	01.08.243.0008.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.990,10

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:AEDB7677

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 563/2026

DECRETO N. 563/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.400,58 (mil, quatrocentos reais e cinquenta e oito centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Everson Pereira da Silva	01.04.110.0003.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.400,58

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:92290C7A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 564/2026

DECRETO N. 564/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 847,11 (oitocentos e quarenta e sete reais e onze centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Edson Batista Pires	01.05.110.0008.000	IPTU	2019, 2020 e 2021	847,11

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:AA0FC367

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 565/2026

DECRETO N. 565/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.939,57 (mil, novecentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Helio Nunes da Cruz	01.09.402.0013.000	IPTU	2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.939,57

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:E22050E7

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 566/2026

DECRETO N. 566/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2011, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.837,55 (mil, oitocentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Marcia Cristina Gonçalves	01.04.105.0007.000	IPTU	2011, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.837,55

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:0C82D647

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 567/2026

DECRETO N. 567/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.149,25 (mil, cento e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Gilmar Jose de Castro	01.08.214.0001.000	IPTU	2019, 2020 e 2021	1.149,25

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:DB7CCFD9

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 568/2026

DECRETO N. 568/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.944,13 (mil, novecentos e quarenta e quatro reais e treze centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Jose Fernando Pereira Santos	01.09.416.0016.000	IPTU	2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.944,13

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:545A5E66

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 569/2026

DECRETO N. 569/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,
Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.462,71 (mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Leandro Pereira e Silva	01.04.103.0008.000	IPTU	2018, 2019, 2020 e 2021	1.462,71

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:8CBE6029

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 570/2026

DECRETO N. 570/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017 no valor total de R$ 515,35 (quinhentos e quinze reais e trinta e cinco centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Gilmar Luiz Mendes	01.05.105.0002.000	IPTU	2017	515,35

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 28 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:60E2DD2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 572/2026

DECRETO N. 572/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2019 e 2020 no valor total de R$ 822,41 (oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e um centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Marcelo Carlos de Menezes	01.08.301.0011.000	IPTU	2019 e 2020	822,41

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 29 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:7741F7BD

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 573/2026

DECRETO N. 573/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 403,93 (quatrocentos e três reais e noventa e três centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Luiz Carlos Rodrigues	01.06.102.0024.000	IPTU	2018, 2019, 2020 e 2021	403,93

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 29 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:BDB5A54B

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 574/2026

DECRETO N. 574/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 1.391,84 (mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Eder dos Santos Silveira	01.05.108.0003.000	IPTU	2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	1.391,84

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 29 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:22B74CA3

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 575/2026

DECRETO N. 575/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 1996, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 13.585,19 (treze mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Jose Antonio Batista Franco	01.01.068.0010.000	IPTU	1996, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	13.585,19

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 29 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:49CFC1AE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
DECRETO N. 576/2026

DECRETO N. 576/2026

AUTORIZA CANCELAMENTO DE VALORES INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro/MG, nos usos de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a prescrição quinquenal da dívida ativa, conforme art. 174 do Código Tributário Nacional c/c o art. 1º do Decreto Federal n. 20.910, de 06 de janeiro de 1932, e art. 164 do Código Tributário Municipal,

Considerando os termos do parecer referencial da advocacia geral do município nº 019/2023,

DECRETA:

Art. 1o. Fica o setor de tributação da Prefeitura autorizado a proceder ao cancelamento de dívida ativa do Município no(s) exercício(s) 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 no valor total de R$ 3.311,50 (três mil, trezentos e onze reais e cinquenta centavos) do seguinte contribuinte:

CONTRIBUINTE	N. DE INSCRIÇÃO	ORIGEM	EXERCÍCIOS	VALOR em R$
Jonathan Ribeiro da Silva	01.08.173.0013.000	IPTU	2018, 2019, 2020 e 2021	1.185,03
Jonathan Ribeiro da Silva	01.08.260.0006.000	IPTU	2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021	2.126,47

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 29 de julho de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:2323F78D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.547 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº. 4.547 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente".

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, autorizado a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R$1.560.000,00 (Um Milhão, Quinhentos e Sessenta Mil Reais), nos termos do artigo 43, c/c artigo 46 da Lei Federal 4.320/64, parágrafo único do artigo 8º e artigo 25, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101/2000 -LRF; para atender à despesa decorrente da presente Lei, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

02 – Poder Executivo
02.07 – Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal
02.07.02 – Fundo Municipal de Saúde – Recursos Vinculados
02.07.02.10 - Saúde
02.07.02.10.302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
02.07.02.10.302.1003 – Atendimento Emergencial e Especializado
02.07.02.10.302.1003.3033 – Ampliação Reforma Hospital
02.07.02.10.302.1003.3033.4.4.90.39.00
02.07.02.10.302.1003.3033.4.4.90.51.00

Art. 2º - O Decreto de abertura do Crédito Adicional Especial discriminará a classificação orçamentária e o valor por elemento das despesas nos termos dos Artigos 42 e 46 da Lei Federal número 4.320/1964.

Art. 3º - Constituem recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Especial:

I - Excesso de Arrecadação, no valor de R$1.500.000,00 (Um Milhão e Quinhentos Mil Reais), proveniente do Contrato de repasse número 1321003006/2026-SES, celebrado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde;

II – Previsão de rendimentos de aplicação financeira no valor de R$60.000,00 (Sessenta Mil Reais).

Fonte de Recursos: 1.632.00 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde.

Art. 4º - Fica autorizado ao Poder Executivo a realizar as alterações do PPA, LDO e na LOA para inclusão da despesa e projeto prevista no ar. 1º. da presente Lei através de Decreto.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 21 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:A7B56E7D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.548 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

v**LEI Nº. 4.548 DE 21 DE AGOSTO DE 2026**

"Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente".

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor total de R$680.000,00 (Seiscentos e Oitenta Mil Reais) de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, combinado com o Artigo 46 da Lei Federal 4.320/64 e § único do artigo 8º e artigo 25 § 2º, ambos da Lei complementar nº. 101/2000 - LRF, para atender a despesa decorrente da presente Lei, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:
02 – Poder Executivo
02.11 – Secretaria Municipal de Educação
02.11.11 – Educação Complementar
02.11.11.12 - Educação
02.11.11.12.361 – Ensino Fundamental
02.11.11.12.361.1202 - Gestão do Ensino Fundamental
02.11.11.12.361.1202.3034 – Ampliação Escola Edmundo Lourenço
02.11.11.12.361.1202.3034.44.90.51.00 – Obras e Instalações.....R$680.000,00

Art. 2º Constitui recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Especial:

I – Excesso de Arrecadação, oriunda da Transferência financeira referente ao Convênio número 1261001992/2026, celebrado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, no valor de R$640.000,00 (Seiscentos e Quarenta Mil Reais);

II – Previsão de rendimentos de aplicação financeira no valor de R$40.000,00 (Quarenta Mil Reais).

Fonte de Recursos:
1.571.00 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres Vinculados à Educação.

Art. 3º Fica autorizado ao Poder Executivo a realizar as alterações no PPA, LDO e na LOA para inclusão da despesa e projeto previsto no art. 1º da presente Lei através de Decreto.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 21 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:2FD8921F

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.549 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº. 4.549 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente".

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor total de R$430.000,00 (Quatrocentos e Trinta Mil Reais), nos termos do Artigo 43, § 1º, Inciso II, combinado com o Artigo 46 da Lei Federal 4.320/64 e § único do artigo 8º e artigo 25 § 2º, ambos da Lei complementar nº. 101/2000 - LRF, para atender as despesas decorrentes da presente Lei, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

02 – Poder Executivo
02.11 – Secretaria Municipal de Educação
02.11.11 – Educação Complementar
02.11.11.12 - Educação
02.11.11.12.361 – Ensino Fundamental
02.11.11.12.361.1202 - Gestão do Ensino Fundamental

02.11.11.12.361.1202.3035 – Mobiliário Educação Conv. 1261003220 SEE
02.11.11.12.361.1202.3035.44.90.52.00 – Equipamento e Mat. Permanente.....R$430.000,00

Art. 2º - Constituem recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Especial:

I – Excesso de Arrecadação no valor de R$400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais), parcialmente depositado na conta 47.648-X, Banco do Brasil, agência 800-1, proveniente da Transferência constante do Convênio 1261003220/2026, celebrado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, dentro do Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, destinado a aquisição de mobiliário e equipamentos destinados as Escolas Municipais.

II – Previsão de rendimentos de aplicação financeira no valor de R$30.000,00 (Trinta Mil Reais)

Fonte de Recursos:
1.571.00 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação.

Art. 3º - Fica autorizado ao Poder Executivo a realizar as alterações no PPA, LDO e na LOA para inclusão da despesa e projeto previsto no art. 1º da presente Lei através de Decreto.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 21 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:D288A4B5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.550 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº. 4.550 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente".

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor total de R$850.000,00 (Oitocentos e Cinquenta Mil Reais), de acordo com o Artigo 43, combinado com o Artigo 46 da Lei Federal 4.320/64 e § único do artigo 8º e artigo 25 § 2º, ambos da Lei complementar nº. 101/2000 - LRF, para atender as despesas decorrentes da presente Lei, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

02 – Poder Executivo
02.11 – Secretaria Municipal de Educação
02.11.11 – Educação Complementar
02.11.11.12 - Educação
02.11.11.12.365 – Educação Infantil
02.11.11.12.365.1201 - Gestão do Ensino Infantil
02.11.11.12.365.1201.3036 – Construção Quadra Gotinha D'Água
02.11.11.12.365.1201.3036.44.90.51.00 – Obras e Instalações.....R$850.000,00

Art. 2º - Constituem recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Especial:

I – Excesso de Arrecadação, no valor de R$800.910,07 (Oitocentos Mil, Novecentos e Dez Reais e Sete Centavos), proveniente da Transferência constante do Convênio 1261000518/2026/SEE, celebrado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, destinada a construção de quadra poliesportiva nas dependências do Centro Municipal de Educação Infantil Gotinha D'Água.

II – Previsão de rendimentos de aplicação financeira no valor R$49.089,93 (Quarenta e Nove Mil, Oitenta e Nove Reais e Noventa e Três Centavos).

Fonte de Recursos:
1.571.00 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação

Art. 3º - Fica autorizado ao Poder Executivo a realizar as alterações no PPA, LDO e na LOA para inclusão da despesa e projeto previsto no art. 1º da presente Lei através de Decreto.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 21 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:07336500

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.551 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº. 4.551 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente".

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor total de R$420.000,00 (Quatrocentos e Vinte Mil Reais), de acordo com o Artigo 43, combinado com o Artigo 46 da Lei Federal 4.320/64 e § único do artigo 8º e artigo 25 § 2º, ambos da Lei complementar nº. 101/2000 - LRF, para atender as despesas decorrentes da presente Lei, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:
02 – Poder Executivo
02.11 – Secretaria Municipal de Educação
02.11.11 – Educação Complementar
02.11.11.12 - Educação
02.11.11.12.361 – Ensino Fundamental
02.11.11.12.361.1202 - Gestão do Ensino Fundamental
02.11.11.12.361.1202.3037 – Mobiliário Escolar Conv. 1261004619 SEE
02.11.11.12.361.1202.3037.44.90.52.00 – Equipamento e Mat. Permanente.....R$420.000,00

Art. 2º - Constituem recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Especial:

I – Excesso de Arrecadação no valor de R$400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais) depositado na conta 47.753-2, Banco do Brasil, agência 800-1, proveniente da Transferência constante do Convênio 1261004619/2026, celebrado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, dentro do Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, destinado a aquisição de mobiliário e equipamentos.

II – Previsão de rendimentos de aplicação financeira no valor de R$20.000,00 (Vinte Mil Reais)

Fonte de Recursos:
1.571.00 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação.

Art. 3º - Fica autorizado ao Poder Executivo a realizar as alterações no PPA, LDO e na LOA para inclusão da despesa e projeto previsto no art. 1º da presente Lei através de Decreto.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 21 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:BD3BCDC8

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.552 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº. 4.552 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente".

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor total de R$320.000,00 (Trezentos e Vinte Mil Reais), de acordo com o Artigo 43, combinado com o Artigo 46 da Lei Federal 4.320/64 e § único do artigo 8º e artigo 25 § 2º, ambos da Lei complementar nº. 101/2000 - LRF, para atender as despesas decorrentes da presente Lei, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:
02 – Poder Executivo
02.11 – Secretaria Municipal de Educação
02.11.11 – Educação Complementar
02.11.11.12 - Educação
02.11.11.12.361 – Ensino Fundamental
02.11.11.12.361.1202 - Gestão do Ensino Fundamental
02.11.11.12.361.1202.3038 – Mobiliário Escolar Conv. 1261004037 SEE
02.11.11.12.361.1202.3038.44.90.52.00 – Equipamento e Mat. Permanente.....R$320.000,00

Art. 2º - Constituem recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Especial:

I – Excesso de Arrecadação no valor de R$300.000,00 (Trezentos Mil Reais) depositado na conta 47.733-8, Banco do Brasil, agência 800-1, proveniente da Transferência constante do Convênio 1261004437/2026, celebrado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, dentro do Programa Fortalecimento das Escolas Municipais, destinado a aquisição de mobiliário e equipamentos.

II – Previsão de rendimentos de aplicação financeira no valor de R$20.000,00 (Vinte Mil Reais)

Fonte de Recursos:
1.571.00 – Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação.

Art. 3º - Fica autorizado ao Poder Executivo a realizar as alterações no PPA, LDO e na LOA para inclusão da despesa e projeto previsto no art. 1º da presente Lei através de Decreto.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 21 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:3E9A8018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
LEI Nº. 4.553 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

LEI Nº. 4.553 DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"Abre Crédito Especial ao Orçamento Vigente".

A Câmara Municipal de João Pinheiro-MG, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Orgânica do Município aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, autorizado a proceder a abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$90.000,00 (Noventa Mil Reais), nos termos do Artigo 43, § 1º, Inciso II, combinado com o Artigo 46 da Lei Federal 4.320/64, § único do artigo 8º e artigo 25, § 2º, ambos da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) para atender a despesa decorrente da presente Lei, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

02 – Poder Executivo
02.14 – Fundo Municipal de Assistência Social
02.14.01 – Fundo Municipal de Assistência Social
02.14.01.08 – Assistência Social
02.14.01.08.244 – Assistência Comunitária
02.14.01.08.244.0801 – Gestão Política de Assistência Social
02. 14.01.08.244.0801.3032 – Aquisição Veículo Indicação 202768
02. 14.01.08.244.0801.3032. 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Mat. Permanente.....R$90.000,00

Art. 2º - Constituem recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Especial a que se refere o Artigo 1º.:

I – Excesso de Arrecadação, no valor de R$86.500,00 (Oitenta e Seis Mil e Quinhentos Reais) depositado na conta 47.697-8, Banco do Brasil, agência 800-1, proveniente da transferência do Estado de Minas Gerais, procedente de emenda parlamentar individual, indicação número 202768, na modalidade transferência especial, conforme Resolução SEGOV nº. 18, de 27 de abril de 2026.
II - Previsão de rendimentos de aplicação financeira no valor de R$3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais).

Fonte de Recursos:
1.710.00 - Transferência Especial dos Estados;
3210 – Código de Acompanhamento – Identificação das Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individual.

Art. 3º - Fica autorizado ao Poder Executivo a realizar as alterações no PPA, LDO e na LOA para inclusão da despesa e projeto previstos no art. 1º da presente Lei através de decreto.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 21 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:E503337C

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
ORDEM DE SERVIÇOS - CONTRATO 119-2026

ORDEM DE SERVIÇOS

Referente à contratação de empresa de engenharia com fornecimento obras/serviços para obra referente a **CONSTRUÇÃO DA COZINHA DE APRENDIZADO NA CASA DA CULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO**; conforme especificações no projeto básico e neste edital e seus Anexos.**;** conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, anexos ao processo licitatório.

Referência:
Concorrência eletrônica: 003/2026
Contrato n.º: 119/2026
Valor do Contrato: **R$ 74.090,00 (setenta e quatro mil e noventa reais).**

A empresa **CONSTRUTORA G.M. LTDA ME**, empresa situada na Avenida Zico Dornelas, nº 999, Sala 02, Bairro Santa Cruz, na cidade de João Pinheiro/MG, CEP: 38.770-000, inscrita no **CNPJ sob o nº 46.329.270/0001-41**, neste ato representada pelo Sr. **Caio Guilherme Alves Queiroz**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF nº 085.508.546-03 e portador do RG nº MG-15.606.792 – SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Ana Felisberto de Oliveira, nº 184, Bairro Bela Vista, na cidade de João Pinheiro/MG, CEP: 38.770-000.
As obras deverão ser iniciadas no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir do recebimento pela CONTRATADA desta ordem de início dos serviços, com prazo máximo para a conclusão da obra de 02 meses consecutivos de acordo com cronograma físico - financeiro e conforme cláusula 2.1 do contrato firmado entre as partes.
Pela presente Ordem de Serviços, autorizamos a empresa **CONSTRUTORA G.M. LTDA ME** a iniciar na data de **24 de agosto de 2026** os serviços que menciona o contrato acima epigrafado conforme cláusula 1.1, celebrado entre a Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG e a empresa supracitada.

João Pinheiro, 24 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

GLAUCON CEZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinicius Augusto Gradim
Código Identificador:3CD15F1D

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 236/2026

PORTARIA N. 236/2026

Concede licença para tratar de interesses particulares — LIP, à servidora que especifica, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro - MG, Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 70, VI, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1º- Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares –LIP à servidora **CARLA DE CASTRO RODRIGUES**, matrícula nº 14256, Professor de Ensino Básico, em conformidade com o Art. 136 da Lei Complementar Municipal nº 048/2012, no período de 03 de agosto de 2026 a 01 de agosto de 2028, sem remuneração.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG, 13 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:2C602AC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 237/2026

PORTARIA N. 237/2026

CONCEDE REDUÇÃO DE 50% DA CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA QUE INDICA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 130 da Lei Complementar Municipal nº 048, de 12 de outubro de 2012, com redação dada pela Lei Complementar nº 106, de 17 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO o Boletim de Inspeção Médica realizado em 24 de julho de 2026, subscrito pelo médico perito Dr. Rodrigo Martins Vinha, CRM/MG nº 57.282, que concluiu pela necessidade de acompanhamento direto do dependente da servidora;

CONSIDERANDO que a perícia médica oficial constatou ser indispensável a assistência direta da servidora à sua mãe e a sua irmã, não sendo possível a prestação dessa assistência de forma simultânea ao exercício do cargo;
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Servidora **MARIA HELOÍZA DA SILVA,** titular da matrícula funcional n.1998, ocupante do cargo efetivo de Agente administrativo, redução de 50% da carga horária, por motivo de doença da mãe e da irmã, portador de cardiopatia e mielopatias avançadas e irmã com sequela de AVC hemorrágico, a contar de 24/07/2026 por 12 meses, à vista do Laudo da Perícia Medica Administrativa datado no dia 24 de julho de 2026, firmado pelo médico Dr. Rodrigo Martins Vinha, CRM-MG 57282.

Art. 2º A servidora fará jus ao vencimento base integral e adicionais fixos, sendo vedado o pagamento de adicionais vinculados ao exercício da função, conforme dispõe o art. 130 da Lei Complementar 048 de 12 de outubro de 2012.

Art. 3º Nos termos do art. 130, §7º, da Lei Complementar nº 048/2012, a manutenção da licença fica condicionada à

realização de vistoria periódica pela Assistente Social do Município, a cada período de 30 (trinta) dias, devendo o respectivo relatório conter:

I – as condições de saúde do enfermo;

II – a necessidade de assistência direta da servidora;

III – a impossibilidade de prestação dessa assistência de forma simultânea ao exercício do cargo.
Parágrafo único. O relatório elaborado pela Assistente Social deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos para arquivamento na pasta funcional da servidora.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos ao dia 24 de julho de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 13 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:3D5B7FA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 238/2026

PORTARIA N. 238/2026

EXONERA DAS FUNÇÕES DO CARGO PÚBLICO COMISSIONADO QUE INDICA DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas no artigo 70, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1o. Exonerar a senhora **DALVA MARIA DE OLIVEIRA** das funções do Cargo Público Comissionado de **DIRETOR ADMINISTRATIVO DO CENTRO DE HEMODIÁLISE.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroatios ao dia 06 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 13 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:3DA06748

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 241/2026

PORTARIA N. 241/2026

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS A SERVIDORA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro - MG, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à Servidora, Sra. **EMILLY ALVES RIBEIRO**, titular da matrícula funcional nº 23624, ocupante do cargo público de Atendente de Serviço Público (Atendente de Serviço de Saúde), 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Maternidade, a contar de 12/08/2026 a 07/02/2027, à vista de atestado médico datado do dia 12 de agosto de 2026, firmado pela Dra. Isa Beatriz Alves Silva, CRM-MG 109715, em conformidade com o Art. 131 da Lei Complementar Municipal n. 048/12.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 12 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 14 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:9D72F555

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 242/2026

PORTARIA N. 242/2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DE FÉRIAS-PRÊMIO EM PECÚNIA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **ELAINE CÉSAR DA SILVA**, cargo efetivo de Professor de Ensino Básico, matricula nº 14251, a conversão em pecúnia de 03 (três) meses de férias-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 01/08/2016 a 30/07/2021, nos termos do art. 106, §2º da Lei Complementar nº 048/2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 19 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:CADEFA12

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 243/2026

PORTARIA N. 243/2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DE FÉRIAS-PRÊMIO EM PECÚNIA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **ELIDA MARINA MARTINS OLIVEIRA**, cargo efetivo de Técnico em Educação (Auxiliar de Secretaria), matricula nº 4703, a conversão em pecúnia de 03 (três) meses de férias-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 01/09/2017 a 30/08/2022, nos termos do art. 106, §2º da Lei Complementar nº 048/2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 19 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:2CA40501

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 244/2026

PORTARIA N. 244/2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DE FÉRIAS-PRÊMIO EM PECÚNIA DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **RAFAEL ESTEVES DE OLIVEIRA**, cargo efetivo de motorista de veículos, matricula nº 10750, a conversão em pecúnia de 03 (três) meses de férias-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 14/06/2012 a 12/06/2017, nos termos do art. 106, §2º da Lei Complementar nº 048/2012.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 19 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:3F87815E

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PORTARIA N. 245/2026

PORTARIA N. 245/2026

DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DE FÉRIAS-PRÊMIO EM PECÚNIA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, Sr. Gláucon Cézar Cardoso, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 70, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora **ÉRICA APARECIDA LUCAS DE JESUS**, cargo efetivo de agente de combate de endemias, matricula nº 13223, a conversão em pecúnia de 03 (três) meses de férias-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2015 a 31/01/2020, nos termos do art. 106, §2º da Lei Complementar nº 048/2012.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro-MG, 19 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:86DF0F88

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 051/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 125/2026.

Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG - Processo Licitatório 125/2026 – Pregão Eletrônico 051/2026 - Através de sua Pregoeira Municipal – Renata Soares de Noronha Machado e sua Equipe de Apoio, comunica que fará realizar no dia e hora 14/09/2026 09:00:00h, licitação tipo Menor Preço - Lote, que tem por objeto a Aquisição de equipamentos e soluções de segurança eletrônica e patrimonial, compreendendo sistemas de videomonitoramento, alarmes, interfonia, automação de acesso e proteção perimetral, com fornecimento de equipamentos e materiais, instalação, configuração e testes de funcionamento destinados às unidades vinculadas às Secretarias Municipais de Saúde e Ação Social, e comunica que o Edital poderá ser acessado/retirado nos sites: www.bnc.org.br, https://pncp.gov.br/editais e www.joaopinheiro.mg.gov.br (licitações) e/ou no Dpto. de Compras e Licitações da Prefeitura. Maiores informações pelo telefone (38) 3361-1900 (ramal 1220) ou p/ e-mail: licita@joaopinheiro.mg.gov.br, de 08h00 as 11h00 e de 13h00 as 17h30.

João Pinheiro/MG 24 de agosto de 2026.

RENATA SOARES DE NORONHA MACHADO –
Pregoeira.

Publicado por:
Renata Soares de Noronha Machado
Código Identificador:E07EE801

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 021/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO 097/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO, no uso de suas atribuições, e em cumprimento às determinações contidas no Artigo 74 inciso V da Lei nº 14.133/2021 torna público, que **RATIFICA** a Inexigibilidade de Licitação Nº 021/2026, para fins de locação de imóvel urbano, por prazo determinado, destinado à instalação e funcionamento da Unidade Básica de Saúde Zélia Fonseca de Souza - PSF VIII, visando garantir a continuidade e a adequada prestação dos serviços de Atenção Primária à Saúde, assegurando o acesso da população aos atendimentos ofertados pelo Município.

O valor mensal será de R$ 2.431,50 (dois mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinquenta centavos), perfazendo o valor total de R$ 29.178,00 (vinte e nove mil, cento e setenta e oito reais) anual.

Locador: Gilberto José Fernandes, CPF: 400.748.206-30

João Pinheiro/MG, 24 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Soares de Noronha Machado
Código Identificador:A70D5D12

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
A autoridade competente - JOÃO PINHEIRO-MG, vem comunicar o resultado do processo de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 005/2026, Processo Administrativo nº 088/2026 finalizado segunda-feira, 24 de agosto de 2026 às 09:16, objeto: Contratação de empresa especializada para reforma do vestuário e dos banheiros do ginásio poliesportivo Ayrton Senna, conforme convenio de saída n°1481001933/2023 – Emenda Parlamentar Individual . Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: **CONSTRUTORA GM LTDA**(46329270000141) com o lote 1 no valor de R$ 150.666,99 (cento e cinquenta mil e seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos),

JOÃO PINHEIRO (MG), segunda-feira, 24 de agosto de 2026

GLAUCON CEZAR CARDOSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:0E48CBF5

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026

RESULTADO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2026
A autoridade competente do município de JOÃO PINHEIRO-MG, vem comunicar o resultado do processo de CONCORRÊNCIA

ELETRÔNICA nº 005/2026, Processo Administrativo nº 088/2026 finalizado segunda-feira, 24 de agosto de 2026 às 09:16, objeto: Contratação de empresa especializada para reforma do vestuário e dos banheiros do ginásio poliesportivo Ayrton Senna, conforme convenio de saída n°1481001933/2023 – Emenda Parlamentar Individual . Ficando adjudicadas e homologadas as seguintes propostas: CONSTRUTORA GM LTDA (46329270000141) com o lote 1 no valor de R$ 150.666,99 (cento e cinquenta mil e seiscentos e sessenta e seis reais e noventa e nove centavos),

JOÃO PINHEIRO (MG), segunda-feira, 24 de agosto de 2026

GLAUCON CEZAR CARDOSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:CAD15974

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE FOMENTO Nº 014/2026

TERMO DE FOMENTO Nº 014/2026

TERMO DE FOMENTO PARA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO/MG E O ABRIGO SANTANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n. 16.930.299/0001-13, com sede administrativa na Praça Coronel Hermógenes, 60, Centro, na cidade de João Pinheiro/MG, CEP 38.770-000, neste ato representadopor seu Prefeito Municipal, Sr. **GLÁUCON CÉZAR CARDOSO**, brasileiro, casado, engenheiro agrônomo, inscrito no CPF nº 681.xxx.xxx-00, com endereço profissional na Rua Antônio Carlos, nº 200, sala 205, Centro, João Pinheiro-MG, 38.770-000 e o **ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO**, inscrito no CNPJ sob nº 05.669.731/0001-48 com sede na Rua Capitão Sancho, nº 143 – Centro, João Pinheiro-MG, doravante denominada apenas Organização da Sociedade Civil, representada por seu Presidente **PEDRO LUIZ DA SILVA**, brasileiro, casado, contador, portador do CPF nº 561.xxx.xxx-04, residente e domiciliado na Rua Paulo Afonso, nº 382, Bairro Esplanada, João Pinheiro-MG, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 014/2026, nos termos da Lei nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 4.519 de 30 de junho de 2026, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Fomento é decorrente do Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 014/2026 e tem como objetivo realizar a transferência de recurso financeiro, conforme Lei Municipal nº 4.519 de 30 de junho de 2026, para custeio da revitalização da pintura interna e externa do Abrigo Sant'Ana da Sociedade São Vicente de Paulo necessários à execução das ações previstas, conforme especificado no Plano de Trabalho elaborado pela Organização da Sociedade Civil.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA GESTÃO

2.1 O Presente Termo de Fomento terá como representante legal responsável pela execução da parceira do **ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO**, o senhor Pedro Luiz da Silva, brasileiro, casado, contador, portador do CPF nº 561.xxx.xxx-04, residente e domiciliado na Rua Paulo Afonso, nº 382, Bairro Esplanada, João Pinheiro-MG, que se responsabilizará de forma solidária pelo cumprimento do objeto constante no Plano de Trabalho.

2.2 O **MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO** indica como gestor do presente Termo de Fomento a Secretária Municipal de Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social, Sr. Jessinaider Helena Couto Lima Lopes, nomeada pela Portaria nº 011/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO

3.1 São obrigações do **ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO**:

3.1.1 Cumprir rigorosamente os prazos e as metas, satisfazendo o objeto desta parceria em conformidade com todas as condições e disposições dispostas no Plano de Trabalho, anexo ao Processo de Inexigibilidade e integrante deste, e ainda com toda e qualquer exigência legal aplicável ao caso, principalmente as descritas no presente termo.

3.1.2 Divulgar, na internet e em local visível de sua sede e em estabelecimento que exerçam suas ações a presente parceria nos termos do art.11 da Lei Federal nº 13.019/2014;

3.1.3 Manter e movimentar os recursos recebidos em decorrência da presente parceria em conta corrente específica isenta de tarifa bancária em instituição financeira pública, devendo os rendimentos de ativos financeiros ser aplicado no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos, conforme determinação do art. 51, da Lei nº 13.019/2014.

3.1.4 Responder, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e pessoal;

3.1.5 Dar livre acesso aos servidores da Controladoria Geral do Município, correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

3.1.6 Responder, exclusivamente, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Fomento, bem como do Plano de Trabalho, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do Município a inadimplência do ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, em relação aos referidos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

3.1.7 Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos ao setor de Controladoria Geral do Município.

3.1.8 Manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da presente parceria pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO

4.1 Constituem obrigações e responsabilidades do Município de João Pinheiro:

4.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, nos termos do art. 61 da Lei nº 13.019/2014, através da Secretaria Municipal de Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social, que será a responsável pela execução da parceria exercendo poderes de controle e fiscalização;

4.1.2. Realizar procedimentos de fiscalização da parceria celebrada antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas "*in loco*", quando cabíveis e necessárias, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto;

4.1.3 Liberar os recursos em obediência ao cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, Anexo I, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do Termo de Fomento.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DO REPASSE DOS RECURSOS

5.1 O Município de João Pinheiro/MG realizará o repasse de R$100.000,00 (cem mil reais) a ser efetuado até o dia 31 de dezembro de 2026.

5.2 Os recursos serão gastos de acordo com o cronograma de desembolso financeiro previsto no Plano de Trabalho, e guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do projeto do instrumento.

5.3 O recurso descrito na cláusula 5.1 será repassado ao ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, obedecido o preenchimento do seguinte:

a) estar em situação regular com a Prestação de Contas dos recursos recebidos anteriormente;
b) estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho;
c) estar em situação regular perante a Receita Federal, Estado e ao Município.

5.4 O repasse mencionado nesta cláusula será efetuado pela Secretaria Municipal de Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social, com recursos advindos da fonte 1.700.000.000, sendo que o ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO deverá fazer a prestação de contas ao Setor de Controladoria deste Município.

5.5 Os pagamentos realizados pelo MUNICÍPIO ao ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO com recursos ordinários desse Termo de Fomento serão movimentados na conta bancária da Caixa Econômica Federal, conta corrente nº 5680074684-7, agência 1818, por meio depósitos bancários.
5.6 Os recursos da parceria geridos pelo ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços, devendo ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

6.1 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, o ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO deverão restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

6.2 Os débitos a serem restituídos pelo **ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO** serão apurados mediante atualização monetária, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

6.3 Durante a vigência da parceria, os ganhos econômicos auferidos pelo ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, gerados com os recursos públicos provenientes do Termo de Fomento, deverão ser aplicados no objeto do presente instrumento.

6.4 O ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

a) inexecução do objeto;
b) falta de apresentação de prestações de contas, no prazo exigido;
c) rejeição das contas apresentadas; utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

6.5 Compromete-se ao ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, restituir ao MUNICÍPIO o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

7.1 O ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no Plano de Trabalho ou em razão de fato superveniente e imprevisível, devidamente justificado, e aprovado pelo MUNICÍPIO.

7.2 Nas contratações de bens e serviços, as entidades privadas sem fins lucrativos poderão utilizar-se do sistema de registro de preços dos entes federados.

CLÁUSULA OITAVA- DA VIGÊNCIA

8.1 O presente termo de fomento terá vigência e produzirá seus efeitos até o dia 31/12/2026. Devendo ser apresentado as devidas prestações de contas pelo prazo de 90 (noventa) dias após o termino da vigência deste, de acordo com Artigo 69 da Lei 13.204/2015.

CLÁUSULA NONA- DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E DAS PROIBIÇÕES

9.1 O ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO utilizará os recursos públicos oriundos do presente termo exclusivamente para a manutenção das ações previstas no plano de trabalho apresentado no processo administrativo Inexigibilidade de Chamamento Público 014/2026.

9.2 Fica vedada a utilização de recursos para:

a) finalidade alheia ao objeto da parceria;
b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
c) despesas com bebidas alcoólicas e ou outras drogas ilícitas, ainda que dentro de realização de evento.

9.3- O ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO deverá providenciar elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado, tais como cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público, os quais deverão ser apresentados quando da Prestação de Contas.

9.4 É expressamente proibido ao ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO:

a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;
c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;
d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
j) realizar despesas com pagamento de multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias; publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
k) pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

10.1 O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte do ABRIGO SANT'ANA DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, devidamente comprovada, o mesmo não terá direito a qualquer indenização.

10.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento, o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.4 Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicação ou neste instrumento, poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, ser for o caso, no Termo de Distrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os casos omissos do presente Termo serão resolvidos diretamente pelas partes, no que for compatível, tendo em vista os princípios gerais do direito.

11.2 Fica eleito o Foro da Comarca de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, como competente para julgar dúvidas ou controvérsias que não puderem ser resolvidas amigável e administrativamente pelas partes.

E por terem justo e conveniado o quanto exposto, firmam o presente termo em 02 (duas) vias do mesmo teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, por ser a expressão da verdade e para que produza os seus efeitos legais.

João Pinheiro/MG, 12 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal
Município de João Pinheiro-MG

JESSINAIDER HELENA COUTO LIMA LOPES
Secretária Municipal de Trabalho, Ação e Desenvolvimento Social

PEDRO LUIZ DA SILVA
Presidente

Testemunhas:

NOME: _____
CPF:

NOME: _____
CPF:

Publicado por:
Tatiane Duarte Moreira
Código Identificador:3CB0F905

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 127/2026 PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA DE LICITAÇÃO) Nº 039/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 127/2026
Processo de Contratação Direta (Dispensa de Licitação) nº 039/2026
Fundamento legal: art. 75, inciso II, c/c art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e CONSIDERANDO o disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que exige a ratificação e a publicação do ato que reconhece a dispensa de licitação pela autoridade máxima do órgão contratante como condição de eficácia do ato;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 127/2026 e o Processo de Contratação Direta (Dispensa de Licitação) nº 039/2026, instruídos com Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência, pesquisa e mapa comparativo de preços, justificativa de preço, razão da escolha do fornecedor e demais elementos exigidos pelo art. 72 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o objeto do presente processo consiste na contratação direta, em caráter temporário e transitório, para aquisição de café em pó, destinada a assegurar a continuidade do abastecimento das diversas Secretarias Municipais de João Pinheiro/MG, enquanto não concluído o procedimento licitatório regular em andamento, iniciado em maio de 2026, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência;

CONSIDERANDO que o valor total estimado da contratação, de R$ 62.944,00 (sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais), é inferior ao limite legal de R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), fixado pelo Decreto nº 12.807/2025 para o exercício de 2026, restando caracterizada a hipótese de dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e cadastral da empresa RONEY G. DEUS (Supermercado Tatão), inscrita no CNPJ sob o nº 25.911.751/0001-90, bem como a compatibilidade entre o objeto contratado e sua atividade econômica principal (CNAE 47.11-3-02), consoante razão de escolha registrada no item 6 do Termo de Dispensa de Licitação;

CONSIDERANDO a existência de disponibilidade orçamentária e financeira para fazer face à despesa, nas dotações orçamentárias indicadas no item 9 do Termo de Dispensa de Licitação, consignadas no Orçamento Municipal do exercício de 2026;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria-Geral do Município, constante dos autos, opinando pela regularidade e legalidade do procedimento de contratação direta;
CONSIDERANDO, por fim, que se encontram atendidos os requisitos e formalidades legais exigidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para a caracterização da dispensa de licitação em razão do valor,

RESOLVE:

I – RATIFICAR, para todos os fins e efeitos legais, o Termo de Dispensa de Licitação nº 039/2026, que integra o Processo Administrativo nº 127/2026, referente à contratação direta, em caráter temporário e transitório, para aquisição de café em pó destinado às Secretarias Municipais de João Pinheiro/MG, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

II – HOMOLOGAR o respectivo procedimento de contratação direta em favor da empresa RONEY G. DEUS (Supermercado Tatão), inscrita no CNPJ sob o nº 25.911.751/0001-90, para fornecimento do objeto discriminado no item 8 do Termo de Dispensa de Licitação, pelo valor total de R$ 62.944,00 (sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro reais), com vigência até 31/10/2026, observado o caráter temporário e transitório da contratação;

III – DETERMINAR à unidade competente a adoção das providências necessárias à formalização do contrato ou instrumento equivalente, bem como à emissão do respectivo empenho, observadas as dotações orçamentárias indicadas no item 9 do Termo de Dispensa de Licitação;

IV – DETERMINAR, como condição de eficácia do presente ato, a publicação do extrato deste Termo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, nos termos do art. 72, parágrafo único, e do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

João Pinheiro/MG, 20 de agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juarez Moura da Silva
Código Identificador:275D9B32

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 004/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **MOTORISTA.**

Karen Mariana Ferreira
Daiane Santos Oliveira
Julio Teixeira Franco

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG**, 24/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:1ECCDD28

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSOR

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO para CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA de excepcional interesse público, observados os requisitos e condições estabelecidos na Lei Municipal nº 1.299/2005, dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Concurso Público da Educação do Município de Lagoa da Prata - Edital nº 05/2025, para o cargo de PROFESSOR:

Candidatos convocados nas vagas de Ampla Concorrência:

- MARIA JÚLIA GOMES COIMBRA

A contratação a que se refere a presente convocação se dará exclusivamente para substituição durante o período de afastamento de servidora em gozo de licença maternidade.

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos e exames exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

Os candidatos que não se apresentarem dentro do prazo estipulado serão considerados desistentes de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, 24 de agosto de 2026.

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Geovana Luiza de Castro Silva
Código Identificador:8F354DDF

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVENTE ESCOLAR

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO dos seguintes candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo **nº 001/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **SERVENTE ESCOLAR:**

Juslaine Maria De Moura
Catia Cristina Da Silva
Teônia Alves da Silva

Os candidatos indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **24/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:5147F96B

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CONVOCAÇÃO CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

O Secretário Municipal de Administração e Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata-MG, no uso de suas atribuições, vem, por meio deste ato, tornar pública a CONVOCAÇÃO do seguinte candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo **nº 007/2025** para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público para o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM.**

Daniella Aragão Prado da Fonseca
Érica Cristina de Oliveira da Silva
Daiana Nunes da Silva

Os candidato indicados neste ato deverão comparecer portando originais e cópias dos documentos exigidos no respectivo Edital, no prazo máximo de 48 horas, a partir da data de publicação.

O candidato que não se apresentar dentro do prazo estipulado será considerado desistente de contrato, independente da assinatura de termo de desistência. Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, através do contato (37) 99107 5845 ou no endereço de e-mail rh@lagoadaprata.mg.gov.br.

Lagoa da Prata-MG, **24/08/2026**

ALYSSON ELIAS MACEDO
Secretário Municipal de Administração e Governo

Publicado por:
Davi Henrique Miranda Melo
Código Identificador:9B554202

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 204/2026

DECRETO Nº 204/2026

-Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 2.913.500,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 4.446, de 20 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 2.913.500,00 (dois milhões, novecentos e treze mil e quinhentos reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.122.0301.4001 – Subsídio de Agentes Políticos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil . …...R$ 10.000,00
319013 – Obrigações Patronais ...… ….....R$ 14.500,00
01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.122.0301.4002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....……R$ 123.500,00
319013 – Obrigações Patronais..…....R$ 40.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…….…….....R$ 19.500,00
01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.124.0301.4003 – Manutenção do Controle Interno
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....….....R$ 12.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....……...R$ 14.500,00
01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.131.0301.4004 – Manutenção da Assessoria de Comunicação
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…..…….....R$ 111.000,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
02.062.0302.4009 – Convênio com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 2.500,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
02.062.0302.4012 – Despesas com Tribunal Regional Eleitoral
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil…….....R$ 30.000,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
06.091.0302.4008 – Convênio com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....….....R$ 6.500,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
06.181.0302.4006 – Convênio com a Polícia Militar
319013 – Obrigações Patronais.....….. R$ 1.500,00
02.001 – Procuradoria Geral do Município – Gabinete da Procuradoria Geral do Município
04.122.0301.4084 – Manutenção das Atividades Administrativas da Procuradoria Municipal
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…… ….....R$ 38.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....…… R$ 28.000,00

02.001 – Procuradoria Geral do Município – Gabinete da Procuradoria Geral do Município
14.422.0302.4016 – Manutenção do Procon
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..... ……..R$ 26.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4018 – Manutenção de Bens, Serviços e Locais de Uso Coletivo
319004 – Contratação por Tempo Determinado..... ….R$ 42.000,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física...…….. …..R$ 20.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4019 – Manutenção dos Serviços de Informática – CPD
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....……R$ 34.000,00
319013 – Obrigações Patronais..... …….R$ 9.000,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física...……..….....……..R$ 2.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4068 – Gestão de Parcerias e Convênios
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…….....R$ 10.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....…....……..R$ 12.000,00
03.002 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Setor de Pessoal
04.122.0301.4020 – Manutenção do Setor de Pessoal e Recursos Humanos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....….....R$ 74.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....… ……..R$ 103.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....……...R$ 2.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo – Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4022 – Manutenção do Setor de Compras, Contratos e Licitações
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... …….R$ 195.500,00

03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4128 – Manutenção do Almoxarifado Municipal
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.... ….R$ 3.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4017 – Manutenção do Setor de Patrimônio
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....……..R$ 3.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....…….R$ 4.500,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil..... ….R$ 7.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....……..……R$ 14.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.181.0302.4005 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado...…… ……..R$ 2.500,00
319013 – Obrigações Patronais....… ….R$ 136.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…..……R$ 156.000,00
05.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo
04.122.0301.4087 – Subsídio do Secretário de Cultura e Turismo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... …….R$ 10.000,00
05.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo
04.122.0301.4088 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Cultura e Turismo
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 56.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.……...…....R$ 17.500,00
05.002 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Setor de Cultura
13.392.0501.4023 – Manutenção de Locais e Atividades Culturais Continuadas
319013 – Obrigações Patronais..... …….R$ 30.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....….....R$ 26.000,00
06.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4089 – Subsídio do Secretário de Desenvolvimento Econômico
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil…….....R$ 10.000,00
06.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4090 – Manutenção Atividades Administrativas Secretaria Desenvolvimento Econômico
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... …R$ 44.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 25.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..... ……..R$ 32.500,00
06.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
11.333.0602.4027 – Apoio a Qualificação Profissional, Geração de Emprego e Renda
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 2.000,00
06.002 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4029 – Apoio às Atividades Agropecuárias, à Agricultura e às Feiras Municipais
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....R$ 11.500,00
07.001 – Secretaria Municipal de Desportos – Gabinete da Secretaria de Desportos
04.122.0301.4092 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Desportos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....….....R$ 160.500,00
319013 – Obrigações Patronais..... ……...R$ 50.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....… …R$ 12.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....……..R$ 4.000,00
07.002 - Secretaria Municipal de Desportos – Setor de Esportes
27.812.0701.4031 – Esporte de Alto Rendimento, Prática de Exercícios Físicos e Lazer
319013 – Obrigações Patronais..... ……..R$ 51.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..……...….....R$ 500,00
09.001 – Secretaria Municipal de Fazenda – Gabinete da Secretaria de Fazenda
04.123.0301.4095 – Subsídio do Secretário de Fazenda
319013 – Obrigações Patronais..... …….R$ 5.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4051 – Manutenção das Atividades da Contadoria Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado. ……R$ 17.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4052 – Manutenção das Atividades da Tesouraria Municipal
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…..…R$ 12.000,00
319013 – Obrigações Patronais.... …….R$ 14.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4047 – Liquidação de Despesas Contábeis
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... …….R$ 12.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....…… ……..R$ 9.000,00
10.001 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente
04.122.0301.4097 – Subsídio do Secretário de Meio Ambiente
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…...R$ 23.000,00
10.001 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente
04.122.0301.4098 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Meio Ambiente
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..…..…… ……..R$ 103.000,00
319013 – Obrigações Patronais.... ….R$ 26.000,00
10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1002.4057 – Reviva Praças
319013 – Obrigações Patronais.....…R$ 26.500,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…..…….R$ 41.000,00
11.01 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanismo
04.122.0301.4099 – Subsídio do Secretário de Obras e Urbanismo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 5.500,00
11.01 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanismo
04.122.0301.4100 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Obras e Urbanismo
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....….....R$ 13.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....…..... …...R$ 8.500,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....… …..R$ 2.000,00
11.002 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Setor de Edificações
04.122.1101.4058 – Conservação de Espaços Públicos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.…..……..R$ 137.500,00
319013 – Obrigações Patronais..... …..R$ 79.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....……..R$ 116.500,00
11.003 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Fundo Municipal Habitação de Interesse Social

16.482.1104.4066 – Reforma e/ou Construção de Moradias
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.…… …….R$ 10.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....…. …….R$ 4.000,00
11.003 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Fundo Municipal Habitação de Interesse Social
16.482.1104.4139 – Manutenção das Atividades Administrativas do FMHIS
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....…….…….R$ 32.000,00
319013 – Obrigações Patronais....…….R$ 3.500,00
13.001 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4102 – Manutenção Atividades Administrativas Secretaria Transportes e Limpeza
Pública
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil..…... ……..……..R$ 24.500,00
13.002 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Setor de Trânsito e Transportes
26.122.1301.4063 – Manutenção do Setor de Transportes e da Frota Municipal
319013 – Obrigações Patronais... …….R$ 29.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil..... …….R$ 113.500,00
13.003 – Secretaria Municipal da Transporte e Limpeza Pública – Serviços de Limpeza
14.452.1302.4064 – Serviços de Limpeza Urbana
319004 – Contratação por Tempo Determinado....…… ……..R$ 70.000,00
319013 – Obrigações Patronais..... ……..R$ 3.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…..…….....…..……..R$ 117.000,00

Total ….... …….R$ 2.913.500,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

01.001 – Gabinete do Prefeito – Gabinete do Prefeito
04.124.0301.4003 – Manutenção do Controle Interno
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 9.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.182.0301.4011 – Fortalecimento da Defesa Civil Municipal
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física....…….R$ 14.500,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
02.062.0302.4012 – Despesas com Tribunal Regional Eleitoral
319013 – Obrigações Patronais.... ……....R$ 16.500,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
06.181.0302.4006 – Convênio com a Polícia Militar
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....……..R$ 4.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.…….…….....R$ 3.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física...……....R$ 3.000,00
01.002 – Gabinete do Prefeito – Apoio a Ações Inerentes ao Estado
06.181.0302.4007 – Convênio com a Polícia Civil
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..……...……R$ 42.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....…...……...R$ 7.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.... …….R$ 24.000,00
02.001 – Procuradoria Geral do Município – Gabinete da Procuradoria Geral do Município
04.122.0301.4083 – Subsidio dos Procuradores Municipais
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....…… …...R$ 11.000,00
02.001 – Procuradoria Geral do Município – Gabinete da Procuradoria Geral do Município
04.122.0301.4084 – Manutenção das Atividades Administrativas da Procuradoria Municipal
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil...…… …..R$ 33.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.... …..R$ 14.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4018 – Manutenção de bens, Serviços e Locais de Uso Coletivo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....…..……..R$ 67.000,00
319013 – Obrigações Patronais.. …..R$ 12.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil..……....R$ 4.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4085 – Subsídio do Secretário de Administração e Governo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil....……...R$ 23.500,00
319013 – Obrigações Patronais....…...R$ 4.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4068 – Gestão de Parcerias e Convênios
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física...…….….....…….R$ 13.500,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4086 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Governo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....……..……..R$ 270.000,00
319013 – Obrigações Patronais...…… ……..R$ 29.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…..R$ 4.000,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....……..……...R$ 16.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4022 – Manutenção do Setor de Compras, Contratos e Licitações
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....……R$ 20.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....…… …R$ 15.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…… ……...R$ 8.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4128 – Manutenção do Almoxarifado Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....…...……...R$ 24.500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…… …...R$ 68.000,00
03.003 - Secretaria Municipal de Administração e Governo - Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4017 – Manutenção do Setor de Patrimônio
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....… ….R$ 19.000,00
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.181.0302.4005 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…..R$ 110.000,00
05.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo
04.122.0301.4087 – Subsídio do Secretário de Cultura e Turismo
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 5.000,00
05.001 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Gabinete da Secretaria de Cultura e Turismo
04.122.0301.4088 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Cultura e Turismo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 31.000,00

339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 4.000,00
05.002 – Secretaria de Cultura e Turismo – Setor de Cultura
13.392.0501.4023 – Manutenção de Locais e Atividades Culturais Continuadas
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 50.000,00
05.002 – Secretaria de Cultura e Turismo – Setor de Cultura
13.392.0501.4024 – Promoção de Eventos Culturais
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física..….. R$ 24.500,00
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4089 – Subsídio do Secretário de Desenvolvimento Econômico
319013 – Obrigações Patronais.....….R$ 4.500,00
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
11.333.0602.4027 – Apoio a Qualificação Profissional, Geração de Emprego e Renda
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 59.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 3.500,00
06.001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Gabinete da Secretaria
23.691.0603.4028 – Apoio ao Empreendedor, Ao Comércio Local e a Desburocratização
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…..…..R$ 69.500,00
319013 – Obrigações PatronaisR$ 14.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....……...R$ 19.500,00
06.002 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4029 – Apoio às Atividades Agropecuárias, à Agricultura e às Feiras Municipais
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…..….R$ 73.000,00
339036 – Outros Serviços de Pessoas – Pessoa Física....…… ….....R$ 9.500,00
06.002 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4074 – Manutenção das Hortas Comunitárias e Banco de Alimentos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... ….....R$ 64.500,00
319013 – Obrigações Patronais..... …..….R$ 15.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física…...R$ 4.500,00
07.001 – Secretaria Municipal de Desportos – Gabinete da Secretaria de Desportos
04.122.0301.4091 – Subsídio do Secretário de Desportos
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…….….R$ 7.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 13.500,00
07.001 – Secretaria Municipal de Desportos – Gabinete da Secretaria de Desportos
04.122.0301.4092 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Desportos
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....…..R$ 30.000,00
07.002 – Gabinete da Secretaria de Desportos - Setor de Esportes
27.812.0701.4031 – Esporte de Alto Rendimento, Prática de Exercícios Físicos e Lazer
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 68.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…....R$ 100.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…….....R$ 3.500,00
09.001 – Secretaria Municipal de Fazenda – Gabinete da Secretaria de Fazenda
04.123.0301.4095 – Subsídio do Secretário de Fazenda
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... …….....R$ 4.000,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4051 – Manutenção das Atividades da Contadoria Municipal
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... …..R$ 37.500,00
319013 – Obrigações Patronais..... ……...R$ 6.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....… …..R$ 5.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física..… ….R$ 4.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4052 – Manutenção das Atividades da Tesouraria Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 4.500,00
339036 – Outros Serviços de Pessoas – Pessoa Física..... …..R$ 9.500,00
09.002 – Secretaria Municipal de Fazenda – Contadoria e Tesouraria Municipal
04.123.0301.4047 – Liquidação de Despesas Contábeis
319004 – Contratação por Tempo Determinado..... ……...R$ 18.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....R$ 13.500,00
09.003 – Secretaria Municipal de Fazenda – Setor de Tributação, Fiscalização e Cadastro
04.123.0301.4053 – Manutenção das Atividades do Setor de Cadastro e Tributação
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 4.500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....… ….....R$ 135.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....….....R$ 29.000,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....…...R$ 4.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.....R$ 19.500,00
10.001 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Gabinete da Secretaria de Meio Ambiente
04.122.0301.4097 – Subsídio do Secretário de Meio Ambiente
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 7.500,00
10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1002.4057 – Reviva Praças
319004 – Contratação por Tempo Determinado..... R$ 6.500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..… ……...R$ 2.500,00
10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1002.4106 – Gestão, Operação e Manutenção dos Cemitérios Municipais
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....R$ 49.500,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....….R$ 119.500,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 29.500,00
319016 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil.....… ….....R$ 39.500,00
11.001 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanis-mo
04.122.0301.4099 – Subsídio do Secretário de Obras e Urbanismo
319013 – Obrigações Patronais.....….R$ 5.500,00
11.001 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanis-mo
04.122.0301.4100 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Obras e Urbanismo
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....… ….....R$ 63.500,00
339036 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....….....R$ 10.500,00
11.002 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Setor de Edificações
04.122.1101.4058 – Conservação de Espaços Públicos
319004 – Contratação por Tempo Determinado.....…..R$ 9.500,00

13.001 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4101 – Subsídio do Secretário de Transportes e Limpeza Pública
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....R$ 19.000,00
319013 – Obrigações Patronais..…....R$ 8.500,00
13.001 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Gabinete da Secretaria
04.122.0301.4102 – Manutenção das Atividades Administrativas
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..……....R$ 129.000,00
319013 – Obrigações Patronais.....R$ 9.500,00
13.002 – Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública - Setor de Trânsito e Transportes
26.122.1301.4063 – Manutenção do Setor de Transportes e da Frota Municipal
319004 – Contratação por Tempo Determinado.…R$ 33.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....……...R$ 82.000,00
13.003 - Secretaria Municipal de Transporte e Limpeza Pública – Serviços de Limpeza Urbana
15.452.1302.4064 – Serviços de Limpeza Urbana
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....…...……...R$ 190.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4041 – Manutenção das Creches
319004 – Contratação por Tempo Determinado..….. …..R$ 237.500,00

Total …..R$ 2.913.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI-GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:57F64D62

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 205/2026

DECRETO Nº 205/2026

-Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.950.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 4.447, de 20 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 1.950.000,00 (um milhão novecentos e cinquenta mil reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0803.4040 – Construção, Ampliação e Reforma da Infraestrutura das Creches
449051 – Obras e Instalações ….....R$ 1.300.000,00
08.002 – Secretaria Municipal de Educação – Ensino Municipal
12.365.0802.4036 – Construção, Ampliação e Reforma da Infraestrutura do Cemeis
449051 – Obras e Instalações ..... R$ 650.000,00

Total .....…...……...R$ 1.950.000,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:
08.003 – Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB – Fundo Desenvolvimento Educação Básica
12.365.0802.4049 – Manutenção dos Cemeis – Fundeb
319004 – Contratação por Tempo Determinado .....….....R$ 300.000,00
319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ...…...…....R$ 350.000,00
08.003 – Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB – Fundo Desenvolvimento Educação Básica
12.365.0803.4050 – Manutenção das Creches – Fundeb
319004 – Contratação por Tempo Determinado .....…….....R$ 500.000,00
319011 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ...……....R$ 600.000,00
319013 – Obrigações Patronais .....…...R$ 100.000,00
319019 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil .....….....R$ 100.000,00
Total .....… R$ 1.950.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI-GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:82922E74

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 206/2026

DECRETO Nº 206/2026

-Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 800.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 4.448, de 20 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), em favor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, para atender à seguinte dotação orçamentária:

20.003 - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
2.005 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
3390.39 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
17.512.1702.2005.3390.39 (Ficha 046) ……R$ 800.000,00

Total .....R$ 800.000,00

Art. 2º Como recurso a abertura do crédito especificado no artigo anterior serão utilizados os seguintes recursos:

2501 – Outros Recursos Não Vinculados
Superávit Financeiro do Exercício de 2025 .....R$ 800.000,00

Total .....R$ 800.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI-GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:7776E854

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 207/2026

DECRETO Nº 207/2026

-Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata no valor de R$ 1.845.760,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a autorização contida na Lei nº 4.449, de 20 de agosto de 2026,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Lagoa da Prata, no montante de R$ 1.845.760,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais), para atender às seguintes dotações orçamentárias:

07.002 – Secretaria Municipal de Desportos – Setor de Esportes
27.812.0701.4031 – Esporte de Alto Rendimento, Prática de Exercícios Físicos e Lazer
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....R$ 500.000,00
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 100.000,00

03.003 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Setor de Compras e Almoxarifado
04.122.0301.4128 – Manutenção do Almoxarifado Municipal
449052 – Equipamentos e Material Permanente...……..R$ 98.700,00

11.001 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – Gabinete da Secretaria de Obras e Urbanismo
04.122.0301.4100 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Obras e Urbanismo
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 132.060,00

10.002 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Setor de Parques e Jardins
18.541.1002.4057 – Reviva Praças
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....…….....R$ 100.000,00

05.002 – Secretaria Municipal de Cultura e Turismo – Setor de Cultura
13.391.0501.4072 – Fundo de Patrimônio Histórico e Cultural
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 200.000,00

03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.181.0302.4005 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
449052 - Equipamentos e Material Permanente.....R$ 215.000,00

06.002 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Setor de Agricultura
20.608.0601.4029 – Apoio às Atividades Agropecuárias, À Agricultura e às Feiras Municipais
449052 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 500.000,00

Total .....…....R$ 1.845.760,00

Art. 2º Como recurso para abertura do crédito especificado serão utilizados os seguintes recursos:

- Excesso de Arrecadação nas seguintes Rubricas:
1.7.2.4.99.0.2.00.00.00 .....…… ……R$ 500.000,00
2.4.2.2.99.0.1.02.00.00.00 ……R$ 98.700,00
2.4.2.9.99.0.1.01.00.00 ……R$ 1.150.000,00

- Superavit Financeiro do Exercício Anterior ……R$ 47.060,00

- Anulação da seguinte dotação orçamentária:
03.001 – Secretaria Municipal de Administração e Governo – Gabinete da Secretaria
06.181.0302.4005 – Manutenção da Guarda Civil Municipal
339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica .....…R$ 50.000,00

Total …….....R$ 1.845.760,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI-GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:A2011849

PROCURADORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 208/2026

DECRETO Nº 208/2026

Permite a utilização Precária do Bem Público que Menciona.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 44, VI da Lei Orgânica do Município e considerando o Ofício nº 236/2026, proveniente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitida a utilização das dependências da PRAIA MUNICIPAL, localizada no Terminal Turístico de Lagoa da Prata, nesta cidade, imóvel pertencente ao patrimônio público municipal, a ACADEMIA LAGOPRATENSE DE LETRAS - ACADELP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.154.914/0001-93, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 827, Centro, nesta cidade de Lagoa da Prata representada por sua Presidente Srª. Maria Regina Alves Maciel, cujo uso será a título precário, nos dias 10 a 12 de setembro de 2026, para realização do evento "FESTA LITERÁRIA DE LAGOA DA PRATA - FLILP", nas condições e prazos estabelecidos no Termo de Permissão de Uso, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º A permissionário, findo o prazo estabelecido no Termo de Permissão de Uso a que se refere o artigo 1º deste Decreto, se obriga a devolver o imóvel em perfeitas condições de uso, não lhe cabendo nenhuma indenização por benfeitoria, eventualmente efetuada, ou a qualquer título.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:47EF1D0F

PROCURADORIA MUNICIPAL
LEI Nº 4.450/2026

LEI Nº 4.450, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Lagoa da Prata a incluir campo para contribuição voluntária em favor da ACOM – Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste de Minas em suas faturas de serviços.

O PREFEITO MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Lagoa da Prata autorizado a implementar, em suas faturas mensais de água e esgoto, a opção de contribuição voluntária em favor da Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste de Minas – ACOM.

Art. 2º A inclusão da contribuição voluntária de que trata esta Lei observará os seguintes princípios e diretrizes:
I – caráter estritamente facultativo, não possuindo natureza tributária e estando desvinculada da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
II – exigência de autorização prévia, expressa e identificada do titular da unidade consumidora;
III – possibilidade de alteração ou cancelamento da contribuição a qualquer momento, mediante procedimento simples e acessível ao usuário;
IV – identificação clara e separada do valor da doação na fatura, distinguindo-o das tarifas relativas aos serviços prestados pelo SAAE;
V – garantia de que a ausência de pagamento da doação voluntária não resultará em multa, juros, restrição de crédito, suspensão ou interrupção dos serviços de água e esgoto.

Art. 3º A implementação do mecanismo de contribuição será objeto de convênio, termo de cooperação ou instrumento congênere a ser celebrado entre o Município, o SAAE e a ACOM, o qual deverá dispor sobre:
I – os procedimentos técnicos e operacionais para a arrecadação e o repasse dos valores à ACOM;
II – a definição da periodicidade dos repasses;
III – os mecanismos de controle, transparência e prestação de contas, garantindo-se a publicidade dos valores arrecadados e aplicados;
IV – o tratamento de dados pessoais em estrita observância à Lei nº 13.709/2018 – LGPD;
V – a responsabilidade pela definição dos limites técnicos e faixas de valores para a contribuição.

Art. 4º Caso indicado nos estudos técnicos e expressamente previsto no instrumento de parceria, poderão ser retidos, do montante arrecadado, custos operacionais comprovadamente necessários à implementação do mecanismo.

Art. 5º A ACOM deverá apresentar, periodicamente, relatórios de prestação de contas ao SAAE e ao Conselho Municipal de Saúde, demonstrando a aplicação dos recursos arrecadados e os resultados sociais alcançados em prol dos pacientes oncológicos de Lagoa da Prata.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber, estabelecendo os prazos e condições para sua operacionalização.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:FC6A8173

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 192/2026

PORTARIA Nº 192/2026

Dispõe sobre a instituição e nomeação do Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lagoa da Prata, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 44, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e
Considerando a obrigatoriedade de aplicação mínima de 4% (quatro por cento) dos recursos do FUNDEB na criação de novas matrículas em tempo integral, a partir de 2026;

Considerando que o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral constitui instrumento de planejamento a ser registrado na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua disponibilização;

Considerando as orientações do Guia de Apoio Técnico ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (MEC/SEB) e do Guia para a Alocação e Distribuição de Matrículas em Tempo Integral com Eficiência e Equidade (SEB/MEC, 2023).

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (CME-EITI), vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de coordenar a elaboração do Plano, acompanhar sua implementação e monitorar seu cumprimento, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação.
§ 1º O Comitê terá natureza deliberativa quanto ao processo de elaboração do Plano, cabendo ao Secretário Municipal de Educação a chancela das metas e ao Chefe do Executivo a homologação do Plano e dos atos dele decorrentes.
§ 2º O Comitê atuará em articulação com as escolas da rede municipal, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb).

Art. 2º O Comitê será composto pelos seguintes membros titulares, nomeados na forma do Anexo Único desta Portaria:
I – o Secretário(a) Municipal de Educação, ou seu representante, que o presidirá;
II – 1 (um) representante da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – 1 (um) representante da equipe financeira/orçamentária da Secretaria Municipal de Educação ou da Prefeitura;
IV – 2 (dois) diretores(as) de escolas municipais, indicados(as) pela Secretaria Municipal de Educação, em representação da rede;
V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
VI – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb);
VII – 1 (um) representante da comunidade escolar, indicado entre as associações de pais e/ou conselhos escolares.
§ 1º Cada membro titular terá um suplente, indicado na forma do Anexo Único, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º O mandato dos membros do Comitê será de 2 (dois) anos, admitida a recondução, e se estenderá enquanto durar a vigência do Plano, para fins de acompanhamento e monitoramento.
§ 3º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º Compete ao Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral:
I – coordenar a elaboração do diagnóstico da rede municipal, abrangendo as oito dimensões previstas no Guia de Apoio Técnico do MEC, a saber: oferta e atendimento; perfil do estudante e equidade; infraestrutura; profissionais da educação; currículo e materiais pedagógicos; transporte, alimentação escolar e saúde; orçamento disponível; e resultados educacionais;
II – promover o processo participativo de escuta da comunidade escolar e do território, com proteção de dados pessoais, nos termos da LGPD e do ECA Digital;
III – definir as metas anuais de expansão de matrículas em tempo integral (Tabelas 1 e 2 do Plano de Expansão), por etapa e modalidade, respeitada a data de referência do Censo Escolar;

IV – assegurar a destinação do mínimo de 4% (quatro por cento) dos recursos do FUNDEB à criação de novas matrículas em tempo integral, observada a compatibilidade com o planejamento orçamentário-financeiro;
V – propor a alocação e a distribuição das matrículas com eficiência e equidade, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade e garantindo atenção às modalidades especiais;
VI – elaborar os objetivos e as ações prioritárias do Plano, nas seis dimensões previstas no Anexo do Guia de Apoio Técnico do MEC;
VII – acompanhar e monitorar a execução do Plano, inclusive quanto à execução orçamentária, à permanência e à equidade, e propor as atualizações periódicas do anexo editável do Plano;
VIII – assegurar a transparência do processo e a participação social, inclusive perante o Conselho Municipal de Educação e a comunidade escolar.

Art. 4º O Comitê reunir-se-á, em caráter ordinário, semanalmente durante o período de elaboração do Plano e, após a sua aprovação, trimestralmente para fins de monitoramento, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu presidente ou pela maioria de seus membros.
§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, com quórum mínimo de metade mais um dos membros, lavrando-se ata de cada reunião.
§ 2º Os impasses que impedirem o cumprimento do cronograma serão decididos pelo presidente do Comitê no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, com registro fundamentado na ata.

Art. 5º O Comitê deverá concluir a elaboração do Plano no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, cabendo à Secretaria Municipal de Educação promover o registro do Plano na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua disponibilização.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária Municipal de Educação.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Relação nominal dos membros titulares e suplentes do Comitê CME-EITI

Representação	Membro Titular	Membro Suplente
Secretaria Municipal de Educação (Presidente)	Silvana Cristina Batista Leite Castro	Paula Alvarenga Nunes Moura
Coordenação Pedagógica - SME	Juliana Reis de Oliveira Santos	Lívia Maria de Melo
Equipe Financeira/Orçamentária - SME	Adriana Elisa Borges	Margarete Aparecida de Souza Resende
Direção de Escola Municipal (1)	Maria Cristina da Silva Pereira	Valéria Maria Rodrigues
Direção de Escola Municipal (2)	Regilene Vieira Ribeiro	Angelita Germânia Pereira Santos
Conselho Municipal de Educação (CME)	Everton Gomes Raimundo	Claúdia Aparecida Teixeira
Conselho do Fundeb (CACS-Fundeb)	Jaciara Severino Braga	Stela Lima Franco Andrade
Comunidade Escolar (Pais/Conselhos)	Amanda Luiza Bernardes Ferrreira	Sandra Aparecida Cabral Costa

Publicado por:
Vinícius Alves Maciel
Código Identificador:4FA029F6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 26/2026, PROCESSO Nº 98/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 98/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS LITERÁRIOS PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL(PRÉ-ESCOLAS) DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LAGOA DA PRATA/MG E PARA COMPOSIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL CORONEL JOSÉ VITAL.

Considerando que o servidor efetivo Mateus Sivelly Borges, designado para exercer a função de Agente de Contratação, conduziu o procedimento licitatório, o Prefeito Municipal procedeu à adjudicação do objeto deste processo à empresa:

TRIBOS EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - 09.663.426/0001-08

E vem por meio deste, HOMOLOGAR esse procedimento licitatório à empresa vencedora.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026

MATEUS SIVELLY BORGES
Agente de Contratação

Publicado por:
Mateus Sivelly Borges
Código Identificador:66C9E1AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N°74/2026 – ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2026.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,**ADJUDICA , HOMOLOGA E RATIFICA** a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE N° 143/2025 DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA - ICISMEP, nos termos do Artigo 86, § 2°, da Lei 14.133/2021, junto à empresa**PURAH MEDICAL & CO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 28.345.9333/0001-30,**visando à **Visando A AQUISIÇÃO DE INSUMOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA FÁRMACIA MUNICIPAL.**, no valor de R$ R$ 24.000,00(Vinte e quatro mil reais.), conforme Processo n°: 74/2026, Adesão a Ata de Registro de Preços 02/2026.

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vanessa Cristina Santos Pinto
Código Identificador:39FE607E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 137/2026

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,**HOMOLOGA, ADJUDICA E RATIFICA**a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº **137/2026**, nos termos do **Artigo 74, V** da Lei 14.133/2021, em favor dos proprietários João Ricardo Scalioni, portador do CPF 851.613.066-53 e Luciana Marques do Couto Lima. Portadora do CPF 915.052.406-20**, cada um representando 50% (cinquenta por cento) da propriedade,** visando **Aquisição do imóvel residencial, localizado na Rua Goiás, número 755, Bairro: Dona Alexandrina, devidamente registrado sob a matrícula nº 42869 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagoa da Prata-MG, com área construída de 161,4 m², área total do lote 260 m², sendo 13,00 x 20,00, para instalação e funcionamento da sede do Conselho Tutelar. Conforme Lei Municipal autorizativa nº. 4.445, de 17 de agosto de 2026,** no valor de R$ R$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais), conforme PROCESSO n°: **318/2026**, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **Nº 137/2026**

Lagoa da Prata, 24 de agosto de 2026.

DI GIANNE DE OLIVEIRA NUNES
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Vanessa Cristina Santos Pinto
Código Identificador:A089A8F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DE LAGOA DA PRATA/MG

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto na Lei Federal 12.213/2010 e Lei Municipal nº. 3002/2017, na Resolução CMPI nº. 02/2026 e Resolução CMPI nº. 04/2026 de 12/06/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Lar São Vicente, CNPJ 21.995.527/0001-73, com sede na Rua Piauí, 69, Centro, CEP 35.590-000, Lagoa da Prata – MG, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido na Lei Federal 12.213/2010, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto "Qualidade de Vida na Terceira Idade", aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMPI.Esta autorização é válida por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da Resolução CMPI nº. 004/2026 de 12/06/2024 no Site Oficial do Município.

O Conselho Municipal da Pessoa Idosa de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto na Lei Federal 12.213/2010 e Lei Municipal nº. 3002/2017, na Resolução CMPI nº. 02/2026 e Resolução CMPI nº. 04/2026 de 12/06/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Serviço de Obras Sociais, CNPJ 21.995.683/0001-34, com sede na Rua Rio de Janeiro, 810, Centro, CEP 35.590-000, Lagoa da Prata – MG, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido na Lei Federal 12.213/2010, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto "Aprimoramento da Oferta do Serviço de Acolhimento Institucional", aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMPI. Esta autorização é válida por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação da Resolução CMPI nº. 005/2026 de 12/06/2026 no Site Oficial do Município.

LUCIANA DA SILVA DÔCO
Presidente do CMPI

Publicado por:
Lucas Rafael Gontijo de Melo
Código Identificador:8A84009B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CERTIFICADOS DE AUTORIZAÇÃO DE CAPTAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, 17 da Lei Municipal nº. 541/92 de 30/11/1992, Resolução CMDCA 010/2026, Resolução CMDCA nº. 015/2026 de 01/07/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Associação Francisco de Assis – AFA, CNPJ 06.097.793/0001-95, com sede na Rua D. Pedro II, 1047, Bairro São José, CEP 35.590-000, Lagoa da Prata-MG, a proceder à captação de recursos financeiros junto às pessoas físicas ou jurídicas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto **—Ciranda do Aprender**, aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMDCA. Esta autorização é válida por 12 (meses), contados a partir da publicação da Resolução CMDCA nº. 015/2026 de 01/07/2026 no Site Oficial do Município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, 17 da Lei Municipal nº. 541/92 de 30/11/1992, Resolução CMDCA 010/2026, Resolução CMDCA nº. 014/2026 de 01/07/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Associação Francisco de Assis – AFA, CNPJ 06.097.793/0001-95, com sede na Rua D. Pedro II, 1047, Bairro São José, CEP 35.590-000, Lagoa da Prata-MG, a proceder à captação de recursos financeiros junto às pessoas físicas ou jurídicas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto **—Comunicarte**, aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMDCA. Esta autorização é válida por 12 (meses), contados a partir da publicação da Resolução CMDCA nº. 014/2026 de 01/07/2026 no Site Oficial do Município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, 17 da Lei Municipal nº. 541/92 de 30/11/1992, na Resolução CMDCA 010/2026, Resolução CMDCA nº. 020/2026 de 01/07/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Associação Municipal de Apoio às Vítimas de Violência – AMAVI, CNPJ 07.472.313/0001-91, com sede na Rua Homero de Castro, nº 252 – Bairro Gomes, CEP 35.590-000, Lagoa da Prata-MG, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto **—Menino dos Meus Olhos**, aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMDCA. Esta autorização é válida por 12 (meses), contados a partir da publicação da Resolução CMDCA nº. 020/2026 de 01/07/2026 no Site Oficial do Município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, 17 da Lei Municipal nº. 541/92 de 30/11/1992, na Resolução CMDCA 010/2026, Resolução CMDCA nº. 019/2026 de 01/07/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Associação Municipal de Apoio às Vítimas de Violência – AMAVI, CNPJ 07.472.313/0001-91, com sede na Rua Homero de Castro, nº 252 – Bairro Gomes, CEP 35.590-000, Lagoa da Prata-MG, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto **—Adolescer**, aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMDCA. Esta autorização é válida por 12 (meses), contados a partir da publicação da Resolução CMDCA nº. 019/2026 de 01/07/2026 no Site Oficial do Município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, 17 da Lei Municipal nº. 541/92 de 30/11/1992, na Resolução CMDCA 010/2026, Resolução CMDCA nº. 017/2026 de 01/07/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Associação de Pais e amigos dos Excepcionais – APAE, CNPJ 20.897.203/0001-30, com sede na Rua Joaquim Gomes Pereira, nº 02, Bairro Gomes, em Lagoa da Prata/MG, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto —Brincando e **Musicalizando**, aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMDCA. Esta autorização é válida por 12 (meses), contados a partir da publicação da Resolução CMDCA nº. 017/2026 de 01/07/2026 no Site Oficial do Município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, 17 da Lei Municipal nº. 541/92 de 30/11/1992, na Resolução CMDCA 010/2026, Resolução CMDCA nº. 016/2026 de 01/07/2026, autoriza a

Organização da Sociedade Civil: Associação Sara Aparecida - ASA, CNPJ 070.026.356/0001-43, com sede na Av. Francisco de Assis Resende, nº 370 – bairro Sol Nascente, Lagoa da Prata-MG, a proceder à captação de recursos financeiros junto às pessoas físicas ou jurídicas para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto **— Corações e Mentes**, aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMDCA. Esta autorização é válida por 12 (meses), contados a partir da publicação da Resolução CMDCA nº. 016/2026 de 01/07/2026 no Site Oficial do Município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, 17 da Lei Municipal nº. 541/92 de 30/11/1992, na Resolução CMDCA 010/2026, Resolução CMDCA nº. 018/2026 de 01/07/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Comunidade Terapêutica Fazenda de Recuperação Novo Caminho, CNPJ 01.812.911/0001-86, com sede na Fazenda Jacaré (Zona Rural), CEP 35.590-000, Lagoa da Prata/MG, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto **—Prevenir**, aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMDCA. Esta autorização é válida por 12 (meses), contados a partir da publicação da Resolução CMDCA nº. 018/2026 de 01/07/2026 no Site Oficial do Município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lagoa da Prata, no exercício de suas atribuições legais e em atenção ao disposto no inciso IV, do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, 17 da Lei Municipal nº. 541/92 de 30/11/1992, na Resolução CMDCA 010/2026, Resolução CMDCA nº. 021/2026 de 01/07/2026, autoriza a Organização da Sociedade Civil: Rede Cidadã, CNPJ 05.461.315/0001-50, com sede em Belo Horizonte/MG com filial neste Município inscrita no CPNJ nº. 05.461.315/0061-90, situada na Avenida Brasil, 1500, Sala 07, bairro Santa Eugênia, CEP:35591-018, mediante mecanismo de renúncia fiscal estabelecido no artigo 260 da Lei Federal nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, com a finalidade única e expressa de viabilização do projeto **—Trilhas do Desenvolvimento**, aprovado pelo Edital de Chancela 01/2024 CMDCA. Esta autorização é válida por 12 (meses), contados a partir da publicação da Resolução CMDCA nº. 021/2026 de 01/07/2026 no Site Oficial do Município.

GILBERTO ALVIM GIL
Presidente CMDCA

Publicado por:
Lucas Rafael Gontijo de Melo
Código Identificador:7C424B41

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA DOS PATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DOS PATOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2026

RESULTADO FINAL
A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado do Município de Lagoa dos Patos/MG, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026 (Retificado), torna público e apresenta o RESULTADO FINAL COM CLASSIFICAÇÃO do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026, levando em consideração a pontuação obtida pelos candidatos em todas as fases do processo (Análise Documental/Curricular, Prova Objetiva e Prova Oral).

Cargo	Candidato	Análise Curricular	Prova Escrita	Prova Oral (Entrevista)	Total
PSICÓLOGA	CAMILA CRISTINA SOARES SANT'ANA CARVALHO	45,0	22,5	29	96,5
ODONTÓLOGO – DENTISTA	EMANUELLE AGUIAR RABELO	45,0	25	29	99
ODONTÓLOGO – DENTISTA	STEPHANIE GOMES CORDEIRO	30	25	28	83
ODONTÓLOGO – DENTISTA	GABRIELA MARIA RIBEIRO ELEUTÉRIO	25	22,5	28	75,5

Publique-se na forma prevista em Edital.

Lagoa dos Patos/MG, 24 de Agosto de 2026.

COMISSÃO DE PROCESSOS SELETIVO

Publicado por:
Geice Karine Oliveira Rocha
Código Identificador:462D85AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO - 1° TERMO DE RERRATIFICAÇÃO DO 2° TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO 002/2024

O Município de Lagoa Santa/MG, no uso de suas atribuições legais, da Lei Federal n° 13.019/2014, faz retificação ao 2° Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n° 002/2024, firmado com a entidade **LAR DOS IDOSOS SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**, em 30/07/2026, em virtude de erro material/digitação, retroagindo seus efeitos à data de assinatura do referido instrumento:

ONDE SE LÊ:

"...
CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera-se a Cláusula Quarta, subcláusula 4.1, que passa a vigorar da seguinte forma:

4.1. O presente Termo de Colaboração terá vigência pelo prazo de **28 (vinte e oito) meses**, a contar de sua assinatura, de **01/08/2024** a **31/11/2026**, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo.
..."

LEIA-SE:

"...
CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera-se a Cláusula Quarta, subcláusula 4.1, que passa a vigorar da seguinte forma:

4.1. O presente Termo de Colaboração terá vigência pelo prazo de **28 (vinte e oito) meses**, a contar de sua assinatura, de **01/08/2024** a **30/11/2026**, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo.
..."

Permanecem inalteradas as demais disposições.

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:5F00E657

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº 100/2024 – DISPENSA Nº 012/2024

Partes: Município de Lagoa Santa e **INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E PESQUISA – IBGP -** CNPJ: 13.761.170/0001-30

Finalidade: adequação da relação de cargos e o quantitativo de vagas às atuais da Administração, nos termos do artigos 124, inciso I, "a" da Lei Federal 14.133/21.

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:C8ABE610

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO – CONTRATO Nº 149/2026 – ADESÃO Nº 014/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA** – CNPJ: 79.788.766/0027-71

Objeto: Aquisição de kits enxoval para gestantes, destinados à execução do Projeto Transitório Filhos de Minas, mediante contratação decorrente da Ata de Registro de Preços nº 65/2025 da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, da qual o Município de Lagoa Santa participa na condição de órgão participante.

Valor: R$ 18.059,44

Vigência: 24/08/2026 a 24/08/2027

Dotação Orçamentária:

FICHA	DOTAÇÃO
549	02.006.001.10.301.0017.2219.3.3.90.30.00

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:E13CFD5B

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DA ATA RP 230/2026 – PREGÃO RP 047/2026

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **JPA COMERCIO E LOGISTICA LTDA**- CNPJ: 40.555.800/0001-93

Objeto: Registro de preço para fornecimento parcelado de gás liquefeito de petróleo, envasado em cilindros P-13 e P-45, retornáveis, cilindros P-45 e acessórios para instalação, em atendimento à Prefeitura Municipal de Lagoa Santa/MG.

Vigência: 24/08/2026 a 24/08/2027

Valor: R$ 335.425,00

Dotações orçamentárias:

FICHA	DOTAÇÃO
60	02.002.001.04.122.0005.2022.3.3.90.30.00
462	02.005.004.08.242.0029.2262.3.3.90.30.00
586	02.006.001.10.302.0019.2234.3.3.90.30.00
660	02.007.001.12.361.0010.2162.3.3.90.30.00
663	02.007.001.12.361.0010.2162.4.4.90.52.00
687	02.007.001.12.365.0010.2168.3.3.90.30.00
705	02.007.001.12.365.0010.2172.3.3.90.30.00

FREDERIC HENRIQUE MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

RAQUEL SOUZA DE ASSIS SALOMÃO
Secretária Municipal de Bem Estar Social

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Júlio César Santos Almeida
Código Identificador:E782ECFC

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – ATA RP N° 003/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 029/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **N M LICITACOES LTDA** – CNPJ: 52.339.425/0001-23

Finalidade: alteração do endereço da CONTRATADA, passando a vigorar da Alteração e Consolidação do Contrato Social certificada em 21/07/2026 e retroagindo seus efeitos a data da assinatura do instrumento contratual.

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:F621062C

COORDENAÇÃO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
EXTRATO DO 2º TERMO DE APOSTILAMENTO – ATA RP N° 117/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2025

Partes: Município de Lagoa Santa/MG e **N M LICITACOES LTDA** – CNPJ: 52.339.425/0001-23

Finalidade: alteração do endereço da CONTRATADA, passando a vigorar da Alteração e Consolidação do Contrato Social certificada em 21/07/2026.

KARINA ROCHA DE OLIVEIRA TARANTO
Secretária Municipal de Saúde

GABRIEL LEITE MENDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Isabella Rodrigues Costa Guedes
Código Identificador:1CE4D1E4

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
37ª CONVOCAÇÃO - CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA POSSE - CONCURSO PÚBLICO 001/2023

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, nomeados em caráter probatório, em virtude do Concurso Público 001/2023, convocados a comparecer à Diretoria de Gestão de Pessoas no dia **26/08/2026, às 8:30h**, localizada no Centro Administrativo Municipal da Prefeitura, situada à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2500/loja 28 - Santos Dumont, para assinatura do Termo de Posse, conforme disciplina os artigos 17, e 20 a 25 da Lei Municipal 3.242/2012 e art. 7º da Lei Municipal n° 3.241/2012.

CLASS.	INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	OBSERVAÇÕES
4	15436587	LUIZA BARBOSA DE OLIVEIRA	MÉDICO NEUROLOGISTA	
5	15450875	JÉSSICA LÚCIA DE PAULA SANTOS	MÉDICO NEUROLOGISTA	

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:B9C3F0D5

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 9.651 DE 07 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito do Município de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições previstas no art. 68, III, da Lei Orgânica Municipal, **EXONERA A**

PEDIDO, EDSON DE ABREU SILVA do cargo de provimento em comissão de VICE-DIRETOR ESCOLAR II. Este ato entra em vigor a partir da data de sua publicação**, retroagindo seus efeitos ao dia 05 de agosto de 2026.** Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, em 07 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Alvarenga de Castro Brum
Código Identificador:6394AB58

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 9.652 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito do Município de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições previstas no art. 68, III, da Lei Orgânica Municipal, **NOMEIA INGRID MOREIRA SANTOS** para o cargo de provimento em comissão de **AGENTE DE PLANEJAMENTO**, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. Este ato entra em vigor a partir da data de sua publicação**.** Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, em 10 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Alvarenga de Castro Brum
Código Identificador:B39F23DA

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 9.653 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito do Município de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições previstas no art. 68, III, da Lei Orgânica Municipal, **EXONERABRUNA GUEDES ARAUJO E SILVA** do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR JURÍDICO**.**NOMEIA BRUNA GUEDES ARAUJO E SILVA** para o cargo de provimento em comissão de **COORDENADOR MUNICIPAL,** sendo-lhe atribuída a responsabilidade pela 4ª Coordenação Consultiva, da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. Este ato entra em vigor a partir da data de sua publicação**.** Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, em 10 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Alvarenga de Castro Brum
Código Identificador:F229C9DA

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 9.654 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito do Município de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições previstas no art. 68, III, da Lei Orgânica Municipal, **EXONERAA PEDIDO, DANIELE ABREU AMÂNCIO** do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS ESCOLARES. Este ato entra em vigor a partir da data de sua publicação**.** Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, em 10 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Alvarenga de Castro Brum
Código Identificador:4E90D8AF

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 9.655 DE 10 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito do Município de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições previstas no art. 68, III, da Lei Orgânica Municipal, **EXONERAA PEDIDO, DANIEL FORTUNATO CASTRO** do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR I. Este ato entra em vigor a partir da data de sua publicação**.** Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, em 10 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Alvarenga de Castro Brum
Código Identificador:7AD50491

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 9.656 DE 12 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito do Município de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições previstas no art. 68, III, da Lei Orgânica Municipal, **EXONERA JOÃO PAULO LOPES VIEIRA** do cargo de provimento em comissão de **ASSESSOR I.** Este ato entra em vigor a partir da data de sua publicação**.** Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, em 12 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Alvarenga de Castro Brum
Código Identificador:42DEE8E2

GABINETE DO PREFEITO
ATO Nº 9.657 DE 13 DE AGOSTO DE 2026

O Prefeito do Município de Lagoa Santa, no uso de suas atribuições previstas no art. 68, III, da Lei Orgânica Municipal, **DECLARA** A vacância do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS ESCOLARES, ocupado por **MARIA DE FÁTIMA SILVA GUIMARÃES,** em virtude da aposentadoria do titular**.** Este ato entra em vigor a partir da data de sua publicação**.**Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, em 13 de agosto de 2026.

BRENO SALOMÃO GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Alvarenga de Castro Brum
Código Identificador:F7CD2006

SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE/COPEFOR-COMISSÃO PERMANENTE PROCESSANTE DE FORNECEDORES
SANÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA – torna pública a **SANÇÃO** enviada à empresa **ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**– CNPJ: **03.945.035/0001-91 –** Ata de Registro de Preços Nº 006/2026. A **sanção** encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº **1298/2026.** Em **24/08/2026.**

DEBORAH VIEIRA
Membro da COPEFOR

Publicado por:
Deborah Vieira Costa
Código Identificador:491D5717

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LARANJAL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2026

EXTRATO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2026
Processo Administrativo nº 047/2026

O **MUNICÍPIO DE LARANJAL/MG**, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, torna público, para conhecimento dos interessados, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a abertura de **CHAMAMENTO PÚBLICO** destinado a selecionar Organização da Sociedade Civil (OSC) para a celebração de **Termo de Colaboração**, a ser financiado com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), objetivando o desenvolvimento e a execução do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, Acolhimento Institucional para Idosos, na modalidade Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI, com capacidade para até 16 (dezesseis) vagas, no Município de Laranjal/MG.

OBJETO: Seleção de Organização da Sociedade Civil para celebração de Termo de Colaboração voltado ao Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional para Idosos (ILPI), nos termos do Anexo I do Edital.
VALOR DE REFERÊNCIA: até R$ 882.598,92 (oitocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos) anuais — R$ 73.549,91 (setenta e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos) mensais — para Organização da Sociedade Civil certificada como entidade beneficente de assistência social (CEBAS), observados os critérios e requisitos estabelecidos no Edital e seus Anexos.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos consignados no orçamento próprio do Município de Laranjal e do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) – Programa "Desenvolvimento do Asilo Municipal".
PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: De 25/08/2026 a 24/09/2026, das 08h às 11h e das 12h às 16h, em dias úteis, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Laranjal, situada na Rua Norberto Berno, nº 85, Bairro Centro, Laranjal/MG, em envelope lacrado e identificado, conforme instruções do Edital.
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 25/09/2026, às 10h00, no Setor de Licitações, na sede administrativa da Prefeitura Municipal de Laranjal.
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Análise técnica e financeira das propostas, com pontuação máxima de 100 (cem) pontos distribuídos em 5 (cinco) eixos de avaliação, conforme Anexo VIII do Edital.
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Exclusivamente pelo e-mail licitacao@laranjal.mg.gov.br, observados os prazos e condições do Edital.
EDITAL COMPLETO E ANEXOS: Disponíveis, na íntegra, no sítio eletrônico oficial do Município: https://laranjal.mg.gov.br/avisos-de-licitacao/

Laranjal/MG, aos 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:0A4358B3

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO 004/2026

Prefeitura Municipal de Laranjal
Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICO Nº 004/2026
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de obras de drenagem pluvial, drenagem superficial, reassentamento de rede de drenagem e pavimentação asfáltica em CBUQ nas Ruas Maria Paulina e Benjamim Alexandre, no Município de Laranjal/MG, de conformidade com especificações contidas no termo de referência – Anexo I, com fornecimento de mão de obra e materiais, conforme definido e especificado no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, composição de BDI, memória de cálculo e demais documentos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
DATA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h30min do dia 09/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 09/09/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília
LOCAL: Plataforma de Licitações AMM LICITA – **www.licitardigital.com.br**
FUNDAMENTO: Lei Federal no 14.133/21, Lei complementar 123/06, Decretos Municipais 461, 462, 463 e 464/2023 e demais legislação em vigor suas respectivas alterações e disposições deste Edital.

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no endereço eletrônico https://laranjal.digital/transparencia/licitacoes/, ou devendo o representante da empresa solicitá-lo ao Setor de Licitações pelo telefone (032) 3424-1387, WhatsApp (32) 93300-4736 ou pelo e-mail licitacao@laranjal.mg.gov.br.

Laranjal, 24 de agosto de 2026.

JORGE ROSA DA ROCHA JUNIOR
Agente de Contratação

Publicado por:
Araci Silva de Mello Paula
Código Identificador:65CE6701

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEME DO PRADO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 020/2026

A Prefeitura Municipal de Leme do Prado/MG torna público, que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 020/2026. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de microcomputadores, notebooks e periféricos de informática para manutenção das diversas secretarias do município de Leme do Prado/MG. Envio de propostas por meio do sistema https://licitar.digital/ até as 08h29min do dia 09/09/2026, Data e Horário de Abertura da Sessão: 09/09/2026 às 08h30min. Aos interessados, demais informações bem como edital completo estará à disposição na sede do município de Leme do Prado/MG, situada à Av. São Geraldo, 259, Bairro Gabriel Pereira, nos sites https://licitar.digital/ e www.lemedoprado.mg.gov.br/licitacoes ou através do telefone (33) 98827-5695, no horário de 08h00hs às 16h00hs.

JOSEANY CORDEIRO SANTOS -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Jose Adriano Gomes
Código Identificador:FF72087A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LEOPOLDINA

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO N° 037/2026

PROCESSO Nº 213.2708/2026

.

O Secretário de Meio Ambiente do Município de Leopoldina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer da Técnico nº 74/2026, **AUTORIZA** o Senhor **JACY BARBOSA DE CASTRO**. a proceder a supressão de 3 (três) indivíduos arbóreos de espécies exóticas Mangueira, Aceroleira e Goiabeira, localizados na Vila Virgílio Areia, nº 24, Bairro Praça da Bandeira, tendo como medida compensatória, na medida usual para frutíferas exóticas, qual seja, 3 X

1, traduzido na entrega à Secretaria de Meio Ambiente de 9 (nove) mudas de espécies frutíferas, com altura mínima de 2,0 metros.

Leopoldina, MG, 24 de agosto de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

ESTA PUBLICAÇÃO SUBSTITUI AQUELA EFETUADA NA EDIÇÃO Nº 4345, DE 24/08/26 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS MINEIROS.

*****A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) e legislação municipal específica proíbem a destruição ou danificação de árvores em floração, frutificação e com ninhos e abrigos da fauna silvestre, se no ato da intervenção forem identificadas estas condições, devendo a mesmo ser interrompida imediatamente.

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:50F35BF3

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
AUTORIZAÇÃO N° 044/2026

PROCESSO SEMA 169.1735/2026

O Secretário de Meio Ambiente do Município de Leopoldina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Parecer da Técnico nº 89/2026, **AUTORIZA** o Senhor **LEONARDO VARGAS CONTE MONTENARIO, a** proceder a poda em um indivíduo arbóreo de espécie exótica "Fruta Pão" *(Artocarpus altillis),* localizado no quintal de sua residência na Rua Dr. Clóvis Salgado Gama, no Bairro São Cristóvão, ficando o mesmo orientado a dar ciência à ENERGISA, concessionária de energia local.

Leopoldina, MG, 21 de agosto de 2026.

LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA GESUALDI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

*****A Lei de Crimes Ambientais (Lei Federal 9.605/1998) e legislação municipal específica proíbem a destruição ou danificação de árvores em floração, frutificação e com ninhos e abrigos da fauna silvestre, se no ato da intervenção forem identificadas estas condições, devendo a mesmo ser interrompida imediatamente.

Publicado por:
Luiz Henrique Nogueira Gesualdi
Código Identificador:41994EC6

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SMAS N° 005/2026 RESULTADO FINAL

Técnico de Nível Superior – Assistente Social

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
ROBERTA COELHO SANT'ANNA	15,5
CARLOS HENRIQUE FERNANDES DOS SANTOS	15,0
PATRÍCIA GARCIA SOUZA	15,0
LAYS LADEIRA DA SILVA	15,0
DAYANE LARA DE MENDONÇA SIMÕES	14,0
MARIELLY MARTINS COSTA	13,0
ROGÉRIO SANTOS DA ROCHA	11,0
GLACY SILVA LEITE	9,5

Técnico de Nível Superior – Psicólogo

CANDIDATOS	PONTUAÇÃO
MATHEUS ANTONIETO MORAES	16,0
LARISSA RIBEIRO DE CARVALHO	16,0
ARLINDA DANIELE FIOROTTI PEIXOTO	15,5
JÉSSICA APARECIDA DE ALMEIDA VIANA	11,5

Leopoldina, 24 de agosto de 2026.

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Mun. de Assistência Social

Publicado por:
Layla Ribeiro Avila
Código Identificador:EB541447

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.133/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº42/2026 – PRC Nº 119/2026

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de pipoqueiro, algodão doce, cama elástica, tobogã, touro mecânico, trenzinho da alegria e piscina de bolinha para atender a demanda das Secretarias Municipais de Turismo, Educação, Saúde, Esporte, Assistência Social, especificado no item do Termo de Referência, anexo I do Edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujo preço
tenha sido registrado, independente de transcrição.
Fornecedor – ADALBERTO PEROSINI DUTRA 79939805772
CNPJ nº. 32.340.967/0001-09 - Valor total: R$ 200.670,00
Vigência: A validade das Atas de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de divulgação no PNCP.
Data da assinatura da Ata:13/08/2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ –
Prefeito de Leopoldina

ADALBERTO PEROSINI DUTRA

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:434734FC

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE CONTRATO EMPENHO: OR 10320

Contratante: Município de Leopoldina
Contratado: CAROLINA PAIVA NEVES FRADES DA CRUZ – CNPJ 64.076.333/0001-87
Objeto: contratação de publicação institucional de 1 pagina na contratação da revista Ribeiro Junqueira, publicação de caráter histórico, cultural, para divulgação do patrimônio da história da cultura da zona da mata,
Valor Total: R$ 3.000,00 (três mil reais).
Recursos: Próprio.
Vigência: 30 dias.
Condições de pagamento: Após a prestação dos serviços, o pagamento devido será efetuado 30 dias úteis após o evento, juntamente com a Nota Fiscal, certidão negativa de INSS e FGTS, caso a empresa tenha empregados e caso não tenha, declaração no corpo da nota fiscal, em conformidade com as instruções normativas da Previdência Social.
Data da Nota de empenho: 24/08/2026
Processo Licitatório – n°. PRC 158/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz
CAROLINA PAIVA NEVES FRADES DA CRUZ – CNPJ 64.076.333/0001-87

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:5B25A255

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO Nº 048/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO – N°0134/2026

Objeto: A presente contratação tem por objeto o registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locações de tendas, Treliças e Grades para atender a demanda da Secretaria Municipal de Cultura do município de Leopoldina, de acordo
com as especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.
Empresas: A MAIS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

CNPJ nº. 18.854.853/0001-83 - Valor total: R$ 160.000,00
- FREDERICO GARANI PIMENTA - CNPJ nº.30.763.876/0001-50 - Valor total: R$25.000,00
- RC RODRIGUES LOCAÇÕES- ME - CNPJ nº.19.597.029/0001-20 – Valor total: R$161.180,00
Condições de pagamento: O pagamento será efetuado num prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, entrega dos documentos na Contabilidade/Tesouraria e o visto da Secretaria requisitante, comprovando os serviços e deverão observar as disposições dos arts. 215 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.188/23.

Data da assinatura da homologação: 19/08/2026

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ –
Prefeito de Leopoldina

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:3A3D3EA3

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0151/2020

Concorrência Pública nº.02/2019 - Processo Licitatório nº 937/2019.
Partes: Leonardo Rabelo Campos e Prefeitura Municipal de Leopoldina.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Conforme solicitação do PERMISSIONÁRIO, com documentos acostados ao Processo nº. 3175/2026, a motocicleta que será utilizada para atividade de mototaxista será a HONDA/XRE 300 SAHARA, cinza, Placa UAH 9H92, ano 2026/2026.
Data de assinatura: 24/08/2026
Signatários: Pedro Augusto Junqueira Ferraz – Prefeito de Leopoldina Leonardo Rabelo Campos

Publicado por:
Marina de Oliveira Lima
Código Identificador:EFD7F6B2

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 192, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

VACÂNCIA QUE DETERMINA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, em pleno exercício do cargo e no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO os termos do artigo 93, inciso VI, da LC nº 15/2010.

CONSIDERANDO o requerimento realizado no sistema FlowDocs sob o nº 2827/2026;

RESOLVE:

Art. 1° Determinar a vacância do cargo de Agente de Serv. Operacional – Motorista na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupado pelo servidor público Sr. ROGÉRIO FERNANDES PEREIRA, em razão de sua posse para exercer o Cargo efetivo de Professor de Educação Básica, com lotação na Escola Estadual Paulo Pinheiro Chagas, na cidade de Novo Oriente de Minas - MG.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da presente data, produzindo seus efeitos a partir do dia 10/09/2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 20 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

ANA PAULA SALVADOR PEDRONI CASTRO
Secretária Municipal de Assistência Social

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador Municipal

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:B7B3A417

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 193, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DISPENSA QUE FAZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Memorando nº 72/2026 oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 104, de 18 de maio de 2022;

CONSIDERANDO o Convênio nº 022 celebrado entre com Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, e seus respectivos aditivos, referentes à Unidade de Atendimento Integrado – UAI Compartilha Leopoldina;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da designação da Coordenação da Unidade de Atendimento Integrado – UAI Compartilha Leopoldina;

RESOLVE:

Art. 1º Fica dispensado, a pedido, o servidor ITALO BIANQUE JUNQUEIRA, da função de Coordenador da Unidade de Atendimento Integrado – UAI Compartilha Leopoldina.

Art. 2º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da presente data, retroagindo seus efeitos à 14/08/2026.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 104, de 18 de maio de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 20 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

SÉRGIO DUARTE BENATTI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:737FE56F

PREFEITURA DE LEOPOLDINA
PORTARIA Nº 194, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEAÇÃO QUE FAZ.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LEOPOLDINA, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Memorando nº 73/2026 oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

CONSIDERANDO o Convênio nº 022 celebrado entre com Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, e seus respectivos aditivos, referentes à Unidade de Atendimento Integrado – UAI Compartilha Leopoldina;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da designação da Coordenação da Unidade de Atendimento Integrado – UAI Compartilha Leopoldina;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor público Sr. RODRIGO CESAR ARAUJO DE SOUZA MELGAÇO para exercer a função de Coordenador da Unidade de Atendimento Integrado – UAI Compartilha Leopoldina.

Art. 2º O servidor nomeado ficará responsável pela Coordenação da Unidade de Atendimento Integrado – UAI Compartilha Leopoldina, observadas as atribuições e responsabilidades estabelecidas no respectivo Convênio e seus aditivos.

Art. 3º Determinar que esta Portaria entre em vigor a partir da presente data, retroagindo seus efeitos à 15/08/2026.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Leopoldina, Minas Gerais, 20 de agosto de 2026.
172º da Emancipação Político – Administrativa do Município de Leopoldina.

PEDRO AUGUSTO JUNQUEIRA FERRAZ
Prefeito Municipal

SÉRGIO DUARTE BENATTI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

DANILO DE AZEVEDO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Laura Valentim Rosa
Código Identificador:3F374793

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LUZ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026

AMM

O MUNICÍPIO DE LUZ/MG TORNA PÚBLICA A REPUBLICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO: **PRC Nº 1048/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DA FROTA OFICIAL COMPREENDENDO TODOS OS VEÍCULOS LEVES E VEÍCULOS PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZ/MG",** nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas nos anexos.

TIPO: menor preço por lote.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 11/09/2026 às 08:00 horas.
LOCAL: Plataforma BNC https://bnc.org.br/
INFORMAÇÕES: (37)3421-3030 Ramal 415 de 07:00 às 11:00 e 13:00 às 17:00 hrs.

Luz, 24/08/2026.

TALÉCIA ELENN PINTO DA SILVA MACHADO.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:E79DE797

GABINETE DO PREFEITO
10º E 11º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 101/2024

10º E 11º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 101/2024 DE 04/07/2024, QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ E A EMPRESA CONSTROI GOMES LTDA, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 070/2024 - PREGÃO Nº 005/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES
Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo prefeito municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 081.819.936-91, residente na Praça Rotary, nº 735, Bairro Senhora Aparecida, em Luz/MG, CEP 35595-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTROI GOMES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santo Antonio n° 237, Bairro Açudes em Bambui/MG, inscrita CNPJ sob o nº 00.355.785/0001-15, aqui denominada **CONTRATADA**, representada por seu sócio, **DIEGO SILVA GOMES**, portador do CPF nº 061.076.476-43, resolvem aditar a Cláusula 3ª do 6º e 7º T.A. e a Clausula Segunda do 9º T.A. ao **Contrato de Prestação de Serviço Nº 101/2024**, nos termos do Artigo 92, art. 104, art. 107, caput, e art. 124, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e o fazem da seguinte forma:

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica acrescido o valor de **R$ 3.081,23 (três mil, oitenta e um reais e vinte e três centavos)** ao Contrato. Alterando seu valor de **R$ 1.339.134,78 (um milhão, trezentos e trinta e nove mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos)** para **R$ 1.342.216,01 (um milhão, trezentos e quarenta e dois reais, duzentos e dezesseis reais e um centavo) pós aditivo**
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO
Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o Contrato de Prestação de Serviço 101/2024, ou seja, de 04/08/2026 a 04/10/2026, conforme previsto em lei.
As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 14 de Agosto de 2026.

AÍLTON DUARTE	Constroi Gomes LTDA
Prefeito Municipal	***DIEGO SILVA GOMES***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

DANÚSIA CARVALHO	**JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES**
AUXILIAR ADMINISTRATIVA	**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:598A1601

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 169/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 169/2026 DE 10/10/2025, QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ/MG E GERCILENE DA CONCEIÇÃO MACHADO COM FUNDAMENTO DO PRC 181/2025 e DISPENSA 041/2025.

Pelo presente instrumento, o Município de Luz/MG, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, na cidade de Luz/MG – MG, CEP 35.595-000, inscrito no CNPJ sob nº. 18.301.036/0001-70 neste ato representado pelo Sr.Prefeito Municipal, ***Sr.*** **AILTON DUARTE**, brasileiro, casado, portador do CPF: 081.819.936-91, residente à Praça Rotary Clube nº 735 – Bairro Senhora Aparecida em Luz/MG, doravante denominada **LOCATÁRIO** e de outro lado **SRA. GERCILENE DA CONCEIÇÃO MACHADO,** brasileira, técnica em enfermagem, inscrita no CPF nº 031.721.816-69, COREN - MG: nº 001.857.174, residente e domiciliado na Av. Bom Despacho, nº 698 - Bairro: Monsenhor Parreiras em Luz/MG, CEP: 35595-000. Conforme Art. 92, Inciso V, Art. 107, caput, e Art. 124, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada por mais **12 (doze) meses** a Vigência da Cláusula Segunda do **CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 169/2025 de 10/10/2025,** portanto de **10/10/2027**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O contrato será reajustado em **4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento)** alterando o valor global do contrato de **R$ 25.920,00 (vinte e cinco mil e novecentos e vinte reais),** para **R$27.122,69 (vinte e sete mil, cento e vinte dois reais e sessenta e nove centavos).** As demais cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades legais.

Luz, 05 de agosto de 2026.

AÍLTON DUARTE	*GERCILENE DA CONCEIÇÃO MACHADO*
Prefeito Municipal	CPF Nº 031.721.816-69
Contratante	Contratado

Testemunhas:

LETICIA CHAVES XAVIER	JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES
CHEFE DE SERVIÇOS	SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:A79106E4

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2026

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2026 QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ/MG E A EMPRESA MARINA MORAIS CAMPOS, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 337/2026 - DISPENSA Nº 11/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ***Sr.*** **AILTON DUARTE**, brasileiro, casado, portador do CPF: 081.819.936-91, residente à Praça Rotary Clube nº 735 – Bairro Senhora Aparecida em Luz/MG, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **MARINA MORAIS CAMPOS**, inscrita no CPF: sob o N°. 069.121.076-48, Residente a Rua Claudomiro Costa Pinto, Bairro Rosário na cidade de Luz/MG, nesse ato representada por **Marina Morais Campos**, nos termos do Art. 105, 107 e 132 da Lei Federal 14.133/2021 e o fazem da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica prorrogada por mais **90 (noventa)** dias a vigência do **Contrato de Prestação de Serviços nº 032/2026 de 18/03/2026**, portanto até **18/12/2026.**
As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 05 de agosto de 2026.

AÍLTON DUARTE	*MARINA MORAIS CAMPOS*
Prefeito Municipal	CPF: 069.121.076-48
Contratante	Contratado

Testemunhas:

JOÃO HENRIQUE CANÇADO RODRIGUES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINITRAÇÃO

CHEFE DE SERVIÇO
LETICIA CHAVES XAVIER

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:50ADEFE9

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2025 QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ/MG E A EMPRESA DISTRIBUIDORA MUNDIAL LTDA, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 160/2025 - PREGÃO Nº 035/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

Resolvem as partes neste aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo prefeito municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 081.819.936-91, residente na Praça Rotary, nº 735, Bairro Senhora Aparecida, em Luz/MG, CEP 35595-000; doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa a **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO PREÇO – DISTRIBUIDORA MUNDIAL LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº 29.116.275/0001-77, com sede à Rua Ezequiel Perdigão nº 059, Bairro Nossa Senhora de Fátima em Taquaraçu de Minas - MG CEP: 33.980-000, aqui representada por **Alessandra de Freitas Ferreira**, inscrita no CPF: sob n° 056.308.266-62, nos termos do Art. 92, Inciso V, Art. 107, caput, e Art. 124, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada por mais **12 (doze) meses** a vigência do **Contrato de Prestação de Serviços** nº **139/2025**, portanto de **05/09/2026** ate **05/09/2027**.

As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz, 14 de agosto de 2026.

AÍLTON DUARTE	Distribuidora Mundial LTDA
Prefeito Municipal	***ALESSANDRA DE FREITAS FERREIRA***
Contratante	Contratado

Testemunhas:

LETICIA CHAVES XAVIER	**JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES**
CHEFE DE SERVIÇO	**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:D48B360E

GABINETE DO PREFEITO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2025

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2025 QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ/MG E A EMPRESA CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 088/2025 – PREGÃO 012/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 081.819.936-91, residente na Praça Rotary, nº 735, Bairro Senhora Aparecida, em Luz/MG, CEP 35595-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, localizada na Av. Del Rey, nº 111, Bairro Caiçaras, Torre A, Conj. 706, Belo Horizonte/MG - CEP 30.775-240, neste ato representada pelo sócio administrador **SÉRGIO LÚCIO CARDOSO**, inscrito no CPF sob o N.º 978.750.076-15;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada por mais **12 (Doze)** meses a vigência Do **Contrato de Prestação de Serviços nº 100/2025 de 26/06/2025**, portanto até **26/06/2027,** nos termos do Artigo 92, Inciso V e §3º. 104, caput, e art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO VALOR
Fica reajustado o valor do contrato com base no IGPM, **1,95%**. Levando em consideração que foram feitos ajustes de valores devido algumas divergências com novo sistema operacional, e com a correção com base no IGPM o valor do contrato será alterado de **R$ 782.195,40 (setecentos e oitenta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e quarenta centavos)** para **R$ 714.163,04 (setecentos e quatorze mil, cento e sessenta e três reais e quatro centavos).**

As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas. E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 24 de junho 2026

AILTON DUARTE	***SÉRGIO LÚCIO CARDOSO***
Prefeito Municipal	CMM Sistemas de Informação e Serviços LTDA.
Contratante	Contratada

RAIMUNDO FERREIRA JÚNIOR
Consultor De T.I

JOÃO HENRIQUE CANÇADO RODRIGUES
Secretário Municipal De ADM.

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1094A9AA

GABINETE DO PREFEITO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 151/2024

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 151/2024 QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ/MG E A EMPRESA M3 COMERCIO SOFTWARE LTDA, COM FUNDAMENTO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRC Nº 101/2024 - DISPENSA Nº 034/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 081.819.936-91, residente na Praça Rotary, nº 735, Bairro Senhora Aparecida, em Luz/MG, CEP 35595-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **M3 COMERCIO SOFWARE LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 20.040.746/0001-36, com sede à Rua Guido Cioletti, nº 101, Bairros Santa Helena, em Belo Horizonte/MG, aqui representada por **SANDRO IGOR DE MATTOS** portadora do CPF: 046.185.016-85, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvam aditar a Cláusula Segunda do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço **Nº 151/2024 de 19/08/2024**, nos termos Art. 92, Inciso V, Art. 107, caput, e Art. 124, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada por mais **12 (Doze)** meses a vigência da Cláusula Quarta do contrato supradito, portanto até **19/08/2027,** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O contrato será reajustado em 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento), alterando assim o seu valor global de **R$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais)** para **R$ 23.544,00 (vinte e três mil, quinhentos e quarenta e quatro reais).**
As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 14 de agosto de 2025.

AÍLTON DUARTE	M3 Comercio Software LTDA
Prefeito Municipal	***SANDRO IGOR DE MATTOS***
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

RAIMUNDO FERREIRA JÚNIOR
CONSULTOR DE TEC. DA INFORMAÇÃO

JOÃO HENRIQUE CANÇADO RODRIGUES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:C2BB2D18

GABINETE DO PREFEITO
5º ADITIVO DE PRAZO Nº 163/2022

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 163/2022 DE 15 DE AGOSTO DE 2022, QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ E A EMPRESA EDMUNDO GUIMARÃES DA SILVA, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 126/2022- PREGÃO Nº 30/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES
Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo prefeito municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 081.819.936-91, residente na Praça Rotary, nº 735, Bairro Senhora Aparecida, em Luz/MG, CEP 35595-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **Edmundo Guimarães da Silva**, portador do CPF nº 041.887.038-14, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Campos Altos nº 750, Bairro Monsenhor Parreiras em Luz/MG – CEP: 35.595-000 resolvem aditar a Cláusula Segunda do 4º Termo Aditivo e a Cláusula Segunda do 2º termo Aditivo ao **Contrato de Prestação de Serviço Nº 162/2022 de 15 de AGOSTO de 2022**, nos termos do Artigo 92, Inciso V e §3º. 104, caput, e art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021 e o fazem da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica prorrogada por mais **12 (Doze) meses** a Cláusula Segunda do 4º Termo Aditivo ao **Contrato de Prestação de Serviço nº 162/22 de 15/08/2022**, portanto até **15/08/2027,** conforme previsto em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Fica reajustado em **4,42% (quatro vírgula quarenta e dois por cento)** o valor do contrato conforme ultima variação INPC, alterando assim seu valor global de **R$ R$ 22.022,80** para **R$ 22.996,20,** conforme previsto em lei.
As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 27 de junho de 2026.

AILTON DUARTE	***EDMUNDO GUIMARÃES DA SILVA***
Prefeito Municipal	Edmundo Guimarães Da Silva
Contratante	Contratada

Testemunhas:

ROBERTO BASÍLIO	**JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES**
SECRETÁRIO M. DE OBRAS	**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:0AECAB7C

GABINETE DO PREFEITO
5º E 6º TERMOS ADITIVOS DE VALORES AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 176/2024

5º E 6º TERMOS ADITIVOS DE VALORES AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 176/2024 DE 01/10/2024, QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ E A EMPRESA CONSTROI GOMES LTDA, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 117/2024- PREGÃO Nº 012/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES
Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo prefeito municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 081.819.936-91, residente na Praça Rotary, nº 735, Bairro Senhora Aparecida, em Luz/MG, CEP 35595-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTROI GOMES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Santo Antonio n° 237, Bairro Açudes em Bambui/MG, inscrita CNPJ sob o nº 00.355.785/0001-15, aqui denominada **CONTRATADA**, representada por seu sócio, **DIEGO SILVA GOMES**, portador do CPF nº 061.076.476-43, resolvem aditara Cláusula Sétima do **Contrato de Prestação de Serviço Nº 176/2024 de 01/10/2024 cujo objeto: "CONSTRUÇÃO DE 10 CASAS RESIDENCIAIS UNIFAMILIARES PADRÃO POPULAR NO MUNICÍPIO DE LUZ/MG"**, nos termos do Artigo 92, Inciso V. 104, I, e art. 124, inciso I, alínea "b", art. 125, caput, e art 126, caput da Lei Federal nº 14.133/2021 e o fazem da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica acrescido o valor de **R$ 22.524,97 (vinte e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e sete centavos)** ao Contrato e suprimido o valor de **R$ 8.625,10 (oito mil, seiscentos e vinte e cinco reais e dez centavos).** Alterando seu valor de **R$1.246.759,21 (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinqüenta e nove reais e vinte um centavos)** para **R$1.260.659,08 (um milhão, duzentos e sessenta mil, seiscentos e cinqüenta e nove reais e oito centavos),** conforme previsto em lei**.**

As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 13 de agosto de 2026.

AÍLTON DUARTE	Constroi Gomes LTDA
Prefeito Municipal	***DIEGO SILVA GOMES***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

DANÚSIA CARVALHO	**JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES**
AUXILIAR ADMINISTRATIVA	**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:CB17A64B

GABINETE DO PREFEITO
5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 087/2021

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 087/2021 QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ/MG E A EMPRESA JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 112/2021 - DISPENSA Nº 075/2021.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ***Sr.* AILTON DUARTE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Luz/MG, portador do CPF sob o n° 081.819.936-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **JUNGLE CONSULTORIA E SOLUÇÕES SOCIAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o N.º 08.582.479/0001-23, com sede na Avenida Peter Henry Rolfs, nº 305, Loja 22, bairro Centro, em Viçosa/MG, CEP 36570-087, neste ato representado pelo sócio **Sr. Igor Guadalupe Coelho,** inscrito no CPF sob o N.º 058.131.116-70; doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem aditar a Cláusula Segunda do Contrato supradito e a Cláusula Segunda do 2º termo aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço **Nº 087/2021 de 21 de julho de 2021**, nos termos do Art. 92, Inciso V, Art. 107, caput, e Art. 124, Inciso II da Lei Federal 14.133/2021 e o fazem da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada por mais **12 (Doze)** meses a vigência da Cláusula 2º do 4º Termo Aditivo ao **Contrato de Prestação de Serviços nº 087/21 de 21/07/2021**, portanto até **21 de julho de 2027,** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR
O contrato será reajustado conforme INPC alterando assim o valor do contrato de **R$11.341,55 (onze mil, trezentos e quarenta e um mil e cinqüenta e cinco centavos)** para **R$11.832,64 (onze mil, oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos).**
As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 24 de junho de 2026.

AÍLTON DUARTE	Jungle Consult. E Sol. Sociais LTDA
Prefeito Municipal	***IGOR GUADALUPE COELHO***
Contratante	Contratada

Testemunhas:

WANDERSON PINTO DA SILVA	**JOÃO HENRIQUE CANÇADO RODRIGUES**
SEC. M. DE BEM ESTAR SOCIAL E HABITAÇÃO	**SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:BE82F48A

GABINETE DO PREFEITO
5º TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 162/2022

5º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 162/2022 DE 15 DE AGOSTO DE 2022, QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ E A EMPRESA JOÃO MARCOS DE CARVALHO, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 126/2022- PREGÃO Nº 30/2022.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES
Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo prefeito municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** brasileiro, casado, empresário, portador do CPF 081.819.936-91, residente na Praça Rotary, nº 735, Bairro Senhora Aparecida, em Luz/MG, CEP 35595-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **JOÃO MARCOS DE CARVALHO**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua São Paulo, nº 773, Bairro Senhora Aparecida em Luz/MG, inscrita CNPJ sob o nº 47.501.320/0001-99, aqui denominada **CONTRATADA**, representada por, **João Marcos de Carvalho**, portadora do CPF nº 565.433.956-72, brasileiro, casado, jardineiro, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 773, Bairro Senhora Aparecida em Luz/MG CEP 35595-000, resolvem aditar a Cláusula Segunda do 4º Termo Aditivo e a Cláusula Segunda do 2º termo Aditivo ao **Contrato de Prestação de Serviço Nº 162/2022 de 15 de AGOSTO de 2022**, nos termos do Artigo 92, Inciso V e §3º. 104, caput, e art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021 e o fazem da seguinte forma:
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Fica prorrogada por mais **12 (Doze) meses** a Cláusula Segunda do 4º Termo Aditivo ao **Contrato de Prestação de Serviço nº 162/22 de 15/08/2022**, portanto até **15/08/2027,** conforme previsto em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

Fica reajustado em **4,42% (quatro vírgula quarenta e dois por cento)** o valor do contrato conforme ultima variação INPC, alterando assim seu valor global de **R$ R$ 22.022,80** para **R$ 22.996,20,** conforme previsto em lei.
As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 27 de junho de 2026.

AILTON DUARTE	***JOÃO MARCOS DE CARVALHO***
Prefeito Municipal	João Marcos De Carvalho
Contratante	Contratada

Testemunhas:

ROBERTO BASÍLIO	**JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES**
SECRETÁRIO M. DE OBRAS	**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:E5C218A0

GABINETE DO PREFEITO
8º E 9º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 095/2024

8º E 9º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 095/2024 DE 21 DE JUNHO DE 2024, QUE AJUSTAM O MUNICÍPIO DE LUZ E A EMPRESA CONSTROI GOMES LTDA, COM FUNDAMENTO NO PRC Nº 069/2024-CONCORRENCIA Nº 001/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES
Resolvem as partes neste Aditivo de Contrato, o **MUNICÍPIO DE LUZ/MG,** com sede na Av. Laerton Paulinelli, nº 153, bairro Monsenhor Parreiras, inscrito no CNPJ sob o nº 18.301.036/0001-70, neste ato representado pelo prefeito municipal, **SR. AÍLTON DUARTE,** , doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CONSTROI GOMES LTDA**, , resolvem aditar o **Contrato de Prestação de Serviço Nº 095/2024 de 21/06/2024**, nos termos do Artigo 92, Inciso V. 104, I, e art. 124, inciso I, alínea "b", art. 125, caput, e art 126, caput da Lei Federal nº 14.133/2021 e o fazem da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica acrescido o valor de **R$ 161.739,26 (cento e sessenta e um mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos)** e suprimido o valor de **R$ 42.279,05 (quarenta e dois mil, duzentos e setenta e nove reais e cinco centavos)** ao Contrato de Prestação de Serviços supradito. Alterando seu valor de **R$ 1.748.769,42 (um milhão, setecentos e quarenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos)** para **R$ 1.868.229,63 (um milhão, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos).** Conforme previsto em lei**.**

As demais Cláusulas do contrato ora aditado permanecem inalteradas.
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que cumpra as suas finalidades.

Luz/MG, 21 de agosto de 2026.

AÍLTON DUARTE	***CONSTROI GOMES LTDA***
Prefeito Municipal	Diego Silva Gomes
Contratante	Contratada

Testemunhas:

DANUSIA CARVALHO	**JOÃO HENRIQUE C. RODRIGUES**
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	**SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO**

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:1ACCE7CA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4.073 DE 24 DE AGOSTO 2026

DECRETO Nº 4.073 DE 24 de agosto de 2026

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUZ, Estado de Minas Gerais, no exercício de suas atribuições previstas no Art. 162, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 15.388/2026, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

CONSIDERANDO o disposto no Decreto 11.556/2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 48.939/2024 que instituiu o Pacto Mineiro pela Alfabetização no âmbito de Minas Gerais.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização como documento balizador de ações e estratégias para assegurar a alfabetização de estudantes desde a pré-escola (turmas de 1º Período e 2º Período) até o final do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais I Ciclo, promovendo ações articuladas e sustentadas nas legislações nacionais e diretrizes pedagógicas atualizadas.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto considera-se:

I. A garantia do direito à educação de qualidade e inclusiva, respeitando a diversidade sociocultural e as necessidades específicas dos educandos;

II. A articulação entre educação infantil e ensino fundamental, assegurando a continuidade pedagógica;

III. Alfabetização em Língua Portuguesa - aprendizagem do sistema de escrita alfabética, com domínio de suas convenções, com autonomia para a produção de textos escritos e leitura de textos com fluência e compreensão;

IV. Letramento em Língua Portuguesa - uso da linguagem em práticas sociais de leitura e escrita;
V. Alfabetização em Matemática - uso de conceitos matemáticos em diferentes contextos e práticas sociais;

VI. Compreensão de alfabetização e letramento como processos indissociáveis;

VII. A formação contínua e valorização dos profissionais da educação;

VIII. A integração entre as políticas públicas municipais voltadas para a infância;

IX. O monitoramento e avaliação permanente dos processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

I - integração e cooperação entre os entes federativos, respeitado o disposto no § 1º do art. 211 da Constituição da República Federativa do Brasil, promovendo a colaboração entre União, Estados e Municípios para a melhoria contínua do processo de alfabetização;

II - adesão voluntária a programas e ações do Ministério da Educação que corroborem o Currículo da Rede Municipal de Ensino, assegurando que as iniciativas nacionais complementem e fortaleçam as diretrizes locais;

III - implantação de programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino, com foco na promoção de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas;

IV - valorização e desenvolvimento de programas de formação continuada de professores alfabetizadores, coordenadores e gestores, assegurando que os profissionais estejam constantemente atualizados com as práticas de ensino de alfabetização e letramento nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

V - adoção da concepção interacionista de linguagem, em que a língua é o recurso para realizar ações linguísticas, o meio para a interação social, o diálogo, a produção e construção de sentidos, em situações de leitura, escrita e oralidade;

VI - aquisição da língua escrita com função social, como instrumento de oportunidades, superação de vulnerabilidades sociais e condição para o exercício pleno da cidadania, sendo seu ensino por meio da sistematização de escrita alfabética e dos diferentes gêneros textuais;

VII - valorização do letramento e das práticas sociais letradas desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental;

VIII - valorização de uma metodologia dialógica e reflexiva na alfabetização e no letramento matemático, que possibilite aos estudantes a construção e a compreensão dos conceitos matemáticos por meio da resolução de problemas;

Art.4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

I - assegurar que as crianças desde a pré-escola (turmas de 1º Período e 2º Período) tenham garantidos o acesso a criação de uma cultura de leitura, escrita e oralidade na rotina das crianças, e a ampliação das suas experiências com a linguagem escrita com promoção de reflexões sobre o significado da infância e sobre como aproximar as crianças de experiências que façam sentido em suas vidas

II - assegurar que todos os estudantes sejam alfabetizados até o final do 2º ano garantindo o direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;

III - implementar programas e ações voltadas à alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

IV- fomentar pesquisas voltadas ao desenvolvimento de adequações pedagógicas, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com o objetivo de promover o ensino e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação inclusiva, assegurando condições de acessibilidade plena;

V- selecionar e ampliar a aquisição de tecnologias educacionais para a alfabetização de estudantes, assegurada a diversidade de recursos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados no processo de ensino-aprendizagem;

VI - participar, anualmente, avaliações de larga escala da alfabetização dos estudantes, bem como estimular as escolas a criarem os respectivos instrumentos de monitoramento e avaliação, considerando a realidade de cada comunidade escolar, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES

Art. 5º Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I - priorização da alfabetização até os dois primeiros anos do Ensino Fundamental;

II - incentivo a práticas de ensino para o desenvolvimento da linguagem oral, leitura e formação leitora a partir da Educação Infantil, sendo as ações intensificadas nas turmas de 1º período e 2º período e mantidas nos demais anos escolares;

III - estímulo aos hábitos de leitura e escrita de diferentes gêneros textuais e à apreciação literária por meio de ações que os integrem a prática cotidiana das famílias e/ou responsáveis, escolas, bibliotecas e de outras instituições educacionais;
IV - valorização do professor alfabetizador, reconhecendo seu papel fundamental no processo de ensino – aprendizagem;

V - promoção de estudos nas unidades educacionais aos professores alfabetizadores, realizadas pelas equipes pedagógicas das unidades escolares e dos formadores das equipes de orientadores pedagógicos ou formadores da Secretaria Municipal de Educação;

VI - fortalecimento das equipes gestoras das unidades escolares por meio de estudo/mentorias e ações formativas;

VII - fortalecimento das equipes técnico-pedagógicas (orientadores pedagógicos, formadores) e a equipe pedagógica das unidades escolares (supervisores escolares) com a participação em palestras, congressos, simpósios e afins, relacionados à alfabetização e ao letramento;

VIII - elaboração de materiais pedagógicos, pela equipe técnico-pedagógica (orientadores pedagogicos, formadores) da Secretaria Municipal de Educação e equipes pedagógicas das unidades escolares (supervisores pedagógicos), para subsidiar o planejamento dos professores de Educação Infantil e professores alfabetizadores;

IX - fundamentação nos estudos e encaminhamentos orientados pela BNCC, pelo Currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

CAPÍTULO IV
DO PÚBLICO-ALVO

Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:

I-crianças matriculadas na Educação Infantil nas turmas de 1º Período e 2º Período;

II-estudantes das turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;

III-estudantes dos ciclos subsequentes do Ensino Fundamental que apresentam níveis aquém do esperado na alfabetização.

Parágrafo único. São beneficiários prioritários da Política Municipal de Alfabetização os grupos a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 7º São agentes envolvidos na Política Municipal de Alfabetização:

I - professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de 1º Período e 2º Período;

II - professores atuantes nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

III - pedagogos escolares que atuam com turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

IV - diretores escolares de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

V - demais profissionais que atuam nas unidades educacionais nas turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental;

VI - equipe técnico-pedagógica (Orientador pedagógico / Formadores) que atuam na Secretaria Municipal da Educação;

VII -comunidade escolar.

CAPÍTULO V
DA IMPLEMENTAÇÃO

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de programas e ações que incluam:

I - orientações curriculares e estabelecimento de metas objetivas, propostas a partir dos documentos legais, para a Educação Infantil (turmas de 1º Período e 2º Período) e para as turmas de 1º e 2º Ano do Ensino fundamental;

II - formação de professores de Educação Infantil atuantes nas turmas de 1º Período e 2º Período, e de turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental voltada para a alfabetização e letramento;

III - ênfase no ensino de conhecimentos linguísticos e matemáticos e de metodologia de ensino de Língua Portuguesa e Matemática em programas de formação continuada de professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de 1º Período e 2º Período, e de professores de turmas de 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental;

IV - promoção de mecanismos de certificação de professores alfabetizadores;

V - formação de gestores educacionais para dar suporte pedagógico aos professores da Educação Infantil atuantes nas turmas de 1º Período e 2º Período, aos professores alfabetizadores do Ensino Fundamental , às crianças e aos estudantes;

VI - seleção e/ou produção de materiais didático-pedagógicos destinados à alfabetização, com promoção de formação de professores para o uso desses materiais;

VII - produção e disseminação de materiais com pesquisas de fundamentação teórica e encaminhamentos metodológicos, e de boas práticas de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática;

VIII - difusão de recursos educacionais para ensino e aprendizagem de leitura, de escrita e de matemática;

IX - recomposição de aprendizagens para estudantes que não tenham sido plenamente alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental ou que apresentem dificuldades nesse processo;

X - documentação das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização, por meio de um plano de apoio pedagógico;

XI - incentivo à elaboração e à validação de instrumentos de avaliação e diagnóstico interno;

XII - elaboração, organização e aplicação de avaliação interna e externa de larga escala nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental em unidades municipais de ensino.

CAPÍTULO VI
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 9.Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização:

I - monitoramento e avaliação da qualidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas e ações implementadas por meio da Secretaria Municipal da Educação;

II - monitoramento da aprendizagem dos estudantes em processo de alfabetização, avaliado pelos instrumentos de acompanhamento pedagógico realizado pelos professores, coordenadores, gestores das unidades educacionais, com acompanhamento da equipe técnico-pedagógica (orientador pedagógico, formadores) da Secretaria Municipal da Educação;

III - acompanhamento dos registros das ações planejadas para recompor as aprendizagens dos estudantes em processo de alfabetização;

IV - análise de resultados de avaliações internas e externas e incentivo ao uso deles nos processo de ensino – aprendizagem;

V - desenvolvimento de indicadores municipais para avaliar a eficácia escolar na alfabetização, que priorizem a fluência em leitura oral, a competência leitora, a proficiência em escrita e em matemática;

VI - incentivo ao desenvolvimento de pesquisas acadêmicas para avaliar programas e ações desta Política.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal da Educação, conforme a Política Municipal de Alfabetização, a elaboração do Plano de Trabalho Anual de Alfabetização.

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação a coordenação estratégica dos programas e das ações decorrentes da Política Municipal de Alfabetização, bem como, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, o acompanhamento e o monitoramento da execução dessa política.

Art. 12. Fica autorizada a designação da Comissão de Trabalho Intersetorial de apoio às famílias e estudantes em idade de alfabetização da rede Municipal.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luz 24 de agosto de 2026

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:85E1C543

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 458/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 458/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DISPENSA E DESIGNA SERVIDORES PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E ATENDENTE DO PONTO DE ATENDIMENTO VIRTUAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (PAV) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Luz, Estado Minas Gerais, da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que foi celebrado entre o Município de Luz e a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bom Despacho, Acordo de Cooperação Técnica visando instalação do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV) nas dependências do município,
RESOLVE:
Art. 1º. Dispensar o servidor público municipal Elcília Paulinelli de Oliveira, CPF 578.xxx.xxx-49, ocupante do cargo Assessora, matrícula 7885, da função de gestor do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV).

Art. 2º. Designar o servidor público municipal Rúbia Silva Ferreira, CPF 079.xxx.xxx-88, ocupante do cargo Encarregada, matrícula 7817, para exercer a função de gestor do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV), ficando responsável por coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o fiel cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica supracitado.

Art. 3º. Dispensar o servidor público municipal Elcília Paulinelli de Oliveira, CPF 578. xxx.xxx-49, ocupante do cargo Assessora, matrícula 7885, do encargo de atendente do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV).

Art. 4º. Designar o servidor(a) Rúbia Silva Ferreira, CPF 079.xxx.xxx-88, ocupante do cargo Encarregada, matrícula 7817, e o servidor(a) Rúbia Silva Ferreira, CPF 079. xxx.xxx-88, ocupante do cargo Encarregada, matrícula 7817,para exercer (em) o encargo de atendente do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV), cujas atribuições estão previstas no Acordo de Cooperação Técnica supracitado.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Luz, 20 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:426076C8

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 459/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 459/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

"DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA EXERCEREM AS FUNÇÕES DE GESTOR E ATENDENTES DO PONTO DE ATENDIMENTO VIRTUAL (PAV) DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Luz, Estado Minas Gerais, da República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que foi celebrado entre o Município de Luz e a União, por intermédio da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Bom Despacho, Acordo de Cooperação Técnica visando instalação do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV) nas dependências do município.
RESOLVE:
Art. 1º. Designar o servidor público municipal Rúbia Silva Ferreira, CPF 079.xxx.xxx-88, ocupante do cargo Encarregada, matrícula 7817, para exercer a função de gestor do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV), ficando responsável por coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o fiel cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica supracitado.

Art. 2º. Designar o servidor(a) Rúbia Silva Ferreira, CPF 079.xxx.xxx-88, ocupante do cargo Encarregada, matrícula 7817, e o servidor(a) Maria Luzia Alvino Brandão Rodrigues, CPF 081.xxx.xxx-36, ocupante do cargo Auxiliar Administrativo, matrícula 7211,para exercer(em) o encargo de atendente do do Ponto de Atendimento Virtual da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (PAV), cujas atribuições estão previstas no Acordo de Cooperação Técnica supracitado.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Luz, 20 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:CD81F050

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº: 1648/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 089/2026

Processo nº: 1648/2026
Inexigibilidade de Licitação nº: 089/2026
Data: 24/08/2026
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Luz, em cumprimento ao que preceitua o Artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, com respaldo no **Parecer Jurídico nº. 685/2026** de 21 de agosto de 2026, **RATIFICA** a contratação para **" Contratação de apresentação do cantor "Junior Nascimento", cantor local, para realização do show musical ao vivo, no dia 05 de setembro de 2026, em comemoração ao (103º) centésimo terceiro aniversário de emancipação política do Município de Luz/MG, conforme condições e exigência estabelecidas neste Termo de Referência"** e autoriza o empenho da despesa em favor da empresa**:**

JOVIANO FERREIRA DO NASCIMENTO JUNIOR
CNPJ: 57.420.923/0001-10

Valor Global: R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Fundamento legal: Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Publique-se.

Luz/MG, 24 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:3F33193D

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº: 1649/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 090/2026

Processo nº: 1649/2026
Inexigibilidade de Licitação nº: 090/2026
Data: 24/08/2026
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Luz, em cumprimento ao que preceitua o Artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021, com respaldo no **Parecer Jurídico nº. 676/2026** de 21 de agosto de 2026, **RATIFICA** a contratação para **"Contratação de apresentação da "Banda VHS", grupo musical local, para realização do show musical ao vivo, no dia 06 de setembro de 2026, em comemoração ao (103º) centésimo terceiro aniversário de emancipação política do Município de Luz/MG, conforme condições e exigência estabelecidas neste Termo de Referência"** e autoriza o empenho da despesa em favor da empresa**:**

BANDA VHS LTDA
CNPJ: 57.420.923/0001-10

Valor Global: R$ 12.000,00 (Doze mil reais).

Fundamento legal: Artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Publique-se.

Luz/MG, 24 de agosto de 2026.

AILTON DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Laura Mesquita Barbosa
Código Identificador:827A2C9B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MAR DE ESPANHA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL PROCESSO Nº 050/2026 – INEXIGIBILIDADE Nº 013/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL Processo nº 050/2026 – Inexigibilidade nº 013/2026
Partes: Município de Mar de Espanha/MG e Josilene Pinheiro Medeiros, CPF nº 411.730.317-15.
Objeto: Prorrogação do benefício de Aluguel Social por mais 04 (quatro) meses, conforme Relatório Social nº 148/2026, vinculado ao Processo Administrativo 1DOC nº 003/2026.
Valor: R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), correspondente a 04 (quatro) parcelas mensais de R$ 550,00.
Vigência: Setembro a dezembro de 2026.
Data da assinatura: 24 de agostode 2026.
Signatários: Welington Marcos Rodrigues – Prefeito Municipal; Josilene Pinheiro Medeiros – Contratada.

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:5E457F45

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO PROCESSO N° 116/2026
INEXIGIBILIDADE N° 033/2026

EXTRATO RATIFICAÇÃO
Processo n° 116/2026 Inexigibilidade n° 033/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE ALUGUEL SOCIAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.424/2014, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME RELATÓRIO Nº 300/2026, EMITIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026 (1DOC). Ratificação O Prefeito Municipal de Mar de Espanha/MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71, inciso V da Lei nº 14.133/2021, RATIFICA o resultado do Processo Licitatório para: JUDITH DE MEDEIROS LIMA - CPF: 690.824.806-20 Valor Total de R$ 1.000,00 (um mil reais)

MAR DE ESPANHA, 20 de Agosto de 2026.

WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:0CC5374F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO PROCESSO N° 117/2026
INEXIGIBILIDADE N° 034/2026

EXTRATO RATIFICAÇÃO

Processo n° 117/2026 Inexigibilidade n° 034/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE ALUGUEL SOCIAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.424/2014, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME RELATÓRIO Nº 089/2026, EMITIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2026 (1DOC). Ratificação O Prefeito Municipal de Mar de Espanha/MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71, inciso V da Lei nº 14.133/2021, RATIFICA o resultado do Processo Licitatório para: SINVAL MASSAMBANI - CPF: 280.418.606-72 Valor Total de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

MAR DE ESPANHA, 20 de Agosto de 2026.

WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:4041B0A8

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO RATIFICAÇÃO PROCESSO N° 118/2026
INEXIGIBILIDADE N° 035/2026

EXTRATO RATIFICAÇÃO
Processo n° 118/2026 Inexigibilidade n° 035/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE ALUGUEL SOCIAL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.424/2014, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME RELATÓRIO Nº 304/2026, EMITIDO PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, VINCULADO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2026 (1DOC). Ratificação O Prefeito Municipal de Mar de Espanha/MG, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71, inciso V da Lei nº 14.133/2021, RATIFICA o resultado do Processo Licitatório para: ANTONIO CARLOS RAMOS MAGIOLO - CPF: 974.529.477-20 Valor Total de R$ 1.650,00 (um mil e seiscentos e cinquenta reais)

MAR DE ESPANHA, 20 de Agosto de 2026.

WELINGTON MARCOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joice Pozenato Soares
Código Identificador:27DD4FA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MATUTINA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 056 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 056 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

CONCEDE AMPLIAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO A SERVIDORA VITÓRIA KEITY GONÇALVES MARQUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Matutina, Minas Gerais, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente, e em pleno exercício das funções de seu cargo, tendo em vista as disposições contidas no artigo 6º, § 1º do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos para os Servidores Públicos dos quadros setoriais da Administração e da Saúde do Poder Executivo do Município de Matutina – Lei Complementar Municipal nº 844/2010 combinado com o art. 210 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1°. Conceder Ampliação de Carga Horária de trabalho em 10% a servidora **VITÓRIA KEITY GONÇALVES MARQUES**, matrícula 2179, portadora do CPF nº ***.093.***-** e Carteira de Identidade nº MG-**.110.***, servidora lotada na Secretaria Municipal de Ação Social, ocupante do cargo de Psicólogo, no período de 01 de setembro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, conforme solicitação da servidora, com acréscimo na sua remuneração na proporção decorrente da nova carga horária.

Parágrafo único – A referida concessão baseia-se no artigo 6º, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 844 de 02 de julho de 2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Matutina, 24 de agosto de 2026.

GILBERTO ERNANE DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sonia Francisca da Silva
Código Identificador:4155D9BD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MINAS NOVAS

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Minas Novas, torna público que realizará o Processo Administrativo de Licitação nº **110/2026**, Pregão eletrôniconº **45/2026** objetivando AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMOTIVOS, ZERO QUILÔMETRO, ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO Nº 086792, PROGRAMA Nº 09032025-2**.**Inicio da sessão de disputa de preços **09:00horas** do dia **08/09/2026** Referencia do tempo:horário oficial de Brasília. Modo de disputa **Aberto/Fechado** Local: através do site AMM Licita www.licitardigital.com.br. Edital e os demais documentos complementares poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG, através do endereço eletrônico https://www.minasnovas.mg.gov.br/, na Plataforma de Licitações AMM Licita (Licitar Digital), através do endereço eletrônico www.licitardigital.com.br e também no prédio Sede da Prefeitura Municipal de Minas Novas/MG, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

MARIA APARECIDA ALECRIM DA COSTA.
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecidaalecrim da Costa
Código Identificador:49EA694E

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PARALIZAÇÃO DE OBRA - PAL Nº 229/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE PARALISAÇÃO DE OBRA. PELA PRESENTE ORDEM DE PARALISAÇÃO, DETERMINAMOS A CONTRATADA ANTARES SERVIÇOS ELETRICOS E CONSTRUÇÕES LTDA A PARALISAR OS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GABRIELA LEITE ARAUJO DO CONTRATO Nº 037/2024, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 229/2023, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 029/2023, CUJO OBJETO É AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL GABRIELA LEITE ARAUJO, NA DATA DE RECEBIMENTO PELA CONTRATADA DESTA ORDEM. MOTIVO DA PARALIZAÇÃO: TRATA-SE DE RECURSOS DE CONVÊNIO, JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE, QUE SERÁ UTILIZADO PARA AMPLIAÇÃO DE META, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA MESMA. O PRAZO DE PARALISAÇÃO SERÁ POR TEMPO

INDETERMINADO. FICA O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO.

MINAS NOVAS/MG, 21 DE AGOSTO DE 2026.

JOSIANE FERREIRA SOARES.
Engenheira Civil.
CREA-MG 48.289/MG.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:0BA02877

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECEBIMENTO DE OBRA - PAL Nº 016/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA. RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA, PROCEDEU COMPLETA VISTORIA NOS SERVIÇOS EXECUTADOS, OBSERVANDO A ADEQUAÇÃO AOS PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA EFEITO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS A SEGUIR: 1.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº: 016/2023, TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2023. 1.2 – CONTRATO Nº: 027/2023. 1.3 – OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO DISTRITO DE LAGOA GRANDE. 1.4 ENDEREÇO: DISTRITO DE LAGOA GRANDE – MINAS NOVAS. 1.5 – CONTRATADA: CONSTRUÇÕES E REFORMAS MM EIRELI. 1.6 – CNPJ: 36.363.007/0001-15. 1.7 – PERÍODO DE EXECUÇÃO: DATA DE INÍCIO: 28/02/2023. DATA DE ENCERRAMENTO: 01/07/2026. CONCLUSÃO E PARECER: APÓS COMPLETA VISTORIA E ANÁLISE DOS ELEMENTOS TÉCNICOS ENVOLVIDOS, CONCLUINDO-SE, COM ISSO, QUE TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA O ESCOPO DA OBRA FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E DEMAIS DOCUMENTOS CONTRATUAIS, RAZÃO PELA QUAL SE LAVRA O PRESENTE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, COM QUE SE DÁ PLENA QUITAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS PARA A ETAPA SUPRACITADA.

NOVAS/MG, 21 DE AGOSTO DE 2026.

JOSIANE FERREIRA SOARES.
Eng. Civil.
CREA: 48289.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:DB31353D

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECEBIMENTO DE OBRA - PAL Nº 029/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA. RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA, PROCEDEU COMPLETA VISTORIA NOS SERVIÇOS EXECUTADOS, OBSERVANDO A ADEQUAÇÃO AOS PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA EFEITO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS A SEGUIR: DADOS CONTRATUAIS. 1.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº: 029/2023, 1.1. TOMADA DE PREÇOS Nº. 007/2023. 1.2 – CONTRATO Nº: 100/2023. 1.3 – OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA E QUADRA NA COMUNIDADE DE CANSANÇÃO. 1.4 ENDEREÇO: COMUNIDADE DE CANSANÇÃO – MINAS NOVAS. 1.5 – CONTRATADA: TJ PASSOS LTDA ME. 1.6 – CNPJ: 42.095.247/0001-89. 1.7 – PERÍODO DE EXECUÇÃO: DATA DE INÍCIO: 25/05/2023. DATA DE ENCERRAMENTO: 19/03/2026. CONCLUSÃO E PARECER: APÓS COMPLETA VISTORIA E ANÁLISE DOS ELEMENTOS TÉCNICOS ENVOLVIDOS, CONCLUINDO-SE, COM ISSO, QUE TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA O ESCOPO DA OBRA FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E DEMAIS DOCUMENTOS CONTRATUAIS, RAZÃO PELA QUAL SE LAVRA O PRESENTE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, COM QUE SE DÁ PLENA QUITAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS PARA A ETAPA SUPRACITADA.

MINAS NOVAS/MG, 21 DE AGOSTO DE 2026.

JOSIANE FERREIRA SOARES.
Engenheira Civil. CREA-MG 48.289/MG.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:F28ACC51

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECEBIMENTO DE OBRA - PAL Nº 030/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA. RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA, PROCEDEU COMPLETA VISTORIA NOS SERVIÇOS EXECUTADOS, OBSERVANDO A ADEQUAÇÃO AOS PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA EFEITO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS A SEGUIR: DADOS CONTRATUAIS 1.1 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº: 030/2023, TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2023. 1.2 – CONTRATO Nº: 048/2023. 1.3 – OBJETO: CONSTRUÇÃO DE ESCOLA E QUADRA NO DISTRITO DE CRUZINHA. 1.4 ENDEREÇO: DISTRITO DE CRUZINHA – MINAS NOVAS. 1.5 – CONTRATADA: VERSATTO SERVIÇOS LTDA. 1.6 – CNPJ: 13.303.768/0001-86. 1.7 – PERÍODO DE EXECUÇÃO: DATA DE INÍCIO: 18/04/2023. DATA DE ENCERRAMENTO: 06/05/2026. CONCLUSÃO E PARECER: APÓS COMPLETA VISTORIA E ANÁLISE DOS ELEMENTOS TÉCNICOS ENVOLVIDOS, CONCLUINDO-SE, COM ISSO, QUE TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS PARA O ESCOPO DA OBRA FORAM EXECUTADOS DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E DEMAIS DOCUMENTOS CONTRATUAIS, RAZÃO PELA QUAL SE LAVRA O PRESENTE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, COM QUE SE DÁ PLENA QUITAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS PARA A ETAPA SUPRACITADA.

MINAS NOVAS/MG, 21 DE AGOSTO DE 2026.

JOSIANE FERREIRA SOARES.
Eng. Civil.
CREA: 48289.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:B64D2C8B

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA - PAL Nº 150/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA/SERVIÇO DE ENGENHARIA. OBRA: REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉ ESCOLAR MUNICIPAL DA COMUNIDADE DE BEM POSTA. ATESTO QUE A OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉ ESCOLAR MUNICIPAL DA COMUNIDADE DE BEM POSTA, MINAS NOVAS - MG, OBJETO DO CONTRATO Nº 262/2025, FIRMADO COM A EMPRESA CAMARGOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, PROVENIENTE DO PAL Nº 150/2025, CONCORRÊNCIA 008/2025, FOI EXECUTADA DE ACORDO COM A PLANILHA ORÇAMENTÁRIA VENCEDORA DO CERTAME E EM OBEDIÊNCIA AOS PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DE ENGENHARIA EM ANEXO

AO PROCESSO. ENCONTRANDO-SE CONCLUÍDA, RECEBO PROVISORIAMENTE MESMA.

MINAS NOVA/MG, 31DE JULHO DE 2026.

CLARA RAMALHO FERNANDES.
Arquiteta e Urbanista.
CAU A157721-2.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:EB27D321

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO PAL 103 2025

DIVISÃO DE COMPRAS/LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 103/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: ARTEMINAS LTDA-ME. CNPJ: N° 07.646.162/0001-40. DATA TERMO ADITIVO: 24/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 103/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: KTE COMÉRCIO DE MÓVEIS E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME. CNPJ: N° 26.719.131-0001-17. DATA TERMO ADITIVO: 24/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 103/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: MACEDO & SANTOS IMPORTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIO LTDA. CNPJ: N° 22.533.778/0001-07. DATA TERMO ADITIVO: 24/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 103/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: MURCIO BARBOSA CHAGAS - ME. CNPJ: N° 00.350.046/0001-30. DATA TERMO ADITIVO: 24/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 01. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2025. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 103/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025. OBJETO TERMO ADITIVO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA REFERIDA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE AO VENCIMENTO DA MESMA. PROMITENTE FORNECEDORA: VIRGINIA GOMES DOS SANTOS. CNPJ: N° 14.406.877/0001-91. DATA TERMO ADITIVO: 24/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Tais Gomes de Carvalho
Código Identificador:235BA2CD

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO DE PARALIZAÇÃO OBRA - PAL Nº 228/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE PARALISAÇÃO DE OBRA. PELA PRESENTE ORDEM DE PARALISAÇÃO, DETERMINAMOS A CONTRATADA CONSTRUMATOS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP A PARALISAR OS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO DISTRITO DE RIBEIRÃO DA FOLHA DO CONTRATO Nº 33/2024, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 228/2023, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 028/2023, CUJO OBJETO É CONSTRUÇÃO DE ESCOLA NO DISTRITO DE RIBEIRÃO DA FOLHA, NA DATA DE RECEBIMENTO PELA CONTRATADA DESTA ORDEM. MOTIVO DA PARALIZAÇÃO: TRATA-SE DE RECURSOS DE CONVÊNIO, JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE, QUE SERÁ UTILIZADO PARA AMPLIAÇÃO DE META, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA MESMA. O PRAZO DE PARALISAÇÃO SERÁ POR TEMPO INDETERMINADO. FICA O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO.

MINAS NOVAS/MG, 21/08/2026.

JOSIANE FERREIRA SOARES.
Engenheira Civil.
CREA-MG 48.289/MG.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:A85ED4F9

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO - PAL Nº 070/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG – EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PARCIAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 070/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026, CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2026. CONTRATO Nº. 171/2026. OBJETO CONTRATO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. CONTRATADO: MARIA APARECIDA LIMA. DA RESCISÃO: FICA RESCINDIDO PARCIALMENTE O REFERIDO

CONTRATO EM 24/08/2026, FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 18/06/2026, NOS TERMOS DO INCISO II, ART. 138 DA LEI FEDERAL 14.133/2021 E ATUALIZAÇÕES, SENDO SUPRIMIDO DO MESMO O SEGUINTE ITEM E QUANTIDADE:

DESCRIÇÃO	QUANT. INICIAL	QUANT. SUPRIMIDA	UN	VALOR	TOTAL R$
ABACAXI 1ª QUALIDADE	718	718	KG	7,22	5183,96

VALOR SUPRESSÃO: R$ 5.183,96. DATA ASSINATURA: 24/08/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Prefeitura MUNICIPAL de Minas Novas - Extrato de contrato. Processo Administrativo de LICITAÇÃO Nº 070/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026, CHAMADA PÚBLICA nº 03/2026. Objeto: FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA O ATENDIMENTO DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL. CONTRATADO(S)/VALOR(ES):

Contrato nº	Contratados	Valor total R$
236/2026	MARIA APARECIDA LIMA PINHEIRO	5.183,96

Assinado(s): 24 DE AGOSTO DE 2026. PRAZO: 31/12/2026.

ALESSANDRO MOTA BARBOSA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:DCEB1599

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO PARALIZAÇÃO DE OBRA - PAL Nº 189/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG - EXTRATO DE PARALISAÇÃO DE OBRA. PELA PRESENTE ORDEM DE PARALISAÇÃO, DETERMINAMOS A CONTRATADA RV TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS E RURAIS LTDA-ME A PARALISAR OS SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS COSTA NA COMUNIDADE DE IMBIRUÇU DO CONTRATO Nº 186/2023, PROVENIENTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 189/2023, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 024/2023, CUJO OBJETO É AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL SANTOS COSTA NA COMUNIDADE DE IMBIRUÇU, NA DATA DE RECEBIMENTO PELA CONTRATADA DESTA ORDEM. MOTIVO DA PARALIZAÇÃO: TRATA-SE DE RECURSOS DE CONVÊNIO, JUNTO A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEE, QUE SERÁ UTILIZADO PARA AMPLIAÇÃO DE META, MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DA MESMA. O PRAZO DE PARALISAÇÃO SERÁ POR TEMPO INDETERMINADO. FICA O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO.

MINAS NOVAS/MG, 21 DE AGOSTO DE 2026.

JOSIANE FERREIRA SOARES.
Engenheira Civil.
CREA-MG 48.289/MG.

Publicado por:
Odair José Barbosa
Código Identificador:09332485

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRABELA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA/MG– Dispensa Eletrônica nº 025/2026, recebimento das propostas de 25/08/2026 às 08:00hrs até 1º/09/2026 às 08h29min – Prazo para lances dia 1º/09/2026 das 08h30min até às 14h30min. Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO PARA GESTÃO DAS INFORMAÇÕES DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO – SST NO AMBIENTE DO ESOCIAL, COMPREENDENDO A PARAMETRIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, GERENCIAMENTO, TRANSMISSÃO E ACOMPANHAMENTO DOS EVENTOS OBRIGATÓRIOS S-2210 (COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO – CAT), S-2220 (MONITORAMENTO DA SAÚDE DO TRABALHADOR) E S-2240 (CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO).** Edital disponível no sítio oficial do município https://mirabela.mg.gov.br/licitacoes-mirabela-mg-2/ e no portal de compras públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Dúvidas e esclarecimentos pelo e-mail licitacao@mirabela.mg.gov.br ou pelo telefone (38) 93300-5965.

FERNANDA CRISTINA VIEIRA E SILVA RODRIGUES –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Fernanda Cristina Vieira e Silva Rodrigues
Código Identificador:4DEAC153

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 557, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO REGULADO PELO EDITAL Nº 02/2026"

Cloves da Silva Botelho, Prefeito Municipal de Miradouro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas na forma da legislação em vigor, etc...

Considerando terem sido ultimadas todas as etapas editalícias previstas no Edital nº 02/2026, que regulamenta o processo seletivo público convocado pelo Município;

Considerando que a Comissão realizadora do Concurso Público, nomeada através do Decreto nº 1788/2024, de 10 de dezembro de 2024, apresentou o resultado final do citado Concurso Público;

Decreta:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Público promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO** e realizado pelo **Evolução Consultória Ltda**, nos termos do Edital nº 02/2026, de 31 de março de 2026, consoante classificação final dos candidatos aprovados constantes do **ANEXO** que deste decreto faz parte integrante.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Miradouro-MG, 21 de agosto de 2026

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal

ANEXO
RESULTADO FINAL HOMOLOGADO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – URBANO 1

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	95	CAMILA DOS SANTOS SILVA	21	APROVADO

2º	74	ALAN CARLOS PEREIRA	21	APROVADO
3º	49	KARLA CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA	21	APROVADO
4º	60	LHAISA DE FREITAS MARTINS	21	APROVADO
5º	24	ANA LÍVIA COSTA FERREIRA	21	APROVADO
6º	62	ANTONIO GABRIEL DA SILVA SOUZA	20	APROVADO
7º	100	JOÃO VICTOR TEIXEIRA DE SOUZA	19	APROVADO
8º	61	RAISSA LUDMILA MONTEIRO	18	APROVADO
9º	48	ANA LUIZA FREITAS OLIVEIRA	18	APROVADO
10º	151	JANE BEATRIZ DE FARIA	15	APROVADO
11º	57	ELIANE NATÁLIA DA SILVA	15	APROVADO
12º	5	LEILA APARECIDA DE ALMEIDA	15	APROVADO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – URBANO 2

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	33	PATRÍCIA MARIA REIS	21	APROVADO
2º	134	WEBSTER LUIZ GERMANO DE OLIVEIRA	19	APROVADO
3º	10	MARIA IZABEL DE OLIVEIRA ASSUMPÇÃO	19	APROVADO
4º	127	ADELINA MARIA GOMES SCHETTINI	19	APROVADO
5º	99	ANA CRISTINA DA CRUZ PEREIRA	19	APROVADO
6º	3	TAMARA APARECIDA DE ASSIS	18	APROVADO
7º	139	GEOVANE DA SILVA VERISSIMO	18	APROVADO
8º	103	ANA LUCIA ALVES DE PAIVA	18	APROVADO
9º	72	THAIS EVELYN CRUZ PEREIRA	17	APROVADO
10º	4	LIVIA BANI DE OLIVEIRA	17	APROVADO
11º	12	LUÍS ENRIQUE DUARTE DE FARIA	16	APROVADO
12º	93	CLODOALDO BATISTA DA ROCHA	16	APROVADO
13º	82	WALLACE OLIVEIRA DA CRUZ LEITE	16	APROVADO
14º	148	ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA GON. DA CRUZ	15	APROVADO
15º	63	NATÁLIA CRISTINA SILVA PAIVA	15	APROVADO
16º	52	LORENA ELIS GOMES	15	APROVADO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – URBANO 3

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	42	JANAÍNA MARIA DE SOUZA PAIVA	22	APROVADO
2º	54	GUILHERME LORETE PEREIRA DE SOUZA	20	APROVADO
3º	37	AMANDA DE SOUZA E SILVA	19	APROVADO
4º	80	VANESSA TEIXEIRA DE MELO SOUZA	17	APROVADO
5º	153	MICKAYL JOSE PAULINO MENDES DOS ANJOS	17	APROVADO
6º	27	KATIANE MIRIELE RIBAS ALVES	17	APROVADO
7º	35	JULIANA DAS DORES DOS SANTOS	17	APROVADO
8º	45	BEATRYS MARTINS DE LIMA	16	APROVADO
9º	137	JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA SANTOS	16	APROVADO
10º	43	DORVINO DANIEL SILVA	16	APROVADO
11º	21	LAYANE KELLY CASTRO SILVA	15	APROVADO

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – RURAL 2

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	2	LUARA GOMES LOPES	17	APROVADO
2º	6	THALIA CASTRO GERMANO	17	APROVADO
3º	11	DELENICE MARIA DE ANDRADE FREITAS	17	APROVADO
4º	85	ELISIANE APARECIDA DE OLIVEIRA FERREIRA	17	APROVADO
5º	81	VANIA MARIA DE ALMEIDA	15	APROVADO
6º	69	SILVIA SALLES PEREIRA PENA	15	APROVADO

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:1CAD63E3

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1775 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA ADOTE UMA NASCENTE NO MUNICÍPIO DE MIRADOURO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Miradouro – MG, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece diretrizes para o incentivo à proteção, preservação e recuperação de nascentes no âmbito do Município.

Art. 2º O Poder Executivo poderá instituir o Programa "Adote uma Nascente", destinado à proteção e recuperação de nascentes, com a participação voluntária de pessoas físicas e jurídicas, observadas as disposições desta Lei e da legislação ambiental vigente.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos desta Lei, poderão ser adotadas, conforme regulamentação do Poder Executivo, as seguintes diretrizes:

I – delimitação das áreas de nascentes, com base em critérios técnicos e ambientais;
II – identificação das áreas, podendo conter, conforme padrões definidos em regulamento:
a) o nome da nascente;
b) a indicação de "Área de Preservação Permanente", quando cabível;
c) a identificação do participante do programa, quando houver;
d) informações técnicas voltadas ao monitoramento ambiental da área, abrangendo água, solo, fauna e flora;
e) canais para comunicação de infrações ambientais;
f) referência às entidades e órgãos envolvidos em ações de proteção ambiental;
III – incentivo à manutenção e conservação das áreas de nascentes, podendo compreender:

a) ações preventivas contra incêndios;
b) medidas de controle de processos erosivos;
c) ações de limpeza e preservação ambiental;
d) estímulo à vigilância e à comunicação de possíveis degradações aos órgãos competentes.

§ 1º A recuperação de áreas degradadas poderá ser realizada mediante a apresentação de plano de recuperação ambiental, na forma da legislação vigente e conforme regulamentação do Poder Executivo.
§2º As ações previstas neste artigo deverão observar a legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere às Áreas de Preservação Permanente.

Art. 4º Nas áreas de nascentes abrangidas por ações de proteção ambiental, ficam vedadas, sem prejuízo do disposto na legislação ambiental vigente:

I – o lançamento de efluentes ou resíduos de qualquer natureza;
II – a supressão de vegetação nativa, salvo nas hipóteses legalmente autorizadas;
III – a edificação ou intervenção que comprometa a integridade da área;
IV – a introdução de espécies exóticas que causem desequilíbrio ambiental;
V – outras condutas que possam causar degradação ambiental.
Parágrafo único. As vedações previstas neste artigo deverão ser interpretadas em conformidade com a legislação federal e estadual aplicável.

Art. 5º A utilização dos recursos hídricos observará a legislação federal, estadual e municipal aplicável, bem como as autorizações e outorgas legalmente exigidas.

Art. 6º A implementação das ações previstas nesta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miradouro, 24 de agosto de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal de Miradouro

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:89677F32

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1776 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências"

A Câmara Municipal de Miradouro -MG, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, fonte 1.700 (Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União), no valor de R$ 406.000,00 (Quatrocentos e seis mil reais), para atender as despesas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 18 – Fundo Municipal de Habitação
Sub-Unidade:00 – Fundo Municipal de Habitação

16.482.160.1.0062 - PROVISÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - CONVENIO
4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 406.000,00

Total Fonte 1.700.....R$ 406.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à cobertura do Crédito Suplementar serão aqueles previstos no Art. 43 da Lei federal 4320/64 provenientes de ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES, conforme descrito abaixo:

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 04 – Secretaria Municipal de Educação
Sub-Unidade:00 – Secretaria Municipal de Ensino

12.365.205.1.0014 - CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO ESCOLA FUND./PRE
4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 176.000,00

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 19 – Secretaria Municipal de Esporte
Sub-Unidade:00 – Secretaria Municipal de Esporte

27.811.701.1.0063 - CONSTRUÇÃO QUADRAS
4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 80.000,00

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 06 – Secretaria de Obras e Interior
Sub-Unidade:00 – Secretaria de Obras e Interior

17.512.915.1.0033 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ATERRO SANITARIO
4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 70.000,00

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 06 – Secretaria de Obras e Interior
Sub-Unidade:00 – Secretaria de Obras e Interior

15.451.922.1.0026 - CONSTRUÇÃO DE MUROS E PROTEÇÃO DE ENCOSTAS
4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 50.000,00

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 06 – Secretaria de Obras e Interior
Sub-Unidade:00 – Secretaria de Obras e Interior

15.451.113.1.0025 - CONST. REFORMA CEMITÉRIO/CAPELA
4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 06 – Secretaria de Obras e Interior
Sub-Unidade:00 – Secretaria de Obras e Interior

15.452.111.1.0029 - AQUISIÇÃO VEÍCULOS/MÓVEIS/EQUIPAMENTOS
4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.....R$ 10.000,00

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 05 – Sec. Meio Ambiente e Saneamento
Sub-Unidade:00 – Sec. Meio Ambiente e Saneamento

17.512.119.1.0019 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO REDE PLUVIAL
4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 10.000,00

Art. 3º - Os créditos das dotações constante desta lei poderão ser anulados ou suplementados caso necessário no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miradouro/MG, 24 de Agosto de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal de Miradouro

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:EECAA124

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1777 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar, para inclusão de fonte e dá outras providências"

A Câmara Municipal de Miradouro – MG, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu, prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, fonte 2.700.000 (Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União), no valor de R$ 435.000,00 (Quatrocentos e trinta e cinco mil reais), para atender as despesas na seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02 – Prefeitura Municipal de Miradouro
Unidade 18 – Fundo Municipal de Habitação
Sub-Unidade:00 – Fundo Municipal de Habitação

16.482.160.1.0062 - PROVISÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS - CONVENIO
4.4.90.51 – Obras e Instalações.....R$ 435.000,00

Total Fonte 2.700.000.....R$ 435.000,00

Art. 2º - Os recursos utilizados para execução do presente Crédito Adicional Suplementar serão aqueles previstos no art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, provenientes de Superávit Financeiro, apurado Fonte 2.700.000 (Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União) c/c 5741736242.

Art. 3º - Os créditos das dotações constante desta lei poderão ser anulados ou suplementados caso necessário no decorrer do exercício financeiro de 2026.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miradouro/MG, 24 de Agosto de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal de Miradouro

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:3C222B6D

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1779 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Reconhece como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Miradouro as manifestações equestres, incluindo cavalgadas, copas de marcha, exposições e demais eventos ligados à tradição do cavalo, e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Miradouro – MG, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º- Ficam reconhecidas como Patrimônio Cultural Imaterial do Município de Miradouro as manifestações culturais relacionadas à tradição equestre, incluindo cavalgadas, copas de marcha, exposições, apresentações, eventos esportivos e culturais ligados à equinocultura e às práticas tradicionais do meio rural.
Art. 2º- O reconhecimento previsto nesta Lei tem por finalidade promover a valorização, preservação e divulgação das tradições e manifestações culturais equestres existentes no Município, como expressão da identidade histórica e cultural da comunidade local.
Art. 3º- O Município poderá, observada a legislação vigente e disponibilidade orçamentária:
I – promover ações de valorização, divulgação e preservação das manifestações culturais reconhecidas nesta Lei;
II – apoiar, quando possível, eventos e iniciativas relacionadas às práticas equestres;
III – incentivar parcerias com associações, entidades culturais, produtores rurais e organizadores de eventos;
IV – estimular o registro e documentação histórica dessas manifestações como forma de preservação da memória cultural municipal.
Art. 4º- A realização de eventos e manifestações previstas nesta Lei deverá observar a legislação vigente, especialmente as normas relativas à segurança, trânsito, saúde pública, meio ambiente e bem-estar animal.
Parágrafo único. O reconhecimento como patrimônio cultural imaterial não implica dispensa de autorizações, licenças ou cumprimento das exigências legais aplicáveis.
Art. 5º- O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, visando sua melhor aplicação.
Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miradouro, 24 de agosto de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal de Miradouro

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:DCC80804

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
INEXIGIBILIDADE 021/2026

O Município de Miradouro torna público edital de Inexigibilidade nº 021/2026 – Objeto: Credenciamento para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Orientador e Monitor em atendimento às ações da Secretaria Municipal de Esportes (Escola de Esportes 2026). Edital disponível a partir do dia 26/08/2026 no site http://www.miradouro.mg.gov.br/ .Setor de Protocolo, a partir do dia 26/08/2026 de 08:00 às 11:00 e de 12:30 às 15:30. Informações (32) 3428-0357/0358 ou e-mail: premir2013@yahoo.com.br.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:071AAF30

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MOEMA

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2026

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público a celebração da Ata de Registro de Preços nº 030/2026, firmada entre o Município de Moema e Leandra Melo Magazine Ltda, CNPJ nº 12.077.342/0001-99. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente, para manutenção das atividades das diversas secretarias municipais, do Município de Moema/MG, nos exatos termos do Edital e seus anexos, em especial ao anexo I, Termo de Referência. Validade até 21/08/2027. Valor total de R$ 10.960,00 (dez mil, novecentos e sessenta reais). Data de assinatura 24/08/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG. 24/08/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:16869C27

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público a celebração da Ata de Registro de Preços nº 031/2026, firmada entre o Município de Moema e Geraldo Donizete da Costa 49437429634, CNPJ nº 40.979.151/0001-58. Objeto: registro de preços, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavação, limpeza, higienização e conservação dos veículos e máquinas pertencentes á frota da Prefeitura do Município de Moema/MG, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e produtos de limpeza necessários à execução dos serviços. Validade até 24/08/2027. Valor total de R$22.875,00 (vinte e dois mil, oitocentos e setenta e cinco reais). Data de assinatura 24/08/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG. 24/08/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:6779054E

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público a celebração da Ata de Registro de Preços nº 032/2026, firmada entre o Município de Moema e Nilson Imídio Pinto da Silva 07438385647, CNPJ nº 31.291.947/0001-22. Objeto: registro de preços, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavação, limpeza, higienização e conservação dos veículos e máquinas pertencentes á frota da Prefeitura do Município de Moema/MG, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, materiais e produtos de limpeza necessários à execução dos serviços. Validade até 24/08/2027. Valor total de R$28.775,00 (vinte e oito mil, setecentos e setenta e cinco reais). Data de assinatura 24/08/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG. 24/08/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:605B10CE

LICITAÇÕES
EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2021

A Prefeitura Municipal de Moema/MG, torna público o extrato do sétimo termo aditivo do Contrato nº 034/2021, firmado entre o Município de Moema e Integração de Resíduos Parque de Transformação Ambiental Ltda, CNPJ sob o nº 36.310.486/0001-01. Objeto: prorrogação de prazo até 28/02/2027, renovação do valor total do contrato em R$239.129,28 (duzentos e trinta e nove mil, cento e vinte e nove reais e vinte e oito centavos). Data de assinatura 24/08/2026. Documento completo no site oficial www.moema.mg.gov.br, Aba licitações.

Moema/MG 24/08/2026.

JOSÉ GERALDO ANDALÉCIO COSTA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Artur Alves Pereira
Código Identificador:182B3275

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MONTE CARMELO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N° 28/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO. Pregão n° 28/2026 – Forma: Eletrônica. Sistema Registro de Preços. A Secretária Municipal de Fazenda, torna público que fará realizar no dia 04 de setembro de 2026, às 09:00 horas o Pregão n° 28/2026 – Modo de Disputa Aberto, na Forma Eletrônica, Critério de Julgamento: Menor preço por item. **Objeto**: Registro de Preços para Futura, Eventual e Parcelada Aquisição de Tintas e Materiais de Sinalização Viária incluindo peças e componentes para semáforos, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras de Monte Carmelo/MG. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Data do Edital: 27/07/2026.

Monte Carmelo, 24 de agosto de 2026.

ANA PAULA PEREIRA –
Secretária Municipal de Fazenda.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:E20F45DE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2024, NO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.

A **Prefeitura do Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais**, usando de suas atribuições legais, torna público o Edital de Convocação da candidata aprovada no Concurso Público n.° 01/2024, no Cargo de Assistente Social, disponível em: https://www.montecarmelo.mg.gov.br/concursos-e-selecoes, o qual fica convocado para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, na Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, no período de 25 de agosto de 2026 até 24 de setembro de 2026, no horário das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, a fim de apresentar toda a documentação exigida no item 16.5 do Edital do Concurso Público n° 01/2024, homologado em 08 de setembro de 2025, para tomar posse. O não comparecimento implicará desistência pela vaga conquistada no Concurso Público n.º 01/2024, e eliminação automática nos termos do Edital.

Monte Carmelo, 24 de agosto de 2026.

RICARDO FERREIRA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Denner Cândido Lima
Código Identificador:2B607C3D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
PORTARIA Nº 60, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

Altera estrutura remuneratória em Gabinete Parlamentar, e dá outras providências.

A **Excelentíssima Senhora Vereadora IVONETE LACERDA ASSIS**, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 176 da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Lei Orgânica do Município de Muriaé;
CONSIDERANDO o Requerimento Interno **nº36** de Protocolo **nº 2523/2026** apresentado pelo Vereador **Kerlim Zapotek Lima Machado de Araújo**;
CONSIDERANDO o disposto na **Lei Municipal nº 7.442, de 24 de setembro de 2025**, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Muriaé;
CONSIDERANDO o disposto no art. 50, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Muriaé,
RESOLVE:
Art. 1º Fica alterado para 08 (oito) o Índice Básico de Vencimento – VIB da Assessora Parlamentar **Maria Elza Medeiros Morais de Azevedo**, mantida sua lotação funcional no Gabinete do Vereador **Kerlim Zapotek Lima Machado de Araújo**, nos termos do Requerimento **nº 36/2026**, Protocolo nº **2523/2026**, com efeitos financeiros a partir de **1º de setembro de 2026**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, Minas Gerais, em 21 de agosto de 2026.

IVONETE LACERDA ASSIS
Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

Publicado por:
Alan Dala Paula Torres
Código Identificador:5C44CC22

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE MURIAÉ (COMIMU)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Muriaé – COMIMU**, no uso das atribuições estatutárias e regimentais que lhe são conferidas, convoca os membros efetivos a comparecerem à reunião ordinária do **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Muriaé – COMIMU**, que se realizará no dia **26 de agosto de 2026,** às **14:00 horas,** na sede da Prefeitura de Muriaé, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, 2º

andar, localizada na Avenida Maestro Sansão, nº 36, Centro, Muriaé-MG, para discutir e deliberar sobre as seguintes pautas:
- Boas Vindas;
- Dia Internacional da Pessoa Idosa;
- Repasse – Instituições Captadoras Exercício de 2025;

Muriaé-MG, 24 de agosto de 2026.

MARIA APARECIDA FERRAZ SOARES
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:DA6561FA

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 31, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Convoca os candidatos para a realização de atos necessários para a contratação temporária para o exercício de funções junto à Rede Municipal de Ensino.

O Município de Muriaé, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, convoca os candidatos aprovados no concurso público 01/2024, homologado pelo Decreto 12.789 de 26 de Junho de 2024, e demais interessados, para realização de escolha de vaga conforme a classificação com a apresentação dos documentos necessários para ocupação da respectiva função temporária , Perícia Médica Oficial, e assinatura do respectivo contrato temporário, observadas as seguintes condições:

1. DA CLASSIFICAÇÃO:

I – Ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observada a ordem de classificação daquele cargo, desde que comprovada a habilitação profissional específica (na forma do Edital n.º 001/2024).

II – Não ser aprovado no Concurso Público regido pelo Edital n.º 001/2024 e homologado pelo Decreto n.º 12.789/2024 para o cargo equivalente à função pleiteada, observando-se a seguinte prioridade:

a) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

b) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Estadual em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

c) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

d) Maior tempo de serviço, até 30 de setembro de 2025, na função pleiteada em Escola Pública Municipal e/ou Estadual em funcionamento em outros Municípios, desde que comprovada a habilitação profissional específica;

III – Persistindo o empate, terá preferência o candidato de maior idade, observado o disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), quando aplicável.

2. DOS DOCUMENTOS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS NO ATO CONVOCAÇÃO

2.1. Os candidatos deverão comparecer **no horário, data e local estipulados na relação constante do Anexo I deste Edital**, para realizar **a escolha de vagas e a apresentação da seguinte documentação:**

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp

d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino) ;

e) CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL EMITIDA PELO SITE: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/certidao-de-quitacao-eleitoral

f) Certidão de Contagem de Tempo, emitida em modelo próprio e com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2024, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola Pública Municipal e/ou Estadual;

g) CTPS e Declaração emitida pela Instituição de Ensino com o tempo computado somente até 30 de setembro de 2025, para os candidatos que possuirem tempo de serviço em Escola da Rede Particular de Ensino em funcionamento no Município de Muriaé.;

2.2. Os candidatos que tiverem a documentação aprovada pela Comissão de Avaliação realizarão, em ato contínuo, a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente, **conforme relação de vagas disponíveis constantes do Anexo I deste Edital e observada a ordem de classificação.**

2.3. O candidato que se considerar preterido poderá interpor recurso de imediato, devendo a resposta ser apresentada em até 24 (vinte e quatro) horas.

2.4. Após a escolha das vagas, o candidato deverá comparecer no Departamento Pessoal, na Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé/MG com as cópias dos seguintes documentos:

a) Diploma, Registro Profissional ou Declaração de Conclusão, acompanhados de Histórico Escolar, hábeis a comprovar a habilitação profissional mínima exigida para o exercício da função pública pleiteada;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Certidão de Situação Regular emitida pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp;

d) Comprovante de quitação com as obrigações militares (somente para candidatos do sexo masculino);

e) Cópia do Titulo de Eleitor **E** a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/servicoseleitorais/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;

f) Certidão de Nascimento ou Casamento; (caso houver alteração no nome devido ao casamento ou divórcio, o mesmo deverá estar atualizado junto a Receita Federal- CPF E CI;

g) Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP, emitido pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;

h) Comprovante de residência atualizado;

i) Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;

j) Declaração do Posto de Saúde de estar em dia com a vacinação para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

k) Declaração de matrícula em escola para filhos menores de 14 (quatorze) anos;

l) 01 (uma) fotos 3x4; XV - Para fins de IRRF- deverá apresentar documento de identidade e CPF dos filhos menores de 21 anos;

m) Certidão de Antecedentes Criminais, emitida no site da Polícia Civil de Minas Gerais - https://wwws.pc.mg.gov.br/atestado/solicitarsel.do?evento=x&fwPlc=s

n) Resultado da Perícia Médica Oficial assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente;

3. DA PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

3.1. Após a realização da convocação o candidato ficará sujeito à realização da Perícia Médica Oficial, cujo **local, data e horário serão divulgados no momento da convocação**. O candidato deverá comparecer a Perícia munido dos exames constantes do item 3 deste Edital, realizados em até **60 (sessenta)** dias antes da data da perícia, assegurando que o candidato ostenta perfeitas condições para a assunção e exercício da função pública que pretende ocupar temporariamente.

3.2. Somente serão autorizados a ingressarem no local de realização da Perícia Médica Oficial a equipe responsável pelos atos decorrentes da convocação e o candidato designado para aquele horário, sendo **vedada a entrada de terceiros e de candidatos designados para outros horários.**

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À PERÍCIA MÉDICA OFICIAL

4.1. Para a realização da **Perícia Médica Oficial**, de caráter eliminatório, todos os candidatos deverão apresentar o BIM – Boletim de Inspeção Médica e o resultado dos exames quais sejam:

I - Hemograma completo, com eritograma, leucograma e contagem de plaquetas;
II- Tempo de tromboplastina pericial ativa (TTPA);
III- Gamaglutamiltransferaze (GamaGT);
IV - Glicemia de Jejum;
V - Creatinina;
VI - Urina (rotina);
VII – TGO
VIII - TGP
IX - Laringoscopia indireta ou videonasolaringoscopia (somente para a função de Professor).

4.2. O prazo para a realização da Perícia Médica Oficial é terminativo, não fazendo jus à contratação o candidato que não apresentar seu resultado dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis.

4.3. Os candidatos cuja documentação for aprovada pela Comissão de Avaliação, após a escolha da vaga a ser ocupada temporariamente e ser declarado apto na Perícia Médica Oficial, deverão comparecer a Secretaria Municipal de Educação para receber o encaminhamento e proceder à assinatura do respectivo contrato temporário.

4.4. **Implicará em perda do direito à contratação**:

a) A não apresentação dos documentos necessários à contratação;

b) A constatação de inveracidade das informações prestadas para fins de classificação;

c) A constatação de falsidade da documentação apresentada para fins de classificação e/ou contratação;

d) A declaração de inaptidão na Perícia Médica Oficial;

e) O não preenchimento dos requisitos para ocupação da respectiva função temporária; e/ou

f) O não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo legal de 05 (cinco) dias úteis após a Perícia Médica Oficial.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. As publicações que regem esta convocação estarão disponíveis no endereço eletrônico *https:// www.digiescola.muriae.mg.gov.br/contratacao2026*, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

5.2. O marco classificatório utilizado para as convocações temporárias corresponderá à última classificação alcançada pelas nomeações efetivadas para o respectivo cargo;

5.3. Os candidatos nomeados que não tomaram posse ou foram eliminados não serão considerados remanescentes aptos ao critério prioritário fundado na aprovação no concurso.

5.4. Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação.

Muriaé-MG,24 de Agosto de 2026.

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

SECRETÁRIO ESCOLAR
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 25/08/2026 Horário: 14h 30min

ESCOLA	TURNO	PERÍODO 28/08/2026 a
EM Profª Stella Fidélis (Aeroporto)	Vespertino	30/09//2026

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 25/08/2026 Horário: 14h 30min

ESCOLA	TURMA	TURNO	PERÍODO 28/08/2026 a
EM Ricardo oliveira Moraes Azevedo (Safira)	2º período	Vespertino	18/12/2026
EM Profª Ionyr Bastos Dias (Marambaia)	3º ano	Matutino	Aguardando perícia

AUXILIAR DE SERVIÇO ESCOLAR
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 25/08/2026 Horário: 14h 30min

ESCOLA	FUNÇÃO	TURNO	PERÍODO 28/08/2026 a
EM José Miguel Muahad (Barra)	Berçário	Matutino	30/09//2026
EM Jésus Francsco Araújo (Vermelho)	Berçário	Vespertino	30/09/2026
EM Profª Esmeradla Vianna (Inconfidência)	CRECHE	Vespertino	31/10/2026
EM Profª Ionyr Bastos Dias (Marambaia)	CRECHE	Matutino	31/10/2026
EM Maria Aleluia Soares Bittencourt (Santa Terezinha)	CRECHE	Matutino	31/10/2026
	CRECHE	Matutino	31/10/2026

PROFESSOR ANOS FINAIS INGLÊS
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 25/08/2026 Horário: 15h

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 28/08/2026 a
EM Sérgio Lúcio F. Amaral (Faz.	08	Matutino	Aguardando perícia

Novo Horizonte)		4ª e 5ª	
EM Profª Elza Rogério (Gaspar)	10	Matutino 3ª e 6ª	Aguardando perícia

PROFESSOR ANOS FINAIS - PORTUGUÊS
Local: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Av. Maestro Sansão 236
Data: 25/08/2026 Horário: 15h

ESCOLA	AULAS	TURNO	PERÍODO 01/09/2026 a
EM Cléria Ticon Carneiro (Santana)	18	3ª,4ª e 6ª Matutino e 4ª e 6ªVespertino	30/09/2026

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:924A28F0

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 28, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO

Divulga o Resultado Preliminar do Deferimento das Inscrições do exame de seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de pós-graduação em Engenharia Civil da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Urbanismo e divulga o local para a realização da prova.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E URBANISMO**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital n.º 02, de 28 de julho de 2026;

CONSIDERANDO a regularidade dos procedimentos adotados na realização do Processo Seletivo – Edital n.º 02, de 28 de julho de 2026;

RESOLVE

Art. 1º - Divulgar o resultado preliminar do deferimento das inscrições do Processo Seletivo Público realizado nos termos do Edital n.º 02, de 28 de julho de 2026, destinado ao preenchimento de vagas para estagiários de pós-graduação na área de Engenharia Civil, conforme tabela abaixo apresentada.

RESULTADO PRELIMINAR DO DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES			
Nº INSCRIÇÃO	NOME	CURSO	SITUAÇÃO
1	MÁRCIO VICTOR DA SILVA VIANA	ENG. CIV.	DEFERIDA
2	GUILHERME SILVA LEITA	ENG. CIV.	DEFERIDA
3	NATÁLIA LUANA E MATTOS LIMA	ENG. CIV.	DEFERIDA

Art. 2º - A prova será realizada nos termos especificados no Edital n.º 02, de 28 de julho de 2026 no endereço abaixo relacionado:

Local: Sala Amarela (ao lado da Secretaria deEducação) – Centro Administrativo Presidente Tancredo Neves
Data: 31/08/2026
Horário: 13:30 (Horário de Brasília)
Endereço: Av. Maestro Sansão, nº 236, Centro, Muriaé/MG

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Muriaé, 24 de agosto de 2026.

MAURÍCIO JOSÉ CARNEIRO
Secretário Municipal de Obras Públicas e Urbanismo

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:FA6E626B

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 73, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Concede prorrogação de redução de carga horária do servidor público, por período parcial, para tratamento de saúde de familiar, e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º da Lei nº 5.193/2016;

CONSIDERANDO o Decreto nº 12.628/2024;

CONSIDERANDO o que fora constatado no bojo do Processo Administrativo nº 030766/2025, dando conta de que o servidor JOSIANE ANDREOSE DA CRUZ TEIXEIRA é indispensável aos cuidados de seu filho de seu filho portador de necessidade especias, sendo diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com comprometimento na fala;

CONSIDERANDO a permanência das condições que ensejaram a concessão anterior, conforme documentação apresentada no Processo Administrativo nº 8126/2026, comprovando que o filho da servidora permanece em condição que exige cuidados permanentes;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 12 (doze) meses, a redução de 30% (trinta por cento) da jornada semanal da servidora Josiane Andreose da Cruz Teixeira, MASP 483316, sem prejuízo de seus vencimentos, para acompanhamento e cuidado de seu filho diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com comprometimento na fala, durante o tratamento médico hospitalar, terapêutico ou sócio educacional, nos quais sua presença seja indispensável;

Art. 2º A redução de que trata o artigo anterior incidirá sobre as horas de trabalho da servidora destinadas ao desenvolvimento de atividades pedagógicas individuais ou coletivas e atividades de interação com os educandos.

Art. 3º A presente prorrogação observará os termos e condições estabelecidos na Portaria nº 69 de 02 de junho de 2025 e na legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Muriaé, 24 de agosto de 2026

MARIA CRISTINA NAVARRO DE AQUINO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:3B85F741

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
PORTARIA Nº 99, DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Convoca candidatos aprovado no Processo Seletivo regido pelo Edital n.º 04/2026 para fins de contratação.

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE, Secretária Municipal de Saúde, no uso das suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Público simplificado destinado à futura e eventual contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Saúde, regido pelo Edital n.º 04/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a candidata abaixo relacionada convocada a comparecer à Secretaria Municipal de Saúde, situada na Av. Maestro Sansão, n.º 236, Centro, nesta cidade, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de 25 de agosto de 2026, no horário de 13:00h às 17:00h, munida dos documentos constantes do Edital n.º 04/2026, a fim de firmar termo de contratação.

FUNÇÃO PÚBLICA: FARMACÊUTICO				
COLOCAÇAO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PONTOS	INSCRIÇÃO
1°	MICHELINE LUIZA DE SOUZA LOPES	22/02/1973	49	47

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé-MG, 24 de agosto de 2026.

LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:6AF12BD2

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
RESULTADO DEFINITIVO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 02/2026 – COMPA - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

RESULTADO DEFINITIVO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 02/2026 – COMPA

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Muriaé, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no Edital de Convocação n.º 02/2026, destinado à habilitação, realização de assembleia e indicação dos representantes da sociedade civil organizada para composição do Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal – COMPA, torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DA HABILITAÇÃO** das inscrições apresentadas.

Decorrido o prazo previsto no item V do Edital de Convocação n.º 02/2026, **não foram apresentadas impugnações** ao Resultado Preliminar da Habilitação, razão pela qual ficam definitivos os resultados abaixo:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA – Art. 4º, II, da Lei Municipal n.º 7.524/2025		
Segmento	Entidade	Resultado
Organização de proteção animal legalmente constituída e atuante no Município de Muriaé	Superação	Não habilitada, em razão do descumprimento do item IV, inciso I, alínea "a", do Edital de Convocação nº 02/2026, tendo em vista que não apresentou o estatuto ou ato constitutivo da entidade, limitando-se a apresentar ata de assembleia, documento que não substitui o estatuto ou ato constitutivo exigido pelo Edital.
Organização de proteção animal legalmente constituída e atuante no Município de Muriaé	SOS Animais	Não habilitada, em razão do descumprimento do item IV, inciso I, alíneas "c", "e" e "f", do Edital de Convocação nº 02/2026, pela não apresentação do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, do documento de indicação do representante titular e suplente e dos respectivos documentos de identificação.
Associação de Médicos-Veterinários ou Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV	Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV	Habilitada
Instituição de Ensino Superior ou Técnico com curso de Biologia ou Medicina Veterinária	Centro Universitário FAMINAS	Habilitada
Coletivo ou Grupo Independente de Protetores de Animais	Amicão	Habilitada
Comissão de Proteção dos Animais da 36ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil	Comissão de Proteção dos Animais da 36ª Subseção da OAB	Habilitada

Considerando que, em cada um dos segmentos que possuem representante habilitado, houve apenas um interessado habilitado, não se verifica a hipótese de deliberação ou votação entre diferentes interessados para o mesmo segmento, não sendo, portanto, necessária a realização da Assembleia de Indicação, ficando homologadas as indicações dos representantes dos segmentos em que houve inscrição e habilitação única.

Os representantes habilitados e com indicação homologada serão encaminhados para composição do Conselho Municipal de Defesa e Proteção Animal – COMPA, observadas as demais providências administrativas necessárias à sua nomeação.

Muriaé/MG, 24 de agosto de 2026.

ADRIANA APARECIDA E MORAIS RIBEIRO
Presidente da Comissão de Eleição
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Publicado por:
Bruno Daher de Paula
Código Identificador:5764C2C9

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO Nº 035/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025

NOTIFICAÇÃO 035/2026

NOTIFICADA: M.D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

CNPJ: 21.896.442/0001-38

END: AVENIDA EUDAUDO LESSA, 19 BAIRRO POPULAR, NA CIDADE DE CATAGUASES - MG, CEP 36744-552
REPRESENTANTE LEGAL: SRA. LAURA PEREIRA RIBEIRO GONZAGA

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 092/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2025.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 080/2025 - Pregão Eletrônico nº 046/2025, em razão dos fatos a seguir.
O DEMSUR celebrou com a empresa **M.D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** a presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou equiparadas para Fornecimento parcelado de material de Ferro, Aço e outros a serem utilizados nas manutenções e em obras realizadas pela Divisão de água potável, esgoto sanitário e drenagem pluvial, conforme especificações constantes dos anexos do Edital do Pregão Eletrônico.
Conforme Nota de Empenho nº 2721/2026, datada de 27/07/2026 e enviada no dia 30/07/2026 e Nota de Empenho nº 2172/2026, datada de 17/06/2026 e enviada no dia 18/06/2026, ambas sem nenhuma resposta da notificada, a empresa teria até a data de 03/08/2026 para realizar a entrega do material da Nota de Empenho nº 2721/2026 e até a data de 25/06/2026 para realizar a entrega do material da Nota de Empenho nº 2172/2026.
Na Ata de Registro de Preço nº 092/2025, mais especificamente no item 2.4, é possível aferir que "2.4 A entrega do material deverá ser feita em até 05 (cinco) dias para cada pedido, a contar da emissão de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras/ Licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer a limite de 05 (cinco) dias para entrega."
Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.
Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento,

podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **NOTIFICA** a empresa **M.D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando o material solicitado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**
Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**
Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**
Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 21 de agosto de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:BB5AB039

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO Nº 036/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

NOTIFICAÇÃO 036/2026

NOTIFICADA: COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA

CNPJ: 10.942.831/0001-36

END: RUA FRITZ SPERNAU, 1000, FUNDOS, BAIRRO FORTALEZA, EM BLUMENAU ESTADO DE SANTA CATARINA/SC, CEP: 89055-200

REPRESENTANTE LEGAL: SR. EDSON CAMILO

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 038/2026 - Pregão Eletrônico nº 005/2026, em razão dos fatos a seguir.
O DEMSUR celebrou com a empresa **COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA** a Ata que tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de material em PVC e PEAD a serem utilizados nas manutenções e em obras realizadas pela Divisão de água potável, esgoto sanitário, drenagem pluvial e aterro sanitário, conforme especificações constantes dos anexos do Edital do Pregão Eletrônico.
Conforme Nota de Empenho nº 2252/2026 e 2390/2026, datadas de 22/06/2026 e 25/06/2026, respectivamente e enviadas no dia 25/06/2026, e Nota de Empenho nº 2451/2026, datada de 30/06/2026 e enviada no dia 06/07/2026, todas sem nenhuma resposta da notificada, a empresa teria até a data de 27/07/2026 para realizar a entrega do material das Nota de Empenho nº 2252/2026 e 2390/2026 e até a data de 06/08/2026 para realizar a entrega do material da Nota de Empenho nº 2451/2026.
Na Ata de Registro de Preço nº 038/2026, mais especificamente no item 2.3.1, é possível aferir que "A entrega do produto deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento pelo setor de Compras/licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer ao limite de 30 (trinta) dias para entrega.
."
Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.
Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento, podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **NOTIFICA** a empresa **COMERCIAL VANGUARDEIRA LTDA para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando o material solicitado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**
Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**
Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**
Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 21 de agosto de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:5146BD75

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO Nº 037/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025

NOTIFICAÇÃO 037/2026

NOTIFICADA: COMERCIAL SANTOS SILVA DE TOCANTINS LTDA

CNPJ: 46.766.632/0001-61

END: RUA ALENCAR DIAS DE CARVALHO, Nº 76 BAIRRO IMPERIAL, NA CIDADE DE TOCANTINS - MG, CEP 36502-000

REPRESENTANTE LEGAL: SRA. CAROLINA DOS SANTOS MAGALHÃES SILVA

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 078/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2025.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 078/2025 - Pregão Eletrônico nº 041/2025, em razão dos fatos a seguir.
O DEMSUR celebrou com a empresa **COMERCIAL SANTOS SILVA DE TOCANTINS LTDA**, a Ata de Registro de Preço nº 078/2025, Registro de preço para futura e eventual contratação de microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou equiparadas especializada a para fornecimento parcelado de material de limpeza, higiene pessoal, gêneros alimentícios, utensílios de copa, cozinha e outros para suprir as necessidades desta autarquia.

Conforme Notas de Empenho: 2614/2026, 2576/2026, 2582/2026, datadas de 214/07/2026, e enviadas à empresa em 20/07/2026; Notas de Empenho: 2639/2026, 2640/2026, 2641/2026, 2643/2026, 2644/2026, 2645/2026, 2642/2026 datadas de 15/07/2026, e enviadas à empresa em 20/07/2026. A empresa deveria entregar os item das Notas de Empenho até a data de 27/07/2026. Até o presente momento, nenhum item foi entregue, tampouco houve algum aviso da notificada.
Na Ata de Registro de Preço nº 078/2025, mais especificamente no item 3.1, é possível aferir que "A entrega do material será em até 05 (cinco) dias úteis para cada pedido, a contar da emissão de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras/ Licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer ao limite de 05 (cinco) dias úteis para entrega"
Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.
Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento, podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **NOTIFICA** a empresa **COMERCIAL SANTOS SILVA DE TOCANTINS LTDA para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando os materiais solicitados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**
Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**
Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**
Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 21 de agosto de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:CAAC81AA

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO Nº 038/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

NOTIFICAÇÃO 038/2026

NOTIFICADA: COMERCIAL PRIME LTDA

CNPJ Nº: 55.176.303/0001-51

END: AVENIDA ELPIDIA DA SILVA FAGUNDES N° 71, BAIRRO SANTA EDWIGES, UBÁ/MG, CEP 36.505-270

REPRESENTANTE LEGAL: SRA. ANDREIA DOS SANTOS FERNANDES

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 068/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 068/2026 - Pregão Eletrônico nº 019/2026, em razão dos fatos a seguir.
O DEMSUR celebrou com a empresa **COMERCIAL PRIME LTDA – CNPJ nº 55.176.303/0001-51**, a Ata de Registro de Preço nº 068/2026, para Registro de Preço para futura e eventual contratação de microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou equiparadas especializada no fornecimento parcelado de ferramentas manuais e elétricas, equipamentos e utensílios a serem utilizados nas obras e manutenções realizadas pelos setores de água potável, esgoto sanitário e drenagem pluvial e limpeza urbana, conforme especificações constantes dos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 019/2026.
Conforme Nota de Empenho nº 2753/2026, datada de 28/07/2026, e enviada à empresa em 31/07/2026. A empresa deveria entregar o item da Ordem de Compra até a data de 17/08/2026. Até o presente momento o item não foi entregue.
Na Ata de Registro de Preço nº 068/2026, mais especificamente no item 2.3.1, é possível aferir que "A entrega do material deverá ser feita em até 15 (quinze) dias para cada pedido, a contar da emissão de Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras/ Licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer ao limite de 15 (quinze) dias para entrega."
Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.
Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento, podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **NOTIFICA** a empresa **COMERCIAL PRIME LTDA para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando os materiais solicitados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**
Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**
Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**
Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 21 de agosto de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:0857A4CA

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO Nº 039/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

NOTIFICAÇÃO 039/2026

NOTIFICADA: HIDROSANEAMENTO MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA
CNPJ: 21.316.521/0001-22
END: AV. BENEDITO ZANCANER, 887 - JARDIM DO LAGO - CATANDUVA/SP CEP 15.801-440
REPRESENTANTE LEGAL: SR. JOÃO PEDRO SIMIELLI GONÇALVES

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 040/2026 - Pregão Eletrônico nº 005/2026, em razão dos fatos a seguir.

O DEMSUR celebrou com a empresa **HIDROSANEAMENTO MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA** a Ata de Registro de Preço nº 005/2026, para Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de material em PVC e PEAD a serem utilizados nas manutenções e em obras realizadas pela Divisão de água potável, esgoto sanitário, drenagem pluvial e aterro sanitário, conforme especificações constantes dos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026.

Conforme Nota de Empenho nº 2253/2026, datada de 22/06/2026 e enviada no dia 25/06/2026 e Nota de Empenho nº 2391/2026 datada de 25/06/2026 e enviada no dia 25/06/2026, amba sem nenhuma resposta da notificada.

A empresa teria até a data de **27/07/2026** para realizar a entrega dos materiais das notas de empenho.

Na Ata de Registro de Preço nº 040/2026, mais especificamente no item 2.3.1, é possível aferir que "A entrega do produto deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento pelo setor de Compras/licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer o limite de 30 (trinta) dias para entrega.

."

Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.

Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento, podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **NOTIFICA** a empresa **HIDROSANEAMENTO MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando o material solicitado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**

Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**

Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**

Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 21 de agosto de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:3E85B52C

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO Nº 040/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

NOTIFICAÇÃO 017/2026

NOTIFICADA: HIDROSANU SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO

CNPJ: 29.178.860/0001-48

END: RUA EDMUNDO DOUBRAWA, Nº 507 - GALPÃO 07 - ZONA INDUSTRIAL NORTE - JOINVILLE/SC – CEP: 89219-502

REPRESENTANTE LEGAL: Sr. SAULO SWIECH

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 039/2026 - Pregão Eletrônico nº 005/2026, em razão dos fatos a seguir.

O DEMSUR celebrou com a empresa **HIDROSANU SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO** a Ata de Registro de Preço nº 107/2025, para Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de material em PVC e PEAD a serem utilizados nas manutenções e em obras realizadas pela Divisão de água potável, esgoto sanitário, drenagem pluvial e aterro sanitário, conforme especificações constantes dos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026.

Conforme Nota de Empenho nº 2251/2026, datada de 22/06/2026 e enviada no dia 25/06/2026, a empresa teria até a data de **27/07/2026** para realizar a entrega dos itens mas não houve nenhuma resposta da notificada.

Na Ata de Registro de Preço nº 039/2026, mais especificamente no item 2.3.1, é possível aferir que "A entrega do produto deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento pelo setor de Compras/licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer o limite de 30 (trinta) dias para entrega."

Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.

Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento, podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **NOTIFICA** a empresa **HIDROSANU SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÃO E SANEAMENTO para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando o material solicitado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**

Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**

Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**

Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 21 de agosto de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:1DCE9637

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
NOTIFICAÇÃO Nº 041/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

NOTIFICAÇÃO 041/2026
NOTIFICADA: COMERCIAL PRIME LTDA
CNPJ Nº: 55.176.303/0001-51
END: AVENIDA ELPIDIA DA SILVA FAGUNDES N° 71, BAIRRO SANTA EDWIGES, UBÁ/MG, CEP 36.505-270

REPRESENTANTE LEGAL: SRA. ANDREIA DOS SANTOS FERNANDES

REFERENTE: ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026.

Na qualidade de Diretora Administrativa e Financeira do DEMSUR - Departamento Municipal de Saneamento Urbano, sirvo-me do presente para **NOTIFICÁ-LO** extrajudicialmente sobre o descumprimento das obrigações dispostas na Ata de Registro de Preço nº 041/2026 - Pregão Eletrônico nº 005/2026, em razão dos fatos a seguir.
O DEMSUR celebrou com a empresa **COMERCIAL PRIME LTDA – CNPJ nº 55.176.303/0001-51**, a Ata de Registro de Preço nº 041/2026, para Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de material em PVC e PEAD a serem utilizados nas manutenções e em obras realizadas pela Divisão de água potável, esgoto sanitário, drenagem pluvial e aterro sanitário, conforme especificações constantes dos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 005/2026.
Conforme Notas de Empenho nº 2256/2026 e 2259/2026 datadas de 23/06/2026 e enviadas à empresa em 25/06/2026. A empresa deveria entregar os itens das Notas de Compra até a data de 27/07/2026. Até o presente momento os items não foram entregues.
Na Ata de Registro de Preço nº 041/2026, mais especificamente no item 2.3.1, é possível aferir que "A entrega do produto deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a emissão da autorização de fornecimento pelo setor de Compras/licitações do DEMSUR. Por se tratar de um Processo regido pelo Sistema de Registro de Preços, onde não há obrigatoriedade de aquisição global do objeto licitado, a entrega será parcelada, devendo a empresa a cada pedido obedecer o limite de 30 (trinta) dias para entrega."
Desta forma, o não cumprimento por parte da Empresa ora notificada das cláusulas estabelecidas tem gerado inúmeros transtornos ao bom funcionamento desta Autarquia.
Agindo desta maneira a empresa notificada está infringindo os dispositivos contratuais, bem como os previstos na Lei 14.133/2021, colocando-se em posição de sofrer sanções por tal descumprimento, podendo a empresa ser penalizada pelo enquadramento nas hipóteses dos artigos 155 e 156 da referida Lei, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Desta forma, diante do descumprimento acima relatado, o Departamento Municipal de Saneamento Urbano **NOTIFICA** a empresa **COMERCIAL PRIME LTDA para que cumpra fielmente com o contrato celebrado, entregando os materiais solicitados, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento desta.**
Advertimos, ainda, que, em caso de novo descumprimento, a Autarquia promoverá a abertura de **processo administrativo** para aplicação das sanções cabíveis, incluindo **multa, rescisão do contrato e suspensão do direito de participar de licitações e contratos futuros, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.**
Fica a empresa notificada para, querendo, oferecer resposta formal sobre o conteúdo desta notificação, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir do recebimento desta.**
Ao fim, arquive-se.

Muriaé, 21 de agosto de 2026.

GLENDA FURLANI ASSAD
Diretora Administrativa e Financeira
DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:BBDC01B7

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO - ADESÃO Nº 012/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Para os fins legais, considerando o processo licitatório 007/2026, modalidade de licitação Pregão Eletrônico 005/2026, que originou a Ata de Registro de Preços nº 059/2026 do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata de Minas Gerais – CISAB/ZM, ao qual o DEMSUR figurou como órgão participante;
Considerando que o Setor de Licitações realizou os atos administrativos necessários para a formalização interna do procedimento de compra compartilhada;
Considerando a existência de saldo orçamentário, conforme atestado pelo contador da autarquia;
Considerando que a aquisição de Reagentes e Vidrarias é demanda contínua e importante da autarquia, conforme solicitação do Bioquímico do Setor de Controle de Qualidade da Água;
Considerando que a empresa vencedora da Ata de Registro de Preços nº 059/2026 enviou toda a documentação exigida em item 09 do Edital do Pregão Eletrônico 005/2026, devidamente conferida pela Agente de Contratação.
Eu, Patrici de Paula Coelho Pedrosa, Diretora Geral do DEMSUR, RESOLVO AUTORIZAR a formalização do instrumento contratual para execução dos serviços objeto do procedimento licitatório.

OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PELOS ENTES PÚBLICOS ESPECIFICADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E DEMAIS ANEXOS, QUE INTEGRARÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATADA: FASTLABOR COMERCIAL LTDA, CNPJ: 21.707.794/0001-06, com sede na Av. Juca Stockler, 2977, bairro Aclimação – Passos/MG – CEP 37.901-735, com valor total de R$ 973,70 (novecentos e setenta e três reais e setenta centavos).

Lote 127 do Edital Convocatório

Descrição	Quant. Licitada	Quant. Aderida	Valor Unitário	Valor Total
BÉQUER EM VIDRO 1000 mL com as seguintes características: Fabricado em vidro borossilicato transparente; Forma baixa; Com bico vertedor; Intervalo de graduação: 100 mL; Cor da graduação branca, nítida e permanente.	63	**3**	**R$ 15,90**	**R$ 47,70**

Lote 162 do Edital Convocatório

Descrição	Quant. Licitada	Quant. Aderida	Valor Unitário	Valor Total
FRASCO EM POLIPROPILENO AUTOCLAVÁVEL 250 mL com as seguintes características: Cor: Branca ou transparente; Capacidade: 250 mL; Com tampa rosqueável de alta vedação; Boca estreita; Sem graduação; Altura aproximada da boca: 3,5 cm; Altura aproximada do corpo: 11 cm; Peso aproximado: 40 g Diâmetro aproximado da boca: 30 mm; Diâmetro interno aproximado: 90 mm.	398	**50**	**R$ 11,80**	**R$ 590,00**

Lote 188 do Edital Convocatório

Descrição	Quant. Licitada	Quant. Aderida	Valor Unitário	Valor Total
PISSETA/FRASCO LAVADOR com as seguintes características: Fabricada em polietileno resistente e durável; Tampa de rosca moldada com o bico em uma só peça com vedação eficaz; Bico curvo; Cor da Tampa: Azul; Cor do Corpo: Transparente; Graduação em silkscreen na cor azul, para uma leitura clara e precisa do volume.; Capacidade: 500 mL; Não autoclavável.	128	**10**	**R$ 9,00**	**R$ 90,00**

Lote 193 do Edital Convocatório

Descrição	Quant. Licitada	Quant. Aderida	Valor Unitário	Valor Total
PROVETA DE POLIPROPILENO 100 mL	94	**20**	**R$ 7,90**	**R$ 158,00**

com as seguintes características: Graduada em silk-screen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 1 mL.				

Lote 196 do Edital Convocatório				
Descrição	**Quant. Licitada**	**Quant. Aderida**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
PROVETA DE POLIPROPILENO 250 mL com as seguintes características: Graduada em silk-screen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 2 mL.	40	**10**	**R$ 8,80**	**R$ 88,00**

Sem mais para o momento,

Muriaé (MG), 21 de agosto de 2026

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA
Diretora Geral do DEMSUR

Publicado por:
Débora Ribeiro Lopes Carneiro Moreira
Código Identificador:17E3347E

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2026

Partes: Fundação de Cultura e Artes de Muriaé – FUNDARTE e ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA CAPOEIRA RESSIGNIFICAR.
Objeto: Execução do projeto cultural denominado "30º Batizado e Troca de Graduações de Capoeira", com atividades culturais, oficinas, apresentações, batizado e troca de graduações, de iniciativa da Organização da Sociedade Civil supracitada, a realizar-se nos dias 29 e 30 de agosto de 2026, em Muriaé - MG.
Valor: R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Dotação Orçamentária:

REFERÊNCIA	DOTAÇÃO	VÍNCULO
1956	0013.0392.0013.2364.335041	1500.99

Vigência: 24 de agosto de 2026 a 24 de outubro de 2026.
Fundamento legal: Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e pelos Decretos Municipais n.º 12.783 de 24 de junho de 2024 e n° 14.113 de 18 de março de 2026, Lei Orçamentária vigente, Lei de Diretrizes Orçamentárias.
Signatários: Sandro Areal Carrizo – Diretor-Geral pela FUNDARTE e João Paulo Dias Ladeira pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA CAPOEIRA RESSIGNIFICAR.

Muriaé, 24 de agosto de 2026.

SANDRO AREAL CARRIZO
Diretor-Geral da FUNDARTE

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:DFB0C481

FUNDARTE - FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE DE MURIAÉ
RELATÓRIO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

A FUNDACAO DE CULTURA E ARTE DE MURIAE- MURIAÉ-MG, VEM COMUNICAR O RESULTADO DO PROCESSO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2026, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VIA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA O FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE TROFÉUS E MEDALHAS PERSONALIZADOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTES DE MURIAÉ/MG - FUNDARTE, ESPECIALMENTE DA DIRETORIA DE ESPORTE E LAZER. FICANDO ADJUDICADAS E HOMOLOGADAS AS SEGUINTES PROPOSTAS: AK INOVACOES LTDA(53696164000161) COM OS LOTES: 5, 7, 9, 10, 11, 13 NO VALOR TOTAL DE R$ 64.020,00 (SESSENTA E QUATRO MIL E VINTE REAIS).ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES(50381955000104) COM O LOTE: 1 NO VALOR TOTAL DE R$ 11.640,00 (ONZE MIL E SEISCENTOS E QUARENTA REAIS).FMG SOLUÇÕES E FORNECIMENTOS LTDA(48159432000176) COM OS LOTES: 2, 3, 4, 6, 8, 12 NO VALOR TOTAL DE R$ 52.708,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E SETECENTOS E OITO REAIS) –

SANDRO AREAL CARRIZO -
Diretor Geral

Publicado por:
Sebastião Álvaro Vasconcelos Júnior
Código Identificador:8162DCBC

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO MURIAÉ-PREV

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO MURIAÉ-PREV
Ficam os Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração do Muriaé-Prev, convocados a participar da reunião ordinária agosto de 2026 do Fundo Previdenciário de Muriaé – Muriaé-Prev, que realizar-se-á no dia 27/08/2026 (quinta-feira), às 14:00 horas, de forma presencial, na sede do Muriaé-Prev – Avenida Juscelino Kubitscheck, 601 – Centro – Muriaé- - MG. Informações: fone: 32 3721-3284 - Fundo Previdenciário de Muriaé.

Publicado por:
Nancy Lieta Lima
Código Identificador:E08FAD5D

FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE MURIAÉ
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO MURIAÉ-PREV

AVISO DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO MURIAÉ-PREV
Ficam os Ilmos. Srs. Membros do Conselho Fiscal do Muriaé-Prev, convocados a participar da reunião ordinária agosto de 2026 do Fundo Previdenciário de Muriaé – Muriaé-Prev, que realizar-se-á no dia 27/08/2026 (quinta-feira), às 14:00 horas, de forma presencial, na sede do Muriaé-Prev – Avenida Juscelino Kubitscheck, 601 – Centro – Muriaé- - MG. Informações: fone: 32 3721-3284 - Fundo Previdenciário de Muriaé.

Publicado por:
Nancy Lieta Lima
Código Identificador:F178983B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATALÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATALÂNDIA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 077/2026.

CREDENCIAMENTO Nº 011/2026.

INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026.

DESPACHO HOMOLOGATÓRIO.

Acolho, homologo e ratifico a decisão da Comissão descrita na Ata de julgamento do Processo Administrativo Licitatório nº 077/2026, Credenciamento nº 011/2026, Inexigibilidades nº 018/2026.

ADJUDICANDO A PESSOA JURÍDICA: ITEM 83 (PASTA CLASSIFICADORA PLASTIFICADA 480 G/M, 350X230MM) – VALOR R$ 44.000,00, **BURITIS ATACADO VAREJO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, CNPJ nº 23.405.990/0001-43 **– VALOR GLOBAL: R$ 44.000,00.** Objeto credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços gráficos e de comunicação visual, compreendendo a criação, confecção, impressão, acabamento, personalização e fornecimento de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das necessidades institucionais da

Administração Pública, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
Formalize os contratos respectivos com início de execução de acordo com as necessidades da Administração Municipal, e anote as demais providências junto aos proponentes adjudicados.
Publique-se na forma legal.

Prefeitura Municipal de Natalândia/MG, 24 de agosto de 2026.

PAULO SERGIO LAURINDO MODESTO
Prefeito

Publicado por:
Bruna Adaleia
Código Identificador:4C3C56D8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NATÉRCIA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO QUE AUTORIZA CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO 0025/2026

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

O Município de Natércia (MG), pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, com sua sede situada à Praça Prefeito Justino Lisboa Carneiro, nº 100, Centro de Natércia (MG), neste instrumento denominado doravante CONTRATANTE, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município de Natércia (MG), no uso de suas atribuições legais, autoriza os atos administrativos do Processo n.º 0098/2026, Inexigibilidade n.º 0025/2026 e o **PROPRIETÁRIO** José Roberto da Silva, sob o nº de CPF 566.351.336-15, residente a Rua Antônio Luiz Pereira, nº 232, Bairro Chapada, em Natércia/MG, CEP: 37.524-000, para LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ALUGUEL SOCIAL, SITUADO NA RUA ANTÔNIO LUIZ PEREIRA, Nº 222, BAIRRO: CHAPADA, EM NATÉRCIA(MG), PARA ATENDER INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA REFERENCIADA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NATÉRCIA(MG), a contratada pelo valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a serem pagos por 3 meses, de acordo com Inciso V, Artigo 74, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Natércia, 24 de agosto de 2026.

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:66C31465

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0130/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0130/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - VALE COMERCIAL LTDA, 71.336.101/0001-86
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATÉRCIA (MG).
PREGÃO PRESENCIAL - 0018/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000074/26
VIGÊNCIA:21/08/2026 À 20/08/2027
VALOR: 470.783,60

NATERCIA - MG - DATA 21/08/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:5DCAF26F

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 0156/2026

EXTRATO DE CONTRATO 0156/26

PARTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE NATERCIA MG, 17.935.412/0001-16
FORNECEDOR - RIBEIRO E VIOLA ADMINISTRACOES, CONSTRUCOES E INCORPORACOES UNIPESSOAL LTDA, 20.910.401/0001-96
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PLANTAÇÃO DE GRAMADO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DO MUNICIPIO DE NATÉRCIA/MG, POR MEIO DE ADESÃO DE ATA DO CONSÓRCIO CIMESMI.
ADESÃO PREGÃO ELETRONICO - 0015/26
PROCESSO ADMINISTRATIVO:000090/26
VIGÊNCIA:21/08/2026 À 20/08/2027
VALOR: 55.210,28

NATERCIA - MG - DATA 21/08/2026

GABRIEL TIAGO DE VILAS BOAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:5B6F44CE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Extrato Termo de Colaboração Nº 009/2026 - Programação nº 314440920250001/2025 - Prefeitura Municipal de Natércia x Associação De Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Natércia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 07.810.946/0001-62. Objeto: Termo de Colaboração tem por objeto a aquisição de materiais de escritório, jogos e brinquedos pedagógicos, materiais educativos destinados ao atendimento das pessoas com deficiência, público-alvo da APAE, com a finalidade de fortalecer e qualificar os serviços prestados pela instituição., em regime de mútua cooperação com a administração pública municipal. Valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). A vigência da data da assinatura até 31 de maio de 2027, a contar da data de sua publicação no meio oficial de comunicação do Município.

Natércia/MG, 17 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Érica Janaina da Silva
Código Identificador:13DF2902

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE NEPOMUCENO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO/MG – Extrato de Ata de Registro de Preço nº 036/2026. Processo Licitatório nº 071/2026. Pregão Eletrônico nº 014/2026. Objeto: Registro de Preço de Pães e Lanches, com o objetivo de suprir a demanda dos órgãos da Administração Pública, quando necessário durante o período de 01 (Um) ano, solicitado pela Secretaria Municipal de Administração. Vigência: 01 (Um) ano. Item 01, ao valor unitário de R$ 39,63 (Trinta e nove reais e sessenta e três centavos); Item 02, ao valor unitário de R$ 37,25 (Trinta e sete reais e vinte e cinco centavos); Item 03, ao

valor unitário de R$ 12,37 (Doze reais e trinta e sete centavos); Item 04, ao valor unitário de R$ 36,64 (Trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos); Item 05, ao valor unitário de R$ 44,16 (Quarenta e quatro reais e dezesseis centavos); Item 06, ao valor unitário de R$ 54,77 (Cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos); Item 07, ao valor unitário de R$ 41,92 (Quarenta e um reais e noventa e dois centavos); Item 08, ao valor unitário de R$ 38,44 (Trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos); Item 09, ao valor unitário de R$ 12,73 (Doze reais e setenta e três centavos); Item 10, ao valor unitário de R$ 28,84 (Vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos); Item 11, ao valor unitário de R$ 5,28 (Cinco reais e vinte e oito centavos); Item 12, ao valor unitário de R$ 32,17 (Trinta e dois reais e dezessete centavos); Item 13, ao valor unitário de R$ 15,15 (Quinze reais e quinze centavos); Item 14, ao valor unitário de R$ 18,08 (Dezoito reais e oito centavos); Item 15, ao valor unitário de R$ 4,40 (Quatro reais e quarenta centavos); Item 16, ao valor unitário de R$ 31,91 (Trinta e um reais e noventa e um centavos); Item 17, ao valor unitário de R$ 38,59 (Trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos); Item 18, ao valor unitário de R$ 7,26 (Sete reais e vinte e seis centavos); Item 19, ao valor unitário de R$ 39,63 (Trinta e nove reais e sessenta e três centavos); Item 20, ao valor unitário de R$ 5,28 (Cinco reais e vinte e oito centavos); Item 21, ao valor unitário de R$ 18,08 (Dezoito reais e oito centavos). Partes: Prefeitura Municipal de Nepomuceno e o **Elvio Helber de Lima 03911680619**, CNPJ nº 13.778.841/0001-76.

Nepomuceno, 12/08/2026.

THULIO CESAR PEDROSO PENHA. –
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Renata Serra Negra
Código Identificador:3387E715

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO BRANCO

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICA A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – PRC Nº 045/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICA A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – PRC Nº 045/2026**, QUE TEM COMO OBJETO **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COAGULAÇÃO E HEMATOLOGIA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DE OURO BRANCO/MG.** Fica adjudicado o item e homologado o processo tendo como vencedores as empresas: **DIAGNOSTICA MINEIRA LABORATORIAL LTDA**, no valor total de **R$ 32.666,50** (Trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).

Hideraldo Belini Soares de Mello.
Secretário Municipal de Saúde.

Data da homologação: **21/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:8D71E0D5

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 089/2026, FIRMADO COM A EMPRESA MINEIRA LABORATORIAL LTDA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O CONTRATO PMOB 089/2026,** FIRMADO COM A EMPRESA **MINEIRA LABORATORIAL LTDA**, ORIUNDO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026 – PRC Nº 045/2026**, QUE TEM COMO OBJETO **"CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, BEM COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COAGULAÇÃO E HEMATOLOGIA, DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DE OURO BRANCO/MG"**. Valor da contratação: **R$ 32.666,50** (Trinta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos). Vigência: **12** meses de sua publicação. Data de assinatura:**21/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:DDA6E306

PREFEITURA DE OURO BRANCO
TORNA PÚBLICO O PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 085/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO **TORNA PÚBLICO O PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 085/2025**, FIRMADO COM A EMPRESA **AIPLATES TECNOLOGIA LTDA**, ORIUNDO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025 – PRC Nº 069/2025.** O objeto do termo aditivo é a prorrogação da vigência contratual pelo período de **12 meses**, vigorando entre **26/08/2026** a **25/08/2027**. Valor da renovação: R$ 1.486.632,00 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais). Data de assinatura: **24/08/2026**.

Publicado por:
Davidson Vinício Lima da Silva
Código Identificador:FCD5CEE7

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE OURO FINO

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Aviso de Homologação e Adjudicação - Concorrência nº 007/2026 - Processo nº 112/2026 - Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de obra pública, incluindo material e mão de obra, para construção de quadra poliesportiva coberta – emenda parlamentar 202541480014 – plano de ação nº 09032025-077702, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos de contratação de empresa especializada para a execução de obra pública, incluindo material e mão de obra, para construção de quadra poliesportiva coberta – emenda parlamentar 202541480014 – plano de ação nº 09032025-077702, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, homologa e Adjudica o presente certame, para que produza seus jurídicos efeitos para a seguinte empresa: KGM Engenharia ltda, inscrita no CNPJ nº 18.182.011/0001-03 , com sede social na Rua Santa Cataria, 811 - Bairro Jardim Rica – Jacutinga MG, CEP: 37590-000, no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) -Publicado por: Edmar Pinto de Carvalho - Oficial de Administração.

Ouro Fino, 06 de agosto de 2026.

ANTONIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:CE1F0338

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO FINO – MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2026 - MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 007/2026 – EXTRATO DE CONTRATO –

Prefeitura Municipal de Ouro Fino – MG - Processo Licitatório nº 112/2026 - Modalidade Concorrência nº 007/2026 – Extrato de Contrato – Objeto. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a execução de obra pública, incluindo material e mão de obra, para construção de quadra poliesportiva coberta – emenda parlamentar 202541480014 – plano de ação nº 09032025-077702, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Contrato nº 140/2026 – Contratada: KGM Engenharia ltda - Valor R$ 400.000,00 –Data: 07/08/2026 - Validade (03) meses após assinatura do contrato -

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edmar Pinto de Carvalho
Código Identificador:A2FF475B

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 152/2026 CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o **Processo Licitatório n.º 152/2026 – Concorrência Pública n.º 010/2026,** cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: **www.ourofino.mg.gov.br,** na aba Licitações**. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA IMPLANTAÇÃO DE PÁTIO DE TRANSBORDO PARA GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE OURO FINO/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Início de Cadastramento das Propostas: 26/08/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 30/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 30/09/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 30/09/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

GISLAINE CRISTINA BATISTA TEIXEIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:16D25200

COMISSÃO DE LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 192/2026 PREGÃO ELETRONICO Nº 076/2026

O Município de Ouro Fino torna público que fará realizar o Processo Licitatório n.º 1192/2026 - Pregão Eletrônico n.º 076/2026, cujo Edital se encontra à disposição dos interessados no site: www.ourofino.mg.gov.br, na aba Licitações. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos, exames, procedimentos ambulatoriais e demais serviços de saúde especializados, conforme demanda do Departamento Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos. Início de Cadastramento das Propostas: 25/08/2026 às 08h00min. Fim de Cadastramento das Propostas: 09/09/2026 às 08h00min. Abertura das Propostas e análises: 09/09/2026 às 08h15min. Fase de Disputa de Lances: 09/09/2026 às 08h30min. Formulação de consultas e obtenção do Edital: Endereço Eletrônico:licitacoes@ourofino.mg.gov.br.

EDMAR PINTO DE CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Gislaine Cristina Batista Teixeira
Código Identificador:135207F7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 3.410/2026

LEI Nº 3.410/2026

"Dispõe sobre a proibição da execução de músicas, conteúdos sonoros e audiovisuais com apologia ao sexo explícito, uso de drogas e violência em eventos recreativos, itinerantes e de entretenimento voltados ao público infantil e adolescente no Município de Ouro Fino/MG, e dá outras providências."

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino/MG, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º Fica proibida, no âmbito do Município de Ouro Fino/MG, a execução de músicas, áudios, coreografias ou apresentações artísticas que façam apologia ao sexo explícito, ao uso de drogas ilícitas e à violência em eventos recreativos, itinerantes ou de entretenimento destinados frequentados predominantemente por crianças e adolescentes, incluindo apresentações itinerantes e recreativas de entretenimento infantil, tais como "Carreta Furacão" e similares.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se apologia a manifestação artística, musical, sonora ou audiovisual que, de forma inequívoca, incentive, exalte, glorifique ou estimule a prática de crimes, o uso de drogas ilícitas, a exploração sexual de crianças e adolescentes, a violência ou outras condutas ilícitas, quando apresentada em eventos destinados ou frequentados predominantemente por crianças e adolescentes.

Parágrafo único. A mera reprodução artística, narrativa, ficcional, histórica ou cultural de fatos ou personagens, desacompanhada de incentivo, exaltação ou estímulo às referidas condutas, não caracteriza

Art. 3º Os responsáveis pelos eventos deverão zelar pelo conteúdo musical e artístico apresentado durante as atividades, observando os princípios de proteção à infância e à juventude previstos na legislação federal.

Art. 4º Os responsáveis pelo cumprimento desta Lei:
I - o organizador do evento;
Il - o responsável pelo estabelecimento ou local de realização;
III - o responsável técnico pelo sistema de som, imagem ou mídia, quando houver;
IV - os artistas, animadores ou grupos contratados.
Art. 5º Verificada a ocorrência de descumprimento desta Lei, a autoridade competente poderá determinar a imediata interrupção da execução do conteúdo irregular, bem como adotar as medidas administrativas cabíveis.

Art. 6° O descumprimento desta Lei sujeitará o responsável às seguintes sanções administrativas, observada a gravidade da infração, os antecedentes do infrator, a extensão do dano e a reincidência:
I - advertência, quando se tratar de primeira infração de menor gravidade;
Il - multa administrativa, nas hipóteses de infração grave ou de reincidência, observado o regulamento;
III - suspensão da autorização para realização do evento, quando houver risco à proteção integral da criança e do adolescente ou descumprimento reiterado desta Lei;
IV - cassação do alvará ou da licença de funcionamento, apenas nos casos de reincidência especifica, mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º As penalidades poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, observado o princípio da proporcionalidade.

§ 2º A aplicação das sanções dependerá da instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório, a ampla defesa e decisão fundamentada da autoridade competente.

§ 3° A multa administrativa observará os critérios e valores definidos em regulamento do Poder Executivo.

Art. 7º A fiscalização do cumprimento desta Lei ficará a cargo dos órgãos competentes do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.

Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 25 de Agosto de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:8E711D8C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
LEI Nº 3.411/2026

LEI Nº 3.411/2026

"Institui o Programa Municipal de Fomento ao Artesanato no Município de Ouro Fino, dispõe sobre medidas de incentivo, valorização dos artesãos locais e dá outras providências."

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino/MG, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Ouro Fino, o Programa Municipal de Fomento ao Artesanato, com a finalidade de promover, incentivar, valorizar e fortalecer a atividade artesanal local, como instrumento de desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda, inclusão produtiva, preservação cultural e estímulo ao turismo e à economia criativa.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:
I - artesanato: atividade predominantemente manual, desenvolvida de forma individual ou coletiva, que resulte em produtos com valor cultural, artístico, utilitário ou representativo da identidade local;
Il - artesão: pessoa física que desenvolve atividade artesanal, produzindo peças próprias, de forma independente ou organizada em associações, cooperativas ou grupos produtivos.

Art. 2º Para a execução do Programa Municipal de Fomento ao Artesanato, o Poder Executivo poderá promover ações de apoio e incentivo aos artesãos, associações, cooperativas e empreendimentos artesanais, especialmente:
I - realização de cursos, oficinas, palestras, capacitações e ações de qualificação profissional e empreendedora;
Il - divulgação e valorização do artesanato produzido no Município por meio de campanhas institucionais, eventos, feiras, exposições, mostras culturais e plataformas digitais;
III - incentivo à participação dos artesãos locais em eventos municipais, festividades, atividades culturais e ações voltadas ao turismo;
IV - disponibilização de espaços públicos para exposição, divulgação e comercialização de produtos artesanais;
V - apoio logístico e estrutural para realização de feiras e eventos, incluindo a possibilidade de cessão de tendas, estandes, equipamentos e materiais;
VI - estímulo à organização dos artesãos em associações, cooperativas ou outras formas coletivas de produção;
VIl - adoção de outras medidas administrativas compatíveis com os objetivos desta Lei.
Art. 3° Poderão participar das ações previstas nesta Lei os artesãos que comprovem o exercício de atividade artesanal própria.

§ 1º A comprovação da condição de artesão poderá ocorrer por meio de:
I - Carteira Nacional do Artesão válida, emitida pelo Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB;
II - apresentação de portfólio, fotografias, amostras ou registros dos produtos confeccionados;
III - comprovação de participação em feiras, exposições, eventos culturais ou atividades relacionadas ao artesanato;
IV - declaração de associação, cooperativa ou entidade representativa
V - outros meios idôneos definidos pela Administração Municipal.

§ 2º Os benefícios previstos nesta Lei destinam-se exclusivamente à exposição e comercialização de produtos artesanais de autoria e produção própria, vedada a revenda de produtos industrializados ou produzidos por terceiros.
Art. 4º A participação dos artesãos nas ações promovidas ou apoiadas pelo Município dependerá de cadastro junto ao órgão municipal competente.
§ 1º O cadastro terá finalidade de organização, planejamento e identificação dos artesãos locais, não gerando direito automático à participação em eventos ou utilização de espaços públicos.
§ 2º Poderão ser estabelecidos critérios de organização, rotatividade, padronização, sustentabilidade, autenticidade dos produtos e priorização dos produtores locais.
Art. 5° O Município poderá incentivar a inclusão do artesanato local em calendários oficiais de eventos, festividades, ações culturais e iniciativas de promoção turística.
Art. 6º Poderá o Poder Executivo conceder apoio aos artesãos cadastrados, incluindo a autorização de uso gratuito de espaços públicos municipais para realização de feiras, exposições, mostras e demais atividades relacionadas ao artesanato.
Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei no que couber.
Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 9° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro Fino, 25 de Agosto de 2026.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Prado de Sousa
Código Identificador:8EE7BF74

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº: 11993/2026. OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro para realização do projeto Circuito Inova Paracatu. PROPONENTE: Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu-ADESP. JUSTIFICATIVA: Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a organização da Sociedade Civil, a Agência de Desenvolvimento Sustentável de Paracatu-ADESP, inscrita no CNPJ nº 04.895.913/0001-74,nos termos do Inciso II do artigo.31 da Lei Federal nº13.019/2014,o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no 2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Paracatu-MG, 21 de agosto de 2026.

URBANO MEM DE SÁ,
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Portaria: 0739/2024.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:D862DAF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº. 4991/2026. OBJETO: Celebração de parceria destinada a viabilizar repasse de recurso financeiro.**PROPONENTE:** Santana Esporte Clube. **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil, a Santana Esporte Clube, inscrita no CNPJ n°: 18.664.128/0001-15, nos termos do Inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014.

Paracatu-MG, 24 de agosto de 2026.

WESLEY CEZAR OLIVEIRA COSTA,
Secretário Municipal de Esporte,
Portaria: 0582/2026.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:DAD06A49

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO Nº13159/2026. **Projeto: Poeirão do Cavalo Mangalarga Marchador em Paracatu-MG**. **OBJETO:** Realização do Poeirão do Cavalo Mangalarga Marchador em Paracatu-MG, como iniciativa complementar às ações de valorização da raça Mangalarga Marchador no município, promovendo a participação e integração de criadores, proprietários, cavaleiros, competidores e apreciadores da raça, contribuindo para o fortalecimento da cultura equestre, da atividade rural e agropecuária e para o desenvolvimento cultural e econômico do município. **PROPONENTE:** Associação Mineira Criadores Cavalo Mangalarga Marchador Paracatu- ACCMMPTU. **JUSTIFICATIVA:** Justifica-se a pretensa formalização de parceria com a Organização da Sociedade Civil, a Associação Mineira Criadores Cavalo Mangalarga Marchador Paracatu- ACCMMPTU no CNPJ n° 57.154.132/0001-95, nos termos do Inciso II do art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, o qual dispõe acerca da inexigibilidade de chamamento público para parceria decorrente de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária. Fica aberto o prazo de impugnação, previsto no §2º do art. 32 da Lei Federal 13.019/2014

.Paracatu-MG, 24 de agosto de 2026.

CAIO SILVA QUIRINO,
Secretário Municipal de Agropecuária, Prefeitura Municipal de Paracatu - MG.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:F49F11E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO TERMO DE COLABORAÇÃO N° 38/2026 ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARACATU –MG E ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS EM DEFESA DAS PESSOAS EM TRATAMENTO AO CÂNCER DE PARACATU.

O Município de Paracatu – MG, inscrita no CNPJ sob nº 18.278.051/0001-45, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede a Av. São João Paulo II, 2045, Paracatuzinho, doravante denominada administração pública municipal, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde o Sr. UMARQUES DA SILVA COUTO, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS VOLUNTÁRIOS EM DEFESA DAS PESSOAS EM TRATAMENTO AO CÂNCER DE PARACATU, 16.894.950/0001-47, situada a Av. PEBartolomeu de Gusmão, no 1.016, CEP: 14.783-125, Bairro: Aeroporto, Cidade: Barretos - SP, neste ato representado pelo seu Presidente o Senhor José Hamilton de Sousa, resolvem celebrar o 1º Termo de Apostilamento, regendo-se pelo disposto na Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707, DE 02 DE MAIO DE 2023. Alteração do Termo de colaboração nº 38/2026, com o objetivo de promover a prorrogação de sua vigência. O encerramento do referido plano de trabalho está originalmente previsto para o mês de setembro de 2026. Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Colaboração nº 38/2026, com a consequente alteração da data de vigência para 30 de novembro de 2026. Dessa forma, o Termo de Colaboração nº 38/2026 terá sua vigência prorrogada até 30 de novembro de 2026, nos termos do art. 82, inciso II, alínea "c", do Decreto Municipal nº 6.707/2023. Ficam mantidas e ratificadas, em seu interior teor, todas as Cláusulas que integram o Termo de Colaboração n° 38/2026.

Paracatu-MG, 24 de agosto de 2026.

Assinaturas: José Hamilton de Sousa, representante OSC, e, Umarques da Silva Couto, representante Município, Secretário Municipal de Saúde.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:1C7A6735

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 124/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **HC de Apoio as Associações de Paracatu e Noroeste de MG**, **CNPJ nº: 44.647.389/0001-37. DATA:** 20/08/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO: 2729/2026. OBJETO DA PARCERIA:** Repasse financeiro modalidade Emenda Impositiva, Vereadora Gislene da Silva Couto, Indicação nº 82/2026; Vereador Manoel Alves Moreira, Indicação nº 302/2026, assessoria administrativa, contábil e jurídica (específica para CNPJ de associações. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.08.01.27.812.0018.2038.3.3.50.41., Ficha: 985. VALOR: R$60.000,00. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 31/10/2026. ASSINATURAS:** Thiago Batista Ramos, Secretário Municipal de Esportes, convenente, e, Marco Aurélio Monteiro da Silva, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:5F8EACA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 134/2026

CONVENENTES: Município de Paracatu/MG e a **Fundação Conscienciarte**, CNPJ nº: **00.521.168/0001-42.** DATA**:** 24/08/2026. **FUNDAMENTO**: LEI Orgânica Municipal dada pela Emenda N° 28 de 19.06.2000, em seu artigo 86°, inciso XIX c/c parágrafo único, Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 6.707/2023 e; anexos e demais normas correlatas. **PROCESSO:** 4510/2026. **OBJETO DA PARCERIA:** Repasse financeiro através de Emenda Impositiva, da Vereadora Claudirene Rodrigues de Sousa, Indicações nº 22/23/2026, a realizar a manutenção das atividades culturais, e aquisição de bens e materiais permanentes voltados às ações artísticas. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.15.01.13.392.0043.2200.3.3.50.41, Ficha: 1.557, VALOR: R$92.293,85, e; 02.15.01.13.392.0043.2200.4.4.50.42, VALOR: R$27.706,15, Ficha: 1.558. PRAZO DE EXECUÇÃO/VIGÊNCIA: 28/02/2027. ASSINATURAS:** Thiago dos Reis Gomes Venâncio, Secretário

Municipal de Cultura, convenente, e, Nilma Pereira Braga, representante OSC, conveniada.

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:09BD305F

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATO DE AUTORIZAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026
PROCESSO FINANCEIRO Nº 11.556/2026

Tendo em vista o Decreto nº 7030/2023 de 15 de dezembro de 2023 e pela competência que me foi delegada na Portaria n° 001/2022 de 01 de janeiro de 2022, **AUTORIZO** a contratação por Dispensa de Licitação n° 11/2026, sem disputa, da **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SEBRAE-MG, PARA PROMOVER A CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE QUITANDEIRAS, PROPRIETÁRIOS DE RESTAURANTES E EMPREENDEDORES DO SETOR DE ALIMENTAÇÃO FORA DO LAR EM PARACATU, ATRAVÉS DE OFICINAS, CONSULTORIAS, VISITAS TÉCNICAS E AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE MARA COLETIVA,** no valor de **R$150.690,00 (cento e cinquenta mil, seiscentos e noventa reais)**, junto ao SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/MG, inscrito no CNPJ nº 16.589.137/0045-84, nos termos no Art. 75, inciso XV, da Lei n.º 14.133/21, com as seguintes considerações:
a) que os elementos contidos no procedimento de Dispensa de Licitação em lide foram devidamente justificados nos autos no Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demanda, Mapa de Risco e Termo de Referência, bem como a razão da escolha do prestador de serviços;
b) que o procedimento de Dispensa de Licitação se enquadra na forma prevista nos termos do Art. 75, XV, da Lei n.º 14.133/21; e
c) que está totalmente alinhada às recomendações jurídicas constantes no PARECER PGM n° 477/2026.
Que seja dada a devida publicidade ao presente ato, em conformidade com o Art. 94, da Lei nº 14.133/21.

Paracatu - MG, 24 de agosto de 2026

THIAGO DOS REIS GOMES VENÂNCIO
Secretário Municipal de Cultura
Portaria n° 0187/2025

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:92762A98

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATO DE AUTORIZAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2026

ATO DE AUTORIZAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2026
PROCESSO FINANCEIRO Nº 10.146/2026

Tendo em vista o Decreto nº 7030/2023 de 15 de dezembro de 2023 e pela competência que me foi delegada na Portaria n° 001/2022 de 01 de janeiro de 2022, **AUTORIZO** a contratação por Dispensa de Licitação n° 12/2026, sem disputa, da **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA (SENAI) PARA EXECUÇÃO DO PROGRAMA "TRILHAS DE APERFEIÇOAMENTO", CONTEMPLANDO OS CURSOS DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E OPERADOR DE COMPUTADOR, VISANDO À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA NO MUNICÍPIO DE PARACATU-MG,** no valor de **R$268.120,72 (duzentos e sessenta e oito mil, cento e vinte reais e setenta e dois centavos)**, junto ao **SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAM INDUSTRIAL – DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS**, inscrito no CNPJ nº 03.773.700/0001-07, nos termos no Art. 75, inciso XV, da Lei n.º 14.133/21, com as seguintes considerações:
a) que os elementos contidos no procedimento de Dispensa de Licitação em lide foram devidamente justificados nos autos no Estudo Técnico Preliminar, Documento de Formalização de Demanda, Mapa de Risco e Termo de Referência, bem como a razão da escolha do prestador de serviços;
b) que o procedimento de Dispensa de Licitação se enquadra na forma prevista nos termos do Art. 75, XV, da Lei n.º 14.133/21; e
c) que está totalmente alinhada às recomendações jurídicas constantes no PARECER PGM n° 449/2026.
Que seja dada a devida publicidade ao presente ato, em conformidade com o Art. 94, da Lei nº 14.133/21.

Paracatu - MG, 24 de agosto de 2026

ANA MARIA DE ANDRADE SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria n° 0145/2025

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:B517141A

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 7° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 115/2025

Prefeitura Municipal De Paracatu - Minas Gerais
Processo Financeiro: 5852/2025

EXTRATO 7° TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 115/2025 (PROCESSO FINANCEIRO: 5852/2025.)

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **CONSTRUTORA COMPASSO LTDA.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DA CONSTRUÇÃO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - ÁLCOOL E DROGAS III (CAPS AD III) DE PARACATU/MG.** Prorrogação de Vigência. **DATA: 24/08/2026. VENCIMENTO: 01/10/2026. FUNDAMENTAÇÃO:** artigo 111 da Lei Federal 14133 de 2021. **ASSINATURAS: UMARQUES DA SILVA COUTO** pela Contratante e **CONSTRUTORA COMPASSO LTDA** pela Contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:6A4FDFF9

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2026.

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 5426/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **GENTE SEGURADORA S.A. FUNDAMENTAÇÃO:** Lei Federal n.º 14.133/2021. **PROCESSO: 5426/2026. OBJETO**: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** DATA**: 18/08/2026.** VENCIMENTO**: 25/08/2027.** VALOR: **R$ 119.190,92.** ASSINATURAS**: ANA MARIA DE ANDRADE SILVA, UMARQUES DA SILVA COUTO, TIAGO DE DEUS DA SILVA E GABRIEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA CLAUDINO** pela contratante e **GENTE SEGURADORA S.A.** pela contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:824E43D0

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº 178/2026.

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 7640/2026

EXTRATO CONTRATO Nº 178/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **GOLD CARE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.** Lei Federal n° 14.133/2021. PROCESSO**: 7640/2026.** OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS.** DATA**: 21/08/2026.** VENCIMENTO**: 25/08/2027.** VALOR: **R$ 133.905,00.** ASSINATURA**: UMARQUES DA SILVA COUTO** pela contratante e **GOLD CARE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** pela contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:128F5316

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATOS N° 179/2026, 180/2026 E 181/2026

Prefeitura Municipal de Paracatu Minas Gerais
Processo: 5801/2025

EXTRATO CONTRATO Nº 179/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **URGO MEDICAL BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.** FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n° 14.133/2021. PROCESSO**: 5801/2025.** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR: INSUMOS PARA CURATIVOS E PROTEÇÃO DE LESÕES, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARACATU-MG.** DATA**: 21/08/2026.** VENCIMENTO**: 25/08/2027.** VALOR: **R$ 918.598,50.** ASSINATURAS**: UMARQUES DA SILVA COUTO** pela contratante e **URGO MEDICAL BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA** pela contratada.

EXTRATO CONTRATO Nº 180/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **MED COMPANY – INDUSTRIA TEXTIL LTDA - EPP.** FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n° 14.133/2021. PROCESSO**: 5801/2025.** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR: INSUMOS PARA CURATIVOS E PROTEÇÃO DE LESÕES, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARACATU-MG.** DATA**: 21/08/2026.** VENCIMENTO**: 25/08/2027.** VALOR: **R$ 100.378,00.** ASSINATURAS**: UMARQUES DA SILVA COUTO** pela contratante e **MED COMPANY – INDUSTRIA TEXTIL LTDA - EPP** pela contratada.

EXTRATO CONTRATO Nº 179/2026

CONTRATANTES: Município de Paracatu e **GJO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.** FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal n° 14.133/2021. PROCESSO**: 5801/2025.** OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALAR: INSUMOS PARA CURATIVOS E PROTEÇÃO DE LESÕES, DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARACATU-MG.** DATA**: 21/08/2026.** VENCIMENTO**: 25/08/2027.** VALOR: **R$ 211.500,00.** ASSINATURAS**: UMARQUES DA SILVA COUTO** pela contratante e **GJO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA** pela contratada.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:B150836D

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU-PRESERV

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Contrato: 11/2025
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA/JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE PERÍCIA MÉDICA A SEREM REALIZADAS EM SERVIDORES PÚBLICOS E DEPENDENTES VINCULADOS AO PRESERV PARA ATENDER AS DEMANDAS DO DEPARTAMENTO DE BENEFÍCIOS E ATUÁRIA
Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu-PRESERV
Contratada: Rorato e Molero Ltda
Período de Vigência: 19/08/2026 a 18/08/2027
Dotação Orçamentária: 03.01.01.09.122.0051.2112.3.3.90.39.99;
Valor do Termo Aditivo: R$ 53.594,73 (cinquenta e três mil, quinhentos e noventa e quatro reais e setenta e três centavos).
Data do Termo Aditivo: 18/08/2026
Amparo Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:2F17D396

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PARACATU-PRESERV

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Contrato: 11/2024
Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Manutenção de bens de informática.
Contratante: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Paracatu-PRESERV
Contratada: Jander Francisco de Oliveira
Período de Vigência: 01/08/2025 a 31/07/2026
Dotação Orçamentária: 03.01.01.09.122.0051.2112.3.3.90.40.99
Valor do Termo Aditivo: R$ 16.841,44 (dezesseis mil, oitocentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos)
Data do Termo Aditivo: 31/07/2026
Amparo Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:065A480B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PAULA CÂNDIDO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 089/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026
INEXIGIBILIDADE N° 009/2026
Objeto: Contratação do artista GUILHERME SILVA para apresentação musical no evento XXIX EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA, a ser realizado no dia 04 de setembro de 2026, no município de Paula Cândido/MG. CONTRATO 089/2026 Empresa: TIRA O PE PRODUCOES LTDA CNPJ: 59.268.570/0001-00, Valor Total de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2026, sendo sua execução no dia 04 de setembro de 2026.

EVERALDO ROBERTO DA CONCEIÇÃO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:9B01B9F2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO 092/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026INEXIGIBILIDADE N° 011/2026Objeto: Contratação da cantora PALOMA MARQUES para apresentação musical no evento XXIX EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA, a ser realizado no dia 04 de setembro de 2026, no município de Paula Cândido/MG. CONTRATO 092/2026 Empresa: PALOMA MARQUES OLIVEIRA DE DEUS 11863009655 CNPJ: 30.645.511/0001-21, Valor Total de R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais). Vigência: até 31 de dezembro de 2026, sendo sua execução no dia 04 de setembro de 2026.

EVERALDO ROBERTO DA CONCEIÇÃO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Edvania Aparecida Camilo
Código Identificador:D4951E3E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRA DO INDAIÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 087/2026 – PROCESSO Nº. 067/2026 – DISPENSA Nº: 067/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG – CNPJ: 18.308.759/0001-00.**

Contratada: **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, - CNPJ n°. 61.198.164/0001-60.**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total contra riscos diversos para veículos automotores novos (0km), pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Pedra do Indaiá/MG.

Vigência: 12 (doze) meses.

Valor global: R$ 12.102,24 (doze mil, cento e dois reais e vinte e quatro centavos).

Pedra do Indaiá, 19 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:19DF96BF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO INDAIÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 088/2026 – PROCESSO Nº. 068/2026.

Contratante: **MUNICÍPIO DE PEDRA DO INDAIÁ / MG – CNPJ: 18.308.759/0001-00.**

Contratada: **XRE SISTEMAS LTDA, - CNPJ n°. 55.801.006/0001-50.**

Objeto: Contratação de serviços sob demanda para avaliação de imóveis e levantamentos topográficos planialtimétricos georreferenciados, com disponibilização, na modalidade SaaS (Software as a Service), de software próprio para apoio à gestão patrimonial imobiliária e cartorial, bem como a estruturação do inventário técnico dos bens imóveis pertencentes ao Município de Pedra do Indaiá/MG.

Vigência: 60 (sessenta) meses.

Valor global: R$ 159.616,55 (cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos).

Pedra do Indaiá, 21 de agosto de 2026.

MATEUS MARCIANO DOS SANTOS.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Eduarda Elmantina Silva
Código Identificador:E89D8332

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PEDRINÓPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA

EXTRATO DO ATO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026

HOMOLOGO, o referido processo para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, POR MEIO DO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL – (SMP), COM FORNECIMENTO DE LINHAS MÓVEIS E CHIPS (SIM CARDS), PLANO ILIMITADO DE LIGAÇÕES PARA QUALQUER OPERADORA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL E PACOTE DE DADOS MÓVEIS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**.

A contratação deverá ocorrer com a empresa **ALGAR TELECOM S/A,** inscrita no **CNPJ sob o N°: 71.208.516/0001-74** pelo valor global de **R$ 8.964,00 (OITO MIL, NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS)**, o contrato terá a vigência a partir da data de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses -

Pedrinópolis – MG, 24 de Agosto de 2026 –

RAFAEL FERREIRA SILVA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Igor Cardoso de Oliveira
Código Identificador:0657B392

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 072/2024

EXTRATO DO 5º ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO N° 072/2024.

ADITANTE-CONTRATANTE:	**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRINOPOLIS.**
GESTOR:	**RAFAEL FERREIRA SILVA**
ADITANTE-CONTRATADA:	**GENTE SEGURADORA S.A**
CNPJ:	**90.180.605/0001-02**
OBJETO:	**CONFORME ENDOSSO DE INCLUSÃO DE NOVOS VEÍCULOS E MAQUINAS TENDO A PROPOSTAS Nº: 01.31.1745161.0.10-0 TRATOR AGRICOLA 90 CV 4X4 – VALOR R$ 829,09 FICA ACRESIDO O VALOR TOTAL DE R$ 829,09 (OITOCENTOS E VINTE E NOVE REAIS E NOVE CENTAVOS) AO VALOR TOTAL DO CONTRATO.**
PROCESSO Nº:	**051/2024**
MODALIDADE:	**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2024.**
TERMO ADITIVO:	**005**
TERMO DE CONTRATO Nº:	**072/2024**
DATA DA ASSINATURA:	**24/08/2026**

Publicado por:
Leandro Carlos Rodrigues
Código Identificador:4AE395FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
APAE - EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 022/2026

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 022/2026

PARTES: Município de Perdões/MG e APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Perdões.

OBJETO: Execução de projeto voltado à promoção de atendimento terapêutico especializado a pessoas com deficiência intelectual, múltipla e transtorno do espectro autista, contemplando o desenvolvimento motor, cognitivo, sensorial e socioemocional, custeio de equipe multiprofissional, ampliação de horários de atendimento, capacitação profissional, manutenção de veículos, campanhas de combate ao capacitismo, aquisição de materiais de consumo, pagamento de despesas operacionais e manutenção da estrutura física, conforme metas, etapas, indicadores e custos estabelecidos no Plano de Trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e suas alterações, Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 3.657/2025 – Lei Orçamentária Anual de 2026.

RECURSO: Emenda Parlamentar Impositiva prevista na Lei Orçamentária Anual nº 3.657/2025.

VALOR TOTAL:R$ 178.798,06 (cento e setenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e seis centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme dotação orçamentária constante na lei de indicação da emenda parlamentar.

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO: Repasse em até 05 (cinco) parcelas sucessivas, com início em agosto de 2026 e término em dezembro de 2026, condicionado à regular execução do objeto e ao cumprimento das obrigações pela Organização da Sociedade Civil.

VIGÊNCIA: Da data da assinatura até 10 de agosto de 2027.

DATA DA ASSINATURA:17 de agosto de 2026.

SIGNATÁRIOS: Guilherme Pereira Freitas – Prefeito Municipal de Perdões/MG; Lysia Maria Fernandes – Presidente da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Perdões.

Perdões/MG, 17 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal de Perdões

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:7001BC46

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.589 DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - CONCEDE ALUGUEL SOCIAL A LUCIANA, NAIARA, CRISTINA, JÚLIA, ELISÂNGELA, RONY, E OUTROS.

DECRETO Nº 5.589 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE ALUGUEL SOCIAL A LUCIANA, NAIARA, CRISTINA, JÚLIA, ELISÂNGELA, RONY, GABRIELA E POLIANA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO, a vigência da lei Municipal n.º 2.797/2013 de 10 de maio de 2013 que regulamenta concessão de benefícios Eventuais no Município de Perdões;

CONSIDERANDO, que a existência de diversas famílias, que não dispõe de imóvel próprio em condições de moradia, haja vista encontrarem-se desabrigados em razão de remoção de área de risco, desabamento, enchente, sem condições de retorno, assim definidas pela Defesa Civil Municipal, estando assim em situação de risco social;

CONSIDERANDO, que as famílias contempladas não possuem renda familiar suficiente para efetuar o pagamento de moradia digna e não possuem imóvel residencial, assim definidas pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social, Trabalho e Habitação;

CONSIDERANDO, a existência de diversos imóveis, nesta cidade de Perdões – MG, destinados a locação residencial e necessários ao cumprimento social do auxílio moradia às famílias necessitadas, desabrigadas e em situação de risco e vulnerabilidade social.

DECRETA:

Art. 1º. Fica a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Fazenda autorizada a pagar os respectivos auxílios:

I) Beneficiária: POLIANA SILVEIRA FREIRE — CPF: ***.684.796-**
Endereço: Rua Professor Gomide, 244, Fundos, Bairro Palestina, Perdões-MG
Locador: JOÃO ALVES PEDROSO FILHO — CPF: ***.404.646-**
Endereço: Professor Gomide, 244, Bairro Palestina, Perdões-MG
Valor da locação: R$ 450,00
Período: de 01 de agosto de 2026 até 30 de setembro de 2026.

II) Beneficiária: GABRIELA APARECIDA GALDINO — CPF: ***.835.866-**
Endereço: Rua Dazio Alvespinto, 27, Bairro Bom Retiro, Perdões-MG
Locador: GETÚLIO BALDUINO — CPF: ***.135.226-**
Endereço: Perdões-MG
Valor da locação: R$ 450,00
Período: de 01 de agosto de 2026 até 30 de outubro de 2026.

III) Beneficiária: RONY APARECIDA DA SILVA BARBOSA — CPF: ***.736.096-**
Endereço: Rua Ana Tereza de Jesus, 53 A, Bairro Jardim Alegre, Perdões-MG
Locador: RINALDO DE OLIVEIRA DELBEM — CPF: ***.515.006-**
Endereço: Rua Ana Tereza de Jesus, 53, Bairro Jardim Alegre, Perdões-MG
Valor da locação: R$ 450,00
Período: de 01 de agosto de 2026 até 30 de outubro de 2026.

IV) Beneficiária: ELISÂNGELA TEIXEIRA — CPF: ***.277.406-**
Endereço: Rua Ana Augusta, 617, Bairro Várzea dos Placedinos, Perdões-MG
Locador: DEYDSON SILVA — CPF: ***.022.446-**
Endereço: Rua Antônio Vitor Junior, 44, Bairro Vista Alegre, Perdões-MG
Valor da locação: R$ 450,00
Período: de 01 de agosto de 2026 até 30 de outubro de 2026.

V) Beneficiária: JÚLIA DE NAZARÉ EUZÉBIO — CPF: ***.616.446-**
Endereço: Travessa Joaquim Murtinho, 285, Bairro Jardim Nova Esperança, Perdões-MG
Locador: BENEDITO PEREIRA CARVALHO — CPF: ***.633.756-**
Endereço: Travessa Joaquim Murtinho, 683, Bairro Centro, Perdões-MG
Valor da locação: R$ 450,00
Período: de 01 de agosto de 2026 até 30 de outubro de 2026.

VI) Beneficiária: CRISTINA DA SILVA — CPF: ***.068.826-**
Endereço: Rua José de Bastos Filho, 86, Bairro Jardim Nova Esperança, Perdões-MG
Locador: NILTON DOMINGOS BOTELHO — CPF: ***.149.866-**
Endereço: Rua Sebastião da Silva, 34, Bairro Nossa Senhora das Graças, Perdões-MG
Valor da locação: R$ 450,00

Período: de 01 de agosto de 2026 até 30 de outubro de 2026.

VII) Beneficiária: NAIARA NARA DE PAULA — CPF: ***.544.756-**
Endereço: Rua Guilherme Onorio da Silva 28, Bairro dos Barbosas em Perdões
Valor da locação: R$ 450,00
Período: de 01 de agosto de 2026 até 30 de setembro de 2026.

VIII) Beneficiária: LUCIANA DA SILVA — CPF: ***.112.506-**
Endereço: Rua Antonio Vitor Junior, 44, Bairro Jardim Alegre, Perdões-MG
Locador: JOSÉ HARLEI DE MELO — CPF: ***.051.456-**
Endereço: Rua Antonio Vitor Junior, 44, , Bairro Jardim Alegre, Perdões-MG
Valor da locação: R$ 450,00
Período: de 01 de agosto de 2026 até 30 de outubro de 2026.

Art. 2º. Ao final do prazo estipulado para locação o Município de Perdões se desobriga do encargo, sendo que os contratos de locação é responsabilidade EXCLUSIVA do LOCADOR em firmar com o LOCATÁRIO desabrigado, ficando o Município de Perdões isento de quaisquer despesas que recaíram sobre o imóvel, tais como conservação, limpeza e despesas provenientes de sua utilização sejam elas, ligação e consumo de luz, água, gás e demais.

Parágrafo único – Poderá ocorrer à antecipação da vigência do pagamento do Auxílio Moradia descrito neste Decreto, no caso do beneficiário pelos aluguéis pagos pelo Município de Perdões, encontrem outro imóvel destinado a sua residência, venham a residir em outro Município, venham a serem beneficiados com residências ou lotes de Projeto Social destinadas às famílias desabrigadas ou por outro motivo devidamente justificado pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Do Município De Perdões

LAUANDA SANTOS SALVADOR EVA
Secretária Municipal De Desenvolvimento Social

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:7D5A235C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.590 DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - CANCELA O BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL À SRA. NILCE PEREIRA RODRIGUES.

DECRETO Nº 5.590 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

CANCELA O BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL CONCEDIDO À SRA. NILCE PEREIRA RODRIGUES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO, a vigência da Lei Municipal nº 2.797/2013, de 10 de maio de 2013, que regulamenta a concessão de benefícios eventuais no Município de Perdões;

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal nº 2.644, de 24 de fevereiro de 2010;

CONSIDERANDO, o Memorando nº 117/2026, de 21 de julho de 2026, expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, subscrito pelo Assistente Social Adauto Bueno da Silva, CRESS/MG 26610, solicitando o cancelamento do benefício de Aluguel Social concedido à Sra. Nilce Pereira Rodrigues;

CONSIDERANDO, que cessaram os motivos que justificaram a concessão do referido benefício eventual;

DECRETA**:**
Art. 1º. Fica cancelado, a partir de 30 de julho de 2026, o benefício eventual de Aluguel Social concedido à Sra. NILCE PEREIRA RODRIGUES, inscrita no CPF sob o nº ***.085.046-**, domiciliada na Rua Mestre Balico, nº 235, Bairro Vila Nova, no Município de Perdões-MG.

Art. 2º. Com o cancelamento de que trata este Decreto, cessam-se, a partir da data mencionada no artigo anterior, as obrigações do Município de Perdões referentes ao pagamento do respectivo benefício, não sendo devido qualquer valor a título de Aluguel Social após essa data.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de julho de 2026.

Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito do Município de Perdões

LAUANDA SANTOS SALVADOR EVA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:E319429A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.591 DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - ALTERA O ENDEREÇO DO IMÓVEL DESTINADO AO BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL CONCEDIDO À SRA. NILCE PEREIRA RODRIGUES.

DECRETO Nº 5.591 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

ALTERA O ENDEREÇO DO IMÓVEL DESTINADO AO BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL CONCEDIDO À SRA. NILCE PEREIRA RODRIGUES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO, a vigência da Lei Municipal nº 2.797/2013, de 10 de maio de 2013, que regulamenta a concessão de benefícios eventuais no Município de Perdões;

CONSIDERANDO, que a Sra. Nilce Pereira Rodrigues é beneficiária do Aluguel Social concedido pelo Município de Perdões;

CONSIDERANDO, o Memorando nº 119/2026, de 30 de julho de 2026, expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, subscrito pelo Assistente Social Adauto Bueno da Silva, CRESS/MG 26610, solicitando a mudança de endereço do imóvel destinado ao benefício, em razão de nova locação firmada pela beneficiária;

CONSIDERANDO, o Termo de Ciência para Fins de Aluguel Social firmado entre as partes, referente ao novo imóvel locado;

DECRETA:
Art. 1º. Fica alterado o endereço do imóvel destinado ao benefício de Aluguel Social concedido à Sra. NILCE PEREIRA RODRIGUES, CPF nº ***.085.046-**, passando o referido benefício a ser pago nos seguintes termos:
Beneficiária: NILCE PEREIRA RODRIGUES — CPF: ***.085.046-**

Novo endereço do imóvel: Rua Nestor Francisco, 26, Bairro Jardim Paraíso, Perdões-MG.
Locadora (proprietária): TÂNIA MARIA CARVALHO LASMAR — CPF: ***.047.866-**
Endereço da locadora: Rua JK, 273, Bairro João XXIII, Perdões-MG.
Valor da locação: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).
Período: de 1º de agosto de 2026 até 31 de dezembro de 2026.

Art. 2º. Ao final do prazo estipulado para locação o Município de Perdões se desobriga do encargo, sendo que o contrato de locação é responsabilidade exclusiva da LOCADORA em firmar com a LOCATÁRIA beneficiária, ficando o Município de Perdões isento de quaisquer despesas que recaírem sobre o imóvel, tais como conservação, limpeza e despesas provenientes de sua utilização, sejam elas, ligação e consumo de luz, água, gás e demais.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas fixadas no ato de concessão original do benefício, no que não contrariar este Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2026.

Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito do Município de Perdões

LAUANDA SANTOS SALVADOR EVA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:7D6F5D97

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.592 DE 24 DE AGOSTO DE 2026. NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

DECRETO Nº 5.592 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a existência de imóveis necessitando de avaliação atualizada para fins de ITBI;

CONSIDERANDO a necessidade de correta avaliação destes bens, principalmente atendendo ao disposto no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal e os ditames do Código Tributário Municipal e do Código Tributário Federal;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores e auxiliares abaixo relacionados com a finalidade de efetuar a vistoria e avaliação com respectivo laudo fotográfico do(s) imóvel(s) descrito(s) no art. 2º deste Decreto:

I – Fernanda Vilela Martins Pinto, Brasileira, Casada, Servidora Municipal Departamento de Engenharia;
II – Eugenio Antonio Furtado de Faria, Brasileiro, Casado, Servidor Público Municipal;
III – Thiago Castro Lutfala, brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis credenciado CRECI

Art. 2º. O(s) imóvel(s) e benfeitoria(s) a serem avaliados são o(s) seguinte(s): 01 avaliações conforme IMÓVEL 100% de um lote, com área de 5.179,39 m² e área construída, situado na Rua Geralda das Dores, Bairro Palestina em Perdões MG, para fins de criação da matricula do imóvel usucapião, para inclusão no Patrimônio Público Municipal de Perdões MG.

Art. 3º. A comissão de avaliação e vistoria, nominados no art. 1º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o respectivo laudo de avaliação e outro laudo de vistoria firmado por todos os membros.

§ 1º. Divergindo algum membro da comissão do valor ou da vistoria do imóvel, deixará de assinar o laudo e fará, no próprio laudo, despacho justificativo.

§2º. Apresentando-se alguma dificuldade na avaliação e no laudo o prazo do "caput" deste artigo poderá ser ampliado a critério do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:616EA8FF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.593 DE 24 DE AGOSTO DE 2026. NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

DECRETO Nº 5.593 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a existência de imóveis necessitando de avaliação atualizada para fins de ITBI;

CONSIDERANDO a necessidade de correta avaliação destes bens, principalmente atendendo ao disposto no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal e os ditames do Código Tributário Municipal e do Código Tributário Federal;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores e auxiliares abaixo relacionados com a finalidade de efetuar a vistoria e avaliação com respectivo laudo fotográfico do(s) imóvel(s) descrito(s) no art. 2º deste Decreto:

I – Fernanda Vilela Martins Pinto, Brasileira, Casada, Servidora Municipal Departamento de Engenharia;
II – Eugenio Antonio Furtado de Faria, Brasileiro, Casado, Servidor Público Municipal;
III - Samir Rodrigues Mendonça, brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis credenciado CRECI 30780
Art. 2º. O(s) imóvel(s) e benfeitoria(s) a serem avaliados são o(s) seguinte(s): 01 avaliações conforme IMÓVEL 100% de um imóvel tipo apartamento com 3 pavimentos, com área construída de 489,02m² e seu respectivo lote de terreno , 32 B da quadra M, situado na Rua José Ramos da Silva, 161, Bairro de Lourdes em Perdões MG, registro CRI 12286 insc municipal 01.03.061.0449.000.

Art. 3º. A comissão de avaliação e vistoria, nominados no art. 1º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o respectivo laudo de avaliação e outro laudo de vistoria firmado por todos os membros.

§ 1º. Divergindo algum membro da comissão do valor ou da vistoria do imóvel, deixará de assinar o laudo e fará, no próprio laudo, despacho justificativo.
§2º. Apresentando-se alguma dificuldade na avaliação e no laudo o prazo do "caput" deste artigo poderá ser ampliado a critério do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:41541182

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.594 DE 24 DE AGOSTO DE 2026. NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

DECRETO Nº 5.594 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS/RURAISPARA FINS DE ITBI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO a existência de imóveis necessitando de avaliação atualizada para fins de ITBI;

CONSIDERANDO a necessidade de correta avaliação destes bens, principalmente atendendo ao disposto no artigo 5º, inciso XXIII da Constituição Federal e os ditames do Código Tributário Municipal e do Código Tributário Federal;

DECRETA:

Art. 1º: Ficam nomeados os servidores e auxiliares abaixo relacionados com a finalidade de efetuar a vistoria e avaliação com respectivo laudo fotográfico do(s) imóvel(s) descrito(s) no art. 2º deste Decreto:

I – Lidiane Aparecida Borges, Brasileira, Casada, Servidora Municipal Departamento de Engenharia;
II – Keyth Carvalho Alves Cardoso, Brasileira, Casada, Servidora Pública Municipal;
III – Thiago Castro Lutfala, brasileiro, Casado, Corretor de Imóveis credenciado CRECI

Art. 2º. O(s) imóvel(s) e benfeitoria(s) a serem avaliados são o(s) seguinte(s): 01 avaliações conforme IMÓVEL
100% de um lote, com área de 360,00 m² e 60,00 m² de área construída, lote 09 da quadra 22, situado na Av. Emidio Ferreira Filho, 338, Bairro Chácara Bela Vista em Perdões MG.

Art. 3º. A comissão de avaliação e vistoria, nominados no art. 1º, terá o prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar o respectivo laudo de avaliação e outro laudo de vistoria firmado por todos os membros.

§ 1º. Divergindo algum membro da comissão do valor ou da vistoria do imóvel, deixará de assinar o laudo e fará, no próprio laudo, despacho justificativo.

§2º. Apresentando-se alguma dificuldade na avaliação e no laudo o prazo do "caput" deste artigo poderá ser ampliado a critério do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:DC9F7B76

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 5.595 DE 24 DE AGOSTO DE 2026 - PRORROGA O BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL CONCEDIDO À SRA. MARIA APARECIDA BARBOSA.

DECRETO Nº 5.595 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

PRORROGA O BENEFÍCIO DE ALUGUEL SOCIAL CONCEDIDO À SRA. MARIA APARECIDA BARBOSA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PERDÕES DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 71, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Perdões;

CONSIDERANDO, a vigência da Lei Municipal nº 2.797/2013, de 10 de maio de 2013, que regulamenta a concessão de benefícios eventuais no Município de Perdões;

CONSIDERANDO, que a Sra. Maria Aparecida Barbosa é beneficiária do Aluguel Social concedido pelo Município de Perdões;

CONSIDERANDO, o Memorando nº 105/2026, de 21 de julho de 2026, expedido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, subscrito pelo Assistente Social Adauto Bueno da Silva, CRESS/MG 26610, solicitando a prorrogação do referido benefício;

CONSIDERANDO, o Termo de Ciência para Fins de Aluguel Social firmado entre as partes;

DECRETA:
Art. 1º. Fica prorrogado o benefício eventual de Aluguel Social concedido à Sra. MARIA APARECIDA BARBOSA, CPF nº ***.191.136-**, domiciliada na Rua João Modesto Sobrinho, nº 45, Bairro Santa Rita, Perdões-MG, nos seguintes termos:
Beneficiária: MARIA APARECIDA BARBOSA — CPF: ***.191.136-**
Endereço do imóvel: Rua João Modesto Sobrinho, nº 45, Bairro Santa Rita, Perdões-MG.
Locadora (proprietária): MARIA DAS DORES CASTRO — CPF: ***.144.716-*
Endereço da locadora: Rua Joaquim Modesto Sobrinho, nº 15, Bairro do Cruzeiro, Perdões-MG.
Valor da locação: R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).
Período de prorrogação: de 1º de agosto de 2026 até 30 de outubro de 2026.

Art. 2º. Ao final do prazo estipulado para locação o Município de Perdões se desobriga do encargo, sendo que o contrato de locação é responsabilidade exclusiva da LOCADORA em firmar com a LOCATÁRIA beneficiária, ficando o Município de Perdões isento de quaisquer despesas que recaírem sobre o imóvel, tais como conservação, limpeza e despesas provenientes de sua utilização, sejam elas, ligação e consumo de luz, água, gás e demais.
Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas fixadas no ato de concessão original do benefício, no que não contrariar este Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2026.

Perdões/MG, 24 de agosto de 2026.

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito do Município de Perdões

LAUANDA SANTOS SALVADOR EVA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

Publicado por:
Guilherme de Souza Komaroff
Código Identificador:A017F77E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRANGA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
O Município de Piranga/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 23.515.687/0001-01, por meio da Secretaria Municipal de Educação, em observância ao disposto no art. 86, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às demais normas pertinentes, torna pública a intenção de adesão à Ata de Registro de Preços nº. 07/2026, gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, originária do Pregão Eletrônico nº 90004/2026, cujo objeto é: Registro de Preço Nacional para futura e eventual aquisição de ônibus escolares. O presente aviso tem por finalidade dar publicidade ao interesse do Município de Piranga em aderir à referida ata, observadas as condições, prazos e quantitativos disponíveis, conforme autorização do órgão gerenciador.
Estima-se o valor da adesão em R$ 554.600,00 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais) equivalente a aquisição de um ÔNIBUS ESCOLAR ORE 3.
Em atendimento ao art. 86, §2º, III, da Lei nº 14.133/2021, o órgão gerenciador e o fornecedor registrado na Ata serão consultados quanto à viabilidade da adesão pretendida.
Para fins de transparência e controle social, o processo administrativo correspondente encontra-se disponível para consulta na sede da Prefeitura, durante o horário de expediente.

Piranga/MG, 24 de agosto de 2026.

ANTÔNIO JOSÉ TRINDADE DE PAIVA
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:961A9CB3

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. Processo Licitatório Nº. 144/2026, Pregão Eletrônico Nº. 90046/2026, Registro de Preços nº. 028/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA DE SERRALHERIA. Contratada: ALEXSANDRO DE JESUS XAVIER - 61.326.082/0001-53, Valor total de R$300.000,00 (trezentos mil reais); LH CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA - 46.436.252/0001-69, Valor total de R$90.000,00 (noventa mil reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 19/08/2026

FLÁVIO ALOÍSIO MACIEL
Secretário Municipal de Infraestrutura
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:9EC13480

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANGA/MG. EXTRATO DE CONTRATO. Processo Licitatório Nº. 151/2026, Pregão Presencial Nº. 90049/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO-VETERINÁRIO, DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES SANITÁRIOS EM BOVINOS E ATUAÇÃO COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO DO TORNEIO LEITEIRO 2026. Contratada: PIMENTEL ASSESSORIA VETERINÁRIA LTDA - CNPJ: 60.288.833/0001-21, Valor Total de R$11.500,00 (onze mil e quinhentos reais). Período de 12 (doze) meses.

Piranga/MG, 21/08/2026

ANTÔNIO JOSÉ ROSA
Secretário Municipal de Agropecuária, Meio Ambiente e Abastecimento
Por Delegação – Decreto Municipal nº 5370/2026

Publicado por:
Glauciely Natalia Ventura
Código Identificador:28D231A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPETINGA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA/MG, NA FORMA DA LEI, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ
LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026 - EDITAL DE PREGÃO 004/2026 NA FORMA PRESENCIAL.
DATA DA LICITAÇÃO: 09:00 hs (nove horas) do dia 11/09/2026.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS.
LOCAL DA LICITAÇÃO: A licitação será realizada no dia 11 de setembro de 2026, ás 09:00h. (horário de Brasília/ DF), na sala de reuniões no edifício-sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA, localizada na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, Pirapetinga/MG.
O Edital poderá ser adquirido na sede do Departamento de Licitações, no horário de 08:00hs às 16:00hs, de segunda-feira à sexta-feira exceto feriados do Município de Pirapetinga, Estaduais e Nacionais, e ainda pelo e-mail:
licitacao@pirapetinga.mg.gov.br
OBS: Informações, esclarecimentos e fornecimento de elementos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do objeto serão prestadas pelo Agente de Contratação responsável Sr. Rogério Lessa Vieira, no Departamento de Licitação, localizado na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, Pirapetinga/MG, ou através do e-mail licitacao@pirapetinga.mg.gov.br.

Pirapetinga, 24 de agosto de 2026.

Publique-se

ROGÉRIO LESSA VIEIRA
Agente de Contratação/Pregoeiro – Portaria Nº 99/2026
Município de Pirapetinga - MG

Publicado por:
Alan Rambaldi de Souza Costa '
Código Identificador:C792762D

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE PIRAPETINGA/MG, NA FORMA DA LEI, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ
LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2026 - EDITAL DE PREGÃO 003/2026 NA FORMA PRESENCIAL.

DATA DA LICITAÇÃO: 09:00 hs (nove horas) do dia 08/09/2026.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS, MEDIANTE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, ATRAVÉS DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO FÁBRICA DA TABELA REFERENCIAL CMED/ANVISA.
LOCAL DA LICITAÇÃO: A licitação será realizada no dia 08 de setembro de 2026, ás 09:00h. (horário de Brasília/ DF), na sala de reuniões no edifício-sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPETINGA, localizada na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, Pirapetinga/MG.

O Edital poderá ser adquirido na sede do Departamento de Licitações, no horário de 08:00hs às 16:00hs, de segunda-feira à sexta-feira exceto feriados do Município de Pirapetinga, Estaduais e Nacionais, e ainda pelo e-mail:
licitacao@pirapetinga.mg.gov.br
OBS: Informações, esclarecimentos e fornecimento de elementos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento do objeto serão prestadas pelo Agente de Contratação responsável Sr. Rogério Lessa Vieira, no Departamento de Licitação, localizado na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, Pirapetinga/MG, ou através do e-mail licitacao@pirapetinga.mg.gov.br.

Pirapetinga, 24 de agosto de 2026.

Publique-se

ROGÉRIO LESSA VIEIRA
Agente de Contratação/Pregoeiro – Portaria Nº 99/2026
Município de Pirapetinga - MG

Publicado por:
Alan Rambaldi de Souza Costa '
Código Identificador:E448B4E5

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

PROCESSO LICITATÓRIO: nº 021/2026 – Pregão Eletrônico nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 02-002132/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: nº 002/2026
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO: nº 000001/2026
REQUERENTE: GNC Automotores Ltda.
ASSUNTO: Decisão Administrativa sobre Pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
1. RELATÓRIO
Vistos e examinados os autos do Processo Administrativo nº 02-002132/2026, nos quais a empresa **GNC Automotores Ltda.** pleiteia a repactuação/reequilíbrio econômico-financeiro do valor registrado para fornecimento de 01 (um) veículo Chevrolet Spin Premier 1.8 AT (7 lugares), pretendendo a elevação do preço registrado de R$ 150.500,00 para R$ 151.968,37 (+0,9757%), além da concessão de efeito suspensivo no prazo de entrega.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DECISÃO
No uso das atribuições legais que me são conferidas pela legislação vigente e como Autoridade Superior competente:

• **ACOLHO INTEGRALMENTE** a fundamentação do **Parecer Técnico nº 03/2026** emitido pelo Setor de Licitações e Contratos e do **Parecer Jurídico** exarado pela Procuradoria Geral do Município, cujas razões adoto como fundamento desta decisão;
• **INDEFIRO O PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO** formulado pela empresa **GNC Automotores Ltda.**, tendo em vista a ausência dos requisitos previstos no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que a variação percentual alegada (0,9757%) caracteriza mera oscilação ordinária de mercado e risco empresarial do contratado;
• **INDEFIRO O PEDIDO ACESSÓRIO DE EFEITO SUSPENSIVO**, mantendo hígida a exigibilidade do prazo de entrega estabelecido pelas notificações administrativas do Município.

3. DETERMINAÇÕES
À **Secretaria Municipal de Saúde**, na qualidade de **Gestora da Ata de Registro de Preços nº 002/2026**, para que adote as seguintes providências imediatas:

• **NOTIFICAR** formalmente a empresa **GNC Automotores Ltda.** acerca da presente Decisão de Indeferimento;
• **REITERAR A ORDEM DE ENTREGA** do veículo pelo valor contratado de **R$ 150.500,00** (cento e cinquenta mil e quinhentos reais), concedendo o prazo remanescente para adimplemento e advertindo-a expressamente de que o descumprimento injustificado sujeitará a empresa às sanções administrativas e penalidades cabíveis previstas no edital e na Lei nº 14.133/2021.

Publique-se e cumpra-se.

Pirapetinga - MG, 24 de agosto de 2026.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal de Pirapetinga/MG

Publicado por:
Alan Rambaldi de Souza Costa '
Código Identificador:BC6A9FFB

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 099/2026 DISPENSA 031/2026 CONTRATO Nº 146/2026 DATA: 10 DE JULHO DE 2026

OBJETO: O objeto do presente Termo de Contrato tem por objeto a aquisição de suplementos nutricionais (nutrição enteral e oral) e fraldas geriátricas descartáveis, destinados ao atendimento de pacientes da Rede Municipal de Saúde do Município de Pirapetinga, por meio da Farmácia de Todos.
CONTRATADO: COMERCIAL P&L LTDA, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 45.539.312/0001-06, sediado(a) na Estrada Carmo Além Paraíba, Nº 911, Loja 01, Bairro Influência, Carmo/RJ, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) LETÍCIA GONÇALVES ZAMBONI, brasileira, solteira, Portadora da Carteira de Identidade nº MG-17.063.648, expedida por SSP-MG, CPF nº 082.316.596-50.
CONTRATANTE: Município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Dirceu de Oliveira Martins, 01, Centro, na cidade de Pirapetinga/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.092.825/0001-49, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Luiz Henrique Pereira da Costa, inscrito no CPF nº 680.687.867-91, portador da Carteira de Identidade nº 06100057-6 IFP/RJ.
DO VALOR GLOBAL: R$ 64.914,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e quatorze reais).
PRAZO DO CONTRATO: 5 meses
DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE Nº: 02.14.00.10.303.0008.2.0071 - 3.3.90.32 Fonte: 1.500.000.
Publique-se.

LUIZ HENRIQUE PEREIRA DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aquila de Mattos Brum Pereira
Código Identificador:429A98E6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PIRAPORA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO QUARTA RETIFICAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2026

A Prefeitura Municipal de Pirapora/MG torna público o reagendamento da sessão pública da Concorrência nº 001/2026, objetivando a contratação da empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto arquitetônico, incluindo a elaboração de projetos complementares, planilha orçamentária e cronograma físico financeiro, para restauração e revitalização da antiga Estação Ferroviária de Pirapora/MG, em razão da retificação do edital devido a pedido de esclarecimento. A data e horário da sessão ficam reagendados para o dia **01/10/2026** às 08:30h (horário de Brasília). A íntegra deste Edital e seus anexos poderão ser obtidas nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.gov.br/compras/pt-br - UASG 985023 ou: www.pirapora.mg.gov.br/licitacao. Demais esclarecimentos na Rua Antônio Nascimento, 274 - Centro, nos dias úteis de segunda a sexta-feira das 08:00h às 18:00h ou pelo telefone (38) 3740-6121.

Pirapora/MG, 24/08/2026 –

POLIANA ALVES ARAUJO MARTINS –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Poliana Alves Araujo Martins
Código Identificador:B6B11177

DIRETORIA DE CONTRATOS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DO PAAR Nª 315/2025

Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR nº 315/2025
Contrato de Concessão nº 014/2018
Notificado: ALEX DA SILVA PEREIRA – CNPJ nº 27.409.795/0001-42
O MUNICÍPIO DE PIRAPORA/MG, considerando as tentativas infrutíferas de localização e notificação pessoal do interessado, NOTIFICA, por meio deste Edital, o Sr. ALEX DA SILVA PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 04X.XXX.XXX-75, em local incerto e não sabido, acerca da multa administrativa compensatória no valor de R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), aplicada no âmbito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade nº 315/2025, cuja decisão se encontra definitiva na esfera administrativa, em razão do decurso do prazo recursal sem interposição de recurso. Fica o notificado CIENTE que, para pagamento da multa, deverá retirar o Documento de Arrecadação Municipal (DAM), com vencimento em 19/09/2026, junto à Diretoria de Tributação, ou à Diretoria de Contratos da Prefeitura Municipal de Pirapora/MG, situadas na Rua Antônio Nascimento, nº 274, Centro, CEP 39.270-082, Pirapora/MG, presencialmente, ou por meio eletrônico, através do e-mail: suprimentos.contratos@pirapora.mg.com.br.
O não pagamento no prazo de vencimento do DAM ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis para cobrança do crédito.

Publicado por:
Patrick Pereira de Jesus
Código Identificador:0F255E0B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POÇO FUNDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEILAO 03-26

O Prefeito Municipal de POÇO FUNDO, MG, Rosiel de Lima, no uso de suas atribuições legais, faz saber que, a Prefeitura Municipal de Poço Fundo (MG), nos termos da Lei 14.133/21 e Lei 10.024 de 20/09/19, realizará o Processo Licitatório n° 169/2026, na modalidade Leilão nº 03/26, tendo como objeto da presente licitação a **alienação de BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS ao Município de Poço Fundo, no estado em que se encontra, avaliado e discriminado, conforme os anexos do Edital.** A data de abertura deste leilão será dia 17 de setembro de 2026, às 13:00 horas. O leilão acontecerá na Prefeitura Municipal de Poço Fundo, no Departamento de Licitações. O edital na íntegra encontra-se no site http://pe.pocofundo.mg.gov.br

ROSIEL DE LIMA -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:15C02B08

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGAO ELETRONICO 106-26

A Prefeitura Municipal de Poco Fundo, atraves do Departamento de Licitacoes, informa ao publico em geral que, encontra-se aberto o Processo Licitatorio n 168/2026, na modalidade Pregao Eletronico n 106/2026, tendo como Objeto do proposto certame o REGISTRO DE PRECOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISICOES DE MARMITEX PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL CAPS DESTE MUNICIPIO, COM ENTREGA DE ACORDO COM O SOLICITADO NAS ORDENS DE FORNECIMENTO, CONFORME DESCRITO NO EDITAL. A data de abertura sera dia 10 de SETEMBRO de 2026, as 13:00 horas. O edital encontra-se no site http://pe.pocofundo.mg.gov.br e o manual para uso do sistema de pregao eletronico encontram-se no site www.pocofundo.mg.gov.br.

MICHAEL OZANAN JOSE BATISTA DE OLIEVIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Patricia Sarkis Carneiro Abrahao
Código Identificador:F71F0563

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.443, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Procede ao cancelamento de restos a pagar referente ao Exercício de 2024 e dá outras providências**.**

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Minas Gerais, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com as leis em vigor, em especial aquelas que lhes são expressamente outorgadas pela Lei Orgânica Municipal;
- Conforme Processo nº 94224/2026 da Secretaria Municipal de Politicas Sociais (Empenho 7095/2024).
DECRETA:
Art. 1º Fica cancelada a despesa relacionada no Memorial Justificativo que faz parte deste decreto:
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretária Municipal de Finanças Interina

HISTÓRICO

Cancelamento de Restos a Pagar:
Empenho: 7095/2024 – SOUZA E SOUZA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA,- EPP no valor de R$ 321,54

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:890769F4

CHEFIA DE GABINETE
DECRETO Nº 6.445, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Procede ao cancelamento de restos a pagar referente aos Exercícios de 2024 e dá outras providências**.**

O Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Minas Gerais, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com as leis em vigor, em especial aquelas que lhes são expressamente outorgadas pela Lei Orgânica Municipal;
- Conforme Comunicados internos DAA/SMPS n° 144/2026, DAA/SMPS n° 138/2026 da Secretaria Municipal de Politicas Sociais (Empenhos 833/2024, 1787/2024, 7217/2024).
DECRETA:
Art. 1º Fica cancelada a despesa relacionada no Memorial Justificativo que faz parte deste decreto:
Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

ROBERTA FERREIRA MARQUES DE SOUSA
Secretária Municipal de Finanças Interina

HISTÓRICO

Cancelamento de Restos a Pagar:
Empenho: 833/2024 – ARMAZÉM MINEIRO HORTIFRUTIGRANGEIROS LTDA. Valor: R$ 14.539,30
Empenho: 1787/2024 – ARMAZÉM MINEIRO HORTIFRUTIGRANGEIROS LTDA. Valor: R$ 11.794,85
Empenho: 7217/2024 – WAGNER REPRESENTAÇÕES EIRELI. Valor: R$ 8.183,60

Publicado por:
Arielen Scodeler
Código Identificador:549806B5

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.372, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

INSTITUI DIRETRIZES PARA A INCLUSÃO DA CATEGORIA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD) NAS PROVAS DE CORRIDA DE RUA NO MUNICIPIO DE POUSO ALEGRE.

Autoria: Davi Andrade

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As provas de corrida de rua realizadas com apoio, autorização, patrocínio ou utilização de espaços públicos do Município de Pouso Alegre deverão prever a inclusão da categoria Pessoa com Deficiência (PCD), com reserva de vagas gratuitas.

Art. 2º A reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCD) a que se refere esta Lei deverá observar os seguintes critérios:
I - será destinada, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de inscrições para pessoas com deficiência, com possibilidade de aumento, conforme a demanda;
II - as inscrições para o público PCD deverão ser disponibilizadas gratuitamente, em igualdade de condições, respeitadas as especificidades e necessidades e cada tipo de deficiência;
III - os organizadores deverão garantir estrutura de acessibilidade adequada, incluindo largada adaptada, percurso, pontos de apoio e banheiros;
IV - a premiação com troféus e/ou medalhas as atletas PCDs vencedores, conforme regulamento próprio do evento e conforme definido às demais categorias;
V - a premiação com troféus e/ou medalhas aos guias dos atletas vencedores, quando houver;
VI - a promoção de divulgação adequada da categoria PCD nos canais de comunicação do evento, incentivando a participação de pessoas com deficiência.

Art. 3º Fica assegurado ao atleta voluntário que atuar como guia de atleta cadeirante, na condição de atleta de apoio, o direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição em corrida de rua no Município de Pouso Alegre.
Parágrafo único. A comprovação da atuação como guia de que trata o caput será realizada por meio de declaração emitida pela organização do evento em que o apoio foi prestado ou constando nos seus resultados oficiais.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Pouso Alegre - MG, 20 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:8F688B5A

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 7.373, DE 20 DE AGOSTO DE 2026

DISPÕE SOBRE DIRETRIZES PARA A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autoria: Lívia Macedo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui diretrizes para a promoção da participação estudantil na Rede Pública Municipal de Ensino, com a finalidade de fortalecer a gestão democrática, o protagonismo juvenil e o envolvimento dos estudantes na vida escolar.

Art. 2º São diretrizes da política de que trata esta Lei:
I – estímulo à participação dos estudantes nos processos de diálogo e construção do ambiente escolar;
II – incentivo à organização estudantil, inclusive por meio de grêmios estudantis e outras formas de representação;
III – promoção da escuta ativa dos estudantes sobre questões pedagógicas, convivência escolar e ambiente educativo;
IV – fortalecimento da cultura de participação, cidadania e corresponsabilidade no espaço escolar;
V – incentivo à participação dos estudantes no acompanhamento de informações e indicadores educacionais;
VI – promoção da integração entre estudantes, famílias, profissionais da educação e comunidade.

Art. 3º O Município poderá adotar medidas de estímulo à participação estudantil, tais como:
I – apoio institucional a iniciativas de organização estudantil;
II – incentivo à realização de espaços periódicos de escuta e diálogo com estudantes;
III – promoção de ações educativas sobre cidadania, direitos e deveres no ambiente escolar;
IV – estímulo à participação dos estudantes em instâncias colegiadas existentes.

Art. 4º A participação estudantil deverá observar os princípios do respeito, da inclusão, da diversidade e da promoção de um ambiente escolar seguro e acolhedor.

Art. 5º O Poder Executivo poderá promover ações de orientação e formação voltadas à comunidade escolar para o fortalecimento da participação estudantil.
Art. 6º A implementação desta Lei observará a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como as normas aplicáveis à organização administrativa.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre - MG, 20 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito Municipal

RENATO GARCIA DE OLIVEIRA DIAS
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Antoniele de Rezende
Código Identificador:99962A83

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO SDE-262/2026

Ref.: ADIENT DO BRASIL BANCOS AUTOMOTIVOS LTDA
(CNPJ nº. 00.514.820/0006-06)
Protocolo de Intenções nº SDE-237/2026
CONSIDERANDO que o Protocolo de Intenções celebrado tem previsão legal na Lei Municipal nº 4.351, de 13 de julho de 2005 e posteriores alterações e pelo Decreto Municipal nº 6.310, de 09 de fevereiro de 2026, visando à concessão de incentivos fiscais e benefícios ao desenvolvimento industrial;
CONSIDERANDO que houve parecer favorável a elaboração do Protocolo de Intenções nº SDE-237/2026 do Secretário de Desenvolvimento Econômico (Parecer SDE-236/2026), Secretário de Finanças (Parecer SF nº 18/2026) e Procuradoria Geral do Município (Parecer PGM nº 96/2026);
CONSIDERANDO que as isenções estão de acordo com a previsão do PPA, LDO e LOA, portanto, os valores estão dentro da previsão de renúncia de receita;

CONSIDERANDO a estimativa do impacto orçamentário-financeiro realizado pela Secretaria de Finanças no Parecer SF 18/2026, conforme estabelecido no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, em que:

Código	Inscrição	Valor Venal	Tributo/ Benefício Anual
53421	006.0004.0652.000	R$ 6.383.873,46	R$ 33.183,01

*Quadro elaborado pela Secretaria de Finanças no anexo I do Parecer SF 01/2026

HOMOLOGO o Protocolo de intenções SDE-237/2026 firmado com a **ADIENT DO BRASIL BANCOS AUTOMOTIVOS LTDA** (CNPJ nº. 00.514.820/0006-06), localizada na Avenida dos Alecrins, nº 999, Distrito Industrial (CDI), Pouso Alegre/MG, CEP: 37556-839, concedendo à empresa as isenções tributárias e benefícios previstos no instrumento, mediante o cumprimento das obrigações pactuadas e demais formalidades legais.

Pouso Alegre, 19 de agosto de 2026.

JOSÉ DIMAS DA SILVA FONSECA
Prefeito de Pouso Alegre

Publicado por:
Camila Carvalho Mendonça
Código Identificador:33C15457

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS - EDITAL Nº 75/2026

EDITAL DE ADVERTÊNCIA– Confecção De Passeio

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, departamento de Fiscalização de Obras, após tentativas de entrega do Auto de Advertência, vem através deste Edital, conforme previsto no Artigo 311, IV, da Lei Municipal 6.570/2022, notificar o contribuinte abaixo relacionado sobre autuação por infração ao Código de Obras Municipal:

EMMANUEL FERREIRA DO NASCIMENTO
CPF: ***.912.606-**
AA: 80275/2026
DATA DA CONSTATAÇÃO: 10/07/2026

INFRAÇÃO:

ART. 107 da lei 6570/2022: Compete ao proprietário a construção, a reconstrução e a conservação dos passeios em toda a extensão das testadas do terreno, edificado ou não, desde que o logradouro público possua meio-fio executado e concluído.

O(a) autuado(a), se assim entender, poderá protocolar defesa por escrito, preferencialmente pelo Autoatendimento no site da Prefeitura de Pouso Alegre (MG) ou na Central de Atendimento, remetida ao Departamento de Fiscalização de Obras, **no prazo de vigência deste Edital que é de 30 (trinta) dias,** a contar da data de publicação, comprovando os fatos que vier alegar.

A defesa deverá estar devidamente assinada e acompanhada dos seguintes documentos: I- Petição, devidamente assinada pelo(a) autuado(a) ou representante legal (munido de procuração); II- Cópia do Auto de Advertência, cópia deste edital; e, III- Cópia de documento de identificação que comprove a assinatura do requerente e, se pessoa jurídica, que comprove a representação ou Procuração.

A falta dos documentos solicitados poderá ocasionar o não reconhecimento do pedido, caso não seja possível comprovar a legitimidade do requerente ou autenticidade dos documentos. A assinatura do requerente deve ser igual a constante no documento de identificação para comprovação da legitimidade. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma autuação.

Não sendo apresentado recurso e, constatada a permanência das irregularidades, será lavrado o respectivo Auto de Infração e Multa, nos termos do Artigo 272, § 4º, inciso X, da Lei nº 6.570/2022, desde que devidamente justificado, conforme prevê o Artigo 300 da mesma legislação.

Pouso Alegre, 21 de Agosto de 2026.

FÁBIA KARINA RIBEIRO ALMEIDA E RAIMUNDO
Gerente do Departamento de Fiscalização de Obras

Publicado por:
Daiane Caroline de Faria Pereira
Código Identificador:553A04B0

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
RESOLUÇÃO Nº 13/2026/CMDPI DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação da inscrição da Organização da Sociedade Civil PROSSAN – Projeto Santo Antonio no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 6.235/2020;

Considerando a Resolução nº 01/2024/CMDPI, que regulamenta os procedimentos para inscrição, registro e fiscalização das Organizações da Sociedade Civil e dos programas, projetos e serviços destinados à pessoa idosa junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG;

Considerando a documentação apresentada pela Organização da Sociedade Civil **PROSSAN – Projeto Santo Antônio**, para fins de

inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI;

Considerando a análise realizada pela Comissão responsável pela avaliação dos pedidos de inscrição e registro das Organizações da Sociedade Civil junto ao CMDPI, conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 01/2024/CMDPI;

Considerando o parecer favorável da Comissão responsável pela análise do pedido de inscrição da Organização da Sociedade Civil **PROSSAN – Projeto Santo Antônio**;

Considerando a deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em Reunião Ordinária realizada em 12 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a inscrição da Organização da Sociedade Civil **PROSSAN – Projeto Santo Antônio**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.369.990/0001-53**, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG, sob o nº **09**.

Parágrafo Único. A referida instituição está habilitada a desenvolver ações, serviços, programas e/ou projetos destinados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, buscando o envelhecimento saudável, conforme documentação apresentada no processo de inscrição e nos termos da legislação vigente e da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

Art. 2º – A inscrição da Organização da Sociedade Civil terá validade pelo prazo estabelecido na Resolução nº 01/2024/CMDPI, devendo a instituição manter atualizada sua documentação e cumprir as normas e exigências estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 3º – A instituição inscrita ficará sujeita ao acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, nos termos da legislação vigente e da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

Art. 4º – Revogadas as disposições em contrário, a presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 12 de agosto de 2026.

ANEXO I

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

Certifico que a Organização da Sociedade Civil **PROSSAN – Projeto Santo Antônio**, inscrita no CNPJ sob o nº **05.369.990/0001-53**, encontra-se inscrita no **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG**, sob o número **09**, estando habilitada a desenvolver ações, serviços, programas e/ou projetos destinados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa, buscando o envelhecimento saudável, conforme documentação apresentada e aprovada pela Plenária do CMDPI, nos termos da legislação vigente e da **Resolução nº 01/2024/CMDPI**.

Pouso Alegre/MG, 12 de agosto de 2026.

Válido até 12 de agosto de 2029, nos termos da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

VALDEMIR CUSTÓDIO DE SOUZA
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Laerte Henrique Piza
Código Identificador:3F86E163

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
RESOLUÇÃO Nº 14/2026/CMDPI DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação da inscrição da Organização da Sociedade Civil Residencial Sênior Serras de Minas LTDA no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 6.235/2020;

Considerando a Resolução nº 01/2024/CMDPI, que regulamenta os procedimentos para inscrição, registro e fiscalização das Organizações da Sociedade Civil e dos programas, projetos e serviços destinados à pessoa idosa junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG;

Considerando a documentação apresentada pela Organização da Sociedade Civil Residencial Sênior Serras de Minas LTDA, para fins de inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI;

Considerando a análise realizada pela Comissão responsável pela avaliação dos pedidos de inscrição e registro das Organizações da Sociedade Civil junto ao CMDPI, conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 01/2024/CMDPI;

Considerando o parecer favorável da Comissão responsável pela análise do pedido de inscrição da Organização da Sociedade Civil Residencial Sênior Serras de Minas LTDA;

Considerando a deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em Reunião Ordinária realizada em 12 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a inscrição da Organização da Sociedade Civil Residencial Sênior Serras de Minas LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **60.428.610/0001-12**, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG, sob o nº **10**.

Parágrafo Único. A referida instituição está habilitada a oferta de serviço de Instituição de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com prestação de moradia coletiva e assistência multidisciplinar em saúde, conforme documentação apresentada no processo de inscrição e nos termos da legislação vigente e da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

Art. 2º – A inscrição da Organização da Sociedade Civil terá validade pelo prazo estabelecido na Resolução nº 01/2024/CMDPI, devendo a instituição manter atualizada sua documentação e cumprir as normas e exigências estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 3º – A instituição inscrita ficará sujeita ao acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, nos termos da legislação vigente e da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

Art. 4º – Revogadas as disposições em contrário, a presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 12 de agosto de 2026.

ANEXO I

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

Certifico que a Organização da Sociedade Civil Residencial Sênior Serras de Minas LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº **60.428.610/0001-12**, encontra-se inscrita no **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG**, sob o número **10**, estando habilitada à oferta de serviço de Instituição de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com prestação de moradia coletiva e assistência multidisciplinar em saúde, conforme

documentação apresentada no processo de inscrição e nos termos da legislação vigente e da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

Pouso Alegre/MG, 12 de agosto de 2026.

Válido até 12 de agosto de 2029, nos termos da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

VALDEMIR CUSTÓDIO DE SOUZA
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Laerte Henrique Piza
Código Identificador:6D867FD8

SECRETARIA DE POLÍTICA SOCIAIS
RESOLUÇÃO Nº 15/2026/CMDPI DE 12 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação da inscrição da Organização da Sociedade Civil Casa de Repouso Santo Expedito no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 6.235/2020;

Considerando a Resolução nº 01/2024/CMDPI, que regulamenta os procedimentos para inscrição, registro e fiscalização das Organizações da Sociedade Civil e dos programas, projetos e serviços destinados à pessoa idosa junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG;

Considerando a documentação apresentada pela Organização da Sociedade Civil Casa de Repouso Santo Expedito, para fins de inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI;

Considerando a análise realizada pela Comissão responsável pela avaliação dos pedidos de inscrição e registro das Organizações da Sociedade Civil junto ao CMDPI, conforme os critérios estabelecidos na Resolução nº 01/2024/CMDPI;

Considerando o parecer favorável da Comissão responsável pela análise do pedido de inscrição da Organização da Sociedade Civil Casa de Repouso Santo Expedito;

Considerando a deliberação da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, em Reunião Ordinária realizada em 12 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a inscrição da Organização da Sociedade Civil Casa de Repouso Santo Expedito, inscrita no CNPJ sob o nº **05.775.301/0001-00**, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG, sob o nº **11**.

Parágrafo Único. A referida instituição está habilitada a oferta de serviço de Instituição de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com prestação de moradia coletiva e assistência multidisciplinar em saúde, conforme documentação apresentada no processo de inscrição e nos termos da legislação vigente e da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

Art. 2º – A inscrição da Organização da Sociedade Civil terá validade pelo prazo estabelecido na Resolução nº 01/2024/CMDPI, devendo a instituição manter atualizada sua documentação e cumprir as normas e exigências estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 3º – A instituição inscrita ficará sujeita ao acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, nos termos da legislação vigente e da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

Art. 4º – Revogadas as disposições em contrário, a presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pouso Alegre/MG, 12 de agosto de 2026.

ANEXO I

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

Certifico que a Organização da Sociedade Civil Casa de Repouso Santo Expedito, inscrita no CNPJ sob o nº **05.775.301/0001-00**, encontra-se inscrita no **Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI de Pouso Alegre/MG**, sob o número **11**, estando habilitada à oferta de serviço de Instituição de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), com prestação de moradia coletiva e assistência multidisciplinar em saúde, conforme documentação apresentada no processo de inscrição e nos termos da legislação vigente e da Resolução nº 01/2024/CMDPI.
Pouso Alegre/MG, 12 de agosto de 2026.

Válido até 12 de agosto de 2029, nos termos da Resolução nº 01/2024/CMDPI.

VALDEMIR CUSTÓDIO DE SOUZA
Presidente do CMDPI

Publicado por:
Laerte Henrique Piza
Código Identificador:CF19284F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ADITIVO DE VALOR CONTRATO Nº 203/2026 - PREGÃO ELETRONICO Nº 70/2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG - Termo aditivo de valor ao contrato Nº 203/2026 - Decorrência: PREGÃO ELETRONICO nº 70/2025 – Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE DRENAGEM E REDES DE CAPTAÇÃO DE AGUAS PLUVIAIS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS.CONTRATADA : CCP COMPANHIA DE CONSTRUÇOES PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. Valor:R$ 1.168.526,08 (um milhão cento e sessenta e oito mil quinhentos e vinte e seis reais e oito centavos), representando um acrescimo de 21.39% ao valor do contrato. Dotação orçamentária : 02.009.004.0451.0029.2183.3.3.90.39.00– ficha 673. Data assinatura: 20/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:963876EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
ERRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG – ERRATA – CONTRATO Nº 264/2026. Onde se Lê: **ONDE SE LÊ: Item 10 – GRADE DE CONTENÇÃO:** Locação de grades de isolamento/contenção (gradil) tubular, em aço tubular galvanizado, com medidas de **2,00 m de largura x 1,20m de altura**, **LEIA-SE: Item 10 – GRADE DE CONTENÇÃO:** Contratação para prestação do serviço de locação de **grades em metalon galvanizado, medindo 1,10 metros de altura, em perfeito estado de uso e conservação**.

Pouso Alegre 24 de agosto de 2026.

PAULO SERGIO LADEIA DE CASTRO –
Secretário Municipal de Esportes.

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:348D9D2B

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
PRORROGAÇÃO E REAJUSTE CONTRATO Nº 260/2024 - PREGÃO ELETRONICO Nº 136/2023

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG – Prorrogação e reajuste contrato Nº 260/2024 – PREGAO ELETRONICO nº 136/2023 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema integrado de monitoramento e coleta de placas veiculares para atender a demanda do município de pouso alegre (zona urbana, rural e distritos), incluindo instalação, manutenção preventiva e corretiva, remanejamento e suporte técnico. CONTRATADA: ENERGY SYSTEM DO BRASIL IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA. Índice de reajuste: 4,37% O contrato obriga-se a continuar por mais 12(doze) meses, com inicio em 23/08/2026 e termino previsto para 23/08/2027. Data assinatura:. 21/08/2026 Dotação orçamentária: nº 02.019.000.0004.0182.0029.2051.3.3.90.39.00– FICHA 1422

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:267C6B69

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA

Adesão a ARP nº 05/2026
Processo Administrativo nº 135/2026
OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO: FARMÁCIA MÓVEL, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG.

Tendo em vista as informações constantes dos autos em epígrafe, referente à Adesão da Ata de Registro de Preços vigente nº 05/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 42/2025, promovido pelo CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL – CONSAÚDE, cujo objeto foi o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CONSAÚDE E DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSAÚDE – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO VALE DO RIBEIRA E LITORAL SUL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, após apreciação quanto à necessidade da contratação, à justificativa apresentada, à escolha da solução pretendida e à conveniência e oportunidade da adesão, **RATIFICO tais fundamentos, no âmbito das competências desta autoridade, e AUTORIZO a adesão à Ata de Registro de Preços nº 05/2026**, em favor da empresa BELABRU COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.353.258/0001-60, sediada São Paulo/SP, à Av. Imperatriz Leopoldina, n° 1248, Conj. 508, Vila Leopoldina, no valor total de R$ 635.000,00 (seiscentos e trinta e cinco mil reais).

Pouso Alegre/MG, 19 de agosto de 2026.

MÔNICA MARIA MENDES -
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Ana Carolina Boschi Santana
Código Identificador:BB83DA87

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATA

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 261/2024

Processo Licitatório nº 132/2024 – Inexigibilidade por Credenciamento nº 005/2024.
Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato, cujo objeto é "**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS JUNTO AO DETRAN/MG PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE VISANDO ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRATA/MG**".
Partes: Município de Prata-MG e **JACKSON BRUNO DE ALMEIDA NASCIMENTO 09401536619.**
Valor Global: O valor total global estimado para a presente prorrogação é de R$231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais).
Fundamento Legal: art. 107, da Lei 14.133/21.
Vigência: 22/08/2026 a 21/08/2027.
Data da assinatura: 21/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:AC3A3F20

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 262/2024

Processo Licitatório nº 132/2024 – Inexigibilidade por Credenciamento nº 005/2024.
Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato, cujo objeto é "**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS JUNTO AO DETRAN/MG PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE VISANDO ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRATA/MG**".
Partes: Município de Prata-MG e **SINESIO VIEIRA ALVES JUNIOR 05555135645.**
Valor Global: O valor total global estimado para a presente prorrogação é de R$231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais).
Fundamento Legal: art. 107, da Lei 14.133/21.
Vigência: 22/08/2026 a 21/08/2027.
Data da assinatura: 21/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:0DAE9E0D

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 265/2024

Processo Licitatório nº 132/2024 – Inexigibilidade por Credenciamento nº 005/2024.
Objeto: prorrogação do prazo de vigência do Contrato, cujo objeto é "**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS JUNTO AO DETRAN/MG PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESPACHANTE VISANDO ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRATA/MG**".
Partes: Município de Prata-MG e **MOTINHA DESPACHANTE – ME.**
Valor Global: O valor total global estimado para a presente prorrogação é de R$231.000,00 (duzentos e trinta e um mil reais).
Fundamento Legal: art. 107, da Lei 14.133/21.
Vigência: 28/08/2026 a 27/08/2027.
Data da assinatura: 24/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:734362B9

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 253/2023

Processo Licitatório nº 148/2023 - Inexigibilidade por Credenciamento nº 022/2023.
Partes: Município de Prata-MG e **45.687.376 RENATO DANES GONCALVES.**

Objeto: Prorrogação do contrato, cujo objeto do processo é "**Credenciamento para contratação de empresa para prestação de serviços de pintor, pedreiro, carpinteiro, jardineiro, serralheiro, eletricista, encanador/bombeiro hidráulico e calceteiro, para manutenção das instalações prediais de forma preventiva e corretiva no município do Prata/MG, conforme solicitação das Secretarias mediante demanda**".
Fundamento Legal: art. 57, II da Lei 8.666/93.
Vigência: de 18/07/2026 a 17/07/2027.
Valor do Contrato: R$3.400.531,20 (três milhões quatrocentos mil quinhentos e trinta e um reais e vinte centavos).
Data da assinatura: 17/07/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Silva Ferreira Nunes
Código Identificador:9A183A60

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 036/2026 – TERMO DE FOMENTO -INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 024/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PRATA-MG, CNPJ nº 18.260.505/0001-50 e ASSOCIAÇÃO JUDÁ CNPJ nº48.160.760/0001-92

Objeto: **Repasse de recursos financeiros provenientes de Emenda Parlamentar Impositiva para a Associação Judá, destinados à reforma da cobertura de sua sede, compreendendo a aquisição de materiais e a contratação de mão de obra para execução dos serviços.**

Fundamento Legal: Art. 31 da Lei Federal n° 13.109/2014 e demais alterações c/c Lei Orçamentária anual.

Valor do repasse: R$**14.403,85 (Quatorze Mil Quatrocentos e Três Reais e Oitenta e Cinco Centavos)**
Prazo de vigência do termo: de 24/08/2026 a 24/08/2027
Data da Assinatura: 24/08/2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:8DE0A04C

ASSESSORIA JURÍDICA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº 045/2026 – TERMO DE FOMENTO -INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 031/2026

Partes: MUNICÍPIO DE PRATA-MG, CNPJ nº 18.260.505/0001-50 e INSTITUTO JOVEM CIDADÃO CNPJ nº03.284.717/0002-81

Objeto:**REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, COM RECURSOS PRÓPRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL, TRABALHO E PROMOÇÃO HUMANA, destinados à execução de obras de construção da fundação, alvenaria e reboco na sede da Guarda Mirim, visando à melhoria e adequação da estrutura física da entidade para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento de seus beneficiários.**

Fundamento Legal: Art. 31 da Lei Federal n° 13.109/2014 e demais alterações c/c Lei Orçamentária anual.

Valor do repasse: R$200.000,00 (duzentos mil reais)
Prazo de vigência do termo: de 24/08/2026 a 24/08/2027
Data da Assinatura: 24/08/2026

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Samara Aissa Silva
Código Identificador:4A5EF725

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 190 /2026 DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Processo Licitatório nº 100/2026 – Modalidade: **Inexigibilidade de Licitação** nº 029/2026.
Objeto: Contratação de empresa para realização de show artístico com a "Banda Mr. Gyn", a ser realizado no dia 14 de novembro de 2026, no Parque Municipal do Jatobá "Natan Prado Mantelli", localizado na Rua Tenente Reis, n° 701, Bairro Edna, no município do Prata/MG, com início às 21h00 e duração de 1 hora e 30 minutos, nas festividades do "Prata 153 anos", organizado pela Prefeitura Municipal do Prata, através da Secretaria Municipal de Cultura.
Contratante: **Município de Prata - MG** – Contratada: **PROFECIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA.** inscrita no CNPJ sob o **nº 50.316.425/0001-82**
Valor Total Global: **R$60.000,00 (sessenta mil reais)**
Fundamento Legal: Inciso II, do art. 74, da Lei n. 14.133/21.
Data da Ratificação: 12/08/2026.
Data da Assinatura: 13/08/2026.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:8CBA4016

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE CARONA

Ratificação do Prefeito Municipal
24/08/2026

Adesão mediante "CARONA" à Ata de Registro de Preços n° 054/2025, oriundas do Processo n° 011708/2025 – Pregão Eletrônico n° 061/2025, da Prefeitura do Município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás, cujo objeto é Contratação de Empresa para o fornecimento de implementos agrícolas (CARRETA FORRAGEIRA BASCULANTE) em atendimento a Secretaria Municipal de Serviços Públicos do Município de Prata/MG.

O Prefeito do Município do Prata, Marcel Vieira Rodrigues da Cunha, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA o Ato da Comissão de Contratação.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:59894C1C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE LICITAÇÃO N° 003/2026.

Ratificação do Prefeito Municipal
19/08/2026.

Credenciamento nº 003/2026, Processo Licitatório nº 085/2026 – Objeto: Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços de consultas, exames, cirurgias, plantões, transferências, imobilização ortopédica, fonoaudiólogo, confecção de próteses dentárias e outros, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município do Prata/MG.
Credenciadas (os):

GABRIEL BIAZOTTO CLINICA MEDICA LTDA
CNPJ: 51.047.401/0001-38
Protocolo sob o **nº 03745/2026**, no dia **05/08/2026.**

- Médico Clínico Geral para Atendimento no CAPS.
- Plantão Sobreaviso Especialidade Diurno
- Plantão Sobreaviso Especialidade Noturno
- Plantão Clínico Geral Especializado Diurno
- Plantão Clínico Geral Especializado Noturno

MINA CAETANO MEDICINA E SAUDE LTDA
CNPJ: 65.612.175/0001-03
Protocolo sob o **nº 03853/2026**, no dia **07/08/2026.**

- Consulta Médico Clínico Geral
- Médico Diretor Clínico do Pronto Atendimento Municipal do Prata para Coordenação dos Serviços Médicos.
- Médico Clínico Geral para Atendimento no CAPS.
- Médico Clínico Geral para Presídio – PNAISP
- Médico Clínico Geral para Atendimento no SAD
- Plantão Clínico Geral Diurno nos Distritos
- Plantão Clínico Geral Diurno
- Plantão Clínico Geral Noturno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas Diurno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas Noturno

PRIME UROLOGIA
CNPJ: 24.145.162/0001-86
Protocolo sob o **nº 03868/2026**, no dia **07/08/2026.**

- Consulta Médico Urologista
- Consulta Pré e Pós Operatória para Cirurgia Geral
- Postectomia
- Vasectomia

LORENA CAREN ALMEIDA
CNPJ: 66.152.686/0001-44
Protocolo sob o **nº 03881/2026**, no dia **10/08/2026.**

- Plantão Clínico Geral Diurno
- Plantão Clínico Geral Noturno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas – Diurno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas – Noturno
- Transferência Diurna (Período das 07:00 às 19:00 horas)
- Transferência Noturna (Período das 19:00 às 07:00 horas)

ANA EMILIA BORGES SERVIÇOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 48.494.471/0001-20
Protocolo sob o **nº 03899/2026**, no dia **10/08/2026.**

- Plantão Sobreaviso Especialidade Diurno
- Plantão Sobreaviso Especialidade Noturno
- Plantão Clínico Geral Diurno
- Plantão Clínico Geral Noturno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas – Diurno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas – Noturno
- Transferência Diurna (Período das 07:00 às 19:00 horas)
- Transferência Noturna (Período das 19:00 às 07:00 horas)
- Ultrassonografia Abdome Total
- Ultrassonografia com Doppler
- Ultrassonografia Mapeamento de Trombose
- Ultrassonografia Ginecológica
- Ultrassonografia Geral
- Ultrassonografia Morfológica
- Ultrassom Obstétrico-

MELO SERVIÇOS MEDICOS DE SAUDE LTDA
CNPJ: 63.974.013/0001-81
Protocolo sob o **nº 03905/2026**, no dia **10/08/2026.**

- Plantão Clínico Geral Diurno
- Plantão Clínico Geral Noturno
- Transferência Diurna (Período das 07:00 às 19:00 horas)
- Transferência Noturna (Período das 19:00 às 07:00 horas)
- Plantão Sobreaviso Especialidade Diurno
- Plantão Sobreaviso Especialidade Noturno
- Plantão Clínico Geral Especializado Diurno
- Plantão Clínico Geral Especializado Noturno

FERNANDA SERVIÇOS MEDICOS LTDA.
CNPJ: 68.120.119/0001-31
Protocolo sob o **nº 03908/2026**, no dia **10/08/2026.**

-Consulta Médico Clínico Geral
- Plantão Sobreaviso Especialidade Diurno
- Plantão Sobreaviso Especialidade Noturno
-Plantão Clínico Geral Especializado Diurno
- Plantão Clínico Geral Especializado Noturno
- Plantão Clínico Geral Diurno
- Plantão Clínico Geral Noturno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas – Diurno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas – Noturno
- Plantão Clínico Geral Especializado Diurno – Datas Específicas
- Plantão Clínico Geral Especializado Noturno – Datas Específicas
- Plantão Especialidades Básicas - Diurno Presencial
- Plantão Sobreaviso Especialidade Noturno – Datas Específicas
- Transferência Diurna (Período das 07:00 às 19:00 horas)
- Transferência Noturna (Período das 19:00 às 07:00 horas)

ANTOUN ISSA NETO SERVIÇOS MEDICO LTDA.
CNPJ: 63.920.833/0001-90
Protocolo sob o **nº 03962/2026**, no dia **11/08/2026.**

- Plantão Sobreaviso Especialidade Diurno
- Plantão Sobreaviso Especialidade Noturno
- Plantão Clínico Geral Diurno nos Distritos
-Plantão Clínico Geral Especializado Diurno
- Plantão Clínico Geral Especializado Noturno
- Plantão Clínico Geral Especializado Diurno – Datas Específicas
- Plantão Clínico Geral Especializado Noturno – Datas Específicas
- Transferência Diurna (Período das 07:00 às 19:00 horas)
- Transferência Noturna (Período das 19:00 às 07:00 horas)

EM ASSISTENCIA MEDICA LTDA.
CNPJ: 66.124.609/0001-80
Protocolo sob o **nº 04018/2026**, no dia **12/08/2026.**

- Consulta Médico Clínico Geral
- Médico Auditor, Autorizador, Revisor e Regulador
- Médico Clínico Geral para Atendimento no CAPS.
- Médico Clínico Geral para Presídio – PNAISP
- Médico Clínico Geral para Atendimento no SAD
- Plantão Clínico Geral Diurno nos Distritos
-Plantão Clínico Geral Especializado Diurno
- Plantão Clínico Geral Especializado Noturno
- Plantão Clínico Geral Diurno
- Plantão Clínico Geral Noturno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas Diurno
- Plantão Clínico Geral – Datas Específicas Noturno
- Plantão Clínico Geral Especializado Diurno – Datas Específicas
- Plantão Clínico Geral Especializado Noturno – Datas Específicas
- Transferência Diurna (Período das 07:00 às 19:00 horas)

- Transferência Noturna (Período das 19:00 às 07:00 horas)

O Prefeito do Município do Prata, Marcel Vieira Rodrigues da Cunha no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA o Ato da Comissão de Contratação.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:CE9CCB1C

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE LICITAÇÃO N° 003/2026.

Ratificação do Prefeito Municipal
24/08/2026.

Credenciamento nº 003/2026, Processo Licitatório nº 085/2026 – Objeto: Credenciamento de profissionais e/ou pessoas jurídicas para prestação de serviços de consultas, exames, cirurgias, plantões, transferências, imobilização ortopédica, fonoaudiólogo, confecção de próteses dentárias e outros, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município do Prata/MG.

Credenciada:

CUIDAR SERVIÇOS MEDICOS LTDA – ME.
CNPJ: 11.228.211/0001-00
Protocolo sob o nº 04205/2026, no dia 19/08/2026.

- Consulta Médica Neuropediatria.

O Prefeito do Município do Prata, Marcel Vieira Rodrigues da Cunha no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA o Ato da Comissão de Contratação.

MARCEL VIEIRA RODRIGUES DA CUNHA.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Roseane Alves Gonzaga
Código Identificador:D9FB8C5D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PRATINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2026
MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 004/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL, PARA AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL CORONEL NECA DE PAULA, COM CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) SALAS DE AULA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE PRATINHA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.
O Prefeito do Município de Pratinha - MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a legitimidade do procedimento licitatório, em especial a habilitação e resultado do julgamento da proposta de preço, proferida pela Comissão Permanente de Licitação, e acolhendo o parecer favorável da Procuradoria Jurídica deste município, estando em conformidade com a Lei Federal nº 1.133/21 e demais legislação aplicada;

RESOLVE:

ADJUDICO a presente licitação, adjudicando seu objeto a empresa. **D2D CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA- CNPJ: 36.918.567/0001-99, R$ 635.200,00 (seiscentos e trinta e cinco mil e duzentos reais)**

Com este ato fica convocada a proponente vencedora para assinatura do instrumento de contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis conforme previsto no instrumento convocatório e nos termos do art. 64, caput, da Lei n. º 14.133/21, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

Pratinha/MG, 20 de agosto de 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal, de Pratinha/MG

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:5300FD43

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2026
MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 005/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL PARA A AMPLIAÇÃO DO CEMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NEUSA OLÍMPIA DOS REIS, MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE 04 (QUATRO) SALAS DE AULA E 02 (DOIS) SANITÁRIOS, SENDO UM MASCULINO E UM FEMININO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE PRATINHA/MG. CONFORME TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS.
O Prefeito do Município de Pratinha - MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a legitimidade do procedimento licitatório, em especial a habilitação e resultado do julgamento da proposta de preço, proferida pela Comissão Permanente de Licitação, e acolhendo o parecer favorável da Procuradoria Jurídica deste município, estando em conformidade com a Lei Federal nº 1.133/21 e demais legislação aplicada;

RESOLVE:

ADJUDICO a presente licitação, adjudicando seu objeto a empresa. **D2D CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA- CNPJ: 36.918.567/0001-99, R$ 457.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete mil reais).**

Com este ato fica convocada a proponente vencedora para assinatura do instrumento de contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis conforme previsto no instrumento convocatório e nos termos do art. 64, caput, da Lei n. º 14.133/21, sob pena de decair o direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.

Pratinha/MG, 20 de agosto de 2026

WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal, de Pratinha/MG

Publicado por:
Taciane Alexandra Reis Pereira
Código Identificador:5B23D2E1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2026 PROCESSO: Nº 053/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO Nº 022/2026
PROCESSO: Nº 053/2026
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, EPIs, COPA E COZINHA E DESCARTAVEIS PARA ATENDIMENTO DOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATINHA/MG.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2026

CONTRATANTE: Município de Pratinha- Prefeitura Municipal

CONTRATADA: A & M SOLUCOES INTEGRADAS LTDA - 57.601.967/0001-46

CONTRATADA: M F DE S NETO COMÉRCIO E SERVIÇO - 30.804.862/0001-38

CONTRATADA: CICCI DISTRIBUIDORA LTDA - 65.434.585/0001-01

CONTRATADA: CIRURGICA CLARA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - 44.303.986/0001-44

CONTRATADA: PRIME FORNECIMENTOS COMERCIAIS LTDA - 51.343.736/0001-01

CONTRATADA: APOIO PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - 35.886.714/0001-23

O Prefeito do Município de Pratinha - MG, no uso de suas atribuições legais, considerando a legitimidade do procedimento licitatório, em especial a habilitação e resultado do julgamento da proposta de preço, proferida pela Comissão Permanente de Licitação, e acolhendo o parecer favorável da Procuradoria Jurídica deste município, estando em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicada.

RESOLVO, pela homologação do julgamento da Licitação em epígrafe nos termos da ata destes autos, adjudicando os seus objetos aos licitantes vencedores A & M SOLUCOES INTEGRADAS LTDA -, com valor global R$ 39.555,46 (Trinta e nove mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), M F DE S NETO COMÉRCIO E SERVIÇO R$ 31.532,40 (trinta e um mil e quinhentos e trinta e dois reais e quarenta centavos) CICCI DISTRIBUIDORA LTDA, R$ 16.306,20 (dezesseis mil e trezentos e seis reais e vinte centavos), CIRURGICA CLARA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - R$ 1.346,50 (mil e trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), PRIME FORNECIMENTOS COMERCIAIS LTDA R$ 645,00 (seiscentos e quarenta e cinco reais), APOIO PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA R$ 2.558,60 (Dois mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos),.)

Pratinha-MG, 24 de agosto 2026

Contratante:
Município de Pratinha/MG
WELLINGTON JOSÉ CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dione Fernando Ferreira
Código Identificador:99925B88

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUARTEL GERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 170/2026, PROCESSO 254/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

ROZÉLIA GERALDA DE OLIVEIRA, solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **- MODELO COMÉRCIO DE PEÇAS, IMPLEMENTOS E SERVIÇOS LTDA - ME,** no valor de **R$ 5.363,60 (Cinco Mil e Trezentos e Sessenta e Tres Reais e Sessenta Centavos),** devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 6 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:62C44FD8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 179/2026, PROCESSO 266/2026 ART. 75 § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022;

RENATO AUGUSTO MENDES, solicitante da demanda em exercício no uso de suas atribuições legais fincadas na lei orgânica, e, ainda no que prescreve o **ART. 75, § 7º DA LEI FEDERAL 14.133/2021 C/C ART. 8º § 4º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 098/2022, RATIFICO E AUTORIZO,** contratação do licitante **ROMUALDO AUTO PEÇAS DE ABAETE LTDA ,** no valor de **R$ 8.210,00 (Oito Mil e Duzentos e Dez Reais) ,** devendo o setor de compras proceder a emissão da ordem de serviço devendo o ato em questão ser publicado no site oficial do município, e, ainda no diário oficial dos municípios mineiros, (AMM), na forma contida no parágrafo único do art. 72 da já citada lei de licitações.

Quartel Geral, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:FFE571CB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO AVISO DE RETIFICAÇÃO.

–PREFEITURA MUNICIPAL DE QUARTEL GERAL/ MG – Processo licitatório nº 256/2026 – Pregão Eletrônico: 48/2026. Torna publico para conhecimento dos interessados o aviso de retificação do processo licitatório cujo objeto: Aquisição de um veiculo 0 km tipo micro ônibus adaptado ano 2026/2026 em atendimento ao convênio de saída nº 1491000455/2026/SEGOV que entre si celebram o Estado de Minas Gerais, por intermédio a Secretária de Estado de Governo e o Municipio de Quartel Geral para os fins nele especificados. Nova data de abertura dia 10/09/2026 as 08:00 hs. Informações (37) 999575102–

CIBELE DE ASSIS CAMPOS –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação – 24/08/2026.

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:16235D01

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO LEI MUNICIPAL N.º 1525/2026

"Autoriza o Executivo Municipal a outorgar escritura de retirada de clausulas de imóvel urbano e dá outras providências."

O povo do Município de Quartel Geral/MG, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais na Câmara Municipal de Quartel Geral, aprova e eu, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta lei tem por finalidade autorizar o executivo a outorgar escritura para retirada de cláusulas de imóvel urbano.

Art. 2º. Fica o executivo municipal autorizado a outorgar escritura para retirar as cláusulas 1 e 2 constantes no AV-3 da Matrícula 11.767, de propriedade de FERNANDA GRACIELA DA SILVA, CPF: 104.021.406-13, lote 10 da quadra 33, localizado na Rua Augusto Roseno, bairro Novo Quartel em Quartel Geral- MG.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições que a contrariem.

Quartel Geral/MG, 21 de agosto de 2026.

GASPAR CARLOS FILHO
Prefeito

Publicado por:
Cibele de Assis Campos
Código Identificador:20CF65FF

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE QUELUZITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026.

O município de Queluzito – MG, torna público o Pregão Eletrônico Nº 15/2026, autorizado pelo PL Nº 63/2026, visando a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de veículos para o transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino nos termos do Convênio de Saída Nº 1261000277/2026/SEE em atendimento a 08/09/2026 às 09h00min. Edital disponível em **www.queluzito.mg.gov.br e na plataforma: https://queluzito.licitapp.com.br/.**

Queluzito, 24/08/2026.

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação/Pregoeira Municipal

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:C897756C

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026, DECORRENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO – EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026,que entre si celebram a**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUELUZITO e PAS SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto:** Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 05/2025, Processo Licitatório Nº 09/2025 – Pregão Eletrônico Nº 05/2025, realizado pelo Consórcio Público para o Desenvolvimento da Microrregião do Alto Paraopeba e Vertentes que possui como finalidade a contratação de mão de obra especializada para execução de prestação de serviços em atendimento às Secretarias Municipais de Queluzito - MG. **Valor:** R$ 300.707,00 (trezentos mil, setecentos e sete reais). **Vigência:**12 meses. **Data da assinatura:**24/08/2026.

Queluzito, 24/08/2026

LÚCIA HELENA VIEIRA DA COSTA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Lúcia Helena Vieira da Costa Santos
Código Identificador:42E7371F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RECREIO

SETOR JURÍDICO
PORTARIA Nº 243, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia Encarregada.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RECREIO, **MG**, no uso da atribuição que lhe confere os incisos VI e IX do art. 81 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **ELIANE DE FÁTIMA DE ALMEIDA SIMÕES**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração de Encarregada, a partir desta data.

Art. 2º Determinar que esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Recreio, 24 de agosto de 2026.

LEANDRO FERREIRA MEDEIROS
Prefeito de Recreio

Publicado por:
Carolina Meira Ribeiro
Código Identificador:E6876E3A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados/MG, torna público a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO, referente ao Processo Licitatório N° 056/2026, Concorrência Presencial N.º 005/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA – MODELO 2, NA COMUNIDADE ESTREITO, NO MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS/MG, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E TODOS OS INSUMOS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000143/2026/SEE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, PROJETOS EXECUTIVOS E DEMAIS DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE INTEGRAM OS ANEXOS DO EDITAL.EMPRESA: CONTRUTORA REALIZA DE PORTEIRINHA LTDA, CNPJ: 31.055.017/0001-70.

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:942AF725

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Município de Riacho dos Machados/MG, torna público a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO, referente a ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 048/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 044/2024 do ORGÃO GERENCIADOR: CONSORCIO INTEGRADO MULTIFINALITÁRIO DO VALE DO JEQUITINHONHA-CIM JEQUITINHONHA, CNPJ: 22.835.076/0001-70. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS ESCOLARES PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIM JEQUITINHONHA.Empresa: SOLUÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI, CNPJ: 25.109.467/0001-03

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:6242124F

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
AVISO DE CREDENCIADOS

A Prefeitura Municipal de Riacho dos Machados torna público o CREDENCIAMENTO das seguintes pessoas jurídicas, Cujo objeto é

o CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E EXAMES ESPECIALIZADOS, PROCEDIMENTOS CIRURGICOS, AMBULATORIAL E CONSULTAS, PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICIPIO DE RIACHO DOS MACHADOS/MG, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS. - PROCESSO LICITATÓRIO 007/2026 - CREDENCIAMENTO 001/2026.
CREDENCIADOS: ANGIOLIFE CLINICA MEDICA LTDA, CNPJ: 23.110.431/0001-06.

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:A0B9B517

PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS
EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato Administrativo, referente à CONCORRÊNCIA N.º 004/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), PADRÃO EM ALVENARIA, TIPOS I E II, NO MUNICÍPIO DE RIACHO DOS MACHADOS/MG, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO SES Nº 11.188, DE 20 DE MAIO DE 2026, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E TODOS OS SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DA OBRA, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS INTEGRANTES DOS ANEXOS DO EDITAL. Contratada: CONTRUTORA REALIZA DE PORTEIRINHA LTDA, CNPJ: 31.055.017/0001-70

RICARDO DA SILVA PAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erica Cristina da Silva
Código Identificador:CC2EADB4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

CORREGEDORIA DO MUNICÍPIO
ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 10718/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG
CORREGEDORIA GERAL DO MUNICIPIO

ENCERRAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

AUTOS: 10718/2019
Servidor (a): S. M. S. F. L.

Comissão Processante:
Giovani Cesar Acorroni Romualdo,
Luzinete Ferreira Rodrigues e
Valéria Januário.

Decisão: Extinção do processo e consequentemente da punibilidade pela ocorrência de prescrição intercorrente com fulcro no art. 166 c/c art. 147, da Lei Complementar Municipal 038/2006.

Publicado por:
Valeria Januario Trindade
Código Identificador:1BEA2BF6

GERÊNCIA LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 068/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20592/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 068/2026

OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE AGREGADOS PARA PRODUÇÃO DE CBUQ NA USINA MUNICIPAL DE ASFALTO.

Empresa vencedora: **JAF CONSTRUÇÕES – 00.150.489/0001-88**, com lote único perfazendo o valor total de: R$3.577.997,28 (TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E SETENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

RIBEIRÃO DAS NEVES – MG, 20 de Agosto de 2026

DENISE ALVES ALBERTO/
Pregoeira

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:645242A7

GERÊNCIA LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA 106/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG

Edital de Dispensa Eletrônica 106/2026

Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital de Dispensa de Licitação Nº 106/2026, cujo **objeto consiste na aquisição de 4 (quatro roçadeiras)**. A data de realização da sessão será no dia 01/09/2026 às 09:00.

VERÔNICA TRINDADE GUIMARÃES ALVES DIAS.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:46396D3A

GERÊNCIA LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90 E 91 DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público, o extrato de homologação e atas de registro de preços Nºs 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90 e 91 de 2026, referente ao Pregão: Nº. 80/2026, processo N.º 7937/2026, objeto: Registro de preço para aquisição de materiais elétricos diversos. Conforme Memo SEMOB-SPA. N° 92/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 83/2026 – JAF CONSTRUCOES LTDA – 00.150.489/0001-88 – com os itens 17, 20, 25 e 85 perfazendo o valor total de 131.310,00 (cento e trinta e um mil, trezentos e dez reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 84/2026 – COMERCIAL JOMAR LTDA – CNPJ: 09.265.484/0001-75 com os itens 4, 47, 51, 61, 62, 66, 68, 70, 71, 76, 77, 78, 106 e 109 R$ 41.346,00 (quarenta e um mil, trezentos e quarenta e seis reais)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 85/2026 – TRANSMIG TRANSPORTE E COMERCIO LTDA – CNPJ: 17.481.756/0001-00 com os itens 1, 2, 6, 7, 58, 60, 63, 64, 65, 74, 81, 82, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 110, 111, perfazendo o valor total de R$ 108.042,20 (cento e oito mil, quarenta e dois reais e vinte centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 86/2026 – EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA

– CNPJ: 37.278.673/0001-18 - com o item 69 perfazendo o valor total de R$ 4.128,00 (Quatro mil cento e vinte e oito reais).
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 87/2026 – PIX LED COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ – 45.966.80/000167 com os itens 28, 29, 41, 42, 43, 44, 4, 67, 91, 108, 112, perfazendo o valor total R$ 16.635,40 (dezesseis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 88/2026 – MULTINEGOCIOS LTDA – CNPJ: 46.789.706/0001-85 – com os itens 45, 46, 52, 53, 54, 55, 56, 83 e 84 perfazendo o valor total de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 89/2026 – SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA – CNPJ: 49.392.317/0001-00 – com os itens 5, 33, 34, 35 e 36 – perfazendo o total de R$ 5.230,00 (cinco mil duzentos e trinta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 90/2026 – RV MATERIAIS ELETRICOS LTDA – **CNPJ: 59.289.361/0001-42** com os itens 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 72 e 73, perfazendo o valor total de R$ 664.640,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 91/2026 – FERCON ATACADISTA LTDA – CNPJ – **61.681.878/0001-24** com o item 2, perfazendo o valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Ribeirão da Neves, 24 de agosto de 2026.

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA /
Secretário Municipal de Obras

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:D1F44B13

GERÊNCIA LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 047/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG

Pregão Eletrônico 047/2026

Torna público que se encontra disponível no site www.ribeiraodasneves.mg.gov.br, o edital do Pregão Eletrônico 047/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão das Neves. A data para realização da sessão será dia 10/09/2026 às 09:00 hrs.

HELOÍSA MOREIRA VIEIRA/
Pregoeira.

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:A0D715DA

GERÊNCIA LICITAÇÃO
RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA 127/2025

RESULTADO

DISPENSA ELETRÔNICA 127/2025
PROCESSO: 17102/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO, FORNECIMENTO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL, A SEREM IMPLANTADOS NO CAMPO DE FUTEBOL ESTRELA, LOCALIZADO NO BAIRRO FLUMINENSE, NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG, EM ATENDIMENTO À EMENDA PARLAMENTAR IMPOSITIVA Nº 131/2022, DE AUTORIA DO VEREADOR RENATO JOSÉ AMARANTE.

CERTAME FRUSTRADO.

VERÔNICA TRINDADE GUIMARÃES ALVES DIAS
Comissão de Licitação

Publicado por:
Tatiele Cristina Ferreira de Souza
Código Identificador:29658D29

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 172/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –172/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

0087ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
PYJ7D82	20/08/2026	14/02/2025	RJ-3206/2025	AG08836253	INDEFERIDO
HFH1J68	20/08/2026	05/02/2025	RJ-3207/2025	R100172601	INDEFERIDO
EOD1G04	20/08/2026	23/01/2025	RJ-3208/2025	R100169680	INDEFERIDO
GZE3D56	20/08/2026	14/02/2025	RJ-3209/2025	AG08839279	INDEFERIDO
OZE3F78	20/08/2026	02/02/2025	RJ-3210/2025	R100172068	INDEFERIDO
HJQ6C21	20/08/2026	17/01/2025	RJ-3211/2025	R100168506	INDEFERIDO
PYG2A46	20/08/2026	10/02/2025	RJ-3212/2025	AG08832697	INDEFERIDO
PYG2A46	20/08/2026	10/02/2025	RJ-3213/2025	AG08832698	INDEFERIDO
HHZ1B61	20/08/2026	03/01/2025	RJ-3215/2025	R100165927	INDEFERIDO
HHZ1B61	20/08/2026	11/01/2025	RJ-3216/2025	R100167457	INDEFERIDO
HHZ1B61	20/08/2026	11/01/2025	RJ-3217/2025	R100167401	INDEFERIDO
HHZ1B61	20/08/2026	22/12/2024	RJ-3218/2025	R100162818	INDEFERIDO
HOC3F89	20/08/2026	31/12/2024	RJ-3222/2025	R100165208	INDEFERIDO

Total de Registros: 13

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:9F911FFD

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EDITAL DE PUBLICAÇÃO 174/2026 RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES
Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes
EDITAL DE PUBLICAÇÃO –174/2026
RESULTADO DE RECURSO – 1ª INSTÂNCIA – 1ª JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES- JARI

0088ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª JUNTA DE 2026

A Junta Julgou os recursos abaixo, com as seguintes decisões dos processos impetrados nesta JARI.

PLACA	DATA DECISÃO	DATA DA INFRAÇÃO	PROTOCOLO	NRO INFRAÇÃO	RESULTADO
PZC8H81	21/08/2026	14/12/2024	RJ-2987/2025	R100160676	INDEFERIDO

HFD8258	21/08/2026	18/01/2025	RJ-2995/2025	AG08837868	DEFERIDO
PZW5D14	21/08/2026	11/12/2024	RJ-2997/2025	AG08834470	INDEFERIDO
QQY4129	21/08/2026	02/03/2025	RJ-3057/2025	R100178524	INDEFERIDO
IAO2C67	21/08/2026	13/12/2024	RJ-3079/2025	R100160148	INDEFERIDO
IAO2C67	21/08/2026	13/12/2024	RJ-3080/2025	R100160054	INDEFERIDO
PUI6B74	21/08/2026	16/12/2024	RJ-3102/2025	R100161271	INDEFERIDO
PUI6B74	21/08/2026	18/12/2024	RJ-3103/2025	R100161737	INDEFERIDO
PUI6B74	21/08/2026	18/12/2024	RJ-3104/2025	R100161954	INDEFERIDO
OQA8122	21/08/2026	16/12/2024	RJ-3106/2025	R100161198	INDEFERIDO
HDN8D70	21/08/2026	02/01/2025	RJ-3146/2025	AG08832792	DEFERIDO
PZZ9581	21/08/2026	07/02/2025	RJ-3149/2025	AG08838504	INDEFERIDO
HOC3F89	21/08/2026	29/12/2024	RJ-3223/2025	R100164675	INDEFERIDO

Total de Registros: 13

Das decisões da JARI cabem recursos tempestivamente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, ao Conselho Estadual de Trânsito de Minas Gerais - CETRAN / MG. O Recurso deverá ser protocolado na JARI/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, Rua Ari Teixeira da Costa, n° 1.100, Bairro Savassi, RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, CEP: 33880-630.

Presidência da JARI/RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 21 de agosto de 2026.

Publicado por:
Michele Viana de Freitas
Código Identificador:62244FF0

SECRETARIA DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E TRANSPORTE
RECURSOS LANÇADOS NA 089° SESSÃO ORDINÁRIA DA JARIT DE 2026

Nos termos e conformidade dos dispositivos regulamentares vigentes, faz-se público, para conhecimento dos interessados que esta Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Transporte - (JARIT) / RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, quando da sessão realizada no dia 24/08/2026 julgou os recursos abaixo especificados, com as seguintes decisões.

NRO. DO ANI	ENQUADRAMENTO	PROTOCOLO	DATA DE JULGAMENTO	MOVIMENTO
2608	4045	751	24/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO- JARIT
2609	4045	752	24/08/2026	INDEFERIMENTO DO RECURSO -JARIT

TOTAL DE REGISTROS LISTADOS: 02

Presidência da JARIT/ RIBEIRÃO DAS NEVES - MG, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Ana Paula Lima Barros
Código Identificador:EF1D1516

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
14ª CONVOCAÇÃO PSS 001/2026 – ENTREVISTADOR SOCIAL - SMDSC

REGIONAL JUSTINÓPOLIS – 02 VAGAS			
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**DATA DA CONVOCAÇÃO**	**HORÁRIO**
27º Ampla	Jaíza Sheila de Oliveira	25/08/2026	08:30
28º Ampla	Andréia Aparecida Nunes Souto		

Os candidatos deverão comparecer à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, localizada à Rua Ari Teixeira da Costa, nº 1.100 - Savassi - Ribeirão das Neves-MG, na data e horário informados acima, munidos de toda a documentação de acordo com o item 11 e seus subitens do edital Processo Seletivo Simplificado 001/2026 – SMDSC, para comprovação das informações fornecidas no ato da inscrição.

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:5B956040

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
DESCLASSIFICADOS 13ª CONVOCAÇÃO PSS 001/2026 – ENTREVISTADOR SOCIAL - SMDSC

REGIONAL JUSTINÓPOLIS – 02 VAGAS				
CLASSIFICAÇÃO	**NOME**	**DATA DA CONVOCAÇÃO**	**HORÁRIO**	**MOTIVO**
25º Ampla	MICHELE BATISTA LOPES DE SOUZA	21/08/2026	08:30	**Não compareceu à convocação.**
26º Ampla	ARLETE RAUSCH FONSECA ARAUJO			**Item 5.8 do Edital PSS 001/2026.**

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:308166D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 098/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO SEI Nº 456.333.019283/2026-70, CUJO O OBJETO É AQUISIÇÃO DE SALAS MULTISSENSORIAIS: VERA LUCIA CRUZ MOVEIS & AMBIENTES INTEGRADOS LTDA.

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Educação, por sua titular **DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS,** tendo em vista que a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 136, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido contrato são:

• 08.002.12.122.101.2218 – Manutenção Superintendência Administrativa (Educação) – 44.90.52 – Equipamentos e Material Permanente – Fonte 1.542.000.1071 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União - VAAT – Identificação do percentual Aplicado Na Criação De Matriculas Em Tempo Integral (ETI) na ED - Ficha **333.**

Fica apostilada a modificação de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato nº. 098/2026.

Assim, assina o presente instrumento, em 02 (duas) vias, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 24 de Agosto de 2026.

DOLORES KÍCILA ALVES CARLOS
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:8D7FC038

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO 21861/2026.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO 21861/2026.
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO DAS NEVES/MG – Torna público, o extrato dos atos de AUTORIZAÇÃO,

RATIFICAÇÃO E CELEBRAÇÃO DO CONTRATO 109/2026 REFERENTE AO PROCESSO 21861/2026.

Objeto: Contração do Show do Cantor Thalles Roberto da Silva, representado pela empresa **NOVIDADE URBANA AGENCIAMENTO LTDA**, para a realização de apresentação artística, com duração de 1h39min, no Dia 12 de Setembro de 2026, no Evento "4º Ribeirão das Luzes- 2026", em Ribeirão Das Neves, Estado De Minas Gerais.
Partes: Município de Ribeirão das Neves com Interveniência da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo e a empresa **NOVIDADE URBANA AGENCIAMENTO LTDA**, perfazendo o valor total de R$250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais).

ADALBERTO ALVES DA COSTA /
Secretário Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

Publicado por:
Karina Monteiro Souza Totte
Código Identificador:F12085CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão definitiva dos serviços **URBANIZAÇÃO DE VIAS, COMPREENDENDO TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, NA RUA JOSÉ RAMOS GOMES** no município de Ribeirão das Neves, em conformidade com o contrato nº 143/2025, firmado em **24 de outubro de 2025**, entre a Prefeitura Municipal e a empresa **MIX Construtora LTDA**, com a Ordem de Serviço emitida em 05 de novembro de 2025.
Ressaltamos que permanecem vigentes as garantias legais previstas no artigo 618 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002), que assegura a responsabilidade do construtor por eventuais defeitos estruturais pelo prazo de cinco anos, além das obrigações estabelecidas na Lei 14.133/2021, que regula a execução do contrato e a responsabilidade pós-recebimento.

Ribeirão das Neves, 24 de agosto de 2026.

TAMARA DE MATOS VIEIRA PASSOS	Representante Legal
Fiscal Do Contrato	***MIX CONSTRUTORA LTDA***

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal De Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:A0AE3A40

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Atestamos, para os devidos fins, a conclusão satisfatória dos serviços **URBANIZAÇÃO DE VIAS, COMPREENDENDO TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E OBRAS COMPLEMENTARES COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, NA RUA JOSÉ JANUÁRIO** no município de Ribeirão das Neves, em conformidade com o contrato nº 140/2025, firmado em **30 de setembro de 2025**, entre a Prefeitura Municipal e a empresa **LM Construções e Pavimentações LTDA**, com a Ordem de Serviço emitida em 22 de outubro de 2025. Retroagindo seus efeitos a **22 de junho de 2026**.
Qualquer pendência ou ajuste necessário será tratado conforme as cláusulas contratuais, e a entrega definitiva estará sujeita à realização de eventuais correções ou complementações, de acordo com as normas estabelecidas.

Ribeirão das Neves, 21 de agosto de 2026.

TAMARA DE MATOS VIEIRA PASSOS	Representante Legal
Fiscal Do Contrato	***LM CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA***

ANDRÉ ALEXANDRE DA SILVA MOTTA
Secretário Municipal De Obras

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:8EEEBED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
ORDEM DE SERVIÇO N.º 020/2026

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - SEMPLUR/SEMPLUR-SUB
ORDEM DE SERVIÇO N.º 020/2026 CONTRATO N° 013/2026 PROCESSO Nº 061/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO CONTRATADO: CONSÓRCIO COPLAN ENGENHARIA E PROJETOS

Objeto de Execução: Contratação de serviços especializados em engenharia e arquitetura consultiva para prestação de serviços técnicos na elaboração, compatibilização e adequação de estudos técnicos, projetos e soluções de Arquitetura e Engenharia em plataforma BIM, bem como no gerenciamento, supervisão, controle e apoio técnico, social e ambiental das obras de infraestrutura e edificações.

A Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, no uso de suas atribuições, vem solicitar que o Consórcio COPLAN Engenharia e Projetos, representado pela senhora Fabíola Batista Pires, inicie a ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE DIVERSAS ÁREAS DO MUNICÍPIO, ATENDENDO ÀS SOLICITAÇÕES DE EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS descritas abaixo, no valor de R$ 98.408,47 (Noventa e Oito Mil, Quatrocentos e Oito Reais e Quarenta e Sete Centavos), conforme propostas comerciais anexas (doc SEI 0398527 e 0398580), objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2026.
1) Implantação do Alambrado do Campo Arena Buracão – Rua Erasmo Antônio Romão, Bairro Santa Marta
2) Construção de nova quadra esportiva – Rua Cipreste, Bairro Girassol
3) Pavimentação da Avenida Tiradentes – Bairro Kátia
4) Pavimentação da Rua Nova Lima – Bairro Kátia
5) Pavimentação asfáltica da Rua São Judas Tadeu – Bairro Elizabeth
6) Pavimentação asfáltica da Rua Fazenda Dom Henrique – Bairro Nossa Senhora da Conceição / Comunidade da Mina Henrique
7) Implantação de grama natural e alambrado – Rua Bela Vista, Botafogo 1ª Seção
8) Implantação de Piso intertravado e passeio entre Avenida e Campo – Rua Juscelino Kubitschek, Fazenda Castro
9) Pavimentação asfáltica da Rua Serro (antiga Rua 41) - Fazenda Castro
10) Pavimentação asfáltica da Alameda dos Rubis – Vale da Prata
11) Pavimentação da Rua Cristóvão Colombo - Fazenda Castro
12) Pavimentação da Rua Divinolândia - Fazenda Castro
13) Pavimentação asfáltica da Rua Barão de Cocais (antiga Rua 33) - Fazenda Castro
14) Pavimentação da Rua Cenira Gurgel de Carvalho - Bairro Nossa Senhora da Conceição
15) Praça comunitária – Rua São Mateus, 281 - Luar da Pampulha, Justinópolis
16) Passeio da Estrada de Areias, entre os Bairros Girassol e Areias

A execução dos serviços será supervisionada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, por meio dos servidores abaixo mencionados:

Abel Carvalho M. Júnior - CAU-MG: A 41.261-9 – Fiscal do Contrato Marina Leite Braga - CAU-MG: A 293828-6 – Fiscal do Contrato Saulo Garcia Damasceno - CREA-MG: 402507 – Fiscal do Contrato

Atenciosamente,

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:3ECEECAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
ORDEM DE SERVIÇO N.º 021/2026

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - SEMPLUR/SEMPLUR-SUB
ORDEM DE SERVIÇO N.º 021/2026 CONTRATO N° 013/2026 PROCESSO Nº 061/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO CONTRATADO: CONSÓRCIO COPLAN ENGENHARIA E PROJETOS

Objeto de Execução: Contratação de serviços especializados em engenharia e arquitetura consultiva para prestação de serviços técnicos na elaboração, compatibilização e adequação de estudos técnicos, projetos e soluções de Arquitetura e Engenharia em plataforma BIM, bem como no gerenciamento, supervisão, controle e apoio técnico, social e ambiental das obras de infraestrutura e edificações.

A Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, no uso de suas atribuições, vem solicitar que o Consórcio COPLAN Engenharia e Projetos, representado pela senhora Fabíola Batista Pires, inicie a ESTRUTURAÇÃO DA CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES, no valor de R$2.590.062,27 (Dois Milhões, Quinhentos e Noventa Mil, Sessenta e Dois Reais e Vinte e Sete Centavos), conforme proposta comercial e proposta técnica anexas (doc SEI 0394448 e 0394456), objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2026, apresentando os seguintes produtos ao longo do cronograma a ser estabelecido:

1) Mobilização, Plano de Trabalho e Governança;
2) Caracterização dos Serviços e Estudo Gravimétrico;
3) Diagnóstico Técnico Operacional;
4) Diagnóstico Jurídico e Institucional;
5) Estudos de Demanda e Cenários;
6) Estudos Tecnológicos;
7) Modelagem Técnica da Concessão;
8) Estudos Ambientais e Licenciamento;
9) Plano de Investimentos e Indicadores;
10) Modelagem Econômico Financeira;
11) Relatório de Viabilidade;
12) Modelagem Jurídico Institucional;
13) Matriz de Riscos;
14) Instrumentos Licitatórios;
15) Apoio Técnico ao Processo Licitatório;
16) Consolidação Final
Atenciosamente,

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:FA6C0CA6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
ORDEM DE SERVIÇO N.º 022/2026

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO - SEMPLUR/SEMPLUR-SUB
ORDEM DE SERVIÇO N.º 022/2026 CONTRATO N° 013/2026 PROCESSO Nº 061/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2025
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO CONTRATADO: CONSÓRCIO COPLAN ENGENHARIA E PROJETOS

Objeto de Execução: Contratação de serviços especializados em engenharia e arquitetura consultiva para prestação de serviços técnicos na elaboração, compatibilização e adequação de estudos técnicos, projetos e soluções de Arquitetura e Engenharia em plataforma BIM, bem como no gerenciamento, supervisão, controle e apoio técnico, social e ambiental das obras de infraestrutura e edificações.

A Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, no uso de suas atribuições, vem solicitar que o Consórcio COPLAN Engenharia e Projetos, representado pela senhora Fabíola Batista Pires, inicie a ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE LEVANTAMENTO CADASTRAL E ESTUDO HIDROLÓGICO NOS LOCAIS DESCRITOS ABAIXO, no valor de R$ 724.297,81 (Setecentos e Vinte e Quatro Mil, Duzentos e Noventa e Sete Reais e Oitenta e Um Centavos), conforme propostas comerciais anexas (doc S E I 0401725, 0401736, 0401743, 0401751, 0401754, 0401764, 0401779, 0401792, 0401808, 0401828), objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 013/2026.
1) Projeto de Pavimentação e Contenção da Rua Nove, Bairro Florença
2) Projeto de Pavimentação da Rua C, Bairro Parque Xangri-Lá (3ª Seção), região de Justinópolis
3) Projeto de Pavimentação da Rua sem denominação, no bairro Maria Helena, compreendida entre as ruas Areal e Nossa Senhora do Rosário
4) Projeto de Construção de Interseção entre a Rua Alfredo Una e a Avenida Itaú, no bairro Hawaí, região de Justinópolis
5) Projeto de Pavimentação da Rua Campos do Jordão, Bairro Jardim Alvorada 3ª Seção
6) Projeto de Construção de Travessia de Veículos, conexão entre os Bairros Sevilha e o Barcelona
7) Projeto de Pavimentação da Rua Capelinha, Rosaneves
8) Projeto de Pavimentação da Rua Milza de Oliveira, Bairro Bom Sossego
9) Estudo Hidrológico na Rotatória do Bairro Pedra Branca
10) Levantamento Cadastral para Reforma da Quadra Maura Pereira

A execução dos serviços será supervisionada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, por meio dos servidores abaixo mencionados:

Abel Carvalho M. Júnior - CAU-MG: A 41.261-9 – Fiscal do Contrato Marina Leite Braga - CAU-MG: A 293828-6 – Fiscal do Contrato Saulo Garcia Damasceno - CREA-MG: 402507 – Fiscal do Contrato

Atenciosamente,

MARCÍLIO RODRIGUES DE SOUSA
Secretário de Planejamento e Urbanismo

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:D1E426E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROCESSO Nº 157/2024 – REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO (PREVENTIVA E CORRETIVA), COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS, INTERNAS E EXTERNAS, DAS UNIDADES VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES – MG. – CONTRATO Nº 050/2025.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pela

Secretária Municipal de Saúde, por sua titular MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES, tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui lteração ideológica do contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA por apostila, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no § 5º do artigo 115 e no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

As dotações orçamentárias necessárias para execução do referido contrato é:
- 10.002.10.122.0105.2836 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Juridica - 3.3.90.39 -

Fonte 1.500.500.1002/ 1.500.501.1002/ 1.500.502.1002/ 1.500.503.1002/ 1.500.504.1002/ 1.500.505.1002

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes do Contrato.

Assim, assina o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendose publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 24 de agosto de 2026.

MARLA DE SOUZA GUIMARÃES NEVES /
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:F3826AB6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RODEIRO

CÂMARA MUNICIPAL DE RODEIRO
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº 033/2026
Inexigibilidade de Licitação nº 027/2026

Objeto: Contratação de empresa, por inexigibilidade de licitação, para a participação de 01 (uma) servidora da Câmara Municipal de Rodeiro no curso "Formação Agentes de Contratação, Pregoeiros, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio", promovido pelo Instituto de Desenvolvimento Público Plenum Brasil Ltda, realizado no período de 26/08/2026 a 28/08/2026, na cidade de Belo Horizonte - MG, realizado no formato presencial.

O Presidente da Câmara Municipal de Rodeiro/MG, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o processo de contratação por Inexigibilidade de Licitação nº 027/2026 à:

CONTRATADA: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO PÚBLICO PLENUM BRASIL LTDA - CNPJ: 21.650.715/0001-60
Vigência: Da data da emissão do empenho até a data final de realização do evento e seus desdobramentos.
Dotação Orçamentária: 1.01.00.01.031.001.2.0002 – Gestão administrativa da Câmara Municipal; 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Valor Global: R$ 2.390,00 (dois mil, trezentos e noventa reais).

Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026

GILBERTO GUERRA MENDONÇA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Mayra Cação da Silva
Código Identificador:251A62F4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2026 DISPENSA Nº 023/2026

TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 095/2026
DISPENSA Nº 023/2026

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hospedagem e alimentação, compreendendo a disponibilização de quartos duplos e fornecimento de café da manhã, almoço e jantar, destinados à acomodação e alimentação de 08 (oito) integrantes da equipe da Fundação Cristiano Varela, que estarão no município de Rodeiro/MG.

O Prefeito Municipal de Rodeiro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, e, considerando que o aviso de contratação foi publicado pela Prefeitura Municipal de Rodeiro para quaisquer interessados, no site da Associação dos Municípios Mineiro (AMM), site da Prefeitura Municipal de Rodeiro, bem como por afixação, considerando que não apareceram participantes interessados, considerando que a licitação resultou em DESERTA e finalmente, considerando, disposto na Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações, DETERMINA que o Processo Licitatório, acima mencionado, seja arquivado, a partir desta data, e que tome as medidas legais para contratação do objeto acima mencionado.

Rodeiro, 21 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Aparecida da Silva Medina
Código Identificador:041CC176

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 050/2026

TERMO Nº 050/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: SABRINA BONATO FERREIRA GOMES;
CPF: 047.***.***-88;
RG: MG 10-***.*51 SSP MG;
Cargo: Monitor de Escola;
Classificação: 6° Lugar AC;

foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como mediante correspondência com Aviso de Recebimento (AR), recebida em 15/07/2026***, iniciando-se, a partir do recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:82D543A1

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 051/2026

TERMO Nº 051/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: ALESSANDRA DE OLIVEIRA CAMARA;
CPF: 125.***.***-04;
RG: 125.***.***-04 PCMG;
Cargo: SERVENTE ESCOLAR;
Classificação: 7° Lugar AC;

foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como mediante correspondência com Aviso de Recebimento (AR), recebida em 15/07/2026***, iniciando-se, a partir do recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:ECA9ED87

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 052/2026

TERMO Nº 052/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: MATHEUS SOARES RAMOS;
CPF: 101.***.***-44;
RG: 18-***.*11 PC MG;
Cargo: MONITOR DE ESCOLA;
Classificação: 4° Lugar AC;

foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como mediante correspondência com Aviso de Recebimento (AR), recebida em 22/07/2026***, iniciando-se, a partir do recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:9F81B402

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 053/2026

TERMO Nº 053/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: HUMBERTO SOTE RIBEIRO;

CPF: 039.***.***-01;
RG: 08-***.*36 SSPMG;
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO;
Classificação: 29° Lugar AC;
foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como envio de cópia da convocação pelos correios no endereço informado pelo candidato quando de sua inscrição***, iniciando-se, a partir do recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:1ECC2429

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 054/2026

TERMO Nº 054/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: MARILZA VIEIRA DA SILVA;
CPF: 074.***.***-25;
RG: 074.***.***-25 MG;
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO;
Classificação: 30° Lugar AC;

foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como envio de cópia da convocação pelos correios no endereço informado pelo candidato quando de sua inscrição***, iniciando-se, a partir do recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:2AEA1326

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 055/2026

TERMO Nº 055/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: MIGUEL RODRIGUES DE ANDRADE;
CPF: 117.***.***-90;
RG: 19-***.*67 PCMG;
Cargo: SERVENTE ESCOLAR;
Classificação: 8° Lugar AC;

foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como envio de cópia da convocação pelos correios no endereço informado pelo candidato quando de sua inscrição***, iniciando-se, a partir do recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:AA1D205D

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 056/2026

TERMO Nº 056/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: MONIQUE RODRIGUES DE ANDRADE;
CPF: 095.***.***-29;
RG: 19-***.*20 PCMG;
Cargo: SERVENTE ESCOLAR;
Classificação: 11° Lugar AC;

foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como envio de cópia da convocação pelos correios no endereço informado pelo candidato quando de sua inscrição***, iniciando-se, a partir do recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:6D0F02FD

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 057/2026

TERMO Nº 057/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: NAYARA CRISTINA FERREIRA DA SILVA;
CPF: 107.***.***-94;
RG: MG 17-***.*62 SSP MG;
Cargo: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Classificação: 24° Lugar AC-CR;

foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como envio de cópia da convocação pelos correios no endereço informado pelo candidato quando de sua inscrição***, iniciando-se, a partir do recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:1C1C8868

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO 058/2026

TERMO Nº 058/2026
O Município de Rodeiro, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.128.256/0001-44, com sede administrativa na Praça São Sebastião, nº 215, Centro, Rodeiro/MG, por intermédio do Setor de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 001/2025 e legislação municipal aplicável,

CERTIFICA que o(a) candidato(a):
Nome: VALÉRIA EVA BERNARDO GONÇALVES;
CPF: 090.***.***-59;
RG: MG 15-***.*58 PMMG;
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL - PROFESSOR I;
Classificação: 8° Lugar AC;

foi regularmente convocado(a) para apresentação da documentação necessária à posse e ao exercício do cargo público acima identificado, por meio da Portaria nº **5797*/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros – AMM/MG em 19/06/2026, bem como envio de cópia da convocação pelos correios no endereço informado pelo candidato quando de sua inscrição***, iniciando-se, a partir do

recebimento desta última data, o prazo de 30 (trinta) dias para comparecimento e cumprimento das exigências editalícias e legais.
Contudo, transcorrido integralmente o prazo concedido, o(a) candidato(a) não compareceu e/ou não apresentou a documentação exigida para a posse, restando caracterizado o decurso do prazo legal e editalício sem atendimento à convocação.

Diante disso, fica declarada a perda do eventual direito à posse no cargo para o qual foi nomeado(a), autorizando-se o prosseguimento dos atos administrativos para convocação do(a) próximo(a) candidato(a) aprovado(a), observada a ordem de classificação do certame.

E, para constar e produzir os efeitos legais e administrativos cabíveis, lavra-se o presente Termo.

Paço Municipal José De Filippo, Rodeiro/MG, 24 de agosto de 2026.

VITÓRIA ANDRADE SILVA
Coordenadora do Setor de Recursos Humanos do Município de Rodeiro
Matrícula nº 3157

Documentos que acompanham o presente termo:

• Cópia da convocação/publicação;
• Comprovante de publicação ou ciência;
• Certidão do Setor de Recursos Humanos acerca do não comparecimento e/ou ausência de apresentação documental.

Publicado por:
Murilo Lopes de Mendonça
Código Identificador:DC436448

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ROSÁRIO DA LIMEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO DA LIMEIRA
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 038/2026

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO: 092/2026 – PREGÃO: 038/2026
A Prefeitura Municipal de Rosário da Limeira/MG, torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 092/2026, Pregão Eletrônico nº 038/2026 Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Rosário da Limeira-MG
A sessão pública será realizada dia 08/09/2026 às 09h:00min, através da plataforma eletrônica www.ammlicita.org.br. Maiores informações pelo telefone (32) 08000321263

Rosário da Limeira/MG, 24 de agosto de 2026,

ALESSANDRA APARECIDA PEDROSA DE OLIVEIRA,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Alessandra Aparecida Pedrosa de Oliveira
Código Identificador:ED5B17A9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RUBELITA

GABINETE
PORTARIA Nº: 111 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre exoneração de servidor público municipal em decorrência de aposentadoria e declara do Vacância do Cargo.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RUBELITA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e

CONSIDERANDO que o Sra. Maria Aparecida de Oliveira, inscrita no CPF nº: 597.786.526-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, integrante do quadro de servidores efetivos da Prefeitura Municipal, requereu e obteve a concessão de aposentadoria junto ao INSS;

CONSIDERANDO que a concessão de aposentadoria constitui causa legal de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar formalmente a vacância do referido cargo, em observância à legislação aplicável;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, em decorrência de aposentadoria, a **Sra. Maria Aparecida de Oliveira**, inscrita no CPF nº: 597.786.526-00, matricula de nº: 3929, do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, integrante do quadro permanente de servidores públicos da Prefeitura Municipal, com efeitos a partir **17/08/2026**.

Art. 2º. Determino a Secretaria Municipal de Administração e ao Departamento de Recursos Humanos adotarem as providências necessárias para a formalização da exoneração e demais trâmites administrativos cabíveis.

Art. 3º. Declarar vago o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, a partir da data de vigencia desta Portaria, para adoção das providências administrativas cabíveis.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir do dia 17/08/2026**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Rubelita /MG, 24 de Agosto de 2026.

OSMARY DAVID MIRANDA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maria Gabriela Pereira da Silva
Código Identificador:87982656

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Rubelita torna público,Proc.Licitatório N° 094/2026,Concorrência Nº 010/2026 –Objeto:Contratação de empresa especializada para execução de obras de **Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares em áreas urbanas do Município de Rubelita/MG**, conforme projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e demais documentos técnicos integrantes do processo, **em decorrência do Convênio TRANSFEREGOV.BR nº 992029/2025**, conforme detalhado no respectivo Plano de Trabalho..Sessão:às 09h00min 09 de Setembro de 2026, por meio do endereço eletrônicohttps://www.portaldecompraspublicas.com.br/– Agente de Contratação: Maria Cristina Dias Ramalho, Demais informações pelo e-mail:licitacao.rubelitamg@gmail.com ou www.rubelita.mg.gov.br

Publicado por:
Maria Cristina Dias Ramalho
Código Identificador:E67DD07F

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Rubelita torna público,Proc.Licitatório N° 096/2026,Pregão Eletrônico Nº 010/2026 –Objeto:Registro de Preços para futura e eventual **aquisição de materiais de expediente** destinados ao atendimento das necessidades das **Secretarias**

Municipais. Sessão:às 08h30min 03 de setembro de 2026, por meio do endereço eletrônicohttps://www.portaldecompraspublicas.com.br/– Pregoeira:Maria Cristina Dias Ramalho, Demais informações pelo e-mail:licitacao.rubelitamg@gmail.com ou www.rubelita.mg.gov.br

Publicado por:
Maria Cristina Dias Ramalho
Código Identificador:0F754E36

SETOR DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Rubelita torna público,Proc.Licitatório N° 093/2026,Concorrência Nº 009/2026 –Objeto:Contratação de empresa especializada para execução de obras de **Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSD em áreas rurais e comunidades tradicionais no Município de Rubelita/MG**, conforme projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e demais documentos técnicos integrantes do processo, **em decorrência do Convênio TRANSFEREGOV.BR nº 987736/2025**, conforme detalhado no respectivo Plano de Trabalho.Sessão:às 09h00min 08 de Setembro de 2026, por meio do endereço eletrônicohttps://www.portaldecompraspublicas.com.br/– Agente de Contratação: Maria Cristina Dias Ramalho, Demais informações pelo e-mail:licitacao.rubelitamg@gmail.com ou www.rubelita.mg.gov.br

Publicado por:
Maria Cristina Dias Ramalho
Código Identificador:AC119DF3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BARBARA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2022

Processo nº: 0179/2022
Inexigibilidade Nº 034/2022
Contrato nº: 118/2022

4º Aditivo ao Contrato nº 118/2022

Contratada: R & D FISIOTERAPIA LTDA, CNPJ nº 39.855.651/0001-07

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação da vigência do Contrato, por mais 12 (doze) meses, contados a partir do termino da vigência atual, com vencimento em 08/10/2027.

Prazo: O prazo de vigência do Contrato será de 09 de outubro de 2026 até 08 de outubro de 2027.

Vigência: 09/10/2026 a 08/10/2027.

Santa Bárbara, 24 de agosto de 2026

WANESSA DE LANA ALVES REZENDE
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Fabricio José Mota de Oliveira
Código Identificador:36E2E2EC

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL DE Nº 2213/2026

LEI MUNICIPAL DE Nº 2213/2026

Altera a Lei 2173/2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei 2192/2025 – Lei Orçamentária anual e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA**: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1°. O artigo 17, inciso I da Lei 2173/2025, passa a conter a seguinte redação:

I - de 1,55% (um vírgula cinquenta e cinco por cento) da Receita Corrente Liquida do exercício anterior, para alocação das emendas parlamentares impositivas de que trata o § 1º do artigo 115 da Lei Orgânica Municipal e caput do art. 17 desta Lei;

Art. 2º. O artigo 18 passa a conter a seguinte redação:

Art. 18. As emendas parlamentares impositivas ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,55 % (um vírgula cinquenta e cinco por cento) da Receita Corrente Liquida do exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 115 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º. O artigo 19 passa a conter a seguinte redação:

Art. 19. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação referente às emendas parlamentares impositivas aprovadas na lei orçamentária, em montante correspondente a 1,55 % (um vírgula cinquenta e cinco por cento) da Receita Corrente Liquida do exercício anterior, nos termos do § 3º do art. 115 da Lei Orgânica Municipal e §9º do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º. Ficam alterados os anexos 01, 02 e 06 da Lei Orçamentária Anual – Lei 2192/2025, no montante da reserva de contingência em que se refere as emendas impositivas, passando a constar o valor de R$ 3.256.439,59 (três milhões duzentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos), correspondente a 1,55% da Receita Corrente Liquida do exercício anterior da elaboração da Lei.

Art. 5º. Após a aprovação da presente Lei, o Poder Legislativo encaminhará alterações das destinações referentes às emendas impositivas, que comporá anexo da presente Lei, servindo para execução das emendas impositivas do ano corrente, revogando-se disposições em contrário.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara/MG, 24 de agosto de 2026.

ALCEMIR JOSÉ MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laylla Thaís Zeferino
Código Identificador:07C765C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL
CONVOCAÇÃO PROGRAMA DE INCLUSÃO PRODUTIVA DA MULHER

A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, MOBILIZAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL, no exercício de suas atribuições, com fundamento na Lei Municipal nº 1.711/2013 e no Decreto Municipal nº 4.259/2019, torna pública a convocação das candidatas abaixo relacionadas, classificadas no Edital de Seleção nº 01/2025 – SMDMPS, referente ao Programa Municipal de Inclusão Produtiva da Mulher, Modalidade I.
06 - Juliete da Conceição Beltoldo Amorim - CPF: 143.XXX.XXX-31
07 - Cláudia das Dores da Conceição- CPF: 083.XXX.XXX-35
08 - Melryenn Aparecida André - CPF: 125.XXX.XXX-38
09 Kelly Maria da Paixão - CPF: 109.XXX.XXX-10

A candidata convocada deverá comparecer à sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social,

localizada no CEDESP, na R. Iveta Moreira dos Santos Novais, 194 - Santa Bárbara, MG, 35960-000, no horário das 07h30min às 11h30min, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de publicação desta convocação, para apresentação da documentação exigida e formalização do ingresso no referido programa. O não comparecimento no prazo estipulado, bem como a não apresentação da documentação completa, será considerado como desistência tácita, facultando à Administração convocar a próxima candidata classificada.

Documentos exigidos (original e cópia): 1. Documento de identidade com foto (RG ou CNH); 2. CPF; 3. Comprovante de residência atualizado (emitido nos últimos 3 meses); 4. Comprovante de inscrição no Cadastro Único (NIS); 5. Número de Identificação Social – NIS/PIS; 6. Comprovante de escolaridade (se houver); 7. Carteira de Trabalho (páginas de identificação e dos contratos); 8. Declaração de que não possui vínculo empregatício formal; 9. Dados bancários (comprovante de conta ativa em nome da candidata – conta corrente ou poupança); 10. Atestado médico recente, emitido por profissional habilitado, atestando aptidão física para o desempenho das atividades previstas no programa.

Santa Bárbara, 24 de agosto de 2026

LARISSA S. BARBOSA MESSIAS
Secretária Municipal de Desenvolvimento, Mobilização e Proteção Social.

Publicado por:
Larissa Stephanne Barbosa Messias
Código Identificador:5D15427E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA DO LESTE

COMISSAO DE LICITAÇAO
MUNICIPIO DE SANTA BARBARA DO LESTE
PUBLICAÇÃO DO APOSTILAMENTO CONTRATO 038/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026 ADESÃO Nº 001/2026

O Município de Santa Barbara do Leste torna público extrato do Apostilamento ao Contrato nº. 038/2026 – Objeto: Aquisição de Veiculos do tipo Ônibus de 31 e 45 lugares para o Transporte Escolar, destinados ao atendimento de alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino, conforme descrito no plano de aplicação de recursos do "Programa Fortalecimento das Escolas", conforme Convênios nºs 1261001682/2025/SEE e 1261002244/2026/SEE do Estado de Minas Gerais. Alteração da Cláusula Décima (DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA) Dotações:
0206.1236500041.003.44905200000 – 123/15710003210 -
0206.1236500041.003.44905200000 – 123/25710003210 -
0206.1236100041.003.44905200000 – 110/15710003210 -
0206.1236100041.003.44905200000 – 110/25710003210 –

Santa Barbara do Leste/MG. 18/08/2026 –

JOSÉ GERALDO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Enilson Gonçalves Leite
Código Identificador:3D43616D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DA VARGEM

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 108/2026 – TIPO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 35/2026

A Prefeitura Municipal de Santana da Vargem torna público para conhecimento dos interessados edital de Pregão Eletrônico nº **35/2026** – Processo Licitatório nº **108/2026**. Objeto: **Pregão eletrônico para aquisição de materiais de limpeza, higiene, utensílios e descartáveis visando o apoio à limpeza e conservação das Secretarias Municipais e demais unidades pertencentes ao Município de Santana da Vargem/MG.** Tipo: Menor preço por item. O Recebimento das propostas será a partir do dia: **26/08/2026** a partir das 08h00min com término no dia **08/09/2026** às 07h59min, na Plataforma PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, https://www.portaldecompraspublicas.com.br/. A abertura das propostas será a partir das 08h00min do dia **08/09/2026**, quando se dará início a sessão. O edital está disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br, www.santanadavargem.mg.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações na Praça Padre João Maciel Neiva, 15 – Centro – Santana da Vargem – CEP 37.195-000. Informações pelo telefone (35) 98402-7281, ou pelo e-mail licitacao@santanadavargem.mg.gov.br.

Publicado por:
Larissa Araujo Miranda de Paula
Código Identificador:D4AAD7B3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 79/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 25/2026
Objeto: A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o "Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e serviços gráficos, de comunicação visual e sinalização, incluindo confecção e instalação, para atender as demandas das diversas Secretarias Municipais de Santana da Vargem/MG", conforme especificações, quantitativos e valores registrados:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **GALAXY BRINDES E SERVIÇOS LTDA** CNPJ: 26.824.426/0001-53
Vigência: 19/08/2026 A 19/08/2027
Valor estimado: R$ 8.983,50 (oito mil, novecentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **ESTAÇÃO EXPRESS TRATAMENTO DE DADOS LTDA** CNPJ: 65.359.200/0001-80
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027
Valor estimado: R$ 2.765,00 (dois mil, setecentos e sessenta e cinco reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **STAMP PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA** CNPJ: 47.305.688/0001-81
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027
Valor estimado: R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **66.356.826 LUANDERSON ARAUJO MOURA SANTOS** CNPJ: 66.356.826/0001-04
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027
Valor estimado: R$ 1.740,00 (mil setecentos e quarenta reais)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **VELHA GRAFICA LTDA** CNPJ: 04.664.811/0001-48

Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027
Valor estimado: R$ 13.527,70 (treze mil, quinhentos e vinte e sete reais e setenta centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **RICA TECH SERVICOS DIGITAIS LTDA** CNPJ: 60.871.961/0001-01
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027
Valor estimado: R$ 399.750,10 (trezentos e noventa nove mil, setecentos e cinquenta reais e dez centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM
Contratado: **SR IMPRESSAO DIGITAL LTDA** CNPJ: 64.053.687/0001-06
Vigência: 19/08/2026 a 19/08/2027
Valor estimado: R$ 72.789,26 (setenta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos)
Autorização: Argemiro Rodrigues Galvão – Prefeito Municipal.

Publicado por:
Cristiane de Jesus Silva
Código Identificador:C0FD06C9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTANA DE CATAGUASES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES
CONTRATADA: MELO CAVALHIERE LTDA (FUNERARIA SÃO CRISTOVÃO)
PROCESSO LICITATÓRIO: 74/2026
PREGÃO ELETRONICO : 32/2026
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS À CONCESSÃO DE BENEFÍCIO EVENTUAL DE AUXÍLIO FUNERAL
CONTRATO Nº 108/2026
VALOR: R$ 110.549,00
HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2026 A 24/08/2027

SANTANA DE CATAGUASES-MG, 28 DE AGOSTO DE 2026

MARCOS ANTONIO FERREIRA
- Prefeito Municipal -

Publicado por:
Ana Maria Pereira de Oliveira
Código Identificador:BE534CE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO PROCESSANTE CONSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 75/2026, EM RAZÃO DE ARGUIÇÃO DE SUSPEIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 88, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a substituição de membro da Comissão Processante constituída pela Portaria nº 75/2026, em razão de arguição de suspeição, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTANA DE CATAGUASES, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a instauração de Processo Administrativo Disciplinar por meio da Portaria nº 75/2026;
CONSIDERANDO a arguição de suspeição apresentada pelo servidor processado R. L. F., em relação a membro da Comissão Processante;
CONSIDERANDO que, embora não tenham sido identificados elementos objetivos suficientes para reconhecer a efetiva parcialidade do membro arguido, mostra-se conveniente a adoção de medida preventiva destinada a preservar a imparcialidade do procedimento e a confiança em sua regularidade;
CONSIDERANDO que a substituição ora determinada não implica reconhecimento da procedência da arguição de suspeição, mas constitui medida de cautela administrativa, destinada a afastar eventual alegação de nulidade ou prejuízo à defesa;

RESOLVE:
Art. 1º Fica substituída a presidente integrante da Comissão Processante constituída pela Portaria nº 75/2026, cuja função passará a ser exercida pelo servidor Luiz Antônio Casemiro Dias, conforme indicação pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º O servidor designado no artigo anterior passará a integrar a Comissão Processante para todos os atos subsequentes do Processo Administrativo Disciplinar, observadas as atribuições e responsabilidades estabelecidas na Portaria nº 75/2026.
Art. 3º A presente substituição é adotada por medida de cautela e prevenção, não importando reconhecimento da existência de parcialidade ou da procedência da arguição de suspeição apresentada pelo servidor processado.
Art. 4º Ficam ratificados todos os atos regularmente praticados pela Comissão Processante até a presente data, inclusive quanto a citação do servidor e ao seu prazo de defesa.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santana de Cataguases, 24 de agosto de 2026.

MARCOS ANTÔNIO FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hellyel Fontes Oliveira
Código Identificador:FF347BF6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
AVISO DE LICITAÇÃO - PRC Nº 063/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 063/2026 - Edital nº 030/2026 - Pregão Eletrônico nº 022/2026. Objeto: constitui objeto do presente a aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP), destinados ao atendimento das demandas das unidades administrativas e secretarias municipais, visando assegurar o abastecimento contínuo e a regular manutenção das atividades e serviços públicos locais, com fornecimento parcelado durante a vigência contratual, conforme necessidades da Prefeitura de Santa Rita de Caldas – MG, de natureza COMUM conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos. Fundamento legal: Art. 28, Inciso I, Art. 54, §2º, Art. 55, Inciso I, letra "a" da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações e Decreto Municipal nº 913/2023 e alterações e Lei Municipal nº 1.745/2003, de 23.10.2003. Data prevista para a realização do certame licitatório: 08.09.2026, às 09:00 horas. Edital e anexos disponíveis no site: prefeiturasrc.mg.gov.br e na Plataforma da ammlicita.org.br - Informações: via e-mail: licitasrc@gmail.com e na Plataforma da ammlicita.org.br - Data: 24.08.2026.

STELLA SIQUEIRA DE CARVALHO-
Chefe do Departamento Municipal de Obras –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:913DA29C

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO - PRC Nº 070/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 070/2025 - Edital nº 031/2025, na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 001/2025. Torna público o extrato de 2º Termo Aditivo ao contrato celebrado com a empresa **R.P.CONSTRUBASE MOGI GUAÇU LTDA.** Objeto: constitui objeto do presente, a contratação de empresa para a execução em regime de empreitada global, com o fornecimento de materiais e mão-de-obra, para a execução das obras de pavimentação asfáltica em CBUQ, no trecho da estrada do Sertãozinho , conforme especificações do edital, do Termo de Referência, Projetos Básicos de Engenharia e de acordo com o Contrato de Repasse CR-OGU nº 945533/2023/Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas-MG. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, parágrafo único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2022 e alterações e da Lei Municipal nº 553/2003. Data: 16.07.2026**.**

STELLA SIQUEIRA DE CARVALHO –
Chefe do Departamento Municipal de Obras –

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:19552834

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO ATO DE ADJUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO E DO TERMO DE CREDENCIAMENTO-PRC Nº 035/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – **Processo Nº 035/2025 - Edital Nº 014/2025 - Inexigibilidade Nº 014/2025 – Chamamento Público Nº 003/2025 – Credenciamento Nº 003/2025.** Torna público o extrato do Termo de Credenciamento celebrado com **CENTRO MÉDICO E LABORATORIAL SÃO CAMILO LTDA.** Objeto: constitui objeto, o credenciamento para contratação de empresas especializadas na realização de Exames de Imagem e Diagnóstico, para atendimento dos usuários da Saúde Pública Municipal, serviço de natureza comum, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, parágrafo único, Inciso I da Lei Federal 14.133/2021 e alterações. Data: 24.08.2026 –

MARIA INEZ DE LIMA E SILVA-
Chefe do Departamento Municipal de Saúde.

EDVAN LOPES OLIVEIRA-
Prefeito Municipal.

.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:9812F077

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DA ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PRC Nº 051/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – Processo nº 051/2026 - Edital nº 023/2026 - Pregão Eletrônico nº 017/2026 – Registro de Preços nº 012/2026. Torna público o extrato da(s) ata(s) celebrada(s) com a(s) seguinte(s) empresa(s): CASTRO ARANTES QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA, MD SRC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, SAFETY ENERGY LTDA e SILVA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. Objeto: constitui objeto do presente o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais de construção civil, pelo maior desconto percentual da TABELA SINAP, destinados à manutenção, reparos, conservação e recuperação das instalações prediais públicas, bem como à conservação de vias urbanas e rurais do Município, para atendimento das necessidades das secretarias e departamentos municipais, com entregas parceladas sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, edital e seus anexos. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, §único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações. Data: 21.08.2026.

MARIA INÊS DE LIMA E SILVA-
Secretária Municipal de Saúde –

EDVAN LOPES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:060D83A4

PREFEITURA DE SANTA RITA DE CALDAS
EXTRATO DE CONTRATO - PRC Nº 028/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CALDAS(MG) – **Processo nº 028/2026 - Edital nº 012/2026, na modalidade de Concorrência Eletrônica nº 002/2026**. Torna público o extrato de contrato celebrado com a empresa **CARLOS DONIZETE BERNARDES Hp CONSTRUÇÕES.** Objeto: constitui objeto do presente, a contratação de empresa para a execução em regime de empreitada global, com o fornecimento de materiais e mão-de-obra, para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), destinadas a atender às necessidades habitacionais da população de Santa Rita de Caldas – MG, conforme projeto básico, executivo, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária elaborados e demais documentos anexos ao processo, através do TERMO DE COMPROMISSO Nº 1103.842-52/992385/2025/MCIDADES/CAIXA. Fundamento legal: Art. 94, Inciso I e Art. 176, Inciso III, parágrafo único, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2022 e alterações e da Lei Municipal nº 553/2003. Data: 24.08.2026**.**

STELLA SIQUEIRA DE CARVALHO –
Chefe do Departamento Municipal de Obras –

EDVAN LOPES-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aparecida Fonseca
Código Identificador:DBCD8D13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTA VITÓRIA

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2026 E Nº 134/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2026, INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026, DERIVADO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2025, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 074/2025.

Extrato de Contrato nº 133/2026 e nº 134/2026, Processo Licitatório nº 069/2026, Inexigibilidade nº 027/2026, derivado do Edital de Credenciamento nº 011/2025, Processo Licitatório nº 074/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Vitória/MG, CNPJ nº 18.457.226/0001-81. Contratados: VANDERLEI DIAS PARREIRA, CPF nº 074.xxx.xxx-01 e WALTENIR PINTO DE OLIVEIRA, CPF nº 633. xxx.xxx-04. Objeto do contrato: Contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas, para prestação de serviços de apresentações musicais voltadas aos

bailes da terceira idade, promovidos pelo Centro de Convivência da Pessoa Idosa José da Silveira Guedes, vulgo "CONVIVER", vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sem caráter de exclusividade, com onerosidade, a fim de garantir a continuidade das atividades de convivência, promoção da saúde, bem-estar e inclusão cultural da população idosa do município. Valores: R$11.399,76 e R$11.399,76. Vigência: 17/08/2026 a 17/08/2027. Dotação Orçamentária: Ficha 680 FR 1500 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Publicação em acatamento à Lei Federal nº 14.133/2021.

SÉRGIO MOREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sônia Queiroz de Lima
Código Identificador:C2EF9B86

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES E CONTRATOS
MUNICÍPIO DE SANTA VITÓRIA – SEGUNDA CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO (REGIME JURÍDICO: LEI. 14.133/2021) Nº 001/2025 – PROCESSO Nº 006/2025

PERÍODO DE CREDENCIAMENTO: Das 08h do dia 26 de agosto até as 12h30min do dia 02 de setembro de 2026. LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Santa Vitória e através da Plataforma Eletrônica Licita Mais Brasil https://licitamaisbrasil.com.br/. OBJETO: Chamada Pública para Credenciamento de PESSOAS JURÍDICAS para contratação, sem caráter de exclusividade, com onerosidade, de caráter eventual, para REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICOS POR IMAGENS DE MAMOGRAFIA BILATERAL E UNILATERAL COM EMISSÃO DE LAUDOS em seu próprio estabelecimento, objetivando o adequado tratamento aos pacientes da Rede Municipal de Saúde do Município de Santa Vitória, MG, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, Termo de Referência e demais anexos. Demais informações pelo tel. (34) 3251-8557 das 12h às 17h e-mail comissao.permanente@santavitoria.mg.gov.br. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site www.santavitoria.mg.gov.br (Portal da Transparência/Licitação), no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br e na Plataforma https://licitamaisbrasil.com.br/.

Município de Santa Vitória, MG, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

SANDRA APARECIDA BARBOSA FERNANDES -
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Fabiana Pires Oliveira
Código Identificador:DB0B4414

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG. AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO. Processo Licitatório nº 082/2026, Dispensa Licitação nº 033/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COPOS E CANTIS PERSONALIZADOS PARA A 39ª EXPOSIÇÃO AGROPECUARIA DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO. Processo ratificado nesta data. 68.171.322 FAGNER BRONZATO VARGAS inscrita no CNPJ sob o 68.171.322/0001-37, em razão de ser a melhor proposta apresentada para o serviço com o valor total de R$ 5.420,00.

Santo Antonio do Aventureiro-MG, 24 de agosto de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:01504387

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO/MG – AVISO DE AUTORIZAÇÃO/RATIFICAÇÃO - Processo de Licitação nº 085/2026. Dispensa de Licitação nº 034/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PALCO, GERADOR E PAINEL DE LED, A FIM DE REALIZAR AS FESTIVIDADES DA 39ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E CONCURSO LEITEIRO DE SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO QUE OCORRERÁ DO PRÓXIMO DIA 11 A 13 DE SETEMBRO. Processo ratificado nesta data. HLO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA inscrita no CNPJ sob o 14.808.824/0001-05, em razão de ser a melhor proposta apresentada para os serviços com o valor total de R$ 38.850,00.

Santo Antonio do Aventureiro-MG, 21 de agosto de 2026.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:6C08C75C

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO-MG. EXTRATO DE CONTRATO. Processo Licitatório Nº 084/2026. Adesão Nº 010/2026. Processo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 001/2026, decorrente do Processo Licitatório nº 143/2025, Pregão Eletrônico nº 033/2025 pelo Sistema de Registro de Preço, da Prefeitura Municipal de Pirapetinga/MG. Contrato Administrativo nº 067/2026. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A LOCAÇÃO EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE E, TAMBÉM, PAINEL DE LED 4X3M E 5X3M PARA ATENDER A 39ª EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E CONCURSO LEITEIRO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO QUE OCORRERÁ DE 11/09 A 13/09/2026. Contratada: L2 PRODUÇÕES LTDA. Valor Total: R$ 76.461,00. Vigência contratual: 60 dias. Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.2.11.00.20.606.0007.2.0063 (1.500.000).

Santo Antonio do Aventureiro, 24/08/2026.

JÚLIA MARA SILVA COSTA –
Agente de Contratação.

AMAURY DE SÁ FERREIRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rodrigo da Costa Bittencourt
Código Identificador:D61E0585

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTONIO DO ITAMBÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0027/2026

Processo Licitatório nº 0077/2026

O Município de Santo Antônio do Itambé/MG **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, que atendendo as necessidades

da **Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico**, o resultado do **Processo Licitatório nº 0077/2026**, **Inexigibilidade de Licitação nº 0027/2026**, na forma que segue:
Contratante: Município de Santo Antônio do Itambé/MG

Contratado: GORETE MILAGRES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ Contratado: 02.956.554/0001-92

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW TEATRAL) DA ARTISTA MARIA GORETE DA SILVA ARAUJO, CONHECIDA ARTISTICAMENTE COMO "FILÓ", PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2026, DURANTE O XXI ITA ARTE, CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA (SHOW TEATRAL) DA ARTISTA MARIA GORETE DA SILVA ARAUJO, CONHECIDA ARTISTICAMENTE COMO "FILÓ", PARA APRESENTAÇÃOA SER REALIZADO ENTRE OS DIAS 04 E 07 DE SETEMBRO DE 2026, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE PROJETO BÁSICO.

Fundamento legal: Art. 74 Inciso II da Lei 14.133/21.

Recurso Orçamentário

13.392.0020.2055 Despesas com Promoção de Eventos Artísticos e Culturais 33903900 Outros Serv. Terc. - P. Jurídica | 456;

Autorização: Prefeito Municipal

Item	Descrição	Valor
1	Cachê Artista	R$ 15.000,00
2	Assistente de Palco	R$ 1.000,00
3	Produção Técnica (Som)	R$ 3.000,00
4	Alimentação	R$ 1.500,00
5	Carga / Logística de Equipamentos	R$ 2.500,00
6	Impostos/Taxas	R$ 2.000,00
Valor Total:		**R$ 25.000,00**

Santo Antônio do Itambé/MG, segunda-feira, 24 de agosto de 2026

MATEUS DO NASCIMENTO
Agente de Contratação

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:BBF278F4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL PARA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0029/2026

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé torna público que realizará o Processo Licitatório nº 0076/2026, Pregão Eletrônico nº 0029/2026. **Objeto**: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PSIQUIATRIA, A SEREM EXECUTADOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG. **Lançamento das Propostas:** Até Sexta-feira, 11 de Setembro de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Abertura das Propostas:** Sexta-feira, 11 de Setembro de 2026, às 08:00:00 horas (horário de Brasília). **Informações:** 33 9 9915-6221 – Prefeitura, 33 9 9968-7233 (WhatsApp) – Setor de Licitações e Contratos, horário das 07:00 horas às 16:00 horas, pelo e-mail: licitacao@santoantoniodoitambe.mg.gov.br, pelo site: www.santoantoniodoitambe.mg.gov.br ou diretamente pela plataforma de licitações: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/110225.Link da contratação no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=18.303.222%2F0001-49&status=recebendo_proposta&pagina=1.

Santo Antônio do Itambé/MG, Segunda-feira, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Jéssica Hellen da Lomba Figueiredo
Código Identificador:52678C47

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0027/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0006/2026 — Pregão Eletrônico nº 0002/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X Bruno Monteiro.**Ata no valor Total de:**R$ 7.296,00 (sete mil e duzentos e noventa e seis reais).**Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAIS PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), DESTINADAS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS.**Assinatura:**24/02/2026 — **Vigência:**24/02/2027. **Fundamentação Legal:** inciso I do art. 28 da Lei 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:3E23E7F8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0028/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0006/2026 — Pregão Eletrônico nº 0002/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X L10 ENTRETENIMENTO E TREINAMENTO LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 68.092,80 (sessenta e oito mil e noventa e dois reais e oitenta centavos).**Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAIS PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), DESTINADAS A CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS.**Assinatura:**24/02/2026 — **Vigência:**24/02/2027.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:C165D025

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0029/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0015/2026 — Pregão Eletrônico nº 0005/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X 42.487.204 LARICY GABRIELLE LOMBA.**Ata no valor Total de:**R$ 278.362,00 (duzentos e setenta e oito mil e trezentos e sessenta e dois reais).**Objeto:**AQUISIÇÕES DE LANCHES E REFEIÇÕES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**24/02/2026 — **Vigência:**24/02/2027. **Fundamentação Legal:** inciso I do art. 28 da Lei 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:1A0E7C05

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 2º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0030/2026

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0015/2026 — Pregão Eletrônico nº 0005/2026.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X SONIA MARIA DA LOMBA GONCALVES 60216468191.**Ata no valor Total de:**R$ 187.479,60 (cento e oitenta e sete mil e quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).**Objeto:**AQUISIÇÕES DE LANCHES E REFEIÇÕES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG.**Assinatura:**24/02/2026 — **Vigência:**24/02/2027. **Fundamentação Legal:** inciso I do art. 28 da Lei 14.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito de Santo Antônio do Itambé/MG

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:E30E6E41

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 4º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0069/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0059/2025 — Pregão Eletrônico nº 0021/2025.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X CORDIAL GENEROS ALIMENTICIOS LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 62.817,30 (sessenta e dois mil e oitocentos e dezessete reais e trinta centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS CONTÍNUAS DE ALIMENTAÇÃO E SUPRIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**Assinatura:**28/08/2025 — **Vigência:**28/08/2026. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:4552BAD1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 4º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0070/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0059/2025 — Pregão Eletrônico nº 0021/2025.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X DAMIAO WESLEI SILVA REIS.**Ata no valor Total de:**R$ 44.005,55 (quarenta e quatro mil e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS CONTÍNUAS DE ALIMENTAÇÃO E SUPRIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**Assinatura:**28/08/2025 — **Vigência:**28/08/2026. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:4D8F00C3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 4º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0071/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0059/2025 — Pregão Eletrônico nº 0021/2025.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X JVX COMERCIAL LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 45.699,09 (quarenta e cinco mil e seiscentos e noventa e nove reais e nove centavos).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS CONTÍNUAS DE ALIMENTAÇÃO E SUPRIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**Assinatura:**28/08/2025 — **Vigência:**28/08/2026. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:8540D778

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE 4º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0072/2025

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itambé/MG torna público extrato de Ata de Registro de Preços gerado através do Processo Licitatório nº 0059/2025 — Pregão Eletrônico nº 0021/2025.**Partes:**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ X MERCEARIA MADECAPE LTDA.**Ata no valor Total de:**R$ 16.623,00 (dezesseis mil e seiscentos e vinte e três reais).**Objeto:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ/MG, VISANDO O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS CONTÍNUAS DE ALIMENTAÇÃO E SUPRIMENTOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**Assinatura:**28/08/2025 — **Vigência:**28/08/2026. **Fundamentação Legal:** art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/21.

Santo Antônio do Itambé/MG, 24 de Agosto de 2026.

RONAM WESLEY SALES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marina Leri Fernandes
Código Identificador:CCE58FF2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO 94/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 50/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Santo Antônio do Monte comunica que irá realizar procedimento licitatório que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino da área rural, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com especificações e condições constantes do Termo de Referência, edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: **08:29 hs do dia 09/09/2026.**

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **08:30 hs do dia 09/09/2026.**

Informações/Edital: Praça Getúlio Vargas, 18 – Centro em Santo Antônio do Monte – MG – Telefone (37) 3281 7328 Horário: 08:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: compras@samonte.mg.gov.br, santoantoniodomonte.atende.net ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

Santo Antônio do Monte, 21 de Agosto de 2026.

MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA
Diretora de Licitações e Contratos

Publicado por:
Camila Natália Costa Pinto
Código Identificador:2F0B150B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO BENTO ABADE

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO 101/2026, INEXIGIBILIDADE 30/2026

TERMO DE ABERTURA E AUTORIZAÇÃO DE PROCESSO 101/2026, INEXIGIBILIDADE 30/2026

PROCESSO 101/2026- INEXIGIBILIDADE 30/2026

OBJETO: Inscrição de servidores para a participação de curso "Reforma Tributaria para Órgãos Públicos", a ser ministrado pela empresa Diretriz Informática Eireli, nos dias 11 e 12 de agosto de 2026.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: ***Art. 74.*** *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
III*- contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
f)*treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

Enéias Machado de Souza, Prefeito do Município de São Bento Abade – MG, no uso de suas atribuições, faz publicar o presente extrato referente à autorização de realização do Processo Licitatório nº 101/2026– Inexigibilidade 30/2026, destinado à Inscrição de servidores para a participação de curso "Reforma Tributaria para Órgãos Públicos", a ser ministrado pela empresa Diretriz Informática Eireli, nos dias 11 e 12 de agosto de 2026.
CONTRATADO :DIRETRIZ INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 22.493.902/0001-40.
VALOR: R$ 3.297,00 (três mil duzentos e noventa e sete reais)

São Bento Abade, 10 de agosto de 2026.

ENEIAS MACHADO DE SOUZA
Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL EM 10/08/2026

EDSON DONIZETE
Agente de Contratação

Publicado por:
Edson Donizete
Código Identificador:D32374EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG. TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO. O Secretário Municipal de Administração e Finanças **Adjudica e Homologa** o resultado do Processo Licitatório nº 086/2026 – Pregão Eletrônico nº 013/2026. OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais **Aquisições de Cestas Básicas Alimentícias,** a serem realizadas de forma parcelada, sob demanda, destinadas a atender as necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes. **LICITANTE ARREMATANTE: SABORES DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** pelo item 001 no valor unitário de R$155,25 e pelo item 002 no valor unitário de R$155,25, perfazendo o valor total de R$1.586.655,00.

São Francisco/MG, 21 de Agosto de 2026.

Ass.: Ronaldo Alves Silva – Secretário Municipal de Administração e Finanças.

Publicado por:
Charley Souza Mota
Código Identificador:BE2FF555

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DISPENSA 03/2026

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São Francisco/MG, IPREMSAF – **RATIFICO** do Pedido de Dispensa de Licitação nº 003/2026, Processo nº 03/2026, nos termos do inciso I c/c §3º, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, **Objeto da contratação é a prestação de serviços de execução de reforma e ampliação da sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São Francisco – IPREMSAF.** O IPREMSAF é o Instituto responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos municipais de São Francisco, com atendimento presencial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 706, Centro, São Francisco/MG, de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h, Junto a empresa: **N.M RAMOS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 50.525.619/0001-98, no valor global de R$ 64.690,28 (sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa reais e vinte e oito centavos).**

São Francisco, 24 de agosto de 2026.

Ass.: José Armando de Oliveira, Diretor Executivo do IPREMSAF.

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:6B3FF25C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO DISPENSA 055/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG – RATIFICO o Pedido do **Processo Dispensa de licitação nº. 055/2026** nos termos do art. 75, Inciso I, c/c §7º, da Lei 14.133/21. **Objeto:** Contratação de Empresa Especializada para realização de revisão obrigatória de 20.000km do veículo automotor **SPIN LT 1.8L**

AT, Placa: TZP7B09, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Junto a empresa: LAGOA NORTE VEICULOS LTDA, CNPJ nº 34.000.327/0001-85, **no valor global de R$ 4.065,00 (quatro mil e sessenta e cinco reais),**

São Francisco, 24 de agosto de 2026.

Ass.: **Miguel Paulo Souza Filho** – Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Pereira Dos Santos Neto
Código Identificador:C81AE9FC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº065/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.094/2026/ Pregão Eletrônico nº.65/2026/ CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: 68.508.989 ESTEFANI LOREN CARMO SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.68.508.989/0001-82, com sede na Rua Azarias Varela De Azevedo, nº.165, Bairro Centro, na Cidade de São Francisco Do Glória, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de atividades destinadas à ampliação e fortalecimento dos projetos desenvolvidos pela escola de esportes da secretaria municipal de cultura, esporte, lazer e turismo, bem como dos projetos e ações promovidos pela secretaria municipal de assistência social. VALOR: R$ 18.400,00 (Dezoito mil e quatrossentos reais) DOTAÇÃO: 02.013.27.812.0016.2.069-339039-994 - Manutenção das Atividades Esportivas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica - 15000000000.

São Francisco do Glória, 24 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:C229A0C4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº065/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.094/2026/ Pregão Eletrônico nº.065/2026/ CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: GNF ESPORTES E EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.12.240.837/0001-97, com sede na Rua Arapei, nº.109, Bairro Colina Maria Luisa (Jordanesia), na Cidade de Cajamar, Estado de São Paulo. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de atividades destinadas à ampliação e fortalecimento dos projetos desenvolvidos pela escola de esportes da secretaria municipal de cultura, esporte, lazer e turismo, bem como dos projetos e ações promovidos pela secretaria municipal de assistência social. VALOR: R$ 288.640,00 (Duzentos e oitenta e oito mil, seissentos e quarenta reais). DOTAÇÃO: 02.013.27.812.0016.2.069-339039-994 - Manutenção das Atividades Esportivas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica - 15000000000.

São Francisco do Glória, 24 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente Da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:A457F3F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº065/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.094/2026/ Pregão Eletrônico nº.065/2026/ CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: 58.998.330 ITELU SALARINO SOUZA E SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.58.998.330/0001-06, com sede na Rua Azarias Varella De Azevedo, nº.226 , Bairro Centro, na Cidade de São Francisco Do Glória, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de atividades destinadas à ampliação e fortalecimento dos projetos desenvolvidos pela escola de esportes da secretaria municipal de cultura, esporte, lazer e turismo, bem como dos projetos e ações promovidos pela secretaria municipal de assistência social. VALOR: R$ 21.995,60 (Vinte e um mil, novessentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos). DOTAÇÃO: 02.013.27.812.0016.2.069-339039-994 - Manutenção das Atividades Esportivas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica - 15000000000.

São Francisco do Glória, 24 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:039E7D9E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº065/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.094/2026/ Pregão Eletrônico nº.065/2026/ CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: 59.069.516 LUIS PAULO DE OLIVEIRADA SILVA, pessoa jurídica

de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.59.069.516/0001-35, com sede na Rua Vereador Angelo Lellis, nº.40 , Bairro Centro, na Cidade de São Francisco Do Glória, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de atividades destinadas à ampliação e fortalecimento dos projetos desenvolvidos pela escola de esportes da secretaria municipal de cultura, esporte, lazer e turismo, bem como dos projetos e ações promovidos pela secretaria municipal de assistência social. VALOR: R$ 17.578,00 (Dezessete mil, quinhentos e setenta e oito mil reais.). DOTAÇÃO: 02.013.27.812.0016.2.069-339039-994 - Manutenção das Atividades Esportivas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica - 15000000000.

São Francisco do Glória, 24 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:FE6CFD0E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº065/2026)

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

A Comissão Permanente de Licitação de São Francisco do Glória torna público a publicação do extrato resumido referente ao Processo de Licitação nº.094/2026/ Pregão Eletrônico nº.065/2026/ CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Rua Azarias Varela de Azevedo, nº. 32/esquina com a Praça São Francisco de Assis, Bairro Centro, São Francisco do Glória - MG, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.114.231/0001-91 e CONTRATADO: RENATO DA SILVA PEDROSA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.68.576.104/0001-82, com sede na Rua Teofilo Da Silva Pinto, nº.15, Bairro Centro, na Cidade de São Francisco Do Glória, Estado de Minas Gerais. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de atividades destinadas à ampliação e fortalecimento dos projetos desenvolvidos pela escola de esportes da secretaria municipal de cultura, esporte, lazer e turismo, bem como dos projetos e ações promovidos pela secretaria municipal de assistência social. VALOR: R$ 50.388,00 (Cinquenta mil, trezentos e oitenta e oito reais). DOTAÇÃO: 02.013.27.812.0016.2.069-339039-994 - Manutenção das Atividades Esportivas - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica - 15000000000.

São Francisco do Glória, 24 de agosto de 2026.

ERLÂNDIA CLÁUDIA ABRÃAO PIO
Preseidente da CPL

Publicado por:
Franciele Alves Santana Rodrigues
Código Identificador:F677CD6B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO GOTARDO

SETOR DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE INEXIG. DE CHAM. PUBLICO E TERMO DE FOMENTO 50-2026- FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE SG IMPOSIT. LEI 2953- 10.688,50

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Instrumento: Termo de Fomento
Proponente/OSC: Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG (03.749.433/0001-32)
Endereço: Rua Pinheiro Machado, Bairro Nossa Senhora de Fátima São Gotardo/MG, CEP 38.800-000
Representante Legal: Hudson Melo (Presidente)
Valor do Fomento: R$ 10.688,50 (dez mil seiscentos e oitenta reais e cinquenta centavos)
Objeto: "Memórias e Patrimônios: São Gotardo – 110 anos de história"
I — DO OBJETO E DA RELEVÂNCIA PÚBLICA DO FOMENTO
A presente parceria visa conjugar esforços entre o Município de São Gotardo e a Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG para a execução do projeto "Memórias e Patrimônios: São Gotardo – 110 anos de história", iniciativa de caráter cultural, educativo e informativo destinada à valorização, registro e difusão da memória, da história e do patrimônio cultural do Município de São Gotardo. O fomento no valor de R$ 10.688,50 (dez mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) destina-se ao custeio das despesas necessárias à execução do projeto, conforme especificações constantes do Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil.
A iniciativa reveste-se de relevante interesse público por contribuir para a preservação e difusão da memória coletiva do Município, ampliando o acesso da população a conteúdos relacionados à história, à identidade e ao patrimônio cultural de São Gotardo. A produção e divulgação de reportagens e conteúdos relacionados ao projeto constituem instrumentos de registro, comunicação e transmissão de informações de interesse público, favorecendo o reconhecimento e a valorização das referências históricas e culturais locais.
A parceria apresenta, ainda, identidade e reciprocidade de interesses entre as partes, uma vez que o Município busca preservar, divulgar e democratizar o acesso às informações relacionadas à memória e ao patrimônio local, enquanto a FUNDESG desempenha atividade de difusão de conteúdos de interesse público, possibilitando a execução das ações previstas no Plano de Trabalho em regime de mútua cooperação.
O apoio municipal encontra respaldo nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal, que asseguram o pleno exercício dos direitos culturais e estabelecem o dever do Poder Público de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, compreendendo os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
Nesse contexto, o fomento à execução do projeto "Memórias e Patrimônios: São Gotardo – 110 anos de história" configura medida de interesse público voltada ao fortalecimento da memória coletiva, à valorização da identidade local, à difusão de informações de interesse cultural e à preservação e divulgação do patrimônio cultural de São Gotardo, justificando a atuação do Município em regime de mútua cooperação com a Organização da Sociedade Civil.
II — DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INEXIGIBILIDADE
O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC, instituído pela Lei Federal nº 13.019/2014, estabelece, em seu art. 31, a possibilidade de inexigibilidade do chamamento público quando configurada a inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica.
No caso concreto, além das características específicas do objeto, verifica-se hipótese expressamente contemplada pelo art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, uma vez que a transferência de recursos encontra-se previamente autorizada em lei municipal que identifica expressamente a Organização da Sociedade Civil beneficiária.
Com efeito, a Lei Municipal nº 2.953, de 10 de abril de 2026, que "Autoriza a concessão de subvenção social e contribuições relativas às emendas impositivas às entidades que menciona e dá outras providências", identifica expressamente a Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG como entidade beneficiária da transferência de recursos.
Os recursos destinados à parceria são provenientes de emendas impositivas municipais, circunstância igualmente relevante para o enquadramento jurídico da parceria, observando-se o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, quanto às parcerias que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais.

Além da previsão legislativa específica, as características do objeto demonstram identidade entre as atividades desenvolvidas pela entidade e as metas pretendidas pela Administração, especialmente quanto à produção e difusão de conteúdos de interesse público relacionados à memória, história e patrimônio cultural do Município.

A ausência de realização de chamamento público deverá ser devidamente formalizada e justificada, observando-se as disposições pertinentes da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos legais necessários à celebração da parceria.

III — DA CARACTERIZAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

A inviabilidade de competição para execução do objeto proposto não decorre de mera escolha discricionária desta Pasta, encontrando respaldo tanto na autorização legislativa específica que identifica expressamente a FUNDESG como beneficiária da transferência, quanto nas condições institucionais, técnicas e operacionais relacionadas ao objeto da parceria, conforme demonstrado a seguir.

1. Da Exclusividade Estatutária (Inviabilidade Jurídica de Competição)

Em análise da documentação institucional apresentada, verifica-se que a Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG possui atuação compatível com a execução de ações de caráter educativo, cultural e de comunicação, apresentando pertinência entre suas atividades institucionais e o objeto da parceria pretendida.

A especificidade da presente parceria decorre, ainda, do fato de que o projeto "Memórias e Patrimônios: São Gotardo – 110 anos de história" pressupõe a produção, organização e difusão de conteúdos relacionados à história, memória e patrimônio cultural do Município, utilizando-se da capacidade de comunicação e divulgação da entidade para ampliar o acesso da população às informações produzidas.

Nesse sentido, a parceria apresenta identidade entre a natureza específica do objeto, a atuação institucional da FUNDESG e os meios disponíveis para execução e difusão dos conteúdos previstos no Plano de Trabalho.

Soma-se a isso o fato de que a própria Lei Municipal nº 2.953, de 10 de abril de 2026, ao disciplinar as subvenções sociais e contribuições relativas às emendas impositivas, identifica expressamente a FUNDESG como beneficiária dos recursos, circunstância que reforça a especificidade jurídica da parceria.

Assim, a identidade existente entre a natureza do objeto, a atuação institucional da FUNDESG, os meios necessários para sua execução e a destinação legislativa específica dos recursos evidencia a inviabilidade de competição nos moldes propostos, reforçando o enquadramento jurídico previsto na Lei Federal nº 13.019/2014.

2. Da Exclusividade Técnica e Operacional (Inviabilidade Fática de Competição)

A execução do projeto "Memórias e Patrimônios: São Gotardo – 110 anos de história" pressupõe capacidade técnica para produção, organização e difusão de conteúdos de interesse público relacionados à memória, à história e ao patrimônio cultural de São Gotardo.

A Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG dispõe de capacidade institucional compatível com as ações previstas no Plano de Trabalho, desempenhando papel de difusora de conteúdos de interesse público e apresentando condições técnicas para execução das atividades e alcance do propósito social estabelecido na parceria.

A atuação da entidade possibilita que os conteúdos produzidos no âmbito do projeto alcancem a comunidade, promovendo acesso à informação e divulgação das referências históricas e culturais do Município. A execução das metas encontra-se, portanto, diretamente relacionada à capacidade de produção e difusão de conteúdos da entidade parceira.

O próprio parecer do órgão técnico reconhece a viabilidade da execução da proposta e registra que as ações previstas no Plano de Trabalho são compatíveis com a capacidade técnica da entidade, permitindo a plena execução das atividades e o alcance do propósito social proposto.

Dessa forma, a capacidade técnica e operacional da FUNDESG, associada à natureza específica do projeto e à identificação legislativa da entidade como destinatária dos recursos das emendas impositivas, demonstra a adequação da Organização da Sociedade Civil para o atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

Portanto, diante das características específicas do objeto, da capacidade técnica e operacional da entidade e da destinação legislativa específica dos recursos, resta caracterizada a situação jurídica que autoriza a celebração da parceria sem procedimento competitivo, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

IV — DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA RAZOABILIDADE DOS CUSTOS

O montante financeiro de R$ 10.688,50 (dez mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) destina-se à execução das ações previstas no Plano de Trabalho do projeto "Memórias e Patrimônios: São Gotardo – 110 anos de história", devendo sua aplicação observar estritamente as metas, etapas e despesas nele estabelecidas.

Os recursos são provenientes de emendas impositivas municipais, destinadas à Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG, totalizando R$ 10.688,50, conforme previsão legislativa e documentação integrante do processo administrativo.

As despesas previstas deverão guardar relação direta com a execução do projeto e observar o Plano de Aplicação dos Recursos, compreendendo os gastos necessários à produção e difusão dos conteúdos e demais despesas operacionais vinculadas ao cumprimento das metas pactuadas, conforme discriminado no Plano de Trabalho.

Os valores previstos deverão estar respaldados pela documentação integrante do processo administrativo, de forma a demonstrar sua compatibilidade com os preços praticados no mercado e a proporcionalidade entre os recursos públicos empregados e as metas estabelecidas.

Dessa forma, considerando a natureza das ações, sua vinculação à execução do objeto e a demonstração de compatibilidade dos valores constante da instrução processual, considera-se o valor global de R$ 10.688,50 (dez mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) adequado à execução da parceria, observados os princípios da economicidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos.

V — CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, resta demonstrada a adequação da celebração da parceria diretamente com a Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG, considerando a natureza específica do objeto, a compatibilidade entre as atividades institucionais da entidade e as metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sua capacidade técnica e operacional para produção e difusão de conteúdos de interesse público e a existência de destinação legislativa específica dos recursos.

Soma-se a tais circunstâncias a existência de autorização legislativa específica, consubstanciada na Lei Municipal nº 2.953, de 10 de abril de 2026, que identifica expressamente a Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG como entidade beneficiária da transferência de recursos decorrentes de emendas impositivas municipais.

Dessa forma, esta autoridade declara a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fundamento nos arts. 29 e 31 da Lei Federal nº 13.019/2014, autorizando o prosseguimento da instrução processual destinada à celebração de Termo de Fomento com a Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo – FUNDESG, no valor de R$ 10.688,50 (dez mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), destinado à execução das ações previstas no Plano de Trabalho do projeto "Memórias e Patrimônios: São Gotardo – 110 anos de história".

A celebração da parceria fica condicionada ao cumprimento dos demais requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, incluindo a regular instrução do processo administrativo, aprovação do Plano de Trabalho, emissão dos pareceres técnico e jurídico pertinentes, comprovação dos requisitos de habilitação e regularidade da Organização da Sociedade Civil e demais providências necessárias à formalização do ajuste.

Determina-se a adoção das medidas de publicidade e transparência legalmente aplicáveis à parceria, bem como o regular acompanhamento, monitoramento e prestação de contas da execução das metas e da aplicação dos recursos públicos.

São Gotardo, 15 de julho de 2026

JOYCE FABIULA RODRIGUES
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

TERMO DE FOMENTO Nº 50/2026

Termo de Fomento que entre si celebram o município de São Gotardo/MG e a Organização Da Sociedade Civil "FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE SÃO GOTARDO", que tem por objeto execução de uma programação cultural e informativa, no âmbito da política municipal de cultura e informação, com a finalidade de realizar, através do SGTV Canal 26 uma produção de um documentário audiovisual sobre patrimônios históricos e culturais de São Gotardo em celebração aos seus 110 anos. Ressalta-se que o referido projeto é destinado à preservação, valorização e difusão da memória histórica do município por meio da produção de documentário audiovisual utilizando o acervo histórico do SGTV, contemplando pesquisa, digitalização e organização do acervo histórico.

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, , inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Cultura e turismo, JOYCE FABIULA RODRIGUES nomeada por meio do Decreto nº 266 de 22 de abril de 2025, no Diário Oficial do Município de São Gotardo, em 22/04/2025, portadora do Registro Geral nº MG-16.677.760 Órgão Expedidor SSP/MG e CPF Nº 118.107.476-27, residente e domiciliada em São Gotardo; e a FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL DE SÃO GOTARDO, Organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada na Rua Pinheiro Machado, nº 88, centro, São Gotardo, CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 03.749.433/0001-32, neste ato representada por seu Presidente o Sr. HUDSON DE MELO BORGES, residente e domiciliado na Rua Pinheiro Machado, nº 88, centro, no município de São Gotardo, CEP: 38.800-000, portador da Carteira de Identidade nº M-2.358.543 SSP/MG, e CPF sob o nº 477.239.986-00, ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 50/2026, tendo em vista o que consta do Processo n. 50/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 220 de 10 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 2953 de 10 de abril de 2026, que autorizaram o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto execução de uma programação cultural e informativa, no âmbito da política municipal de cultura e informação, com a finalidade de realizar, através do SGTV Canal 26 uma produção de um documentário audiovisual sobre patrimônios históricos e culturais de São Gotardo em celebração aos seus 110 anos. Ressalta-se que o referido projeto é destinado à preservação, valorização e difusão da memória histórica do município por meio da produção de documentário audiovisual utilizando o acervo histórico do SGTV, contemplando pesquisa, digitalização e organização do acervo histórico.
O objeto do Termo de Fomento é de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 São obrigações comuns dos PARCEIROS:
I – Conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
IV – Priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2 São obrigações do MUNICÍPIO:
I – Transferir os recursos para a execução deste objeto;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
III – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
IV – Promover a transferência dos recursos financeiros para conta bancária específica indicada pela OSC;
V – Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
VI – Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII – Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
VIII – Elaborar parecer sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IX – Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
X – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
XI – designar o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.3 São obrigações da OSC:
I – Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento, especificado no plano de trabalho;
II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
III – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV – Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, redes e mídias sociais digitais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014;
V – Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
VI – Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
VII – não remunerar com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
VIII – Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da administração pública municipal;
IX – Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública;
X – Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;

XI – Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
XII – Comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
XIII – Justificar o preço das despesas efetuadas, com entrega das cotações, pesquisa de preços e outros documentos pertinentes, para fins de comprovação de razoabilidade e compatibilidade com o mercado, par afins de aquisição de materiais e serviços.
XIV – Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
XV – Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, nesta efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo;
XVI – Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
XVII – Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros;
XVIII – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
XIX – Comprovar de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
XX – Manter-se adimplente com o Poder Público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores.
XXI – manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
XXII – Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu Estatuto;
XXIII – Apresentar até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
XXIV – Prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XXV – Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 O MUNICÍPIO transferirá à OSC o valor total de R$ 10.688,50 (dez mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos) de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento, em conta corrente específica nº 15.680-9, Agência 3267, Sicoob , de titularidade de OSC.

3.2 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado conforme o seguinte planejamento:

Parcela Valor Data estipulada
1 R$ 10.688,50 Agosto/2026
Valor Total R$ 10.688,50

3.4 Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira autorizada, regulada ou supervisionada pelo Banco Central.

3.5 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha 269 - Código da Despesa 33.50.41.00
Fonte: 1500
Valor: R$ 10.688,50
Conta: 49895-5 / AG: 0483-9 / Banco do Brasil
Repasse referente a Emenda Impositiva

Segue abaixo Quadro Demonstrativo das emendas parlamentares, contendo a identificação dos vereadores autores das emendas e os respectivos valores destinados à execução da parceria:

Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo (FUNDESG)
Área Vereador Valor (R$)
Diversas José Eugênio Alves R$ 3.094,25,Diversas Márcia Resende Araújo R$ 1.094,25,Diversas Rithelle Silva R$ 1.500,00,Diversas Silvério de Paula R$ 5.000,00.
Total – Fundação Educativa e Cultural de São Got... R$ 10.688,50

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3 Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, excepcionalmente, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie ou cheques nominais e cruzados, desde que devidamente justificado.

4.4 Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4.1 O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5 A OSC deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

4.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novos parceriais, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.
5.2 A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 A prestação de contas do presente Termo de Fomento deverá ser de maneira parcial, de em carater mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária (data da saída do valor no extrato bancário), a OSC deverá apresentar os devidos comprovantes, notas ficais e afins em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria.

6.3 A OSC deverá apresentar, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:
I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
II – demonstração do alcance das metas;
III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.3.1 O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:
I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.4 A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4.1 No caso de pagamento encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, é obrigatória a apresentação de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.5 A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.6 Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.5.1 A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5.2 A prestação de contas consistirá na apresentação do relatório de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.3.

6.6 A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2, no prazo de até trinta dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria

6.6.1 Caso haja saldo não gasto, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.2 O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até noventa dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, prorrogável justifcadamente por igual período.

6.6.3 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública Municipal deverá dispor sobre:
a) Aprovação da prestação de contas;
b) Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal qie não resulte dano ao erário;
c) Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens valores e dano ao erário,m com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada.

7.2 O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria.

7.3 O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.4 O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.5 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 20 (vinte) dias, apesentar justificativa.

7.6 Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.7 Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução

apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8 O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.9 A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

8.2 Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2 Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4 Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2 A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.
9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.
9.5 O Município publicará o extrato do presente termo de fomento no Diário Oficial do Municipal e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 Este Termo de Fomento, terá vigência do dia 09 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026, possibilitada a sua prorrogação, desde que justificada.

10.2 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da OSC por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 Quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3 Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4 For denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 Fica desde já definida a titularidade da OSC. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste

Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1 Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3. É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item

13.4.2. Fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São Gotardo para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 2 (duas) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

São Gotardo/MG, 09 de agosto de 2026

JOYCE FABIULA RODRIGUES
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

HUDSON DE MELO BORGES
Presidente da Fundação Educativa e Cultural de São Gotardo

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:24D3C936

SETOR DE CONVÊNIOS
JUSTIFICATIVA DE INEXIG. DE CHAM. PUBLICO E TERMO DE FOMENTO 54-2026- SPARTA ESPORTE CLUBE - LEI 3006- 100.000,00

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Instrumento: Termo de Fomento
Proponente/OSC: ADCCAM- Associação Desportiva e Cultural Capoeira Arte Mineira (nº 10.287.975/0001-04)
Endereço: Rua dos Pequis, nº 256 , bairro Serra Negra, São Gotardo/MG, CEP 38.800-000
Representante Legal: Liliane Daniela Gonçalves (Presidente)
Valor do Fomento: R$ 9.000,00 (nove mil reais)
Objeto: Custeio de despesas para realização da Troca de Cordas da ADCCAM
I — DO OBJETO E DA RELEVÂNCIA PÚBLICA DO FOMENTO
A presente parceria visa conjugar esforços entre o Município de São Gotardo e a ADCCAM – Associação Desportiva e Cultural Capoeira Arte Mineira, para a realização da Troca de Cordas da ADCCAM, ação de caráter cultural, esportivo e formativo destinada à valorização, continuidade e difusão da prática da capoeira no Município de São Gotardo. O fomento no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais) destina-se ao custeio das despesas necessárias à realização do evento, conforme especificações constantes do Plano de Trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil.
A iniciativa reveste-se de relevante interesse público por contribuir para a preservação e transmissão dos saberes, práticas e tradições associados à capoeira, promovendo sua continuidade entre diferentes gerações e fortalecendo os vínculos culturais e comunitários. A Troca de Cordas constitui momento relevante no processo formativo dos praticantes, representando a progressão dos participantes e proporcionando integração entre alunos, mestres, familiares e comunidade.
O apoio municipal encontra respaldo nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que asseguram o pleno exercício dos direitos culturais e estabelecem a proteção e valorização das manifestações culturais e dos bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Soma-se a isso o disposto no artigo 217 da Constituição Federal, que atribui ao Poder Público o dever de fomentar práticas desportivas formais e não formais.
Nesse contexto, o fomento à realização da Troca de Cordas da ADCCAM configura medida de interesse público voltada ao fortalecimento da cultura local, à transmissão de saberes tradicionais, à formação cultural e esportiva e à valorização da capoeira enquanto manifestação cultural brasileira, justificando a atuação do Município em regime de mútua cooperação com a Organização da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.
II — DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA INEXIGIBILIDADE
O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC — Lei Federal nº 13.019/2014), em seu artigo 31, estabelece que o chamamento público é inexigível quando restar configurada a inviabilidade de competição. Veja-se:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica (...)"
Complementarmente, por envolver a destinação direta de recursos públicos a uma entidade de direito privado específica, cumpre-se a exigência contida no artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a qual determina que tal repasse seja amparado por lei específica autorizativa aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, cuja minuta já se encontra sob análise.
No caso concreto, além da inviabilidade de competição decorrente das características específicas do objeto, verifica-se hipótese expressamente contemplada pelo art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, uma vez que a transferência de recursos à entidade encontra-se previamente autorizada em lei municipal que identifica expressamente a Organização da Sociedade Civil beneficiária.
Com efeito, a Lei Municipal nº 2.953, de 10 de abril de 2026, que "Autoriza a concessão de subvenção social e contribuições relativas às emendas impositivas às entidades que menciona e dá outras providências", identifica expressamente a ADCCAM – Associação Desportiva e Cultural Capoeira Arte Mineira como entidade beneficiária da transferência de recursos.
Desse modo, a parceria encontra fundamento específico no art. 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo da demonstração, no presente ato, da compatibilidade entre as finalidades institucionais da entidade, a natureza do objeto, sua capacidade técnica e operacional e as metas previstas no Plano de Trabalho.
III — DA CARACTERIZAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO
A inviabilidade de competição para a execução do objeto proposto não decorre de escolha discricionária desta pasta, mas sim de condições fáticas e jurídicas que impossibilitam a disputa concorrencial no âmbito do município de São Gotardo, conforme fundamentado a seguir:
1. Da Exclusividade Estatutária (Inviabilidade Jurídica de Competição)
Em análise da documentação institucional apresentada, verifica-se que a ADCCAM – Associação Desportiva e Cultural Capoeira Arte Mineira possui entre suas finalidades estatutárias o desenvolvimento, a promoção e a difusão da capoeira e de suas manifestações culturais, esportivas e formativas, apresentando compatibilidade direta entre seus objetivos institucionais e o objeto da parceria pretendida.
A especificidade da presente parceria decorre, ainda, do fato de que o objeto consiste na realização da Troca de Cordas da própria ADCCAM, atividade vinculada ao processo formativo desenvolvido

pela entidade junto aos seus praticantes. Trata-se de ação cuja execução pressupõe a continuidade das atividades, metodologia, acompanhamento e organização mantidos pela própria associação, não se caracterizando como evento genérico de capoeira passível de execução indistinta por qualquer outra organização da sociedade civil.
Nesse sentido, eventual competição entre entidades para execução do objeto específico mostrar-se-ia inadequada à própria finalidade da parceria, uma vez que outra organização não poderia substituir a ADCCAM na realização de atividade vinculada à trajetória formativa de seus alunos e integrantes, nem promover, em seu lugar, a progressão e a correspondente troca de cordas dentro da estrutura organizacional e pedagógica mantida pela entidade.
Assim, a identidade existente entre a natureza específica do objeto, as finalidades estatutárias da ADCCAM e o público diretamente vinculado às atividades por ela desenvolvidas evidencia a inviabilidade de competição para a execução da parceria nos moldes propostos, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 31, caput, da Lei Federal nº 13.019/2014, segundo o qual o chamamento público será inexigível quando houver inviabilidade de competição entre organizações da sociedade civil em razão da natureza singular do objeto ou quando as metas somente puderem ser atingidas por entidade específica.
2. Da Exclusividade Técnica e Operacional (Inviabilidade Fática de Competição)
A realização da Troca de Cordas da ADCCAM está diretamente vinculada ao processo contínuo de formação desenvolvido pela própria entidade, envolvendo acompanhamento dos praticantes, orientação técnica, avaliação da evolução individual e organização das atividades necessárias à progressão dos alunos dentro da metodologia adotada pela Associação.
A ADCCAM – Associação Desportiva e Cultural Capoeira Arte Mineira detém o conhecimento técnico, pedagógico e organizacional relacionado ao trabalho desenvolvido com seus próprios alunos, inclusive crianças e adolescentes atendidos gratuitamente pela entidade, dentre os quais participantes em situação de vulnerabilidade social. A realização da Troca de Cordas constitui etapa decorrente desse processo formativo e pressupõe conhecimento da trajetória, frequência, desenvolvimento e evolução técnica dos participantes.
Dessa forma, não se trata do fomento a um evento genérico de capoeira que poderia ser indistintamente realizado por outra organização, mas do apoio público a uma ação específica decorrente das atividades continuadas desenvolvidas pela própria ADCCAM. A substituição da entidade por outra Organização da Sociedade Civil descaracterizaria o próprio objeto pretendido, uma vez que a progressão e a correspondente trocam de cordas estão vinculadas ao trabalho formativo realizado pela Associação junto aos seus integrantes.
A experiência prática da entidade na promoção e difusão da capoeira, aliada à vinculação direta entre a atividade continuada desenvolvida, os beneficiários atendidos e a realização da Troca de Cordas, demonstra que as metas estabelecidas no Plano de Trabalho encontram-se diretamente relacionadas à atuação da própria ADCCAM.
Portanto, diante da natureza específica do objeto e de sua vinculação ao processo formativo desenvolvido pela entidade, resta caracterizada a inviabilidade fática de competição, uma vez que as metas propostas estão diretamente relacionadas à atuação continuada da própria Associação e ao público por ela atendido, reforçando o enquadramento da parceria na hipótese de inexigibilidade de chamamento público prevista no art. 31 da Lei Federal nº 13.019/2014.
IV — DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DA RAZOABILIDADE DOS CUSTOS
O montante financeiro de R$ 9.000,00 (nove mil reais) mostra-se proporcional à execução das ações previstas no Plano de Trabalho e destina-se exclusivamente ao custeio de despesas diretamente relacionadas à realização da Troca de Cordas da ADCCAM e às atividades formativas necessárias à consecução das metas pactuadas.
Os recursos serão destinados às seguintes despesas finalísticas e operacionais:
• Aquisição de cordas de graduação: destinadas aos participantes da Troca de Cordas, constituindo material diretamente relacionado à progressão dos praticantes e à realização da atividade;
• Alimentação dos participantes durante a realização da Troca de Cordas: destinada ao atendimento dos alunos e demais participantes diretamente envolvidos na atividade, conforme quantitativos, especificações e valores discriminados no Plano de Trabalho;
• Remuneração de profissional responsável pelas atividades de capoeira: destinada ao custeio do profissional que atua diretamente nas atividades formativas desenvolvidas pela entidade, incluindo o atendimento gratuito de crianças e adolescentes, dentre os quais participantes em situação de vulnerabilidade social, compreendendo a preparação, orientação e acompanhamento técnico necessários ao processo formativo que culmina na Troca de Cordas;
• Serviços de contabilidade: destinados ao suporte contábil necessário à adequada gestão e execução financeira da parceria, bem como ao cumprimento das obrigações relacionadas à aplicação e à prestação de contas dos recursos públicos, na proporção correspondente ao período e às atividades vinculadas ao objeto.
As despesas relacionadas à remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho e aos custos indiretos necessários à consecução do objeto encontram respaldo no art. 46, incisos I e III, da Lei Federal nº 13.019/2014, desde que devidamente previstas no Plano de Trabalho e vinculadas à execução da parceria.
Os valores previstos deverão estar respaldados pela documentação integrante do processo administrativo, de forma a demonstrar sua compatibilidade com os preços praticados no mercado e a proporcionalidade entre os recursos públicos empregados e as metas estabelecidas.
Dessa forma, considerando a natureza das despesas, sua vinculação direta à execução do objeto e a demonstração de compatibilidade dos valores constante da instrução processual, considera-se o valor global de R$ 9.000,00 (nove mil reais) adequado e razoável para a execução da parceria, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e adequada aplicação dos recursos públicos.
V — CONCLUSÃO
Diante de todo o exposto, resta demonstrada a inviabilidade de competição, considerando a natureza específica do objeto, sua vinculação direta ao processo formativo continuado desenvolvido pela ADCCAM – Associação Desportiva e Cultural Capoeira Arte Mineira e a circunstância de que as metas propostas estão relacionadas aos alunos, praticantes e atividades desenvolvidas pela própria entidade, não se tratando de evento genérico passível de execução indistinta por outra Organização da Sociedade Civil.
Dessa forma, esta autoridade declara a INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO, com fundamento no art. 31, caput, da Lei Federal nº 13.019/2014, autorizando o prosseguimento da instrução processual destinada à celebração de Termo de Fomento com a ADCCAM – Associação Desportiva e Cultural Capoeira Arte Mineira, inscrita no CNPJ sob o nº 10.287.975/0001-04, no valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), destinado ao custeio das ações previstas no Plano de Trabalho para realização da Troca de Cordas da ADCCAM.
A celebração da parceria fica condicionada ao cumprimento dos demais requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019/2014, incluindo a regular instrução do processo administrativo, aprovação do Plano de Trabalho, emissão dos pareceres técnico e jurídico pertinentes, comprovação dos requisitos de habilitação e regularidade da Organização da Sociedade Civil e demais providências necessárias à formalização do ajuste.
Determina-se a publicação do extrato desta justificativa no sítio oficial do Município de São Gotardo, na mesma data em que for efetivada, para fins de transparência e cumprimento do disposto no art. 32, §1º, da Lei Federal nº 13.019/2014, assegurado o prazo legal de 5 (cinco) dias, contado da publicação, para eventual impugnação.

São Gotardo, 15 de julho de 2026

JOYCE FABIULA RODRIGUES
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

TERMO DE FOMENTO Nº 49/2026

Termo de Fomento que entre si celebram o município de São Gotardo/MG e a Organização da Sociedade Civil, ADCCAM - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE CAPOEIRA ARTE MINEIRA, cujo objeto visa solicitar recursos financeiros para

fins de execução de aulas de capoeira com as crianças e adolescentes carentes do município, tendo também a disponibilidade de materiais esportivos (instrumentos musicais, vestuário, cordas e certificados), para os treinos mistos, no âmbito da política municipal de cultura e esporte, meio a serem formalizados por meio do termo de parceria, nos termos da Lei Federal n°13.019/2014 e demais legislações vigentes.

MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO, pessoa jurídica de Direito Público, , inscrita no CNPJ sob o nº 18.602.037/0001-55, com endereço na Rua Professora Maria Coeli Franco, 13, Centro, São Gotardo/MG, neste ato representado Secretária Municipal de Cultura e Turismo, JOYCE FABIULA RODRIGUES nomeada por meio do Decreto nº 266 de 22 de abril de 2025, no Diário Oficial do Município de São Gotardo, em 22/04/2025, portadora do Registro Geral nº MG-16.677.760 Órgão Expedidor SSP/MG e CPF Nº 118.107.476-27, residente e domiciliada em São Gotardo; e ADCCAM - ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE CAPOEIRA ARTE MINEIRA, Organização da Sociedade Civil, doravante denominada OSC, situada na Rua dos Pequis, nº 256 , bairro Serra Negra, município de São Gotardo/MG, CEP 38.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.287.975/0001-04; neste ato representada por sua Presidente LILIANE DANIELA GONÇALVES, residente e domiciliada na Rua Lázaro Rocha, nº 86, bairro Boa Esperança, São Gotardo/MG, portadora da Carteira de Identidade nº MG-15.170.798, e CPF sob o nº 086.257.046-89, ambos em conjunto denominados PARCEIROS, sujeitando-se, no que couber, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 49/2026, tendo em vista o que consta do Processo n. 49/2026 e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 220 de 10 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 2953 de 10 de abril de 2026, sobre termo de Fomento para fins de repasse de recurso de Emenda Impositiva., que autorizaram o repasse financeiro à Organização da Sociedade Civil, e sujeitando-se, no que couber, ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e à Lei Orçamentária Anual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento cujo objeto visa solicitar recursos financeiros para fins de execução de aulas de capoeira com as crianças e adolescentes carentes do município, tendo também a disponibilidade de materiais esportivos (instrumentos musicais, vestuário, cordas e certificados), para os treinos mistos, no âmbito da política municipal de cultura e esporte, meio a serem formalizados por meio do termo de parceria, nos termos da Lei Federal n°13.019/2014 e demais legislações vigentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 São obrigações comuns dos PARCEIROS:
I – Conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
II – Promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
III – Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
IV – Priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo;

2.2 São obrigações do MUNICÍPIO:
I – Transferir os recursos para a execução deste objeto;
II – Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
III – Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
IV – Promover a transferência dos recursos financeiros para conta bancária específica indicada pela OSC;
V – Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
VI – Publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial e respectivas alterações, se for o caso;
VII – Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
VIII – Elaborar parecer sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014;
IX – Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
X – Sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
XI – Designar o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;

2.3 São obrigações da OSC:
I – Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento, especificado no plano de trabalho;
II – Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
III – Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais aos processos, documentos e informações relacionadas a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
IV – Divulgar esta parceria em seu sítio na internet, redes e mídias sociais digitais, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014;
V – Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
VI – Responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
VII – Não remunerar com os recursos repassados: (a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (b) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
VIII – Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da administração pública municipal;
IX – Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela administração pública;
X – Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando vedada a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
XI – Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
XII – Comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

XIII – Justificar o preço das despesas efetuadas, com entrega das cotações, pesquisa de preços e outros documentos pertinentes, para fins de comprovação de razoabilidade e compatibilidade com o mercado, par afins de aquisição de materiais e serviços.
XIV – Aplicar os recursos repassados pelo Município e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
XV – Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, nesta efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo;
XVI – Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;
XVII – Ressarcir aos cofres públicos, ao final da parceria, o saldo remanescente oriundo das aplicações dos recursos financeiros;
XVIII – Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
XIX – Comprovar de forma integral no final do Termo de Fomento todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
XX – Manter-se adimplente com o Poder Público no que tange a prestação de contas de exercícios anteriores.
XXI – Manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria; e
XXII – Comunicar ao Município a substituição dos responsáveis pela OSC, assim como alterações em seu Estatuto;
XXIII – Apresentar até 10 (dez) dias, após o encerramento de cada trimestre, relatório sobre a execução da parceria, apresentando comparativo específico das metas propostas com os resultados quantitativos e qualitativos alcançados.
XXIV – Prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;
XXV – Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

O MUNICÍPIO transferirá à OSC o valor total de R$ 9.000,00 (nove mil reais) de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento, em conta corrente específica nº 52439-5, Agência 0483-9, Banco do Brasil, de titularidade de OSC.

3.1 Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.2 O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado conforme o seguinte planejamento:

Parcelas Valor Data estipulada
1 R$ 9.000,00 agosto/2026
Valor Total R$ 9.000,00

3.3 Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira autorizada, regulada ou supervisionada pelo Banco Central.

3.4 Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.5 As despesas decorrentes da execução deste Termo de Fomento, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Ficha: 264
Fonte : 1500
Elemento de Despesa: 33.50.41.00
Conta: 49895-5- Agência 0483-9- Banco do Brasil S/A
Valor : R$ 9.000,00 (nove mil reais)
Repasse referente a Emenda Impositiva

Contribuição para Associação Desportiva e Cultural de Capoeira Arte Mineira - ADCCAM
Área Vereador Valor (R$)
Diversas João Wilson de Camargos R$ 2.500,00, Diversas Leonardo Pompeu Madeira R$ 1.000,00,Diversas Márcia Resende Araújo R$ 1.000,00,Diversas Rithelle Silva R$ 1.500,00,Diversas Silvério de Paula R$ 3.000,00;
Total – Contribuição para Associação Desportiva ... R$ 9.000,00

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.2 Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação eletrônica do beneficiário final. Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED –, Documento de Ordem de Crédito – DOC –, PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.3 Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, excepcionalmente, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie ou cheques nominais e cruzados, desde que devidamente justificado.

4.4 Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante a vigência da mesma e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para apresentação da prestação de contas final.

4.4.1 O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizada ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.5 A OSC deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

4.6 A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novos parceriais, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL

5.1 A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO os respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição a sua execução.

5.2 A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 A prestação de contas do presente Termo de Fomento deverá ser de maneira parcial, de em carater mensal, isso é, após o efetivo gasto do recurso na conta bancária (data da saída do valor no extrato bancário), a OSC deverá apresentar os devidos comprovantes, notas ficais e afins em até 30 (trinta) dias. Ficando ainda ressalvado, que após a finalização do Termo de Fomento, a OSC deverá prestar contas em definitivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do término da parceria.

6.3 A OSC deverá apresentar, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, que deverá conter:
I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
II – demonstração do alcance das metas;
III – documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;
IV – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;
V – relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;
VI – justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

6.3.1 O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:
I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.4 A OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas.

6.4.1 No caso de pagamento encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e ao adimplemento do termo de Fomento, é obrigatória a apresentação de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, ficando dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

6.5 A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

6.6 Nas parcerias com vigência igual ou superior a um ano, a OSC deverá apresentar prestação de contas anual, exclusivamente com relação ao desenvolvimento de seu objeto, para fins de monitoramento do cumprimento das metas previstas no plano de trabalho.

6.5.1 A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias;

6.5.2 A prestação de contas consistirá na apresentação do relatório de execução do objeto, que deverá observar o disposto no item 6.3.

6.6 A OSC deverá apresentar a prestação de contas final, por meio de relatório final de execução do objeto, que deverá conter os elementos previstos no item 6.2, no prazo de até trinta dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria

6.6.1 Caso haja saldo não gasto, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

6.6.2 O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até noventa dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, prorrogável justificadamente por igual período.

6.6.3 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela Administração Pública Municipal deverá dispor sobre:
a) Aprovação da prestação de contas;
b) Aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, estiver evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte dano ao erário;
c) Rejeição da prestação de contas, quando houver omissão no dever de prestar contas, descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidas no plano de trabalho, desfalque ou desvio de dinheiro, bens valores e dano ao erário,m com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, diante do que deverão contemplar a análise das informações da parceria e da documentação técnica apresentada.

7.2 O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria.

7.3 O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, que deverão ser por ela homologados.

7.4 O gestor emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para homologação.

7.5 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade ou não comprovação do alcance das metas, ainda que parcial, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar justificativa.

7.6 Nas hipóteses em que o monitoramento e avaliação da parceria constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da O.S.C. em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Fomento; ou em que a O.S.C. deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO poderá reter as parcelas dos recursos financeiros destinados à O.S.C, até o saneamento das impropriedades constatadas;

7.7 Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da O.S.C. para saná-las, o relatório técnico parcial de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, a instauração de tomada de contas especial.

7.8 O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria-Geral do Município e à Procuradoria-Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.9 A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, na forma da Lei 13.019/2014, sendo garantidos os direitos de ampla defesa e contraditório da OSC.

8.2 Nas hipóteses dos itens 12.2.1 a 12.2.4 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.2.1 Suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.2.2 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio, ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.2.1.

8.3 Na hipótese do item 12.2.2 dessa cláusula a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.3.1 Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarci-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.3.2 Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da punição, a OSC será declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorre o saneamento.

8.4 Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial providenciada pelo órgão competente do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 Obriga-se a OSC, em razão deste Termo de Fomento, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2 A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 A OSC compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das OSCs, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.
9.4 Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.
9.5 O Município publicará o extrato do presente termo de fomento no Diário Oficial do Municipal e no quadro de avisos da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

10.1 Este Termo de Fomento, terá vigência do dia 09 de agosto de 2026 até o dia 31 de dezembro de 2026, possibilitada a sua prorrogação, desde que justificada.

10.2 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação fundamentada da OSC por meio de Termo Aditivo, devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término da sua vigência, desde que não haja alteração de seu objeto.

10.3 A alteração do prazo de vigência do Termo de Fomento, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do MUNICÍPIO, será promovida “de ofício”, limitada ao período do atraso verificado, por meio de Termo de Apostila.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 Este Termo de Fomento, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela OSC com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

11.2 É vedada a alteração do objeto do Termo de Fomento, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 Esta parceria poderá ser rescindida quando:

12.2.1 Ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;

12.2.2 Quando a O.S.C. não sanar as impropriedades constantes do item 7.9 da cláusula sétima;

12.2.3 Pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;

12.2.4 For denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 Os materiais permanentes a serem adquiridos para a implementação das atividades especificadas na cláusula primeira deverão ser orçados e comprados pelo valor médio de mercado, tendo como norteador os princípios da legalidade, moralidade e economicidade, sob pena de nulidade das despesas.

13.2 Fica desde já definida a titularidade da OSC. acerca dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo, podendo o MUNICÍPIO reavê-los, após a consecução completa do objeto ou em caso de confirmadas irregularidades, na hipótese de melhor atendimento ao interesse social.

13.2.1 Os materiais permanentes reavidos pelo MUNICÍPIO, serão retirados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de notificação da Rescisão dessa parceria.

13.3. É vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes adquiridos e ou produzidos em razão da execução deste Termo;

13.4. Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos

referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.4.1. Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item

13.4.2. Fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de São Gotardo para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

São Gotardo/MG, 09 de agosto de 2026

JOYCE FABIULA RODRIGUES
Secretária Municipal de Cultura e Turismo

LILIANE DANIELA GONÇALVES
Presidente da ADCCAM

Publicado por:
Maria Neli de Oliveira Teixeira
Código Identificador:AB9D496B

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DO PROCESSO 212/2026 – DISPENSA 147/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, ATRAVÉS DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 147/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL,COMPREENDENDO A LIMPEZA PRÉVIA DAS SUPERFÍCIES E A PINTURA VIÁRIA COM TINTARETRORREFLETIVA À BASE DE RESINA ACRÍLICA E MICROESFERAS DE VIDRO, INCLUINDO EIXO CENTRAL, LINHAS DE BORDO, FAIXAS DE TRAVESSIA DE PEDESTRES, LEGENDAS, SINALIZAÇÃO DE ENCONTROS E CRUZAMENTOS DAS VIAS QUE INTERCEPTAM AS AVENIDAS,NAS PRINCIPAIS VIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MGINTERCEPTAM AS AVENIDAS, NAS PRINCIPAIS VIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG''. CONTRATADA: CCIMINAS , COM O VALOR GLOBAL DE R$ 787.482,48(SETECENTOS E OITENTA **E SETE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS).**DATA DA RATIFICAÇÃO: 03 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:BDC5F099

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DO PROCESSO 252/2026 – INEXIGIBILIDADE 031/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, ATRAVÉS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, JOYCE FABIULA RODRIGUES, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 31/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 252/2026. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE, DA EMPRESA FALAMANSA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-EPP PARA A REALIZAÇÃO DE 01 (UM) SHOW ARTÍSTICO NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE SÃO GOTARDO/MG, NAS FESTIVIDADES DO 111° ANIVERSÁRIO DE SÃO GOTARDO/MG, DE FORMA GRATUITA PARA TODA POPULAÇÃO''. CONTRATADA: FALAMANSA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-EPP, VALOR GLOBAL DE R$ 230.000,00 (DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS), PARA ATÉ 31/12/2026. DATA DA RATIFICAÇÃO: 31 DE JULHO DE 2026.

Publicado por:
Geisimara Junia Frazão
Código Identificador:F80AE252

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 112/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG, TORNA PÚBLICO O EXTRATO DO CONTRATO Nº. 112/2026, PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 252/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 31/2026. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DIRETA, POR INEXIGIBILIDADE, DA EMPRESA FALAMANSA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-EPP PARA A REALIZAÇÃO DE 01 (UM) SHOW ARTÍSTICO NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026, NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE SÃO GOTARDO/MG, NAS FESTIVIDADES DO 111° ANIVERSÁRIO DE SÃO GOTARDO/MG, DE FORMA GRATUITA PARA TODA POPULAÇÃO", CONTRATADA: FALAMANSA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-EPP, VALOR GLOBAL DE R$ 230.000,00 (DUZENTOS E TRINTA MIL REAIS). DATA DE ASSINATURA: 31/07/2026. VIGÊNCIA: 26/09/2026 A 27/09/2026.

MAKOTO EDISON SEKITA–
Prefeito Municipal.

JOYCE FABIULA RODRIGUES -
Secretária Municipal de Cultura e Turismo.

RICARDO RAMOS DA CRUZ–
Representante da Contratada.

Publicado por:
Geisimara Junia Frazão
Código Identificador:FCC2EB22

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 105/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GOTARDO/MG - EXTRATO DO CONTRATO Nº. 105/2026 - PROCESSO Nº 212/2026, ADESÃO Nº 0147/2026- CCONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL, COMPREENDENDO A LIMPEZA PRÉVIA DAS SUPERFÍCIES E A PINTURA VIÁRIA COM TINTA RETRORREFLETIVA À BASE DE RESINA ACRÍLICA E MICROESFERAS DE VIDRO, INCLUINDO EIXO CENTRAL, LINHAS DE BORDO, FAIXAS DE TRAVESSIA DE PEDESTRES, LEGENDAS, SINALIZAÇÃO DE ENCONTROS E CRUZAMENTOS DAS VIAS QUE INTERCEPTAM AS AVENIDAS, NAS PRINCIPAIS VIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO GOTARDO/MG, CONFORME ESPECIFICAÇÕES . DATA DE ASSINATURA: 03/08/2026. VIGÊNCIA: 03/08/2026 A 03/08/2027. CONTRATADA: CIMINAS,COM O VALOR GLOBAL DE R$ 787.482,48(SETECENTOS E OITENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS). ASSINANTES:MAKOTO EDISON SEKITA – PREFEITA MUNICIPAL. DANIEL ASSUNÇÃO CARDOSO- SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. JOSÉ HUMBERTO RIBEIRO– REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

Publicado por:
Ana Caroline Oliveira
Código Identificador:C6BD299C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA PONTE

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 2.382 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.807, DE 29 DE MAIO DE 2017, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES, PARA INCLUIR A CORRIDA E CAMINHADA ELES E ELAS, PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE EM ALUSÃO ÀS CAMPANHAS OUTUBRO ROSA E NOVEMBRO AZUL, NO ROL DE EVENTOS PASSÍVEIS DE REALIZAÇÃO MEDIANTE PARCERIA COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 2.807, de 29 de maio de 2017, com as alterações posteriores, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Colaboração com a Sociedade Civil Organizada, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, para a realização das seguintes festas e eventos:

(...)
IV – Corrida e Caminhada Eles e Elas, promovida e/ou coordenada pela Secretaria Municipal de Saúde, em alusão às campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul, destinada ao incentivo à prática de atividades físicas, à promoção da qualidade de vida, à prevenção e conscientização em saúde e à integração da comunidade."

Art. 2º O artigo 2º da Lei Municipal nº 2.807, de 29 de maio de 2017, com as alterações posteriores, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 2º Poderão ser repassados valores até o montante máximo a seguir descrito:

(...)
IV – R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a realização da Corrida e Caminhada Eles e Elas, prevista no inciso IV do art. 1º."

§ 1º A autorização prevista nesta Lei não implica vinculação dos recursos destinados à realização do evento à área da saúde, devendo as despesas ser custeadas por dotações e fontes de recursos legalmente compatíveis com a respectiva natureza e finalidade.

§ 2º A Secretaria Municipal de Saúde poderá promover, coordenar ou apoiar a realização da Corrida e Caminhada Eles e Elas, inclusive mediante articulação com outras Secretarias Municipais, órgãos públicos, entidades da sociedade civil e demais parceiros, observadas as competências administrativas e a legislação vigente.

§ 3º - O evento poderá compreender, além da corrida e caminhada, atividades educativas, de conscientização, prevenção, lazer, integração comunitária e demais ações relacionadas aos objetivos das campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário, observada a disponibilidade financeira e orçamentária e a compatibilidade da fonte de recursos com a natureza da despesa.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João da Ponte/MG, 24 de agosto de 2026.

FÁBIO LUÍZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal de São João da Ponte – MG

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:70D6BAD2

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 2.383 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BARREIRO MARRUÁS II (AFABAM)"

O Povo do Município de São João da Ponte – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública Municipal a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BARREIRO MARRUÁS II – (AFABAM)**, associação privada, sem fins lucrativos, com sede na Comunidade de Barreiro Marruás, Zona Rural de São João da Ponte – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 62.870.520/0001-02.

ARTIGO 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São João da Ponte, Estado de Minas Gerais, aos 24 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito de São João da Ponte - MG

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:7483588D

ASSESSORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 2.384 DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOÃO DA PONTE - AFAP"

O Povo do Município de São João da Ponte - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

ARTIGO 1º – Fica reconhecida de Utilidade Pública Municipal a **ASSOCIAÇÃO DE FEIRANTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUTORES RURAIS DE SÃO JOÃO DA PONTE - AFAP**, associação privada, sem fins lucrativos, com sede na Comunidade Rural de Poções, São João da Ponte – MG, inscrita no CNPJ sob o nº 63.226.707/0001-30.

ARTIGO 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

São João da Ponte - MG / 24 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito de São João da Ponte - MG

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:1EC94FF4

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 88, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Nomeia os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA do Município de São João da Ponte/MG e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de São João da Ponte/MG, como representantes do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, os seguintes membros:

I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
a) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Valdineia da Cruz Almeida Ferreira – CPF nº XXX.960.XXX-98
Suplente: Fernanda Gonçalves Cordeiro – CPF nº XXX.554.XXX-58
b) Secretaria Municipal de Educação
Titular: Iolanda dos Reis Madureira – CPF nº XXX.952.XXX-60
Suplente: Diego Ruas Almeida – CPF nº 098.111.386-99
c) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Daniele Antunes Alves – CPF nº XXX.659.XXX-92
Suplente: Eliane Campos Oliva Montalvão – CPF nº XXX.340.XXX-90
d) Secretaria Municipal da Fazenda/Finanças/Contabilidade/RH
Titular: Silmara Lopes dos Santos Silva – CPF nº XXX.487.XXX-59
Suplente: Rita de Cássia Almeida Lima – CPF nº XXX.686.XXX-66
e) Secretaria Municipal de Esporte/Cultura
Titular: Clécio Batista Magalhães – CPF nº XXX.305.XXX-36
Suplente: Beatriz Aparecida Ferreira Simões – CPF nº XXX.843.XXX-60
II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
a) Educandário Nossa Senhora das Graças
Titular: Patrícia Oliveira da Cruz – CPF nº XXX.141.XXX-98
Suplente: Maria Mendes de Souza – CPF nº XXX.587.XXX-87
b) Casa da Amizade
Titular: Euzimar Soares Muniz – CPF nº XXX.342.XXX-05
Suplente: Dirce Santos Silva – CPF nº XXX.912.XXX-72
c) Casa de Acolhimento
Titular: Rosimeire Ferreira da Silva – CPF nº XXX.550.XXX-04
Suplente: Bruna Alves Santa Rosa Ferreira – CPF nº XXX.949.XXX-51
d) Mãos que Acolhem
Titular: João Henrique Martins Pereira – CPF nº XXX.104.XXX-36
Suplente: Luis Henrique Gomes Pimenta – CPF nº XXX.890.XXX-08
e) Associação Liga de Esporte Pontense – LEP
Titular: Lucílio Weliks de Souza – CPF nº XXX.137.XXX-32
Suplente: Gilvá Carvalho Santos – CPF nº XXX.099.XXX-12
Art. 2º As funções exercidas pelos membros do Conselho serão consideradas de relevante interesse público e social, observada a legislação municipal aplicável.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João da Ponte/MG, 24 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:D31C1DE2

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA Nº 89, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a exoneração, da servidora ocupante do cargo de Coordenador Escolar I e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere a legislação municipal vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada a servidora SANDRA CRISTINA RODRIGUES DOS REIS, inscrita no CPF sob o nº XXX.281.XXX-71, do cargo de Coordenador Escolar I, junto à Escola Municipal Quirino José de Oliveira, localizada no povoado de Santa Rosa, no Município de São João da Ponte/MG.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São João da Ponte/MG, 24 de agosto de 2026.

FÁBIO LUIZ FERNANDES CORDEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leonardo Jaias Pereira da Silva Junior
Código Identificador:DD01B4A2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOÃO DO PACUÍ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DECISÃO DE CONCLUSÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DECISÃO DE CONCLUSÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026

Legitimado: Município de São João do Pacuí - MG
Núcleo Urbano Informal: Cidade Nova
Modalidade: REURB-S (Social)

Trata-se de procedimento administrativo de Regularização Fundiária Urbana referente ao núcleo urbano informal denominado Cidade Nova, localizado na sede do município de São João do Pacuí – MG, com área 152.178,10 m², composto por 14 quadras, 12 ruas, uma área pública (praça) e 277 lotes, de acordo planta do perímetro**.**
Considerando o preenchimento de todos os requisitos legais previstos na Lei Federal nº 13.465/2017, no Decreto Federal nº 9.310/2018 e na legislação municipal pertinente;
Considerando que o procedimento seguiu a fase de instrução, levantamento planialtimétrico, cadastro social, ambiental e urbanístico, sem a existência de óbices intransponíveis ou nulidades insanáveis;
Considerando o parecer técnico e jurídico favorável emitido pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária;
DECIDO:
A APROVAÇÃO E CONCLUSÃO do procedimento da Regularização Fundiária Urbana (REURB) na modalidade REURB-S do núcleo urbano informal denominado Cidade Nova.
A DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO do Projeto Urbanístico Regularizado, memorial descritivo e plantas que integram este processo.
A EXPEDIÇÃO da CRF - Certidão de Regularização Fundiária em favor dos beneficiários identificados, encaminhando-se a documentação ao Cartório de Registro de Imóveis competente para os devidos registros e abertura das matrículas, nos termos do art. 41 da Lei nº 13.465/2017.
Registre-se. Publique-se no Diário Oficial dos Municipios Mineiros (AMM).
Cumpra-se.

São João do Pacuí – MG, 24 de agosto de 2026.

Eu, CAIO FREIRE CUNHA, Prefeito Municipal, o conferi e assino. São João do Pacuí/MG, 17 de abril de 2026.

Publicado por:
Júlio Fagner Costa Guimarães
Código Identificador:C07478EC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO Nº 029-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO GOIABAL/MG – Torna Público o Processo de Licitatório nº 133/2026, Pregão Eletrônico Nº 029/2026, tendo com contratação de empresa para aquisição veículo zero km, cinco lugares, quatros portas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde conforme Resolução SES nº 11.064, 28 de abril de 2026. As propostas serão recebidas até dia 11/09/2026 as 08:00, inicio da etapa de lances as 10:00 do mesmo dia. As empresas interessadas poderam retirar edital no site oficial da Prefeitura Municipal de São José do Goiabal ou no site NOVO BBMNET LICITAÇÕES.

Publica-se, 24 de agosto de 2026.

AILTON GERALDO DOS SANTOS-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lucivan Jose da Cruz
Código Identificador:B52E09B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO LOURENÇO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0264/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0101/2026

No Edital do Processo Licitatório nº. 0264//2026 – Pregão Eletrônico nº. 0101/2026, onde consta as especificações mínimas do(s) item(ns) do objeto, faz-se a seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:
9 - TABELA DO(S) ITEM(NS)
...
ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO SAE10W40; óleo lubrificante sintético para motores de quatro tempos movidos a diesel, GNV, álcool e gasolina, com tecnologia multiviscosa, proporcionando elevada proteção contra o desgaste, oxidação, corrosão e formação de depósitos, atendendo a classificação APISL/CF ou superior, com registro na Agência Nacional do Petróleo, gás Natural e Bio combustíveis (ANP), devendo o fabricante estar devidamente autorizado pela ANP para exercício da atividade, a condicionado em frasco de 01 litro

LEIA-SE:

9 - TABELA DO(S) ITEM(NS)

...
ÓLEO LUBRIFICANTE AUTOMOTIVOS AE10W40; óleo lubrificante sintético para motores de quatro tempos movidos a diesel, GNV, álcool e gasolina ,com tecnologia multiviscosa, proporcionando elevada proteção contra o desgaste, oxidação, corrosão e formação de depósitos, atendendo a classificação APISL/CF ou superior, com registro na Agência Nacional do Petróleo, gás Natural e Bio combustíveis (ANP), devendo o fabricante estar devidamente autorizado pela ANP para exercício da atividade, a condicionado em galão de 20 litros.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital.

São Lourenço/MG, 24 de agosto de 2026.

ARI FERNANDES CAMPOS
Autoridade Competente

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:D32499AE

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO EDITAL PROCESSO 0251/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 0096/2026 – REPUBLICAÇÃO

Objeto: Prestação de serviços de segurança e medicina do trabalho compreendendo a elaboração, orientação, implementação, atualização e acompanhamento de programas e documentos técnicos de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), bem como a realização de avaliações e exames ocupacionais para aproximadamente 1.500 (um mil e quinhentos) servidores municipais da Administração Direta, com fornecimento de informações ao eSocial, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Municipal de São Lourenço/MG. Sessão Pública às 13:00h do dia 10/09/2026. Credenciamento: até as 13:00h do dia 10/09/2026. Apresentação das propostas: até as 13:00h do dia 10/09/2026. Início dos lances: sob comando da pregoeira após completar a análise das propostas. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações pelo telefone (35) 99893-9005, ou no site www.saolourenco.mg.gov.br –

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Pregoeira Oficial e

CLÁUDIA NOGUEIRA DE SOUZA -
Pregoeira Substituta.

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:E4721CD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EXTRATO EDITAL PROCESSO Nº 0274/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 0074/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO - Processo 0274/2026 - Inexigibilidade 0074/2026 – Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO para CREDENCIAMENTO, SEM CARÁTER DE EXCLUSIVIDADE, de emissoras comerciais de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), regularmente autorizadas pelos órgãos competentes e com cobertura no Município de São Lourenço/MG, para prestação de serviços de veiculação de inserções radiofônicas destinadas à divulgação de campanhas institucionais, educativas, comunicados oficiais, programas de utilidade pública, avisos, ações governamentais e demais informações de interesse público. O credenciamento inicial ocorrerá no período de 26/08/2026 até 09/09/2026 através do sistema da Licitar Digital no link: https://licitar.digital. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Editais e informações complementares na sede da Prefeitura Municipal, na Gerência de Licitações pelo telefone (35) 99893-9005, ou no site www.saolourenco.mg.gov.br –

JANAÍNA OLIVEIRA DOS SANTOS –
Agente de Contratação e

KEILA CRISTINA PALMA COELHO –
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Juliana Rangel de Oliveira Assis
Código Identificador:2A5AEBE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº. 4.109 DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINSITRATIVO DISCIPLINAR - PAD, NOS TERMOS DO ART. 109-H DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 002/11, DE 01/08/2011, E SUAS ALTERAÇÕES E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 4.109

Dispõe sobre a constituição de Comissão Permanente de Sindicância e Processo Adminsitrativo Disciplinar - PAD, nos termos do art. 109-H da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações e contém outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO**, no uso de suas atribuições legais constantes dos incisos IX, XII e XVII do art. 88 da Lei Orgânica do Município - LOM; **considerando** o disposto no art. 109-H da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações; **considerando** a necessidade de designar membros para compor a referida comissão, a fim de apurar, mediante observância do contraditório e ampla defesa, eventual prática de infração administrativa por parte de servidor público municipal ou dos contratados pela Administração Municipal; **considerando** que cabe ao Chefe do Executivo zelar pela observância da Constituição Federal, Leis e Princípios que regem a Administração Pública, adotando as medidas cabíveis para apuração dos fatos, a fim de estabelecer as respectivas responsabilidades por eventuais irregularidades ocorridas no âmbito do Poder Executivo Municipal; **considerando** que cabe ao Prefeito dispor sobre o funcionamento e a organização da Administração Municipal;
RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - PAD, nos termos do art. 109-H da Lei Complementar nº. 002/11, de 01/08/2011, e suas alterações, destinada a apurar, por meio de sindicância, eventual infração praticada por servidor público municipal ou por contratado pela Administração Municipal, adotando Procedimento Administrativo Disciplinar para aplicação de penalidades cabíveis, podendo ainda proceder a revisão de procedimentos administrativos de sua esfera de competência.

Parágrafo Único. A atuação da CPSPA poderá se iniciar por provocação de quaisquer dos órgãos componentes da administração pública bem como de terceiros, podendo atuar de ofício quando necessário.

Art. 2º A Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar - PAD será composta pelos seguintes servidores públicos, atuando sob a presidência do primeiro:

– **Robson Soares de Souza**

– **Andréia Vieira de Carvalho**

– **Mariana Almeida Teixeira**

Parágrafo Único. Ficam designados como 1º (primeiro), 2º (segundo) e 3º (terceiro) suplentes, respectivamente, os seguintes membros, os quais substituirão os membros titulares da Comissão em caso de afastamento, impedimento ou ausência:

Continua folha 02
PORTARIA Nº. 4.109
Folha 02

- Alvaro Augusto Ramos Lemos

- Josias Sebastião de Souza

- Camila Pereira Costa

Art. 3º A Comissão deverá apresentar relatório das atividades desenvolvidas, através de ofício, devendo ser remetido à Diretoria de Recursos Humanos até o dia 20 (vinte) de cada mês para pagamento de gratificação, nos termos do §4º do art. 109-H da Lei Complementar nº. 002/2011, de 01/08/2011, fazendo jus aos percentuais equivalentes às suas respectivas participações nas sessões do mês em que houver procedimento instaurado em curso.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº. 3.006, de 02/06/2021.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de São Lourenço, em 21 de agosto de 2026.

WALTER JOSÉ LESSA
Prefeito Municipal

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA DOS REIS
Secretário Municipal de Governo

WJL/ACAR/scs

Publicado por:
Vera Lucia Barbosa Sanita
Código Identificador:823A66CF

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO SAAE/SLO N.º 59/2026

Contrato SAAE/SLO n.º59/2026
Contratante: SAAE de São Lourenço/MG
Contratada: Editora Fórum Ltda.
CNPJ:41.769.803/0001-92
Modalidade: Inexigibilidade n.º 010/2026
Objeto: contratação de solução tecnológica integrada, composta por *hub* de conhecimento jurídico e ferramenta de inteligência artificial (ia) generativa, especializada em direito público, disponibilizada em ambiente SAAS (*software as a service*), para suporte à Assessoria Jurídica do saae e demais setores da Autarquia.
Valor total:R$ 25.164,00 (vinte e cinco mil, cento e sessenta e quatro Reais).
Forma de pagamento: contraentrega do produto.
Vigência:12 meses a partir da assinatura do contrato.
Data da assinatura:24/08/2026.

EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor Presidente.

Publicado por:
Fabiana Aparecida de Castro Brito
Código Identificador:E8178058

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026

Torna público aos interessados, que fica adiado para o dia 08 de setembro de 2026, às 009:00 horas, licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando o Registro de preço para aquisição de 01 (uma) Van para transporte de passageiros e 01 (um) Micro-ônibus Escolar, ambos novos, zero quilômetro, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Sebastião da Vargem Alegre/MG. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.saosebastiaodavargemalegre.mg.gov.br ou https://bnccompras.com. A sessão de licitação será realizada por meio da internet, no endereço eletrônico https://bnccompras.com/Home/Login,

Bolsa Nacional de Compras - BNC, São Sebastião da Vargem Alegre, 24 de agosto de 2026.

ARCEDINO JOSÉ DE ALMEIDA–
Prefeito;

MAURELI FREITAS DA SILVA –
Pregoeiro.

Publique-se

Publicado por:
Maureli Freitas da Silva
Código Identificador:BC85DEDD

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2026

Torna público aos interessados, que fará realizar no dia 08 de setembro de 2026, às 13:00 horas, licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, objetivando o Registro de preço para contratação de empresa especializada para o fornecimento de água mineral, gás GLP e acessórios, conforme as especificações e quantidades necessárias, visando atender às demandas dos diversos setores da Administração Pública Municipal. Maiores informações estão no Edital à disposição dos interessados, no site: www.saosebastiaodavargemalegre.mg.gov.br ou https://bnccompras.com. A sessão de licitação será realizada por meio da internet, no endereço eletrônico https://bnccompras.com/Home/Login, Bolsa Nacional de Compras - BNC,

São Sebastião Da Vargem Alegre, 25 de agosto de 2026.

ARCEDINO JOSÉ DE ALMEIDA–
Prefeito de São Sebastião Da Vargem Alegre;

MAURELI FREITAS DA SILVA –
Pregoeiro.

Publique-se

Publicado por:
Maureli Freitas da Silva
Código Identificador:48B9BBE3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO 065/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO – MG. Processo nº 11009/2026, Registro de preço, modalidade Pregão nº 065/2026, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO. Critério de Julgamento: GLOBAL. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento e instalação de até 5.000 m² de geomembrana lisa de PEAD, espessura de 2 mm, destinada à execução de reparos em furos e rasgos na geomembrana já instalada, bem como à ampliação da plataforma de disposição de resíduos do Aterro Sanitário Municipal, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, soldagem, transporte e todos os demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, conforme especificações, critérios e condições estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, com execução parcelada pelo período de 12 meses, item de livre participação. As propostas serão recebidas até o dia 16/09/2026 e o horário para início da sessão será às 10:00h do mesmo dia. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se a disposição no site: http://ammlicita.org.br;http://transparencia.ssparaiso.mg.gov.br/licitacoes; https://www.gov.br/pncp/pt-br, e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, na Praça dos Imigrantes, nº 100, Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7000 ou fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 08:30 às 16:30 hs, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos.

São Sebastião do Paraíso – MG, 24 de agosto de 2026.

FERNANDA CRISTINA PEREIRA –
Pregoeira.

Publicado por:
Fernanda Cristina Pereira
Código Identificador:7DD1A6D9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SENADOR CORTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CORTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026 DISPENSA PRESENCIAL Nº 035/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA PRESENCIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026
DISPENSA PRESENCIAL Nº 035/2026

A Prefeitura Municipal de Senador Cortes – MG, está publicando o processo acima descrito, tipo menor unitário, nos termos do **Art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei nº 14.133/21**, e, manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SACOLAS PLÁSTICAS PERSONALIZADAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** *Recebimento das Propostas e Documentação: até o dia 01/09/2026 às 09:00 hs. Início da sessão pública de análise das propostas e documentação, às 09:01 hs do dia 01/09/2026.* Informações: Tel.: (32) 3490-0700. Íntegra do Aviso de Contratação poderá ser obtida pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Avenida Antônio de Souza Rabelo, nº 179, Centro, Senador Cortes – MG. CEP: 36.650-000, ou pelo endereço eletrônico www.senadorcortes.mg.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@senadorcortes.mg.gov.br.

Senador Cortes – MG, 24/08/2026.

JOSÉ LUIS GARCIA FERNANDEZ.
Agente de Contratação.

Publicado por:
José Luiz Garcia Fernandez
Código Identificador:7AAEB757

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRANIA

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Ata de Registro de Preços. Pregão n.º 15/2026. Processo n.º 79/2026. Objeto: registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de serralheria em geral a serem prestados no departamento de infraestrutura e serviços públicos do município de Serrania/MG. Detentora: A.R.P. 0112/2026 – Lucas Figueiredo Do Lago CNPJ nº 19.703.700/0001-70 Valor R$ 110.000,00. Vigência: 12 meses a partir da Assinatura.

Serrania, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:4F311405

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA – Extrato de Autorização e Ratificação. Dispensa de licitação n° 39/2026. Processo nº. 85/2026. Objeto: Contratação para prestação de serviços de elaboração de Projeto de Evento Temporário – PET – NR – 23 do

Ministério do Trabalho Proteção Contra Incêndios – Projeto das Medidas de Segurança para Tendas, Laudo e ART, e Vistoria das Medidas de Segurança para Liberação do Evento Temporário – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG no evento "9ª Cavalgada da Independência" do ano de 2026 na cidade de Serrania/MG. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 72, VIII da Lei nº 14.133/21 torna público que autorizou a contratação e ratificou o processo de acordo com art. 75, inciso II da 14.133/21. Vencedor Celso Luis Carvalho Junior CPF n° 076.524.516-71. Valor: R$ 1.396,00.

Serrania, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:0F17E90E

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA – Extrato de Autorização e Ratificação. Dispensa de licitação n.º 40/2026, Processo nº. 86/2026. Objeto: Contratação para prestação de serviços de locução e animação no evento "9ª Cavalgada da Independência" do ano de 2026 na cidade de Serrania/MG, incluindo, esquenta, blits, plataforma 360, promothers, vídeo make, flash ao vivo em rádio, publicação em redes sociais, 30 inserções e apresentação no show da dupla kaique e Felipe. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 72, VIII da Lei nº 14.133/21 torna público que autorizou a contratação e ratificou o processo de acordo com art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21. Vencedor: empresa Rádio Mundo Music Fm Ltda CNPJ n.º 25.375.577/0001-09 Valor: R$ 1.600,00.

Serrania, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO.
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:3ABE4935

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE CONCORRENCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA. Extrato de Concorrência Eletrônica nº 03/2026. P.L. nº 90/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada objetivando-se a execução dos serviços de melhoria do sistema de iluminação do Campo de Futebol Municipal de Serrania/MG, mediante substituição integral do conjunto de luminárias atualmente instalado por equipamentos de tecnologia LED de alta eficiência, com fornecimento de material, mão-de-obra, transporte e equipamentos apropriados. Abertura dia 14 de setembro de 2026 ás 09:00 horas. Edital no site www.serrania.mg.gov.br.

Serrania, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO -
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:6F13F132

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Dispensa de licitação n.º 39/2026. Processo nº. 85/2026. Objeto: Contratação para prestação de serviços de elaboração de Projeto de Evento Temporário – PET – NR – 23 do Ministério do Trabalho Proteção Contra Incêndios – Projeto das Medidas de Segurança para Tendas, Laudo e ART, e Vistoria das Medidas de Segurança para Liberação do Evento Temporário – Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG no evento "9ª Cavalgada da Independência" do ano de 2026 na cidade de Serrania/MG. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto a Celso Luis Carvalho Junior CPF n° 076.524.516-71. Valor: R$ 1.396,00.

Serrania, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:1565CC7D

PREFEITURA DE SERRANIA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANIA/MG. Extrato de homologação. Dispensa de licitação n.º 40/2026, Processo nº. 86/2026. Objeto: Contratação para prestação de serviços de locução e animação no evento "9ª Cavalgada da Independência" do ano de 2026 na cidade de Serrania/MG, incluindo, esquenta, blits, plataforma 360, promothers, vídeo make, flash ao vivo em rádio, publicação em redes sociais, 30 inserções e apresentação no show da dupla kaique e Felipe. A Prefeita Municipal de Serrania/MG, no uso de suas atribuições legais, torna pública a homologação do procedimento e adjudica o objeto a empresa Rádio Mundo Music Fm Ltda CNPJ n.º 25.375.577/0001-09 Valor: R$ 1.600,00.

Serrania, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA DIAS BUENO,
Prefeita Municipal

Publicado por:
Frederico Holanda Csizmar
Código Identificador:A34FEF67

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SERRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO 085/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada na promoção, produção e operacionalização de eventos institucionais, com fornecimento de infraestrutura sob demanda, locação e instalação de equipamentos diversos, serviços de buffet e alimentação, confecção de faixas, cartazes e comunicação visual, contratação de mão de obra e contratação de shows artísticos e fornecimento de itens de premiação, em atendimento às programações promovidas e apoiadas pelo Município de Serro/MG. RETIFICADO. Data da sessão pública: 02/09/2026 às 08:15h. Teor encontra-se na íntegra disponível em www.serro.mg.gov.br.

CELINE MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Celine Ribeiro Moreira
Código Identificador:74C49AD0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O EDITAL DO PROCESSO 084/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 033/2026

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construções em geral incluindo materiais

para carpintaria, pintura, pavimentação, ferramentas e de uso da Defesa Civil Municipal, sob demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Trânsito e Transportes de Serro/MG. Inicio do cadastro de propostas: 26/08/2026 às 08h. Término do cadastro das propostas: 04/09/2026 às 08:00h. Data da sessão pública: 04/09/2026 às 08:15h. Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

CELINE MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Celine Ribeiro Moreira
Código Identificador:2A2A2649

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO 052/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 019/2026

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de fraldas, dietas e fórmulas enterais de forma sustentável, sob demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Serro/MG. RESULTADO: Adjudicação: 24/08/2026. Homologação: 24/08/2026. Empresas: **Inovamed Hospitalar LTDA, CNPJ: 12.889.035/0002-93, valor: R$ 190.900,00; N M LICITACOES LTDA, CNPJ: 52.339.425/0001-23, valor: R$ 431.600,00; nutrir distribuidora de produtos para terapia nutricional ltda, CNPJ: 07.220.279/0001-68, valor: R$ 1.416.400,00; ORTHONEWS CIRURGICOS E ORTOPEDICOS LTDA, CNPJ: 11.453.723/0001-62, valor: R$ 2.252.295,00; UBER MEDICA E HOSPITALAR, CNPJ: 05.593.067/0001-09, valor: R$ 3.517.576,00** Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

JÉSSICA AMARAL
Agente de Contratação

Publicado por:
Jéssica Amaral Miranda
Código Identificador:5A5D6F9A

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO 073/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 028/2026

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento materiais elétricos e ferramentas, sob demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Trânsito e Transportes de Serro/MG. Empresas: BMC CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 41.422.115/0001-51, valor R$ 31.038,80; DINIZ E DINIZ COMÉRCIO DIGITAL LTDA – ME,CNPJ nº 20.776.241/0001-34, valor R$ 3.493,00; EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA,CNPJ nº 37.278.673/0001-18, valor$ 20.770,00; GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA - FILIAL,CNPJ nº 36.521.392/0002-62,valor R$ 23.443,00; KP MATERIAIS ELÉTRICO E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 55.073.244/0001-96,valor R$ 5.890,00; MULTINEGOCIOS LTDA,CNPJ nº 46.789.706/0001-85,valor R$ 30.987,80; PIX LED COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA,CNPJ nº 45.966.780/0001-67,valor R$ 65.244,20; PRÉ-MOLDADOS DIAMANTE & COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 05.079.534/0003-30, valor R$ 38.194,06; TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ nº 56.004.897/0001-86,valorR$ 15.662,90; e W LED ELÉTRICA LTDA, CNPJ nº 53.760.213/0001-88, valor R$ 6.600,00:Ajudicação:14/08/2026. Homologação:18;08;2026. Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

CELINE MOREIRA
Agente de Contratação

Publicado por:
Celine Ribeiro Moreira
Código Identificador:731010EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO 076/2026, PREGÃO ELETRÔNICO 029/2026

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de 01 (um) veículo automotor tipo van, com capacidade mínima de 15 (quinze) lugares, destinada ao atendimento do transporte escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de ensino do Município, conforme descrito no plano de aplicação de recursos previsto no Convênio de Saída nº 1491002674/2025/SEGOV, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Governo e o Município. RESULTADO: Adjudicação: 24/08/2026. Homologação: 24/08/2026. Empresa: D+ SAUDE VEICULOS ESPECIAIS LTDA – FILIAL, CNPJ: 54.977.710/0002-86, valor: R$ 293.900,00. Teor encontra-se na íntegra disponível emwww.serro.mg.gov.br.

JÉSSICA AMARAL
Agente de Contratação

Publicado por:
Jéssica Amaral Miranda
Código Identificador:A4B5BFAC

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO 077/2026, CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA 012/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de obras de engenharia para pavimentação em paralelepípedos e implantação de sistema de drenagem pluvial na Rua do Rosário, Distrito de Milho Verde, Serro/MG. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos financeiros provenientes do plano de ação nº 09032026-089712/2026, programa nº 09032026, proposta TRANSFEREGOV.BR e Emenda Parlamentar nº 202640870002, por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. RESULTADO: Adjudicação: 24/08/2026. Homologação: 24/08/2026. Empresa: Construtora Ramos Santiago Ltda. Valor: 887.012,88. CNPJ: 30.261.488/0001-71.Informações:(38) 3541-1369 - ramal 1043, e-mail: licitacaoeditais@serro.mg.gov.br.

JÉSSICA AMARAL
Agente de Contratação

Publicado por:
Jéssica Amaral Miranda
Código Identificador:8693347D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRO
TORNA PÚBLICO O RESULTADO DO PROCESSO 082/2026, CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA 013/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para Implantação do Poço Artesiano e Sistema Simplificado de Abastecimento com Rede de Distribuição Comunitária com Energia Fotovoltaica, na comunidade do Laranjeiras, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Serro/MG. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos financeiros provenientes do contrato de repasse nº 950310/2023/MIDR/CAIXA, TRANSFEREGOV.BR nº 064295/2023, celebrado com a União por intermédio do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Município de Serro. Resultado: Deserto.Informações:(38) 3541-1369 - ramal 1043, e-mail: licitacaoeditais@serro.mg.gov.br.

JÉSSICA AMARAL MIRANDA
Agente de Contratação

Publicado por:
Jéssica Amaral Miranda
Código Identificador:36701A63

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TAPIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 93/2026 DISPENSA Nº 04.035/2026

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 93/2026
DISPENSA Nº 04.035/2026
MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES, Prefeita Municipal de Tapira/MG, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo nº 93/2026 dispensa 04.035/2026, dou publicidade a decisão de AUTORIZAR a contratação da empresa TRAJETÓRIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ 10.487.243.0001/50, para**:** prestação de serviços de controle de pragas urbanas e roedores (dedetização), bem como limpeza e higienização de caixas d'água, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, destinados às escolas da rede municipal de ensino, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Postos de Saúde, Centro de Saúde e Farmácia Municipal de Tapira/MG. Valor total da contratação: R$ R$ 44.940,00 (quarenta e quatro mil, novecentos e quarenta reais).

Tapira/MG, 24 de agosto de 2026.

MAURA ASSUNÇÃO DE MELO PONTES.
Prefeita Municipal de Tapira/MG

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:F2F2F843

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
RESULTADO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO PROCESSO Nº 64/2025 CREDENCIAMENTO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05.009/2025 - ANA LAURA GOMES CARVALHO, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 48.292.120/0001-36;

RESULTADO DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº 64/2025
CREDENCIAMENTO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05.009/2025
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, **COM FORNECIMENTO DE ALIMENTOS E BEBIDAS PRONTOS PARA CONSUMO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TAPIRA/MG. OS SERVIÇOS SERÃO UTILIZADOS DURANTE A REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, TAIS COMO REUNIÕES TÉCNICAS, CAPACITAÇÕES, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS, ENCONTROS INTERSETORIAIS, SOLENIDADES OFICIAIS, CONFRATERNIZAÇÕES, ENTRE OUTROS.**

A Prefeitura Municipal de Tapira/MG, através da Agente de Contratações/Comissão de Contratação, torna público o resultado do Processo nº 64/2025, Inexigibilidade de Licitação nº 05.009/2025, na forma que segue:

CONTRATADO:

ANA LAURA GOMES CARVALHO, inscrito no CNPJ sob o nº 48.292.120/0001-36;

Autorização de Contratação: Maura Assunção de Melo Pontes. Prefeita Municipal.

Condições: Conforme ata de julgamento e demais documentos contidos no processo.

Tapira, 24 de agosto de 2026.

ANIELE BATISTA DOS REIS
Agente de Contratações

Publicado por:
Suellen Mary Ferreira
Código Identificador:2277754B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEIXEIRAS

DEPTO COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026 - PROCESSO ADM. Nº 58/2026

O Município de Teixeiras/MG torna público para conhecimento dos interessados que o órgão, de acordo com a regulamentação 553/2024 realizará a **DISPENSA ELETRÔNICA** sendo conduzida pela agente de contratação ELIANE APARECIDA MEDINA e tendo como autoridade NIVALDO RITA.

OBJETO DO PROCESSO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS-MG EM VEÍCULO JORNALÍSTICO COM CIRCULAÇÃO REGIONAL, ABRANGENDO TEIXEIRAS-MG E MUNICÍPIOS DA REGIÃO, COM PUBLICAÇÃO EM JORNAL ONLINE DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA E EDIÇÃO IMPRESSA COM PERIODICIDADE MÍNIMA DE 01 (UMA) VEZ POR SEMANA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO, NO TERMO DE REFERÊNCIA E NOS DEMAIS ANEXOS.

Data de publicação do processo: 21/08/2026 - 17:32
Data início das propostas: 24/08/2026 - 08:00
Data final das propostas: 27/08/2026 - 09:00
Data de abertura das propostas: 27/08/2026 - 09:01
Tipo de Julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto
Processo exclusivo ME: Não
Valor total do processo: R$ 61.800,00
LINK DO EDITAL: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos/MG/Prefeitura-Municipal-de-Teixeiras-4146/DE-10-2026-2026-505999 ou https://teixeiras.mg.gov.br/detalhe-da-licitacao/info/dis-10-2026/151/.

ELIANE APARECIDA MEDINA
Agente de Contratação
Teixeiras-MG

Publicado por:
Eliane Aparecida Medina
Código Identificador:CF210EF2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TEÓFILO OTONI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE CREDENCIAMENTO CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2024

RATIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA O ATO DE CREDENCIAMENTO**, processado com fundamento no inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023. "Regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Âmbito do Município de Teófilo Otoni/MG", para proceder o credenciamento da empresa ORTOVALE LTDA-CNPJ nº 18.180.789/0001-75 para prestação de

serviços de **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE NO ATENDIMENTO À REDE DE ATENÇÃO PRIMARIA PSF'S E PROGRAMA SAÚDE NA HORA NO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI-MG.**

Teófilo Otoni/MG, 21 de agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:AB137BAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2026 - O Município de Teófilo Otoni/MG torna pública a realização do Pregão Eletrônico nº 053/2026 no dia 10/09/2026, com recebimento das propostas até as 08h30min. Objeto: **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a locação de caçambas estacionárias incluindo a prestação de serviços de recolhimento, transporte e descarte de entulho, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Teófilo Otoni/MG.** A íntegra do edital e demais informações atinentes ao certame encontram-se à disposição dos interessados na sala da Divisão de Licitação, situada na Av. Dr. Luiz Boali Porto Salman, nº 230, Centro, nos dias úteis, no horário de 8h às 16h, ou através dos sites: teofilootoni.mg.gov.br, licitardigital.com.br ou pelo e-mail: licitacao@teofilootoni.mg.gov.br.

Teófilo Otoni/MG, 24/08/2026.

KENEDY RODRIGUES ESTEVES –
Divisão de Licitação.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:171BC621

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2026 - **Órgão Gerenciador**: Município de Teófilo Otoni/MG. **Fornecedores: Empresas Vencedoras**: **62.871.268 THARSIS GONCALVES DOS SANTOS**, totalizando R$432.860,00; **ALFA CONSTRUTORA LTDA**, totalizando R$66.822,00; **APEX ELEVARE COMERCIAL LTDA**, totalizando R$175.995,00; **BRCOMPREI COMERCIO E SERVICOS LTDA**, totalizando R$1.211.538,50; **CASA DOS REPAROS TEOFILO OTONI LTDA**, totalizando R$101.225,00; **COMPACT POWER MAQUINAS LTDA**, totalizando R$78.900,00; **DELEVY SOLAR LTDA**, totalizando R$2.020.089,13; **GGV COMERCIAL LTDA**, totalizando R$220.956,00; **H7 EMPREENDIMENTOS E SERVICOS DE ILUMINACAO LTDA**, totalizando R$100.088,00; **LENDARIO COM E IMPORTACAO DE MATS ELETRICOS LTDA**, totalizando R$29.478,00; **MARCELO SIMONI**, totalizando R$16.709,00; **MENEZES E CHAVES**, totalizando R$1.007.193,00; **MINAS SERVICOS E COMERCIO LTDA**, totalizando R$261.263,00; **RV MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, totalizando R$254.088,40; **SOLARSERV PC MATERIAIS E SOLUCOES FOTOVOLTAICAS LTDA**, totalizando R$26.585,00; **SPDA BH MATERIAIS ELETRICOS LTDA**, totalizando R$486.740,60; **TM E COMERCIO EIRELI**, totalizando R$279.005,00 e **TRIUNFO ILUMINACAO LTDA**, totalizando R$116.862,00. **Data**: 06/08/2026. **Vigência**: 12 meses. **Referência**: Pregão Eletrônico nº 045/2026. **Objeto**: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e ferramentas correlatas para atender as demandas da Prefeitura de Teófilo Otoni/MG.

Teófilo Otoni, 24/08/2026.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:9969FEE0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DA RATIFICAÇÃO DA ADESÃO 012/2026

EXTRATO DO TERMO DA RATIFICAÇÃO DA ADESÃO 012/2026 - O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a legislação pertinente, com fulcro no art. 86, § 2º da Lei 14.133/2021 e ainda, com base no Parecer Jurídico e da controladoria interna, **RATIFICA** a presente **"ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026 DO CISMEM – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO E SAÚDE DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO MUCURI, PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, BEM COMO À INSTALAÇÃO DE KITS DE LUMINÁRIAS DE LED",** em favor da empresa **P A R NAJAR CASTRO LTDA** inscrita no **CNPJ sob nº 17.953.030/0001-15,** com o valor total de **R$ 3.999.906,95 (Três milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e seis reais e noventa e cinco centavos).** Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária do Município de Teófilo Otoni-MG, para o exercício de 2026.

Teófilo Otoni/MG, 24/08/2026.

BRENER FERRAZ GASPAR -
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Almir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:A62B80FA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO CREDENCIAMENTO Nº 002/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2025

RATIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Administração interina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação pertinente, **RATIFICA** a presente **INEXIGIBILIDADE / CREDENCIAMENTO**, processada com fundamento e previsões legais da lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e DECRETO Nº 8.429, DE 22 DE JUNHO DE 2023 para que se proceda ao credenciamento da empresa: Escola Infantil Sonho Meu LTDA -CNPJ nº 20.025.181/0001-18 para o **CREDENCIAMENTO de pessoa jurÍDíca para prestação de serviços odontológicos nas unidades de saúde no atendimento à rede de atenção primaria psf´s e na atenção secundária ceo de Teófilo Otoni-MG,** conforme demanda e chamamento da secreta . ria de saúde.

Teófilo Otoni/MG, 21 de agosto de 2026.

BRENER FERRAZ GASPAR
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Olavo Azevedo
Código Identificador:0A5A593D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS CORAÇÕES

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES 2º/2026
TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 0109/2025.
CREDENCIAMENTO Nº 02/2024

Prefeitura Municipal de Três Corações **2º/2026** termo aditivo contrato nº 0109/2025. Credenciamento nº 02/2024 **Objeto: Credenciamento**

de pessoas jurídicas para prestação de serviços de procedimentos e exames médicos especializados nas unidades de saúde municipais e estaduais do município de três corações/MG contratado: Varginha Imagens Médicas Ltda cnpj: 10.600.312/0001-90**Tipo:** O prazo do contrato original fica prorrogado por **12 (DOZE)** meses**.Autorização:** Cláusula 2.1 do Contrato Original, oriundo do Credenciamento 002/2024. **Início Vigência:** 22/08/2026 até 21/08/2027. Publicado no Quadro de avisos da Prefeitura de Três Corações em 05/08/2026

Três Corações, 05 de Agosto de 2026

RACHID GADBEM NETO
Secretário Ordenador

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:5EB318F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES 3º/2026 TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 0186/2023. CREDENCIAMENTO Nº 09/2023

Prefeitura municipal de Três Corações 3º/2026 termo aditivo contrato nº 0186/2023. Credenciamento nº 09/2023 Objeto: Cadastramento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas especializadas nas unidades de saúde municipais e estaduais do município de Três Corações Contratado: Centro Integrado de Especialidades Ltda : Tipo: O prazo do contrato original fica prorrogado por 12 (doze) meses. Autorização: cláusula 2.1 do contrato original, oriundo do credenciamento nº 0009/2023. início vigência: 30/08/2026 até 29/08/2027. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 11/08/2026.

Três Corações, 11 de Agosto de 2026

RACHID GADBEM NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:C8B74ADD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 066/2026

Prefeitura municipal de Três Corações. Aviso de publicação do edital do pregão eletrônico: n.º 066/2026. Processo n.° 0269/2026. Objeto: Aquisição de bebedouros para atender as necessidades das secretarias da prefeitura municipal de Três Corações. O município de Três Corações/prefeitura municipal de Três Corações, com sede na Av. Brasil, n.º 225, bairro Jardim américa, cep 37.410-900,torna pública a licitação na modalidade pregão eletrônico. Data de julgamento das propostas: 09/09/2026 às 09h:30min. Local: plataforma de licitações ammlicita – www.ammlicita.org.br. Conforme lei federal n.º 14.133 de 01.04.2021 e alterações, decreto municipal n.° 4.767/23 e pelas demais condições fixadas neste edital. Requisitante: secretaria municipal de saúde. O edital completo, seus anexos, impugnações, recursos, decisões e demais atos deverão ser acompanhados pelos interessados para ciência através do site www.ammlicita.org.br ou no departamento de licitação das 09:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Três Corações, 24 de Agosto de 2026.

LUIS CARLOS SILVA CARVALHO.
Pregoeiro

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:16A59367

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO – EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato da concorrência eletrônica nº 15/2026. objeto: contratação de empresa para a implantação do projeto de prevenção a incêndios e reforma da escola municipal sagrado coração de jesus, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra. contrato: nº 239/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x oper engenharia e construção ltdavalor: r$ 895.133,33 (oitocentos e noventa e cinco mil cento e trinta e três reais e trinta e três centavos) o prazo deste contrato será de 12(doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 13/08/2026.

três corações, 13 de agosto de 2026

DANIELSANTOS RIBEIRO
Secretaria Municipal de Educação

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:3BECC90D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO EXTRATO DO CONTRATO DA INEXIBILIDADE Nº 26/2026

Prefeitura Municipal de Três Corações. Departamento de compras e licitação extrato do contrato da inexibilidade nº 26/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada em realização de corridas de rua - corrida alterosa: etapa do rei 2026. contrato: nº 210/2026. Partes: Prefeitura municipal de Três Corações x Associacao Esportiva e Eventos de Minas Gerais valor: r$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) o prazo deste contrato será de 90(noventa) dias. Publicado no quadro de avisos da prefeitura de Três Corações em 07/07/2026.

Três Corações, 07 de Julho de 2026

ANDRÉ LUIS SOUZA RIBEIRO
Secretaria Municipal de Esportes.

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:64B32BD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS CORAÇÕES. DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO – EXTRATO DO CONTRATO DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026.

Prefeitura municipal de três corações. departamento de compras e licitação – extrato do contrato da pregão eletrônico nº 33/2026. objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de câmaras de conservação, para vacinas, insulina e outros medicamentos, para atender às necessidades das farmácias do componente especializado da assistência farmacêutica (ceaf) e do componente básico. contrato: nº 197/2026. partes: prefeitura municipal de três corações x elber indústria de refrigeração valor: r$185.750,00(cento e oitenta e cinco mil, setecentos e cinco reais) o prazo deste contrato será de 12(doze) meses. publicado no quadro de avisos da prefeitura de três corações em 11/06/2026.

três corações, 11 de junho de 2026

RACHID GADBEM NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Heitor de Paula Maia
Código Identificador:84C9C169

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS MARIAS

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS MARIAS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRTAO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 003/2026
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Três Marias, inscrito no CNPJ 20.215.539/0001-75, com sede à Avenida Felinto Muller, 205 bairro JK – Três Marias/MG.
CONTRATADA: Fabiano da Conceição de Lima, inscrita no CNPJ sob o nº. 25.006.837/0001-79, situado à Rua Buganvília, 12, Bairro Novo Horizonte – Três Marias MG, CEP 39.205-000
OBJETO: O presente termo aditivo tem por objetivo a suplementação de horas de serviço de pedreiro em 100 (cem) horas e ajudante de pedreiro em 30 (trinta) horas, decorrente de Processo Administrativo nº 003/2026 Credenciamento 001/2026, firmado entre as partes à luz da Lei 14.133/21, visando ao reajuste do contrato, nos termos do art. 124 da referida Lei.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39
DATA DA ASSINATURA: 20 de julho de 2026

Três Marias, 20 de julho de 2026

Publicado por:
Ana Paula Messias de Araujo Rios
Código Identificador:5F10A8F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2026

O Município de Três Marias/MG, através do Pregoeira, torna público, que estará recebendo propostas até o dia 11/09/2026 às 08:59, objetivando **o Registro de Preços para futura aquisição de veículos 0 (zero)km, para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura de Três Marias/MG, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos.** do tipo **MENOR PREÇO ITEM,** pelo **MODO ABERTO,** através do site**:** https://licitar.digital. **Início da sessão dia 11/09/2026 ás 09:00h00min na Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, situada à Praça Castelo Branco, nº 03 – Centro - Três Marias.** O Edital completo está disponível no site: https://licitar.digital / www.tresmarias.mg.gov.br. Mais informações pelo Telefone: (38) 3754-8832 ou (38) 3754-8929.

Prefeitura Municipal de Três Marias, 24 de agosto de 2026.

LUCIENE MENDES DA CUNHA OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Marcos Pereira Pinto Filho
Código Identificador:64EC5618

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TRÊS PONTAS

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
AVISO – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 073/2026 – PROCESSO N.º 135/2026

A Prefeitura Municipal de Três Pontas - MG, através do Pregoeiro, Márcio de Brito Carvalho, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, para o Registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes, graxas, fluidos de freio, aditivos para radiadores e demais insumos correlatos**.** O Edital completo e seus anexos estarão à disposição dos interessados nos sites: www.trespontas.mg.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Data e horário de abertura das propostas comerciais: até às 08h30min do dia 09/09/2026. Início da Sessão de Lances: 09/09/2026 a partir das 08h30min.

TRÊS PONTAS (MG), 24 DE AGOSTO DE 2026

MÁRCIO DE BRITO CARVALHO
Pregoeiro

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:4A171356

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N.º 008/2026 – INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 014/2026 – PROCESSO N.º 018/2026

Partes: Município de Três Pontas, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.245.167/0001-88 e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.961.194/0001-94. **Do Objeto:** A presente Colaboração tem por objetivo a transferência de recursos financeiros destinados à execução do projeto de revitalização, reestruturação e adequação do Parque Aquático e do espaço de convivência integrada da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Pontas – APAE, mediante a execução das intervenções e melhorias necessárias à qualificação do espaço terapêutico, de convivência e de atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando proporcionar ambiente seguro, acessível, funcional e adequado ao desenvolvimento de atividades de estimulação, socialização, convivência e promoção da qualidade de vida, em integração com os serviços e ações desenvolvidos pela instituição, conforme plano de trabalho apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, via Fundo da Infância e Adolescência - FIA. **Valor:** o Município repassará à entidade o montante de R$ 222.917,00 (duzentos e vinte e dois mil, novecentos e dezessete reais), EM PARCELA ÚNICA. **Vigência:** 24/08/2026 a 23/08/2027. **Data:** 24.08.2026

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:D18E7CC0

PREFEITURA DE TRÊS PONTAS
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO N.º 009/2026 – INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 015/2026 – PROCESSO N.º 019/2026

Partes: Município de Três Pontas, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.245.167/0001-88 e ASSISTÊNCIA VICENTINA DE TRÊS PONTAS, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.337.774/0001-75. **Do Objeto:** A presente Colaboração tem por objetivo a transferência de recursos financeiros destinados à continuidade e qualificação da oferta do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, no âmbito do "Projeto Complementar de Saúde para Idosos em Acolhimento Institucional", mediante o desenvolvimento de ações de proteção social, acolhimento, cuidado e atenção integral às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, contemplando ações complementares de cuidados continuados, assistência de enfermagem, acompanhamento nutricional, prevenção e acompanhamento de agravos à saúde, reabilitação e manutenção da capacidade funcional, articuladas à rede socioassistencial e de saúde, visando à garantia de direitos, à promoção da dignidade, autonomia, segurança e qualidade de vida dos usuários acolhidos, conforme plano de trabalho apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, via Fundo Municipal do Idoso - FMI. **Valor:** o Município repassará à entidade o montante de R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais), EM PARCELA ÚNICA. **Vigência:** 24/08/2026 a 23/04/2027. **Data:** 24.08.2026

Publicado por:
Gabriela Felix Santos
Código Identificador:9C6E5904

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TRÊS PONTAS / MG, inscrita no CNPJ sob nº 25.269.069/0001-46. **OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para Contratação de empresa especializada em Recarga de Extintores em geral, com fornecimento de material e troca de peças, para os diversos setores da Autarquia SAAE Três Pontas/MG,** em favor da empresa**: J A EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 53.211.964/0001-45, o **lote único**, **totalizando o valor global de R$ 4.710,00** (quatro mil, setecentos e dez reais).
Vigência: 25/08/2026 a 25/08/2027.

Três Pontas – MG, 24 de agosto de 2026.

MARCELO CHAVES GARCIA
Diretor SAAE

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:3AC30CE1

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 011/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TRÊS PONTAS / MG, inscrita no CNPJ sob nº 25.269.069/0001-46. **OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para Contratação de empresa especializada em Recarga de Extintores em geral, com fornecimento de material e troca de peças, para os diversos setores da Autarquia SAAE Três Pontas/MG,** em favor da empresa**: J A EQUIPAMENTOS CONTRA INCENDIO LTDA,** inscrita no CNPJ sob o n.º 53.211.964/0001-45, o **lote único**, **totalizando o valor global de R$ 4.710,00** (quatro mil, setecentos e dez reais).

Três Pontas – MG, 24 de agosto de 2026.

MARCELO CHAVES GARCIA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:A6C09681

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 20, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a conversão das Férias –Prêmio em espécie.

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE Três Pontas-MG, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 5.485/2023;

RESOLVE:
Art. 1º. Fica deferido o pagamento das Férias-Prêmio, conforme requerido e protocolado, pelos seguintes servidores abaixo relacionados:

• Ricardo Henrique dos Santos, matrícula 345;
• Poliana Socorro Alves, matrícula 346;
• Magna da Silva Campos, matrícula 348;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO CHAVES GARCIA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Janaina Aparecida de Sousa
Código Identificador:351A20FE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA E A EMPRESA INPRINT TECNOLOGIA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE TUPACIGUARA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.260.489/0001-04, com Centro Administrativo situado na Praça Antônio Alves de Faria, s/nº, Bairro Tiradentes, Tupaciguara/MG, CEP 38.480-000, neste ato representado pelo Sr. **BRUNO RODRIGUES MACHADO,** brasileiro, casado, servidor público municipal, portador da cédula de identidade nº MG-10.625.855 SSP/MG, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 032.392.606-11, conforme Decreto nº 006/2023, doravante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, **INPRINT TECNOLOGIA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA**., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica sob o nº 18.543.481/0001-47, com sede na Avenida Deputado Castro de Carvalho, nº 941, Bairro Vila Júlia, Poá/SP, CEP 08.551-035, neste ato representada por seu representante legal Sr. **ARLINDO AUGUSTO CLETO NETO**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 8.424.373-9 SSP/SP, inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o nº 035.629.498-63, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, mediante as cláusulas e condições abaixo.

As partes resolvem firmar o presente Termo Aditivo, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO TERMO ADITIVO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto inserir no Contrato Administrativo nº 045/2026 regras específicas relativas à titularidade, disponibilização, acesso, extração, exportação, backup, portabilidade, migração, transição, guarda temporária e eliminação segura dos dados, documentos e informações tratados, armazenados, produzidos, gerados, indexados, assinados, movimentados ou custodiados pela **CONTRATADA** em decorrência da execução contratual.
1.2. As obrigações ora ajustadas têm natureza acessória, operacional, técnica e de governança de dados, vinculadas diretamente ao objeto originalmente contratado, sem alteração do preço, sem majoração de quantitativos e sem transfiguração do objeto contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA TITULARIDADE DOS DADOS E DOCUMENTOS
2.1. Todos os dados, documentos, arquivos, imagens, registros, metadados, indexadores, protocolos, tramitações, históricos, comprovantes, logs funcionais, evidências de assinatura digital, informações cadastrais, fluxos, anexos, registros de atendimento, relatórios e demais conteúdos inseridos, processados, digitalizados, capturados, armazenados ou gerados na plataforma em decorrência da execução do Contrato Administrativo nº 045/2026 pertencem ao **CONTRATANTE** ou estão sob sua guarda, gestão, responsabilidade administrativa ou interesse público.
2.2. A **CONTRATADA** não poderá reivindicar direito de propriedade, retenção, exclusividade, bloqueio, limitação de acesso, condicionamento indevido ou qualquer forma de apropriação sobre os dados e documentos mencionados nesta cláusula.
2.3. A titularidade do sistema, códigos-fonte, metodologias, ferramentas, rotinas internas e demais ativos tecnológicos próprios da **CONTRATADA** não se confunde com a titularidade dos dados, documentos e informações do **CONTRATANTE**, que deverão permanecer permanentemente acessíveis, íntegros e exportáveis nos termos deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. A **CONTRATADA** deverá manter à disposição do **CONTRATANTE**, durante toda a vigência contratual, acesso regular, seguro, contínuo e auditável aos dados, documentos e informações armazenados ou gerados na plataforma, observados os perfis de acesso, as permissões administrativas e as regras de segurança aplicáveis.

3.2. Sempre que solicitado formalmente pelo gestor ou fiscal do contrato, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar cópia integral ou parcial dos dados e documentos indicados pelo **CONTRATANTE**, em formato aberto, estruturado, legível por máquina e apto à conferência, auditoria, arquivamento, migração ou integração com outros sistemas públicos.

3.3. A disponibilização deverá abranger, conforme aplicável: documentos digitalizados; arquivos originais; arquivos assinados digitalmente; índices; metadados; cadastros; protocolos; tramitações; despachos; anexos; históricos de movimentação; registros de atendimento; relatórios; logs funcionais de auditoria; e demais informações necessárias à compreensão, reconstituição e continuidade dos processos administrativos.

3.4. A entrega de dados e documentos deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias úteis contados da solicitação formal do **CONTRATANTE**, salvo volume excepcional ou complexidade técnica devidamente justificada pela **CONTRATADA**, hipótese em que as partes poderão ajustar cronograma específico, sem prejuízo da urgência administrativa eventualmente indicada pelo **CONTRATANTE**.

3.5. A **CONTRATADA** deverá fornecer, juntamente com os dados exportados, documentação técnica mínima que permita sua leitura, identificação, conferência e reutilização, incluindo dicionário de dados, descrição de campos, estrutura de pastas, padrão de nomenclatura, identificação de vínculos entre documentos e metadados, quando aplicável.

CLÁUSULA QUARTA - DOS FORMATOS DE EXPORTAÇÃO E PORTABILIDADE

4.1. A exportação dos dados deverá ser realizada em formatos tecnicamente adequados, não proprietários sempre que possível, aptos à preservação, auditoria e migração, tais como PDF/A, XML, CSV, JSON, SQL, TXT, arquivos de imagem em formato usual de mercado, ou outro formato previamente aceito pelo **CONTRATANTE**.

4.2. Os documentos assinados digitalmente deverão ser exportados com preservação das evidências de assinatura, certificados, carimbos de tempo, códigos de validação, metadados associados e demais elementos necessários à comprovação da autenticidade, integridade, autoria e cadeia de custódia documental.

4.3. A exportação deverá preservar, sempre que tecnicamente possível, a vinculação entre documento, protocolo, interessado, unidade administrativa, fluxo de tramitação, movimentações, anexos, datas, usuários responsáveis, despachos, status, histórico e demais elementos relevantes para a reconstrução do processo administrativo.

CLÁUSULA QUINTA - DO BACKUP ORDINÁRIO E DO BACKUP DE ENCERRAMENTO

5.1. A **CONTRATADA** deverá manter rotina de backup dos dados e documentos vinculados à execução contratual, em periodicidade compatível com a criticidade do serviço, a continuidade administrativa e as boas práticas de segurança da informação.

5.2. A rotina de backup deverá assegurar a preservação da integridade, disponibilidade, confidencialidade, rastreabilidade e recuperabilidade dos dados, devendo a **CONTRATADA** adotar mecanismos adequados de proteção contra perda, corrupção, exclusão indevida, acesso não autorizado, falha técnica, incidente de segurança ou indisponibilidade sistêmica.

5.3. Nas hipóteses de rescisão, extinção, encerramento, não renovação, não prorrogação, suspensão relevante, substituição da solução tecnológica ou transição para outro fornecedor, a **CONTRATADA** deverá realizar backup completo e atualizado da base de dados e documentos do **CONTRATANTE**, abrangendo todos os elementos necessários à continuidade do serviço público.

5.4. O backup de encerramento deverá ser entregue ao **CONTRATANTE** em até 15 (quinze) dias úteis contados da solicitação formal ou da ciência da data de encerramento contratual, prevalecendo o evento que ocorrer primeiro, salvo prazo diverso formalmente definido pelas partes em cronograma de transição.

5.5. A entrega do backup deverá ser acompanhada de relatório técnico de extração, contendo data e hora da geração, escopo da base extraída, volumes de arquivos, quantidade de registros, formato dos arquivos, hash ou outro mecanismo de verificação de integridade, responsável técnico pela extração e eventuais ressalvas técnicas.

5.6. O backup deverá ser entregue por meio seguro, mediante ambiente criptografado, mídia física lacrada, repositório seguro, transferência protegida ou outro método previamente aprovado pelo **CONTRATANTE**, com registro formal de entrega e recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSIÇÃO EM CASO DE RESCISÃO, EXTINÇÃO OU ENCERRAMENTO CONTRATUAL

6.1. Em caso de rescisão, extinção, encerramento, não renovação, não prorrogação ou substituição da solução, a **CONTRATADA** deverá cooperar integralmente com o **CONTRATANTE** para assegurar a continuidade dos serviços públicos, a preservação dos dados e a transição organizada para ambiente próprio do Município ou para outro fornecedor indicado pela Administração.

6.2. A **CONTRATADA** deverá prestar suporte técnico de transição pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias corridos após a entrega do backup final, limitado às atividades necessárias para conferência, validação, esclarecimento técnico, reexportação de arquivos corrompidos, complementação de metadados, orientação sobre estrutura da base entregue e saneamento de inconsistências atribuíveis à extração.

6.3. A **CONTRATADA** não poderá interromper, excluir, bloquear, degradar, ocultar, restringir ou dificultar o acesso do **CONTRATANTE** aos dados antes da conclusão formal da entrega e validação do backup, salvo determinação legal, ordem de autoridade competente ou risco técnico devidamente comprovado e comunicado imediatamente ao **CONTRATANTE**.

6.4. A conclusão da transição deverá ser formalizada por Termo de Entrega e Validação dos Dados, firmado pelo gestor ou fiscal do contrato e por representante da **CONTRATADA**, sem prejuízo de posterior apuração de inconsistências, falhas, perdas ou danos eventualmente identificados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VALIDAÇÃO, CONFERÊNCIA E SANEAMENTO

7.1. Após o recebimento dos dados, documentos e backups, o **CONTRATANTE** poderá realizar conferência técnica e administrativa para verificar completude, integridade, legibilidade, correspondência entre documentos e metadados, preservação dos vínculos de tramitação e adequação dos formatos entregues.

7.2. Identificada inconsistência, ausência de arquivos, corrupção de dados, quebra de vínculo, perda de metadados essenciais, duplicidade indevida, falha de indexação ou qualquer outro problema atribuível à extração, guarda, disponibilização ou entrega, a **CONTRATADA** deverá promover a correção no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação, salvo complexidade devidamente justificada e aceita pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E SIGILO

8.1. A **CONTRATADA** deverá observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, bem como as normas aplicáveis de segurança da informação, transparência pública, guarda documental, sigilo administrativo e proteção de informações sensíveis.

8.2. Para fins de tratamento de dados pessoais decorrentes da execução contratual, o **CONTRATANTE** atuará, em regra, como controlador dos dados, e a **CONTRATADA** como operadora, devendo esta realizar o tratamento exclusivamente para cumprimento do contrato, de ordens documentadas do **CONTRATANTE**, de obrigação legal ou regulatória, ou de finalidade pública vinculada ao objeto contratado.

8.3. Eventual incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao **CONTRATANTE**, aos titulares de dados ou à Administração Pública deverá ser comunicado pela **CONTRATADA** imediatamente, com indicação mínima da natureza do incidente,

dados potencialmente afetados, medidas adotadas, riscos identificados e providências de contenção e mitigação.
8.4. Permanecem íntegras as obrigações de sigilo já previstas no contrato original, especialmente quanto às informações obtidas em decorrência da execução contratual.

CLÁUSULA NONA - DA RETENÇÃO TEMPORÁRIA E ELIMINAÇÃO SEGURA
9.1. Após a entrega e validação do backup final, a **CONTRATADA** poderá manter cópia residual dos dados pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, exclusivamente para fins de contingência, saneamento de inconsistências, cumprimento de obrigação legal, atendimento de auditoria ou defesa em processo administrativo ou judicial.
9.2. Encerrado o prazo de retenção temporária, e inexistindo determinação legal, ordem de autoridade competente ou solicitação formal de preservação pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá promover a eliminação segura das cópias mantidas em seus ambientes, backups operacionais e repositórios sob sua responsabilidade, observadas as limitações técnicas de ciclos de backup e as melhores práticas de segurança da informação.
9.3. A eliminação segura deverá ser certificada por declaração formal da **CONTRATADA**, contendo identificação do contrato, data da eliminação, responsável técnico, escopo dos dados eliminados e ressalvas legalmente justificadas, se houver.
9.4. A eliminação de dados pela **CONTRATADA** não poderá ocorrer antes da confirmação formal de que o **CONTRATANTE** recebeu e validou o backup final, salvo determinação legal ou ordem de autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
10.1. O presente Termo Aditivo não altera o valor global do Contrato Administrativo nº 045/2026, não majora preços unitários, não cria nova obrigação remunerável autônoma, não altera a forma de pagamento e não modifica o equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado.
10.2. As obrigações aqui previstas decorrem da própria natureza do objeto contratado, especialmente por envolver solução em nuvem, gestão documental, protocolo eletrônico, digitalização, armazenamento, suporte técnico, segurança da informação e continuidade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
11.1. Permanecem inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas, condições, obrigações, prazos, sanções, responsabilidades, disposições de fiscalização, extinção contratual, foro e demais regras previstas no Contrato Administrativo nº 045/2026 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
11.2. Em caso de divergência entre este Termo Aditivo e disposições anteriores do contrato, prevalecerá a regra mais específica quanto à disponibilização, acesso, exportação, backup, portabilidade, transição, proteção e eliminação de dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO E EFICÁCIA
12.1. O presente Termo Aditivo produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura, condicionada sua eficácia externa às publicações e providências administrativas exigidas pela legislação aplicável aos contratos administrativos.
12.2. O extrato deste Termo Aditivo deverá ser publicado no meio oficial competente, na forma prevista no contrato original e na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ASSINATURA ELETRÔNICA
13.1. O presente instrumento poderá ser assinado por meio físico ou eletrônico, inclusive mediante plataforma de assinatura digital ou eletrônica, reconhecendo as partes a validade jurídica, autenticidade, integridade e eficácia das assinaturas apostas ao presente Termo Aditivo.
13.2. As assinaturas eletrônicas das partes, testemunhas, gestor, fiscal ou demais intervenientes, quando realizadas por plataforma idônea, produzirão os mesmos efeitos jurídicos das assinaturas manuscritas, para todos os fins de direito.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo Aditivo em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Tupaciguara/MG, 06 de agosto de 2026

Município de Tupaciguara	Inprint Tecnologia E Locação De Equipamentos De Informática LTDA.
Contratante	Contratada
Representante:	Representante:
BRUNO RODRIGUES MACHADO	***ARLINDO AUGUSTO CLETO NETO***

Publicado por:
Tiago Gonçalves Gomes
Código Identificador:2196D27E

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PREFEITURA DE TUPACIGUARA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2025
Recorrente: Ediuvania Maria Guerra

I - RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela servidora Ediuvania Maria Guerra contra a decisão administrativa que homologou o Relatório Final da Comissão Processante constituída pela Portaria nº 063/2025, instaurada para apurar possíveis irregularidades funcionais decorrentes de sua ausência prolongada ao serviço público municipal, com percepção de remuneração sem a correspondente prestação laboral.

Conforme consta dos autos, o Processo Administrativo Disciplinar foi instaurado a partir de comunicação formal encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Ofício nº 005/2025, no qual foi noticiada possível ausência contínua da servidora ao local de trabalho, mesmo após o encerramento dos afastamentos regularmente concedidos pela Administração.

Durante a instrução processual, verificou-se que a recorrente permaneceu afastada do exercício de suas funções por diversos períodos, parte deles amparados por licenças e atestados médicos regularmente apresentados, especialmente para acompanhamento de familiar enfermo e para tratamento de saúde próprio.
Todavia, encerrados os afastamentos legalmente autorizados, especialmente após o falecimento da genitora da servidora, ocorrido em 23 de agosto de 2022, e transcorrido o período legal de licença por luto previsto no artigo 137, inciso XIV, da Lei Complementar Municipal nº 492/2019, constatou-se que a servidora não retornou ao exercício de suas atividades funcionais nem apresentou qualquer novo requerimento administrativo, licença médica válida, decisão previdenciária ou outro ato administrativo capaz de justificar sua permanência afastada.

A Comissão Processante realizou todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, procedendo à regular citação da servidora, promovendo sua oitiva, oportunizando a apresentação de defesa escrita, analisando toda a documentação constante dos autos e observando integralmente os princípios do contraditório, da ampla defesa, da legalidade, da publicidade e do devido processo legal.

Ao final da instrução, concluiu que restou caracterizada ausência injustificada da servidora após o encerramento das licenças regularmente concedidas, circunstância que ensejou o recebimento indevido de remuneração pelo período compreendido entre setembro de 2022 e fevereiro de 2025, culminando na recomendação de restituição ao erário da quantia de R$ 88.140,88 (oitenta e oito mil, cento e quarenta reais e oitenta e oito centavos), atualizada pelo IPCA-E, nos termos do artigo 111 da Lei Complementar Municipal nº 492/2019.

Além disso, a Comissão recomendou a notificação da servidora para que retornasse ao exercício de suas funções no prazo de 30 (trinta) dias, consignando que a permanência da ausência funcional poderia ensejar as consequências previstas no artigo 250 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, sem prejuízo da adoção das medidas administrativas destinadas ao ressarcimento do dano causado ao erário.
Referido relatório foi homologado pela autoridade competente.

Inconformada, a servidora interpôs o presente recurso administrativo, sustentando, em síntese, a nulidade da decisão por alegada deficiência de fundamentação; ausência de individualização das condutas; inexistência dos requisitos necessários à caracterização do abandono de cargo; necessidade de realização de perícia médica oficial; inexistência de má-fé; impossibilidade de ressarcimento ao erário; deficiência da memória de cálculo; corresponsabilidade da Administração Pública quanto ao controle da frequência funcional; necessidade de apuração da conduta de outros agentes públicos e, subsidiariamente, requer a complementação da instrução processual.

É o relatório.

II – DO FUNDAMENTO

Após detida análise das alegações recursais, bem como de todo o conjunto probatório constante dos autos, conclui-se que nenhuma das teses deduzidas pela recorrente possui aptidão para desconstituir a decisão recorrida.

Com efeito, o recurso limita-se, em grande parte, à reiteração de argumentos já apresentados durante a fase instrutória e devidamente apreciados pela Comissão Processante, sem trazer qualquer elemento novo capaz de infirmar as conclusões alcançadas ao término da instrução.

A decisão recorrida foi proferida em estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, contraditório e ampla defesa, estando suficientemente fundamentada tanto sob o aspecto fático quanto jurídico.

Passa-se, portanto, ao exame individualizado de cada uma das alegações deduzidas pela recorrente.

II.1 - DO OBJETO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO

Inicialmente, cumpre destacar que o presente recurso decorre de Processo Administrativo de Sindicância instaurado por meio da Portaria nº 063/2025, posteriormente convertido em procedimento disciplinar para apuração da responsabilidade funcional da servidora Ediuvania Maria Guerra, em razão de notícia formal encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde acerca de possível ausência injustificada e contínua ao serviço público, circunstância que, em tese, configuraria infração funcional e ocasionaria prejuízo ao erário municipal.

A instauração do procedimento não decorreu de meras suposições ou denúncias genéricas, mas de elementos concretos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Ofício nº 005/2025, no qual foi informado que a servidora permanecia ausente de suas atividades funcionais mesmo após o encerramento dos períodos de afastamento regularmente concedidos pela Administração Pública, sem a apresentação de novos documentos ou requerimentos capazes de justificar a continuidade de sua ausência.

Diante desses elementos, competia à Administração Pública exercer seu poder-dever de autotutela, apurando a regularidade da conduta funcional da servidora, nos termos dos princípios da legalidade, moralidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público, não lhe sendo facultado permanecer inerte diante de indícios de possível percepção de remuneração sem a correspondente prestação do serviço público.

A instauração da sindicância, portanto, constituiu verdadeiro dever da Administração, tendo como finalidade esclarecer os fatos, identificar eventual responsabilidade funcional e assegurar a proteção do patrimônio público, sempre observando as garantias constitucionais asseguradas ao administrado.

Durante toda a instrução processual, foram rigorosamente observados os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

A recorrente foi regularmente cientificada da instauração do procedimento, compareceu à oitiva designada pela Comissão Processante, prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, apresentou defesa escrita, juntou documentos e teve plena oportunidade de se manifestar acerca de todos os elementos produzidos nos autos.
Da mesma forma, a Comissão Processante realizou diligências junto ao Setor de Recursos Humanos e à Secretaria Municipal de Saúde, requisitando documentos funcionais, registros administrativos, informações sobre os afastamentos concedidos, histórico funcional da servidora, contracheques e demais elementos necessários à completa elucidação dos fatos.

Não se verifica, portanto, qualquer cerceamento de defesa, restrição à produção probatória ou violação às garantias processuais da recorrente.

Ao contrário, a instrução processual foi conduzida de forma ampla, imparcial e independente, buscando a reconstrução da verdade material, princípio que norteia os processos administrativos disciplinares e impõe à Administração o dever de apurar os fatos efetivamente ocorridos, independentemente de presunções ou conclusões previamente estabelecidas.

Ao final da instrução, a Comissão concluiu que parte dos afastamentos da servidora encontrava respaldo documental, circunstância expressamente reconhecida no Relatório Final.

Todavia, também restou demonstrado que, encerradas as licenças regularmente concedidas, especialmente após o falecimento da genitora da recorrente em 23 de agosto de 2022 e transcorrido o período legal de licença por luto previsto no artigo 137, inciso XIV, da Lei Complementar Municipal nº 492/2019, inexistia qualquer ato administrativo, licença médica, decisão previdenciária ou documento oficial que autorizasse a permanência da servidora afastada do exercício de suas funções.

Assim, o objeto do presente procedimento jamais consistiu em desconsiderar as licenças regularmente deferidas pela Administração, mas exclusivamente em apurar o período posterior ao término dessas justificativas, durante o qual a recorrente permaneceu ausente sem qualquer respaldo legal e continuou percebendo remuneração custeada pelos cofres públicos.

Portanto, a decisão recorrida não decorreu de presunções, mas da análise minuciosa do conjunto probatório produzido durante a instrução, circunstância que afasta qualquer alegação de irregularidade na origem ou na condução do procedimento administrativo.

II.2 - DA ALEGADA NULIDADE DA DECISÃO POR DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO

A recorrente sustenta que a decisão administrativa seria nula por suposta deficiência de fundamentação, afirmando que o Relatório Final não teria analisado individualmente todos os documentos apresentados nem especificado, de forma detalhada, cada um dos períodos considerados irregulares.

A alegação, contudo, não merece acolhimento. A motivação dos atos administrativos constitui requisito essencial de validade e tem por finalidade permitir ao administrado compreender as razões de fato e de direito que conduziram à decisão proferida.
Todavia, o dever de motivação não exige que a autoridade administrativa rebata, um a um, todos os argumentos deduzidos pela

parte, tampouco que reproduza exaustivamente cada documento constante dos autos, bastando que exponha, de forma clara, lógica e suficiente, os fundamentos que embasaram sua conclusão.

No presente caso, observa-se que o Relatório Final descreveu de forma detalhada a origem da apuração, os períodos de afastamento da servidora, os documentos analisados, as diligências realizadas, os esclarecimentos prestados pela própria recorrente e as conclusões alcançadas pela Comissão Processante.

Além disso, o relatório consignou expressamente que parte das ausências encontrava respaldo documental, reconhecendo inclusive que determinados atestados médicos e licenças foram regularmente protocolados perante a Administração.

A responsabilização da recorrente não decorreu da desconsideração desses documentos, mas da constatação de que, após o término das licenças regularmente concedidas, permaneceu ausente do serviço público por extenso período sem qualquer justificativa legalmente admitida.

Não há, portanto, qualquer omissão capaz de comprometer a validade da decisão administrativa.

A recorrente teve pleno conhecimento dos fatos que lhe foram imputados, das provas produzidas durante a instrução, dos fundamentos jurídicos adotados pela Comissão e das razões pelas quais foi reconhecida a irregularidade funcional.

Tanto isso é verdade que o próprio recurso administrativo demonstra absoluto conhecimento da fundamentação adotada, rebatendo detalhadamente as conclusões constantes do Relatório Final.

Tal circunstância evidencia que a motivação atingiu plenamente sua finalidade constitucional, qual seja, possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa.

Cumpre registrar, ainda, que o Processo Administrativo Disciplinar se rege pelo princípio do formalismo moderado, segundo o qual eventuais imperfeições formais somente ensejam nulidade quando demonstrado efetivo prejuízo ao exercício do direito de defesa.

No caso concreto, a recorrente limita-se a alegar genericamente insuficiência de fundamentação, sem demonstrar qualquer prejuízo concreto decorrente da forma como a decisão foi motivada.

A jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores é firme no sentido de que, no âmbito do processo administrativo disciplinar, não se declara nulidade por meras irregularidades formais desacompanhadas da demonstração de efetivo prejuízo, incidindo o princípio *pas de nullité sans grief.*

Desse modo, inexistindo qualquer vício capaz de comprometer a compreensão da decisão ou o exercício da ampla defesa, não há fundamento jurídico para o reconhecimento da nulidade pretendida pela recorrente.

Rejeita-se, portanto, a preliminar de nulidade por alegada deficiência de fundamentação.

II.3 - DA ALEGADA AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS IMPUTADAS

Sustenta a recorrente que a decisão administrativa seria nula por não individualizar adequadamente as condutas que lhe foram atribuídas, afirmando que a Comissão Processante teria se limitado a fazer referência genérica ao período de afastamento, sem especificar quais dias ou meses seriam considerados efetivamente irregulares, tampouco quais documentos teriam sido aceitos ou rejeitados para fins de justificação das ausências.

Também neste ponto não lhe assiste razão. A individualização da conduta constitui requisito indispensável à responsabilização disciplinar, porquanto é por meio dela que se assegura ao servidor o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Entretanto, tal exigência deve ser analisada à luz das peculiaridades do caso concreto.

Na hipótese dos autos, o objeto da apuração não consistiu na análise de faltas isoladas ou de ausências esporádicas, mas na verificação de uma situação funcional contínua, caracterizada pela permanência da servidora afastada de suas atribuições por longo período sem respaldo legal, mesmo após o encerramento das licenças anteriormente concedidas.

Desde a instauração da sindicância, o fato imputado à recorrente foi claramente delimitado: a permanência em ausência injustificada ao serviço público após o término dos afastamentos regularmente autorizados, com percepção de remuneração sem a correspondente prestação laboral.

Tal circunstância permaneceu inalterada durante toda a instrução processual, permitindo à recorrente plena compreensão da imputação que lhe era dirigida.

Cumpre destacar que o próprio Relatório Final reconheceu expressamente a existência de períodos de afastamento regularmente justificados, consignando que parte dos atestados médicos e das licenças para acompanhamento de familiar foi devidamente protocolada perante a Administração Pública.

A responsabilização administrativa não decorreu da desconsideração desses afastamentos regularmente comprovados, mas da constatação de que, encerradas as justificativas legais, a servidora permaneceu ausente do serviço sem qualquer novo requerimento administrativo, licença médica, decisão previdenciária ou outro ato autorizativo capaz de amparar sua permanência fora do exercício do cargo.

O marco temporal adotado pela Comissão Processante também foi expressamente justificado.

Conforme consignado no Relatório Final, o falecimento da genitora da recorrente ocorreu em 23 de agosto de 2022, circunstância que fez cessar a causa que justificava a licença para acompanhamento de familiar enfermo.

Além disso, foi considerado, inclusive em benefício da própria recorrente, o período legal de licença por luto previsto no artigo 137, inciso XIV, da Lei Complementar Municipal nº 492/2019, razão pela qual a Comissão fixou como referência para a caracterização da ausência injustificada o mês de setembro de 2022.

Portanto, não há qualquer imprecisão quanto ao período considerado irregular. Ao contrário, houve expressa delimitação do momento em que cessaram as justificativas legais para o afastamento, permitindo perfeita identificação da conduta imputada à servidora.

Não se pode exigir da Comissão Processante que individualize diariamente uma conduta cuja natureza é permanente. A infração investigada não se refere a faltas autônomas praticadas em dias distintos, mas à manutenção de uma situação contínua de ausência ao serviço público, prolongada ao longo de vários meses, circunstância plenamente identificável nos autos.

Desse modo, verifica-se que a decisão recorrida delimitou adequadamente o fato imputado, individualizou a conduta investigada, indicou os fundamentos jurídicos da responsabilização e permitiu à recorrente o pleno exercício de sua defesa, inexistindo qualquer vício capaz de ensejar a nulidade pretendida.

II.4 - DA CARACTERIZAÇÃO DA AUSÊNCIA INJUSTIFICADA AO SERVIÇO E DA CONFIGURAÇÃO DO ABANDONO DE CARGO

No mérito propriamente dito, sustenta a recorrente que não restou caracterizado o abandono de cargo, afirmando inexistir demonstração do denominado *animus abandonandi*, consistente na intenção

deliberada de romper definitivamente o vínculo funcional com a Administração Pública.

A tese, contudo, não merece prosperar. O artigo 250 da Lei Complementar Municipal nº 492/2019 dispõe que configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Da leitura do dispositivo legal extrai-se que a caracterização da infração disciplinar exige a presença de dois requisitos: um de natureza objetiva, consistente na ausência prolongada e injustificada ao serviço, e outro de natureza subjetiva, representado pela voluntariedade da conduta.

No caso concreto, ambos os requisitos se encontram suficientemente demonstrados.

Quanto ao aspecto objetivo, restou amplamente comprovado nos autos que a recorrente permaneceu afastada do exercício de suas funções por período muito superior ao mínimo previsto na legislação municipal, sem qualquer ato administrativo autorizando a continuidade de seu afastamento.

Os documentos encaminhados pelo Setor de Recursos Humanos, aliados às informações prestadas pela Secretaria Municipal de Saúde, demonstram que a servidora permaneceu recebendo remuneração regularmente mesmo sem retornar ao exercício de suas atividades após o encerramento das licenças legalmente concedidas.

O próprio recurso administrativo não nega a ocorrência da ausência. Ao contrário, reconhece expressamente que a recorrente permaneceu afastada, procurando justificar essa circunstância mediante alegações relacionadas a dificuldades pessoais, emocionais e questões de saúde.

Quanto ao elemento subjetivo, igualmente não prospera a alegação de sua inexistência. É certo que o abandono de cargo não pode ser presumido de forma automática pela simples ausência física do servidor.

Todavia, o elemento volitivo pode ser extraído das circunstâncias objetivamente verificadas no caso concreto, especialmente quando o servidor, de maneira consciente, deixa de comparecer ao serviço, não apresenta qualquer requerimento administrativo apto a justificar sua ausência e permanece afastado por extenso lapso temporal.

Conforme registrado na própria oitiva realizada perante a Comissão Processante, a recorrente confirmou que permaneceu afastada por razões de ordem pessoal e emocional, reconhecendo, inclusive, que não retornou ao exercício de suas funções após o encerramento dos afastamentos anteriormente concedidos.

Também afirmou ter buscado benefício previdenciário, circunstância que, por si só, não possui o condão de afastar o dever funcional de comparecimento ao serviço enquanto inexistente decisão administrativa ou previdenciária que reconhecesse sua incapacidade laborativa.

Em nenhum momento foi apresentado ato administrativo suspendendo o exercício do cargo, concedendo nova licença ou autorizando a continuidade da ausência.

A mera expectativa de concessão de benefício previdenciário não substitui os procedimentos legalmente previstos para afastamento do servidor público.

Assim, a permanência da recorrente fora do serviço decorreu de decisão voluntária, sem qualquer respaldo jurídico, circunstância suficiente para caracterizar a infração funcional apurada.

Importante ressaltar que a própria Comissão Processante, observando os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da eficiência administrativa, deixou de recomendar, naquele momento, a aplicação imediata da penalidade mais gravosa, optando por oportunizar o retorno da servidora ao exercício de suas funções antes da adoção de outras providências disciplinares.

Essa medida, contudo, não afasta a configuração da infração disciplinar. Ao contrário, revela postura prudente da Administração Pública, que privilegiou, inicialmente, a continuidade do serviço público e a possibilidade de regularização da situação funcional da recorrente, sem renunciar ao reconhecimento das irregularidades efetivamente constatadas durante a instrução processual.

Dessa forma, rejeita-se a alegação de inexistência de abandono de cargo, permanecendo hígidas as conclusões alcançadas pela Comissão Processante quanto à configuração da ausência injustificada ao serviço e às consequências administrativas dela decorrentes.

II.5 - DA ALEGADA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL E DA DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA DE OFÍCIO

A recorrente sustenta que a Comissão Processante teria concluído, de forma equivocada, que após o falecimento de sua genitora encontrava-se automaticamente apta ao retorno de suas atividades funcionais, afirmando que a Administração Pública deveria ter determinado a realização de perícia médica oficial ou junta médica para avaliar sua real capacidade laborativa.

Todavia, também neste ponto não lhe assiste razão. Inicialmente, cumpre esclarecer que a decisão recorrida não se fundamentou na presunção de plena capacidade laboral da recorrente, tampouco concluiu que o falecimento de sua genitora, por si só, restabeleceria automaticamente sua aptidão para o exercício das funções públicas.
O que se verificou nos autos foi situação completamente diversa.

Conforme restou amplamente demonstrado durante a instrução processual, a recorrente permaneceu afastada do exercício de suas funções em razão de licenças regularmente concedidas para acompanhamento de familiar em tratamento de saúde, bem como em determinados períodos por motivos relacionados à própria saúde, todas devidamente delimitadas no tempo e disciplinadas pela legislação municipal.

Todavia, encerrados os períodos de afastamento regularmente autorizados, cessou o suporte jurídico que legitimava sua ausência ao serviço.

O falecimento da genitora da recorrente, ocorrido em 23 de agosto de 2022, apenas representou o término da situação fática que fundamentava a licença para acompanhamento de familiar enfermo, não constituindo o fundamento exclusivo da decisão administrativa.

A partir desse momento, incumbia à servidora, caso permanecesse impossibilitada de exercer suas atribuições, adotar as providências administrativas legalmente previstas, requerendo nova licença para tratamento da própria saúde, submetendo-se às avaliações médicas oficiais exigidas pela legislação estatutária ou apresentando eventual decisão previdenciária que justificasse a continuidade do afastamento.

Entretanto, nenhuma dessas providências foi adotada. Não consta dos autos qualquer requerimento administrativo formulado pela recorrente após o encerramento das licenças anteriormente concedidas, tampouco existe ato administrativo deferindo novo afastamento, licença médica, readaptação funcional ou aposentadoria por incapacidade.

Também não foi apresentada decisão do órgão previdenciário reconhecendo incapacidade laborativa durante o período objeto da apuração.

A alegação de que buscava benefício previdenciário, por si só, não possui eficácia para autorizar o afastamento das funções públicas.

Enquanto inexistente ato administrativo ou previdenciário apto a afastar o dever funcional de comparecimento ao serviço, permanece íntegra a obrigação do servidor de exercer regularmente suas atribuições.

Nesse contexto, não havia obrigação jurídica da Administração Pública de instaurar, de ofício, procedimento pericial destinado a justificar ausência prolongada da servidora.

O dever de comprovação da necessidade de afastamento incumbe ao próprio servidor, mediante provocação da Administração e observância dos procedimentos previstos no Estatuto dos Servidores.
Admitir entendimento diverso significaria transferir integralmente ao Poder Público a obrigação de justificar ausências que jamais foram formalmente comunicadas ou submetidas aos mecanismos administrativos competentes.

A Administração Pública somente pode reconhecer afastamentos funcionais quando observados os requisitos legais previstos para sua concessão. Ausentes tais requisitos, não há como atribuir validade jurídica à permanência da servidora fora do exercício do cargo.

Desse modo, não procede a alegação de nulidade da decisão por ausência de realização de perícia médica oficial, uma vez que inexistia obrigação legal de a Administração instaurar, de ofício, procedimento destinado a suprir providência que competia exclusivamente à própria recorrente.

II.6 - DA ALEGADA BOA-FÉ DA RECORRENTE E DA IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAMENTO DO DEVER DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO

Sustenta a recorrente que agiu de boa-fé durante todo o período objeto da apuração, afirmando inexistirem provas de fraude, dolo, falsificação documental ou qualquer comportamento voltado à obtenção indevida de vantagens patrimoniais.

Argumenta, ainda, que a própria Administração Pública continuou processando regularmente sua remuneração, circunstância que afastaria sua responsabilidade pelos valores posteriormente considerados indevidos.
As alegações, contudo, não merecem prosperar. Inicialmente, importa destacar que a obrigação de ressarcimento ao erário não possui natureza sancionatória, mas eminentemente reparatória.

Sua finalidade consiste em recompor o patrimônio público quando verificado pagamento indevido realizado pela Administração, independentemente da aplicação de penalidade disciplinar.

Assim, para fins de restituição dos valores percebidos sem respaldo legal, não se exige, necessariamente, a demonstração de fraude ou dolo específico.

Basta a comprovação de que houve pagamento sem causa jurídica que o legitimasse. No presente caso, restou demonstrado que, encerradas as licenças regularmente concedidas, a recorrente permaneceu afastada do exercício de suas funções sem qualquer autorização administrativa, continuando, entretanto, a perceber integralmente sua remuneração.

A contraprestação remuneratória paga ao servidor público encontra fundamento na efetiva prestação do serviço ou na existência de hipótese legal de afastamento remunerado. Inexistindo qualquer dessas situações, os valores recebidos tornam-se indevidos, impondo-se sua restituição aos cofres públicos.

Não se desconhece que a boa-fé constitui princípio que orienta as relações jurídicas entre Administração e administrados.
Entretanto, sua invocação não possui o condão de legitimar pagamentos realizados sem respaldo legal nem autoriza o enriquecimento sem causa às expensas do patrimônio público.

Ademais, a boa-fé objetiva impõe deveres recíprocos de lealdade, cooperação e observância da legalidade.

Assim como compete à Administração exercer o controle de seus atos, também incumbe ao servidor público observar os deveres funcionais previstos em lei, dentre eles o comparecimento ao serviço, a comunicação de impedimentos, a formalização dos pedidos de afastamento e o cumprimento das determinações administrativas.

Não é juridicamente admissível admitir que servidor permaneça ausente do exercício de suas funções por extenso período, sem qualquer ato autorizativo, percebendo remuneração integral, e posteriormente invoque exclusivamente a boa-fé para afastar a obrigação de restituição dos valores recebidos.

A boa-fé não substitui a legalidade. Da mesma forma, eventual falha administrativa no processamento da folha de pagamento possui o condão de convalidar situação manifestamente incompatível com o regime jurídico estatutário.

A Administração Pública encontra-se vinculada ao princípio da indisponibilidade do interesse público, razão pela qual, uma vez constatado pagamento indevido, surge o dever jurídico de promover a recomposição do erário.
Por essas razões, também não merece acolhimento a alegação de que a boa-fé da recorrente seria suficiente para afastar a obrigação de ressarcimento dos valores percebidos durante o período de ausência injustificada.

II.7 - DA REGULARIDADE DA APURAÇÃO DO DANO AO ERÁRIO E DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

A recorrente impugna a condenação ao ressarcimento ao erário, sustentando que o valor apurado pela Comissão Processante não teria sido devidamente demonstrado, afirmando inexistir memória de cálculo detalhada, indicação das verbas que compõem o débito ou demonstração da metodologia utilizada para apuração do montante de R$ 88.140,88.

Também nesse ponto não merece prosperar a irresignação. Da análise dos autos verifica-se que a Comissão Processante não arbitrou o valor de forma aleatória ou presumida.

Ao contrário, a quantificação do dano decorreu da análise dos contracheques encaminhados pelo Setor de Recursos Humanos, das informações funcionais constantes dos assentamentos da servidora e dos documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde, os quais permitiram identificar o período durante o qual houve percepção de remuneração sem a correspondente prestação do serviço público.

O Relatório Final demonstra, ainda, que a Comissão delimitou expressamente o marco inicial da apuração patrimonial, adotando como referência o mês de setembro de 2022.

Tal definição não ocorreu de maneira arbitrária. Conforme expressamente consignado nos autos, até o falecimento da genitora da recorrente existia licença relacionada ao acompanhamento de familiar enfermo.

Após o óbito, ocorrido em 23 de agosto de 2022, foi considerado, inclusive em benefício da própria servidora, o período legal correspondente à licença por falecimento de familiar prevista no artigo 137, inciso XIV, da Lei Complementar Municipal nº 492/2019.

Somente após o encerramento desse período é que a Comissão reconheceu inexistir qualquer fundamento jurídico que autorizasse a continuidade da ausência funcional.

Dessa forma, o cálculo não compreendeu todo o período de afastamento da recorrente, mas apenas aquele em que efetivamente não havia respaldo legal para sua permanência fora do exercício do cargo.

Igualmente não procede a alegação de ausência de memória de cálculo. Os valores foram extraídos da documentação funcional da própria servidora, especialmente dos demonstrativos de pagamento emitidos pelo Município, posteriormente submetidos à atualização monetária pelo índice IPCA-E, conforme previsão contida no artigo 111 da Lei Complementar Municipal nº 492/2019.

A circunstância de a recorrente discordar da conclusão alcançada não significa inexistência de fundamentação técnica. Ademais, durante toda a instrução processual a recorrente teve amplo acesso aos documentos que instruíram o procedimento administrativo, podendo impugnar os valores, requerer esclarecimentos ou apresentar memória de cálculo alternativa, o que não ocorreu.

Limitou-se a formular impugnação genérica, desacompanhada de qualquer elemento técnico capaz de demonstrar eventual equívoco material na apuração realizada pela Comissão.

Cumpre destacar que o processo administrativo não exige o mesmo grau de formalismo dos procedimentos judiciais de liquidação de sentença. Exige-se, isto sim, que existam elementos objetivos capazes de demonstrar a origem do crédito, os critérios utilizados para sua apuração e a possibilidade de exercício do contraditório, requisitos plenamente observados no presente procedimento.

Assim, inexistindo demonstração concreta de erro material, duplicidade de cobrança ou inclusão de parcelas indevidas, não há fundamento para afastar ou reduzir o valor apurado pela Comissão Processante.

II.8 - DA ALEGADA CORRESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO CONTROLE DA FREQUÊNCIA FUNCIONAL

Sustenta a recorrente que eventual percepção indevida de remuneração também teria decorrido de falhas administrativas no controle de frequência funcional, afirmando que competia ao Município fiscalizar sua assiduidade, homologar os registros de frequência e impedir o processamento da folha de pagamento.

Afirma, ainda, que deveriam ser apuradas eventuais responsabilidades de chefias imediatas, servidores do Recursos Humanos e demais agentes responsáveis pela conferência da frequência funcional.

Embora seja inegável que a Administração Pública possui o dever permanente de fiscalizar a frequência de seus servidores e adotar mecanismos eficientes de controle da jornada de trabalho, tal circunstância não possui o condão de afastar a responsabilidade funcional da recorrente.

Isso porque o dever de comparecimento ao serviço constitui obrigação pessoal, direta e intransferível do servidor público. Trata-se de dever funcional elementar decorrente da própria investidura no cargo público, não podendo ser transferido à Administração ou condicionado exclusivamente aos mecanismos internos de fiscalização.

Em outras palavras, eventual deficiência no sistema de controle de frequência não transforma ausência injustificada em afastamento legalmente autorizado. Também não possui o efeito de legitimar pagamentos realizados sem a correspondente prestação do serviço. A responsabilidade da recorrente decorre de sua própria conduta funcional.
Foi ela quem permaneceu afastada do exercício do cargo por longo período sem apresentar requerimento de licença, sem obter autorização administrativa para continuidade do afastamento e sem retornar ao desempenho de suas atribuições.

A eventual omissão de agentes públicos responsáveis pelo acompanhamento da frequência poderá, se a Administração entender pertinente, ser objeto de apuração em procedimento próprio.

Entretanto, eventual responsabilidade de terceiros não exclui nem reduz a responsabilidade individual da recorrente pelos atos que praticou.

No âmbito do Direito Administrativo Disciplinar vigora o princípio da independência das responsabilidades, segundo o qual cada agente responde pelos atos que praticar na medida de sua participação.

Assim, ainda que futuramente venha a ser identificada eventual falha administrativa no acompanhamento funcional da servidora, tal circunstância não possui eficácia para descaracterizar a irregularidade funcional objeto deste processo administrativo nem para afastar o dever de restituição dos valores percebidos sem respaldo legal.

Por essa razão, rejeita-se igualmente a alegação de corresponsabilidade administrativa como fundamento para reforma da decisão recorrida.

II.9 - DA DESNECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

Subsidiariamente, requer a recorrente a conversão do presente recurso em diligência, com a reabertura da instrução processual para que sejam juntados documentos relativos ao controle de frequência funcional, folhas de ponto, registros biométricos, controles de assiduidade, atos de homologação de frequência, documentos utilizados para o processamento da folha de pagamento e identificação dos agentes responsáveis pela conferência da frequência funcional.

O pedido, contudo, não merece acolhimento. A instrução processual desenvolvida pela Comissão Processante revelou-se suficiente para o completo esclarecimento dos fatos submetidos à apuração, tendo sido produzidas todas as provas necessárias à formação do convencimento da autoridade administrativa.

Conforme se verifica dos autos, foram requisitadas informações junto à Secretaria Municipal de Saúde e ao Setor de Recursos Humanos, sendo juntados documentos funcionais, registros relativos aos afastamentos da servidora, contracheques, informações acerca das licenças concedidas e demais elementos indispensáveis à reconstrução dos fatos.

Além disso, a recorrente foi regularmente intimada para apresentar defesa, compareceu à oitiva realizada pela Comissão Processante, prestou esclarecimentos acerca de sua situação funcional e apresentou os documentos que entendeu pertinentes à demonstração de suas alegações.
Observa-se, portanto, que durante toda a instrução processual foi assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, inexistindo qualquer restrição ao direito de produção de provas.

O pedido formulado em sede recursal não decorre da existência de fato novo ou de prova superveniente, mas da pretensão de reabrir a instrução para buscar elementos destinados a infirmar conclusão já regularmente alcançada pela Comissão Processante.

Entretanto, o recurso administrativo não se presta à reabertura indiscriminada da fase instrutória, sobretudo quando o conjunto probatório constante dos autos já se mostra suficiente para a formação do convencimento da Administração.

Importante destacar que os documentos cuja juntada é requerida sequer possuem aptidão para alterar a conclusão alcançada. Isso porque a controvérsia central do presente procedimento não reside na forma como a Administração controlava a frequência funcional de seus servidores, tampouco na identificação dos agentes responsáveis pelo fechamento da folha de pagamento.

A questão submetida à apuração consiste em verificar se a recorrente permaneceu ausente do serviço público sem respaldo legal durante o período indicado pela Comissão Processante.

Esse fato, por sua vez, encontra-se amplamente demonstrado pela documentação constante dos autos e, principalmente, pelas próprias declarações prestadas pela recorrente durante sua oitiva, ocasião em que reconheceu que permaneceu afastada do exercício das funções por razões pessoais e relacionadas à sua saúde, sem que houvesse qualquer autorização administrativa vigente para tanto.

Assim, ainda que fossem produzidas as provas pretendidas pela recorrente, elas não seriam capazes de afastar a circunstância objetiva

de que permaneceu ausente do exercício do cargo após o encerramento das licenças regularmente concedidas.

Não há falar, portanto, em cerceamento de defesa ou necessidade de complementação da instrução processual. O processo administrativo encontra-se suficientemente instruído, inexistindo qualquer lacuna probatória que justifique a realização das diligências pretendidas. Dessa forma, rejeita-se o pedido subsidiário de conversão do recurso em diligência.

II.10 - DA MANUTENÇÃO INTEGRAL DA DECISÃO RECORRIDA

Após o exame detido das razões recursais e da integralidade do conjunto probatório constante dos autos, conclui-se que a decisão recorrida foi proferida em estrita observância aos princípios constitucionais e legais que regem o processo administrativo disciplinar.

As alegações apresentadas pela recorrente não evidenciam qualquer vício de legalidade, nulidade procedimental ou deficiência probatória capaz de infirmar as conclusões alcançadas pela Comissão Processante.

Ao contrário, verifica-se que todas as garantias inerentes ao devido processo legal foram rigorosamente observadas. A servidora foi regularmente cientificada da instauração da sindicância, exerceu plenamente seu direito de defesa, apresentou documentos, prestou esclarecimentos e teve todas as suas alegações analisadas pela Comissão Processante.

Da mesma forma, o Relatório Final demonstrou, de forma clara e fundamentada, que parte dos afastamentos da recorrente encontrava respaldo legal, circunstância expressamente reconhecida pela Comissão.

Entretanto, restou igualmente comprovado que, após o encerramento das licenças regularmente concedidas, especialmente a partir de setembro de 2022, inexistiu qualquer autorização administrativa que legitimasse a continuidade de sua ausência ao serviço público.

Ainda assim, a recorrente permaneceu afastada de suas funções, percebendo regularmente remuneração custeada pelo erário municipal, sem a correspondente prestação dos serviços inerentes ao cargo público que ocupava.

A Administração Pública, ao constatar tal situação, não apenas possuía a faculdade, mas o dever jurídico de apurar os fatos, responsabilizar os agentes eventualmente envolvidos e adotar as medidas necessárias à recomposição do patrimônio público, em observância aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, indisponibilidade do interesse público e supremacia do interesse público sobre o privado.

A manutenção da decisão recorrida representa, portanto, consequência lógica da prova produzida durante a instrução processual, inexistindo fundamento jurídico capaz de justificar sua reforma ou anulação.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando as razões constantes do Relatório Final da Comissão Processante, os elementos probatórios produzidos durante a instrução, bem como os fundamentos ora expostos, **CONHEÇO** do recurso administrativo interposto por **Ediuvania Maria Guerra**, por preencher os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo integralmente a decisão administrativa recorrida, por seus próprios fundamentos e pelos fundamentos ora acrescidos. Em consequência:

I – fica mantido o reconhecimento da ausência injustificada da servidora ao serviço público após o encerramento das licenças regularmente concedidas;

II – fica mantida a determinação de restituição ao erário dos valores percebidos indevidamente, no montante apurado no Relatório Final, atualizado na forma da Lei Complementar Municipal nº 492/2019;

III – fica mantida a recomendação de adoção das providências administrativas constantes do Relatório Final, inclusive aquelas destinadas ao ressarcimento dos valores devidos e às medidas administrativas pertinentes à regularização da situação funcional da servidora;

IV – rejeitam-se integralmente as preliminares e os pedidos subsidiários formulados pela recorrente, inclusive o pedido de complementação da instrução processual.

Intime-se a recorrente.

Após o decurso do prazo legal, não havendo outras providências a serem adotadas na esfera administrativa, encaminhem-se os autos aos setores competentes para o cumprimento integral desta decisão, promovendo-se as medidas administrativas cabíveis ao ressarcimento do erário e às demais determinações constantes do Relatório Final.

Tupaciguara-MG, em 14 de agosto de 2026.

FRANCISCO LOURENÇO BORGES NETO
Prefeito Municipal de Tupaciguara

Publicado por:
Gustavo Cardoso Fernandes
Código Identificador:E081A935

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE UNIÃO DE MINAS

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – PROCESSO LICITATÓRIO 067/2026 REGISTRO DE PREÇO DE Nº 030/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO – **Processo Licitatório 067/2026 REGISTRO DE PREÇO de nº 030/2026**. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS/MG. CONTRATADA: empresa **MINI MERCADO FAVORITO LTDA 08.319.764/0001-56,** DOS ITENS 1 AO 10, O VALOR TOTAL R$ 16.784,50 (dezesseis mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos). **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARAAQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE HORTIFRUTIGRANJEIRO, PARA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.**

UNIÃO DE MINAS/MG, 24 de agosto de 2026.

REGINA MARIA SOARES FERREIRA –
Pregoeira

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:C622349F

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 067/2026 REGISTRO DE PREÇO DE Nº 030/202

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO – ADJUDICO, o julgamento da Comissão de Licitação, Processo Licitatório 067/2026 REGISTRO DE PREÇO de nº 030/2026, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, considerando que o processo transcorreu de forma regular e a contratação, nos termos das propostas vencedoras, é conveniente e oportuna ao Município, razão pela qual determino a ADJUDICAÇÃO dos objetos aos licitantes vencedores, empresa **MINI MERCADO FAVORITO LTDA 08.319.764/0001-56,** DOS ITENS 1 AO 10, O VALOR TOTAL R$ 16.784,50 (dezesseis mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), do certame licitatório, tudo conforme o critério de julgamento previsto no edital e de acordo com a ata de julgamento, constante do referido processo licitatório.

UNIÃO DE MINAS/MG, 24 DE AGOSTO DE 2026.

REGINA MARIA SOARES FERREIRA –
Pregoeira

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:41376E8A

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REALIZAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 067/2026 REGISTRO DE PREÇO DE Nº 030/2026

EXTRATO DE ATA DE REALIZAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 067/2026 REGISTRO DE PREÇO DE Nº 030/2026 - Ata de sessão de realização de licitação pública na modalidade registro de preço de nº 030/2026, sob o regime de menor preço por item, para abertura, análise e julgamento de habilitação das empresas participantes. Às 08:01 min do dia 24/08/2026, reuniram-se no sistema pertencente ao site www.licitanet.com.br. **OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARAAQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE HORTIFRUTIGRANJEIRO, PARA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.** Das empresas participantes: MINI MERCADO FAVORITO LTDA -08.319.764/0001-56. Representada pelos seus representantes legais. Os representantes legais das empresas foram devidamente credenciados. Os itens 01 ao 10, foram ordenados e classificados, e aberto para lances às 10:56 min e encerrou-se a disputa às 11:31 operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previstos no instrumento editalício, tendo a empresa: **MINI MERCADO FAVORITO LTDA 08.319.764/0001-56,** DOS ITENS 1 AO 10, O VALOR TOTAL R$ 16.784,50 (dezesseis mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)**,** sido declaradas como a vencedoras. Portanto, em virtude da ausência de manifestação de intenção de recurso, ocorreu a decadência do direito de recorrer administrativamente conforme estipulado no edital. O resultado das diligências realizadas pela comissão de contratação está anexado a esta ata.

UNIÃO DE MINAS-MG, 24 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:8FACBC49

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 070/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 021/2026- CONTRATO Nº 043/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS- EXTRATO DE CONTRATO – Processo Licitatório 070/2026 Dispensa De Licitação de nº 021/2026- Contrato Nº 043/2026. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal De União De Minas/MG. CONTRATADOS: ASSOCIACAO JALESENSE DE ARBITROS, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 02.916.394/0001-58, item 01 – R$ 11.355,00 (onze mil trezentos e cinquenta e cinco reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM ESPORTIVA DESTINADOS À REALIZAÇÃO DOS JOGOS DO XXV TORNEIO 7 DE SETEMBRO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS/MG.

União De Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

REGINA MARIA SOARES FERREIRA –
Agente De Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:002C7801

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO 067/2026 REGISTRO DE PREÇO DE Nº 030/20266

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO – HOMOLOGO, o julgamento da Comissão de Licitação, Processo Licitatório 067/2026 REGISTRO DE PREÇO de nº 030/2026, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, considerando que o processo transcorreu de forma regular e a contratação, nos termos da propostas vencedoras, é conveniente e oportuna ao Município, razão pela qual determino a HOMOLOGAÇÃO dos objetos aos licitantes vencedores, empresa **MINI MERCADO FAVORITO LTDA 08.319.764/0001-56,** DOS ITENS 1 AO 10, O VALOR TOTAL R$ 16.784,50 (dezesseis mil setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos). do certame licitatório, tudo conforme o critério de julgamento previsto no edital e de acordo com a ata de julgamento, constante do referido processo licitatório.

UNIÃO DE MINAS/MG, 24 DE AGOSTO DE 2026.

GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Dinovan Queiroz de Almeida
Código Identificador:02D09AA9

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE URUCUIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2026

O MUNICÍPIO DE URUCUIA/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80, torna público o **TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2026**, decorrente do **Procedimento Administrativo nº 036/2026, Inexigibilidade nº 013/2026, Edital de Credenciamento nº 006/2026**, celebrado com a empresa **SOLARIS ECOTECH LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 54.285.505/0001-79, cujo objeto é o **credenciamento de pessoas jurídicas para locação de máquinas pesadas, caminhões e veículo utilitário para transporte de passageiros e cargas, com disponibilização de operador ou motorista habilitado, conforme o caso, para atendimento das demandas operacionais, de infraestrutura, manutenção urbana e rural, apoio logístico e ações do Município de Urucuia/MG**. A CREDENCIADA encontra-se habilitada para os itens 05 – Locação de pá carregadeira sobre pneus, no valor unitário de **R$ 340,00 (trezentos e quarenta reais) por hora**, estimando-se o valor total de **R$ 489.600,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil e seiscentos reais)**, e 06 – Locação de escavadeira de 20 toneladas, no valor unitário de **R$ 412,00 (quatrocentos e doze reais) por hora**, estimando-se o valor total de **R$ 593.280,00 (quinhentos e noventa e três mil e duzentos e oitenta reais)**. A vigência do Termo será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, não implicando garantia de contratação mínima, exclusividade ou obrigação de execução integral dos quantitativos estimados, ficando as contratações condicionadas à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e financeira e à emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente. **Fundamento legal:** arts. 74, inciso IV, 78, inciso I, e 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. **Data da assinatura: 21 de agosto de 2026.**

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:D79C1D09

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 032/2026

O Município de Urucuia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80, torna público o **Termo de Credenciamento nº 032/2026**, celebrado com a empresa **RAYRA GABRIELLY DE OLIVEIRA**, inscrita no CNPJ sob o nº 60.099.614/0001-02, cujo objeto é o **credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na área de saúde, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de**

Urucuia/MG, em regime de contratações paralelas e não excludentes, sem garantia de demanda mínima, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência. A CREDENCIADA fica habilitada para a execução dos seguintes itens: **Item 22 – Médicos(as) para Plantões de Sábado e Domingo (Plantão de 12 horas) – R$ 112,11 por hora; Item 23 – Médicos(as) para Plantões de Segunda a Sexta e Feriados comuns, de 19 horas às 7 horas (Plantão de 12 horas) – R$ 101,22 por hora; Item 24 – Médicos(as) para Plantões de Segunda a Sexta e Feriados comuns, de 7 horas às 19 horas (Plantão de 12 horas) – R$ 101,22 por hora**, conforme quantitativos, condições e valores unitários estabelecidos no Termo de Credenciamento. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados de 21 de agosto de 2026. **Dotação Orçamentária:** 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1064 – Fonte 15000002; 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1065 – Fonte 16000000; 080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1066 – Fonte 16210000; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0260 – Fonte 15000002; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0261 – Fonte 16000000; 080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0263 – Fonte 16210000; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1072 – Fonte 15000002; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1073 – Fonte 16000000; 080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1074 – Fonte 16210000; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0300 – Fonte 15000002; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0301 – Fonte 16000000; 080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0302 – Fonte 16210000. **Data da assinatura: 21 de agosto de 2026.**

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ
Prefeito Municipal de Urucuia/MG

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:AE2929F1

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 034/2026

O Município de Urucuia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80, torna público o **Termo de Credenciamento nº 034/2026**, celebrado com a empresa **GABRIELLA SOUZA FRANCO**, inscrita no CNPJ sob o nº 64.868.288/0001-01, cujo objeto é o **credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados na área de saúde, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Urucuia/MG**, em regime de contratações paralelas e não excludentes, sem garantia de demanda mínima, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência. A CREDENCIADA fica habilitada para a execução dos seguintes itens: **Item 22 – Médicos(as) para Plantões de Sábado e Domingo (Plantão de 12 horas) – R$ 112,11 por hora; Item 23 – Médicos(as) para Plantões de Segunda a Sexta e Feriados comuns, de 19 horas às 7 horas (Plantão de 12 horas) – R$ 101,22 por hora; Item 24 – Médicos(as) para Plantões de Segunda a Sexta e Feriados comuns, de 7 horas às 19 horas (Plantão de 12 horas) – R$ 101,22 por hora**, conforme quantitativos, condições e valores unitários estabelecidos no Termo de Credenciamento. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados de 21 de agosto de 2026. **Dotação Orçamentária:**
080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1064 – Fonte 15000002;
080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1065 – Fonte 16000000;
080210.301.0046.2034 – 339034000000 – Ficha 1066 – Fonte 16210000;
080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0260 – Fonte 15000002;
080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0261 – Fonte 16000000;
080210.301.0046.2034 – 339039000000 – Ficha 0263 – Fonte 16210000;
080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1072 – Fonte 15000002;
080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1073 – Fonte 16000000;
080210.302.0043.2037 – 339034000000 – Ficha 1074 – Fonte 16210000;
080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0300 – Fonte 15000002;
080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0301 – Fonte 16000000;
080210.302.0043.2037 – 339039000000 – Ficha 0302 – Fonte 16210000. **Data da assinatura: 21 de agosto de 2026.**

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ
Prefeito Municipal de Urucuia/MG

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:EA1839DF

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 035/2026

O Município de Urucuia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 25.223.850/0001-80, torna público o **Termo de Credenciamento nº 035/2026**, celebrado com a empresa **M&J COMERCIO E SERVIÇOS ELETRICOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 66.241.930/0001-45, cujo objeto é o **credenciamento de pessoas jurídicas especializadas, visando à prestação de serviços relacionados à implantação, adequação e manutenção de sistemas de captação e bombeamento de água, destinados ao atendimento das demandas de abastecimento hídrico no Município de Urucuia/MG**, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência. A CREDENCIADA fica habilitada para a execução do seguinte serviço: **Lote 02 – Item 03 – Serviço de recuperação, manutenção e instalação de bombas d'água em geral – 3.000 horas – R$ 186,67 por hora**, totalizando o valor estimado de **R$ 560.010,00**, conforme quantitativos, condições e valores unitários estabelecidos no Termo de Credenciamento. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados de 21 de agosto de 2026. **Dotação Orçamentária:** não consta especificada no Termo de Credenciamento apresentado, devendo ser indicada conforme a dotação orçamentária correspondente à contratação específica, quando da emissão da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente. **Data da assinatura: 21 de agosto de 2026.**

JOSÉ AILSON DANTAS QUEIROZ -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maysa Alves de Souza
Código Identificador:9D623354

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VERÍSSIMO

DEPARTAMENTO CONTABIL E FINANCEIRO
CONTRATO 140/2026

EXTRATO CONTRATO 140/2026 – ADESÃO REGISTRO DE PREÇO EXTERNA 02/2026 — OBJETO: Aquisição de 01 (um) Veículo de passeio tipo "HATCH", 0KM, motor 1.0, 4 portas, motorização 1.0 Flex (gasolina/etanol) com no mínimo 84 cv, transmissão manual de 5 marchas, tração dianteira, direção elétrica, entre eixos de no mínimo 2.500 mm, ar-condicionado, vidros e travas elétricas dianteiros, airbags frontais, freios ABS, controle de estabilidade, tanque de no mínimo 49L, capacidade para 5 passageiros. - CONTRATADO – GIVEL – GIVALDO VEÍCULOS LTDA. Valor do contrato: R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais). VIGÊNCIA DO CONTRATO: data de assinatura até 19 de agosto de 2027.

Veríssimo/MG, 19 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS HORTÊNCIO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Carla Betânia Fernandes Silva
Código Identificador:46DE1A0B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VESPASIANO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO N° 248/2021 - INEXIGIBILIDADE N° 020/2021
CREDENCIMENTO

O Agente de Contratação, julga habilitada e credenciada a empresa **SAÚDE VR CONSULTORIOS MÉDICOS LTDA**. Vanderson Martins Gomes.

Publicado por:
Carolina Charine Valadares
Código Identificador:CD4E8DD3

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DO PROCESSO N° 248/2021 - INEXIGIBILIDADE N° 020/2021

Ratifico à empresa **SAÚDE VR CONSULTORIOS MÉDICOS LTDA**, no item 1 (CARDIOLOGIA), consultas médicas especializadas, compartilhado entre os credenciados.

MARCOS VINÍCIUS DE SOUZA LIMA,
Secretário Municipal de Administração.

Publicado por:
Carolina Charine Valadares
Código Identificador:70027830

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 02 – CONTRATO Nº 049/2025 – PROC. 033/2025 – DISP. 007/2025

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa DISTRIBUIDORA IRMÃOS SANTANA LTDA. **OBJETO:** Prorrogação de vigência do contrato de aquisição de papel higiênico, visando a finalização dos fornecimentos, em atendimento Secretaria Municipal de Administração. **SALDO:** 267 rolos de 300mtrs. **VALOR:** R$ 2.261,49. **VIG:** 06 meses. **FDO:** 117.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:6F1F06EB

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO 07 – CONTRATO Nº 127/2022 – P.L. 179/2022 – ADES. 021/2022

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE VESPASIANO e a empresa SERMEP SERVIÇOS MÉDICOS S.A. **OBJETO:** Prorrogação do Contrato de prestação de serviços médicos de Ortopedia e Traumatologia, atendendo a Comunicação Interna (SMS) nº 69/2026 da Secretaria Municipal de Saúde, com aplicação de reajuste com base no percentual de 4,443020% (índice IPCA-IBGE de 07/2026 - Cláusula 7ª do Contrato). **REAJ.:** R$ 801.047,88. **VLR DO CONTR. (REAJ.):** R$ 18.835.929,78. **VIG:** 12 meses. **FDO:** 292 e 305.

Publicado por:
Tharyk Victor Fagundes
Código Identificador:39E51D82

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
QSE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VESPASIANO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
AV. PREFEITO SEBASTIÃO FERNANDES, 479 – CENTRO – 33.200-000

NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Vespasiano, em cumprimento ao disposto na Legislação Vigente, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no Município de Vespasiano, da liberação do seguinte recurso do Governo Federal:

DATA	ORIGEM/RECURSO	VALOR
20/08/2026	QSE - Quota salário Educação	855.369,68

Prefeitura Municipal de Vespasiano 20 de Agosto 2026

HENRIQUE GERALDO DE AGUIAR
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado por:
Josilaine Cristina Afonso Silva
Código Identificador:9B5E0EE0

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
RECAPEAMENTO;DRENAGEM;SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNC. VESPASIANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VESPASIANO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
AV. PREFEITO SEBASTIÃO FERNANDES, 479 – CENTRO – 33.200-000

NOTIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Vespasiano, em cumprimento ao disposto na Legislação Vigente, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no Município de Vespasiano, da liberação do seguinte recurso do Governo Federal:

DATA	ORIGEM/RECURSO	VALOR
17/08/2026	RECAPEAMENTO;DRENAGEM;SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSOS LOGRADOUROS DO MUNC. VESPASIANO	481.104,00

Prefeitura Municipal de Vespasiano 17 de Agosto 2026

HENRIQUE GERALDO DE AGUIAR
Secretário Municipal da Fazenda

Publicado por:
Josilaine Cristina Afonso Silva
Código Identificador:61B20D07

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PSS 007/2024 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - 20ª CHAMADA - MOTORISTA VEÍCULOS LEVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL 007/2024

LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS CONVOCADOS PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS NO DIA 26/08/2026, CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL 007/2024.

20ª CHAMADA - COMPARECER NO DIA 26/08/2026 HORÁRIO DE 12H ÀS 17H		
ENDEREÇO P/ ENTREGA DE DOCUMENTOS - SECRETARIA M. ADMINISTRAÇÃO: AV. PREFEITO SEBASTIÃO FERNANDES, Nº 479, CENTRO, VESPASIANO - MG		
CLASSIFICAÇÃO	**DEFICIENTE**	**NOME COMPLETO**
79	**NÃO**	**LUAN GUSTAVO DA SILVA SANTOS**
80	**NÃO**	**MARCOS ANTONIO GONÇALVES**
81	**NÃO**	**NAIARA AGUILAR CALDEIRA**
82	**NÃO**	**DIEGO VALADARES BARBOSA**
83	**NÃO**	**STANLEY VINICIUS DA SILVA**
84	**NÃO**	**ALEX DA PAIXÃO REIS FEITOSA**

Publicado por:
Deusmara Costa Andrade
Código Identificador:11E166DD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE VOLTA GRANDE

LICITAÇÕES E EXTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 106/2026

PREFEITURA MUNICIPAL VOLTA GRANDE/MG - EXTRATO DE CONTRATO - Processo de Licitação nº 084/2026. Dispensa de Licitação nº 041/2026. Contrato Administrativo nº 106/2026 Justificativa: Art. 75, II, da Lei Federal 14.133/2021. **DISTRIBUIDORA SÃO BENTO EM VOLTA GRANDE LTDA**. Objeto: **Aquisição de luminárias para iluminação pública com tecnologia LED.** Valor Total: R$ 38.450,00. Pagamento: Em até 10 dias úteis após a emissão da nota fiscal. Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.00.2.12.01.15.452.0004.2.0075- (1500). 19/08/2026.

ALESSANDRA RIBEIRO DA SILVA **–**
Agente de Contratação.

IVAN SOARES PULLIG **–**
Prefeito.

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva
Código Identificador:9BD83882

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
AUTORIZA UNIFICAÇÃO DE LOTES URBANOS

O Prefeito Municipal de Abaeté, Ivanir Deladier da Costa, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 72 inciso VI da Lei Orgânica do Município de Abaeté/MG de 18/03/1990 c/c artigo 1º da Lei Complementar n.º 026 de 12/03/2.007,
DECRETA:
Art. 1º - Fica autorizada a **unificação** das áreas dos lotes urbanos matriculados no Cartório de Registo de Imóveis da Comarca de Abaeté-MG **sob o N.º 27517, 27518, 27519 e 27520** ambas do livro 2-RG, sendo eles **lotes 07, 08, 09 e 10 da quadra 05**, respectivamente, localizados na Rua Amâncio Romeiro de Menezes, bairro Amazonas, Loteamento Florença, **resultando em área de 958,12m²**(novecentos e cinquenta e oito metros quadrados e doze decímetros quadrados), de propriedade de **LUCIANO FERREIRA DA SILVA,** brasileiro, médico, inscrito no CPF sob o n° 036.138.026-78, portador da CI MG-10.316.314 SSP/MG, casado pelo regime da comunhão parcial de bens em 07/11/2019, com LÍVIA NORONHA DE ARAÚJO, brasileira, médica, inscrita no CPF sob o nº 079.640.686-36, portadora da CI MG-13.264.105 SSP/MG, residentes na Rua Juca da Cunha, nº 417, apto. 602, bairro Amazonas, Abaeté/MG, adiante pormenorizado:

Descrição dos imóveis antes da unificação:
LOTE 07 DA QUADRA 05 (matrícula 27.517 do Livro 2-RG): A descrição do perímetro da propriedade em questão inicia-se pela frente, com 8,00 metros, confrontando com a Rua Amâncio Romeiro de Menezes; segue pelos fundos, com 8,00 metros, confrontando com o Lote 28 da Quadra 05; pelo lado esquerdo, com 29,97 metros, confrontando com os Lotes 01, 02 e 03 da Quadra 05; e pelo lado direito, com 29,95 metros, confrontando com o Lote 08 da Quadra 05; fechando assim o perímetro e perfazendo uma **área total de 239,68 m².**

LOTE 08 DA QUADRA 05 (matrícula 27.518 do Livro 2-RG): A descrição do perímetro da propriedade em questão inicia-se pela frente, com 8,00 metros, confrontando com a Rua Amâncio Romeiro de Menezes, segue pelos fundos, com 8,00 metros, confrontando com o Lote 29 da Quadra 05, pelo lado esquerdo, com 29,95 metros, confrontando com o Lote 07 da Quadra 05, e pelo lado direito, com 29,94 metros, confrontando com o Lote 09 da Quadra 05, fechando assim o perímetro e perfazendo uma **área total de 239,68 m².**

LOTE 09 DA QUADRA 05 (matrícula 27.519 do Livro 2-RG): A descrição do perímetro da propriedade em questão inicia-se pela frente, com 8,00 metros, confrontando com a Rua Amancio Romeiro de Menezes; segue pelos fundos, com 8,00 metros, confrontando com o Lote 30 da Quadra 05; pelo lado esquerdo, com 29,94 metros, confrontando com o Lote 08 da Quadra 05; e pelo lado direito, com 29,92 metros, confrontando com o Lote 10 da Quadra 05; fechando assim o perímetro e perfazendo uma **área total de 239,44 m².**

LOTE 10 DA QUADRA 05 (matrícula 27.520 do Livro 2-RG): A descrição do perímetro da propriedade em questão inicia-se pela frente, com 8,00 metros, confrontando com a Rua Amâncio Romeiro de Menezes, segue pelos fundos, com 8,00 metros, confrontando com o Lote 31 da Quadra 05; pelo lado esquerdo, com 29,92 metros, confrontando com o Lote 09 da Quadra 05; e pelo lado direito, com 29,91 metros, confrontando com o Lote 11 da Quadra 05, fechando assim o perímetro e perfazendo uma **área total de 239,32 m².**

Descrição do imóvel após a unificação dos lotes:
Lote 07/08/09/10 da Quadra 05: localizado na Rua Amâncio Romeiro de Menezes, bairro Amazonas, Loteamento Florença. A descrição do perímetro da propriedade em questão inicia-se pela frente, com 32,00 metros, confrontando com a Rua Amâncio Romeiro de Menezes; segue pelos fundos, confrontando sucessivamente com os Lotes 28, 29, 30 e 31 da mesma quadra, em uma extensão total de 32,00 metros, pelo lado esquerdo, com 29,97 metros, confrontando com os Lotes 01, 02 e 03 da Quadra 05; e pelo lado direito, com 29,91 metros, confrontando com o Lote 11 da Quadra 05; fechando assim o perímetro com 123,88m totais e perfazendo uma **área total de 958,12 m².**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Abaeté, 24 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

IVANIR DELADIER DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Pereira de Andrade
Código Identificador:8489FE94

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
PREGÃO ELETRONICO 010 2026

O Município de Abaeté torna público republicação de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 010/2026, Processo Licitatório 150/2026. Tipo: Menor preço global. Objeto: Contratação de empresa especializada visando prestação de serviços de disponibilização de créditos de energia elétrica provenientes de usinas de microgeração e/ou minigeração distribuída, na modalidade de geração compartilhada, destinados à compensação do consumo de energia elétrica (SCEE) das unidades consumidoras pertencentes ao município de abaeté/mg, observadas as disposições da Lei Federal 14.300/2022, da Lei Federal 14.133/2021 das resoluções da Agencia Nacional de Energia Eletrica – ANEEL e demais normas aplicáveis, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Termo de Referência. O certame se dará no dia 10 de Setembro de 2026, às 09h00. A íntegra do Edital estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos **www.portaldecompraspublicas.com.br** e **www.abaete.mg.gov.br/licitacoes.** Mais informações pelo endereço eletrônico: **licita.apoio@abaete.mg.gov.br** ou pelo telefone (37) 3514-0323.

Publicado por:
David Cunha
Código Identificador:D2AC0A8D

MUNICÍPIO DE ABAETÉ
PREGÃO ELETRONICO 011 2026

O Município de Abaeté torna público republicação de licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2026, Processo Licitatório 159/2026. Tipo: Menor preço global. Objeto: **Contratação de**

empresa especializada para prestação de serviços de acesso à Internet Banda Larga via fibra óptica, com fornecimento de roteador em regime de comodato, incluindo instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, atualizações e gerenciamento do serviço, para atendimento das demandas das Secretarias da Prefeitura Municipal de Abaeté/MG, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.O certame se dará no dia 14 de Setembro de 2026, às 09h00. A íntegra do Edital estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos **www.portaldecompraspublicas.com.br** e **www.abaete.mg.gov.br/licitacoes.** Mais informações pelo endereço eletrônico: **licita.apoio@abaete.mg.gov.br** ou pelo telefone (37) 3514-0323.

Publicado por:
David Cunha
Código Identificador:F64BD6F1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE AIURUOCA

PREFEITURA MUNICIPAL DE AIURUOCA
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo n° 080/2026, Pregão Eletrônico n° 046/2026. Objeto: Registro de Preços visando futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte das equipes, funcionários e pacientes, para o programa PSF, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 11/09/2026 às 13:01 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitar Digital no endereço eletrônico https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.aiuruoca.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3344-1248 ou Email: licitacao@aiuruoca.mg.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo n° 81/2026, Pregão Eletrônico n° 047/2026. Objeto: Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e materiais hospitalares, destinados ao atendimento das necessidades das Unidades de Saúde do Município de Aiuruoca/MG, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 09/09/2026 às 13:01 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitar Digital no endereço eletrônico https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.aiuruoca.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3344-1248 ou Email: licitacao@aiuruoca.mg.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo n° 082/2026, Pregão Eletrônico n° 048/2026. Objeto: Aquisição de 02 (dois) consultórios odontológicos completos, compostos por cadeira odontológica, equipo odontológico, unidade auxiliar, refletor de LED e mocho, destinados ao atendimento das necessidades dos serviços odontológicos da Prefeitura Municipal de Aiuruoca, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 14/09/2026 às 13:01 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitar Digital no endereço eletrônico https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.aiuruoca.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3344-1248 ou Email: licitacao@aiuruoca.mg.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo n° 083/2026, Pregão Eletrônico n° 049/2026. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar nas escolas e creche da rede municipal de ensino, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 16/09/2026 às 13:01 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitar Digital no endereço eletrônico https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.aiuruoca.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3344-1248 ou Email: licitacao@aiuruoca.mg.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo n° 084/2026, Pregão Eletrônico n° 050/2026. Objeto: Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de madeiras e materiais derivados, tais como caibros, ripas, mourões, vigas e demais itens correlatos, destinados à manutenção e ao desenvolvimento das atividades de competência da Secretaria Municipal de Obras, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 08/09/2026 às 13:01 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitar Digital no endereço eletrônico https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.aiuruoca.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3344-1248 ou Email: licitacao@aiuruoca.mg.gov.br.

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo n° 085/2026, Pregão Eletrônico n° 051/2026. Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais prestação de serviços de ressolagem de pneus, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Aiuruoca - MG, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 18/09/2026 às 13:01 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo(a) Licitar Digital no endereço eletrônico https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa. O Edital estará disponível através dos Sites: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa, https://www.aiuruoca.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3344-1248 ou Email: licitacao@aiuruoca.mg.gov.br.

Publicado por:
Lucas Lima Pereira
Código Identificador:5CC84F87

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE ALTEROSA-MG

Processo Licitatório 204/2026, Pregão 42/2026.
Objeto: SRP - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DIVERSOS A SEREM DESTINADOS À MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA UTILIZADA NAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE.

A SESÃO SERÁ REALIZADA NO DIA 09 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN (OITO HORAS).

Informações e obtenção do edital na sede do setor de Compras e Licitações, situado à Rua Dom Pedro II nº 54, centro, telefone (35) 92002-1895, de segunda a sexta-feira das 08hs às 16hs, pelo site: https://www.alterosa.mg.gov.br/licitacao ou pelo Email: compras@alterosa.mg.gov.br ou licitacaoalterosa@hotmail.com.

Alterosa, 24 de Agosto de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA,
Pregoeira.

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:A37F9D72

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
CANCELAMENTO DE PROCESSO 193/2026

CANCELAMENTO DE PROCESSO DE COMPRAS

A Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 27/2026, de 07 de janeiro de 2026, no uso de suas atribuições legais e em observância aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, publicidade, transparência e interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, torna público o CANCELAMENTO referente ao Processo de Compras nº 193/2026 – Inexigibilidade nº 82/2026, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA QUE IRÁ EXECUTAR SERVIÇOS PARA INSTRUÇÃO RÍTMICA E ORDEM UNIDA (FANFARRA), VISANDO ÀS COMEMORAÇÕES CÍVICAS REFERENTES À DATA DE 07 DE SETEMBRO (DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL).
O cancelamento do referido processo decorre de fato superveniente, conforme Memorando encaminhado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, informando que o Desfile Cívico em comemoração ao Dia da Independência do Brasil, previsto para o dia 07 de setembro de 2026, não será realizado.
Dessa forma, considerando que a realização do referido evento constituía a finalidade e a necessidade que motivaram a presente contratação, restou prejudicado o interesse na continuidade do procedimento, não havendo mais necessidade da contratação dos serviços objeto da Inexigibilidade nº 82/2026.

Alterosa/MG, 24 de Agosto de 2026.

SIMONE APARECIDA NOGUEIRA
Agente de Contratação

FRANCIELE APARECIDA DE ÁVILA
Secretaria

JOÃO LUIZ TERRA
Membro

ARLENE APARECIDA TERRA PACINI
Suplente

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:4DB567EF

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS

INEXIGIBILIDADE Nº 61/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N°: 147/2026
HOMOLOGAÇÃO: 08/07/2026 10:27
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS DE
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS, IMPOSTOS, TAXAS, DÍVIDA ATIVA E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DEVIDAS À MUNICIPALIDADE, ATRAVÉS DE DAM (DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL), EM PADRÃO FEBRABAN, POR
INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS.

CONTRATADO: BANCO ITAÚ S/A
VALOR DA DESPESA: R$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais)

24/08/2026

MARCELO NUNES DE SOUZA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Simone Aparecida Nogueira
Código Identificador:578AD418

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alvarenga torna público o Edital do **PROCESSO nº 061/2026 – PREGÃO ELETRONICO nº 032/2026,** sendo o objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE COM RECURSOS TRANSFERIDOS DO ESTADO DE MNAS GERAIS VIA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E RECURSOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO, de conformidade com as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório e seus anexos. A data da realização do certame será no dia 08/09/2026 às 09h00 hs. A íntegra do Edital estará disponível aos interessados nos endereços eletrônicos https://licitar.digital/ e www.alvarenga.mg.gov.br. Mais informações pelo telefone (33) 4042-9880 – Setor de Licitações.

Alvarenga/MG, 24 de agosto de 2026.

CRISTIANE VIEIRA DE SOUZA –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Cristiane Vieira de Souza
Código Identificador:070572D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Servidor Notificado: Genevaldo Fernandes de Souza

O MUNICÍPIO DE ALVARENGA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 19.770.288/0001-01, sede e endereço à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30 - Centro, em Alvarenga/MG, CEP 35.249-000; **representado** por **Comissão**, **nomeada** por seu Prefeito **Sr. GERALDO FELÍCIO JÚNIOR**, através da Portaria **105/2026** de **07** de **Agosto** de 2026, para **instaurar** dar o andamento legal, ao Processo Administrativo Disciplinar 011/2026, face ao servidor em epígrafe;
Notifica o servidor **Genevaldo Fernandes de Souza**, titular do cargo público de Ajudante de Serviços desta Administração de que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar 011/2026, pela Portaria Municipal **105/2026** datada de **07** de **Agosto** de 2026, com fundamento nos arts. 187 e seguintes da Lei Complementar Municipal 738 de 24 de fevereiro de 2012, por abandono de cargo ausências de comparecimento ao serviço desde 09 de Novembro de 2025, para que compareça ao expediente serviço ou apresente **defesa** em **10** (dez) **dias**, tendo em vista a penalidade de demissão por abandono de cargo, sanção prevista para a conduta, art. 177, II da LCM 738/12.

Prefeitura Municipal de Alvarenga (MG), 24 de Agosto de 2026.

LAUANDA ROBERTA MARTINS SOUZA-
- Presidente

GISLAINE MARIANA DE SOUZA
- Secretária

ALCÍDES CARREIRO NETO
- Membro

Publicado por:
Anaidison Regis da Silva
Código Identificador:21F020CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Servidora Notificada: Cíntia Cristina da Silva

O MUNICÍPIO DE ALVARENGA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 19.770.288/0001-01, sede e endereço à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30 - Centro, em Alvarenga/MG, CEP 35.249-000; **representado** por **Comissão**, **nomeada** por seu Prefeito **Sr. GERALDO FELÍCIO JÚNIOR**, através da Portaria **098/2026** de **05** de **Agosto** de 2026, para **instaurar** dar o andamento legal, ao Processo Administrativo Disciplinar 004/2026, face à servidora em epígrafe;
Notifica a servidora **Cíntia Cristina da Silva**, titular do cargo público Técnica em Enfermagem desta Administração de que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar 004/2026, pela Portaria Municipal **098/2026** datada de **05** de **Agosto** de 2026, com fundamento nos arts. 187 e seguintes da Lei Complementar Municipal 738 de 24 de fevereiro de 2012, por abandono de cargo ausências de comparecimento ao serviço desde 01 de Setembro de 2025, para que compareça ao expediente serviço ou apresente **defesa** em **10** (dez) **dias**, tendo em vista a penalidade de demissão por abandono de cargo, sanção prevista para a conduta, art. 177, II da LCM 738/12.

Prefeitura Municipal de Alvarenga (MG), 21 de Agosto de 2026.

LAUANDA ROBERTA MARTINS SOUZA
- Presidente

GISLAINE MARIANA DE SOUZA
- Secretária

ALCÍDES CARREIRO NETO
- Membro

Publicado por:
Anaidison Regis da Silva
Código Identificador:E3D5BB4F

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Servidor Notificado: Marcelo Cimini

O MUNICÍPIO DE ALVARENGA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 19.770.288/0001-01, sede e endereço à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30 - Centro, em Alvarenga/MG, CEP 35.249-000; **representado** por **Comissão**, **nomeada** por seu Prefeito **Sr. GERALDO FELÍCIO JÚNIOR**, através da Portaria **099/2026** de **05** de **Agosto** de 2026, para **instaurar** dar o andamento legal, ao Processo Administrativo Disciplinar 005/2026, face ao servidor em epígrafe;
Notifica o servidor **Marcelo Cimini**, titular do cargo público de Médico Especialista (Clínico Geral) desta Administração de que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar 005/2026, pela Portaria Municipal **099/2026** datada de **05** de **Agosto** de 2026, com fundamento nos arts. 187 e seguintes da Lei Complementar Municipal 738 de 24 de fevereiro de 2012, por abandono de cargo ausências de comparecimento ao serviço desde 01 de Agosto de 2025, para que compareça ao expediente serviço ou apresente **defesa** em **10** (dez) **dias**, tendo em vista a penalidade de demissão por abandono de cargo, sanção prevista para a conduta, art. 177, II da LCM 738/12.

Prefeitura Municipal de Alvarenga (MG), 21 de Agosto de 2026.

LAUANDA ROBERTA MARTINS SOUZA
- Presidente

GISLAINE MARIANA DE SOUZA
- Secretária

ALCÍDES CARREIRO NETO
- Membro

Publicado por:
Anaidison Regis da Silva
Código Identificador:EF0E758D

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Servidor Notificado: Josué Dutra Batista

O MUNICÍPIO DE ALVARENGA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 19.770.288/0001-01, sede e endereço à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30 - Centro, em Alvarenga/MG, CEP 35.249-000; **representado** por **Comissão**, **nomeada** por seu Prefeito **Sr. GERALDO FELÍCIO JÚNIOR**, através da Portaria **100/2026** de **05** de **Agosto** de 2026, para **instaurar** dar o andamento legal, ao Processo Administrativo Disciplinar 006/2026, face ao servidor em epígrafe;
Notifica o servidor **Josué Dutra Batista**, titular do cargo público de Motorista desta Administração de que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar 006/2026, pela Portaria Municipal **100/2026** datada de **05** de **Agosto** de 2026, com fundamento nos arts. 187 e seguintes da Lei Complementar Municipal 738 de 24 de fevereiro de 2012, por abandono de cargo ausências de comparecimento ao serviço desde 19 de Julho de 2025, para que compareça ao expediente serviço ou apresente **defesa** em **10** (dez) **dias**, tendo em vista a penalidade de demissão por abandono de cargo, sanção prevista para a conduta, art. 177, II da LCM 738/12.

Prefeitura Municipal de Alvarenga (MG), 21de Agosto de 2026.

LAUANDA ROBERTA MARTINS SOUZA
- Presidente

GISLAINE MARIANA DE SOUZA
- Secretária

ALCÍDES CARREIRO NETO
- Membro

Publicado por:
Anaidison Regis da Silva
Código Identificador:3C80999E

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Servidor Notificado: Valdeci Coelho Cecílio

O MUNICÍPIO DE ALVARENGA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 19.770.288/0001-01, sede e endereço à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30 - Centro, em Alvarenga/MG, CEP 35.249-000; **representado** por **Comissão**, **nomeada** por seu Prefeito **Sr. GERALDO FELÍCIO JÚNIOR**, através da Portaria **101/2026** de **05** de **Agosto** de 2026, para **instaurar** dar o andamento legal, ao Processo Administrativo Disciplinar 007/2026, face ao servidor em epígrafe;
Notifica o servidor **Valdeci Coelho Cecílio**, titular do cargo público de Motorista desta Administração de que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar 007/2026, pela Portaria Municipal **101/2026** datada de **05** de **Agosto** de 2026, com fundamento nos arts. 187 e seguintes da Lei Complementar Municipal 738 de 24 de fevereiro de 2012, por abandono de cargo ausências de comparecimento ao serviço desde 02 de Setembro de 2025, para que compareça ao expediente serviço ou apresente **defesa** em **10** (dez) **dias**, tendo em vista a penalidade de demissão por abandono de cargo, sanção prevista para a conduta, art. 177, II da LCM 738/12.

Prefeitura Municipal de Alvarenga (MG), 21 de Agosto de 2026.

LAUANDA ROBERTA MARTINS SOUZA
- Presidente

GISLAINE MARIANA DE SOUZA
- Secretária

ALCÍDES CARREIRO NETO
- Membro

Publicado por:
Anaidison Regis da Silva
Código Identificador:AEE1BA16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Servidor Notificado: Henrique Sandro Ribeiro

O MUNICÍPIO DE ALVARENGA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 19.770.288/0001-01, sede e endereço à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30 - Centro, em Alvarenga/MG, CEP 35.249-000; **representado** por **Comissão**, **nomeada** por seu Prefeito **Sr. GERALDO FELÍCIO JÚNIOR**, através da Portaria **104/2026** de **07** de **Agosto** de 2026, para **instaurar** dar o andamento legal, ao Processo Administrativo Disciplinar 010/2026, face ao servidor em epígrafe;

Notifica o servidor **Henrique Sandro Ribeiro**, titular do cargo público de Ajudante de Serviços desta Administração de que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar 010/2026, pela Portaria Municipal **104/2026** datada de **07** de **Agosto** de 2026, com fundamento nos arts. 187 e seguintes da Lei Complementar Municipal 738 de 24 de fevereiro de 2012, por abandono de cargo ausências de comparecimento ao serviço desde 19 de Julho de 2025, para que compareça ao expediente serviço ou apresente **defesa** em **10** (dez) **dias**, tendo em vista a penalidade de demissão por abandono de cargo, sanção prevista para a conduta, art. 177, II da LCM 738/12.

Prefeitura Municipal de Alvarenga (MG), 24 de Agosto de 2026.

LAUANDA ROBERTA MARTINS SOUZA
- Presidente

GISLAINE MARIANA DE SOUZA
- Secretária

ALCÍDES CARREIRO NETO
- Membro

Publicado por:
Anaidison Regis da Silva
Código Identificador:DC5FD297

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Servidora Notificada: Judith Conceição de Faria Silva

O MUNICÍPIO DE ALVARENGA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 19.770.288/0001-01, sede e endereço à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30 - Centro, em Alvarenga/MG, CEP 35.249-000; **representado** por **Comissão**, **nomeada** por seu Prefeito **Sr. GERALDO FELÍCIO JÚNIOR**, através da Portaria **103/2026** de **07** de **Agosto** de 2026, para **instaurar** dar o andamento legal, ao Processo Administrativo Disciplinar 009/2026, face à servidora em epígrafe;
Notifica a servidora **Judith Conceição de Faria Silva**, titular do cargo público Agente de Limpeza Pública desta Administração de que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar 009/2026, pela Portaria Municipal **103/2026** datada de **07** de **Agosto** de 2026, com fundamento nos arts. 187 e seguintes da Lei Complementar Municipal 738 de 24 de fevereiro de 2012, por abandono de cargo ausências de comparecimento ao serviço desde 24 de Março de 2025, para que compareça ao expediente serviço ou apresente **defesa** em **10** (dez) **dias**, tendo em vista a penalidade de demissão por abandono de cargo, sanção prevista para a conduta, art. 177, II da LCM 738/12.

Prefeitura Municipal de Alvarenga (MG), 24 de Agosto de 2026.

LAUANDA ROBERTA MARTINS SOUZA
- Presidente

GISLAINE MARIANA DE SOUZA
- Secretária

ALCÍDES CARREIRO NETO
- Membro

Publicado por:
Anaidison Regis da Silva
Código Identificador:0A2460B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVARENGA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Servidor Notificado: João Carlos Lopes

O MUNICÍPIO DE ALVARENGA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 19.770.288/0001-01, sede e endereço à Praça Prefeito José Carlos Martins, 30 - Centro, em Alvarenga/MG, CEP 35.249-000; **representado** por **Comissão**, **nomeada** por seu Prefeito **Sr. GERALDO FELÍCIO JÚNIOR**, através da Portaria **102/2026** de **07** de **Agosto** de 2026, para **instaurar** dar o andamento legal, ao Processo Administrativo Disciplinar 008/2026, face ao servidor em epígrafe;
Notifica o servidor **João Carlos Lopes**, titular do cargo público de Agente de Vigilância desta Administração de que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar 008/2026, pela Portaria Municipal **102/2026** datada de **07** de **Agosto** de 2026, com fundamento nos arts. 187 e seguintes da Lei Complementar Municipal 738 de 24 de fevereiro de 2012, por abandono de cargo ausências de comparecimento ao serviço desde 22 de Julho de 2025, para que compareça ao expediente serviço ou apresente **defesa** em **10** (dez) **dias**, tendo em vista a penalidade de demissão por abandono de cargo, sanção prevista para a conduta, art. 177, II da LCM 738/12.

Prefeitura Municipal de Alvarenga (MG), 24 de Agosto de 2026.

LAUANDA ROBERTA MARTINS SOUZA
- Presidente

GISLAINE MARIANA DE SOUZA
- Secretária

ALCÍDES CARREIRO NETO
- Membro

Publicado por:
Anaidison Regis da Silva
Código Identificador:2B07DA77

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO PRADO DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO PRADO DE MINAS
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS PARA O QUADRO DE PESSOAL DO ANTÔNIO PRADO DE MINAS/MG - EDITAL Nº 01/2026

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS PARA O QUADRO DE PESSOAL DO ANTÔNIO PRADO DE MINAS/MG - EDITAL Nº 01/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL

O Exmo. Sr. Ferdinando Calian Pereira, DD. Prefeito do Município, torna público a realização do Concurso Público do Município de Antônio Prado de Minas/MG - Edital nº 01/2026, de Provas Objetivas de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório; de Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório; de Prova de Títulos, de caráter Classificatório; e de Prova Prática, de caráter eliminatório, destinado a selecionar candidatos para provimento de cargos públicos e cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Prefeitura, observados os termos das Leis e demais normas contidas no Edital nº 01/2026. As inscrições para o Concurso Público serão

realizadas somente pela *internet*, no endereço eletrônico do **IBGP** (**www.ibgpconcursos.com.br**), no período entre **09h do dia 03 de novembro de 2026 e às 16h do dia 02 de dezembro de 2026**, observado o horário de Brasília/DF, e critérios do Edital, que será publicado, em sua íntegra no endereço eletrônico: **www.ibgpconcursos.com.br**.

Antônio Prado de Minas, 21 de agosto de 2026.

FERDINANDO CALIAN PEREIRA
Prefeito Municipal de Antônio Prado de Minas /MG

Publicado por:
Douglas Franzini Soares
Código Identificador:C634319E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ

CONTRATOS
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº068/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO CONTRATO Nº068/2026: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do contrato Nº068/2026, originado do Processo licitatório Nº058/2026, Credenciamento Nº006/2026.
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, SOB DEMANDA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADE OPERACIONAIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE ARAPUÁ/MG.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: ANDRÉ ALLAN MAGALHÃES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.206.591/0001-13.
Representante: André Allan Magalhães
Secretaria Municipal de Governança, Planejamento e orçamento
Ficha 587, Dotação: 02.03.00 04 121.0031 2.0008 4.4.90.51 – Fonte 500
Valor do contrato: R$22.495,50(vinte e dois mil quatrocentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12(doze) meses
O contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 24 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:1B59E90E

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 017/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº017/2025: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do termo aditivo do contrato Nº017/2025, originado do Processo licitatório Nº022/2025, Pregão Eletrônico Nº04/2025, termo aditivo para a inclusão de mais três veículos no contrato de seguroNº017/2025.
ÔNIBUS, CHASSI:***2F8TU0VR010***: R$10.300,00(dez mil e trezentos reais);
· VAN, CHASSI:***907843VE281***: R$ 3.350,00(três mil, trezentos e cinquenta reais).
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº 90.180.605/0001-02.
Representante legal: Felipe Santana Cunha.
Dotação:
Secretaria municipal de administração
02.02.00 04 122. 0007 2.0007 3.3.90.39.00.00
Ficha 46 - fonte de recursos 01.0500
Secretaria municipal de educação
02.04.02 12 122. 0060 2.0060 3.3.90.39.00.00
Ficha 147 - fonte de recursos 01.0500
Vigência: De 17/08/2026 à 23/04/2027.
Valor: R$18.301,46(dezoito mil, trezentos e um reais e quarenta e seis centavos).
O termo aditivo do contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 24 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:24A2387A

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 046/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº046/2026: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do contrato de programa Nº046/2026, originado do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº087/2025, INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO Nº048/2025 DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS–CIMINAS, PROCESSO LICITATÓRIO PARA ATENDER OS ENTES CONSORCIADOS.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12(doze) meses.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ. CNPJ: 19.942.895/0001-01.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA URBANA.
Contratado: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO MINAS GERAIS–CIMINAS, inscrito no CNPJ sob o nº 19.493.732/0001-99.
Representante Legal: José Humberto Ribeiro.
Vigência: 14/08/2026 à 14/08/2027
Dotação do contrato:
02.09.00 15 452.0028 2.0089 3.3.90.39 Fonte:01.500

Arapuá/MG, 24 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:4772655B

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 050/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº050/2025: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do primeiro termo aditivo do contrato Nº050/2025, originado do Processo licitatório Nº075/2025, Inexigibilidade 034/2025.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA NA ÁREA DE REDAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA OBTENÇÃO DE ICMS CULTURAL RELATÓRIOS DE SALVAGUARDA DE BENS IMATERIAIS PROTEGIDOS, TOMBAMENTOS E DEMAIS ORIENTAÇÕES PARA CAPTAÇÃO DO ICMS TURÍSTICO, ESPORTIVO E ECOLÓGICO, conforme termo de referência retromencionado.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: HELIANE WALQUIRIA DE LIMA, CNPJ nº19.216.907/0001-10.
Representante legal: Heliane Walquiria de Lima.
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - Ficha: 229;
Dotação: 02.05.01 13 392.0027 2.0065 3.3.90.35; Fonte: 500.
Vigência: 12 (doze) meses.

Valor: R$3.416,60 (três mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta centavos) mensais.
O termo aditivo do contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 24 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:BD4E17DA

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 069/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUÁ/MG - EXTRATO DO CONTRATO Nº069/2026: A Prefeitura Municipal de Arapuá/MG torna público extrato do contrato Nº069/2026, originado do Processo licitatório Nº081/2026, Dispensa Nº017/2026, com fulcro no artigo 75 inciso XI.
Objeto: Contratação de serviços de castração por meio de unidade móvel de atendimento veterinário - Castramóvel - mediante a celebração de contrato de programa com o CISPAR, compreendendo a realização dos procedimentos de castração, avaliação clínica pré-operatória, anestesia, fornecimento de materiais, medicamentos e demais insumos necessários, bem como os cuidados e orientações pós-operatórios, visando ao controle populacional ético e responsável de cães e gatos no Município.
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPUÁ, CNPJ nº 19.942.895/0001-01.
Contratada: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO PARANAÍBA - CISPAR, inscrito no CNPJ sob o nº 20.782.813/0001-98.
Representante: Rhenys da Silva Cambraia
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente
Ficha 496, Dotação: 02.08.00 18 542.0050 2.0222 3.3.93.39 – Fonte 500
Valor do contrato: R$ 15.300,00 (Quinze mil e trezentos reais).
O contrato encontra-se disponível no site: https://arapua.mg.gov.br/

Arapuá/MG, 24 de agosto de 2026.

EMÍLIO DOS SANTOS BOAVENTURA GONDIN –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcio Wanderson de Castro Galvão
Código Identificador:6BBAF246

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE ADESÃO ARP

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE MINAS torna pública ADESÃO a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/2025 - Processo Licitatório nº 19/2025 – Pregão Eletrônico nº 10/2025, realizado pelo CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PIRACICABA, inscrito no CNPJ nº 21.325.226/0001-32. Objeto: licenciamento em favor da CONTRATANTE para o uso do Software de propriedade da CONTRATADA, de maneira temporária, intransferível e não exclusiva, bem como os serviços de implantação, manutenção, suporte técnico, hospedagem e atualização do produto para atender demandas da Administração Municipal. Valor: R$ 517.950,00. Vigência: 12 meses.

Bela Vista de Minas, 24 de agosto de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Eliete Dalva Dos Santos Silva
Código Identificador:59985A83

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DE MINAS – **RATIFICAÇÃO** do **Processo Licitatório nº 71/2026, Adesão 06/2026**. Empresa: **TECHCERT LTDA**, inscrita no CNPJ sob n°: 22.356.297/0001-65. Objeto: licenciamento em favor da **CONTRATANTE** para o uso do Software de propriedade da **CONTRATADA**, de maneira temporária, intransferível e não exclusiva, bem como os serviços de implantação, manutenção, suporte técnico, hospedagem e atualização do produto para atender demandas da Administração Municipal. Valor: **R$ 517.950,00.** Vigência: 12 (doze) meses.

Bela Vista de Minas, 24 de agosto de 2026.

SAMANTHA APARECIDA DE ÁVILA COSTA MAGALHÃES –
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Eliete Dalva Dos Santos Silva
Código Identificador:B23AABA8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIQUINHAS

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO NÚMERO : 000087 / 2026 Processo Licitatório nº 00088 / 2026, Dispensa 000056 / 2026 que objetiva a aquisição de itens de recém-nascido para doação à mulheres em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais . Contratada: 39.447.638 ANDRE GUSTAVO DE MOURA GONCALVES, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua Farnese Maciel, n° 104, CENTRO, Patos de Minas de MG, CEP: 38.700-178, inscrita no CNPJ sob o n° 39.447.638/0001-00. Valor global de R$ 2.791,6000 (Dois Mil e Setecentos e Noventa e Um Reais e Sessenta Centavos). Dotação Orçamentária: 02.08.02.08.244.0014.2038.33903200Vigência: 21 de Agosto de 2026 até 31 de Dezembro de 2026.

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:0EFE74F7

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO NÚMERO : 000090 / 2026 Processo Licitatório nº 00088 / 2026, Dispensa 000056 / 2026 que objetiva a aquisição de itens de recém-nascido para doação à mulheres em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais . Contratada: 50.076.842 CINTYA ALMEIDA DA COSTA CORREA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua Professor Olinto, n° 399, NOSSA SENHORA APARECIDA, Caratinga de MG, CEP: 35.300-166, inscrita no CNPJ sob o n° 50.076.842/0001-03. Valor global de R$ 699,0000 (Seiscentos e Noventa e Nove Reais). Dotação Orçamentária: 02.08.02.08.244.0014.2038.33903200Vigência: 21 de Agosto de 2026 até 31 de Dezembro de 2026.

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:C553BDB3

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO NÚMERO : 000091 / 2026 Processo Licitatório nº 00088 / 2026, Dispensa 000056 / 2026 que objetiva a aquisição de itens de recém-nascido para doação à mulheres em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais . Contratada: DEBORAH DE SOUZA CONGIU NAVARRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua Vereador Raul Antonio Dias, n° 1, Sao Bartolomeu, Cabo Verde de MG, CEP: 37.880-000, inscrita no CNPJ sob o n° 60.504.985/0001-14. Valor global de R$ 3.056,0000 (Tres Mil e Cinquenta e Seis Reais). Dotação Orçamentária: 02.08.02.08.244.0014.2038.33903200Vigência: 21 de Agosto de 2026 até 31 de Dezembro de 2026.

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:758B75C2

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO NÚMERO : 000088 / 2026 Processo Licitatório nº 00088 / 2026, Dispensa 000056 / 2026 que objetiva a aquisição de itens de recém-nascido para doação à mulheres em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais . Contratada: GRAFENO COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Praça DO CARMO, n° 48 , CENTRO, Carmópolis de Minas de MG , inscrita no CNPJ sob o n° 58.614.466/0001-67. Valor global de R$ 674,8000 (Seiscentos e Setenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos). Dotação Orçamentária: 02.08.02.08.244.0014.2038.33903200. Vigência: 21 de Agosto de 2026 até 31 de Dezembro de 2026.

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:12A7829C

LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO NÚMERO : 000089 / 2026 Processo Licitatório nº 00088 / 2026, Dispensa 000056 / 2026 que objetiva a aquisição de itens de recém-nascido para doação à mulheres em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos serviços socioassistenciais . Contratada: MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA .ME, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua Cento E Vinte E Nove, n° 216, 01 Santa Maria, Timóteo de MG, CEP: 35.180-000, inscrita no CNPJ sob o n° 25.275.318/0001-06. Valor global de R$ 693,4800 (Seiscentos e Noventa e Tres Reais e Quarenta e Oito Centavos). Dotação Orçamentária: 02.08.02.08.244.0014.2038.33903200Vigência: 21 de Agosto de 2026 até 31 de Dezembro de 2026.

Publicado por:
Alane Rúbia Medeiros da Silva
Código Identificador:E8A00B43

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

ASSESSORIA JURIDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 9.022/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 9.022/2026

"RETIFICA E RATIFICA O DECRETO MUNICIPAL Nº 9.018, DE 11 DE AGOSTO DE 2026, QUE DECLAROU A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA-MG, AFETADAS PELA SECA - COBRADE 1.4.1.2.0, CONFORME LEGISLAÇÃO APLICADA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIUVA**, Estado de Minas Gerais, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso I da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 265/2026/SMG/GAB, de 21 de agosto de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, em que solicita a edição de Decreto Municipal retificando o Decreto Municipal nº 9.018, de 11 de agosto de 2026.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam retificados os Considerandos constantes no Decreto Municipal nº 9.018, de 11 de agosto de 2026, que passam a serem redigidos da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:

"CONSIDERANDOque o Município de Bocaiúva enfrentou período de veranicos, com concentração das precipitações pluviométricas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, seguido da ausência de chuvas significativas nos últimos 90 (noventa) dias e de distribuição irregular das precipitações;

CONSIDERANDOque os prejuízos estimados alcançam R$ 1.330.000,00 (um milhão, trezentos e trinta mil reais) na agricultura e R$ 2.323.248,00 (dois milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e quarenta e oito reais) na pecuária, totalizando R$ 3.653.248,00 (três milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, duzentos e quarenta e oito reais);

CONSIDERANDO que os rios e córregos intermitentes já se encontram secos, situação agravada pela irregularidade do regime de chuvas e pelo rebaixamento do lençol freático, afetando diretamente 22 (vinte e duas) comunidades rurais e 73 (setenta e três) famílias, o que resulta em 14.199 (quatorze mil, cento e noventa e nove) pessoas atingidas pela seca, das quais 5.060 (cinco mil e sessenta) se encontram sem acesso à água potável;"

LEIA-SE:

"CONSIDERANDO que o Município de Bocaiúva enfrentou período de veranicos, com concentração das precipitações pluviométricas no ano de 2026, seguido da ausência de chuvas significativas de distribuição irregular das precipitações;

CONSIDERANDO os prejuízos ocasionados às atividades agrícola e pecuária, destacam-se, no setor agrícola, as perdas verificadas nas culturas de milho para produção de grãos e de sorgo destinado à produção de forragem. No setor pecuário, verifica-se prejuízo econômico decorrente da redução da produção de carne, comprometendo a produtividade e, consequentemente, a geração de renda da atividade;

CONSIDERANDO que o Município de Bocaiuva, dentro de suas limitações e possibilidades, tem envidado esforços para atender às demandas da população, persistindo, contudo, a necessidade de assegurar o acesso à água potável àqueles que ainda não dispõem desse serviço essencial;

Art. 2º - Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Decreto Municipal nº 9.018, de 11 de agosto de 2026.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 12 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiuva - MG, 24 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiuva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:963FFEA6

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 148/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 148/2026

"INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, CUJOS TRABALHOS SERÃO CONDUZIDOS PELA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, NOMEADA ATRAVÉS DA PORTARIA MUNICIPAL DE Nº 112/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA, Estado de Minas Gerais, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei, na forma dos artigos 164 e 166 da Lei Municipal de nº 3.266, de 03 de setembro de 2007 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bocaiuva-MG, e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 875/2026/SMMA, de 19 de agosto de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, por meio do qual solicita a adoção das providências cabíveis e, caso comprovada a responsabilidade, a restituição de eventual dano material causado ao veículo automotor VW/GOL 1.0 GIV, placa: HGB6I87, de propriedade do Sr. José Agnaldo Barroso, inscrito no CPF sob o nº 073.***.***.-**, conforme registrado no REDS nº 2026-037389928-001, no qual consta relato de suposto prejuízo financeiro decorrente de dano (s) ao referido veículo, alegadamente ocasionados por servidor público municipal durante a execução de serviço de limpeza urbana com a utilização de roçadeira;

CONSIDERANDO os termos do Memorando nº 264/2026/SMG/GAB, de 20 de agosto de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, por meio do qual solicita a instauração de sindicância administrativa destinada à apuração de eventual responsabilidade do Município em razão de fato ocorrido durante a execução de serviço (s) de limpeza pública, com a utilização de roçadeira, ocorrido na Avenida Professora Berenice Figueiredo, bairro Morada Nova II, realizado (s) pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos - SMMA;

CONSIDERANDO, por fim, que o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa constituem garantias asseguradas pela Constituição da República, cuja observância é obrigatória no âmbito dos processos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR a instauração de **SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA**, destinada à apuração dos fatos descritos no Ofício nº 875/2026/SMMA, de 20 de agosto de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos, bem como à identificação do servidor público responsável pela operação da roçadeira na data do ocorrido, conforme relato constante do REDS nº 2026-037389928-001.

Parágrafo Único - A sindicância tem por finalidade verificar a eventual responsabilidade civil objetiva do Município pelos danos materiais supostamente causados ao veículo automotor VW/GOL 1.0 GIV, placa: HGB6I87, de propriedade do Sr. José Agnaldo Barroso, inscrito no CPF sob o nº 073.***.***.-**, possibilitando, caso constatados os pressupostos legais, a adoção das medidas administrativas cabíveis para a reparação do dano, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade funcional do agente envolvido e do exercício do direito de regresso pelo Município, na forma da legislação aplicável.

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, fica designada a Comissão de Sindicância, nomeada através da Portaria Municipal de nº 112/2026.

Art. 3º - Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão de Sindicância terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, podendo promover as diligências que entender necessárias, bem como requisitar documentos, colher depoimentos, realizar convocações e determinar a produção das provas pertinentes à completa instrução do feito.

Art. 4º - A Comissão de Sindicância terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e apresentar relatório final circunstanciado a esta autoridade, podendo o referido prazo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa, nos termos do art. 173 da Lei Municipal nº 3.266/2007.

Parágrafo Único - Na condução dos trabalhos, a Comissão deverá assegurar aos interessados o exercício do contraditório e da ampla defesa, em estrita observância ao disposto no art. 174 da Lei Municipal nº 3.266/2007.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva-MG, 24 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiúva-MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:0B29B893

ASSESSORIA JURIDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 149/2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 149/2026

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD, CUJOS TRABALHOS SERÃO CONDUZIDOS PELA COMISSÃO PROCESSANTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD, NOMEADA ATRAVÉS DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 112/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA, Estado de Minas Gerais, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei, com fundamento no artigo 170 da Lei Municipal de nº 3.266, de 03 de setembro de 2007 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bocaiuva-MG, e

CONSIDERANDO que a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 1.065/2026, de 20 de agosto de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, que noticia suposto comparecimento do servidor público Elias Damião de Souza, inscrito no CPF sob o nº 587.***.***-**, ao trabalho sob estado de embriaguez, bem como sua permanência em estabelecimentos comerciais (bares) durante o expediente, circunstâncias que, em tese, podem comprometer o desempenho de suas atribuições, a segurança dos serviços prestados e o regular funcionamento do setor;

CONSIDERANDO o teor do Memorando nº 263/2026/SMG/GAB, de 20 de agosto de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Governo, por meio do qual solicita a edição de Portaria para a instauração de Processo Administrativo Disciplinar - PAD em face do servidor público Elias Damião de Souza, lotado no Setor de Zoonoses do Município de Bocaiuva-MG;

CONSIDERANDO que a instauração do procedimento administrativo possui natureza investigativa e não implica antecipação de juízo sobre a responsabilidade do servidor;

CONSIDERANDO que os fatos narrados, em tese, podem caracterizar infração funcional, impondo à Administração Pública o dever de promover a regular apuração administrativa, assegurando ao servidor o contraditório e a ampla defesa;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar - PAD, destinado à apuração dos fatos noticiados no Ofício nº 1.065/2026, de 20 de agosto de 2026, subscrito pela Secretária Municipal de Saúde, consistentes, em tese, no possível comparecimento do servidor público Elias Damião de Souza ao trabalho em estado de embriaguez, bem como em sua possível permanência em bares durante o horário de

expediente, fatos que, se comprovados, poderão caracterizar infrações funcionais e comprometer o regular desempenho de suas atribuições, a segurança dos serviços prestados e o regular funcionamento do setor.

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, fica designada a Comissão de Sindicância e/ou de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, nomeada através da Portaria Municipal nº 112/2026, posteriormente alterada pela Portaria Municipal nº 129/2026, composta pelos seguintes membros:

NOME	CARGO	MATRÍCULA	CPF
ANA ROMERA DE SOUZA	PRESIDENTE	2843	615.***.***-**
SOLIENE CRUZ DE SOUZA	SUPLENTE	6937	069.***.***-**
REGINA APARECIDA DA CRUZ	SECRETÁRIA	6821	586.***.***-**
ELICKSA SAMARA DA COSTA SOARES	SUPLENTE	22060	135.***.***-**
ANE FRÓIS DINIZ SILVA	MEMBRO	20418	076.***.***-**
LEANDRA PIMENTA OLIVEIRA	SUPLENTE	22257	044.***.***-**

Art. 3º - Para o desempenho de suas atribuições, a Comissão referida no artigo anterior terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, podendo

colher declarações e depoimentos, promover diligências, realizar convocações, requisitar a apresentação de documentos e demais provas que entender pertinentes, sem prejuízo das atribuições previstas no artigo 4º da Portaria Municipal nº 112, de 02 de julho de 2026.

Parágrafo Único - O (s) servidor (es), autoridade (s), órgão (s) ou setor (es) do município, a quem forem solicitadas informações e/ou documentos hábeis ao esclarecimento dos fatos, que não atenderem à solicitação formal, deixar de prestá-las/fornecê-los no prazo fixado ou prestá-las/fornecê-las de forma insuficiente, ficam sujeitos às sanções legais cabíveis.

Art. 4º - A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar - PAD, terá o prazo de 60 (sessenta) dias úteis a partir da publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência a autoridade competente dos seus termos, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 173 da Lei Municipal de nº 3.266, de 03 de setembro de 2007, devendo ser concedida ampla defesa e contraditório, em estrita observância ao disposto no art. 174 do retromencionado diploma legal.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva-MG, 24 de agosto de 2026

ROBERTO JAIRO TORRES
Prefeito Municipal de Bocaiúva – MG

Publicado por:
Patrocino Caetano de Oliveira Neto
Código Identificador:7F41C9DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO
AVISO DE EDITAL

Processo Administrativo nº 70/2026, Dispensa Eletrônica nº 12/2026, Processo Digital nº 14094/2026, Código Verificador BI208I8Y.
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais elétricos destinados às obras de adequação, melhoria e regularização das instalações elétricas do imóvel onde será instalada a Unidade de Atendimento Integrado – UAI do Município de Bom Despacho/MG, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência.
Sessão pública agendada para o dia **03 de setembro de 2.026, às 12h**.
Informações: (37) 3520-1434 ou pelo e-mail: licitacao@pmbd.mg.gov.br.
Edital disponível nos sites: www.bomdespacho.mg.gov.br/licitacao/ e https://licitar.digital/.

Publicado por:
Marina Gabriela de Mendonça
Código Identificador:6D29226E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2026

ADJUDICAÇÃO
ADJUDICO o objeto desta licitação a(s) empresa(s):
EVALDO LUIS MARSON & CIA LTDA. Perfazendo o valor total de R$ 174.500,00 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos reais). MG MEDICAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA. Perfazendo o valor total de R$ 287.000,00 (duzentos e oitenta e sete mil reais). DORIVAL JONAS CABRAL. Perfazendo o valor total de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).. Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 586.500,00 (quinhentos e oitenta e seis mil e quinhentos reais).
Empresa(s) essa(s) devidamente classificada(s) no Processo Licitatório 172/2026, referente a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO DE SAÚDE (FISIOTERAPIA, MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGIA, EXAMES DE IMAGENS E CÂMARAS DE VACINA).

Borda da Mata/MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

HOMOLOGAÇÃO
Tendo em vista o que consta nos autos do Processo Licitatório 172/2026 e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, HOMOLOGO o presente certame, para todos os efeitos previstos em Lei.

Borda da Mata/MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ EPAMINONDAS DA SILVA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:2411B97C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EDITAL Nº. 18 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 SETOR TRIBUTÁRIO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA DE DÍVIDA TRIBUTÁRIA/NÃO TRIBUTÁRIA

Considerando que o Tribunal de Contas exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais (impostos, taxas, contribuições de melhorias);
Considerando que a Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece como requisito essencial a responsabilidade fiscal na arrecadação dos tributos municipais;
Considerando que os Tributos Municipais têm por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de Borda da Mata-MG;
Considerando que a Administração de Borda da Mata busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.063 de 29 de novembro de 2017, que estabelece a Notificação Editalícia;

A Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal faz publicar o presente EDITAL:
*Notificamos os contribuintes inscritos em dívida ativa em relação aos Tributos Municipais "**Impostos** (IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), **Taxas** (relativas: Emissão de Alvará de Licença-Prefeitura, Emissão de Alvará de Licença-Vigilância Sanitária, Taxas de Expedientes, taxas relativas ao poder de polícia, taxas de serviços da infraestrutura prestados à população, taxas de receitas diversas e outras taxas de serviços cobradas pela municipalidade), **Contribuições de Melhorias** (pavimentação asfáltica, ou em paralelepípedo, entre outras contribuições de melhorias) e **Parcelamento de Débitos não Pagos e Despesas Processuais**", do Município de Borda da Mata-MG, relacionados no Anexo I do presente, que se encontram em local incerto e não sabido ou que se recusaram o recebimento da Notificação, para efetuarem o pagamento do(s) débito(s), no prazo de trinta (30) dias, contados a partir da publicação deste edital ou apresentar defesa.*
Os Contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributos deste Poder Público, situado na Praça Antônio Megale, nº. 86, centro, Borda da Mata-MG, para receber o documento de arrecadação e efetuar o pagamento nas agências bancárias ou nas casas lotéricas.
Para maiores esclarecimentos estamos à disposição no Setor de Tributos desta Secretária de Administração ou através do telefone (35) 3592-0205 ou 3592-0066.
Prazo deste Edital: Trinta (30) dias da data da publicação.

TATIANA PIRES PEREIRA COBRA
Prefeita Municipal

JOSÉ AUGUSTO MEGALE COBRA
Auditor Fiscal Tributário

Anexo I
Notificação nº. 168/2026 – Ana Ioni de Freitas ME, avenida Wilson Megale, 787, centro, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2013, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 E 2026, DESPESAS PROCESSUAIS 2022, 2024;
Notificação nº. 182/2026 – Adilson Luiz Brandão, avenida Governador Magalhães Pinto, 265, Centro, nesta, IPTU e TAXAS 2022,2024 E 2025;
Notificação nº. 341/2026 – Erika Aparecida Serapião Silva, rua Amélia Gouveia, 120, N. Sra. Aparecida, nesta, ISS INSCOBRA 2024 e 2025;
Notificação nº. 343/2026 – Thiago José Moura, rua José Felício de Resende, 25, Nossa Senhora de Fátima, nesta, ISS INSCOBRA 2023, 2024;
Notificação nº 348/2026 – Distribuidora Império Brasil Ltda, rua Adão Barbato, 60, Bairro Estação, nesta, TLLF ANUAL /ISSQN 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, Multa 10% UFBM;
Notificação nº. 353/2026 – Damodara Com. e Ind. De Alimentos e serviços, Sitio Bambu, 00, Cervo, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2026;
Notificação nº. 354/2026 – Israel Dias da Silva 11847842640, rua José de Moura, 134, Santa Edwiges, nesta, ISS INSCOBRA 2022, 2023 E 2024;
Notificação nº. 355/2026 – Tainara Rogeria Ferraz, Estrada da Palma, 00, Palma, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2025 e 2026;
Notificação nº. 356/2026 – Abu T Rayhan Ltda, rua Duque de Caxias, 176, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2026;
Notificação nº. 363/2026 – Aline Rimoli Lourenço, rua Prof. Luiza Maria Rosa da Silva, 105, Distrito Sertãozinho, nesta, IPTU e Taxas 2022 e 2025; ÁGUA/ESGOTO 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 365/2026 – Alysson Augusto Silva Santos, avenida Alvarina Pereira Cintra, 299, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 366/2026 – Alzira Mariana Martins, rua José Luiz Moreira, 95, Bairro N. Sra. Aparecida, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023, 2024 e 2025:
Notificação nº. 367/2026 – Amadeu dos Santos – Bar Peixe, rua Cap. Cipriano e Castro, 1181, Bairro São Benedito, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2022, 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 371/2026 – Ana Paula Zuchi Ribeiro, rua Lauro Mendonça, 135, Santa Cruz, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023, 2024, 2025;
Notificação nº. 375/2026 – Antônio Fernandes dos Santos, rua Duque de Caxias, 371, Nossa Senhora Aparecida, nesta TLLF ANUAL/ISSQN 2022, 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 369/2026 – Ana Claudia Moreira, rua Eduardo Amaral, 482, Centro, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023, 2024 E 2025;
Notificação nº. 355/2026 – Tainara Rogeria Ferraz, Estrada da Palma, 00, Palma, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2025 e 2026;
Notificação nº. 376/2026 – Antônio José da Silva, rua Santa Terezinha, 297, Bairro Santa Terezinha, nesta, IPTU e TAXAS 2022;
Notificação nº. 377/2026 – Antônio Mariano dos Santos, rua Lindolfo Inacio dos Santos, s/n, Sertãozinho, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 382/2026 – Benedita Maria dos Santos, avenida Antônio Marques da Silva, 365, Bairro Santa Cruz, nesta, DESPESAS PROCESSUAIS 2022;
Notificação nº. 385/2026 – Benedito Carlos Pereira, rua Francisco Marques da Costa, 408, Bairro Santa Rita, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023 e 2024;
Notificação nº. 388/2026 – Benedito Jurandir dos Santos, rua José Rodrigues Borba, 193, Bairro Nossa senhora Aparecida, nesta, IPTU e TAXAS 2022;
Notificação nº. 394/2026 – Bruno Alex F. Pereira/Brenda, rua Benedito Santos, 70, nesta, IPTU e TAXAS 2001 e 2023;
Notificação nº. 401/2026 – Celia Maria da Silva, rua Herculano Cobra, 887, Centro, nesta, IPTU 2022;
Notificação nº. 403/2026 – Centro de Treinamento Funcional Inove LTDA, avenida Alvarina Pereira Cintra, 105, Centro, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2022, 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 404/2026 – Circulo Locações e Equipamentos ltda, Paiol do Campo, s/n, Estrada Vicinal, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026;
Notificação nº. 407/2026 – Construtora Polis LTDA ME, rua Luiz Borges Neto, 490, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023, 2024, e 2025;
Notificação nº. 408/2026 – Construtora Rodrigues & Rocha, rua José Rodrigues Borba, 330, Nossa Senhora Aparecida, nesta, Despesas Processuais 2022;
Notificação nº. 413/2026 – David Mariano da Silva, rua Ver. José Carvalho, 31, Bairro São Judas Tadeu, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 425/2026 – Elza Maria Cardoso - Espolio, rua Sebastião Gonçalves Pinto, 26, Bairro São Francisco, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023, 2024 e0l 2025;
Notificação nº. 427/2026 – Felipe Antônio Monti Bottoni de Souza, rua José Daniel da Costa, 135, Bairro Nova Borda, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2024 E 2025;
Notificação nº. 429/2026 – Fransine Sibelle Lemes, avenida Governador Magalhães Pinto, 408, nesta, IPTU e TAXAS 2022;
Notificação nº. 431/2026 – Geraldo Gomes do Couto, rua Nelson José de Mira, 150, Cervo, nesta, IPTU e TAXAS 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2014, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, ÁGUA/ESGOTO 2023,2024, 2025 E RECEITAS DIVERSAS 2023.
Notificação nº. 434/2026 – Hélio Santos de Andrade, rua José Álvaro Pinheiro Junior, 270, Bairro Nossa Senhora de Fátima, nesta, IPTU E TAXAS 2022, 2023, 2024 E 2025;
Notificação nº. 438/2026 – Humberto Cassio dos Santos, rua Zoroastro Gouveia, 79, Bairro Nossa Senhora de Fátima, nesta, IPTU e TAXAS 2022, 2023 E 2025;
Notificação nº. 446/2026 – João Bertolaccini Júnior, rua Herculano Cobra, 555, centro, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2022, 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 450/2026 – João Paulo da Costa, avenida Edna Maria da Silva Ribeiro, 1040, bairro Santa Rita, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2022 e 2023;
Notificação nº. 451/2026 – João Roberto Lopes, rua Raul Cobra, 123, Centro, nesta, IPTU e TAXAS 2022;
Notificação nº. 457/2026 – Valdir Aparecido Espirito Santo, rua Vicentina Zamponi Costa, 59, bairro São Judas Tadeu, nesta, TLLF ANUAL/ISSQN 2021, 2022, 2023, 2024, 2025 e DESPESAS PROCESSUAIS 2023;

Notificação nº. 462/2026 – Leandro Siqueira Escotom 15542827640, rua Conceição Borges dos Santos, 29, bairro Nossa Senhora Aparecida, nesta, ISS INSCOBRA 2023, 2024 e 2025;
Notificação nº. 467/2026 – Ricardo José Coelho, rua Francisco Marques da Costa, 541, bairro Santa Rita, nesta, ISS INSCOBRA 2023, 2024, 2025;
P.T.A nº. 5080/2025 – Nair Cesar Silveira e Raquel Inês Silveira, rua São Camilo, 72, Vila Camilopolis, Santo André, IPTU 2022, 2023, 2024 e 2025.

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:9A95B65A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EDITAL Nº 19 DE 19 DE AGOSTO DE 2026 SETOR TRIBUTÁRIO EDITAL PARA CUMPRIMENTO DE NOTIFICAÇÃO

Considerando que o Tribunal de Contas exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais (impostos, taxas, contribuições de melhorias);
Considerando que a Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece como requisito essencial a responsabilidade fiscal na arrecadação dos tributos municipais;
Considerando que os Tributos Municipais têm por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de Borda da Mata-MG;
Considerando que a Administração de Borda da Mata busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.063 de 29 de novembro de 2017, que estabelece a Notificação Editalícia;

A Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal faz publicar o presente EDITAL:
Notificamos os contribuintes abaixo mencionados para quitarem o valor da guia anexa, referente ao parcelamento em atraso nos termos do Art. 5° do Decreto Municipal nº 1.148/2004.
Sob pena de estorno do parcelamento e envio a protesto extra judicial ou execução fiscal, caso o pagamento não seja efetuado na data constante da guia em anexo.
Notificamos, ainda, que sejam prestadas informações quanto ao imóvel inscrito no cadastro imobiliário sob o nº 03.00.000.9668.0001, esclarecendo se a referida área foi destinada à doação para Copasa ou se corresponde a área verde integrante ao loteamento.

Para maiores esclarecimentos estamos à disposição no Setor de Tributos desta Secretária de Administração ou através do telefone (35) 3592-0205
Prazo deste Edital: Trinta (30) dias da data da publicação.

TATIANA PIRES PEREIRA COBRA
Prefeita Municipal

JOSÉ AUGUSTO MEGALE COBRA
Auditor Fiscal Tributário

Anexo I
Notificação – Francisco Teodoro dos Santos – Espólio, rua Orlando Domingos dos Santos, 30, Amoreiras, nesta, Parcela em atraso;
Notificação – Sebastião Acacio Palhares, rua Francisco Marques da Costa, 801, Santa Rita, nesta, Parcela em atraso;
Notificação – Monte Carmelo – Loteamento SPE LTDA, rua Luiz Cardoso Zanetti, 515, nesta, Esclarecimento sobre doação de imóvel.

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:815360CD

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EDITAL Nº. 20 DE 19 DE AGOSTO DE 2026. EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO.

Considerando que o Tribunal de Contas exige dos gestores que seja efetuada a cobrança dos tributos municipais (impostos, taxas, contribuições de melhorias);
Considerando que a Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece como requisito essencial a responsabilidade fiscal na arrecadação dos tributos municipais;
Considerando que os Tributos Municipais têm por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de Borda da Mata-MG;
Considerando que a Administração de Borda da Mata busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;
Considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.063 de 29 de novembro de 2017, que estabelece a Notificação Editalícia;

A Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal faz publicar o presente EDITAL:
Notificamos os contribuintes abaixo descritos sobre as r. Decisões Administrativas proferidas nos Processos Tributários Administrativos (PTAs) descritos no Anexo I. Ficam os mesmos cientes de que dispõem do prazo de quinze (15) dias para interporem recurso contra as referidas decisões, nos moldes do Art. 153 do Código tributário Municipal.
Prazo deste Edital: Trinta (30).

ANEXO I

Pessoas Notificadas:

PTA nº. 2407/2026 – Antônio Ronaldo Ribeiro, rua Felício Gonçalves Ribeiro, 109, Nossa Senhora Aparecida, nesta.
PTA nº. 3328/2026 – Jonatas Willian Ortiz da Costa, rua Vicente Gonçalves Pinto, 469, Nossa Senhora de Fatima, nesta.

Para maiores esclarecimentos estamos à disposição no Setor de Tributos desta Secretária de Administração ou através do telefone (35) (35) 3592-0205 ou 3585-0066.

Borda da Mata– MG, 19 de agosto de 2026.

TATIANA PIRES PEREIRA COBRA
Prefeita Municipal

JOSÉ AUGUSTO MEGALE COBRA
Auditor Fiscal Tributário

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:06B3AB95

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 203/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO DE SAÚDE (FISIOTERAPIA, MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGIA, EXAMES DE IMAGENS E CÂMARAS DE VACINA). EMPRESA REGISTRADA: DORIVAL JONAS CABRAL, inscrita no CNPJ sob o nº 26.414.703/0001-50. VALOR ESTIMADO: R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais). . DATA DE ASSINATURA: 24/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 24/08/2026 a 24/08/2027.

Borda da Mata – MG, 24 de agosto de 2026.

SILVIO MONTEIRO DE CARVALHO NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:CA8D6F85

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO DE SAÚDE (FISIOTERAPIA, MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGIA, EXAMES DE IMAGENS E CÂMARAS DE VACINA). EMPRESA REGISTRADA: EVALDO LUIS MARSON & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.980.420/0001-07. VALOR ESTIMADO: R$ 174.500,02 (cento e setenta e quatro mil e quinhentos reais e dois centavos). . DATA DE ASSINATURA: 24/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 24/08/2026 a 24/08/2027

Borda da Mata – MG, 24 de agosto de 2026.

SILVIO MONTEIRO DE CARVALHO NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:6001E7D0

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 205/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DO SERVIÇO DE SAÚDE (FISIOTERAPIA, MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLOGIA, EXAMES DE IMAGENS E CÂMARAS DE VACINA). EMPRESA REGISTRADA: MG MEDICAL COMERCIO E IMPORTACAO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.501.062/0001-73. VALOR ESTIMADO: R$ 287.000,00 (duzentos e oitenta e sete mil reais). . DATA DE ASSINATURA: 24/08/2026. PERÍODO DE VIGÊNCIA: 24/08/2026 a 24/08/2027

Borda da Mata – MG, 24 de agosto de 2026.

SILVIO MONTEIRO DE CARVALHO NETO
Secretaria Municipal de Saúde

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:EB05B552

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DO 2° TERMO DE ADITIVO QUANTITATIVO – CONTRATO Nº 152/2025 - PROCESSO Nº 161/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025

EXTRATO DO 2° TERMO DE ADITIVO QUANTITATIVO – CONTRATO Nº 152/2025 - PROCESSO Nº 161/2025 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADOS 16 FACES NA ESTRADA MUNICIPAL SERTÃOZINHO. CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NO PROJETO BÁSICO E DEMAIS ANEXOS. **CONTRATADA**: CONSTRUTORA CARVALHO E DUARTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.091.094/0001-48. **DA ALTERAÇÃO:** Aditivo Quantitativo: R$ 294.233,36 (Duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos). **ASSINATURA:** 03/08/2026.

Borda da Mata/MG, 24 de agosto de 2026.

JULIO AUGUSTO DA COSTA
Secretaria Municipal de Obras Públicas, Serviços Urbanos e Rurais

Publicado por:
Carolina Mendes Trotta
Código Identificador:A81E3DAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.079/2026

O Município de Borda da Mata/MG, por meio do Fundo Municipal de Saúde, representado pela Secretaria Municipal de Saúde, torna público o Termo de Fomento nº 007/2026, celebrado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Borda da Mata **OBJETO:** custeio de despesas com pagamento de serviços de terceiros, contas de água e energia elétrica, manutenção de equipamentos, aquisição de materiais de consumo e capacitação de profissionais da área da Saúde. **VALOR:** R$ 180.000,00. **DOTAÇÃO**: Fichas: 240; Funcional Programática: 0203011030100110024; Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00; Fonte de Recursos: 1.621.000 provenientes do Fundo Estadual de Saúde, conforme Resolução SES/MG nº 11.119/2026. **VIGÊNCIA**: 19/08/2026 a 11/05/2030 **FUNDAMENTAÇÃO**: Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Estadual nº 47.132/2017, Decreto Estadual nº 49.080/2025, Decreto Municipal nº 3.624/2017 e Resolução SES/MG nº 11.119/2026.

Publicado por:
Marco Antonio Rocha Villibor
Código Identificador:3761A28C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 139/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 059/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS/MG informa que o Processo Licitatório nº 139/2026 – Pregão Eletrônico nº 059/2026, com certame publicado para o dia 24/08/2026 às 09:00 horas, restou **DESERTO**. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO E RECARGA DE EXTINTORES DE INCÊNDIO, VISANDO ATENDER AS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE BRAZÓPOLIS/MG**. Se for o caso, conforme necessidade da Secretaria demandante, novo Edital será publicado em momento oportuno. Mais informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Divisão de Licitações, pelo telefone (35) 98421-9093 (somente mensagem de texto) ou pelo e-mail licitacao@brazopolis.mg.gov.br.

Brazópolis/MG, 24/08/2026.

HELEN GABRIELE APARECIDA DE AZEVEDO FERNANDES
Comissão De Licitação.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:DE1B2F34

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 157/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 066/2026

Prefeitura Municipal de Brazópolis - Edital de Licitação Processo 157/2026 – Pregão Eletrônico nº 066/2026 – Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, PARA SERVIÇO NAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, SECRETARIAS, ESCOLAS E OUTROS.** Critério de julgamento: Menor Preço por Item. Modo de disputa: Aberto. Abertura: 10/09/2026 às 09:00h, através do sistema ComprasBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição na página do Município www.brazopolis.mg.gov.br e https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Dúvidas pelo e-mail: licitacao@brazopolis.mg.gov.br. Tel. (35) 3641-1373 / 98421-9093

Brazópolis, 24/08/2026.

HELEN GABRIELE APARECIDA DE AZEVEDO FERNANDES **–**
Comissão de Licitação.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:3DE83931

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 158/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 067/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS torna público o Edital de Licitação referente ao Processo Licitatório nº 158/2026 – Pregão Eletrônico 067/2026. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA, PARA SEGURAR 01 UNIDADE VEICULAR DA FROTA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS, COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, E ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS CONFORME TERMO DE REFERENCIA,** Abertura: 11/09/2026 às 13:30h, através do sistema ComprasBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição no site da Prefeitura Municipal de Brazópolis, sendo este www.brazopolis.mg.gov.br e no site https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Esclarecimentos preferencialmente através da plataforma ComprasBR, ou pelo e-mail licitacao@brazopolis.mg.gov.br ou pelo telefone 35 3641-1373 / 98421-9093 (WhatsApp).

Brazópolis, 24/08/2026.

HELEN G. AP. DE AZEVEDO FERNANDES
– CPL.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:13C8B6FA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS
COMISSÃO DE LICITAÇÕES - PROCESSO LICITATÓRIO 159/2026 PREGÃO ELETRÔNICO 068/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAZÓPOLIS torna público o Edital de Licitação referente ao Processo Licitatório nº 159/2026 – Pregão Eletrônico 068/2026. Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ESTRUTURAÇÃO, FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** Abertura: 18/09/2026 às 09:00h, através do sistema ComprasBR, no sítio eletrônico https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Edital à disposição no site da Prefeitura Municipal de Brazópolis, sendo este www.brazopolis.mg.gov.br e no site https://comprasbr.com.br/pregao-eletronico/. Esclarecimentos preferencialmente através da plataforma ComprasBR, ou pelo e-mail licitacao@brazopolis.mg.gov.br ou pelo telefone 35 3641-1373 / 98421-9093 (WhatsApp).

Brazópolis, 24/08/2026.

HELEN G. AP. DE AZEVEDO FERNANDES **–**
CPL.

Publicado por:
Helen Gabriele A. de Azevedo Fernandes
Código Identificador:0D629FC6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 148/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIANA – EDITAL DE LICITAÇÃO – N º 148/2026 Torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 148/2026, Pregão Eletrônico nº 036/2026, cujo objeto é **Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de transporte coletivo de passageiros, em trajeto inframunicipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as disposições contidas na Lei Municipal nº 152/2026.** A sessão pública será realizada dia **10/09/2026 às 13h30min**, através da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br.

Caiana/MG, 24 de agosto de 2026,

HELEN VIANA RIBEIRO,
Pregoeira Oficial.

Publicado por:
Helen Viana Ribeiro
Código Identificador:E1237A66

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO- JULIO CEZAR DE SOUZA LOPES

Termo de Credenciamento Nº 136/2026- Processo Licitatório nº 37/2026 – Inexigibilidade nº 07/2026
Partes: 52.543.884 JULIO CEZAR DE SOUZA LOPES
Objeto: CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA DIVERSAS OFICINAS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES PARA AS ATIVIDADES DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA, SAÚDE MENTAL, DA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E DA SECRETARIA DE CULTURA.
Vigência: 17/08/2026 a 02/03/2027
Dotação Orçamentária:
As despesas das futuras contratações decorrentes deste ato, correrão à conta de dotação própria consignada no Orçamento Geral, previstas para as Secretarias Municipais solicitantes.

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:0C54F1AD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBUI
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº 038/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

O Presidente da Câmara, Senhor Luiz Paulo Nepomucenia, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei nº 14.133/2021, Art. 28, I), após exame e deliberação do Processo nº 038/2026, em observância ao Instrumento Convocatório – Edital, que instituiu o Pregão em epígrafe, RESOLVE homologar a licitação realizada na forma eletrônica.

OBJETO: aquisição de equipamentos e acessórios de informática, para o atendimento das demandas administrativas, legislativas e da Escola do Legislativo, desta Câmara Municipal.

EMPRESAS ADJUDICADAS:

- 61.683.754 Gabriella Vanessa Soares de Morais – itens 1, 4 e 5 – Valor total: R$ 20.436,00;
- 67.605.984 Antonio Daniel Miguel dos Santos – item 6 – Valor total: R$ 5.010,00;
- Fort Print Equipamentos e Sup. de Inform. Ltda – itens 2 e 3 – Valor total: R$ 7.585,00.

VALOR GLOBAL: R$ 33.031,00 (trinta e três mil e trinta e um reais).

Cambuí-MG, 24 de agosto de 2026.

LUIZ PAULO NEPOMUCENIA
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Rosilene de Lima Machado Silva
Código Identificador:EF958654

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO N.º 139/2026

"Ato de Aposentadoria"

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei n.º 2.109 de 28 de dezembro de 2009;

DECRETA

Art. 1º - Conceder, *Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição com Proventos Integrais*, nos termos do Art. 59 da Lei n.º 2.109/09 e Art. 6º da EC 41/2003, a Servidora Municipal Suely de Lourdes Almeida Nascimento, matrícula n.º 280, no cargo efetivo de Auxiliar de Saúde II, Nível XI-G.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:B2CBCAB1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
DECRETO N.º 140/2026

"Ato de Aposentadoria"

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, no uso de suas atribuições legais, principalmente as que lhe confere a Lei Municipal n.º 2.109 de 28 de dezembro de 2009;

DECRETA

Art. 1º - Conceder, *Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição, com proventos integrais*, em conformidade com o art. 59 da Lei Municipal n.º 2.109/2009, § 1º e Art. 6º, da EC n.º 41/03, à Servidora Municipal LUCINÉA DIAS DOS SANTOS matrícula n.º 867, no cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, Nível IX-E, Categoria 2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:E9CC65F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PORTARIA N.º 209/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBUÍ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as férias da Encarregada do Setor de ESocial, Srª. Patrícia Aparecida da Silva;

Considerando o que dispõe os artigos 23 e seguintes da Lei Municipal n.º 1.438/98;

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeada a Srª. Débora Baltar da Silva Vieira, Servidora Pública Municipal, para substituir a titular do cargo, pelo período de 60 (sessenta) dias, passando esta a responder interinamente pelo Setor de ESocial, a partir de 25 de agosto de 2026.

Parágrafo Único - A Servidora fará jus, durante o período a que alude o caput, aos vencimentos do cargo em que se deu a substituição, cuja remuneração será proporcional aos dias substituídos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cambuí, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

CINTHIA SANCHES SILVA PEREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Leonardo Fabrício da Rosa
Código Identificador:E9D0EC77

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
PRORROGAÇÃO DE PRAZO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO (MROSC) Nº 01/2026

SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO (MROSC) Nº 01/2026

À Comissão/Setor Responsável pela Publicação do Edital

A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo solicita a publicação de **prorrogação do prazo para a execução do edital**, ampliando a oportunidade de participação dos interessados e adequar as condições de participação.

Dessa forma, solicita-se que sejam realizadas as seguintes alterações:

1. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Fica **prorrogado o prazo para a execução do edital**
Após o recebimento dos projetos encerrados no dia 24 de agosto, fica estabelecido o novo prazo sendo ele:
31-08 recebimento das propostas

2. DA RATIFICAÇÃO

Permanecem **inalteradas e ratificadas todas as demais disposições do Edital de Chamamento** que não tenham sido expressamente modificadas pela presente errata.

Diante do exposto, solicitamos a publicação da presente **Errata**, com a devida divulgação da alteração referente à prorrogação do prazos de resultados até 31 **de agosto de 2026**.

Cambuí/MG, 24 de agosto de 2026.

DANIELLE BENEDITA DA SILVA
Secretária de Cultura e Turismo

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:28F13BB3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
DIVERSAS SECRETARIAS

AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 041/2026
Processo Adm: Nº 168/2026
Objeto: Aquisição de materiais permanentes afim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de administração e finanças, e aquisição de Pilhas e carregadores de pilhas para os equipamentos do Centro Cardiológico. A aquisição é feita por Ata de Registro de Preços.
Empresas vencedoras valor total: R$ 9.331,00(nove mil e trezentos e trinta e um reais):**RUBENS BASILIO DE FARIA**(28250680000110) com o lote: 5 no valor total de R$ 491,00 (quatrocentos e noventa e um reais).**R. E SILVA LTDA**(50273443000124) com o lote: 3 no valor total de R$ 4.850,00 (quatro mil e oitocentos e cinquenta reais).**FOX COMERCIAL, INDUSTRIAL, CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA**(49867859000191) com o lote: 2 no valor total de R$ 964,50 (novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos).**LE NEGOCIOS, LICITAÇÕES E AFINS LTDA**(55940505000128) com os lotes: 1 e 4 no valor total de R$ 3.025,50 (três mil e vinte e cinco reais e cinquenta centavos).

CAMBUQUIRA - MG, 24 de agosto de 2026

WILLIAN BORGES DA SILVA
Condutor de Processos

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2026
Processo Adm: Nº 153/2026
Objeto: Aquisição de Veículo tipo van, com a finalidade de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, por meio do Convênio n° 126/002367/2026, visando garantir a melhoria e a continuidade dos serviços de transporte escolar municipal, proporcionando maior segurança, eficiência e qualidade no atendimento aos alunos da rede pública de ensino.
Empresas vencedoras valor total: R$ 294.000,00(duzentos e noventa e quatro mil reais):**TAWA VEICULOS ESPECIAIS LTDA**(16850663000135) com o lote: 1 no valor total de R$ 294.000,00 (duzentos e noventa e quatro mil reais).

CAMBUQUIRA - MG, 24 de agosto de 2026

WILLIAN BORGES DA SILVA
Condutor de Processos

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2026
Processo Adm: Nº 170/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de remoção intermunicipal de pacientes por meio de Ambulância UTI Móvel Tipo D, na modalidade Base a Base, destinada ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Cambuquira/MG, compreendendo a disponibilização de veículo devidamente equipado, equipe especializada e todos os recursos necessários à execução dos serviços, conforme especificações, quantitativos e co
Empresas vencedoras valor total: R$ 175.000,00(cento e setenta e cinco mil reais):**MEDSUL REMOÇÕES LTDA - EPP**(11143704000130) com o lote: 1 no valor total de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais).

CAMBUQUIRA - MG, 24 de agosto de 2026

LUÍS CÉSAR NUNES BASTOS
Condutor de Processos

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2026
Processo Adm: Nº 166/2026
Objeto: Aquisição de carros de emergência destinados às Unidades Básicas de Saúde (UBS) e às unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF) do Município de Cambuquira/MG, para organização, armazenamento e disponibilização de medicamentos, materiais e equipamentos destinados ao atendimento assistencial das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégias Saúde da Família (ESF), em conformidade com as necessidades das unidades de saúde e com as normas e boas práticas aplicáveis aos serviços de saúde, conforme
Empresas vencedoras valor total: R$ 15.300,00(quinze mil e trezentos reais):**CAPARAO MEDICAL LTDA ME**(57218958000170) com o lote: 1 no valor total de R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).

CAMBUQUIRA - MG, 24 de agosto de 2026

LUÍS CÉSAR NUNES BASTOS
Condutor de Processos

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:B197E614

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
DIVERSAS SECRETARIAS

AVISO DE RESULTADO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 046/2026
Processo Adm: Nº 180/2026
Objeto:A presente contratação tem por objeto a aquisição de abafadores de som infantis (protetores auriculares tipo concha), destinados ao atendimento de alunos com hipersensibilidade auditiva decorrente de Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e demais transtornos do neurodesenvolvimento, matriculados na rede municipal de ensino de Cambuquira/MG, de acordo com as especificações técnicas, condições e quantitativos estabelecidos neste instrument
Empresas vencedoras valor total: R$ 2.519,20(dois mil e quinhentos e dezenove reais e vinte centavos):**RINOTOYS LTDA**(37784943000162) com o lote: 1 no valor total de R$ 2.519,20 (dois mil e quinhentos e dezenove reais e vinte centavos).

CAMBUQUIRA - MG, 24 de agosto de 2026

WILLIAN BORGES DA SILVA
Condutor de Processos

Publicado por:
Eduardo Maciel Bossi
Código Identificador:EB384FA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUQUIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Dispensa Eletrônica 048/2026 PAL 195/2026 - Aquisição de chapa múltipla metálica corrugada galvanizada tipo MP 100 ou tecnicamente equivalente, com espessura nominal de 2,00 mm, diâmetro nominal de 2,00 m e extensão total de 6,00 m, incluindo segmentos, elementos de união, documentação técnica, transporte e descarga, destinada à substituição do tubulão deteriorado existente na Ponte da Palestina, no Município de Cambuquira/MG. O objeto contempla exclusivamente o fornecimento do material, sem montagem, instalação ou execução de serviços civis.

Data Fim de Recebimento da Proposta: até o dia 31/08/2026 às 08h59min.
Data da Sessão: 31/08/2026 às 9h min.

VALDINEI SERAFIM DA CUNHA -
Secretário Municipal de Agricultura

Publicado por:
Luís César Nunes Bastos
Código Identificador:82D2F31E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO MEIO

EXTRATO - Aditivo de Período PROCESSO LICITATÓRIO: N° 260/2025 CONTRATO N° 99/2025 OBJETO: EXTENSÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA: CONSTRUTORA REMO LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 18.225.557/0001-96 Prorrogando se o termo final de vigência do contrato para 28/05/2027, conforme faculta alegislação vigente.Data da assinatura do aditivo: 28/05/2026.

SAMUEL AZEVEDO MARINHO –
Prefeito Municipal de Campo do Meio.

Publicado por:
Laís Reis Marques
Código Identificador:81BC5229

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
EXTRATO DE CONTRATO Nº 119-2026

EXTRATO DE CONTRATO
A Pregoeira Oficial, no desempenho de suas atribuições legais, em atenção a Lei Federal nº. 14.133/21 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados o seguinte extrato:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 119/2026
DISPENSA Nº. 028/2026

OBJETO: Contratação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Cis-Verde, visando estabelecer procedimentos operacionais relativos à elaboração, aprovação e execução do Programa Intermunicipal de Atendimento Médico-Hospitalar, do Atendimento Ambulatorial Especializado, bem como a adoção de medidas técnicas, administrativas e funcionais para atendimento do MUNICÍPIO, para realizar consultas, exames e demais procedimentos em saúde, para pacientes do MUNICÍPIO, incluído atendimento às Ações de "TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO", implementadas pela Secretaria Municipal de Saúde, em complemento ao Sistema Único de Saúde – SUS, conforme tabela de procedimentos, para atendimento das emendas impositivas previstas na Lei Orçamentária Anual.

DETENTORA DOS PREÇOS REGISTRADOS: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO CIS-VERDE, inscrita no CNPJ sob o nº 02.034.350/0001-02.
VALOR GLOBAL: R$ 42.244,00 (quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e quatro reais).
VIGÊNCIA: 12/08/2026 à 31/12/2026.
CERTIFICO para os devidos fins, que o **EXTRATO DE CONTRATO**, foi devidamente publicado no quadro de avisos localizado no "hall" de entrada da Prefeitura Municipal, bem como no site http://www.caparao.mg.gov.br/, conforme disposto na legislação vigente.

Por ser verdade,

Firma a presente.

Caparaó/MG, 24 de agosto de 2026.

Publicado por:
Tayane da Silva Miranda
Código Identificador:6B7F41EC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - DECRETO Nº 1.794/2026

DECRETO Nº. 1.794, DE 18 DE AGOSTO DE 2026

Decreta luto oficial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, IX, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado luto oficial neste dia 18 de agosto de 2026, em razão do falecimento da senhor **Elias Rodrigues dos Santos**, Ex-Vice-Prefeito e honorável cidadão caparaoense.

Parágrafo único. Durante o período de luto, não haverá expediente nas repartições públicas municipais após 12h, devendo os prédios públicos destinados à prestação de serviços essenciais ininterruptos funcionarem com portas encostadas, em sinal de respeito à família do falecido.

Art. 2º O disposto neste Decreto não se aplica aos ocupantes de cargos de provimento em comissão ou exercendo função de confiança, que poderão ser convocados a qualquer tempo, nem às unidades e serviços considerados essenciais ou que, por sua natureza e peculiaridade, não possam ser paralisados ou interrompidos.

§ 1º Durante o período de recesso (ponto facultativo) em razão de luto, o sistema de plantão e os serviços de caráter essencial manterão seus expedientes normais, com atendimento e número de servidores suficientes para a demanda do período.

§ 2º O funcionamento das unidades da Secretaria Municipal de Educação deverá observar o calendário escolar vigente, inclusive quanto à eventual necessidade de reposição de dias letivos, de modo a assegurar o cumprimento do mínimo de dias de efetivo trabalho escolar e da carga horária estabelecidos no inciso I do art. 24 da Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caparaó, 18 de agosto de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:62AC799E

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ
GABINETE DO PREFEITO - DECRETO Nº 1.795/2026

DECRETO Nº. 1.795, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a vedação à veiculação, em bens públicos municipais e em eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo municipal, de publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio de agente operador de apostas de quota fixa – bets, bem como de plataforma de conteúdo adulto ou serviços de cunho sexual.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPARAÓ, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, IX, da Lei Orgânica Municipal, de 22 de março de 1990, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 30, 37, 196 e 227 da Constituição da República; no art. 4º da Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor); nos arts. 74 e 75 da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); no art. 6º da Lei Federal nº. 15.211, de 17 de setembro de 2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente); e na Lei Federal nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO as diretrizes da Lei Municipal nº. 1.556, de 9 de dezembro de 2025, que institui, no âmbito do Município de Caparaó, a Política Municipal de Proteção, Prevenção e Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, estabelecendo ações

contínuas de prevenção, capacitação, conscientização e proteção da população infantojuvenil;
CONSIDERANDO que a exposição de crianças e adolescentes, em espaços públicos ou em eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Público, a publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio de plataformas de conteúdo adulto ou de serviços de cunho sexual mostra-se incompatível com o dever estatal de proteção integral e com a necessidade de preservação de ambientes públicos adequados ao desenvolvimento físico, mental, moral e social de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento;

CONSIDERANDO que a veiculação de publicidade de agentes operadores de apostas de quota fixa (*bets*) em bens públicos e em eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo Municipal pode conferir indevida associação entre a atividade de apostas e a imagem institucional do Poder Público, sendo conveniente preservar os espaços e eventos municipais de mensagens promocionais que possam estimular ou normalizar práticas potencialmente prejudiciais à saúde, à segurança e à proteção econômica dos consumidores;

CONSIDERANDO que compete ao Município, no exercício de sua autonomia constitucional e de sua competência para disciplinar o uso de seus próprios bens, espaços e equipamentos, estabelecer critérios para a publicidade, propaganda, promoção comercial e patrocínio neles veiculados, bem como para os eventos que promova ou apoie;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual nº. 49.279, de 20 de agosto de 2026, que vedou, no âmbito do Estado de Minas Gerais, a veiculação, direta ou indireta, em bens públicos estaduais e em eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo, de publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio de agente operador de apostas de quota fixa – *bets*, bem como de plataforma de conteúdo adulto ou serviços de cunho sexual, recomendando-se a adoção de medidas convergentes pelos Municípios mineiros;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº. 21, de 18 de dezembro de 2015 (Código de Posturas do Município de Caparaó), em seus arts. 110 a 112, disciplina a utilização dos espaços, logradouros e bens de uso público, a veiculação de anúncios, publicidade e propaganda no território municipal, bem como a preservação da ordem, do sossego, da segurança, da higiene, da moralidade e do bem-estar da coletividade, conferindo ao Poder Público Municipal competência para estabelecer limitações administrativas destinadas à proteção do interesse público;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº. SCC/GAB GOVERNADOR nº. 193/2026, de 20 de agosto de 2026 (Protocolo Institucional nº. 143/2026-1Doc), por meio do qual o Governador do Estado de Minas Gerais encaminhou aos Prefeitos mineiros informações acerca dos impactos sociais, econômicos e relacionados à saúde decorrentes da expansão do mercado de apostas esportivas on-line, destacando dados de pesquisa realizada pela Fecomércio MG acerca do endividamento, do comprometimento do pagamento de contas e dos prejuízos à concentração e à produtividade associados às apostas, bem como a necessidade de regulamentar o tema em âmbito municipal;

CONSIDERANDO que a regulamentação municipal ora estabelecida não interfere na exploração ou no funcionamento de atividades econômicas cuja disciplina seja de competência da União, limitando-se a estabelecer condições para a utilização de bens públicos municipais e para a realização ou apoio institucional do Poder Executivo Municipal a eventos, em atenção ao interesse público e às finalidades próprias da Administração;

E CONSIDERANDO, por fim, que a atuação preventiva do Poder Público, mediante a adoção de critérios para a publicidade, propaganda, promoção comercial e patrocínio em bens e eventos públicos, constitui medida de proteção do interesse coletivo e de promoção de ambientes públicos seguros, especialmente para crianças e adolescentes, sem prejuízo dos direitos e competências assegurados pela legislação federal e estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica vedada a veiculação, direta ou indireta, em bens públicos municipais e em eventos promovidos ou apoiados pelo Poder Executivo municipal, de publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio de agente operador de apostas de quota fixa – *bets*, bem como de plataforma de conteúdo adulto ou serviços de cunho sexual.

§ 1º A vedação de que trata o *caput* abrange os meios de comunicação institucional e os bens, espaços, equipamentos e estruturas cuja administração, gestão, exploração ou operação esteja sob responsabilidade do Poder Executivo municipal ou tenha sido concedida, permitida ou autorizada, independentemente da forma de utilização ou exploração econômica.

§ 2º Considera-se publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio:

I - instalação ou exposição de placas, painéis, faixas, *banners*, totens, luminosos, painéis eletrônicos ou equipamentos similares;
II - inserção de marcas ou mensagens publicitárias em telões, sistemas de sonorização ou outros meios de comunicação existentes nos equipamentos públicos;
III - *naming rights* ou denominação de espaços, setores ou equipamentos;
IV - ações de ativação de marca, experiências promocionais ou distribuição de materiais publicitários;
V - exploração de camarotes, espaços exclusivos ou áreas promocionais;
VI - outras formas de comunicação destinadas à divulgação, promoção ou associação de marca aos conteúdos cuja veiculação é vedada por este decreto.

§ 3º Considera-se agente operador de apostas a pessoa jurídica que recebe autorização do Ministério da Fazenda para explorar apostas de quota fixa - *bets*, nos termos do inciso X do art. 2º da Lei Federal nº. 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

Art. 2º Fica vedada a utilização de recursos públicos, direta ou indiretamente, para o custeio de publicidade, propaganda, promoção comercial ou patrocínio cuja veiculação seja vedada por este decreto.

Art. 3º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo municipal adotarão as medidas administrativas necessárias ao cumprimento deste Decreto, inclusive para promover a retirada imediata das veiculações em desacordo com as suas disposições.

Parágrafo único. O Departamento de Tributos e Fiscalização da Secretaria Municipal de Fazenda supervisionará as medidas administrativas de que trata o *caput*, podendo estabelecer normas e diretrizes necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caparaó, 25 de agosto de 2026.

DIÓGENIS DA SILVA MIRANDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique de Matos Martins
Código Identificador:C16523A2

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

SETOR DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA-MG – PROCESSO LICITATÓRIO N° 050/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO RP N° 023/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba, por meio do Setor de

Compras e Licitações, sediado à Praça Misael Luiz de Carvalho, nº 84, bairro Centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO cujo objeto é a seleção de propostas visando o registro de preços **para futura e eventual aquisição, confecção sob medida, fornecimento e instalação de cortinas, trilhos e toldos, incluindo todos os materiais, acessórios e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto**, em conformidade com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. DATA DA SESSÃO: 16 de setembro de 2026, às 09:00h. SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: na internet, nos sites www.licitanet.com.br e https://carmodoparanaiba.mg.gov.br.

Carmo do Paranaíba, 24 de agosto de 2026.

LUCAS DA SILVA MENDES,
Prefeito.

Publicado por:
Simeire Silva Moreira Cunha
Código Identificador:54F81AAA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 092/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 092/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2026.

Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura Municipal, o processo acima referenciado, tipo menor preço por item, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA SEREM EMPREGADOS NAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS.** *O Credenciamento, Recebimento e julgamento das Propostas e Documentos de Habilitação, ocorrerão no dia 08/09/2026 às 08:00 hs*, na Sede da Prefeitura Municipal de Chiador – MG. Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br. Chiador – MG. **Em 24/08/2026**.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:323D9774

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHIADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 093/2026 PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2026.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 093/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2026.

Encontra-se aberto junto a esta Prefeitura Municipal, o processo acima referenciado, tipo menor preço por item, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA AS CRIANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHIADOR EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS.** *O Credenciamento, Recebimento e julgamento das Propostas e Documentos de Habilitação, ocorrerão no dia 08/09/2026 às 10:00 hs*, na Sede da Prefeitura Municipal de Chiador – MG. Informações Tel. (32) 8407-3499. Íntegra do Aviso de Contratação: o Edital Completo poderá ser obtido pelos interessados na Sede da Prefeitura, localizada na Rua Padre Carlos Dondero, nº 16 – Centro. Chiador / MG – CEP: 36.630-000, de segunda a sexta-feira, no horário de 09:00 às 16:00 horas ou pelo endereço eletrônico www.chiador.mg.gov.br ou pelo e-mail: licitacao@chiador.mg.gov.br.

Chiador – MG. **Em 24/08/2026**.

MAURÍCIO BARBOSA MONTEIRO.
Pregoeiro.

Publicado por:
Maria Regina Costa de Souza Reis
Código Identificador:256968DA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE ADITIVO, REFERENTE AO 2º(SEGUNDO), 3º(TERCEIRO) E 4º(QUARTO) TERMO ADITIVO, SOB O CONTRATO Nº 141/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA EXTRATO DE ADITIVO, REFERENTE AO 2º(SEGUNDO), 3º(TERCEIRO) E 4º(QUARTO) TERMO ADITIVO, SOB O CONTRATO Nº 141/2025

EXTRATO DE ADITIVO
EXTRATO DE ADITIVO, referente ao 2º(SEGUNDO) termo aditivo, sob o contrato nº 141/2025, Tipo de Termo Aditivo: INCLUSÃO DE NOVO ITEM, Processo Administrativo nº:113/2025, Forma de Contratação: Concorrência nº 004/2025, contratada: **FAF SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.577.551/0001-98.
Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de pavimentação no trecho Coimbra/Monte Celeste, Contrato de Repasse nº 949253/2023 – Operação nº 109020234, de Coimbra e União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal.
Valor do item incluído: R$ 4.735,3208; quantidade incluída: 4 um (PV EM CONCRETO ARMADO 1,00X1,00m); valor total aditivo: R$ 18.941,28.

EXTRATO DE ADITIVO
EXTRATO DE ADITIVO, referente ao 3º(TERCEIRO) termo aditivo, sob o contrato nº 141/2025, Tipo de Termo Aditivo: SUPRESSÃO DE DOIS ITENS, Processo Administrativo nº:113/2025, Forma de Contratação: Concorrência nº 004/2025, contratada: **FAF SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.577.551/0001-98.
Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de pavimentação no trecho Coimbra/Monte Celeste, Contrato de Repasse nº 949253/2023 – Operação nº 109020234, de Coimbra e União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal.
Data de assinatura: 24/08/2026.
Valor dos itens suprimidos: R$ 2.141,8127 (BASE PARA PV EM ALVENARIA) e R$ 1.064,2747 (ACRÉSCIMO PARA PV EM ALVENARIA); quantidade suprimida: 3 un (ambos os itens); valor total aditivo: R$ 9.618,2622.

EXTRATO DE ADITIVO
EXTRATO DE ADITIVO, referente ao 4º(QUARTO) termo aditivo, sob o contrato nº 141/2025, Tipo de Termo Aditivo: ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO E VALOR NO CONTRATO, Processo Administrativo nº:113/2025, Forma de Contratação: Concorrência nº 004/2025, contratada: **FAF SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 44.577.551/0001-98.
Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de pavimentação no trecho Coimbra/Monte Celeste, Contrato de Repasse nº 949253/2023 – Operação nº 109020234, de Coimbra e

União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal.
Data de assinatura: 24/08/2026.
Valor total do aditivo -> R$ 41.095,15 (Quarenta e um mil, noventa e cinco reais, quinze centavos).

Coimbra-MG, 24 de agosto de 2026

JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS
Chefe Geral de Obras

Publicado por:
Kaio Henrique Furtado
Código Identificador:5C6878CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE ADITIVO, REFERENTE AO 5º(QUINTO) E 6º(SEXTO) TERMO ADITIVO, SOB O CONTRATO Nº 083/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA EXTRATO DE ADITIVO, REFERENTE AO 5º(QUINTO) E 6º(SEXTO) TERMO ADITIVO, SOB O CONTRATO Nº 083/2025

EXTRATO DE ADITIVO
EXTRATO DE ADITIVO, referente ao 5º(QUINTO) termo aditivo, sob o contrato nº 083/2025, Tipo de Termo Aditivo: INCLUSÃO DE NOVO ITEM, Processo Administrativo nº:075/2025, Forma de Contratação: Concorrência nº 001/2025, contratada: **FA CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI -EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.048.484/0001-32.
Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de reforma do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Coimbra/MG.
Valor total do aditivo: R$ 18.390,13.

EXTRATO DE ADITIVO
EXTRATO DE ADITIVO, referente ao 6º(SEXTO) termo aditivo, sob o contrato nº 083/2025, Tipo de Termo Aditivo: ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO DE ITENS E VALOR NO CONTRATO, Processo Administrativo nº:075/2025, Forma de Contratação: Concorrência nº 001/2025, contratada: **FA CONSTRUTORA E ENGENHARIA EIRELI -EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.048.484/0001-32.
Objeto: Contratação de empresa especializada na Prestação de serviços de reforma do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Coimbra/MG.
Valor total do aditivo: R$ 25.778,53.

Coimbra-MG, 24 de agosto de 2026

ANA PAULA LANA DE ARAÚJO TEIXEIRA
Diretora de Assistência Social

Publicado por:
Kaio Henrique Furtado
Código Identificador:1865DCC2

PREFEITURA MUNICIPAL DE COIMBRA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO 114/2026 E O EXTRATO DE CONTRATO 112/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E O EXTRATO DE CONTRATO:

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO, referente ao Processo Administrativo nº 114/2026, Inexigibilidade nº 028/2026, cujo objeto: Tem por objeto a inexigibilidade de licitação para contratação de profissional de notória especialização para realização de 03 (três) palestras educativas presencial intituladas "Valorização da Vida e Prevenção às Drogas", "O exercício da excelência em serviços para profissionais da Educação e da Assistência Social" e "Os desafios na educação dos filhos" destinada a professores, estudantes, pais e familiares do município. A palestra ocorrerá nos dias 03 e 04 de setembro de 2026, no ginásio poliesportivo de Coimbra. O valor de cada inscrição é de R$ 7.500,00, sendo o valor total R$ 22.500,00. A homologação ocorreu no dia 21/08/2026.
EXTRATO DO CONTRATO Nº 112/2026 – CONTRATADA: BRUNO CRISTIAN ASSUMPCAO ROSA LTDA - CNPJ: 13.372.070/0001-12, Valor Total de R$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos reais).
Data de assinatura: 21/08/2026, Vigência: 21/08/2026 a 21/11/2026.

Coimbra-MG, 24 de agosto de 2026

RAISSA ARAÚJO MORAIS
Diretora Municipal de Saúde

Publicado por:
Kaio Henrique Furtado
Código Identificador:BF4C5968

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DAS PEDRAS

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DAS PDRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 65/2026

A Prefeitura Municipal de Conceição das Pedras /MG, situada a Praça Francisco Rodrigues dos Santos, 20 ,Centro, Conceição das Pedras/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.025.908/0001-15, através de sua Equipe de Licitação de Pregão designados pela Portaria nº2642/2026, publicada em 09/06/2026,torna publico o extrato de Ata nº 65/2026,Processo Licitatorio nº 87/2026 e Pregão Presencial 33/2026,cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS E PEDIÁTRICAS PARA NUTRIÇÃO ORAL E ENTERAL,DESTINADAS AO ATENDIMENTO DE ORDEM JUDICIAL,com a empresa:

Ata 65/2026 :LEONE COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, pessoa juridica de direito privado,inscrita no CNPJ sob o Nº 28.738.688/0001-20,pelo valor estimado global de R$ 36.080,00 (Trinta e Seis Mil e Oitenta Reais).
Com Vigência de 24/08/2026 a 23/08/2027

Publicado por:
Elis Regina Merces Faria Reis
Código Identificador:F29AD095

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS
TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2025

CONTRATANTE: Município de Confins/MG**, CNPJ:** 01.006.232/0001-10, com interveniência da:**Secretária Municipal de Administração, Secretária Municipal de Educação, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, e pelo Secretário Municipal de Saúde.**
CONTRATADA: SCJ ATACADO E DISTRIBUICAO LTDA, inscrito no **CNPJ 51.490.695/0001-78**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFINS, CONFORME QUANTITATIVOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, MAPA DE RISCO ANEXO I E II E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.
Fundamentação Legal: Há possibilidade jurídica de formalização da extinção consensual da Ata de Registro de Preços nº 112/2025, em razão da manifestação expressa da empresa quanto ao seu desinteresse na prorrogação de sua vigência, observadas as disposições do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, da Cláusula Décima Quarta da Ata de Registro de Preços nº 112/2025 e da regulamentação municipal aplicável.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO
Fica rescindida, por mútuo acordo entre as partes, a Ata de Registro de Preços nº 112/2025, com efeitos a partir da assinatura deste instrumento, em razão da manifestação expressa da empresa quanto ao seu desinteresse na prorrogação de sua vigência, conforme consignado no Memorando nº 2.426/2026, de 23 de junho de 2026, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação, na qualidade de gestora da referida Ata de Registro de Preços, e do Parecer Jurídico nº 155/2026.
Incumbirá ao município divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no respectivo sítio oficial deste Município www.confins.mg.gov.br, na forma prevista no artigo 94 da Lei 14.133, de 2021 e em atenção ao art 82 e no art. 14, do Decreto Municipal nº 1.327, de 14 março de 2023.
DATA DE ASSINATURA: 25/06/2026
CONTRATANTE: Secretária Municipal de Administração, Sra. Sâmara Angélica Gonçalves Araújo Chalita, pela **Secretária Municipal de Educação, Sra.** Márcia Cristina Ribeiro dos Reis Martins, pela **Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Sra.** Raquel Andreza de Jesus e pelo **Secretário Municipal de Saúde, Sr.** Weslei Denis Ramos.
CONTRATADA: Sr. Alexandre Dionisio Vieira **RG:** MG-10.xxx.x16 **SSP/MG** e **CPF:** 012.xxx.xxx-73
DATA DA PUBLICAÇÃO: 25/08/2026
LOCAL DA PUBLICAÇÃO: Órgão Oficial de Publicação – http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg

Publicado por:
Pamela Aparecida Calazans Silva
Código Identificador:B74B8AB4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÓRREGO DO BOM JESUS

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, através de seu pregoeiro, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 134/2026 – Pregão Presencial nº 063/2026 – Registro de Preço. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SERRALHERIA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Entrega e abertura dos envelopes no dia 17/09/2026 às 09h00min. Edital e maiores informações na sede da Prefeitura na Rua Doze de Dezembro, 347, Tel: (35) 3432-1122, Site: www.corregodobomjesus.mg.gov.br ou pelo E-mail: compras@corregodobomjesus.mg.gov.br.

Córrego do Bom Jesus, 24 de agosto de 2026 –

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:E3E2A187

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, através de seu pregoeiro, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 135/2026 – Pregão Presencial nº 064/2026 – Registro de Preço. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, DE COMUNICAÇÃO VISUAL E PERSONALIZADOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Entrega e abertura dos envelopes no dia 24/09/2026 às 09h00min. Edital e maiores informações na sede da Prefeitura na Rua Doze de Dezembro, 347, Tel: (35) 3432-1122, Site: www.corregodobomjesus.mg.gov.br ou pelo E-mail: compras@corregodobomjesus.mg.gov.br.

Córrego do Bom Jesus, 24 de agosto de 2026 –

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:5BF12684

DIRETORIA DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CÓRREGO DO BOM JESUS/MG, através de seu pregoeiro, torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 133/2026 – Pregão Presencial nº 062/2026 – Registro de Preço. Tipo Menor Preço por Item. Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS E ADMINISTRATIVO PARA USO INTERNO. Entrega e abertura dos envelopes no dia 22/09/2026 às 09h00min. Edital e maiores informações na sede da Prefeitura na Rua Doze de Dezembro, 347, Tel: (35) 3432-1122, Site: www.corregodobomjesus.mg.gov.br ou pelo E-mail: compras@corregodobomjesus.mg.gov.br.

Córrego do Bom Jesus, 24 de agosto de 2026 –

SEBASTIÃO TEODORO DA SILVA –
Pregoeiro.

Publicado por:
Beatriz Garcia
Código Identificador:E4609CD0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLANDIA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO 104

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE CONTRATO N° 104/2026. Torna público o extrato do contrato N° 104/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e JONAN DA CONCEIÇÃO RIBEIRO, CNPJ: N° 15.030.488/0001-77. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS PARA ATENDER O MUNÍCIPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS. Dispensa: 029/2026. Valor: R$ 60.700,00 (sessenta mil reais). Vigência: 17/08/2026 até 31/12/2026.

Divinolândia de Minas/MG, 24 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:B91E00F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO 105

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE CONTRATO N° 105/2026. Torna público o extrato do contrato N° 105/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e ELLO SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA, CNPJ N° 21.287.369/0001-05. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO E REVISÃO DE ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO, INCLUINDO CÁLCULOS DE VIABILIDADE TRIBUTÁRIA DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DOS IMÓVEIS URBANOS E SEUS FATORES CORRETIVOS QUE INCIDIRÁ O IPTU NA ZONA URBANA, NAS ÁREAS URBANIZÁVEIS OU DE EXPANSÃO URBANA. Inexigibilidade: 027/2026. Valor: R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais). Vigência: 19/08/2026 até 31/12/2026.

Divinolândia de Minas/MG, 24 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:0552B677

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATO DE CONTRATO 99

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE CONTRATO N° 099/2026. Torna público o extrato do contrato N° 099/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e BR PRODUÇÕES LTDA - ME, CNPJ N° 15.004.334/0001-00. Objeto: Contratação de Show Artístico Musical a ser realizado no 47° Jubileu de Nossa Senhora Aparecida. Inexigibilidade: 026/2026. Valor: R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Vigência: 10/08/2026 até 31/12/2026.

Divinolândia de Minas/MG, 24 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:C8FCE2F2

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATOS ATAS 074 E 075

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 074/2026. Torna público o extrato de ata de registro de preço N° 074/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e GHNET TELECOM LTDA, CNPJ/MF N° 07.117.821/0001-51. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA PARA OS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS/MG. Pregão Eletrônico: 018/2026. Valor: R$ 143.232,00 (cento e quarenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais). Vigência: 14/08/2026 até 14/08/2027.

Divinolândia de Minas/MG, 24 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 075/2026. Torna público o extrato de ata de registro de preço N° 075/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e VGP INTERNET LTDA, CNPJ/MF N° 07.929.894/0001-48. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA PARA OS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS/MG. Pregão Eletrônico: 018/2026. Valor: R$ 36.120,00 (trinta e seis mil cento e vinte reais). Vigência: 14/08/2026 até 14/08/2027.

Divinolândia de Minas/MG, 24 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:9218229F

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS
EXTRATOS DE CONTRATOS CRED 004

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE CONTRATO N° 102/2026. Torna público o extrato do contrato N° 102/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e TOMUS E IMAGEM LTDA, CNPJ N° 08.738.019/0001-41. Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVERSAS ESPECIALIDADES MÉDICAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS.** Inexigibilidade: 018/2026. Credenciamento: 004/2026. Valor: R$ 133.600,00 (cento e trinta e três mil e seiscentos reais). Vigência: 14/08/2026 até 14/08/2027.

Divinolândia de Minas/MG, 24 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE CONTRATO N° 101/2026. Torna público o extrato do contrato N° 101/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e TAMARA CORREA MAGALHAES SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ N° 59.176.202/0001-31. Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVERSAS ESPECIALIDADES MÉDICAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS.** Inexigibilidade: 018/2026. Credenciamento: 004/2026. Valor: R$ 133.600,00 (cento e trinta e três mil e seiscentos reais). Vigência: 14/08/2026 até 14/08/2027.

Divinolândia de Minas/MG, 24 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG: EXTRATO DE CONTRATO N° 103/2026. Torna público o extrato do contrato N° 103/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Divinolândia De Minas/MG e GVR COSTA SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ N° 68.107.211/0001-61. Objeto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVERSAS ESPECIALIDADES MÉDICAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS.** Inexigibilidade: 018/2026. Credenciamento: 004/2026. Valor: R$ 411.667,58 (quatrocentos e onze mil seiscentos e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos). Vigência: 14/08/2026 até 14/08/2027.

Divinolândia de Minas/MG, 24 de agosto de 2026,

GEUBER DE PINHO CAMPOS –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Paloma de Souza Figueiredo
Código Identificador:95D662CE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO DO DOURADO

SETOR DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA 00006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO-MG. Aviso de licitação. Concorrência Presencial nº 00006/2026. Processo Administrativo n° 00146/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação dos trechos I e II da Estrada Principal do Bairro Ponte Alta III, zona rural, incluindo o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e a mão de obra necessária à execução da obra, em

atendimento às necessidades do Município de Espírito Santo do Dourado/MG. A sessão pública ocorrerá às 09h00min do dia 10 de setembro de 2026, na sede da Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.espdourado.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações pelo telefone (35) 3454-1000 ou pelo e-mail licita@espdourado.mg.gov.br.

Espírito Santo do Dourado, 24 de agosto de 2026.

HÉRICA ALVARENGA -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Wualley Yuri Ribeiro Serapião
Código Identificador:57D472DF

SETOR DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA 00007/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO DOURADO-MG. Aviso de licitação. Concorrência Presencial nº 00007/2026. Processo Administrativo n° 00148/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação das Ruas II, III e V do Bairro Serra dos Gonçalves, zona urbana, incluindo o fornecimento de materiais, insumos, equipamentos e a mão de obra necessária à execução da obra, em atendimento às necessidades do Município de Espírito Santo do Dourado/MG. A sessão pública ocorrerá às 13h00min do dia 10 de setembro de 2026, na sede da Prefeitura Municipal. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.espdourado.mg.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações pelo telefone (35) 3454-1000 ou pelo e-mail licita@espdourado.mg.gov.br.

Espírito Santo do Dourado, 24 de agosto de 2026.

HÉRICA ALVARENGA -
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Wualley Yuri Ribeiro Serapião
Código Identificador:42027354

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE EUGENÓPOLIS

LICITAÇÃO
CHAMADA PUBLICA Nº 001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Eugenópolis torna pública a realização do Processo Licitatório nº 052/2026, Chamada Pública nº 001/2026 – Objeto: Chamada pública visando o credenciamento de agricultores familiares e de empreendedores familiares rurais ou de suas organizações para aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar em atendimento ao programa nacional de alimentação escolar (PNAE), conforme Edital e seus Anexos – Valor estimado da contratação R$ 103.189,00 - Hora e Data da Sessão e Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 15/09/2026 – O edital poderá ser adquirido no Portal da Transparência (www.eugenopolis.mg.gov.br) e no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Eugenópolis/MG, na Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Centro, das 08:00 ás 16:00 horas nos dias úteis – Informações pelo tel. (32) 3724-1133 –

GILVANE AMAIA ALVES –
Secretária Municipal de Administração.

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:C662FF3E

LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Eugenópolis
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2026
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026
TIPO: Não se aplica
APLICAÇÃO LC 123/2006: Ampla Concorrência
OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços na realização de Exames Laboratoriais em anexo e conforme rotina adotada pela Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 937.256,80 (novecentos e trinta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).
DATA DE INÍCIO PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: 26/08/2026
ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO: Em até 5 dias úteis após o recebimento da documentação.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO: 26/08/2026 à 26/08/2027.

DISPOSIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:
O Edital e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Eugenópolis, no endereço https://eugenopolis.mg.gov.br/transparencia/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas pessoalmente junto ao departamento de licitação do Município, sito à Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Bairro Centro ou através do e-mail **licitacao@eugenopolis.mg.gov.br** ou pelo telefone (32)3724-1133, em dias úteis, em horário de expediente, das 08:00 h às 16:00h.

Eugenópolis, 17 de agosto de 2026.

GILVANE AMAIA ALVES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:1D316B8A

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 020/2026

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Eugenópolis
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 054//2026
PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2026
TIPO: Menor Preço por Item
APLICAÇÃO LC 123/2006: Exclusivo para ME, EPP e MEI com itens de ampla concorrência e reserva de cotas (25%).
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio medicinal e ar comprimido, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme Edital e seus Anexos.
VALOR ESTIMADO: R$ 487.274,50 (quatrocentos e oitenta e sete mil, duzentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).
DATA DA SESSÃO: 08/09/2026
HORÁRIO DA SESSÃO: 09:00 H (Horário de Brasília)

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS:
O Aviso de Licitação e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Eugenópolis, no endereço https://eugenopolis.mg.gov.br/transparencia/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas pessoalmente junto ao departamento de licitação do Município, sito à Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Bairro Centro ou através do e-mail **licitacao@eugenopolis.mg.gov.br** ou pelo telefone (32)3724-1133, em dias úteis, em horário de expediente, das 08:00 h às 16:00h.

Eugenópolis, 17 de agosto de 2026.

GILVANE AMAIA ALVES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:5330754B

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 021/2026

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Eugenópolis
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 055//2026
PREGÃO PRESENCIAL N.º 021/2026
TIPO: Menor Preço por Item
APLICAÇÃO LC 123/2006: Exclusiva ME, EPP e MEI
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de confecção de prótese dentária, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme Edital e seus Anexos.
VALOR ESTIMADO: R$ 240.989,00 (duzentos e quarenta mil, novecentos e oitenta e nove reais).
DATA DA SESSÃO: 10/09/2026
HORÁRIO DA SESSÃO: 09:00 H (Horário de Brasília)

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS:
O Aviso de Licitação e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Eugenópolis, no endereço https://eugenopolis.mg.gov.br/transparencia/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas pessoalmente junto ao departamento de licitação do Município, sito à Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Bairro Centro ou através do e-mail **licitacao@eugenopolis.mg.gov.br** ou pelo telefone (32)3724-1133, em dias úteis, em horário de expediente, das 08:00 h às 16:00h.

Eugenópolis, 18 de agosto de 2026.

GILVANE AMAIA ALVES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:40B542BE

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022/2026

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Eugenópolis
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2026
TIPO: Menor Preço por Item
APLICAÇÃO LC 123/2006: Exclusivo para ME, EPP e MEI.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de construção, manutenção, reparos e acessórios diversos, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Obras, Atividades Urbanas e Estradas, conforme edital e seus anexos.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 282.953,70 (duzentos e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e três reais e setenta centavos).
DATA DA SESSÃO: 11/09/2026
HORÁRIO DA SESSÃO: 09:00 H (Horário de Brasília)

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS:
O Aviso de Licitação e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Eugenópolis, no endereço https://eugenopolis.mg.gov.br/transparencia/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas pessoalmente junto ao departamento de licitação do Município, sito à Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Bairro Centro ou através do e-mail **licitacao@eugenopolis.mg.gov.br** ou pelo telefone (32)3724-1133, em dias úteis, em horário de expediente, das 08:00 h às 16:00h.

Eugenópolis, 18 de agosto de 2026.

GILVANE AMAIA ALVES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:45B91608

LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 023/2026

EXTRATO DO AVISO DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Eugenópolis
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 057/2026
PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2026
TIPO: Menor Preço por Item
APLICAÇÃO LC 123/2006: Exclusiva ME, EPP e MEI
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha em atendimento as demandas das Secretarias Municipais, conforme Edital e seus Anexos.
VALOR ESTIMADO: R$ 88.794,49 (Oitenta e oito mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e nove centavos).
DATA DA SESSÃO: 14/09/2026
HORÁRIO DA SESSÃO: 09:00 H (Horário de Brasília)

DISPOSIÇÃO DO AVISO E SEUS ANEXOS:
O Aviso de Licitação e seus Anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Eugenópolis, no endereço https://eugenopolis.mg.gov.br/transparencia/licitacoes.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas pessoalmente junto ao departamento de licitação do Município, sito à Praça Ângelo Rafael Barbuto, nº 58, Bairro Centro ou através do e-mail **licitacao@eugenopolis.mg.gov.br** ou pelo telefone (32)3724-1133, em dias úteis, em horário de expediente, das 08:00 h às 16:00h.

Eugenópolis, 18 de agosto de 2026.

GILVANE AMAIA ALVES
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ivone Aparecida da Cruz
Código Identificador:51550180

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/2026

CONTRATANTE: Município de Florestal, por meio da Secretaria Municipal de Governo, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar Dispensa de Licitação n° 054/2026 com critério de julgamento MENOR PREÇO UNITÁRIO, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, para:
OBJETO: Contratação de empresa especializada ou profissional eletricista para a prestação de serviços de manutenção, acompanhamento e suporte técnico elétrico, em regime de plantão, durante a realização do evento Florestal Gourmet 2026, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, nos termos do Aviso de Dispensa de Licitação.
PERÍODO DE PROPOSTAS: De 26/08/2026 às 07:00hAté 28/08/2026 às 23:59h
Email: compras@florestal.mg.gov.br (Somente serão aceitas propostas recebidas através do e-mail disponibilizado neste aviso de dispensa de licitação). Poderão, ainda, serem protocoladas propostas presencialmente, no horário de 07hrs às 17hrs, no Setor Compras da Prefeitura Municipal de Florestal, no endereço Rua Benedito Valadares, 243, Centro, Florestal/MG.
Aviso de dispensa e Termo de Referência estarão disponíveis no Site https://www.florestal.mg.gov.br/portal/editais/4
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:SIM

NAYARA DE SOUZA GONÇALVES
Agente de Contratação

Publicado por:
Gleiciane Aparecida da Silva
Código Identificador:AA366292

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

CONTRATANTE: Município de Florestal, por meio da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar Dispensa de Licitação n° 055/2026 com critério de julgamento MENOR PREÇO UNITÁRIO, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, para:
OBJETO: Aquisição de tela e acessórios para cerca de alambrado da lateral do ribeirão ao lado da área de lazer parquinho do CELTC para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, nos termos do Aviso de Dispensa de Licitação.
PERÍODO DE PROPOSTAS: De 26/08/2026 às 07:00hAté 28/08/2026 às 23:59h
Email: compras@florestal.mg.gov.br (Somente serão aceitas propostas recebidas através do e-mail disponibilizado neste aviso de dispensa de licitação). Poderão, ainda, serem protocoladas propostas presencialmente, no horário de 07hrs às 17hrs, no Setor Compras da Prefeitura Municipal de Florestal, no endereço Rua Benedito Valadares, 243, Centro, Florestal/MG.
Aviso de dispensa e Termo de Referência estarão disponíveis no Site https://www.florestal.mg.gov.br/portal/editais/4
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:SIM

NAYARA DE SOUZA GONÇALVES
Agente de Contratação

Publicado por:
Gleiciane Aparecida da Silva
Código Identificador:9383A615

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

PREFEITURA
HOMOLOGAÇÃO DE CONTRATO

Processo nº. 118/2026, Pregão Eletrônico nº. 71/2026. Objeto: Aquisição de veículo de passeio 0 km, tipo sedã para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com recursos provenientes da Emenda Parlamentar nº 204127. Empresas vencedoras: MARKA VEICULOS E PEÇAS S/A. 24/08/2026 -

JOÃO CARLOS MINCHILO –
Prefeito

Publicado por:
Claudineia do Carmo Rodrigues Melo
Código Identificador:7F78D00F

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA

PREFEITURA MUNICIPAL DE INIMUTABA
PORTARIA Nº 71/2026

PORTARIA Nº 71, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Instaura Sindicância Administrativa para apuração de fatos ocorridos no âmbito da Escola Municipal Gentil de Matos e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Inimutaba, no exercício das atribuições que lhe confere o art. 74, XVI e art. 101, II, *c*, da Lei Orgânica do Município;
Considerando o art. 17, da Lei Complementar nº 64, de 13 de outubro de 2025, que Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Inimutaba;
Considerando a necessidade de apurar fatos relacionados a conflitos funcionais ocorridos no âmbito da Escola Municipal Gentil de Matos, envolvendo servidores lotados na unidade;
Considerando que, em apuração administrativa preliminar, foram colhidas declarações da servidora interessada, da Diretora da unidade escolar e de outros servidores, tendo sido identificadas versões divergentes acerca dos fatos;
Considerando que os elementos inicialmente colhidos recomendam o aprofundamento da apuração, sem que se antecipe juízo quanto à responsabilidade de qualquer dos envolvidos:
RESOLVE:
Art. 1º Fica instaurada Sindicância Administrativa destinada a apurar os fatos ocorridos no âmbito da Escola Municipal Gentil de Matos, especialmente aqueles relacionados aos conflitos funcionais envolvendo servidores da unidade escolar.
Art. 2º Constituem objeto da presente Sindicância, sem prejuízo de outros fatos conexos que venham a ser identificados no curso da apuração:
I – apurar as circunstâncias relacionadas à distribuição das atividades entre os servidores ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, especialmente quanto às funções de limpeza e preparo e distribuição da merenda escolar;
II – verificar as circunstâncias relacionadas às determinações da chefia da unidade escolar e ao seu eventual cumprimento ou descumprimento pelos servidores envolvidos;
III – apurar os fatos relacionados aos episódios de discussão e aos alegados desentendimentos ocorridos entre as servidoras;
IV – apurar as circunstancias das alegadas ofensas e demais condutas atribuídas aos envolvidos;
V – verificar a existência ou não de tratamento funcional diferenciado ou favorecimento entre servidores da unidade escolar;

VI – apurar as circunstancias relacionadas às penalidades disciplinares aplicadas no contexto dos fatos objeto desta Sindicância, inclusive quanto aos fatos que lhes deram origem e à autoridade responsável por sua aplicação;

VII – verificar a eventual existência de infração funcional e, sendo o caso, a responsabilidade dos envolvidos.
Art. 3º Para cumprimento do disposto nesta Portaria, fica constituída Comissão Sindicante composta pelos seguintes servidores efetivos:
I – Kelly Cristina de Souza Duque, Diretora Escolar, matrícula nº 957, que a presidirá;
II – Edvânia Barbosa Araújo Faria, Auxiliar de Apoio Administrativo da Educação, matrícula nº 670;
III – Geralda Costa de Oliveira Cruz, Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, matrícula nº 642.

Art. 4º Compete à Comissão Sindicante promover as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos.
Art. 5º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir a investigação, contados da data da instalação da Comissão.
Art. 6º Ficam os membros da Comissão autorizados a reportar-se diretamente à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão Fazendária, em diligências necessárias à instrução do procedimento de sindicância.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Inimutaba, 24 de agosto de 2026.

EMERSOMM DANEZZI
Prefeito

Publicado por:
Marilene Mendes Dos Santos
Código Identificador:FDE49A6E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAÍ DE MINAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA. EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025.POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB).

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA. **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025**.**POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB)**. A Secretaria Municipal de Cultura do Município de Iraí de Minas/MG, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento aos princípios da publicidade, transparência e eficiência do ato administrativo, torna pública, em **caráter extemporâneo**, a **HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL** do Edital de Chamamento Público nº 01/2025 (PNAB), cujos trâmites de seleção, formalização do Termo de Execução Cultural e respectivo pagamento foram devidamente efetuados no exercício de 2025, conforme demonstrado a seguir: a) **Categoria:** Audiovisual (Fomento a Produção de vídeos curtos); b) **Proponente Contemplado:** Milne Barbosa Leal; c) **Nome do Projeto:** *Podcats em Iraí – Mais informações e Cultura*; d) **Valor Concedido e Pago:** R$ 20.000,00 (vinte mil reais); e) **Status do Processo:** Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2025; f) **Categoria:** Curso de Capacitação (Formação no Autismo); g) **Proponente Contemplado:** Armante Alberto Figueredo Neto; h) **Nome do Projeto:** *Autismo – Quando se compreende todas as peças se encaixam;* i) **Valor Concedido e Pago:** R$ 5.000,00 (cinco mil reais); j) **Status do Processo:** Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2025; k) **Categoria:** Curso de Formação (Gestão Cultural); l) **Proponente Contemplado:** Bagagem Cultura e Treinamentos LTDA; m) **Nome do Projeto:** *Legislação*; n) **Valor Concedido e Pago:** R$ 3.000,00 (três mil reais); o) **Status do Processo:** Projeto homologado e recurso financeiro repassado no exercício de 2025. Esta publicação visa conferir eficácia e plena publicidade aos atos administrativos praticados à época e sanar a ausência da divulgação oficial no exercício correspondente.

Taiana Afonso Dias,
Secretária Municipal de Cultura,
Município de Iraí de Minas/MG.

Iraí de Minas - MG, 20 de agosto de 2026.

Publicado por:
Evelyn Florence Faria Correa
Código Identificador:08C5DF6A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMONTE

PROCURADORIA E SECRETARIA
EDITAL CHAMAMENTO CODEMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026

INTERESSADO: Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA / Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
ASSUNTO: Atualização da composição dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA.

O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA com o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.447/2021 e no seu Regimento Interno, determina a abertura do presente Processo Administrativo destinado à atualização da composição dos membros do Conselho, visando assegurar a representação do Poder Público e da sociedade civil organizada, garantindo a continuidade das atividades deliberativas, consultivas e normativas do colegiado.

Determine-se a elaboração e publicação do Edital de Chamamento Público pelo CODEMA, destinado às entidades representativas da sociedade civil.

Itamonte, 24 de agosto de 2026.

ANDRESSA SANTOS CHAVES
Presidente do CODEMA

JUSTIFICATIVA

O Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA constitui órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e normativo da política ambiental municipal.
Considerando a necessidade de atualização da composição dos representantes da sociedade civil, torna-se necessária a realização de chamamento público pelo próprio Conselho para assegurar ampla publicidade, transparência, participação democrática e observância aos princípios da Administração Pública.
O presente procedimento busca garantir que todas as entidades aptas tenham oportunidade de integrar o Conselho durante o mandato previsto na legislação municipal, mediante procedimento público, objetivo e documentado conduzido pelo órgão colegiado.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026

Dispõe sobre o processo de atualização da composição dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE – CODEMA DE ITAMONTE/MG, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.447/2021 e no Regimento Interno do CODEMA, torna público o presente Edital de Chamamento Público para habilitação de entidades da sociedade civil interessadas em compor o Conselho.

CAPÍTULO I – DO OBJETO
Art. 1º O presente Edital, elaborado e expedido pelo CODEMA, tem por objeto promover a atualização da composição dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA.

Art. 2º O mandato dos representantes da sociedade civil no CODEMA será de 02 (dois) anos, observadas as disposições da Lei Municipal nº 2.447/2021 e do Regimento Interno do CODEMA.
§ 1º O mandato terá início com a posse dos conselheiros nomeados para a composição decorrente deste processo e terá duração de 02 (dois) anos, observadas as disposições legais e regimentais aplicáveis.

Art. 3º O processo observará as seguintes etapas: inscrição, análise e habilitação, fase recursal, habilitação definitiva, escolha entre entidades concorrentes, quando necessária, publicação do resultado final, nomeação e posse.

CAPÍTULO II – DAS VAGAS
Art. 4º Serão preenchidas as vagas destinadas aos representantes da sociedade civil previstas na Lei Municipal nº 2.447/2021, compreendendo:
I – Associação Comercial e Industrial;
II – Associação de Bairro;
III – 02 (duas) entidades do Terceiro Setor com sede no Município.

Art. 5º Cada entidade deverá indicar 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente.
§ 1º A entidade habilitada não será considerada automaticamente eleita quando houver mais de uma entidade concorrente para a mesma representação.

§ 2º Havendo somente uma entidade habilitada para determinado segmento, esta será considerada representante daquele segmento, dispensada a realização de Assembleia para escolha.

CAPÍTULO III – DAS INSCRIÇÕES

Art. 6º As inscrições serão realizadas no período de 24/08/2026 a 04/09/2026.
§ 1º A inscrição presencial será realizada na sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente (órgão de apoio executivo do CODEMA), localizada na Rua Prefeito José Ribeiro Pereira Filho, nº 206, Centro, Itamonte/MG, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
§ 2º As inscrições poderão também ser encaminhadas por e-mail para meioambiente@itamonte.mg.gov.br.
§ 3º Para inscrições encaminhadas por e-mail, serão considerados os documentos recebidos até as 23h59 do dia 04/09/2026.
§ 4º A documentação deverá ser apresentada de forma legível e completa, sob pena de inabilitação, observadas as regras deste Edital.

CAPÍTULO IV – DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 7º A entidade deverá apresentar:
I – Requerimento de inscrição;
II – Ofício indicando representante titular e suplente, com telefone celular e e-mail;
III – Estatuto Social atualizado;
IV – Ata de eleição da atual diretoria;
V – Cartão do CNPJ;
VI – Documento de identidade do titular;
VII – Documento de identidade do suplente;
VIII – Declaração da entidade, conforme Anexo IV.
Parágrafo único. A entidade deverá possuir sede ou atuação no Município de Itamonte, conforme previsto na legislação aplicável e declarado no Anexo IV.

CAPÍTULO V – DA HABILITAÇÃO E DOS RECURSOS

Art. 8º A documentação será analisada por Comissão Organizadora/Eleitoral designada pelo CODEMA, no prazo previsto no cronograma deste Edital, assegurando-se tempo suficiente para a conferência dos documentos e do atendimento aos requisitos de habilitação.

Art. 9º Encerrada a análise, o CODEMA publicará a relação preliminar das entidades habilitadas e inabilitadas, com indicação do motivo da eventual inabilitação.

Art. 10. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá recurso administrativo endereçado ao CODEMA no prazo de 07 (sete) dias úteis, contado da publicação do resultado preliminar.

§ 1º O recurso deverá ser protocolado presencialmente na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ou encaminhado para o e-mail meioambiente@itamonte.mg.gov.br, dirigido à Comissão Organizadora do CODEMA.

§ 2º Encerrada a fase recursal, o CODEMA publicará a relação definitiva das entidades habilitadas.

CAPÍTULO VI – DA ASSEMBLEIA E DA ESCOLHA DAS ENTIDADES

Art. 11. Caso exista mais de uma entidade habilitada para a mesma representação, será realizada Assembleia Pública para escolha da entidade representante.

§ 1º Quando houver vaga sem entidade habilitada para o respectivo segmento, a Comissão Organizadora do CODEMA comunicará às demais entidades habilitadas a existência da vaga remanescente e receberá manifestações de interesse para seu preenchimento.

§ 2º Havendo mais de uma entidade interessada no preenchimento da vaga remanescente, a escolha será realizada em Assembleia Pública, observadas as regras de votação previstas neste Edital.

§ 3º O preenchimento de vaga remanescente na forma deste artigo deverá ser registrado em ata e constará expressamente do resultado final.

Art. 12. A Assembleia será conduzida pela Comissão Organizadora do CODEMA, em data, horário e local divulgados no cronograma deste Edital.

Art. 13. Cada entidade habilitada terá direito a 01 (um) voto.
§ 1º A votação será aberta e registrada em ata.
§ 2º A entidade concorrente poderá participar da votação.
§ 3º Será considerada eleita a entidade que obtiver a maioria dos votos das entidades habilitadas.
§ 4º Em caso de empate, será realizada nova votação entre as entidades empatadas.
§ 5º Persistindo o empate, a Comissão Organizadora do CODEMA registrará o ocorrido em ata e adotará procedimento público de desempate, previamente comunicado às entidades presentes.

Art. 14. A Assembleia será realizada para os segmentos em que houver mais de uma entidade habilitada concorrendo à mesma representação e, quando necessário, para escolha da entidade destinada ao preenchimento de vaga remanescente, na forma do art. 11.

CAPÍTULO VII – DO RESULTADO FINAL, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 15. O resultado final será homologado e publicado pelo CODEMA após a conclusão das etapas de habilitação e, quando necessária, da Assembleia de escolha.

Art. 16. Os representantes indicados pelas entidades eleitas serão encaminhados pelo CODEMA ao Prefeito Municipal para nomeação por Decreto.

Art. 17. A posse dos conselheiros ocorrerá após a publicação do respectivo Decreto de nomeação, em sessão solene ou reunião plenária convocada pelo CODEMA.

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. A participação no processo de composição do CODEMA não gera direito a qualquer remuneração, indenização ou vantagem financeira.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora / Plenário do CODEMA, observadas a Lei Municipal nº 2.447/2021, o Regimento Interno do CODEMA e os princípios da Administração Pública.

Art. 20. Integram este Edital, para todos os fins, os Anexos I a XIV.

Itamonte/MG, 24 de agosto de 2026.

Presidente do CODEMA

ANEXO I – CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DO CODEMA

ETAPA – DATA
Publicação do Edital pelo CODEMA – 24/08/2026.
Período de inscrições – 24/08/2026 a 04/09/2026.
Análise da documentação pela Comissão Organizadora – 08 a 10/09/2026.
Publicação do resultado preliminar – 11/09/2026.
Prazo para apresentação de recursos – 14/09/2026 a 22/09/2026.
Julgamento dos recursos pelo CODEMA – 23/09/2026.
Publicação da relação definitiva dos habilitados – 25/09/2026.
Assembleia para eleição dos representantes, se necessária, conduzida pelo CODEMA – 30/09/2026.
Publicação do resultado final – 01/10/2026.
Encaminhamento para nomeação por Decreto – 05/10/2026.Posse dos Conselheiros em reunião do CODEMA – 06/10/2026.

ANEXO II – REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 001/2026 – CODEMA

Ao Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA.

A entidade abaixo identificada requer sua inscrição para participar do processo de atualização da composição do Conselho Municipal de

Defesa e Conservação do Meio Ambiente – CODEMA, apresentando, para fins de habilitação, os documentos exigidos no Edital.

Nome da Entidade: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
Representante Legal: _____
CPF: _____
Cargo: _____

Declaro que todas as informações prestadas são verdadeiras e que a entidade atende às condições estabelecidas no Edital.

Itamonte, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Publicado por:
Isabela Romanelli Scarpa
Código Identificador:6C4A2C13

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG EXTRATO 1º APOSTILAMENTO AOS CONTRATOS 116;117;118;121/2025 E 014/2026

Extrato de Apostilamento de Contratos: 1º Apostilamento;
Contratos nº 116/2025;117/2025;118/2025;121/2025 e 014/2026.
PROCESSO: 056/2025.
Inexigibilidade por Credenciamento: 007/2025.
Contratados: Adilson Mariano dos Reis 556987951691, CNPJ nº 11.729.320/0001-01;
Cleber Roberto Felício 54103347600, CNPJ nº 11.592.811/0001-45;
Sylas Amaral de Oliveira 07561931689, CNPJ nº 40.563.839/0001-52;
Roney Rafael de Paula Soares, CNPJ nº 49.785.921/0001-04 e 62.620.335 SEBASTIÃO WELIX DUARTE, CNPJ nº 62.620.335/0001-60.
Reajustar em 4,3271% , os valores dos serviçosprestados, conforme Cláusula Quinta- Do Reajuste.

Lagoa Formosa MG, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:3990F694

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG EXTRATO 1º TERMO ADITIVO 109/2026

Extrato de Termo aditivos de contratos: 1º Aditivo;
Contrato nº 109/2026
PROCESSO: 048/2026
Pregão Eletrônico: 017/2026.
Contratado: Vitor dos Reis Amorim,
CPF nº xxx.628.xxx-40.
Acréscimo de Item

Lagoa Formosa MG, 03 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:8350E035

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA FORMOSA-MG EXTRATO 2º TERMO ADITIVO 114/2025

Extrato de Termo aditivos de contratos: 20 Aditivo;
Contrato n0 114/2025
PROCESSO: 054/2025
Dispensa: 013/2025
Contratado: Consórcio CEMIG SIM GD III,
CNPJ nº 45.955.633/0001-91.
Acréscimo de Item

Lagoa Formosa-MG, 24 de agosto de 2026.

JOSÉ WILSON AMORIM.
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Melo Braga
Código Identificador:E5E49855

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LASSANCE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 071/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026, REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LASSANCE/MG - torna público que no dia **09 DE SETEMBRO DE 2026 às 08:00** horas, estará realizando **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 071/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 011/2026, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/2026**, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA SEREM UTILIZADOS PELAS EQUIPES DE SAÚDE BUCAL DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LASSANCE – MG**. O Edital na íntegra estará disponível na Prefeitura Municipal de Lassance/MG, Rua Nossa Senhora do Carmo nº. 726 – Centro – **Tels. (38) 3740-3275/99918-9536** e nos endereços eletrônicos: https://app2.ammlicita.org.br/cadastro e licitacao20223@gmail.com.

Publicado por:
Sueli Cristina Rodrigues Prates
Código Identificador:D6F293C0

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEANDRO FERREIRA EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO/FLOWDOCS Nº41/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº33/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº06/2026 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026 - ORDEM DE SERVIÇO Nº1320/2026.

EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO ADMINISTRATIVO/FLOWDOCS Nº 41/2026 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2026 – ORDEM DE SERVIÇO Nº 1320/2026.

O MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA/MG, por intermédio dos responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 06/2026, NOTIFICA a empresa COMERCIAL PRG LTDA, CNPJ nº 60.520.733/0001-89, em razão de ocorrências de desconformidade qualitativa no fornecimento de feijão-preto, marca Golden, destinado à alimentação escolar, incluindo a constatação de presença de insetos em produtos fornecidos.

Fica a empresa notificada para confirmar o recebimento da notificação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; recolher, no prazo máximo de 2

(dois) dias úteis, a totalidade dos 20 (vinte) pacotes de feijão-preto fornecidos por meio da Ordem de Serviço nº 1320/2026; promover a substituição integral dos produtos rejeitados, sem custo para o Município; e apresentar manifestação escrita no prazo de 2 (dois) dias úteis, contendo os esclarecimentos e documentos relativos às ocorrências e ao lote fornecido.

O descumprimento injustificado das determinações poderá ensejar a adoção das providências administrativas cabíveis, inclusive rejeição definitiva dos produtos, glosa ou retenção de valores, apuração de prejuízos, aplicação das sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e eventual cancelamento do registro do fornecedor, observado o devido procedimento administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

A presente notificação constitui determinação administrativa para regularização da execução contratual e obtenção de esclarecimentos, não representando, por si só, aplicação de penalidade administrativa.

Leandro Ferreira/MG, data da assinatura eletrônica.

LIVIA RUBIA APARECIDA DE LACERDA
Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 06/2026

VERA ANTÔNIA JACINTO CORREA
Gestora da Ata de Registro de Preços nº 06/2026

Publicado por:
Liberio Ermelindo de Morais Filho
Código Identificador:E8E80F40

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISBURGO
REPUBLICAÇÃO – EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2026 E Nº 132/2026

REPUBLICAÇÃO – EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2026
Contratante: Município de Luisburgo/MG – CNPJ 01.615.423/0001-89 Contratado: DESPRO Desenvolvimento de Projetos e Consultoria Ltda – CNPJ 04.684.385/0001-04 Objeto: Elaboração ou adequação e atualização de Projetos de Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) no âmbito do Programa PROTRATAR, vinculado ao Processo de Licitação nº 047/2025 do CISAB/ZM e Ata de Registro de Preços nº 013/2025. Valor total: R$ 338.631,77 Vigência: 6 (seis) meses Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021 Data de assinatura: 01 de julho de 2026
REPUBLICAÇÃO – EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2026
Contratante: Município de Luisburgo/MG – CNPJ 01.615.423/0001-89 Contratado: DESPRO Desenvolvimento de Projetos e Consultoria Ltda – CNPJ 04.684.385/0001-04 Objeto: Elaboração ou adequação e atualização de Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) no âmbito do Programa PROTRATAR, vinculado ao Processo de Licitação nº 047/2025 do CISAB/ZM e Ata de Registro de Preços nº 013/2025. Valor total: R$ 308.179,70 Vigência: 6 (seis) meses Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021 Data de assinatura: 01 de julho de 2026

Publicado por:
Camila Rhodes Mafort
Código Identificador:3D352183

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- PROCESSO 116/2026-PREGAO 039/2026

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nos termos do art. 28, Inciso I da Lei 14.133/21, homologo o processo licitatório 116/2026, em referência destinada ao Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de Dieta Enteral e suplemento em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde do município de Luminárias-MG.

PREGÃO ELETRÔNICO 039/2026 – Ata de registro de preços nº101/2026. EMPRESA: **ORTHONEWS CIRURGICOS E ORTOPEDICOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 11.453.723/0001-62, com sede na Rua Leiria, nº539, Bairro São Franscisco, na cidade Belo Horizonte/MG, CEP:31.255-100, neste ato representado pelo Sra. Mariza Helena de Souza Carvalho, brasileira, empresária e inscrita no CPF sob o nº249.575.776-68. Cujo valor total da contratação é de R$54.050,00(cinquenta e quatro mil e cinqunta reais).
Ata de registro de preços nº102/2026. EMPRESA: **NUTRIDIV DIETAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.423.532/0001-50, com sede na Avenida primeiro de junho, nº 830, Centro, na cidade de Divinópolis/MG, CEP 35500-002, neste ato representado pelo Sra. Mariza Helena de Souza Carvalho, brasileira, empresária e inscrita no CPF sob o nº249.575.776-68. Cujo valor total da contratação é de R$27.750,00(vinte e sete mil e setecentos e cinquenta reais).
Ata de registro de preços nº103/2026. EMPRESA: **LEONE E COLDIBELLI COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 40.021.146/0001-38, com sede na Rua Major Querino, nº135, Bairro: Residencial Santa Rita, na Cidade de Pouso Alegre/MG, CEP: 37.558-735, representada neste ato pelo Sra. Leticia Leone Simões, brasileira, empresária, casada e inscrita no CPF sob o nº 034.274.546-81. Cujo valor total da contratação é de R$401.097,00(quatrocentos e um mil e noventa e sete reais).
Ata de registro de preços nº104/2026. EMPRESA: **C & G COMERCIO DE PRODUTOS PARA NUTRICAO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 51.020.466/0001-90, com sede na Av. Mario Barbosa Vieira, nº646, Sala Quatro, Bairro: Loteamento Trevo, na Cidade de Alfenas/MG, CEP: 37.132-442, representada neste ato pelo Sr. Gustavo Veiga, brasileiro, engenheiro e inscrito no CPF sob o nº 933.626.686-15. Cujo valor total da contratação é de R$40.240,00(quarenta mil e duzentos e quarenta reais).
Ata de registro de preços nº105/2026. EMPRESA: **N M LICITAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 52.339.425/0001-23, com sede na Rua Von Braun, n.º 215 no Bairro Residencial Lourdes, CEP 35794-266, Curvelo/MG, representada neste ato pelo Sr. André Luiz Pena e Rocha, brasileiro, empresário e inscrito no CPF sob o nº 018.563.706-07. Cujo valor total da contratação é de R$40.240,00(quarenta mil e duzentos e quarenta reais).

Vigência: 21/08/2026 a 20/08/2027.

ECIO CARVALHO REZENDE -
Prefeito Municipal

ESTE EXTRATO FOI PUBICADO NO SITE E NO MURAL NO DIA 21/08/2026

CRISTIANE PAULA MENDONÇANAUDERER

Publicado por:
Glener Lorans da Silva Carvalho
Código Identificador:3E1CD899

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n° 135/2026 – Modalidade Pregão Eletrônico nº 043/2026

À Prefeitura Municipal De Maria Da Fé, através do seu Departamento de Licitações, pela presente torna público acima identificada, cujo processo e julgamento será realizado por **Modalidade Pregão Eletrônico nº 037/2026, TIPO MAIOR PREÇO GLOBAL (MAIOR LANCE), A PARTIR DO PREÇO DE REFERÊNCIA QUE É DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), que será processada e julgada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021**, sob as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente licitação tem como objeto do contrato será a outorga de permissão de uso de espaços públicos municipais, de natureza precária, temporária e onerosa, destinados à exploração comercial durante a realização da 21ª Exposição Agropecuária do Município de Maria da Fé/MG, a ser realizada no período de 23 a 27 de setembro de 2026, no Parque de Exposições Antônio Cândido Martins. A 21ª Exposição Agropecuária constitui evento de interesse público, cultural, turístico, econômico e de entretenimento, destinado à promoção das atividades agropecuárias, comerciais e culturais do Município, bem como à valorização dos produtores rurais, comerciantes, empreendedores, artistas e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva e cultural local e regional.

Este Edital está exclusivamente vinculado ao Termo de Referência anexo, DFD e Estudo Técnico preliminar que fazem parte integrante deste Edital com todas as suas especificações técnicas consignadas principalmente no Termo de Referência, que será o objeto do contrato a ser celebrado com a empresa vencedora deste Certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ENCAMINHAMENTOS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
das 00h00min do dia 25/08/2026 até às 12h00min do dia 04/09/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:
às 12h30min do dia 04/09/2026

INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES: às 13h00min horas do dia 04/09/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.bnc.org.br "Acesso Identificado".

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Praça Getúlio Vargas, nº 60, Bairro Centro, Maria da Fé, MG, CEP. 37.517-000.
Agente de Contratação: Adv. º Carlos Alberto Lemes – Portaria nº 03/2024;
E-mail: licitação@mariadafe.mg.gov.br

O Edital na integra encontra-se no site oficial da Prefeitura – www.mariadafe.mg.gov.br

ADVº CARLOS ALBERTO LEMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:86742B52

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do **QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 88/2024, PROCESSO Nº 165/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 13/2024**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratada: LEIS LTDA – CNPJ: 03.725.725/0001-35

Objeto Contratual: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CESSÃO DE USO DE SOFTWARE, COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA IMPLANTAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO, COMPILAÇÃO E VERSIONAMENTO DOS ATOS OFICIAIS; INTEGRAÇÃO DAS LEIS ESTADUAIS NO BANCO DE DADOS DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL; PUBLICAÇÃO E CONSULTA DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS DE EFEITO INTERNO; E ACESSO EXCLUSIVO A BANCO DE DADOS COMPREENDENDO A LEGISLAÇÃO DE MUNICIPIOS E ESTADOS BRASILEIROS

Objeto do termo aditivo: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência do Contrato nº 88/2024, conforme solicitação feita através da Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete.
Fica renovada a vigência do referido contrato a partir de 23/08/2026 com vencimento em 22/08/202, bem como o percentual de 4,44% correspondente ao Indice IPCA acumulado nos ultimos 12 (doze) meses.

Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 105 e 134, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a modificação do contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 24 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:8EAC4DA8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2026 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026.**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratado: **LEONE E COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA., CNPJ nº 28.738.688/0001-20.**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULA ENTERAL PADRÃO, FÓRMULA EM PÓ NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA USO ORAL OU ENTERAL E FÓRMULA INFANTIL ANTIRREGURGITAÇÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME PROTOCOLO MUNICIPAL.
Vigência: A vigência da ata será de 12 (doze) meses, com início em 21 de agosto de 2026 e término em 20 de agosto de 2027.

Valor total homologado: R$ 43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais).
O acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, serão realizados pelos responsáveis designados: Gestor: Wagner José Rodrigues Barbalho e fiscal: Deickmiller Siqueira Pinto pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às especificações exigidas no Termo de Referência.

Fundamentação Legal: Lei n° 14.133, de 2021.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 24 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:104C1A05

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2026 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026.**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratado: **NUTRIR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA TERAPIA NUTRICIONAL., CNPJ nº 07.220.279/0001-68.**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULA ENTERAL PADRÃO, FÓRMULA EM PÓ NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA USO ORAL OU ENTERAL E FÓRMULA INFANTIL ANTIRREGURGITAÇÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME PROTOCOLO MUNICIPAL.

Vigência: A vigência da ata será de 12 (doze) meses, com início em 21 de agosto de 2026 e término em 20 de agosto de 2027.

Valor total homologado: R$ 104.420,00 (cento e quatro mil, quatrocentos e vinte reais).

O acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, serão realizados pelos responsáveis designados: Gestor: Wagner José Rodrigues Barbalho e fiscal: Deickmiller Siqueira Pinto pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às especificações exigidas no Termo de Referência.

Fundamentação Legal: Lei n° 14.133, de 2021.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 24 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:ECF2ACDF

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2026 REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026.**

Contratante: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

Contratado: **NUTRIDIV DIETAS E SUPLEMENTOS ALIMENTARES LTDA., CNPJ nº 28.423.532/0001-50.**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FÓRMULA ENTERAL PADRÃO, FÓRMULA EM PÓ NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA USO ORAL OU ENTERAL E FÓRMULA INFANTIL ANTIRREGURGITAÇÃO, VISANDO ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME PROTOCOLO MUNICIPAL.

Vigência: A vigência da ata será de 12 (doze) meses, com início em 21 de agosto de 2026 e término em 20 de agosto de 2027.

Valor total homologado: R$ 311.220,00 (trezentos e onze mil, duzentos e vinte reais).

O acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, serão realizados pelos responsáveis designados: Gestor: Wagner José Rodrigues Barbalho e fiscal: Deickmiller Siqueira Pinto pela PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME, para análise da qualidade e verificação de sua conformidade em relação às especificações exigidas no Termo de Referência.

Fundamentação Legal: Lei n° 14.133, de 2021.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 24 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Aliny Pongeluppe Fonseca
Código Identificador:A8836680

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME
EXTRATO TERMO ADITIVO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

A Prefeitura Municipal de Mateus Leme, por intermédio da Assessoria de Licitação e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, a celebração do TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2025, CONCORRÊNCIA N° 12/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1023/2023.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mateus Leme, CNPJ nº 18.715.433/0001-99.

CONTRATADA: ARPAN ENGENHARIA LTDA sob nº 30.360.120/0001-60

Objeto Contratual: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de construção de uma quadra poliesportiva e uma pista de skate no município de Mateus Leme e os serviços preliminares necessárias para as obras.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 03/2025, pelo período de 06 (seis) meses, com início em 14 de agosto de 2026 e término em 13 de fevereiro de 2027, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, formalizada por meio da Comunicação Interna nº 123/2026, considerando a possibilidade de eventual necessidade de ajustes ou readequações no projeto, cuja definição se encontra em análise e devidamente juntada aos autos do processo administrativo.

Fundamentação Legal: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no Artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

A íntegra do processo está disponível na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, na Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de 08:00 às 16:00h. Outras informações pelo telefone (31) 3537-5805 ou pelo e-mail contratoslicitacao@mateusleme.mg.gov.br.

Mateus Leme, 24 de agosto de 2026.

Assessoria de Licitações e Contratos.

Publicado por:
Vitoria Stefany de Oliveira
Código Identificador:7DD91C6D

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 16/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
Dispensa Eletrônica Nº 16/2026
Torna público, que fará realizar no dia 08 de setembro 2026, às 09:00 horas, licitação, na modalidade **Dispensa Eletrônica**, objetivando a **contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de próteses dentárias totais e parciais removíveis, superiores e inferiores, incluindo os serviços laboratoriais necessários, para atender às demandas dos usuários do sistema único de saúde (SUS) assistidos pela secretaria municipal de saúde de Miraí/MG**. Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com.

Miraí, 24 de agosto de 2026.

***ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES*–**
Prefeito de Miraí;

***MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA* –**
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:265B1836

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
Pregão Eletrônico Nº 035/2026
Remarcação de Data – Pregão Eletrônico Nº 035/2026
O Município de Miraí/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que fica REMARCADA para o dia 09 de setembro, às 09:00 horas, a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 035/2026, objetivando **contratação de empresa para registro de preços para futura e eventual aquisição de itens que deverão compor o benefício eventual de cesta básica, a fim de atender a provisão de beneficios eventuais conforme legislaçao municipal**, no município de Miraí/MG.
Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com.

Miraí, 24 de agosto de 2026 de 2026.

***ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES*–**
Prefeito de Miraí;

***MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA* –**
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:70546707

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
Pregão Eletrônico Nº 45/2026
A Prefeitura Municipal de Miraí – MG, torna público, que fará realizar no dia 08 de setembro de 2026, às 09:00 horas, licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, objetivando a **contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação, testes, comissionamento e colocação em funcionamento completo do sistema de iluminação pública em led na ponte localizada na avenida Santa Cecília (rodovia MG-447), município de Miraí-MG**. Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com.

Miraí, 24 de agosto de 2026.

***ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES*–**
Prefeito de Miraí;

***MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA* –**
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:6BD96FD3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

Prefeitura Municipal de Miraí/MG
Pregão Eletrônico Nº 46/2026
A Prefeitura Municipal de Miraí – MG, torna público, que fará realizar no dia 09 de setembro de 2026, às 09:00 horas, licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico**, objetivando a **aquisição de 03 (três) minivan com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, destinada a atender às demandas de transporte relacionadas aos programas de saúde, no município de Miraí – MG**. Maiores informações no site:www.mirai.mg.gov.br ou https://bnccompras.com.

Miraí, 24 de agosto de 2026.

***ADAELSON DE ALMEIDA MAGALHÃES*–**
Prefeito de Miraí;

***MÁRCIA MARIA DOS REIS SILVA* –**
Pregoeira.

Publique-se.

Publicado por:
Márcia Maria Dos Reis Silva
Código Identificador:C83F96BC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOEDA
AVISO DE LICITAÇÕES - PREGÃO ELETRÔNICO 032/2026

O município de Moeda/MG, com fulcro na Lei Nacional 14.133/2021, torna público que fará realizar licitação na Modalidade Pregão Eletrônico nº 032/2026 – Processo nº 066/2026, tipo menor preço por item. Objeto: **Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados às Unidades Básicas de Saúde do Município de Moeda/MG, em atendimento à Proposta nº 13152474000125002/2025, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.** A sessão eletrônica se realizará no dia 08/09/2026, às 08:00hs, através do site: www.licitardigital.com.br. Maiores informações no e-mail: licitacao@moeda.mg.gov.br, site: www.moeda.mg.gov.br ou pelo telefone: (31) 3575-1100.

Publicado por:
Juliana Conceição Silva Borges
Código Identificador:DEE84E53

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORATÓRIOS

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 068/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 68/2026
PREGÃO Nº. 35/2026
A(O) Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, CNPJ: 01.616.836/0001-88, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). Carlos José de Oliveira, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 35/2026, Processo Administrativo nº 68/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 111211
Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ORATORIOS MG
Data de Publicação: 24/08/2026 14:48:36
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 09/09/2026 09:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto - Fechado
Valor total do processo: R$ 2.437.000,50
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111211

_____
Carlos José de Oliveira - Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, 24 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:523639A9

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 069/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 69/2026
PREGÃO Nº. 36/2026
A(O) Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, CNPJ: 01.616.836/0001-88, representado pelo(a) Autoridade Competente, Sr(a). Carlos José de Oliveira, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade pregão, Nº 36/2026, Processo Administrativo nº 69/2026, com amparo legal na Lei 14.133/2021, Art. 28, I, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.
Detalhes do Processo:
ID do processo: 111342
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERAPÊUTICOS COMPLEMENTARES DE TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS (TAA) OU INTERVENÇÃO ASSISTIDA POR ANIMAIS (IAA), ATRAVÉS DE MÉTODOS TERAPÊUTICOS E EDUCACIONAIS DE "PET TERAPIA", A SER UTILIZADO NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE COM NECESSIDADES ESPECIAIS E COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), DO MUNICÍPIO DE ORATORIOS MG.
Data de Publicação: 24/08/2026 14:46:46
Data da disputa/Fim do envio de propostas: 08/09/2026 09:00:00
Critério de julgamento: Menor Preço
Modo de disputa: Aberto - Fechado
Valor total do processo: R$ 35.091,84
Consulte o processo em: https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/111342

CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA **-**
Autoridade Competente

Prefeitura Municipal de Oratórios/MG, 24 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Cleide Aparecida Felício
Código Identificador:5B138D11

PREFEITURA DE ORATÓRIOS
EXTRATO DE ADITIVO

Processo Licitatório nº 46/2025 – Pregão Eletrônico nº 30/2025. Contratante: Município de Oratórios/MG. Contratada: **Drogaria Vita de Ubá Ltda.**, CNPJ nº 19.571.361/0001-16. Objeto: Registro de preços para aquisição de dietas enterais e suplementos alimentares para atender pacientes do Município de Oratórios/MG. **Prorrogação:** fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses. **Reajuste:** aplicação do índice de **4,443020%**, correspondente ao período de agosto de 2025 a julho de 2026, sobre os preços registrados, incidente sobre os quantitativos remanescentes dos Lotes 1 e 8. **Acréscimo decorrente exclusivamente do reajuste:**R**$ 2.077,40 (dois mil, setenta e sete reais e quarenta centavos)**. Data da assinatura: **24/08/2026**.

Publicado por:
Douglas Vinicios Apolinario
Código Identificador:443E797E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 175/2026 INEXIGIBILIDADE N.º 019/2026

Processo Administrativo n.º: 175/2026
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação n.º 019/2026 – Fundamento Legal: Art. 74, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021
Unidade Requisitante: Departamento Municipal de Saúde
Contratado: DENVX TECNOLOGIA LTDA
CNPJ: 35.332.338/0001-25
Objeto: Contratação de empresa especializada em licenciamento de uso de aplicativo de celular para acompanhamento das atividades diárias dos agentes de combate a Endemias – ACE, em atendimento ao Departamento Municipal de Saúde, consoante as condições estabelecidas neste processo e no Anexo I – Termo de Referência.
Valor Global Estimado: R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais)
Vigência: 12 (doze) meses

Dotação Orçamentária: 02.08.01.10.304.1025.2.813 33.90.40 Ficha 966
Fonte de Recurso: própria
Alex Ferreira – Diretor de Saúde

Publicado por:
Haidee Renata Ferreira Daher
Código Identificador:9530E18E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 386, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Alex Ferreira e Rayara Isabele de Andrade Silva, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do contrato nº 337/2026, objeto do Processo Administrativo N.º 135/2026 - Pregão Eletrônico 027/2026, que tem por objeto a aquisição de testes rápidos, com fornecimento parcelado, destinados ao atendimento das Unidades de Saúde do Departamento Municipal de Saúde de Paraisópolis:
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:81E61B89

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 387, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Handerson Alex Ribeiro e Pedro Luiz Fernandes, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal das atas de registro de preços abaixo especificadas, referentes ao Processo Licitatório nº 151/2026, Pregão Eletrônico nº 032/2026 que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para futuro e eventual fornecimento de materiais de construção em geral, para atender às necessidades dos setores do Departamento de Administração.

Ata	Empresa
305	**AREAL MANTIQUEIRA LIMITADA** - Sítio Lagoa, s/nº, bairro Ribeirão Vermelho (Zona Rural), Paraisópolis/MG, CEP n.º 37.660-000, CNPJ sob o n.º 32.078.089/0001-03
306	**DEPÓSITO PARAÍSO LTDA** - Rua Duque de Caxias, nº 495, bairro Centro, Paraisópolis/MG, CEP n.º 37.660-000, CNPJ sob o n.º 25.864.208/0001-80
307	**EREMASTER DISTRIBUIDORA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA** - Rua Jorge da Silva, nº 38, bairro São Cristóvão, Erechim/RS, CEP n.º 99.709-369, CNPJ sob o n.º 37.278.673/0001-18
308	**HENRIQUE DIAS PEREIRA** - Avenida Frei Orestes Girardi, nº 2.265 - 2P, bairro Vila Jaguaribe, Campos do Jordão/SP, CEP n.º 12.460-000, CNPJ sob o n.º 04.810.108/0001-09
309	**JONATHAN PEREIRA CRABI LTDA** - Rodovia BR 491, Km 221, nº 560, bairro Industrial, Elói Mendes/MG, CEP n.º 37.110-000, CNPJ sob o n.º 09.070.645/0001-75
310	**MADEIREIRA BRAÚNA LTDA** - Estrada de Monte Verde, s/nº - Km 1, bairro da Paciência, Camanducaia/MG, CEP n.º 37.650-000, CNPJ sob o n.º 04.727.577/0001-50
311	**MULT ACESSÓRIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA** - Avenida Pinto Cobra, nº 145 - :1, bairro Centro, Pouso Alegre/MG, CEP n.º 37.550-001, CNPJ sob o n.º 07.289.072/0001-40
312	**R&S CONSTRUCENTER COMERCIAL LTDA** - Rua Marechal José Pessoa, nº 100, bairro Madrid, Araguari/MG, CEP n.º 38.441-154, CNPJ sob o n.º 62.603.625/0001-03
313	**SS INDÚSTRIA METALÚRGICA DE TELAS LTDA** - Rodovia Taufik Germano, nº 5.150, bairro Noemia, Cachoeira do Sul/RS, CEP n.º 96.503-205, CNPJ sob o n.º 08.325.039/0001-90
314	**TALLES ALBERTO CORREA RIBEIRO LTDA** - Travessa Frei Caetano, nº 130, bairro Centro, Conceição dos Ouros/MG, CEP n.º 37.548-000, CNPJ sob o n.º 03.964.918/0001-49
315	**TEGMINAS ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA** - Rodovia MG-295, nº 426, bairro Santo Antônio, Paraisópolis/MG, CEP n.º 37.660-000, CNPJ sob o n.º 45.934.578/0001-53
316	**TELAFER COMÉRCIO DE AÇO E TELAS LTDA** - Rua Guilhermina, nº 45, bairro Vila São Fernando, Fernandópolis/SP, CEP n.º 15.608-062, CNPJ sob o n.º 34.498.141/0001-06

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:AAC5CB58

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 388, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Handerson Alex Ribeiro e Jean Pierre Almeida Paula, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal da contratação direta objeto do Processo Administrativo N.º 160/2026 - Inexigibilidade 17/2026, firmado com a empresa **STAR LICITAÇÕES**, inscrita no CNPJ n.º **32.322.748/0001-05**, que tem por objeto destinada à participação de servidor do Município de Paraisópolis/MG no curso denominado **"Curso Completo da Nova Lei de Licitações – Lei n.º 14.133/2021 com Aplicação Prática de Inteligência Artificial",** a ser realizado na cidade de **Belo Horizonte/MG, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 2026.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:0136C47D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 389, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Alex Ferreira e Lara Silvério Soares, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal da Carta Contrato nº 19/2026, objeto do Processo Administrativo N.º 165/2026 - Dispensa 049/2026, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para a aquisição de bolha de sabão personalizada, destinada ao atendimento das demandas das campanhas, ações e eventos do Departamento Municipal de Saúde.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:448B628A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 390, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores César Augusto Rosa e Felipe Marques Souza, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato nº 317/2026, objeto do Processo Administrativo N.º 167/2026 - Dispensa 051/2026, que tem por objeto a contratação de prestação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, com disponibilização de retroescavadeiras, incluindo operadores habilitados, combustível, manutenção e mobilização e desmobilização dos equipamentos, para atendimento das necessidades de infraestrutura urbana do Município de Paraisópolis/MG.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:E7CD1E15

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 391, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Handerson Alex Ribeiro e Fernanda Campos Brasil, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato Nº 318/2026 objeto do Processo Administrativo N.º 168/2026 - Adesão 13/2026, firmado com a empresa MARKA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA, com sede na avenida Autorama, nº 1200 – Bairro Santa Luzia, na cidade de Divinópolis, CEP 35501-221 – MG, inscrita no CNPJ N.º 18.707.422/0001-67, que tem por objeto adesão à ata de registro de preços nº 035/2024, decorrente do Pregão Eletrônico Nº 020/2024, promovido pelo Consórcio Integrado Multifinalitário do Vale do Jequitinhonha – CIM Jequitinhonha, visando à aquisição de 02 (dois) veículos tipo GM/Chevrolet SPIN LTZ 1.8 7 lugares, 2026/2026 destinados ao atendimento das demandas do Departamento Municipal de Assistência Social e do Conselho Tutelar do Município de Paraisópolis/MG.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:66EEF6CB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 392, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Handerson Alex Ribeiro e Rogério Agnaldo de Faria e Josy Maria Cabral Ribeiro, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscais do Contrato Nº 297/2026 objeto do Processo Administrativo N.º 169/2026 - Dispensa de Licitação 52/2026, firmado com a empresa **61.992.506 LUAN MOREIRA MACHADO**, inscrita no CNPJ sob o n.º **61.992.506/0001-19**, que tem por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de apoio administrativo especializado para identificação das inconsistências que originaram o **Auto de Infração n.º 13136-720.522/2025-02**, mediante levantamento e análise de informações, elaboração de relatórios gerenciais e acompanhamento preventivo dos processos internos, destinados à mitigação de erros e divergências nos demonstrativos, incluindo a realização de reuniões de acompanhamento, apresentação de diagnósticos e recomendações e demais atividades previstas no Termo de Referência.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:FDC7E516

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 393, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Marlene Carvalho e Wanessa Francine Faria Donizetti, para atuarem, respectivamente, como Gestora e Fiscal do Contrato Nº 319/2026 objeto do Processo Administrativo N.º 170/2026 - Dispensa de Licitação 53/2026, firmado com a empresa Depósito Paraiso Ltda, inscrita no CNPJ nº 25.864.208/0001-80, que tem por objeto Contratação de empresa para aquisição de padrões elétricos para instalação de sistema de geração de energia por fonte solar fotovoltaica nas Escolas Municipais de Ensino Infantil, Fundamental e Creche Municipal, em atendimento ao Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:1DE1A98B

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPOLIS
PORTARIA Nº. 394, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Designa Gestor e Fiscal de Contrato.

O Prefeito Municipal de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Artigo 65, incisos VI da Lei Orgânica Municipal, ***RESOLVE,***
Art. 1º Ficam designados os servidores Alex Ferreira e Vilmar Aparecido de Almeida Marques, para atuarem, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Contrato Nº 336/2026 objeto do Processo Administrativo N.º 171/2026 - Adesão 014/2026, firmado com a empresa Usina Comercio De Veículos LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 48.545.691/0001-35, sediada na rua Dom Pedro I, n.º 79, bairro Cidade Nobre, na cidade de Ipatinga/MG que tem por objeto a Adesão nº 014/2026 à Ata de Registro de Preços nº 043/2025, originária do Pregão Eletrônico nº 004/2025, promovido pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE, para a aquisição de 01 (um) veículo automotor zero quilômetro, para atendimento das necessidades do Departamento Municipal de Saúde do Município de Paraisópolis/MG
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de agosto de 2026.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis, aos 24 de agosto de 2026.

ÉVERTON DE ASSIS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Silveira Lima
Código Identificador:40DAA262

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL RETIFICADO PROCESSO Nº: 164/2026 MODALIDADE: PREGÃO EDITAL Nº: 112/2026

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL RETIFICADO

Processo nº: 164/2026
Modalidade: Pregão
Edital nº: 112/2026
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA SOLUÇÃO DE CONECTIVIDADE DE INTERNET VIA SATÉLITE COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO EM COMODATO E SERVIÇO DE ATIVAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO, SOLICITADO PELO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.
Fica republicado o edital do Pregão nº 112/2026, na modalidade eletrônica, designando-se nova sessão pública para o **dia 14 de setembro de 2026, às 9h**, a ser realizada por meio da plataforma Licitanet – Licitações Online, disponível no endereço eletrônico https://www.licitanet.com.br, referente ao processo supracitado.

Cópias de Edital e termo de referência retificados e informações complementares serão obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, no e-mail: *licitaptc@patrocinio.mg.gov.br*, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/18468033000126/2026/220 e na plataforma Licitanet: https://www.licitanet.com.br/ .

Patrocínio/MG, 24 de agosto de 2026.

HEITOR OLIVEIRA LOPES XAVIER
Pregoeiro

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:DF885498

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO Nº: 159/2026 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº 109/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo nº: 159/2026
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº 109/2026
Tipo: Menor Preço por Item
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM FORNECIMENTO DE CONCRETO USINADO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG

1. RELATÓRIO
Trata-se de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, deflagrado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, visando o fornecimento parcelado de concreto usinado para atender às demandas de infraestrutura deste Município.
Concluída a fase de lances na plataforma Licitanet, o certame apresentou como propostas provisoriamente vencedoras:
CONCRETEC SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA (CNPJ nº 01.410.568/0003-05), vencedora dos itens 1, 2, 3, 5 e 8, pelo valor total de R$ 1.091.125,00;
PATROCON INDÚSTRIA DE CONCRETOS LTDA (CNPJ nº 24.940.838/0001-23), vencedora dos itens 4, 6 e 9, pelo valor total de R$ 1.051.750,00;
MAC CONCRETOS LTDA (CNPJ nº 12.063.851/0001-62), vencedora do item 7, pelo valor total de R$ 1.177.500,00.
Ocorre que, antes da homologação e adjudicação do objeto, a Consultoria Jurídica do Município emitiu Parecer Jurídico, apontando duas graves irregularidades insanáveis no certame, quais sejam:
Exigência de CNAE na Qualificação Técnica: Verificou-se que o item 10.2.3.1 do Edital e o item 12.6.1 do Termo de Referência exigem a apresentação de código CNAE da licitante como requisito de qualificação técnica, o que carece de amparo no rol exaustivo de habilitação da Lei Federal nº 14.133/2021 (especialmente em seu art. 67);
Aceitação de Propostas Acima do Orçado (Sobrepreço): O valor global referencial da contratação foi estimado em R$ 2.986.635,00. Contudo, a soma das propostas arrematadas alcançou R$ 3.320.375,00, registrando-se um excedente geral de R$ 333.740,00 (11,17% acima do orçado), com destaque crítico para o Item 9, que registrou proposta 31,58% acima do preço de referência.
Vieram-me os autos conclusos para deliberação. É o relatório do essencial. Decido.
2. FUNDAMENTAÇÃO
No exercício da autotutela administrativa, cabe à Administração Pública o dever-poder de anular seus próprios atos quando eivados de vícios de ilegalidade, conforme consolidado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal e expressamente previsto no artigo 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 17.3 do Edital em análise.
No caso vertente, as irregularidades apontadas pela Consultoria Jurídica são intransponíveis:
A ilegalidade da exigência do CNAE: A fixação de exigências habilitatórias não previstas em lei restringe indevidamente o caráter competitivo do certame. A comprovação de regularidade de CNAE na fase técnico-profissional desborda dos limites taxativos do art. 67 da Nova Lei de Licitações, configurando vício insanável no instrumento convocatório.
A desconformidade dos preços aceitos: O art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, em perfeita consonância com o item 9.5.3 do Edital, determina a desclassificação compulsória das propostas que apresentem valores superiores ao limite máximo fixado pela Administração. A aceitação de lances com sobrepreço global de 11,17% — e unitário de até 31,58% no item 9 — representa grave

afronta aos princípios da vantajosidade, da eficiência e da proteção ao erário.
No entanto, antes da formalização do ato de anulação, que afetará diretamente a esfera de direitos dos licitantes classificados em primeiro lugar, a legislação federal impõe a estrita observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.
O artigo 71, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021 dispõe de forma categórica:
"A anulação de que trata o inciso II do caput deste artigo dar-se-á mediante parecer escrito e fundamentado da assessoria jurídica da Administração Pública e com observância do devido processo legal e do contraditório."
Da mesma forma, o item 17.3 do próprio Edital municipal resguarda essa garantia ao estabelecer que a Administração pública "deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados".
Portanto, em respeito absoluto ao ordenamento jurídico vigente e para evitar futuras alegações de nulidade por cerceamento de defesa, faz-se necessária a instauração do devido procedimento administrativo anulatório, com a consequente intimação dos licitantes classificados em primeiro lugar para que exerçam o seu direito constitucional de manifestação prévia.
3. DISPOSITIVO
Ante o exposto, no uso das atribuições legais que me são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Federal nº 14.133/2021, DETERMINO:
A ANULAÇÃO do Pregão Eletrônico SRP nº 109/2026 (Processo Administrativo nº 159/2026), tendo em vista os indícios de ilegalidade insanável apontados no parecer jurídico (exigência ilegal de CNAE e aceitação de propostas com sobrepreço);
A IMEDIATA NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO, por meio do Portal Licitanet, das empresas provisoriamente vencedoras — CONCRETEC SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA, PATROCON INDÚSTRIA DE CONCRETOS LTDA e MAC CONCRETOS LTDA —, bem como dos demais licitantes interessados, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da divulgação desta decisão, apresentem suas manifestações escritas em face da proposta de anulação deste certame.
Decorrido o prazo, sejam os autos encaminhados à Consultoria Jurídica para análise técnica das defesas e, posteriormente, retornem a este Gabinete para a decisão final de mérito.

Patrocínio/MG, 20 de agosto de 2026.

GUSTAVO TAMBELINI BRASILEIRO
Prefeito de Patrocínio

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:352E4148

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DO ANTA - MG
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 007/2026

Termo de Credenciamento n° 007/2026 - Credenciamento n° 001/2026 - Inexigibilidade de Licitação nº 009/2026 - Processo n° 072/2026. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas em serviços de mecânica, funilaria, pintura, elétrica/eletrônica, alinhamento e balanceamento e troca de óleo e filtro a fim de atender as demandas da frota da Prefeitura de Pedra do Anta. Credenciadas: MULTTHECH CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.151.623/0001-01. Vigência: 21/08/2026 à 11/08/2028. Fundamentação legal: Art. 74. Inciso IV e Art. 79, inciso I da Lei Federal n° 14.133/2021.

Pedra do Anta, 21 de agosto de 2026.

ODIRLEI ROCHA VIEIRA **-**
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Magna Reis
Código Identificador:A95FCCA5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 091/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 044/2026
ERRATA AO EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Pedra Dourada, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.114.215/0001-07, com sede administrativa na Praça Cristalino de Aguiar, nº 20, Bairro Centro, torna pública a presente ERRATA ao Edital do Processo Licitatório em epígrafe, nos seguintes termos:
Onde se lê:
"Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (um) veículo do tipo VAN, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Pedra Dourada/MG, nos termos do CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000162/2026/SEE."
Leia-se:
"Contratação de empresa para o fornecimento de 01 (um) veículo do tipo VAN, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Pedra Dourada/MG, nos termos do CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261000162/2026/SEE."
Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do referido Edital de Licitação, uma vez que esta correção não altera as condições de formulação das propostas.
A presente Errata passa a integrar o referido Edital de Licitação para todos os efeitos legais.
Publique-se.

Pedra Dourada/MG, 24 de agosto de 2026.

FAGNER FERREIRA VEIGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Igor Vaz Carrara da Cruz
Código Identificador:1A72AB99

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: DIGITAL SOLUTIONS EF LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRA DOURADA-MG, NOS TERMOS DO PORTARIA GM/MS Nº 9.484/2025. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 016/2026 ASSINATURA: 23/07/2026. VIGÊNCIA: 23/07/2026 A 23/07/2027. R$ 4.345,00.

EXTRATO DE. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: BRASFERMA LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPARO DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E SETORES VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA-MG, NOS TERMOS DO

PORTARIA GM/MS Nº 9.484/2025. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026 ASSINATURA: 23/07/2026. VIGÊNCIA: 23/07/2026 A 23/07/2027. R$ 11.467,89.
EXTRATO DE. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2026. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA. CONTRATADA: DIGITAL SOLUTIONS EF LTDA. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REPARO DE PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS E SETORES VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA DOURADA-MG, NOS TERMOS DO PORTARIA GM/MS Nº 9.484/2025. MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO 024/2026 ASSINATURA: 23/07/2026. VIGÊNCIA: 23/07/2026 A 23/07/2027. R$ 19.552,72.

PEDRA DOURADA/MG, 24 DE AGOSTO DE 2026.

IGOR VAZ CARRARA DA CRUZ –
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Publicado por:
Igor Vaz Carrara da Cruz
Código Identificador:13C48D69

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

Por determinação do Prefeito Municipal, Sr. Antonio Luiz Botelho, o Município de Planura/MG torna público para conhecimento dos interessados que o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Planura realizará licitação sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 055 de 30 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos:
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2026 - Constitui o objeto desta licitação o registro de preços para eventual e futura aquisição de leites, fórmulas infantis, suplementos alimentares e dietas enterais, atendendo as necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), para pacientes vinculados à Secretaria e Fundo Municipal de Saúde, conforme as condições e especificações contidas no edital e seus anexos. Inicio do recebimento de Propostas: 25/08/2026 às 14H00. Abertura e Julgamento das Propostas: 08/09/2026 às 08H00. Início da Sessão de Disputa de Preços: 08/09/2026 às 09H00. A sessão do Pregão Eletrônico ocorrerá através da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras www.bnc.org.br. **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO** para o Pregão eletrônico deverá ser encaminhado de forma eletrônica via sistema BNC. Dúvidas através do telefone (34)3427-7014, e e-mail licitacao@planura.mg.gov.br, no horário das 13:00 às 16:30 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e ponto facultativo. **DOWNLOAD de Editais** através dos sites: www.planura.atende.net e www.bnc.org.br .

Planura/MG, 25 de agosto de 2026.

LUIZ FERNANDO GOMES **-**
Pregoeiro.

Publicado por:
Luiz Fernando Gomes
Código Identificador:E7B6CB68

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECISÃO DE APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO

DECISÃO DE APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO Nº 1.729/2026
ASSUNTO: Aprovação e Ratificação de Inexigibilidade de Licitação.
Considerando a Justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Governo, que demonstra a inviabilidade de competição para a outorga de Concessão de Direito Real de Uso da "Área nº 5" no Morro da TV, dado o comparecimento de um único interessado ao Chamamento Público;
Considerando o Parecer Jurídico da Procuradoria Municipal, que atesta a legalidade do procedimento de contratação direta com base no art. 74 da Lei nº 14.133/2021;
Considerando que o procedimento observou todas as fases legalmente previstas, garantindo a publicidade e a transparência;
DECIDO:

• **APROVAR** a Justificativa de Inexigibilidade de Licitação apresentada.
• **RATIFICAR**, com fundamento no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, o ato de inexigibilidade de licitação para a outorga de Concessão de Direito Real de Uso à empresa **RÁDIO TROPICAL PONTE NOVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.967.534/0001-42.
• **DETERMINAR** a publicação desta decisão no Diário Oficial do Município, como condição de eficácia do ato.
• **AUTORIZAR** a elaboração e a subsequente assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

Publique-se e cumpra-se.

Ponte Nova/MG, [Data].

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:D16ADBCF

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14932

DECRETO Nº14.932/ 2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar os seguintes servidores:

I – Gisele Maria Lana Pereira– Função Administrativa Gratificada de Responsável Analista ITBI;
II – Sérgio Márcio Fonseca Gonçalves- Coordenador I de Dívida Ativa;
III- Raphael de Avelar Barbosa Lopes- Coordenador I de Fiscalização Tributária;

Art. 2º Revogam-se disposições contrárias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 24 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:758228C7

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
DECRETO14933

DECRETO No 14.933/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1o Nomear, Raphael de Avelar Barbosa Lopes, para exercer o cargo de Coordenador I de Dívida Ativa.
Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3o Revogam-se disposições contrárias.

Ponte Nova, 24 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

GEISA GRAZIELA TAVARES
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:D61BB372

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO 234/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026

Extrato de Adjudicação - **Processo 234/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026**. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova – MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a adjudicação referente ao **Processo Licitatório 234/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), a ser realizado nas Ruas Tomás Antônio Gonzaga; Paulo Gomes; Ananias Pereira, no município de Ponte Nova**. Contratadas – **Vs Pavimentação Ltda, CNPJ 23.363.214/0001-28, no valor de R$ 592.920,00 (quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e vinte reais)**; Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:A6915484

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE CONTRATO 174 – PROCESSO LICITATÓRIO 241/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO 074/2026

Extrato de Contrato 174 – Processo Licitatório 241/2026 – Pregão Eletrônico 074/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de Contrato, referente ao Processo Licitatório 241/2026 – Pregão Eletrônico 074/2026, cujo objeto é a aquisição de veículo tipo minivan 7 lugares, através de Adesão à Ata de Registro de Preço nº 011/2026, pertencente ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Sapucaí - CIMASP, sendo contratada a empresa: COMPANHIA MINEIRA DE AUTOMÓVEIS LTDA, CNPJ nº 24.344.495/0001-34, no valor de R$ 428.700,00 (quatrocentos e vinte e oito mil e setecentos reais). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:B39386A8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO 225/2026 - CONCORRÊNCIA Nº 008/2026.

Extrato de Contrato – Processo Licitatório 225/2026 - Concorrência Nº 008/2026. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova, torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando Extrato de Contrato 178-2026, referente ao Processo Licitatório nº 225/2026 - Concorrência Nº 008/2026, cujo objeto é construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) – bairro Paraíso, no valor de R$ 2.718.492,58 (dois milhões setecentos e dezoito mil e quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), CONTRATADA - TERRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ 04.647.524/0001-20. Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:15F333E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO 234/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026

Extrato de Homologação - **Processo 234/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026**. A Prefeitura Municipal de Ponte Nova – MG torna público para o conhecimento de quantos possam interessar que está publicando a homologação referente ao **Processo Licitatório 234/2026 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009/2026 cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), a ser realizado nas Ruas Tomás Antônio Gonzaga; Paulo Gomes; Ananias Pereira, no município de Ponte Nova**. Contratadas – **Vs Pavimentação Ltda, CNPJ 23.363.214/0001-28, no valor de R$ 592.920,00 (quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e vinte reais)**; Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:0D5DC1D2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO. PROCESSO Nº 016/2023 INEXIGIBILIDADE Nº 002/2023

Extrato de Termo de Credenciamento. Processo Nº 016/2023 Inexigibilidade nº 002/2023. Objeto: Contratação de artistas nas seguintes categorias: cantor solo, banda, DJ e locutor de eventos para atender aos diversos eventos e atividades do município de Ponte Nova. Termo de Credenciamento 029/2026 - Credenciado: **HEDBELTON BALBINO DE LAIA**, CPF: 035.xxx.xxx-56. Categorias: **DJ Local** - valor unitário: R$ 463,91 (quatrocentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos). Publique-se.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
(Prefeito Municipal).

Publicado por:
Nagila da Silva Santos
Código Identificador:266BA110

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
EXTRATO TERMO DE FOMENTO - EMENDA IMPOSITIVA 2026 - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTO ANTÔNIO II E ADJACENTES - PROJETO RITMO QUE UNE

Extrato do Termo de Fomento n° 045/2026. TERMO DE FOMENTO N° 045/2026, decorrente do procedimento administrativo n° 017/2026 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PONTE NOVA/MG e a organização da sociedade civil Associação Comunitária do Bairro Santo Antônio II e Adjacentes. Objeto: Transferir recursos originado de emenda orçamentária impositiva no valor de R$ R$7.000,00 (sete mil reais), destinados ao desenvolvimento do projeto social “Ritmo

que Une". A íntegra do Termo de Fomento n° 045/2026 estará disponível para qualquer interessado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Ponte Nova e no endereço eletrônico www.pontenova.mg.gov.br.

Ponte Nova, 24 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaciane da Cunha
Código Identificador:46FCF6FB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PORTARIA300

PORTARIA Nº 300/2026

O Prefeito Municipal de Ponte Nova, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, previstas no Art. 129, inciso XL da Lei Orgânica do Município,
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 8º do Decreto Municipal nº 12.805/2022,
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;

Resolve:
Art. 1º - Designar como fiscal e gestor do contrato ou instrumento equivalente decorrente do processo licitatório nº 254/2026, cujo objeto é o pagamento de inscrição no curso de Capacitação em Medicina de Abrigos, os seguintes servidores:
a) Fiscal do Contrato:
• Rodolfo Pereira Guimarães, semam@pontenova.mg.gov.br, (31) 3817-1896
b) Gestor do Contrato:
• Lorena Alves Costa Ferreira, semam@pontenova.mg.gov.br, (31) 3817-1896

Art. 2º - A vigência desta portaria coincidirá com a vigência contratual e suas sucessivas prorrogações, ou, ainda, enquanto perdurarem pendências relacionadas ao contrato ou instrumento equivalente;

Art. 3° - Em caso de ausência do titular, a autoridade competente, Secretário (a) Municipal requisitante, deverá informar a ausência do fiscal e/ou gestor e a indicação do substituto, para ser designado pela autoridade máxima do município.

Art. 4º - Fica garantido aos fiscais e gestores, amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos contratos ou instrumentos equivalentes sob fiscalização.

Art. 5º - As atribuições de fiscalização e gestão estão previstas do Decreto Municipal nº 12.805/2022.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Ponte Nova, 24 de agosto de 2026.

MILTON TEODORO IRIAS JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Porto Nogueira
Código Identificador:34303F6B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
DECRETO Nº 5.222 DE 06 DE AGOSTO DE 2026.

*"Define área e horário para a realização do evento "*Expo Prados 2026*", e dá outras providências"*

O Prefeito do Município de Prados – MG, no uso de suas atribuições legais e sob o fundamento do disposto no art. **92**, inciso **IX**, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir área oficial em que ocorrerão as festividades da "*Expo Prados 2026*", bem como os horários de seus eventos específicos;

CONSIDERANDO que a exposição se insere no Calendário de Eventos do Município de Prados – MG, nos termos da Lei Municipal nº **2.238** de 09 de julho de **2018**;

CONSIDERANDO a necessidade de regramento da "*Expo Prados 2026*", consolidando a política e o ordenamento das várias esferas de intervenção da Prefeitura Municipal e dos demais atores envolvidos, com vistas à afirmação da dimensão cultural desse evento, à valorização de suas manifestações, e ao efetivo resguardo da ordem pública, da segurança e da tranquilidade da população;

CONSIDERANDO que compete ao Poder Executivo Municipal manter sistema permanente de tutela do Patrimônio Cultural através de medidas e atos administrativos que possam evitar a ocorrência de danos aos acervos e locais de valores históricos, artísticos, turísticos e urbanísticos de Prados – MG;

Pelo presente;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam definidas, como áreas oficiais integrantes das festividades da "*Expo Prados 2026*", as que ora são relacionadas:

I – Área imediata: *Parque de Exposições Gastão de Azevedo Cardoso*;

II – Área mediata: Rua Antônio Cardoso Vale.

§1º. O estacionamento de veículos automotores será proibido na Rua Antônio Cardoso Vale, no trecho compreendido entre a *Academia Top Fit* e a distribuidora "*Papa Léguas*" em ambos os sentidos das vias e durante todos os dias do evento.

§2º. Os veículos que permanecerem estacionados nos locais estipulados no parágrafo anterior estarão sujeitos à multa e remoção.

§3º. Os custos da remoção e da permanência do veículo rebocado em pátio protegido correrão por conta do infrator/proprietário do veículo.

§4º. Não se enquadram na proibição prevista no §1º deste artigo os veículos oficiais que estiverem em serviço, pertencentes à Polícia Militar, Polícia Civil, Poder Judiciário, Ministério Público, Corpo de Bombeiros Militar, Ambulâncias, veículos pertencentes às concessionárias de serviço público e à Prefeitura Municipal, bem como às empresas de telecomunicações e os que possuírem autorização específica, devendo os respectivos condutores diligenciarem quanto ao resguardo da segurança dos participantes do evento e dos demais transeuntes.

Art. 2º. Fica expressamente proibida a entrada de pessoas na área oficial imediata do evento portando copos ou vasilhames de vidro de qualquer espécie e tamanho, bem como *coolers*, caixas térmicas, bolsas térmicas ou aparatos congêneres.

Art. 3º. Fica expressamente proibido nas áreas definidas no artigo 1º deste Decreto:

I – O comércio e o porte, por qualquer cidadão, de bebidas em frascos, cascos ou garrafas de vidro, metal ou qualquer outro produto que apresente potencialidade lesiva;

II – A utilização de quaisquer equipamentos destinados à transmissão sonora por mecanismo elétrico ou mecânico, ressalvada a sonorização

oficial a ser empregada no evento em atenção ao local e hora definidos neste Decreto;

III – A veiculação de músicas com apologia a violência, sexo, drogas, armas e qualquer forma de discriminação.

§1º. O descumprimento das normas estabelecidas neste artigo acarretará a apreensão imediata dos aparelhos ou veículos, ficando a cargo dos agentes da Prefeitura Municipal e/ou da Polícia Militar de Minas Gerais a implementação de tal providência.

§2º. A inobservância ao disposto nos incisos **II** e **III** deste artigo sujeitará o responsável às penalidades previstas na Lei **1.644** de 29 de janeiro de 2004.

Art. 4º- Ficam estabelecidos, para fins das festividades diárias compreendidas na "*Expo Prados 2026*", os seguintes e específicos horários:

I – Dos eventos específicos:

a) Dia 29 de agosto de 2026: Cavalgada. Início às 10:00 horas, e término até as 20:00 horas;

b) Dia 30 de agosto de 2026: Cavalgada feminina: Início às 10:00 horas, e término até a 21:00 horas;

c) Dia 04 de setembro de 2026: Desfile de tratores: Início às 09:30 horas no Sítio do Plínio e término, com a retirada dos tratores, até as 17:00 horas;

d) Dia 05 de setembro de 2026: Desfile de carros-de-boi. Início às 12:00 horas, e término até as 20:00 horas;

II – Dos shows:

a) Dia 02 de setembro de 2026: Show regional. Início às 20:30 horas, e término até as 22:30 horas. Show principal. Início às 23:00 horas, com desligamento da sonorização às 02:30 horas.

b) Dia 03 de setembro de 2026: Desfile e eleição da Rainha da Expo Prados 2026. Início às 20:30 horas até as 22:30 Show principal. Início às 23:00 horas, com desligamento da sonorização às 04:00 horas.

c) Dia 04 de setembro de 2026: Abertura do Rodeio. Início às 21:00 horas, e término até as 22:30 horas. Show principal. Início às 23:00 horas até as 01:00 hora. Show complementar. Início às 01:30 horas, com desligamento da sonorização às 04:00 horas.

d) Dia 05 de setembro de 2026: Rodeio. Início às 21:00 horas, e término até as 22:30 horas. Show principal. Início às 23:00 horas até as 01:30 horas. Show complementar. Início às 02:00 horas, com desligamento da sonorização às 04:00 horas.

e) Dia 06 de setembro de 2026: Show regional. Início às 15:00 horas, e término até as 16:30 horas. Show regional. Início às 17:00 horas e término até as 20:30 horas. Rodeio. Início às 21:00 horas até as 22:30 horas. Show principal. Início às 23:00 horas até as 01:00 horas. Show complementar. Início às 01:30 horas, com desligamento da sonorização às 04:00 horas.

f) Dia 07 de setembro de 2026: Show regional. Início às 16:00 horas até as 18:30 horas. Final do Rodeio. Início às 19:00 horas até as 21:30 horas. Show principal. Início às 22:00 horas, com desligamento da sonorização às 02:30 horas.

Parágrafo único – Após o horário de término estabelecido nos incisos deste artigo, todos os mecanismos de sonorização deverão ser imediatamente desligados.

Art. 5º. É proibida a venda de bebidas alcóolicas para menores de 18 (dezoito) anos de idade, conforme Lei nº **8.069** de 13 de julho de 1990.

Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prados – MG, 06 de agosto de 2026.

RILDO COSTA
Prefeito Municipal de Prados – MG

Publicado por:
Angélica Aparecida Coimbra Vale
Código Identificador:A2466B87

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS, torna pública a abertura do Processo de Licitação nº 074/2026, Pregão Eletrônico nº 014/2026 para o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de transporte eventual, com fornecimento de veículos convencionais e adaptados, a ser executado em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado por itinerário – no preço do quilômetro rodado deverá estar incluso a manutenção do veículo, o combustível, o motorista, todos os tributos, encargos, despesas diretas e indiretas e benefícios, em atendimento a todas as Secretarias Municipais, conforme discriminado no ANEXO I – Termo de Referência.** Abertura dia: **08/09/2026, às 09:00 horas**. Local: http://prados.pregaonet.com.br/. Edital disponível no site: www.prados.mg.gov.br. Informações somente através do e-mail: licitacao@prados.mg.gov.br.

Publicado por:
Anaeslen Riane Das Dores Gonçalves
Código Identificador:16D23B29

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
O Município de Prados, por intermédio da Prefeitura Municipal, situado na Rua José Silva Filho, n.º 11, inscrita no CNPJ 18.557.538/0001-67, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, torna público o interesse em contratar empresa especializada em fornecimento de solução de internet via satélite Starlink para a Escola Municipal Monsenhor Assis, localizada no Povoado de Andrequicé, Zona Rural do Município de Prados/MG, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Educação, compreendendo a aquisição dos equipamentos necessários ao funcionamento do sistema, incluindo antena, roteador, cabeamentos e acessórios, bem como os serviços de instalação completa, configuração, suporte técnico especializado, assistência técnica, garantia, fixação com suporte reforçado e sistema antifurto, além de proteção elétrica contra surtos e oscilações, visando garantir conectividade estável, contínua e eficiente para execução das atividades pedagógicas, administrativas e operacionais da unidade escolar, conforme especificações constantes do Anexo deste aviso, cuja íntegra encontra-se disponível no site http://prados.mg.gov.br/. Com o objetivo de obter propostas adicionais mais vantajosas até o dia **28 de agosto de 2026 às 17h**. Qualquer interessado poderá encaminhar propostas de preços para o e-mail: contratos@prados.mg.gov.br.

Prados, 24 de agosto de 2026.

LÍVIA CARVALHO DE SOUSA
Supervisora do Setor de Licitações

Publicado por:
Lívia Carvalho de Sousa
Código Identificador:8FBFF516

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS
EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADOS, torna pública **a retificação do edital e anexos** do Processo Licitatório n.º 062/2026, Concorrência Eletrônica n.º 002/2026 para a **Contratação de uma empresa especializada para execução de obra de pavimentação**

com blocos sextavados intertravados de 25x25x8 da Rua 15 de Novembro, localizada no bairro Atalaia em Prados/MG, sob o regime de empreitada global, incluindo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, conforme discriminado no Termo de Referência, que integra o Edital e seus anexos. Abertura dia: **02/10/2026 às 09:00 horas**. Local: http://prados.pregaonet.com.br/. Edital disponível no site: www.prados.mg.gov.br. Informações somente através do e-mail: licitacao@prados.mg.gov.br.

Publicado por:
Anaeslen Riane Das Dores Gonçalves
Código Identificador:BD2E578A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PORTARIA Nº 3.049/2026 "DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELA SALA DE VACINAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – PORTARIA Nº 3.049/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Portaria nº 3.049/2026, que "DESIGNA SERVIDORA PARA RESPONDER PELA SALA DE VACINAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 21 de agosto de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/portarias/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:406D74DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PORTARIA Nº 3.050/2026 "CESSA A DESIGNAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE PARA SUBSTIUIÇÃO TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – PORTARIA Nº 3.050/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Portaria nº 3.050/2026, que "CESSA A DESIGNAÇÃO DE CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE PARA SUBSTIUIÇÃO TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 24 de agosto de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/portarias/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:BF9BFF08

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRATÁPOLIS
PORTARIA Nº 3.051/2026 "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PUBLICAÇÃO – PORTARIA Nº 3.051/2026
A Administração Pública do Município de Pratápolis, Minas Gerais, torna público nos termos da Lei 2.000/2020, que realizou a publicação da Portaria nº 3.051/2026, que "DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS." junto ao Portal da Transparência do Município e afixada no átrio da sede da Prefeitura Municipal no dia 24 de agosto de 2026. A íntegra do texto legal poderá ser conferido através do sítio eletrônico do Portal da Transparência sob o link: https://pratapolis.mg.gov.br/portarias/

Publicado por:
Rafael Corrêa Ramos
Código Identificador:866306C5

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
Processo Licitatório nº:31/2023 (Dispensa Física nº 01/2023)
Contratante:MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS – MG
Contratada:LUANA DA SILVA PINHEIRO – CNPJ nº 50.177.103/0001-08
Objeto do Contrato: Prestação de serviços de consultoria técnica especializada em ICMS Patrimônio Cultural, com fundamento na Lei Estadual nº 18.030/2009 e na Deliberação Normativa nº 001/2009 do CONEP.
Instrumento de Aditivo: Termo de Rescisão Amigável, com fundamento no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da Assinatura do Aditivo:29 de julho de 2026
Efeitos: Extinção consensual do contrato, com quitação mútua, dispensa de penalidades e desobrigação das partes quanto a obrigações futuras.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:F741FD8D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
Processo Licitatório nº: 31/2023 (Dispensa Física nº 01/2023)
Contratante: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS – MG
Contratada: LUANA DA SILVA PINHEIRO – CNPJ nº 50.177.103/0001-08
Objeto do Contrato: Prestação de serviços de consultoria técnica especializada em ICMS Patrimônio Cultural, com fundamento na Lei Estadual nº 18.030/2009 e na Deliberação Normativa nº 001/2009 do CONEP.
Instrumento de Aditivo: Termo de Rescisão Amigável, com fundamento no art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data da Assinatura do Aditivo: 29 de julho de 2026
Efeitos: Extinção consensual do contrato, com quitação mútua, dispensa de penalidades e desobrigação das partes quanto a obrigações futuras.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:03912821

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 207/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 207/2026
Processo Licitatório nº 106/2026 do Procedimento de **Adesão nº 012/2026**, por meio do qual o Município de Prudente de Morais/MG aderiu **à ata de Registro De Preços nº 001/2025 do CIMCENTRAL**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, com sede administrativa localizada na Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro, Prudente de Morais/MG, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, Sra. Emiliane Alves França, inscrita no CPF sob o nº 076.486.256-10, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: AUTOMAX COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Padre Pedro Evangelista, nº 44, Bairro Coração Eucarístico, Belo Horizonte/MG, CEP 30535-490, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.994.976/0004-87, neste ato representado por sua Procuradora, Sra. Monica Cristina Martins Parpinelli Moutinho, portadora do CPF nº 080.991.026-81, doravante denominada CONTRATADA.

OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de 3 (três) VEÍCULOS DE PASSEIO – 5 LUGARES – ZERO KM: Veículo biocombustível, direção hidráulica ou elétrica, 04 portas, câmbio manual ou automático. Distância entre eixos mínima de 2.370mm. 4 cilindros Ar condicionado. Trio elétrico 1 UND Quantidade Complementação: 0km, fabricado, no máximo, há 6 (seis) meses, com todos os acessórios mínimos obrigatórios, conforme legislação em vigor. Controle de estabilidade, controle de tração, e CAMINHONETA – VEÍCULO PICK-UP ZERO KM, CARACTERISTICAS MÍNIMAS: Capacidade mínima de 650 kg, Cabine dupla, Veículo utilitário tipo pick-up leve ou média, cor preferencialmente branca padrão original da fábrica, Bancos: vinil/tecido ou qualidade igual ou superior; Motorização mínima 1.0; Potência mínima 85 cv; Tipo de combustível:
Bicombustível/Flex; Câmbio: manual; Direção: Elétrica ou Hidráulica;
Ocupantes: mínimo 05 lugares. Itens de Segurança: Air bag motorista e passageiro, freio ABS, travas elétricas, vidros elétricos dianteiro e traseiro, farol de neblina, controle de estabilidade e demais itens obrigatórios determinados pelos órgãos de controle. Itens de Conforto: Ar Condicionado, Rádio e Tapete.
MARCA FIAT, MODELO STRADA VOLCANO a ser realizada por meio da adesão à Ata de Registro de Preço, destinadas ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal de Prudente de Morais/MG.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 434.546,34 (quatrocentos e trinta e quatro mil quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos)
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 17 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

CHEILA REIS DE SOUZA —
Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

EMILIANE ALVES FRANÇA —
Secretaria Municipal de Saúde.

MIGUEL ARCANJO DA SILVA JESUS —
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

MONICA CRISTINA MARTINS PARPINELLI MOUTINHO
- Representante Legal Da Empresa
Contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:0EB8D31C

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 212/2026

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 212/2026
Processo Licitatório nº 116/2026
Adesão nº 016/2026
Ata de Registro de Preços nº 003/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRUDENTE DE MORAIS/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.314.625/0001-93, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, Sr.(a) Cheila Reis de Souza, doravante denominado CONTRATANTE.
CONTRATADA: WPB COMERCIO, SERVICOS E ASSESSORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.610.644/0001-10, neste ato representado por seu representante Legal, Sr.(a) Willian Paulo Burkle, doravante denominada CONTRATADA.
OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de módulos para transporte interno com capacidade para 08 (oito) lugares, destinados ao transporte seguro e organizado de crianças e participantes durante eventos promovidos pelo Município, especialmente atividades cívicas, culturais, recreativas e institucionais, incluindo o Desfile Cívico de 07 de Setembro e demais ações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação a ser realizada por meio da adesão à Ata de Registro de Preço, destinadas ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal de Prudente de Morais/MG.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.
Valor Total: R$ 89.400,00 (oitenta e nove mil e quatrocentos reais)
PUBLICAÇÃO: Realizada conforme os princípios da publicidade e da
transparência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Prudente de Morais / MG, 21 de agosto de 2026.

Assinam Digitalmente:

● ***CHEILA REIS DE SOUZA –***
Secretário (a) Municipal

● ***WILLIAN PAULO BURKLE –***
Representante Legal Da Empresa
Contratada

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:8B0D946D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS – MG
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2026
CONTRATANTE: Município de Prudente de Morais/MG.
CONTRATADA: ADOIS SERVIÇOS DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.252.039/0001-74.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 034/2026, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria, de forma contínua e sob demanda, destinados ao apoio às atividades técnicas e administrativas da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Habitação e Estradas.
PRAZO: Prorrogação da vigência contratual por mais 06 (seis) meses, com início em 06 de julho de 2026 e término previsto para 06 de janeiro de 2027.

VALOR: Renova-se o valor mensal de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), totalizando R$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais) para o período da prorrogação.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 06 de julho de 2026.

Publicado por:
Mariana Gomes da Silva
Código Identificador:B83C0929

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2026 – RIO NOVO/MG

Contrato nº 052/2026. Processo nº 089/2026. Inexigibilidade nº 009/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Rio Novo. Contratada: ONZE: 20 PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA. CNPJ nº 21.312.552/0001-05. Objeto: Contratação de Show Artísitico do Onze:20 a ser realizado no evento Rio Novo Fest no dia 11 de setembro de 2026. Valor Total: R$ 60.000,00. Vigência: 03 (três) meses. Data de assinatura: 24/08/2026.

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:CCB5A6E4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NOVO
EXTRATO DE ERRATA

PROCESSO Nº 088/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
O Município de Rio Novo/MG torna pública a presente Errata, destinada à correção e adequação de disposições constantes do Edital. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital.

Rio Novo-MG, 21/08/2026.

GISLENE AP. FERREIRA.
Pregoeira

Publicado por:
Gislene Aparecida Ferreira
Código Identificador:323E3328

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO – MG
077 - 2026 - D.L. 029 - 2026 - ARBITRAGEM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO - MG - AVISO DE LICITAÇÃO P. N° 077/2026, D.(L). Nº 029/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem esportiva para jogos de futebol de campo e futsal, incluindo equipe de arbitragem e transporte até os locais de realização dos jogos, para atendimento das atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Esporte de Santa Bárbara do Tugúrio/MG. **DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: DIA 28/08/2026, ÀS 23:59 HORAS** via e-mail. REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br LINK DO EDITAL: https://www.santabarbaradotugurio.mg.gov.br/. O Edital completo poderá ser obtido junto à Equipe de contratação, na sede da Prefeitura, na Rua Camilo Silvério Mendes, nº 84, Centro, Santa Bárbara do Tugúrio - MG, nos dias úteis, das 12:00 às 16:00 horas e portal nacional de compras públicas. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@santabarbaradotugurio.mg.gov.br, e telefone (32) 3365-1133/3365-131,

Santa Bárbara do Tugúrio – MG, 24 de agosto de 2026 -

JOSÉ ROBERTO FERREIRA PAULINO –
Agente de Contratação e Pregoeiro.

Publicado por:
Diego Eduardo Soares Melquiades
Código Identificador:68A31971

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CONTRATO Nº 034/2026

Extrato do contrato nº 034/2026, Inexigibilidade nº 005/2026, Processo 039/2026. Objeto: Contratação de empresa para realização de um show com a **BANDA PIRATOME** durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Valor Global Estimado de R$ 40.000,00. Contratante Prefeitura Municipal. Contratada: **GR PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTO LTDA**, CNPJ/MF nº **31.734.738/0001-06**, vigência 30 dias.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSE LEITE JUNIOR-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:F2D2AFAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CONTRATO Nº 035/2026

Extrato do contrato nº 035/2026, Inexigibilidade nº 006/2026, Processo 040/2026. Objeto: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o cantor **"CONRADO"** durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** entre os dias **04 e 07 de Setembro de 2026**. Valor estimado R$ 100.000,00. Contratada: **BVC SHOWS LTDA**, CNPJ/MF nº **17.643.231/0001-16**, vigência 30 dias.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSE LEITE JUNIOR-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:65F7BCE0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CONTRATO Nº 036/2026

Extrato do contrato nº 036/2026, Inexigibilidade nº 009/2026, Processo 043/2026. Objeto: Contratação de apresentação artística do **SHOW MODONICO**, com a participação dos artistas **Pedro Paulo e Matheus e Belluco**, a ser realizada no dia **05 de setembro de 2026**, como parte da programação da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR**. Contratada: **45.599.894 THALISSON HERBERTH RIBEIRO DA COSTA - TR PRODUÇÕES**, CNPJ/MF nº **45.599.894/0001-16**, Valor Estimado R$ 20.000,00. vigência 30 dias.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSE LEITE JUNIOR-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:6E46C4D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CONTRATO Nº 037/2026

Extrato do contrato nº 037/2026, Inexigibilidade nº 007/2026, Processo 041/2026. Objeto: Contratação de apresentação artística do **SHOW MODONICO**, com a participação dos artistas **Pedro Paulo e Matheus e Belluco**, a ser realizada no dia **05 de setembro de 2026**, como parte da programação da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** evento que ocorrerá no **período de 04 a 07 de setembro de 2026**. Contratada: **TOP ONE EVENTOS PRODUÇÕES E PUBLICIDADE LTDA**, CNPJ/MF nº **00.834.391/0001-40**, Valor Estimado R$ 250.000,00. vigência 30 dias.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSE LEITE JUNIOR-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:A17153E5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CONTRATO Nº 038/2026

Extrato do contrato nº 038/2026, Inexigibilidade nº 008/2026, Processo 042/2026. Objeto: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o cantor **"ROGERINHO"** a ser realizada

no dia **06 de setembro de 2026**, como parte da programação da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR**, evento que ocorrerá no **período de 04 a 07 de setembro de 2026**. Contratada: **ROGERINHO PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA**, CNPJ/MF nº **33.833.188/0001-08**, Valor Estimado R$200.000,00. Vigência 30 dias.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSE LEITE JUNIOR-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:B7F8041D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO 004/2026

CREDENCIAMENTO Nº 004/2026
O Município de Santa Fé de Minas, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público que a partir do primeiro dia da publicação deste extrato está recebendo inscrições para participarem do "CREDENCIAMENTO Nº 004/2026", com a finalidade de Credenciamento de empresas para prestação de serviços médicos complementares, em sistema de plantão médico, para fortalecimento das ações de saúde na Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Vigilância Sanitária de Santa Fé de Minas/MG. Em cumprimento aos preceitos contidos na Lei Federal nº 14.133/2021. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site http://www.santafedeminas.mg.gov. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones (38) 3632-1106 ou e-mail: licitacaosantafedeminas@gmail.com.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

FERNANDA PEREIRA DE ALMEIDA–
Agente de Contratação

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:751FE98B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE CREDENCIAMENTO 005/2026

CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
O Município de Santa Fé de Minas, por intermédio da Secretaria Municipal Esporte, Lazer e Turismo, torna público que a partir do terceiro dia da publicação deste extrato está recebendo inscrições para participarem do "CREDENCIAMENTO Nº 005/2026", com a finalidade de Credenciamento de empresas para prestação de serviços de locação de caminhões e máquinas, com respectivos motoristas ou operadores, destinados ao atendimento das necessidades do Município de Santa Fé de Minas/MG. Em cumprimento aos preceitos contidos na Lei Federal nº 14.133/2021. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site http://www.santafedeminas.mg.gov. Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones (38) 3632-1106 ou e-mail: licitacaosantafedeminas@gmail.com.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

FERNANDA PEREIRA DE ALMEIDA–
Agente de Contratação

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:59AE6B5B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
AVISO DE DISPENSA 014/2026

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

A Prefeitura Municipal de Santa Fé de Minas/MG, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Eventos, torna público que até as 13:00 horas do dia 28 de Agosto de 2026 estará recebendo propostas para a contratação direta no âmbito da Lei Federal n° 14.133/2021, para participarem da "DISPENSA Nº 014/2026", cujo objeto é a Contratação Direta tem por objeto a contratação de serviços especializados para prestação de serviços técnicos de engenharia para elaboração de Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico destinado à realização da 155º Tradicional Festa de Setembro 2026 e 1º Festa da Agricultura Familiar, no Município de Santa Fé de Minas/MG. A convocação para apresentação das propostas poderá ser obtido gratuitamente no site http://www.santafedeminas.mg.gov, maiores informações no e-mail:licitacaosantafedeminas@gmail.com telefone: (38) 3632-1106.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

RÔMULO AUGUSTO ANJOS DA SILVA
Secretaria Municipal de Cultura e Comunicação

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:480A8F40

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 005/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 005/2026
Art. 74 II da Li Federal 14.133/2021
PROCESSO Nº 039/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2026.
CONSIDERANDO, que o Processo nº 039/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 005/2026, em favor da empresa, **GR PRODUÇÕES E ENTRETENIMENTO LTDA,** inscrito no CNPJ: **31.734.738/0001-06,** com sede á Rua Joaquin Alves Martins Nº 105, Bairro Oliveira, no Município de Monte Azul/MG, para realização de um show com a **BANDA PIRATOME** durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** entre os dias 04 e 07 de setembro de 2026. Valor Global R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.
PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

GLEBSON JOSÉ LEITE JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:60C27339

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 006/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 006/2026
Art. 74 II da Li Federal 14.133/2021
PROCESSO Nº 040/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 006/2026.
CONSIDERANDO, que o Processo nº 040/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 006/2026, em favor da empresa, Contratação da empresa **BVC SHOWS LTDA,** inscrito no

CNPJ: **17.643.231/0001-16**, com sede á Rua 10 DE MAIO, nº 549, FUNDOS 101, CENTRO, ITAPERUNA-RJ, CEP: 28.300-000**. Objeto**: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o cantor **"CONRADO"** durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** entre os dias **04 e 07 de Setembro de 2026.**
Valor Global R$ 100.000,00 (cem mil reais).
Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.
PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de Agosto de 2026.

GLEBSON JOSÉ LEITE JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:ACDB9346

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 007/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 007/2026
Art. 74 II da Li Federal 14.133/2021
PROCESSO Nº 041/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 007/2026.
CONSIDERANDO, que o Processo nº 041/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 007/2026, em favor da empresa, Contratação da empresa **TOP ONE EVENTOS PRODUÇÕES E PUBLICIDADE LTDA,** inscrito no CNPJ: 00.834.391/0001-40, e escritório na SEPN 513 BL. "D" EDIFICIO IMPERADOR SALA 117 – ASA NORTE. **Objeto**: Contratação de apresentação artística do **SHOW MODONICO**, com a participação dos artistas **Pedro Paulo e Matheus e Belluco**, a ser realizada no dia **05 de setembro de 2026**, como parte da programação da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** evento que ocorrerá no **período de 04 a 07 de setembro de 2026,** Valor Global R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).
Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.
PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de Agosto de 2026.

GLEBSON JOSÉ LEITE JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:09F4B85B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 008/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 008/2026
Art. 74 II da Li Federal 14.133/2021
PROCESSO Nº 042/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 008/2026.
CONSIDERANDO, que o Processo nº 042/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 008/2026, em favor da empresa, Contratação da empresa **ROGERINHO PRODUÇÕES & EVENTOS LTDA,** inscrito no CNPJ: 33.833.188/0001-08, sediada na Rua ARY BARBOSA, 70. SALA 212 – TORRE O1. 60.175-705, PAPICU, FORTALEZA/CE. Objeto: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o cantor **"ROGERINHO"** a ser realizada no dia **06 de setembro de 2026**, como parte da programação da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR**, evento que ocorrerá no **período de 04 a 07 de setembro de 2026.** Valor Global R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.
PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de Agosto de 2026.

GLEBSON JOSÉ LEITE JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:E64585DD

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DE MINAS RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 009/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº. 009/2026
Art. 74 II da Li Federal 14.133/2021
PROCESSO Nº 043/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 009/2026.
CONSIDERANDO, que o Processo nº 043/2026, se encontra em conformidade com a legislação pertinente, art, 72, VI e VII e art. 74, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, e considerando a regularidade dos documentos constantes dos autos e o parecer da Procuradoria Jurídica, **RATIFICO**, a Inexigibilidade de Licitação nº. 009/2026, em favor da empresa, Contratação da empresa **45.599.894 THALISSON HERBERTH RIBEIRO DA COSTA - TR PRODUÇÕES**, imscrtito no CNPJ: 45.599.894/0001-16, com sede á Rua CORONEL JOSE BERNARDINO, nº 374, CENTRO, CEP: 39.318-000 – ICARAI DE MINAS -MG Objeto: Contratação de atração artística para apresentação de Show com o cantor **ARTISTA THALISSON RIBEIRO E BANDA,** no dia 06 de setembro de 2026, durante a realização da **155° TRADICIONAL FESTA DE SETEMBRO DE 2026 e 1º FESTA DA AGRICULTURA FAMILIAR,** entre os dias **04 e 07 de Setembro de 2026.**
Valor Global **R$ 20.000,00 (vinte mil reais).**
Depois de cumpridas as formalidades de praxe, **AUTORIZO**, a contratação em questão.
PUBLIQUE-SE, na forma da Lei.

Santa Fé de Minas/MG, 24 de Agosto de 2026.

GLEBSON JOSÉ LEITE JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Thalison de Oliveira Soares
Código Identificador:5B883731

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA JULIANA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL – INTER AMBIENTAL-

Contrato n. 006/2025 – Dispensa de Licitação. 004/2025 - Foi firmado em 24.07.2026, o 3º termo aditivo para prorrogação da vigência do contrato para o período de 13 de agosto de 2026 até 30 de setembro de 2026, e o prazo de execução para o período de 26 de julho de 2026 até 12 de setembro de 2026. Contratada: Mastertec Manutenção em Equipamentos LTDA

Publicado por:
Fernanda Martins de Oliveira
Código Identificador:2179F819

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA

LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 - PROCESSO Nº 086/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA/MG - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026 - PROCESSO Nº 086/2026 – Aquisição de implementos agrícolas destinados à utilização nos tratores pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, visando fortalecer a prestação de serviços mecanizados aos produtores rurais do Município de Santa Maria de Itabira/MG, no dia 10 de setembro de 2026, com horário de início da fase de lances às 09h00. A disputa ocorrerá na plataforma de licitações licitar digital com acesso por meio do endereço eletrônico – www.licitardigital.com.br. Cópia do Edital no site: www.santamariadeitabira.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br e Portal Nacional de Contratações Publicas - PNCP - S.M.I. 24/08/2026.

ANDRÉ LÚCIO TORRES -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:5ECD85EE

LICITAÇÕES
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE ITABIRA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2024 – INEXIGIBILIDADE Nº 020/2024. Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 072/2024, referente à locação de imóvel destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar. **Das Partes:** Prefeitura Municipal de Santa Maria de Itabira e Geralda Pires Lage. **Objeto:** Prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com início em **06/09/2026** e término em **05/09/2027**, bem como **reajuste contratual**. **Valor mensal reajustado:** R$ 1.800,00. **Valor total do reajuste:** R$ 1.200,00. **Valor global do aditivo:** R$21.600,00.

Santa Maria de Itabira, 21 de agosto de 2026.

ANDRÉ LÚCIO TORRES –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Dos Reis Ferreira
Código Identificador:DEE34CDA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE IBITIPOCA

SETOR DE LICITAÇÕES
ATAS DE REGSTRO DE PREÇOS Nº 29,30,31 E 32/2026

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Dispensa nº 20/2026. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, CNPJ nº 18.094.862/0001-96.
DETENTORA: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 02.477.571/0001-47, representada por José Jack Donini.
OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de material odontológico, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR ESTIMADO: R$ 14.837,72 (quatorze mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e dois centavos). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da assinatura, admitida prorrogação por igual período.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. **DATA DE ASSINATURA:** 20 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Leandro Eduardo Fonseca Paula, Prefeito Municipal, e José Jack Donini, pela detentora.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Dispensa nº 20/2026. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, CNPJ nº 18.094.862/0001-96.
DETENTORA: GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 46.884.097/0001-43, representada por Cezar Fioravanti Schacht Júnior.
OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de material odontológico, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR ESTIMADO: R$ 3.393,96 (três mil, trezentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da assinatura, admitida prorrogação por igual período.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. **DATA DE ASSINATURA:** 20 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Leandro Eduardo Fonseca Paula, Prefeito Municipal, e Cezar Fioravanti Schacht Júnior, pela detentora.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Dispensa nº 20/2026. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, CNPJ nº 18.094.862/0001-96.
DETENTORA: L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA, CNPJ nº 11.145.401/0001-56, representada por Luis Alberto Dalla Porta Junior.
OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de material odontológico, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR ESTIMADO: R$ 14.308,00 (quatorze mil, trezentos e oito reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da assinatura, admitida prorrogação por igual período.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. **DATA DE ASSINATURA:** 20 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Leandro Eduardo Fonseca Paula, Prefeito Municipal, e Luis Alberto Dalla Porta Junior, pela detentora.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Dispensa nº 20/2026. **ÓRGÃO GERENCIADOR:** Município de Santa Rita de Ibitipoca/MG, CNPJ nº 18.094.862/0001-96.
DETENTORA: E.C.S. TECNOLOGIA EM SAÚDE, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 35.706.397/0001-16, representada por Marcela Fernanda dos Santos Cortez Sales.
OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de material odontológico, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR ESTIMADO: R$ 6.317,31 (seis mil, trezentos e dezessete reais e trinta e um centavos). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da assinatura, admitida prorrogação por igual período.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021. **DATA DE ASSINATURA:** 24 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS: Leandro Eduardo Fonseca Paula, Prefeito Municipal, e Marcela Fernanda dos Santos Cortez Sales, pela detentora.

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:2321A04E

SETOR DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE IBITIPOCA/MG** torna público o resultado do **Processo Administrativo nº 051/2026 – Pregão Eletrônico nº 007/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de combustíveis destinados ao abastecimento da frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do Município**, em atendimento às necessidades da Administração Municipal. O objeto foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em favor da empresa **AUTO POSTO CAMINHO DA SERRA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **05.773.135/0001-03**, sendo: **Lote 01 – Gasolina Comum**, quantidade de 155.000 litros, valor unitário de R$ 7,54 e valor total de **R$ 1.168.700,00**; **Lote 02 – Óleo Diesel B Comum S500**, quantidade de 120.000 litros, valor unitário de R$ 7,12 e valor total de **R$ 854.400,00**; e **Lote 03 – Óleo Diesel B S10**, quantidade de 220.000 litros, valor unitário de R$ 8,09 e valor total de **R$ 1.779.800,00**, perfazendo o **valor global de R$ 3.802.900,00 (três milhões, oitocentos e dois mil e novecentos reais)**. Adjudicação e Homologação realizadas em **24 de agosto de 2026**.

Santa Rita de Ibitipoca/MG, 24 de agosto de 2026.

LEANDRO EDUARDO FONSECA PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiano Ribeiro de Paula
Código Identificador:3E64A44E

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA
EXTRATO-TERMO ADITIVO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DA SERRA-MG, torna público o **EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 084/2025**, Processo Licitatório Nº 167/2025 na modalidade Concorrência Eletrônica nº 004/2025, com fundamento na Lei Federal nº14.133/21 em seu Artigos 107 e alterações posteriores da legislação referida. OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação de prazo do contrato nº 084/2025, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santa Rosa da Serra e a empresa **CONSTRUTORA 3C LTDA** inscrita sob o nº CNPJ: 09.453.842/0001-73. A partir de 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Cristina Paola Silva
Código Identificador:B6AFF930

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
DECRETO

EXTRATO DE DECRETO MUNICIPAL Nº 42/2026
DECRETO Nº 42, DE 24 DE AGOSTO DE 2026
ÓRGÃO EMISSOR: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama – MG.
AUTORIDADE: Marco Aurélio Raminho – Prefeito Municipal.
OBJETO: Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Santo Antônio do Grama e dá outras providências.
FINALIDADE E META PRINCIPAL:

•
Garantir o direito à alfabetização de todas as crianças na idade certa (até o final do 2º ano do Ensino Fundamental), com qualidade, equidade e inclusão, em articulação com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e o Pacto Mineiro pela Alfabetização.

EIXOS ESTRUTURANTES:

•
Governança e Gestão da Política Municipal de Alfabetização;

•
Formação dos Profissionais da Educação e Fortalecimento das Práticas Pedagógicas;

•
Infraestrutura, Materiais e Recursos Pedagógicos;

•
Avaliação, Monitoramento e Intervenção Pedagógica;

•
Reconhecimento, Sistematização e Compartilhamento de Boas Práticas.

DESTAQUES OPERACIONAIS:

•
Gestão: A coordenação e implementação cabem à Secretaria Municipal de Educação, que poderá emitir normas complementares e planos de ação periódicos.

•
Educação Inclusiva: Garantia de acessibilidade, equidade e adoção do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para estudantes público-alvo da Educação Especial.

•
Financiamento: As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e transferências de convênios/programas estaduais e federais.

VIGÊNCIA:

•
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Grama – MG, 24 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:E65CECA2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 82

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 082/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2026

OBJETO: A presente ata tem como objeto o Registro de preços para Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais, equipamentos e peças de informática, visando atender as demandas dos diversos setores e das secretarias da prefeitura de Santo Antônio Do Grama/MG.
CONTRATADO: MB COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 41.814.450/0001-03, com sede na Av. Raul Soares, nº 489, Bairro Centro, Ubá/MG, neste ato representado pelo Senhor CLAUDIO ALMEIDA DE CASTRO, inscrito no CPF sob o nº 430.578.966-34.
CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito

Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 18 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:36531298

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 82

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 082/2026
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2026

OBJETO: A presente ata tem como objeto o Registro de preços para Contratação de pessoa jurídica para aquisição de materiais, equipamentos e peças de informática, visando atender as demandas dos diversos setores e das secretarias da prefeitura de Santo Antônio Do Grama/MG.
CONTRATADO: JPG SOLUÇÕES INTEGRADAS, inscrito no CNPJ sob o nº54.828.929/0001-32, com sede na Rua Rio Grande do Norte, nº 1435, Bairro Savassi, Belo Horizonte/MG, neste ato representado pelo Senhor **VICTOR HENRIQUE BITENCOURT ALMEIDA**, inscrito no CPF sob o nº 25.077.776-30.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 18 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:73FA907D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: JOSE ARLINDO SOARES, inscrito no CNPJ sob o nº 953.506.406-15, com sede na Rua Ceara, nº 2cxB, Bairro Centro, PIEDADE DE PONTE NOVA/MG, neste ato representado pelo Senhor JOSE ARLINDO SOARES, inscrito no CPF sob o nº 037.888.3366-45.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 05, valor: R$550,00(quinhentos e cinquenta reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:74FE7398

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: JOSE ARLINDO SOARES, inscrito no CNPJ sob o nº 953.506.406-15, com sede na Rua Ceara, nº 2cxB, Bairro Centro, PIEDADE DE PONTE NOVA/MG, neste ato representado pelo Senhor JOSE ARLINDO SOARES, inscrito no CPF sob o nº 037.888.3366-45.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 15, valor: R$230,00(duzentos e trinta reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:E88FBE8E

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: JOSE ARLINDO SOARES, inscrito no CNPJ sob o nº 953.506.406-15, com sede na Rua Ceara, nº 2cxB, Bairro Centro, PIEDADE DE PONTE NOVA/MG, neste ato representado pelo Senhor JOSE ARLINDO SOARES, inscrito no CPF sob o nº 037.888.3366-45.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 14, valor: R$230,00(duzentos e trinta reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:27168DE9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: TANIA MOREIRA AZEVEDO, inscrito no CPF sob o nº 136.268.246-24, com sede na Rua José Luis Pinto Moreira, nº 98, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor TANIA MOREIRA AZEVEDO, inscrito no CPF sob o nº 136.268.246-24.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 07, valor: R$220,00(duzentos e vinte reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:1D83FD03

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO 89

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2026
DISPENSA Nº 035/2026

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO para permissão remunerada de uso de espaço público, para à exploração de barracas destinadas a atividade econômica (comércio de bebidas, produtos alimentícios e outros), sujeita a prévia licença da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama, durante as 25° festa do peão, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, a ser realizado no período de 04 a 06 de setembro de 2026

CONTRATADO: TANIA MOREIRA AZEVEDO, inscrito no CPF sob o nº 136.268.246-24, com sede na Rua José Luis Pinto Moreira, nº 98, Bairro Centro, Santo Antônio do Grama/MG, neste ato representado pelo Senhor TANIA MOREIRA AZEVEDO, inscrito no CPF sob o nº 136.268.246-24.

VALOR DO CONTRATADO: barraca 06, valor: R$220,00(duzentos e vinte reais), por dia.

CON**TRATANTE:** MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, pessoa jurídica de direito público, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede na Padre João Coutinho, 121, Centro, nesta cidade de SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 18.836.973/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCO AURÉLIO RAMINHO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade.
Publique-se.

Santo Antônio do Grama, 24 de agosto de 2026

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:46129CE2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PLACAS

PROCESSO: 083/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 017/2026 (Lei Federal nº 14.133/2021)
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada, sob o regime de registro de preços, para o fornecimento de placas de sinalização e letreiros, visando atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais do Município de Santo Antônio do Grama/MG.
ADJUDICATÁRIA: ADRIANA SALES ASSUNCAO E SILVA – CNPJ nº 12.762.310/0001-22.
VALOR TOTAL: R$ 53.563,00 (cinquenta e três mil quinhentos e sessenta e três reais).
DATA: 24/08/2026.

MARCO AURELIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:82A46024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PLACAS

PROCESSO: 083/2026
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 017/2026 (Lei Federal nº 14.133/2021)
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada, sob o regime de registro de preços, para o fornecimento de placas de sinalização e letreiros, visando atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais do Município de Santo Antônio do Grama/MG.
HOMOLOGATÁRIA: ADRIANA SALES ASSUNCAO E SILVA – CNPJ nº 12.762.310/0001-22.
VALOR TOTAL: R$ 53.563,00 (cinquenta e três mil quinhentos e sessenta e três reais).
DATA: 25/08/2026.

MARCO AURELIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:CB733A25

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA
PORTARIA

EXTRATO DE PORTARIA Nº 47/2026
PORTARIA Nº 47, DE 21 DE AGOSTO DE 2026
ÓRGÃO EMISSOR: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama – MG.
AUTORIDADE: Marco Aurélio Raminho – Prefeito Municipal.
OBJETO: Nomeia os membros da Comissão de Avaliação do Processo de Seleção para provimento dos cargos de Direção Escolar, regido pelo Edital nº 01/2026.
MEMBROS NOMEADOS:

•
Anisete Maria Barbosa – Representante da Secretaria Municipal de Educação (Presidente);

•
Carolina Moreira S. Alves – Representante do Conselho Municipal de Educação;

•
Ilídio Barbosa Lemos Martins – Representante das Escolas Municipais.

PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES: Conduzir as avaliações técnicas de mérito e desempenho, atribuir pontuações, apurar médias, elaborar listas preliminares e definitivas de habilitados, julgar recursos e registrar os atos em ata.
CONDIÇÕES E VIGÊNCIA:

•
A função é considerada serviço público relevante, sem remuneração adicional.

•
A comissão atuará até a conclusão definitiva do processo seletivo.

•
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Grama – MG, 21 de agosto de 2026.

MARCO AURÉLIO RAMINHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniely Aparecida Gomes Pereira
Código Identificador:99940348

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT
PORTARIA Nº 57/2026

PORTARIA Nº 57/2026

Nomeia o servidor Douglas Ferreira Reis para exercer a função de Liquidante na Câmara Municipal de Santos Dumont no período que especifica e contém outras providências.

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santos Dumont, vereador Luciano Gomes, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o disposto no art. 44, incisos VIII e XLI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Santos Dumont, bem como art. 28 da Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº 25 de 14 de fevereiro de 2022;

Considerando o período de gozo de férias regulamentares do servidor Rogério Rodrigues da Fonseca, no período de 17/08/2026 a 31/08/2026, atual liquidante desta Câmara Municipal e a necessidade de nomeação de servidor para ocupar a função durante esse período;

Resolve:

Art. 1º Nomear, para a função de liquidante da Câmara Municipal de Santos Dumont, o servidor DOUGLAS FERREIRA REIS.

Art. 2º Fica estabelecido que o servidor acima nomeado ficará na função por tempo determinado, contado da data de publicação da presente Portaria até o dia 31 de agosto de 2026.

Art. 3º As atribuições a serem cumpridas pelo liquidante são aquelas previstas no Anexo III, Item 3, da Lei Complementar nº 25/2022, e será remunerado pelo exercício da função conforme artigo 29, da mesma Lei.

Art. 4º Permanecendo inalteradas as demais disposições, esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Santos Dumont, 24 de agosto de 2026.

LUCIANO GOMES
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Paulo Roberto Raphael Coure Júnior
Código Identificador:28C2A7E1

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025 – PROCESSO Nº 082/2025

Pregão Eletrônico nº 029/2025 - 1º T.A ao Contrato nº 149/2026
Contratante: Município de Santos Dumont
Contratada: Restaurante Empório do Frango Ltda
Objeto: Alteração do valor da refeição para R$ 29,82
Assinatura: 01/08/2026
Fundamentação Legal: art. 124, II “d”da Lei 14.133/21

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR –
Prefeito de Santos Dumont.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:9D1020AE

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2025 - PROCESSO Nº 198/2025

Pregão Eletrônico nº 068/2025 - 3º T.A a Ata nº 120/2025
Contratante: Município de Santos Dumont
Detentora: Multiplique Comércio e Serviços Ltda
Objeto: Alteração do valor do item arroz tipo 1 – 5 kg para R$ 19,60
Assinatura: 20/08/2026
Fundamentação Legal: art. 124, II "d"da Lei 14.133/21

PACÍFICO ESTITES RODRIGUES JUNIOR –
Prefeito de Santos Dumont.

Publicado por:
Ester Cantarino Alvim
Código Identificador:A9D4DAAD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO
DECRETO MUNICIPAL N° 010

DECRETO MUNICIPAL N° 010
DE 18 DE MARÇO DE 2026

Institui, no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Mantimento/MG, a Política M unicipal de Alfabetização e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São José do Mantimento, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pela Lei,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 205, 211 e 214 da Constituição da República, que asseguram a educação como direito de todos e dever do Estadoedafamília, bemcomo impõem a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, especialmente quanto às incumbências dos Municípios na oferta da educação infantil e do ensino fundamental e na organização de seus sistemas de ensino;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação, em especial a Meta 5, voltada à alfabetização das crianças;
CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023,que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018, que institui o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais;
CONSIDERANDO a Resolução CEE/MG nº 481, de 1º de julho de 2021, que institui e orienta a implementação do Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG;
CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 48.939, de 7 de novembro de 2024, que institui o Pacto Mineiro pela Alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer, no âmbito municipal, ações permanentes, sistêmicas e baseadas em evidências para assegurar o direito à alfabetização, ao letramento e à recomposição das aprendizagens dos estudantes da rede pública municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da **Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Mantimento/MG**, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, a **Política Municipal de Alfabetização**, com a finalidade de assegurar o direito de aprendizagem de todas as crianças, mediante ações articuladas de gestão, formação, acompanhamento pedagógico, avaliação, apoio técnico e participação da família e da comunidade escolar.
§ 1º - A Política Municipal de Alfabetização observará:
I – a legislação educacional federal, estadual e municipal aplicável;
II – a Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
III – o Currículo Referência de Minas Gerais –CRMG, ou outro documento curricular municipal a ele alinhado;
IV – o regime de colaboração entre União, Estado e Município;
V – os princípios da equidade, inclusão, qualidade, continuidade das aprendizagens e gestão democrática.
§ 2º - A Política de que trata este Decreto abrangerá, prioritariamente:
I – a pré-escola, com foco na ampliação das experiências de linguagem, oralidade, escuta, leitura de mundo, consciência fonológica, interação com a cultura escrita e desenvolvimento integral da criança, sem antecipação inadequada de escolarização;
II – o 1º e o 2º anos do ensino fundamental, como etapa prioritária de consolidação da alfabetização;
III – o 3º, o 4º e o 5º anos do ensino fundamental, com ênfase na recomposição, no aprofundamento e na consolidação das aprendizagens;
IV – as ações complementares de apoio àalfabetizaçãoemoutrasetapase modalidades, quando necessário.
Art. 2º - São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I – garantir que todas as crianças da rede pública municipal tenham oportunidades efetivas de alfabetização e letramento, com prioridade para a alfabetização na idade adequada;
II – adotar, como parâmetro prioritário de gestão, o compromisso de alfabetização até o final do 2ºanodoensinofundamental, semprejuízodo cumprimentodasmetasdosplanos educacionais vigentes;
III – promover arecomposição das aprendizagens dos estudantes com defasagens, especialmente do 3º ao 5º ano do ensino fundamental;
IV – reduzir desigualdades educacionais, territoriais, sociais e de aprendizagem;
V – assegurar atendimento adequado aos estudantes público da educação especial, respeitadas suas especificidades e garantidos os apoios necessários;
VI – fortalecer a transição pedagógica entre a educação infantil e o ensino fundamental;
VII – qualificar as práticas pedagógicasdeleitura,escrita,produçãotextual,oralidadee letramento matemático nos anos iniciais;
VIII – instituir mecanismos contínuos de monitoramento, avaliação e intervenção pedagógica.
Art. 3º - Constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I – a centralidade do direito de aprender;
II – a equidade educacional e a busca ativa da aprendizagem;
III – a formação humana integral;
IV – a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação;
V – a gestão pedagógica orientada por evidências e resultados;
VI – a continuidade do processo educativo, vedadas rupturas pedagógicas injustificadas;
VII – a inclusão, a acessibilidade e o respeito às diversidades;
VIII – a articulação intersetorial, quando necessária;
IX – a cooperação entre escola, família e comunidade;
X – a transparência no acompanhamento dos resultados educacionais.
Art. 4º - São diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I – alinhar o planejamento pedagógico da rede municipal às habilidades essenciais previstas na BNCC e no currículo adotado pelo Município;
II – estruturar o processo dealfabetizaçãoem perspectiva decontinuidade,articulando educação infantil, ciclo inicial e anos subsequentes;
III – assegurar acompanhamento sistemático das turmas e dos estudantes, com intervenções pedagógicas tempestivas;
IV – instituir avaliações diagnósticas, processuais e somativas, com devolutivas pedagógicas às escolas;
V – promover formação inicial e continuada dos professores, especialistas, gestores escolares e demais profissionais envolvidos com a alfabetização;
VI – garantir materiais didáticos, paradidáticos, literários e recursos pedagógicos adequados;

VII – incentivar práticas de leitura literária, mediação de leitura, produção escrita e oralidade em todos os espaços escolares;
VIII – fortalecer o uso pedagógico dos resultados de avaliação para replanejamento das ações;IX– desenvolver ações específicas paraestudantes com dificuldades persistentes de aprendizagem;
X – assegurar estratégias específicas para o contexto do campo, da educação especial, da diversidade cultural e de outras realidades locais da rede municipal.
Art. 5º - A Política Municipal de Alfabetização será implementada a partir dos seguintes eixos estruturantes:
I – governança e gestão da alfabetização;
II – formação continuada e valorização profissional;
III – práticas pedagógicas e organização do trabalho escolar;
IV – avaliação, monitoramento e uso de evidências;
V – recomposição e aceleração das aprendizagens;
VI – equidade, inclusão e atendimento às especificidades dos estudantes;
VII – participação das famílias e mobilização da comunidade escolar;
VIII – articulação interfederativa e intersetorial.
Art. 6º - Compete à Secretaria Municipal de Educação:
I – coordenar, planejar, executar, monitorar e avaliar a Política Municipal de Alfabetização;
II–Elaborar e revisar orientações pedagógicas, metas, protocolos e instrumentos de acompanhamento;
III – promover formação continuada periódica para professores alfabetizadores, equipe gestora e apoio pedagógico;
IV – organizar processos de avaliação diagnóstica e monitoramento de fluência, leitura, escrita e demais habilidades essenciais;
V – estabelecer fluxos de apoio técnico-pedagógico às unidades escolares;
VI – disponibilizar materiais didáticos, complementares e literários compatíveis com a política instituída;
VII – acompanhar os indicadores educacionais da rede e adotar medidas corretivas sempre que necessário;
VIII – articular a participação do Município em programas, pactos, avaliações e ações de cooperação técnica e financeira da União e do Estado de Minas Gerais;
IX – elaborar, anualmente, Plano de Ação da Política Municipal de Alfabetização;
X – produzir relatório anual de monitoramento e resultados.
Art. 7º - Compete às unidades escolares da rede pública municipal:
I – adequar seus Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e rotinas escolares às diretrizes desta Política;
II – realizar planejamento pedagógico contínuo e colaborativo, com foco nas aprendizagens essenciais;
III – aplicar avaliações diagnósticas e utilizar seus resultados para replanejamento e intervenção; IV – acompanhar individualmente os estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem;
V – promover estratégias de recuperação contínua e paralela;
VI – fortalecer ações de leitura, oralidade, escrita e letramento em ambiente alfabetizador;
VII – manter diálogo sistemático com as famílias sobre frequência, desenvolvimento e necessidades dos estudantes;
VIII – assegurar o registro e o acompanhamento pedagógico das trajetórias de aprendizagem.
Art. 8º -Fica instituído o **Comitê Municipal de Alfabetização**, de caráter consultivo, propositivo, mobilizador e de acompanhamento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º O Comitê Municipal de Alfabetização será composto por representantes, designados por Portaria, dos seguintes segmentos:
I – Secretaria Municipal de Educação;
II – direção escolar;
III – coordenação pedagógica ou supervisão escolar;
IV – professores da educação infantil;
V – professores dos anos iniciais do ensino fundamental;
VI – atendimento educacional especializado, quando houver;
VII – Conselho Municipal de Educação, se existente e em funcionamento;
VIII – outros profissionais ou instituições que a Secretaria Municipal de Educação entender pertinentes.
§ 2º - A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
§ 3º - Compete ao Comitê:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – propor estratégias de melhoria contínua;
III – analisar indicadores, relatórios e resultados das ações desenvolvidas;
IV – fomentar a articulação entre as escolas e a Secretaria Municipal de Educação;
V – apoiar a mobilização das famílias e da comunidade escolar.
Art. 9º - O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização observará, entre outros, os seguintes instrumentos:
I – avaliações diagnósticas periódicas;
II – acompanhamento da fluência em leitura, quando adotado pela rede;
III – registros de desenvolvimento individual e coletivo das turmas;
IV – monitoramento da frequência, participação e permanência dos estudantes;
V – relatórios pedagógicos e de intervenção;
VI – indicadores próprios da rede municipal e aqueles decorrentes de programas estaduais e federais.
Art. 10 - O Município adotará ações de **recomposição das aprendizagens** para os estudantes que apresentem defasagens no processo de alfabetização, especialmente nos 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental, podendo contemplar:
I – agrupamentos pedagógicos temporários;
II – planos individualizados ou por nível de aprendizagem;
III – reforço e recuperação paralela
IV – ampliação do tempo pedagógico;
V – acompanhamento intensivo por equipe pedagógica;
VI – outras estratégias tecnicamente justificadas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art.11 -A formação continuada dos profissionais da educação envolvidos na Política Municipal de Alfabetização deverá contemplar, no mínimo:
I – fundamentos da alfabetização e do letramento;
II – consciência fonológica, oralidade, leitura e produção escrita;
III – avaliação diagnóstica e uso pedagógico de evidências;
IV – recomposição das aprendizagens;
V – educação inclusiva e estratégias de acessibilidade pedagógica;
VI – mediação de leitura e formação de leitores;
VII – práticas pedagógicas alinhadas à BNCC, ao CRMG e ao currículo municipal;
VIII – transição entre educação infantil e ensino fundamental.
Art. 12 - A Secretaria Municipal de Educação promoverá ações de engajamento das famílias e da comunidade escolar, visando:
I – conscientizar sobre a importância da leitura, da frequência escolar e do acompanhamento da aprendizagem;
II – fortalecer práticas de leitura no ambiente familiar e comunitário;
III – ampliar a corresponsabilidade no processo de alfabetização;
IV – prevenir situações de infrequência, evasão e baixo desempenho escolar.
Art. 13 - A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, podendo ser custeada com recursos próprios e com recursos oriundos de transferências, convênios, programas e parcerias firmadas com a União, o Estado de Minas Gerais e outras instituições públicas, nos termos da legislação vigente.
Art.14 - A Secretaria Municipal deEducaçãopoderáexpedirnormascomplementares, orientações técnicas, planos, protocolos e instrumentos necessários ao fiel cumprimento deste Decreto.
Art. 15 - O Conselho Municipal de Educação, caso existente e em funcionamento regular, poderá editar atos normativos complementares, no âmbito de sua competência, para disciplinar a implementação desta Política no sistema municipal de ensino.
Art. 16 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São José do Mantimento/MG, 18 de março de 2026.

ANDREIA TEIXEIRA NEVES GOMES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Walker Henrique Selos Gomes
Código Identificador:F2A6527A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ANTA

DEPARTAMENTO MUN. DE LICITAÇÃO - DPML
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

A prefeitura Municipal de São Miguel do Anta, torna público os extratos das Atas de Registro de Preços referentes ao **processo administrativo de n° 053/2026**, Pregão Eletrônico n° 015/2026, Registro de Preços nº 014/2026, objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, EQUIPE DE APOIO E BRIGADISTAS PARA ATUAR EM EVENTOS MUNICIPAIS, DEVIDAMENTE REGULARIZADAS NA POLÍCIA FEDERAL E CREDENCIADAS NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.**
Contratada:
Ata de R.P. 058/2026: MIV SEGURANÇA PRIVADA LTDA; CNPJ: 56.120.904/0001-05; Valor Global: R$ 146.151,60 (Cento e quarenta e seis mil, cento e cinquenta e um reais e sessenta centavos)
Fundamentação Legal: Lei 14.133/2021.

VICENTE PATRÍCIO DE SOUZA JÚNIOR –
Prefeito Municipal Em, 21 de Agosto de 2026

Publicado por:
Juliana Pinto Pacheco
Código Identificador:9D248F27

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG TORNA PÚBLICO O PROCESSO Nº. 155/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 20/2026. TIPO: MENOR PREÇO POR GRUPO/LOTE.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (PAPELARIA E BRINQUEDOS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DA UNIÃO/MG.
INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS EM 25/08/2026 ÀS 00:00HR.
FIM DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS EM 08/09/2026 ÀS 08H:30M.
INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES EM 08/09/2026 ÀS 08H:30M NA PLATAFORMA AMM LICITA. EDITAL COMPLETO E DEMAIS INFORMAÇÕES: SITE Licitações da Prefeitura Municipal de São Pedro da União - Prefeitura de São Pedro da União - MG e https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1&ufs=MG&municipios=2994

JULIANA REIS TERRA
Pregoeira

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:610DC3C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA UNIÃO
EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 12/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA UNIÃO – PREFEITURA

OBJETO: abertura do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária para **AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO E CIRURGIÃO DENTISTA DO PSF** para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

INSCRIÇÕES: 25/08/2026 a 02/09/2026

São Pedro da União-MG, 24 de agosto de 2026;

RONALDO APARECIDO DIAS
Prefeito Municipal

(O edital na integra poderá ser obtido no Painel de Informações da Prefeitura e no site www.saopedrodauniao.mg.gov.br, a partir desta data).

Publicado por:
Juliana Reis Terra
Código Identificador:73EBF12A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO

PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO
CONCORRENCIA 01

PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO/MG. Processo nº 075/2026, CONCORRÊNCIA Nª 001/2026 do tipo TÉCNICA E PREÇO cujo Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PISCINA EM CONCRETO ARMADO COM SISTEMA DE AQUECIMENTO NO CENTRO DE REABILITAÇÃO.** Abertura: 15/10/2026 ÁS 09:00 **Plataforma de Licitações Licitar Digital (www.licitardigital.com.br),** Edital no site: www.licitardigital.com.br e https://www.saosebastiaodoriopreto.mg.gov.br/licitacoes

DÊNIO DE SÁ E SILVA -
Secretário Municipal

Publicado por:
Widyna Samanta Lourdes Ferreira
Código Identificador:E9787001

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
EDITAL N°. 01/2026

REFERENTE À INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS NO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO – CMDI DE SÃO TOMÁS DE AQUINO – MINAS GERAIS PARA EXECUÇÃO EM 2026.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, do Município de São Tomás de Aquino – Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº. 10.741 de 01/10/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso (e suas alterações), na Lei Municipal n.º1186 de 22 de Setembro de 2021, e
CONSIDERANDO que o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI) de São Tomás de Aquino/MG, desde sua criação, recebeu doações e recursos de diversas fontes, de acordo com o art. 17 da Lei Municipal nº. 1186/2021;
CONSIDERANDO a reunião deste Conselho, realizada no dia 20 de agosto de 2026.
RESOLVE:
Tornar público o Edital de inscrição e seleção de projetos voltados à política de atendimento, promoção, defesa, orientação e proteção integral do idoso para financiamento pelo Fundo Municipal do Idoso (FMDI) de São Tomás de Aquino – Minas Gerais.

1. DO OBJETO E FINALIDADE
1.1 Constitui objeto do presente Edital critérios para a inscrição e seleção de projetos a serem financiados com recursos oriundos de doações realizadas por Pessoas Físicas e/ou Jurídicas ao Fundo Municipal Idoso (FMDI) de São Tomás de Aquino – Minas Gerais.
1.2 A finalidade da seleção de projetos é apoiar ações de melhorias/aprimoramento no funcionamento dos serviços, programas, projetos e/ou entidades que atendem idosos do Município de São Tomás de Aquino – Minas Gerais.
2. DA HABILITAÇÃO

2.1 Poderão participar desta seleção as entidades que possuem registro regular neste Conselho e os serviços, programas e/ou projetos inscritos regularmente neste Conselho e que cumprirem os requisitos contidos neste Edital.
2.2 Para participar as entidades registradas e os serviços, programas e/ou projetos inscritos neste Conselho, deverão entregar os seguintes documentos:
a) Requerimento de inscrição, conforme modelo disponibilizado no **ANEXO I** deste Edital;
b) Declaração que comprove inscrição e/ou registro no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
c) Projeto a que se destinam os recursos pleiteados, conforme modelo disponibilizado no **ANEXO II** deste Edital;
d) No caso de entidades não-governamentais, além dos documentos acima listados, estas deverão apresentar:
e) O cartão do CNPJ atualizado;
f) Certidão Negativa do INSS e FGTS, Certidão conjunta da Receita Federal, Certidão Negativa de débitos trabalhistas e Tributos Fiscais.

2.3 Os documentos necessários à inscrição de projetos, objeto deste Edital, deverão ser protocolados pessoalmente, em envelope lacrado, constando a documentação exigida;
2.4 Os documentos deverão ser entregues cumprindo rigorosamente os prazos estabelecidos, conforme o Cronograma, disponibilizado no **ANEXO III** deste Edital;

3. DA AVALIAÇÃO
3.1 Após o prazo para a entrega dos projetos e documentos pelas entidades e os serviços, programas e/ou projetos, o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, procederá à avaliação, considerando os seguintes itens:
a) Análise dos documentos entregues conforme exigência deste Edital;
b) Projetos que tenham por objetivo implantar e/ou aprimorar ações que visem aperfeiçoar o atendimento idosos com deficiência;
c) Projetos que atendam os princípios estabelecidos no Estatuto Idoso e demais normativas referentes ao idoso;
d) O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá prazo para fazer as devidas avaliações conforme o Cronograma, disposto neste Edital no **ANEXO III**;
e) Enfrentamento a violência, exploração e abuso sexual contra idosos-projetos de prevenção e atendimento as vítimas de violências sexuais, bem como combate ao abuso e exploração sexual;
f) Esporte, Cultura e Laser – projetos que possibilitem a realização de ações ligadas à promoção do esporte, cultura e laser que tenham como foco a inclusão social e ações preventivas.
g) Após a avaliação, o Conselho Municipal do Idoso publicará um Edital com o resultado preliminar da seleção de projetos, abrindo prazo para que a entidade e/ou serviços, programas e/ou projetos apresentem recurso ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso, conforme o Cronograma, disposto neste Edital no **ANEXO III**;
f) Após o prazo especificado o Cronograma, disposto neste Edital no **ANEXO III**, o Conselho Municipal do Idoso publicará um Edital com o resultado final da seleção de Projetos.

6. DA QUANTIDADE DE PROJETOS POR ORGANIZAÇÃO
6.1 As organizações governamentais e não-governamentais poderão apresentar apenas 01 (um) projeto no presente Edital.

7. DOS RECURSOS
7.1 A aplicação do recurso do Fundo Municipal do Idoso (FMDI) deverá ser restrita ao que foi solicitado no projeto apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal do Idoso
7.2 O repasse do recurso aprovado será na forma de Convênio com o Município de São Tomás de Aquino – Minas Gerais, respeitando as normas exigidas para a assinatura.
7.3 Após aprovado(s), o(s) projeto(s) será(ao) encaminhado(s) ao setor responsável pelos Convênios para que este providencie os trâmites legais do Convênio.

8. DOS VALORES
8.1 O valor disponível no Fundo Municipal do Idoso (FMDI), para financiamento de projeto(s), é de R$ 9.000,00 (nove mil reais), atualizado em 06 de agosto de 2026.

9. DA DURAÇÃO DO FINANCIAMENTO
9.1 O financiamento do(s) projeto(s) aprovado(s) com recursos do FMDI, terá o prazo de execução de 01 (um ano), a partir da data de publicação dos projetos aprovados, devendo apresentar relatório das atividades desenvolvidas ao final do prazo, ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso- CMDI.
9.2 A entidade e/ou os serviços, programas e/ou projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal do Idoso (FMDI), terão de prestar contas ao setor do Município responsável pelos Convênios.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
10.1 Casos não previstos neste Edital deverão ser resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI) de São Tomás de Aquino – MG.

São Tomás de Aquino – Minas Gerais,20 de agosto de 2026.

MARIA ISABEL HONÓRIO DE OLIVEIRA
Presidente Do CMDI
Conselho Municipal Dos Direitos Do Idoso
São Tomás De Aquino
Minas Gerais

ANEXO I

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS IDOSO – CMDI DE SÃO TOMÁS DE AQUINO PARA EXECUÇÃO EM 2026.

Ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Tomás de Aquino – CMDI,

A Entidade _____
Número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica:_____
Endereço:_____n°_____
Bairro:_____
Município:_____Estado:_____CEP:_____ Fone: _____
E-mail: _____
Vem requerer a este Conselho, a Inscrição do Projeto _____
(nome do projeto), conforme o que dispõe o Edital nº. 01/2026 do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI.

Nestes Termos Pede Deferimento.

São Tomás de Aquino, Minas Gerais, ____ de _____ de 2026.

_____
Nome e assinatura do responsável legal

ANEXO II

MODELO DE PROJETOS PARA SER APRESENTADO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI DE SÃO TOMÁS DE AQUINO PARA EXECUÇÃO EM 2026

Nome do Projeto:
Justificativa:
Objetivos:
Atividades a serem desenvolvidas:
Metodologia:
Orçamento detalhado em anexo a este projeto:
Profissionais responsáveis:

São Tomás de Aquino, ____ de _____de _____.

___
Nome e assinatura do responsável legal

ANEXO III

CRONOGRAMA PARA INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DE PROJETOS NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – CMDI DE SÃO TOMÁS DE AQUINO PARA EXECUÇÃO EM 2026.

ATIVIDADE	PRAZO FINAL	LOCAL
Entrega da documentação pelas entidades e/ou serviços, programas, projetos	**08/09/2026**	CRAS Jair o de Lima
Avaliação dos Projetos	**10/09/2026**	Reunião do CMDI no CRAS Jairo de Lima
Publicação de Edital preliminar da inscrição e seleção de projetos.	**11/09/2026**	Mural de Publicações Oficiais da prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino
Recursos	**14/09/2026**	CRAS Jairo de Lima
Publicação do Edital de homologação dos projetos aprovados pelo CMDI	**16/09/2026**	Mural de Publicações Oficiais da prefeitura Municipal de São Tomás de Aquino

Publicado por:
Eduarda Machado
Código Identificador:2E32BE18

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
LEI Nº. 1.456 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PARA A EMPRESA DSR SOCIEDADE LTDA, PARA OS FINS E DURANTE O PERÍODO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de São Tomás de Aquino, Estado de Minas Gerais, faz saber que, a Câmara Municipal aprovou, e ele, sancionou e promulgou a presente Lei:
Art. 1º. Nos termos do art.7º. do Decreto Lei nº. 271 de 28 de fevereiro de 1967 e da alínea "a" do inciso VI do art. 3º da Lei Municipal nº. 995 de 04 de abril de 2017, fica o Município de São Tomás de Aquino/MG autorizado a dar em concessão de direito real de uso para a empresa **DSR SOCIEDADE LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 17.657.167/0001-22, com sede no Sítio Fortaleza, s/n, Zona Rural, Município de São Tomás de Aquino/MG, CEP 37.960-000, o imóvel Lote 11ª da Quadra 04 do Loteamento Nossa Senhora Aparecida, localizado neste Município, com área total de 1.000,31 m², registrado na Matrícula nº. 4568, do Cartório de Registro de Imóveis de São Tomás de Aquino/MG, conforme memorial descritivo em anexo.
Art. 2º. A concessão de direito real de uso autorizada por esta Lei destinar-se-á à instalação de uma unidade operacional, voltada para coleta seletiva, recepção, triagem, compactação e destinação, ambientalmente adequada de materiais recicláveis (plástico, papeis, metais e vidros).
Art. 3º. O prazo da concessão de direito real de uso ora autorizada é de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Concessão de Direito Real de Uso, admitida a prorrogação por igual período ou a doação da área à cessionária, desde que, em qualquer uma das hipóteses, seja comprovada necessidade e o interesse público do Município.
Parágrafo Único. Todas as benfeitorias realizadas pela cessionária no imóvel objeto da presente concessão de direito real de uso incorporarão ao imóvel, ficando vedado à cessionária o direito a indenização ou retenção.
Art. 4º. As despesas de implantação, manutenção, conservação, segurança, água, energia elétrica, telefonia, contratação de pessoal, seguros, inclusive danos contra terceiros, dentre outras obrigações relacionadas ao bem imóvel dado em concessão de direito real de uso e sua destinação ou utilização, são de inteira e exclusiva responsabilidade da cessionária.
Parágrafo Único. Serão também de inteira responsabilidade da cessionária as taxas e emolumentos devidos ao Cartório de Registro de Imóveis desta cidade, decorrentes do desdobro tratado no art. 1º desta Lei.
Art. 5º. A concessão da área autorizada por esta Lei será extinta nas seguintes hipóteses:
I. ao final do prazo determinado ou de sua prorrogação, quando houver;
II. antes do prazo determinado, de comum acordo entre as partes;
III. a qualquer tempo:
a) em caso de destinação parcial ou total da área cedida para terceiros, sem autorização do Município;
b) em caso de descumprimento das disposições e finalidades previstas nesta Lei.
Art. 6º. Os documentos de constituição e regularidade fiscal da empresa cessionária, bem como a planta de localização da área objeto da concessão de direito real de uso e a avaliação do imóvel fazem parte integrante desta Lei.
Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua publicação.

São Tomás de Aquino/MG, 24 de agosto de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduarda Machado
Código Identificador:0151CDA6

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO - PROCESSO 467/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PROCESSO Nº 467/2025 – PREGAO ELETRÔNICO Nº 47/2025
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º Termo Aditivo ao contrato firmado através do Processo Licitatório acima identificado. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: FVP Coelho, CNPJ 26.294.***/****-80. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de fornecimento de materiais de consumo hospitalares/odontológicos/descartáveis para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, pelo prazo de 12 meses, sendo de 01/09/2026 a 30/08/2027 – Data de assinatura 24/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:7AA235E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO 6º ADITIVO PREGÃO 38/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
PROCESSO Nº 257/2022 – PREGAO Nº 38/2022
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
6º Termo Aditivo ao contrato firmado através do Processo Licitatório acima identificado. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG. Contratada: Pneus Realeza Ltda., CNPJ 24.021.***/****-30. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de fornecimento parcelado de peças, pneus, acessórios e outros itens para manutenção da frota municipal, pelo prazo de 180 dias, sendo de 06/08/2026 a 05/02/2027 – Data de assinatura 03/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:40825343

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO TERMO ADITIVO CONCORRENCIA 04/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA
EXTRATO DE 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO
Processo de Licitação nº 421/2025, Concorrência Eletrônica nº 04/2025.
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERICITA/MG.

Contratada: JSB CONSTRUTORA LTDA., CNPJ 21.508.***/****-76.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do processo acima identificado, pelo prazo de 180 dias, sendo de 03/09/2026 a 02/03/2027 para a execução de obras de ampliação e melhorias no Centro de Educação Infantil Estelita Gomes de Toledo, com recursos oriundos de Transferência Especial – Emenda nº 2024.28440004, Plano de Ação nº 09032024-071242/2024, Programa 09032024, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária de Custos e demais peças componentes do Projeto de Engenharia. Data de assinatura 24/08/2026.

SEBASTIÃO ROBISON CRUZ DOS REIS,
Prefeito de Sericita/MG.

Publicado por:
Gilson Fonseca Bizarro
Código Identificador:275A9C76

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SETUBINHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETUBINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SETUBINHA torna público a abertura do **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 056/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 010/2026**, cujo objeto é o **credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de locação mensal de veículos e equipamentos, em atendimento às Secretarias do Município de Setubinha/MG**. Demais informações poderão ser obtidas na Rua Minervina Santos Pereira, nº 83 – Centro, CEP 39.688-000, pelo telefone **(33) 3514-9213**, pelo site https://setubinha.mg.gov.br/ ou pelo e-mail **licitacao@setubinha.mg.gov.br**.

Publicado por:
Rogério de Oliveira
Código Identificador:54C44011

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
PORTARIA PMT N. 121, DE DE AGOSTO DE 2026

Nomeia comissão organizadora para conduzir e supervisionar o Processo Seletivo Simplificado destinado selecionar profissionais para o cadstro de Reserva. A contratação é temporária para o cargo de Motorista Prefeitura Municipal de Tiradentes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIRADENTES - ESTADO DE MINAS GERAIS, no
uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica do Município de Tiradentes;
CONSIDERANDO que a Lei Municipal n.º 3.520 de 20 de setembro de 2023 autoriza a contratação temporária por excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do art. 37 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL, e;
CONSIDERANDO o Edital n.º 014/2026.
RESOLVE:
Art. 1º Fica instituída a comissão organizadora para conduzir e supervisionar o Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária para o cargo de Médico do ESF da Prefeitura Municipal de Tiradentes, composta pelos seguintes servidores:
– **Wanderson Rodrigues Matheus** , servidor efetivo,Motorista – Presidente;
– **Wellington Wagner de Oliveira**, servidor efetivo, Enfermeiro – Secretário;
- **Jaime César Ribeiro Junior**, servidor efetivo, Enfermeiro – Membro
Art. 2º. A Comissão deverá entregar parecer circunstanciado, mencionando os critérios utilizados e a ordem classificatória dos candidatos conforme Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratação por Tempo Determinado na modalidade de "Análise de Currículo", amplamente divulgado, num prazo máximo de 2 (dois) dias da realização do Processo Seletivo.
Art. 3º. Os servidores designados por esta Portaria exercerão suas atribuições sem prejuízo de suas funções e não farão jus ao recebimento de quaisquer gratificações.
Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tiradentes, dia 21 agosto de 2026

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:56C25823

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIRADENTES
PORTARIA PMT N.º122, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

"Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipa e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIRADENTES, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 24 de agosto de 2026, a servidora SAMANTHA HADDAD BARBOSA, inscrita no CPF n.º 115.877.486-90, do quadro de servidores do Município de Tiradentes/MG.
Art. 2º Compete ao Departamento de Recursos Humanos adotar as providências necessárias à formalização da exoneração, inclusive quanto aos registros funcionais e demais atos decorrentes.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da respectiva data de desligamento prevista no artigos anterior.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Tiradentes/MG, 24 de agosto de 2026

JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO
Prefeito do Município de Tiradentes/MG

Publicado por:
Marcelo José Ferreira Reis
Código Identificador:EBEDE2EA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Torna-se público que o Município de Toledo MG, por meio do setor de Compras e Licitações, extrato da contratação por inexigibilidade cujo objeto é: **CONTRATAÇÃO DE ARTISTA CONSAGRADO NO MEIO ARTISTICO "DJ KEVIN", POR MEIO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW EM TOLEDO - MG NO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 2026**. Contratada KVN PRODUÇÃO MUSICAL LTDA, CNPJ: 52.348.289/0001-38. Data da contratação: 24/08/2026. Valor da contratação: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Processo 066/2026, modalidade inexigibilidade 036/2026, contrato 075/2026. Maiores informações *licitacaotoledomg@gmail.com.*

Toledo MG, 24 de Agosto de 2026.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcella Larissa Gomes Lopes
Código Identificador:3B076142

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA DE MINAS
AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 157/2025.

O MUNICÍPIO DE URUANA DE MINAS - MG torna público o interesse em aderir à Ata de Registro de Preços nº 157/2025, referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 002/2025, Processo Licitatório nº 008/2025, realizado pelo **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS – CONVALES**, Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, material médico hospitalar, material odontológico, material de laboratório, Material Descartável e Higiene Pessoal, Saneantes e Reagentes com base no Banco de Preços desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) e bens duráveis na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) , para atender as demandas dos municípios integrantes do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE MUNICÍPIOS – CONVALES. **Fornecedor: JLM DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ Nº 27.343.602/0001-06, Valor Global R$ R$ 3.540.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta mil reais).**

Uruana de Minas/MG, 24 de agosto de 2026.

BRUNO RAPHAEL MOTA FERREIRA
Prefeito do Município de Uruana de Minas

Publicado por:
Tassiany Teixeira de Almeida
Código Identificador:AD1E25C3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUCÂNIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
DECRETO Nº 1.455, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 1.455, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Escolar da Escola Municipal "Manoel Mayrink Neto".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de se contemplar o princípio pedagógico sob o qual se apoia a educação formal no país, a saber, o da *"gestão democrática do ensino público, na forma da lei"*, conforme previsto no art. 206, VI da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Municipal n.º 241 de 10 de junho de 2022, criou os Conselhos Escolares nas escolas da rede municipal de ensino, órgão com potencial para diminuir os índices de evasão escolar, favorecendo a aplicação do conteúdo pedagógico, já que seu pleno funcionamento se dá com a participação dos pais e da comunidade escolar;

Considerando o resultado da Assembleia para eleição dos membros do Conselho Escolar da Escola Municipal "Manoel Mayrink Neto", realizada na data de 21 de agosto de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Escolar da Escola Municipal "Manoel Mayrink Neto", para o biênio 2025-2027 os seguintes termos:

Representantes dos Pais ou responsáveis pelos Alunos:

TITULAR	SUPLENTE
José Geraldo de Souza	Ana Carolina de Souza

Representantes dos Professores Especialistas:

TITULAR	SUPLENTE
Greizieli da Silva Rosa	Josimiriam de Souza Silva

Representante dos Funcionários:

TITULAR	SUPLENTE
Stael Tamires Gonçalves de Abreu	Sueli Martins de Abreu Leôncio

Art. 2º. O Diretor da Escola integrará o Conselho Escolar como membro nato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia, 24 de agosto de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:60433E48

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
DECRETO Nº 1.456, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 1.456, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Escolar da Creche "Lar Escola Vovó Taninha".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de se contemplar o princípio pedagógico sob o qual se apoia a educação formal no país, a saber, o da *"gestão democrática do ensino público, na forma da lei"*, conforme previsto no art. 206, VI da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Municipal n.º 241 de 10 de junho de 2022, criou os Conselhos Escolares nas escolas da rede municipal de ensino, órgão com potencial para diminuir os índices de evasão escolar, favorecendo a aplicação do conteúdo pedagógico, já que seu pleno funcionamento se dá com a participação dos pais e da comunidade escolar;
Considerando o resultado da Assembleia para eleição dos membros do Conselho Escolar da Creche "Lar Escola Vovó Taninha", realizada na data de 20 de agosto de 2026;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Escolar da Creche "Lar Escola Vovó Taninha", para o biênio 2026-2028 os seguintes termos:

Representantes dos Pais ou responsáveis pelos Alunos:

TITULAR	SUPLENTE
Arícia Tayane Ferreira de Souza	Thieyane Roberta das Graças Leal

Representantes dos Professores Especialistas:

TITULAR	SUPLENTE
Dalila Viviane Leal Linhares	Cíntia Honório de Amorim Silva

Representante dos Funcionários:

TITULAR	SUPLENTE
Niula Giovana Santiago de Souza	Leonardo Bruno Mateus Gomes da Silva

Art. 2º. O Diretor da Escola integrará o Conselho Escolar como membro nato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia, 24 de agosto de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:6114A4C3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
DECRETO Nº 1.457, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 1.457, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Escolar do CMEI "Dindinha Chininha".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de se contemplar o princípio pedagógico sob o qual se apoia a educação formal no país, a saber, o da *"gestão democrática do ensino público, na forma da lei"*, conforme previsto no art. 206, VI da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Municipal n.º 241 de 10 de junho de 2022, criou os Conselhos Escolares nas escolas da rede municipal de ensino, órgão com potencial para diminuir os índices de evasão escolar, favorecendo a aplicação do conteúdo pedagógico, já que seu pleno funcionamento se dá com a participação dos pais e da comunidade escolar;

Considerando o resultado da Assembleia para eleição dos membros do Conselho Escolar do CMEI "Dindinha Chininha", realizada na data de 16 de maio de 2025;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Escolar do CMEI "Dindinha Chininha", para o biênio 2025-2027 os seguintes termos:

Representantes dos Pais ou responsáveis pelos Alunos:

TITULAR	SUPLENTE
Denise de Oliveira Souza	Vanessa de Castro Lopes

Representantes dos Professores Especialistas:

TITULAR	SUPLENTE
Rosilene Aparecida Almeida Souza	Zélia Teodoro

Representante dos Funcionários:

TITULAR	SUPLENTE
Vanuza de Souza Rodrigues	Maria Aparecida Romagnoli Silva

Art. 2º. O Diretor da Escola integrará o Conselho Escolar como membro nato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia, 24 de agosto de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:33BCEAB3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
DECRETO Nº 1.458, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO Nº 1.458, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Escolar do CMEI "Professora Geralda Salgado".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de se contemplar o princípio pedagógico sob o qual se apoia a educação formal no país, a saber, o da *"gestão democrática do ensino público, na forma da lei"*, conforme previsto no art. 206, VI da Constituição Federal;

Considerando que a Lei Municipal n.º 241 de 10 de junho de 2022, criou os Conselhos Escolares nas escolas da rede municipal de ensino, órgão com potencial para diminuir os índices de evasão escolar, favorecendo a aplicação do conteúdo pedagógico, já que seu pleno funcionamento se dá com a participação dos pais e da comunidade escolar;

Considerando o resultado da Assembleia para eleição dos membros do Conselho Escolar do CMEI "Professora Geralda Salgado", realizada na data de 21 de Agosto de 2026;
DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Escolar do CMEI "Professora Geralda Salgado", para o biênio 2025-2027 os seguintes termos:

Representantes dos Pais ou responsáveis pelos Alunos:

TITULAR	SUPLENTE
Micheli do Carmo Gomes Machado	Thais Aparecida Totti

Representantes dos Professores Especialistas:

TITULAR	SUPLENTE
Angélica Ferreira Baião	Rosselis Elias Soares

Representante dos Funcionários:

TITULAR	SUPLENTE
Rosely Cerqueira Alves	Maria Auxiliadora Leal

Art. 2º. O Diretor da Escola integrará o Conselho Escolar como membro nato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Município de Urucânia, 24 de agosto de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:8CDCA2CD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - Espécie: Primeiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 070/2025, oriundo do Processo Licitatório 168/2025, Dispensa eletrônica 070/2025 **Contratação de empresa para prestação de serviços de configuração do servidor e dos computadores para Domínio/AD/Ds, fornecimento de licença, locação de software e configuração dos serviços de Backup, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Administração de Urucânia/MG.** Contratante: Município de Urucânia/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.316.281/0001-51; Contratado **:** pessoa jurídica **VALERIA RAMOS COSTA** , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 60.370.351/0001-16**.** Signatários: pelo Contratante: **SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE**, pelo Contratado **VALERIA RAMOS COSTA**.

Prefeitura de Urucânia/MG, 24 de Agosto 2026.

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:BA3AF411

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E ORÇAMENTOS
PORTARIA Nº 107, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 107, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a instituição e nomeação do Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUCÂNIA, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando a obrigatoriedade de aplicação mínima de 4% (quatro por cento) dos recursos do FUNDEB na criação de novas matrículas em tempo integral, a partir de 2026;

Considerando que o Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral constitui instrumento de planejamento a ser registrado na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua disponibilização;

Considerando as orientações do Guia de Apoio Técnico ao Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (MEC/SEB) e do Guia para a Alocação e Distribuição de Matrículas em Tempo Integral com Eficiência e Equidade (SEB/MEC, 2023).

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (CME-EITI), vinculado à Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de coordenar a elaboração do Plano, acompanhar sua implementação e monitorar seu cumprimento, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação.
§ 1º O Comitê terá natureza deliberativa quanto ao processo de elaboração do Plano, cabendo ao Secretário Municipal de Educação a chancela das metas e ao Chefe do Executivo a homologação do Plano e dos atos dele decorrentes.
§ 2º O Comitê atuará em articulação com as escolas da rede municipal, o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb).

Art. 2º O Comitê será composto pelos seguintes membros titulares, nomeados na forma do Anexo Único desta Portaria:
I – o Secretário(a) Municipal de Educação, ou seu representante, que o presidirá;
II – 1 (um) representante da coordenação pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – 1 (um) representante da equipe financeira/orçamentária da Secretaria Municipal de Educação ou da Prefeitura;
IV – 2 (dois) diretores(as) de escolas municipais, indicados(as) pela Secretaria Municipal de Educação, em representação da rede;

V – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (CME);
VI – 1 (um) representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-Fundeb);
VII – 1 (um) representante da comunidade escolar, indicado entre as associações de pais e/ou conselhos escolares.
§ 1º Cada membro titular terá um suplente, indicado na forma do Anexo Único, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.
§ 2º O mandato dos membros do Comitê será de 2 (dois) anos, admitida a recondução, e se estenderá enquanto durar a vigência do Plano, para fins de acompanhamento e monitoramento.
§ 3º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante, não remunerada.

Art. 3º Compete ao Comitê Municipal de Elaboração, Acompanhamento e Monitoramento do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral:
I – coordenar a elaboração do diagnóstico da rede municipal, abrangendo as oito dimensões previstas no Guia de Apoio Técnico do MEC, a saber: oferta e atendimento; perfil do estudante e equidade; infraestrutura; profissionais da educação; currículo e materiais pedagógicos; transporte, alimentação escolar e saúde; orçamento disponível; e resultados educacionais;
II – promover o processo participativo de escuta da comunidade escolar e do território, com proteção de dados pessoais, nos termos da LGPD e do ECA Digital;
III – definir as metas anuais de expansão de matrículas em tempo integral (Tabelas 1 e 2 do Plano de Expansão), por etapa e modalidade, respeitada a data de referência do Censo Escolar;
IV – assegurar a destinação do mínimo de 4% (quatro por cento) dos recursos do FUNDEB à criação de novas matrículas em tempo integral, observada a compatibilidade com o planejamento orçamentário-financeiro;
V – propor a alocação e a distribuição das matrículas com eficiência e equidade, priorizando os territórios de maior vulnerabilidade e garantindo atenção às modalidades especiais;
VI – elaborar os objetivos e as ações prioritárias do Plano, nas seis dimensões previstas no Anexo do Guia de Apoio Técnico do MEC;
VII – acompanhar e monitorar a execução do Plano, inclusive quanto à execução orçamentária, à permanência e à equidade, e propor as atualizações periódicas do anexo editável do Plano;
VIII – assegurar a transparência do processo e a participação social, inclusive perante o Conselho Municipal de Educação e a comunidade escolar.

Art. 4º O Comitê reunir-se-á, em caráter ordinário, semanalmente durante o período de elaboração do Plano e, após a sua aprovação, trimestralmente para fins de monitoramento, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu presidente ou pela maioria de seus membros.
§ 1º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes, com quórum mínimo de metade mais um dos membros, lavrando-se ata de cada reunião.
§ 2º Os impasses que impedirem o cumprimento do cronograma serão decididos pelo presidente do Comitê no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, com registro fundamentado na ata.

Art. 5º O Comitê deverá concluir a elaboração do Plano no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, cabendo à Secretaria Municipal de Educação promover o registro do Plano na ferramenta disponibilizada pelo Ministério da Educação no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua disponibilização.
Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Educação.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Urucânia-MG, 24 de agosto de 2026.

SÉRGIO LUIZ DE ALBUQUERQUE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Mafia Giardini
Código Identificador:BDD7DE30

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ADITIVO

-8º Termo aditivo ao Contrato nº. 79/2023
Contratada: **SERVIOESTE SOLUÇOES AMBIENTAIS LTDA**
Processo Licitatório nº. 130/2022
Pregão Eletrônico n.º 32/2022
Objeto:A prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 18/03/2027.

Prefeitura Municipal de Vazante, 24 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG.

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:BC404A1C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ADITIVO

- 1º Termo aditivo ao Contrato nº 119/2025
Processo Licitatório nº 54/2025
Concorrência nº. 03/2025

Contratado: **CONSTRUTORA SERRA E SERVIÇOS LTDA**
CNPJ: 28.947.146/0001-68

Objeto:A prorrogação do prazo de execução e prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 142 dias, a partir de 12/08/2026 até 31/12/2026.

Prefeitura Municipal de Vazante, 24 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:D994523F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE - EXTRATO DE ADITIVO

- 1º Termo aditivo ao Contrato nº 138/2025
Processo Licitatório nº 17/2024
Pregão Eletrôniconº. 04/2024

Contratado: **TMG PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**
CNPJ: 49.823.063/0001-37
Objeto: I- Acréscimo quantitativo do item 08 do Contrato, o que equivale a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. II- A prorrogação do prazo de vigência contratual, a partir de 24/09/2026 até a data de 23/09/2027.

Prefeitura Municipal de Vazante, 24 de Agosto de 2026.

GABRIEL AFRÂNIO ROSA DE FARIA BARRA
Prefeito Municipal de Vazante-MG

Publicado por:
Scarlat Rocha
Código Identificador:59F61197

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
DECRETO Nº 100/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 100/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

"Concede Gratificação a servidores públicos, ocupantes de cargos em comissão, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e com fulcro no art. 11, § 5º da Lei Complementar Municipal nº. 004/2015, de 30 de dezembro de 2015, Plano de Cargos e Salários do Município de Vieiras/MG.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida gratificação, disposta no art. 11, § 5º da Lei Complementar Municipal nº. 004/2015, aos seguintes servidores públicos ocupantes de cargo em comissão:

ANA CAROLINA BREIJÃO MANSO – CPF XXX.239.XXX-14 – gratificação em 93,30 (noventa e três inteiros e trinta centésimos por cento);

ANA PAULA BREIJÃO MANSO – CPF XXX.671.XXX-61 – gratificação em 90,00 (noventa por cento);

ANA PAULA DE OLIVEIRA BRITO - CPF XXX.233.XXX-50 – gratificação em 9,70 (nove inteiros e setenta centésimos por cento);

CELSO CIRILO DE ANDRADE – CPF XXX.745.XXX-79– gratificação em 54,60% (cinquenta e quatro inteiros e sessenta centésimos por cento);

CINTIA MARA PIMENTEL MACHADO – CPF XXX.095.XXX-00 – gratificação em 43,30% (quarenta e três inteiros e trinta centésimos por cento);

CLAUDIA MARTINS PEREIRA – CPF XXX.318.XXX-75 – gratificação em 16,50% (dezesseis inteiros e cinquenta centésimos por cento);

CRISTINA APARECIDA DA SILVA – CPF XXX.039.XXX-05 – gratificação em 16,50% (dezesseis inteiros e cinquenta centésimos por cento);

CRISTINA SOARES DE ANDRADE FREITAS – CPF XXX.739.XXX-05 – gratificação em 10,00% (dez por cento);

DANIELA MARTINS DA SILVA – CPF XXX.439.XXX-06 - gratificação em 4,80% (quatro inteiros e oitenta centésimos por cento);

DAVI BALBINO SOARES – CPF XXX.512.XXX-63 – gratificação em 90,00% (noventa por cento);

DAYANA VERNEQUE MAIRINK – CPF XXX.312.XXX-32 – gratificação em 10,00% (dez por cento);

ELIANE APARECIDA BARBOSA – CPF XXX.122.XXX-38 – gratificação em 96,00% (noventa e seis por cento);

FERNANDA BELINATO PEREIRA – CPF XXX.463.XXX-88 – gratificação em 24,00% (vinte e quatro por cento);

FLAVIA MEIRELES DA SILVA SILVEIRA – CPF XXX.268.XXX-83 – gratificação em 10,00% (dez por cento);

FRANCIELLY GENOVEVA MAXIMIANO – CPF XXX.872.XXX-01 – gratificação em 5,30% (cinco inteiros e trinta centésimos por cento);

IASMIM SOUZA SABINO – CPF XXX.254.XXX-48 – gratificação em 47,20% (quarenta e sete inteiros e vinte centésimos por cento);

ILMA GOMES LOPES COSTA – CPF XXX.195.XXX-02 – gratificação em 14,00% (quatorze por cento);

IONARA MAIA RODRIGUES – CPF XXX.291.XXX-29 – gratificação em 35,00% (trinta e cinco por cento);

ISABELLE MARIA FREITAS GOVEIA – CPF XXX.333.XXX-62 – gratificação em 27,20% (vinte e sete inteiros e vinte centésimos por cento);

JOÃO MARCOS DE JESUS AQUINO – CPF XXX.642.XXX-22 – gratificação em 40,20% (quarenta inteiros e vinte centésimos por cento);

JOSE BATISTA ARCANJO – CPF XXX.717.XXX-85 – gratificação em 82,00% (oitenta e dois por cento);

JOSÉ FERNANDO BRAGA – CPF XXX.041.XXX-86 – gratificação em 20,00% (vinte por cento);

KATHYMA DA SILVA DINIS – CPF XXX.762.XXX-18 – gratificação em 73,00% (setenta e três por cento);

MARCELO PINHEIRO – CPF XXX.XXX.XXX-XX – gratificação em 15,00% (quinze por cento);

MARCIO JOSÉ DA SILVA – CPF XXX.996.XXX-44 – gratificação em 20,20% (vinte inteiros por cento e vinte centésimos por cento);

PAULO CÉSAR DOS SANTOS MACHADO – CPF XXX.120.XXX-61 – gratificação em 45,30% (quarenta e cinco inteiros e trinta centésimos por cento);

PEDRO PAULO RODRGUES – CPF XXX.905.XXX-00– gratificação em 68,00 (sessenta e oito por cento);

ROSIANE OLIVEIRA DE SOUZA – CPF XXX.613.XXX-77 – gratificação em 90,00% (noventa por cento);

VERÔNICA DE OLIVEIRA RODRIGUES – CPF XXX.091.XXX-50 – gratificação em 90,00% (noventa por cento);

WILLIAN CARLOS LINO – CPF XXX.203.XXX-76 – gratificação em 90,00% (noventa por cento).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos jurídicos do dia 1º de junho de 2026.

Vieiras/MG, 20 de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:3927C379

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIEIRAS
DECRETO Nº 101/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 101/2026, DE 20 DE AGOSTO DE 2026.

"Concede Gratificação a servidores públicos, ocupantes de cargos em comissão, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VIEIRAS**, Estado de Minas Gerais, Ricardo Celles Maia, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e com fulcro no art. 11, § 5º da Lei Complementar Municipal nº. 004/2015, de 30 de dezembro de 2015, Plano de Cargos e Salários do Município de Vieiras/MG.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida gratificação, disposta no art. 11, § 5º da Lei Complementar Municipal nº. 004/2015, aos seguintes servidores públicos ocupantes de cargo em comissão:

ALESSANDRA FREITAS ASSUMPÇÃO DORNELAS – CPF XXX.992.XXX-55 – gratificação em 4,00% (quatro por cento);

ANA CAROLINA BREIJÃO MANSO – CPF XXX.239.XXX-14 – gratificação em 93,30 (noventa e três inteiros e trinta centésimos por cento);

ANA PAULA BREIJÃO MANSO – CPF XXX.671.XXX-61 – gratificação em 90,00 (noventa por cento);

ANA PAULA DE OLIVEIRA BRITO - CPF XXX.233.XXX-50 – gratificação em 45,50 (quarenta e cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento);

CELSO CIRILO DE ANDRADE – CPF XXX.745.XXX-79– gratificação em 54,60% (cinquenta e quatro inteiros e sessenta centésimos por cento);

CINTIA MARA PIMENTEL MACHADO – CPF XXX.095.XXX-00 – gratificação em 43,30% (quarenta e três inteiros e trinta centésimos por cento);

CLAUDIA MARTINS PEREIRA – CPF XXX.318.XXX-75 – gratificação em 16,50% (dezesseis inteiros e cinquenta centésimos por cento);

CRISTINA APARECIDA DA SILVA – CPF XXX.039.XXX-05 – gratificação em 4,00% (quatro por cento);

CRISTINA SOARES DE ANDRADE FREITAS – CPF XXX.739.XXX-05 – gratificação em 10,00% (dez por cento);

DANIELA MARTINS DA SILVA – CPF XXX.439.XXX-06 - gratificação em 2,00% (dois por cento);

DAVI BALBINO SOARES – CPF XXX.512.XXX-63 – gratificação em 90,00% (noventa por cento);

DAYANA VERNEQUE MAIRINK – CPF XXX.312.XXX-32 – gratificação em 10,00% (dez por cento);

ELIANE APARECIDA BARBOSA – CPF XXX.122.XXX-38 – gratificação em 96,00% (noventa e seis por cento);

FERNANDA BELINATO PEREIRA – CPF XXX.463.XXX-88 – gratificação em 24,00% (vinte e quatro por cento);

FLAVIA MEIRELES DA SILVA SILVEIRA – CPF XXX.268.XXX-83 – gratificação em 10,00% (dez por cento);

FRANCIELLY GENOVEVA MAXIMIANO – CPF XXX.872.XXX-01 – gratificação em 5,30% (cinco inteiros e trinta centésimos por cento);

GABRIELE CUNHA BISPO – CPF XXX.714.XXX-64 – gratificação em 2,00% (dois por cento);

IASMIM SOUZA SABINO – CPF XXX.254.XXX-48 – gratificação em 30,20% (trinta inteiros e vinte centésimos por cento);

ILMA GOMES LOPES COSTA – CPF XXX.195.XXX-02 – gratificação em 14,00% (quatorze por cento);

IONARA MAIA RODRIGUES – CPF XXX.291.XXX-29 – gratificação em 39,00% (trinta e nove por cento);

ISABELLE MARIA FREITAS GOVEIA – CPF XXX.333.XXX-62 – gratificação em 27,20% (vinte e sete inteiros e vinte centésimos por cento);

JOÃO MARCOS DE JESUS AQUINO – CPF XXX.642.XXX-22 – gratificação em 80,40% (oitenta inteiros e quarenta centésimos por cento);

JOSE BATISTA ARCANJO – CPF XXX.717.XXX-85 – gratificação em 68,00% (sessenta e oito por cento);

JOSÉ FERNANDO BRAGA – CPF XXX.041.XXX-86 – gratificação em 18,80% (dezoito inteiros e oitenta centésimos por cento);

KATHYMA DA SILVA DINIS – CPF XXX.762.XXX-18 – gratificação em 49,50% (quarenta e nove inteiros e cinquenta por cento);

LUCAS EDUARDO RIGUETTI MATOS – CPF XXX.567.XXX-89 – gratificação em 14,00% (quatorze por cento);

MARCELO PINHEIRO – CPF XXX.XXX.XXX-XX – gratificação em 15,00% (quinze por cento);

MARCIO JOSÉ DA SILVA – CPF XXX.996.XXX-44 – gratificação em 42,40% (quarenta e dois inteiros por quarenta centésimos por cento);

PAULO CÉSAR DOS SANTOS MACHADO – CPF XXX.120.XXX-61 – gratificação em 90,60% (noventa inteiros e sessenta centésimos por cento);

PEDRO PAULO RODRGUES – CPF XXX.905.XXX-00– gratificação em 21,00 (vinte e um por cento);

ROSIANE OLIVEIRA DE SOUZA – CPF XXX.613.XXX-77 – gratificação em 78,00% (setenta e oito por cento);

VERÔNICA DE OLIVEIRA RODRIGUES – CPF XXX.091.XXX-50 – gratificação em 90,00% (noventa por cento);

WESLLEY RODRIGUES ANDRADE – CPF XXX.625.XXX-27 – gratificação em 34,00% (trinta e quatro por cento);

WILLIAN CARLOS LINO – CPF XXX.203.XXX-76 – gratificação em 81,00% (oitenta e um por cento).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos jurídicos do dia 1º de julho de 2026.

Vieiras/MG, 20 de agosto de 2026.

RICARDO CELLES MAIA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodolpho Olavo de Oliveira Pereira
Código Identificador:6B7266CD

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Nos termos dos artigos 75, II da Lei nº 14.133/2021, ratifico o **Processo Licitatório nº 124/2026 – Dispensa nº 049/2026**, para prestação de serviço especializado com aquisição de peças especificas para o atendimento da segunda revisão de garantia em veículo Argo placa TYY6J70, a empresa **MOTAUTO MOTA AUTOMOVEIS LTDA, CNPJ n° 18.996.637/0001-45**, no valor total de R$ 1.613,26 (um mil, seiscentos e treze reais e vinte e seis centavos).

Visconde do Rio Branco, 24 de agosto de 2026 -

LUIZ FÁBIO ANTONUCCI FILHO -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:03497DB6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇAO DE AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 019/2026 -PROCESSO Nº 120/2026 – OBJETO:A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através da sua pregoeira, torna público a republicação da licitação na modalidade Pregão eletrônico, para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de montagem da arena, organização e apresentação de rodeio e concurso de marcha na Exposição Agropecuária de VRB, nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2026 no Parque de Exposição do município de Visconde do Rio Branco/MG.**Início do recebimento de proposta: dia: 26/08/2026. Data da sessão pública: Dia 09/09/2026 às 09h00min**, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital republicado já se encontra disponível para os interessados, no site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br e **viscondedoriobranco.licitapp.com.br** Informações: licitacaopmvrb@gmail.com**,** endereço à Praça 28 de Setembro, Centro. **(Ass.) Jordana Teixeira da Luz – Agente de Contratação.**

Publicado por:
Luziane Aparecida Vieira
Código Identificador:181F07EB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNIIPAL DE SÃO TIAGO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO RATIFICAÇÃO - PROC.122/2026 - DISP. 036/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO-MG, RATIFICAÇÃO DO PROC. 122/2026 – DISPENSA 036/2026. Obj.: Conclusão do remanescente da obra de construção da escola PROINFÂNCIA – Projeto 2 – convencional, no Distrito de Mercês de Água Limpa, por meio de assistência financeira do FNDE/MEC, em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. Contratada: AP Engenharia e Construções Ltda – CNPJ: 22.580.382/0001-02. Fund. Legal: Art. 24, inciso XI da Lei 8.666/93. Vr. total da contratação R$508.632,40 (quinhentos e oito mil, seiscentos e trinta e dois reais e

quarenta centavos). Decl. de Dispensa: em 24/08/2026, por Laura V. Vivas, Procuradora Jurídica. Ratificação de Dispensa: em 24/08/2026, por Alexandre N. A. Vivas, Pref. Municipal.

São Tiago, 24/08/2026.

Publicado por:
Angela Carolina Ribeiro Costa
Código Identificador:0B2B6DF8

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE DE BOCAIUVA

SERVICO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PUBLICAÇÃO DE ADITIVO - CONTRATO 78/2022

Prorrogação da vigência do Contrato por 4 (quatro) meses, compreendendo o período de 31/07/2026 a 30/11/2026, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e conforme justificativas constantes no processo administrativo.
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Bocaiuva – **SAAE de Bocaiuva,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 13.118.506/0001-66, neste ato representado por sua Diretora Geral, Srta. IZABELLA SOUZA MEIRA.
Contratada: DIJELMA LEANDRA COSTA SILVA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº12.622.787/0001-02.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO DE ALARME VIA GPRS, 24 HORAS.
Origem: Processo nº 99/2022, modalidade Dispensa de Licitação nº. 99/2022
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de dotações próprias da autarquia.

Bocaiuva/MG, 24 de agosto de 2026.

IZABELLA SOUZA MEIRA
Diretora Geral do SAAE

Publicado por:
Fernanda Santiago Librelon
Código Identificador:A053D2E9

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIRAPORA

SAAE PIRAPORA-MG
EXTRATO - 1º ADITIVO AO CONTRATO 20/2025

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Extrato de aditivo ao Contrato 20/2025. Contratado: **MBM Seguradora S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 87.883.807/0001-06. Processo Licitatório 75/2025 – Dispensa Eletrônica 38/2025. Subordinação legal: Lei Federal 14.133/2021, Decretos Municipais e demais legislações vigentes. Objeto: **Contratação de seguro obrigatório contra acidentes pessoais para estagiários do SAAE/Pirapora-MG. Faixa etária 16 a 60 anos.** Altera o prazo de vigência do contrato original que passa a ter término em 1º/10/2027. Data assinatura do aditivo: 18/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor Geral SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Cristiano Ribeiro da Silva
Código Identificador:68DE51DD

SAAE PIRAPORA-MG
EXTRATO DE CONTRATO 16/2026

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirapora-MG. Extrato de Contrato. Contrato 16/2026. Contratado: **Contass Sistemas Públicos Ltda, inscrita no CNPJ:10.481.030/0001-10**. Adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2026 – Procedimento Administrativo nº 21/2025. Pregão Eletrônico nº 01/2025 do CIMMESF (Consórcio Intermunicipal multifinalitário do Médio São Francisco). Subordinação legal: Lei Federal 14.133/2021, Decretos Municipais e demais legislações vigentes. Objeto: **Contratação de empresa especializada para disponibilização e implantação da solução integrada de softwares de Gestão Pública e-Cidade, disponível no Portal do Software Público Brasileiro - SPB (https://softwarepublico.gov.br/social/e-cidade/) sob Licença Pública Geral - GPL, bem como para prestação de serviços técnicos especializados de manutenção corretiva e evolutiva do software em questão, treinamento e suporte a usuários**. Vigência: 11/08/2026 a 11/08/2027. Valor total do contrato: R$166.888,00. Data assinatura contrato: 11/08/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM –
Diretor Geral SAAE/Pirapora-MG.

Publicado por:
Cristiano Ribeiro da Silva
Código Identificador:877BBCD7

SAAE PIRAPORA-MG
PORTARIA SAAE/PIRAPORA Nº 46/2026

Pirapora/MG 24 de agosto de 2026.

O DIRETOR **Patrick Cláudio Nascimento Valim** nomeado pela Portaria da Secretaria de Governo do Município de Pirapora nº 003/2025, de 08 de janeiro de 2025 e de acordo com o previsto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021; resolve:

Art. 1º Designar o servidor **Renan Cesar Alves da Paixão** – Leiturista III, matrícula 200494, para acompanhar e fiscalizar, como gestor, a execução do Contrato nº 16/2026 – Adesão à Ata de Registro de Preços nº 01/2026 – Procedimento Administrativo nº 21/2025. Pregão Eletrônico nº 01/2025 do CIMMESF (Consórcio Intermunicipal multifinalitário do Médio São Francisco), contrato esse celebrado entre o SAAE e a empresa **Contass Sistemas Públicos Ltda**, inscrita no CNPJ:10.481.030/0001-10, cujo objeto é a "**Contratação de empresa especializada para disponibilização e implantação da solução integrada de softwares de Gestão Pública e-Cidade, disponível no Portal do Software Público Brasileiro - SPB (https://softwarepublico.gov.br/social/e-cidade/) sob Licença Pública Geral - GPL, bem como para prestação de serviços técnicos especializados de manutenção corretiva e evolutiva do software em questão, treinamento e suporte a usuários**".

Art. 2º Designa a servidora **Christiane Pâmela Soares Oliveira**, Analista de Sistemas I, matrícula SAAE nº 200557, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato acima descrito.

Art. 3º Fica garantido ao fiscal amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo.

Art. 4° O fiscal terá as seguintes atribuições:
acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos e propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto;
rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto executado em desacordo com o contrato;
exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;
exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;
comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público.
O fiscal do SAAE PIRAPORA não aceitará nem receberá qualquer serviço com atraso, defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes deste Contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao contratado efetuar as substituições necessárias no prazo determinado ou outro definido pelo fiscal de contrato, sob pena de aplicação das sanções legais ou de rescisão contratual.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia quando houver, ou em caso de destituição do fiscal nos moldes da Portaria SAAE n° 108/2021 de 22/04/2021.

Art. 6º - Revoga a Portaria 36/2026 de 26/03/2026.

PATRICK CLÁUDIO NASCIMENTO VALIM
Diretor do SAAE/Pirapora-MG

Publicado por:
Cristiano Ribeiro da Silva
Código Identificador:817CD9B4

ESTADO DE MINAS GERAIS
SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE IBIÁ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (MAT. DE ILUMINAÇÃO)

O SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiá/MG – através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação, CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA, na forma ELETRÔNICA, Conforme Decreto nº 6.117 de 02 de maio de 2023, instituindo as contratações diretas, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, na hipótese do ART. 75, inciso II, nos termos da LEI Nº 14.133/2021, para recebimento de propostas adicionais ao referido processo de aquisição.

OBJETO: Aquisição de "MATERIAIS ELÉTRICOS (materiais de iluminação)" de acordo com necessidades do SAAE do município de Ibiá-MG.

O(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) adicionais e documentação será(ão) aceito(s) conforme a seguir:

• INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia: 24/08/2026 a partir das 17h00min (dezessete horas).

• LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia: 01/09/2026 às 08h00min (oito horas).

• PERÍODO DE LANCES – SESSÃO PÚBLICA

Dia: 01/09/2026 das 08:00 (oito horas) até às14:00min (quatorze horas).

Referências de horário: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: https://www.licitanet.com.br
Informações pelo telefone (34) 3631-4111.

CÁSSIO LUÍS DA SILVA –
Agente de Contratações do SAAE.

Publicado por:
Rogério Geraldo Ferreira
Código Identificador:77DCC8AF

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PARAISÓPOLIS

SAAE DE PARAISÓPOLIS/MG
PORTARIA Nº 036, DE 24 DE AGOSTO DE 2026

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais e atendendo ao disposto no artigo 11, da Lei Municipal nº 2451 de 18 de dezembro de 2015,
RESOLVE,

Art. 1.º - Designar **LUCIANO MATHEUS MOISES**, servidor público municipal, para atuar como fiscal das atas de número nº 105/26 até nº 108/26, objeto do Processo Licitatório nº 048/2026, oriundo do Pregão eletrônico 028/2026, para contratação de empresa para futura e eventual aquisição de materiais hidráulicos, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPIS), equipamentos de segurança e materiais destinados à manutenção, visando atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Paraisópolis/MG.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Paraisópolis, 24 de agosto de 2026.

ELEANDRO DE SOUZA FRAGA
Diretor do SAAE

Publicado por:
Jessica de Fatima Goria
Código Identificador:689F70AE

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PASSOS
DISPENSA ELETRÔNICA 024/2026

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto - Passos/MG fará a realização de contratação na modalidade Dispensa Eletrônica, tipo: menor preço, cujo objeto é: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de substituição de trecho de rede emissária de esgoto e construção de poços de visita (PV), com interligação a PV existente com destinação à Estação Elevatória de Esgoto São Domingos, conforme especificações técnicas e de quantidades estabelecidas no Termo de Referência. **Recebimento das Propostas: Até as 07:59 horas de 28/08/2026**. Local: Plataforma de Licitações AMM LICITA – https://ammlicita.org.br. Todos os documentos deverão ser enviados para a plataforma AMM LICITA. Informações pelo e-mail: compras@saaepassos.com.br. Telefone: (35) 3522-8660.

Passos/MG, 24 de agosto de 2026.

ESMERALDO PEREIRA SANTOS
Diretor do SAAE Passos/MG
Matrícula: 0823

Publicado por:
Ricardo de Paula Silva
Código Identificador:881BB528

ESTADO DE MINAS GERAIS
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - LAGOA DA PRATA

SAAE LAGOA DA PRATA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 15/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO : 16/2026

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lagoa da Prata-MG.

CONTRATADA: Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC de Lagoa da Prata, inscrita no CNPJ sob o nº

07.472.312/0001-47, com sede na Rua José Xavier, nº 200, Bairro Mangabeiras, Lagoa da Prata-MG, CEP 35.593-306.
OBJETO: Prestação contínua de serviços não especializados de manutenção, conservação e limpeza na Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, nas Estações Elevatórias e em áreas adjacentes.
VALOR DO CONTRATO: R$ 97.326,24 (noventa e sete mil trezentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 07/08/2026 á 07/08/2027.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
20.004.17.512.1702.2006.3.3.90.37.00.
DATA: 07/08/2026

HERMANO DRUMMOND
Diretor do SAAE

Publicado por:
Joana Resende de Oliveira Lacerda
Código Identificador:83EF6B9D

ESTADO DE MINAS GERAIS
ARISMIG - AGENCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MG

ARISMIG - AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Considerando a demanda formalizada, o estudo técnico preliminar, a estimativa da despesa, a previsão orçamentária, a justificativa de preços, o atendimento aos requisitos de habilitação, a análise preliminar por parte do setor competente e o parecer jurídico emitido, **FICA AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo referido, via dispensa de licitação, posto que:
o valor está adequado ao teto estabelecido no art. 75, caput, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
não foi despendido por este órgão, neste exercício financeiro, mais do que o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
o somatório da despesa abaixo referida, somada com outros objetos da mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade, não ultrapassou o valor previsto no item "1" acima, nos termos do art. 75, §1º, II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

OBJETO	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliário de escritório, compreendendo mesas, cadeiras e armários, destinados a atender às necessidades da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Minas Gerais – ARISMIG, conforme descrição abaixo: ***ITEM** 01 – **MÓVEL**: Mesa de escritório com gavetas. Referência: Medidas: 120x60x75 - Cor cinza - **QUANTIDADE**: 2 (dois)* ***ITEM** 02 – **MÓVEL**: Cadeira diretor giratória. Referência: Cor preta – **QUANTIDADE**: 2 (dois)* ***ITEM** 03 – **MÓVEL**: Cadeira de escritório modelo pés palito. Referência: Cor preta - **QUANTIDADE**: 4 (quatro)* ***ITEM** 04 – **MÓVEL**: Armário 2 portas. Referência: Medidas: 1,60x80x40 - Cor Nogueira Modena (Marrom/Madeira) - **QUANTIDADE**: 1 (um)* ***ITEM** 05 – **MÓVEL**: Armário 2 portas. Referência: Medidas: 1,60x80x40 - Cor Cinza - **QUANTIDADE**: 1 (um)*
VALOR	R$ 4.798,00 (quatro mil e setecentos e noventa e oito reais).
FORNECEDOR	ML Comércio de Móveis e Eletrodomésticos Ltda.

Boa Esperança/MG, 24 de agosto de 2026.

ADRIANO COSTA REIS JUNIOR
Diretor Geral

Publicado por:
Pedro Henrique Chagas Maia Vilela
Código Identificador:E321261A

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVERIO

LEGISLATIVO
EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 009/2026
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 004/2026

DATA DA SESSÃO: 04/09/2026

PERIODO DE PROPOSTAS
Deverão ser encaminhadas até 04/09/2026 – 08h29min (Horário de Brasília)

DA FASE DE LANCES
A PARTIR DAS 08h30min (Horário de Brasília)

OBJETO DA CONTRATAÇÃO.
Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, periféricos e suplementos de informática conforme especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência, tendo em vista as necessidades da Câmara Municipal de Dom Silvério/MG.
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:
R$ 30.888,31(trinta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos)

MODO DE DISPUTA: ABERTO
PREFERÊNCIA: ME/EPP/EQUIPARADAS

A Câmara Municipal de Dom Silvério/MG, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar em sua sede, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, Licitação na modalidade, PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor preço por item, objetivando contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, periféricos e suplementos de informática conforme especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência para atender suas necessidades, nos termos do artigo 28, I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. Objeto

1.1 O objeto da presente licitação é contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, periféricos e suplementos de informática para atender as necessidades da Câmara Municipal de Dom Silvério, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**ADAPTADOR** -adaptador de plugue com e sem terra; para tomada padrão; tipo chato; com até 3 saídas; na cor branca ou preta.	Unidades	05 (cinco) unidades		**R$4,50**	**R$22,50**
02	**BATERIA PARA CENTRAL DE ALARME INTELBRAS-XAT 2000 LCD –** bateria selada 12w 7 A.	Unidade	05(uma) unidade		**R$111,27**	**R$556,35**
03	**CAIXA DE SOM** Estéreo Para Computador P2 3,5mm. Com botão liga e desliga, e controle de volume além de uma entrada para fone 3,5mm. Dimensões Aproximadas Do Produto: 12 X 5 X 5 Cm.	Unidades	01 (uma) unidade		**R$40,61**	**R$40,61**
04	**COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO** Processador-3.5Ghz, Memória 16GB, SSD 480GB HDMI FullHD.: Cor – Preto.. BIVOLT. Som : 6 canais. Conexões de vídeo: 1 saída vga . Conexões traseiras PS2, LAN 4XUSB 3X áudio Cor PC PRETO-Monitor Widescreen 19.5" Hd . Brilho: 200 cd. Tempo de resposta: 5 ms. Resolução máxima / recomendada: 1366 x 768 60 Hz (Hd). Conexão: Hdmi e Vga Teclado – USB, mouse USB e caixas de som Bivolt, 3w de Potência.	Unidades	02(dois) unidades		**R$2.207,83**	**R$4.415,66**
05	**ESTABILIZADOR-** com potência mínima de 300VA; indicador luminoso de rede; 4 tomadas; chave manual protegida; Bivolt	Unidades	03(três) unidades		**R$132,00**	**R$396,00**
06	**EXTENSÃO** - Extensão elétrica medindo 10 metros de comprimento, bivolt, na cor preta; com 3mm x 0,75mm de espessura; com capacidade para três tomadas.	Unidades	02(duas) unidades		**R$30,45**	**R$60,90**
07	**EXTENSÃO** - Extensão elétrica medindo 30 metros de comprimento, bivolt, na cor preta; com 2mm x 1,00mm de espessura; com capacidade para três tomadas.	Unidades	01 (uma) unidade		**R$39,32**	**R$39,32**
08	**FILTRO DE LINHA**-Filtro de linha com capacidade para 6 tomadas; bivolt; na cor preta; com cabo de no minimo 1 metro de comprimento. Com botão liga e desliga.	Unidades	03(três) unidades		**R$36,14**	**R$108,42**
09	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL-** com tanque de tinta conexão Wi-Fi,imprime frente e verso,cópia e impressão frente e verso, impressão compatível com Tamanho de Papel: A4 210 x 297 mm	Unidades	01(uma) unidade		**R$1.955,00**	**R$1.955,00**
10	**LIMPADOR PARA TELAS**- acompanhado de 01(um) pano microfibra. Limpa telas e monitores, específico para tirar marcas de dedo e sujeiras.	VIDRO com 120 ml	01(uma) unidade		**R$9,98**	**R$9,98**
11	**MOUSE OPTICO -** USB; na cor Preto medindo (cm) - AxLxP 12 cm x9cm x4cm; compatíveis a computadores e Notebookes. conectividade com fio.Dois botões e uma roda de rolagem e conectividade com fio.	Unidades	02 (duas) unidades		**R$19,05**	**R$38,10**
12	**MOUSE PAD -** com apoio de punho em gel, na cor preta, tamanho P e G, medindo 25 cm de comprimento x 270x 185mm ideal para Prevenção de danos causados pelo esforço repetitivo ,posiciona o punho na altura ideal para evitar lesões. Superfície em tecido que facilita o deslizamento do mouse	Unidades	04 (quatro) unidades		**R$13,33**	**R$53,32**
13	**NOBREAK** - Com potência de 600VA; com 6 tomadas de saída; led colorido no painel frontal; botão liga/desliga;	Unidades	03(tres) unidades		**R$572,81**	**R$1.718,43**
14	**PEN DRIVE:** com capacidade de armazenamento de 32 Gigabytes; facilita fazer back-up, transferir e compartilhar seus arquivos.	Unidades	06(seis) unidades		**R$50,57**	**R$303,42**
15	**PEN DRIVE:** com capacidade de armazenamento de 64 Gigabytes; facilita fazer back-up, transferir e compartilhar seus arquivos.	Unidades	04(quatro) unidades		**R$69,09**	**R$276,36**
16	**REFIL - NA COR CIANO -** Frasco de Tinta ciano Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$139,22**	**R$2.088,30**
17	**REFIL - NA COR CIANO -** Frasco de Tinta ciano Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta)mililitros	15 (quinze) unidades		**R$61,33**	**R$919,95**
18	**REFIL - NA COR PRETO** - Frasco de Tinta Black Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 167 (cento e sessenta e sete) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$139,52**	**R$2.092,80**
19	**REFIL - NA COR PRETO** - Frasco de Tinta Black Corante de boa qualidade **(ORIGINAL**) para impressora da marca Epson. L 4260.	Frasco contendo 127(cento e vinte e sete) ml	15 (quinze) unidades		**R$60,16**	**R$902,40**
20	**REFIL- NA COR AMARELO-** Frasco de Tinta amarelo Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$60,00**	**R$900,00**
21	**REFIL- NA COR MAGENTA-** Frasco de Tinta magenta Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$126,77**	**R$1.901,55**
22	**REFIL- NA COR MAGENTA-** Frasco de Tinta magenta Corante de boa qualidade **(ORIGINAL**) para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta)mililitros	15 (quinze) unidades		**R$53,33**	**R$799,95**
23	**REFIL- NA COR YELLOW-** Frasco de Tinta amarelo Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$131,94**	**R$1.979,10**
24	**Smart TV 50 polegadas**, com a resolução 4K (3840x2160) tecnologia QLED, controle de voz no mínimo 2 portas HDMI e 1 USB-.	Unidades	02(duas) unidades		**R$2.680,44**	**R$5.360,88**
25	**SSD INTERNO –** Capacidade total: 240 GB, SATA 2.5 polegadas	Unidades	01(uma) unidade		**R$316,11**	**R$316,11**
26	**SUPORTE AJUSTE ALTURA DE COMPUTADOR -** Quadrado, Ideal Para Qualquer Tipo De Monitor: Lcd Ou Convencional. Altamente Resistente, Suporta Mais De	Unidades	03(três) unidades		**R$54,67**	**R$164,01**

	40kg.Ajuste De Altura Até 17cm.4 Níveis Para Ajuste.Melhor Postura E Menos Lesões Corporais. Altura Mínima: 4,5 Cm.Altura Máxima: 17 Cm.Pés Desmontáveis.Acabamento Black Piano. Dimensões: 27 X 33,5 X 6,8 Cm					
27	**SUPORTE PARA OS PÉS (DESCANSO ERGONOMICO)** - Ideal para auxiliar na correção da postura previnindo dores e cansaço; - Conforto para os pés e pernas, previnindo varizes, formigamentos e inchaços indesejados; - Resitente, possui superfície amtiderrapante, evitando que seus pés escorreguem; - Pés emborrachados para melhor fixação no local desejado; - Ajustável de acordo com sua necessidade e conforto; - Ângulo de ajuste: entre 0° e 180°. Peso: 1,365 Kg- Dimensões da embalagem (cm) (no mínimo): Largura: 40, Altura: 8, Profundidade: 30	Unidades	03(três) unidades		**R$48,25**	**R$144,75**
28	**SWITCH DE MESA** - SWITCH DE MESA COM 8 PORTAS 10/100MBPS, Sistema Plug and Play, não precisa configurar	Unidades	01 (uma) unidade		**R$57,03**	**R$57,03**
29	**TECLADO MULTIMÍDIA** - Conexão USB ;Plug and Play; Teclas de acesso rápido ,Formato Slim Cor: Preto Layout: ABNT 2 ;Teclas macias e silenciosas Teclas impressas a laser. Resistente à água .Compatível com: Windows XP ou superiores.	Unidades	02(duas) unidades		**R$45,02**	**R$90,04**
30	**TONER BLACK** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$132,11**	**R$660,55**
31	**TONER CIANO** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$134,38**	**R$671,90**
32	**TONER MAGENTA** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$166,00**	**R$830,00**
33	**TONER YELLOW** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$162,77**	**R$813,85**
34	**Webcam –** webcam câmera 2K microfone integrado e redução de ruido.. Interface com computador 2.0 USB, conectividade 2.0. Compativel com Apple MacOS, Windows 10 64-bit Edition, Windows 11.	Unidade	01 (uma) unidade		**R$200,77**	**R$200,77**

VALOR TOTAL	**R$ 30.888,31(trinta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos)**

2. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO.

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras Da AMM (ASSOSSIAÇÃO MINEIRA DOS MUNICIPIOS) https://ammlicita.org.br/

2.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015;

2.7 Poderão participar dessa Licitação pessoas Jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, cuja sede/filial da empresa esteja localizada em um raio de **até 300km (trezentos quilômetros)** da sede da Câmara Municipal de Dom Silvério e que possuam logística de entrega no endereço indicado pela Contratante, no prazo máximo de 48 Horas, a contar da emissão de Ordem de fornecimento, tendo em vista a necessidade de pronto atendimento dessa Casa Legislativa.

2.8 A delimitação de localização da CONTRATADA num raio não superior a **300km (trezentos quilômetros)**, justifica-se pela necessidade de garantir maior celeridade na entrega, pronto atendimento e eventual substituição dos materiais de informática, assegurando a continuidade das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Dom Silvério.

2.9 Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

2.9.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art.9º da Lei nº 14.133 de 2021.

2.10 O impedimento de que trata o item 2.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.2 e 2.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
2.12 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
2.13 O disposto nos itens 2.9.2 e 2.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
2.14 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
2.15 A vedação de que trata o item 2.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, juntamente com a documentação de habilitação até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
3.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.
3.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
3.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
3.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
3.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
3.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
3.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
3.6.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
3.7 A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 e seus subitens e/ou 3.6 e seus subitens sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
3.8 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
3.9 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
3.10 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
3.11.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
3.11.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
3.12.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
3.12.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
3.14 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
3.15 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
4.1.1 Valor unitário e total do item;
4.1.2 Marca;
4.1.3 Fabricante;
4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
4.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
4.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
4.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
4.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,10 (dez) centavos.**
5.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
5.11 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
5.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
5.12 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
5.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
5.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
5.12.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
5.12.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
5.12.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
5.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
5.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
5.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
5.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
5.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
5.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
5.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
5.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
5.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
5.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
5.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
5.19.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
5.19.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
5.19.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
5.19.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
5.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
5.19.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
5.19.2.2 Empresas brasileiras;
5.19.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
5.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
5.20.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo;
5.20.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
5.20.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
5.20.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
5.20.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
5.20.6 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
5.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
6.1.1 SICAF;
6.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
6.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
6.4 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
6.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6; 3.6 e seus subitens; 4.7; 5.18 e seus subitens deste edital.
6.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:
6.7.1 contiver vícios insanáveis;
6.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
6.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
6.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
6.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
6.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
6.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
6.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
6.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
6.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
6.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
6.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
6.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
6.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
6.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.

7.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
7.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
7.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
7.3.1 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
7.3.2 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de [INSERIR UM PERCENTUAL 10% A 30 %, SALVO SE HOUVER JUSTIFICATIVA NOS AUTOS PARA SUPRIMIR ESSE ACRÉSCIMO] para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
7.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
7.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
7.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
7.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
7.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
7.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
7.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
7.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
7.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
7.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
7.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **[NO MÍNIMO, DUAS HORAS]**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
7.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
7.12 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
7.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
7.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
7.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
7.13.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
7.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
7.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
7.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1
7.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
7.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
7.19 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:
Habilitação Jurídica
7.20 Pessoa física: copia do CPF, bem como cópia da cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
7.21 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
7.22 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt- br/empreendedor;
7.23 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
7.24 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
7.25 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
7.26 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
7.27 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
Habilitação fiscal, social e trabalhista
7.28 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
7.29 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
7.30 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
7.31 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
7.32 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
7.33 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
7.34 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
7.35 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
7.36 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
7.37 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
7.38 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e sua última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
7.39 Alvará de Licença, Localização e Funcionamento atualizado, emitido pelo município do domicílio ou sede do licitante;
7.40 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Inscrição Estadual) relativo ao Estado do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
Qualificação Econômico-Financeira
7.41 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
7.42 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
8.DOS RECURSOS
8.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
8.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
8.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
8.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
8.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
8.3.4 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
8.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
8.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
8.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
8.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
8.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
8.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico AMMLICITA.

9.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANSÕES.
9.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
9.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
9.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
9.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
9.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
9.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
Ou
9.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
9.1.3 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações
do edital;
9.1.4 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
9.1.5 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
9.1.6 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
9.1.7 fraudar a licitação
9.1.8 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
9.1.8.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
9.1.8.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
9.1.8.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
9.1.8.4 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
9.1.8.5 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
9.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
9.2.1 advertência;
9.2.2 multas;
9.2.3 impedimentos de licitar e contratar e
9.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
9.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
9.3.2 as peculiaridades do caso concreto
9.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes os danos que dela provierem para a Administração Pública a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (Quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
9.4.1 Para as infrações previstas nos itens 9.1.1,9.1.2 e 9.1.3 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
9.4.2 Para as infrações previstas nos itens 9.1.4,9.1.5,9.1.6,9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
9.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
9.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
9.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1,9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3(três) anos.
9.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1,9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
9.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
9.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
9.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
9.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
9.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
9.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
10. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.
10.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
10.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
10.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: AMMLICITA. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
10.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
11.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
11.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
11.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
11.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
11.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
11.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
11.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
11.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
11.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
11.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
11.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal AMMLICITA.
11.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
11.11.1 Anexo I - Termo de Referência
11.11.2 Anexo II - Estudo Técnico Preliminar
11.11.3 Anexo III - Minuta de Termo de Contrato
.

Câmara Municipal de Dom Silvério,21 de agosto de 2026.

JOSIANE LIMA CUSTÓDIO
Pregoeiro

REGIANE APARECIDA DE LIMA
Diretora do Legislativo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n° 009/2026
Pregão Eletrônico nº 004/2026

1. OBJETO.
1.1 Contratação de empresa para fornecimento de suprimentos de informática, incluindo equipamentos, materiais, insumos e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência, tendo em vista as necessidades da Câmara Municipal de Dom Silvério/MG.
1.2 A modalidade de licitação utilizada será PREGÃO ELETRÔNICO.
1.3 O critério de julgamento a ser utilizado será de MENOR PREÇO POR ITEM.
2.DESCRIÇÃO, QUANTIDADES E PREÇO MAXIMO DA LICITAÇÃO E VALORES REFERENCIAIS DO MERCADO.
2.1 O prazo de vigência da contratação se estenderá da assinatura do contrato até o dia 31/12/2026.
2.2 O custo estimado total da contratação é de R$ 30.888,31(trinta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos) conforme custos unitários apurados no relatório de cotação anexo a esse processo.
3. JUSTIFICATIVA.
3.1 A aquisição de suplementos de informática pela Câmara Municipal de Dom Silvério se justifica com base em diversas perspectivas importantes que visam a melhoria da eficiência e a prestação de serviços de qualidade à população.
3.2 Diante da constante evolução tecnológica, torna-se necessária a atualização periódica dos equipamentos utilizados pela administração pública, a fim de garantir maior eficiência, segurança, desempenho e continuidade na prestação dos serviços públicos.
3.3 A Câmara Municipal de Dom Silvério/MG, através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, JUSTIFICA a realização da Licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICO no permissivo do artigo 28, I, da Lei 14.133/21.
3.4 O PREGÃO ELETRÔNICO é reconhecido por sua eficácia em gerar economia para administração pública, uma vez que amplia a competição entre os fornecedores, potencializando a obtenção de preços mais vantajosos.
3.5 Este processo é marcado pela transparência, permitindo que qualquer cidadão acompanhe o procedimento em tempo real, garantindo assim a integridade e a confiança no processo de aquisição e acima de tudo da instituição Licitante.
3.6 A escolha do PREGÃO ELETRÔNICO como modalidade para aquisição dos suplementos de informática, justifica-se pela busca da administração pública em promover um processo de compras eficiente, transparente, econômico, e que atenda aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência, garantindo o melhor para a população por ela atendida.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.
4.1 Salienta-se que o objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818/21;
4.2 Descrição de estimativa de valores e quantidades dos itens.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**ADAPTADOR -**adaptador de plugue com e sem terra; para tomada padrão; tipo chato; com até 3 saídas; na cor branca ou preta.	Unidades	05 (cinco) unidades		**R$4,50**	**R$22,50**
02	**BATERIA PARA CENTRAL DE ALARME INTELBRAS- XAT 2000 LCD –** bateria selada 12w 7 A.	Unidade	05(uma) unidade		**R$111,27**	**R$556,35**
03	**CAIXA DE SOM** Estéreo Para Computador P2 3,5mm. Com botão liga e desliga, e controle de volume além de uma entrada para fone 3,5mm. Dimensões Aproximadas Do Produto: 12 X 5 X 5 Cm.	Unidades	01 (uma) unidade		**R$40,61**	**R$40,61**

04	**COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO** Processador- 3.5Ghz, Memória 16GB, SSD 480GB HDMI FullHD.: Cor – Preto.. BIVOLT. Som : 6 canais. Conexões de vídeo: 1 saída vga . Conexões traseiras PS2, LAN 4XUSB 3X áudio Cor PC PRETO- Monitor Widescreen 19.5" Hd . Brilho: 200 cd. Tempo de resposta: 5 ms. Resolução máxima / recomendada: 1366 x 768 60 Hz (Hd). Conexão: Hdmi e Vga Teclado – USB, mouse USB e caixas de som Bivolt, 3w de Potência.	Unidades	02(dois) unidades		**R$2.207,83**	**R$4.415,66**
05	**ESTABILIZADOR-** com potência mínima de 300VA; indicador luminoso de rede; 4 tomadas; chave manual protegida; Bivolt	Unidades	03(três) unidades		**R$132,00**	**R$396,00**
06	**EXTENSÃO -** Extensão elétrica medindo 10 metros de comprimento, bivolt, na cor preta; com 3mm x 0,75mm de espessura; com capacidade para três tomadas.	Unidades	02(duas) unidades		**R$30,45**	**R$60,90**
07	**EXTENSÃO** - Extensão elétrica medindo 30 metros de comprimento, bivolt, na cor preta; com 2mm x 1,00mm de espessura; com capacidade para três tomadas.	Unidades	01 (uma) unidade		**R$39,32**	**R$39,32**
08	**FILTRO DE LINHA-**Filtro de linha com capacidade para 6 tomadas; bivolt; na cor preta; com cabo de no mínimo 1 metro de comprimento. Com botão liga e desliga.	Unidades	03(três) unidades		**R$36,14**	**R$108,42**
09	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL-** com tanque de tinta conexão Wi-Fi,imprime frente e verso,cópia e impressão frente e verso, impressão compatível com Tamanho de Papel: A4 210 x 297 mm	Unidades	01(uma) unidade		**R$1.955,00**	**R$1.955,00**
10	**LIMPADOR PARA TELAS**- acompanhado de 01(um) pano microfibra. Limpa telas e monitores, específico para tirar marcas de dedo e sujeiras.	VIDRO com 120 ml	01(uma) unidade		**R$9,98**	**R$9,98**
11	**MOUSE OPTICO -** USB; na cor Preto medindo (cm) - AxLxP 12 cm x9cm x4cm; compatíveis a computadores e Notebookes. conectividade com fio.Dois botões e uma roda de rolagem e conectividade com fio.	Unidades	02 (duas) unidades		**R$19,05**	**R$38,10**
12	**MOUSE PAD -** com apoio de punho em gel, na cor preta, tamanho P e G, medindo 25 cm de comprimento x 270x 185mm ideal para Prevenção de danos causados pelo esforço repetitivo ,posiciona o punho na altura ideal para evitar lesões. Superfície em tecido que facilita o deslizamento do mouse	Unidades	04 (quatro) unidades		**R$13,33**	**R$53,32**
13	**NOBREAK -** Com potência de 600VA; com 6 tomadas de saída; led colorido no painel frontal; botão liga/desliga;	Unidades	03(tres) unidades		**R$572,81**	**R$1.718,43**
14	**PEN DRIVE:** com capacidade de armazenamento de 32 Gigabytes; facilita fazer back-up, transferir e compartilhar seus arquivos.	Unidades	06(seis) unidades		**R$50,57**	**R$303,42**
15	**PEN DRIVE:** com capacidade de armazenamento de 64 Gigabytes; facilita fazer back-up, transferir e compartilhar seus arquivos.	Unidades	04(quatro) unidades		**R$69,09**	**R$276,36**
16	**REFIL - NA COR CIANO -** Frasco de Tinta ciano Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$139,22**	**R$2.088,30**
17	**REFIL - NA COR CIANO -** Frasco de Tinta ciano Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta)mililitros	15 (quinze) unidades		**R$61,33**	**R$919,95**
18	**REFIL - NA COR PRETO** - Frasco de Tinta Black Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 167 (cento e sessenta e sete) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$139,52**	**R$2.092,80**
19	**REFIL - NA COR PRETO** - Frasco de Tinta Black Corante de boa qualidade **(ORIGINAL**) para impressora da marca Epson. L 4260.	Frasco contendo 127(cento e vinte e sete) ml	15 (quinze) unidades		**R$60,16**	**R$902,40**
20	**REFIL- NA COR AMARELO-** Frasco de Tinta amarelo Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$60,00**	**R$900,00**
21	**REFIL- NA COR MAGENTA-** Frasco de Tinta magenta Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$126,77**	**R$1.901,55**
22	**REFIL- NA COR MAGENTA-** Frasco de Tinta magenta Corante de boa qualidade **(ORIGINAL**) para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$53,33**	**R$799,95**
23	**REFIL- NA COR YELLOW-** Frasco de Tinta amarelo Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$131,94**	**R$1.979,10**
24	**Smart TV 50 polegadas**, com a resolução 4K (3840x2160) tecnologia QLED, controle de voz no mínimo 2 portas HDMI e 1 USB-.	Unidades	02(duas) unidades		**R$2.680,44**	**R$5.360,88**
25	**SSD INTERNO –** Capacidade total: 240 GB, SATA 2.5 polegadas	Unidades	01(uma) unidade		**R$316,11**	**R$316,11**
26	**SUPORTE AJUSTE ALTURA DE COMPUTADOR** - Quadrado, Ideal Para Qualquer Tipo De Monitor: Lcd Ou Convencional. Altamente Resistente, Suporta Mais De 40kg.Ajuste De Altura Até 17cm.4 Níveis Para Ajuste.Melhor Postura E Menos Lesões Corporais. Altura Mínima: 4,5 Cm.Altura Máxima: 17 Cm.Pés Desmontáveis.Acabamento Black Piano. Dimensões: 27 X 33,5 X 6,8 Cm	Unidades	03(três) unidades		**R$54,67**	**R$164,01**
27	**SUPORTE PARA OS PÉS (DESCANSO ERGONOMICO) -** Ideal para auxiliar na correção da postura previnindo dores e cansaço; - Conforto para os pés e pernas, previnindo varizes, formigamentos e inchaços indesejados; - Resitente, possui superfície amtiderrapante, evitando que seus pés escorreguem; - Pés emborrachados para melhor fixação no local desejado; - Ajustável de acordo com sua necessidade e conforto; - Ângulo de ajuste: entre 0° e 180°. Peso: 1,365 Kg- Dimensões da embalagem (cm) (no mínimo): Largura: 40, Altura: 8, Profundidade: 30	Unidades	03(três) unidades		**R$48,25**	**R$144,75**
28	**SWITCH DE MESA** - SWITCH DE MESA COM 8 PORTAS 10/100MBPS, Sistema Plug and Play, não precisa configurar	Unidades	01 (uma) unidade		**R$57,03**	**R$57,03**
29	**TECLADO MULTIMÍDIA** - Conexão USB ;Plug and Play; Teclas de acesso rápido ,Formato Slim Cor: Preto Layout: ABNT 2 ;Teclas macias e silenciosas Teclas impressas a laser. Resistente à água .Compatível com:Windows XP ou superiores.	Unidades	02(duas) unidades		**R$45,02**	**R$90,04**
30	**TONER BLACK** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$132,11**	**R$660,55**
31	**TONER CIANO** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$134,38**	**R$671,90**
32	**TONER MAGENTA** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$166,00**	**R$830,00**
33	**TONER YELLOW** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$162,77**	**R$813,85**
34	**Webcam –** webcam câmera 2K microfone integrado e redução de ruido.. Interface com computador 2.0 USB, conectividade 2.0. Compativel com Apple MacOS, Windows 10 64-bit Edition, Windows 11.	Unidade	01 (uma) unidade		**R$200,77**	**R$200,77**

VALOR TOTAL	**R$ 30.888,31(trinta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos)**

4.3 Os itens relacionados ao objeto desta contratação se caracterizam como bens de consumo de categoria "comum", conforme art. 2º, inciso II, do Decreto Estadual nº 15.775, de 28 de setembro de 2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

5.1 O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações especificas, devendo a administração primar pela economicidade e praticidade em seus processos.

Dito isso, a solução viável é a realização do presente processo licitatório, mediante pregão eletrônico para contratação de empresas do ramo específico para o fornecimento do objeto, a fim de suprir as necessidades da Câmara Municipal.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

6.1 Os requisitos de cada item da contratação descritos nesse TERMO DE REFERENCIA, referem-se aos seus aspectos legais, tais como a Lei 14.133/21, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, quando da aquisição de bens, recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

6.2 Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

6.3 Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei n° 12.305/2010). Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei n° 12.305/2010);

6.4 Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados (Portaria MMA 61/2008);

6.5 Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

6.6 Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos (Portaria MMA 61/2008);

6.7 Estabelecimento de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras, em observância a Lei n° 12.349/2010;

6.8 Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, nos termos da Lei n° 4.150/1962, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

6.9 Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei n° 9.933/1999).

6.10 Os materiais apresentados neste termo de Referência deverão ser novos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

6.11 Os materiais, não atendendo as condições do item 6.10, serão imediatamente devolvidos ao fornecedor para substituição no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a contar do comunicado à contratada.

6.12 Na hipótese de constatação de materiais em desacordo com as condições estipuladas, serão aplicadas as penalidades contratuais cabíveis à CONTRATADA, cabendo ainda à Câmara de Dom Silvério, o direito de mover ação judicial, responsabilizando-a civilmente por eventuais danos ou prejuízos que o fornecimento e uso destes produtos inadequados possam causar à Câmara de Dom Silvério.

6.13 Os materiais apresentados neste termo de Referência deverão ter a garantia de no mínimo 1(um) ano a contar da data do recebimento definitivo da Câmara de Dom Silvério.

6.14 Condições especiais de fornecimento de toner e refil de tinta originais para impressoras:

6.14.1 Toner e refil tinta, de primeiro uso (não remanufaturados e não recondicionados), fabricados pelo mesmo fabricante da impressora:

6.14.2 O material deverá conter o selo de garantia do FABRICANTE. A falta do mesmo implicará na rejeição do material por parte da Câmara de Dom Silvério.

6.14.3 Toner e refil tinta compatíveis novo, de primeiro uso (não remanufaturados e não recondicionados), não fabricados pelo mesmo fabricante da impressora:

6.14.4 Para Toner a empresa licitante deverá encaminhar, no ato do pregão, Laudo/Relatório de Análise Técnica expedido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO, pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), com escopo de acreditação na norma brasileira ABNT/NBR/ISO/IEC 17025, para realização de ensaios ópticos comparativos com um cartucho de toner original do fabricante da impressora e também com a norma brasileira ABNT/NBR/ISSO/IEC 19752, que comprove a boa qualidade e o bom desempenho dos cartuchos quando empregados no fim a que se destinam.

6.14.4.1 Para os **refis de tinta compatíveis,** a empresa licitante deverá apresentar Laudo/Relatório de Análise Técnica, expedido por laboratório de ensaio acreditado pelo INMETRO, pertencente à Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE), com escopo de acreditação na norma ABNT NBR ISO/IEC 17025, que comprove a qualidade, o rendimento e o adequado desempenho do refil de tinta quando empregado no equipamento a que se destina, mediante ensaios realizados de acordo com a **ABNT NBR ISO/IEC 24711**, ou sua versão vigente/substitutiva, quando aplicável ao produto ofertado.

6.14.5 O Laudo/Relatório deverá possuir data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data da realização do pregão. Somente serão aceitos Laudos/Relatórios da Análise Técnicas efetuados em impressoras cuja marca e modelos sejam idênticas às existentes nas instalações da Contratante.

6.14.6 O referido Laudo/Relatório deverá conter no mínimo o seguinte:

Dados sobre a embalagem do produto.

A. Informação do lote de fabricação e o prazo de validade.

B. Informação da marca, modelo e número de série da impressora onde foram realizados os testes.

C. Estado do produto, isto é, se o cartucho de toner está em boas condições e sem avarias.

D. Descrição da aparência, se há indícios de reaproveitamento de peças ou se o mesmo apresenta aparência de novo.

E. Relatos sobre a ocorrência ou não de vazamentos durante os testes.

F. Peso do cartucho de toner antes e depois do teste.

6.14.7 Os toners e refil de tinta deverão ser de primeiro uso e entregues em suas embalagens originais, lacradas de forma a impedir a penetração de raios solares.

6.14.8 Todas as declarações ou Laudo/Relatório de Análise Técnica deverão ser apresentados em original ou em cópias autenticadas e dentro do seu prazo de validade. Nos casos em que a validade não estiver explicitada no documento, a sua emissão não deverá exceder a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de abertura das propostas.

6.14.9 O material deverá ter prazo de validade mínimo de 1 ano, contados a partir da data de sua entrega na Câmara Municipal de Dom Silvério (CMDS). A embalagem do material deverá conter o prazo de validade e/ou data de fabricação do produto.
6.14.10 O material deverá ser fornecido em sua embalagem original de fábrica devidamente identificada e em perfeitas condições.
6.14.11 O rótulo de identificação de material do fabricante deverá conter, no mínimo, a identificação comercial do produto, sua data de fabricação, ou data de validade e seu número de produção (SÉRIE/LOTE/BATELADA, ETC.) onde aplicável.
6.14.12 Após o recebimento do material e durante sua utilização, caso fique evidenciada qualquer divergência na qualidade do material fornecido, a Câmara Municipal de Dom Silvério (CMDS) reserva-se o direito de devolver ao fornecedor o material restante, correspondente àquele fornecimento. O material devolvido deverá ser substituído por outro que atenda ao solicitado, sem qualquer ônus para a CMDS.
6.14.13 Caso alguma impressora da Câmara Municipal de Dom Silvério (CMDS) venha a apresentar defeito, em virtude de problemas ocasionados pelo cartucho, o fornecedor se responsabilizará pelo ônus decorrente do reparo do equipamento ou substituição do mesmo por outro novo.
6.14.14 Todas as exigências técnicas foram pedidas por questão de economicidade e por questão de qualidade técnica do produto.
6.15 Poderão participar dessa Licitação pessoas Jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, cuja sede/filial da empresa esteja localizada em um raio de **até 300km (trezentos quilômetros)** da Câmara Municipal de Dom Silvério e que possuam logística de entrega no enderenço indicado pela Contratante, no prazo máximo de 48 Horas, a contar da emissão de Ordem de serviço, tendo em vista a necessidade de pronto atendimento dessa Casa Legislativa.
6.16 A delimitação de localização da CONTRATADA num raio não superior a **300km (trezentos quilômetros)**, justifica-se pela necessidade de garantir maior celeridade na entrega, pronto atendimento e eventual substituição dos materiais de informática, assegurando a continuidade das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Dom Silvério.

7. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.
7.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
7.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Câmara Municipal de Dom Silvério, com sede na Rua Manoel Carvalho Mol, 77, Bairro Santa Rita, na cidade de Dom Silvério/MG. CEP: 35.440-000, de 2ª a 5ª Feira, nos horários de 8h às 11h e das 13h às 17h e na sexta-feira das 08h às 11h e das 13h às 16h.
7.3 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pela responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
7.4 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
7.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. DA GESTÃO DO CONTRATO.
8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

FISCALIZAÇÃO.
8.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(s) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).
FISCALIZAÇÃO TÉCNICA
8.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
8.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
8.9 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
8.10 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
8.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
8.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).
FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.
8.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
8.14 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

9. GESTOR DO CONTRATO.
9.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
9.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
9.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
9.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
9.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. FORMA E CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO.
10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

FORMA DE FORNECIMENTO.
10.2 O fornecimento do objeto será parcelado de acordo com as necessidades da Câmara Municipal.
10.3 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.
10.4 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
10.4.1 SICAF;
10.4.2 Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,mantido pela Controladoria Controladoria Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep
10.4.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP,mantido pela Controladoria Gerald da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)
10.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
10.6 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
10.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
10.8 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
10.9 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
10.10 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
10.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
10.12 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
10.13 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
10.14 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
HABILITAÇÃO JURIDICA.
10.15 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
10.16 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
10.17 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
10.18 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
10.19 Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil; Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
10.20 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
10.21 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
10.22 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL, TRABALHISTA.
10.23 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
10.24 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
10.25 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço(FGTS);
10.26 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º,XXXIII,da Constituição;
10.27 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
10.28 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
10.29 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
10.30 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
10.31 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente na forma da respectiva lei.
10.32 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
10.33 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e sua última alteração, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
10.34 Alvará de Licença, Localização e Funcionamento atualizado, emitido pelo município do domicílio ou sede do licitante;
10.35 Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Inscrição Estadual) relativo ao Estado do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Qualificação Econômico-Financeira
10.36 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
10.37 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

11. CRITERIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.
Recebimento.
11.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
11.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
11.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
11.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.
11.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
11.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
11.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
11.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
Liquidação.
11.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
11.10 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.11 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
11.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
11.13 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.14 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
11.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
11.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
11.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
Prazo para pagamento.
11.19 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
11.20 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do menor índice de correção monetária a data da contratação quais sejam: INPC, IGP-M, IPCA, INCC, IPC, IGP-DI, ICV, desde que aplicado aquele de menor valor para a CONTRANTE, ou outro índice oficial que vier a ser adotado pelas partes à época do reajuste.
Forma de pagamento.
11.21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
11.22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
11.23 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
11.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
Cessão de crédito.
11.25 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
11.26 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
11.27 A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
11.28 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
11.29 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
11.30 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.
12. DAS OBRIGAÇÕES.
12.1 das obrigações da contratante:
A. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
B. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
C. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
D. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
E. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
F. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
G. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
H. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
12.2 são obrigações do contratado:
A. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
B. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
C. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
D. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
E. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
F. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
G. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
H. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

I. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;

13. ADEQUAÇÃO ORCAMENTÁRIA.
13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Dom Silvério/MG.
13.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:
01.01.01.01.031.0101.2002 MANUTENÇÃO ATIVIDADES CÂMARA MUNICIPAL 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO, COM FICHA 00009 OU FICHA CORRESPONDENTE DA UNIDADE ORCAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIAL, cujo saldo atual será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2026.
01.01.01.01.031.0101.1002 EQUIPAMANTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA CORPO LEGISLATIVO 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM FICHA 00002 OU FICHA CORRESPONDENTE DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, cujo saldo atual será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2026.

Câmara Municipal de Dom Silvério,20 de agosto de 2026.

JOSIANE LIMA CUSTÓDIO
Agente de Contratação.

REGIANE APARECIDA DE LIMA
Diretora do Legislativo

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ART.18, I, LEI 14.133/21.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:

A contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, periféricos e suplementos de informática pela Câmara Municipal é essencial para garantir a eficiência, a modernização e a transparência na prestação dos serviços públicos.
No que se refere ao quesito modernização dos equipamentos, os avanços tecnológicos exigem a constante atualização dos equipamentos de informática, tais como: computadores, impressoras, servidores, roteadores, além de outros dispositivos que precisam ser modernos para atender as demandas atuais, garantindo assim um desempenho eficiente e seguro.
Apoio as atividades administrativas que necessitam de computadores, softwares, e outros periféricos para a realização de tarefas diárias, como processamento de dados, elaboração de documentos além da comunicação interna e externa. Esses materiais são de suma importância para a produtividade e eficácia das operações administrativas.
Na prestação dos serviços oferecidos a população, como emissão de documentos, atendimento em saúde, educação e assistência social, dependem de sistemas informatizados. A atualização e manutenção desses sistemas requerem equipamentos adequados, permitindo um atendimento ágil e de qualidade aos cidadãos.
Segurança da informação, a proteção de dados sensíveis e confidenciais é uma prioridade. Equipamentos modernos e de qualidade, como servidores com sistema de backup e softwares de segurança, são necessários para evitar vulnerabilidades e garantir a integridade e confidencialidade das informações.
Com a digitalização dos processos administrativos promove a transparência e a acessibilidade das informações públicas. Sistemas informatizados permitem maior controle e auditorias das atividades, facilitando a prestação de contas e a fiscalização por parte dos órgãos de controle e da sociedade.
Também é necessário citar a inclusão digital, permitindo que mais cidadãos tenham acesso aos serviços online oferecidos pela Câmara Municipal. Particularmente importante em áreas com menor acesso à tecnologia, promovendo a equidade no acesso a informações e aos serviços públicos.

OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO:
1.Os objetivos da contratação de materiais de informática pela Câmara Municipal podem ser variados e estratégicos, sempre alinhados com a melhoria dos serviços públicos e a modernização administrativas e o interesse público.
2. **Automatização de Processos:** consiste em otimizar a execução de tarefas administrativas por meio da automação, reduzindo a necessidade de trabalho manual, aumentando a produtividade e minimizando erros. Para isso, são utilizados equipamentos capazes de suportar cargas de trabalho intensivas, garantindo a execução rápida, eficiente e contínua das atividades diárias.
3.Substituir equipamentos obsoletos por tecnologia mais recentes e eficientes, garantindo compatibilidade com novos softwares e sistemas. Aumentar a capacidade de armazenamento e processamento de dados para atender ao crescimento das necessidades da casa.
4.Proporcionar um atendimento mais rápido e eficiente a população, com utilização de sistemas que otimizem o tempo de resposta. Facilitando a integração de diferentes sistemas municipais, permitindo uma gestão mais coesa e eficaz dos serviços públicos.
5.Implementar tecnologias avançadas de segurança para proteger informações sensíveis contra acessos não autorizados e ciberataques. Garantir que os sistemas e equipamentos estejam em conformidade com as normas e regulamentações de segurança da informação.
6. Promover a implementação de sistemas que facilitem a auditoria e o controle das atividades administrativas, aumentando a transparência, a rastreabilidade e a eficiência da gestão pública.
COMPATIBILIDADE COM O PAC (PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES):
A Câmara Municipal de Dom Silvério, no presente momento, não possui plano de contratação vigente para o exercício de 2026, entretanto, possui em seu orçamento municipal os créditos orçamentários e financeiros para coberturas das despesas segundo a dotação orçamentaria da Câmara:
01.01.01.01.031.0101.2002 MANUTENÇÃO ATIVIDADES CÂMARA MUNICIPAL 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO, COM FICHA 00009 OU FICHA CORRESPONDENTE DA UNIDADE ORCAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIAL, cujo saldo atual será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2026.
01.01.01.01.031.0101.1002 EQUIPAMANTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA CORPO LEGISLATIVO 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM FICHA 00002 OU FICHA CORRESPONDENTE DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, cujo saldo atual será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2026.
REQUISITOS NECESSARIOS DA CONTRATAÇÃO:
Para garantir a eficiência e a legalidade nas contratações de materiais de informática pela Câmara Municipal é essencial seguir um conjunto de requisitos rigorosos, esses requisitos envolvem aspectos técnicos, legais e administrativos, que asseguram a qualidade, a transparência e o melhor uso dos recursos públicos.

Realização do processo de Licitação conforme a Legislação vigente, escolher a modalidade adequada, exigir a apresentação de toda documentação legal necessária dos fornecedores, incluindo certidões negativas, comprovações de regularidade fiscal e trabalhista, e habilitação jurídica.
Elaborar um plano detalhado que justifica a necessidade de contratação especificando os objetivos e os benefícios esperados com a aquisição dos materiais.
Definir de forma clara as especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos, incluindo requisitos de hardware (processador, memoria, armazenamento, etc.) e software.
Garantir que os novos equipamentos sejam compatíveis com os sistemas e infraestrutura existentes, facilitando a integração e evitando problema de interoperabilidade. Estabelecer padrões mínimos de qualidade e desempenho para os equipamentos, baseados em normas e certificações reconhecidas.
Incluir requisitos de segurança que garantam a proteção dos dados armazenados e processados pelos novos equipamentos, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
Preferir equipamentos que sejam energeticamente eficientes, contribuindo para redução do consumo de energia e dos custos operacionais, bem como, incluir diretrizes para o descarte responsável e sustentável dos equipamentos antigos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Garantia de suporte técnico e manutenção, exigir que os fornecedores ofereçam garantia mínima dos equipamentos, além de suporte técnico adequado e manutenção preventiva e corretiva durante o período de vigência do contrato.
Quanto ao custo-benefício realizar análise detalhada do orçamento disponível e assegurar que a contratação seja economicamente viável, buscando o melhor custo-benefício, com isso definir condições de pagamento claras e justas de acordo com as normas de contabilidade pública e financeira.
Os produtos deverão ser entregues, conforme as necessidades da Câmara Municipal de Dom Silvério, situado na Rua Manoel Carvalho Mol, nº 77, Bairro Santa Rita, Dom Silvério – MG. Respeitando o horário de expediente, sendo de segunda a quinta-feira das 8h às 11h, e das 13h às 17h, e na sexta-feira de 8h ás 11h, e das 13h às 16:00 horas

QUANTIDADE E VALORES ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO:
Conforme grade de pesquisa de preço.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**ADAPTADOR** -adaptador de plugue com e sem terra; para tomada padrão; tipo chato; com até 3 saídas; na cor branca ou preta.	Unidades	05 (cinco) unidades		**R$4,50**	**R$22,50**
02	**BATERIA PARA CENTRAL DE ALARME INTELBRAS- XAT 2000 LCD –** bateria selada 12w 7 A.	Unidade	05(uma) unidade		**R$111,27**	**R$556,35**
03	**CAIXA DE SOM** Estéreo Para Computador P2 3,5mm. Com botão liga e desliga, e controle de volume além de uma entrada para fone 3,5mm. Dimensões Aproximadas Do Produto: 12 X 5 X 5 Cm.	Unidades	01 (uma) unidade		**R$40,61**	**R$40,61**
04	**COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO** Processador- 3.5Ghz, Memória 16GB, SSD 480GB HDMI FullHD.: Cor – Preto.. BIVOLT. Som : 6 canais. Conexões de vídeo: 1 saída vga . Conexões traseiras PS2, LAN 4XUSB 3X áudio Cor PC PRETO- Monitor Widescreen 19.5" Hd . Brilho: 200 cd. Tempo de resposta: 5 ms. Resolução máxima / recomendada: 1366 x 768 60 Hz (Hd). Conexão: Hdmi e Vga Teclado – USB, mouse USB e caixas de som Bivolt, 3w de Potência.	Unidades	02(dois) unidades		**R$2.207,83**	**R$4.415,66**
05	**ESTABILIZADOR**- com potência mínima de 300VA; indicador luminoso de rede; 4 tomadas; chave manual protegida; Bivolt	Unidades	03(três) unidades		**R$132,00**	**R$396,00**
06	**EXTENSÃO** - Extensão elétrica medindo 10 metros de comprimento, bivolt, na cor preta; com 3mm x 0,75mm de espessura; com capacidade para três tomadas.	Unidades	02(duas) unidades		**R$30,45**	**R$60,90**
07	**EXTENSÃO** - Extensão elétrica medindo 30 metros de comprimento, bivolt, na cor preta; com 2mm x 1,00mm de espessura; com capacidade para três tomadas.	Unidades	01 (uma) unidade		**R$39,32**	**R$39,32**
08	**FILTRO DE LINHA-**Filtro de linha com capacidade para 6 tomadas; bivolt; na cor preta; com cabo de no minimo 1 metro de comprimento. Com botão liga e desliga.	Unidades	03(três) unidades		**R$36,14**	**R$108,42**
09	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL**- com tanque de tinta conexão Wi-Fi, imprime frente e verso,cópia e impressão frente e verso, impressão compatível com Tamanho de Papel: A4 210 x 297 mm,	Unidades	01(uma) unidade		**R$1.955,00**	**R$1.955,00**
10	**LIMPADOR PARA TELAS**- acompanhado de 01(um) pano microfibra. Limpa telas e monitores, específico para tirar marcas de dedo e sujeiras.	VIDRO com 120 ml	01(uma) unidade		**R$9,98**	**R$9,98**
11	**MOUSE OPTICO** - USB; na cor Preto medindo (cm) - AxLxP 12 cm x9cm x4cm; compatíveis a computadores e Notebookes. conectividade com fio.Dois botões e uma roda de rolagem e conectividade com fio.	Unidades	02 (duas) unidades		**R$19,05**	**R$38,10**
12	**MOUSE PAD** - com apoio de punho em gel, na cor preta, tamanho P e G, medindo 25 cm de comprimento x 270x 185mm ideal para Prevenção de danos causados pelo esforço repetitivo ,posiciona o punho na altura ideal para evitar lesões. Superfície em tecido que facilita o deslizamento do mouse	Unidades	04 (quatro) unidades		**R$13,33**	**R$53,32**
13	**NOBREAK** - Com potência de 600VA; com 6 tomadas de saída; led colorido no painel frontal; botão liga/desliga;	Unidades	03(tres) unidades		**R$572,81**	**R$1.718,43**
14	**PEN DRIVE:** com capacidade de armazenamento de 32 Gigabytes; facilita fazer back-up, transferir e compartilhar seus arquivos.	Unidades	06(seis) unidades		**R$50,57**	**R$303,42**
15	**PEN DRIVE:** com capacidade de armazenamento de 64 Gigabytes; facilita fazer back-up, transferir e compartilhar seus arquivos.	Unidades	04(quatro) unidades		**R$69,09**	**R$276,36**
16	**REFIL - NA COR CIANO** - Frasco de Tinta ciano Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 132(cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$139,22**	**R$2.088,30**
17	**REFIL - NA COR CIANO** - Frasco de Tinta ciano Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta)mililitros	15 (quinze) unidades		**R$61,33**	**R$919,95**
18	**REFIL - NA COR PRETO** - Frasco de Tinta Black Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 167(cento e sessenta e sete) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$139,52**	**R$2.092,80**
19	**REFIL - NA COR PRETO** - Frasco de Tinta Black Corante de boa qualidade **(ORIGINAL**) para impressora da marca Epson. L 4260.	Frasco contendo 127(cento e vinte e sete) ml	15 (quinze) unidades		**R$60,16**	**R$902,40**
20	**REFIL- NA COR AMARELO-** Frasco de Tinta amarelo Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da	Frascos contendo 70	15 (quinze) unidades		**R$60,00**	**R$900,00**

	marca Epson. L 4260.	(setenta) mililitros				
21	**REFIL- NA COR MAGENTA-** Frasco de Tinta magenta Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 132(cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$126,77**	**R$1.901,55**
22	**REFIL- NA COR MAGENTA-** Frasco de Tinta magenta Corante de boa qualidade **(ORIGINAL**) para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta)mililitros	15 (quinze) unidades		**R$53,33**	**R$799,95**
23	**REFIL- NA COR YELLOW**- Frasco de Tinta amarelo Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades		**R$131,94**	**R$1.979,10**
24	**Smart TV 50 polegadas**, com a resolução 4K (3840x2160) tecnologia QLED, controle de voz no mínimo 2 portas HDMI e 1 USB-.	Unidades	02(duas) unidades		**R$2.680,44**	**R$ 5.360,88**
25	**SSD INTERNO –** Capacidade total: 240 GB, SATA 2.5 polegadas	Unidades	01(uma) unidade		**R$316,11**	**R$316,11**
26	**SUPORTE AJUSTE ALTURA DE COMPUTADOR** - Quadrado, Ideal Para Qualquer Tipo De Monitor: Lcd Ou Convencional. Altamente Resistente, Suporta Mais De 40kg.Ajuste De Altura Até 17cm.4 Níveis Para Ajuste.Melhor Postura E Menos Lesões Corporais. Altura Mínima: 4,5 Cm.Altura Máxima: 17 Cm.Pés Desmontáveis.Acabamento Black Piano. Dimensões: 27 X 33,5 X 6,8 Cm	Unidades	03(três) unidades		**R$54,67**	**R$164,01**
27	**SUPORTE PARA OS PÉS (DESCANSO ERGONOMICO)** - Ideal para auxiliar na correção da postura previnindo dores e cansaço; - Conforto para os pés e pernas, previnindo varizes, formigamentos e inchaços indesejados; - Resitente, possui superfície amtiderrapante, evitando que seus pés escorreguem; - Pés emborrachados para melhor fixação no local desejado; - Ajustável de acordo com sua necessidade e conforto; - Ângulo de ajuste: entre 0° e 180°. Peso: 1,365 Kg- Dimensões da embalagem (cm) (no mínimo): Largura: 40, Altura: 8, Profundidade: 30	Unidades	03(três) unidades		**R$48,25**	**R$144,75**
28	**SWITCH DE MESA** - SWITCH DE MESA COM 8 PORTAS 10/100MBPS, Sistema Plug and Play, não precisa configurar	Unidades	01 (uma) unidade		**R$57,03**	**R$57,03**
29	**TECLADO MULTIMÍDIA** - Conexão USB ;Plug and Play; Teclas de acesso rápido ,Formato Slim Cor: Preto Layout: ABNT 2 ;Teclas macias e silenciosas Teclas impressas a laser. Resistente à água .Compatível com: Windows XP ou superiores.	Unidades	02(duas) unidades		**R$45,02**	**R$90,04**
30	**TONER BLACK** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$132,11**	**R$660,55**
31	**TONER CIANO** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$134,38**	**R$671,90**
32	**TONER MAGENTA** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$166,00**	**R$830,00**
33	**TONER YELLOW** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades		**R$162,77**	**R$813,85**
34	**Webcam –** webcam câmera 2K microfone integrado e redução de ruido.. Interface com computador 2.0 USB, conectividade 2.0. Compativel com Apple MacOS, Windows 10 64-bit Edition, Windows 11.	Unidade	01 (uma) unidade		**R$200,77**	**R$200,77**

VALOR TOTAL	**R$ 30.888,31(trinta mil,oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos)**

A modalidade de LICITAÇÃO será PREGÃO, na forma ELETRÔNICA a realizar- se pela AMM LICITA, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
O procedimento será através da AMM LICITA e será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
A AMM LICITA poderá ser acessado pela web através do seguinte endereço: https://ammlicita.org.br/
Para a prestação dos serviços/fornecimento de produtos pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

LEVANTAMENTO DE MERCADO (BASEADO NA COTAÇÃO DE PREÇOS A SER RELAIZADA MÉDIA, MEDIANA OU MENOR VALOR):
Estima-se para a contratação almejada o valor total de R$ 30.888,31(trinta mil, oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos) conforme cotação prévia realizada, cujos valores seguem indicados na planilha acima.
Foi realizada a pesquisa de preços conforme determina o art.23 da lei 14.133/21. O relatório da pesquisa encontra-se anexado a este respectivo processo licitatório. De acordo com as buscas realizadas nos portais de compras governamentais, onde os preços se mostram conforme aqueles praticados no mercado.
A legislação vigente recomenda que seja feita preferencialmente a pesquisa de preços nas plataformas de compras governamentais e caso não sendo encontrado o objeto pretendido abre-se a possibilidade de busca em outros mecanismos de pesquisa também previamente definidos no art.23 e seus incisos da Lei 14.133/21. Justificamos que para aferição do menor preço utilizamos a ferramenta de busca da plataforma AMM LICITA.
Com o intuito de evitar possíveis distorções/disparidade de preço ou preços inexequíveis, tentamos nos aproximar o mais fielmente possível do caso concreto conforme determina a IN 65 SEGES, fizemos cotação em plataformas de compras governamentais, valendo-se, para tanto, da plataforma da AMM LICITA.

DESCRICAÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO:
A solução completa para aquisição de suplemento de informática pela Câmara Municipal abrange desde a identificação das necessidades até a implementação, capacitação e manutenção contínua dos equipamentos adquiridos. Esse processo detalhado e sistemático garante que a administração municipal possa oferecer serviços mais eficientes, modernos e seguros a população, promovendo a inclusão digital e a sustentabilidade.
Com base nas necessidades identificadas, elaborar um documento de especificações técnicas que inclua:
Hardware: detalhamento de computadores, servidores, impressoras, roteadores, switches, etc.
Software: Sistemas operacionais, aplicativos de produtividade, softwares de gestão e segurança.
Acessórios e periféricos: monitores, teclados, mouses, dispositivos de armazenamento externo.

Preparar um Edital detalhado com todas as especificações técnicas, critérios de avaliação e requisitos legais. Garantir que os novos equipamentos funcionem corretamente com os sistemas e softwares já utilizados pela administração municipal.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:
Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.
Entretanto, neste caso, se faz necessário o parcelamento, que se afigura como a solução mais satisfatória do ponto de vista de assegurar o fornecimento dos produtos de forma parcelada para gestão da Câmara Municipal, como também da economicidade quanto a custos na execução, tais como o parcelamento dos materiais, isto sem contar o ganho de economia de escala na contratação, dado o objeto pretendido.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS E PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:
A contratação de suplementos de informática visa alcançar uma série de resultados que impactarão positivamente a administração pública e a qualidade dos serviços oferecidos a população.
Processo mais rápidos e menos custosos devido a automação e modernização do sistema;
Otimização do uso dos recursos através de sistema informatizados que permitem melhor controle e alocação;
Atendimento mais ágil, serviços como emissão de documentos, atendimento em saúde e educação realizados de forma mais rápida e eficaz;
Satisfação dos cidadãos atendidos com qualidade e rapidez nos serviços oferecidos;
Proteção contra acesso não autorizados e ciberataques;
Facilidade de auditorias, sistemas mais eficientes e transparentes, aumentando a confiança pública na gestão municipal.
Para que a contratação de materiais de informática ocorra de maneira eficiente e conforme a legislação, diversas providencias devem ser tomadas antes da formalização do contrato:
a) Realizar estudo detalhado de cada setor, verificar o estado e a necessidade de substituição ou atualização dos equipamentos já disponíveis;
b) Desenvolver um plano que inclui prioridades, cronograma e orçamento, avaliar o custo envolvidos e os benefícios esperados para garantir um eficiente uso dos recursos públicos.
c) Realização de consultas públicas para obter feedback sobre as necessidades e expectativas. Obter pareceres de especialistas em TI para definir especificações técnicas e requisitos de segurança.
d) Incluir todas as exigências legais e documentais necessárias para a participação dos fornecedores.
e) Verificar a conformidade das propostas com as especificações técnicas e os requisitos legais. Negociar condições e ajustes necessários com os fornecedores.
f) Assim elabora um contrato detalhado que contemple todas as condições acordadas incluindo prazos, garantias e suporte técnico.
g) Por fim sempre submeter o contrato para avaliação jurídica, garantindo sua conformidade com a legislação.
DECALARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:
A modernização dos equipamentos de informática é de suma importância para melhor desempenho da eficiência, da qualidade dos serviços e principalmente da segurança das informações, visto que a análise das necessidades, os objetivos pretendidos e as providencias prévias ao contrato, é essencial para avaliar a viabilidade dessa contratação.
Com o avanço da tecnologia, os equipamentos obsoletos comprometem a eficiência e a segurança dos serviços prestados, a digitalização das atividades cotidiana da administração requer uma constante atualização da infraestrutura tecnológica, além de melhor adequar-se as normas de segurança exigidas pela LGPD.
Com tal modernização dos equipamentos tecnológicos resultará em processos mais rápidos e eficientes, serviços à população mais ágil e eficaz o que acarretara melhor satisfação dos cidadãos, medidas robustas de segurança para proteção dos dados sensíveis.
O custo benefício embora possa ser significativo, os benefícios trazidos a médio e longo prazo em se tratando de eficiência, segurança e satisfação dos envolvidos justificam os gastos.
Considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as demandas da presente contratação, CONCLUI-SE pela total viabilidade da aquisição pretendida.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:
As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si. Já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Portanto, após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

Câmara Municipal de Dom Silvério, 18 de agosto de 2026.

JOSIANE LIMA CUSTÓDIO
Agente de Contratação

REGIANE APARECIDA DE LIMA
Diretora do Legislativo

ANEXO III - Minuta do contrato

Processo Licitatório Administrativo nº 009/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2026

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI a Câmara Municipal de Dom Silvério, POR INTERMÉDIO E A EMPRESA .....

Pelo presente instrumento que entre si fazem a Câmara Municipal de Dom Silvério, com sede na Rua Manoel Carvalho Mol, 77, Bairro Santa Rita, na cidade de Dom Silvério – MG, CEP: 35.440-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.759.101/0001-03, representado pelo Sr. **ALEX EVANGELISTA COELHO**, Presidente da **CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO**, neste ato denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa..... , inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida à: ....., nº ....., Bairro: ....., CEP:....., cidade: ..... /MG, neste ato representada pelo seu sócio/ Administrador o Sr. ....., denominada **CONTRATADA**, decorrente do, Processo

Licitatório nº 009/2026 Pregão Eletrônico nº 004/2026, em observância às disposições do 28, I, da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. DO OBJETO.

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos, periféricos e suplementos de informática, para a Câmara Municipal de Dom Silvério, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação.

Nº	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**ADAPTADOR** -adaptador de plugue com e sem terra; para tomada padrão; tipo chato; com até 3 saídas; na cor branca ou preta.	Unidades	05 (cinco) unidades			
02	**BATERIA PARA CENTRAL DE ALARME INTELBRAS- XAT 2000 LCD –** bateria selada 12w 7 A.	Unidade	05(uma) unidade			
03	**CAIXA DE SOM** Estéreo Para Computador P2 3,5mm. Com botão liga e desliga, e controle de volume além de uma entrada para fone 3,5mm. Dimensões Aproximadas Do Produto: 12 X 5 X 5 Cm.	Unidades	01 (uma) unidade			
04	**COMPUTADOR DESKTOP COMPLETO** Processador- 3.5Ghz, Memória 16GB, SSD 480GB HDMI FullHD.: Cor – Preto.. BIVOLT. Som : 6 canais. Conexões de vídeo: 1 saída vga . Conexões traseiras PS2, LAN 4XUSB 3X áudio Cor PC PRETO- Monitor Widescreen 19.5" Hd . Brilho: 200 cd. Tempo de resposta: 5 ms. Resolução máxima / recomendada: 1366 x 768 60 Hz (Hd). Conexão: Hdmi e Vga Teclado – USB, mouse USB e caixas de som Bivolt, 3w de Potência.	Unidades	02(dois) unidades			
05	**ESTABILIZADOR**- com potência mínima de 300VA; indicador luminoso de rede; 4 tomadas; chave manual protegida; Bivolt	Unidades	03(três) unidades			
06	**EXTENSÃO** - Extensão elétrica medindo 10 metros de comprimento, bivolt, na cor preta; com 3mm x 0,75mm de espessura; com capacidade para três tomadas.	Unidades	02(duas) unidades			
07	**EXTENSÃO** - Extensão elétrica medindo 30 metros de comprimento, bivolt, na cor preta; com 2mm x 1,00mm de espessura; com capacidade para três tomadas.	Unidades	01 (uma) unidade			
08	**FILTRO DE LINHA**-Filtro de linha com capacidade para 6 tomadas; bivolt; na cor preta; com cabo de no mínimo 1 metro de comprimento. Com botão liga e desliga.	Unidades	03(três) unidades			
09	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL**- com tanque de tinta conexão Wi-Fi,imprime frente e verso,cópia e impressão frente e verso, impressão compatível com Tamanho de Papel: A4 210 x 297 mm	Unidades	01(uma) unidade			
10	**LIMPADOR PARA TELAS**- acompanhado de 01(um) pano microfibra. Limpa telas e monitores, específico para tirar marcas de dedo e sujeiras.	VIDRO com 120 ml	01(uma) unidade			
11	**MOUSE OPTICO** - USB; na cor Preto medindo (cm) - AxLxP 12 cm x9cm x4cm; compatíveis a computadores e Notebookes. conectividade com fio.Dois botões e uma roda de rolagem e conectividade com fio.	Unidades	02 (duas) unidades			
12	**MOUSE PAD** - com apoio de punho em gel, na cor preta, tamanho P e G, medindo 25 cm de comprimento x 270x 185mm ideal para Prevenção de danos causados pelo esforço repetitivo ,posiciona o punho na altura ideal para evitar lesões. Superfície em tecido que facilita o deslizamento do mouse	Unidades	04 (quatro) unidades			
13	**NOBREAK** - Com potência de 600VA; com 6 tomadas de saída; led colorido no painel frontal; botão liga/desliga;	Unidades	03(tres) unidades			
14	**PEN DRIVE:** com capacidade de armazenamento de 32 Gigabytes; facilita fazer back-up, transferir e compartilhar seus arquivos.	Unidades	06(seis) unidades			
15	**PEN DRIVE:** com capacidade de armazenamento de 64 Gigabytes; facilita fazer back-up, transferir e compartilhar seus arquivos.	Unidades	04(quatro) unidades			
16	**REFIL - NA COR CIANO** - Frasco de Tinta ciano Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 132(cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades			
17	**REFIL - NA COR CIANO** - Frasco de Tinta ciano Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta)mililitros	15 (quinze) unidades			
18	**REFIL - NA COR PRETO** - Frasco de Tinta Black Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 167(cento e sessenta e sete) mililitros	15 (quinze) unidades			
19	**REFIL - NA COR PRETO** - Frasco de Tinta Black Corante de boa qualidade **(ORIGINAL**) para impressora da marca Epson. L 4260.	Frasco contendo 127(cento e vinte e sete) ml	15 (quinze) unidades			
20	**REFIL- NA COR AMARELO-** Frasco de Tinta amarelo Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta) mililitros	15 (quinze) unidades			
21	**REFIL- NA COR MAGENTA-** Frasco de Tinta magenta Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010.	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades			
22	**REFIL- NA COR MAGENTA-** Frasco de Tinta magenta Corante de boa qualidade **(ORIGINAL**) para impressora da marca Epson. L 4260.	Frascos contendo 70 (setenta) mililitros	15 (quinze) unidades			
23	**REFIL- NA COR YELLOW**- Frasco de Tinta amarelo Corante de boa qualidade **(ORIGINAL)** para impressora da marca Canon – MAXIFY- GX 7010	Frascos contendo 132 (cento e trinta e dois) mililitros	15 (quinze) unidades			
24	**Smart TV 50 polegadas**, com a resolução 4K (3840x2160) tecnologia QLED, controle de voz no mínimo 2 portas HDMI e 1 USB-.	Unidades	02(duas) unidades			
25	**SSD INTERNO –** Capacidade total: 240 GB, SATA 2.5 polegadas	Unidades	01(uma) unidade			
26	**SUPORTE AJUSTE ALTURA DE COMPUTADOR** - Quadrado, Ideal Para Qualquer Tipo De Monitor: Lcd Ou Convencional. Altamente Resistente, Suporta Mais De 40kg.Ajuste De Altura Até 17cm.4 Níveis Para Ajuste.Melhor Postura E Menos Lesões Corporais. Altura Mínima: 4,5 Cm.Altura Máxima: 17 Cm.Pés Desmontáveis.Acabamento	Unidades	03(três) unidades			

	Black Piano. Dimensões: 27 X 33,5 X 6,8 Cm					
27	**SUPORTE PARA OS PÉS (DESCANSO ERGONOMICO)** - Ideal para auxiliar na correção da postura previnindo dores e cansaço; - Conforto para os pés e pernas, previnindo varizes, formigamentos e inchaços indesejados; - Resitente, possui superfície amtiderrapante, evitando que seus pés escorreguem; - Pés emborrachados para melhor fixação no local desejado; - Ajustável de acordo com sua necessidade e conforto; - Ângulo de ajuste: entre 0° e 180°. Peso: 1,365 Kg- Dimensões da embalagem (cm) (no mínimo): Largura: 40, Altura: 8, Profundidade: 30	Unidades	03(três) unidades			
28	**SWITCH DE MESA** - SWITCH DE MESA COM 8 PORTAS 10/100MBPS, Sistema Plug and Play, não precisa configurar	Unidades	01 (uma) unidade			
29	**TECLADO MULTIMÍDIA** - Conexão USB ;Plug and Play; Teclas de acesso rápido ,Formato Slim Cor: Preto Layout: ABNT 2 ;Teclas macias e silenciosas Teclas impressas a laser. Resistente à água .Compatível com: Windows XP ou superiores.	Unidades	02(duas) unidades			
30	**TONER BLACK** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades			
31	**TONER CIANO** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades			
32	**TONER MAGENTA** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades			
33	**TONER YELLOW** para impressora **BROTHER MCFC – L 8610 CDW.**	Unidades	05(cinco) unidades			
34	**Webcam –** webcam câmera 2K microfone integrado e redução de ruido.. Interface com computador 2.0 USB, conectividade 2.0. Compativel com Apple MacOS, Windows 10 64-bit Edition, Windows 11.	Unidade	01 (uma) unidade			

VALOR TOTAL	

1.3 Salienta-se que o objeto desta contratação não se enquadra como objeto de luxo, conforme descrito no Decreto 10.818/21.
1.4 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
1.4.1 O Edital, o Termo de Referência, a proposta final ajustada que embasou a contratação;
1.4.2 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.
2.1 O prazo de vigência da contratação se estenderá da assinatura do contrato até o dia 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

3. CLÁSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art.92, IV, VII, XVII).
3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, no Edital e respectivos anexos dos documentos ora mencionados.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.
4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁSULA QUINTA – PAGAMENTO (art.92, V, VI).
5.1 PREÇO
5.1.1 O valor total da contratação é de R$ .....
5.1.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
5.1.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de objetos efetivamente executados, apurados durante a vigência do contrato.

5.2 FORMA DE PAGAMENTO
5.2.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
5.2.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3 PRAZO DE PAGAMENTO
5.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
5.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.4 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
5.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
5.4.2 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
5.4.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
a) o prazo de validade;
b) a data da emissão;
c) os dados do contrato e do órgão contratante;
d) o período respectivo de execução do contrato;
e) o valor a pagar; e
f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
5.4.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
5.4.6 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
5.4.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
5.4.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
5.4.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
5.4.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
5.4.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
5.4.11.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.4.12 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.5 CESSÃO DO CRÉDITO
5.5.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
5.5.1.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.
5.5.2 A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
5.5.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

6. CLÁSULA SEXTA – (REAJUSTE art.92, V)
6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente instrumento contratual.
6.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.3 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.4 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
6.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)
7.1 São obrigações do Contratante:
7.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
7.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
7.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
7.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
7.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
7.1.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
7.1.7 Cientificar a Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Dom Silvério para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
7.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
7.1.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
7.1.9 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
7.1.10 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)
8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
8.1.1 manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
8.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
8.1.3 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
8.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços e/ou produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
8.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
8.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
8.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
8.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
8.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
8.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
8.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
8.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
8.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
8.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
8.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
8.1.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
8.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
8.1.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
8.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
8.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
8.2 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
8.3 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
8.4 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
8.5 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
8.6 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
8.7 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
8.8 O Contratado deverá exigir de superadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
8.9 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
8.10 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
8.11 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
8.11.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
8.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
8.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)
9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

(1)moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(a)*O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

(2)compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133,de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art.92,XIX)

11.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

11.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.5 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.6 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
11.7 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
11.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
11.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
11.7.3 Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)
12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
01.01.01.01.031.0101.2002 MANUTENÇÃO ATIVIDADES CÂMARA MUNICIPAL 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO, COM FICHA 00009 OU FICHA CORRESPONDENTE DA UNIDADE ORCAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIAL, cujo saldo atual será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2026.

01.01.01.01.031.0101.1002 EQUIPAMANTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA CORPO LEGISLATIVO 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, COM FICHA 00002 OU FICHA CORRESPONDENTE DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, cujo saldo atual será suficiente para garantir o empenho de tais despesas no exercício de 2026.

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)
13.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES
14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
14.2 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO
15.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)
16.1 É eleito o Foro da Justiça comum de Alvinópolis/MG, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Dom Silvério,..... de..... de 2026

_____
Representante Legal Do Contratante

_____
Representante Legal Do Contratado

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Publicado por:
João Pedro Tossige Quaresma Soares
Código Identificador:E223150D

ESTADO DE MINAS GERAIS
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAPORA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO I- ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR- DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2026

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INFORMAÇÕES BÁSICAS
Área Requisitante: Assessoria Especial da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pirapora.
Número do DFD: Não se aplica. Necessidade superveniente à elaboração do Plano de Contratações.
Objeto: Aquisição de materiais de consumo (copa, cozinha, limpeza e sinalização) e materiais permanentes (utensílios domésticos e peças não incorporáveis), pelas razões expostas nos instrumentos da contratação.

Introdução: O Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Formalização de Demanda (DFD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS

Objetiva-se, especificamente, os seguintes itens e quantitativos estimados:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1.	**GARRAFA TÉRMICA EM INOX,** com capacidade de 2L, para o armazenamento de café/chá. Tampa tipo pressão.	UNIDADE	04
2.	**COADOR DE CAFÉ,** Coador de café confeccionado em tecido (pano), diâmetro aproximado de, no mínimo, 16 cm, estrutura firme, reutilizável, resistente e lavável, destinado ao preparo de café coado.	UNIDADE	10
3.	**PAPEL TOALHA INTERFOLHAS**, papel-toalha ou toalha de papel, tipo interfolhas, duas dobras, produzido com 100% celulose virgem, tamanho mínimo da folha 20 cm, embalagem com 1.000 folhas.	EMBALAGEM COM 1.000	60
4.	**GARRAFA TÉRMICA EM INOX,** com capacidade de 1L, para o armazenamento de café/chá. Tampa tipo pressão.	UNIDADE	02
5.	**FAQUEIRO EM AÇO INOX:** kit com 6 garfos, 6 colheres e 6 facas.	KIT	01
6.	**TAPETE ANTIDERRAPANTE CAPACHO**, medindo, no mínimo: 40 cm x 60 cm, fabricado em aderente pvc, borracha, com superfície em tecido.	UNIDADE	12
7.	**PLACA DE SINALIZAÇÃO: PISO MOLHADO.** Material: Polipropileno ou plástico robusto. Placa de montagem no chão, com dimensões mínimas de: 60cm x 30 cm.	UNIDADE	03

A aquisição de materiais de consumo (copa, cozinha e limpeza) se justifica pela imperiosa necessidade de manter as condições adequadas de higiene, salubridade e asseio nas dependências da instituição. A manutenção de um ambiente limpo e higienizado é requisito básico para a salvaguarda da saúde pública de servidores, colaboradores e usuários dos serviços integrados, além de atender às normas de vigilância sanitária vigentes.
As placas de sinalização, por sua vez, mostram-se indispensáveis para a prevenção de acidentes e garantia da segurança dos usuários e servidores nas instalações físicas do órgão.
Já a aquisição de utensílios domésticos se justifica para fins de complementação do acervo que se encontra defasado.
As necessidades foram apuradas pela Comissão de Patrimônio Mobiliário e pelo Departamento de Limpeza e Conservação da Casa, pautando-se no inventário de bens que se esgotaram antes do fim do exercício financeiro (coador), deterioraram com o uso constante (tapetes), foram fracassados/desertas em contratações anteriores (papel toalha interfolhas) ou não foram contempladas em contratações de mesma natureza dos últimos dois anos (placas, faqueiro e garrafas).
Os itens pretendidos se enquadram no conceito de bens comuns, para fins de classificação conforme a natureza descrita pela Lei de Licitações.

3.LEVANTAMENTO DE MERCADO: SOLUÇÕES IDENTIFICADAS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Realizou-se levantamento sobre as possibilidades existentes para suprir a necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), identificando-se duas alternativas como Solução 01 e Solução 02.

Solução 1 – Aquisição dos itens mediante Pregão;

Solução 2 – Aquisição mediante Dispensa de Licitação;

A opção pela contratação direta, mediante dispensa de licitação fundamentada no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, em detrimento da modalidade Pregão, é mais vantajosa sob a ótica do Princípio da Proporcionalidade e da Economicidade Administrativa, pelas seguintes razões:

Relação Custo-Benefício do Processo (Custo da Eficiência):

A realização de um certame licitatório na modalidade Pregão exige a mobilização de uma estrutura administrativa robusta e envolve custos operacionais elevados (publicações de editais, horas de trabalho da equipe de contratações, pregoeiro e equipe de apoio, prazos legais de recursos, etc.). Estimar e movimentar essa máquina pública para uma contratação cujo valor total é de baixa monta (inferior ao limite legal de dispensa) geraria um "custo de transação" superior à economia real que se obteria com a disputa de preços no pregão.

Celeridade Administrativa e Prontidão no Atendimento:

Os materiais requisitados (consumo de copa, cozinha, limpeza, sinalização e pequenos utensílios permanentes) possuem caráter de uso contínuo e essencial para o funcionamento diário da repartição. O rito do Pregão Eletrônico, com seus prazos regulamentares rígidos de publicidade, propostas e recursos, retardaria desnecessariamente o fornecimento de itens básicos. A Dispensa Eletrônica confere a agilidade necessária para o pronto restabelecimento dos estoques.

Incentivo à Competitividade Local:

Embora o Pregão seja amplo, compras de valores muito baixos frequentemente desinteressam grandes fornecedores nacionais devido aos custos de frete e logística. O procedimento de dispensa simplificado atrai microempresas e empresas de pequeno porte regionais, cumprindo a função social da licitação de fomentar o mercado local, sem burocracia excessiva.

Por todo o exposto, a solução mais viável para o atendimento da demanda é a utilização da Dispensa Eletrônica, para fins de otimização do tempo e garantia da eficiência.

Cumpre esclarecer que a não realização do Pregão não significa renúncia à obtenção da proposta mais vantajosa. A Administração realizou ampla e robusta pesquisa mercadológica, saneando os valores e balizando o preço máximo que aceitará pagar. Desse modo, o interesse público e a economicidade estão plenamente resguardados.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total da contratação ficou projetado em R$ 2.890,06 (DOIS MIL, OITOENTOS E NOVENTA REAIS E SEIS CENTAVOS).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.	**GARRAFA TÉRMICA EM INOX,** com capacidade de 2L, para o armazenamento de café/chá. Tampa tipo pressão.	UNIDADE	04	R$ 149,99 HAVAN	R$ 94,74 CARREFOUR	R$ 207,24 EDITAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPELINHA-MG. ID PNCP: 20638201000126-1-000001/2026	R$ 150,66	R$ 602,64
2.	**COADOR DE CAFÉ,** Coador de café confeccionado em tecido (pano), diâmetro aproximado de, no mínimo, 16 cm, estrutura firme, reutilizável, resistente e lavável, destinado ao preparo de café coado.	UNIDADE	10	R$ 17,99 AMAZON	R$ 14,40 BUCKEL AGROCENTER	R$ 15,12 EDITAL DO MUNICÍPIO DE GALILÉIA	R$ 15,84	R$ 158,40

3.	**PAPEL TOALHA INTERFOLHAS**, papel-toalha ou toalha de papel, tipo interfolhas, duas dobras, produzido com 100% celulose virgem, tamanho mínimo da folha 20cm, embalagem com 1.000 folhas.	EMBALAGEM COM 1.000	60	R$ 15,20 E-LIMPOU	R$ 27,88 CLIMPO CASA DA LIMPEZA	R$ 18,20 DISPENSA ELETRÔNICA DA PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS ID PNCP: 08771208000116-1-000010/2026	R$ 20,43	R$ 1.225,80
4.	**GARRAFA TÉRMICA EM INOX,** com capacidade de 1L, para o armazenamento de café/chá. Tampa tipo pressão.	UNIDADE	02	R$ 116,00 GKSEG	R$ 88,86 AMAZON	R$ 87,29 EDITAL DA DISPENSA ELETRÔNICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LIMEIRA DO OESTE. ID PNCP: 26042598000175-1-000006/2026	R$ 97,38	R$ 194,76
5.	**FAQUEIRO EM AÇO INOX:** KIT COM 6 GARFOS, 6 COLHERES E 6 FACAS	KIT	01	R$ 77,31 MAGALU	R$107,33 MERCADO LIVRE	R$ 69,91 EDITAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA LAPA. ID PNCP: 42785238000110-1-000016/2025	R$ 84,85	R$ 84,85
6.	**TAPETE ANTIDERRAPANTE CAPACHO**, medindo, no mínimo: 40x60, fabricado em aderente pvc, borracha, com superfície em tecido	UNIDADE	12	R$ 29,90 MERCADO LIVRE	R$46,90 AMAZON	R$ 46,33 HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MIRAVÂNIA. ID PNCP: 01612491000194-1-000037/2026	R$ 41,04	R$ 492,48
7.	**PLACA DE SINALIZAÇÃO: PISO MOLHADO.** Material: Polipropileno ou plástico robusto. Placa de montagem no chão, com dimensões mínimas de: 60cm x 30 cm.	UNIDADE	03	R$ 31,90 AMAZON	R$ 32,87 DUTRA.COM.BR	R$ 66,37 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO DESERTO. ID PNCP: 18338277000194-1-000042/2026	R$ 43,71	R$ 131,13

O valor unitário médio foi composto a partir da média de valores obtida por no mínimo três cotações idôneas retiradas de sitios de comércios especializados, de preços homologados em contratações semelhantes a nível estadual, bem como em preços referenciais de editais de licitações de municípios do Estado de Minas Gerais.
Foi utilizada a média aritimética de preços, considerando a homogeneidade entre os preços pesquisados nas diversas plataformas.
Considerando que o valor apurado na estimativa do valor da contratação é inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e em observância ao previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, o certame deverá ser destinado EXCLUSIVAMENTE à participação de microempresas (ME), microempreendedores individuais (MEI), empresas de pequeno porte (EPP) e demais empresas equiparadas.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO
A contratação deverá ocorrer POR ITEM, considerando os princípios do melhor interresse da Administração, da economicidade, da vantajosidade, bem como o dever legal de garantia de ampla competitividade.
Será oportunizado aos participantes a concorrência em todos ou em alguns itens neste certame.

RESULTADOS PRETENDIDOS
Pretende-se atender as demandas da Câmara Municipal de Pirapora no tocante à garantia da salubridade, sanitização e segurança do ambiente de trabalho, bem como a complementação do acervo de utensílios domésticos e tapetes desta Casa Legislativa.

POSSÍVEIS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO
Não foi identificada a necessidade de adoção de providências pela Câmara Municipal de Pirapora previamente à celebração do contrato e o objeto contratado não demanda a capacitação específica de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES
Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
Não foram identificados impactos ambientais diretamente decorrentes da contratação pretendida, contudo, para fins de segurança e eficiência no uso a que se destinam, nos itens *garrafa térmica* e *papel toalha interfolhas* deverão ser observadas as seguintes ABNT´s NBR´s:
Para o item garrafa térmica, deverá ser observada a ABNT NBR 13282, que estabelece todos os requisitos regulamentares, critérios de segurança e métodos de ensaio para garrafas térmicas de uso doméstico e institucional.
Para o item papel toalha interfolhas deverá ser observada a ABNT NBR 15464-8: Determina a qualidade do papel; **ABNT NBR 15134:** Determina os ensaios de segurança dermatológica, como **irritação cutânea primária, irritação cumulativa e sensibilização**, garantindo que o papel não cause alergias na pele. **ABNT NBR 15004-** Define os parâmetros de desempenho prático, como **o tempo de absorção** e a **capacidade de absorção** de água.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO: Só poderão participar do procedimento as microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação e que atendam aos requisitos mínimos exigidos de classificação das propostas e ainda as exigências para habilitação.
Para análise da compatibilidade entre o objeto da licitação e a atividade empresarial, serão prioritariamente considerados o objeto social e os CNAE's (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).
Será vedada a participação das interessadas que sejam ou estejam:
a)Estrangeiras que não funcionem no País;
b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
c)Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente;
d)Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
e)Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
f) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar n.º123/06, alterada pela Lei Complementar n.º147/14;
g) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

h) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessário;
i) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
j) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
k) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
l) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
m) Empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;
n) O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Servidores Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer delas por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, inclusive ou por adoção, não poderão contratar com o Município, subsistindo a proibição até 6 (seis) meses após findas as respectivas funções.
As empresas interessadas deverão comprovar as condições de habilitação atendendo ainda aos demais requisitos editalícios, dos quais sugere-se:
HABILITAÇÃO JURÍDICA:
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor.
SOCIEDADE SIMPLES: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
FILIAL, SUCURSAL OU AGÊNCIA DE SOCIEDADE SIMPLES OU EMPRESÁRIA: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
SOCIEDADE COOPERATIVA: Ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
HABILITAÇÃO TÉCNICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:
HABILITAÇÃO TÉCNICA:
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:
Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade logística e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, dentre outros documentos.
QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
Não será exigido Balanço Patrimonial considerando tratar-se de Licitação por itens, com baixíssimos valores estimados e entrega imediata.
CONCLUSÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
Conclui-se que, a solução mais viável para o atendimento da demanda é a contratação mediante Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 75, II, da Lei Federal nº 14..133/2021.
Finalmente, anota-se que o presente estudo técnico preliminar contemplou os elementos mínimos exigidos nos incisos I, IV, VI, VIII, e XIII do §1º do art 18 da Lei n. 14.133/2021, suficientes para identificar o problema a ser resolvido, sob a perspectiva do interesse público, e foi capaz de apontar dentre as opções disponíveis no mercado, aquela contratação que revela viabilidade técnica e econômica.
RESPONSÁVEIS
São responsáveis pela elaboração deste Estudo Técnico Preliminar os membros da Equipe de Planejamento desta Casa, a saber: Shelber Luiz Borges e Evely Caroline Sousa Nascimento.

Pirapora, 20 de agosto de 2026.

SHELBER LUIZ BORGES –
Membro Da Equipe De Planejamento

EVELY CAROLINE SOUSA NASCIMENTO –
Membro Da Equipe De Planejamento

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:2362E039

GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO II- TERMO DE REFERÊNCIA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 14/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1.OBJETO:
1.1. Aquisição de materiais de consumo (copa, cozinha, limpeza e sinalização) e materiais permanentes (utensílios domésticos e peças não incorporáveis), pelas razões expostas nos instrumentos da contratação.

1.2. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1.	**GARRAFA TÉRMICA EM INOX,** com capacidade de 2L, para o armazenamento de café/chá. Tampa tipo pressão.	UNIDADE	04
2.	**COADOR DE CAFÉ,** Coador de café confeccionado em tecido (pano), diâmetro aproximado de, no mínimo, 16 cm, estrutura firme, reutilizável, resistente e lavável, destinado ao preparo de café coado.	UNIDADE	10
3.	**PAPEL TOALHA INTERFOLHAS**, papel-toalha ou toalha de papel, tipo interfolhas, duas dobras, produzido com 100% celulose virgem, tamanho mínimo da folha 20 cm, embalagem com 1.000 folhas.	EMBALAGEM COM 1.000	60
4.	**GARRAFA TÉRMICA EM INOX,** com capacidade de 1L, para o armazenamento de café/chá. Tampa tipo pressão.	UNIDADE	02
5.	**FAQUEIRO EM AÇO INOX:** kit com 6 garfos, 6 colheres e 6 facas.	KIT	01
6.	**TAPETE ANTIDERRAPANTE CAPACHO**, medindo, no mínimo: 40 cm x 60 cm, fabricado em aderente pvc, borracha, com superfície em tecido.	UNIDADE	12
7.	**PLACA DE SINALIZAÇÃO: PISO MOLHADO.** Material: Polipropileno ou plástico robusto. Placa de montagem no chão, com dimensões mínimas de: 60cm x 30 cm.	UNIDADE	03

1.3. A presente contratação terá como critério de julgamento o MENOR VALOR POR ITEM, com regime de execução indireta, com vigência até 31/12/2026, não se admitindo prorrogação.
1.4. A proposta deverá especificar os custos unitários e totais e, se possível, outras referências que bem identifiquem o produto cotado.
1.5. O preço final deverá incluir todos os tributos, despesas e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

2.JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de materiais de consumo (copa, cozinha e limpeza) se justifica pela imperiosa necessidade de manter as condições adequadas de higiene, salubridade e asseio nas dependências da instituição. A manutenção de um ambiente limpo e higienizado é requisito básico para a salvaguarda da saúde pública de servidores, colaboradores e usuários dos serviços integrados, além de atender às normas de vigilância sanitária vigentes.
As placas de sinalização, por sua vez, mostram-se indispensáveis para a prevenção de acidentes e garantia da segurança dos usuários e servidores nas instalações físicas do órgão.
Já a aquisição de utensílios domésticos se justifica para fins de complementação do acervo que se encontra defasado.
As necessidades foram apuradas pela Comissão de Patrimônio Mobiliário e pelo Departamento de Limpeza e Conservação da Casa, pautando-se no inventário de bens que se esgotaram antes do fim do exercício financeiro (coador), deterioraram com o uso constante (tapetes), foram fracassados/desertas em contratações anteriores (papel toalha interfolhas) ou não foram contempladas em contratações de mesma natureza dos últimos dois anos (placas, faqueiro e garrafas).
Os itens pretendidos se enquadram no conceito de bens comuns, para fins de classificação conforme a natureza descrita pela Lei de Licitações.

3.PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1.O prazo de vigência contratual será contado pós retirada da nota de empenho e findará em 31/12/2026, não se admitindo a prorrogação contratual.
3.2. O prazo de execução contratual (entrega do objeto) será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da nota de empenho.
3.3. Nos casos de recusa do objeto entregue, a empresa contratada deverá substituir o produto no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação para retirada do produto.

4.FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

4.1. A fiscalização da contratação ficará a cargo do servidor, Alex Adjhonson Ribeiro de Jesus, especialmente indicado dentre os elencados na Portaria nº 082/2026.
4.2. São atribuições da Fiscalização, entre outras:
Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências verificadas;
Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
4.3. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

5.DA GESTÃO CONTRATUAL

5.1.A gestão da contratação será feita pela **Diretoria de Contratos** que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.2.O gestor da contratação acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
5.3.Igualmente,acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
5.4.Caberá ao gestor da contratação emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratação, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
5.5.O gestor da contratação tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6..CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante termo circunstanciado, o objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:
provisoriamente, após o recebimento da nota fiscal pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
definitivamente, mediante termo circunstanciado, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.
6.2. Se após o recebimento provisório a Fiscalização constatar que o fornecimento ocorreu em desacordo com o especificado neste instrumento, será emitido Termo de Recusa (parcial ou total do objeto, conforme o caso), no qual constará a lista de irregularidades a serem sanadas.
6.3. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que as irregularidades sejam sanadas.
6.4. A Contratada é obrigada a sanar as pendências listadas no Termo de Recusa dentro do prazo de entrega estabelecido, sob pena de incorrer em atraso quanto ao prazo de execução.
6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do produto apresentado, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

7.CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
DA LIQUIDAÇÃO
Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e da Câmara Municipal; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Câmara Municipal;
A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei n° 14.133/2021.
A Câmara Municipal deverá realizar consulta às documentações apresentadas pela contratada para:
verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal.
Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Câmara Municipal deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Persistindo a irregularidade, a Câmara Municipal deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao registro cadastral.

DO PRAZO DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correção à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Garrafa térmica: 3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha. Reduzido: 4351.
Coador de Café: 3.3.90.30.21 Material de copa e cozinha. Reduzido: 4351.
Faqueiro: 4.4.90.52.06 Aparelhos e utensílios domésticos. Reduzido: 4361.
Placa de sinalização piso molhado. 3.3.90.30.42 Material de sinalização visual e afins. Reduzido: 4351.
Tapete antiderrapante capacho emborrachado: 3.3.90.30.20. Material de cama, mesa e banho. Reduzido: 4351.
Papel toalha interfolha: 3.3.90.30.22 Material de limpeza e produção de higienização. Reduzido: 4351.
O pagamento à contratada será efetuado pela Tesouraria/Contabilidade da Câmara Municipal, creditado em favor da contratada através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta e descrita abaixo, o qual ocorrerá prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis posteriores apresentação da competente nota fiscal/fatura e, em anexo a esta, o Atestado de Fiscalização emitido por serviidor responsável pela fiscalização da contratação.
O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
Qualquer atraso acarretado por parte da contratada na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:
I = (TX/100),
365

EM = I x N x VP,
assim apurado:

I = (6/100)
365

I = 0,00016438
Em que:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP= Valor da parcela em atraso.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela Contratada em conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Entregar o objeto deste instrumento, no prazo determinado, de acordo com as solicitações realizadas pela ASCOM, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições, no endereço eletrônico indicado pela Contratante.
9.2. Reparar, corrigir, remover e substituir, a suas expensas, o objeto desta contratação em quando se verificar vícios ou defeitos que os tornem impróprios para o uso/consumo.
9.3. O objeto (ou parte dele) que vier a ser recusado deverá ser retirado pela Contratada no momento da entrega do objeto correto.
9.4. Comunicar ao Contratante, por escrito, qualquer anormalidade referente ao serviço bem como atender prontamente às suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados.
9.5. Manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
9.6. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a CMP ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
9.7. A Contratada não será responsável:
Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
Por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste edital.
9.8. A CMP não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

10.OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
10.1. A CMP, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
Enviar para a contratada todos os materiais que deseja que sejam colocados em formato carrossel ou card.
Promover os pagamentos nas condições e dentro do prazo estipulado.
Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas às obrigações contratuais.

11. SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
Der causa à inexecução parcial do contrato;
Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Der causa à inexecução total do contrato;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
Multa:
Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do objeto, de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até 10 (dez) dias, calculados sobre o valor da contratação, por ocorrência;
Moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30 (trigésimo) dia, com a possível rescisão da contratação;

Moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor de sua proposta no caso da licitante deixar de assinar o contrato, não celebrar o Contrato ou outro instrumento correspondente quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Câmara Municipal (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Câmara Municipal ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.8.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
A natureza e a gravidade da infração cometida;
As peculiaridades do caso concreto;
As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
Os danos que dela provierem para a câmara municipal;
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
11.10.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.12. A Câmara Municipal deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.DA PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. As partes envolvidas deverão observar as disposições da Lei 13.709, de 14/8/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente contrato.
12.2. A Contratada está obrigada a guardar o mais completo sigilo por si, por seus empregados ou prepostos, nos termos da Lei Complementar no 105, de 10 de janeiro de 2001 e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cujos teores declaram ser de seu inteiro conhecimento, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento ou ter acesso, em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências da sua divulgação indevida e/ou descuidada ou de sua incorreta utilização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis nos termos da lei.
12.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação da CMP, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.
12.4. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

13.DO REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO:

13.1. Não serão admitidos reajustes contratuais por se tratar de obrigação com entrega imediata e vigência adstrita ao exercício financeiro.
12.2. Será admitida a concessão de reequilíbrio e alterações qualitativas e quantitativas, desde que atendidos os requisitos da Lei 14.133/2021.

14. DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO

14.1. É cediço que a Lei nº 14.133/2021 recomenda que nas contratações diretas por dispensa em razão do valor, haja a publicação de aviso de contratação em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, senão vejamos:
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II docaputdeste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sí1tio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

14.2. Pelo exposto, será divulgada minuta padronizada de Aviso de Contratação, contendo TODOS os requisitos necessários à apresentação e julgamento das propostas.

15. DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO PARA A CONTRATAÇÃO:

15.1. Foi realizada pesquisa de preços junto a potenciais prestadoresdo e-commerce, bem como com contratações semelhantes obtidas junto ao PNCP, tendo sido apurado o valor médio total de R$ 2..890,06 (dois mil, oitocentos e novent reais e seis centvos), para fins de recebimento de propostas.

15.2. Toda e qualquer empresa que desejar concorrer a este certame, poderá apresentar proposta de preço superior em até 10% (dez por cento) do valor unitário considerado para cada item, sagrando-se vencedora aquela que apresentar o menor preço e atender às condições de habilitação.
15.3. Os orçamentos, bem como toda a documentação de habilitação, deverão ser protocolados no Portal AMM Licita, no link da Dispensa Eletrônica nº 14/2026, vinculado a esta Casa Legislativa, ID 111023, até a data e horário marcado para a abertura da sessão.

16.CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

16.1. Só poderão participar deste procedimento microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou equiparadas na forma da Lei, cujo interessadas detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação e que atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos e ainda as exigências para habilitação.

ATENÇÃO: LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS, EM RAZÃO DO BAIXO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

16.2. . Não poderão participar da presente contratação as interessadas que:
a) Estrangeiras que não funcionem no País;
b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
c) Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o Município de Pirapora-MG ou outro órgão/ente.
d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98;
e) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;
f) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14.
g) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
h) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários
i) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
j) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
k)empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
l) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
m) empresas que se enquadrem nas hipóteses de vedação ao nepotismo em contratações públicas previstas em orientações e decisões dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça Superiores e recomendações de órgãos ministeriais;
16.3. A tramitação do processo se dará eletronicamente, através do Portal AMM Licita, https://ammlicita.org.br/, ID 111023 pelo modo de disputa fechado, sem lances, devendo o fornecedor apresentar toda a documentação exigida no instrumento de contratação, ATÉ A DATA DA ABERTURA DA SESSÃO.

16.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do legislativo, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.
16.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n 14.133/2021.

17. REQUISITOS NECESSÁRIOS:
17.1. . Consagrar-se-á vencedora do certame a empresa que apresentar o menor valor global e demonstrar regularidade quanto à qualificação jurídica, fiscal e trabalhista, nos seguintes termos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

HABILITAÇÃO TÉCNICA

Apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem a execução de objeto semelhante de modo satisfatório. Não será exigida a apresentação de quantitativo mínimo executado nos atestados.

QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
Nao será exigido o balanço patrimonial em razão do baixo valor da contratação e da baixa complexidade operacional.

18. DA RESCISÃO

18.1. A contratação poderá ser rescindida nas hipóteses previstas nos artigos 137-139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DAS PENALIDADES

19.1. Pela inexecução parcial ou total da contratação, a Câmara Municipal poderá aplicar, por escrito, à CONTRATADA, garantindo a prévia defesa a ser exercida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, as sanções estabelecidas nos arts. 155-163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS:

20.1. A contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre a Contratante e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da Contratada designadas para execução do objeto licitado, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados.
20.2.A Agente de Contratação que conduzirá esse certame foi nomeada através de portaria específica, registrada sob o n.º 089/2026.
20.3. A realização da sessão do certame será através da Plataforma AMM Licita, ID 111023.
20.4. O participante cadastrado no Portal AMM Licita declara conhecer todas as regras da referida plataforma ao se inscrever no certame.
20.5.Regras sobre o procedimento de tramitação, prazos recursais, critérios de desempate e demais procedimentos, observarão inteiramente ao disposto na Lei 14.133/2021. O modo de disputa é o fechado, **SEM LANCES**, sagrando-se vencedor de imediato, aquele que apresentar o menor valor global.
20.6. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser solicitados no período de recebimento das propostas adicionais, por meio da Plataforma AMM Licita, ID 111023.
20.7.O critério de admissibilidade das propostas é de até 10% (dez por cento) superior ao valor médio apurado para fins de estimativa mensal.
20.8. Ao apresentar proposta o fornecedor declara conhecer todo o teor do instrumento de contratação, bem como do Aviso de Contratação Direta, contendo data e horário da sessão.
20.9. Admitir-se-á a celebração de aditivos qualitativos e quantitativos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, dentro do prazo de vigência da presente contratação.
20.10.. O instrumento de formalização da presente demanda será a nota de empenho, como faculta a Lei Federal n 14.133/2021.
21.11. À agente de contratação, no julgamento das propostas e habilitação, será permitida a abertura de diligências, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
21.12. A Câmara Municipal de Pirapora utiliza-se do princípio do formalismo moderado em suas decisões.
21.13.Na hipótese de divergências legais, omissões ou contradições, a decisão da celeuma deverá observar os princípios gerais do Direito, a Lei de Licitações e demais normas aplicáveis à espécie, bem como a doutrina e a jurisprudência majoritária.
21.14. Na hipótese de empate entre as propostas, deverá ser observado o intervalo de preços de R$ 0,01 (hum centavo de real), para fins de negociação.
21.15. Elege-se o foro da comarca de Pirapora-MG para dirimir conflitos resultantes desta contratação.

Pirapora, 21 de agosto de 2026.

BRENDA CHRISTIAN BOTELHO LOPES
Assessora Especial da Mesa Diretora

Publicado por:
Marjorie Santos Siqueira
Código Identificador:396DCA49

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARAÇUAÍ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

EXTRATO PUBLICAÇÃO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 135/2024
PAL 047/2024 IL 11/2024

A Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG, através do Agente de Contratação, torna público e quantos possam interessar que firmou na data de 04/08/2026, o Terceiro Termo Aditivo (acréscimo de item) ao Contrato Nº 135/2024, com a Empresa HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, cujo objeto é Contratualização entre o Município de Araçuaí, através do Fundo Municipal de Saúde, e o Hospital São Vicente de Paulo para operacionalizar o repasse de recursos oriundos da Portaria GM/MS 3948 de 23 de maio de 2024, com base na Lei Federal N° 14.133/2021. Altera a Cláusula 3.0, Subcláusula 3.1, do valor do contrato, passando o valor global do contrato de R$ 24.066.580,32 (vinte e quatro milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta reais e trinta e dois centavos) para R$ 24.296.530,32 (vinte e quatro milhões, duzentos e noventa e seis mil, quinhentos e trinta reais e trinta e dois centavos), sendo que o valor acrescido por este Termo Aditivo é de R$ 229.950,00 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e cinquenta reais), correspondente ao incentivo financeiro anual da Rede Alyne, equivalente ao repasse mensal de R$ 19.162,50 (dezenove mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA MENSAL				TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
PARCELA PRÉ-FIXADA	MEDIA AMBULATORIAL		57.293,99	687.678,62	8.252.143,44
	MEDIA HOSPITALAR		189.272,03		
	TOMOGRAFIA		4.296,54		
	INCENTIVOS	Hospitalares	86.016,60		
		INC. SAUDE MENTAL	11.220,22		
		REDE CEGONHA	52.012,50		
		REDE ALYNE	19.162,50		
	CARÁTER ESPECIAL	CO-FINANCIAMENTO	268.404,24		

Demais Cláusulas permanecem inalteradas.

Publicado por:
Elizangela Gomes Neves Silva
Código Identificador:1CE6C0A1

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ARGIRITA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZACAO DO PROCESSO 096/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 096/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 045/2026
O Prefeito Municipal de Argirita, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, autoriza o procedimento de inexigibilidade de licitação, embasado no art. 74, inciso II, da lei federal n° 14.133/2021, autoriza a contratação direta, via inexigibilidade, da empresa JC MACHADO JR. PRODUÇÕES LTDA., representante exclusiva do Padre Pierre, para realização de celebração religiosa (Santa Missa), com pregação e acompanhamento musical, durante a abertura do Jubileu da Paróquia do Senhor Bom Jesus, a ser realizada no Município de Argirita/MG, no dia 04 de setembro de 2026, às 20h.
Do objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação da empresa JC MACHADO JR. PRODUÇÕES LTDA, detentora da exclusividade para comercialização da agenda de apresentações do Padre Pierre, para realização de celebração religiosa (Santa Missa), com pregação e acompanhamento musical, durante a abertura do Jubileu da Paróquia do Senhor Bom Jesus, no dia 04 de setembro de 2026, às 20h, com duração aproximada de 02 (duas) horas, no Município de Argirita/MG.	Serviço	01	R$15.000,00	R$15.000,00
				TOTAL	R$15.000,00

Da empresa contratada
JC MACHADO JR. PRODUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na R JOAO TEIXEIRA LOPES, nº 190, Bairro Santa Luzia, na cidade de Juiz de Fora , CEP: 36.030-060, inscrita no CNPJ 62.522.924/0001-05
Da Inexigibilidade de licitação
A presente contratação se enquadra no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.
O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, exige autorização da autoridade competente, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei nº. Lei n. 14.133/2021.
Publicação
Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133,de 1º de abril de 2021, publique-se o ato que autoriza a contratação direta nos atos oficiais deste Município.

Argirita/MG, 24 de Agosto de 2026.

VICTOR MIRANDA CORTÁCIO SIMAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvio Pedro do Carmo Junior
Código Identificador:5646F16A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CABO VERDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE
EDITAL 097/2026 - RESULTADO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde-MG
Av. Oscar Ornelas nº 152 – Tel./Fax (35) 37361220
CNPJ: 17.909.599/0001-83 – CEP: 37880-000
Data da fundação: 15/08/1762 –
Emancipação Político-Administrativa: 30/10/1866
Home Page: www.caboverde.mg.gov.br

RESULTADO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO
EDITAL PARA EXECUÇÃO CULTURAL (PROJETOS)
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 97/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PROPONENTE	CATEGORIA	STATUS
1º	90	ÂNGELA MÁRIS DE MATOS	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
2º	85	RITA CÁSSIA VIEIRA MORAIS NAVARRO	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
3º	72	FABIANA RIBEIRO DE PAULA	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
4º	71	JOSÉ CLARO JÚNIOR	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
5º	71	DANILO MARTINS RODRIGUES	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
6º	71	JOAQUIM REIS DE SOUSA	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
7º	71	MARIA HELENA SANTOS DA SILVA	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
8º	70	THIAGO TADEU CARVALHO	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
9º	67	SANDRO RENATO DE LIMA	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
10º	66	DELEON RODRIGUES DA SILVA	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
11º	62	MAYCON DOUGLAS MATOS DA SILVA	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
12º	62	BRUNO FERREIRA DA SILVA	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado
13º	62	TIAGO DIAS SOUZA MORAIS	ARTISTA: MÚSICA SOLIDÁRIA E CIRCULAÇÃO LOCAL	Habilitado

CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PROPONENTE	CATEGORIA	STATUS
1º	71	LUÍS EDUARDO DE OLIVEIRA	PRODUÇÃO LITERÁRIA	Habilitado
2º	64	ELVIRA APARECIDA DE LIMA SILVA	PRODUÇÃO LITERÁRIA	Habilitado
3º	46	LUCAS FILIPE TOLEDO	PRODUÇÃO LITERÁRIA	Habilitado

CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PROPONENTE	CATEGORIA	STATUS
1º	66	SONORA MG ESTÚDIO LTDA	FESTIVAL CULTURAL LOCAL	Habilitado

Cabo Verde - MG, 24 de julho de 2026

Publicado por:
Celso Alberto Lourenço Filho
Código Identificador:602B4D73

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO VERDE
EDITAL 098/2026 - RESULTADO DA ETAPA DE HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde-MG
Av. Oscar Ornelas nº 152 – Tel./Fax (35) 37361220
CNPJ: 17.909.599/0001-83 – CEP: 37880-000
Data da fundação: 15/08/1762 –
Emancipação Político-Administrativa: 30/10/1866
Home Page: www.caboverde.mg.gov.br

RESULTADO FINAL
EDITAL SIMPLIFICADO - PREMIAÇÃO CULTURAL EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO No 98/2026 - PREMIAÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI No 14.399/2022)

CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PROPONENTE	CATEGORIA	STATUS
1º	45	ASSOCIAÇÃO AGROARTESANAL DE CABO VERDE- MG (AACV)	Associações Culturais	HABILITADO
2º	40	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE CAFÉS ESPECIAIS DE CABO VERDE-MG	Associações Culturais	HABILITADO
3º	33	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, AGROPECUÁRIA, ARTESANAL E DE SERVIÇOS DE CABO VERDE- MG (ACCV)	Associações Culturais	HABILITADO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde-MG
Av. Oscar Ornelas nº 152 – Tel./Fax (35) 37361220
CNPJ: 17.909.599/0001-83 – CEP: 37880-000
Data da fundação: 15/08/1762 –
Emancipação Político-Administrativa: 30/10/1866
Home Page: www.caboverde.mg.gov.br

CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PROPONENTE	CATEGORIA	STATUS
1º	45	GRUPO DE CAIAPÓS DE CABO VERDE	Coletivos (Grupos Culturais sem CNPJ)	HABILITADO
2º	40	COMPANHIA DE REIS- SAGRADA FAMÍLIA	Coletivos (Grupos Culturais sem CNPJ)	HABILITADO
3º	35	NOVA VISÃO CAPOEIRA- FILIAL CABO VERDE	Coletivos (Grupos Culturais sem CNPJ)	HABILITADO

Prefeitura Municipal de Cabo Verde-MG
Av. Oscar Ornelas nº 152 – Tel./Fax (35) 37361220
CNPJ: 17.909.599/0001-83 – CEP: 37880-000
Data da fundação: 15/08/1762 –
Emancipação Político-Administrativa: 30/10/1866
Home Page: www.caboverde.mg.gov.br

CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO	PROPONENTE	CATEGORIA	STATUS
1º	40	LUZIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	Artesão PF	HABILITADO
2º	40	CLEIDE APARECIDA VIEIRA	Artesão PF	HABILITADO
3º	36	SUELI APARECIDA REIS TORRES	Artesão PF	HABILITADO
4º	35	ANTÔNIA DE LOURDES TEREZA	Artesão PF	HABILITADO
5º	32	VERA LÚCIA PAULINO TEREZA	Artesão PF	HABILITADO
6º	32	VITA CÂNDIDA DE LIMA	Artesão PF	HABILITADO
7º	31	ONDINA MARIA VIEIRA	Artesão PF	HABILITADO
8º	30	PAULO DA SILVA	Artesão PF	HABILITADO
9º	30	MAGALI DOS REIS SOUZA	Artesão PF	HABILITADO
10º	30	ELIANA CAROLINA DE PAIVA RIBEIRO PASSOS	Artesão PF	HABILITADO
11º	29	JOSÉ CLARO JÚNIOR	Artesão PF	HABILITADO
12º	29	DENISE APARECIDA HONÓRIO	Artesão PF	HABILITADO
13º	28	ROSIMEIRE DE LIMA	Artesão PF	HABILITADO
14º	27	BIANCA ALVES	Artesão PF	HABILITADO
15º	27	MARIA DE FÁTIMA BARBOSA DONIZETE	Artesão PF	HABILITADO
16º	27	VILMA OLINDA BARBOSA OLIVEIRA	Artesão PF	HABILITADO
17º	27	JOSIMARA ALVES	Artesão PF	HABILITADO
18º	25	SALATIEL JOAQUIM FRANCISCO	Artesão PF	HABILITADO
19º	25	IRONI SIQUEIRA VIANA	Artesão PF	HABILITADO
20º	25	CLEIDE FORTES FIGUEIREDO	Artesão PF	HABILITADO
21º	25	SILVANA MÁRCIA DA SILVA PODESTÁ	Artesão PF	HABILITADO
22º	25	EDENIR REIS DO PRADO	Artesão PF	HABILITADO
23º	25	NILSON PAULO PAULINO	Artesão PF	HABILITADO
24º	25	SUELI ALVES BUENO FERREIRA	Artesão PF	HABILITADO
25º	24	MARIA CONCEIÇÃO FRANCO DE CARVALHO	Artesão PF	HABILITADO
26º	24	LOURDES DA SILVA ALVES	Artesão PF	HABILITADO
27º	23	VANESSA DE SOUSA MELO	Artesão PF	HABILITADO
28º	22	ELIANA APARECIDA DE SOUSA MELO	Artesão PF	HABILITADO
29º	22	LEONÍ APARECIDA APOLINÁRIO DE MORAES	Artesão PF	HABILITADO
30º	22	HELENA APARECIDA VIANA TEJADA DE PODESTÁ	Artesão PF	HABILITADO
31º	22	MARIA CRISTINA DE CARVALHO VILELA	Artesão PF	HABILITADO
32º	22	ELIANE MOSTARVER	Artesão PF	HABILITADO
33º	21	DELMINDA MARIA DOS REIS	Artesão PF	HABILITADO
34º	20	MARÍLIA NATALINA MENDES GOMES	Artesão PF	HABILITADO
35º	20	MARIA APARECIDA FORTES SOARES	Artesão PF	HABILITADO
36º	20	MARIA NILZA VIANA DE MELLO	Artesão PF	HABILITADO
37º	20	REGINA DE PAULA PEREIRA	Artesão PF	HABILITADO
38º	20	SIMONE ALVES	Artesão PF	HABILITADO
39º	20	JUCELÉA BERNARDES DE PODESTÁ	Artesão PF	HABILITADO
40º	20	LAVÍNIA GONÇALVES GUIMARÃES	Artesão PF	HABILITADO
41º	20	SILVIA MARTINI FORTES	Artesão PF	HABILITADO
42º	20	DANIELI MARIA DE OLIVEIRA	Artesão PF	HABILITADO

Cabo Verde - MG, 24 de julho de 2026

Publicado por:
Celso Alberto Lourenço Filho
Código Identificador:0FDEB129

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CACHOEIRA DOURADA

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 205/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 205/2026

O Município de Cachoeira Dourada-MG, inscrito no CNPJ sob o número 18.457.267/0001-78 com sede no(a) Avenida das Nações, nº 400, Centro, na cidade de Cachoeira Dourada /Estado Minas Gerais, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 18.457.267/0001-78, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito

Municipal Aleandro Francisco da Silva, brasileiro, convivente, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Cinco, nº 28, Centro, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2026, publicada no dia 22/07/2026, processo administrativo n.º 039/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E PROVÁVEL AQUISIÇÃO DE FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES (HORTIFRUTAS), PARA ATENDER AS DEMANDAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DESSE MUNÍCÍPIO, especificado(s) no(s) item(ns) 2 do Termo de Referência, anexo I *do edital de Licitação nº 015/2026,*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	ALIMED DISTRIBUIDORA LTDA **E-mail**: silvestreadm@hotmail.com **Telefone**: (34) 3514-5059 **Whatsapp**: (34) 98401-8463 **CNPJ/CPF**: 45.298.480/0001-57 **Tipo**: Microempresa **Cep**: 38360-000 **Endereço**: R CENTO E OITO N° : 734 **Cidade**: Capinópolis **Estado**: Minas Gerais

ITEM ATA	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ABACATE - TAMANHO MÉDIO, LISA, FRESCO, SEM AMASSADOS E PARTES APODRECIDAS.	CEASA	300	8,6600000	2598,00
2	ABACAXI PEROLA - VERDE DE 1ª QUALIDADE, CRISTA FECHADA ESCAMAS GRANDES, TAMANHO GRANDE, DOCE E SUCULENTO, DE CERCA DE 1,5 KG	CEASA	2500	6,9900000	17475,00
3	ABOBRINHA- FIRME E INTACTA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA	CEASA	250	4,9900000	1247,50
4	ALFACE- CRESPA, FRESCA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	CEASA	1200	10,5400000	12648,00
5	ALHO ROXO DE 1ª QULIDADE	CEASA	350	26,7900000	9376,50
6	BANANA MAÇA DE 1ª QUALIDADE TAMANHO MEDIO, CASCA LIVRE DE FUNGOS, MATURAÇÃO NATURAL	CEASA	400	9,6900000	3876,00
7	BANANA NANICA, QUE NÃO ESTAJA VERDE NEM TOTALMENTE MADURA, DEVERÁ ESTAR SEMPRE PRESA AS PENCAS.	CEASA	500	4,3900000	2195,00
8	BANANA PRATA, QUE NÃO ESTEJA VERDE NEM TOTALMENTE MADURA, DEVERÁ ESTAR SEMPRE PRESA AS PENCAS, SEM MANCHAS OU AMASSADAS DE 1ª QUALIDADE.	CEASA	4000	6,4900000	25960,00
9	BANANA TERRA.	CEASA	80	5,6400000	451,20
10	BATATA DOCE- FIRME E INTACTA, SEM LESÃO DE ORIGEM FÍSICA, RACHADURAS, CORTES, TAMANHO E CONFORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER GRAÚDA	CEASA	1300	5,4600000	7098,00
11	BATATINHA - TAMANHO MÉDIO, FRESCO, LISA.	CEASA	2800	5,9400000	16632,00
12	BETERRABA- FIRME, COR VERMELHO INTENSO, TAMANHO UNIFORME SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA DO MANUSEIO E TRANSPORTE	CEASA	1300	6,9200000	8996,00
13	CAMBUTIÁ- TAMANHO MÉDIO, FRESCO, SEM AMASSADOS E PARTES APODRECIDAS	CEASA	2500	3,8900000	9725,00
14	CARÁ - BARBADO - TAMANHO MÉDIO, DE 1ª QUALIDADE, NOVO, NÃO PODE ESTAR MURCHO.	CEASA	300	5,9400000	1782,00
15	CEBOLA- CABEÇA BRANCA, COMPACTA E FIRME, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDAS, INSETA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS	CEASA	3200	5,9800000	19136,00
16	CEBOLIHA VERDE (MAÇO COM 150 GRAMAS)	CEASA	650	7,2800000	4732,00
17	CENOURA- SEM RAMA, FRESCA COMPACTA E FIRME SEM LESÕES DE ORIGEM FISICAS, RACHADURAS E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA	CEASA	2000	6,9800000	13960,00
18	CHUCHU- FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, RACHADURAS, CORTES-TAMANHO E CONFORME	CEASA	550	5,9800000	3289,00
19	COENTRO (MAÇO COM 110 GRAMAS)	CEASA	650	7,1100000	4621,50
20	COUVE-MAÇO 330 GR A 400 G COM FOLHAS DE COLORAÇÃO VERDE , SEM PARTES ESTRAGADAS E AMARELADAS. TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM AUSÊNCIA DESUJIDADES , PARASITAS E LARVAS.	CEASA	500	8,0000000	4000,00
21	GENGIBRE DE PRIMEIRA, FRESCO, COMPACTO E FIRME, ISENTO DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE DANOS FÍSICOS OU MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	CEASA	10	22,9800000	229,80
22	GOIABA VERMELHA DE 1ª QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO NO TAMANHO, AROMA E SABOR DA ESPECIE, UNIFORMES SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS E FIRME.	CEASA	120	10,6900000	1282,80
23	INHAME PRODUTO DE BOA QUALIDADE E SEM DEFEITOS GROSSEIROS, COMO RACHADURAS, PERFURAÇÕES E CORTES. COM ASPECTOS, AROMA E SABOR TÍPICO DO PRODUTO. LIVRES DE UMIDADE EXTERNA, COM CASCA QUE SOLTE FACILMENTE, POLPA BRANCA OU AMARELADA E DE ASPECTO FRESCO.	CEASA	250	5,9900000	1497,50
24	JILÓ - TAMANHO MÉDIO, FRESCO, CASCA COLORAÇÃO VERDE, ,SEM AMASSADOS E PARTES APODRECIDAS. GRAU DE AMADURECIMENTO IDEAL PARA CONSUMO.	CEASA	180	12,4300000	2237,40
25	KIWI DE 1ª QUALIDADE TAMANHO MEDIO, CASCA LIVRE DE FUNGOS, MATURAÇÃO NATURAL	CEASA	180	36,9800000	6656,40
26	LARANJA- PÊRA, FRESCA, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA	CEASA	2200	5,9800000	13156,00
27	LIMÃO - FRUTO ALONGADO,DE CASCA LISA E TENRA, COLORAÇÃO AMARELADA PODENDO APRESENTAR PONTINHOS MARRONS, SEM PARTES AMASSADAS E ESTRAGADAS. GRAU DE AMADURECIMENTO APROPRIADO PARA CONSUMO	CEASA	320	5,9800000	1913,60

28	MAÇÃ- FUJI OU GALA, NACIONAL, TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORME, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FISICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	CEASA	2000	10,9900000	21980,00
29	MAMÃO- FORMOSA COM CASCA FIRME, NÃO TER RACHADURAS, PARTES ESCURAS OU MACHUCADAS, NEM PICADA DE INSETOS	CEASA	700	9,9800000	6986,00
30	MANDIOCA- PRODUTO SEM CASCA DEVE SER ENTREGUE LIMPO, ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	CEASA	2500	7,9900000	19975,00
31	MANGA - UNIDADES PESANDO 0,3 KG CADA, DE 1ª QUALIDADE MADURA, COLORAÇÃO AMARELO - AVERMELHADO, TAMANHO MÉDIO, SEM PONTOS ESCUROS, SEM AMASSADO, PROPRIEDADES ORGANOLÉPTICAS CARACTERÍSTICAS. PARA CONSUMO NA SEMANA DA ENTREGA.	CEASA	180	7,0300000	1265,40
32	MARACUJÁ - REDONDO, CASCA LISA, GRAÚDO DE 1ª QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA.	CEASA	1800	14,9000000	26820,00
33	MELANCIA - TAMANHO GRANDE, FRESCA, CASCA COLORAÇÃO VERDE, LISA,SEM AMASSADOS E PARTES APODRECIDAS. GRAU DE AMADURECIMENTO IDEAL PARA CONSUMO.	CEASA	5000	5,3900000	26950,00
34	MELÃO-AMARELO, A CASCA DEVE SER FIRME, SEM RECHADURAS E DE COR VIBRANTE, DOCE, SUCULENTO, DE 1 QUALIDADE.	CEASA	580	8,9800000	5208,40
35	MILHO VERDE - CRISTAL, BEM GRANADA, DESCASCADA, NOVINHO, MOLINHO DE 1ª QUALIDADE.	CEASA	600	9,9400000	5964,00
36	MORANGO VERMELHO DOCE, DE 1 QUALIDADE,SEM AMASSADOS, SEM IMPERFEIÇOES E FUNGOS. BANDEJA COM 250G.	CEASA	400	9,9800000	3992,00
37	OVO DE GALINHA ROXO OU BRANCO FRESCO,ACONDICIONADO, ISENTOS DE SUJIDADE, RACHADURAS OU FUNGOS	CEASA	16000	0,9900000	15840,00
38	PERA DE 1ª QUALIDADE TAMANHO MEDIO, CASCA LIVRE DE FUNGOS, MATURAÇÃO NATURAL	CEASA	250	16,9800000	4245,00
39	PIMENTA DE CHEIRO (VERDE)	CEASA	100	51,9900000	5199,00
40	PIMENTÃO - TAMANHO MÉDIO, FRESCO SEM AMASSADOS E PARTES APODRECIDAS. GRAU DE AMADURECIMENTO IDEAL PARA CONSUMO.	CEASA	250	13,9400000	3485,00
41	QUEIJO CURADO - TIPO MINAS, COM POUCO SAL INDICANDO 1ª QUALIDADE, SEM RANÇO.	CEASA	380	68,9900000	26216,20
42	QUEIJO FRESCO (MINAS)	CEASA	120	48,9900000	5878,80
43	QUIABO DE TAMANHO REGULAR DE 1ª QUALIDADE, APRESENTANDO TAMANHO, COR E COM FORMAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	CEASA	180	14,7900000	2662,20
44	REPOLHO- VERDE, LISO FRESCO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, FIRME E INTACTO SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, PERFURAÇÕES E CORTES	CEASA	2500	5,4900000	13725,00
45	REPOLHO - ROXO, LISO FRESCO TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, FIRME E INTACTO SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA	CEASA	300	8,5900000	2577,00
46	SALSA -MAÇO	CEASA	80	6,5000000	520,00
47	TOMATE - TAMANHO MÉDIO, FRESCO, CASCA COLORAÇÃO VERMELHA, LISA,SEM AMASSADOS E PARTES APODRECIDAS. GRAU DE AMADURECIMENTO IDEAL PARA CONSUMO.	CEASA	2800	5,9800000	16744,00
48	TOMATE CEREJA - FRESCO, CASCA COLORAÇÃO VERMELHA, LISA, SEM AMASSADOS E PARTES APODRECIDAS. BANDEJA COM 250G.	CEASA	20	12,7300000	254,60
49	UVA - DEVE SER DOCE E SUCULENTA, FIRME E ESTAR BEM PRESA AO CACHO, NOVA E DE 1QUALIDADE, NÃO DEVE ESTAR MURCHA OU DESPENCANDO.	CEASA	180	24,9400000	4489,20
50	VARGEM- FRESCA, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA ISENTA DE MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE	CEASA	150	15,5900000	2338,50

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ou sitio oficial do município, conforme legislação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP, e/ou sitio eletrônico do órgão gerenciador, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Cachoeira Dourada-MG, 04 de agosto de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito
Contratante

ALIMED DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 45.298.480/0001-57
Contratada

TESTEMUNHA 1:_____

TESTEMUNHA 2:_____

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:0B90B56E

ASSESSORIA DE LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 206/2026.

Processo Administrativo n° 043/2026
Pregão Eletrônico 018/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 206/2026.

O Município de Cachoeira Dourada-MG, inscrito no CNPJ sob o número 18.457.267/0001-78 com sede no(a) Avenida das Nações, nº 400, Centro, na cidade de Cachoeira Dourada /Estado Minas Gerais, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Municipal Aleandro Francisco da Silva, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Cinco, nº 28, Centro, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 018/2026, publicada no dia 08/07/2026, processo administrativo n.º 043/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PESSOA JURÍDICA) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, DESTINADOS À DOAÇÃO AOS ALUNOS DO BERÇARIO AO II PERIODO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS E AOS ALUNOS DO 1º AO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA EDILEUZA BATISTA DE AQUINO, especificado(s) no(s) item(ns) 1.2 do Termo de Referência, anexo *I do edital de Licitação nº 018/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	INOVACAO METALURGIA COMUNICACAO E SERVICOS LTDA **E-mail**: comunicacao.inovacao1@gmail.com **Telefone**: (64) 9255-8258 **Whatsapp**: (64) 99255-8258 **CNPJ/CPF**: 34.801.319/0002-19 **Tipo**: Empresas de Pequeno Porte **Cep**: 38390-000 **Endereço**: RUA FAUSTO DIVINO RIBEIRO N° : 97 **Cidade**: Centralina **Estado**: Minas Gerais

Lote	Item	Unid	Qtde	Descrição	Valor Unit	Valor Global
01	1	SV	500,00	CONFECÇÃO DE UNIFORMES CAMISETA CONFECCIONADA EM MALHA 100% ALGODÃO OU POLIVISCOSE DE BOA QUALIDADE, E CONFORTO TÉRMICO, RESISTENTE AO USO CONTÍNUO, MODELO COM GOLA REDONDA (CARECA) E MANGA CURTA, COSTURAS REFORÇADAS, ACABAMENTO ADEQUADO PARA USO ESCOLAR E ESPORTIVO, TAMANHO DO P AO GG, IMPRESSÃO EM SILK SCREEN, SUBLIMAÇÃO OU TÉCNICA EQUIVALENTE DE ALTA QUALIDADE, GARANTINDO BOA FIXAÇÃO E RESISTENCIA DA ESTAMPA, ARTE CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO CORRESPONDENTE, LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POSSIBILIDADE DE VARIAÇÃO DE CORES CONFORME PROJETOOBSERVAÇÃO: TAMANHO A DEFINIR.	41,9000000	20950,00
	2	SV	99,00	CONFECÇÃO DE UNIFORMES-CAMISETA EM MALHA PV ANTIPILLING, (67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE), MANGA CAVADA. INFANTIL (TAMANHO 1 AO 6), NA COR VERDE BANDEIRA. MODELO GOLA CARECA COM ACABAMENTO EM RIBANA, COSTURAS REFORÇADAS E ACABAMENTO DE QUALIDADE. DEVERÁ POSSUIR IMPRENSSÃO EM SILK SCREEN, LOCALIZADA NA FRENTE, (LADO ESQUERDO) E COSTAS, CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE. OBSERVAÇÃO: TAMANHO A DEFINIR.	42,9000000	4247,10
	3	SV	99,00	CONFECÇÃO DE UNIFORMES-CAMISETA EM MALHA PV ANTIPILLING, (67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE), MANGA CURTA. INFANTIL, (TAMANHO 1 AO 6), NA COR VERDE BANDEIRA. MODELO COM GOLA CARECA COM ACABAMENTO EM RIBANA, COSTURAS REFORÇADAS E ACABAMENTO DE QUALIDADE. DEVERÁ POSSUIR IMPRENSSÃO EM SILK SCREEN, LOCALIZADA EM FRENTE, (LADO ESQUERDO) E COSTAS, CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE. OBSERVAÇÃO: TAMANHO A DEFINIR.	40,5000000	4009,50
	4	SV	198,00	CONFECÇÃO DE UNIFORMES-SHORT CONFECCIONADO EM MALHA HELANCA (100% POLIESTER OU POLIAMIDA), MASCULINO NA COR AZUL MARINHO, COSTURAS REFORÇADAS, BAINHA SIMPLES, COM CÓS ELÁSTICO EMBUTIDO. POSSUIR IMPRENSSÃO EM SILK SCREEN, LOCALIZADA NA FRENTE, (LADO ESQUERDO), CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE. OBSERVAÇÃO: TAMANHO A DEFINIR.	46,9000000	9286,20
	5	SV	198,00	CONFECÇÃO DE UNIFORMES-SHORT SAIA INFANTIL FEMININO, COMPOSTA POR SHORT INTERNO E EMBUTIDO E SOBREPOSIÇÃO EXTERNA EM FORMATO DE SAIA. MALHA HELANCA (100% POLIESTER), NA COR AZUL MARINHO MODELAGEM LEVEMENTE RETA, CÓS EM ELASTICO EMBUTIDO, COSTURAS REFORÇADAS. POSSUIR IMPRENSSÃO EM SILK SCREEN LOCALIZADA NA FRENTE, (LADO ESQUERDO), CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE. OBSERVAÇÃO: TAMANHO A DEFINIR.	46,9000000	9286,20
	6	SV	249,00	CONFECÇÃO DE UNIFORMESCAMISETA EM MALHA PV ANTIPILLING, (67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE), MANGA CAVADA. INFANTO JUVENIL(TAMANHO 6 AO 15), NA CORVERDE ESCURO. MODELO COM GOLA CARECA COM ACABAMENTO EM RIBANA, COSTURAS REFORÇADAS E ACABAMENTO DE QUALIDADE. DEVERÁ POSSUIR IMPRENSSÃO EM SILK SCREEN, LOCALIZADA NA FRENTE, LADO ESQUERDO E COSTAS, CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE.OBSERVAÇÃO: TAMANHO A DEFINIR.	42,6000000	10607,40
	7	SV	249,00	CONFECÇÃO DE UNIFORMESCAMISETA EM MALHA PV ANTIPILLING, (67% POLIÉSTER E 33% VISCOSE),MANGA CURTA. INFANTO JUVENIL(TAMANHO 6 AO 15), NA COR VERDE ESCURO. MODELO COM GOLA CARECA COM ACABAMENTO EM	42,6000000	10607,40

				RIBANA, COSTURAS REFORÇADAS E ACABAMENTO DE QUALIDADE. DEVERÁ POSSUIR IMPRENSSÃO EM SILK SCREEN, LOCALIZADA NA FRENTE, LADO ESQUERDO E COSTAS, CONFORME LAYOUT A SER FORNECIDO PELA CONTRATANTE.OBSERVAÇÃO: TAMANHO A DEFINIR.		

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ou sitio oficial do município, conforme legislação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP, e/ou sitio eletrônico do órgão gerenciador, e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.
DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Cachoeira Dourada-MG, 18 de agosto de 2026.

ALEANDRO FRANCISCO DA SILVA
Prefeito
Contratante

INOVACAO METALURGIA COMUNICACAO E SERVICOS LTDA
CNPJ: 34.801.319/0002-19
Contratada

TESTEMUNHA 1:_____

TESTEMUNHA 2:_____

Publicado por:
Lissia Gonçalves de Aquino Carvalho
Código Identificador:828ED7E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 006/2026 DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DOS REQUERIMENTOS DE AJUDA DE CUSTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSA DE ESTUDOS – PROMUBE DO 2º SEMESTRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 006/2026

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DOS REQUERIMENTOS DE AJUDA DE CUSTO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE BOLSA DE ESTUDOS – PROMUBE DO 2º SEMESTRE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CACHOEIRA DOURADA MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelas Leis Municipais vigentes que institui e regulamenta o Programa Municipal de Bolsa de Estudos – PROMUBE,
CONSIDERANDO a análise procedida pela Comissão designada pela Portaria nº 03 de 27 de Janeiro de 2025;
CONSIDERANDO a análise documental dos requerentes realizada pela Comissão competente;
CONSIDERANDO o princípio da publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal;

RESOLVE:
Art. 1º Homologar o resultado da análise dos requerimentos do 2º semestre do ano de 2026 em conformidade com a análise realizada pela Comissão responsável pelo Programa Municipal de Bolsa de Estudos – PROMUBE, segue a relação nominal dos alunos que protocolaram requerimento de ajuda de custo para custeio de bolsa de estudos, declarando **DEFERIDOS/INDEFERIDOS** os pedidos dos seguintes alunos:

N°	ALUNO(A)	CURSO	INSTITUIÇÃO	VALOR	SITUAÇÃO
001/2026	YASMIM Mª SANTOS SILVA	ENFERMAGEM	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
002/2026	MARCELA S. M. ARAUJO	MEDICINA	UNIRV	R$898,11	**DEFERIDO**
003/2026	EDUARDA C. F. BERNARDES	DIREITO	UNITRI	R$500,00	**DEFERIDO**
004/2026	PABLO LUCAS FERNANDES	MEDICINA V.	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
005/2026	DANIELA FLORIANO SILVA	FISIOTERAPIA	UNIUBE	R$449,00	**DEFERIDO**
006/2026	CAUANA NUNES F. DA SILVA	BIOMEDICINA	UNIUBE	R$221,18	**DEFERIDO**
007/2026	JULIANA MAIRY S. LUNGUIM	FISIOTERAPIA	UNUIBE	R$449,00	**DEFERIDO**
008/2026	YASMIM ASSIS TEODORO	DIREITO	UNIUBE	R$751,33	**DEFERIDO**
009/2026	EDUARDA S. DE OLIVEIRA	FONOAUDIOLOGIA	UNIUBE	R$742,76	**DEFERIDO**
010/2026	ALEXANDRE J. B. ARAUJO	EDUCAÇÃO FISICA	UNIUBE	R$299,00	**DEFERIDO**
011/2026	ANA BEATRIZ DE S. SILVA	DIREITO	UNIUBE	R$450,80	**DEFERIDO**
012/2026	JOÃO PEDRO P. FERREIRA	CIÊNCIAS C.	UNIASSELVI	R$166,93	**DEFERIDO**
013/2026	GETULIO FRAGUER D. FILHO	MEDICINA	UNICERRA.	R$898,11	**DEFERIDO**

014/2026	LUCAS S. MAGALHÂES SILVA	EDUCAÇÃO FISICA	UNOPAR	R$136,36	**DEFERIDO**
015/2026	LAIS MARIS DA CRUZ	ODONTOLOGIA	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
016/2026	EDUARDO F. MACHADO	ENFERMAGEM	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
017/2026	PEDRO HENRIQUE S. MAIA	BIOMEDICINA	ANHANG.	R$730,14	**DEFERIDO**
018/2026	LARYSSA LAIS NUNES BRITO	ENFERMAGEM	STA CASSIA	R$680,00	**DEFERIDO**
019/2026	THAIS ALVES DOS SANTOS	FARMÁCIA	UNIUBE	R$515,20	**DEFERIDO**
020/2026	TAYNA STEFANI C. FERREIRA	BIOMEDICINA	UNITRI	R$657,57	**DEFERIDO**
021/2026	Mª STEFANI SILVA BRITO	DIREITO	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
022/2026	KAYLANE H. S. FERNANDES	PSICOLOGIA	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
023/2026	KALLEBH R. BARROS	DIREITO	UNIUBE	R$515,20	**DEFERIDO**
024/2026	JOÃO PEDRO R. M. BATISTA	DIREITO	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
025/2026	YASMIM TAKEMOTO SILVA	MEDICINA	UNIRV	R$898,11	**DEFERIDO**
026/2026	ALICIA ESTEFANI F. PEREIRA	ARQ. URBANISMO	ESAMC	R$543,24	**DEFERIDO**
027/2026	DERIQUI APª S. PEREIRA	ODONTOLOGIA	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
028/2026	ANA PAULA A. MARQUES	DIREITO	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
029/2026	ISAQUE S. BERNARDO	CIÊNCIAS C.	UNIUBE	R$199,00	**DEFERIDO**
030/2026	RAQUEL VITORIA P. BORGES	PSICOLOGIA	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
031/2026	JULIA MOURA RAMOS	P. PROPAGANDA	ESAMC	R$539,61	**DEFERIDO**
032/2026	LUCAS JULIEL S. DE OLIVEIRA	DIREITO	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
033/2026	PAULO RICARDO DE LIMA	C. CONTABEIS	UNIUBE	R$199,00	**DEFERIDO**
034/2026	AUGUSTO C. S. GONÇALVES	FISIOTERAPIA	UNIUBE	R$449,00	**DEFERIDO**
035/2026	MATEUS LISBOA DA SILVA	C. CONTABEIS	UNIUBE	R$149,40	**DEFERIDO**
036/2026	LINEU B. COELHO	ANÁLISE EDESENVOLVIMENTO SISTEMA	UNIUBE	R$119,40	**DEFERIDO**
037/2026	DIONY L. S. JUNIOR	ENGENHARIA MECÂNICA	UNA	R$514,15	**DEFERIDO**
038/2026	MELISSA SOUZA SANTOS	MED.VETERINARIA	UNIUBE	R$799,00	**DEFERIDO**
039/2026	JULIO C. S. OLIVEIRA	ED. FISICA	UNINTER	R$144,19	**DEFERIDO**
040/2026	Mª JULIA XAVIER B. COELHO	AGRONOMIA	UNIUBE	R$499,00	**DEFERIDO**
041/2026	JULIANA DANTAS MACEDO	ODONTOLOGIA	UNITRI	R$898,11	**DEFERIDO**
042/2026	ANA CLARA S RODRIGUES	BIOMEDICINA	UNIUBE	R$449,00	**DEFERIDO**
043/2026	JHENNIFE SOUZA L. DE LIMA	FISIOTERAPIA	UNIUBE	R$449,00	**DEFERIDO**
044/2026	STEPHANY O. P. C. SILVA	DIREITO	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
045/2026	ANA CLARA SOUZA MARTINS	M.VETERINARIA	UNIUBE	R$799,00	**DEFERIDO**
046/2026	ALEF SANTOS SILVA	AGRONOMIA	UNIUBE	R$499,00	**DEFERIDO**
047/2026	LUCAS DE MELO AZAMBUJA	DIRETO	UNIUBE	R$450,80	**DEFERIDO**
048/2026	KARINE ROCHA DANTAS	PEDAGOGIA	UNOPAR	R$156,80	**DEFERIDO**
049/2026	ALEX DE SOUZA FILHO	FISIOTERAPIA	UNIUBE	R$449,00	**DEFERIDO**
050/2026	TAYNA FERNANDES SANTOS	FISIOTERAPIA	UNIUBE	R$449,00	**DEFERIDO**
051/2026	JULIA VITORIA M. DA SILVA	DIREITO	UNIUBE	R$772,80	**DEFERIDO**
052/2026	RAICA SOUZA DE ARAUJO	NUTRIÇÃO	UNIUBE	R$781,39	**DEFERIDO**
053/2026	LUKA P. DOS R. FERNANDES	FISIOTERAPIA	UNIUBE	R$449,00	**DEFERIDO**
054/2026	VINICIUS FERREIRA SILVA	FISIOTERAPIA	UNIUBE	R$449,00	**DEFERIDO**
055/2026	GABRIELA E. L. STORT	ODONTOLOGIA	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
056/2026	MELISSA FERNANDES LIMA	NUTRIÇÃO	UNIUBE	R$781,39	**DEFERIDO**
057/2026	FABIANO FERREIRA FILHO	TERAPIA OCUPACIONAL	UNIASSELVI	R$179,66	**DEFERIDO**
058/2026	GUSTAVO LÁZARO SILVEIRA	DIREITO	UNIUBE	R$898,11	**DEFERIDO**
059/2026	MARIA EDUARDA SANTOS LUZ	TERAPIA OCUPACIONAL	FAC INTEGRADAS	R$650,00	**DEFERIDO**
060/2026	MATHEUS VICTOR S. CARVALHO	DESENVOLVIMENTO FULL STACK	ESTACIO	R$154,14	**DEFERIDO**
061/2026	VÁLERIA MARTINS VICENTE	MEDICINA VETERINÁRIA	UNIUBE	R$772,80	**DEFERIDO**
062/2026	EMANUEL SOARES STORTI	CIÊNCIAS CONTABEIS	UNOPAR	R$135,12	**DEFERIDO**

Art. 2º A concessão da ajuda de custo observará os critérios estabelecidos na legislação vigente: ficando condicionada à manutenção dos requisitos legais pelos beneficiários e à disponibilidade orçamentária e financeira do município
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cachoeira Dourada -MG 24 de agosto de 2026.

MARIA APARECIDA DE SOUZA ARAÚJO
Secretária Municipal de Educação

Em conformidade com a análise realizada pela Comissão responsável pelo Programa Municipal de Bolsa de Estudos – PROMUBE, segue a relação nominal dos alunos que protocolaram requerimento de ajuda de custo para custeio de bolsa de estudos:

Publicado por:
Maria Aparecida de Souza Araújo
Código Identificador:7BBE2D31

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2026 - PROCESSO Nº 101/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 0201/2026

MUNICÍPIO DA CAMPANHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.174/0001-42, com sede administrativa na Rua Dr. Brandão, n° 59, bairro Centro em Campanha/MG, CEP – 37.400-000, através de seu Prefeito Municipal, senhor Lázaro Roberto da Silva, inscrito no CPF sob o nº 681.***.***-**, doravante denominado **GERENCIADOR**, nos termos do que dispõem a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Municipal nº 7.664/2023, face ao resultado obtido no **Processo Licitatório nº 101/2026 – Dispensa nº 023/2026** resolve formalizar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com a empresa: CASA DO EXTINTOR LAMBARI EPIS E EPCS LTDA, doravante denominada **DETENTORA** DA ATA, CNPJ nº 32.542.998/0001-42, com sede na Rua Maria Fabregas 192 letra A Sertãozinho – Lambari - MG, neste ato, representada por Vasni dos Santos Junior , consoante as seguintes cláusulas e condições:

1 - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na locação, instalação, manutenção durante a realização dos eventos e retirada de extintores, placas de sinalização, luminárias de emergência e demais equipamentos de prevenção e combate a incêndio, destinados ao atendimento dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

1.1 - conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência (Anexo I do Edital) e da proposta da DETENTORA DA ATA, para atender às demandas dos órgãos participantes indicados no item 2 desta Ata de Registro de Preços.

1.2 – A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmar contratações com a DETENTORA DA ATA ou a contratar a totalidade dos serviços registrados, sendo-lhes facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada à DETENTORA DA ATA a preferência em igualdades de condições.

2 – DOS PARTICIPANTES E DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

2.1 – Figura(m) como PARTICIPANTE(S) da presente Ata de Registro de Preços os seguintes órgãos e entidades administrativas, com os quantitativos estimados abaixo definidos:

Participantes	Quantidade
Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	

2.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

3 - DO PREÇO

3.1 - A **DETENTORA DA ATA** se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrados, de acordo com os seguintes preços:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quant.	Preço unitário	Valor total por item
10380	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO SECO	UN	100,0000	240,0000	24.000,00
14933	LOCAÇAO FITA ADESIVA "OBSTÁCULO 01"	UN	12,0000	60,0000	720,00
14937	LOCAÇAO LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA DE 30 LEDS - 100 LÚMENS	UN	100,0000	30,0000	3.000,00
15227	PLACA DE SINALIZAÇAO "EXTINTOR DE INCÊNCIO E5"	UN	120,0000	20,0000	2.400,00
15221	PLACA DE SINALIZAÇAO "SAÍDA DE EMERGÊNCIA S2" (DIRÇÃO: DIREITA)	UN	64,0000	35,0000	2.240,00
15222	PLACA DE SINALIZAÇAO "SAÍDA DE EMERGÊNCIA S2" (DIRÇÃO: ESQUERDA)	UN	52,0000	35,0000	1.820,00
16009	PLACA DE SINALIZAÇÃO “CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO A5”.	UN	4,0000	20,0000	80,00
16007	PLACA DE SINALIZAÇÃO “ESCADA DE EMERGÊNCIA S8".	UN	8,0000	20,0000	160,00
16013	PLACA DE SINALIZAÇÃO “INDICAÇÃO DA LOTAÇÃO MÁXIMA ADMITIDA NO RECINTO DE REUNIÃO DE PÚBLICO M2”.	UN	12,0000	25,0000	300,00
16011	PLACA DE SINALIZAÇÃO “PROIBIDO FUMAR P1”.	UN	4,0000	20,0000	80,00
16012	PLACA DE SINALIZAÇÃO “PROIBIDO PRODUZIR CHAMA P2”.	UN	4,0000	20,0000	80,00
16008	PLACA DE SINALIZAÇÃO “SAÍDA DE EMERGÊNCIA S12".	UN	32,0000	20,0000	640,00
16014	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO M1. INDICAÇÃO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO.	UN	4,0000	50,0000	200,00
15235	SUPORTE PARA EXTINTOR BASE DE CHÃO	UN	100,0000	60,0000	6.000,00
Total					R$ 41.720,00

3.2 - Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

4 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

4.1 – O prazo de vigência da Ata será de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, se houver saldo disponível, nos termos do art. 84 da lei 14.133/21.

4.2 - A prorrogação fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

5 - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

5.1 - O preço registrado nesta Ata, exceto quando se tratar de situação de revisão, somente poderá ser alterado nos casos de prorrogação da ata de registro de preços, ocasião em que haverá o **REAJUSTE** com base no IPCA acumulado.

6 - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E LIBERAÇÃO DO COMPROMISSO DA ATA

6.1 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA DA ATA para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1 – A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.1. implicará o **cancelamento parcial ou integral** do registro de preços e a liberação da DETENTORA DA ATA, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 10 do Decreto Municipal nº 7.664/2023.

6.2 – Quando o preço registrado se tornar superior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o GERENCIADOR convocará a DETENTORA para proceder à redução dos preços de acordo com os novos encargos.

6.2.1 – A recusa da DETENTORA DA ATA em reduzir seus preços na forma prevista no item 6.2 implicará o cancelamento parcial ou integral do registro de preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

6.3 - Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à DETENTORA DA ATA requerer a revisão dos valores, desde que atendidos os seguintes requisitos:
Comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis;
Demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos, memória de cálculo e/ou documentação comprobatória correlata, de que os preços registrados estão desatualizados e se tornaram inviáveis.
6.3.1 – O GERENCIADOR decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.
6.3.2 – Durante o período de análise do pedido, o GERENCIADOR, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata de Registro de Preços.
6.3.3 - Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no item 6.3, a DENTENTORA DA ATA fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do registro de preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.
6.3.4 - Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a DETENTORA DA ATA não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a DETENTORA DA ATA liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.
6.4 – Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo.
6.5 – A revisão dos preços registrados em Ata será aplicada automaticamente aos contratos dela decorrentes.

7 - DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.1 – A DETENTORA DA ATA está obrigada a celebrar as contratações que dela poderão advir, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.
7.2 – As contratações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante a assinatura de termo de contrato.
7.3 – A DETENTORA DA ATA será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 0**5 (cinco) dias úteis** a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.
7.4 – O prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da DETENTORA DA ATA antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pela Administração.
7.5 – O não comparecimento ou a recusa injustificada da DETENTORA DA ATA em assinar o contrato ou retirar a ordem de fornecimento no prazo assinalado enseja o cancelamento do registro de preços e a aplicação das penalidades.
7.6 – Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da **DETENTORA DA ATA** perante o Portal Nacional de Contratações Públicas (quando a funcionalidade estiver apta), o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e verificar a validade dos documentos de habitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
7.6.1 – Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a **DETENTORA DA ATA** será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do registro de preços.
7.7 - Nas hipóteses do item 7.5 e 7.6, o **GERENCIADOR** poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º da Lei 14.133, de 2021.

8 - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

8.1 – O ÓRGÃO GERENCIADOR deverá:
8.1.1 - Assinar, gerenciar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços;
8.1.2 – Divulgar a Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Sistema e no Portal Nacional de Contratações Públicas;
8.1.3 - Autorizar e gerenciar pedidos de consumo dos órgãos participantes e pedidos de adesão dos não participantes;
8.1.4 – Observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos participantes e não participantes;
8.1.5 - Remanejar os quantitativos da Ata, quando cabível;
8.1.6 – Analisar pedidos de reajuste e revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
8.1.7 – Instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
8.1.8 – Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da Ata, quando cabível;
8.1.9 – Convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do registro de preços;

9 - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1 – A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a:
9.1.1 – Manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
9.1.2 – Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;
9.1.3 – Assinar os contratos ou retirar as ordens de fornecimento decorrentes desta Ata da Registro de Preços no prazo assinalado.
9.1.4 – Prestar as informações solicitadas pelo **GERENCIADOR**, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação.
9.1.5 - Designar preposto para representá-la perante o **GERENCIADOR**, sempre que for necessário.

10 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado NÃO PARTICIPANTE, mediante anuência do GERENCIADOR, atendidas as condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 4, X do Decreto Municipal nº 7.664/2023.
10.2 - Cada órgão ou entidade NÃO PARTICIPANTE poderá aderir a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

10.3 – A soma de todas as adesões por NÃO PARTICIPANTES não poderá exceder ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
10.4 – A adesão do NÃO PARTICIPANTE requer anuência do GERENCIADOR e da DETENTORA DA ATA e será autorizada desde que não haja prejuízo para as obrigações decorrentes desta Ata.
10.5 - A adesão deverá seguir as condições previstas no Edital e seus anexos.

11 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – O registro de preços da DETENTORA DA ATA será cancelado quando esta:
11.1.1 – Descumprir as condições nela previstas;
11.1.2 - Não assinar contrato ou instrumento equivalente, cumprir com nota de empenho ou autorização de fornecimento no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
11.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
11.1.4 – Tiver sua falência decretada ou for dissolvida;
11.1.5 - Sofrer penalidade administrativa que impeça sua contratação no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município da Campanha, salvo se a sanção não ultrapassar o prazo de vigência desta Ata e não for o GERENCIADOR o responsável por sua aplicação, hipótese em que o registro de preços poderá ser mantido pelo prazo remanescente, após cumprida a penalidade, mediante decisão fundamentada do GERENCIADOR.
11.2 - A Ata de Registro de Preços será cancelada também por razões de interesse público ou em decorrência de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento das obrigações definidas nesta Ata de Registro de Preços, devidamente comprovados e justificados.
11.3 - Será assegurado o contraditório e a ampla defesa antes do cancelamento do registro de preços.

12 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa a **DETENTORA DA ATA** que:
12.1.1 – não retirar a ordem de fornecimento ou não assinar o contrato decorrentes desta Ata dentro do prazo estipulado;
12.1.2 – recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata;
12.1.3 - recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.
12.2 – A **penalidade de multa** será aplicada de acordo com as seguintes regras:
12.2.1 – multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
12.2.2 – multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços
12.3 - Além da multa aplicada, é aplicável a penalidade de **Impedimento de licitar e contratar** com o Município da Campanha, nos seguintes casos e condições:
12.3.1 – recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública;
12.4 – Na fixação da dosimetria das sanções previstas nesta Ata, serão observados os mesmos critérios e diretrizes fixados no edital da licitação.
12.5 – A aplicação das sanções deverá ser precedida de processo administrativo, garantidos os princípios da ampla defesa e contraditório.

13 - DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Esta Ata de Registro de Preço será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no Sistema como condição de sua eficácia, devendo a sua divulgação ser mantida durante toda a vigência.

14 - DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca da Campanha para os litígios decorrentes deste instrumento.

Campanha, 24 de Agosto de 2026

LÁZARO ROBERTO DA SILVA
Município da Campanha
Órgão Gerenciador

CASA DO EXTINTOR LAMBARI EPIS E EPCS LTDA
CNPJ nº 32.542.998/0001-42
Detentora Da Ata

Publicado por:
Márcia Cristina Silva Borges
Código Identificador:9ACB7605

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 309/2026 - PROCESSO Nº 101/2026

A Prefeitura Municipal da Campanha – MG, CNPJ N° 18.712.174/0001-42. Torna Público o extrato do termo de contrato nº 309/2026 referente ao Processo nº 0101 /2026- Dispensa nº 23/2026 - Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na locação, instalação, manutenção durante a realização dos eventos e retirada de extintores, placas de sinalização, luminárias de emergência e demais equipamentos de prevenção e combate a incêndio, destinados ao atendimento dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Valor R$ 12.485,00

Item	Código	Descrição	Und.	Quant.	Vl Unit.	Vl Total
1	10380	EXTINTOR DE PÓ QUÍMICO SECO	UN	30	240.00	7.200.00
2	14933	LOCAÇAO FITA ADESIVA "OBSTÁCULO 01"	UN	2	60.00	120.00
3	14937	LOCAÇAO LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA DE 30 LEDS - 100 LÚMENS	UN	30	30.00	900.00

4	15227	PLACA DE SINALIZAÇAO "EXTINTOR DE INCÊNCIO E5"	UN	30	20.00	600.00
5	15221	PLACA DE SINALIZAÇAO "SAÍDA DE EMERGÊNCIA S2" (DIRÇÃO: DIREITA)	UN	20	35.00	700.00
6	15222	PLACA DE SINALIZAÇAO "SAÍDA DE EMERGÊNCIA S2" (DIRÇÃO: ESQUERDA)	UN	20	35.00	700.00
13	16014	PLACA DE SINALIZAÇÃO TIPO M1. INDICAÇÃO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO.	UN	1	50.00	50.00
7	16009	PLACA DE SINALIZAÇÃO “CUIDADO, RISCO DE CHOQUE ELÉTRICO A5”.	UN	2	20.00	40.00
8	16007	PLACA DE SINALIZAÇÃO “ESCADA DE EMERGÊNCIA S8".	UN	3	20.00	60.00
9	16013	PLACA DE SINALIZAÇÃO “INDICAÇÃO DA LOTAÇÃO MÁXIMA ADMITIDA NO RECINTO DE REUNIÃO DE PÚBLICO M2”.	UN	3	25.00	75.00
10	16011	PLACA DE SINALIZAÇÃO “PROIBIDO FUMAR P1”.	UN	1	20.00	20.00
11	16012	PLACA DE SINALIZAÇÃO “PROIBIDO PRODUZIR CHAMA P2”.	UN	1	20.00	20.00
12	16008	PLACA DE SINALIZAÇÃO “SAÍDA DE EMERGÊNCIA S12".	UN	10	20.00	200.00
14	15235	SUPORTE PARA EXTINTOR BASE DE CHÃO	UN	30	60.00	1.800.00

Vigência: 12 meses.

Campanha, 24 de Agosto de 2026

MÁRCIA CRISTINA S. BORGES
Chefe do Setor de Compras

Publicado por:
Márcia Cristina Silva Borges
Código Identificador:E1A9A2B3

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CONQUISTA

PROCURADORIA JURÍDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2026

CONTRATANTE**: MUNICÍPIO DE CONQUISTA**
FORNECEDOR: **COFARMINAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, ALFALAGOS LTDA, CIRURGICA UNIÃO LTDA, CONECTA MEDIC LTDA, M.E.V ATACADO VAREJO E SERVIÇOS LTDA, NK MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ASHER EMPRESARIAL LTDA, WTRADE INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA, D C R SANTOS LTDA, TEREZINHA INADA DE OLIVEIRA IGARAPAVA, CIRURGICA OLIMPIO LTDA, DELTA SHOP DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALERS LTDA, PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPOITALRES LTDA, CIRURGICA CLARA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, GTMED IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, PONTO COM PRODUTOS HOSPITALRES LTDA, OLEAK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, PULSOMED BRASIL LTDA, MULTIMEDIC COMERCIAL LTDA, STERIS SOLUTIONS DO BRASIL IMPORTAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA SAÚDE LTDA, RS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, SIRIO PHARMA LTDA, SUTCARE LTDA, MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, MEDSET SOLUÇÕES PARA SAÚDE LTDA, J MACEDO OLIVEIRA, RESILIE IMPORTS E EXPORT, CIRURGICA SAO FELIPE, ENDOIMPORTS MEDICAL LTDA, ETIQUETAS RECIFE LTDA, INDUPLASTIL – INDUSTRIA DE PLASTICOS ITUIUTABA LTDA e VERTICE MEDICAMENTOS LTDA**

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL aquisição de materiais de consumo, limpeza, higiene hospitalar e insumos destinados às Unidades Básicas de Saúde e demais unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Conquista/MG, com a finalidade de suprir as necessidades operacionais e a demanda contínua dos serviços de saúde, garantindo a adequada manutenção das atividades, a segurança sanitária dos ambientes e a qualidade dos atendimentos prestados à população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). .** conforme especificações do Termo e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas em primeiro lugar por item, conforme consta nos autos do Processo nº 096/2026.

- Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) produtos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições

VALOR: Os preços registrados, a especificação dos produtos, visando o MENOR PREÇO POR ITEM, os quantitativos, marcas, empresa(s) fornecedora(s) e representante legal, em ordem de classificação das propostas por item, constarão do quadro abaixo:

COFARMINAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ABAIXADOR DE LINGUA:ABAIXADOR DE LINGUA: ESPATULA DE MADEIRA, DESCARTAVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS, SUPERFICIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSAO, SEM RANHURAS. MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,5 CM DE LARGURA E 14 CM DE COMPRIMENTO. PACOTE COM 100 UNIDADES	PC	800	ESTILO	R$ 4,20	R$ 3.360,00
16	ALGODAO HIDROFILO, PACOTE COM 500 GR:COM 30 CENTIMETROS DE LARGURA, BRANCO, PURO, ACONDICIONADO EM ROLO COM CAMADA CONTINUA, SOBRE PAPEL APROPRIADO, O ROLO DEVE RECEBER SEGUNDO ENVOLTORIO PARA COMPLETA PROTECAO DO MATERIAL.	PC	500	FAROL	R$ 11,80	R$ 5.900,00

18	AMBU COM RESERVATORIO NEONATAL:BALAO DO RESSUSCITADOR COM ALCA, TAMANHO NEONATAL (250ML),VALVULA POP-OFF, CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, MASCARA EM SILICONE, RESERVATORIO EM PVC, EXTENSOR PARA OXIGENIO 2 METROS.	UN	20	FARMATEX	R$ 115,00	R$ 2.300,00
19	AMBU COM RESERVATORIO ADULTO:BALAO DO RESSUSCITADOR COM ALCA, TAMANHO ADULTO(1.600ML),VALVULA POP-OFF, CONFECCIONADA EM POLICARBONATO,MASCARA EM SILICONE, RESERVATORIO EM PVC, EXTENSOR PARA OXIGENIO 2 METROS 10,00 111,99 5,00 UN.	UN	20	FARMATEX	R$ 104,00	R$ 2.080,00
20	AMBU COM RESERVATORIO PEDIATRICO:BALAO DO RESSUSCITADOR COM ALCA, TAMANHO INFANTIL (500ML),VALVULA POP-OFF, CONFECCIONADA EM POLICARBONATO,MASCARA EM SILICONE, RESERVATORIO EM PVC, EXTENSOR PARA OXIGENIO 2 METROS	UN	20	FARMATEX	R$ 115,00	R$ 2.300,00
21	ATADURA 10:COMPRIMENTO: 1,80M, 100 PURO ALGODAO: FORMATO: ROLO. MODELO: 13 FIOS TAMANHO: 10 CM X 1,8M. COMPOSICAO: TECIDO ALGODAO, POLIESTER E ELASTANO	UN	3.000	KASMED	R$ 0,45	R$ 1.350,00
22	ATADURA 12:COMPRIMENTO: 1,80M, 100 PURO ALGODAO: FORMATO: ROLO.MODELO: 13 FIOS TAMANHO: 12 CM X 1,8M. COMPOSICAO: TECIDO ALGODAO, POLIESTER E ELASTANO	UN	3.000	ANAPOLIS	R$ 0,48	R$ 1.440,00
43	BROMETO DE IPRATROPIO 0,25 MG	FR	300	PRATI	R$ 1,24	R$ 372,00
53	CLAMP UMBILICAL:DISPOSITIVO ESTERIL, ATOXICO E DE USO UNICO, UTILIZADO PARA O CLAMPEAMENTO IMEDIATO OU TARDIO DO CORDAO UMBILICAL APOS O PARTO. POSSUI FORMATO EM V, DE CORPO UNICO, COM BORDAS ARREDONDAS E PARTE INTERNA DUPLAMENTE SERRILHADA, COM DESNIVEL E SISTEMA DE TRAVAMENTO DUPLO COM LACRE DEFINITIVO.	UN	200	WILTEX	R$ 0,30	R$ 60,00
57	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2 FRASCO DE 100ML:PRINCIPIO ATIVO: DIGLICONATO DE CLOREXIDINA A 2. FRASCO DE 100ML (ALMOTOLIA.	CX	500	RIOQUIMICA	R$ 3,00	R$ 1.500,00
65	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTE 3L:COMPOSICAO: PAPELAO ONDULADO (CAIXA EXTERNA E BANDEJA), PAPELAO COURO (CINTA LATERAL E FUNDO RIGIDO) E POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (SACOLA PARA REVESTIMENTO). COR: AMARELA, TRAVA DE SEGURANCAPARA FECHAMENTO APOS O USO.DESCARTAVEL: USO UNICO, NAO RECICLAVEL.TAMANHO:3 LITROS.DIMENSOES APROXIMADAS (C X L X A):139 X 122 X 205 MM.	UN	4000	FLEXPELL	R$ 2,00	R$ 8.000,00
71	COMPRESSA DE GAZE ESTERIL 13 FIOS 7,5CMX7,5CM(DOBRADA):100ALGODAO HIDROFILO, COR BRANCA. ISENTO DE AMIDO, ALVEJANTES OTICOS, CORANTES, E SUBSTANCIAS GORDUROSAS. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	PC	50.000	AMED	R$ 0,46	R$ 23.000,00
86	EQUIPO MACRO COM INJETOR:EQUIPO MACROGOTAS - CONTENDO INJETOR LATERAL COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE. TUBO FLEXIVEL E TRANSPARENTE EM PVC DE NO MINIMO 1,20M DE COMPRIMENTO, REGULADOR DE FLUXO (CLAMP E ROLETE) PARA CONTROLE DE FLUXO DE SEGURANCA, CONECTOR LUER MACHO UNIVERSAL COM PROTETOR. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICACAO, CODIGO, LOTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	1000	ABL	R$ 0,61	R$ 610,00
87	EQUIPO MACROGOTAS:CONTENDO INJETOR LATERAL COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE. TUBO FLEXIVEL E TRANSPARENTE EM PVC DE NO MINIMO 1,20M DE COMPRIMENTO, REGULADOR DE FLUXO (CLAMP E ROLETE) PARA CONTROLE DE FLUXO DE SEGURANCA, CONECTOR LUER MACHO UNIVERSAL COM PROTETOR. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICACAO, CODIGO, LOTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	30.000	ABL	R$ 0,61	R$ 18.300,00
96	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 0,5CM X 4,50 MT:EXTRA FLEXIVEL ROLO COM 0,5CM X 4,50MT	RL	500	CIEX	R$ 4,60	R$ 2.300,00
97	ESPARADRAPO 10CM X 4,5M:TECIDO 100 ALGODAO E RESINA ACRILICA. ADESIDO A BASE DE OXIDO DE ZINCO, BORRACHA NATURAL E RESINA. ADERENCIA E PROTECAO, RESISTENTE A AGUA, MATERIAL LEVE E CONFORTAVEL, FIXA CURATIVO E ATADURAS, IMPERMEAVEL, ALTA ADERENCIA, DURABILIDADE PROLONGADA, FACIL DE CORTAR, BOA FIXACAO EM CURATIVOS, USO HOSPITALAR, COR BRANCO.	UN	2000	MISSNER	R$ 7,80	R$ 15.600,00
98	ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CM X 4,5MT:EXTRA FLEXIVEL ROLO COM 10CM X 4,5MT	RL	500	CIEX	R$ 7,80	R$ 3.900,00
110	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 4-0:COM AGULHA 2,0 CM 3/8 CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	400	TECHNOFIO	R$ 24,60	R$ 9.840,00
111	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 5-0:COM AGULHA 2,0 CM 3/8 CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	400	TECHNOFIO	R$ 24,60	R$ 9.840,00
112	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 6-0:COM AGULHA 2,0 CM 3/8 CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	400	TECHNOFIO	R$ 25,60	R$ 10.240,00
113	FIO DE SUTURA NYLON:PRETO 2-0 COM AGULHA 2,0 CM 3/8 CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	400	TECHNOFIO	R$ 26,00	R$ 10.400,00
136	INDICADOR TESTE DE BOWIE E DICK:INDICADOR QUIMICO PRONTO PARA USO, DESENVOLVIDO PARA MONITORAMENTO DIARIO DE ESTERILIZADORES A VAPOR COM BOMBA DE VACUO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS ISO 11140-1:2014 (TIPO 2) E ISO 11140-4:2007. PARAMETROS CRITICOS DE PROCESSO:TEMPERATURA: 121oC TEMPO: 15 MINUTOS TEMPERATURA: 134-137C TEMPO: 3,5 MINUTOS COMPOSICAO:PACOTE DESAFIO COM FOLHAS BARREIRA INTERNAS (VARIAVEL DE ACORDO COM A GRAMATURA DO PAPEL), GARANTINDO DESEMPENHO CONFORME NORMA (EQUIVALENTE AO TESTE DE 7 KG DE BOWIE DICK). INCLUI 1 FOLHA BOWIE DICK INTERNA E INDICADOR DE PASSAGEM EXTERNO. PRODUTO LIVRE DE CHUMBO.	CX	5000	CLEAN TEST	R$ 6,39	R$ 31.950,00

148	KIT PAPANICOLAU COMPLETO DESCARTAVEL - TAM.G:COMPOSTO POR: 1 ESPECULO DESCARTAVEL MODELO COLLIN. 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CONICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLASTICA, COM 18 CM DE COMPRIMENTO. 1 ESPATULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19 CM DE COMPRIMENTO. 1 CAIXA PORTA-LAMINAS DE 2,8 CM X 8,4 CM. 1 LAMINA DE VIDRO DE 2,5 CM X 7,5 CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICACAO DO PACIENTE. 1 PAR DE LUVAS EM POLIESTIRENO DE ALTA DENSIDADE, TAMANHO UNICO. NAO ESTERIL: EMBALADO EM PAPEL MONOLUCIDO E FILME DE POLIETILENO/POLIPROPILENO.	KT	600	KOLPLAST	R$ 4,00	R$ 2.400,00
149	KIT PAPANICOLAU COMPLETO DESCARTAVEL- TAM. M:COMPOSTO POR: 1 ESPECULO DESCARTAVEL MODELO COLLIN. 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CONICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLASTICA, COM 18 CM DE COMPRIMENTO. 1 ESPATULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19 CM DE COMPRIMENTO. 1 CAIXA PORTA-LAMINAS DE 2,8 CM X 8,4 CM. 1 LAMINA DE VIDRO DE 2,5 CM X 7,5 CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICACAO DO PACIENTE. 1 PAR DE LUVAS EM POLIESTIRENO DE ALTA DENSIDADE, TAMANHO UNICO. NAO ESTERIL: EMBALADO EM PAPEL MONOLUCIDO E FILME DE POLIETILENO/POLIPROPILENO	KT	600	KOLPLAST	R$ 4,00	R$ 2.400,00
150	KIT PAPANICOLAU COMPLETO DESCARTAVEL-TAM.P:COMPOSTO POR: 1 ESPECULO DESCARTAVEL MODELO COLLIN. 1 ESCOVA CERVICAL, COM AS CERDAS NUM FORMATO LEVEMENTE CONICO, FABRICADA EM FIOS DE NYLON COM PONTA PROTEGIDA E HASTE PLASTICA, COM 18 CM DE COMPRIMENTO. 1 ESPATULA DE AYRE, FABRICADA EM MADEIRA DE 19 CM DE COMPRIMENTO. 1 CAIXA PORTA-LAMINAS DE 2,8 CM X 8,4 CM. 1 LAMINA DE VIDRO DE 2,5 CM X 7,5 CM E 1MM DE ESPESSURA, SENDO QUE APRESENTA UMA PEQUENA PARTE FOSCA PARA IDENTIFICACAO DO PACIENTE. 1 PAR DE LUVAS EM POLIESTIRENO DE ALTA DENSIDADE, TAMANHO UNICO. NAO ESTERIL: EMBALADO EM PAPEL MONOLUCIDO E FILME DE POLIETILENO/POLIPROPILENO	KT	600	KOLPLAST	R$ 3,72	R$ 2.232,00
158	LAMINA DE BISTURI No10:LAMINA CIRURGICA ESTERIL, DESCARTAVEL, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL DE ALTA QUALIDADE, COM FIO AFIADO E PRECISAO DE CORTE. INDICADA PARA INCISOES EM PROCEDIMENTOS CIRURGICOS. COMPATIVEL COM CABOS DE BISTURI PADRAO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, GARANTINDO ESTERILIDADE E SEGURANCA NO USO.	CX	200	DESCAR PACK	R$ 28,00	R$ 5.600,00
160	LAMINA DE BISTURI No12:LAMINA CIRURGICA ESTERIL, DESCARTAVEL, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL DE ALTA QUALIDADE, COM FIO AFIADO E PRECISAO DE CORTE. INDICADA PARA INCISOES EM PROCEDIMENTOS CIRURGICOS. COMPATIVEL COM CABOS DE BISTURI PADRAO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, GARANTINDO ESTERILIDADE E SEGURANCA NO USO.	CX	200	DESCAR PACK	R$ 27,90	R$ 5580,00
181	MALHA TUBULAR:ROLO DE MALHA TUBULAR E UM TECIDO TUBULAR ELASTICO,FEITO DE MATERIAL SINTETICO COMO O POLIESTER.15CM X 15M:.DESCARTAVEL, NAO ESTERIL E HIGIENICO.COMPOSTO POR TECIDO 100 ALGODAO.	UN	200	POLARFIX	R$ 15,40	R$ 3.080,00
183	MASCARA DE ALTO FLUXO 100 ADULTO:MASCARA PARA OXIGENOTERAPIA TIPO NAO REINALANTE (NRB), TAMANHO ADULTO, INDICADA PARA ADMINISTRACAO DE ALTAS CONCENTRACOES DE OXIGENIO (PROXIMO A 100). CONFECCIONADA EM PVC TRANSPARENTE, ATOXICO E MACIO, COM FORMATO ANATOMICO, PROPORCIONANDO CONFORTO AO PACIENTE. POSSUI BOLSA RESERVATORIA (RESERVATORIO DE O) COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 600 A 1000 ML E VALVULAS UNIDIRECIONAIS, QUE IMPEDEM A REINALACAO DO AR EXPIRADO E A ENTRADA DE AR AMBIENTE.	UN	300	FOYO MED	R$ 5,63	R$ 1.689,00
184	MASCARA DE ALTO FLUXO 100 INFANTIL:MASCARA PARA OXIGENOTERAPIA TIPO NAO REINALANTE (NRB), TAMANHO ADULTO, INDICADA PARA ADMINISTRACAO DE ALTAS CONCENTRACOES DE OXIGENIO (PROXIMO A 100). CONFECCIONADA EM PVC TRANSPARENTE, ATOXICO E MACIO, COM FORMATO ANATOMICO, PROPORCIONANDO CONFORTO AO PACIENTE. POSSUI BOLSA RESERVATORIA (RESERVATORIO DE O) COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 300 A 600 ML E VALVULAS UNIDIRECIONAIS, QUE IMPEDEM A REINALACAO DO AR EXPIRADO E A ENTRADA DE AR AMBIENTE.	UN	300	ADVANTIVE	R$ 4,83	R$ 1.449,00
185	MASCARA LARINGEA N1.0:: CONFECCIONADA EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC) DE GRAU MEDICO, TUBO COM UM MANGUITO INFLAVEL QUE E INSERIDO NA FARINGE, CORPO DA MASCARA COM DESCRICAO (TAMANHO, VOLUME DO MANGUITO, PESO SUGERIDO DO PACIENTE), FORMATO ELIPTICO E PUNHO DE VEDACAO FLEXIVEL QUE GARANTE CONTROLE SEGURO DA RESPIRACAO, CONECTOR UNIVERSAL TRANSPARENTE DE 15 MM, A PROTECAO DA VALVULA COM CODIGO DE CORES FACILITA O RECONHECIMENTO RAPIDO DO TAMANHO, SACO DESTACAVEL,CONTEM DEHP, ESTERIL POR OXIDO DE ETILENO. TAMANHO: 01	UN	250	HAIBREATH	R$ 11,90	R$ 2.975,00
186	MASCARA LARINGEA N1.5:CONFECCIONADA EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC) DE GRAU MEDICO, TUBO COM UM MANGUITO INFLAVEL QUE E INSERIDO NA FARINGE, CORPO DA MASCARA COM DESCRICAO (TAMANHO, VOLUME DO MANGUITO, PESO SUGERIDO DO PACIENTE), FORMATO ELIPTICO E PUNHO DE VEDACAO FLEXIVEL QUE GARANTE CONTROLE SEGURO DA RESPIRACAO, CONECTOR UNIVERSAL TRANSPARENTE DE 15 MM, A PROTECAO DA VALVULA COM CODIGO DE CORES FACILITA O RECONHECIMENTO RAPIDO DO TAMANHO, SACO DESTACAVEL, PERMITE ACESSO RAPIDO, NAO REQUER LARINGOSCOPIO, RELAXANTES NAO SAO NECESSARIOS, FORNECE VIA AEREA PARA VENTILACAO ESPONTANEA OU CONTROLADA,TOLERADO EM PLANOS	UN	250	HAIBREATH	R$ 12,90	R$ 3.225,00

	ANESTESICOS MAIS LEVES, 100 LIVRE DE LATEX, CONTEM DEHP, ESTERIL POR OXIDO DE ETILENO. TAMANHO: 1,5					
187	MASCARA LARINGEA N2.0:CONFECCIONADA EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC) DE GRAU MEDICO, TUBO COM UM MANGUITO INFLAVEL QUE E INSERIDO NA FARINGE, CORPO DA MASCARA COM DESCRICAO (TAMANHO, VOLUME DO MANGUITO, PESO SUGERIDO DO PACIENTE), FORMATO ELIPTICO E PUNHO DE VEDACAO FLEXIVEL QUE GARANTE CONTROLE SEGURO DA RESPIRACAO, CONECTOR UNIVERSAL TRANSPARENTE DE 15 MM, A PROTECAO DA VALVULA COM CODIGO DE CORES FACILITA O RECONHECIMENTO RAPIDO DO TAMANHO, SACO DESTACAVEL, PERMITE ACESSO RAPIDO, NAO REQUER LARINGOSCOPIO, RELAXANTES NAO SAO NECESSARIOS, FORNECE VIA AEREA PARA VENTILACAO ESPONTANEA OU CONTROLADA,TOLERADO EM PLANOS ANESTESICOS MAIS LEVES, 100 LIVRE DE LATEX, CONTEM DEHP, ESTERIL POR OXIDO DE ETILENO. TAMANHO: 2,0	UN	250	HAIBREATH	R$ 13,90	R$ 3.475,00
191	MASCARA LARINGEA N5,0:CONFECCIONADA EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC) DE GRAU MEDICO, TUBO COM UM MANGUITO INFLAVEL QUE E INSERIDO NA FARINGE, CORPO DA MASCARA COM DESCRICAO (TAMANHO, VOLUME DO MANGUITO, PESO SUGERIDO DO PACIENTE), FORMATO ELIPTICO E PUNHO DE VEDACAO FLEXIVEL QUE GARANTE CONTROLE SEGURO DA RESPIRACAO,CONECTOR UNIVERSAL TRANSPARENTE DE 15 MM, A PROTECAO DA VALVULA COM CODIGO DE CORES FACILITA O RECONHECIMENTO RAPIDO DO TAMANHO, SACO DESTACAVEL, PERMITE ACESSO RAPIDO, NAO REQUER LARINGOSCOPIO, RELAXANTES NAO SAO NECESSARIOS, FORNECE VIA AEREA PARA VENTILACAO ESPONTANEA OU CONTROLADA,TOLERADO EM PLANOS ANESTESICOS MAIS LEVES, 100 LIVRE DE LATEX, CONTEM DEHP, ESTERIL POR OXIDO DE ETILENO. TAMANHO: 5,0	UN	250	HAIBREATH	R$ 14,70	R$ 3.675,00
199	PAPEL GRAU CIRURGICO ROLO DE 20CM X 100M:BOBINAS COMPOSTAS DE PAPEL GRAU CIRURGICO FILME LAMINADO POLIESTER/POLIPROPILENOPOSSIBILITANDO ABERTURA ASSEPTICA, FLEXIVEL TRANSPARENTE RESISTENTE E ISENTO DE MICROFUROS, IMPRESSAS COM TINTAS INDICATIVAS PARA OS PROCESSOS DE ESTERILIZACAO, EMBALANDO DIVERSOS PRODUTOS, TAIS COMO: COMPRESSAS DE GAZE, EQUIPOS, CATETERES ETC.	RL	320	POLLITEX	R$ 79,90	R$ 25.568,00
230	'SOLUCAO DE GLICERINA 12 - 500ML:SOLUCAO DE GLICERINA A 120MG/ML, USO EXCLUSIVO RETAL, ESTERIL DE GLICERINA A 12, , ACONDICIONADA EM FRASCO OU BOLSA DE 500 ML, SISTEMA FECHADO, APIROGENICA. PRODUTO DE USO ADULTO E PEDIATRICO, DE USO RESTRITO HOSPITALAR. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICACAO DE LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	4000	EQUIPLEX	R$ 8,40	R$ 33.600,00
260	SONDA URETRAL DESCARTAVEL ESTERIL No18:EMBALAGEM INDIVIDUA	UN	4000	BIOBASE	R$ 0,59	R$ 2.360,00
261	SONDA URETRAL N04:CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL), COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL , ATOXICO , ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE OXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C., TAMANHO:04	UN	3000	MESONDA	R$ 0,48	R$ 1.440,00

ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS EMBALAGEM DE 200 ML:COMPOSICAO: ACIDO LINOLEICO, ACIDO OLEICO, ACIDO CAPRILICO, ACIDO CAPRICO, ACIDO LAURICO, ACIDO PALMITICO, ACIDO MIRISTICO, ACIDO ESTEARICO, PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A), ACETATO DE TOCOFEROL (VITAMINA E) E LECITINA DE SOJA.	FR	800	MAYBEN ISENTO	R$ 5,15	R$ 4.120,00
117	FITA ADESIVA HOSPITALAR:INDICADA PARA FIXACAO DE ATADURAS, ROTULOS DE SOROS, IDENTIFICACAO DE SERINGAS, MAMADEIRAS, FECHAMENTO DE PACOTES DE PAPEL ETC.	UN	1000	CIEX ISENTO	R$ 4,03	R$ 4.030,00
118	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE ROLO 19MMX30M:COM BOA ADERENCIA. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR A 3M.	UN	1000	CIEX	R$ 3,90	R$ 3.900,00
119	FITA HIPOALERGENICA MICROPORE 2,5MMX10M:MODELO CARRETEL COR BRANCA.ROLO DE 2,5MM X 10 M.	UN	1100	CIEX	R$ 2,08	R$ 2.288,00
227	SOLUCAO DE RINGER SIMPLES 500ML:SOLUCAO PARENTERAL ESTERIL DE RINGER SIMPLES, CONTENDO ELETROLITOS (SODIO, POTASSIO, CALCIO), APIROGENICA, ACONDICIONADA EM BOLSA PLASTICA FLEXIVEL DE 500 ML OU FRASCO, SISTEMA FECHADO, PRONTA PARA USO INTRAVENOSO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICACAO DE LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	1000	JP	R$ 4,66	R$ 4.660,00
231	SOLUCAO DE RINGER LACTATO 500ML:SOLUCAO PARENTERAL ESTERIL DE RINGER COM LACTATO, CONTENDO ELETROLITOS (SODIO, POTASSIO, CALCIO, CLORETO E LACTATO), APIROGENICA, ACONDICIONADA EM BOLSA PLASTICA FLEXIVEL DE 500 ML OU FRASCO, SISTEMA FECHADO,PRONTA PARA USO INTRAVENOSO. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICACAO DE LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	FR	1000	JP	R$ 5,20	R$ 5.200,00

ALFALAGOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
03	ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS(AGE):SOLUCAO OLEOSA DE USO TOPICO, NAO ESTERIL, PRONTA PARA USO, COMPOSTA POR ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS DE ORIGEM VEGETAL, PODENDO ESTAR ASSOCIADA A VITAMINAS LIPOSSOLUVEIS (COMO A E E), INDICADA PARA PREVENCAO E TRATAMENTO DE LESOES DE PELE. COMPOSICAO A BASE DE ACIDOS GRAXOS ESSENCIAIS (ACIDO LINOLEICO, LINOLENICO E/OU OLEICO),	FR	800	ACEDERM	R$ 2,91	R$ 2.328,00

	POSSIBILIDADE DE ASSOCIACAO COM VITAMINAS A E E OU OUTROS AGENTES CICATRIZANTES, FORMA FARMACEUTICA: OLEO OU EMULSAO TOPICA.					
05	AGUA PARA INJECAO COM 10 ML:SOLUCAO ESTERIL E APIROGENICA, EMBALAGEM EM POLIPROPILENO E TRANSPARENTE.	AM	30.000	SAMTEC	R$ 0,23	R$ 6.900,00
17	ALMOTOLIA:TRANSLUCIDA TRANSPARENTE BICO RETO CONFECCIONADO EM POLIETILENO E GRADUADO EM ALTO RELEVO COM RETO.TAMANHO:250 ML.	UN	1.000	BIOMEDICA	R$ 3,00	R$ 3.000,00
69	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA ESTERIL:COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM 100 ALGODAO, HIDROFILA, ESTERIL, DE USO UNICO. TECIDO COM TRAMA REGULAR, MACIO, ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTO DE IMPUREZAS, FIAPOS SOLTOS E SUBSTANCIAS IRRITANTES. DIMENSOES APROXIMADAS DE 7,5 CM X 7,5 CM (FECHADA), EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE GARANTA A ESTERILIDADE, COM IDENTIFICACAO DE LOTE, VALIDADE E METODO DE ESTERILIZACAO	UN	1.500	AMED S/A	R$ 0,40	R$ 600,00
78	DETERGENTE ENZIMATICO 4 ENZIMAS:EMBALAGEM 1 LITRO. REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE E VALIDADE DE 24 MESES.	LT	1.500	KELLDRIN	R$ 19,27	R$ 28.905,00

CIRÚRGICA UNIÃO LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
04	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES:: PRODUTO ANTISSEPTICO TOPICO, APRESENTACAO DE EMBALAGEM 100 ML (ALMOTOLIA).	CX	100	RIOQUIMICA	R$ 1,50	R$ 150,00
37	BANDAGEM ANTISSEPTICA REDONDA:PARA ESTANCAMENTO DE SANGUE. CAIXA COM 500 UNIDADES.	CX	500	CIEX	R$ 9,00	R$ 4.500,00
55	CLOREXIDINA ALCOOLICA:SOLUCAO ANTISSEPTICA A BASE DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA EM VEICULO ALCOOLICO, INDICADA PARA ANTISSEPSIA DA PELE INTEGRA. POSSUI ACAO BACTERICIDA DE AMPLO ESPECTRO E EFEITO RESIDUAL PROLONGADO. CONCENTRACAO DE CLOREXIDINA ENTRE 0,5 E 2. ASSOCIADA AO ALCOOL ETILICO A 70. PRODUTO DE USO TOPICO. FRASCO DE 100ML (ALMOTOLIA).	CX	500	RIOQUIMICA	R$ 2,00	R$ 1.000,00
73	CUBA REDONDA PARA ASSEPSIA:8X3,5 CM 160ML ACO INOX.- AUTOCLAVAVEL.- 8CM.-CAPACIDADE: 160ML.	UN	30	VITAL GOLD	R$ 15,10	R$ 453,00
74	CUBA RIM:RECIPIENTE EM FORMATO ANATOMICO TIPO RIM, FACILITANDO O POSICIONAMENTO JUNTO AO CORPO DO PACIENTE. CONFECCIONADA EM ACOO INOXIDAVEL, ATOXICO. CAPACIDADE APROXIMADA ENTRE 500 ML E BORDAS ARREDONDADAS.	UN	30	VITAL GOLD	R$ 30,70	R$ 921,00
79	DETERGENTE NEUTRO HOSPITALAR:ESTAR REGISTRADO NA AVISA COMO SANEANTE PARA AMBIENTE HOSPITALARES, TER ESPECIFICACAO TECNICA COMPATIVEL COM SUPERFICIE E ROTINAS DE LIMPEZA HOSPITALAR, NAO INTERFERIR NA ACAO DE DESINFETANTES HOSPITALARES COMO HIPOCLORITO E QUARTENARIO DE AMONIA.	LT	500	PROLINK	R$ 9,00	R$ 4.500,00
123	FIXADOR CITOPATOLOGICO:A BASE DE PROPILENOGLICOL E ALCOOL SISTEMA TIPO SPRAY COM PROPRIEDADES PARA FIXACAO E SUSTENTACAO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGACOS DE MATERIAL BIOLOGICO ESTENDIDOS EM LAMINA DE VIDRO. 100ML.	UN	80	KOLPLAST	R$ 8,60	R$ 688,00
124	FIXADOR DE TUBOS E SONDAS NASAIS:FIXADOR ADESIVO PARA SONDA NASOENTERAL/NASOGASTRICA, DISPENSA O USO DE OBJETOS CORTANTES, - FIXACAO PRECISA, POSSUI TIRAS ESTABILIZADORAS E SINALIZADORAS DE SEGURANCA, HIPOALERGENICA E RESPIRAVEL QUE NAO RETEM UMIDADE, EVITANDO A PROLIFERACAO DE BACTERIAS.	UN	200	AMP	R$ 3,15	R$ 630,00
128	FRASCO PARA ALIMENTACAO ENTERAL:FRASCO FRACIONADOR PARA SOLUCOES ENTERAIS. PERMITE TRATAMENTO TERMICO (AQUECIMENTO, RESFRIAMENTO) DE SOLUCOES. LIVRE DE BISFENOL-A. TAMPA COM MEMBRANA PERFURAVEL, ADAPTADA AOS EQUIPOS DE ALIMENTACAO ENTERAL. COM DISPOSITIVO PARA FIXACAO EM SUPORTE. ATOXICO. VOLUME: 500ML	UN	5.000	FRASCO LIFE	R$ 1,20	R$ 6.000,00
157	LAMINA DE BARBEAR:LAMINA DESCARTAVEL, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL, AFIADA E RESISTENTE, DESTINADA A REMOCAO DE PELOS EM PREPARACAO PRE-OPERATORIA DE PACIENTES. DEVE SER DE USO UNICO, GARANTINDO HIGIENE E EVITANDO RISCO DE CONTAMINACAO CRUZADA.	UN	1000	FIAT LUX	R$ 0,50	R$ 500,00
163	LAMPADA DE LARINGOSCOPIO:LAMPADA UTILIZADA EM LAMINAS DE LARINGOSCOPIO, DESTINADA A ILUMINACAO DO CAMPO DURANTE PROCEDIMENTOS DE INTUBACAO. DEVE SER COMPATIVEL COM CABOS E LAMINAS PADRAO, PROPORCIONANDO ILUMINACAO CLARA E EFICIENTE.	UN	60	JG MORIYA	R$ 27,00	R$ 1.620,00
197	PAPAGAIO INOX EM ACO INOXIDAVEL:1 LITRO, MEDIDAS: 24 X 10 X 10CM	UN	30	VITAL GOLD	R$ 90,00	R$ 2.700,00
204	PRESERVATIVO SEM LUBRIFICANTE:TAMANHO UNICO, CONTEM LATEX DE BORRACHA NATURAL, NAO E LUBRIFICADO E NAO POSSUI TALCO, NAO POSSUI RESERVATORIO, ADAPTA-SE ADEQUADAMENTE A SONDA EVITANDO SOMBRAS E FREQUENTES AJUSTES.	CX	150	MADEITEX	R$ 46,00	R$ 6.900,00
229	SOLUCAO DE CLOREXIDINA AQUOSA 0,2:SOLUCAO DE CLOREXIDINA AQUOSA 0,2 O GLUCONATO DE CLOREXIDINA AGE COMO ANTI-SEPTICO QUIMICO, COM UMA ACAO ANTIFUNGICA E BACTERICIDA, QUE ELIMINA AS BACTERIAS GRAM-POSITIVAS QUANTO AS GRAM-NEGATIVAS. FRASCO C/ 1L	CX	500	RIOQUIMICA	R$ 4,60	R$ 2.300,00
257	SONDA PARA ALIMENTACAO ENTERAL ADULTO 12FR:120CM. PRODUZIDA EM POLIURETANO. COMPOSTA POR TUBO RADIOPACO EM TODA SUA EXTENSAO. ACOMPANHAM FIO-GUIA EM ACO INOX PRE-LUBRIFICADO COMPOSTO POR 7 FIOS TRANCADOS E PONTA ATRAUMATICA. ESTERILIZADA EM OXIDO DE ETILENO	UN	2000	MARK MED	R$ 8,30	R$ 16.600,00

CONECTA MEDIC LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	AGULHA DESCARTAVEL HIPODERMICA 13 X 4,5MM:AGULHA DESCARTAVEL HIPODERMICA 13 X 4,5 - CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	800	INJEX	R$ 8,00	R$ 6.400,00
07	AGULHA DESCARTAVEL HIPODERMICA 20 X 0,55MM:AGULHA DESCARTAVEL HIPODERMICA 20 X 0,55 - CX C/ 100 UNIDADES	CX	800	INJEX	R$ 7,49	R$ 5.992,00
12	AGULHA DESCARTAVEL HIPODERMICA 30 X 0,8MM:AGULHA DESCARTAVEL HIPODERMICA 25 X 8 - CX C/ 100 UNIDADES	CX	800	DESCARPACK	R$ 7,77	R$ 6.216,00
14	ALCOOL 70 ETILICO USO MEDICO HOSPITALAR:EMBALAGEM DE 1000ML	UN	1500	PROLINK	R$ 5,40	R$ 8.100,00
27	ATADURA CREPOM 15CM X 1,8M:CONFECCIONADAS EM TECIDO 100 ALGODAO CRU, FIOS DE ALTA TORCAO, QUE CONFERE ALTA RESISTENCIA, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL.EMBALAGEM COM 01 UNID.	UN	3000	TEXPHARMA	R$ 0,68	R$ 2.040,00
29	ATADURA DE CREPE 20 CM:ATADURA CREPOM 20CM X 1,8M CONFECCIONADAS EM TECIDO 100 ALGODAO CRU, FIOS DE ALTA TORCAO, QUE CONFERE ALTA RESISTENCIA, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL. EMBALAGEM COM 01 UNID.	UN	3000	TEXPHARMA	R$ 0,88	R$ 2.640,00
45	CANULA DE GUEDEL No0:EM PVC ATOXICO COM REFORCO EM POLIPROPILENO NO BOCAL NAO ESTERIL TAMANHO INTERNO DO ORIFIO 9,6MMX4,9MM COMPRIMENTO 6CM.	UN	40	DESCARPACK	R$ 1,15	R$ 46,00
46	CANULA DE GUEDEL No1:EM PVC ATOXICO COM REFORCO EM POLIPROPILENO NO BOCAL NAO ESTERIL TAMANHO INTERNO DO ORIFICIO 9,8MMX5,1MM COMPRIMENTO 7 CM	UN	40	DESCARPACK	R$ 1,50	R$ 60,00
47	CANULA DE GUEDEL No2:EM PVC ATOXICO COM REFORCO EM POLIPROPILENO NO BOCAL NAO ESTERIL TAMANHO DO ORIFIO INTERNO 10MMX5,2MM COMPRIMENTO 8 CM	UN	40	DESCARPACK	R$ 1,15	R$ 46,00
48	CANULA DE GUEDEL No3:PVC ATOXICO COM REFORCO EM POLIPROPILENO NO BOCAL NAO ESTERIL TAMANHO INTERNO DO ORIFIO 11,4MMX5,2MM COMPRIMENTO 9,5 CM	UN	40	DESCARPACK	R$ 1,15	R$ 46,00
49	CANULA DE GUEDEL No4:EM PVC ATOXICO COM REFORCO EM POLIPROPILENO NO BOCAL NAO ESTERIL TAMANHO DO ORIFIO INTERNO 11,6MMX6,2MM COMPRIMENTO 12CM.	UN	40	DESCARPACK	R$ 1,15	R$ 46,00
50	CANULA DE GUEDEL No5:EM PVC ATOXICO COM REFORCO EM POLIPROPILENO NO BOCAL NAO ESTERIL TAMANHO DO ORIFIO INTERNO 16MMX8,6MM COMPRIMENTO12,5 CM	UN	40	DESCARPACK	R$ 1,15	R$ 46,00
51	CATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS ADULTO:FABRICADO EM MATERIAL PLASTICO FLEXIVEL, ATOXICO, TRANSPARENTE, COM PONTA NASAL ANATOMICA QUE PROPORCIONE CONFORTO AO PACIENTE E ADEQUADA ADAPTACAO AS NARINAS, PERMITINDO FLUXO CONTINUO DE OXIGENIO. PONTA NASAL MACIA, ANATOMICA E NAO TRAUMATICA, TUBO CONDUTOR DE OXIGENIO COM COMPRIMENTO MINIMO PROXIMADO DE 1,5 A 2,0 METROS, CONECTOR UNIVERSAL COMPATIVEL COM SISTEMAS DE OXIGENIO (FLUXOMETROS E UMIDIFICADORES), SISTEMA DE FIXACAO AJUSTAVEL (APOIO AURICULAR E/OU REGULADOR DESLIZANTE SOB O QUEIXO), USO INDIVIDUAL E DESCARTAVEL.	UN	1500	MEDIX	R$ 0,94	R$ 1.410,00
52	CATETER PARA OXIGENIO TIPO OCULOS INFANTIL:FABRICADO EM MATERIAL PLASTICO FLEXIVEL, ATOXICO, TRANSPARENTE, COM PONTA NASAL ANATOMICA QUE PROPORCIONE CONFORTO AO PACIENTE E ADEQUADA ADAPTACAO AS NARINAS, PERMITINDO FLUXO CONTINUO DE OXIGENIO. PONTA NASAL MACIA, ANATOMICA E NAO TRAUMATICA, TUBO CONDUTOR DE OXIGENIO COM COMPRIMENTO MINIMO PROXIMADO DE 1,5 A 2,0 METROS, CONECTOR UNIVERSAL COMPATIVEL COM SISTEMAS DE OXIGENIO (FLUXOMETROS E UMIDIFICADORES), SISTEMA DE FIXACAO AJUSTAVEL (APOIO AURICULAR E/OU REGULADOR DESLIZANTE SOB O QUEIXO), USO INDIVIDUAL E DESCARTAVEL.	UN	1500	MARKMED	R$ 0,9*9	R$ 1.485,00
89	EQUIPO PARA NUTRICAO ENTERAL:COM CONECTOR ESCALONADO, ESTERIL. FABRICADO EM PVC AZUL DE 1,50 M FLEXIVEL. POSSUI PONTA PERFURANTE COM TAMPA PROTETORA, CAMARA DE GOTEJAMENTO, ATOXICO E APIROGENICO.	UN	10000	INJEX	R$ 0,83	R$ 8.300,00
125	FLUXOMETRO PARA CILINDRO DE OXIGENIO:CONFECCIONADA EM METAL CROMADO, VAZAO DE 15 L/MIN, PRESSAO DE ENTRADA: 0 A 300 KGF/CM2, PRESSAO DE SAIDA: 3,5 KGF/CM2 (FIXA), ROSCA DE ENTRADA UNIVERSAL. COM VALVULA DE SEGURANCA, ACOMPANHA FLUXOMETRO. CONEXOES DE ENTRADA E SAIDA DE ACORDO COM PADRAO ABNT.	UN	150	HAOXI	R$ 47,16	R$ 7.074,00
131	GEL CONDUTOR PARA EXAMES:INCOLOR, INODORO. EMBALAGEM DE 01 LITRO. CONSISTENCIA FIRME, NAO ESCORRE E DE FACIL REMOCAO NA PELE.	UN	300	MULTIGEL	R$ 5,63	R$ 1.689,00
166	LENCOL DE PAPEL DESCARTAVEL HOSPITALAR:FABRICADO EM 100 FIBRAS NATURAIS (CELULOSE VIRGEM) COM FIBRAS LONGAS DE MAXIMA RESISTENCIA. MACIO E ABSORVENTE, INDICADO PARA PROTECAO DE MACAS, PRODUZIDOS COM PAPEL 100 CELULOSE VIRGEM E 100 FIBRAS NATURAIS. TAMANHO: 70CM X 50M. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	UN	4000	CONECTA MEDIC	R$ 6,90	R$ 27.600,00
171	LUVA CIRURGICA ESTERIL No6,5:EM LATEX 100 NATURAL ANATOMICA No6,5 - EMBALAGEM DO PAR DE LUVAS CONFECCIONADA EM PAPEL GRAU CIRURGICO	PR	600	INJEX	R$ 1,10	R$ 660,00
172	LUVA CIRURGICA ESTERIL No7,5:EM LATEX 100 NATURAL ANATOMICA No 7,5 - EMBALAGEM DO PAR DE LUVAS CONFECCIONADA EM PAPEL GRAU CIRURGICO	PR	600	INJEX	R$ 1,10	R$ 660,00
173	LUVA CIRURGICA ESTERIL No7:EM LATEX 100 NATURAL ANATOMICA No 7 - EMBALAGEM DO PAR DE LUVAS CONFECCIONADA EM PAPEL GRAU CIRURGICO	PR	600	INJEX	R$ 1,10	R$ 660,00
174	LUVA CIRURGICA ESTERIL No8,0:EM LATEX 100 NATURAL ANATOMICA No 8,0 - EMBALAGEM DO PAR DE LUVAS CONFECCIONADA EM PAPEL GRAU CIRURGICO	PR	5000	INJEX	R$ 1,10	R$ 5.500,00
175	LUVA CIRURGICA ESTERIL No8,5:EM LATEX 100 NATURAL	PR	5000	INJEX	R$ 1,10	R$ 5.500,00

	ANATOMICA No 8,5 - EMBALAGEM DO PAR DE LUVAS CONFECCIONADA EM PAPEL GRAU CIRURGICO					
188	MASCARA LARINGEA N2.5:CONFECCIONADA EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC) DE GRAU MEDICO, TUBO COM UM MANGUITO INFLAVEL QUE E INSERIDO NA FARINGE, CORPO DA MASCARA COM DESCRICAO (TAMANHO, VOLUME DO MANGUITO, PESO SUGERIDO DO PACIENTE), FORMATO ELIPTICO E PUNHO DE VEDACAO FLEXIVEL QUE GARANTE CONTROLE SEGURO DA RESPIRACAO, CONECTOR UNIVERSAL TRANSPARENTE DE 15 MM, A PROTECAO DA VALVULA COM CODIGO DE CORES FACILITA O RECONHECIMENTO RAPIDO DO TAMANHO, SACO DESTACAVEL, PERMITE ACESSO RAPIDO, NAO REQUER LARINGOSCOPIO, RELAXANTES NAO SAO NECESSARIOS, FORNECE VIA AEREA PARA VENTILACAO ESPONTANEA OU CONTROLADA,TOLERADO EM PLANOS ANESTESICOS MAIS LEVES, 100 LIVRE DE LATEX, CONTEM DEHP, ESTERIL POR OXIDO DE ETILENO. TAMANHO: 2,5	UN	250	MEDIX	R$ 13,25	R$ 3.312,50
189	MASCARA LARINGEA N3,0:CONFECCIONADA EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC) DE GRAU MEDICO, TUBO COM UM MANGUITO INFLAVEL QUE E INSERIDO NA FARINGE, CORPO DA MASCARA COM DESCRICAO (TAMANHO, VOLUME DO MANGUITO, PESO SUGERIDO DO PACIENTE), FORMATO ELIPTICO E PUNHO DE VEDACAO FLEXIVEL QUE GARANTE CONTROLE SEGURO DA RESPIRACAO, CONECTOR UNIVERSAL TRANSPARENTE DE 15 MM, A PROTECAO DA VALVULA COM CODIGO DE CORES FACILITA O RECONHECIMENTO RAPIDO DO TAMANHO, SACO DESTACAVEL, PERMITE ACESSO RAPIDO, NAO REQUER LARINGOSCOPIO, RELAXANTES NAO SAO NECESSARIOS, FORNECE VIA AEREA PARA VENTILACAO ESPONTANEA OU CONTROLADA, TOLERADO EM PLANOS ANESTESICOS MAIS LEVES, 100 LIVRE DE LATEX, CONTEM DEHP, ESTERIL POR OXIDO DE ETILENO. TAMANHO: 3,0	UN	250	MEDIX	R$ 13,25	R$ 3.312,50
190	MASCARA LARINGEA N4,0:CONFECCIONADA EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC) DE GRAU MEDICO, TUBO COM UM MANGUITO INFLAVEL QUE E INSERIDO NA FARINGE, CORPO DA MASCARA COM DESCRICAO (TAMANHO, VOLUME DO MANGUITO, PESO SUGERIDO DO PACIENTE), FORMATO ELIPTICO E PUNHO DE VEDACAO FLEXIVEL QUE GARANTE CONTROLE SEGURO DA RESPIRACAO, CONECTOR UNIVERSAL TRANSPARENTE DE 15 MM, A PROTECAO DA VALVULA COM CODIGO DE CORES FACILITA O RECONHECIMENTO RAPIDO DO TAMANHO, SACO DESTACAVEL, PERMITE ACESSO RAPIDO, NAO REQUER LARINGOSCOPIO, RELAXANTES NAO SAO NECESSARIOS, FORNECE VIA AEREA PARA VENTILACAO ESPONTANEA OU CONTROLADA,TOLERADO EM PLANOS ANESTESICOS MAIS LEVES, 100 LIVRE DE LATEX, CONTEM DEHP, ESTERIL POR OXIDO DE ETILENO. TAMANHO:4,0	UN	250	MEDIX	R$ 13,25	R$ 3.312,50
232	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N04:APRESENTA-SE COMO UM TUBO DE PVC FLEXIVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES ABERTAS E 2 ORIFICIOS ALTERNADOS PARA A ASPIRACAO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA OU COM VALVULA DEPENDENDO DO MODELO. CALIBRE: 04.	UN	400	MEDIX	R$ 0,59	R$ 236,00
233	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N06:APRESENTA-SE COMO UM TUBO DE PVC FLEXIVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES ABERTAS E 2 ORIFICIOS ALTERNADOS PARA A ASPIRACAO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA OU COM VALVULA DEPENDENDO DO MODELO. CALIBRE: 06.	UN	400	MEDIX	R$ 0,64	R$ 256,00
234	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N08:APRESENTA-SE COMO UM TUBO DE PVC FLEXIVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES ABERTAS E 2 ORIFICIOS ALTERNADOS PARA A ASPIRACAO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA OU COM VALVULA DEPENDENDO DO MODELO. CALIBRE: 08.	UN	400	MEDIX	R$ 0,66	R$ 264,00
235	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N10:APRESENTA-SE COMO UM TUBO DE PVC FLEXIVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES ABERTAS E 2 ORIFICIOS ALTERNADOS PARA A ASPIRACAO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA OU COM VALVULA DEPENDENDO DO MODELO. CALIBRE: 10.	UN	400	MEDIX	R$ 0,69	R$ 276,00
236	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N12:APRESENTA-SE COMO UM TUBO DE PVC FLEXIVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES ABERTAS E 2 ORIFICIOS ALTERNADOS PARA A ASPIRACAO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA OU COM VALVULA DEPENDENDO DO MODELO. CALIBRE: 12	UN	400	MEDIX	R$ 0,70	R$ 280,00
237	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N14:APRESENTA-SE COMO UM TUBO DE PVC FLEXIVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES ABERTAS E 2 ORIFICIOS ALTERNADOS PARA A ASPIRACAO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA OU COM VALVULA DEPENDENDO DO MODELO. CALIBRE: 14.	UN	400	MEDIX	R$ 0,74	R$ 296,00
240	SONDA FOLEY N08 DE LATEX 2 VIAS SILICONIZADO:A SONDA FOLEY DE LATEX E CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL, COM TUBO FLEXIVEL SILICONADO. APRESENTA PONTA DISTAL ARREDONDADA E ATRAUMATICA COM DOIS ORIFICIOS LATERAIS E BALAO EM LATEX, O QUAL E CONECTADO A VALVULA DE INSUFLACAO (VIA COLORIDA QUE INDICA TAMANHO), UNINDO-SE A PARTE PROXIMAL A VIA DE DRENAGEM VESICAL. A SONDA PODE APRESENTAR DUAS VARIACOES: DUAS VIAS (VIA DE DRENAGEM E VIA DE INSUFLACAO) ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO	UN	800	MEDIX	R$ 2,60	R$ 2.080,00
248	SONDA GASTRICA N04:CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL) COMPRIMENTO DE 120CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL E ATOXICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO E EMBALADO EM P.G.C. TAMANHO: 04	UN	400	MEDSONDA	R$ 0,66	R$ 264,00
249	SONDA GASTRICA N06:CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL) COMPRIMENTO DE 120CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL E ATOXICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO E EMBALADO EM P.G.C.TAMANHO:06	UN	400	MEDSONDA	R$ 0,68	R$ 272,00
250	SONDA GASTRICA N08:CONFECCIONADA EM PVC	UN	400	MEDSONDA	R$ 0,72	R$ 288,00

	(POLICLORETO DE VINIL) COMPRIMENTO DE 120CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL E ATOXICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO E EMBALADO EM P.G.C. TAMANHO:08					
251	SONDA GASTRICA N10:E CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL) COMPRIMENTO DE 120CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL E ATOXICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO E EMBALADO EM P.G.C. TAMANHO: 10	UN	400	MEDSONDA	R$ 0,83	R$ 332,00
252	SONDA GASTRICA N12:E CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL) COMPRIMENTO DE 120CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL E ATOXICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO E EMBALADO EM P.G.C.TAMANHO: 12	UN	400	MEDSONDA	R$ 0,86	R$ 344,00
284	SORO FISIOLOGICO 0,9 500ML::(CLORETO DE SODIO 0,9 - SOLUCAO INJETAVEL):SORO FISIOLOGICO 0,9 - 500 ML BOLSA SISTEMA FECHADO,NA FORMA DE SOLUCAO INJETAVEL,LIMPIDA, ESTERIL E APIROGENICA.EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICACAO DE LOTE,VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10000	JP FARMA	R$ 3,94	R$ 39.400,00
285	SORO GLICOSE 5 250ML:SOLUCAO PARENTERAL ESTERIL DE GLICOSE A 5, APIROGENICA,ACONDICIONADA EM BOLSA PLASTICA FLEXIVEL OU FRASCO DE 250 ML, SISTEMA FECHADO,PRONTA PARA USO INTRAVENOSO.EMBALAGEM INDIVIDUAL,COM IDENTIFICACAO DE LOTE,VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10000	JP FARMA	R$ 3,74	R$ 37.400,00
286	SORO GLICOSE 5 500ML:SOLUCAO PARENTERAL ESTERIL DE GLICOSE A 5,APIROGENICA,ACONDICIONADA EM BOLSA PLASTICA FLEXIVEL OU FRASCO DE 500 ML,SISTEMA FECHADO, PRONTA PARA USO INTRAVENOSO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM IDENTIFICACAO DE LOTE, VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10000	JP FARMA	R$ 4,55	R$ 45.500,00
295	TORNEIRA TRES VIAS:DISPOSITIVO DE CONEXAO PARA SISTEMAS DE INFUSAO E ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS, PERMITINDO DESVIO OU MISTURA DE FLUIDOS EM TRES DIRECOES DISTINTAS. CONFECCIONADO EM MATERIAL ATOXICO, TRANSPARENTE E RESISTENTE, COMPATIVEL COM CATETERES E EXTENSOES PADRAO.PRODUTO DE USO UNICO, ESTERIL, DE FACIL MANUSEIO E FECHAMENTO SEGURO, ATENDENDO AS NORMAS SANITARIAS VIGENTES E COM REGISTRO NA ANVISA,QUANDO APLICAVEL.	UN	2000	INJEX	R$ 0,66	R$ 1.320,00
298	TUBO DE LATEX NATURAL No200:15 METROS.DIMENSOES:INT:3,0MM, EXT:5,5MM	UN	1500	TAYLOR	R$ 29,44	R$ 44.160,00

M.E.V. ATACADO VAREJO E SERVICOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	ALCOOL GEL 70 ANTISSEPTICO:HIGIENIZADOR COM 70 DE ALCOOL ETILICO NEUTRO. POSSUEM AGENTES DESODORANTES E HIDRATANTES EM SUA FORMULACAO E NAO E NECESSARIO ENXAGUE APOS APLICACAO. EMBALAGEM 500 ML COM VALVULA PUMP.	UN	800	VITASSE PT	R$ 5,80	R$ 4.640,00

NK MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	ATADURA 15:COMPRIMENTO: 1,80M, 100 PURO ALGODAO: FORMATO: ROLO.MODELO: 13 FIOS TAMANHO: 15 CM X 1,8M. COMPOSICAO: TECIDO ALGODAO, POLIESTER E ELASTANO	UN	3000	ERIMAX	R$ 0,64	R$ 1.920,00
267	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No5,0	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00
268	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No5,5	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00
269	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No6,0	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00
270	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No6,5	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00
271	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No7,0	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00
272	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No7,5	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00
273	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No8,0	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00
274	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No8,5	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00
275	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC COM BALAO No9,0	UN	3000	MEDIX	R$ 2,80	R$ 8.400,00

SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
25	ATADURA 6:COMPRIMENTO: 1,80M, 100 PURO ALGODAO: FORMATO: ROLO.MODELO: 13 FIOS TAMANHO: 06 CM X 1,8M. COMPOSICAO: TECIDO ALGODAO, POLIESTER E ELASTANO	UN	3000	AMED	R$ 0,33	R$ 990,00
26	ATADURA 8:COMPRIMENTO: 1,80M, 100 PURO ALGODAO: FORMATO: ROLO.MODELO: 13 FIOS TAMANHO: 08 CM X 1,8M. COMPOSICAO: TECIDO ALGODAO, POLIESTER E ELASTANO	UN	3000	AMED	R$ 0,44	R$ 1.320,00
30	ATADURA DE RAYON:COMPOSICAO 100 RAYON,PRODUTO ESTERIL, COMPRIMENTO:7,5CM X40CM	PC	200	POLAR FIX	R$ 1,70	R$ 340,00
31	ATADURA GESSADA 15CM:APRESENTA TEXTURA SUAVE E CREMOSA PROPORCIONANDO FACIL MOLDAGEM E CORTE LATERAL SINUOSO QUE EVITA O DESFIAMENTO OU GARROTEAMENTO. PRODUTO NAO ESTERIL. SECAGEM RAPIDA E ALTA RESISTENCIA. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, NA COR BRANCA. COMPOSICAO: SUBSTRATO DE GAZE ESPECIAL TIPO TELA, CONFECCIONADO EM TECIDO 100 ALGODAO, IMPREGNADO POR GESSO COLOIDAL. DIMENSAO: 15 CM X 3 METROS	UN	200	POLAR FIX	R$ 2,59	R$ 518,00
33	AVENTAL DESCARTAVEL COM MANGA LONGA:NAO ESTERIL, FABRICADO EM NAO TECIDO 100 POLIPROPILENO, POSSUI ELASTICO NO PUNHO E TIRAS PARA AMARRAR NA CINTURA, COR BRANCA. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	PC	400	DESCAR PACK	R$ 15,00	R$ 6.000,00

44	CAMPO CIRURGICO DESCARTAVEL:ACONDICIONADO EM PACOTES CONTENDO 100 UNIDADES, POLIETILENO TRANSPARENTE DE 90 CM DE LARGURA X 120 CM DE COMPRIMENTO, DESCARTAVEL E ESTERIL, PRODUTO ESTERILIZADO EM OXIDO DE ETILENO,ISENTO DE LATEX, FABRICADOS EM FILME DE POLIMERO DE POLIETILENO TRANSPARENTE LISO DE ALTA DENSIDADE, FILME ENFESTADO COM ESPESSURA DE 0,0025MM (2,5 MICRAS), EMBALAGEM: ENVELOPE COM ABERTURA ASSEPTICA EM PAPEL GRAU CIRURGICO PERSONALIZADO MEDINDO 10CM X 15CM, NAO DEVE POSSUIR FENESTRA.	UN	250	ESTERILI-MED	R$ 0,98	R$ 245,00
56	CLOREXIDINA AQUOSA:2 SOLUCAO ANTISSEPTICA A BASE DE DIGLUCONATO DE CLOREXIDINA EM VEICULO AQUOSO, INDICADA PARA ANTISSEPSIA DA PELE E MUCOSAS. POSSUI ACAO BACTERICIDA DE AMPLO ESPECTRO. CONCENTRACAO DE 2, LIVRE DE ALCOOL. FRASCO DE 100ML (ALMOTOLIA).	FR	500	RIOHEX RIOQUIMICA	R$ 2,56	R$ 1.280,00
70	COMPRESSA DE GAZE 7,5CMX7,5CM(5 DOBRAS)NAO ESTERIL, 8 CAMADAS, PACOTE COM 500 UNIDADES	PC	2000	AMED	R$ 0,45	R$ 900,00
72	COMPRESSA:CAMPO OPERATORIO NAO ESTERIL,4 CAMADAS COM CADARCO,100 PURO ALGODAO: MACIO E EXTRA-ABSORVENTE, TAMANHO:45 CM X 50CM,,26G/UNIDADE.	UN	4000	AMED	R$ 0,45	R$ 1.800,00
84	ELETRODO DESCARTAVEL (ECG):FABRICADO EM ESPUMA / GEL SOLIDO,MAIOR CONDUTIVIDADEE LONGA DURACAO. TAMANHO 44 X 32MM. EMBALAGEM COM 50 UNIDADES.	CX	5000	3M	R$ 0,56	R$ 2.800,00
122	FITA ZEBRADA PARA ESTERILIZACAO:FITA ADESIVA UTILIZADA PARA IDENTIFICACAO DE MATERIAIS SUBMETIDOS A ESTERILIZACAO A VAPOR,CONFECCIONADA EM PAPEL CREPADO COM TINTA TERMOQUIMICA. DEVE APRESENTAR LISTRAS (ZEBRADAS) QUE MUDAM DE COR APOS EXPOSICAO AO PROCESSO DE ESTERILIZACAO, INDICANDO QUE O MATERIAL FOI PROCESSADO.	UN	3000	CIEX	R$ 3,40	R$ 10.200,00
138	INVOLUCRO EM SMS OU TNT ESPECIFICO PARA ESTERILIZACAO:(SPUNBOND-MELTBLOWN-SPUNBOND)INVOLUCRO PARA ESTERILIZACAO CONFECCIONADO EM NAO TECIDO TIPO SMS (SPUNBOND-MELTBLOWN-SPUNBOND), COMPOSTO POR POLIPROPILENO MULTICAMADAS, ATOXICO, HIPOALERGENICO, RESISTENTE A TRACAO E PERFURACAO, COM ELEVADA EFICIENCIA DE BARREIRA MICROBIANA E PERMEABILIDADE AOS AGENTES ESTERILIZANTES (VAPOR SATURADO SOB PRESSAO E/OU OXIDO DE ETILENO). INDICADO PARA ACONDICIONAMENTO DE INSTRUMENTAIS CIRURGICOS EM PROCESSOS DE ESTERILIZACAO. DIMENSOES 75X75.	UN	1000	POLAR FIX	R$ 1,10	R$ 1.100,00
214	SACO BRANCO LEITOSO 15 LITROS:PARA DESCARTE DE LIXO INFECTADO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PC	300	DESCARBOX	R$ 10,30	R$ 3.090,00
215	SACO BRANCO LEITOSO 30 LITROS:SACO PLASTICO BRANCO LEITOSO PARA DESCARTE DE LIXO INFECTADO. PACOTE COM 100 UNIDADES	PC	300	DESCARBOX	R$ 12,30	R$ 3.690,00
242	SONDA FOLEY N16 DE LATEX 2 VIAS SILICONIZADO:A SONDA FOLEY DE LATEX E CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL, COM TUBO FLEXIVEL SILICONADO. APRESENTA PONTA DISTAL ARREDONDADA E ATRAUMATICA COM DOIS ORIFICIOS LATERAIS E BALAO EM LATEX, O QUAL E CONECTADO A VALVULA DE INSUFLACAO (VIA COLORIDA QUE INDICA TAMANHO), UNINDO-SE A PARTE PROXIMAL A VIA DE DRENAGEM VESICAL. A SONDA PODE APRESENTAR DUAS VARIACOES: DUAS VIAS (VIA DE DRENAGEM E VIA DE INSUFLACAO) ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO	UN	800	MEDIX	R$ 2,10	R$ 1.680,00
243	SONDA FOLEY N20 DE LATEX 2 VIAS SILICONIZADO:A SONDA FOLEY DE LATEX E CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL, COM TUBO FLEXIVEL SILICONADO. APRESENTA PONTA DISTAL ARREDONDADA E ATRAUMATICA COM DOIS ORIFICIOS LATERAIS E BALAO EM LATEX, O QUAL E CONECTADO A VALVULA DE INSUFLACAO (VIA COLORIDA QUE INDICA TAMANHO), UNINDO-SE A PARTE PROXIMAL A VIA DE DRENAGEM VESICAL. A SONDA PODE APRESENTAR DUAS VARIACOES: DUAS VIAS (VIA DE DRENAGEM E VIA DE INSUFLACAO) ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO	UN	800	MEDIX	R$ 2,10	R$ 1.680,00
244	SONDA FOLEY N22 DE LATEX 2 VIAS SILICONIZADO:A SONDA FOLEY DE LATEX E CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL, COM TUBO FLEXIVEL SILICONADO. APRESENTA PONTA DISTAL ARREDONDADA E ATRAUMATICA COM DOIS ORIFICIOS LATERAIS E BALAO EM LATEX, O QUAL E CONECTADO A VALVULA DE INSUFLACAO (VIA COLORIDA QUE INDICA TAMANHO), UNINDO-SE A PARTE PROXIMAL A VIA DE DRENAGEM VESICAL. A SONDA PODE APRESENTAR DUAS VARIACOES: DUAS VIAS (VIA DE DRENAGEM E VIA DE INSUFLACAO) ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO	UN	800	MEDIX	R$ 2,10	R$ 1.680,00
245	SONDA FOLEY No 12 DE 2 VIAS DE LATEX SILICONIZADO: LATEX BALAO RESISTENTE A ALTA PRESSAO E DE FACIL INSUFLACAO, SONDA COM ORIFICIO DISTAL E DIAMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RAPIDA E EFICIENTE, VALVULA DE INSUFLACAO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALAO DURANTE SUA UTILIZACAO, CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTACAO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA.	UN	1000	MEDIX	R$ 2,10	R$ 2.100,00
246	SONDA FOLEY No 14 DE 2 VIAS DE LATEX SILICONIZADO:LATEX BALAO RESISTENTE A ALTA PRESSAO E DE FACIL INSUFLACAO, SONDA COM ORIFICIO DISTAL E DIAMETRO INTERNO LISO, PROPICIANDO DRENAGEM RAPIDA E EFICIENTE, VALVULA DE INSUFLACAO EFICAZ QUE ASSEGURA O ENCHIMENTO E ESVAZIAMENTO DO BALAO DURANTE SUA UTILIZACAO, CONECTOR UNIVERSAL QUE PERMITE PERFEITA ADAPTACAO EM QUALQUER TIPO DE BOLSA COLETORA	UN	800	MEDIX	R$ 2,10	R$ 1.680,00
247	SONDA FOLEYN18 DE LATEX 2 VIAS SILICONIZADO:A SONDA FOLEY DE LATEX E CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL, COM TUBO FLEXIVEL SILICONADO. APRESENTA PONTA DISTAL ARREDONDADA	UN	800	MEDIX	R$ 2,10	R$ 1.680,00

	E ATRAUMATICA COM DOIS ORIFICIOS LATERAIS E BALAO EM LATEX, O QUAL E CONECTADO A VALVULA DE INSUFLACAO (VIA COLORIDA QUE INDICA TAMANHO), UNINDO-SE A PARTE PROXIMAL A VIA DE DRENAGEM VESICAL. A SONDA PODE APRESENTAR DUAS VARIACOES: DUAS VIAS (VIA DE DRENAGEM E VIA DE INSUFLACAO) ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO					
253	SONDA GASTRICA N14:E CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL) COMPRIMENTO DE 120CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL E ATOXICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO E EMBALADO EM P.G.C.TAMANHO:14	UN	400	MARK MED	R$ 1,00	R$ 400,00
254	SONDA GASTRICA N16:E CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL) COMPRIMENTO DE 120CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL E ATOXICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO E EMBALADO EM P.G.C.TAMANHO:16	UN	400	MARK MED	R$ 1,20	R$ 480,00
255	SONDA GASTRICA N18:E CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL) COMPRIMENTO DE 120CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL E ATOXICO. ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO E EMBALADO EM P.G.C.TAMANHO:18	UN	400	MARK MED	R$ 1,29	R$ 516,00
258	SONDA PARA ALIMENTACAO ENTERAL PEDIATRICA 06FR:60CM. PRODUZIDA EM POLIURETANO. COMPOSTA POR TUBO RADIOPACO EM TODA SUA EXTENSAO. ACOMPANHAM FIO-GUIA EM ACO INOX PRE-LUBRIFICADO COMPOSTO POR 7 FIOS TRANCADOS E PONTA ATRAUMATICA. ESTERILIZADA EM OXIDO DE ETILENO.	UN	2000	MARK MED	R$ 7,60	R$ 15.200,00
287	SUPORTE PARA COLETOR DE PERFURO CORTANTE 13L:PRODUTO:SUPORTE PARA COLETOR.COR: BRANCO.TAMANHOS 13L,COM O OBJETIVO DE MELHOR ACONDICIONAR AS EMBALAGENS,MANTER A INTEGRIDADE DO PRODUTO E FACILITAR O MANUSEIO.	UN	100	DESCARBOX	R$ 21,00	R$ 2.100,00
288	SUPORTE PARA COLETOR DE PERFURO CORTANTE 3L:PRODUTO:SUPORTE PARA COLETOR.COR:BRANCO.TAMANHOS 3L,COM O OBJETIVO DE MELHOR ACONDICIONAR AS EMBALAGENS,MANTER A INTEGRIDADE DO PRODUTO E FACILITAR O MANUSEIO	UN	100	DESCARBOX	R$ 18,70	R$ 1.870,00
289	TALA METALICA PARA IMOBILIZACAO DEDO:PECA DE METAL DOBRAVEL DE PONTAS ARREDONDADAS, COM ESPUMA INTEGRADA A PARTE INFERIOR DE SUA ESTRUTURA E DIMENSOES DE 12 MM (LARGURA) X 250 MM (COMPRIMENTO).DESCARTAVEL,NAO ESTERIL E HIGIENICO.USO UNICO.UTILIZACAO GERAL EM ADULTOS E CRIANCAS.	UN	100	DESCARBOX	R$ 8,00	R$ 800,00
291	TECIDO SMS MANTA DIMENSOES 75X75CM: TECIDO SMS (SPUNBOND-MELTBLOWN-SPUNBOND) E UM NAO TECIDO DE POLIPTOLIPENO 100 ATOXICA, CARACTERIZADO POR SUA ESTRUTURADA TRI-LAMINADA QUE COMBINA ALTA RESISTENCIA MECANICA (CAMADAS EXTERNAS SPUNBOND) E EXCELENTE BARREIRA BACTERIANA/IMPERMEABILIDADE (CAMADA INTERNA MELTBLOWN)	UN	100	POLAR FIX	R$ 1,10	R$ 110,00

ASHER EMPRESARIAL LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
32	ATADURA HEMOSTATICA:ATADURA HEMOSTATICA ESTERIL, DE USO UNICO, CONFECCIONADA EM MATERIAL TEXTIL ABSORVENTE (GAZE OU NAO TECIDO), IMPREGNADA COM AGENTE HEMOSTATICO DE ACAO RAPIDA, DESTINADA AO CONTROLE DE HEMORRAGIAS EXTERNAS. ESTERIL, ACONDICIONADO, INDIVIDUALMENTE EM EMBALAGEM INTEGRA, COM ABERTURA ASSEPTICA, PRONTO PARA USO, NAO NECESSITANDO DE PREPARO PREVIO, COMPOSICAO CONTENDO AGENTE HEMOSTATICO SEGURO, BIOCOMPATIVEL E NAO TOXICO (EX.: CAULIM, QUITOSANA OU SIMILAR), ALTA RESISTENCIA MECANICA, NAO SE DESINTEGRANDO DURANTE O USO, CAPACIDADE DE ABSORCAO EFICIENTE, AUXILIANDO NA CONTENCAO DO SANGRAMENTO, DIMENSOES COMPATIVEIS COM USO EM ATENDIMENTO PRE-HOSPITALAR E HOSPITALAR (INFORMAR MEDIDAS APROXIMADAS, EX.: 7,5 CM X 3 M OU SIMILAR), ISENTO DE LATEX (PREFERENCIALMENTE), REDUZINDO RISCO DE REACOES ALERGICAS, REGISTRO VALIDO NA ANVISA.	UN	2000	COMBAT GAUZW	R$ 63,40	R$ 126.800,00

10-WTRADE INTERMEDIAÇÃO DE NEGOCIOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
35	AVENTAL PVC REFORCADO BRANCO FORRADO TIRA SOLDADA:MEDIDA DO AVENTAL 1,20 X 0,65, COR BRANCO,TIRAS COM ENGATE NA CINTURA.	UN	200	MAICOL	R$ 9,77	R$ 1.954,00
77	DESINFETANTE QUARTENARIO DE AMONIA: A BASE DE QUATERNARIO DE AMONIO DE 5a GERACAO DEVE TER ALTO PODER DE DEINFECTANTE E ELIMINADOR DE MAL ODORES. INDICADO PARA LIMPEZA E DESINFECCAO DE SUPERFICIES LAVAVEIS COMO PISOS, PAREDES, BANCADAS, METAIS SANITARIOS, LAVATORIOS, EM ESTABELECIMENTO HOSPITALAR. EMBALAGEM DE 5 LITROS	GL	500	HFLEX	R$ 22,43	R$ 11.215,00
129	GARRAS EURO PLASTICA HASTE PARA REFIL ESPREMEDOR:DIMENSOES DO PRODUTO: PROFUNDIDADE: 5CM ALTURA: 10CM LARGURA: 20CM.	UN	100	GOEDER	R$ 22,43	R$ 2.243,00
168	LIXEIRA COM PEDAL 50 LITROS BRANCA:CAPACIDADE: 50 LITROS, COR: BRANCA, ACIONAMENTO: PEDAL, $ MATERIAL: POLIPROPILENO (PP), DIMENSOES: ALTURA: 62 CMM, LARGURA: 42 CM, PROFUNDIDADE: 39 CM.	UN	25	PLAST	R$ 83,93	R$ 2.098,25
193	OCULOS DE PROTECAO:OCULOS DE SEGURANCA COM ARMACAO E VISOR CONFECCIONADOS EM UMA UNICA PECA DE POLICARBONATO INCOLOR. COM APOIO NASAL INJETADO NA MESMA PECA E HASTES TIPO ESPATULA	UN	500	PLAST	R$ 2,91	R$ 1.455,00

	CONFECCIONADAS DO MESMO MATERIAL DO VISOR E ARTICULADAS. ISENTO DE PECAS METALICAS. PROTECAO UV400: FILTRA 99,9 DOS RAIOS UVA/UVB ATE 380NM. TAMANHO UNICO.					
216	SACO BRANCO LEITOSO 50 LITROS:SACO PLASTICO BRANCO LEITOSO PARA DESCARTE DE LIXO INFECTADO. PACOTE COM 100 UNIDADES	PC	300	WT	R$ 20,93	R$ 6.279,00

11- DCR SANTOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
39	BOBINA PICOTADA DE SACO PLASTICO 35X50CM:DIMENSOES: 35X50CM CAPACIDADE: 7KG COR: TRANSPARENTE	UN	300	HIPPER ROLL	R$ 20,83	R$6.249,00

12- TEREZINHA INADA DE OLIVEIRA IGARAPAVA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
42	BOTA DE SEGURANCA OCUPACIONAL PVC BRANCA BOTA OCUPACIONAL IMPERMEAVEL CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), COM SOLADO COM RANHURA NO SALTO, FACIL LIMPEZA E QUE RETRATA A PASSAGEM DE TEMPERATURA. DEVE SER RESISTENTE A BACTERIAS, AMBIENTES REFRIGERADOS, ACIDOS, OLEO E SOLVENTES. ESTRIAS LATERAIS QUE FACILITAM CALCAR. ESTRIAS HORIZONTAIS: FACILITAM O CALCAR, IMPERMEAVEL: IMPEDE A PASSAGEM DE AGUA, SOLADO: RESISTENCIA A ABRASAO E RANHURAS QUE EVITAM A AQUAPLANAGEM. RANHURA NO TORNOZELO: PROTECAO AO TORNOZELO E REFORCA A ESTRUTRURA DA BOTA. CARGA NITRILICA: RESISTENTE A RUPTURAS, RASGAMENTOS E ATRITOS. CABEDAL: CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) E MASSA NITRILICA (MELHORA A RESISTENCIA A ABRASAO, IMPEDE O RESSECAMENTO E TRINCAS). INJETADA EM UMA SO PECA SUA ESPESSURA E DE 2,0MM (BASE NUMERO 40) NO CANO E COM ESTRIAS LATERIAIS QUE FACILITAM O CALCAR. SOLADO: COM RANHURA DE 9,7MM NO SALTO, CONTEM POLIMERO PLASTICO EM PVC, REFORCADO COM A MASSA NITRILICA (TOQUE EMBORRACHADO E ANTIDERRAPANTE). AREA FRONTAL DO SOLADO ABERTO QUE PROPORCIONA UM ESCOAMENTO PERFEITO DE LIQUIDOS. ALTURA 28CM TAMANHOS: 34,35,36,37,38,39,40	PR	210	GARRA	R$ 45,00	R$ 9.450,00

13- CIRURGICA OLIMPIO LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
54	CLORETO DE SODIO 0,9:AMPOLA 10 ML: SOLUCAO ESTERIL DE CLORETO DE SODIO A 0,9, ISOTONICA, UTILIZADA PARA HIDRATACAO, DILUICAO DE MEDICAMENTOS, LIMPEZA DE FERIDAS E LAVAGEM DE VIAS INTRAVENOSAS. AMPOLA DE 10 ML, VIDRO RESISTENTE, COM FECHAMENTO SEGURO PARA GARANTIR ESTERILIDADE.PRODUTO DE USO UNICO, ATOXICO, INCOLOR, TRANSPARENTE E ATENDENDO AS NORMAS SANITARIAS VIGENTES, COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	5000	SAMTEC	R$ 0,29	R$ 1.450,00
135	HIPOCLORITO DE SODIO 1:PARA DESINFECCAO DE SUPERFICIES FIXAS NAO METALICAS, DE HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS RELACIONADOS COM O ATENDIMENTO A SAUDE. EMBALAGEM DE 5 LITROS.	GL	600	PROLINK	R$ 10,20	R$ 6.120,00
164	LANCETA RETRATIL DE SEGURANCA 23G:DISPOSITIVO DE RETRACAO AUTOMATICA DA AGULHA. PREVINE ACIDENTES PERCUTANEOS OCUPACIONAIS E EVITA A REUTILIZACAO. AGULHA TRIFACETADA,ELETROPOLIDA E SILICONIZADA.ESTERILIZADA POR RAIOS GAMA. 2,0 MM DE PROFUNDIDADE. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	1000	MEDIX	R$ 11,39	R$ 11.390,00
241	SONDA FOLEY N10 DE LATEX 2 VIAS SILICONIZADO:A SONDA FOLEY DE LATEX E CONFECCIONADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL, COM TUBO FLEXIVEL SILICONADO. APRESENTA PONTA DISTAL ARREDONDADA E ATRAUMATICA COM DOIS ORIFICIOS LATERAIS E BALAO EM LATEX, O QUAL E CONECTADO A VALVULA DE INSUFLACAO (VIA COLORIDA QUE INDICA TAMANHO), UNINDO-SE A PARTE PROXIMAL A VIA DE DRENAGEM VESICAL. A SONDA PODE APRESENTAR DUAS VARIACOES: DUAS VIAS (VIA DE DRENAGEM E VIA DE INSUFLACAO) ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO	UN	800	MEDIX	R$ 2,20	R$ 1.760,00
259	SONDA URETRAL DESCARTAVEL ESTERIL No16:EMBALAGEM INDIVIDUAL.	UN	4000	BIO FARMACEUTICA	R$ 0,54	R$ 2.160,00
262	SONDA URETRAL N06:CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL), COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE, FLEXIVEL , ATOXICO , ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE OXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C., TAMANHO:06	UN	3000	MEDIX	R$ 0,55	R$ 1.650,00
263	SONDA URETRAL N08:CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL), COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE,FLEXIVEL,ATOXICO,ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE OXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C., TAMANHO:08	UN	3000	MEDIX	R$ 0,55	R$ 1.650,00
264	SONDA URETRAL N10:CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL), COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE,FLEXIVEL,ATOXICO,ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE OXIDO DE ETILENO,EMBALADO EM P.G.C., TAMANHO: 10	UN	3000	MEDIX	R$ 0,56	R$ 1.680,00
265	SONDA URETRAL N12:CONFECCIONADA EM PVC (POLICLORETO DE VINIL), COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE,FLEXIVEL,ATOXICO ,ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE OXIDO DE ETILENO, EMBALADO EM P.G.C.,TAMANHO: 12	UN	3000	MEDIX	R$ 0,58	R$ 1.740,00
266	SONDA URETRAL N14:CONFECCIONADA EM PVC(POLICLORETO DE VINIL),COMPRIMENTO DE 40 CM CADA UNIDADE, TRANSPARENTE,FLEXIVEL,ATOXICO,ESTERILIZADO PELO PROCESSO DE OXIDO DE ETILENO,EMBALADO EM P.G.C.,TAMANHO:14	UN	3000	MEDIX	R$ 0,59	R$ 1.770,00
282	SORO FISIOLOGICO 0,9 1000ML:(CLORETO DE SODIO 0,9 - SOLUCAO INJETAVEL): SORO FISIOLOGICO 0,9 - 1000 ML BOLSA SISTEMA FECHADO, NA FORMA DE SOLUCAO INJETAVEL,LIMPIDA, ESTERIL E APIROGENICA.EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICACAO DE LOTE,VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10000	JP	R$ 6,79	R$ 67900,00

14-DELTA SHOP – DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
59	COBERTOR TERMICO DE EMERGENCIA (ALUMINIZADO):MANTA TERMICA CONFECCIONADA EM POLIETILENO ALUMINIZADO DESTINADA A MANTER A VITIMA AQUECIDA, NAO DEFORMAVEL, ISOLANTE TERMICO DE BAIXO PESO, A PROVA A AGUA E VENTO, RESISTENTE AO ATRITO COM O SOLO, MANTEM O CALOR INTERNO E REFLETE O CALOR EXTERNO. TAMANHO APROXIMADO DE 2,19X1,40.	UN	150	ORTOFEX	R$ 5,74	R$ 861,00
68	COMADRE INOX EM ACO INOXIDAVEL:CAPACIDADE 2 LITROS, COM ALCA, TIPO PA, MEDIDAS: 52 X 28,5 X 7CM.	UN	20	ACONOX	R$ 194,50	R$ 3.890,00
82	ELETRODO DE SILICONE, DIMENCOES 5X5CM:FABRICADO EM MATERIAL DE SILICONE, REUTILIZAVEIS, MATERIAL DE BOA CONDUTIBILIDADE	UN	400	ARKTUS	R$ 14,20	R$ 5.680,00
83	ELETRODO DE SILICONE, DIMENCOES 7X5CM:FABRICADO EM MATERIAL DE SILICONE, REUTILIZAVEIS, MATERIAL DE BOA CONDUTIBILIDADE.	KT	100	WELDON	R$ 14,20	R$ 5.680,00
145	KIT SUTURA ESTERIL:- ACO INOXIDAVEL COMPOSTO POR: 1 PINCA DENTE-DE-RATO, FABRICADA EM LIGA METALICA, COM 140MM DE COMPRIMENTO, COM DENTES DE 3MM SOBREPOSTOS EM SUA PORCAO CRISTAL, 1 TESOURA IRIS, FABRICADA EM LIGA METALICA, COM 115MM DE COMPRIMENTO, 1 PORTA AGULHAS MAYO HEGAR, FABRICADO EM LIGA METALICA, COM 140MM DE COMPRIMENTO, ESTOJO DE INOX PERFURADO 14X08X02CM, PINCA MOSQUITO CURVA 12CM, CABO DE BISTURI No 03, PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 12CM, PINCA ANATOMICA DISSECCAO 12CM.	KT	100	WELSON	R$ 192,00	R$ 19200,00
147	KIT IMOBILIZACAO COMPLETA:DEVE CONTER PRANCHA, TIRANTES E PROTETOR DE CABECA. PRANCHA DE IMOBILIZACAO CONFECCIONADA EM POLIETILENO COM ALTA RESISTENCIA A IMPACTOS, PROJETADA PARA TRANSPORTE MANUAL DE VITIMAS DE ACIDENTES, DIMENSIONADA PARA SUPORTAR ATE 200KG,- RIGIDA, LEVE E CONFORTAVEL,POSSUI ABERTURAS ESPECIFICAS PARA FACILITAR A IMOBILIZACAO DA VITIMA, 100 TRANSLUCIDA PODENDO SER USADA EM RX E RESSONANCIA MAGNETICA, MEDIDAS: 1880 MM DE COMPRIMENTO X 460MM DE LARGURA X 85 MM DE ALTURA, PESO APROXIMADO 8 KG. TIRANTES: CONJUNTO DE CINTOS PARA IMOBILIZACAO, CONFECCIONADO EM FITAS DE NYLON, EM CORES, RADIO TRANSPARENTE, FIXADO POR FITAS EM VELCRO DE 50 MM DE LARGURA, PERMITE IMOBILIZAR: OS OMBROS, TORAX, PELVE, BRACOS E PERNAS DESENHADOS PARA SER FACILMENTE ACONDICIONADO PESO 350G. IMOBILIZADOR LATERAL DE CABECA (HEAD BLOCK): IMOBILIZADOR LATERAL DE CABECA, CONFECCIONADO EM ESPUMA INJETADA, IMPERMEAVEL COM ORIFICIOS PARA VERIFICACAO DE SAIDA DE LIQUIDO PELO OUVIDO, PROPICIA IMOBILIZACAO PARA CABECA E REGIAO CERVICAL, CONTENDO TIRANTES DE FIXACAO PARA TESTA E QUEIXO COM FORMATO ANATOMICO E ADEQUADO PARA ENCAIXE NO COLAR CERVICAL. BASE TOTALMENTE IMPERMEAVEL SOLDADA ELETRICAMENTE COM ESTICADORES EM NYLON RESISTENTE PARA MELHOR FIXACAO E IMOBILIZACAO DA VITIMA.	KT	30	ORTOFEX	R$ 640,00	R$ 19200,00
156	LACRES DE PLASTICO NUMERADOS:FINALIDADE DE LACRAR MALETAS DE MEDICAMENTOS, CONTROLE DE ACESSO CARRINHO DE URGENCIA, COMPRIMENTO 16,5CM, FORNECIMENTO: 4.000 UNIDADES EM CARTELAS DE 10 LACRES.CARACTERISTICAS:AJUSTAVEL, FABRICADO EM POLIPROPILENO, MATERIA PRIMA VIRGEM, NUMERADOS, COM SETE DIGITOS SEQUENCIAIS, INICIADO ALEATORIAMENTE. DIMENSOES DA PLACA: 10MM DE LARGURA X 30MM DE COMPRIMENTO. COMPRIMENTO TOTAL DO LACRE: 16,5CM	UN	500	LACRAR	R$ 10,65	R$ 5.325,00
202	PINCA KELLY RETA:18CM RETA (HEMOSTATICA). PRODUTO CONFECCIONADO EM ACO INOXIDAVEL	UN	50	WELDON	R$ 45,00	R$ 2.250,00
299	UMIDIFICADOR PARA OXIGENIO:COM TAMPA DE NYLON INJETADA,FRASCO PLASTICO,COM NIVEIS MINIMO E MAXIMO, PORCA (CONFORME ABNT),ADAPTAVEL EM QUALQUER VALVULA REGULADORA OU FLUXO METRO DE OXIGENIO.EMBALAGEM 250 ML.	UN	200	RIOXI	R$ 15,00	R$ 3.000,00

15- PATOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
60	COLAR CERVICAL DE RESGATE G:COR DO VELCRO: VERDE, COMPOSICAO: POLIETILENO, E.V.A, VELCRO E BOTOES DE NYLON, DIMENSOES APROXIMADAS: 57 CM X 14 CM X 14 CM. SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANALISE DO PULSO CAROTIDEO E ABERTURA PARA PALPACAO E VENTILACAO DA NUCA.	UN	50	RESGATE	R$ 12,40	R$ 620,00
61	COLAR CERVICAL DE RESGATE M:COR DO VELCRO: LARANJA, COMPOSICAO: POLIETILENO, E.V.A, VELCRO E BOTOES DE NYLON, DIMENSOES APROXIMADAS: 57 CM X 12 CM X 13,5 CM. SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANALISE DO PULSO CAROTIDEO E ABERTURA PARA PALPACAO E VENTILACAO DA NUCA.	UN	50	RESGATE	R$ 9,98	R$ 499,00
62	COLAR CERVICAL DE RESGATE P:COR DO VELCRO: AZUL ROYAL, COMPOSICAO: POLIETILENO, E.V.A, VELCRO E BOTOES DE NYLON, DIMENSOES APROXIMADAS: 55 CM X 10,1 CM X 13,3 CM. SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANALISE DO PULSO CAROTIDEO E ABERTURA PARA PALPACAO E VENTILACAO DA NUCA.	UN	50	RESGATE	R$ 12,40	R$ 620,00
63	COLAR CERVICAL DE RESGATE PP:COR DO VELCRO: LILAS, COMPOSICAO: POLIETILENO, E.V.A, VELCRO E BOTOES DE NYLON, DIMENSOES APROXIMADAS: 55 CM X 7,6 CM X 12,7 CM. SUPORTE MENTONIANO, ABERTURA FRONTAL PARA ANALISE DO PULSO CAROTIDEO E ABERTURA PARA PALPACAO E VENTILACAO DA NUCA.	UN	50	RESGATE	R$ 12,40	R$ 620,00
64	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTE 13L:COMPOSICAO: PAPELAO ONDULADO (CAIXA EXTERNA E BANDEJA), PAPELAO COURO (CINTA LATERAL E FUNDO RIGIDO) E POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (SACOLA PARA REVESTIMENTO). COR: AMARELA, TRAVA DE SEGURANCAPARA FECHAMENTO APOS O USO.DESCARTAVEL: USO UNICO, NAO RECICLAVEL.TAMANHO: 3 LITROS.DIMENSOES APROXIMADAS ALTURA: APROXIMADAMENTE 30 CM A 35 CM, LARGURA (FRONTAL): APROXIMADAMENTE 20 CM A 25 CM, COMPRIMENTO (PROFUNDIDADE): APROXIMADAMENTE 30 CM A 35 CM.	UN	4000	DESCARBOX	R$ 4,35	R$ 17400,00
292	TERMOMETRO CLINICO AXILAR:DISPOSITIVO UTILIZADO PARA MEDICAO DA TEMPERATURA CORPORAL VIA AXILA,DEVENDO SER DIGITAL,POSSUIR VISOR DIGITAL,CORPO RESISTENTE,SEGURO E DE FACIL HIGIENIZACAO.PRODUTO DE USO INDIVIDUAL,ATOXICO E SEGURO	UN	50	WINNERMED	R$ 9,90	R$ 495,00
293	TERMOMETRO DIGITAL:PARA MAXIMA E MINIMA -10C A 50C O TERMOMETRO DIGITAL PARA MAXIMA E MINIMA INT./EXT. COM ALARME, PERMITE A MONITORACAO SIMULTANEA DE DUAS TEMPERATURAS. POSSUI FUNCAO DE MEMORIZAR AS LEITURAS MAXIMAS E MINIMAS, INTERNAS E EXTERNAS DA TEMPERATURA, EM UM PERIODO DE TEMPO. .ATENDE AS PORTARIA RDC 44/2009 PARA FARMACIAS DROGARIAS, E OUTROS.- ALIMENTACAO: 1 PILHA DE 1,5V - AAA - COMPRIMENTO DO CABO DO SENSOR:APROXIMADAMENTE 2M	UN	50	EXBOM	R$ 13,19	R$ 659,50

16 – CIRURGICA CLARA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
66	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO:COLETOR TIPO SACO, FABRICADO EM PEBD TRANSPARENTE COM CORDAO DE PP PARA FECHAR E PENDURAR EM SUPORTE APROPRIADO. TRANSPARENCIA PARA VISUALIZACAO CLARA. SEM SUBSTANCIAS ALERGENICAS, FECHAMENTO SEGURO POR TERMO SELAGEM,FACILITA FIXACAO NO LEITO COM CORDAO, DIMENSOES: 30 CM (COMPRIMENTO), 20 CM (LARGURA), 0,11 MM (ESPESSURA),GRADUACAO PRECISA ATE 2.000ML, COM DIVISOES A CADA 100 ML, MARCACOES VISIVEIS PARA FACIL LEITURA, PRODUTO MEDICO-HOSPITALAR DE USO UNICO, NAO ESTERIL, ATOXICO E DESCARTAVEL.	UN	400	LETOMED	R$ 2,25	R$ 900,00

17- GTMED IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
67	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO:COM VALVULA ANTI-REFLUXO ESCALA DE LEITURA DE PEQUENOS E GRANDES VOLUMES BOLSA DE COLETA DE URINA SITEMA FECHADO 2.000ML, DEVE POSSUIR VALVULA ANTI-REFLUXO, DESCARTAVEL, TUBO EXTENSOR DE 100CM FABRICADO EM PVC (DIAMETREO INTERNO 7MM E DIAMETRO EXTERNO 9MM), CONECTOR ESCALONADO COM TAMPA PROTETORA, CLAMP CORTA FLUXO, ALCA PARA TRANSPORTE, PONTA DE COLETA, VALVULA DE DRENAGEM INFERIOR (PONTO DE DESCARTE). DIMENSOES DA EMBALAGEM: 1CM X 20 X 30 CM.	UN	400	GLOMED	R$ 2,97	R$ 1.188,00
85	EQUIPO FOTOSSENSIVEL:EQUIPO DE INFUSAO GRAVITACIONAL DE SOLUCOES FOTOSSENSIVEIS, SUA INDICACAO EPARA A INFUSAO DE MEDICAMENTOS, SENSIVEIS A LUZ, OS MESMOS SOFREM ALTERACOES EM SUAS PROPRIEDADES ORIGINAIS SOB A ACAO, DOS RAIOS ULTRA VIOLETAS DA LUZ. POSSUI PONTA PERFURANTE QUE SE ADAPTA COM FACILIDADE A QUALQUER FRASCO/AMPOLA/BOLSA, COM CAMARA DE MACROGOTEJAMENTO FLEXIVEL (PVC AMBAR), CONTEM INJETOR LATERAL E FILTRO PARTICULA, ENTRADA DE AR HIDROFOBICA. TUBO: PVC AMBAR.ACOMPANHA CAPA PROTETORA PLASTICA PARA FRASCOS QUE CONTENHAM SOLUCOES FOTOSSENSIVEIS.ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO.	UN	100	BIOBASE	R$ 3,45	R$ 345,00
88	EQUIPO MICROGOTAS:CONTENDO TUBO ELASTOMERO PARA ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS/SOLUCOES, PONTA PERFURANTE. TUBO FLEXIVEL E TRANSPARENTE EM PVC DE NO MINIMO 1,20M DE COMPRIMENTO, REGULADOR DE FLUXO (CLAMP E ROLETE) PARA CONTROLE DE FLUXO DE SEGURANCA, CONECTOR LUER MACHO UNIVERSAL COM PROTETOR. EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRURGICO E FILME TERMOPLASTICO, CONTENDO OS DADOS IMPRESSOS DE IDENTIFICACAO, CODIGO, LOTE, DATA DE FABRICACAO E VALIDADE E REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE.	UN	1000	TKL	R$ 1,10	R$ 1.100,00
91	ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE ADULTO:18 - 35 CM . DADOS TECNICOS: VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO. MANGUITO E PERA EM PVC. BRACADEIRA EM NYLON COM FECHO EM VELCRO. ACOMPANHA ESTOJO PARA VIAGEM. FAIXA DE MEDICAO: 0 - 300 MMHG. DIVISAO DE 2 MMHG. TOLERANCIA DE /- 3 MMHG. 01 ANO DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO.	UN	80	PREMIUM	R$ 54,90	R$ 4.392,00
92	ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE INFANTIL:10 - 18 CM. DADOS TECNICOS: VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO. MANGUITO E PERA EM PVC. BRACADEIRA EM NYLON COM FECHO EM VELCRO. ACOMPANHA ESTOJO PARA VIAGEM. FAIXA DE MEDICAO: 0 - 300 MMHG. DIVISAO DE 2 MMHG. TOLERANCIA DE /- 3 MMHG. 01 ANO DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO.	UN	30	PREMIUM	R$ 59,15	R$ 1.774,50
93	ESFIGMOMANOMETRO ANEROIDE OBESO:35 - 51 CM. DADOS TECNICOS: VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO. MANGUITO E PERA EM PVC. BRACADEIRA EM NYLON COM FECHO EM VELCRO. ACOMPANHA ESTOJO PARA VIAGEM. FAIXA DE MEDICAO: 0 - 300 MMHG. DIVISAO DE 2 MMHG. TOLERANCIA DE /- 3 MMHG. 01 ANO DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICACAO	UN	50	PREMIUM	R$ 74,00	R$ 3.700,00
132	GLICOSIMETRO, PORTATIL:COM MEMORIA E VISOR DIGITAL. MONITOR: LCD DE 7 SEGMENTOS COM SIMBOLOS, NA ESCALA DE 10 A 600 MG/DL PARA GLICEMIA,CALIBRACAO AUTOMATICA, TEMPO DE TESTE DE APROXIMADAMENTE 5 SEGUNDOS, ALIMENTACAO: PILHA: CR 2032, VOLUME DE SANGUE: 1 - 2 L, ACOMPANHA:ESTOJO PARA TRANSPORTE, INCLUI: MANUAL OPERACIONAL, GARANTIA DE 1 ANO E ASSISTENCIA TECNICA.APARELHO DEVERA SER COMPATIVEL COM AS TIRAS REAGENTES EXISTENTES NO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DA MARCA ON CALL PLUS.	UN	100	G-TECH	R$ 40,00	R$ 4.000,00
133	GORRO DESCARTAVEL (TOUCA):GORRO DESCARTAVEL CONFECCIONADO EM MATERIAL NAO TECIDO (TNT), LEVE, RESPIRAVEL E ATOXICO, COM ELASTICO EM TODA A BORDA PARA AJUSTE ADEQUADO A CABECA.	PC	1000	DESCARPACK	R$ 5,68	R$ 5.680,00
137	INTEGRADOR QUIMICO INTEGRADOR CLASSE 5:01 PACOTE COM 100 UNIDADES DE INDICADOR QUIMICO CLASSE 5, DEVE CONTER TINTAS REAGENTES DE ALTA TECNOLOGIA E SENSIBILIDADE QUE CONTROLAM COM EXATIDAO TODOS OS PARAMETROS CRITICOS ESTABELECIDOS DE TEMPO, VAPOR E TEMPERATURA. CORRESPONDENDO A CURVA DE MORTE DO GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILUS. ATOXICO, ISENTO DE CHUMBO.	PC	4000	2L	R$ 20,00	R$ 80000,00
178	LUVA DESCARTAVEL DE PROCEDIMENTO SEM PO TAMANHO P:LUVA NAO ESTERIL, DESCARTAVEL E DE USO UNICO.CONFECCIONADA EM COPOLIMERO DE BUTADIENO E ACRILONITRILO, ISENTA DE PO BIOABSORVIVEL E LATEX	CX	3000	ABL	R$ 18,34	R$ 55020,00
217	SCALP 19 TAMANHO 19G:DESCARTAVEL, AGULHA CALIBRE 19, SILICONIZADA, TRIFACETADA, AGUCADA, FUNDIDA A BORBOLETA DE PLASTICO FLEXIVEL, TUBO VINILICO ATOXICO, APIROGENICO, TRANSPARENTE, ADAPTADOR PARA EQUIPOS LUER-LOCK, IDENTIFICACAO DE CALIBRE ATRAVES DE CODIGO DE CORES, AGULHA E ADAPTADOR COM PROTETORES, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	500	TKL	R$ 19,00	R$ 9.500,00
218	SCALP No 21G:DESCARTAVEL, AGULHA CALIBRE 21, SILICONIZADA, TRIFACETADA, AGUCADA, FUNDIDA A BORBOLETA DE PLASTICO FLEXIVEL, TUBO VINILICO ATOXICO, APIROGENICO, TRANSPARENTE, ADAPTADOR PARA EQUIPOS LUER-LOCK, IDENTIFICACAO DE CALIBRE ATRAVES DE CODIGO DE CORES, AGULHA E ADAPTADOR COM PROTETORES, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	500	TKL	R$ 19,00	R$ 9.500,00
219	SCALP No 23G:DESCARTAVEL, AGULHA CALIBRE 23, SILICONIZADA, TRIFACETADA, AGUCADA, FUNDIDA A BORBOLETA DE PLASTICO FLEXIVEL, TUBO VINILICO ATOXICO, APIROGENICO, TRANSPARENTE, ADAPTADOR PARA EQUIPOS LUER-LOCK, IDENTIFICACAO DE CALIBRE ATRAVES DE CODIGO DE CORES, AGULHA E ADAPTADOR COM PROTETORES, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	500	TKL	R$ 19,00	R$ 9.500,00
220	SCALP No 25G:DESCARTAVEL, AGULHA CALIBRE 25, SILICONIZADA, TRIFACETADA, AGUCADA, FUNDIDA A BORBOLETA DE PLASTICO FLEXIVEL, TUBO VINILICO ATOXICO, APIROGENICO, TRANSPARENTE, ADAPTADOR	‘CX	500	TKL	R$ 19,00	R$ 9.500,00

	PARA EQUIPOS LUER-LOCK, IDENTIFICACAO DE CALIBRE ATRAVES DE CODIGO DE CORES, AGULHA E ADAPTADOR COM PROTETORES, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. CAIXA COM 100 UNIDADES.					
221	SCALP No 27G:DESCARTAVEL, AGULHA CALIBRE 27, SILICONIZADA, TRIFACETADA, AGUCADA, FUNDIDA A BORBOLETA DE PLASTICO FLEXIVEL, TUBO VINILICO ATOXICO, APIROGENICO, TRANSPARENTE, ADAPTADOR PARA EQUIPOS LUER-LOCK, IDENTIFICACAO DE CALIBRE ATRAVES DE CODIGO DE CORES, AGULHA E ADAPTADOR COM PROTETORES, ESTERIL, EMBALADO INDIVIDUALMENTE CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO E PROCEDENCIA. CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	500	TKL	R$ 19,00	R$ 9.500,00
222	SERINGA DESCARTAVEL 03 ML SEM AGULHA:ESTERIL, USO UNICO, TRANSPARENTE, ATOXICA, COM BICO LUER SLIP PARA CONEXOES. CORPO LUBRIFICADO, COM ESCALA EXTERNA GRAVADA. CAIXA COM 100 UNID.	CX	800	DESCARPACK	R$ 0,25	R$ 200,00
294	TESTE INDICADOR BIOLOGICO:UTILIZADO PARA MONITORAR CICLOS DE ESTERILIZACAO A VAPOR.CADA INDICADOR BIOLOGICO DEVE POSSUI UM DISCO DE PAPEL INOCULADO COM ESPOROSCOM UMA POPULACAO MINIMA DE 105 OU 106 DE ESPOROS BACTERIANOS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILUS.ESSE DISCO E ACOMODADO EM UM FRASCO TERMOPLASTICO QUE SERVIRA COMO FRASCO DE CULTURA. O FRASCO TAMBEM CONTEM UMA AMPOLA DE VIDRO QUEBRAVEL CONTENDO MEIO DE CULTURA CASEINA DE SOJA.RESULTADO FINAL EM ATE 24 HORAS. A PRODUCAODE ACIDO ASSOCIADA AO CRESCIMENTO DE ESPOROS CAUSA MUDANCA DE COR DO MEIO DE CULTURA DE ROXO PARA AMARELO, FACILITANDO A DETECCAO DO CRESCIMENTO.	UN	1000	2L	R$ 1,50	R$ 15000,00

18- PONTO COM PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
75	CURATIVO FILME TRANSPARENTE:CURATIVO ADESIVO, TRANSPARENTE E FLEXIVEL, CONFECCIONADO EM FILME DE POLIURETANO OU MATERIAL SIMILAR, PERMEAVEL A VAPOR DE AGUA E OXIGENIO, MAS IMPERMEAVEL A LIQUIDOS, BACTERIAS E CONTAMINANTES EXTERNOS.INDICADO PARA PROTECAO DE FERIDAS, CATETERES, INCISOES CIRURGICAS E PONTOS DE PUNCAO, PERMITINDO VISUALIZACAO CONTINUA DA AREA SEM NECESSIDADE DE REMOCAO. PRODUTO ESTERIL, DE USO UNICO, HIPOALERGENICO, DE FACIL APLICACAO E REMOCAO ATRAUMATICA, ATENDENDO AS NORMAS SANITARIAS VIGENTES E COM REGISTRO NA ANVISA.	UN	4000	FRAME STYLE	R$ 1,90	R$ 7.600,00
100	ESTETOSCOPIO DUO INOX ADULTO E INFANTIL:AUSCULTADOR DUPLA FUNCAO, METAL CROMADO DE ALTA DURABILIDADE COM ANEL DE METAL CROMADO PARA SISTEMA DE TRAVA DO DIAFRAGMA EM PVC ATOXICO, COM EXCELENTE SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIACA. COM SINO E ANEL DE PVC ATOXICO PARA AUSCULTA PULMONAR. ANGULO: ALUMINIO, BIAURICULAR EM ARMACAO METALICA RESISTENTE DE GRANDE DURABILIDADE COM AJUSTE AUTOMATICO ATRAVES DE MOLA DE ACO.	UN	50	ADVANTIVE	R$ 16,80	R$ 840,00
105	EXTENSAO DE CATETER DE OXIGENIO:PARA USO COM CONCENTRADORES E CILINDROS DE OXIGENIO. TAMANHO: 2 METROS	UN	500	3P MEDICAL	R$ 1,85	R$ 925,00
108	FIO CATGUT SIMPLES No2,0:COM AGULHA CILINDRICA 1/2 CIRCULO ESTERIL, DESC. EMBALADO IND. C/ ABERTURA ASSEPTICA CX C/24 CAIXA.C/ 24 UNIDADES	CX	24	DONATI	R$ 89,99	R$ 2.159,76
114	FIO GUIA DE INTUBACAO ADULTO 15FR:(BOUGIE) 15FR (8,5 A 11 MM DIAM.700MM COMP): ALTAMENTE FLEXIVEL PARA AUXILIAR NA INTUBACAO, ESTERIL DE USO UNICO, COMPOSTO POR UM TUBO DE PVC (CLORETO DE POLIVINILA) NO MODELO MACICO.	UN	100	WELLEAD	R$ 21,00	R$ 2.100,00
115	FIO GUIA DE INTUBACAO ADULTO 10FR:(BOUGIE) 10FR (5,0 A 8,0 MM DIAM.700MM. COMP):ALTAMENTE FLEXIVEL PARA AUXILIAR NA INTUBACAO, ESTERIL DE USO UNICO, COMPOSTO POR UM TUBO DE PVC (CLORETO DE POLIVINILA) NO MODELO MACICO.	UN	100	WELLEAD	R$ 21,00	R$ 2.100,00
116	FIO GUIA DE INTUBACAO INFANTIL 06FR:(BOUGIE) 06FR (2,5 A 4,5 MM DIAM 535 MM COMP):ALTAMENTE FLEXIVEL PARA AUXILIAR NA INTUBACAO, ESTERIL DE USO UNICO, COMPOSTO POR UM TUBO DE PVC (CLORETO DE POLIVINILA) NO MODELO MACICO.	UN	100	WELLEAD	R$ 26,00	R$ 2.600,00
140	JELCO N18:CATETER VENOSO PERIFERICO AGULHA C/ BISEL CURTO E TRIFACETADO, TAMPA PROTETORA DA CAMARA DE REFLUXO,FLEXIVEL, SILICONIZADO, RADIOPACO ESTERIL DESCARTAVEL EMB. INDIVIDUAL	UN	3000	POLYMED	R$ 0,73	R$ 2.190,00
141	JELCO N20:CATETER VENOSO PERIFERICO AGULHA C/ BISEL CURTO E TRIFACETADO, TAMPA PROTETORA DA CAMARA DE REFLUXO,FLEXIVEL, SILICONIZADO, RADIOPACO ESTERIL DESCARTAVEL EMB. INDIVIDUAL	UN	3000	POLYMED	R$ 0,73	R$ 2.190,00
142	JELCO N22:CATETER VENOSO PERIFERICO AGULHA C/ BISEL CURTO E TRIFACETADO, TAMPA PROTETORA DA CAMARA DE REFLUXO,FLEXIVEL, SILICONIZADO, RADIOPACO ESTERIL DESCARTAVEL EMB. INDIVIDUAL	UN	3000	POLYMED	R$ 0,73	R$ 2.190,00
144	JELCO No16:CATETER VENOSO PERIFERICO, AGULHA C/ BISEL CURTO E TRIFACETADO, TAMPA PROTETORA DA CAMARA DE REFLUXO, FLEXIVEL, SILICONIZADO, RADIOPACO ESTERIL, DESCARTAVEL, EMB. INDIVIDUAL	UN	3000	POLYMED	R$ 0,73	R$ 2.190,00
151	KIT PARA NEBULIZACAO ADULTO:CONJUNTO UTILIZADO PARA ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS POR VIA INALATORIA EM PACIENTES ADULTOS, COMPOSTO POR MASCARA TAMANHO ADULTO, COPO RESERVATORIO PARA MEDICACAO E TUBO/EXTENSAO PARA CONEXAO AO SISTEMA DE AR COMPRIMIDO OU OXIGENIO.CONFECCIONADO EM MATERIAL ATOXICO, TRANSPARENTE E RESISTENTE, PERMITINDO VISUALIZACAO DO FLUXO. DEVE POSSUIR CONEXOES UNIVERSAIS COMPATIVEIS COM EQUIPAMENTOS DE NEBULIZACAO. PRODUTO REUTILIZAVEL.	KT	70	VITAL GOLD	R$ 8,30	R$ 581,00
152	KIT PARA NEBULIZACAO INFANTIL:CONJUNTO UTILIZADO PARA ADMINISTRACAO DE MEDICAMENTOS POR VIA INALATORIA EM PACIENTES INFANTIS, COMPOSTO POR MASCARA TAMANHO INFANTIL, COPO RESERVATORIO PARA MEDICACAO E TUBO/EXTENSAO PARA CONEXAO AO SISTEMA DE AR COMPRIMIDO OU OXIGENIO.CONFECCIONADO EM MATERIAL ATOXICO, TRANSPARENTE E RESISTENTE, PERMITINDO VISUALIZACAO DO FLUXO. DEVE POSSUIR CONEXOES UNIVERSAIS COMPATIVEIS COM EQUIPAMENTOS DE NEBULIZACAO. PRODUTO REUTILIZAVEL.	KT	70	VITAL GOLD	R$ 8,10	R$ 567,00
195	OTOSCOPIO:EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA VISUALIZACAO DO CANAL AUDITIVO E MEMBRANA TIMPANICA. POSSUI SISTEMA DE ILUMINACAO, LENTE DE AUMENTO E ESPECULOS DE DIFERENTES TAMANHOS. CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE, DE FACIL HIGIENIZACAO, COM FUNCIONAMENTO POR BATERIA OU SISTEMA RECARREGAVEL	UN	50	MIKATOS	R$ 179,90	R$ 8.995,00
205	PULSEIRA DE IDENTIFICACAO RN:FABRICADA EM PVC, NA COR BRANCA, COM ORIFICIOS DE AJUSTE E FECHAMENTO EM TRAVA TIPO POM. APRESENTA CAMPO DISPONIVEL PARA PREENCHIMENTO DOS DADOS A CANETA: NOME, SEXO, DATA, HORARIO, E NUMERO DE LEITO OU PRONTUARIO. MEDIDAS MODELO INFANTIL, COMPRIMENTO: APROXIMADAMENTE 170MM (10MM), LARGURA: APROXIMADAMENTE 18 MM (5MM) ORIFICIOS DE REGULAGEM: MINIMO 11	UN	200	WILTEX	R$ 1,90	R$ 380,00
238	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N16:APRESENTA-SE COMO UM TUBO DE	UN	400	FOYO MED	R$ 0,89	R$ 356,00

	PVC FLEXIVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES ABERTAS E 2 ORIFICIOS ALTERNADOS PARA A ASPIRACAO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA OU COM VALVULA DEPENDENDO DO MODELO. CALIBRE: 16					
239	SONDA DE ASPIRACAO TRAQUEAL N18:APRESENTA-SE COMO UM TUBO DE PVC FLEXIVEL COM UMA DAS EXTREMIDADES ABERTAS E 2 ORIFICIOS ALTERNADOS PARA A ASPIRACAO. A OUTRA EXTREMIDADE (DISTAL) APRESENTA UM CONECTOR COM TAMPA OU COM VALVULA DEPENDENDO DO MODELO. CALIBRE: 18.	UN	400	FOYO MED	R$ 0,95	R$ 380,00
276	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC SEM BALAO No2,5	UN	3000	WELLEAD	R$ 2,49	R$ 7.470,00
277	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC SEM BALAO No3,0	UN	3000	WELLEAD	R$ 2,49	R$ 7.470,00
278	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC SEM BALAO No3,5	UN	3000	WELLEAD	R$ 2,49	R$ 7.470,00
279	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC SEM BALAO No4,0	UN	3000	WELLEAD	R$ 2,49	R$ 7.470,00
280	SONDA/TUBO ENDOTRAQUEAL DE PVC SEM BALAO No4,5	UN	3000	WELLEAD	R$ 2,49	R$ 7.470,00

19 – OLEAK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
76	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFICIE FIXAS:ATIVO, COADJUVANTES, TENSOATIVOS NAO IONICOS, SEQUESTRANTE, EVEICULO.PEROXIDO DE HIDROGENIO, OCTIL DECIL DIMETILCLORETO DE AMONIODIDECIL DIMETIL CLORETO DE AMONIO E SEQUESTRANTES 5L.SIMILAR:HIGIHOSP	GL	2000	PRÓPRIA	R$ 88,70	R$ 177.400,00

20- PULSOMED BRASIL LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
80	DISPENSADOR MANUAL ALCOOL/SABONETE:EQUIPAMENTO DESTINADO A DISPENSACAO MANUAL DE ALCOOL LIQUIDO/GEL OU SABONETE. CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE, DE FACIL LIMPEZA E HIGIENIZACAO. ACIONAMENTO POR PRESSAO (MANUAL), COM SISTEMA QUE EVITE DESPERDICIO E GOTEJAMENTO.RESERVATORIO COM CAPACIDADE ADEQUADA PARA USO CONTINUO, COM SISTEMA DE RECARGA.	UN	400	PREMISSE	R$ 20,85	R$ 8.340,00

21- MULTIMEDIC COMERCIAL LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
81	DOPPLER FETAL PORTATIL:EQUIPAMENTO PORTATIL PARA DETECCAO DOS BATIMENTOS CARDIACOS FETAIS. POSSUI TRANSDUTOR DE USO OBSTETRICO, COM AUDIO PARA AUSCULTA E CONTROLE DE VOLUME. LEVE, COMPACTO E DE FACIL MANUSEIO. ALIMENTACAO POR BATERIA OU PILHAS.	UN	10	B2	R$ 155,50	R$ 1.555,00
120	FITA HIPOALERGENICA MICROPORE 5,0MMX10M:ROLO 5,0MMX10M	UN	1000	MAXIPARE	R$ 3,50	R$ 3.500,00
121	FITA PARA GLICOSIMETRO:TIRA TESTE PARA DETERMINACAO DE GLICEMIA - COMPATIVEL COMOS GLICOSIMETROS EXISTENTES NO ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DAMARCA ON CALL PLUS. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	2000	MAXIPARE	R$ 6,00	R$ 12.000,00
130	GARROTE PARA PUNCAO VENOSA:DISPOSITIVO UTILIZADO PARA PUNCAO VENOSA, CONFECCIONADO EM MATERIAL ELASTICO, RESISTENTE E DE FACIL HIGIENIZACAO.	MT	300	MEDIX	R$ 7,54	R$ 2.262,00
139	JELCO N14:CATETER VENOSO PERIFERICO AGULHA C/ BISEL CURTO E TRIFACETADO, TAMPA PROTETORA DA CAMARA DE REFLUXO,FLEXIVEL, SILICONIZADO, RADIOPACO ESTERIL DESCARTAVEL EMB. INDIVIDUAL	UN	3000	SOLIDOR	R$ 0,68	R$ 2.040,00
143	JELCO N24:CATETER VENOSO PERIFERICO AGULHA C/ BISEL CURTO E TRIFACETADO, TAMPA PROTETORA DA CAMARA DE REFLUXO,FLEXIVEL, SILICONIZADO, RADIOPACO ESTERIL DESCARTAVEL EMB. INDIVIDUAL	UN	3000	SOLIDOR	R$ 0,71	R$ 2.130,00
296	TORNIQUETE:DISPOSITIVO UTILIZADO PARA OCLUSAO TEMPORARIA DE VASOS SANGUINEOS DURANTE PUNCAO VENOSA, COLETA DE SANGUE OU PROCEDIMENTOS CIRURGICOS.CONFECCIONADO EM MATERIAL ELASTICO RESISTENTE, COM SISTEMA DE AJUSTE E LIBERACAO RAPIDA,PROPORCIONANDO SEGURANCA E PRATICIDADE NO USO. PRODUTO E USO MULTIPLO	UN	1000	SUPERMEDY	R$ 7,90	R$ 7.900,00

22- STERIS SOLUTIONS DO BRASIL IMPORTACAO E COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS DA SAUDE LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
90	ESCOVA DUPLA DE LIMPEZA INSTRUMENTAL CIRURGICO: COM CERDAS AÇO INOX, 18CM	UN	3000	STERIS	R$ 30,00	R$ 90.000,00

23- RS DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
94	ESPACADOR ADULTO:ENCAIXE UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE DISPENSADORES DE AEROSSOL, TUBO TOTALMENTE TRANSPARENTE PARA MELHOR VISUALIZACAO DO SPRAY, MASCARAS (TAMANHO G) MACIAS EM PVC, COM VEDACAO TOTAL DO AMBIENTE EXTERNO, VALVULA DUPLA, NO TUBO E NA MASCARA, GARANTINDO A RETENCAO MAXIMA DO MEDICAMENTO MATERIAL 100 BPA.	UN	100	MAXX CHAMBER	R$ 20,10	R$ 2.010,00
95	ESPACADOR INFANTIL:ENCAIXE UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE DISPENSADORES DE AEROSSOL, TUBO TOTALMENTE TRANSPARENTE PARA MELHOR VISUALIZACAO DO SPRAY, MASCARAS (TAMANHO M) MACIAS EM PVC, COM VEDACAO TOTAL DO AMBIENTE EXTERNO, VALVULA DUPLA, NO TUBO E NA MASCARA, GARANTINDO A RETENCAO MAXIMA DO MEDICAMENTO MATERIAL 100 BPA.	UN	100	MAXX CHAMBER	R$ 20,00	R$ 2.000,00

24- SIRIO PHARMA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
104	EXTENSAO DE ASPIRACAO:EXTENSAO FLEXIVEL, FABRICADO EM PVC ATOXICO, SERVE PARA ASPIRACAODE FLUIDOS E SECRECOES E ADMINISTRACAO DE GASES, COMO OXIGENIO, PODE POSSUIR CONECTORES DE PVC OU SILICONE QUE QUE REDUZ O ACUMULO DE RESIDUOS, ODORES, MINIMIZANDO O RISCO OCUPACIONAL.ISENTO DE LATEX, ESTERILIZADO	UN	100	SEROPLAST	R$ 4,90	R$ 490,00

	COM OXIDO DE ETILENO, DESCARTAVEL E DE USO UNICO.					
154	KIT SISTEMA DRENAGEM TORACICA:RESERVATORIO EM PVC, RIGIDO ATOXICO COM CAPACIDADE DE 2.000ML COM GRADUACAO A CADA 100ML, EXTENSAO EM PVC ATOXICO, CONECTADO EM PVC RIGIDO ATOXICO, DRENO TORACICO EM PVC CRISTAL ATOXICO NUMERO 34 COM INDICADOR RADIOPACO, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO, ESTERILIZADO A GAS OXIDO DE ETILENO. COLETA DE SECRECAO TORACICA (MEDIASTINO OU PLEURAL), CENTRO CIRURGICO, CTI, EMERGENCIAS E PRONTO SOCORRO, DESCARTAVEL.	KT	100	SEROPLAST	R$ 28,65	R$ 2.865,00

25 – SUTCARE LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
109	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 3-0: COM AGULHA 2,0 CM 3/8 CAIXA COM 24 UNIDADES.	CX	400	BRASUTURE	R$ 26,40	R$ 10.560,00

26- MEGA MED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
155	KIT TESTE DE COVID-19 ANTIGENO AG::(SWAB NASAL) - PESQUISA DE ANTIGENOS SARS-COV-2 CAIXA CONTENDO 25 TESTES. CADA TESTE SENDO COMPOSTO POR 1 SWAB (COTONETE ESTERIL) DE COLETA, 1 CARTAO TESTE (CASSETE), 1 TUBO PLASTICO COM LIQUIDO (SOLUCAO TAMPAO PARA EXTRACAO)	KT	600	SIGNAZ	R$ 71,93	R$ 43.158,00

27- MEDSET SOLUCOES PARA SAUDE LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
165	LANTERNA CLINICA:LAMPADA DE LED (LUZ BRANCA), CORPO DE ALUMINIO, ACIONAMENTO TIPO CANETA, RESISTENTE E DE ALTA DURABILIDADE.	UN	50	SUPERMED	R$ 10,49	R$ 524,50

28- J MACEDO OLIVEIRA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
176	LUVA DESCARTAVEL DE PROCEDIMENTO SEM PO TAMANHO G:LUVA NAO ESTERIL, DESCARTAVEL E DE USO UNICO.CONFECCIONADA EM COPOLIMERO DE BUTADIENO E ACRILONITRILO, ISENTA DE PO BIOABSORVIVEL E LATEX	CX	3000	MEDIX	R$ 18,20	R$ 54.600,00
177	LUVA DESCARTAVEL DE PROCEDIMENTO SEM PO TAMANHO M:LUVA NAO ESTERIL, DESCARTAVEL E DE USO UNICO.CONFECCIONADA EM COPOLIMERO DE BUTADIENO E ACRILONITRILO, ISENTA DE PO BIOABSORVIVEL E LATEX	CX	3000	MEDIX	R$ 18,20	R$ 54.600,00

29- RESILIE IMPORT & EXPORT LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
182	MASCARA CIRURGICA:DESCARTAVEL COM ELASTICO - EM TNT 60G, TRIPLA CAMADA. COM ELASTICO. COR BRANCA. CAIXA COM 50 UNIDADES	CX	3000	INFINITI	R$ 4,20	R$ 12.600,00
192	MASCARA N95/PFF2:FABRICADO EM MATERIAL FILTRANTE DE ALTA EFICIENCIA, COM EFICIENCIA MINIMA DE FILTRACAO DE 94 (PFF2) OU 95 (N95). DEVE POSSUIR FORMATO ANATOMICO QUE PROPORCIONE VEDACAO ADEQUADA AO ROSTO, COM CLIPE NASAL AJUSTAVEL E TIRAS ELASTICAS RESISTENTES PARA FIXACAO. PRODUTO ISENTO DE LATEX (PREFERENCIALMENTE), HIPOALERGENICO, ATOXICO E NAO INFLAMAVEL. CADA UNIDADE DEVE SER EMBALADA INDIVIDUALMENTE OU EM EMBALAGEM COLETIVA QUE PRESERVE A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	UN	3000	INFINITI	R$ 0,65	R$ 1.950,00

30- CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
194	OFTALMOSCOPIO:EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA EXAME DO FUNDO DE OLHO, PERMITINDO AVALIACAO DA RETINA E ESTRUTURAS OCULARES. POSSUI SISTEMA DE ILUMINACAO, LENTES COM DIFERENTES DIOPTRIAS E AJUSTE DE FOCO. CONFECCIONADO EM MATERIAL RESISTENTE, DE FACIL HIGIENIZACAO, COM FUNCIONAMENTO POR BATERIA OU SISTEMA RECARREGAVEL.	UN	50	DOCTOR	R$ 500,00	R$ 25.000,00

31- ENDOIMPORTS MEDICAL LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
203	PINCA MAGILL 20 CM:FABRICADA EM ACO INOXIDAVEL CIRURGICO	UN	50	FUTURE	R$ 64,00	R$ 3.200,00

32- ETIQUETAS RECIFE LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
206	PULSEIRA DE IDENTIFICACAO:USO HOSPITALAR PARA CONTROLE DE ACESSO E TRIAGEM, PULSEIRA DE IDENTIFICACAO EM PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) SEM PERSONALIZACAO, MEDIDAS 19X250MM, SEM PERSONALIZACAO, A PROVA DAGUA,COR: BRANCA	UN	20000	PROPRIO	R$ 0,520	R$ 4.000,00

33- INDUPLASTIL – INDUSTRIA DE PLASTICOS ITUIUTABA LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
206	SACO BRANCO LEITOSO 100 LITROS:SACO PLASTICO BRANCO LEITOSO PARA DESCARTE DE LIXO INFECTADO. PACOTE COM 100 UNIDADES	PC	300	MARCA PROPRIA	R$ 30,40	R$ 9.120,00

34- VERTICE MEDICAMENTOS LTDA

ITEM	DESCRIÇÃO	EMB	QTDE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
281	SORO FISIOLOGICO 0,9 – 250ML	CX	10.000	COPERMED	R$ 3,09	R$ 30.900,00
283	SORO FISIOLOGICO 0,9 100ML:(CLORETO DE SODIO 0,9 - SOLUCAO INJETAVEL):SORO FISIOLOGICO 0,9 - 100 ML BOLSA SISTEMA FECHADO,NA FORMA DE SOLUCAO INJETAVEL,LIMPIDA,ESTERIL E APIROGENICA.EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICACAO DE LOTE,VALIDADE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	10.000	COPERMED	R$ 2,50	R$ 25.000,00

VIGÊNCIA. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

Conquista/MG, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de agosto de 2026.

ANDRIA MAIRA MANZAN CROSARA
Procuradora Geral do Município de Conquista/MG

Publicado por:
Isis Vieira Abate
Código Identificador:4BB07743

PROCURADORIA JURÍDICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 5473/2026 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA MUNICIPAL Nº 5473/2026, DE 24 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONQUISTA, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com base no artigo 113 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder, de acordo com o requerimento formulado, férias regulamentares aos servidores abaixo mencionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA			
NOME DO SERVIDOR	**CARGO**	**PERÍODO**	**PERÍODO DE GOZO**
GABRIELA APARECIDA SANTOS GONÇALVES	Assessora de Agropecuária	2025/2026	24.08 a 07.09.2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS			
NOME DO SERVIDOR	**CARGO**	**PERÍODO**	**PERÍODO DE GOZO**
LARA CANASSA FERREIRA	Assistente Administrativa	2021/2022	08.09 a 22.09.2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME DO SERVIDOR	**CARGO**	**PERÍODO**	**PERÍODO DE GOZO**
SOLANGE APARECIDA DE JESUS	Auxiliar de Serviços Gerais da Educação	2025/2026	08.09 a 22.09.2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
NOME DO SERVIDOR	**CARGO**	**PERÍODO**	**PERÍODO DE GOZO**
CINTIA TAGLIATI GALES	Enfermeira	2025/2026	10.09 a 09.10.2026
MAISA JULIANI CARVALHO	Cirurgiã Dentista II	2025/2026	17.09 a 16.10.2026
VICTÓRIA DE SOUZA NETO	Atendente de Cons. Odontológico	2025/2026	17.09 a 01.10.2026
ADRYELY DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	Gestora da Sec. Municipal de Saúde	2025/2026	01.09 a 15.09.2026
ALINE PEREIRA MANIEZ	Téc. em Vigilância Epidemiológica	2025/2026	08.09 a 07.10.2026
LARA FABIAN GRACILIANO MOTA PEDRO	Supervisor de Compras Saúde	2025/2026	18.09 a 02.10.2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME DO SERVIDOR	**CARGO**	**PERÍODO**	**PERÍODO DE GOZO**
ANA DE FÁTIMA ANDRADE ROSSI	Assistente Social	2025/2026	15.09 a 29.09.2026
KARLA TEREZINHA BARRA	Assistente Administrativo	2022/2023	08.09 a 22.09.2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE			
NOME DO SERVIDOR	**CARGO**	**PERÍODO**	**PERÍODO DE GOZO**
DANIEL RICHARD DA SILVA	Motorista	2025/2026	01.09 a 15.09.2026
JARBAS BARBOZA DE ALMEIDA	Motorista	2024/2025	17.09 a 16.10.2026

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Conquista/MG, aos 24 (vinte e quatro) dias de mês de agosto de 2026.

BRÁULIO QUEIROGA DE MOURA FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andria Maira Manzan Crosara
Código Identificador:FDC47383

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CORAÇÃO DE JESUS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DA SESSÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

PREGÃO Nº. **0027/2026**
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. **0074/2026**

Às **08:00** do dia **17/08/2026**, reuniu-se o(a) Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, em atendimento às disposições contidas na legislação vigente, a fim de realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, Amparo legal Lei 14.133/2021, Art. 28, I, cujo objeto é (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (ARES-CONDICIONADOS E MONITOR MULTIPARÂMETRO) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO VICENTE DE PAULO, EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO Nº. 10.162 DE 23 DE MAIO DE 2025, DESTINADO AO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DE INVESTIMENTOS PARA A POLÍTICA DE ESTRUTURAÇÃO DA ATENÇÃO HOSPITALAR DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.).
Inicialmente, o(a) Pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lance e dado prosseguimento aos demais tramites do processo até sua fase de homologação.
As informações dessa ata são dinâmicas, haja vista a possibilidade de alteração das decisões por meio de recurso. Apenas após homologado do processo as informações estarão consolidadas.
Publicação: **31/07/2026**
Limite de impugnação: **12/08/2026 08:00**
Final da Proposta/Início da Sessão: **17/08/2026 às 08:00**

Esclarecimentos e Impugnações	
Solicitação	**Resposta**
Nome: ALCIMAR GUERRA DE MELO VITORINO	**Nome:** Tartalis Taligierisson Ribeiro Santos
Esclarecimento: Bom dia! Srª pregoeiro(a), os equipamentos de ar condicionado é apenas fornecimento ou possui instalação inclusa?	**Resposta:** Prezado, bom dia! Conforme o dispositivo da subcláusura 4.8. do anexo II do edital, o equipamento deverá ser instalado e testado por técnico da empresa contratada.
Nome: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	**Nome:** RONALDO VILELA PRADO JUNIOR

Esclarecimento: ESCLARECIMENTO REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO: 027/2026 PREZADOS, Venho, por meio deste, solicitar esclarecimento e, se possível, a reavaliação do descritivo constante no Pregão Eletrônico, especificamente nos itens que contemplam aparelhos de ar-condicionado, os quais exigem a utilização exclusiva do gás refrigerante R-410A. QUESTIONAMENTO_-_CORACAO_DE_JESUS_-_MG_-_GAS.pdf	**Resposta:** Inicialmente, cumpre destacar que a presente contratação possui característica peculiar, uma vez que não se trata de aquisição custeada exclusivamente com recursos ordinários do Município. Os equipamentos objeto do certame estão vinculados a recursos financeiros decorrentes de emenda parlamentar, na modalidade de transferência com finalidade definida, regulamentada pela Resolução SES/MG nº 10.162, de 23 de maio de 2025, destinada ao financiamento de investimentos para a Política de Estruturação da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência. Assim, a Administração Municipal não possui liberdade irrestrita para modificar, nesta etapa da contratação, as características e condições que integram o planejamento da aquisição vinculada ao recurso estadual. A especificação dos equipamentos decorre de planejamento previamente realizado no âmbito da política pública financiada pelo Estado de Minas Gerais, estando a aquisição vinculada ao projeto, à finalidade assistencial, à natureza e à tipologia dos equipamentos estabelecidos na regulamentação do repasse. Outro aspecto de elevada relevância consiste na necessidade de resguardar o Município de eventual apontamento ou glosa na prestação de contas. A Resolução estabelece expressamente que a prestação de contas, controle e avaliação dos recursos deverão observar o Decreto Estadual nº 48.600/2023 e a Resolução SES/MG nº 8.879/2023, ou as normas que vierem a substituí-las. Além disso, a própria regulamentação estabelece que a comprovação da aquisição dos equipamentos deve estar relacionada à sua conformidade com as especificações da Resolução. Consequentemente, eventual alteração unilateral das especificações constantes do planejamento da aquisição, sem prévia anuência do órgão concedente, poderá criar risco administrativo e financeiro ao Município, especialmente caso, no momento do monitoramento ou da prestação de contas, seja constatado que o equipamento adquirido não corresponde às condições que fundamentaram a transf... Veja mais detalhes na plataforma.
Nome: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	**Nome:** RONALDO VILELA PRADO JUNIOR

Esclarecimento: ESCLARECIMENTO REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO: 27/2026 Prezados, Em relação ao Pregão Eletrônico, especificamente sobre os itens, venho por meio deste solicitar esclarecimentos a respeito das especificações técnicas exigidas. Solicitamos esclarecimento quanto à exigência de apresentação da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) Classe A e do Selo PROCEL para os equipamentos objeto deste certame. QUESTIONAMENTO_-_CORACAO_DE_JESUS_-_MG_-_CLASSIFICACAO.pdf	**Resposta:** Inicialmente, cumpre destacar que a presente contratação possui característica peculiar, uma vez que não se trata de aquisição custeada exclusivamente com recursos ordinários do Município. Os equipamentos objeto do certame estão vinculados a recursos financeiros decorrentes de emenda parlamentar, na modalidade de transferência com finalidade definida, regulamentada pela Resolução SES/MG nº 10.162, de 23 de maio de 2025, destinada ao financiamento de investimentos para a Política de Estruturação da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência. Assim, a Administração Municipal não possui liberdade irrestrita para modificar, nesta etapa da contratação, as características e condições que integram o planejamento da aquisição vinculada ao recurso estadual. A especificação dos equipamentos decorre de planejamento previamente realizado no âmbito da política pública financiada pelo Estado de Minas Gerais, estando a aquisição vinculada ao projeto, à finalidade assistencial, à natureza e à tipologia dos equipamentos estabelecidos na regulamentação do repasse. Outro aspecto de elevada relevância consiste na necessidade de resguardar o Município de eventual apontamento ou glosa na prestação de contas. A Resolução estabelece expressamente que a prestação de contas, controle e avaliação dos recursos deverão observar o Decreto Estadual nº 48.600/2023 e a Resolução SES/MG nº 8.879/2023, ou as normas que vierem a substituí-las. Além disso, a própria regulamentação estabelece que a comprovação da aquisição dos equipamentos deve estar relacionada à sua conformidade com as especificações da Resolução. Consequentemente, eventual alteração unilateral das especificações constantes do planejamento da aquisição, sem prévia anuência do órgão concedente, poderá criar risco administrativo e financeiro ao Município, especialmente caso, no momento do monitoramento ou da prestação de contas, seja constatado que o equipamento adquirido não corresponde às condições que fundamentaram a transf... Veja mais detalhes na plataforma.
Nome: Carlos Eduardo Gil de Lima	**Nome:** RONALDO VILELA PRADO JUNIOR

Esclarecimento: Pedimos esclarecimentos: MONITOR MULTIPARÂMETRICO: 1) O edital exige: "...QT e QTc..." Perguntamos: A análise de Qt e Qtc geralmente é realizada através dos aparelhos de eletrocardiograma, pois tais aparelhos fornecem ainda mais medições relacionadas ao comportamento cardíaco do paciente. Por este motivo questionamos se serão aceitos equipamentos que não realizem a medida de Qt e Qtc, por entender que tal medida deverá ser feita preferencialmente em equipamento dedicado. Ou se esta medida poderá estar presente no ECG de 12 derivações do monitor ofertado. 2) O edital exige: "...ARMAZENAMENTO DE TENDÊNCIAS GRÁFICAS E TABULARES PARA, PELO MENOS, 120 (CENTO E VINTE) HORAS..." Perguntamos: Os monitores multiparâmetros da fabricante NIHON KOHDEN, armazena mais de 1000 dados da Pressão Não invasiva, incluindo demais parâmetros monitorizados simultaneamente, além de armazenar por até 72 horas, curvas dos parâmetros, tendências numéricas e gráficos de tendência. Tal armazenamento possui capacidade de acompanhar a evolução da pressão do paciente por pelo menos 10 dias (considerando medições de PNI a cada 15 minutos), além de poder acompanhar a evolução de dados diariamente. Solicitamos aceite do equipamento ofertado, por entender que irá atender as demandas das instituições com qualidade e robustez, pedimos aceite do nosso equipamento. 3) O edital exige: "...TEMPERATURA: DOIS CANAIS SIMULTÂNEOS; FAIXA MÍNIMA: 0 A 50ºC..." Perguntamos: Os monitores multiparâmetros da fabricante NIHON KOHDEN, realizam a monitorização de temperatura em uma ampla faixa de 0°C até 45°C, extremos estes dificilmente atingidos por pacientes mesmo em estado crítico. Porém é sabido que existem casos de pacientes graves, em protocolo de SEPSE por exemplo, que apresentam alta variação de temperatura durante este quadro clínico, oscilando entre estágios de hipotermia (abaixo de 35 °C) e hipertermia (acima de 40 °C), e principalmente nestes quadros, a temperatura corporal deve ser ... Veja mais detalhes na plataforma.	**Resposta:** Inicialmente, cumpre destacar que a presente contratação possui característica peculiar, uma vez que não se trata de aquisição custeada exclusivamente com recursos ordinários do Município. Os equipamentos objeto do certame estão vinculados a recursos financeiros decorrentes de emenda parlamentar, na modalidade de transferência com finalidade definida, regulamentada pela Resolução SES/MG nº 10.162, de 23 de maio de 2025, destinada ao financiamento de investimentos para a Política de Estruturação da Atenção Hospitalar e de Urgência e Emergência. Assim, a Administração Municipal não possui liberdade irrestrita para modificar, nesta etapa da contratação, as características e condições que integram o planejamento da aquisição vinculada ao recurso estadual. A especificação dos equipamentos decorre de planejamento previamente realizado no âmbito da política pública financiada pelo Estado de Minas Gerais, estando a aquisição vinculada ao projeto, à finalidade assistencial, à natureza e à tipologia dos equipamentos estabelecidos na regulamentação do repasse. Outro aspecto de elevada relevância consiste na necessidade de resguardar o Município de eventual apontamento ou glosa na prestação de contas. A Resolução estabelece expressamente que a prestação de contas, controle e avaliação dos recursos deverão observar o Decreto Estadual nº 48.600/2023 e a Resolução SES/MG nº 8.879/2023, ou as normas que vierem a substituí-las. Além disso, a própria regulamentação estabelece que a comprovação da aquisição dos equipamentos deve estar relacionada à sua conformidade com as especificações da Resolução. Consequentemente, eventual alteração unilateral das especificações constantes do planejamento da aquisição, sem prévia anuência do órgão concedente, poderá criar risco administrativo e financeiro ao Município, especialmente caso, no momento do monitoramento ou da prestação de contas, seja constatado que o equipamento adquirido não corresponde às condições que fundamentaram a transf... Veja mais detalhes na plataforma.

Fornecedor: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	**CNPJ/CPF:** 20.481.118/0001-96
Data/hora de envio 13/08/2026 15:43:49	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	

1 - APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS do tipo SPLIT HI WALL,:tecnologia DUAL INVERTER , voltagem: 220V ,Cor branco , funcao sleep, auto clean, material da condensadora contra corrosao , material da serpentina cobre, Homologacao e Registro do INMETRO, Faixa de REGISTRO DE CLASSIFICACAO PROCEL tipo A, controle remoto sem fio, fluido ecologico R-410A , timer, funcao swing: 4 direcoes , modos de operacao: auto/cool/fan/dry, tecnologia turbo, protecao anticorrosivo, direcionador horizontal e vertical, dimensoes externas minimas 717 x 495 x 230 mm, dimensoes internas minimas 837 x 308 x 192 mm . A unidade devera atender o aperfeicoamento do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) previsto na Portaria N 234/ 2020 do INMETRO. Garantia: Os produtos deverao ter garantia do fabricante no minimo de 10 (dez) anos para o compressor e 01 (um) ano para unidade evaporadora, condensadora.

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 12000 BTUS do tipo SPLIT HI WALL,:tecnologia DUAL INVERTER , voltagem: 220V ,Cor branco , funcao sleep, auto clean, material da condensadora contra corrosao , material da serpentina cobre, Homologacao e Registro do INMETRO, Faixa de REGISTRO DE CLASSIFICACAO PROCEL tipo A, controle remoto sem fio, fluido ecologico R-410A , timer, funcao swing: 4 direcoes , modos de operacao: auto/cool/fan/dry, tecnologia turbo, protecao anticorrosivo, direcionador horizontal e vertical, dimensoes externas minimas 717 x 495 x 230 mm, dimensoes internas minimas 837 x 308 x 192 mm . A unidade devera atender o aperfeicoamento do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) previsto na Portaria N 234/ 2020 do INMETRO. Garantia: Os produtos deverao ter garantia do fabricante no minimo de 10 (dez) anos para o compressor e 01 (um) ano para unidade evaporadora, condensadora.	12,00	unidade	3.300,00
Marca: AGRATTO **Fabricante:** AGRATTO	**Modelo:** ZEN		

Fornecedor: FELIPE	ALTAMIRO	ESPINDOLA	**CNPJ/CPF:** 20.481.118/0001-96
Data/hora de envio 13/08/2026 15:43:49			**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador			

2 - AR CONDICION ADO SPLIT ON/OFF, HI WALL (PAREDE), 18000 BTUS/H, CICLO FRIO APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERACAO:18.000 BTU/H, VAZAO AR:900 M3/H, TENSAO:220 V, FREQUENCIA:60 HZ, CORRENTE ELETRICA REFRIGERACAO:8,75 A, TIPO:SPLIT HI WALL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS:CONTROLE REMOTO DIGITAL SEM FIO / CO OMPRESSOR ROTA.:

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
AR CONDICION ADO SPLIT ON/OFF, HI WALL (PAREDE), 18000 BTUS/H, CICLO FRIO APARELHO AR CONDICIONADO, CAPACIDADE REFRIGERACAO:18.000 BTU/H, VAZAO AR:900 M3/H, TENSAO:220 V, FREQUENCIA:60 HZ, CORRENTE ELETRICA REFRIGERACAO:8,75 A, TIPO:SPLIT HI WALL, CARACTERISTICAS ADICIONAIS:CONTROLE REMOTO DIGITAL SEM FIO / CO OMPRESSOR ROTA.:	3,00	unidade	4.344,28
Marca: AGRATTO **Fabricante:** AGRATTO	**Modelo:** LIV		

Fornecedor: BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	**CNPJ/CPF:** 34.680.592/0001-51
Data/hora de envio 14/08/2026 17:42:03	**Avaliação da proposta:** Classificado
Descrição Comprador	
3 - MONITOR MULTIPARAMETRO,:DESCRICAO CONFORME TERMO DE REFERENCIA	

Descrição do Fornecedor	Quantidade	Unidade de Medida	Unitário Proposto
MONITOR MULTIPARAMETRO,:DESCRICAO CONFORME TERMO DE REFERENCIA	2,00	unidade	17.178,00
Marca: CREATIVE **Fabricante:** SHENZHEN CREATIVE **Modelo:**K12INDUSTRY CO., LTD.-CHINA			

Lances

Lote	Etapa	Fornecedor	Valor do Lance	Data/Hora
Lote 1	Aberta	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96	38.000,00	17/08/2026 08:13:41
Lote 1	Aberta	CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA 39.581.101/0001-39	37.990,00	17/08/2026 08:14:37
Lote 1	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	37.980,00	17/08/2026 08:14:46
Lote 1	Aberta	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96	36.000,00	17/08/2026 08:15:11
Lote 1	Aberta	CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA 39.581.101/0001-39	35.900,00	17/08/2026 08:16:17
Lote 1	Aberta	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96	34.000,00	17/08/2026 08:16:28
Lote 1	Aberta	CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA 39.581.101/0001-39	33.950,00	17/08/2026 08:16:50
Lote 1	Aberta	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96	32.000,00	17/08/2026 08:16:56
Lote 1	Aberta	CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA 39.581.101/0001-39	31.200,00	17/08/2026 08:17:11
Lote 1	Aberta	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96	30.000,00	17/08/2026 08:17:14
Lote 1	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	29.990,00	17/08/2026 08:17:50
Lote 1	Aberta	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96	28.000,00	17/08/2026 08:17:57
Lote 1	Aberta	VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS 34.497.870/0001-30	29.989,00	17/08/2026 08:19:58
Lote 1	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	29.970,00	17/08/2026 08:21:07
Lote 1	Aberta	VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS 34.497.870/0001-30	29.960,00	17/08/2026 08:22:13
Lote 1	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	29.950,00	17/08/2026 08:22:31
Lote 1	Aberta	VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS 34.497.870/0001-30	29.900,00	17/08/2026 08:22:38
Lote 1	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	29.890,00	17/08/2026 08:23:24
Lote 1	Aberta	VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS 34.497.870/0001-30	29.880,00	17/08/2026 08:23:32
Lote 1	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	29.870,00	17/08/2026 08:23:47
Lote 1	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	29.860,00	17/08/2026 08:24:00
Lote 1	Aberta	AGR SOLUCOES INTEGRADAS LTDA 65.912.505/0001-78	38.500,00	17/08/2026 08:24:22
Lote 1	Aberta	VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS 34.497.870/0001-30	29.850,00	17/08/2026 08:24:41
Lote 1	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	29.840,00	17/08/2026 08:24:54
Lote 1	*Negociação*	*FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96*	*27.999,96*	*17/08/2026 09:01:09*
Lote 2	Aberta	Castro Equipamentos LTDA 42.753.718/0001-07	7.974,68	17/08/2026 08:13:29
Lote 2	Aberta	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96	9.927,00	17/08/2026 08:13:49
Lote 2	Aberta	VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS 34.497.870/0001-30	9.920,00	17/08/2026 08:19:25
Lote 2	Aberta	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28	7.960,00	17/08/2026 08:19:37
Lote 2	*Negociação*	*INVERTER CLIMATIZACAO LTDA 58.241.343/0001-28*	*7.960,00*	*17/08/2026 08:38:07*
Lote 2	*Negociação*	*Castro Equipamentos LTDA 42.753.718/0001-07*	*7.974,68*	*17/08/2026 08:43:37*
Lote 2	*Negociação*	*VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS 34.497.870/0001-30*	*9.819,99*	*17/08/2026 09:29:54*
Lote 2	*Negociação*	*FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA 20.481.118/0001-96*	*9.927,00*	*24/08/2026 14:00:56*
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	33.986,00	17/08/2026 08:17:18
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	33.900,00	17/08/2026 08:19:56
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	33.890,00	17/08/2026 08:20:20

Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	33.800,00	17/08/2026 08:20:41
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	33.790,00	17/08/2026 08:21:07
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	33.700,00	17/08/2026 08:21:19
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	33.690,00	17/08/2026 08:21:28
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	33.650,00	17/08/2026 08:22:25
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	33.640,00	17/08/2026 08:23:32
Lote 3	Aberta	D.H.D ANDRADE LTDA 62.100.148/0001-55	34.000,00	17/08/2026 08:24:06
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	33.600,00	17/08/2026 08:24:35
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	33.590,00	17/08/2026 08:25:03
Lote 3	Aberta	61.055.076 DIEGO DE OLIVEIRA SOUZA 61.055.076/0001-09	33.580,00	17/08/2026 08:26:51
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	33.000,00	17/08/2026 08:27:08
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	32.990,00	17/08/2026 08:27:45
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	32.500,00	17/08/2026 08:28:10
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	32.490,00	17/08/2026 08:28:27
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	32.000,00	17/08/2026 08:29:21
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	31.900,00	17/08/2026 08:29:36
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	31.500,00	17/08/2026 08:30:27
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	31.450,00	17/08/2026 08:30:46
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	31.400,00	17/08/2026 08:32:09
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	31.390,00	17/08/2026 08:32:36
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	31.300,00	17/08/2026 08:34:09
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	31.290,00	17/08/2026 08:34:27
Lote 3	Aberta	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA 24.912.303/0001-49	31.200,00	17/08/2026 08:35:26
Lote 3	Aberta	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51	31.190,00	17/08/2026 08:35:53
Lote 3	*Negociação*	*BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA 34.680.592/0001-51*	*31.190,00*	*17/08/2026 08:38:09*

Chat		
Apelido	**Mensagem**	**Data/Hora**
Sistema	As propostas do processo foram abertas e serão analisadas. Aguardem Conectados.	17/08/2026 08:00:11
Sistema	As propostas foram abertas. Aguardem conectados a classificação das propostas.	17/08/2026 08:01:38
Pregoeiro(a)	As propostas foram classificadas e em breve será iniciada a disputa.	17/08/2026 08:01:38
	O chat está aberto para todos os fornecedores.	17/08/2026 08:01:54
	Bom dia a todos!	17/08/2026 08:02:07
	Senhores fornecedores, abriremos os três itens para formulação de lances.	17/08/2026 08:05:00
	Vamos iniciar a fase de lances.	17/08/2026 08:09:03
Sistema	A fase de lances do **lote 01** foi iniciada.	17/08/2026 08:10:20
Sistema	A fase de lances do **lote 02** foi iniciada.	17/08/2026 08:10:22
Sistema	A fase de lances do **lote 03** foi iniciada.	17/08/2026 08:10:24
	Senhores(as), precisamos que melhorem os preços. O que pode ser feito?	17/08/2026 08:38:18
Fornecedor 6	Já estamos no nosso melhor preço	17/08/2026 08:38:42
	Fornecedores 11 e 08 conseguem melhorar os preços?	17/08/2026 08:40:25
Fornecedor 11	bom dia preogeiro, peço desclassificação do lote 2	17/08/2026 08:42:46
	O fornecedor **11** foi desclassificado no lote **02** e sua proposta foi atualizada automaticamente. **Justificativa:** a pedido do fornecedor.	17/08/2026 08:43:31
	Fornecedor 24, precisamos que melhorem os preços. O que pode ser feito?	17/08/2026 08:44:17
Fornecedor 8	Bom dia pregoeiro, o valor estimado para para o Lote 03 se refere ao valor unitário ou total do Lote?	17/08/2026 08:44:19
	valor total do lote para duas unidades	17/08/2026 08:44:59
	Senhores fornecedores 24 e 08, por favor manifestem se existe a possibilidade de melhorar os preços?	17/08/2026 08:46:53
Fornecedor 8	Um momento por favor	17/08/2026 08:47:08
Fornecedor 8	No Edital informa R$17.179,67 para unitário do Item com total de R$34.359,34	17/08/2026 08:52:22
	Isso mesmo, lance inicial de R$ 34.359,34 e valor final R$ 31.190,00 ou seja, R$ 15.595,00 cada monitor.	17/08/2026 08:53:55
	Fornecedor 08, pode melhorar o preço?	17/08/2026 08:55:01
Fornecedor 8	Já ofertamos nosso mínimo e infelizmente não temos como reduzir	17/08/2026 08:55:31
Sistema	O fornecedor **06** teve seu lance final aceito para o lote **01** e sua proposta deverá ser atualizada manualmente. A proposta final deve ser atualizada no prazo de 02 horas. Exceto se o ente público fixar prazo diferente	17/08/2026 08:55:37
Sistema	O fornecedor **24** teve seu lance final aceito para o lote **02** e sua proposta deverá ser atualizada manualmente. A proposta final deve ser atualizada no prazo de 02 horas. Exceto se o ente público fixar prazo diferente	17/08/2026 08:55:40
Sistema	O fornecedor **08** teve seu lance final aceito para o lote **03** e sua proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	17/08/2026 08:55:45
	Senhores vencedores, por favor atualizar a proposta de preços na plataforma.	17/08/2026 08:56:12
	Senhores(as) vamos conferir a documentação (Habilitação), esse processo pode levar de 30 minutos a 1 hora.	17/08/2026 08:56:23
Fornecedor 8	Vai abrir anexo para envio de Proposta Atualizada?	17/08/2026 08:59:52
Sistema	O Fornecedor **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA** realizou a atualização da proposta no lote **1**.	17/08/2026 09:01:09
	A atualização é na própria plataforma.	17/08/2026 09:02:04
Fornecedor 8	Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários	17/08/2026 09:04:24
	O fornecedor **24** foi desclassificado no lote **02** e sua proposta foi atualizada automaticamente. **Justificativa:** conforme item 5.1 do edital os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital. a empresa deixou de anexar a documentação de habilitação ficando portanto desclassificada do certame.	17/08/2026 09:22:51
	Fornecedor 10, precisamos que melhorem os preços. O que pode ser feito?	17/08/2026 09:23:11

	Fornecedor 10 estamos aguardando sua manifestação.	17/08/2026 09:27:12
Fornecedor 10	Bom dia! foi dado um desconto. Agora estamos no nosso melhor valor e dentro do valor estimado.	17/08/2026 09:27:55
Sistema	O fornecedor **10** teve seu lance final aceito para o lote **02** e sua proposta deverá ser atualizada manualmente. A proposta final deve ser atualizada no prazo de 02 horas. Exceto se o ente público fixar prazo diferente	17/08/2026 09:28:31
	Favor atualizar a proposta.	17/08/2026 09:28:47
Sistema	O Fornecedor **VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS** realizou a atualização da proposta no lote **2**.	17/08/2026 09:29:54
	Fornecedor 08 favor atualizar a proposta.	17/08/2026 09:34:25
Sistema	O fornecedor **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 1.	17/08/2026 09:36:53
Sistema	O fornecedor **BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 3.	17/08/2026 09:37:17
Sistema	O fornecedor **VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 2.	17/08/2026 09:37:41
Sistema	O fornecedor **VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **2.**	17/08/2026 09:37:58
Sistema	O fornecedor **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **1.**	17/08/2026 09:37:58
Sistema	O fornecedor **BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **3.**	17/08/2026 09:37:58
Sistema	O(s) Lote(s) 1 à 3., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **15** minuto(s) - *(Prazo inicial: 17/08/2026 09:39:00, Prazo final: 17/08/2026 09:54:00)*.	17/08/2026 09:38:13
Fornecedor 11	manifesto intenção de recurso no lote 1, marca cotada não atende ao descritivo do edital.	17/08/2026 09:39:03
Fornecedor 10	Intenção de recurso de VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS para o lote **01** . (Manifestamos intenção de recurso, tendo em vista que a marca/modelo ofertado AGRATTO / ZEN 12 não atende integralmente às especificações do edital, que exige tecnologia Dual Inverter. O modelo ofertado não possui a característica exigida, motivo pelo qual solicitamos sua desclassificação.)	17/08/2026 09:48:51
Sistema	Foi iniciada a fase recursal do(s) lote(s) **1.**. Os interessados devem registrar o recurso em até **3** dia(s) - *(Prazo Recurso: 20/08/2026 23:59, Prazo contrarrazão: 25/08/2026 23:59)*.	17/08/2026 09:54:22
	Senhores(as), encerramos por aqui, tenha todos um ótimo dia.	17/08/2026 09:54:51
Fornecedor 10	bom dia! Prezados, solicitamos formalmente a desistência do Lote 02, tendo em vista que, após análise mais detalhada dos documentos que compõem o certame, constatamos que o objeto envolve também a instalação dos aparelhos de ar-condicionado, obrigação que não foi claramente indicada na descrição do item, encontrando-se prevista apenas de forma indireta na Minuta de Contrato. Ressaltamos que, em regra, a exigência de instalação é expressamente indicada na descrição/especificação do objeto, justamente por representar obrigação adicional e gerar custos significativos de mão de obra, materiais, deslocamento e infraestrutura. A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 89, §2º, que as condições de execução devem ser estabelecidas com clareza e precisão, em conformidade com o edital e a proposta vencedora. Além disso, o art. 92, II, determina a vinculação do contrato ao edital e à proposta.	20/08/2026 08:16:12
Fornecedor 10	Dessa forma, considerando que a exigência de instalação não estava claramente evidenciada na descrição do lote e somente foi identificada posteriormente na Minuta de Contrato, não temos condições de assumir a execução do objeto nos termos previstos, motivo pelo qual solicitamos a aceitação da presente desistência do Lote 02, evitando eventual descumprimento contratual futuro. A solicitação decorre de erro de interpretação quanto à extensão do objeto, sem qualquer intenção de causar prejuízo à Administração, razão pela qual solicitamos a compreensão e o acolhimento do pedido, diante da ausência de má-fé e da própria falta de clareza quanto à obrigação de instalação.	20/08/2026 08:16:46
	Prezados licitantes, a sessão será reaberta no dia 24/08/2026 as 14 horas. Ficam todos os licitantes cientes e intimados da reabertura da sessão.	21/08/2026 08:10:05
	Boa tarde!	24/08/2026 14:00:09
	Boa tarde!	24/08/2026 14:00:09
	Sessão reiniciada.	24/08/2026 14:00:19
	O fornecedor **10** foi desclassificado no lote **02** e sua proposta foi atualizada automaticamente. **Justificativa:** a pedido do fornecedor.	24/08/2026 14:00:50
	Fornecedor 06, precisamos que melhorem os preços. O que pode ser feito?	24/08/2026 14:01:37
	Considerando que o fornecedor 06 não está on-line e a proposta está dentro do valor de referência obtido pela Administração, a proposta será aceita e passaremos a próxima fase do certame.	24/08/2026 14:04:53
Sistema	O fornecedor **06** teve seu lance final aceito para o lote **02** e sua proposta foi atualizada automaticamente com o valor unitário do melhor lance.	24/08/2026 14:04:57
Sistema	O fornecedor **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA** foi **Habilitado** no(s) lote(s): 2.	24/08/2026 14:05:58
Sistema	O fornecedor **FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA** foi declarado vencedor do(s) lote(s) **2.**	24/08/2026 14:06:36
Sistema	O(s) Lote(s) 2., será(ão) aberto(s) para manifestação de intenção de recurso. A mesma deverá ser feita em até **15** minuto(s) - *(Prazo inicial: 24/08/2026 14:07:00, Prazo final: 24/08/2026 14:22:00)*.	24/08/2026 14:06:45
	Senhores(as)! Considerando que o prazo para apresentação das razões recursais encerrou-se às 23H59 DO DIA 20/08/2026 para o lote 01; Considerando que a licitante, embora tenha manifestado tempestivamente a intenção de interpor recurso durante a sessão pública, NÃO APRESENTOU SUAS RAZÕES RECURSAIS POR MEIO DA PLATAFORMA ELETRÔNICA DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO; Declara-se PRECLUSO O DIREITO DE RECORRER, nos termos do instrumento convocatório e da Lei nº 14.133/2021, em razão da não apresentação das razões recursais no prazo legal, razão pela qual o procedimento licitatório prosseguirá em seus ulteriores termos.	24/08/2026 14:25:26
	Considerando que, encerrada a fase recursal, não houve manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso para o lote 02, resta caracterizada a preclusão do direito de recorrer, nos termos da legislação vigente. Assim, os autos deverão ser encaminhados à Autoridade Competente para a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do procedimento licitatório, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021. Na sequência, serão adotadas as medidas administrativas pertinentes à formalização da contratação, mediante emissão e assinatura do respectivo instrumento contratual ou documento equivalente, conforme o caso, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.	24/08/2026 14:26:02
	Senhores(as), encerramos por aqui, tenha todos uma ótima tarde.	24/08/2026 14:26:18

Lista de Classificação do Lote 1

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	20.481.118/0001-96	27.999,96
2	INVERTER CLIMATIZACAO LTDA	58.241.343/0001-28	29.840,00
3	VICTOR TOLENTINO CRUZ SUPRIMENTOS CORPORATIVOS	34.497.870/0001-30	29.850,00
4	CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	39.581.101/0001-39	31.200,00
5	AGR SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	65.912.505/0001-78	38.500,00
6	Guilherme Faria de Moura - ME	20.039.127/0001-21	39.000,00
7	61.055.076 DIEGO DE OLIVEIRA SOUZA	61.055.076/0001-09	39.012,00
8	MULTIMARCAS MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	52.091.244/0001-20	39.600,00
9	ANGULAR SOLUCOES EM DISTRIBUICAO LTDA	58.543.909/0001-76	39.600,00
10	Gustavo de Paula Silva	39.906.139/0001-34	39.600,00
11	OLIVEIRA, FERNANDES E CAMPOS - MANUTENCAO PREDIAL E INDUSTRIAL LTDA	32.987.940/0001-02	40.800,00

Lista de Classificação do Lote 2

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	20.481.118/0001-96	9.927,00
2	Guilherme Faria de Moura - ME	20.039.127/0001-21	12.897,00
3	MULTIMARCAS MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	52.091.244/0001-20	13.020,00
4	ANGULAR SOLUCOES EM DISTRIBUICAO LTDA	58.543.909/0001-76	13.032,00
5	AGR SOLUCOES INTEGRADAS LTDA	65.912.505/0001-78	13.032,00
6	Gustavo de Paula Silva	39.906.139/0001-34	13.032,84
7	OLIVEIRA, FERNANDES E CAMPOS - MANUTENCAO PREDIAL E INDUSTRIAL LTDA	32.987.940/0001-02	13.332,84

Lista de Classificação do Lote 3

Posição	Fornecedor	CPF/CNPJ	Lance Final
1	BRASIL DEVICES EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	34.680.592/0001-51	31.190,00
2	M V R DE SOUZA COMERCIO ATACADISTA LTDA	24.912.303/0001-49	31.200,00
3	61.055.076 DIEGO DE OLIVEIRA SOUZA	61.055.076/0001-09	33.580,00
4	M.E.V. ATACADO VAREJO E SERVICOS LTDA	60.115.812/0001-04	33.996,00

5	D.H.D ANDRADE LTDA	62.100.148/0001-55	34.000,00

Avisos do processo	
Data / Hora	**Descrição**
	Atualização nos dados do processo
24/08/2026	**Equipe de Apoio:** ~~MARIANA SAMPAIO BATISTA, GUILHERME LEAL ANDRADE, RONALDO~~
14:26:40	~~VILELA PRADO JUNIOR, Rafael Ramos Prates~~→MARIANA SAMPAIO BATISTA, RONALDO
	VILELA PRADO JUNIOR, Rafael Ramos Prates

Status de Adjudicação e Homologação dos Lotes		
Lotes	**Adjudicação**	**Homologação**
	Data/Hora	**Data/Hora**
Lote 1		
Lote 2		
Lote 3		

A geração dessa ata só é possível após encerrada a sala de disputa e conhecido o vencedor de todos os lotes.

Homologação Parcial: 0 de 3 lote(s).

Documento gerado em 24 de Agosto de 2026.

TARTALIS TALIGIERISSON RIBEIRO SANTOS –
Pregoeiro(a)

MARIANA SAMPAIO BATISTA –
Equipe de Apoio

RONALDO VILELA PRADO JUNIOR –
Equipe de Apoio

RAFAEL RAMOS PRATES –
Equipe de Apoio

Publicado por:
Mariana Sampaio Batista
Código Identificador:A9B6FE55

DEPARTAMENTO JURÍDICO
ERRATA À PUBLICAÇÃO DA LISTA DE FAMÍLIAS APTAS E INAPTAS REFERENTE AO EDITAL Nº 03/2026 E RETIFICAÇÃO Nº 01/2026 – PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – FNHIS SUB 50.

O Município de Coração de Jesus/MG, por meio do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social- FHIS de Coração de Jesus, torna pública a presente ERRATA referente à publicação da lista de famílias APTAS E INAPTAS a concorrer ao processo de seleção do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50, regido pelo Edital nº 03/2026 e retificação Nº 01/2026.
CONSIDERANDO que, na publicação da referida lista, foram identificados erros materiais de ordem gráfica na numeração dos registros, ocasionando a repetição de alguns números e a ausência de outros na sequência numérica apresentada;
CONSIDERANDO que tais inconsistências decorreram exclusivamente de erro material de numeração na elaboração/publicação da lista, não representando inclusão, exclusão, alteração de classificação ou modificação da situação de qualquer família participante;
RETIFICA-SE a numeração constante na publicação anterior, para que a sequência dos números seja apresentada de forma correta e ordenada.
ESCLARECE-SE que a presente **Errata** tem caráter exclusivamente corretivo, destinando-se apenas à regularização da numeração dos registros, permanecendo inalteradas as informações relativas à situação de aptidão ou inaptidão das famílias, bem como os demais dados constantes da publicação original.
Dessa forma, os números que não constaram na publicação anterior devem ser considerados como falha material de numeração, não significando que tenham sido atribuídos a outra família ou que tenha ocorrido qualquer prejuízo à participação dos candidatos no processo.
A lista retificada passa a prevalecer para todos os fins administrativos, substituindo, exclusivamente quanto à numeração dos registros, a publicação anterior.

GILMAR MOREIRA DA SILVA
Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação Social

Nº DE INSCRIÇÃO	SENHA	RESPONSÁVEL FAMILIAR	RESULTADO DA HABILITAÇÃO
1	1	JOSIANE SOARES CAETANO	APTA
2	P01	CARINE PEREIRA AGUIAR	APTA
3	3	MAURA CARDOSO SANTOS	APTA
4	5	JOSÉ SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR	APTA
5	P02	LAILA NUNES COSTA	APTA
6	P03	SÔNIA PEREIRA DA SILVA	APTA
7	7	ANA PAULA PEREIRA SILVA	APTA
8	P04	ALTINA PEREIRA DOS SANTOS	INAPTA
9	P05	BRUNA RAMOS MEIRELES	APTA
10	11	ELIENE BARBOSA ANDRADE	INAPTA
11	P06	FLÁVIA FERREIRA AGUIAR	APTA
12	P18	ANÉSIA DA SILVA OLIVEIRA SOUTO	INAPTA
13	13	CRISTIANE DE JESUS AGUIAR	APTA
14	9	MARIA ISABEL PEREIRA SANTOS	APTA
15	P07	CÍNTIA DANIELA GOMES PEREIRA	APTA
16	15	KATIANE ANDRADE LIRA	APTA
17	17	ILMA APARECIDA PEREIRA SANTOS	APTA
18	P08	STEFANY SANTOS PEREIRA	APTA

19	P09	ROSILENE PEREIRA GOMES	INAPTA
20	19	MÉRCIA PEREIRA DOS SANTOS	APTA
21	P10	VITÓRIA DOS SANTOS PEREIRA	APTA
22	P11	CARINE DE JESUS PEREIRA	APTA
23	21	SAMIRA SOARES BARBOSA OLIVEIRA	APTA
24	P12	ANA LÚCIA FERREIRA DUARTE	APTA
25	25	THAÍS CRISTINA MARTINS NOBRE	APTA
26	P13	GISLENE FERNANDES DA SILVA	APTA
27	29	TATIELY SILVA ROCHA	APTA
28	27	EDINÉIA PEREIRA ALMEIDA	APTA
29	P15	CARLA VITÓRIA OLIVEIRA SOUZA	APTA
30	P14	MARIA EDUARDA SOARES SANTOS	APTA
31	23	JAQUELANE SOUZA AGUIAR	INAPTA
32	31	MÍRIAN DA CONCEIÇÃO LIMA	APTA
33	P16	LUDMILA SANTOS ALVES	APTA
34	33	LUCINARA ANDRADE LIMA DUARTE	APTA
35	P17	JEISIANE BARBOSA DE JESUS	APTA
36	35	IVONEIDE DE JESUS SILVA	APTA
37	37	FRANCISCA PEREIRA RAMOS	APTA
38	P19	ALINE DA PAIXÃO SOARES MOREIRA	APTA
39	39	ITAMARA NOGUEIRA SANTOS	APTA
40	P20	JÉSSICA CAMILA OLIVEIRA LIMA	APTA
41	41	DANIELLY BARBOSA SANTOS	APTA
42	P21	TATIANE PEREIRA SANTOS CARDOSO	INAPTA
43	43	RAYANE PINHEIRO DOS SANTOS	APTA
44	P22	ANNA LUÍZA FERREIRA GONÇALVES	APTA
45	45	LUCIMAGNA SOARES VELOSO	APTA
46	P23	THAMARA MAIANY AGUIAR SOUZA	APTA
47	47	PATRÍCIA SANTOS FERNANDES	APTA
48	P24	DYESSICA PINHEIRO RAMOS	APTA
49	49	DANIELE FERREIRA SOARES	APTA
50	P25	PATRÍCIA ANTUNES RUAS	APTA
51	52	TAMIRES PEREIRA ALVES	APTA
52	53	TALIA JOSIELLE ALVES ALMEIDA	APTA
53	57	ANA PAULA SANTOS MELO	APTA
54	96	FRANCIELE SOARES FERNANDES	APTA
55	60	JANE CLEIA SOARES MEDEIROS	APTA
56	61	ADENILCE FERREIRA SANTOS	INAPTA
57	54	ANA MEILLE OLIVEIRA ALVES	APTA
58	56	ROBERTO CARLOS OLIVEIRA SANTOS	INAPTA
59	59	MARIA CLARA NEVES DOS ANJOS	APTA
60	63	MARIA CLAUDILENE ALVES QUEIROZ	APTA
61	64	LUZIA APARECIDA SOARES MOREIRA	INAPTA
62	65	JOSÉ DOMINGOS BATISTA DOS REIS	APTA
63	62	ADELCIANE FERREIRA SANTOS	APTA
64	66	MARIA AIDEE SOARES	APTA
65	67	KATIANE ALVES ALMEIDA	APTA
66	68	ISABELA LORRANA DE OLIVEIRA LIMA	APTA
67	51	FABIANO CELESTINO GOMES	APTA
68	69	LARISSA CASSIANA DE JESUS LIMA SANTOS	APTA
69	70	JAQUELINE FERREIRA BARBOSA	INAPTA
70	81	FERNANDO FERREIRA LIMA	INAPTA
71	72	RIAN BARBOSA RAMOS	INAPTA
72	73	RANIELE DA SILVA SOLTO	APTA
73	58	NANCY DEL CARMEN CONTRERAS OLIVEROS	INAPTA
74	71	DANUBIA PEREIRA DA SILVA ALVES	APTA
75	75	LUCIA RIBEIRO SOARES	INAPTA
76	76	IARA LAUDEMIRA FREIRE ROCHA	APTA
77	77	LARA CASTRO PEREIRA	APTA
78	55	MARIA JOELMA SOARES DA CONCEIÇÃO	APTA
79	78	MAÍSA CARDOSO SILVA	APTA
80	79	GERALIS BLEIMAR RODRIGUEZ ASUAJE	INAPTA
81	80	TATIANE GONÇALVES SANTOS	APTA
82	100	NATALY CARDOSO DE OLIVEIRA	APTA
83	82	NICOLE NEVES BARBOSA	INAPTA
84	88	LANA CRISTINA FERREIRA SANTOS	APTA
85	83	ITAMIRES COSTA LIMA	APTA
86	84	ISMARA APARECIDA MOREIRA SANTOS	INAPTA
87	85	VIVIANE SANTOS MOREIRA	APTA
88	87	ANA FLÁVIA DE JESUS ANDRADE	APTA
89	89	CLÓVES RIBEIRO AFONSO	APTA
90	90	LUCIANA SOARES DE OLIVEIRA	APTA
91	91	CRISLEN KELLY LIMA SOARES	APTA
92	92	KELE CRISTIANE CARDOSO SILVA	APTA
93	93	GRACIANA CARDOSO SILVA	APTA
94	74	ROSIMAR DE OLIVEIRA SOARES	APTA
95	94	LILIELIA PEREIRA ALMEIDA	APTA
96	95	JOANA VANUZA BARBOSA FAGUNDES	APTA
97	97	CLÉA PEREIRA DE AQUINO	APTA
98	98	RAIARA PINHEIRO DOS SANTOS	APTA
99	86	DANIELA DAS DORES MOREIRA LIMA	APTA
100	99	MARIA ANTÔNIA CARDOSO SILVA	INAPTA
101	102	DANIELE PEREIRA SANTOS	APTA
102	106	JANINE APARECIDA SOUZA RABELO	APTA
103	103	ANA MARIA OLIVEIRA SILVA	APTA
104	108	SAMARA CRISTINA BARBOSA SANTOS	APTA
105	110	JULIANE SOARES SILVA LOPES	APTA
106	P29	ERASMO PEREIRA DA SILVA	APTA
107	P33	MORGANA MARIA GONÇALVES SILVA	APTA

108	109	ADRIANE MUNNIELE CARDOSO DE OLIVEIRA	APTA
109	101	MIKAELLE SOARES ALVES RAMOS	APTA
110	104	ELISÂNGELA SANTOS SILVA	APTA
111	105	LUDMILLA SANTOS SILVA	APTA
112	107	DEUZA APARECIDA NOGUEIRA DE JESUS	APTA
113	P26	ANE CAROLINE PINHEIRO PEIXOTO	APTA
114	P27	MARCELA SANTOS BARBOSA	APTA
115	112	RAMONE LIMA MEIRA	INAPTA
116	P30	MARIELE FERREIRA RODRIGUES	APTA
117	P31	ADRIANE BARBOSA DE JESUS	INAPTA
118	P28	DANIELLEM SOARES DOS SANTOS	APTA
119	113	ELOISA RAMONE OLIVEIRA DIAS	APTA
120	P32	ESTEFANE RAIANE CARDOSO SILVA	APTA
121	115	RAFAELA CARDOSO RODRIGUES	APTA
122	114	RONALD OLIVEIRA DIAS	APTA
123	P35	JOSIANE BARBOSA PEREIRA	APTA
124	116	VALDINA APARECIDA SOARES LOPES	APTA
125	P34	INGRID BARBOSA DE JESUS	INAPTA
126	118	MARIA VITÓRIA CARDOSO NUNES	APTA
127	P37	FRANCILENE APARECIDA NASCIMENTO	APTA
128	119	CLEONICE APARECIDA CARDOSO MOURA	INAPTA
129	120	GRACIELE FERNANDES DIAS	APTA
130	121	ROSEMAY GONÇALVES SANTOS	APTA
131	122	MAGNA RAMOS QUEIROZ	APTA
132	123	JULIANA GONÇALVES OLIVEIRA	APTA
133	124	JHONATA JÚNIO RAMOS DE SOUZA	APTA
134	125	MARCIA GONÇALVES RAMOS	APTA
135	126	ISABELA PEREIRA LEAL	APTA
136	128	FARLEI GONÇALVES FAGUNDES	INAPTA
137	130	PATRÍCIA FERNANDA FERREIRA SILVA	APTA
138	117	ANGÉLICA NANCY DE OLIVEIRA	INAPTA
139	P36	REGIANE DIAS FERREIRA	APTA
140	132	CARLA CAROLINE SOUZA NUNES	APTA
141	134	ANNE KAROLAINE ALVES MELO	APTA
142	136	ELIENE JUSTINIANA SANTOS	APTA
143	138	JUNIA MICAELA DE MATOS PEREIRA	INAPTA
144	140	EDIVÂNIA OLIVEIRA	APTA
145	142	ISLA MARIA GONÇALVES FONSECA	APTA
146	144	ROSIMEIRE SOARES RODRIGUES	APTA
147	146	ANA PAULA NEVES OLIVEIRA	APTA
148	148	VANESSSA LOPES ROSA	APTA
149	111	JULIANA LIMA MEDEIROS	APTA
150	150	ANA CLARA FERNANDES VASCONCELOS	APTA
151	152	WANDERSON PEREIRA DOS SANTOS	INAPTA
152	156	ROSALVA MENDES FIUZA	INAPTA
153	P45	ANTÔNIA DA LUZ FERREIRA LIMA	APTA
154	P46	APARECIDA PEREIRA GOMES	APTA
155	P50	RAQUEL FERREIRA MACHADO	APTA
156	176	ROSIELEN MENDES DE SOUZA	INAPTA
157	P38	MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA SANTOS	APTA
158	154	MARIA APARECIDA NUNES DA ROCHA	APTA
159	P40	JOSÉ PAULO PEREIRA DOS ANJOS	INAPTO
160	158	LUCIANA APARECIDA AMARAL ANTUNES	APTO
161	P41	LUCINEIA SANTOS GONÇALVES	APTA
162	P44	CARLOS ANDRÉ SANTOS OLIVEIRA	APTA
163	168	ANTÔNIA DANIELA OLIVEIRA	APTA
164	170	MARILIA GABRIELA OLIVEIRA	APTA
165	P48	ANELISE IASMIM OLIVEIRA CARDOSO	INAPTA
166	172	GABRIELA CAMILA GONÇALVES DA CRUZ	APTA
167	P49	MARIA EDUARDA FERNANDES SOARES	INAPTA
168	174	CARINA SOUZA AGUIAR FERENANDES	INAPTA
169	P39	JOÃO GONÇALVES DOS SANTOS	INAPTA
170	195	DANYELA CRISTINA CAPAZ RABELO	APTA
171	166	KATIANA MARIA GONÇALVES	INAPTA
172	177	FABRICIO PEREIRA DA SILVA	APTA
173	159	JESSICA SAMPAIO DUARTE	APTA
174	178	ALESSANDRA TOLENTINO AGUIAR	APTA
175	179	ANE CAROLINE SOARES CARDOSO	APTA
176	193	CLEUZA LORHANNE RODRIGUES XAVIER	INAPTA
177	180	GECIENE MARTINS SILVA	APTA
178	181	JOYCE KELLE ALVES ALMEIDA	APTA
179	182	ISNANDA PEREIRA DA COSTA	APTA
180	P41	LUCIANA GOMES DA CRUZ	INAPTA
181	183	JOSÉ WILTON RAMOS	INAPTA
182	184	LUIZ FREDERICO SOARES NUNES	APTA
183	186	ANA VITÓRIA FREIRE SANTOS	APTA
184	188	JOSIANE PEREIRA LIMA	APTA
185	189	TERESA CRISTINA PEREIRA ALVES	APTA
186	190	ARLENE AGUIAR FERNANDES	APTA
187	191	JUSCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA	INAPTA
188	192	CASSIA APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS	APTA
189	194	MARIA SILVANA MENDES DA SILVA	INAPTA
190	196	CARLOS MACIEL SOUTO ROCHA	APTA
191	197	ANA PAULA GONÇALVES FERREIRA	APTA
192	P47	EVELI POLIANE SOARES ALVES	APTA
193	200	RAQUEL PEREIRA GOMES	APTA
194	198	JAILSON BORGES DOS SANTOS	APTA
195	160	MARIA GOMES LIMA	APTA
196	199	MARIA FRANCISCA LIMA DIAS	APTA

197	162	AMANDA CAROLINA CARVALHO	APTA
198	164	EDNÉIA SILVA LOPES VELOSO	APTA
199	185	DAIANE FERREIRA DA SILVA	APTA
200	187	DIENIFER FERNANDA FERREIRA RODRIGUES	INAPTA
201	235	MARIA CLARA MARTINS RIBEIRO	APTA
202	244	ISLANE APARECIDA OLIVEIRA CARVALHO	APTA
203	220	CASSIO BATISTA CARDOSO	INAPTA
204	204	ANDREIA SOARES FERREIRA	APTA
205	208	UARLE SOARES PEREIRA	APTA
206	211	MAIARA LORRANA OLIVEIRA CARVALHO	APTA
207	206	PABLIANE SOARES RAMOS	INAPTA
208	215	HELOISA CRISTINA LIMA AZEVEDO	APTA
209	216	DIANE KELLY LIMA ALVES	APTA
210	217	LARISSA LIMA DE OLIVEIRA	APTA
211	218	KARINE LORRANY NUNES OLIVEIRA	APTA
212	222	CLEDINA MACHADO AGUIAR	APTA
213	224	EDSON BARBOSA VIEIRA	APTA
214	234	VERONICA DAYANE ALVES	APTA
215	240	CARLOS ALEXANDRE FERREIRA LIMA	APTA
216	231	ALAIDE LOPES DE SOUZA	INAPTA
217	205	JOSÉ VALTER DE OLIVEIRA	APTA
218	207	SARA JOICE PEREIRA AGUIAR	INAPTA
219	210	MARIANA BATISTA PINHEIRO	APTA
220	219	GABRIELA TAMIRES LOPES DURÃES	INAPTA
221	247	RAFAELA DIEGA ALVES RAMOS	APTA
222	243	MARCIA EDUARDA MARTINS SOUZA	APTA
223	248	THIAGO OLIVEIRA COSTA	INAPTA
224	249	ISLENE OLIVEIRA RODRIGUES	INAPTA
225	203	THAYNARA POLIANA LIMA SOARES	APTA
226	213	KEVELE AIALA SANTOS OLIVEIRA	APTA
227	214	CLEITON ALVES DE SOUZA	INAPTA
228	223	EVILÉZIA PEREIRA NOBRE	APTA
229	226	PATRICIA MARTINS DE CASTRO	APTA
230	337	ITAMARA NATIELY LOPES DURÃES	INAPTA
231	239	EDUARDA GONÇALVES DA SILVA	APTA
232	209	INGRID QUEIROZ DA SILVA	APTA
233	246	MARIA CLARICE AGUIAR DE OLIVEIRA	INAPTA
234	238	WANESSA PATRÍCIA ALVES LIMA	INAPTA
235	245	IARA MARIA OLIVEIRA NUNES	APTA
236	212	LUCIANA GONÇALVES SANTOS	INAPTA
237	227	NADIELLY EDUARDA FERNANDES GONÇALVES	APTA

Publicado por:
Vinicius Aguiar
Código Identificador:6A1D01E8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIAMANTINA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 00344/2026 DE 1 DE JULHO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
Decreto Nº 00344/2026 de 1 de Julho de 2026
Crédito Adicional Suplementar
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuiçoes legais, com base no artigo 43, da Lei Federal Nº 4.320/64 e artigo 5º da Lei Municipal Nº 4381 de 17 de Dezembro de 2025, decreta:
Artigo 1º: Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar na ordem de R$ 7.848.663,01 (Sete milhões, oitocentos e quarenta e oito Mil e seiscentos e sessenta e tres reais e um centavos), às dotações do Orçamento Programa do exercício fluente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
0002	1100.02.0092.0039.2013.15000000000 - CUMPRIR COM SENTENÇAS JUDICIAIS E/OU ACORDOS	800,00
	3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais	
0002	1100.02.0092.0039.2013.15000000000 - CUMPRIR COM SENTENÇAS JUDICIAIS E/OU ACORDOS	15.000,00
	3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais	
0002	1100.02.0092.0039.2013.15000000000 - CUMPRIR COM SENTENÇAS JUDICIAIS E/OU ACORDOS	4.000,00
	3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais	
0002	1100.02.0092.0039.2013.15000000000 - CUMPRIR COM SENTENÇAS JUDICIAIS E/OU ACORDOS	10.000,00
	3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais	
0011	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	500,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0015	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	10.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0015	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	3.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0015	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	426,30
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0034	1210.04.0122.0027.2189.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE PLANEJAMENTO,	3.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0051	1310.04.0123.0059.2175.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FAZENDA	49.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0054	1310.04.0123.0059.2175.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FAZENDA	3.000,00
	3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
0055	1310.04.0123.0059.2175.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FAZENDA	10.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	

0110	1400.06.0153.0032.2165.15000000000 - MANTER CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS COM O TIRO DE GUERRA	1.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0139	1430.06.0181.0032.2033.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	7.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0218	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	51.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0244	1521.12.0361.0030.1050.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR UNIDADES ESCOLARES	143.794,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
0244	1521.12.0361.0030.1050.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR UNIDADES ESCOLARES	5.900,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
0251	1521.12.0361.0030.2094.15400000000 - MANTER O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB	60.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0257	1521.12.0361.0030.2137.15400001070 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	400.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0262	1521.12.0361.0030.2138.15400000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%	9.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0313	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0313	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	50.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	250.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	

Ficha	Funcional Programática	Valor
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	33.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	4.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	6.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	2.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	4.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	10.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	4.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	10.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	3.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	2.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	10.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	2.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	10.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	3.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	10.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.348,10
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.558,60
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	7.700,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	8.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	5.158,86
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	3.858,40
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	48.700,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	24.100,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	

0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	

Ficha	Funcional Programática	Valor
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	6.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	15.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	3.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	16.500,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	2.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	9.060,79
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	808,15
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	3.900,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	379.924,41
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	92.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	60.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.800,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	179,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	2.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	127,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	5.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0314	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	26.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0315	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0317	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	6.500,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0318	1521.12.0361.0030.2143.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 25% RP	280.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0376	1522.12.0365.0030.2148.15400000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 30	200.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0376	1522.12.0365.0030.2148.15400000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 30	262.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0394	1522.12.0365.0030.2151.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0394	1522.12.0365.0030.2151.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	

Ficha	Funcional Programática	Valor
0394	1522.12.0365.0030.2151.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0394	1522.12.0365.0030.2151.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - 25% RP	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0396	1522.12.0365.0030.2151.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - 25% RP	2.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0397	1522.12.0365.0030.2151.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - 25% RP	1.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0397	1522.12.0365.0030.2151.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - 25% RP	1.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0400	1522.12.0365.0030.2306.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADE - CRECHE - VAAR	60.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0400	1522.12.0365.0030.2306.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADE - CRECHE - VAAR	30.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0400	1522.12.0365.0030.2306.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADE - CRECHE - VAAR	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0400	1522.12.0365.0030.2306.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADE - CRECHE - VAAR	24.100,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0401	1522.12.0365.0030.2306.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADE - CRECHE - VAAR	214.600,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0428	1523.12.0365.0030.1058.15000001001 - ADQUIRIR VEÍC, MÁQ, EQUIP E/OU MÓVEIS - PRÉ-ESCOLA	62.630,74
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
0444	1523.12.0365.0030.2155.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA	14.185,30
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	

0455	1523.12.0365.0030.2157.15000001001 - MANTER O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL	5.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0588	1621.10.0301.0003.1002.15000001002 - CONSTR,. AMPLIAR, E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - ATENÇÃO	339.000,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
0588	1621.10.0301.0003.1002.15000001002 - CONSTR,. AMPLIAR, E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - ATENÇÃO	301.000,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
0588	1621.10.0301.0003.1002.15000001002 - CONSTR,. AMPLIAR, E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - ATENÇÃO	148.667,82
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
0610	1621.10.0301.0003.2044.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	2.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0610	1621.10.0301.0003.2044.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	1.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0669	1622.10.0302.0005.1038.15000001002 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - MÉDIA E ALTA COMP	51.578,09
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
0671	1622.10.0302.0005.1038.16210000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - MÉDIA E ALTA COMP	547.084,42
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
0671	1622.10.0302.0005.1038.16210000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - MÉDIA E ALTA COMP	31.000,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
0671	1622.10.0302.0005.1038.16210000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - MÉDIA E ALTA COMP	593.000,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
0693	1622.10.0302.0005.2034.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA REDE DE SAÚDE MENTAL	1.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0720	1622.10.0302.0005.2045.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	40.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0735	1622.10.0302.0005.2045.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10.000,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
0753	1622.10.0302.0005.2045.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0776	1622.10.0302.0005.2050.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	1.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0776	1622.10.0302.0005.2050.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	1.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0793	1622.10.0302.0005.2097.16210000000 - MANTER OS CONTRATOS DE PROGRAMA DO CISAJE	35.000,00
	3.3.93.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	

Ficha	Funcional Programática	Valor
0831	1623.10.0304.0006.2127.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0831	1623.10.0304.0006.2127.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0831	1623.10.0304.0006.2127.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0831	1623.10.0304.0006.2127.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0831	1623.10.0304.0006.2127.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0864	1623.10.0304.0007.2126.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE	4.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0864	1623.10.0304.0007.2126.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE	8.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0867	1623.10.0304.0007.2126.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE	3.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0963	1624.10.0305.0012.2133.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	1.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0963	1624.10.0305.0012.2133.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	15.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0963	1624.10.0305.0012.2133.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	10.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0963	1624.10.0305.0012.2133.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	20.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0969	1624.10.0305.0012.2133.16000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0969	1624.10.0305.0012.2133.16000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0969	1624.10.0305.0012.2133.16000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0969	1624.10.0305.0012.2133.16000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0969	1624.10.0305.0012.2133.16000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL E ZOONOSES	6.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0980	1624.10.0305.0013.2134.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM IST, AIDS E HEPATITES	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0980	1624.10.0305.0013.2134.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM IST, AIDS E HEPATITES	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0980	1624.10.0305.0013.2134.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM IST, AIDS E HEPATITES	2.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0980	1624.10.0305.0013.2134.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EM IST, AIDS E HEPATITES	3.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1044	1625.10.0303.0004.2029.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	5.142,87
	3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais	
1044	1625.10.0303.0004.2029.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	1.893,60
	3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais	
1049	1700.18.0542.0025.2181.15000000000 - GARANTIR A GESTÃO DE RESÍDUOS E A LIMPEZA PÚBLICA	73.750,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1049	1700.18.0542.0025.2181.15000000000 - GARANTIR A GESTÃO DE RESÍDUOS E A LIMPEZA PÚBLICA	13.897,90
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1071	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	5.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	

1072	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	10.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1074	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	14.600,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
1078	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	3.000,00
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	

Ficha	Funcional Programática	Valor
1081	1710.04.0122.0029.2177.15000000000 - MANTER OS CONTRATOS DE PROGRAMA DE CONSÓRIOS PÚBLICOS -	27.000,00
	3.3.93.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1081	1710.04.0122.0029.2177.15000000000 - MANTER OS CONTRATOS DE PROGRAMA DE CONSÓRIOS PÚBLICOS -	64.000,00
	3.3.93.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1128	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	4.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1131	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	3.000,00
	3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
1131	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	50.000,00
	3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
1139	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	20.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1139	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	20.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1176	1810.15.0452.0040.1025.15000000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR, REFORMAR E/OU PAVIMENTAR VIAS PÚBLICAS	353.731,98
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1200	1810.26.0782.0040.1012.15000000000 - CONSTRUIR E/OU RECUPERAR PONTES, MATA-BURROS E/OU AFINS	52.124,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1216	1810.26.0782.0040.2042.17520000000 - MANTER O SERVIÇO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	60.500,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1216	1810.26.0782.0040.2042.17520000000 - MANTER O SERVIÇO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	23.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1226	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	7.751,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1226	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1226	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	25.200,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1228	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	3.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1230	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	7.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
1230	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	1.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
1230	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	9.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
1247	1910.14.0243.0018.2047.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	8.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1322	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	44.200,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1334	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	500,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1334	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	2.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1341	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	633,00
	3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
1357	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.500,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1357	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1357	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1357	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1357	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	10.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	

Ficha	Funcional Programática	Valor
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.367,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	800,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1359	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	15.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1361	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1361	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	500,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	

1393	1940.14.0243.0018.1099.15000000000 - IMOBILIZADO FUMBEM	4.500,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1405	1940.14.0243.0018.2030.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA FUMBEM	137,00
	3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
1502	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	2.400,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1502	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	10.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1507	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	1.600,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1512	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1512	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	5.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1512	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	5.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1521	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	1.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1521	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	1.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1521	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	3.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1521	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	1.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1521	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	1.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1535	2110.27.0812.0055.2002.15000000000 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E PROMO. A S	13.717,92
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1538	2110.27.0812.0055.2002.15000000000 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E PROMO. A S	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1577	2200.04.0122.0026.2270.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO	25.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1581	2200.04.0122.0026.2270.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO	11.200,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1613	2300.04.0122.0027.2303.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	25.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1613	2300.04.0122.0027.2303.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	37.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	

Ficha	Funcional Programática	Valor
1618	2300.04.0122.0027.2303.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1618	2300.04.0122.0027.2303.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	2.850,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1649	1622.10.0302.0005.1041.15000001002 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - LABORATÓRIO MUN.	1.200,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1658	1810.15.0122.0041.2161.17100000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	500,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1669	2110.27.0122.0055.2183.27010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	20.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1712	2200.04.0122.0026.2270.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO	5.677,36
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
1785	1510.12.0122.0030.2135.15710000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	4.286,85
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
1785	1510.12.0122.0030.2135.15710000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	25.777,13
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
1822	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	50.888,04
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1823	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	225.449,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	6.200,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	5.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	2.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	5.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	2.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	3.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1829	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	10.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1839	1920.08.0122.0016.2199.15000000000 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD ÚNICO	4.800,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1839	1920.08.0122.0016.2199.15000000000 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CAD ÚNICO	4.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1850	1622.10.0302.0005.2034.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA REDE DE SAÚDE MENTAL	4.141,70
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
1861	1710.20.0605.0023.1086.27010000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - AGROPECUÁRIA E/OU	699.000,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	

1862	1710.20.0605.0023.1086.15000000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - AGROPECUÁRIA E/OU	8.635,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1865	2200.04.0122.0026.2270.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO	174,11
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
1867	1810.15.0122.0041.2161.17200000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	200,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1869	1621.10.0301.0003.2044.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	4.434,72
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
1894	1522.12.0365.0030.2149.15500000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	11.307,72
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	

Ficha	Funcional Programática	Valor
1910	1810.15.0122.0041.2161.17000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	18.073,08
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
1911	1930.14.0243.0018.2202.15000000000 - GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	247.893,28
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1912	1930.14.0243.0018.1143.15000000000 - IMOBILIZADO - DIREITOS D CRIANÇA E ADOLESCENTE	10.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1912	1930.14.0243.0018.1143.15000000000 - IMOBILIZADO - DIREITOS D CRIANÇA E ADOLESCENTE	1.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1912	1930.14.0243.0018.1143.15000000000 - IMOBILIZADO - DIREITOS D CRIANÇA E ADOLESCENTE	1.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1912	1930.14.0243.0018.1143.15000000000 - IMOBILIZADO - DIREITOS D CRIANÇA E ADOLESCENTE	1.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1912	1930.14.0243.0018.1143.15000000000 - IMOBILIZADO - DIREITOS D CRIANÇA E ADOLESCENTE	1.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1912	1930.14.0243.0018.1143.15000000000 - IMOBILIZADO - DIREITOS D CRIANÇA E ADOLESCENTE	47,32
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1914	1810.26.0782.0040.1012.17500000000 - CONSTRUIR E/OU RECUPERAR PONTES, MATA-BURROS E/OU AFINS	36.991,45
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
	Total	**7.848.663,01**

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
0005	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	4.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0008	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	10.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0008	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	10.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0009	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	500,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
0014	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	15.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0016	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	800,00
	3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
0017	1100.04.0122.0062.2186.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS E SETORES VINCULADOS AO	426,30
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
0020	1100.04.0122.0062.2275.15000000000 - MANTER CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS COM PESSOAS JURÍDICAS -	3.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0030	1210.04.0122.0027.2189.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE PLANEJAMENTO,	3.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0052	1310.04.0123.0059.2175.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FAZENDA	49.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0052	1310.04.0123.0059.2175.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FAZENDA	10.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0064	1310.04.0123.0059.2175.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE FAZENDA	3.000,00
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
0111	1400.06.0153.0032.2165.15000000000 - MANTER CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS COM O TIRO DE GUERRA	1.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0136	1430.06.0181.0032.2033.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	7.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0137	1430.06.0181.0032.2033.17520000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL	23.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0184	1500.12.0122.0030.2040.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS - SEC. MUN. DE	1.000,00
	3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	
0187	1500.12.0122.0030.2302.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO SELO UNICEF - SEC . MUN . DE EDUCA	4.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
0188	1500.12.0122.0030.2302.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO SELO UNICEF - SEC . MUN . DE EDUCA	6.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0189	1500.12.0122.0030.2302.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO SELO UNICEF - SEC . MUN . DE EDUCA	2.000,00
	3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
0193	1500.12.0122.0031.2120.15000001001 - INCENTIVO AOS MOTORISTAS EM EXERCÍCIO	50.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0194	1500.12.0122.0031.2120.15000001001 - INCENTIVO AOS MOTORISTAS EM EXERCÍCIO	250.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0195	1500.12.0122.0031.2120.15000001001 - INCENTIVO AOS MOTORISTAS EM EXERCÍCIO	1.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0196	1500.12.0122.0031.2120.15000001001 - INCENTIVO AOS MOTORISTAS EM EXERCÍCIO	1.000,00

	3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
0198	1500.12.0122.0031.2120.15000001001 - INCENTIVO AOS MOTORISTAS EM EXERCÍCIO	1.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0199	1500.12.0122.0031.2120.15000001001 - INCENTIVO AOS MOTORISTAS EM EXERCÍCIO	33.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0207	1510.12.0122.0030.1048.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - EDUCAÇÃO	4.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
0210	1510.12.0122.0030.1048.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - EDUCAÇÃO	1.000,00
	4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
0211	1510.12.0122.0030.1048.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - EDUCAÇÃO	10.000,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
0216	1510.12.0122.0030.2056.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO PROERD	10.000,00
	3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais	
0217	1510.12.0122.0030.2057.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO PROGEA	3.000,00
	3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais	
0221	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	10.000,00
	3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
0226	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.348,10
	3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
0227	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1.558,60
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
0228	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	7.700,00
	3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	
0229	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	8.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0231	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	51.000,00
	3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
0231	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	5.158,86
	3.3.90.40.00.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	
0233	1510.12.0122.0030.2135.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.858,40
	3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	
0234	1510.12.0122.0031.2051.15000001001 - MANTER AS ATIV. NUCLEO. DE FORM. CONT. E DO CENTRO. PED. DE	4.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0235	1510.12.0122.0031.2051.15000001001 - MANTER AS ATIV. NUCLEO. DE FORM. CONT. E DO CENTRO. PED. DE	10.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0236	1510.12.0122.0031.2051.15000001001 - MANTER AS ATIV. NUCLEO. DE FORM. CONT. E DO CENTRO. PED. DE	3.000,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
0237	1510.12.0122.0031.2051.15000001001 - MANTER AS ATIV. NUCLEO. DE FORM. CONT. E DO CENTRO. PED. DE	1.000,00
	3.3.90.34.00.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
0238	1510.12.0122.0031.2051.15000001001 - MANTER AS ATIV. NUCLEO. DE FORM. CONT. E DO CENTRO. PED. DE	2.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0239	1510.12.0122.0031.2051.15000001001 - MANTER AS ATIV. NUCLEO. DE FORM. CONT. E DO CENTRO. PED. DE	10.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0240	1510.12.0122.0031.2051.15000001001 - MANTER AS ATIV. NUCLEO. DE FORM. CONT. E DO CENTRO. PED. DE	2.000,00
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
0241	1521.12.0361.0030.1050.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR UNIDADES ESCOLARES	48.700,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0242	1521.12.0361.0030.1050.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR UNIDADES ESCOLARES	1.000,00
	4.4.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
0245	1521.12.0361.0030.1051.15000001001 - CONST., AMPL. E/OU REFOR. QUADRAS POLIESP. E AFINS - ENSINO	5.900,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0245	1521.12.0361.0030.1051.15000001001 - CONST., AMPL. E/OU REFOR. QUADRAS POLIESP. E AFINS - ENSINO	24.100,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0246	1521.12.0361.0030.1051.15000001001 - CONST., AMPL. E/OU REFOR. QUADRAS POLIESP. E AFINS - ENSINO	1.000,00
	4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
0258	1521.12.0361.0030.2137.15400001070 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	60.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0258	1521.12.0361.0030.2137.15400001070 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	400.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0258	1521.12.0361.0030.2137.15400001070 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	9.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0258	1521.12.0361.0030.2137.15400001070 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	262.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0273	1521.12.0361.0030.2139.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	9.060,79
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0276	1521.12.0361.0030.2139.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	808,15
	3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	
0278	1521.12.0361.0030.2140.15000001001 - MANTER O SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO	3.900,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0297	1521.12.0361.0030.2141.15000001001 - MANTER O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO	1.000,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
0301	1521.12.0361.0030.2141.15000001001 - MANTER O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO	143.794,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0301	1521.12.0361.0030.2141.15000001001 - MANTER O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO	280.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0329	1521.12.0361.0031.2136.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	1.000,00
	3.3.70.41.00.00 - Contribuições	
0330	1521.12.0361.0031.2136.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	6.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0332	1521.12.0361.0031.2136.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	15.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0333	1521.12.0361.0031.2136.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	3.000,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	

0337	1521.12.0361.0031.2136.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	16.500,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0339	1521.12.0361.0031.2136.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	2.000,00
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
0351	1522.12.0361.0030.2083.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA - VAAR	60.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0352	1522.12.0361.0030.2083.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA - VAAR	24.100,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0352	1522.12.0361.0030.2083.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA - VAAR	214.600,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0353	1522.12.0361.0030.2083.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA - VAAR	30.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0354	1522.12.0361.0030.2083.15430000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA - VAAR	1.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
0364	1522.12.0365.0030.1055.15000001001 - CONST., AMPL. E/OU REFOR. QUADRAS POLIESP. E/OU AFINS - CREC	1.000,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0366	1522.12.0365.0030.1055.15710000000 - CONST., AMPL. E/OU REFOR. QUADRAS POLIESP. E/OU AFINS - CREC	4.286,85
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
0368	1522.12.0365.0030.1056.15000001001 - ADQUIRIR VEÍC, MÁQ, EQUIP E/OU MÓVEIS - CRECHE	379.924,41
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
0370	1522.12.0365.0030.1056.15710000000 - ADQUIRIR VEÍC, MÁQ, EQUIP E/OU MÓVEIS - CRECHE	25.777,13
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
0377	1522.12.0365.0030.2148.15400000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - FUNDEB 30	200.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0381	1522.12.0365.0030.2149.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	1.000,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
0384	1522.12.0365.0030.2149.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE	1.000,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
0399	1522.12.0365.0030.2151.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - CRECHE - 25% RP	1.000,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
0420	1522.12.0365.0031.2146.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	1.000,00
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
0421	1523.12.0365.0030.1054.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - PRÉ-ESCOLA	60.000,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0423	1523.12.0365.0030.1054.15000001001 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - PRÉ-ESCOLA	92.000,00
	4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
0425	1523.12.0365.0030.1057.15000001001 - CONST., AMPL. E/OU REFOR. QUADRAS POLIESP. E/OU AFINS - PRÉ-	1.000,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0442	1523.12.0365.0030.2155.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA	127,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
0443	1523.12.0365.0030.2155.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA	5.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0445	1523.12.0365.0030.2155.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA	1.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0449	1523.12.0365.0030.2155.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DA PRÉ-ESCOLA	1.000,00
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
0450	1523.12.0365.0030.2156.15000000000 - MANTER O SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL	26.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0450	1523.12.0365.0030.2156.15000000000 - MANTER O SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL	6.500,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0450	1523.12.0365.0030.2156.15000000000 - MANTER O SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL	2.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0451	1523.12.0365.0030.2156.15500000000 - MANTER O SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL	11.307,72
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0458	1523.12.0365.0030.2157.15000001001 - MANTER O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL	5.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0470	1523.12.0365.0031.2152.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	1.000,00
	3.3.70.41.00.00 - Contribuições	
0471	1523.12.0365.0031.2152.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0472	1523.12.0365.0031.2152.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	1.000,00
	3.3.90.18.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes	
0473	1523.12.0365.0031.2152.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	1.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0474	1523.12.0365.0031.2152.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	1.800,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
0477	1523.12.0365.0031.2152.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	179,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0478	1523.12.0365.0031.2152.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	1.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0480	1523.12.0365.0031.2152.15000001001 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO CONTINUADA -	2.000,00
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
0510	1610.10.0122.0001.2078.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS - SEC. MUN. DE	2.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
0519	1610.10.0122.0001.2114.15000001002 - PROMOVER A GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	51.578,09
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0552	1610.10.0122.0001.2114.16210000000 - PROMOVER A GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	10.000,00

	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
0561	1610.10.0122.0001.2272.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO SUS	1.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
0562	1610.10.0122.0001.2272.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO SUS	1.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0564	1610.10.0122.0001.2272.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO SUS	1.000,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
0566	1610.10.0122.0001.2272.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO SUS	1.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0569	1610.10.0122.0001.2272.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO SUS	1.000,00
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
0572	1610.10.0122.0001.2273.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DO NÚCLEO TÉCNICO DE APOIO JURÍDICO	1.000,00
	3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
0590	1621.10.0301.0003.1002.16210000000 - CONSTR,. AMPLIAR, E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - ATENÇÃO	40.000,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
0598	1621.10.0301.0003.2044.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	339.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0602	1621.10.0301.0003.2044.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	301.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
0622	1621.10.0301.0003.2044.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	4.434,72
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0649	1621.10.0301.0003.2044.16000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	6.000,00
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
0675	1622.10.0302.0005.1040.15000001002 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - SAÚDE	1.200,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
0713	1622.10.0302.0005.2034.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA REDE DE SAÚDE MENTAL	15.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0737	1622.10.0302.0005.2045.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	593.000,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
0742	1622.10.0302.0005.2045.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
0745	1622.10.0302.0005.2045.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10.000,00
	3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
0747	1622.10.0302.0005.2045.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	10.000,00
	3.3.90.34.00.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
0749	1622.10.0302.0005.2045.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	4.141,70
	3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	
0768	1622.10.0302.0005.2050.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	1.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0780	1622.10.0302.0005.2050.16000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	1.000,00
	3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	
0781	1622.10.0302.0005.2050.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	1.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
0798	1622.10.0302.0005.2104.15000001002 - MANTER SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	20.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0813	1622.10.0302.0005.2104.16000000000 - MANTER SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	1.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0814	1622.10.0302.0005.2104.16210000000 - MANTER SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	35.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
0821	1622.10.0302.0005.2129.16000000000 - MANTER CONSÓRCIOS PÚBLICOS - SMS	1.000,00
	3.3.93.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
0842	1623.10.0304.0006.2127.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	4.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
0851	1623.10.0304.0006.2127.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.000,00
	3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
0861	1623.10.0304.0006.2127.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.000,00
	3.3.90.95.00.00 - Indenização pela Execução de Trabalho de Campo	
0863	1623.10.0304.0007.2126.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE	8.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0863	1623.10.0304.0007.2126.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE	3.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
0865	1623.10.0304.0007.2126.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE	1.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
0866	1623.10.0304.0007.2126.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE	1.000,00
	3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
0886	1623.10.0306.0009.2130.16000000000 - MANTER AÇÕES DE COMBATE À DESNUTRIÇÃO	1.000,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
0895	1624.10.0305.0010.1043.16210000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - VIGILÂNCIA EPIDEM	5.000,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
0906	1624.10.0305.0010.2131.16210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	547.084,42
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1006	1624.10.0305.0069.2308.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA VIGILANCIA E PROMOÇÃO DA SAUDE	5.142,87
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1020	1625.10.0303.0004.1130.15000001002 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - ASSISTÊNCIA F	1.893,60
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1021	1625.10.0303.0004.1130.16210000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES - ASSISTÊNCIA F	31.000,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1028	1625.10.0303.0004.2029.15000001002 - MANTER AS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	2.000,00
	3.1.90.94.00.00 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	
1052	1700.20.0605.0023.2102.15000000000 - MANTER POÇOS ARTESIANOS E SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE	13.897,90
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1063	1710.04.0122.0029.1017.15000000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES -	10.000,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	

1065	1710.04.0122.0029.1017.15000000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES -	73.750,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1070	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	27.000,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1075	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	8.635,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1080	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	5.000,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1080	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	14.600,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1080	1710.04.0122.0029.2176.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP.	3.000,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1082	1710.04.0122.0029.2179.15000000000 - MANTER CONVÊNIOS E/OU PARCERIAS COM PESSOAS JURÍDICAS -	64.000,00
	3.3.30.41.00.00 - Contribuições	
1111	1810.04.0122.0040.1063.15000000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES	3.000,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1112	1810.04.0122.0040.1063.15000000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES	5.000,00
	4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1113	1810.04.0122.0040.1063.15000000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES	50.888,04
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1113	1810.04.0122.0040.1063.15000000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR E/OU REFORMAR EDIFICAÇÕES	225.449,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1129	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	4.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1129	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	50.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
1132	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	3.000,00
	3.1.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	
1140	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	20.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1141	1810.15.0122.0041.2161.17500000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	36.991,45
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1147	1810.15.0122.0041.2161.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	20.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1152	1810.15.0122.0041.2161.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	5.000,00
	3.3.90.91.00.00 - Sentenças Judiciais	
1166	1810.15.0452.0040.1009.17000000000 - CONST., REFOR. E/OU AMPL. MUROS DE ARRIMO E ESTRUT. DE CONTE	18.073,08
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1170	1810.15.0452.0040.1010.15000000000 - CONST.,REFOR.,AMPL.E/OU INST. PRAÇ., MIRANTES, PARQ., ÁREAS	10.000,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1175	1810.15.0452.0040.1025.15000000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR, REFORMAR E/OU PAVIMENTAR VIAS PÚBLICAS	1.000,00
	4.4.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
1181	1810.15.0452.0040.1025.17200000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR, REFORMAR E/OU PAVIMENTAR VIAS PÚBLICAS	200,00
	4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações	
1188	1810.16.0482.0040.1013.15000000000 - AUXILIAR NA CONST., REFOR. E/OU AMPLI. DE UNID. BÁSICAS HABI	2.000,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1191	1810.16.0482.0040.1013.15000000000 - AUXILIAR NA CONST., REFOR. E/OU AMPLI. DE UNID. BÁSICAS HABI	1.000,00
	4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1202	1810.26.0782.0040.1012.15000000000 - CONSTRUIR E/OU RECUPERAR PONTES, MATA-BURROS E/OU AFINS	1.000,00
	4.4.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
1209	1810.26.0782.0040.1108.15000000000 - IMPLEMENTAR SINALIZAÇÃO VIÁRIA	6.200,00
	4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1219	1810.26.0782.0040.2042.15000000000 - MANTER O SERVIÇO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	2.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1220	1810.26.0782.0040.2042.17520000000 - MANTER O SERVIÇO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES	60.500,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1223	1910.04.0122.0014.1093.15000000000 - IMOBILIZADO - SMDS	10.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1224	1910.04.0122.0014.1093.15000000000 - IMOBILIZADO - SMDS	1.000,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1227	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	7.751,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1227	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	7.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1229	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	1.000,00
	3.1.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	
1232	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	25.200,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1232	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	3.000,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1232	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	247.893,28
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1232	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	47,32
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1241	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	1.000,00
	3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	
1243	1910.04.0122.0014.2193.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	9.000,00
	3.3.93.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1244	1910.14.0243.0018.1145.15000000000 - IMOBILIZADO - CONSELHO TUTELAR	1.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1245	1910.14.0243.0018.1145.15000000000 - IMOBILIZADO - CONSELHO TUTELAR	1.000,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
1246	1910.14.0243.0018.2047.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	8.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1254	1910.14.0243.0018.2047.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	1.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
1324	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	44.200,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1332	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	500,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1344	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	633,00
	3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	
1344	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.367,00
	3.3.90.92.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores	
1345	1920.08.0245.0015.2195.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.000,00
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
1366	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1368	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	800,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1378	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	3.500,00
	3.3.90.48.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	
1381	1920.08.0245.0017.2200.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	1.000,00
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
1392	1940.14.0243.0018.1099.15000000000 - IMOBILIZADO FUMBEM	1.000,00
	4.4.50.41.00.00 - Contribuições	
1395	1940.14.0243.0018.2030.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA FUMBEM	10.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1401	1940.14.0243.0018.2030.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA FUMBEM	4.500,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1401	1940.14.0243.0018.2030.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA FUMBEM	137,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1401	1940.14.0243.0018.2030.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA FUMBEM	4.800,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1402	1940.14.0243.0018.2030.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA FUMBEM	500,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
1416	1960.14.0422.0019.2203.15000000000 - INCLUSÃO PRODUTIVA E ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA	1.000,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1434	1991.14.0422.0014.2296.15000000000 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.000,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1435	1991.14.0422.0014.2296.15000000000 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1436	1991.14.0422.0014.2296.15000000000 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
1437	1991.14.0422.0014.2296.15000000000 - PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	1.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1442	1992.14.0422.0014.2011.15000000000 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.000,00
	3.3.90.33.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção	
1443	1992.14.0422.0014.2011.15000000000 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	15.000,00
	3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
1444	1992.14.0422.0014.2011.15000000000 - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	4.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1462	2010.04.0122.0045.1070.17100000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - CULTURA E PATRIMÔ	500,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1493	2100.27.0812.0055.1107.15000000000 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU MANUTENÇÃO - ESTÁDIO MUNICIPAL	5.000,00
	4.4.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	
1500	2110.04.0122.0055.1138.15000000000 - ADQUIRIR IMÓVEIS - ESPORTES, LAZER E/OU JUVENTUDE	1.000,00
	4.4.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis	

Artigo 2º: Para cobertura do Crédito Suplementar ora aberto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação das dotações do Orçamento Programa vigente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
1501	2110.04.0122.0055.1138.15000000000 - ADQUIRIR IMÓVEIS - ESPORTES, LAZER E/OU JUVENTUDE	1.000,00
	4.5.90.61.00.00 - Aquisição de Imóveis	
1503	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	2.400,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1516	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	10.000,00
	3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
1516	2110.27.0122.0055.2183.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SEC. MUN. DE ESPORTES, LAZER E JUVEN	1.600,00
	3.3.90.31.00.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	
1534	2110.27.0812.0055.2002.15000000000 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E PROMO. A S	1.000,00
	3.3.30.41.00.00 - Contribuições	
1536	2110.27.0812.0055.2002.15000000000 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E PROMO. A S	1.000,00
	3.3.50.43.00.00 - Subvenções Sociais	
1537	2110.27.0812.0055.2002.15000000000 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E PROMO. A S	1.000,00
	3.3.70.41.00.00 - Contribuições	
1540	2110.27.0812.0055.2002.15000000000 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E PROMO. A S	1.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1554	2110.27.0812.0055.2002.15000000000 - APOIO E INCENTIVO AO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE E PROMO. A S	3.000,00
	3.3.90.49.00.00 - Auxílio-Transporte	
1585	2200.04.0122.0026.2270.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO	174,11
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1588	2200.04.0122.0026.2270.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO	25.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	

1588	2200.04.0122.0026.2270.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO	11.200,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1589	2200.04.0122.0026.2270.15010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRET. MUN. DE DESENVOLVIMENTO	5.677,36
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1614	2300.04.0122.0027.2303.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	25.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1617	2300.04.0122.0027.2303.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	37.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1617	2300.04.0122.0027.2303.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	2.850,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1619	2300.04.0122.0027.2303.15000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	1.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1626	9902.99.0999.9999.9991.15000000000 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA EMENDAS IMPOSITIVAS	62.630,74
	8.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
1626	9902.99.0999.9999.9991.15000000000 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA EMENDAS IMPOSITIVAS	14.185,30
	8.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
1626	9902.99.0999.9999.9991.15000000000 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA EMENDAS IMPOSITIVAS	353.731,98
	8.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
1626	9902.99.0999.9999.9991.15000000000 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA EMENDAS IMPOSITIVAS	52.124,00
	8.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
1626	9902.99.0999.9999.9991.15000000000 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA EMENDAS IMPOSITIVAS	5.000,00
	8.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
1626	9902.99.0999.9999.9991.15000000000 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA EMENDAS IMPOSITIVAS	13.717,92
	8.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
1627	9902.99.0999.9999.9991.15000001002 - RESERVA DE CONTIGÊNCIA EMENDAS IMPOSITIVAS	148.667,82
	8.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
1741	1910.04.0122.0014.2193.27010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	20.000,00
	3.3.93.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1741	1910.04.0122.0014.2193.27010000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE	699.000,00
	3.3.93.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
	Total	**7.848.663,01**

Artigo 3º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º: Revogam-se as disposições em contrário.

DIAMANTINA, 1 de Julho de 2026

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal de Diamantina

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:DA94B32D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 00345/2026 DE 1 DE JULHO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
Decreto Nº 00345/2026 de 1 de Julho de 2026

Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuiçoes legais, com base no artigo 43, da Lei Federal Nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Municipal Nº 4397 de 11 de Fevereiro de 2026, decreta:

Artigo 1º: Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar na ordem de R$ 1.243.996,07 (Hum milhão, duzentos e quarenta e tres Mil e novecentos e noventa e seis reais e sete centavos), às dotações do Orçamento Programa do exercício fluente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
1675	2030.13.0392.0070.2079.27590000000 - MANTER PROJETOS E AÇÕES VOLTADOS ÀS POLÍTICAS CULTURAIS	5.340,50
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1680	2030.13.0392.0070.2079.27590000000 - MANTER PROJETOS E AÇÕES VOLTADOS ÀS POLÍTICAS CULTURAIS	3.770,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1681	2040.13.0391.0051.2071.27590000000 - MANTER PROJETOS E AÇÕES VOLTADOS À PRESERVAÇÃO DO	3.866,50
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1682	2040.13.0391.0051.2071.27590000000 - MANTER PROJETOS E AÇÕES VOLTADOS À PRESERVAÇÃO DO	24.500,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1686	2040.13.0391.0051.2071.27590000000 - MANTER PROJETOS E AÇÕES VOLTADOS À PRESERVAÇÃO DO	2.280,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1687	2040.13.0391.0051.2071.27590000000 - MANTER PROJETOS E AÇÕES VOLTADOS À PRESERVAÇÃO DO	59.786,98
	3.3.90.35.00.00 - Serviços de Consultoria	
1690	2050.13.0391.0053.2204.27590000000 - MANTER AÇÕES E PROJETOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO DO	9.561,65
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1691	2120.27.0812.0055.2089.27590000000 - MANTER E APOIAR ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER	13.000,00
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1692	2120.27.0812.0055.2089.27590000000 - MANTER E APOIAR ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER	6.779,44
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1696	2120.27.0812.0055.2089.27590000000 - MANTER E APOIAR ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER	32.975,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1700	2210.23.0695.0026.2058.27590000000 - MANTER PROJETOS E AÇÕES VOLTADOS AO TURISMO	20.468,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1709	1521.12.0361.0030.2140.25500000000 - MANTER O SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - ENSINO	69.000,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1745	1920.08.0245.0015.2195.26600000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	1.000,00

	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1746	1920.08.0245.0015.2195.26600000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	8.646,00
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1750	1920.08.0245.0017.2200.26600000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL 100,00	
	3.3.90.14.00.00 - Diárias – Pessoal Civil	
1754	1810.15.0452.0040.1025.27200000000 - CONSTRUIR, AMPLIAR, REFORMAR E/OU PAVIMENTAR VIAS PÚBLICAS 87.267,01	
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1784	1510.12.0122.0030.2135.25710000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	480.274,30
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
1791	1622.10.0302.0005.2045.26000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	144.800,00
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1795	1710.04.0122.0029.2176.27100000000 - MANTER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SEC. MUN. DE AGROP. 16.000,00	
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1811	2110.27.0122.0057.1089.27100000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - ESPORTES, LAZER E	149.980,00
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1849	1622.10.0302.0005.2045.26000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	2.480,00
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
1864	1521.12.0361.0030.2139.25500000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	21.100,02
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1866	2210.23.0695.0026.2058.27590000000 - MANTER PROJETOS E AÇÕES VOLTADOS AO TURISMO	3.233,05
	3.3.90.47.00.00 - Obrigações Tributárias e Contributivas	
1900	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	610,22
	3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	
1909	1810.15.0122.0041.2161.27000000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	28.225,40
	3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições	
1915	1810.26.0782.0040.1012.27500000000 - CONSTRUIR E/OU RECUPERAR PONTES, MATA-BURROS E/OU AFINS	48.952,00
	4.4.90.30.00.00 - Material de Consumo	
	Total	**1.243.996,07**

Artigo 2º: Como recursos à abertura do Crédito de que trata este decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do inciso I, § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.

Artigo 3º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º: Revogam-se as disposições em contrário.

DIAMANTINA, 1 de Julho de 2026

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal de Diamantina

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:16FDFC92

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 00361/2026 DE 10 DE JULHO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA
Decreto Nº 00361/2026 de 10 de Julho de 2026
Crédito Adicional Suplementar
O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuiçoes legais, com base no artigo 43, da Lei Federal Nº 4.320/64 e artigo 1º da Lei Municipal Nº 4397 de 11 de Fevereiro de 2026, decreta:
Artigo 1º: Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar na ordem de R$ 6.147.581,48 (Seis milhões, cento e quarenta e sete Mil e quinhentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), às dotações do Orçamento Programa do exercício fluente, conforme as seguintes discriminações:

Ficha	Funcional Programática	Valor
1799	1621.10.0301.0003.2044.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	922.414,29
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1800	1621.10.0301.0003.2044.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	530.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1801	1621.10.0301.0003.2044.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	50.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1802	1621.10.0301.0003.2044.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	100.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1819	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	139.648,33
	3.3.50.41.00.00 - Contribuições	
1855	1610.10.0122.0001.1003.26210000000 - ADQUIRIR VEÍCULOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E/OU MÓVEIS -	202.162,85
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1856	1622.10.0302.0005.1038.26210000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - MÉDIA E ALTA COMP	89.776,68
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
1871	1625.10.0303.0004.2029.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	352.178,97
	3.3.90.32.00.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	
1872	1610.10.0122.0001.2114.26210000000 - PROMOVER A GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	17.602,72
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1873	1610.10.0122.0001.2114.26210000000 - PROMOVER A GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	1.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1874	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	400.000,00
	3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
1875	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	100.000,00
	3.3.90.34.00.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	
1876	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	51.043,04
	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo	
1877	1622.10.0302.0005.2097.26210000000 - MANTER OS CONTRATOS DE PROGRAMA DO CISAJE	341.896,31

	3.3.93.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
1878	1610.10.0122.0001.2114.26210000000 - PROMOVER A GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	28.101,18
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1879	1610.10.0122.0001.2114.26210000000 - PROMOVER A GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	389.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1880	1610.10.0122.0001.2114.26210000000 - PROMOVER A GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	24.558,90
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1881	1610.10.0122.0001.2114.26210000000 - PROMOVER A GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUS	41.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1882	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	247.059,40
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1883	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.120.656,34
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1884	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	25.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1885	1622.10.0302.0005.2045.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	275.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1886	1622.10.0302.0005.2034.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA REDE DE SAÚDE MENTAL	45.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
1887	1622.10.0302.0005.2034.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA REDE DE SAÚDE MENTAL	384.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1888	1622.10.0302.0005.2034.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA REDE DE SAÚDE MENTAL	6.000,00
	3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1889	1622.10.0302.0005.2034.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DA REDE DE SAÚDE MENTAL	77.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1890	1622.10.0302.0005.2050.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	36.000,00
	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado	
Ficha	**Funcional Programática**	**Valor**
1891	1622.10.0302.0005.2050.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	120.000,00
	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	
1892	1622.10.0302.0005.2050.26210000000 - MANTER AS ATIVIDADES DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	29.000,00
	3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais	
1893	1622.10.0302.0005.1041.26210000000 - ADQUIRIR VEÍC., MÁQ., EQUIP. E/OU MÓVEIS - LABORATÓRIO MUN.	2.482,47
	4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente	
	Total	**6.147.581,48**

Artigo 2º: Como recursos à abertura do Crédito de que trata este decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, nos termos do inciso I, § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.
Artigo 3º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 4º: Revogam-se as disposições em contrário.

DIAMANTINA, 10 de Julho de 2026

GEFERSON GIORDANI BURGARELLI
Prefeito Municipal De Diamantina

Publicado por:
Moizes José Lopes Filho
Código Identificador:29D396DB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE DIVINÓPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
PORTARIA SEMSUR-SEC Nº 12/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

DESIGNA HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES
LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS URBANOS - SEMSUR

O Secretária Municipal de Operações e Serviços Urbanos, Andreia Azevedo da Costa, no uso das atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido as horas extras dos servidores listados abaixo, referentes ao mês de **AGOSTO/2026:**

Matrícula	Nome	Descrição específica do serviço a ser executado e exposição dos motivos para a atividade extraordinária	Descrição do risco de prejuízo em caso de sobrestamento da atividade até que possa ser executada em jornada diária regular subsequente	Exposição prévia do período estivado para a realização do serviço extraordinária
1031810	Ailson Santana de Sousa	Serviço prestado na equipe de poda e corte de arvores e recolhimento de galhos e arvores caídas.	Se trata de medidas de segurança pública, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99044798/1	Alexandre Alipio de Lacerda	Serviço prestado em operação de manutenção/conservação de vias em diversos logradouros neste município	Vias sem as devidas manutenções tornam-se mais inseguras para pedestres e motoristas	01/08/2026 a 31/08/2026
2014311	Anderson Rodrigues Martins	Serviço prestado na equipe de poda e corte de arvores e recolhimento de galhos e arvores caídas.	Se trata de medidas de segurança pública, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99014852	Andre Alves Ribeiro	Serviço prestado na Mecânica, manutenção veículos pesados	Se trata de manutenção nos veículos e equipamentos, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
14021652	Antonio Carlos Dias dos Santos	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
01018376	Aristoteles Jose de Souza	Serviço prestado na equipe de poda e corte de arvores e recolhimento de galhos e arvores caídas.	Se trata de medidas de segurança pública, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99035796	Breno da Silveira Silva	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios públicos deste município devido elevado números de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
990145553	Carlos Alberto Rodrigues	Serviço prestado manutenção e conservação no Aterro Controlado (cobrindo férias do servidor Manoel Pedro Filho)	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 16/08/2026

99014519	Domingues Batista dos Santos	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios deste município devido elevado números de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	02/08/2026 a 31/08/2026
99044799/1	Edcarlos Magela de Souza Melo	Serviço prestado em operação de manutenção/conservação de vias em diversos logradouros neste município	Vias sem as devidas manutenções tornam-se mais inseguras para pedestres e motoristas	01/08/2026 a 31/08/2026
99021422	Eduardo Geraldo dos Santos	Serviço prestado em operação de manutenção/conservação de vias em diversos logradouros neste município	Vias sem as devidas manutenções tornam-se mais inseguras para pedestres	01/08/2026 a 31/08/2026
99044623/1	Ezequiel Pereira Batista	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios deste município devido elevado números de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99015409	Evania Lopes Pereira	Serviço prestado na limpeza do Serviço Municipal do Luto e velórios municipais diversos	O não cumprimento dessas medidas sanitárias de prevenção ocasiona propagação maior da contaminação por bactérias	01/08/2026 a 31/08/2026
99018378	Fabiola Aparecida Torquato Lopes	Serviço prestado na limpeza do Serviço Municipal do Luto e velórios diversos	O não cumprimento dessas medidas sanitárias de prevenção ocasiona propagação maior da contaminação por bactérias	01/08/2026 a 31/08/2026
2021709	Fabiano Lucio de Carvalho	Serviço prestado na Mecânica (elétrica), em veículos diversos	Se trata de manutenção nos veículos e equipamentos, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	04/08/2026 a 31/08/2026
99017186	Fabio Fonseca da Silva	Serviço prestado na equipe de poda e corte de arvores e recolhimento de galhos e arvores caídas.	Se trata de medidas de segurança pública, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99014834	Fábio Henrique Campos	Serviço prestado em abastecimento de veículos no posto de combustível no pátio da SEMSUR	Falta de combustível nos veículos utilizados em atividades essenciais, inclusive finais de semana e feriados	01/08/2026 a 31/08/2026
99034871	Fernando de Assis Costa	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios públicos neste município devido elevado números de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco saúde pública, por se tratar serviço essencial 24 horas por dia, todos dias da semana sem exceção	05/08/2026 a 31/08/2026
01026263	Francisco de Assis Ribeiro	Serviço prestado na equipe de poda e corte de arvores e recolhimento de galhos e arvores caídas.	Se trata de medidas de segurança pública, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99017187	Gilson Magela de Melo	Serviço prestado na organização e fiscalização das Feiras Livres	Há falta de organização e fiscalização das Feiras Livres, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99021633	Glaucio Victer	Serviço prestado no atendimento para realização de Serviços Funerários	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	04/08/2026 a 31/08/2026
2034118	Helder Francisco Fernandes	Serviço prestado manutenção e conservação de veículos leves na mecânica e na organização e fiscalização das Feiras Livres	Se trata de manutenção nos veículos e equipamentos, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries, e há falta de organização e fiscalização das Feiras Livres, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 09/08/2026
99024577	Ismael Nunes Souza	Serviço prestado em operação de manutenção/conservação de vias em diversos logradouros neste município	Vias sem as devidas manutenções tornam-se mais inseguras para pedestres e motoristas	04/08/2026 a 31/08/2026
99023700	Ivam Ranielle Enes de Morais	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	05/08/2026 a 31/08/2026
99043943/2	Jacqueline Coutinho Faria	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99030885	Jeferson Augusto Quintino	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
2034290	José Geraldo Esteves	Serviço prestado no transporte do pessoal da zona rural para o local de trabalho (Pátio SEMSUR) e vice versa	Inexistência de transporte dá para zona rural nos horários condizentes a jornada de trabalho, poderá ocasionar falta dos servidores e prejuízos aos cofres públicos	01/08/2026 a 31/08/2026
99021170	Jose Roberto Teixeira	Serviço prestado na Mecânica, manutenção em veículos e na organização e fiscalização das Feiras Livres	Se trata de manutenção nos veículos e equipamentos, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries, e há falta de organização e fiscalização das Feiras Livres, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99014611	Juliano Pinto da Silva	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios públicos deste município, devido elevado números de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99035626	Jurandir Lopes de Araujo	Serviço prestado em operação de manutenção/conservação de vias em diversos logradouros neste município	Vias sem as devidas manutenções tornam-se mais inseguras para pedestres e motoristas	01/08/2026 a 31/08/2026
99043192/2	Lazara Aparecida Duarte	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios deste município devido elevado números de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99044257/1	Marcelo Rodrigue da Silva	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 05/08/2026
99037999/2	Matheus Souza Rodrigues	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99034904/1	Marcos Antônio da Costa	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99037811	Marco Tulio Alves de Oliveira	Serviço prestado na Mecânica (Ferraria) e na organização e fiscalização das Feiras Livres	Se trata de manutenção nos veículos e equipamentos, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries, e há falta de organização e fiscalização das Feiras Livres, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99015222	Manoel Pedro Filho	Serviço prestado manutenção e conservação no Aterro Controlado	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99034907	Natan Jose da Silva	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios públicos neste município devido elevado números de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99021490	Nelson Antônio dos Santos	Serviço prestado em operação de manutenção/conservação de vias em diversos logradouros neste município	Vias sem as devidas manutenções tornam-se mais inseguras para pedestres e motoristas	04/08/2026 a 31/08/2026
99044324/1	Paulo César de Moura Lopes	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99021599	Ramon de Souza Gomes	Serviço prestado no atendimento para realização de Serviços Funerários	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
2037486	Reginaldo Almeida Galvão	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios públicos deste município devido ao elevado número de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
2035904	Reginaldo Luiz de Jesus Paranhos	Serviços no transporte de peças, equipamentos diversos, para manutenção da frota de veículos deste município.	Se trata de manutenção nos veículos e equipamentos, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99024150	Rogério Rodrigues da Silva	Serviço prestado de agente funerário em dias de elevada demanda de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial 24 horas por dia, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
2037494	Sergio Pereira	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios públicos deste município devido ao elevado número de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
99021569	Sergio Ricardo	Serviço prestado manutenção e conservação de veículos leves na mecânica	Se trata de manutenção nos veículos e equipamentos, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99025145	Silvano Vieira da Silva	Serviço prestado em operação de manutenção/conservação de vias em diversos logradouros neste municipio	Vias sem as devidas manutenções tornam-se mais inseguras para pedestres e motoristas	01/08/2026 a 02/08/2026
02026646	Uarley Geraldo Luiz Vieira	Serviço prestado em operação de manutenção/conservação de vias em diversos logradouros neste município	Vias sem as devidas manutenções tornam-se mais inseguras para pedestres e motoristas	01/08/2026 a 11/08/2026
1003689	Valdemar Marçal de Oliveira	Serviço prestado na equipe de poda e corte de arvores e recolhimento de galhos e arvores caídas.	Se trata de medidas de segurança pública, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026
99037953	Wandeir Fernandes da Silva	Serviço prestado na Mecânica (Ferraria) e na organização e fiscalização das Feiras Livres	Se trata de manutenção nos veículos e equipamentos, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries, e há falta de organização e fiscalização das Feiras Livres, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	05/08/2026 a 31/08/2026
99035411	Walison Nunes Evangelista	Serviço prestado de coveiro em Cemitérios públicos deste município devido ao elevado número de sepultamentos	O não cumprimento torna-se risco a saúde pública, por se tratar de um serviço essencial, todos os dias da semana sem exceção	01/08/2026 a 31/08/2026
2025860	Wilson Aparecido Pedro	Serviço prestado na equipe de poda e corte de arvores e recolhimento de galhos e arvores caídas.	Se trata de medidas de segurança pública, o não cumprimento poderá ocasionar maiores intempéries	01/08/2026 a 31/08/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Divinópolis, 17 de agosto de 2026

(Assinado Digitalmente)
ANDREIA AZEVEDO DA COSTA
Secretária Municipal de Operações e Serviços Urbanos

(Assinado Digitalmente)
VANESSA XAVIER
Diretora Administrativa de Interface Jurídica

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:223DC38B

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE - PORTARIA Nº 017/2026

AUTORIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS MÊS DE SETEMBRO DE 2026

A Sra. Samara Alyne Sousa Rosa, Secretária Municipal de Esportes e Juventude, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade do serviço, e em atendimento ao que estabelece o Art. 1º, inciso I, II e III do Decreto nº. 14.525/21, de 27 de julho de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/07/2021;

•
Considerando a necessidade de ronda diurna e noturna por se tratar de locais de área de lazer do município aberto ao público e com constante depredação por vândalos havendo a necessidade de ter um servidor nos locais para evitar danos ao patrimônio público municipal.

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR horas extras, aos servidores discriminados abaixo, lotados na **– SEMEJ – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude**, em razão da necessidade do serviço e em atendimento ao que estabelece o artigo 108, § 1º, da Lei Complementar nº. 009/1992.

MATRÍCULA	SERVIDOR	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO E EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PARA A ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA;	DESCRIÇÃO DO RISCO DE PREJUÍZO EM CASO DE SOBRESTAMENTO DA ATIVIDADE ATÉ QUE POSSA SER EXECUTADA EM JORNADA DIÁRIA REGULAR SUBSEQUENTE	EXPOSIÇÃO DO PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
99021556	MARCELO FERREIRA	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/09/2026 30/09/2026
99014861	DEIVISON KILDER DOS SANTOS	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/09/2026 30/09/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

SAMARA ALYNE SOUZA ROSA
Secretária Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:DC604E50

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE PORTARIA Nº 018/2026

AUTORIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS MÊS DE OUTUBRO DE 2026

A Sra. Samara Alyne Sousa Rosa, Secretária Municipal de Esportes e Juventude, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade do serviço, e em atendimento ao que estabelece o Art. 1º, inciso I, II e III do Decreto nº. 14.525/21, de 27 de julho de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/07/2021;

•
Considerando a necessidade de ronda diurna e noturna por se tratar de locais de área de lazer do município aberto ao público e com constante depredação por vândalos havendo a necessidade de ter um servidor nos locais para evitar danos ao patrimônio público municipal.

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR horas extras, aos servidores discriminados abaixo, lotados na **– SEMEJ – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude**, em razão da necessidade do serviço e em atendimento ao que estabelece o artigo 108, § 1º, da Lei Complementar nº. 009/1992.

MATRÍCULA	SERVIDOR	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO E EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PARA A ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA;	DESCRIÇÃO DO RISCO DE PREJUÍZO EM CASO DE SOBRESTAMENTO DA ATIVIDADE ATÉ QUE POSSA SER EXECUTADA EM JORNADA DIÁRIA REGULAR SUBSEQUENTE	EXPOSIÇÃO DO PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
99021556	MARCELO FERREIRA	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/10/2026 31/10/2026
99014861	DEIVISON KILDER DOS SANTOS	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/10/2026 31/10/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

SAMARA ALYNE SOUZA ROSA
Secretária Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:01902459

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE PORTARIA Nº 020/2026 AUTORIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS MÊS DE DEZEMBRO DE 2026 A SRA. SAMARA ALYNE SOUSA ROSA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; CONSIDERANDO A N

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE

PORTARIA Nº 020/2026

AUTORIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS MÊS DE DEZEMBRO DE 2026

A Sra. Samara Alyne Sousa Rosa, Secretária Municipal de Esportes e Juventude, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade do serviço, e em atendimento ao que estabelece o Art. 1º, inciso I, II e III do Decreto nº. 14.525/21, de 27 de julho de 2021, publicado no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 29/07/2021;

•
Considerando a necessidade de ronda diurna e noturna por se tratar de locais de área de lazer do município aberto ao público e com constante depredação por vândalos havendo a necessidade de ter um servidor nos locais para evitar danos ao patrimônio público municipal.

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR horas extras, aos servidores discriminados abaixo, lotados na **– SEMEJ – Secretaria Municipal de Esportes e Juventude**, em razão da necessidade do serviço e em atendimento ao que estabelece o artigo 108, § 1º, da Lei Complementar nº. 009/1992.

MATRÍCULA	SERVIDOR	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO SERVIÇO A SER EXECUTADO E EXPOSIÇÃO DOS MOTIVOS PARA A ATIVIDADE EXTRAORDINÁRIA;	DESCRIÇÃO DO RISCO DE PREJUÍZO EM CASO DE SOBRESTAMENTO DA ATIVIDADE ATÉ QUE POSSA SER EXECUTADA EM JORNADA DIÁRIA REGULAR SUBSEQUENTE	EXPOSIÇÃO DO PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
99021556	MARCELO FERREIRA	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/12/2026 31/12/2026
99014861	DEIVISON KILDER DOS SANTOS	RONDA E VIGILÂNCIA NOS FINAIS DE SEMANA, SÁBADO, DOMINGO E FERIADO NOS LOCAIS: PARQUE DA ILHA, CSU – CENTRO SOCIAL URBANO, GINÁSIO POLIESPORTIVO CENTRO, GINÁSIO POLIESPORTIVO PLANALTO, GINÁSIO POLIESPORTIVO NITEROI, GINÁSIO POLIESPORTIVO DE ERMIDA DAS 06h00min ÀS 18h00min	A AUSÊNCIA DE RONDA NESSES LOCAIS PODERÁ TRAZER GRANDES PREJUÍZOS AO MUNICÍPIO, EM CONSEQUÊNCIA DE FURTOS E ATAQUES DE VANDALISMO, OCASIONANDO A DESCONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESSENCIAIS A POPULAÇÃO	01/12/2026 31/12/2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Divinópolis, 12 de agosto de 2026.

SAMARA ALYNE SOUZA ROSA
Secretária Municipal de Esportes e Juventude

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:68768AF1

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 65/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 65/2026

A Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana do Município de Divinópolis, Minas Gerais, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, especialmente as Resoluções nº 900/2022 e nº 918/2016, bem como a Deliberação nº 66 do Conselho Estadual de Trânsito do Estado de Minas Gerais – CETRAN/MG, tendo em vista que os autos de infração foram considerados regulares e consistentes, tendo sido cumprido o estabelecido no inciso II, parágrafo único, artigo 281 do CTB, NOTIFICA DA AUTUAÇÃO os proprietários e/ou infratores dos veículos abaixo relacionados, podendo ser interposta a DEFESA DA AUTUAÇÃO e/ou a IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR, conforme e até a data limite abaixo indicada, junto ao setor de atendimento da SETTRANS, ou via Correios, no endereço: Avenida JK, 1.455, 2º Andar, Bairro Bom Pastor, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-155. FORMULÁRIOS E ENDEREÇOS: Os formulários poderão ser retirados pelo sítio www.divinopolis.mg.gov.br. O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados é: placa, número do auto de infração, datada infração, código da infração/desdobramento, data de vencimento da notificação.

Divinópolis, 24 de agosto de 2026.

LUCAS LOPES ESTEVAM
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança Pública e Mobilidade Urbana

PLACA	NÚMERO DO AUTO	COMETIMENTO	TIPO DE INFRAÇÃO	VENCIMENTO
AJP5I63	DA00093987	17/08/2026	5193/0	19/10/2026
AMH1I54	DA00095518	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
BAS5563	DA00096835	12/08/2026	7633/2	16/10/2026
CDM6220	DA00095089	06/08/2026	5185/1	12/10/2026
DBX9363	DA00096946	14/08/2026	5541/4	16/10/2026
DQB7726	DA00095823	10/08/2026	5592/0	16/10/2026
DQB7726	DA00095824	10/08/2026	6599/2	16/10/2026
DQJ9D99	DA00095825	10/08/2026	7633/2	16/10/2026
DQP8797	DA00092566	11/08/2026	6033/0	13/10/2026
DQP8797	DA00092567	11/08/2026	6599/2	13/10/2026
EAL4946	DA00094106	15/08/2026	7633/1	16/10/2026
FIK6H43	DA00096750	07/08/2026	5207/0	12/10/2026
FMH3A65	DA00095091	06/08/2026	5185/2	12/10/2026
FYJ9B56	DA00095933	15/08/2026	5541/3	16/10/2026
GGM0F00	DA00096365	11/08/2026	5541/2	13/10/2026
GHM9D06	DA00094845	17/08/2026	5487/0	19/10/2026
GIT8F43	DA00096388	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
GJL6B58	DA00096377	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
GNQ9E38	DA00096738	07/08/2026	5452/1	12/10/2026
GOF3D55	DA00096071	18/08/2026	5541/4	19/10/2026
GQP0484	DA00096191	13/08/2026	5541/2	13/10/2026
GUL8664	DA00096188	13/08/2026	5541/2	13/10/2026
GYB5H22	DA00096737	05/08/2026	6530/0	12/10/2026
GYH7474	DA00094187	18/08/2026	5550/0	19/10/2026
GYH8C05	DA00095535	11/08/2026	7340/0	12/10/2026
GYH9G63	DA00096834	12/08/2026	5720/0	16/10/2026
GYI9E24	DA00096836	13/08/2026	6564/0	16/10/2026
GYI9E24	DA00096837	13/08/2026	6823/1	16/10/2026
GZX0403	DA00095231	18/08/2026	5592/0	19/10/2026
HAC7F12	DA00094100	14/08/2026	6653/1	16/10/2026
HAC7F12	DA00094101	14/08/2026	6599/2	16/10/2026
HAC7F12	DA00094102	14/08/2026	7340/0	16/10/2026
HAM0651	DA00095504	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
HAO3D91	DA00096058	10/08/2026	5541/2	13/10/2026
HAY1125	DA00096757	11/08/2026	5380/0	16/10/2026
HBC2083	DA00095533	11/08/2026	5541/1	12/10/2026
HBY5385	DA00093931	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
HCF2C79	DA00095540	13/08/2026	5541/2	13/10/2026
HCW1666	DA00094178	11/08/2026	6050/1	13/10/2026
HDS3760	DA00096650	14/08/2026	6050/1	16/10/2026
HEA0787	DA00094090	13/08/2026	5541/1	13/10/2026
HER7G04	DA00096470	12/08/2026	7633/1	12/10/2026
HFW9431	DA00092565	11/08/2026	5185/1	13/10/2026
HGJ8J99	DA00095822	10/08/2026	5592/0	13/10/2026
HGY8I65	DA00095227	18/08/2026	6050/1	19/10/2026
HGZ2644	DA00095507	11/08/2026	5452/2	12/10/2026
HHJ1B14	DA00095537	12/08/2026	7323/2	12/10/2026
HIP0J59	DA00092314	11/08/2026	5592/0	12/10/2026
HIS1F68	DA00096326	07/08/2026	7684/2	12/10/2026
HIZ9797	DA00094183	14/08/2026	7633/1	16/10/2026

HJA6554	DA00095101	11/08/2026	5185/1	19/10/2026
HJA6554	DA00095102	11/08/2026	6599/2	19/10/2026
HJB3F61	DA00094177	11/08/2026	5487/0	13/10/2026
HKI5995	DA00095519	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
HKO8680	DA00089405	11/08/2026	6122/0	13/10/2026
HKT5I24	DA00095516	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
HLA0312	DA00096760	12/08/2026	5550/0	16/10/2026
HLA1137	DA00096745	07/08/2026	5452/2	12/10/2026
HLA1137	DA00096746	07/08/2026	6599/2	12/10/2026
HLM8833	DA00095500	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
HMA6F67	DA00096748	07/08/2026	5550/0	12/10/2026
HMP9550	DA00096954	17/08/2026	5541/4	19/10/2026
HMQ5249	DA00093299	17/08/2026	5487/0	19/10/2026
HNC0703	DA00096951	15/08/2026	5541/3	19/10/2026
HNC1E41	DA00096373	11/08/2026	5541/2	13/10/2026
HNP0301	DA00096362	10/08/2026	5541/2	13/10/2026
HNP1199	DA00096467	11/08/2026	6050/1	12/10/2026
HNS7636	DA00096473	14/08/2026	5487/0	16/10/2026
HOF4954	DA00095103	12/08/2026	5185/1	19/10/2026
HTF9F54	DA00096379	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
IXA3I82	DA00092315	11/08/2026	5592/0	12/10/2026
JDZ2I52	DA00096839	13/08/2026	5479/0	16/10/2026
KEI3107	DA00096363	11/08/2026	5550/0	13/10/2026
KZS4J65	DA00096364	11/08/2026	5541/2	13/10/2026
LOG6B71	DA00096374	11/08/2026	5541/2	13/10/2026
LUP9H29	DA00095545	14/08/2026	7048/1	16/10/2026
MXU4985	DA00094184	14/08/2026	7633/1	16/10/2026
OGZ9B17	DA00096959	17/08/2026	5487/0	19/10/2026
OLO9E92	DA00092311	11/08/2026	5541/1	12/10/2026
OMC7B46	DA00096330	11/08/2026	6769/0	12/10/2026
OMH2E24	DA00096389	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
OOX0A13	DA00090596	15/08/2026	7633/2	16/10/2026
OOZ0A70	DA00094188	18/08/2026	5592/0	19/10/2026
OPJ5J66	DA00093932	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
OQR6J23	DA00096178	10/08/2026	5541/2	13/10/2026
OWK1A16	DA00096468	12/08/2026	5487/0	12/10/2026
OWN6770	DA00096331	11/08/2026	5592/0	12/10/2026
OXB4D06	DA00095818	07/08/2026	6050/1	13/10/2026
PNK6H49	DA00092320	17/08/2026	5738/0	19/10/2026
PUS4F14	DA00095821	10/08/2026	5592/0	13/10/2026
PUZ1136	DA00092308	10/08/2026	5487/0	12/10/2026
PVB2B74	DA00095503	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
PVE1772	DA00093983	13/08/2026	6050/1	13/10/2026
PVI9894	DA00095223	12/08/2026	7633/1	13/10/2026
PVK9B46	DA00096180	10/08/2026	5738/0	13/10/2026
PVR7B82	DA00096378	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
PWA3G75	DA00095090	06/08/2026	6599/2	12/10/2026
PWJ2481	DA00095229	18/08/2026	7633/1	19/10/2026
PXN2H59	DA00096950	15/08/2026	7633/2	16/10/2026
PXU2H27	DA00094103	14/08/2026	6050/1	16/10/2026
PXU2H27	DA00094104	14/08/2026	6599/2	16/10/2026
PYE8E43	DA00096948	14/08/2026	7633/2	19/10/2026
PYJ4G16	DA00096749	07/08/2026	6050/1	12/10/2026
PYY0686	DA00096371	11/08/2026	5541/2	13/10/2026
PZN3333	DA00088429	15/08/2026	5541/4	19/10/2026
QKZ6F03	DA00094097	14/08/2026	5487/0	16/10/2026
QKZ6F03	DA00096943	14/08/2026	5622/2	16/10/2026
QMZ5H20	DA00088430	15/08/2026	5541/4	19/10/2026
QNH5284	DA00095534	11/08/2026	5487/0	12/10/2026
QNY4H62	DA00095522	14/08/2026	5541/2	16/10/2026
QOM2621	DA00093513	12/08/2026	5460/0	12/10/2026
QOM4695	DA00095819	10/08/2026	5592/0	13/10/2026
QOY4498	DA00095541	13/08/2026	5541/2	13/10/2026
QPS1G53	DA00096394	17/08/2026	5550/0	19/10/2026
QQA7E06	DA00093980	13/08/2026	5550/0	13/10/2026
QQL2H75	DA00093984	14/08/2026	5193/0	16/10/2026
QUW7C86	DA00095511	12/08/2026	6050/1	16/10/2026
QUY5A08	DA00096392	17/08/2026	5550/0	19/10/2026
QWZ3A90	DA00093929	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
QXO8C39	DA00095817	07/08/2026	7633/2	13/10/2026
QXQ4J22	DA00096466	11/08/2026	6050/1	12/10/2026
RFI8C97	DA00096175	07/08/2026	7633/2	13/10/2026
RFM7B36	DA00096173	06/08/2026	7633/1	13/10/2026
RJK4D98	DA00095508	11/08/2026	5738/0	12/10/2026
RKG7A31	DA00096059	10/08/2026	5541/2	13/10/2026
RMH2F40	DA00096840	13/08/2026	5991/0	16/10/2026
RMT8G53	DA00095494	11/08/2026	5487/0	12/10/2026
RNH9H28	DA00096384	14/08/2026	5487/0	16/10/2026
RNO2D47	DA00096319	07/08/2026	5592/0	12/10/2026
RQS7A51	DA00094182	14/08/2026	7633/2	16/10/2026
RTJ2H24	DA00096189	13/08/2026	5541/2	13/10/2026
RTL9C25	DA00096463	10/08/2026	5738/0	13/10/2026
RTU3E40	DA00095224	13/08/2026	7625/1	13/10/2026
RTW2D21	DA00096366	11/08/2026	5550/0	13/10/2026
RTZ7G80	DA00093981	13/08/2026	5738/0	13/10/2026
RUM9C26	DA00090598	17/08/2026	5401/0	19/10/2026
RVF7H36	DA00096962	18/08/2026	7633/2	19/10/2026
RVQ1E31	DA00096329	11/08/2026	5592/0	12/10/2026
RVR1D48	DA00095546	15/08/2026	7340/0	16/10/2026

SCO1B87	DA00096382	14/08/2026	5541/1	16/10/2026
SFK6G16	DA00096192	13/08/2026	5401/0	13/10/2026
SHQ6A10	DA00093930	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
SHS8G04	DA00094094	14/08/2026	5622/2	16/10/2026
SHS8G04	DA00094095	14/08/2026	6599/2	16/10/2026
SHX4G24	DA00093986	14/08/2026	7633/2	16/10/2026
SHZ1I21	DA00093303	17/08/2026	5738/0	19/10/2026
SHZ4E76	DA00092317	17/08/2026	7633/1	19/10/2026
SII7J67	DA00096056	10/08/2026	5541/2	13/10/2026
SIK2E60	DA00096462	10/08/2026	5738/0	13/10/2026
SIR0E99	DA00096952	17/08/2026	5592/0	19/10/2026
SJF7G77	DA00096322	07/08/2026	5550/0	12/10/2026
SYI5A48	DA00095230	18/08/2026	5592/0	19/10/2026
SYQ8A87	DA00096741	07/08/2026	5550/0	12/10/2026
SYY6E21	DA00093982	13/08/2026	6050/1	13/10/2026
TCF0J52	DA00096648	13/08/2026	5720/0	13/10/2026
TCG8F81	DA00097134	17/08/2026	5452/1	19/10/2026
TCL4I00	DA00093296	15/08/2026	7633/2	16/10/2026
TCR9H15	DA00096313	07/08/2026	5592/0	12/10/2026
TDN0G78	DA00094189	18/08/2026	5541/7	19/10/2026
TDX4F26	DA00095104	12/08/2026	6653/2	19/10/2026
TDY4H44	DA00088426	07/08/2026	5185/2	13/10/2026
TEB5G12	DA00096649	14/08/2026	6050/1	16/10/2026
TWZ6I22	DA00096833	12/08/2026	6050/1	16/10/2026
TXA4B47	DA00092316	17/08/2026	7625/1	19/10/2026
TXJ6I93	DA00092514	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
TYU6G98	DA00096375	14/08/2026	7633/1	16/10/2026
TZA9J06	DA00095497	11/08/2026	5541/2	12/10/2026
TZV9G29	DA00093514	12/08/2026	7633/1	12/10/2026
TZZ3H69	DA00095226	14/08/2026	5487/0	19/10/2026
UIZ9E48	DA00096464	11/08/2026	7340/0	12/10/2026
UVI0B12	DA00096945	14/08/2026	5622/2	16/10/2026

Publicado por:
Felipe Henrique de Assis Miguel
Código Identificador:CB95CE75

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE ESTRELA DO INDAIÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE DISPENSA N° 034/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIÁRIOS DE LIMPEZA GERAL DAS PISCINAS DA PRAÇA DE ESPORTES MARINHO RODRIGUES BELO, SENDO RESPONSABILIDADE O MANUSEIO E APLICAÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA, DENTRO DOS PADRÕES SANITÁRIOS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 114/2026 **DISPENSA Nº:** 034/2026

DATA DA LICITAÇÃO: 28/08/2026.

INÍCIO DA SESSÃO: 08:00h

LOCAL: Prédio da Prefeitura - Departamento de Licitação – Praça São Sebastião, nº 219 – Centro, e-mail: licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br

PREÂMBULO

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA DO INDAIÁ**, por meio da Agente de Contratação e sua equipe de apoio, realizará processo de Dispensa, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e legislação aplicável e condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 62.400,00 (SESSENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)

PERÍODO DE PROPOSTAS
De 25/08/2026 às 7h
Até 28/08/2026 às 8h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIÁRIOS DE LIMPEZA GERAL DAS PISCINAS DA PRAÇA DE ESPORTES MARINHO RODRIGUES BELO, SENDO RESPONSABILIDADE O MANUSEIO E APLICAÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA, DENTRO

DOS PADRÕES SANITÁRIOS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CONTRATAÇÃO
O serviço a ser prestado deverá conter as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO BÁSICA	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Prestação de serviços diários de limpeza, higienização e manutenção de duas piscinas públicas localizadas na Praça de Esportes Marinho Rodrigues Belo, sendo uma piscina infantil, com volume aproximado de 50.000 litros, e uma piscina adulta do tipo semiolímpica, com volume aproximado de 680.000 litros. Os serviços incluem a limpeza física das piscinas, escovação de paredes e bordas, remoção de resíduos, manutenção básica dos sistemas hidráulicos (bombas, filtros, ralos e canaletas) e o acompanhamento técnico do tratamento da água, com aferição dos parâmetros físico-químicos e orientação para aplicação dos produtos químicos fornecidos pela Administração. A contratada deverá disponibilizar profissional capacitado diariamente e fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, observando as normas da ANVISA, ABNT e da Vigilância Sanitária.	SV	12

Os códigos, características, especificações e descrições fornecidas podem, eventualmente, divergir das especificações equivalentes no mercado. Neste caso, ou seja, havendo divergências consideráveis quanto às especificações, devem prevalecer as detalhadas no Termo de Referência.
O critério de mensuração será a unidade SERVIÇO (SE), que deverá envolver todos os custos e encargos inclusos na prestação do serviço, inclusive equipamentos necessários à sua execução como redes, peneiras, aspiradores e demais equipamentos adequados para limpeza do fundo e das bordas das piscinas;
A CONTRATADA deverá manter o controle periódico da qualidade da água, com aferição e correção dos parâmetros físico-químicos (pH, alcalinidade, cloro livre, cloro combinado, dureza cálcica, turbidez, entre outros), mantendo os níveis dentro dos padrões recomendados pela legislação sanitária vigente. Para tanto, a empresa deverá disponibilizar profissional habilitado, incluindo Engenheiro Químico devidamente registrado no Conselho Regional de Química (CRQ), responsável pelo acompanhamento técnico, orientação dos procedimentos de tratamento e controle da qualidade da água das piscinas, quando exigido pela legislação aplicável.
Os serviços objeto da presente contratação deverá ser executados em estrita observância às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela ANVISA, ABNT, e pelas diretrizes da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, no que se refere à manutenção, limpeza e tratamento de piscinas de uso coletivo.
A execução dos serviços em dias úteis e finais de semana, deverão ser executados conforme cronograma e necessidade de uso do espaço, a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.
De acordo com a legislação vigente o prestador de serviços contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviço.
O serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, em tempo hábil, após solicitação pelo Setor Requisitante.
Na hipótese de rejeição da prestação de serviços, o Setor Requisitante reserva-se no direito de recusar o objeto junto à contratada, sem nada a pagar.
O serviço (SV) deverá ser contratado mediante solicitação do setor requisitante, observada a especificação básica descrita neste documento de formalização de demanda.
Quaisquer danos que ocorram a bens móveis, imóveis ou ao meio ambiente, e aqueles resultantes da imperícia, imprudência ou negligência na execução dos serviços, serão de responsabilidade única da contratada, devendo reparar e responder por eles.
As normas ambientais e de segurança do trabalho devem ser rigorosamente observadas, sob pena de responsabilização da CONTRATADA.
A relação contratual decorrente desta contratação, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a prestadora contratada venha a empregar na execução do objeto.
As especificações acima fornecidas pautam-se por critérios básicos, comuns ao padrão oferecido no mercado em referência.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 62.400,00 (SESSENTA E DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS) valor global da contratação.
LOCAL DA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser executados nas dependências da Praça de Esportes Marinho Rodrigues Belo, localizada à Rua Dom Pedro I, n° 248, centro, Estrela do Indaiá, onde estão situadas as piscinas.
2.16.1. A empresa contratada deverá garantir a presença de profissional qualificado no próprio local da prestação, em tempo integral durante o período definido pela Administração, conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.
PRAZO DE EXECUÇÃO: O serviço solicitado deverá ter a duração inicialmente prevista de 12 (doze) meses, abrangendo o período remanescente do exercício financeiro atual, sendo sua continuidade justificada por se tratar de serviço de natureza contínua, podendo ser prorrogado para exercícios subsequentes à critério da Administração, nos termos do Art. 105, da Lei 14.133/21.
PRAZO PARA INÍCIO: A prestação dos serviços deverá ter início imediato após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, observando-se o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para mobilização da equipe e/ou profissional e equipamentos no local.
2.18.1. Caso seja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá informar ao responsável pela unidade de manutenção o pedido de prorrogação acompanhado de justificativa escrita devidamente fundamentada.
GARANTIA: Os serviços prestados deverão ser garantidos contra imperfeições, imprecisões, deficiências técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, contados a partir da data do recebimento, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.
3.1. A participação na presente dispensa poderá ser franqueada a pessoas jurídicas que atuem no ramo pertinente ao objeto, bem como atendam aos requisitos exigidos.
3.2. Não poderão participar desta dispensa
a) que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
que se enquadrem nas seguintes vedações:
c) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
g) equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
h) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

i) *sociedades cooperativas.*

4. INGRESSO NA DISPENSA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL
4.1. O ingresso do prestador na disputa da dispensa se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, devidamente enviada para o e-mail licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br, de modo tempestivo e na forma deste item.
4.1.1. Poderá o licitante apresentar envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por representante não credenciado, mediante protocolo, ficando o licitante obrigado a apresentá-los até a hora e data estabelecida no preâmbulo.
4.1.2. O Departamento de Licitação não se responsabilizará por "Proposta Comercial" que não seja entregue ao Agente de Contratação designado, até a data e horário definidos neste edital.
4.2. O prestador interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por via e-mail, a proposta com a descrição do objeto ofertado, descrição exigida, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do prestador, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
4.7. Uma vez enviada a proposta, o prestador **NÃO** poderá retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

5 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO
5.1. Encerrada a fase de submissão de propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
5.3. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao prestador que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
5.4. A negociação poderá ser feita com os demais prestadores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
5.5. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.
5.6. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
a) contiver vícios insanáveis;
b) não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
f) Quando o prestador não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
I - for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio prestador, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
II - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
III - *P*ara fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
IV - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
V - Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se via e-mail, aos interessados diretos, a nova data e horário para a sua continuidade.
VI - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6 – HABILITAÇÃO
6.1. Encerrada a etapa de aceitação da proposta, a Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no Art. 14, da Lei 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/).
d) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver.
6.2. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do prestador mais bem classificado da fase de lances. A Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2horas, envie a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
6.2. É dever do prestador atualizar previamente as comprovações constantes na documentação apresentada, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
6.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do prestador, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados,o prestador será convocado a encaminhá-los, **NO PRAZO DE 2 HORAS** após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
6.6. O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
6.8. Será inabilitado o prestador que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
6.9. Na hipótese de o prestador não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o prestador será habilitado

7 - CONTRATAÇÃO
7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
7.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
7.3. *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico institucional, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (CINCO) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.*
7.4. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
7.5. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*
a) *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
b) *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*
c) *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*
7.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão na Lei 14.1333/2021.
7.7. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo prestador durante a vigência do contrato.

8 - SANÇÕES
8.1. Comete infração administrativa o prestador que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
i) fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
I- Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
k)praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
l) praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
m) O prestador que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
Advertência quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do prestador, por qualquer das infrações;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos do subitem 8.1, alíneas "a, b, d, e, f, g" deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos do subitem 8.1, alíneas "h, i, j, k, l" bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.
8.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
8.4. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no site e no Diário Oficial do Município, assim como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos prestadores diretamente interessados, por mensagem eletrônica institucional, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
9.1.1. Conforme o disposto no Art. 176 da Lei n.º 14.133/2021, os Municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes têm o prazo de 6 (seis) anos, contado da data de publicação da referida lei, para cumprimento da obrigatoriedade de realização da licitação sob a forma eletrônica. Nesse sentido, considerando que o Município de Estrela do Indaiá-MG enquadra-se nessa condição, justifica-se a realização do presente processo de dispensa de licitação de forma presencial, em conformidade com as disposições legais vigentes.
9.2. A presente contratação direta é realizada com base no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e tem como fundamento o menor preço obtido na pesquisa de preços que serviu como referência para o procedimento. Tal medida visa garantir a economicidade e o interesse público, em conformidade com os princípios estabelecidos na legislação aplicável.
a) A escolha do fornecedor baseia-se na proposta que apresentou o menor preço entre aquelas obtidas durante a pesquisa de mercado previamente realizada, desde que esta atenda integralmente às condições de habilitação e às especificações técnicas exigidas pela Administração.
b) Todos os atos relacionados à presente contratação, incluindo a pesquisa de preços e a comprovação da escolha do menor preço, estão devidamente registrados no processo administrativo, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.
c) O fornecedor contratado deverá cumprir todas as condições especificadas na pesquisa de preços e demais documentos que fundamentaram o presente procedimento, assegurando o atendimento adequado às necessidades da Administração
d) Somente serão aceitas propostas adicionais que sejam apresentadas por interessados e que, comprovadamente, representem menor preço em relação à proposta identificada na pesquisa de preços inicial.
e) A apresentação de proposta adicional deverá atender integralmente às condições de habilitação e às especificações técnicas exigidas no presente procedimento.
f) A apresentação de proposta adicional deverá atender integralmente às condições de habilitação e às especificações técnicas exigidas no presente procedimento.
g) Propostas adicionais que não representem menor preço ou que estejam em desacordo com as exigências do procedimento serão desconsideradas.
h) havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos prestadores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo Agente de Contratação na respectiva notificação.
9.3. Caberá ao prestador acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
9.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
9.4.1. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
9.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.6. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.7. Os prestadores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.9. Da sessão pública será divulgada Ata.
9.10. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
ANEXO II	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III	MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFCADA
ANEXO IV	MODELO DE PROPOSTA
ANEXO V	MINUTA DO CONTRATO

Estrela do Indaiá, 25 de agosto de 2026.

MARIA FERNANDA VIEIRA RODRIGUES LOPES
Agente De Contração

ANEXO I

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

DISPENSA Nº 034/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026

1- Habilitação jurídica:
A) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
B) em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
C) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
D) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
E) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
F) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
OBS: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 - Regularidade fiscal, social e trabalhista:
A) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
B) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
C) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
D) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
E) prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
F) prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
OBS 1: caso o prestador seja considerado isento dos tributos *estaduais* ***ou*** *municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3 - Qualificação Econômico-Financeira:
A) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do prestador.

4 - Qualificação Técnica:
Em razão de o objeto envolver atividades de tratamento químico da água de piscinas de uso coletivo, incluindo o manuseio, armazenamento, dosagem e aplicação de produtos químicos, monitoramento dos parâmetros físico-químicos e atendimento à legislação sanitária, a licitante deverá comprovar:

A) Registro ativo da empresa no Conselho Regional de Química (CRQ) da respectiva jurisdição.
B) Indicação de Responsável Técnico legalmente habilitado como Engenheiro Químico, devidamente registrado no CRQ.
C) Apresentação do Certificado de Registro CRQ e Certificado de Função Técnica do Responsável Técnico perante o CRQ.
D) Comprovação do vínculo do Responsável Técnico com a empresa mediante contrato social, CTPS, contrato de prestação de serviços ou outro documento legalmente admitido.
E) Durante toda a vigência do contrato, a empresa deverá manter seu registro e o do Responsável Técnico ativos perante o CRQ, devendo comunicar imediatamente qualquer substituição do profissional responsável, apresentando novo responsável devidamente habilitado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
F) A ausência de Responsável Técnico regularmente habilitado constituirá motivo para suspensão da execução contratual e aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

5 - Declarações Complementares:
A) Declaração Unificada (ANEXO III), assinada e autenticada por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA Nº 034/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026

1 - DO OBJETO
1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIÁRIOS DE LIMPEZA GERAL DAS PISCINAS DA PRAÇA DE ESPORTES MARINHO RODRIGUES BELO, SENDO RESPONSABILIDADE O MANUSEIO E APLICAÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA, DENTRO DOS PADRÕES SANITÁRIOS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda, sendo necessário reiterar os seguintes pontos, tendo em vista da não confecção de ETP para o presente objeto:
2.1. Justificativa legal:
A contratação fundamenta-se nos princípios constitucionais da eficiência, legalidade e continuidade do serviço público, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, que impõe à Administração Pública o dever de assegurar a prestação adequada de serviços à coletividade.
2.2. Justificativa técnica:
A contratação de empresa especializada para a prestação de **serviços diários de limpeza geral das piscinas da Praça de Esportes Marinho Rodrigues Belo**, com responsabilidade pelo **manuseio e aplicação dos produtos químicos necessários à manutenção da qualidade da água**, dentro dos padrões sanitários, mostra-se medida essencial e urgente para viabilizar a **retomada do uso do espaço público esportivo**, que se encontra temporariamente inativo.
A **efetiva reativação das piscinas depende da implantação do tratamento contínuo e adequado da água**, com a devida aquisição e aplicação dos produtos específicos, como cloro, algicidas e reguladores de pH, bem como da manutenção regular da estrutura física, a fim de garantir condições sanitárias seguras e compatíveis com os padrões exigidos pelos órgãos de vigilância em saúde.
A limpeza e tratamento da água de piscinas públicas é atividade técnica especializada, que exige **profissionais capacitados e familiarizados com normas sanitárias, ambientais e de segurança**, razão pela qual se mostra inviável sua execução por servidores municipais não qualificados. A Administração Pública também não dispõe, atualmente, de estrutura ou corpo técnico próprio apto à execução diária dessas atividades.
Importa ressaltar que a utilização plena e segura da Praça de Esportes, espaço destinado à promoção da educação, cultura, esporte, lazer e turismo, depende diretamente da regularização das condições sanitárias das piscinas, que são parte central do complexo esportivo. Trata-se, portanto, de ação diretamente ligada à efetivação de direitos sociais fundamentais, como saúde, esporte e lazer, conforme preconiza a Constituição Federal.
Também, com a licitação, o Município poderá formalizar a contratação destes itens, buscando evitar com tal medida o fracionamento de despesa.

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme enquadramento constante do DFD (Documento de Formalização de Demanda), em conformidade ao Decreto Municipal n.º 1296/2022.
Por fim, as especificações técnicas exigidas são necessárias e imprescindíveis para a obtenção de serviços de qualidade, compatíveis com as praticadas no mercado em referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
3.1. Especificações técnicas da contratação: A contratação deverá atender à seguinte especificação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Prestação de serviços diários de limpeza, higienização e manutenção de duas piscinas públicas localizadas na Praça de Esportes Marinho Rodrigues Belo, sendo uma piscina infantil, com volume aproximado de 50.000 litros, e uma piscina adulta do tipo semiolímpica, com volume aproximado de 680.000 litros. Os serviços incluem a limpeza física das piscinas, escovação de paredes e bordas, remoção de resíduos, manutenção básica dos sistemas hidráulicos (bombas, filtros, ralos e canaletas) e o acompanhamento técnico do tratamento da água, com aferição dos parâmetros físico-químicos e orientação para aplicação dos produtos químicos fornecidos pela Administração. A contratada deverá disponibilizar profissional capacitado diariamente e fornecer todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, observando as normas da ANVISA, ABNT e da Vigilância Sanitária.	SV	12

***** UNIDADE DE EMBASAMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO: SERVIÇO.

3.2. Requisitos da contratação:
3.2.1. A especificação acima fornecida refere-se às características básicas, sendo normal que existam acréscimos e diferenças qualitativas e quantitativas entre prestadores diversos. Os códigos, características, especificações e descrições fornecidas podem, eventualmente, divergir das especificações equivalentes no mercado. Neste caso, ou seja, havendo divergências consideráveis quanto às especificações, devem prevalecer as detalhadas neste Termo de Referência.
3.2.2. O critério de mensuração será a unidade SERVIÇO (SE), que deverá envolver todos os custos e encargos inclusos na prestação do serviço, inclusive equipamentos necessários à sua execução como redes, peneiras, aspiradores e demais equipamentos adequados para limpeza do fundo e das bordas das piscinas;
3.2.3. A CONTRATADA deverá manter o controle periódico da qualidade da água, com aferição e correção dos parâmetros físico-químicos (pH, alcalinidade, cloro livre, cloro combinado, dureza cálcica, turbidez, entre outros), mantendo os níveis dentro dos padrões recomendados pela legislação sanitária vigente. Para tanto, a empresa deverá disponibilizar profissional habilitado, incluindo Engenheiro Químico devidamente registrado no Conselho Regional de Química (CRQ), responsável pelo acompanhamento técnico, orientação dos procedimentos de tratamento e controle da qualidade da água das piscinas, quando exigido pela legislação aplicável.
3.2.4. Os serviços objeto da presente contratação deverá ser executados em estrita observância às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela ANVISA, ABNT, e pelas diretrizes da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, no que se refere à manutenção, limpeza e tratamento de piscinas de uso coletivo.
3.2.5. A execução dos serviços em dias úteis e finais de semana, deverão ser executados conforme cronograma e necessidade de uso do espaço, a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.
3.2.6. De acordo com a legislação vigente o prestador de serviços contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviço.
3.2.7. O serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, em tempo hábil, após solicitação pelo Setor Requisitante.
3.2.8. Na hipótese de rejeição da prestação de serviços, o Setor Requisitante reserva-se no direito de recusar o objeto junto à contratada, sem nada a pagar.
3.2.9. O serviço (SV) deverá ser contratado mediante solicitação do setor requisitante, observada a especificação básica descrita neste documento de formalização de demanda.
3.2.10. Quaisquer danos que ocorram a bens móveis, imóveis ou ao meio ambiente, e aqueles resultantes da imperícia, imprudência ou negligência na execução dos serviços, serão de responsabilidade única da contratada, devendo reparar e responder por eles.
3.2.11. As normas ambientais e de segurança do trabalho devem ser rigorosamente observadas, sob pena de responsabilização da CONTRATADA.
3.2.12. A relação contratual decorrente desta contratação, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a prestadora contratada venha a empregar na execução do objeto.
3.2.13. As especificações acima fornecidas pautam-se por critérios básicos, comuns ao padrão oferecido no mercado em referência.
3.2.12. LOCAL DA PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser executados nas dependências da Praça de Esportes Marinho Rodrigues Belo, localizada à Rua Dom Pedro I, n° 248, centro, Estrela do Indaiá, onde estão situadas as piscinas.
3.2.12.1. A empresa contratada deverá garantir a presença de profissional qualificado no próprio local da prestação, em tempo integral durante o período definido pela Administração, conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
3.2.13. PRAZO DE INÍCIO: A prestação dos serviços deverá ter início imediato após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, observando-se o prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, para mobilização da equipe e/ou profissional e equipamentos no local.
3.2.14. PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: O serviço solicitado deverá ter a duração inicialmente prevista de 12 (doze) meses, abrangendo o período remanescente do exercício financeiro atual, sendo sua continuidade justificada por se tratar de serviço de natureza contínua, podendo ser prorrogado para exercícios subsequentes à critério da Administração, nos termos do Art. 105, da Lei 14.133/21.
3.2.15. Garantia: Os serviços executados deverão ser garantidos contra defeito de montagem e instalação, imperfeições, imprecisões, deficiências técnicas e desconformidades ao que fora solicitado, contado a partir da data do recebimento pelo Município de Estrela do Indaiá-MG, sem prejuízo da garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90.
3.2.16. Da forma de contratação: Os serviços deverão ser contratados mediante solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo.
3.2.17. É vedada a *subcontratação* parcial ou total do objeto desta licitação, sem prévia autorização do Município de Estela do Indaiá-MG.

4 - DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO
4.1. O prestador será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, conforme a hipótese de DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do **Art. 75, II,** da Lei 14.133/2021, para contratação que envolva valores inferiores a R$62.725,59 (Sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de serviços, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

5 - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. No preço dos serviços deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive taxas, impostos, encargos trabalhistas e previdenciários, deslocamento e outros que incidam ou venham a incidir para a disponibilização e prestação do serviço no local e condições estabelecidas.
5.2. O pagamento será realizado pela Administração mediante devida apresentação da nota fiscal e comprovação da liquidação da despesa pelo setor responsável, em até 30 (trinta) dias após à prestação dos serviços.
5.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador contratado e o pagamento ficará pendente até que providencie as medidas saneadoras.
5.4. Na hipótese a que se refere o subitem acima, o pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de nova reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao Município.
5.5. A contratada deverá faturar as entregas por solicitação de serviço/pedido de compra recebidos, sendo vedado acúmulo de pedidos por período superior a um mês, sob pena de não pagamento. Desta forma, fica expressamente proibida a emissão de nota fiscal/fatura com pedidos retroativos ou com acumulado de entregas/prestações de serviço superior a um mês.
5.6. As notas fiscais relativas ao mês de dezembro devem ser emitidas, impreterivelmente, até a data de *31.12*, sob pena de não serem aceitas pela Contabilidade Municipal.
5.7. O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente a ser indicada pela Contratada.
5.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescidode atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo utilizado, para fins de atualização do valor devido, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE:

6 - DA EXECUÇÃO: RESULTADOS ALMEJADOS
6.1. Prazo de vigência: O serviço solicitado deverá ter a duração inicialmente prevista de 12 (doze) meses, abrangendo o período remanescente do exercício financeiro atual, sendo sua continuidade justificada por se tratar de serviço de natureza contínua, podendo ser prorrogado para exercícios subsequentes à critério da Administração, nos termos do Art. 105, da Lei 14.133/21.
6.2. Prazo para início da execução contratual: A prestação dos serviços deverá ter início imediato após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, observando-se o prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, para mobilização da equipe e/ou profissional e equipamentos no local.
6.3. Local Da Prestação/Execução: Os serviços deverão ser executados nas dependências da Praça de Esportes Marinho Rodrigues Belo, localizada à Rua Dom Pedro I, n° 248, centro, Estrela do Indaiá, onde estão situadas as piscinas.
6.3.1. A empresa contratada deverá garantir a presença de profissional qualificado no próprio local da prestação, em tempo integral durante o período definido pela Administração, conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
6.4. **Das condições do fornecimento e recebimento:**
a) O objeto será executado em conformidade com as especificações técnicas, cronogramas, prazos, local e condições apontadas neste respectivo *Termo de Referência* e documentação anexa.
b) O objeto será submetido ao *setor requisitante* e ao *fiscal técnico do contrato* para avaliar a sua conformidade com às especificações constantes deste termo de referência, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição (recebimento).
c) Incumbe à Licitante contratada:
I - Executar os serviços, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições de aproveitamento, em local predeterminado neste termo de referência.
II - Refazer serviço que requisitar aperfeiçoamento ou complementação, quando da execução dos mesmos ou quando o setor requisitante identificar vícios ou inconsistências que demandem retificação.
d) Constatadas irregularidades/desconformidades na execução do objeto contratual, a Administração Municipal poderá:
I - Se disser respeito à especificação do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que seja refeito em até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de rescisão/extinção do contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.
II - Na hipótese de quantitativos e resultados diferentes do esperado, tomando-se por referencial as exigências e protocolos estabelecidos neste termo de referência e demais normas regulamentares da matéria, a Contratada deverá ajustá-los ou os retificar em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, em prazo compatível com a quantidade e necessidade a ser adequada, contado da notificação, mantido o preço inicialmente contratado, sob pena de rescisão contratual e incidência de penalidades cabíveis.
e) De acordo com a legislação a contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviço ou de procedimentos empregados.
f) O serviço rejeitado poderá ser refeito uma única vez, dentro de prazo hábil, ou até 24 (vinte e quatro) horas, tendo em vista a natureza do serviço em questão, após constatação pelo próprio prestador ou pelo Setor Requisitante, e, não o sendo, estará caracterizado inadimplemento contratual absoluto, com incidência da rescisão/extinção contratual e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
7.1. A Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, exercerá a gestão e fiscalização do contrato e registrará todas as ocorrências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.
7.2. A fiscalização pela Administração não exime quaisquer responsabilidades por parte do prestador do serviço em referência, sendo única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à regular execução do objeto do contrato.
7.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, de forma que os serviços sejam prestados de acordo com as especificações referenciadas e em perfeitas condições de aproveitamento, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial
7.4. A Contratada deverá indicar à Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo o preposto ou responsável legal com legitimidade para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.
7.5. As comunicações entre Administração e contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, desde que utilizados e-mails institucionais.
7.6. A Contratada deverá comparecer à sede do Contratante ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de **24h** (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços prestados.
7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
7.8. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, por meio do fiscal técnico MARCO ANTONIO MACIEL BELO, a ser designado em ato próprio.

7.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
7.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
7.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
7.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
7.15. O fiscal técnico do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
7.16. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
7.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
7.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
7.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
7.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158, da Lei 14.133/2021, conforme o caso.
7.21. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
7.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
7.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 - DA RESPONSABILIDADE DO LICITANTE POR SUAS DECLARAÇÕES:
8.1. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

9 - OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA:
9.1. Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que os serviços sejam prestados de acordo com as especificações e em perfeitas condições de admissibilidade.
9.2. Indicar a Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo o preposto ou responsável legal com legitimidade para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.
9.3. Comparecer à sede do CONTRATANTE ou responder, sempre que solicitada ou notificada, por meio do preposto, no prazo de até **24h** (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços contratados.
9.4. Comunicar imediatamente ao Município qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite execução do objeto contratado na data estipulada e condições previstas.
9.5. Executar os serviços contratados somente com prévia autorização do Contratante;
9.6. Providenciar no máximo em 24h (vinte e quatro horas), contados a partir da comunicação, retificação ou substituição dos serviços que forem rejeitados.
9.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços objeto desta licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento dos referidos serviços.
9.8. Executar os serviços de acordo com as especificações, prazos e condições avençados no presente instrumento, de acordo com a proposta ofertada, sendo vedada substituição por outra, salvo por serviço de qualidade superior mediante devida justificativa técnica e autorização por parte do setor requisitante
9.9. Manter, durante toda relação contratual as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10 - OBSERVAÇÕES ESPECIAIS SOBRE O CONTRATO:
10.1. O contrato não poderá ser objeto de **cessão ou transferência** pela contratada, sem autorização por escrito do contratante, sob pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.
10.2. É vedada a **subcontratação** parcial ou total do objeto desta licitação, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá-MG.
10.3. As condições estabelecidas na carta convite fazem parte integrante do contrato dele decorrente.
10.4. O Contrato decorrente deste processo licitatório, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada empregar na entrega do objeto.

11 - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO CONTRATANTE:
11.1. Acompanhar, fiscalizar e dar recebimento da entrega dos serviços, através do servidor responsável pelo recebimento;
11.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
11.3. Sustar o recebimento da prestação de serviços que não estiverem de acordo com as especificações exigidas.
11.4. Zelar pelas condições de trabalho disponibilizadas, disponibilizando à Contratada acesso aos dados, repartições e insumos que necessitar para desenvolver as soluções esperadas.

12 - DO VALOR ESTIMADO
12.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais),** conforme encontra-se autuado no processo, estando disponível para consulta de quaisquer interessados.

13 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
13.1. A dotação orçamentária para cobrir eventuais despesas decorrente desta contratação estão previstas no presente exercício nas rubricas nº:

FICHA	FONTE	DOTAÇÃO
552	1500	02.80.02.27.813.2702.2047.3.3.90.39.00.00.1500.000.0000

14 - SETOR REQUISITANTE
14.1. Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

DISPENSA Nº 034/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, nº ____, bairro _____, na cidade de _____, com o endereço eletrônico _____, por meio do seu representante legal, infra-assinado, **DECLARA** para todos os fins de direito e sob as penalidades cabíveis, que:

Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste instrumento e seu(s) anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de execução então contidas;

Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do MUNICÍPIO ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas;

Para fins do disposto no Art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal);
Ressalva: ( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste instrumento, NÃO SOFREU condenação judicial, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

Que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3°, da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto no Art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei nº 14.133/2021;

Tem conhecimento acerca da disposição contida no Art. 155, VIII, da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa;

Na qualidade de Proponente, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)_____, Portador(a) do RG sob nº ___ e inscrito no CPF sob o nº _____, cuja função/cargo é _____(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente;

Nomeia e constitui o(a) senhor(a)_____, portador(a) do CPF/MF sob nº _____, para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos;

Que o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é:
Rua:
E-mail:
Telefone:

Por ser verdade, firmo a presente para todos os fins de direito.

LOCAL, ___ DE _____ DE 2026.

_____
IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE
CNPJ
Nome e Assinatura do representante legal
CPF

UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

DISPENSA Nº 034/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026

DISPENSA		**P. LICITATÓRIO**	
EMPRESA			
CNPJ			
ENDEREÇO			
E-MAIL			
CELULAR		**TELEFONE**	

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto desta dispensa, acatando todas as estipulações consignadas no aviso divulgado, conforme abaixo:

REF: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIÁRIOS DE LIMPEZA GERAL DAS PISCINAS DA PRAÇA DE ESPORTES MARINHO RODRIGUES BELO, SENDO RESPONSABILIDADE O MANUSEIO E APLICAÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA, DENTRO DOS PADRÕES SANITÁRIOS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO.					
ITEM	**UNID**	**QUANT**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01					

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ ..... (expresso em algarismos e por extenso)

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas na presente contratação direta, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte *e, ainda, que o objeto será entregue conforme estipulado nas especificações contidas no aviso de dispensa e seus anexos*.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta dias) dias contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

PRAZO DE EXECUÇÃO: O serviço solicitado deverá ter a duração inicialmente prevista de 12 (doze) meses, abrangendo o período remanescente do exercício financeiro atual, sendo sua continuidade justificada por se tratar de serviço de natureza contínua, podendo ser prorrogado para exercícios subsequentes à critério da Administração, nos termos do Art. 105, da Lei 14.133/21.

GARANTIA DO OBJETO: garantia legal de que trata a Lei nº 8.078/90, adotando-se, para tanto, como termo inicial a data de recebimento do produto pelo Município.

_____, _____ de _____ de 2026.

_____
RAZÃO SOCIAL/IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE
CNPJ da empresa
Assinatura do Representante Legal da Licitante
CPF

ANEXO V

MINUTA CONTRATUAL

DISPENSA Nº 034/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE ESTRELA DO INDAIÁ-MG**, *CNPJ Nº 18.301.028/0001-24, com sede na Praça São Sebastião, 219, Bairro Centro, neste ato representado pela Secretária Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, Sra. SANDRA ELENIR DE OLIVEIRA, doravante denominado* ***CONTRATANTE,*** *e, de outro lado _____, CNPJ Nº ....., com sede na ..... (qualificação completa), neste ato representada por _____ (qualificação completa), doravante denominada* ***CONTRATADA****, de conformidade com a Lei 14.133/2021 e legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato que será em tudo regido pelos princípios e preceitos de direito público, e,*

obedecerá, no que couber, às disposições contidas no instrumento convocatório do Processo Licitatório nº 114/2026, Dispensa de Licitação nº 034/2026, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIÁRIOS DE LIMPEZA GERAL DAS PISCINAS DA PRAÇA DE ESPORTES MARINHO RODRIGUES BELO, SENDO RESPONSABILIDADE O MANUSEIO E APLICAÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA, DENTRO DOS PADRÕES SANITÁRIOS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO, conforme as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01					

As especificações acima não excluem as demais contidas no Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência, Aviso de Dispensa e Proposta da CONTRATADA.

O critério de mensuração será a unidade SERVIÇO (SE), que deverá envolver todos os custos e encargos inclusos na prestação do serviço, inclusive equipamentos necessários à sua execução como redes, peneiras, aspiradores e demais equipamentos adequados para limpeza do fundo e das bordas das piscinas;

A CONTRATADA deverá manter o controle periódico da qualidade da água, com aferição e correção dos parâmetros físico-químicos (pH, alcalinidade, cloro livre, cloro combinado, dureza cálcica, turbidez, entre outros), mantendo os níveis dentro dos padrões recomendados pela legislação sanitária vigente. Para tanto, a empresa deverá disponibilizar profissional habilitado, incluindo Engenheiro Químico devidamente registrado no Conselho Regional de Química (CRQ), responsável pelo acompanhamento técnico, orientação dos procedimentos de tratamento e controle da qualidade da água das piscinas, quando exigido pela legislação aplicável.

Os serviços objeto da presente contratação deverá ser executados em estrita observância às normas técnicas e sanitárias vigentes, especialmente aquelas estabelecidas pela ANVISA, ABNT, e pelas diretrizes da Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, no que se refere à manutenção, limpeza e tratamento de piscinas de uso coletivo.

A execução dos serviços em dias úteis e finais de semana, deverão ser executados conforme cronograma e necessidade de uso do espaço, a ser definido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

De acordo com a legislação vigente o prestador de serviços contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviço.

O serviço rejeitado poderá ser substituído uma única vez, em tempo hábil, após solicitação pelo Setor Requisitante.

Na hipótese de rejeição da prestação de serviços, o Setor Requisitante reserva-se no direito de recusar o objeto junto à contratada, sem nada a pagar.

O serviço (SV) deverá ser contratado mediante solicitação do setor requisitante, observada a especificação básica descrita neste documento de formalização de demanda.

Quaisquer danos que ocorram a bens móveis, imóveis ou ao meio ambiente, e aqueles resultantes da imperícia, imprudência ou negligência na execução dos serviços, serão de responsabilidade única da contratada, devendo reparar e responder por eles.

As normas ambientais e de segurança do trabalho devem ser rigorosamente observadas, sob pena de responsabilização da CONTRATADA.

A relação contratual decorrente desta contratação, não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a prestadora contratada venha a empregar na execução do objeto.

As especificações acima fornecidas pautam-se por critérios básicos, comuns ao padrão oferecido no mercado em referência.

Prazo para início da prestação de serviço: A prestação dos serviços deverá ter início imediato após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Secretaria Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, observando-se o prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, para mobilização da equipe e/ou profissional e equipamentos no local.

Local da prestação/execução: Os serviços deverão ser executados nas dependências da Praça de Esportes Marinho Rodrigues Belo, localizada à Rua Dom Pedro I, n° 248, centro, Estrela do Indaiá, onde estão situadas as piscinas.

1.6.1. A empresa contratada deverá garantir a presença de profissional qualificado no próprio local da prestação, em tempo integral durante o período definido pela Administração, conforme cronograma a ser estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

Das condições do fornecimento e recebimento:

a) O objeto será executado em conformidade com as especificações técnicas, cronogramas, prazos, local e condições apontadas neste respectivo Termo de Referência e documentação anexa.

b) O objeto será submetido ao setor requisitante e ao fiscal técnico do contrato para avaliar a sua conformidade com às especificações constantes deste termo de referência, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição (recebimento).

c) Incumbe à Licitante contratada:

I - Executar os serviços, por sua exclusiva conta e responsabilidade, em perfeitas condições de aproveitamento, em local predeterminado neste termo de referência.

II - Refazer serviço que requisitar aperfeiçoamento ou complementação, quando da execução dos mesmos ou quando o setor requisitante identificar vícios ou inconsistências que demandem retificação.

d) Constatadas irregularidades/desconformidades na execução do objeto contratual, a Administração Municipal poderá:

I - Se disser respeito à especificação do serviço, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando que seja refeito em tempo hábil que não comprometa a realização das atividades administrativas, sob pena de rescisão/extinção do contrato, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

II - Na hipótese de quantitativos e resultados diferentes do esperado, tomando-se por referencial as exigências e protocolos estabelecidos neste termo de referência e demais normas regulamentares da matéria, a Contratada deverá ajustá-los ou os retificar em conformidade com a indicação da Secretária Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, em prazo compatível com a quantidade e necessidade a ser adequada, contado da notificação, mantido o preço inicialmente contratado, sob pena de rescisão contratual e incidência de penalidades cabíveis.

e) De acordo com a legislação a contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução de serviço ou de procedimentos empregados.

f) O serviço rejeitado poderá ser refeito uma única vez, dentro de prazo hábil, de forma que não comprometa a realização das atividades administrativas, tendo em vista a natureza do serviço em questão, após constatação pelo próprio prestador ou pelo Setor Requisitante, e, não o sendo, estará caracterizado inadimplemento contratual absoluto, com incidência da rescisão/extinção contratual e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R$ _____ (_____), em número de parcelas de acordo com a quantidade dos serviços prestados, em até 30 (trinta) dias úteis a partir da data de recebimento do serviço, mediante Nota Fiscal devidamente aprovada pelo Setor Requisitante.

2.1.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.
2.1.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o CONTRATANTE *atestar* a execução do objeto do contrato.
2.1.3. O valor global do contrato, no importe de R$ ___ (___), é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
2.2. O preço referido na Cláusula "2.1", inclui todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
2.3. O pagamento será realizado após a devida execução e mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas.
2.4. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do CONTRATANTE; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
2.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
2.6. Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar a CONTRATADA para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
2.7. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68, da Lei nº 14.133/2021.
2.8. Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
2.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ampla defesa.
2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação irregular.
2.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
2.11.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
2.12. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.
2.13. A CONTRATADA deverá faturar as entregas por ordem de serviço/solicitação de serviço ou instrumento equivalente recebidos, sendo vedado acúmulo por período superior a um mês, sob pena de não pagamento. Desta forma, fica expressamente proibida a emissão de nota fiscal/fatura com pedidos retroativos ou com acumulado de prestação/execução superior a um mês.
2.14. As notas fiscais relativas ao mês de dezembro devem ser emitidas, impreterivelmente, até a data de *31.12*, do exercício financeiro corrente, sob pena de não serem aceitas pela Contabilidade Municipal.
2.15. O pagamento será efetuado, preferencialmente, por transação bancária eletrônica mediante crédito em conta corrente a ser indicada pela CONTRATADA.
2.15.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
2.16. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (IBGE) de correção monetária.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE
3.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 29/07/2026.
3.2. Decorrido o prazo acima estipulado, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do INPC (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
3.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
3.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
3.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
4.1. A Administração Municipal, através da Secretária Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, exercerá a gestão e fiscalização deste contrato e registrará todas as ocorrências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas
4.2. Os serviços serão executados mediante apresentação de ordem de serviço ou instrumento equivalente emitido pelo setor de compras ou pelo setor requisitante.
4.3. Por motivo de força maior, a execução poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outra data.
4.4. O recebimento dos serviços será efetuado após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando a CONTRATADA a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.
4.5. A fiscalização pela Administração não exime quaisquer responsabilidades por parte da prestadora de serviços em referência, sendo única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à regular execução do objeto do contrato.
4.6. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
4.7. Na ocorrência de atrasos ou inobservância das condições contratuais durante a execução, o CONTRATANTE poderá aplicar as penalidades previstas neste instrumento.
4.8. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo, por meio da fiscal técnica MARCO ANTONIO MACIEL BELO, a ser designada em ato próprio, juntamente com a fiscalização administrativa do Controle Interno Municipal, observado o Art. 140, II, b, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
5.1. São obrigações das partes:
I – DO CONTRATANTE:
a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este contrato e seus anexos;
b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;
c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
e) Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
f) Aplicar à CONTRATADA sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente CONTRATO, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
II – DA CONTRATADA:
a) Cumprir fielmente o objeto contratado, de forma que os serviços sejam prestados de acordo com as especificações delimitadas e em perfeitas condições de utilização.
b) Providenciar no máximo em 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de notificação, a refazimento ou substituição dos serviços que forem rejeitados por desconformidade às especificações solicitadas, às suas expensas.
c) Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o prestação do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE**.**
d) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE**.**
e) Obrigar-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.
f) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
g) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
h) Comparecer à sede do CONTRATANTE ou responder notificação, sempre que solicitada, por meio do preposto, no prazo de 24h (vinte quatro horas) da convocação ou comunicação para esclarecimento de quaisquer problemas relativos aos serviços executados, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
i) Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a regular execução do objeto contratado na data estipulada e condições previstas.
j) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
k) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021. 8.1.16.
L) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual, as normas de segurança do CONTRATANTE.
m) Prestar o serviço contratado somente com prévia autorização do CONTRATANTE.
n) Indicar à Secretária Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo o preposto ou responsável legal com legitimidade para manter entendimentos e receber comunicações acerca do objeto do contrato.
o) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
p) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.
q) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº:

FICHA	FONTE	DOTAÇÃO
552	1500	02.80.02.27.813.2702.2047.3.3.90.39.00.00.1500.000.0000

6.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro, de acordo com a respectiva LOA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA
7.1. O prazo de vigência deste contrato é de __/__/2026, prorrogável por até 10 anos, na forma dos Artigos 106 e 107, da Lei n° 14.133/2021.
7.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
8.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
8.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
8.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
8.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
8.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139, da mesma Lei.
8.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
8.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
8.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º, da Lei nº 12.846/2013.
9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
I - ***Advertência***, comunicação formal, por notificação via e-mail (licitacao@estreladoindaia.mg.gov.br), versando sobre alguma desconformidade quanto à inobservância de deveres contratuais e/ou outras obrigações assumidas, com determinação da adoção das necessárias medidas de correção e adequação da relação contratual;
II - ***Impedimento de licitar e contratar***, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
III - ***Declaração de inidoneidade para licitar e contratar***, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
IV - Multa:
a) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
b) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o Art. 137, I, da Lei n. 14.133/2021.
c) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
9.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
9.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
9.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
9.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
9.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
9.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do Art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
9.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
9.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
9.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do Art. 163, da Lei nº 14.133/21.
9.10. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Estrela do Indaiá-MG, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas à CONTRATADA, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO
10.1. O presente contrato será publicado no pelo Município na forma que dispõe a Lei 14.133/2021 e legislação vigente**.**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
11.1. Eventuais alterações contratuais observarão o que determina os Arts. 124 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do Art. 125, da Lei 14.1333/2021.
11.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO
12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
13.1. O presente contrato observará os princípios e normas de direito público e tem amparo na Lei 14.133/2021, Lei nº 8.078/1990, normas e princípios gerais dos contratos e legislação pertinente à matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LGPD
14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da LGPD.
14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
14.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
14.5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
15.1. Qualquer aceitação, prorrogação, ou tolerância do CONTRATANTE, em relação às obrigações assumidas na presente relação contratual, será em caráter precário e limitado, não constituindo *alteração* ou *novação contratual*.
15.2. Quaisquer alterações neste instrumento terão validade apenas se feitas mediante assinatura de **termos aditivos,** salvo as apostilas específicas.
15.3. Os **casos omissos** serão resolvidos de comum acordo pelos contratantes, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 e normas e princípios gerais dos contratos, em reunião da qual se lavrará ata, que integrará o presente contrato para todos os fins de direito.
15.4. O contrato não poderá ser objeto de **cessão ou transferência** pela CONTRATADA, sem autorização por escrito do CONTRATANTE, sob Pena de aplicação de penalidades e sanções, inclusive rescisão.
15.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
15.6. É vedada a **subcontratação** parcial ou total do objeto do objeto contratual.
15.7. As condições estabelecidas no aviso de licitação e seus anexos técnicos fazem parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO
16.1. Fica eleito o foro da comarca de Dores do Indaiá-MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

ESTRELA DO INDAIÁ-MG, _____ de _____ de 2026.

SANDRA ELENIR DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo

_____
CONTRATADA
CNPJ
Representante legal
CPF

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

Publicado por:
Rylder Flávio Alves Cardoso
Código Identificador:FFF191BE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE GUARANI

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 099/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ZERO-QUILÔMETRO, DESTINADOS À RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE INFRAESTRUTURA, SAÚDE E EDUCAÇÃO.

HOMOLOGO o resultado do procedimento licitatório em epígrafe.

CONTRATADA: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA S/A
CNPJ: 22.776.132/0001-42

N° Item	Cód.	Descrição	Marca Modelo	Und.	Qtd.	Val. Unit.	Val. Total
0001	34094	VEÍCULO DE PASSEIO, 5 LUGARES, BICOMBUSTÍVEL, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, 4 PORTAS, CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO. DISTÂNCIA ENTRE EIXOS MÍNIMA DE 2.370 MM, MOTORIZAÇÃO DE 1.0 A 1.6, AR-CONDICIONADO, TRIO ELÉTRICO. POTÊNCIA DE 80 A 109 CAVALOS, 4 AIRBAGS, 0 KM, FABRICADO, NO MÁXIMO, HÁ 6 (SEIS) MESES, COM TODOS OS ACESSÓRIOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO EM SEUS COMPONENTES, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PREVALECENDO A GARANTIA OFERECIDA PELO FABRICANTE NOS CASOS EM QUE ESTA FOR SUPERIOR. DEVERÁ SER ENTREGUE COM O CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO (CRV/CRLV), EMPLACADO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARANI/MG. NO VALOR DA PROPOSTA APRESENTADA DEVERÁ ESTAR INCLUSO TODOS OS CUSTOS PARA ENTREGA DO VEÍCULO EM GUARANI/MG.	CHEVROLET ONIX 1.0 - 82 CVS - 26/26 / VERSAO: 5A48AT/R7J	UNI	2	R$ 91.900,00	R$ 183.800,00

VALOR TOTAL: R$ 183.800,00 (cento e oitenta e três mil e oitocentos reais).

CONTRATADA: MOTAUTO MOTA AUTOMOVEIS LTDA
CNPJ: 18.996.637/0001-45

N° Item	Cód.	Descrição	Marca Modelo	Und.	Qtd.	Val. Unit.	Val. Total
03	34561	VEÍCULO PICK-UP CABINE DUPLA 4X4(DIESEL) CAMINHONETE - CARROCERIA: ABERTA, CABINE DUPLA; NUMERO DE LUGARES: 05 LUGARES; NUMERO DE PORTAS: 04 PORTAS LATERAIS; CAPACIDADE DE CARGA: MINIMA DE 0,650 TONELADAS; POTENCIA: MINIMA DE 140CV E MAXIMA DE 230CV; CILINDRADA: MINIMA DE 1950CC E MAXIMA DE 3200CC; DIRECAO: HIDRAULICA OU ELETRICA; TRACAO: (4X2), (4X4) E (4X4) REDUZIDA; SUSPENSAO: CONFORME LINHA DE PRODUCAO; SISTEMA DE FREIO: CONFORME LINHA DE PRODUCAO; COMBUSTIVEL: DIESEL; ACESSORIOS: AR CONDICIONADO 0 KM, FABRICADO, NO MÁXIMO, HÁ 6 (SEIS) MESES, COM TODOS OS ACESSÓRIOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO EM SEUS COMPONENTES, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PREVALECENDO A GARANTIA OFERECIDA PELO FABRICANTE NOS CASOS EM QUE ESTA FOR SUPERIOR. DEVERÁ SER ENTREGUE COM O CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO (CRV/CRLV), EMPLACADO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARANI/MG. NO VALOR DA PROPOSTA APRESENTADA DEVERÁ ESTAR INCLUSO TODOS OS CUSTOS PARA ENTREGA DO VEÍCULO EM GUARANI/MG.	FIAT TORO VOLCANO TURBODIESEL 4X4 AT9 2026	UNI	01	R$ 193.500,00	R$ 193.500,00

VALOR TOTAL: R$ 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos reais).

CONTRATADA: GTL COMERCIO DE VEICULOS
CNPJ: 60.720.082/0001-70

N° Item	Cód.	Descrição	Marca Modelo	Und.	Qtd.	Val. Unit.	Val. Total
04	34558	VEICULO VAN – CARROCERIA: FECHADA TETO ALTO; NUMERO DE LUGARES: MUNIMO 15 LUGARES + MOTORISTA; NUMERO DE PORTA: MINIMO 03 PORTAS LATERAIS; POTENCIA MINIMA: 130 CV; CILINDRADA MINIMA: 2143CC; DIREÇÃO: HIDRAULICA; TRAÇAO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; SUSPENSÃO: CONFORME LINHA DE PRODUÇÃO; COMBUSTIVEL: DIESEL; ACESSÁRIOS INCLUSOS: AR CONDICIONADO; 0 KM, FABRICADO, NO MÁXIMO, HÁ 6 (SEIS) MESES, COM TODOS OS ACESSÓRIOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, PARA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO EM SEUS COMPONENTES, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM, PREVALECENDO A GARANTIA OFERECIDA PELO FABRICANTE NOS CASOS EM QUE ESTA FOR SUPERIOR. DEVERÁ SER ENTREGUE COM O CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO (CRV/CRLV), EMPLACADO A FAVOR DO MUNICÍPIO DE GUARANI/MG. NO VALOR DA PROPOSTA APRESENTADA DEVERÁ ESTAR INCLUSO TODOS OS CUSTOS PARA ENTREGA DO VEÍCULO EM GUARANI/MG.	RENAULT MASTER	UNI	02	R$ 279.900,00	R$ 559.800,00

VALOR TOTAL: R$ 559.800,00 (quinhentos e cinquenta e nove mil e oitocentos reais).

Guarani-MG, 24 de agosto de 2026.

EMERSON PATRICK VIEIRA
Prefeito Municipal de Guarani
Município De Guarani

Publicado por:
Renan Braga Pereira
Código Identificador:03FB59A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO 128/2026 - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 128/2026

Às **09:01:16 horas do dia 21 de Agosto de 2026** reuniram-se no site ***www.licitanet.com.br***, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio,abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **Registro de preços para eventual, futura e parcelada aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas das secretarias municipais..**

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO , conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo. Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
MDNF MOURA DUARTE NATURAL FRUIT LTDA	38.403.251/0001-90	**Microempresa**
ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	**Microempresa**
COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	**Microempresa**
COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	**Microempresa**
59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	**Microempresa**
CICCI DISTRIBUIDORA LTDA	65.434.585/0001-01	**Microempresa**

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s)ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irretratavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 1

ID Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
89116 MDNF MOURA DUARTE NATURAL FRUIT LTDA	38403251000190	KIRED	UND	R$ 11,25	**Classificada**	--
58630 ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PINHEIRÃO	UNIDADE	R$11,00	**Classificada**	--
94826 COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	EXTRA	R$ 15,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,99
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 7,01

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
6416	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	QUATAZIHO	UNIDADE	R$ 2,97	**Classificada**	--
84634	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEMIL	CHOCOMIL	R$ 4,00	**Classificada**	--
13655	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	TREVINHO	TREVINHO	R$ 2,98	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 2

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 1,19
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 1,41
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 1,64

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 3

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
13352	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	APTI	APTI	R$ 25,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 3

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 18,93

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 4

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
1402	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	DELTA	DELTA	R$ 19,00	**Classificada**	--
49776	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	PURO DOCE	PURO DOCE	R$ 17,95	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 4

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 16,77
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 16,78

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 5

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
207	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ASSUGRIM	UNIDADE	R$ 10,00	**Classificada**	--

87357	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ZEROCAL	ZEROCAL	R$ 12,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 5			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,95
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9,97

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 6							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
8669	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AGUAI	GALÃO	R$ 15,50	**Classificada**	--
55914	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	INGÁ	INGÁ	R$ 20,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 6			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 15,40
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 15,41

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 7							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
87511	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	DAFRORA	FRASCO	R$ 2,30	**Classificada**	--
90574	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MIDAS	MIDAS	R$ 3,00	**Classificada**	--
39227	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	AQUALEVE	AQUALEVE	R$ 2,33	**Classificada**	--
71543	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	MIDAS	500 ML	R$ 2,33	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 7			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 1,19
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 1,20
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 1,25
4º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 1,69

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 8							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
4885	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CURINGA	KG	R$ 30,00	**Classificada**	--
62662	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ALHO CHIC	ALHO CHIC	R$ 32,00	**Classificada**	--
20999	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	MLP	MLP	R$ 30,01	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 8			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 23,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 24,00
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 24,99

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 9							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
47660	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	PACOTE	R$ 17,90	**Classificada**	--
21837	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PACHÁ	PACHÁ	R$ 30,00	**Classificada**	--
11456	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	PACHA	PACHA	R$ 17,95	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 9			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 17,85
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 17,86
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 17,87

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 10							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
36653	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GARFO LEGAL	PACOTE	R$ 28,00	**Classificada**	--
3948	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CODIL PLUS	CODIL PLUS	R$ 30,00	**Classificada**	--
92859	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	KIBAO	KIBAO	R$ 28,04	**Classificada**	--
97267	CICCI DISTRIBUIDORA LTDA	65434585000101	lopardi	lopardi	R$ 18,02	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 10			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 17,99
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 18,00
3º	CICCI DISTRIBUIDORA LTDA	65.434.585/0001-01	R$ 18,02
4º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 27,99

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 11							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
94281	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TOZZI	UNIDADE	R$ 8,90	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 11							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
30324	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	LA VIOLETERA	LA VIOLETERA	R$ 9,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 11			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 7,14
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,15

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 12							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
75800	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ERLAN	PACOTE	R$ 12,20	**Classificada**	--
77361	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SANTA RITA	SANTA RITA	R$ 15,00	**Classificada**	--
99718	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	SANTA RITA	500 GRAMAS	R$ 12,21	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 12			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,45
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 5,96
3º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 7,50

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 13							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
25547	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PINHEIRÃO	KG	R$ 8,45	**Classificada**	--
73928	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	CEASA	R$ 9,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 13			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,25
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,96

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 14							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
46333	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NUTRY	UNIDADE	R$ 2,79	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 14								
ID	**Fornecedor**		**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
94653	COMERCIAL	EMILIO LTDA	05856833000172	NUTRY	NUTRY	R$ 3,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 14			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 1,64
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 1,65

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 15							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
23041	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	HARALD	BARRA	R$ 71,15	**Classificada**	--
94595	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	HARALD	HARALD	R$ 75,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 15			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 44,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 45,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 16							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
12600	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	UNIDADE	R$ 12,50	**Classificada**	--
39958	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PACHÁ	PACHÁ	R$ 15,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 16			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 17							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
25780	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MARILAN	UNIDADE	R$ 12,20	**Classificada**	--
34468	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MARILAN	TORTINHA	R$ 15,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 17			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 5,98
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,99

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 18							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
96177	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	RENATA	UNIDADE	R$ 10,20	**Classificada**	--
53039	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	TODESCHINI	TODESCHINI AMANTEIGADO 330GR	R$ 12,00	**Classificada**	--
53151	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	RENATA	RENATA	R$ 10,29	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 18			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,95
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 5,79

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 19							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
30212	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NINFA	PACOTE	R$ 13,95	**Classificada**	--
71078	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	NINFA	NINFA PÃO DE MEL	R$ 15,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 19			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 7,49
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,50

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 20							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
15055	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AYMORE	UNIDADE	R$ 7,60	**Classificada**	--
24840	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	TODESCHINI	TODESCHINI	R$ 9,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 20			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 5,49

Classificação Final do Item 20			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,55

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 21							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
77236	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	RANCHEIRO	UNIDADE	R$ 10,80	**Classificada**	--
83583	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	NINFA	NINFA ROSQUINHA 600GR	R$ 9,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 21			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 6,88
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,89

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 22							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
32487	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BAUDUCO	UNIDADE	R$ 9,60	**Classificada**	--
47554	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MARILAN	TEENS	R$ 12,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 22			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,95

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 23							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
5304	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BAUDUCO	UNIDADE	R$ 7,77	**Classificada**	--
31155	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	TODESCHINI	TODESCHINI	R$ 8,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 23			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,95

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 24							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
54676	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AYMORE	UNIDADE	R$ 6,74	**Classificada**	--
49787	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MARILAN	SALPET	R$ 9,00	**Classificada**	--
35083	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	AYMORE	AYMORE	R$ 6,74	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 24			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 5,48
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 5,49
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,50

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 25							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
62624	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PIT STOP	UNIDADE	R$ 5,24	**Classificada**	--
59437	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MARILAN	PIT STOP	R$ 6,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 25			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,69
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,70

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 26							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
38047	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NINFA	PACOTE	R$ 13,10	**Classificada**	--
79184	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	NINFA	NINFA	R$ 14,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 26			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8,39
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,40
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 27							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
90437	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AYMORE	PACOTE	R$ 4,15	**Classificada**	--
23894	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	TODESCHINI	TODESCHINI	R$ 5,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 27			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,44
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,45

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 28							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
46643	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NINFA	PACOTE	R$ 7,55	**Classificada**	--
30656	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	TODESCHINI	TODESCHINI	R$ 8,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 28			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,24
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,25

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 29							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
11775	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	BAUDUCO	UNIDADE	R$ 3,74	**Classificada**	--
92884	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	RENATA	BOLINHO 40GR	R$ 4,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 29			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 2,60
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 2,68

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 30							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
38564	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	OURO BRANCO	PACOTE	R$ 69,60	**Classificada**	--
25951	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	OURO BRANCO	1 KG	R$ 90,00	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 30							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
50928	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	LACTA	LACTA	R$ 69,69	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 30			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 49,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 50,00
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 69,59

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 31							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
45095	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GAROTO	CAIXA	R$ 16,30	**Classificada**	--
98271	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	GAROTO	GAROTO CAIXA	R$ 19,00	**Classificada**	--
26690	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	GAROTO	GAROTO	R$ 16,36	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 31			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 11,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 11,95
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 16,29

Histórico de propostas, lances e mensagens
Propostas Inicias do Item 32

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
73123	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	SONHO VALSA	PACOTE	R$ 71,35	**Classificada**	--
80165	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SONHO DE VALSA	1 KG	R$ 79,00	**Classificada**	--
10620	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	SERENATA DO AMOR	SERENATA DO AMOR	R$ 71,36	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 32			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 48,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 49,00
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 71,30
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 33							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
42859	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ESPECIALI	CAIXA	R$ 26,10	**Classificada**	--
81528	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MAIS VIDA	MAIS VIDA 200GR	R$ 29,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 33			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 17,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 18,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item34							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
39909	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ARISCO	UNIDADE	R$ 4,85	**Classificada**	--
10499	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	KNORR	KNORR	R$ 6,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 34			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 2,68
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 2,69

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item35							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
34545	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	UNIDADE	R$ 3,20	**Classificada**	--
20819	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PACHÁ	PACHÁ	R$ 3,60	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 35			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 2,49
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 2,50

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item36							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
27618	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	FRIGORIFICO EMILIO	SIM 001	R$ 45,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 36			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 40,12

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 37							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
8818	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CURINGA	KG	R$ 6,70	**Classificada**	--
12935	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	EXTRA	R$ 7,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 37			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,95

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 38							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
46854	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PINHEIRÃO	KG	R$ 6,65	**Classificada**	--
50770	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	EXTRA	R$ 8,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 38			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 5,44
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,45

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 39							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**

73899	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	REAL	CAIXA	R$ 8,95	**Classificada**	--
66743	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MATUTA	MATUTA	R$ 9,00	**Classificada**	--
6212	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	REAL	REAL	R$ 8,96	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 39			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8,83
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 8,84
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,85

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 40							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
4924	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AMELIA	UNIDADE	R$ 18,34	**Classificada**	--
66044	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	GRAN FINALE	GRAN FINALE	R$ 20,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 40			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 17,98
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 17,99

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 41							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
33543	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	HARALD	BARRA	R$ 95,00	**Classificada**	--
79301	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	HARALD	HARALD	R$ 46,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 41			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 39,36
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 39,37

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 42							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
65396	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ESPECIALI	CAIXA	R$ 26,55	**Classificada**	--
55941	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	APTI	APTI	R$ 36,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 42			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 18,00
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 18,01

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 43							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
99355	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	HARALD	BARRA	R$ 38,15	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 43							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
52861	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	HARALD	HARALD	R$ 46,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 43			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 38,15
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 38,16

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 44							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
82312	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	INCOCO	PACOTE	R$ 8,29	**Classificada**	--
96183	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MENINA	MENINA	R$ 9,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 44			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,40
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,41

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 45							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
99912	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	NUTELLA	UNIDADE	R$ 46,85	**Classificada**	--
24288	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	NUTELLA	NUTELLA	R$ 55,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 45			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 32,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 33,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 46							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
45204	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	QUATA	UNIDADE	R$ 4,69	**Classificada**	--

74458	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CAMPONESA	CAMPONESA	R$ 5,00	**Classificada**	--
53181	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	ITALAC	ITALAC	R$ 4,70	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 46			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 2,99
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 4,67
3º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,68

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 47

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
79957	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TRIANGULO	LATA	R$ 30,50	**Classificada**	--
37550	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	TRIANGULO MINEIRO	TRIANGULO MINEIRO	R$ 36,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 47			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 24,20
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 30,49

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 48

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
19974	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CEPERA	UNIDADE	R$ 9,20	**Classificada**	--
11164	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	JUNCO	JUNCO	R$ 9,60	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 48			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,20
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9,19

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 49

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
81959	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	FUGINI	SACHE	R$ 5,94	**Classificada**	--
87287	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	COLONIAL	COLONIAL	R$ 6,90	**Classificada**	--
51951	CICCI DISTRIBUIDORA LTDA	65434585000101	predilecta	predilecta	R$ 4,51	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 49			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**

Classificação Final do Item 49			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,90
2º	CICCI DISTRIBUIDORA LTDA	65.434.585/0001-01	R$ 4,51
3º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 6,90

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 50

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
18341	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	SOLAR	UNIDADE	R$ 6,70	**Classificada**	--
3566	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ROCINHA	ROCINHA	R$ 7,00	**Classificada**	--
50624	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	TIO ANTONIO	TIO ANTONIO	R$ 6,74	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 50			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,48
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 3,49
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 51

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
66379	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GLOBO	KG	R$ 6,40	**Classificada**	--
31629	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SANTO GRANO	SANTO GRANO	R$ 6,90	**Classificada**	--
65326	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	GLOBO	GLOBO	R$ 6,42	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 51			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,59
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,60
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 6,30

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 52

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
34591	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	GLOBO	KG	R$ 5,35	**Classificada**	--
29529	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SANTO GRANO	SANTO GRANO	R$ 5,90	**Classificada**	--
6562	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	MARGARIDA	MARGARIDA	R$ 5,38	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 52			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**

1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,28
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,29
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 3,89

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 53

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
40263	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	APTI	APTI	R$ 9,90	**Classificada**	--
39396	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	TRISANT	TRISANT	R$ 9,13	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 53

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9,09
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 9,10

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 54

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
10339	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	KG	R$ 11,05	**Classificada**	--
87041	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ROCINHA	ROCINHA	R$ 11,90	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 54

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8,89
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,90

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 55

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
54004	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	KI FLOR	KG	R$ 9,20	**Classificada**	--
74997	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SINHÁ	SINHÁ	R$ 9,90	**Classificada**	--
28334	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	TIO ANTONIO	TIO ANTONIO	R$ 9,20	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 55

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$

Classificação Final do Item 55

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,49
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,50
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 4,98

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 56

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
17546	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	APTI	APTI	R$ 4,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 56

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,03

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 57

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
27155	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	DORI	PACOTE	R$ 19,20	**Classificada**	--
28660	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	DORI	DORI	R$ 25,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 57

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 19,19
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 19,20

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 58

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
45979	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	VO LOLLA	UNIDADE	R$ 9,55	**Classificada**	--
16217	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ITAMBÉ	ITAMBÉ	R$ 10,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 58

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,65
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,10

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 59

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
46013	MDNF MOURA DUARTE NATURAL FRUIT LTDA	38403251000190	KIRED	KG	R$7,99	**Classificada**	--
71272	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PINHEIRÃO	KG	R$7,90	**Classificada**	--
22449	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	CEASA	R$8,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 59

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,49
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,99

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 60

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
95093	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PIRACNJUBA	UNIDADE	R$ 7,36	**Classificada**	--
29790	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ITALAC	ITALAC	R$ 9,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 60

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 6,58
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,59

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 61

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
10098	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	IMPRIAL	UNIDADE	R$ 7,25	**Classificada**	--
75970	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	FREDAO	FREDAO	R$ 7,90	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 61

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 2,64
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 2,65

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 62

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
58354	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CAMPONESA	LITRO	R$ 7,65	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 62

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
64273	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CAMPONESA	CAMPONESA	R$ 8,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 62

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 5,49
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 63

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
58296	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CAMPONESA	UNIDADE	R$ 49,50	**Classificada**	--
32858	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CAMPONESA	CAMPONESA	R$ 59,00	**Classificada**	--
38836	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	NUTRIWAY	NUTRIWAY	R$ 49,56	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 63

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 35,98
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 35,99
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 36,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 64

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
60972	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CAMPONESA	LITRO	R$6,85	**Classificada**	--
13386	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CAMPONESA	CAMPONESA	R$7,00	**Classificada**	--
38868	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	CAMPONESA	CAMPONESA	R$6,90	**Classificada**	--
88553	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	CAMPONESA	CX 1 LT	R$6,90	**Classificada** -	-

Classificação Final do Item 64

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 5,49
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,50
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 6,49
4º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 6,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 65

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
41592	MDNF MOURA DUARTE NATURAL FRUIT LTDA	38403251000190	KIRED	KG	R$6,45	**Classificada**	--
23587	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PINHEIRÃO	KG	R$6,40	**Classificada**	--
83718	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	CEASA	R$9,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 65

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,31
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,49

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 66

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta	R$ Situação	Motivo
12296	MDNF MOURA DUARTE NATURAL FRUIT LTDA	38403251000190	KIRED	KG	R$ 14,92	**Classificada**	--
2272	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	RENNAR	KG	R$ 14,90	**Classificada**	--
68630	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	CEASA	R$ 16,00	**Classificada**	--
19015	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	MLP	MLP	R$ 14,92	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 66

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,99
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8,00
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 12,99

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 67

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
94291	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	SAUDE	UNIDADE	R$ 10,45	**Classificada**	--
24392	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ARISCO	ARISCO	R$ 12,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 67

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 5,40
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 5,41

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 68

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
95759	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ABAETE	UNIDADE	R$ 24,50	**Classificada**	--
76482	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CAMPONESA	CAMPONESA	R$ 26,00	**Classificada**	--
1260	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	SIBELE	SIBELE	R$ 24,60	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 68

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 20,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 21,00
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 21,99

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 69

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo

79911	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	DORIANA	UNIDADE	R$ 11,45	**Classificada**	--
33472	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	DORIANA	DORIANA	R$ 12,00	**Classificada**	--
90869	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	QUALY	QUALY	R$ 11,49	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 69

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8,28
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,29
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 11,40

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 70

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
60376	MDNF MOURA DUARTE NATURAL FRUIT LTDA	38403251000190	KIRED	KG	R$5,11	**Classificada**	--
34873	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PINHEIRÃO	KG	R$5,10	**Classificada**	--
733	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	CEASA	R$6,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 70

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,50
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,51

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 71

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
55517	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	PACOTE	R$ 4,40	**Classificada**	--
85056	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PACHA	PACHA	R$ 6,00	**Classificada**	--
59110	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	PACHA	PACHA	R$ 4,41	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 71

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,09
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 3,49
3º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,51

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 72

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
4841	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	PACOTE	R$ 5,30	**Classificada**	--
60776	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PACHA	PACHA	R$ 6,00	**Classificada**	--
5010	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	PACHA	PACHA	R$ 5,35	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 72

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,24
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 3,25
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 4,24

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 73

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
11892	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	STELA DORO	UNIDADE	R$ 4,10	**Classificada**	--
68788	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MINAS MAIS	MINAS MAIS	R$ 6,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 73

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 2,98
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 2,99

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 74

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
22396	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	CEASA	R$ 20,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 74

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 15,75

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 75

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
95150	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	SEARA	KG	R$ 22,50	**Classificada**	--
51127	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SADIA	SADIA	R$ 25,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 75

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 16,50
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 16,51

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 76

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
59551	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ABAETE	KG	R$ 47,20	**Classificada**	--
69088	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CAMPONESA	CAMPONESA	R$ 60,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 76

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 44,99
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 45,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 77

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
25563	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ABC	UNIDADE	R$ 8,65	**Classificada**	--
91122	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ABC	ABC	R$ 9,00	**Classificada**	--
91836	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	VILA VELHA	VILA VELHA	R$ 8,67	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 77

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 7,18
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,19
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 8,64

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 78

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
19240	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	UNIDADE	R$ 10,70	**Classificada**	--

91997	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	TIGRE	TIGRE	R$ 12,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 78

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,95

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 79

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
78485	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	OVOMALTINE	PACOTE	R$ 16,50	**Classificada**	--
3418	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	OVOMALTINE	OVOMALTINE	R$ 16,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 79

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 14,49
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 14,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 80

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
93996	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AGROVAW	DUZIA	R$ 10,65	**Classificada**	--
86938	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	AGROWAN	AGROWAN	R$ 19,00	**Classificada**	--
19030	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	MLP	MLP	R$ 10,68	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 80

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,95

Classificação Final do Item 80

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8,51
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 10,64

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 81

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
89322	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	K&M	UNIDADE	R$ 22,95	**Classificada**	--
30965	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MINDY	MINDY	R$ 26,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 81

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 17,99
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 18,00

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 82

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
56304	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PANOLLI	PACOTE	R$ 17,00	**Classificada**	--
58612	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	DELICIA DO TRIGO	DELICIA DO TRIGO	R$ 19,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 82

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 11,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 11,95

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 83

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
23694	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	AURORA	AURORA	R$ 21,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 83

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 18,70

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 84

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
44446	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	QUATRO ESTAÇÕES	QUATRO ESTAÇÕES	R$ 4,50	**Classificada**	--
25170	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	GELATI	UNID	R$ 3,15	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 84

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 3,15
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,16

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 85

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
85893	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	UNIDADE	R$ 13,75	**Classificada**	--
43945	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PACHA	PACHA	R$ 16,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 85

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 13,74
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 13,75

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 86

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
96482	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ARITANA	UNIDADE	R$ 3,10	**Classificada**	--
72846	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	ARITANA	ARITANA	R$ 3,90	**Classificada**	--
17941	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	EMÍLIA	PCT	R$ 3,11	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 86

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 1,44
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 1,45

3º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 2,60
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 87

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
63471	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	ERLAN	PACOTE	R$ 13,48	**Classificada**	--
51121	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SUPIMPA	SUPIMPA	R$ 16,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 87

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8,49
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 8,50

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 88

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
44777	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MANIVA	KG	R$ 12,08	**Classificada**	--
86987	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SANTO GRANO	SANTO GRANO	R$ 14,00	**Classificada**	--
19214	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	DIOKA	DIOKA	R$ 12,09	**Classificada**	--
56162	CICCI DISTRIBUIDORA LTDA	65434585000101	maniva	maniva	R$ 8,88	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 88

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 7,44
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,45
3º	CICCI DISTRIBUIDORA LTDA	65.434.585/0001-01	R$ 8,88
4º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 12,07

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 89

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
58018	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MANIVA	KG	R$ 10,10	**Classificada**	--
44221	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	AMAFIL	AMAFIL	R$ 12,00	**Classificada**	--
86454	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	DIOKA	DIOKA	R$ 10,10	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 89

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,45
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 7,46
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 10,09

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 90

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
43279	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PERDIGÃO	PERDIGÃO	R$ 39,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 90

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 31,43

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 91

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
86727	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MINEIRO	UNIDADE	R$ 11,79	**Classificada**	--
81599	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MINEIRO	MINEIRO	R$ 16,00	**Classificada**	--
22561	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	MINEIRO	PET 2L	R$ 11,80	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 91

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 6,92
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,93
3º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 8,98

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 92

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
96534	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PLANETA	UNIDADE	R$ 9,20	**Classificada**	--
26878	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	KUAT	KUAT	R$ 13,00	**Classificada**	--
89751	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	PLANETA	PLANETA	R$ 9,23	**Classificada**	--
66774	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	MINEIRO	PET 2L	R$ 9,23	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 92

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R$
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,25
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,26
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 5,90
4º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 8,90
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 93

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R$	Situação	Motivo
47362	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PEPSI	UNIDADE	R$ 11,00	**Classificada**	--
29121	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PEPSI	PEPSI	R$ 9,00	**Classificada**	--

17413	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	PLANETA	PLANETA	R$ 11,01	**Classificada**	--
32427	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	PEPSI	PET 2L	R$ 11,01	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 93			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 7,96
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,97
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 7,98
4º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 8,27

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 94

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
17197	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	SUKITA	UNIDADE	R$ 10,08	**Classificada**	--
89064	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	SUKITA	SUKITA	R$ 12,00	**Classificada**	--
38140	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	SUKITA	PET 2L	R$ 10,08	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 94			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,99
2º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 7,82
3º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 7,97

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 95

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
14170	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	COOPATOS	UNIDADE	R$ 12,60	**Classificada**	--
93605	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	DANONE	DANONE	R$ 16,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 95			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 9,42
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 9,43

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 96

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
79744	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	MARLIM	KG	R$ 3,35	**Classificada**	--
72540	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MOC	MOC	R$ 4,00	**Classificada**	--
4341	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	POLAR	POLAR	R$ 3,38	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 96			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 1,65
2º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 3,30
3º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 3,31

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 97

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
99410	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	AVIVAR	KG	R$ 11,95	**Classificada**	--
27517	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	PIF PAF	PIF PAF	R$ 13,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 97			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 7,95
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 7,96

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 98

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
81555	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	QUATRO ESTAÇÕES	QUATRO ESTAÇÕES	R$ 9,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 98			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 6,29

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 99

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
85162	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	APITIVA	APITIVA	R$ 3,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 99			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 2,14

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Inicias do Item 100

ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
83804	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PACHA	UNIDADE	R$ 3,54	**Classificada**	--
23203	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	APTI	APTI	R$ 6,00	**Classificada**	--
74723	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	TANG	UNID	R$ 3,55	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 100			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 2,12
2º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 2,13
3º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 2,14

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 101							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
53798	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TIAL	UNIDADE	R$ 2,69	**Classificada**	--
90611	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MAGUARY	MAGUARY	R$ 3,60	**Classificada**	--
84853	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	DAFRUTA	DAFRUTA	R$ 2,70	**Classificada**	--
29084	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	TIAL	UNID	R$ 2,70	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 101			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 1,84
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 1,85
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 1,90
4º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 2,20

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 102							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
7191	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	IMPERIAL	UNIDADE	R$ 6,05	**Classificada**	--
19682	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	DAFRUTA	DAFRUTA	R$ 9,00	**Classificada**	--

Propostas Inicias do Item 102							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
97153	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	IMPERIAL	IMPERIAL	R$ 6,05	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 102			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 4,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 4,95
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 6,00

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 103							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
57784	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	TIAL	LITRO	R$ 11,65	**Classificada**	--
73437	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	MAGUARY	MAGUARY	R$ 13,00	**Classificada**	--
96197	COMERCIAL PRG LTDA	60520733000189	DAFRUTA	DAFRUTA	R$ 11,68	**Classificada**	--
94260	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59049186000116	TIAL	CXA 1LT	R$ 11,68	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 103			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 6,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,95
3º	COMERCIAL PRG LTDA	60.520.733/0001-89	R$ 7,90
4º	59.049.186 REGINALDO ANTONIO RIBEIRO	59.049.186/0001-16	R$ 8,50

Histórico de propostas, lances e mensagens							
Propostas Inicias do Item 104							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
6761	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	CURINGA	UNIDADE	R$ 13,40	**Classificada**	--
63865	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	TIGRE	TIGRE	R$ 16,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 104			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 11,98
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 11,99
Histórico de propostas, lances e mensagens			

Propostas Inicias do Item 105							
ID	**Fornecedor**	**CNPJ**	**Marca**	**Modelo**	**Proposta R$**	**Situação**	**Motivo**
65099	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23407794000108	PINHEIRÃO	KG	R$ 8,90	**Classificada**	--
25772	COMERCIAL EMILIO LTDA	05856833000172	CEASA	CEASA	R$ 12,00	**Classificada**	--

Classificação Final do Item 105			
Posição	**Licitante**	**CNPJ**	**Melhor Oferta R$**
1º	COMERCIAL EMILIO LTDA	05.856.833/0001-72	R$ 6,94
2º	ISRAEL E ISRAEL LTDA	23.407.794/0001-08	R$ 6,95

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **15:25:43 horas do dia 24 de Agosto de 2026** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

MÁRCIA CECÍLIA GONÇALVES
Pregoeiro(a) Oficial

JULIANA MODESTO DE MORAIS
Equipe de Apoio

MARIANE BEATRIZ FERNANDES
Equipe de Apoio

MARIA CECÍLIA ALVES PEREIRA
Equipe de Apoio

Autenticação: E81CDB351F6791181048EEFC11553EF0

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:8999BE73

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO PINHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 042 2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão** nº **042/2026**, Processo Administrativo nº **100/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:

Objeto: Registro de preço para eventual e futura Aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados às unidades e serviços da Secretaria Municipal de Saúde, visando à estruturação, modernização e fortalecimento da rede municipal de saúde, com o objetivo de melhorar as condições de funcionamento e a qualidade dos serviços prestados à população, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 7.862, de 05 de agosto de 2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Resumo

Fornecedor	Estimado	Homologado	Diferença
41.804.020 AYRTES MARA DE ALMEIDA - 41.804.020/0001-00 almeidacamposempreendimentos@gmail.com - (43) 99970-9441	2.168,85	825,00	1.343,85 Proveito (61,96%)
ALCANCE VIBE LTDA - 20.819.329/0001-96 alcancevibe@gmail.com - (62) 99389-9318	38.643,93	20.488,00	18.155,93 Proveito (46,98%)
ALUBAN SERVICE LTDA - 44.921.333/0001-29 licitacoes2@aluban.com.br - (62) 3298-7102	73.159,95	29.550,00	43.609,95 Proveito (59,61%)
ANGULAR SOLUCOES EM DISTRIBUICAO LTDA - 58.543.909/0001-76 licita.angular@gmail.com - (31) 99882-7540	19.780,53	6.875,00	12.905,53 Proveito (65,24%)
CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA - 39.581.101/0001-39 a.2.operacional@ch3capitalinterno.info - (61) 99807-3726	41.285,55	27.750,00	13.535,55 Proveito (32,79%)
DEBRUM MOVEIS CORPORATIVOS LTDA - 53.448.772/0001-57 debrummoveis@gmail.com - (37) 99827-5654	77.078,98	25.801,00	51.277,98 Proveito (66,53%)
EDS COMERCIO E SOLUCOES LTDA - 47.188.112/0001-81 marcosemdesa5@gmail.com - (37) 98804-7276	80.137,68	55.188,00	24.949,68 Proveito (31,13%)
FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA - 20.481.118/0001-96 rumo.licitacao@gmail.com - (47) 3308-1056	84.277,63	66.179,48	18.098,15 Proveito (21,47%)
FENIX SERVICOS E PRODUTOS LTDA - 62.022.360/0001-41 fenixservicos62@gmail.com - (38) 99822-8865	1.873,58	1.470,00	403,58 Proveito (21,54%)
GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA - 66.663.797/0001-15 licitacao.genial@gmail.com - (83) 9902-1025	84.092,32	61.403,00	22.689,32 Proveito (26,98%)
GERALDO GEAN FREIRE DE ALMEIDA E CIA LTDA - 08.017.101/0001-87 geanfreire@yahoo.com.br - (31) 8582-5872	50.462,50	49.500,00	962,50 Proveito (1,91%)
Gomes & Garcia Informática Ltda - 04.552.128/0001-19 gomesgarcia.info@gmail.com - (31) 3031-4960	147.787,84	90.400,00	57.387,84 Proveito (38,83%)
GOMIDE SOLUTIONS LTDA - 58.988.976/0001-02 gomidesl.vendas@gmail.com - (37) 99176-0039	171.496,55	56.630,00	114.866,55 Proveito (66,98%)
H2T TECNOLOGIA LTDA - 58.971.574/0001-97 cadastros@h2ttecnologia.com.br - (48) 99618-5109	46.549,28	17.680,00	28.869,28 Proveito (62,02%)
High Level Comercial LTDA - 16.847.666/0001-10 contato@hlcomercial.com - (16) 3397-2999	12.200,00	9.760,00	2.440,00 Proveito (20,00%)
INFANTARIA COMERCIAL LTDA - 20.795.155/0001-79 licitacao1@infantariacomercial.com.br - (47) 3232-1221	1.035,50	720,00	315,50 Proveito (30,47%)
JWR MOVEIS LTDA - 63.531.583/0001-05 licitajwrmoveis@gmail.com - (35) 98820-0604	24.243,02	14.840,00	9.403,02 Proveito (38,79%)
M VENDAS E SERVICOS LTDA - 46.764.892/0001-06 licitacoespa2024@hotmail.com - (35) 3422-9560	24.759,00	8.690,00	16.069,00 Proveito (64,90%)
M&R EQUIPAMENTOS E MOVEIS LTDA - 11.708.655/0001-35 mrequipamentosfga@gmail.com - (37) 3322-0243	70.122,00	49.010,00	21.112,00 Proveito (30,11%)
METDATA Tecnologia da Informação - 28.584.157/0003-92 licitacoes@metdata.com.br - 1199140	233.962,50	44.370,00	189.592,50 Proveito (81,04%)
MONFER MF COMÉRCIO LTDA - 56.426.736/0001-80 monfercomercio@gmail.com - (31) 98113-3001	14.816,50	11.350,00	3.466,50 Proveito (23,40%)
PINHEIRO & SOUZA DISTRIBUIDORA LTDA - 45.785.473/0001-80 vendaspesdistribuidora@gmail.com - (38) 99979-9501	135.167,86	70.117,00	65.050,86 Proveito (48,13%)
R.E. DA SILVA E SILVA LTDA - 29.765.537/0001-24 adm03@resilva.com.br - (44) 99903-7412	14.612,78	9.310,00	5.302,78 Proveito (36,29%)
SHERIFF - ARTIGOS E ENXOVAIS - 52.796.342/0001-63 sheriffgr01@gmail.com - (31) 98275-0867	25.893,20	25.893,20	0,00 Sem Variação (0,00%)
SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA - 33.615.509/0001-06 licitacao@sinces.com.br - (16) 4141-0038	423.895,20	214.720,00	209.175,20 Proveito (49,35%)
VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - 49.287.699/0001-01 comercio.valem@gmail.com - (13) 99625-0140	105.400,05	42.626,85	62.773,20 Proveito (59,56%)
VF COMERCIAL PINHEIRENSE LTDA - 63.797.184/0001-82 vfcomercialjp@gmail.com - (38) 99884-2077	339.136,79	187.956,53	151.180,26 Proveito (44,58%)
Totais	**2.344.039,57**	**1.199.103,06**	**1.144.936,51 Proveito (48,84%)**

Detalhes

Gláucon Cézar Cardoso na condição de **Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:
Fornecedor: Gomes & Garcia Informática Ltda - **CPF/CNPJ:** 04.552.128/0001-19
Lote 46 — **Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 11:53:24**
Lote 46

Descrição Item	Quantidade	Medida	Unitário	Sub Total
Microcomputador 8 núcleos, SSD 240 GB, 16 GB DDR4, monitor 19,5" FHD, Windows 11 Home PT-BR. Garantia 12m.	32,00	UNIDADE	2.825,00	90.400,00
Marca: ARQUIMEDES **Fabricante:** ARQUIMEDES **Modelo:** CORPORATIVO A				
Corporativo A Item 46.pdf		**Inserido em:** 29/07/2026 10:50		

Fornecedor: METDATA Tecnologia da Informação - **CPF/CNPJ:** 28.584.157/0003-92

Lote 33	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 33				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Impressora monocromátic a laser, velocidade mínima de 20 ppm, resolução 1200x600 dpi, bandeja para 150 folhas, memória 64 MB, interface USB 2.0, ciclo de trabalho mensal recomendado de até 10.000 páginas tensão bivolt (110/220V) garantia mínima de 12 meses.	51,00	UNIDADE	870,00	44.370,00
Marca: PANTUM **Fabricante:** PANTUM **Modelo:** BP2300W + Transformador				

Fornecedor: M&R EQUIPAMENTOS E MOVEIS LTDA - **CPF/CNPJ:** 11.708.655/0001-35				
Lote 6	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 6				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Armário de aço 02 portas, 04 prateleiras (1 fixa + 3 reguláveis), fechadura yale. Dim. mín.: 1980×1180×4 00 mm.	58,00	UNIDADE	845,00	49.010,00
Marca: MOJIANO MAA 120/45 **Fabricante:** MOJIANO MAA 120/45 **Modelo:**				

Fornecedor: SINCES TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS LTDA - **CPF/CNPJ:** 33.615.509/0001-06				
Lote 44	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 44				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Microcomputador equipado com processador de, no mínimo, 6 (seis) núcleos físicos, 12 (doze) threads, frequência base mínima de 3,4 GHz ou desempenho equivalente ou superior, compatível com arquitetura x86-64, 16 GB de memória RAM DDR4, unidade de armazenamento SSD de, no mínimo, 480 GB, monitor LED de, no mínimo, 19,5 polegadas e sistema operacional Windows 11 Pro ou versão superior, devidamente licenciado.	80,00	UNIDADE	2.684,00	214.720,00
Marca: EXIX **Fabricante:** PROPRIA	**Modelo:** EX4MAGB6			
Catálogo - João Pinheiro (Item 44).pdf	**Inserido em:** 29/07/2026 16:38			

Fornecedor: EDS COMERCIO E SOLUCOES LTDA - **CPF/CNPJ:** 47.188.112/0001-81				
Lote 49	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 49				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Notebook com processador de, no mínimo, 10 núcleos (ou desempenho equivalente ou superior), frequência turbo mínima de 4,5 GHz, memória RAM de 16 GB DDR4 ou superior, unidade SSD NVMe de no mínimo 512 GB, vídeo integrado compatível com aceleração gráfica, sistema operacional Windows 11 Home ou Pro, devidamente licenciado, conectividade Wi-Fi 6 ou superior e bateria com autonomia compatível com uso corporativo.	12,00	UNIDADE	4.599,00	55.188,00
Marca: ASUS' **Fabricante:** ASUS **Modelo:** VIVOBOOK X1504VA				
CATALOGO ITEM 49 NOTEBOOK.pdf	**Inserido em:** 30/07/2026 07:25			

Fornecedor: ALUBAN SERVICE LTDA - **CPF/CNPJ:** 44.921.333/0001-29				
Lote 53	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 53				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Tenda piramidal 4×4 m (16 m²), ferro tubular soldagem MIG, lona PVC impermeável, antichamas, antimofo. Garantia 12m.	15,00	UNIDADE	1.970,00	29.550,00
Marca: PROPRIA **Fabricante:** PROPRIO **Modelo:** TENDA PIRAMIDAL 4X4				

Fornecedor: PINHEIRO & SOUZA DISTRIBUIDORA LTDA - **CPF/CNPJ:** 45.785.473/0001-80				
Lote 8	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 8				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Aspirador de água e pó, 1400 W, 110 V, 2 níveis de filtragem, volume 10 L, certificado Inmetro.	15,00	UNIDADE	287,00	4.305,00
Marca: WAP **Fabricante:** WAP **Modelo:** GTW10				
Lote 12	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 12				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Cadeira branca tipo bistrô sem braço. Aprox.: 51,2×42,5×88, 8 cm. Suporta até 140 kg.	104,00	UNIDADE	59,00	6.136,00
Marca: DUOPLASTIC **Fabricante:** DUOPLASTIC **Modelo:** BISTRO				

Lote 22	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 22				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
PROJETORES(DATASHOW) Características : Cor: Branco ou preto Recursos: Brilho: 5500 Lumens Ajuste de foco: Manual, Razão de contraste:500 0:1. Resolução nativa 1920 x 1080, Ajuste de trapézio vertical: 15 Cores: 167 Milhões, Tecnologia: lcd, Lâmpada: led, Resolução nativa: 1920 x 1080 (Full hd). Proporção da tela: 4:3/ 16:9 Tamanho da projeção: 50 220 polegadas, Distância de projeção: 1,8 7,3m. Distância mínima de projeção: 18m. Ajuste trapézio vertical: Ângulo 15o, Ajuste de foco: Manual Potência do alto falante: 3W. Tensão de entrada: Bivolt Consumo:130 W. Compatibilida de usb: Video: VI/MP4/MKV/ FLV/MOV/RM VB/MPE/ G1/MPEG2/M PEGA/H.264. Áudio: MP3, wma, aac, flac, wav, Imagem: jpeg, jpg, png, bmp Conectores: vga x	9,00	UNIDADE	1.600,00	14.400,00
Marca: GET **Fabricante:** GET **Modelo:** VISION 5				
Lote 25	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 25				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Estante metálica industrial 5 prateleiras, 100 kg/prat., 500 kg total, chapa nº 22/14, antiferrugem. Aprox. 200×90×40 cm.	44,00	UNIDADE	559,00	24.596,00
Marca: METALMONTES **Fabricante:** METALMONTES **Modelo:** 5PRATELEIRAS				
Lote 40	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 40				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Mesa aço inox industrial para copa, acabamento escovado. Dim.: 84×92×60 cm.	1,00	UNIDADE	1.730,00	1.730,00
Marca: METALMONTES **Fabricante:** METALMONTES **Modelo:** INOX				
Lote 58	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 58				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Mesa de reunião semioval, tampo MDF 2 cm, estrutura aço epóxi cinza, sapatas reguláveis. Dim. aprox.: 75×300×90 cm.	4,00	UNIDADE	1.477,00	5.908,00
Marca: METALMONTES **Fabricante:** METALMONTES **Modelo:** REUNIÃO				
Lote 63	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 63				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Fogão industrial 6 bocas com forno: perfil 6,5 cm queimadores fabricados em ferro fundido com alto padrão de	1,00	UNIDADE	2.600,00	2.600,00

dureza 6 - queimadores duplos com consumo de 600gr/h controle de temperatura: 0-300° temperatura de trabalho: 0-280° forno com capacidade para 135 litros medida interna do forno de 89 x 58 x 27 cm consumo do forno: 800 gr/h quadro sem emendas grelhas fabricadas em ferro fundido com alto padrão de dureza registros de alta qualidade bandejas coletoras de gordura consumo(glp): 4.400 gr/h				
Marca: JCN-6BC **Fabricante:** JCN-6BC **Modelo:** JCN-6BC				
Lote 65	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			

Lote 65				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Balde a pedal 30 litros em inox Recipiente externo feito em Inox Balde plástico removível Sistema de aderência por ventosas fixado na base que garantia estabilidade e o manuseio.	11,00	UNIDADE	348,00	3.828,00
Marca: MIMO **Fabricante:** ,MIMO **Modelo:** 30L				
Lote 66	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 66				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS - ESTRUTURA METÁLICA EM CHAPAS DE AÇO ESMALTADO COM ESPESSURA DE 2MM NA COR BRANCO GELO NO FUNDO/BASE/ TETO. PÉS EM TUBOS QUADRADOS COM PONTEIRAS EM PVC. VIDRO INCOLOR COM ESPESSURA DE 3MM NAS 4 PRATELEIRAS, LATERAIS E NA PORTA. ARMÁRIO DE 2 PORTAS POSSUI FECHADURA CILÍNDRICA DO TIPO YALE.	2,00	UNIDADE	957,00	1.914,00
Marca: METALMONTES **Fabricante:** METALMONTES **Modelo:** 2 PORTAS				
Lote 68	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 68				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
ESCADA COM 2 DEGRAUS - reforçada em aço inoxidável, degraus revestidos de piso de borracha	10,00	UNIDADE	225,00	2.250,00
Marca: METALMONTES **Fabricante:** METALMONTES **Modelo:** 2DEGRAUS				
Lote 70	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 70				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
PROJETORES(DATASHOW) Características : Cor: Branco ou preto Recursos: Brilho: 5500 Lumens Ajuste de foco: Manual, Razão de contraste:500 0:1. Resolução nativa 1920 x 1080, Ajuste de trapézio vertical: 15 Cores: 167 Milhões, Tecnologia: lcd, Lâmpada: led, Resolução nativa: 1920 x 1080 (Full hd). Proporção da tela: 4:3/ 16:9 Tamanho da projeção: 50 220 polegadas, Distância de projeção: 1,8 7,3m. Distância mínima de projeção: 18m. Ajuste trapézio vertical: Ângulo 15o, Ajuste de foco: Manual Potência do alto falante: 3W. Tensão de entrada: Bivolt Consumo:130 W. Compatibilida de usb: Video: VI/MP4/MKV/ FLV/MOV/RM VB/MPE/ G1/MPEG2/M PEGA/H.264. Áudio: MP3, wma, aac, flac, wav, Imagem: jpeg, jpg, png, bmp Conectores: vga x	1,00	UNIDADE	2.450,00	2.450,00
Marca: GET **Fabricante:** GET **Modelo:** VISION-S				

Fornecedor: R.E. DA SILVA E SILVA LTDA - **CPF/CNPJ:** 29.765.537/0001-24				
Lote 14	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 14				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Cadeira fixa empilhável, estrutura em tubo de aço formato oblongo, assento e encosto em polipropileno injetado, capacidade mínima de 120 kg	98,00	UNIDADE	95,00	9.310,00
Marca: MAKDECOR **Fabricante:** MAKDECOR **Modelo:** MAKDECOR				

Fornecedor: High Level Comercial LTDA - **CPF/CNPJ:** 16.847.666/0001-10				
Lote 48	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 48				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Nobreak senoidal 1500 VA, tensão ent./saída 120 V/220 V, baterias 48 V.	4,00	UNIDADE	2.440,00	9.760,00
Marca: CR ENERGIA **Fabricante:** CR ENERGIA **Modelo:**				

Fornecedor: GERALDO GEAN FREIRE DE ALMEIDA E CIA LTDA - **CPF/CNPJ:** 08.017.101/0001-87				
Lote 18	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 18				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Copiadora multifuncional laser, monocromátic a, velocidade mínima de 50 ppm, duplex automático, resolução 1200x1200 dpi, memória 1 GB, alimentador automático de documentos (ADF), conectividade USB e rede (Ethernet), ciclo mensal recomendado de até 150.000 páginas tensão bivolt (110/220V) garantia mínima de 12 meses.	11,00	UNIDADE	4.500,00	49.500,00
Marca: Brother **Fabricante:** Brother **Modelo:** Dcp-l5662dn Laser Mono Duplex Branco				
Brother Multifuncional Laser Mono A4 DCP-L5662DN-V2.pdf		**Inserido em:** 29/07/2026 23:38		

Fornecedor: DEBRUM MOVEIS CORPORATIVOS LTDA - **CPF/CNPJ:** 53.448.772/0001-57				
Lote 41	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 41				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Mesa de escritório em L, tampo MDF 15 mm, 2 gavetas c/ tranca, bordas ABS, pés aço epóxi. Dim.: 75×136×53 cm	16,00	UNIDADE	526,00	8.416,00
Marca: PROPRIA **Fabricante:** PROPRIA **Modelo:** MESA L				
Lote 42	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 42				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Mesa de escritório com gaveteiro, tampo MDF 15 mm, dim. aprox. 120×60×74 cm, cor cinza. Garantia 12m.	54,00	UNIDADE	285,00	15.390,00
Marca: PROPRIA **Fabricante:** PROPRIA **Modelo:** MESA ESC				

Lote 54	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 54				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Mesa de escritório com gaveteiro, tampo MDF 15 mm, dim. aprox. 120×60×74 cm, cor cinza □ uso Hospital.	7,00	UNIDADE	285,00	1.995,00
Marca: PROPRIA **Fabricante:** PROPRIA **Modelo:** MESA MDF				

Fornecedor: SHERIFF - ARTIGOS E ENXOVAIS - **CPF/CNPJ:** 52.796.342/0001-63				
Lote 21	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 21				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Longarina inox 5 lugares, base Y cromada, assento aço perfurado, braços cromados, cap. 120 kg/assento.	20,00	UNIDADE	1.294,66	25.893,20
Marca: MAX DECOR **Fabricante:** MAX DECOR **Modelo:** PROPRIO				

Fornecedor: MONFER MF COMÉRCIO LTDA - **CPF/CNPJ:** 56.426.736/0001-80

Lote 56		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**		
Lote 56				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Cadeira estrutura alumínio anodizado, assento/encos to polietileno e polipropileno,sup. mín. 150 kg. Dim.: 74×41×49 cm.	50,00	UNIDADE	227,00	11.350,00
Marca: ultramoveis **Fabricante:** ultramoveis **Modelo:** Cadeira fixa				

Fornecedor: ANGULAR SOLUCOES EM DISTRIBUICAO LTDA - **CPF/CNPJ:** 58.543.909/0001-76				
Lote 16	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 16				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Caixa de som amplificada portátil 600 W RMS, 2 microfones, bluetooth 5.0, bateria 1500 mAh. Bivolt.	11,00	UNIDADE	625,00	6.875,00
Marca: AMVOX ACA600+MICROFONE **Fabricante:**AMVOX **Modelo:** AMVOX ACA600+MICROFONE ACA600+MICROFONE				

Fornecedor: H2T TECNOLOGIA LTDA - **CPF/CNPJ:** 58.971.574/0001-97				
Lote 45	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 45				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Microcomputador 6 núcleos, SSD 120 GB, 8 GB DDR4, monitor 19,5" FHD, Windows 11 Home PT-BR. Garantia 12m.	8,00	UNIDADE	2.210,00	17.680,00

Marca: VIPH **Fabricante:** VIPH **Modelo:** GOV-I-G8 - i5-8400	
CATALOGO ITEM 45.pdf	**Inserido em:** 29/07/2026 16:37

Fornecedor: M VENDAS E SERVICOS LTDA - **CPF/CNPJ:** 46.764.892/0001-06					
Lote 34		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 34					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Impressora colorida multifuncional , jato de tinta, com tanque de tinta recarregável (sistema de tinta contínua original de fábrica), rendimento mínimo de 4.000 páginas em preto e 7.000 páginas em cores, conectividade USB e Wi-Fi, função copiadora e scanner, tensão bivolt (110/220V) garantia mínima de 12 meses.		7,00	UNIDADE	970,00	6.790,00
Marca: CANON	**Fabricante:** CANON	**Modelo:** G3110			
g3110.pdf			**Inserido em:** 29/07/2026 17:15		
Lote 35		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 35					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Impressora térmica para etiquetas, resolução mínima de 203 dpi, velocidade mínima de 5 polegadas por segundo, interface USB e, no mínimo, uma interface adicional (Ethernet, RS-232, Wi-Fi ou equivalente), alimentação bivolt automática, com garantia mínima de 12 (doze) meses.		1,00	UNIDADE	1.900,00	1.900,00
Marca: PANTUM	**Fabricante:** PANTUM	**Modelo:** PT L270N			
PT L270N.pdf			**Inserido em:** 29/07/2026 17:27		

Fornecedor: CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA - **CPF/CNPJ:** 39.581.101/0001-39				
Lote 52	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 52				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Televisão 50 polegadas, Ultra HD (3840×2160), LED, 60 Hz, receptor digital, 2 HDMI, 1 USB, bivolt automático. Garantia 12m.	15,00	UNIDADE	1.850,00	27.750,00
Marca: HQ **Fabricante:** BELMICRO **Modelo:** UDE50HR315LN				

Fornecedor: ALCANCE VIBE LTDA - **CPF/CNPJ:** 20.819.329/0001-96				
Lote 1	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 1				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Arcondicionadotipo split,9.000 BTU/h,ciclo frio, comdesumidificação, resfriamento rápido, modoeconômico(eco), filtro dear e timercontroleremototensão bivolt(110/220V)	13,00	UNIDADE	1.576,00	20.488,00

Fornecedor: VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - **CPF/CNPJ:** 49.287.699/0001-01				
Lote 13	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 13				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Cadeira giratória tipo diretor, espuma D55, cap. 120 kg, polipropileno azul/preto, mecanismo a gás.	105,00	UNIDADE	405,97	42.626,85
Marca: ergo office **Fabricante:** ergo office **Modelo:** ergo office				

Fornecedor: FENIX SERVICOS E PRODUTOS LTDA - **CPF/CNPJ:** 62.022.360/0001-41				
Lote 26	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 26				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Fogão 4 bocas, mesa aço inox, forno autolimpante. Dim. aprox. (L×A×P): 0,49×0,87×0,58 m.	2,00	UNIDADE	735,00	1.470,00
Modelo: Descrição do Produto Produto: **Marca:** Itatiaia **Fabricante:** Itatiaia Fogão Itatiaia Star Clean New 4 Bocas - Branco Categoria: Fogões Man				

Fornecedor: VF COMERCIAL PINHEIRENSE LTDA - **CPF/CNPJ:** 63.797.184/0001-82					
Lote 2		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 2					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Ar condicionado tipo split (hi-wall), 12.000 BTU/h, ciclo frio, com bomba de dreno tensão bivolt (110/220V)garantia mínima de 12 meses.		37,00	UNIDADE	1.750,00	64.750,00
Marca: VIX	**Fabricante:** VIX	**Modelo:**			
Lote 5		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 5					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Aparelho telefônico celular tipo smartphone, dual chip, compatível com tecnologia 5G, memória interna mínima de 128 GB, memória RAM mínima de 4 GB, tela de no mínimo 6,5 polegadas, acompanhado de carregador compatível, cabo USB e demais acessórios originais do fabricante, com garantia mínima de 12 (doze) meses.		24,00	UNIDADE	1.080,00	25.920,00
Marca: MOTOROLA	**Fabricante:** MOTOROLA	**Modelo:**			
Lote 9		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 9					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**

Batedeira planetária, 750 W, 110 V, copo inox 4 L, 12 velocidades.		1,00	UNIDADE	550,00	550,00
Marca: PHILCO	**Fabricante:** PHILCO	**Modelo:**			
Lote 17		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 17					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Climatizador evaporativo industrial/resi dencial, capacidade 100 litros, potência 210 W, área de cobertura de 30 a 60 m², vazão de ar de 5.500 m³/h tensão bivolt (110/220V) garantia mínima de 12 meses.		39,00	UNIDADE	1.500,00	58.500,00
Marca: KALA	**Fabricante:** KALA	**Modelo:**			
Lote 19		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 19					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Cortina de ar 200 cm, controle remoto, 220 V, 320 W, 2.750 m³/h, cor branca.		2,00	UNIDADE	1.030,00	2.060,00
Marca: VIX	**Fabricante:** VIX	**Modelo:**			
Lote 20		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 20					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Longarina plástica 03 lugares, base fixa dupla aço carbono, assento e encosto polipropileno anatômico.		11,00	UNIDADE	260,00	2.860,00
Marca: NOBRE	**Fabricante:** NOBRE	**Modelo:**			
Lote 23		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 23					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Escada de alumínio 5 degraus, pés antiderrapantes, cap. 120 kg, alt. máx. aberta 156 cm. Portaria Inmetro nº 219.		35,00	UNIDADE	280,00	9.800,00
Marca: MOR	**Fabricante:** MOR	**Modelo:**			
Lote 27		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 27					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Fogão industrial 02 bocas, uso contínuo, estrutura metálica anticorrosiva, queimadores alta potência. Garantia 12m.		2,00	UNIDADE	540,00	1.080,00
Marca: JCN	**Fabricante:** JCN	**Modelo:**			
Lote 30		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 30					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Freezer vertical frost free 1 porta, 231 litros, 4 cestos deslizantes removíveis, painel frontal externo.		4,00	UNIDADE	3.800,00	15.200,00

Marca: HQ	**Fabricante:** HQ	**Modelo:**			
Lote 36		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 36					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Liquidificador capacidade 2 L, 110 V, uso doméstico.		2,00	UNIDADE	120,00	240,00
Marca: MONDIAL	**Fabricante:** MONDIAL	**Modelo:**			
Lote 37		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 37					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Máquina de plastificar a quente, largura máxima de plastificação de 330 mm (A4/A3), espessura de polaseal de 80 a 250 micras, com tempo de aquecimento rápido tensão bivolt (110/220V).		1,00	UNIDADE	708,53	708,53
Marca: MENNO	**Fabricante:** MENNO	**Modelo:**			
Lote 38		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 38					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Máquina de encadernar e perfurar, capacidade de perfuração de até 20 folhas simultâneas, encadernação em espiral/wire-o de até 500 folhas tensão bivolt (110/220V).		1,00	UNIDADE	1.348,00	1.348,00
Marca: MECOLOUR	**Fabricante:** MECOLOUR	**Modelo:**			
Lote 43		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 43					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Mesa de reunião redonda 120 cm, tampo MDP BP 15 mm, perfil PVC, pés aço c/ niveladores. Garantia 90d.		1,00	UNIDADE	290,00	290,00
Marca: NOBRE	**Fabricante:** NOBRE	**Modelo:**			
Lote 47		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 47					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
MICROONDAS 34 LITROS, BRANCO, 110 V.		3,00	UNIDADE	660,00	1.980,00
Marca: MONDIAL	**Fabricante:** MONDIAL	**Modelo:**			
Lote 67		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 67					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
MESA ESCRITÓRIO Material Estrutura: Aço Reforçado Material Tampo: Mdf Cor Tampo: Cinza Quantidade Gavetas: 2 UN Largura: 1,50 M Profundidade: 0,60 M Altura: 0,74 M Padrão Acabamento Tampo: Borda Pvc Acabamento Estrutura: Tratamento Antiferruginos o Por Fosfatização Espessura Tampo: 18 MM		5,00	UNIDADE	350,00	1.750,00

Marca: NOBRE	**Fabricante:** NOBRE	**Modelo:**			
Lote 69		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 69					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Roteador (LAN) Especificação mínima: Deve estar em linha de produção pelo fabricante. Deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondiciona mento. Deverá suportar taxa de transferência de no mínimo 450Mbps e suportar no mínimo os padrões IEEE 802.11 b/g/n/ac. Trabalhar na frequência 2.4 Ghz e 5Ghz. Mínimo de 4 portas LAN 10/100/1000 Mbps Fast Ethernet MDI/MDXI. Mínimo 1 porta WAN que suporte de endereço IP estática DHCP client, PPPoE, PPTP E L2TP. Mínimo 1 porta padrão USB 2.0. Tensão 220 Volts/ 60 HZ		2,00	UNIDADE	460,00	920,00
Marca: TP LINK	**Fabricante:** TP LINK	**Modelo:**			

Fornecedor: JWR MOVEIS LTDA - **CPF/CNPJ:** 63.531.583/0001-05					
Lote 51		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 51					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Kit mesa plástica polipropileno 70×70×70 cm + 4 cadeiras plásticas, cap. 182 kg/un. Garantia 12m.		19,00	UNIDADE	260,00	4.940,00
Marca: JR Plásticos **Fabricante:** JR Plásticos **Modelo:** cj. mesa/4 cadeiras					
Lote 55		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 55					
Descrição Item		**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Armário 1 porta (chapa nº 24, 3 prateleiras reguláveis, fechadura, pintura eletrostática cinza). Dim. aprox.: 170×50×40		18,00	UNIDADE	550,00	9.900,00

cm.				
Marca: RS Móveis **Fabricante:** RS Móveis **Modelo:** 1 porta				

Fornecedor: FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA - **CPF/CNPJ:** 20.481.118/0001-96				
Lote 10	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 10				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Bebedouro industrial de coluna, 2 torneiras geladas, inox, 25 litros, 110 V, certificado Inmetro.	4,00	UNIDADE	1.349,00	5.396,00
Marca: ECOBLU **Fabricante:** ECOBLU **Modelo:** E25				
Lote 11	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 11				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Bebedouro industrial inox 100 litros, 3 torneiras, boia, termostato, gás ecológico. Garantia 12 meses.	9,00	UNIDADE	2.000,00	18.000,00

Marca: ECOBLU **Fabricante:** ECOBLU **Modelo:** E100				
Lote 29	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 29				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Freezer horizontal 02 portas, cap. mín. 540 litros, bivolt automático. Garantia 12m.	2,00	UNIDADE	4.400,00	8.800,00
Marca: METALFRIO **Fabricante:** METALFRIO **Modelo:** DA550				
Lote 32	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 32				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Geladeira frost free 451 L, linha branca, 110 V, eficiência energética A+. Dim.: 1,86 m × 69,5 cm × 71,9 cm.	8,00	UNIDADE	3.600,00	28.800,00
Marca: MIDEA **Fabricante:** MIDEA **Modelo:** MDRT611				
Lote 60	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 60				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Freezer horizontal 300 litros, 1 porta, dreno, rodízios, travamento c/ chave, vedação borracha, gás sem CFC. 110 V, Selo PROCEL.	1,00	UNIDADE	2.750,00	2.750,00
Marca: ELECTROLUX **Fabricante:** ELECTROLUX **Modelo:** HI330				
Lote 62	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 62				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Máquina de lavar, abertura superior, cap. 1718 kg, cesto inox, eficiência energética A, 12 programas, display digital.	1,00	UNIDADE	2.433,48	2.433,48
Marca: ELECTROLUX **Fabricante:** ELECTROLUX **Modelo:** LED17				

Fornecedor: 41.804.020 AYRTES MARA DE ALMEIDA - **CPF/CNPJ:** 41.804.020/0001-00				
Lote 15	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 15				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Caixa de som amplificada bluetooth 250 W bivolt, altofalante 8", bateria recarregável.	3,00	UNIDADE	275,00	825,00
Marca: FRAHM / CMF 270 TWS **Fabricante:** FRAHM / CMF 270 TWS **Modelo:** FRAHM / CMF 270 TWS				

Fornecedor: INFANTARIA COMERCIAL LTDA - **CPF/CNPJ:** 20.795.155/0001-79				
Lote 50	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 50				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Purificador de água fria e natural, compressor, filtragem múltiplas etapas, bandeja removível, bivolt. Garantia 12m.	1,00	UNIDADE	720,00	720,00
Marca: libell **Fabricante:** libell **Modelo:** libell				

Fornecedor: GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA - **CPF/CNPJ:** 66.663.797/0001-15				
Lote 3	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 3				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Ar condicionado 18.000 BTU/H, tipo cassete 4 vias, fancolete hidrônico, bomba de dreno.	11,00	UNIDADE	2.457,00	27.027,00
Marca: VIX **Fabricante:** NACIONAL **Modelo:** NEO 18KCO				
Lote 4	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 4				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Ar condicionado tipo split (piso-teto ou hi-wall),30.000 BTU/h,ciclo frio, combomba de dreno tensão bivolt 127/ 220V.	8,00	UNIDADE	4.297,00	34.376,00
Marca: VIX **Fabricante:** NACIONAL **Modelo:** NEO 30KCO				

Fornecedor: GOMIDE SOLUTIONS LTDA - **CPF/CNPJ:** 58.988.976/0001-02				
Lote 7	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 7				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Arquivo de aço 04 gavetas, 35 kg/gaveta, fechamento simultâneo, chapa nº 22, pintura epóxi cinza, trilho telescópico.	56,00	UNIDADE	515,00	28.840,00
Marca: RS **Fabricante:** RS **Modelo:** 4 GV				
Lote 24	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 24				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Escaninho / armário vestiário aço 16 compartiment os, chapa 20, 198×123×40 cm, pitão p/ cadeado, pintura epóxi.	19,00	UNIDADE	890,00	16.910,00
Marca: RS **Fabricante:** RS **Modelo:** 16 PT				
Lote 39	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 39				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Mesa para impressora, estrutura aço carbono, tampo MDF, cor cinza. Dim.: 76×60×40 cm (A×L×P).	14,00	UNIDADE	145,00	2.030,00

Marca: SH **Fabricante:** SH **Modelo:** M.IMP				
Lote 57	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 57				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Cadeira fixa courvin azul royal, estrutura aço epóxi preto fosco, espuma 4 cm, bordas PVC. Dim. aprox.: 45×45×42 cm.	50,00	UNIDADE	126,00	6.300,00
Marca: SH **Fabricante:** SH **Modelo:** FIXA AZ				

Lote 64	**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 10:41:26**			
Lote 64				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Armário de aço - montado, 02 portas com pés De abrir com 4 reforços internos Tipo omega no sentido horizontal, Puxador estampado na própria Porta no sentido vertical, com Acabamento em pvc, possui sistema De cremalheira para regulagem Das prateleiras a cada 50mm, com 1 Prateleira fixa para travamento Das portas e 3 reguláveis, Fechadura cilíndrica com chaves Tipo yale.estrutura: Confeccionad o em chapa de aço Nº20 (0,90mm) e 24 (0,60mm). Corpo /Tampo superior/ 04 prateleiras/Ba se inferior: chapa 22, travessa Inferior e superior: chapa 20.Acabament o: tratado pelo Processo anti corrosivo à base de Fosfato de zinco e pintura Eletrostática a pó com camada de 30 a 40 mícrons com secagem em Estufa a 120ºc. Capacidade: 30kg por Prateleira (bem distribuídos).D imensões mínimas externas: 1980mm, 1180mm, 400mm	3,00	UNIDADE	850,00	2.550,00
Marca: RS **Fabricante:** RS **Modelo:** PA120				

João Pinheiro, 21 de Agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:A6FBE98E

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PINHEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 045/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de **Pregão** nº **045/2026**, Processo Administrativo nº **107/2026**, após análise, conferência e deliberação, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos:
Objeto: Aquisição de inseticidas, larvicidas e biolarvicidas para uso nas ações da Vigilância Ambiental, destinadas ao controle das arboviroses, incluindo dengue, zika, chikungunya e febre amarela, bem como ao controle vetorial, monitoramento ambiental e combate a focos de vetores pelo Departamento de Vigilância Ambiental, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Resumo			
Fornecedor	**Estimado**	**Homologado**	**Diferença**
PRAG MINAS SOLUCOES AMBIENTAIS E TECNOLOGIA LTDA - 21.578.205/0001-29 eduardo@pragminas.com.br - (31) 3564-7793	45.844,00	43.600,00	2.244,00 Proveito (4,89%)
SP & SP SAUDE PUBLICA SAO PAULO DISTRIBUIDORA LTDA - 47.028.448/0001-87 licitacao@saudepublicasp.com.br - (31) 99605-9127	27.498,30	24.000,00	3.498,30 Proveito (12,72%)
Totais	**73.342,30**	**67.600,00**	**5.742,30 Proveito (7,83%)**

Detalhes

Gláucon Cézar Cardoso na condição de**Autoridade Competente** Homologou o(s) lote(s) em favor de:				
Fornecedor: PRAG MINAS SOLUCOES AMBIENTAIS E TECNOLOGIA LTDA -		**CPF/CNPJ:** 21.578.205/0001-29		
Lote 3		**Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 11:47:06**		
Lote 3				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Inseticida na forma de suspensão concentrada, a base de Etofenproxi 10% (p/p), para diluição em água, indicado para uso profissional e em campanhas de saúde pública. Seu uso pode ser feito em hospitais, creches e casa de repouso. Utilizado no controle de vetores da malária e dengue, indicado também para controlar, baratas, pulgas, moscas, mosquitos, cupins, percevejos e traças. Produto de uso profissional e com registro na Anvisa.	80,00	LITRO	305,00	24.400,00
Marca: Neogen	**Fabricante:** Neogen	**Modelo:** Vectron 10SC		

Lote 4 Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 11:47:06				
Lote 4				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Biolarvicida para controle de larvas de mosquitos, aedes, culex e anófeles, ingrediente ativo spinosad (espinosina a e espinosina d), concentração de 6,25% derivado da fermentação biológica de saccharopolyspora spinosa, formulado em bloco de 40 gramas, liberação lenta, para ação residual de no mínimo 180 dias, registrado na Anvisa, caixa com 80 blocos de 40 gramas cada.	1,00	CAIXA	19.200,00	19.200,00
Marca: Clarke	**Fabricante:** Clarke	**Modelo:** Natular XRT		
Fornecedor: SP & SP SAUDE PUBLICA SAO PAULO DISTRIBUIDORA LTDA - **CPF/CNPJ:** 47.028.448/0001-87				
Lote 1 Data/Hora da Homologação - 21/08/2026 11:47:06				
Lote 1				
Descrição Item	**Quantidade**	**Medida**	**Unitário**	**Sub Total**
Inseticida piretróide, com o princípio ativo lambdacialotrina microencapsulada em suspensão aquosa (cápsulas em suspensão), na concentração de 10% m/v, apresentados em frascos plásticos auto dosador de 1 (um) litro, comprovação de pré-qualificação, listagem ou avaliação oficial no sistema PQT-VC/PQT-VCP da Organização Mundial da Saúde - OMS/WHO, quando aplicável ao produto ofertado, com indicação de rótulo para controle de escorpiões (controle de escorpiões Tityus serrulatus), aranhas, baratas, mosquitos, carrapatos (controle do vetor da febre maculosa, que trata-se do carrapato- estrela, sob nome científico Amblyomma cajennense), percevejos de cama, formigas, moscas e pulgas. O produto deverá ser de venda restrita a instituições ou empresas especializadas, com registro válido junto ao Ministério da Saúde. Deve atender a RDC Anvisa nº 34, de 16 de agosto de 2010. Número de referência química dos compostos do produto: Lambdacialotrina (CAS 91465-08-6) 9,6% e Nafta de petróleo aromática	30,00	LITRO	800,00	24.000,00
Marca: Demand 10 CS / Syngenta	**Fabricante:** Demand 10 CS /Syngenta	**Modelo:** Demand 10 CS / Syngenta		

João Pinheiro, 21 de Agosto de 2026.

GLÁUCON CÉZAR CARDOSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Nelson Melo da Costa
Código Identificador:14F7F2F4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE LAGOA SANTA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
96ª CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2025 – ENTREGA DE DOCUMENTOS

FICAM CONVOCADOS OS CANDIDATOS LISTADOS ABAIXO, PARA COMPROVAÇÃO DE DOCUMENTOS, CONFORME O SUBITEM 8.8 DO REFERIDO EDITAL 001/2025, PARA POSTERIOR EFEITO DE CONTRATAÇÃO.

Data de comparecimento: VIDE QUADRO ABAIXO
Horário: VIDE QUADRO ABAIXO

Local: Centro Administrativo Municipal desta Prefeitura, localizado à Avenida Acadêmico Nilo Figueiredo, 2.500 / Loja 28, Bairro Santos Dumont, Lagoa Santa/MG, munidos dos seguintes documentos **originais e cópias simples**:
a)Carteira de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física - CPF;
c) Titulo de Eleitor e último comprovante de votação ou certidão de quitação emitida pela Justiça Eleitoral;
d) Cartão PIS ou PASEP;
e) Comprovante de residência emitido nos últimos 60 (sessenta) dias;
f) Certidão de nascimento ou casamento;
g) Se possuir filhos menores de 21 anos, apresentar certidão de nascimento e CPF;
h) Carteira de Trabalho (folhas constando a foto e qualificação civil);
i) Candidatos do sexo masculino, documento que comprove estar quite com as obrigações do serviço militar;
j)Comprovante de escolaridade e registro profissional de conselho de classe (de acordo com as exigências da função pública temporária);
k)Carta de concessão do benefício de aposentadoria, caso seja aposentado;
l) Caso possua outro vínculo empregatício deverá apresentar declaração da empresa informando: vínculo, remuneração, contribuição previdenciária, função exercida e contracheque atualizado ou carteira de trabalho;
m) 01 foto 3x4 recente;
n) Comprovante, conforme declarado no momento da inscrição, da experiência profissional remunerada, no desempenho de atribuições compatíveis com a função pública temporária pretendida, por meio de declaração original expedida em papel timbrado, com carimbo e assinatura da autoridade responsável, ou por outro documento inequívoco de comprovação, o qual poderá ser auditado;

CLASS.	NOME	FUNÇÃO	DATA DE CONVOCAÇÃO	OBSERVAÇÕES
48	GRAZIELLA LEÃO MAGALHÃES	Psicologo Educacional	24/08/2026	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
54	THIAGO BORONI DINIZ	Assistente Social Escolar	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
55	MARIA BELA CAMPOLINA PONTES	Assistente Social Escolar	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
97	MAURIVAM CARLOS DE OLIVEIRA SILVA	Pedagogo	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
896	IVONE FERNANDES DOS SANTOS	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
897	SOLANGE RANGEL DE SOUZA	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
898	KELLY CRISTINA SOARES MARTINS	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
899	IARA JOSIANE OLIVEIRA DA SILVA	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
900	NATANAEL CHAVES DOS SANTOS	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
901	EUSTAQUIO LUCAS BARBOSA JUNIOR	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
902	JUSSARA MARIA MARTINS	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
903	MARIA APARECIDA SILVA NETO	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
904	MILENE BATISTA PEREIRA	Agente de Serviços Escolares	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 08:30 H**
31	RAMON TALES BARBOSA	Professor B - Português	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
395	KÁTIA DE SOUSA MARQUES	Professor A	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
396	KAMANA SORAYA DE FREITAS	Professor A	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
397	LILIANE VIANA NESTOR SILVA	Professor A	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
398	JANAINA DE SOUZA DA SILVA	Professor A	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
399	BRUNA GABRIELA PIRES	Professor A	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
550	LUANA RODRIGUES BAZILIO	Servente Escolar	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
551	ANA PAULA DE OLIVEIRA	Servente Escolar	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
552	RAYANA APARECIDA CARDOSO	Servente Escolar	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
553	GRISELE FERREIRA MESSIAS	Servente Escolar	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**
554	MATHEUS DOS SANTOS VERTELO	Servente Escolar	24/08/26	**COMPARECIMENTO EM 26/08 ÀS 13:30 H**

Diretoria de Gestão de Pessoas
Secretaria de Planejamento e Gestão

Publicado por:
Thalita Nogueira de Carvalho
Código Identificador:1AF6E811

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 556, DE 21 DE AGOSTO DE 2026

"DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE CONCURSO PÚBLICO REGULADO PELO EDITAL Nº 01/2026"

Cloves da Silva Botelho, Prefeito Municipal de Miradouro, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, conferidas na forma da legislação em vigor, etc...

Considerando terem sido ultimadas todas as etapas editalícias previstas no Edital nº 01/2026, que regulamenta o concurso público convocado pelo Município;

Considerando que a Comissão realizadora do Concurso Público, nomeada através do Decreto nº 1788/2024, de 10 de dezembro de 2024, apresentou o resultado final do citado Concurso Público;

Decreta:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do Concurso Público promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO** e realizado pelo **Evolução Consultória Ltda**, nos termos do Edital nº 01/2026, de 31 de março de 2026, consoante classificação final dos candidatos aprovados constantes do **ANEXO** que deste decreto faz parte integrante.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Miradouro-MG, 21 de agosto de 2026

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal

ANEXO
RESULTADO FINAL HOMOLOGADO

AGENTE ADMINISTRATIVO

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	476	RAMON DOS SANTOS PAIVA	27	APROVADO
2º	157	PAULO CESAR PEREIRA LORENZATO	25	APROVADO
3º	446	CAIO LEAL BRAGA	25	APROVADO
4º	357	ALINE PRISCILA FERREIRA	24	APROVADO
5º	83	YASMIN LAUREANA DA SILVA	24	APROVADO
6º	461	YANNE PACHECO DOS SANTOS	23	APROVADO
7º	305	BRUNA KELLY AGUILAR FERREIRA	23	APROVADO
8º	76	RITA DE FÁTIMA FERREIRA	23	APROVADO
9º	394	LUCAS DA SILVA LACERDA	23	APROVADO
10º	170	IANA ETELVINA TEIXEIRA DE ANDRADE	23	APROVADO
11º	149	RENATA DE BEM MEDEIROS	22	APROVADO
12º	517	IGOR LORRETE CARVALHO - 16/04/2007	22	APROVADO
13º	195	ANA LÍVIA COSTA FERREIRA - 23/08/2008	22	APROVADO
14º	77	THAYTHE STEFANY DE SOUZA FREITAS	22	APROVADO
15º	90	MARIA IZABEL DE OLIVEIRA ASSUMPÇÃO	22	APROVADO
16º	466	RAFAELLA DE PAULA SILVA	21	APROVADO
17º	269	VÍTOR RODRIGUES RIBEIRO	21	APROVADO
18º	84	GUSTAVO CARVALHO SANTOS	21	APROVADO
19º	229	FERNANDA APARECIDA DA SILVA ALMEIDA	20	APROVADO
20º	416	LUANA DE FREITAS ALVES DUARTE	20	APROVADO
21º	330	VITORIA NICOLI DE OLIVEIRA	20	APROVADO
22º	92	ERICA FLAVIANA DA SILVA BASÍLIO	20	APROVADO
23º	498	LETÍCIA OLIVEIRA DOS SANTOS	19	APROVADO
24º	469	LUCAS SANTOS DA CUNHA E SILVA	19	APROVADO
25º	485	EDVALDO CASTRO DE FARIAS	18	APROVADO
26º	474	JOAO PEDRO CUNHA OLIVEIRA	18	APROVADO
27º	560	ADRIANA APARECIDA GOMES DA CRUZ SILVA	17	APROVADO
28º	494	IGOR SOUZA DE AREDES	17	APROVADO
29º	18	CRISTIANA DA SILVA PIMENTEL GOUVEA	17	APROVADO
30º	442	MARINA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA FREITAS	16	APROVADO

ASSISTENTE SOCIAL

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	488	SUELEN DE SOUZA CERQUEIRA AMARO	23	APROVADO
2º	61	ILSA FERREIRA PAULINO PAIVA	22	APROVADO
3º	322	ILMA GOMES LOPES COSTA	20	APROVADO
4º	119	MARTA CRISTINA FERRAZ SILVA	20	APROVADO
5º	226	ALESSANDRA TEODORO DOS SANTOS OLIVEIRA	20	APROVADO
6º	134	LUCIANA APARECIDA RIGUETE SILVA	18	APROVADO
7º	527	OHANA LUIZA SILVA E SOUZA SIQUEIRA	18	APROVADO
8º	132	ELIZABETE FRANCISCA FERREIRA	18	APROVADO
9º	35	LAUDICEIA P S CAMP	17	APROVADO
10º	41	MARCOS JOSÉ DE FREITAS	17	APROVADO
11º	420	AMANDA APARECIDA DE SOUZA OLIVEIRA	16	APROVADO
12º	542	JACINTA VIEIRA DE FREITAS	16	APROVADO
13º	194	BRUNO GIOVANI BALDANZA	16	APROVADO

AUXILIAR DE ODONTOLOGIA

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	169	KAUAN CEZAR REIS SILVA	27	APROVADO
2º	463	CENIRA LAIA SILVA	23	APROVADO
3º	115	PRISCILA BALBINO	22	APROVADO
4º	397	HILLARY NATÁLIA DE JESUS FERREIRA	20	APROVADO
5º	188	JULLYANA VALENTE DOS SANTOS	18	APROVADO
6º	137	ROSELI DE JESUS FRANCISCO	17	APROVADO

AUXILIAR DE SERVIÇO PÚBLICO

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	457	BRUNA DO CARMO CHAVES	27	APROVADO
2º	359	SABRINA CASTRO ALVES	25	APROVADO
3º	197	ANAEL JUNIO CUNHA DE SOUZA	25	APROVADO
4º	430	JAQUELINE ANJOS LIMA	24	APROVADO
5º	479	RENATA LIMA DA SILVA LIMA	24	APROVADO
6º	543	MATHEUS MONTEZANO DA MATA RODRIGUES	23	APROVADO
7º	261	VILSON RIBAS LEAL	23	APROVADO
8º	19	BEATRIZ CAETANO	23	APROVADO
9º	481	ROBERTA MARIA FERREIRA DA SILVA	23	APROVADO
10º	295	SHIRLEI APARECIDA DUARTE DA SILVA	23	APROVADO
11º	453	MARIA FERNANDA MOREIRA BRAGA	22	APROVADO
12º	263	TATIANA PEREIRA DE ANDRADE	22	APROVADO
13º	544	JANILDA CRISTINA DOS SANTOS	22	APROVADO
14º	540	IEDA MARIA APARECIDA FRANCISCO	22	APROVADO
15º	152	ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA	22	APROVADO
16º	487	DANILAINE LUZIA DA SILVA PEDROSA	21	APROVADO
17º	6	TAMARA APARECIDA DE ASSIS	21	APROVADO
18º	541	DOUGLAS FREITAS OLIVEIRA	21	APROVADO
19º	534	GREICIELY PAULA LIMA	20	APROVADO
20º	283	CARLOS ROBERTO DA SILVA	20	APROVADO
21º	246	AMANDA DE PAULA DA CRUZ PIMENTEL	20	APROVADO
22º	454	VITÓRIA REGINA OLIVEIRA ALVES	20	APROVADO
23º	391	JAQUELINE DOS SANTOS RAIMUNDO	19	APROVADO

BIOQUÍMICO

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	274	CÍNTIA DE FÁTIMA RIBEIRO	24	APROVADO
2º	493	FLAVIANE DA SILVA COSTA	20	APROVADO
3º	408	ALINE MAGALHÃES CARNEIRO MORAIS	19	APROVADO
4º	425	VANESSA HONORIO QUIODINI XAVIER	17	APROVADO

CUIDADOR SOCIAL

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	538	ESTÉFANI DA SILVA LOPES	28	APROVADO
2º	341	MARISA SOUZA VIEIRA	27	APROVADO
3º	525	MAYARA APARECIDA SILVA	22	APROVADO
4º	363	LEIDIANE DE SOUZA COSTA	22	APROVADO
5º	36	CLAUDIA AGUILAR DOS SANTOS	20	APROVADO
6º	512	ARINEIA DE CASTRO FREITAS	20	APROVADO
7º	216	MÔNICA CUNHA DE SOUZA	20	APROVADO
8º	12	LEIDIANE DE FREITAS MATEUS MARTINS	20	APROVADO
9º	379	MARIA DE FATIMA HONORIO OLIVEIRA	19	APROVADO
10º	108	ORLEAN ROMUALDO DA SILVA	19	APROVADO
11º	343	LUANA MEDEIROS DA SILVA	18	APROVADO
12º	490	LAVÍNIA DE OLIVEIRA ANDRADE	17	APROVADO
13º	508	SUELI RIBEIRO DE SOUZA	17	APROVADO
14º	64	LETÍCIA APARECIDA FONTES DE OLIVEIRA	17	APROVADO
15º	367	CLAUDIANE APARECIDA DA SILVA	16	APROVADO
16º	447	SANDRA ELIAS DOS ANJOS	16	APROVADO
17º	251	CLEUNICE DE LIMA	16	APROVADO
18º	526	MARLUCIA DA SILVA	16	APROVADO

FISCAL DE POSTURAS

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	554	JOYCE GOMES MENDES	23	APROVADO
2º	10	PALOMA ALVIM ANDRADE	22	APROVADO
3º	422	VILSON AGUIAR ALMEIDA	22	APROVADO
4º	65	JHONATA DA SILVA DUTRA	21	APROVADO
5º	319	REGIANE DE FREITAS CÂNDIDO	21	APROVADO
6º	411	SARA ARAGOSO ARAUJO	20	APROVADO
7º	79	VITORIA DE FREITAS LUCIANO	20	APROVADO
8º	139	NAYANNE DUARTE DE MORAIS	19	APROVADO
9º	464	MATIAS JUNIO DOS SANTOS SILVA	18	APROVADO
10º	539	JAIR JOSÉ DOS REIS NETO	15	APROVADO
11º	426	WANDERSON DE ASSIS FERREIRA	15	APROVADO

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA I

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	515	EMERSON SANTOS DA SILVA	22	APROVADO
2º	249	LAIS FIGUEIREDO DOS SANTOS	20	APROVADO
3º	1	SONISLENE APARECIDA DA COSTA MARCELINO SOUZA	19	APROVADO

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA II

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	372	LHAISA DE FREITAS MARTINS	25	APROVADO
2º	547	WANDA DE PAULA DA CRUZ PIMENTEL	21	APROVADO

3º	331	CARLOS EDUARDO SILVA QUIORATO	20	APROVADO
4º	437	ANDREIA MARIA APOLINARIO DOS SANTOS	20	APROVADO
5º	106	GABRIEL PAIVA DA SILVEIRA	19	APROVADO

FONOAUDIÓLOGO

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	235	JEANE CONCEIÇÃO DE SOUZA FERREIRA COSTA	21	APROVADO

MONITOR ESCOLAR

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	484	DOUGLAS DA SILVA OLIVEIRA	26	APROVADO
2º	237	ÁGATHA IZABEL MOREIRA MEIRELES	25	APROVADO
3º	140	MARIA EDUARDA FERREIRA RODRIGUES	23	APROVADO
4º	32	LIVIA BANI DE OLIVEIRA	23	APROVADO
5º	17	CARLA CRISTINA CRISTINA GRANJA DE OLIVEIRA	21	APROVADO
6º	213	KARINA LOPES GOMES	21	APROVADO
7º	501	EMANUELLE MARIA LUIZ	21	APROVADO
8º	290	ELISAMARA DAS DORES SILVA	21	APROVADO
9º	431	NATÁLIA DA SILVA VALENTE	20	APROVADO
10º	347	SILVANA DIAS DE CARVALHO	19	APROVADO
11º	63	IZABEL COELHO BARBOSA	19	APROVADO
12º	74	RAFAELA CARLA VIEIRA DE OLIVEIRA	19	APROVADO
13º	126	THAYS HELENA DE SOUZA	18	APROVADO
14º	264	ANA CLAUDIA ELIS SILVA	18	APROVADO
15º	424	MARIA ROMILDA MENDES	17	APROVADO
16º	97	MARILDA QUIORATO DE ANDRADE E SILVA	17	APROVADO
17º	462	TEREZINHA SIMPLICIO DA SILVA	16	APROVADO
18º	141	MARIA FERNANDA FERREIRA RODRIGUES	15	APROVADO
19º	496	ANA CAROLINA PEREIRA DA ROCHA	15	APROVADO

MOTORISTA

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	303	TEILON DA SILVA DUTRA	26	APROVADO
2º	307	WELLINGTON DE SOUZA MARTINS	25	APROVADO
3º	177	ERICA SIMONE DE JESUS LIMA	22	APROVADO
4º	150	MARCELO MARTINS DE PAIVA	22	APROVADO
5º	123	RONALDO SANTOS DA SILVA	22	APROVADO
6º	385	CAIO JUNIO DE OLIVEIRA	22	APROVADO
7º	532	ANTONIO CARLOS ALVES - 12/06/1963	21	APROVADO
8º	390	RENAN VITOR DA SILVA SANTOS	21	APROVADO
9º	436	RONALDO AZEVEDO DE BEM	21	APROVADO
10º	39	NILTON RODRIGUES MATHIAS DOS REIS - 20/07/1961	20	APROVADO
11º	389	PAULO CESAR DOS REIS LUDOVICO	20	APROVADO
12º	247	PAULO ROBERTO AZEVEDO DE BEM	20	APROVADO
13º	400	GLAUCIO MARTINS DE PAIVA	19	APROVADO
14º	133	CLAUDIANA DE PAULA CUNHA PEDROSA	19	APROVADO
15º	241	ANANIAS LUIS DO CARMO SILVA	19	APROVADO
16º	395	CARLOS JOSÉ DA CUNHA	18	APROVADO
17º	40	ROBSON DA CRUZ E SILVA	18	APROVADO
18º	49	NILSON BASTOS DE PAULA	17	APROVADO
19º	242	JOAQUIM DA GUARDA MARAES FILHO - 11/05/1962	16	APROVADO
20º	56	BRUNO ROMÃO DA SILVA	16	APROVADO
21º	85	VITOR GOMES FARIA	16	APROVADO
22º	112	CRISTIANO SILVA	15	APROVADO

NUTRICIONISTA

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	519	CARLOS AUGUSTO DE PAULA PEREIRA	22	APROVADO
2º	403	BETHANIA OLIVEIRA ROBERTO MARINHO	22	APROVADO
3º	458	TÁBATA MUNIZ DO CARMO DA SILVA ALMEIDA	21	APROVADO
4º	492	LUIZA DE SOUZA FADUL PIMENTEL	21	APROVADO
5º	358	GILBERTO LUIZ DA SILVA JUNIOR	20	APROVADO
6º	537	NICOLEE DE PAULA MENDONÇA	19	APROVADO
7º	230	FERNANDA LOSQUE PINTO	18	APROVADO
8º	553	GUILHERME LORETE PEREIRA DE SOUZA	18	APROVADO
9º	233	BRUNA DE CASTRO COSTA LIMA	16	APROVADO
10º	365	ISADORA MARIA MARTINS LOPES	15	APROVADO

OPERÁRIO

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	96	ANASTACIA HELENA DE SOUZA GUEDES	20	APROVADO
2º	222	HERCULES JOSE DE SOUZA	20	APROVADO
3º	333	GUILHERME DUARTE PAIXÃO	20	APROVADO
4º	62	WILLIAN SILVA DO NASCIMENTO	20	APROVADO
5º	439	LAURO QUERINO DOS SANTOS	19	APROVADO
6º	440	RITA DE CASSIA GERMANO PINTO	19	APROVADO
7º	190	MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA	19	APROVADO
8º	271	ISRAEL MAURICIO FLORENTINO FILHO	18	APROVADO
9º	455	ADSON FERNANDES DA SILVA	18	APROVADO
10º	472	GLEYSIANE FERNANDES RIBEIRO - 07/03/1986	18	APROVADO

11º	159	BRUNO JOSÉ GONÇALVES DE SOUZA - 07/09/1998	18	APROVADO
12º	81	RAQUEL MARGARETE DE ASSIS CALIXTO	17	APROVADO
13º	309	ANA LUCIA CIRILO GRIZOTI	17	APROVADO
14º	502	PEDRO JOSÉ PEREIRA	17	APROVADO
15º	82	VANUSA APARECIDA DE ALMEIDA	17	APROVADO
16º	491	SOLANGE ALVES DE ARAUJO LIMA	16	APROVADO
17º	320	WANDERSON ALVES DE OLIVEIRA	15	APROVADO

PROFESSOR II – 6º A 9º ANO - EDUCAÇÃO FÍSICA

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	418	LUCAS FERNANDO DE SOUZA MARTINS	26	APROVADO
2º	153	LUCAS SILVA OLIVEIRA	26	APROVADO
3º	465	LEONARDO FERNANDES RODRIGUES MOTA	24	APROVADO
4º	117	MARCOS VINICIUS GUILHERME SANTOS	24	APROVADO
5º	555	PABLO YGOR TRINDADE CORTES	23	APROVADO
6º	313	ANDERSON SILVA MACHADO	22	APROVADO
7º	113	JOAO ROBERTO SOARES JUNIOR	21	APROVADO
8º	503	DIEGO JOSÉ DO CARMO NETO	21	APROVADO
9º	404	BRUNA CRISTINA LEITE ALVES	21	APROVADO
10º	52	DIEGO OLIVEIRA CUNHA	20	APROVADO
11º	168	GABRIEL LUIZ MEDEIROS PREVATTO	19	APROVADO
12º	68	HENRIQUE PARANHOS OLIVEIRA	18	APROVADO
13º	356	WALDIR DE MEIRA ALBUINE QUIODINI	17	APROVADO
14º	86	DIANE FLAVIANE	17	APROVADO
15º	186	JACIARA MATOS DE ANDRADE BOUZADA	16	APROVADO
16º	535	MAICON LUIZ NETO DA SILVA	16	APROVADO
17º	212	MARIA HELENA AZEVEDO DE FREITAS GOULART	15	APROVADO
18º	227	MAURO CÉSAR DE OLIVEIRA FERREIRA	15	APROVADO

PSICÓLOGO

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	38	MARINA ANTÔNIA DE FARIA	27	APROVADO
2º	3	FÁBIO JOSÉ DE FREITAS ARAÚJO	25	APROVADO
3º	51	MARINA GIL NERY	25	APROVADO
4º	131	TATIANA CARLOS DE SOUSA	25	APROVADO
5º	451	JOYCE DE MELO ALVES	24	APROVADO
6º	449	CARLA CHIARELLI ANDRADE FERRAREZ DE MATOS	23	APROVADO
7º	257	DAYANE R SERAFIM	23	APROVADO
8º	388	LAVÍNIA SILVA MARTINS	23	APROVADO
9º	259	LÍVIA ANACLETO DA MATTA	22	APROVADO
10º	292	SAMUEL FALEIRO PINTO RODRIGUES	22	APROVADO
11º	154	NAJARA ANICETO DA SILVA	22	APROVADO
12º	218	SARA CRISTINA DE SOUZA FREITAS	21	APROVADO
13º	561	BIANCA DE FREITAS SILVA	19	APROVADO
14º	27	DÉBORA MARLEN BARBOSA MOREIRA	19	APROVADO
15º	240	GABRIEL REIS DE SOUZA	19	APROVADO
16º	296	AMANDA DE LIMA FERREIRA	18	APROVADO
17º	351	RAFAELA NAZÁRIO INÁCIO PEREIRA	18	APROVADO
18º	315	IONARA MAIA RODRIGUES	17	APROVADO
19º	189	BEATRIZ HASTENREITER DA SILVA	15	APROVADO

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	136	LÍDIA DE JESUS CARDOSO TAVARES	25	APROVADO
2º	111	WEBSTER LUIZ GERMANO DE OLIVEIRA	21	APROVADO
3º	460	NATAN ALBERTO DOS SANTOS SILVA	21	APROVADO
4º	102	RAFAELA DE FREITAS CÂNDIDO ASSIS	21	APROVADO
5º	11	GUILHERME ROSA DA SILVA	18	APROVADO

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	187	LÍVIA DE SOUZA MOREIRA	26	APROVADO
2º	244	RAISSA ARIANE FERREIRA	24	APROVADO
3º	21	LUARA GOMES LOPES	24	APROVADO
4º	401	ELISANGELA DE FARIA MOREIRA ANDRADE	24	APROVADO
5º	289	DAIANE FREITAS DE OLIVEIRA	23	APROVADO
6º	87	ELIEZER VIEIRA MACHADO	23	APROVADO
7º	510	JÚLIA MARIA BANI DE LIMA	23	APROVADO
8º	338	MARIANA FRANCHINI VANCINI DE SOUZA BELAN	23	APROVADO
9º	23	LORRANY ITALI GARCIA DE OLIVEIRA	22	APROVADO
10º	71	CLEIDSON SILVA SOUZA	22	APROVADO
11º	521	VANESSA TEIXEIRA DE MELO SOUZA	21	APROVADO
12º	239	RÔNYA KRYS FERREIRA DE OLIVEIRA	21	APROVADO
13º	135	RAYANE LOPES DE OLIVEIRA ALVES	20	APROVADO
14º	103	LUANA DA SILVA SANTOS DIAS	20	APROVADO
15º	524	CRENILDA BONIFACIO SILVA	20	APROVADO
16º	198	MIRIAN JOSE DOS SANTOS RIBAS	20	APROVADO
17º	151	TATIANE APARECIDA MOREIRA DA COSTA	20	APROVADO
18º	114	ANDERSON FERNANDES DA SILVA	19	APROVADO
19º	480	SOLIANE DE ASSIS	19	APROVADO
20º	415	RENATA MACHADO LAUREANO	19	APROVADO

21º	364	VANIA MARIA DE ALMEIDA	19	APROVADO
22º	5	SUELEN FERNANDA DA COSTA SOUZA	18	APROVADO
23º	399	ANA CRISTINA DA CRUZ PEREIRA	18	APROVADO
24º	138	ANGÉLICA SANTOS SOUZA SILVA	18	APROVADO
25º	370	ANA CLAUDIA MARTINS LACERDA	18	APROVADO
26º	414	NAQUEL CRISTINA DE PAIVA BARBOSA	17	APROVADO
27º	223	GRAZIELA OLIVEIRA	17	APROVADO
28º	452	ELICA SILVA	17	APROVADO
29º	95	CLAUDINA MARIA DA SILVA	17	APROVADO
30º	380	MARIA JOANA NONATO AZEVEDO	17	APROVADO
31º	161	IZABELLE STEFANY DA SILVA	17	APROVADO
32º	215	ADRIANA DA NATIVIDADE MORAES	17	APROVADO
33º	120	SARAH LAVIOLA	16	APROVADO
34º	196	JESSYKA GRAZIELLE DUMAS CASTRO	16	APROVADO
35º	163	LUCAS GILVANE DE ANDRADE SANTOS	16	APROVADO
36º	366	FLAVIANE APARECIDA PIMENTEL NASCIMENTO	15	APROVADO
37º	548	JULIANA DOS SANTOS RAMOS	15	APROVADO
38º	406	ANA CLAUDIA DA SILVA SOUZA - 19/02/1979	15	APROVADO
39º	467	SHEILA MARQUES DOS SANTOS VICENTE - 24/05/1981	15	APROVADO

TERAPEUTA OCUPACIONAL

POSIÇÃO	CODIGO	NOME DO CANDITADO	NOTA FINAL	SITUAÇÃO FINAL
1º	250	BRUNO LUIZ DA SILVA MIRANDA	18	APROVADO

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:91002E08

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1778 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"Concede reajuste salarial aos profissionais da Educação Básica do município de Miradouro."

A Câmara Municipal de Miradouro – MG, no uso de suas atribuições legais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedido aos profissionais da Educação Básica do Município de Miradouro/MG, o reajuste salarial anual de 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento), incidentes sobre a Tabela de Vencimentos vigente no mês de maio de 2026, estabelecida na Lei Municipal nº 1.720/2025, de 09 de junho de 2025.

Art. 2º. O ANEXO III da Lei nº 1.401 /2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO	
ANEXO III – LEI 1.401/2015	
TABELA DE VENCIMENTOS	
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE	
CARGO	VENCIMENTO
Diretor Escolar	R$ 4.972,80
Diretor Programa Tempo Integral	R$ 4.972,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO			
ANEXO IV – LEI 1.401/2015			
TABELA DE VENCIMENTOS			
NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE			
PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			
SÍMBOLO DE VENCIMENTOS	VENCIMENTO HORA OU HORA/AULA EM R$	SÍMBOLO DE VENCIMENTOS	VENCIMENTO HORA OU HORA/AULA EM R$
N01	R$ 24,44	N24	R$ 30,73
N02	R$ 24,68	N25	R$ 31,04
N03	R$ 24,93	N26	R$ 31,35
N04	R$ 25,18	N27	R$ 31,66
N05	R$ 25,43	N28	R$ 31,98
N06	R$ 25,69	N29	R$ 32,30
N07	R$ 25,94	N30	R$ 32,62
N08	R$ 26,20	N31	R$ 32,95
N09	R$ 26,47	N32	R$ 33,28
N10	R$ 26,73	N33	R$ 33,61
N11	R$ 27,00	N34	R$ 33,95
N12	R$ 27,27	N35	R$ 34,28
N13	R$ 27,54	N36	R$ 34,63
N14	R$ 27,81	N37	R$ 34,97
N15	R$ 28,09	N38	R$ 35,32
N16	R$ 28,37	N39	R$ 35,68
N17	R$ 28,66	N40	R$ 36,03
N18	R$ 28,94	N41	R$ 36,39
N19	R$ 29,23	N42	R$ 36,76
N20	R$ 29,53	N43	R$ 37,13
N21	R$ 29,82	N44	R$ 37,50
N22	R$ 30,12	N45	R$ 37,87
N23	R$ 30,42	N46	R$ 38,25

Art. 3º. O reajuste salarial concedido terá efeito retroativo a 01 de janeiro de 2026.

Art. 4º. As diferenças apuradas, relativas aos meses de janeiro a julho de 2026, serão pagas em 02 (duas) parcelas nos meses de novembro e dezembro de 2026.

Art. 5º. Revogando as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miradouro, 24 de agosto de 2026.

CLOVES DA SILVA BOTELHO
Prefeito Municipal de Miradouro

Publicado por:
Allan Martins Raposo
Código Identificador:71A849A4

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MURIAÉ

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
1º ADITIVO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO 1º ADITIVO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025 - OBJETO: AJUSTA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 015/2025, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO COMUTADO (STFC), COMPATÍVEL COM O EQUIPAMENTO PABX IP HIBRIDO EXISTENTE NO DEMSUR, INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA LOCAL, COM TECNOLOGIA SIP E COM FACILIDADES DE COMUNICAÇÕES UNIFICADAS, PARA A REALIZAÇÃO DE LIGAÇÕES TELEFÔNICAS E SERVIÇO DE GESTÃO TELEFÔNICA PARA DIGITRONCO, 0800 E 115, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AUTARQUIA, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, NOS TERMOS PREVISTOS EM SUA CLÁUSULA 2ª (SEGUNDA) – DO PRAZO, INICIANDO-SE EM 26/08/2026 E ENCERRANDO-SE EM 26/08/2027, EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 107 DA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021 E SUAS ALTERAÇÕES - CONTRATADA: **ACTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ N° 71.228.209/0001-55** – VALOR TOTAL: 25.399,80 (VINTE E CINCO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS) DATA: 20/08/2026 –

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA –
Diretora Geral Do DEMSUR.

Seq.	Item	Descrição/Especificação	UN	Quant.	Unitário	Total
1	12992	LINK TELEFONIA 06CH SIMULTÂNEOS. SINALIZAÇÃO DE ENTREGA R2.	MEN	12	R$ 744,97	R$ 8.939,64
2	12950	MANUTENÇÃO 01 CENTRAL PABX HÍBRIDA ISION IP 1500 FABRICANTE LEUCOTRON. EQUIPADO COM: - 16 CANAIS MG, 16 RAMAIS ANALÓGICOS15 RAMAIS IP.(INSTALADA NA GÁVEA)	MEN	12	R$ 378,39	R$ 4.540,68
3	12949	MANUTENÇÃO 01 CENTRAL PABX HÍBRIDA ISION IP 1600 FABRICANTE LEUCOTRON. EQUIPADO COM: - 16 CANAIS MG, 56 RAMAIS ANALÓGICOS, 05 RAMAIS IP, 21 TRONCOS IP, 01 CONTACTION TELEFONISTA, 05 PA CALL CENTER,01 - INTERFACE CELULAR, 01 SISTEMA AVALI-E PARA CHAMADAS RECEBIDAS,01 GRAVADOR DE 5 POSIÇÕES.(INSTALADA DEMSUR ADMINISTRATIVO)	MEN	12	R$ 411,90	R$ 4.942,80
4	12991	SERVIÇO DE GESTÃO TELEFÔNICA PARA DIGITRONCO, 0800 E 115.	MEN	12	R$ 581,39	R$ 6.976,68

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:74F48863

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E OUTROS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS – TABELA CILIA PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS PERTENCENTES À FROTA DESTA AUTARQUIA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DOS ANEXOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026 - **DETENTORA: NACIONAL DIESEL DE MURIAE LTDA – CNPJ Nº 55.330.554/0001-49 -** VALOR TOTAL: DESCONTO PERCENTUAL DE 49,99%, SOB A TABELA CILIA, SENDO O VALOR ESTIMADO DE R$ 480.000,00 PARA PEÇAS DE VEÍCULOS PESADOS E R$ 525.540,60 PARA SERVIÇOS (HORA HOMEM TRABALHADA) REFERENTE A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS - DATA DE ASSINATURA: 21/08/2026 – VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/08/2027 –

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA –
Diretora Geral Do DEMSUR.

Empresa: NACIONAL DIESEL DE MURIAE LTDA – CNPJ nº 55.330.554/0001-49, com percentual de 49,99% de desconto						
Item	**Quant**	**Un**	**Descrição**	**V. Total – Tabela de Peças**	**V. Total - Serviços**	**Desconto Percentual**
1	1	TAB	PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DE **VEÍCULOS PESADOS**, PERTENCENTES A FROTA DESTA AUTARQUIA- TABELA CILIA	R$ 480.000,00	R$ 525.540,60 3.330 horas - R$ 157,82	**49,99%**
Valor estimado total: **R$ 1.005.540,60** (um milhão e cinco mil, quinhentos e quarenta reais e sessenta centavos).						

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:FF2156DE

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO
CONTRATO Nº 026/2026 - ADESÃO 009/2026

O DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO TORNA PÚBLICO A REALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2026 - PROCESSO DE LICITAÇÃO ADESÃO Nº 009/2026 – OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTES E VIDRARIAS PARA LABORATÓRIO PARA ESTA AUTARQUIA ATRAVÉS DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026 ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – PROCESSO Nº 007/2026 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS – CISAB/ZM, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. – **CONTRATADA: PHL DISTRIBUIDORA LABORATORIAL LTDA - CNPJ: 35.865.938/0001-59 -** VALOR TOTAL: R$ 10.146,16 (DEZ MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS) - DATA DE ASSINATURA: 20/08/2026 – VIGÊNCIA: 24/08/2026 A 24/08/2027 -

PATRICI DE PAULA COELHO PEDROSA -
Diretora Geral do DEMSUR.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
26	CALDO LACTOSE com as seguintes características: Caldo Lactose para identificação de coliformes totais pela em água; Frasco 500 gramas;	UN	1	**R$ 320,00**	**R$ 320,00**
91	SOLUÇÃO DE CLORETO DE POTÁSSIO 3 M com as seguintes características: Com certificado de análise; Frasco com 250 mL; Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega.	UN	6	**R$ 22,00**	**R$ 132,00**
96	SOLUÇÃO INDICADORA AZUL DE BROMOTIMOL 0,1% com as seguintes características: Solução utilizada como indicador visual para determinação aproximada de pH de uma solução; Frasco de 100 mL. Validade no mínimo 1 ano a partir da data de entrega	UN	50	**R$ 32,00**	**R$ 1.600,00**
119	BALÃO VOLUMÉTRICO 1000 mL com as seguintes características: Classe A; Fabricado em vidro borossilicato transparente de alta resistência química; Tolerância de volume: ± 0,30 mL; Formato do fundo: Chato (base plana); Rolha/tampa de polietileno de alta densidade (PEAD), perfeitamente ajustável e de fácil vedação; Linha de aferição gravada, nítida, permanente e resistente a agentes químicos.	UN	3	**R$ 51,90**	**R$ 155,70**
123	BÉQUER EM POLIPROPILENO 1000 mL com as seguintes características: Autoclavável a 121°C; Forma baixa; Com bico de vazamento cônico; Com graduação em silkscreen; Subdivisão 50/50mL	UN	10	**R$ 10,67**	**R$ 106,70**
124	BÉQUER EM POLIPROPILENO 150 mL com as seguintes características: Autoclavável a 121°C; Forma baixa; Com bico de vazamento cônico; Com Graduação em silkscreen; Subdivisão 10/10mL.	UN	10	**R$ 3,92**	**R$ 39,20**
125	BÉQUER EM POLIPROPILENO 400 mL com as seguintes características: Autoclavável a 121°C; Forma baixa; Com bico de vazamento cônico; Com Graduação em silk-screen; Subdivisão 50/50mL	UN	10	**R$ 7,77**	**R$ 77,70**
126	BÉQUER EM VIDRO 100 mL com as seguintes características: Fabricado em vidro borossilicato transparente; Forma baixa; Com bico vertedor; Intervalo de graduação: 10 mL; Cor da graduação branca, nítida e permanente.	UN	2	**R$ 4,48**	**R$ 8,96**
144	CUBETA REDONDA DE VIDRO 24,5 mm com as seguintes características: Tampa rosqueável; 24,5 mm diâmetro; Altura total de 60 mm; Compatível com medidores Digimed; Caixa com 3 unidades.	UN	5	**R$ 1.370,00**	**R$ 6.850,00**
186	PIPETADOR TIPO PI-PUMP 02 mL com as seguintes características: Fabricado em polipropileno (PP) resistente; Adaptador de silicone compatível com pipetas de vidro ou plástico; Contém roldana móvel para aspiração e válvula de pressão para a dispensa total ou parcial de volume; Cor azul; Capacidade até 2 mL	UN	6	**R$ 21,00**	**R$ 126,00**
187	PIPETADOR TIPO PI-PUMP 10 mL com as seguintes características: Fabricado em polipropileno (PP) resistente; Adaptador de silicone compatível com pipetas de vidro ou plástico; Contém roldana móvel para aspiração e válvula de pressão para a dispensa total ou parcial de volume; Cor verde; Capacidade até 10 mL.	UN	6	**R$ 21,00**	**R$ 126,00**
192	PROVETA DE POLIPROPILENO 10 mL com as seguintes características: Graduada em silkscreen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 0,2 mL.	UN	10	**R$ 3,99**	**R$ 39,90**
194	PROVETA DE POLIPROPILENO 1000 mL com as seguintes características: Graduada em silkscreen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 10 mL.	UN	10	**R$ 39,00**	**R$ 390,00**
197	PROVETA DE POLIPROPILENO 500 mL com as seguintes características: Graduada em silk-screen; Autoclavável, Base hexagonal; Subdivisão: 10 mL.	UN	10	**R$ 17,40**	**R$ 174,00**

Publicado por:
Brenda Lacerda Bertussi
Código Identificador:B2C1BF48

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EDITAL PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS Nº 01/2026

O Município de Paracatu/MG, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que "Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e nº 9.790, de 23 de março de 1999; Decreto Municipal nº 6.707, de 2 de maio de 2023, que "Regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências"; Lei Federal nº 14.692, de 03 de outubro de 2023, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para possibilitar ao doador de recursos aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente a indicação da destinação desses recursos, na forma que especifica"; Resolução do Conanda nº 137/2010, de 21 de janeiro de 2010, "Dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências" e Resolução do Conanda nº 194/2017, de 10 de julho de 2017, que "Inclui o parágrafo 2º do artigo 16 da Resolução nº 137, de 21 de janeiro de 2010" **TORNA PÚBLICO** o presente Edital de Chamamento Público para Chancela de Projetos Governamentais e Não-governamentais para captação de recursos que tenham por objeto a execução de programas e ações com projetos voltados à promoção, proteção e defesa de direitos da criança e adolescente, por intermédio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Paracatu/MG.

1. DAS FINALIDADES E OBJETIVOS DO EDITAL

1.1. O Edital tem como finalidade realizar parceria de interesse público, buscando o recebimento, avaliação, aprovação e chancela de projetos governamentais e não-governamentais para captação de recursos.

Parágrafo único. A chancela deverá ser entendida como a autorização para captação de recursos por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a finalidade de viabilizar a execução dos projetos aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

1.2. O objetivo é avaliar e aprovar projetos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil que atendam a Crianças e Adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, que versam sobre a execução de programas/projetos voltados a promoção, proteção e defesa de seus direitos através de ações complementares e inovadoras às políticas sociais básicas, para residentes no município Paracatu/MG.

1.3. Os projetos devem ser destinados ao financiamento de ações relativas, incluídas medidas de acessibilidade que assegurem a participação plena de crianças e adolescentes com deficiência ou mobilidade reduzida, observadas condições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal, com a incorporação de indicadores de acessibilidade e inclusão, com formatos acessíveis (Libras, audiodescrição, legendagem, linguagem simples, recursos de leitura fácil, entre outros):

a) Desenvolvimento de serviços e programas complementares e inovadores, por tempo determinado, voltados à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

b) Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar, na forma do disposto no art. 227, §3º, VI, da Constituição Federal e do art. 34 da Lei nº 8.069, de 1990;

c) Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

d) Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

e) Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

f) Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

1.4. Os projetos deverão contemplar o atendimento à criança e ao adolescente por meio dos seguintes objetivos:

a) Enfrentar ou prevenir situações de risco, violências e violações de direitos que limitam ou impedem a continuidade da trajetória escolar de crianças e adolescentes;

b) Ampliar o acesso das crianças e adolescentes à cultura, à arte, ao esporte, ao lazer e ao brincar, à ciência e à tecnologia, criando oportunidades de aprendizagem que promovam seu desenvolvimento integral e potencializem seu desempenho escolar;

c) Atuar em perspectiva intersetorial, articulando e integrando ações da área educacional com ações da assistência social, da saúde, da cultura, da segurança e de outras políticas setoriais, para criar condições que favoreçam a inclusão, permanência e bom desempenho das crianças e adolescentes na escola, assim como seu desenvolvimento integral;

d) Mobilizar e apoiar as famílias para que elas valorizem e acompanhem a inclusão, a permanência e o desenvolvimento de seus filhos na escola e em outros serviços e programas voltados à proteção social e à educação integral de crianças e adolescentes;

e) Mobilizar e apoiar o envolvimento e o protagonismo das crianças e adolescentes em atividades voltadas à prevenção de violências, ao conhecimento da realidade e à promoção da convivência democrática no interior das escolas e nas comunidades locais.

Parágrafo único. Cada projeto deverá apresentar indicadores quantitativos e qualitativos de avaliação de resultados, compatíveis com seus objetivos e metas, de modo a permitir o acompanhamento, monitoramento, avalição da efetividade das ações, a eficiência do uso dos recursos e mensuração do impacto social gerado.

1.5. O procedimento de seleção reger-se-á, conforme o Decreto Municipal nº 6.707/2023, e Lei Municipal Complementar nº 157/2023, pela Lei nº 13.019/2014, pelas atualizações advindas da Lei nº 13.204/2015 e pelas condições previstas neste edital.

1.6. As Organizações de Sociedade Civil - OSC que tiverem projetos aprovados receberão Certificação de Captação de Recursos expedida pelo CMDCA de Paracatu/MG com vistas a que busquem doações junto a pessoas jurídicas e pessoas físicas, permitindo às doadoras que obtenham renúncia integral dos valores investidos, nos termos da Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é categórico em afirmar, em seu artigo 4º: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária". De acordo com o Estatuto, é dever de todos prevenir a "ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente".

2.2. Entretanto, a proteção integral de crianças e adolescentes, assim como a atenção para o seu desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural devem ser garantidos, sendo de responsabilidade do Estado, da família e da sociedade a sua promoção, proteção e defesa. E diante dos conquistados avanços na normatização da garantia de direitos e na política de proteção a crianças e adolescentes, se faz necessário a integração do governo municipal, sociedade civil e demais atores envolvidos no Sistema de Garantias de Direitos.

2.3. Por conseguinte, o presente edital propende ao cumprimento da Política de Proteção Integral da Criança e do Adolescente através da aprovação de projetos que venham de encontro a esta política, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar, dar visibilidade e incentivar as práticas das entidades governamentais e não governamentais, como forma de contribuir para a promoção, garantia, defesa e atendimento de crianças e adolescentes.

3. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1. Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil assim consideradas e definidas no art. 2º, inciso I, alíneas "a", "b" e/ou "c", da Lei nº. 13.019/2014 que possua, entre seus objetivos estatutários ou regimentais, compatibilidade com o objeto deste edital e possua atuação e desenvolvimento de projetos no Município de Paracatu/MG.

3.2. Somente poderão participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil com registro aprovado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Paracatu/MG – CMDCA.

3.3. Ter existência ativa por pelo menos um ano da data da publicação deste edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

4.1. Os projetos serão recebidos em dias úteis de segunda a sexta-feira nos horários de 08h00 às 10h50 e das 13h00 às 17h50 no período previsto do edital via protocolo da Prefeitura Municipal de Paracatu, endereçado à Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida São João Paulo II, nº 2045, Bairro: Paracatuzinho, CEP: 38603-401.

4.2. As propostas devem ser encaminhadas em envelope distinto, opaco e lacrado, identificado juntamente com o Certificado de participação de seus representantes em capacitações da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023, Certificado de Inscrição atualizado no Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente/CMDCA conforme o modelo abaixo:

PROPOSTA DE TRABALHO

IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

“NOME DO PROJETO”
EDITAL PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS Nº 01/2026
AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

4.3. O prazo máximo de execução dos projetos será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante justificativa das Organizações da Sociedade Civil - OSC e aprovação do CMDCA.
4.4. Os projetos contemplados com recursos chancelados, deverão iniciar a execução no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a liberação do recurso, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa da OSC e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.
4.5. Os projetos contemplados com recursos chancelados, que não seguirem os prazos máximos para iniciar a execução do projeto, terão revertido os valores para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.
4.6. Será fixado o limite de 10% (dez por cento) do valor total do projeto para despesas destinadas à captação de recursos, este deverá estar previsto no plano de trabalho, conforme Resolução nº 004/2026/CMDCA.
4.7. Cada Organização de Sociedade Civil - OSC ou órgão da Administração Pública Municipal vinculada à política da Assistência Social poderá apresentar 1 **(um) projeto, nos seguintes termos**:
Parágrafo Único. O valor do projeto será de até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
a) O valor do projeto mencionado no parágrafo primeiro poderá ser utilizado tanto para custeio quanto investimento.

5. DA AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DOS PROJETOS

5.1. Os projetos serão avaliados em reunião ordinária/extraordinária realizada pelos membros do CMDCA, na qual serão analisados os seguintes itens, que deverão constar no parecer de aprovação do Conselho:
a) Participação em capacitações da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023;
b) Compatibilidade do valor solicitado com o projeto e o porte da Entidade;
c) Coerência entre os objetivos, metodologia e orçamento;
d) Relevância da ação em relação à criança e ao adolescente e impacto social esperado;
e) Viabilidade técnica e as condições para o desenvolvimento e aplicabilidade do Plano de Trabalho;
f) Diferencial da proposta e abrangência do público-alvo.
5.1.1. As propostas protocoladas de acordo com o estabelecido neste edital serão analisadas segundo os critérios abaixo:

Critérios	Itens do Critério	Pontuação
I. Participação, constando mínimo de 20 horas, em capacitações da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023	Nível de conhecimento e aplicabilidade da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023, visando garantir que as parcerias entre poder público e OSC’s sejam feitas com responsabilidade, legalidade, eficiência e foco no interesse público	**Até 15 pontos**
II. Compatibilidade do valor solicitado com o projeto e o porte da Entidade	Detalhamento e suficiência de informações	**Até 15 pontos**
III. Coerência entre os objetivos, metodologia e orçamento.	Efetividade da ação na promoção do acesso aos direitos fundamentais	**Até 15 pontos**
IV. Relevância da ação em relação à criança e ao adolescente e impacto social esperado	Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes	**Até 15 pontos**
V. Viabilidade técnica e as condições para o desenvolvimento e aplicabilidade do Plano de Trabalho	Identificar as condições técnicas do proponente para a execução do projeto proposto e atuação na execução de projetos anteriores	**Até 15 pontos**
VI. Diferencial da proposta e abrangência do público-alvo	Identificar se há inovação e originalidade no projeto	**Até 25 pontos**
Total		**100 pontos**

5.1.2. Deverá ser apresentado juntamente com a proposta, no mesmo envelope distinto, opaco e lacrado, identificado conforme o item 4.2, o Certificado de participação em capacitações em que as OSC’s, por meio de seus representantes participaram, conforme Item I da tabela acima.
5.2. Serão considerados “habilitados” os projetos cuja pontuação for igual ou superior a 60 pontos.
Parágrafo único. Caso constatado alguma irregularidade em relação ao item 5.1 ou caso o projeto não esteja em consonância com as diretrizes apresentadas nos itens 1.3 e 1.4, poderá o conselho reprovar o projeto ou solicitar a devida regularização num prazo de 20 dias.
5.4. Na eventualidade de uma Organização de Sociedade Civil - OSC cujo um membro tenha assento no CMDCA apresentar projeto, o seu conselheiro representante deverá se abster de participar da avaliação/seleção e aprovação dos projetos inscritos neste edital.
5.5. Para subsidiar seus trabalhos o CMDCA poderá solicitar assessoramento técnico de especialista.
5.6. O Conselho poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade, igualdade e da transparência.
5.7. A aprovação do projeto deverá constar em ata de reunião do conselho que deliberou sobre a aprovação do projeto, ser publicada no Diário Oficial dos Municípios e no portal da transparência do sistema de gestão de parcerias do município de Paracatu/MG.
5.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento VI, persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento I, II, III, IV e V. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

6. DA CERTIFICAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

6.1. Os projetos aprovados serão devidamente publicados no Diário Oficial dos Municípios - DOM, com as respectivas informações a respeito da aprovação, bem como o prazo de captação, nos seguintes termos: Número do Projeto; Data da Aprovação; Número da Ata; Proponente; CNPJ; Título; Valor Autorizado para Captação; Prazo de Captação; Dados Bancários.
6.2. A publicação no Diário Oficial dos Municípios sobre a aprovação do projeto constitui a certificação para a captação de recursos.
6.3. O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos deverá ser de 12(doze) meses e poderá ser prorrogado por igual período.
6.4. O Proponente do projeto aprovado será o único responsável pela captação dos recursos, que deverá apresentar seus projetos a potenciais doadores e/ou patrocinadores e (pessoas físicas ou jurídicas), sendo que no ato do depósito na conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente o recurso ficará vinculado ao projeto, constando no recibo de doação emitido pelo Fundo o nome do projeto patrocinado.
Parágrafo único. A captação de que trata o item anterior deverá ser comprovada por meio do recibo (cópia) de transferência eletrônica, depósito bancário ou outro comprovante equivalente, e deverá conter informações mínimas necessárias à sua identificação no respectivo fundo municipal.
6.5. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá observar a Resolução nº 004/2026/CMDCA e o presente Edital, fixado o percentual de 20% (vinte por cento) do valor captado para retenção dos recursos, em cada chancela, retidos para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme disposto no artigo 260, inciso V, da Lei n.º 8.069/1990, incluído pela Lei n.º 14.692/2023, os quais serão destinados à universalização da política de atendimento à Criança e Adolescente ou para repasse a outros projetos que não conseguiram captação de recursos, com base em definição específica do Conselho.

6.6. Quando a receita captada for insuficiente para o financiamento total do projeto, poderá a Entidade redimensioná-lo com base em novo Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA compatibilizando-o com o valor arrecadado, observando-se as prioridades nele consignadas, desde que mantido o seu objeto.
§1º. Para solicitar início de execução do projeto a entidade terá que ter captado, obrigatoriamente, no mínimo 30% do valor total, sendo que para isso deverá apresentar ao Conselho um Plano de Trabalho ajustado do projeto, de acordo com a nova realidade financeira.
§2º. Na apresentação do ajuste do Plano de Trabalho não poderá ser alterado o objeto do projeto, e devem somente ser suprimidas despesas, não podendo ser acrescentados ou substituídos itens.
§3º. O prazo máximo para ajuste de Plano de trabalhos é de 20 dias, a contar da comunicação formal do aceite do pedido.
6.7. O Município de Paracatu, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, apresentará a Declaração de Benefício Fiscais a Receita Federal nos prazos previstos na legislação.
6.8. O repasse dos recursos captados será feito por meio de Termo de Fomento firmado entre o Município e a Entidade, figurando o CMDCA de Paracatu/MG como interveniente através do Fundo Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, ou ainda, quando couber, poderá ser celebrado Termo de Colaboração entre o Município, a Entidade e o Fundo Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, ambos regidos pela legislação municipal, estadual e federal pertinentes.

7. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO OU TERMO DE COLABORAÇÃO

7.1. Para a celebração do Termo de Fomento ou Termo de Colaboração após a captação de recursos, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:
a) Ter objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
b) Previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta.
c) Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
7.2. Para fins de padronização de documentação, a OSC deverá apresentar, na oportunidade de celebração da parceria junto ao Município, a seguinte documentação:
I - Cópia do estatuto/ato constitutivo registrado e eventuais alterações, devidamente registrado na serventia competente ou certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial;
II - Cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;
III - Comprovante de abertura de conta corrente e de aplicação, ou extrato bancário sem qualquer movimentação financeira, quando o Secretário responsável pela parceria não indicar a instituição financeira e providenciar a abertura da conta;
IV - Declaração que a conta corrente apresentada é isenta de tarifa bancária, esclarecendo que, não sendo caso de isenção, a OSC se responsabilizará pelo pagamento de eventuais tarifas quando ocorrer;
V - Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;
VI - Comprovação de no mínimo 01 (um) ano de existência da OSC, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal - SRF, com base no CNPJ;
VII - Cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado;
VIII - Comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e com entidades da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou outras OSC;
b) relatório de atividades com comprovação das ações desenvolvidas, devidamente comprovadas;
c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
d) currículos profissionais de integrantes da OSC sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou de projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, OSC, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;
f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;
IX - Declaração de instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, comprovadas através de Declaração de Capacidade de Desenvolvimento das Atividades, não sendo necessária a comprovação de capacidade instalada prévia;
X - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, a Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros, e à Dívida Ativa da União (CND), da Secretaria da Receita Federal - SRF;
XI - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
XII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
XIII - Certidão Negativa de Débitos Estadual;
XIV - Certidão Negativa de Débitos Municipal;
XV - Registro da OSC em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar parceria com o Município;
XVI - Declaração do dirigente da entidade, com identificação de seu nome completo, Número da carteira de identidade, Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, esclarecendo que:
a) a OSC não deve Prestação de Contas a quaisquer órgãos ou entidades;
b) a OSC e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 45 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014;
c) a OSC assume responsabilidade pessoal pelo recebimento, aplicação e Prestação de Contas dos recursos que receber à conta da parceria, bem como os da devida contrapartida, caso houver.
d) declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz;
e) declaração, sob as penas da lei, de que não emprega ninguém em regime de escravidão;
f) declaração, sob as penas da lei, de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título pela OSC, com recursos repassados a servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.
XVII - Comprovação de que a instituição dispõe de pessoal habilitado para execução do projeto, quando assim exigir a natureza do objeto da parceria.
§1º. Poderá o Município, para os efeitos deste edital, realizar averiguação de regularidade fiscal da organização da sociedade civil, inclusive através de consulta formal aos órgãos competentes.
§2º. A comprovação de que possuem equipamentos, condições materiais e instalações para atender as atividades da parceria, que poderá ser comprovada através dos seguintes documentos:
I - Declaração da organização contendo os equipamentos, materiais e as instalações que possui, de forma ordenada e detalhada;

II - A comprovação por meio de mídia ou registro fotográfico dos equipamentos, materiais e instalações.
§3º. A organização deverá manter as condições de habilitação disciplinadas neste Edital, durante o prazo de execução da parceria.
7.3. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista na Lei nº 13.019/14, a organização que, conforme art. 17 do Decreto Municipal nº 6.707/2023:
I - Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
II - Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
III - Tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental que será celebrada a parceria, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
IV - Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:
a) For sanada a irregularidade que motivou a rejeição, ou caso exista um acordo entre a entidade e a Administração Pública para parcelamento do débito e, desde que os parcelamentos da dívida estejam amortizados.
b) For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
c) A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
V - Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
a) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
c) Suspensão temporária da participação em Chamamento Público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSC's da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) Declaração de inidoneidade para participar de Chamamento Público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
VI - Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;
VII - Tenha entre seus dirigentes pessoa:
a) Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 08 (oito) anos;
b) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
c) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021.
§1º. Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada à transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados, sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do Secretário Responsável pela parceria, sob pena de responsabilidade solidária.
§2º. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas.
Parágrafo único. Como comprovação de que não incorre nas alíneas do item 7.3 deverá ser apresentada pela OSC, no ato de convocação pela Administração Municipal, declaração da não ocorrência de impedimentos.
7.4. É vedada a celebração de parcerias que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado.
7.5 É vedada a utilização dos recursos da parceria nas seguintes despesas, conforme art. 71, §3º do Decreto Municipal nº 6.707/2023:
I - Realização de eventos que cobrem ingressos ou que recebam qualquer outro tipo de receita, salvo quando forem revertidas ao projeto, aplicadas em finalidade pública previamente definida ou creditadas ao respectivo órgão repassador, hipóteses que deverão estar especificadas no Plano de Trabalho;
II - Realização de recepção e festas que sejam de acesso restrito ao público;
III - Na realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência e em data anterior ou posterior ao prazo estabelecido para utilização do recurso;
IV - Pagamento de gratificações, serviços de consultoria, de assistência técnica e congêneres, a servidor ou a empregado que pertença aos quadros de pessoal do Município e da OSC, inclusive, com recursos de contrapartida, dos resultantes da venda de ingressos e dos recebidos de outros parceiros, salvo nas hipóteses previstas neste Decreto;
V - Pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros.
VI - Para pagamento de publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

8.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

ETAPA		PRAZOS
1	Publicação do Edital	**31/8/2026**
2	Período de pedido de Impugnação	**31/8 a 4/9/2026**
3	Análise dos pedidos de impugnação	**8/9 e 9/9/2026**
4	Apresentação das Propostas	**31/8 a 9/10/2026**
5	Avaliação das Propostas	**13/10 a 16/10/2026**
6	Divulgação do Resultado Preliminar	**21/10/2026**
7	Interposição de recursos contra do resultado preliminar	**21/10 e 23/10/2026**
8	Análise dos pedidos de Recursos	**26/10 e 27/10/2026**
9	Resultado Final e Homologação	**3/11/2026**

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes do orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.
9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do Fundo Municipal da Criança e Adolescente-FIA, resultantes da captação de recursos de cada proponente de projeto aprovado, autorizado pela Lei de Orçamento Anual - LOA vigente.
9.3. O exato valor a ser repassado será definido no Termo de Fomento ou Colaboração, observada o projeto apresentado e o recurso captado pela OSC.

Parágrafo único. A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

9.4. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso de cada projeto, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.5. A OSC é responsável, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, conforme planejamento da planilha orçamentária do Plano de Trabalho apresentado, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no plano de trabalho; deverá arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros transferidos pelo Município, sem que seja efetuado depósitos na conta bancária exclusiva para a parceria.

9.6. Os valores serão transferidos pelo Município para conta específica da parceria, conforme os dados informados pela Entidade parceira.

9.7. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria deverá ser realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§1º. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§2º. É vedada a realização de pagamentos em espécie e a realização de pagamentos em cheque, ressalvados os casos devidamente justificados e autorizados pelo gestor da parceira.

9.8. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos transferidos serão devolvidos à Administração Pública Municipal por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

9.9. As regras para a prestação de contas, bem como da fiscalização do uso do recurso serão estabelecidas no Termo de Fomento ou Colaboração, conforme cada caso.

10. DAS DESPESAS ADMITIDAS E VEDADAS

10.1. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

a) Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros);

d) Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

Parágrafo único. A destinação dos bens adquiridos com recursos da parceria, após o encerramento do projeto, será definida no Termo de Fomento ou Colaboração assinado entre o Município e a entidade proponente, respeitando a peculiaridade de cada projeto e o parecer do CMDCA de Paracatu a este respeito.

10.2. Conforme art. 80 do Decreto Municipal nº 6.707/2023, a parceria deverá ser executada em estrita observância às cláusulas avençadas e às normas pertinentes, inclusive as relativas a este Decreto, sendo **VEDADO**:

I - Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - Realizar despesas com taxa de administração, de gerenciamento ou outra similar;

III - Pagar, a qualquer título, de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em Lei específica ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Realizar despesas com taxas bancárias, observado o art. 51 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - Realizar despesas com publicidade, salvo quando previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

VI - Realizar despesa em data anterior à vigência da parceria;

VII - Efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo se o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

VIII - Alterar o objeto da parceria, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade o objeto da parceria.

Parágrafo único. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. O presente Edital será amplamente divulgado no portal da transparência da Prefeitura Municipal de Paracatu/MG, através do endereço eletrônico: *https://www.paracatu.mg.gov.br/* permanecendo disponível pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

11.2. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital através de Protocolo endereçado ao CMDCA, no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Paracatu, de 8h às 10h50 e de 13h às 17h50, entre os dias **31/8 a 4/9/2026**.

11.3. O presente edital estará disponível para o envio de propostas entre os dias **1/9 a 3/10/2026.**

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.5. As OSC's poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, através de Protocolo endereçado ao CMDCA, no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Paracatu, de 8h às 10h50 e de 13h às 17h50, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação.

11.6. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo final inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos deverão ser encaminhados, exclusivamente de forma eletrônica, para o e-mail: *conselhosparacatu@gmail.com.*

11.8. É recomendável a leitura integral da legislação a qual este edital foi embasado, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não as conhecem, seja para deixar de cumpri-las, seja para evitar as sanções cabíveis.

11.9. O Município de Paracatu, a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescência - CMDCA resolverão os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a Administração Pública.

11.10. Todos os custos decorrentes da elaboração dos projetos e quaisquer outras despesas correlatas à participação da organização governamental ou não-governamental no presente Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da Administração Municipal.

Paracatu/MG, 20 de agosto de 2026.

MELINA CARPES MALESCHA OLIVEIRA
Presidente do CMDCA
2025/2027

Anexo I
INFORME TÉCNICO
1. DO OBJETO
Chamamento Público nº 01/2026 tem por objeto a seleção e chancela de projetos apresentados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs regularmente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Paracatu/MG, destinados à captação de recursos por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.
O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015, pelo Decreto Municipal nº 6.707/2023, pela Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei Federal nº 14.692/2023, pelas Resoluções CONANDA nº 137/2010 e nº 194/2017, bem como pelas disposições previstas no Edital.
2. JUSTIFICATIVA
Fundamenta-se na necessidade de fortalecimento da Política Municipal de Promoção, Proteção, Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante incentivo à elaboração de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.
A chancela dos projetos pelo CMDCA visa ampliar a participação da sociedade civil organizada na captação de recursos junto a pessoas físicas e jurídicas, fortalecendo ações complementares às políticas públicas e contribuindo para a efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Senão, vejamos:
Art. 2º O art. 260 daLei nº 8.069, de 13 de julho de 1990(Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º-A e 2º-B:
§ 2º-A. O contribuinte poderá indicar o projeto que receberá a destinação de recursos, entre os projetos aprovados por conselho dos direitos da criança e do adolescente.
§ 2º-B. É facultado aos conselhos chancelar projetos ou banco de projetos, por meio de regulamentação própria, observadas as seguintes regras:
I - a chancela deverá ser entendida como a autorização para captação de recursos por meio dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente com a finalidade de viabilizar a execução dos projetos aprovados pelos conselhos;
II - os projetos deverão garantir os direitos fundamentais e humanos das crianças e dos adolescentes;
III - a captação de recursos por meio do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto;
IV - os recursos captados serão repassados para a instituição proponente mediante formalização de instrumento de repasse de recursos, conforme a legislação vigente;
V - os conselhos deverão fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, que serão destinados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
VI - o tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos deverá ser de 2 (dois) anos e poderá ser prorrogado por igual período;
VII - a chancela do projeto não deverá obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.
3. OBJETIVO
O objetivo é avaliar e aprovar projetos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil que atendam a Crianças e Adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, que versam sobre a execução de programas/projetos voltados a promoção, proteção e defesa de seus direitos através de ações complementares e inovadoras às políticas sociais básicas, para residentes no município Paracatu/MG.
4. FORMA, PRAZO E LOCAL.
4.1 Os projetos devem ser destinados ao financiamento de ações relativas, incluídas medidas de acessibilidade que assegurem a participação plena de crianças e adolescentes com deficiência ou mobilidade reduzida, observadas condições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal, com a incorporação de indicadores de acessibilidade e inclusão, com formatos acessíveis (Libras, audiodescrição, legendagem, linguagem simples, recursos de leitura fácil, entre outros):
a) Desenvolvimento de serviços e programas complementares e inovadores, por tempo determinado, voltados à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
b) Acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar, na forma do disposto no art. 227, §3º, VI, da Constituição Federal e do art. 34 da Lei nº 8.069, de 1990;
c) Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
d) Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
e) Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
f) Ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.
4.2 Executar os serviços conforme especificações do Plano de Trabalho, Cronograma de execução e do Termo de Colaboração aprovado pela Concedente, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento do termo pactuado;
4.3 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus colaboradores, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;
4.4 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
4.5 Manter durante toda a vigência do termo de parceria, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na parceria;
4.6 Apresentar planilha de execução contemplando os valores e relatório fotográfico das etapas concluídas conforme apresentado no cronograma de execução, metas e desembolso explanados no plano de trabalho;
4.7 A vigência do termo de parceria é de ate 12 (doze) meses a partir da assinatura da parceria e publicação no diário oficial do Munícipio.
4.8 Cada projeto deverá apresentar indicadores quantitativos e qualitativos de avaliação de resultados, compatíveis com seus objetivos e metas, de modo a permitir o acompanhamento, monitoramento, avalição da efetividade das ações, a eficiência do uso dos recursos e mensuração do impacto social gerado.
5. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO

5.1 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente avaliará as propostas conforme os seguintes critérios:
a) Participação em capacitações da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023;
b) Compatibilidade do valor solicitado com o projeto e o porte da Entidade;
c) Coerência entre os objetivos, metodologia e orçamento;
d) Relevância da ação em relação à criança e ao adolescente e impacto social esperado;
e) Viabilidade técnica e as condições para o desenvolvimento e aplicabilidade do Plano de Trabalho;
f) Diferencial da proposta e abrangência do público-alvo.
5.1.1 As propostas protocoladas de acordo com o estabelecido neste edital serão analisadas segundo os critérios abaixo:

Critérios	Itens do Critério	Pontuação
I. Participação, constando mínimo de 20 horas, em capacitações da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023	Nível de conhecimento e aplicabilidade da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 6.707/2023, visando garantir que as parcerias entre poder público e OSC's sejam feitas com responsabilidade, legalidade, eficiência e foco no interesse público	**Até 15 pontos**
II. Compatibilidade do valor solicitado com o projeto e o porte da Entidade	Detalhamento e suficiência de informações	**Até 15 pontos**
III. Coerência entre os objetivos, metodologia e orçamento.	Efetividade da ação na promoção do acesso aos direitos fundamentais	**Até 15 pontos**
IV. Relevância da ação em relação à criança e ao adolescente e impacto social esperado	Consonância do projeto com a legislação e normativas vigentes	**Até 15 pontos**
V. Viabilidade técnica e as condições para o desenvolvimento e aplicabilidade do Plano de Trabalho	Identificar as condições técnicas do proponente para a execução do projeto proposto e atuação na execução de projetos anteriores	**Até 15 pontos**
VI. Diferencial da proposta e abrangência do público-alvo	Identificar se há inovação e originalidade no projeto	**Até 25 pontos**
Total		**100 pontos**

5.2 Deverá ser apresentado juntamente com a proposta, no mesmo envelope distinto, opaco e lacrado, identificado conforme o item 4.2 do Edital, o Certificado de participação em capacitações em que as OSC's, por meio de seus representantes participaram, conforme Item I da tabela acima e o Certificado de Inscrição atualizado no Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente/CMDCA
5.3 Serão considerados "habilitados" os projetos cuja pontuação for igual ou superior a 60 pontos.
5.4 Na eventualidade de uma Organização de Sociedade Civil - OSC cujo um membro tenha assento no CMDCA apresentar projeto, o seu conselheiro representante deverá se abster de participar da avaliação/seleção e aprovação dos projetos inscritos neste edital.
5.5 Para subsidiar seus trabalhos o CMDCA poderá solicitar assessoramento técnico de especialista.
5.6 O Conselho poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade, igualdade e da transparência.
5.7 A aprovação do projeto deverá constar em ata de reunião do conselho que deliberou sobre a aprovação do projeto, ser publicada no Diário Oficial dos Municípios e no portal da transparência do sistema de gestão de parcerias do município de Paracatu/MG.

5.8 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento VI, persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento I, II, III, IV e V. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

6. DOS RESULTADOS E RECURSOS

6.1 A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no site oficial da Prefeitura, iniciando-se o prazo recursal.
6.2 Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, de forma impressa, a ser protocolizada no endereço e horários constante no item 4.1. do Edital.
6.3 Será assegurado aos participantes obter cópia dos autos para à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

7. DOS PRAZOS

7.1 A fase de celebração observará Os seguintes prazos:

ETAPA		PRAZOS
1	Publicação do Edital	**31/8/2026**
2	Período de pedido de Impugnação	**31/8 a 4/9/2026**
3	Análise dos pedidos de impugnação	**8/9 e 9/9/2026**
4	Apresentação das Propostas	**31/8 a 9/10/2026**
5	Avaliação das Propostas	**13/10 a 16/10/2026**
6	Divulgação do Resultado Preliminar	**21/10/2026**
7	Interposição de recursos contra do resultado preliminar	**21/10 e 23/10/2026**
8	Análise dos pedidos de Recursos	**26/10 e 27/10/2026**
9	Resultado Final e Homologação	**3/11/2026**

8. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

8.1 Os projetos serão avaliados em reunião ordinária/extraordinária realizada pelos membros representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Paracatu/MG – CMDCA, que serão responsáveis pela análise, avaliação e julgamento das propostas.

9. - PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA PARCERIA:

9.1. O Termo de Parceria ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:
9.2. ADMINISTRADOR PÚBLICO: Ana Maria de Andrade Silva, portaria n°: 0145/2025 e-mail: sedas@paracatu.mg.gov.br, telefone para contato (38) 3679-0410.
9.3. GESTORES DAS PARCERIAS:
a) Júlio César Soares de Azevedo, matrícula nº 13820653-3 – Advogado;
b) Mirian Gomes Nascimento, matrícula n°: 13819856-0, portaria n°: 0156/2025, função: Coordenadora de Proteção Social Básica;
c) Geraldo Pereira Rosado Neto, matrícula nº: 138203899; Portaria nº 106/2026 – Chefe de Divisão;
d) Renata Maciel de Araújo Resende: matrícula n°: 11381201-9, função: Assistente Social;
e) Josué Araújo Mesquita: matrícula n°: 13820486-4, portaria n°: 0159/2025, função: Coordenador de Proteção Social Básica.
9.4. Compete ao Administrador Público acima identificado exercer a administração do Termo de Parceria com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da Parceria, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do Parceria, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de revisão do plano de trabalho para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou apostila no plano de trabalho original.

9.5. Compete ao Gestor da Parceria acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor da parceria, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com entidade, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da parceria.
9.6. Os Gestores das parcerias anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da parceria, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DOCUMENTAÇÃO:

10.1. I - Cópia simples e legível do estatuto social registrado na forma lei e de eventuais alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº. 13.019/2014;
II - Cópia simples e legível da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada na forma da lei;
III - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido através do sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para comprovar que a organização da sociedade civil existe, no mínimo, há 01 (um) ano com cadastro ativo;
IV - Cópia legível de documento oficial de identidade com fotografia e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do (a) representante legal da organização da sociedade civil, bem como do (a) procurador (a), se for o caso;
V - Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto social, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico;
VI – Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (emitida no sítio eletrônico oficial da Receita Federal);
VII – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida no sítio eletrônico oficial do Tribunal Superior do Trabalho);
VIII – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;
IX - Certidão de quitação plena dos tributos municipais da Prefeitura Municipal de Paracatu - MG (emitida no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Paracatu);
X - Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
XI – prova do registro ou inscrição no respectivo Conselho de Políticas Públicas (QUANDO FOR O CASO);
XII – Comprovante de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;
d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou,
f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil;
XIII – Declaração – Art. 39 da Lei Federal 13.019/2014, Art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa;
XIV - Declaração do representante legal da OSC, sobre a existência de instalações e outras condições materiais da proponente ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria;
XV – Atestado de regularidade de prestação de contas ou declaração de inexistência de parceria junto ao Município;
XVI – Declaração de regularidade do cadastro municipal de entidades beneficentes por parte da OSC participante;

11. OBRIGAÇÃO DAS PARTES:

11.1. OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

11.1.1. As Organizações da Sociedade Civil contempladas para o recebimento dos recursos financeiros deverão executar os serviços conforme especificações do Plano de Trabalho, Cronograma de execução e do Termo de Colaboração aprovado pela Concedente, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento do termo pactuado;
11.1.2. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta e de acordo com projeto apresentado;
11.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;
11.1.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
11.1.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
11.1.6. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
11.1.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
11.1.8. Observar e atentar pelo cumprimento do Decreto Municipal n°: 6.707/2023, onde estabelece "Procedimentos de compras, contratações, serviços, locações e obras para a execução de parcerias firmadas entre a Administração Pública municipal e as Organizações da Sociedade Civil";
11.1.9. Realiza as Prestações de Contas dos recursos recebidos nos prazos e na forma previstas no Termo de Colaboração e no Decreto Municipal n°: 6.707/2023;
11.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou na minuta de contrato;
11.1.11. A Convenente assumirá, ao firmar a parceria, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Prefeitura de Paracatu ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo da convenente ou de qualquer de seus empregados ou prepostos.

12. OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE:

12.1. Proporcionar todas as condições para que a CONVENENTE possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Termo de Colaboração, do Plano de Trabalho, do Cronograma de execução e seus os anexos apresentados e aprovados pela concedente;
12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONVENENTE, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
12.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.1.3. Notificar a CONVENENTE por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
12.1.4. Pagar à CONVENENTE o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
12.1.5 Zelar para que durante toda a vigência do TERMO sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela convenente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nas formalizações da parceria.
13. O MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
13.1. O monitoramento e avaliação da parceria na execução do objeto proposto e aprovado será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) através Comissão de Monitoramento e Avaliação.
13.2. Do monitoramento e avaliação será produzido relatório técnico contendo o mínimo os seguintes informes:
I) a descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II) Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III) Valores efetivamente transferidos pela administração pública e,
IV) Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;
14. DAS SANÇÕES:
14.1. Pela execução da parceria em desacordo com ao Plano de Trabalho, aplica-se as normas da Lei Federal n°: 13.019/2014 e do Decreto Municipal n°: 6.707/2023, garantido o contraditório e ampla defesa.
15. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO:
15.1. O pagamento será efetuado integralmente por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária indicada pelo **CONVENENTE** no Plano de Trabalho, posterior a aprovação da proposta **CONCEDENTE** e a formalização do respectivo Termo de Colaboração, seguindo conforme previsto no Cronograma de Execução e Desembolso apresentado.
15.2. Os recursos destinados à execução das parcerias são provenientes de Captação conforme descrito no certame;

15.3. Conforme deliberação do CMDCA, a OSC poderá captar o valor total de até **R$ 500.000,00** (quinhentos mil reais);

15.4. Cada OSC poderá apresentar somente **01** (UMA) proposta.
15.5. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria.
16. VALIDADE DO PERIODO DE CAPTAÇÃO: O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos deverá ser de 12(doze) meses e poderá ser prorrogado por igual período.

Paracatu-MG, 21 agosto de 2026.

TANIA SANTOS SANTANA
Oficial Administrativo
Matricula: 09566940-0
Responsável Pela Elaboração Do Informe Técnico

Publicado por:
Deiverson Gonçalves Dos Santos
Código Identificador:FAEEBF78

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PE N° 12-2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 7655/2026.
PROCESSO DE COMPRAS N.º 69/2026.
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 114/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 12/2026.

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Saúde.
REQUERIDO: Secretário Municipal de Saúde.

O Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Paracatu – Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o Decreto Municipal n.º 5984/2021, e também, o disposto no Art. 71, inciso IV, Lei Federal n.º 14.133/2021, acolhem em todos os seus termos o julgamento proferido pelo(a) Pregoeiro(a)/Agente de Contratação e equipe de apoio nos autos do processo administrativo em epígrafe, relativo ao processo licitatório de que trata o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2026**, tendo por objeto o objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA PARA AS UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM PADRONIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO TÉCNICA AOS AMBIENTES**, para o fim de **HOMOLOGAR** e **ADJUDICAR** o procedimento licitatório ao licitante, abaixo relacionado. Importante dizer que não teve participante interessado em compor o cadastro reserva.

Vencedores (Valores expressos em R$)

Código: 1159126						
Nome: 34.845.808/0001-91 - MORALLI LTDA						
Valor: R$ 122.350,00						
Itens Vencidos:						
Item	**Descrição**	**Marca**	**UN**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	ARMARIO AEREO EM MDFBRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. PREVER ABERTURA PARA ENCAIXE DO REGISTRO SE HOUVER. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL. PSF ? AEROPORTO - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.200,00	R$ 2.200,00
2	ARMARIO AEREO EM MDF 01BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.200,00	R$ 2.200,00

	PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL. PSF ALTO DO AÇUDE - CONFORME PROJETO EM ANEXO. CONFORME PROJETO EM ANEXO.					
3	ARMARIO AEREO EM MDF 02BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,50M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 03 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,46M X 0,56M CADA; TERÁ UM NICHO EM UMA PORTA E UMA DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL NAS OUTRAS DUAS PORTAS. PSF AMOREIRAS - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
4	ARMARIO AEREO EM MDF 03BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL. PSF BELA VISTA - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
5	ARMARIO AEREO EM MDF 04BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR.ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,50M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 03 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,46M X 0,56M CADA; TERÁ UM NICHO EM UMA PORTA E UMA DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL NAS OUTRAS DUAS PORTAS, PSF CHAPADINHA - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.200,00	R$ 2.200,00
6	ARMARIO AEREO EM MDF 05BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL. PSF JK - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
7	ARMARIO AEREO EM MDF 07BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL. PSF N. SENHORA DE FÁTIMA - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
8	ARMARIO AEREO EM MDF 08BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL. PSF PARACATUZINHO - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
9	ARMARIO AEREO EM MDF 09BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,50M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 03 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,46M X 0,56M CADA; TERÁ UM NICHO EM UMA PORTA E UMA DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL NAS OUTRAS DUAS PORTAS. PSF PRIMAVERA - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
10	ARMARIO AEREO EM MDF 10BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL. PSF SANTANA - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
11	ARMARIO AEREO EM MDF 11BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03 M X 0,2 M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60 M; COMPRIMENTO 1,70 M; LARGURA 0,45 M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40 M X 0,56 M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL, PSF SÃO JOÃO EVANGELISTA - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.350,00	R$ 2.350,00
12	ARMARIO AEREO EM MDF 12BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL. PSF SÃO SEBASTIÃO - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.350,00	R$ 2.350,00
13	ARMARIO AEREO EM MDF 13BRANCO SUPREMO COM PORTA DE CORRER E PUXADOR VERTICAL DE 0,03M X 0,2M EM CAVA LINEAR. ALTURA 0,60M; COMPRIMENTO 1,70M; LARGURA 0,45M; CONTERÁ 04 PORTAS DE APROXIMADAMENTE 0,40M X 0,56M CADA; TERÁ DUAS PORTAS COM NICHO E DUAS PORTAS COM DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA HORIZONTAL VILA MARIANA CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.350,00	R$ 2.350,00
14	ARMARIO AEREO EM MDF 15BRANCO SUPREMO E PORTAS COM PUXADORES TIPO CAVA MEDIDAS GERAIS: 2,95 X 0,50 X 0,60 M; 01 NICHO DE 0,47 X 0,50 X 0,40 M; 06 PORTAS DE 0,41 M. LABORATÓRIO ENDEMIAS CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.900,00	R$ 2.900,00
15	ARMARIO AEREO SOBRE BANCADA DA PIANAS DIMENSÕES 500X2070X400 M.M CONFECCIONADO EM MDF DE 15 M. M REFORÇADO COM PARTE INTERNA NA COR BRANCA TX E LADO, EXTERNO NA COR BRANCA SUPREMO-ARAUCO E PUXADOR MODELO CAVA NO MDF. 04 PORTAS 0,50X0,50M. SALA 01 ? CENTRAL DE VACINAS - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.700,00	R$ 2.700,00
16	ARMARIO BAIXO EM MDF 01BRANCO SUPREMO INSTALADO ABAIXO DE BANCADA EXISTENTE, PORTAS DE GIRO E GAVETAS COM PUXADOR TIPO CAVA, INSTALADO EM SÓCULO EXISTENTE COM 10CM DE ALTURA. DIMENSÕES GERAIS (MÓVEL EM FORMATO DE L: 0,86X1,83X2,75M; MÓVEL CONTERÁ 03 PORTAS DE 0,46X0,73; CONTERÁ UMA PORTA DE 0,46X0,73M; CONTERÁ DUAS PORTAS DE 0,41X0,73M; CONTERÁ SEIS GAVETAS DE 0,47X0,22X0,55M; CONTERÁ UMA PRATELEIRA DE CANTO FIXA NO MÓVEL COM AS DIMENSÕES 0,73X0,46X0,38, COM UMA PRATELEIRA DE DIVISÓRIA CENTRALIZADA NA VERTICAL. SALA DE VACINAS HOSPITAL MUNICPAL - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 5.900,00	R$ 5.900,00
17	ARMARIO BAIXO EM MDF 02ARMÁRIO BAIXO EM MDF BRANCO SUPREMO COM PORTAS DE GIRO E GAVETAS E PORTAS COM PUXADORES TIPO CAVA E ESPAÇO PARA MACA PEDIÁTRICA. RODAPÉ COM 10CM DE ALTURA E 5CM DE RECUO; ONDE CONTÉM AS PORTAS NA PARTE INTERNA COM 01 PRATELEIRA AO CENTRO. ALTURA DE 0,87 M COM RODAPÉ, LARGURA 1,80 M, PROFUNDIDADE 0,51 M; CONTERÁ 02 PORTAS COM ALTURA DE 0,77 M DE ALTURA, 0,46 DE LARGURA; 08 GAVETAS COM ALTURA DE 0,18 M, PROFUNDIDADE DE 0,51 M, LARGURA DE 0,40 M. CONFORME- CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS ? CEM CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 3.490,00	R$ 3.490,00
18	ARMARIO BAIXO MDFBRANCO SUPREMO INSTALADO ABAIXO DE BANCADA EXISTENTE, PORTAS DE GIRO E GAVETAS COM PUXADOR TIPO CAVA; INSTALADO EM SÓCULO EXISTENTE DE 10 CM DE ALTURA. ALTURA 0,65 M, PROFUNDIDADE 0,55 M, LARGURA 1,61 M; TERÁ 03 GAVETAS DE 0,15 M DE ALTURA, 0,55 M DE PROFUNDIDADE, 0,38 M DE LARGURA; TERÁ 02 GAVETAS DE 0,23 M DE ALTURA, 0,55 M DE PROFUNDIDADE, 0,38 M DE LARGURA; CONTERÁ 02 PORTAS DE 0,38M DE LARGURA E 0,51 M DE ALTURA, PSF MORRO AGUDO (COPA) CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 3.700,00	R$ 3.700,00
19	ARMARIO EM MDFBRANCO SUPREMO COM PORTAS DE GIRO E GAVETAS COM PUXADORES EM CAVA, INSTALADO EM SÓCULO EXISTENTE COM 10 CM DE ALTURA, RECUADO A 5 CM. ARMÁRIO EM U, DIMENSÕES GERAIS: 2,00 X 2,50 X 3,00 M; CONTERÁ 04 PORTAS DE 0,36 X 0,74 M; CONTERÁ 01 PORTA DE 0,49 X 0,74 M; CONTERÁ 08 GAVETAS DE 0,18 X 0,49 M; 04 PORTAS DE 0,74 X 0,41 M; 06 GAVETAS DE 0,24 X 0,41 M. LABORATÓRIO DE ÁGUA - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 8.500,00	R$ 8.500,00
20	ARMARIO EM MDFBRANCO SUPREMO ABAIXO DE BANCADA EXISTENTE. COM PORTAS DE GIRO E GAVETAS COM PUXADORES EM CAVA INSTALADO ACIMA SÓCULO EXISTENTE. DIMENSÕES GERAIS; 3,15X0,60X0,90M; TERÁ UMA PRATELEIRA DE 0,80X0,45X0,60M COM DIVISÓRIA CENTRAL NA VERTICAL; 04 PORTAS 0,42X0,80M; 08 GAVETAS 0,45X0,20M; EM DUAS PORTAS HAVERÁ DIVISÓRIA CENTRAL NA VERTICAL. SALA DE EUTANÁSIA - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 4.200,00	R$ 4.200,00
21	ARMARIO EM MDF ABAIXO DE BANCADAEXISTENTE, BRANCO SUPREMO , GAVETAS COM PUXADORES TIPO CAVA: ARMÁRIO EM U, MEDIDAS GERAIS 4,87 X 2,80 X 2,95 M; 04 GAVETAS DE 0,52 X 0,38 X 0,62 M; 02 NICHOS DE 0,52 X 0,38 X 0,62 M; 04 PORTAS DE 0,43 X 0,82 M; 06 GAVETAS DE 0,27 X 0,43 X 0,62 M; BANCADA DE 1,58 X 0,92 M; 03 PORTAS DE 0,45 X 0,82 M; 06 GAVETAS DE 0,25 X 0,45 M, LABORATÓRIO ENDEMIAS CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 13.010,00	R$ 13.010,00
22	ARMARIO EM MDF EM LBRANCO SUPREMO EM L MEDINDO 1,84 X1,0M (MEDIDA FRONTAL) COM PORTAS DE GIRO E GAVETAS COM PUXADORES EM CAVA, ARMÁRIO BAIXO EM MDF BRANCO SUPREMO ABAIXO DA BANCADA EM GRANITO EXISTENTE NO LADO DE 1,84M. TERÁ 04 PORTAS DE 0,45M DE LARGURA, 0,71M DE ALTURA E 0,52M DE PROFUNDIDADE. NO LADO DE 1,0M. TERÁ 03 GAVETAS COM ALTURA DE 0,21M, LARGURA DE 0,50M E PROFUNDIDADE DE 0,52M. UMA PORTA DE 0,50M DE LARGURA E PROFUNDIDADE DE 0,52M. EM SÓCULO DE CONCRETO DE 10CM JÁ EXISTENTE ? PSF SÃO JOÃO EVANGELISTA ? CONFORME PROJETO ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 4.400,00	R$ 4.400,00
23	ARMARIO INFERIOR PARA BANCADA DA PIAEXISTENTE NAS DIMENSÕES 770X3380X580 M. M. CONFECCIONADO EM MDF DE 15 M.M REFORÇADO COM PARTE INTERNA NA COR BRANCA TX E LADO EXTERNO NA COR BRANCA. SUPREMO-ARAUCO. MDF ULTRA NAS ÁREAS MOLHAVÉIS E PUXADOR MODELO CAVA NO MDF; 04 PORTAS 0,51X0,77M; 02 GAVETAS INFERIORES 0,60X0,31M; 04 GAVETAS SUPERIORES 0,60X0, 21M. SALA 01 -CENTRAL DE VACINAS - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 4.800,00	R$ 4.800,00
24	ARMARIO SUPERIOR AEREONAS DIMENSÕES 600X4850X550 M.M CONFECCIONADO EM MDF DE 15 M. M, REFORÇADO COM PARTE INTERNA NA COR BRANCA TX E LADO EXTERNO NA COR BRANCA SUPREMO ARAUCO E PUXADOR MODELO CAVA NO MDF. 04 PORTAS 0,61X0,60; 04 PORTAS 0,60X0,60M. SALA 02 ? CENTRAL DE VACINAS - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 5.300,00	R$ 5.300,00
25	ARMAZENADOR DE SERINGA E UTENSILIOS(MÓVEL PARA TODOS PSF): ARMAZENAMENTO DE SERINGAS E UTENSÍLIOS BÁSICOS: MÓVEL EM MDF BRANCO SUPREMO COM PARTE SUPERIOR DIVIDIDA EM TRÊS DIVISÓRIAS (PROFUNDIDADE DE 18CM) E TRÊS GAVETAS COM PUXADOR TIPO CAVA; RODÍZIO GIRATÓRIO GEL SILICONECOM TRAVA PARA MÓVEIS; MEDIDAS; PARTE BAIXO ONDE CONTÉM AS GAVETAS: ALTURA 0,41M, LARGURA 0,41M, PROFUNDIDADE 0,51M, 03 GAVETAS COM 0,14 M DE ALTURA; PARTE DE CIMA: ALTURA 0,21M, LARGURA 0,41M, PROFUNDIDADE 0,51M, TRÊS DIVISÓRIAS (PROFUNDIDADE DE 18CM), CONFORME PROJETOEM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	15	R$ 1.600,00	R$ 24.000,00
26	BASE DE MDFBRANCO SUPREMO FIXADA EM PAREDE PARA APOIO DE DESCARTE DE SERINGAS; MDF DE 0,40 M X 0,27 M, COM ENCOSTO DE 0,07 M. CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS CEM - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	10	R$ 120,00	R$ 1.200,00
27	GAVETEIRO MOVELEM MDF BRANCO SUPREMO COM RODINHAS GAVETAS COM PUXADORES EM CAVA: 0,47X0,64X0,35, COM 01 GAVETA DE 0,24X0,47X0,35, 02 GAVETAS 0,14X0,35X0,47M. CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 1.100,00	R$ 1.100,00
28	GAVETEIRO MOVEL EM MDFBRANCO SUPREMO COM RODINHAS, GAVETAS COM PUXADORES EM CAVA: 0,47 X 0,64 X 0,35 M, COM 01 GAVETA DE 0,24 X 0,47 X 0,35 M; 02 GAVETAS DE 0,14 X 0,35 X 0,47 M, LABORATÓRIO ENDEMIAS - CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	2	R$ 900,00	R$ 1.800,00
29	MESA EM MDFBRANCO SUPREMO COM DOIS ESPAÇOS PARA RABALHO, 0,60 X 1,72 X 0,72 M, MESA COM REFORÇO NA VERTICAL CENTRALIZADO E NA HORIZONTAL FORA DE CENTRO LABORATÓRIO ENDEMIAS CONFORME PROJETO EM ANEXO.	MARCA PROPRIA	UN	2	R$ 2.200,00	R$ 4.400,00
30	MESA EM MDF 01MESA EM MDF BRANCO SUPREMO COM DOIS ESPAÇOS PARA TRABALHO 0,60X2,40X0,72, MESA COM REFORÇO NA VERTICAL CENTRALIZADO E NA HORIZONTAL FORA DE CENTRO ? SALA DE EUTANÁSIA - CONFORME PROJETO EM ANEXO	MARCA PROPRIA	UN	1	R$ 2.600,00	R$ 2.600,00

Paracatu-MG, 21 de Agosto de 2026.

UMARQUES DA SILVA COUTO
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Lúcio Prado Ferreira Gomes
Código Identificador:DBD5A8CB

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PERDÕES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL Nº 007/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL CREAS

EDITAL Nº 007/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE SOCIAL CREAS

O MUNICÍPIO DE PERDÕES, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 2.880/2014, torna público o presente Edital do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de ASSISTENTE SOCIAL CREAS, com formação de cadastro de reserva, mediante análise de currículo e comprovação de experiência profissional.

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado fundamenta-se no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 2.880/2014, visando assegurar critérios objetivos, impessoalidade, publicidade e transparência na seleção de profissional para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante a contratação de **Assistente Social para atuação junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS,** no âmbito da política municipal de assistência social.

1.2 A seleção será realizada por análise de currículo e comprovação de experiência profissional, de caráter classificatório, conforme critérios deste Edital.

1.3. A contratação terá natureza temporária e excepcional, não gerando vínculo estatutário, estabilidade ou direito à permanência, limitando-se ao prazo e à necessidade que a justificar.

2. DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA

2.1. Os cargos e atribuições estão descritos no Anexo I.

2.2. As vagas ficam estabelecidas conforme Anexo II.

2.3. Será formado cadastro de reserva para futuras convocações durante a vigência do certame.

2.4. O cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação imediata, condicionando-se à verificação da necessidade temporária conforme legislação aplicável.

3. DA SELEÇÃO POR ANÁLISE CURRICULAR

3.1. O processo seletivo será realizado exclusivamente por análise de currículo e comprovação de experiência profissional, de caráter classificatório, sem prova objetiva.

3.2. A pontuação máxima total é de 10 (dez) pontos, distribuídos entre os critérios de Experiência Profissional, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (peso maior – até 10 pontos)		
Atuação como Assistente Social em serviço público (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	6 pontos
Atuação como Assistente Social em serviço privado (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	4 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		**10 pontos**

3.3. Para fins de cálculo de experiência, será considerado o tempo efetivamente trabalhado e devidamente comprovado, não sendo aceito período inferior a 1 (um) ano para qualquer contagem.

3.4. Períodos concomitantes de experiência profissional (dois vínculos simultâneos) serão contados apenas uma vez.

3.5. A análise curricular será realizada por Comissão Organizadora designada pela Secretaria Municipal Desenvolvimento Social, e o resultado estará disponível no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

4. DOS DOCUMENTOS PARA ANÁLISE CURRICULAR

4.1. Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar, conforme o caso:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas de identificação e dos contratos de trabalho;

b) Declaração ou certidão de tempo de serviço emitida pelo órgão público empregador, com assinatura e carimbo do responsável, informando o período e a função exercida;
c) Contrato de prestação de serviços acompanhado de notas fiscais ou recibos de pagamento emitidos no período declarado;
d) Outro documento hábil que comprove o efetivo exercício na função.

4.3. Toda documentação deverá ser entregue em cópia legível acompanhada do original para conferência, ou em cópia autenticada em cartório.

4.4. Documentos em língua estrangeira somente serão aceitos mediante tradução juramentada.

4.5. Não serão aceitos documentos ilegíveis, incompletos ou com rasuras.

5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E DAS INSCRIÇÕES

5.1. Poderão participar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

a) Diploma de graduação em Serviço Social por instituição reconhecida pelo MEC;
b) Registro ativo no órgão de classe, sem pendências;
c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (candidatos do sexo masculino);
e) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
f) Não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial criminal ou civil por ato de improbidade administrativa com trânsito em julgado, nem penalidade administrativa de demissão, bem como não ter tido contrato rescindido por justa causa por iniciativa da Administração Pública.

5.2 As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente por meio eletrônico, devendo o candidato encaminhar a documento exigida neste edital para o seguinte email - assistenciasocial@perdoes.mg.gov.br, no período das 07:00 horas do dia 25/08/2026 até as 23h59min do dia 31/08/2026, observado o fuso horário de Brasília/DF.

5.3. O candidato deverá enviar o formulário de inscrição (Anexo IV) acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do CPF e RG;
b) Cópia de comprovante de residência;
c) Comprovante de escolaridade (declaração escolar, histórico ou certificado) e comprovante do registro de classe;
d) Documentos comprobatórios de experiência profissional (CTPS, declarações, contratos), conforme item 4;
e) Tabela de pontuação preenchida (Anexo III).

5.4. As cópias devem estar legíveis. Documentos ilegíveis não serão pontuados.

5.5. O candidato é responsável pela veracidade das informações prestadas. A constatação de falsidade documental, a qualquer momento, implicará na eliminação imediata e responsabilização civil e criminal cabível.

6. DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. A classificação obedecerá à ordem decrescente da pontuação total obtida na análise curricular.

6.2. Em caso de empate na pontuação total, serão adotados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

a) Maior pontuação obtida no critério de Experiência Profissional no serviço público;
b) Maior pontuação obtida no critério de Experiência Profissional no serviço privado;
c) Maior idade;
d) Caso a igualdade persista, será realizado sorteio público com a participação dos candidatos empatados.

7. DA EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE CONVOCAÇÃO

7.1. A aprovação neste Processo Seletivo gera apenas expectativa de contratação, não constituindo direito subjetivo à admissão.

7.2. A eventual contratação ocorrerá exclusivamente em função de necessidade temporária e excepcional da Administração Pública, tais como afastamentos legais, licenças médicas, vacâncias temporárias ou outras situações que demandem substituição ou reforço transitório do quadro funcional.

7.3. A convocação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final, observada a conveniência e oportunidade da Administração.

7.4. O contrato será firmado por prazo determinado, compatível com a duração da necessidade temporária que lhe deu causa, podendo ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração ou em razão de concurso público para provimento efetivo do cargo.

7.5. O candidato convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da convocação, munido da documentação exigida para contratação, sob pena de caracterizar renúncia tácita.

7.6. A convocação será realizada mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.

8. DA VALIDADE DO CERTAME

8.1. O presente Processo Seletivo terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

9. DO CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	PERÍODO
Publicação do Edital no Diário Oficial do Município	25/08/2026
Prazo para interposição de Recursos em face do Edital	25/08/2026 a 27/08/2026
Período de Inscrições e Entrega de Documentos	25/08/2026 a 31/08/2026
Divulgação do Resultado Preliminar	01/09/2026
Prazo para interposição de Recursos do Resultado Preliminar	02/09/2026
Divulgação Das Decisões dos Recursos e Resultado Final	04/09/2026
Início das Convocações	Conforme necessidade administrativa

9.1. Recursos Administrativos: deverão ser apresentados no prazo estabelecido, exclusivamente via e-mail para assistenciasocial@perdoes.mg.gov.br, das 07:00h as 16:00h, com fundamentação detalhada e documentos probatórios. Recursos sem fundamentação serão imediatamente indeferidos.

9.2. Publicações Oficiais: todos os atos relativos a este Processo Seletivo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O candidato ao se inscrever declara conhecer e aceitar as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações.

10.2. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora designada para este Processo Seletivo.

10.3. A comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

- Lauanda Santos Salvador Eva – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social;
- Jucilaine Neves Souza Wivaldo – Assistente Social
- Wilgnner Dias da Gama – Controlador Interno.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações, convocações, comunicados e resultados referentes a este Processo Seletivo, publicados no meio oficial do Município, não cabendo alegação de desconhecimento.

10.5. Fica eleito o foro da Comarca de Perdões/MG para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Processo Seletivo.

10.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 24 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal de Perdões

LAUANDA SANTOS SALVADOR EVA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

ANEXO I – CARGOS E ATRIBUIÇÕES

ASSISTENTE SOCIAL CREAS

ATRIBUIÇÕES: Prestar atendimento e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco social ou que tiveram seus direitos violados ou ameaçados. Atuar na superação das vulnerabilidades, fortalecimento de vínculos e resgate da autonomia dos usuários. Acolher e realizar escuta qualificada de indivíduos e famílias inseridos nos serviços do CREAS. Executar o acompanhamento sistemático via Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Coordenar o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Elaborar o Plano Individual de Atendimento (PIA) e o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) em conjunto com a equipe interdisciplinar. Efetuar visitas domiciliares, institucionais e comunitárias para diagnóstico e monitoramento das situações de violação de direitos. Produzir relatórios sociais, pareceres técnicos e laudos para subsidiar o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho Tutelar. Alimentar e atualizar os sistemas de informação oficiais do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), além de prontuários internos. Articular e encaminhar os usuários para a rede socioassistencial (CRAS, acolhimento) e demais políticas públicas (Saúde, Educação, Trabalho, Habitação). Participar de audiências coletivas, reuniões de rede e comissões técnicas intersetoriais. Coordenar e facilitar oficinas, grupos de apoio e atividades coletivas com os usuários do serviço. Participar de ações de busca ativa e suporte ao Serviço de Abordagem Social nas ruas, quando necessário. Desenvolver campanhas socioeducativas de prevenção e combate à violência, abuso sexual, trabalho infantil e negligência.

ANEXO II – VAGAS

QTD. VAGAS	FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	C. HORÁRIA	SALÁRIO BASE	REQUISITO
01 (uma) + Cadastro de Reserva	ASSISTENTE SOCIAL CREAS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	30h semanais	R$3.140,02	Possuir curso superior completo em Serviço Social e Registro regular no Órgão de classe competente.

Obs.: Os valores de remuneração serão definidos conforme tabela salarial do Município de Perdões, respeitada a legislação municipal vigente e a carga horária contratada.

ANEXO III – TABELA DE PONTUAÇÃO CURRICULAR

CRITÉRIO	PONTOS UNITÁRIOS	QUANTIDADE COMPROVADA	TOTAL

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (até 10 pontos)			
Atuação como Assistente Social em serviço público (por ano completo comprovado)	1 pts/ano	_____ anos	_____
Atuação como Assistente Social em serviço privado (por ano completo comprovado)	1 pts/ano	_____ anos	_____
PONTUAÇÃO TOTAL DO CANDIDATO			_____

Obs.: A pontuação desta tabela é autodeclarada. A tabela deverá ser preenchida pelo candidato e entregue junto com os documentos comprobatórios. A Comissão Organizadora procederá à conferência de todos os documentos comprobatórios e realizará a pontuação oficial. Em caso de divergência, prevalecerá o resultado apurado pela Comissão.

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 007/2026

DADOS DO CANDIDATO
Nome Completo:_____
Data de Nascimento: ____/____/_____ CPF: _____
Carteira de Identidade (RG): _____ Órgão Expedidor: _____
Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____
Endereço Completo: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Cargo pretendido: ( ) Assistente Social CREAS
DOCUMENTOS ENTREGUES (marque os documentos incluídos no e-mail)
( ) Cópia do CPF e RG
( ) Cópia de comprovante de residência
( ) Comprovante de escolaridade (declaração escolar ou histórico)
( ) Comprovante do Registro no Órgão de classe competente
( ) Documentos de experiência profissional (CTPS, declarações, contratos)
( ) Tabela de pontuação preenchida e assinada (Anexo III)
Declaro que sou responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos entregues, que atendo os requisitos exigidos e que aceito integralmente os termos do Edital nº 007/2026.

Perdões/MG, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Candidato

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:A1888DB1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL Nº 008/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

EDITAL Nº 008/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

O MUNICÍPIO DE PERDÕES, por intermédio da Secretaria Municipal Saúde, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 2.880/2014, torna público o presente Edital do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com formação de cadastro de reserva, mediante análise de currículo e comprovação de experiência profissional.

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado fundamenta-se no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 2.880/2014, visando assegurar critérios objetivos, impessoalidade, publicidade e transparência na seleção de profissional para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante a contratação de **Médico Clínico Geral para atuação na rede municipal de saúde**, com o objetivo de garantir a continuidade e a adequada prestação dos serviços públicos de saúde à população.

1.2 A seleção será realizada por análise de currículo e comprovação de experiência profissional, de caráter classificatório, conforme critérios deste Edital.

1.3. A contratação terá natureza temporária e excepcional, não gerando vínculo estatutário, estabilidade ou direito à permanência, limitando-se ao prazo e à necessidade que a justificar.

2. DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA

2.1. Os cargos e atribuições estão descritos no Anexo I.

2.2. As vagas ficam estabelecidas conforme Anexo II.

2.3. Será formado cadastro de reserva para futuras convocações durante a vigência do certame.

2.4. O cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação imediata, condicionando-se à verificação da necessidade temporária conforme legislação aplicável.

3. DA SELEÇÃO POR ANÁLISE CURRICULAR

3.1. O processo seletivo será realizado exclusivamente por análise de currículo e comprovação de experiência profissional, de caráter classificatório, sem prova objetiva.

3.2. A pontuação máxima total é de 10 (dez) pontos, distribuídos entre os critérios de Experiência Profissional e Titulação Acadêmica conforme tabela a seguir:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (peso maior – até 6 pontos)		
Atuação como Médico em serviço público (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	4 pontos
Atuação como Médico em serviço privado (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	2 pontos
II – TITULAÇÃO ACADÊMICA (até 4 pontos)		
Doutorado concluído na área médica ou da saúde	2 pts	2 pontos
Mestrado concluído na área médica ou da saúde	1 pts	1 pontos
Pós-graduação / Especialização lato sensu (mín. 360h) na área médica ou da saúde – por curso	0,5 pts / curso	0,5 pontos (máx. 1 cursos)
Cursos de capacitação profissional, treinamentos, participações em palestras, congressos etc. Apresentação de certificados ou declarações com carga horária igual ou superior a 50 (cinquenta) horas, realizados nos últimos 05 anos.	0,25 pts / título	0,5 pontos (máx. 2 títulos)
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		10 pontos

3.3. A Residência Médica será pontuada no bloco de Experiência Profissional e não acumulará com a mesma titulação em Titulação Acadêmica.

3.4. As pontuações de Doutorado e Mestrado não são cumulativas entre si; será considerada apenas a titulação de maior grau.

3.5. Especializações/Pós-graduações e Títulos de Especialista são pontuados individualmente, respeitados os limites indicados na tabela.

3.6. Para fins de cálculo de experiência, será considerado o tempo efetivamente trabalhado e devidamente comprovado, não sendo aceito período inferior a 1 (um) ano para qualquer contagem.

3.7. Períodos concomitantes de experiência profissional (dois vínculos simultâneos) serão contados apenas uma vez.

3.8. A análise curricular será realizada por Comissão Organizadora designada pela Secretaria Municipal de Saúde, e o resultado estará disponível no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

4. DOS DOCUMENTOS PARA ANÁLISE CURRICULAR

4.1. Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar, conforme o caso:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas de identificação e dos contratos de trabalho;
b) Declaração ou certidão de tempo de serviço emitida pelo órgão público empregador, com assinatura e carimbo do responsável, informando o período e a função exercida;
c) Contrato de prestação de serviços acompanhado de notas fiscais ou recibos de pagamento emitidos no período declarado;
d) Outro documento hábil que comprove o efetivo exercício na função médica.

4.2. Para comprovação de titulação acadêmica, o candidato deverá apresentar:

a) Diploma ou certificado de conclusão devidamente registrado, ou declaração de conclusão emitida por instituição reconhecida pelo MEC;
b) Histórico escolar ou documento equivalente que comprove a carga horária mínima exigida para especialização/pós-graduação;
c) Certificado de Título de Especialista.

4.3. O candidato deverá apresentar obrigatoriamente, além dos documentos curriculares:

a) Registro ativo no Conselho Regional de Classe, sem pendências;

4.4. Toda documentação deverá ser entregue em cópia legível acompanhada do original para conferência, ou em cópia autenticada em cartório.

4.5. Documentos em língua estrangeira somente serão aceitos mediante tradução juramentada.

4.6. Não serão aceitos documentos ilegíveis, incompletos ou com rasuras.

5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E DAS INSCRIÇÕES

5.1. Poderão participar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

a) Diploma de graduação em Medicina por instituição reconhecida pelo MEC;
b) Registro ativo no Conselho representativo de Classe, sem pendências;
c) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
d) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (candidatos do sexo masculino);
e) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
f) Não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial criminal ou civil por ato de improbidade administrativa com trânsito em julgado, nem penalidade administrativa de demissão, bem como não ter tido contrato rescindido por justa causa por iniciativa da Administração Pública.

5.2 As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente por meio eletrônico, devendo o candidato encaminhar a documento exigida neste edital para o seguinte email - coordenacao.psf@perdoes.mg.gov.br, no período das 07:00 horas do dia 25/08/2026 até as 23h59min do dia 31/08/2026, observado o fuso horário de Brasília/DF.
5.3. O candidato deverá enviar o formulário de inscrição (Anexo IV) acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do CPF e RG;
b) Cópia de comprovante de residência;
c) Comprovante de escolaridade (declaração escolar, histórico ou certificado) e comprovante do registro de classe;
d) Documentos comprobatórios de experiência profissional (CTPS, declarações, contratos), conforme item 4;
e) Tabela de pontuação preenchida (Anexo III).

5.4. As cópias devem estar legíveis. Documentos ilegíveis não serão pontuados.

5.5. O candidato é responsável pela veracidade das informações prestadas. A constatação de falsidade documental, a qualquer momento, implicará na eliminação imediata e responsabilização civil e criminal cabível.

6. DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. A classificação obedecerá à ordem decrescente da pontuação total obtida na análise curricular.

6.2. Em caso de empate na pontuação total, serão adotados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

a) Maior pontuação obtida no critério de Experiência Profissional;
b) Maior pontuação obtida no critério de Titulação Acadêmica;
c) Maior idade;
d) Caso a igualdade persista, será realizado sorteio público com a participação dos candidatos empatados.

7. DA EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE CONVOCAÇÃO

7.1. A aprovação neste Processo Seletivo gera apenas expectativa de contratação, não constituindo direito subjetivo à admissão.

7.2. A eventual contratação ocorrerá exclusivamente em função de necessidade temporária e excepcional da Administração Pública, tais como afastamentos legais, licenças médicas, vacâncias temporárias ou outras situações que demandem substituição ou reforço transitório do quadro funcional.

7.3. A convocação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final, observada a conveniência e oportunidade da Administração.

7.4. O contrato será firmado por prazo determinado, compatível com a duração da necessidade temporária que lhe deu causa, podendo ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração ou em razão de concurso público para provimento efetivo do cargo.

7.5. O candidato convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da convocação, munido da documentação exigida para contratação, sob pena de caracterizar renúncia tácita.

7.6. A convocação será realizada mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.

8. DA VALIDADE DO CERTAME

8.1. O presente Processo Seletivo terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

9. DO CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	PERÍODO
Publicação do Edital no Diário Oficial do Município	25/08/2026
Prazo para interposição de Recursos em face do Edital	25/08/2026 a 27/08/2026
Período de Inscrições e Entrega de Documentos	25/08/2026 a 31/08/2026
Divulgação do Resultado Preliminar	01/09/2026
Prazo para interposição de Recursos do Resultado Preliminar	02/09/2026
Divulgação Das Decisões dos Recursos e Resultado Final	04/09/2026
Início das Convocações	Conforme necessidade administrativa

9.1. Recursos Administrativos: deverão ser apresentados no prazo estabelecido, exclusivamente via e-mail para coordenacao.psf@perdoes.mg.gov.br, das 07:00h as 16:00h, com fundamentação detalhada e documentos probatórios. Recursos sem fundamentação serão imediatamente indeferidos.

9.2. Publicações Oficiais: todos os atos relativos a este Processo Seletivo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O candidato ao se inscrever declara conhecer e aceitar as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações.

10.2. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora designada para este Processo Seletivo.

10.3. A comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

- Maria Madalena de Olivera – Coordenadora de Atenção Primária; (Presidente)
- Caroline Layane Carvalho Nascimento – Chefe de Divisão de Saúde;
- Wilgnner Dias da Gama – Controlador Interno.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações, convocações, comunicados e resultados referentes a este Processo Seletivo, publicados no meio oficial do Município, não cabendo alegação de desconhecimento.

10.5. Fica eleito o foro da Comarca de Perdões/MG para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Processo Seletivo.

10.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 24 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal De Perdões

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal De Saúde

ANEXO I – CARGOS E ATRIBUIÇÕES

MÉDICO CLÍNICO GERAL

ATRIBUIÇÕES: Examinar os pacientes, auscultando, apalpando ou fazendo uso de instrumentos especiais, no sentido de determinar diagnósticos ou, se necessário, requisitar exames complementares; Analisar e interpretar resultados de exames de raio-X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com padrões normais, para confirmar doenças e proceder diagnósticos; Prescrever medicamentos, indicando dosagens e respectiva via de administração, bem como, cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde dos pacientes; Manter ficha médica dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnostica, evolução das doenças, para efetuar orientação adequada e acompanhamento médico necessário; Emitir atestados médicos de saúde, sanidade, aptidão física e mental, óbito, visando atender determinações legais; Realizar exames periódicos dos servidores da Prefeitura, mantendo acompanhamento médico; Atender às urgências clinicas, cirúrgicas ou traumatológicas; Participar de reuniões com a comunidade para desenvolver a consciência de higiene, cuidados básicos e melhorias nas condições de saúde dos munícipes.

ANEXO II – VAGAS

QTD. VAGAS	FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	C. HORÁRIA	SALÁRIO BASE	REQUISITO
01 (uma) + Cadastro de Reserva	MÉDICO CLÍNICO GERAL	Secretaria Municipal de Saúde	10h semanais	R$3.352,56	Possuir curso superior completo em Medicina e Registro regular no Órgão de classe competente.

Obs.: Os valores de remuneração serão definidos conforme tabela salarial do Município de Perdões, respeitada a legislação municipal vigente e a carga horária contratada.

ANEXO III – TABELA DE PONTUAÇÃO CURRICULAR

CRITÉRIO	PONTOS UNITÁRIOS	QUANTIDADE COMPROVADA	TOTAL
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (peso maior – até 6 pontos)			
Médico em Serviço Público (por ano completo)	1 pts/ano	_____ anos	_____
Médico em serviço privado de saúde (por ano completo)	1 pts/ano	_____ anos	_____
TITULAÇÃO ACADÊMICA (até 4 pontos)			
Doutorado na área médica ou da saúde	2 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Mestrado na área médica ou da saúde	1 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Pós-graduação / Especialização lato sensu (mín. 360h) – 1º curso	0,5 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Cursos de capacitação profissional – 1º título	0,25 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Cursos de capacitação profissional – 2º título	0,25 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
PONTUAÇÃO TOTAL DO CANDIDATO			_____

Obs.: A pontuação desta tabela é autodeclarada. A tabela deverá ser preenchida pelo candidato e entregue junto com os documentos comprobatórios. A Comissão Organizadora procederá à conferência de todos os documentos comprobatórios e realizará a pontuação oficial. Em caso de divergência, prevalecerá o resultado apurado pela Comissão.

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 008/2026

DADOS DO CANDIDATO
Nome Completo:_____
Data de Nascimento: ____/____/_____ CPF: _____
Carteira de Identidade (RG): _____ Órgão Expedidor: _____
Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____
Endereço Completo: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Cargo pretendido: ( ) Médico Clínico Geral
DOCUMENTOS ENTREGUES (marque os documentos incluídos no e-mail)
( ) Cópia do CPF e RG
( ) Cópia de comprovante de residência
( ) Diploma de graduação em Medicina
( ) Comprovante de registro ativo no Conselho de Classe
( ) Documentos de experiência profissional (CTPS, declarações, contratos)
( ) Diploma / Certificado de Doutorado (se houver)

( ) Diploma / Certificado de Mestrado (se houver)
( ) Diploma / Certificado de Pós-Graduação / Especialização (se houver)
( ) Cerificado de Curso capacitação profissional
( ) Tabela de pontuação preenchida e assinada (Anexo III)
Declaro que sou responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos entregues, que atendo os requisitos exigidos e que aceito integralmente os termos do Edital nº 008/2026.

Perdões/MG, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Candidato

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:333FECB9

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EDITAL Nº 009/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO PSIQUIATRA CERSAM

EDITAL Nº 009/2026 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO PSIQUIATRA CERSAM

O MUNICÍPIO DE PERDÕES, por intermédio da Secretaria Municipal Saúde, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e na Lei Municipal nº 2.880/2014, torna público o presente Edital do Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de MÉDICO PSIQUIATRA CERSAM, com formação de cadastro de reserva, mediante análise de currículo e comprovação de experiência profissional.

1. DO OBJETO E JUSTIFICATIVA

1.1. O presente Processo Seletivo Simplificado fundamenta-se no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 2.880/2014, visando assegurar critérios objetivos, impessoalidade, publicidade e transparência na seleção de profissional para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante a contratação de **Médico Psiquiátrico para atuação na rede municipal de saúde, especificadamente no CERSAM**, com o objetivo de garantir a continuidade e a adequada prestação dos serviços públicos de saúde à população.

1.2 A seleção será realizada por análise de currículo e comprovação de experiência profissional, de caráter classificatório, conforme critérios deste Edital.

1.3. A contratação terá natureza temporária e excepcional, não gerando vínculo estatutário, estabilidade ou direito à permanência, limitando-se ao prazo e à necessidade que a justificar.

2. DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA

2.1. Os cargos e atribuições estão descritos no Anexo I.

2.2. As vagas ficam estabelecidas conforme Anexo II.

2.3. Será formado cadastro de reserva para futuras convocações durante a vigência do certame.

2.4. O cadastro de reserva não gera direito subjetivo à contratação imediata, condicionando-se à verificação da necessidade temporária conforme legislação aplicável.

3. DA SELEÇÃO POR ANÁLISE CURRICULAR

3.1. O processo seletivo será realizado exclusivamente por análise de currículo e comprovação de experiência profissional, de caráter classificatório, sem prova objetiva.

3.2. A pontuação máxima total é de 10 (dez) pontos, distribuídos entre os critérios de Experiência Profissional e Titulação Acadêmica, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO UNITÁRIA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (peso maior – até 6 pontos)		
Atuação como Médico Psiquiatra em serviço público (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	4 pontos
Atuação como Médico Psiquiatra em serviço privado (por ano completo comprovado)	1 pts / ano	2 pontos
II – TITULAÇÃO ACADÊMICA (até 4 pontos)		
Doutorado concluído na área médica ou da saúde	2 pts	2 pontos
Mestrado concluído na área médica ou da saúde	1 pts	1 pontos
Pós-graduação / Especialização lato sensu (mín. 360h) na área médica ou da saúde – por curso	0,5 pts / curso	0,5 pontos (máx. 1 cursos)
Cursos de capacitação profissional, treinamentos, participações em palestras, congressos etc. Apresentação de certificados ou declarações com carga horária igual ou superior a 50 (cinquenta) horas, realizados nos últimos 05 anos.	0,25 pts / título	0,5 pontos (máx. 2 títulos)
PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL		10 pontos

3.3. A Residência Médica será pontuada no bloco de Experiência Profissional e não acumulará com a mesma titulação em Titulação Acadêmica.

3.4. As pontuações de Doutorado e Mestrado não são cumulativas entre si; será considerada apenas a titulação de maior grau.

3.5. Especializações/Pós-graduações e Títulos de Especialista são pontuados individualmente, respeitados os limites indicados na tabela.

3.6. Para fins de cálculo de experiência, será considerado o tempo efetivamente trabalhado e devidamente comprovado, não sendo aceito período inferior a 1 (um) ano para qualquer contagem.

3.7. Períodos concomitantes de experiência profissional (dois vínculos simultâneos) serão contados apenas uma vez.

3.8. A análise curricular será realizada por Comissão Organizadora designada pela Secretaria Municipal de Saúde, e o resultado estará disponível no Diário Oficial dos Municípios Mineiros.

4. DOS DOCUMENTOS PARA ANÁLISE CURRICULAR

4.1. Para comprovação da experiência profissional, o candidato deverá apresentar, conforme o caso:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – páginas de identificação e dos contratos de trabalho;
b) Declaração ou certidão de tempo de serviço emitida pelo órgão público empregador, com assinatura e carimbo do responsável, informando o período e a função exercida;
c) Contrato de prestação de serviços acompanhado de notas fiscais ou recibos de pagamento emitidos no período declarado;
d) Outro documento hábil que comprove o efetivo exercício na função médica.

4.2. Para comprovação de titulação acadêmica, o candidato deverá apresentar:

a) Diploma ou certificado de conclusão devidamente registrado, ou declaração de conclusão emitida por instituição reconhecida pelo MEC;
b) Histórico escolar ou documento equivalente que comprove a carga horária mínima exigida para especialização/pós-graduação;
c) Certificado de Título de Especialista.

4.3. O candidato deverá apresentar obrigatoriamente, além dos documentos curriculares:

a) Registro ativo no Conselho Regional de Classe, sem pendências;
b) Comprovante de Residência em Psiquiatria ou Título de Especialista em Psiquiatria.

4.4. Toda documentação deverá ser entregue em cópia legível acompanhada do original para conferência, ou em cópia autenticada em cartório.

4.5. Documentos em língua estrangeira somente serão aceitos mediante tradução juramentada.

4.6. Não serão aceitos documentos ilegíveis, incompletos ou com rasuras.

5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E DAS INSCRIÇÕES

5.1. Poderão participar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos:

a) Diploma de graduação em Medicina por instituição reconhecida pelo MEC;
b) Registro ativo no Conselho representativo de Classe, sem pendências;
c) Comprovação de especialização em Psiquiatria (Residência Médica ou Título de Especialista);
d) Estar em dia com as obrigações eleitorais;
e) Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar (candidatos do sexo masculino);
f) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
g) Não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, condenação judicial criminal ou civil por ato de improbidade administrativa com trânsito em julgado, nem penalidade administrativa de demissão, bem como não ter tido contrato rescindido por justa causa por iniciativa da Administração Pública.

5.2 As inscrições serão gratuitas e realizadas exclusivamente por meio eletrônico, devendo o candidato encaminhar a documento exigida neste edital para o seguinte email - coordenacao.psf@perdoes.mg.gov.br, no período das 07:00 horas do dia 25/08/2026 até as 23h59min do dia 31/08/2026, observado o fuso horário de Brasília/DF.

5.3. O candidato deverá enviar o formulário de inscrição (Anexo IV) acompanhado dos seguintes documentos:

a) Cópia do CPF e RG;
b) Cópia de comprovante de residência;
c) Comprovante de escolaridade (declaração escolar, histórico ou certificado) e comprovante do registro de classe;
d) Documentos comprobatórios de experiência profissional (CTPS, declarações, contratos), conforme item 4;
e) Tabela de pontuação preenchida (Anexo III).

5.4. As cópias devem estar legíveis. Documentos ilegíveis não serão pontuados.

5.5. O candidato é responsável pela veracidade das informações prestadas. A constatação de falsidade documental, a qualquer momento, implicará na eliminação imediata e responsabilização civil e criminal cabível.

6. DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. A classificação obedecerá à ordem decrescente da pontuação total obtida na análise curricular.

6.2. Em caso de empate na pontuação total, serão adotados os seguintes critérios, em ordem de prioridade:

a) Maior pontuação obtida no critério de Experiência Profissional;
b) Maior pontuação obtida no critério de Titulação Acadêmica;
c) Maior idade;

d) Caso a igualdade persista, será realizado sorteio público com a participação dos candidatos empatados.

7. DA EXPECTATIVA DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE CONVOCAÇÃO

7.1. A aprovação neste Processo Seletivo gera apenas expectativa de contratação, não constituindo direito subjetivo à admissão.

7.2. A eventual contratação ocorrerá exclusivamente em função de necessidade temporária e excepcional da Administração Pública, tais como afastamentos legais, licenças médicas, vacâncias temporárias ou outras situações que demandem substituição ou reforço transitório do quadro funcional.

7.3. A convocação obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final, observada a conveniência e oportunidade da Administração.

7.4. O contrato será firmado por prazo determinado, compatível com a duração da necessidade temporária que lhe deu causa, podendo ser rescindido a qualquer tempo por interesse da Administração ou em razão de concurso público para provimento efetivo do cargo.

7.5. O candidato convocado deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos do Município no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da convocação, munido da documentação exigida para contratação, sob pena de caracterizar renúncia tácita.

7.6. A convocação será realizada mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, sendo de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento das publicações.

8. DA VALIDADE DO CERTAME

8.1. O presente Processo Seletivo terá validade de 12 (doze) meses, contados da data de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

9. DO CRONOGRAMA

PROCEDIMENTO	PERÍODO
Publicação do Edital no Diário Oficial do Município	25/08/2026
Prazo para interposição de Recursos em face do Edital	25/08/2026 a 27/08/2026
Período de Inscrições e Entrega de Documentos	25/08/2026 a 31/08/2026
Divulgação do Resultado Preliminar	01/09/2026
Prazo para interposição de Recursos do Resultado Preliminar	02/09/2026
Divulgação Das Decisões dos Recursos e Resultado Final	04/09/2026
Início das Convocações	Conforme necessidade administrativa

9.1. Recursos Administrativos: deverão ser apresentados no prazo estabelecido, exclusivamente via e-mail para coordenacao.psf@perdoes.mg.gov.br, das 07:00h as 16:00h, com fundamentação detalhada e documentos probatórios. Recursos sem fundamentação serão imediatamente indeferidos.

9.2. Publicações Oficiais: todos os atos relativos a este Processo Seletivo serão publicados no Diário Oficial dos Municípios Mineiros (https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/pesquisar).

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. O candidato ao se inscrever declara conhecer e aceitar as condições estabelecidas neste Edital, seus Anexos e eventuais retificações.

10.2. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora designada para este Processo Seletivo.

10.3. A comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

- Maria Madalena de Olivera – Coordenadora de Atenção Primária; (Presidente)
- Caroline Layane Carvalho Nascimento – Chefe de Divisão de Saúde;
- Wilgnner Dias da Gama – Controlador Interno.

10.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações, convocações, comunicados e resultados referentes a este Processo Seletivo, publicados no meio oficial do Município, não cabendo alegação de desconhecimento.

10.5. Fica eleito o foro da Comarca de Perdões/MG para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste Processo Seletivo.

10.6. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Perdões/MG, 24 de agosto de 2026

GUILHERME PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal de Perdões

MARIA MADALENA DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – CARGOS E ATRIBUIÇÕES

MÉDICO PSIQUIATRA CERSAM

ATRIBUIÇÕES: Realizar avaliações psiquiátricas, diagnósticos e tratamentos de transtornos mentais e comportamentais; prescrever e monitorar medicações psicotrópicas; atuar nos serviços de saúde mental do município, incluindo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e demais equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); elaborar projetos terapêuticos singulares em conjunto com a equipe multiprofissional; realizar visitas domiciliares e atendimentos em crise; participar de reuniões de equipe, supervisões clínicas e atividades de educação continuada; preencher prontuários eletrônicos e relatórios; realizar laudos, pareceres e perícias quando solicitado; realizar notificações compulsórias pertinentes; exercer demais atribuições inerentes ao cargo, conforme normas do CRM e legislação vigente.

ANEXO II – VAGAS

QTD. VAGAS	FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	C. HORÁRIA	SALÁRIO BASE	REQUISITO
01 (uma) + Cadastro de Reserva para eventual contratação temporária ou para cobertura de férias.	MÉDICO PSIQUIATRA CERSAM	Secretaria Municipal de Saúde	10h semanais	R$3.532,56 Nível 14-A	Possuir Curso Superior Completo em Medicina e Registro Regular no Órgão de Classe Competente – CRM + comprovação de especialização em Psiquiatria (Residência Médica ou Título de Especialista);

Obs.: Os valores de remuneração serão definidos conforme tabela salarial do Município de Perdões, respeitada a legislação municipal vigente e a carga horária contratada.

ANEXO III – TABELA DE PONTUAÇÃO CURRICULAR

CRITÉRIO	PONTOS UNITÁRIOS	QUANTIDADE COMPROVADA	TOTAL
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (peso maior – até 6 pontos)			
Médico em Serviço Público (por ano completo)	1 pts/ano	_____ anos	_____
Médico em serviço privado de saúde (por ano completo)	1 pts/ano	_____ anos	_____
TITULAÇÃO ACADÊMICA (até 4 pontos)			
Doutorado na área médica ou da saúde	2 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Mestrado na área médica ou da saúde	1 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Pós-graduação / Especialização lato sensu (mín. 360h) – 1º curso	0,5 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Cursos de capacitação profissional – 1º título	0,25 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
Cursos de capacitação profissional – 2º título	0,25 pts	( ) Sim ( ) Não	_____
PONTUAÇÃO TOTAL DO CANDIDATO			_____

Obs.: A pontuação desta tabela é autodeclarada. A tabela deverá ser preenchida pelo candidato e entregue junto com os documentos comprobatórios. A Comissão Organizadora procederá à conferência de todos os documentos comprobatórios e realizará a pontuação oficial. Em caso de divergência, prevalecerá o resultado apurado pela Comissão.

ANEXO IV – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº 008/2026

DADOS DO CANDIDATO
Nome Completo:_____
Data de Nascimento: ____/____/_____ CPF: _____
Carteira de Identidade (RG): _____ Órgão Expedidor: _____
Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____
Endereço Completo: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Cargo pretendido: ( ) Médico Psiquiatra CERSAM
DOCUMENTOS ENTREGUES (marque os documentos incluídos no e-mail)
( ) Cópia do CPF e RG
( ) Cópia de comprovante de residência
( ) Diploma de graduação em Medicina
( ) Comprovante de registro ativo no Conselho de Classe
( ) Certificado de Residência Médica (se houver)
( ) Documentos de experiência profissional (CTPS, declarações, contratos)
( ) Diploma / Certificado de Doutorado (se houver)
( ) Diploma / Certificado de Mestrado (se houver)
( ) Diploma / Certificado de Pós-Graduação / Especialização (se houver)
( ) Cerificado de Curso capacitação profissional
( ) Tabela de pontuação preenchida e assinada (Anexo III)

Declaro que sou responsável pela veracidade das informações prestadas e dos documentos entregues, que atendo os requisitos exigidos e que aceito integralmente os termos do Edital nº 008/2026.

Perdões/MG, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Candidato

Publicado por:
Sávio Carvalho Dos Santos
Código Identificador:FFF4E2A8

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE POUSO ALEGRE

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL Nº 013.2026 - NIC NIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT
EDITAL - 13/2026 DE NOTIFICAÇÃO DA PENALIDADE POR NÃO IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR NIC

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações a baixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA REMESSA POSTAL (de preferência mediante aviso de recebimento) na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, á Rua Dionísio Machado, 96 - Bairro Centro, POUSO ALEGRE/MG, CEP. 37553-406. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 9.503/97).

*** A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3112-3828.**

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
BOC3950	N800013994	03/12/2025	5002-0	390,46
QXX6J49	N800017290	22/04/2026	5002-0	260,32
TYA2C41	N800017291	22/04/2026	5002-0	260,32
SIA2A41	N800017292	22/04/2026	5002-0	260,32
PLH3F52	N800017293	22/04/2026	5002-0	260,32
KGB0758	N800017294	22/04/2026	5002-0	260,32
PUR6A49	N800017295	22/04/2026	5002-0	260,32
SYJ2E96	N800017297	22/04/2026	5002-0	260,32
RNV4C16	N800017298	22/04/2026	5002-0	260,32
ERN3J84	N800017300	22/04/2026	5002-0	260,32
EET8672	N800017301	22/04/2026	5002-0	260,32
QOR3090	N800017303	22/04/2026	5002-0	260,32
EWE5602	N800017304	22/04/2026	5002-0	260,32
ERN3J84	N800017305	22/04/2026	5002-0	260,32
SHG8B05	N800017306	22/04/2026	5002-0	260,32
SYP2J95	N800017307	22/04/2026	5002-0	260,32
GBI2J94	N800017308	22/04/2026	5002-0	260,32
TDI2J72	N800017309	22/04/2026	5002-0	260,32
GTN2J79	N800017310	22/04/2026	5002-0	260,32
OKY8A94	N800017311	22/04/2026	5002-0	260,32
EMG8B10	N800017312	22/04/2026	5002-0	260,32
OKY8A94	N800017313	22/04/2026	5002-0	260,32
HJT3F08	N800017314	22/04/2026	5002-0	260,32
QOG5681	N800017315	22/04/2026	5002-0	260,32
OKY8A94	N800017316	22/04/2026	5002-0	260,32
OWP8D44	N800017317	22/04/2026	5002-0	260,32
OKY8A94	N800017318	22/04/2026	5002-0	260,32
SYI9I73	N800017319	22/04/2026	5002-0	260,32
QMZ2C12	N800017321	22/04/2026	5002-0	260,32
QON7236	N800017322	22/04/2026	5002-0	390,46
DAR6D82	N800017324	22/04/2026	5002-0	260,32
QMY9F43	N800017325	22/04/2026	5002-0	260,32
RTW7F48	N800017326	22/04/2026	5002-0	260,32
LUZ9J62	N800017327	22/04/2026	5002-0	260,32
FIM2G37	N800017328	22/04/2026	5002-0	260,32
OPM9270	N800017329	22/04/2026	5002-0	260,32
ATW9J33	N800017330	22/04/2026	5002-0	260,32
SYI9I73	N800017331	22/04/2026	5002-0	260,32
SJF7F79	N800017332	22/04/2026	5002-0	390,46
FDM6H61	N800017333	22/04/2026	5002-0	586,94
TDR7D58	N800017334	22/04/2026	5002-0	260,32
SHU7A84	N800017335	22/04/2026	5002-0	260,32
HDF1524	N800017336	22/04/2026	5002-0	260,32
EKZ6B22	N800017337	22/04/2026	5002-0	260,32
SHU7A84	N800017338	22/04/2026	5002-0	260,32
HGX5940	N800017339	22/04/2026	5002-0	390,46
GEB4A70	N800017340	22/04/2026	5002-0	260,32
SIF7E00	N800017341	22/04/2026	5002-0	260,32
TJP0A08	N800017342	22/04/2026	5002-0	260,32
DTC6J94	N800017343	22/04/2026	5002-0	260,32
QOG5681	N800017344	22/04/2026	5002-0	260,32
GEB4A70	N800017345	22/04/2026	5002-0	260,32
ECM9C97	N800017346	22/04/2026	5002-0	260,32
TCH9G00	N800017347	22/04/2026	5002-0	260,32
TDY3F52	N800017348	22/04/2026	5002-0	260,32
FXW7I47	N800017349	22/04/2026	5002-0	260,32
GDK4323	N800017350	22/04/2026	5002-0	390,46
OKY8A94	N800017351	22/04/2026	5002-0	260,32
FVD5755	N800017352	22/04/2026	5002-0	260,32
PYO8A92	N800017353	22/04/2026	5002-0	260,32
STE2A17	N800017354	22/04/2026	5002-0	260,32
ERB7962	N800017355	22/04/2026	5002-0	260,32

TCK3B05	N800017356	22/04/2026	5002-0	390,46
EMV7157	N800017357	22/04/2026	5002-0	260,32
RFQ5A22	N800017358	22/04/2026	5002-0	260,32
QPM3681	N800017359	22/04/2026	5002-0	260,32
SYR1J19	N800017360	22/04/2026	5002-0	260,32
RTI5C99	N800017361	22/04/2026	5002-0	586,94
RUI7J67	N800017363	22/04/2026	5002-0	260,32
QPN7577	N800017364	22/04/2026	5002-0	260,32
TXF8D85	N800017365	22/04/2026	5002-0	260,32
RUD1E19	N800017367	22/04/2026	5002-0	260,32
RMH7C79	N800017368	22/04/2026	5002-0	260,32
SEI5D65	N800017369	22/04/2026	5002-0	586,94
SRX1F20	N800017370	22/04/2026	5002-0	260,32
DQO7H89	N800017371	22/04/2026	5002-0	260,32
SYL6G50	N800017373	22/04/2026	5002-0	586,94
DQO7H89	N800017375	22/04/2026	5002-0	260,32
DAR6D82	N800017376	22/04/2026	5002-0	260,32
PPP7E55	N800017378	22/04/2026	5002-0	390,46
SIS2E47	N800017379	22/04/2026	5002-0	260,32
TAL6F26	N800017380	22/04/2026	5002-0	260,32
SYX0J89	N800017381	22/04/2026	5002-0	260,32
TXD8I77	N800017383	22/04/2026	5002-0	260,32
TBV1A58	N800017385	22/04/2026	5002-0	260,32
RAN0B52	N800017386	22/04/2026	5002-0	586,94
RFH0F32	N800017387	22/04/2026	5002-0	586,94
TEJ1I12	N800017388	22/04/2026	5002-0	260,32
TCK2E22	N800017389	22/04/2026	5002-0	260,32
GJH5G23	N800017390	22/04/2026	5002-0	260,32
BBA8B14	N800017391	22/04/2026	5002-0	260,32
HJD8614	N800017392	22/04/2026	5002-0	260,32
TEE2E83	N800017393	22/04/2026	5002-0	390,46
OKY8A94	N800017394	22/04/2026	5002-0	260,32
QWT8791	N800017395	22/04/2026	5002-0	260,32
SYY5A12	N800017396	22/04/2026	5002-0	260,32
QUV6C00	N800017397	22/04/2026	5002-0	260,32
UEH0B48	N800017398	22/04/2026	5002-0	260,32
BBA8B14	N800017400	22/04/2026	5002-0	260,32
QQQ3750	N800017401	22/04/2026	5002-0	586,94
PIY3D81	N800017402	22/04/2026	5002-0	260,32
OVI7F80	N800017403	22/04/2026	5002-0	260,32
RAZ7C87	N800017404	22/04/2026	5002-0	260,32
TEC2E94	N800017405	22/04/2026	5002-0	260,32
SYQ1I32	N800017406	22/04/2026	5002-0	390,46
TJF9H06	N800017407	22/04/2026	5002-0	260,32
RFL6G40	N800017408	22/04/2026	5002-0	260,32
GWR8188	N800017409	22/04/2026	5002-0	260,32
HLA8323	N800017411	22/04/2026	5002-0	260,32
FWD1E88	N800017412	22/04/2026	5002-0	260,32
EET7714	N800017413	22/04/2026	5002-0	586,94
SIK1I44	N800017414	22/04/2026	5002-0	260,32
FQA7B64	N800017416	22/04/2026	5002-0	260,32
GBI0G38	N800017417	22/04/2026	5002-0	260,32
EUR8J62	N800017418	22/04/2026	5002-0	1760,82
TZA2B32	N800017419	22/04/2026	5002-0	260,32
TIZ6J39	N800017420	22/04/2026	5002-0	260,32
FPX6E76	N800017421	22/04/2026	5002-0	1760,82
OXI9099	N800017423	22/04/2026	5002-0	390,46
OLY4B52	N800017424	22/04/2026	5002-0	390,46
TEX9C44	N800017425	22/04/2026	5002-0	390,46
RVD7G79	N800017427	22/04/2026	5002-0	260,32
SSQ8G10	N800017428	22/04/2026	5002-0	260,32
TCD3I69	N800017429	22/04/2026	5002-0	260,32
HJT3122	N800017430	22/04/2026	5002-0	390,46
SJG9H68	N800017433	22/04/2026	5002-0	260,32
SSB4J74	N800017434	22/04/2026	5002-0	390,46
QYS1H46	N800017435	22/04/2026	5002-0	586,94
SIM4E14	N800017436	22/04/2026	5002-0	586,94
HHD7411	N800017437	22/04/2026	5002-0	260,32
BZA4J93	N800017438	22/04/2026	5002-0	390,46
RFW8C64	N800017439	22/04/2026	5002-0	586,94
TBU2I56	N800017441	22/04/2026	5002-0	390,46
RFY8F75	N800017442	22/04/2026	5002-0	586,94
PZB3F29	N800017443	22/04/2026	5002-0	586,94
TBP3D75	N800017444	22/04/2026	5002-0	260,32
GEB4A70	N800017445	22/04/2026	5002-0	260,32
DAR6D82	N800017446	22/04/2026	5002-0	390,46
GEB4A70	N800017447	22/04/2026	5002-0	260,32
SUF2I04	N800017448	22/04/2026	5002-0	260,32
NTC6664	N800017449	22/04/2026	5002-0	260,32
QPL3810	N800017450	22/04/2026	5002-0	260,32
TJP0A08	N800017451	22/04/2026	5002-0	260,32
SYT1G06	N800017452	22/04/2026	5002-0	260,32
COV9E46	N800017453	22/04/2026	5002-0	260,32
GGF5F34	N800017454	22/04/2026	5002-0	260,32
RTN5I59	N800017455	22/04/2026	5002-0	260,32
TIX4I87	N800017456	22/04/2026	5002-0	390,46
QQA7J29	N800017457	22/04/2026	5002-0	260,32
PWL1119	N800017458	22/04/2026	5002-0	260,32
STG0J36	N800017459	22/04/2026	5002-0	260,32

DGY4D16	N800017460	22/04/2026	5002-0	260,32
SIT0E96	N800017461	22/04/2026	5002-0	260,32
STQ2D54	N800017462	22/04/2026	5002-0	260,32
TEB7H69	N800017463	22/04/2026	5002-0	390,46
SYF0E94	N800017464	22/04/2026	5002-0	390,46
SJB8H36	N800017465	22/04/2026	5002-0	390,46
FTZ4F44	N800017466	22/04/2026	5002-0	390,46
TDY9J97	N800017467	22/04/2026	5002-0	390,46
HCM5106	N800017468	22/04/2026	5002-0	390,46
TKY1I97	N800017469	28/04/2026	5002-0	260,32
EOC6419	N800017470	28/04/2026	5002-0	260,32
FOC2532	N800017471	28/04/2026	5002-0	260,32
SVL3D32	N800017472	28/04/2026	5002-0	260,32
DVT6A94	N800017473	28/04/2026	5002-0	390,46
GJS2D82	N800017474	28/04/2026	5002-0	260,32
STO1E64	N800017475	28/04/2026	5002-0	260,32
QOZ6364	N800017479	28/04/2026	5002-0	260,32
TLL6D88	N800017480	28/04/2026	5002-0	260,32
TKR5I93	N800017481	28/04/2026	5002-0	260,32
TXA4I05	N800017482	28/04/2026	5002-0	260,32
GAX2A32	N800017483	28/04/2026	5002-0	260,32
TDS2C10	N800017485	28/04/2026	5002-0	260,32
TCV8D44	N800017486	28/04/2026	5002-0	260,32
TIT1A26	N800017491	28/04/2026	5002-0	390,46
EVR8683	N800017495	28/04/2026	5002-0	390,46
RMM8H43	N800017496	28/04/2026	5002-0	260,32
SVV2I86	N800017498	28/04/2026	5002-0	260,32
QOE0422	N800017499	28/04/2026	5002-0	260,32
TAQ3B59	N800017502	28/04/2026	5002-0	260,32
TAR3C92	N800017504	28/04/2026	5002-0	390,46
QXZ5D29	N800017506	28/04/2026	5002-0	586,94
OYP6I16	N800017507	28/04/2026	5002-0	390,46
Tipo de documento: NIC - Data da geração: 20 de agosto de 2026 - Total de registros: 183				

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade De Transito

Publicado por:
Leonardo Oliveira da Silva
Código Identificador:B44C7D40

SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO
EDITAL Nº 035.2026 - NIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT
EDITAL - 35/2026 DA NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA RELATIVAA INFRAÇÕES DE TRÂNSITO

Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, em conformidade com as disposições e competências estabelecidas pela Lei Federal nº. 9.503/97 e pela Resolução do CONTRAN nº. 918/2022, após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, NOTIFICA através do presente Edital, os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, da aplicação das respectivas penalidades de multas referentes aos autos de infrações a baixo especificados. Fica estabelecido prazo máximo de 30 dias, contados da publicação desde edital, para a facultativa interposição de recurso administrativo, conforme normatizações do CTB - Código de Trânsito Brasileiro e CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. O recurso por ventura interposto, deverá ser entregue PESSOALMENTE ou VIA REMESSA POSTAL (de preferência mediante aviso de recebimento) na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte - SMTT, á Rua Dionísio Machado, 96 - Bairro Centro, POUSO ALEGRE/MG, CEP. 37553-406. Para a obtenção de 20% de desconto, a multa deverá ser paga em até 30 dias a partir da data de publicação do presente Edital (artigo 284 da lei Federal n° 9.503/97).

*** A disponibilidade do atendimento presencial está sujeita a possíveis restrições estabelecidas por decreto municipal ou estadual. Favor conferir a disponibilidade pelo telefone: (35) 3112-3828.**

PLACA	NRO AIT	DATA DA INFRAÇÃO	CÓDIGO INFRAÇÃO	VALOR DA MULTA
ELM4024	P100087351	19/05/2020	7455-0	130,16
HCM3152	C101809941	12/04/2021	7455-0	130,16
PXC6H05	L002849767	12/04/2021	5541-2	195,23
HOF8391	L002849380	13/04/2021	5541-2	195,23
LRU4J19	L002844176	13/04/2021	5819-6	880,41
OWJ9757	L002850002	13/04/2021	5185-1	195,23
PYX3468	B100199653	13/04/2021	7463-0	195,23
FDO0I42	L002850302	14/04/2021	5541-2	195,23
HOF8391	L002849395	14/04/2021	5541-2	195,23
AJE4507	P100158081	15/04/2021	7463-0	195,23
OQK5087	L002845936	15/04/2021	5185-1	195,23
GBN2390	L002847022	16/04/2021	7633-2	293,47
BVQ8778	L002848036	19/04/2021	5185-1	195,23
GDE0C15	L002850352	19/04/2021	5541-2	195,23
QUT5500	L002850559	19/04/2021	5541-2	195,23
QNS4C67	L002846742	20/04/2021	6050-1	293,47
HCM5702	B100219893	21/04/2021	7471-0	880,41
KZU1360	P100159160	21/04/2021	7455-0	130,16
HMT3157	L002850715	22/04/2021	6017-5	293,47
QPR5A66	L002850710	22/04/2021	7633-1	293,47
RFM0G88	L002849560	22/04/2021	7633-1	293,47
PXP0701	L002850420	23/04/2021	5541-2	195,23
QPH9049	B100227703	23/04/2021	7455-0	130,16
HGX8922	L002846752	23/04/2021	6050-1	293,47

EEK6300	L002849577	27/04/2021	7633-1	293,47
QXM7171	L002850842	27/04/2021	5541-2	195,23
QOO1996	L002849578	27/04/2021	7633-1	293,47
OWL4505	L002848063	28/04/2021	5738-0	293,47
QUE5144	L002848675	28/04/2021	7633-2	293,47
NMB5718	L002849846	28/04/2021	5568-0	195,23
OLZ5039	L002848067	29/04/2021	5452-5	195,23
FXF4G33	L002850748	30/04/2021	7633-2	293,47
QXX2I79	L002847049	01/05/2021	7633-1	293,47
PVC7881	L002848123	03/05/2021	7633-2	293,47
PVW7413	L002828566	04/05/2021	5185-1	195,23
QOE7707	L002849156	04/05/2021	5738-0	293,47
HJT0289	L002849645	06/05/2021	5185-1	195,23
BXH1515	L002849686	12/05/2021	7633-1	293,47
HME0E61	L002850260	13/05/2021	5452-6	195,23
ENA4440	C101875281	14/05/2021	7463-0	195,23
HOA2424	L002851230	14/05/2021	7633-2	293,47
HOB9440	L002845968	20/05/2021	5738-0	293,47
RMG6J42	L002851816	21/05/2021	5991-0	293,47
RFA7F87	L002851264	25/05/2021	5185-1	195,23
KIN6G84	L002849452	26/05/2021	5568-0	195,23
EEM2A98	L002852046	31/05/2021	7625-2	293,47
RFD6G81	L002849491	07/06/2021	6050-1	293,47
HOF1830	L002850629	18/06/2021	5541-4	195,23
HDF0H33	L002858724	30/07/2021	5541-2	195,23
HDB0472	C102079111	18/08/2021	7463-0	195,23
RFT8B48	L002859430	24/08/2021	5550-0	130,16
CEC7248	L002861202	25/08/2021	5541-2	195,23
JPZ2869	L002859187	26/08/2021	7633-2	293,47
HEL9207	L002860814	26/08/2021	5541-7	195,23
EBN0647	L002858852	27/08/2021	7633-2	293,47
RMD3A04	L002860870	28/08/2021	5185-1	195,23
HDF2772	L002861429	30/08/2021	5541-2	195,23
QPU6837	L002861109	30/08/2021	5541-2	195,23
RNM4E63	L002861428	30/08/2021	5541-2	195,23
HEG0929	L002858118	31/08/2021	5207-0	88,38
PYY5583	L002861328	31/08/2021	7633-1	293,47
DFV9772	L002861495	01/09/2021	5541-2	195,23
FBN0587	L002859699	03/09/2021	7633-2	293,47
QOB6718	L002860163	03/09/2021	5541-2	195,23
KRO5948	C102205941	11/09/2021	7455-0	130,16
DHV0384	L002862547	12/09/2021	6530-0	195,23
OQL9482	B100519533	12/09/2021	7455-0	130,16
GUY8583	L002862337	13/09/2021	5541-2	195,23
RMD3A04	L002860634	13/09/2021	5185-1	195,23
ARY7188	L002862809	14/09/2021	5541-2	195,23
HHD1183	L002861925	14/09/2021	5550-0	130,16
PXO0558	L002862661	14/09/2021	5541-2	195,23
PYS2929	L002861927	14/09/2021	5967-0	1467,35
HLJ1495	L002862814	14/09/2021	5541-2	195,23
RMH8J91	L002860650	14/09/2021	7633-1	293,47
HHD7091	L002860783	15/09/2021	7684-2	130,16
MEI2G44	L002861267	15/09/2021	7633-1	293,47
PXO8416	L002861571	15/09/2021	5185-1	195,23
QXJ1210	L002860655	15/09/2021	5185-1	195,23
QPX4E80	L002860744	15/09/2021	7684-2	130,16
GXS5937	P100190916	16/09/2021	7455-0	130,16
PVD0239	L002862378	16/09/2021	5541-2	195,23
QQO8601	L002863313	17/09/2021	5541-2	195,23
RMD3A04	L002860665	17/09/2021	5185-1	195,23
HJT4185	L002861575	18/09/2021	5185-1	195,23
OQL9482	L002858171	20/09/2021	5185-1	195,23
QPV0F68	L002854732	20/09/2021	5541-3	195,23
RMO5C64	L002861833	21/09/2021	5541-2	195,23
PUV6542	L002858989	22/09/2021	7625-2	293,47
QXS8A49	L002858900	23/09/2021	7633-1	293,47
GXI0026	L002860694	24/09/2021	5185-1	195,23
PXJ1542	L002862079	24/09/2021	6530-0	195,23
KRO5948	C102273921	26/09/2021	7463-0	195,23
HDF0553	L002863691	27/09/2021	5185-1	195,23
HAM9D74	L002863486	27/09/2021	5541-1	195,23
DKE9H62	L002864031	28/09/2021	5185-1	195,23
HHD7091	L002862908	29/09/2021	7684-2	130,16
HOB4451	L002865122	29/09/2021	5185-1	195,23
DKF7452	L002864287	29/09/2021	5541-2	195,23
MHE6477	L002862966	29/09/2021	5185-1	195,23
QPC1855	L002861674	30/09/2021	7633-2	293,47
EWN8I25	L002863843	02/10/2021	6530-0	195,23
HHD7091	L002863845	02/10/2021	7684-2	130,16
IVZ3D67	L002863848	02/10/2021	5185-1	195,23
BRV8632	L002866065	04/10/2021	7684-2	130,16
DQF6545	L002861980	04/10/2021	6017-4	293,47
FGZ4353	L002865189	04/10/2021	5185-1	195,23
FLN3F20	L002865372	04/10/2021	5541-2	195,23
NYD9I91	L002865396	04/10/2021	5541-2	195,23
OPX6678	L002866075	04/10/2021	7684-2	130,16
QUR1119	L002865389	04/10/2021	5541-2	195,23
QOF3756	L002861687	04/10/2021	7633-2	293,47
HCZ4956	L002866009	04/10/2021	7684-2	130,16

EBT4F76	L002866220	05/10/2021	5541-2	195,23
OWO3214	L002864866	05/10/2021	7366-2	130,16
BES1E71	C102307701	05/10/2021	7463-0	195,23
PYZ6C66	L002866221	05/10/2021	5541-2	195,23
FHK4476	L002865714	06/10/2021	5541-1	195,23
OQE9245	L002866228	06/10/2021	5541-2	195,23
RMR9F55	L002864875	06/10/2021	7684-2	130,16
QXL7137	L002861054	06/10/2021	7633-1	293,47
BES1E71	C102310221	06/10/2021	7463-0	195,23
HEO8937	L002865721	06/10/2021	5541-1	195,23
BES1E71	C102313081	07/10/2021	7463-0	195,23
EBT4F76	L002866276	08/10/2021	5541-2	195,23
HIW0J70	L002863204	08/10/2021	7633-1	293,47
BES1E71	C102317811	08/10/2021	7463-0	195,23
PWJ7808	L002865199	08/10/2021	5185-1	195,23
CNY1682	C102323421	09/10/2021	7463-0	195,23
DDJ0077	L002861988	09/10/2021	7625-2	293,47
OMA4D45	L002866533	09/10/2021	6530-0	195,23
PUE5309	L002864147	09/10/2021	5541-2	195,23
OWY2991	P100195272	10/10/2021	7463-0	195,23
OMG6F10	L002865608	11/10/2021	6050-1	293,47
BES1E71	C102334201	11/10/2021	7463-0	195,23
FHK4476	L002866303	13/10/2021	5541-2	195,23
OQK6751	L002866308	13/10/2021	5541-2	195,23
QUY9740	L002865771	13/10/2021	5541-2	195,23
QUH0710	L002857480	13/10/2021	7633-1	293,47
BES1E71	C102341901	13/10/2021	7463-0	195,23
EIL5584	L002865773	13/10/2021	5541-2	195,23
FLY9E27	L002857478	13/10/2021	6041-1	195,23
HNB9884	L002857490	14/10/2021	5738-0	293,47
MZX7265	L002865783	14/10/2021	5541-2	195,23
HAM8623	L002865985	14/10/2021	5185-1	195,23
GWR9137	L002866344	15/10/2021	5541-2	195,23
PAQ7437	L002866703	15/10/2021	7633-1	293,47
PVX9168	L002864644	15/10/2021	7633-2	293,47
PVC1734	L002864069	15/10/2021	6050-1	293,47
QOT0550	L002864934	16/10/2021	6050-1	293,47
QUZ6980	L002866375	16/10/2021	5541-2	195,23
OPS1520	B100565513	16/10/2021	7455-0	130,16
EVV6325	L002868206	01/11/2021	5185-1	195,23
PUN9560	L002866871	03/11/2021	5541-2	195,23
HEX5733	L002868245	04/11/2021	5185-1	195,23
HFM9A95	L002869031	08/11/2021	5878-0	130,16
RJK6B88	L002867934	09/11/2021	5550-0	130,16
PXW1139	L002868677	11/11/2021	5541-2	195,23
OPY2G13	L002868793	12/11/2021	5541-2	195,23
HJT0067	L002870216	16/11/2021	5541-2	195,23
RJK6B88	L002869448	18/11/2021	5541-1	195,23
OMD1B25	L002870670	01/12/2021	7633-1	293,47
PZX1153	L002870931	01/12/2021	5541-2	195,23
OQV9D08	L002871170	07/12/2021	5541-2	195,23
CJY2769	L002872311	07/12/2021	5185-1	195,23
GEP5333	L002872407	08/12/2021	5541-2	195,23
HEM0906	L002872607	08/12/2021	7684-2	130,16
HEX7B89	L002870854	08/12/2021	5452-1	195,23
HIZ4804	L002871252	08/12/2021	5967-0	1467,35
QPX2107	L002872505	08/12/2021	7633-1	293,47
RFX0I78	L002869190	08/12/2021	5967-0	1467,35
FYZ8C68	L002872321	09/12/2021	5452-5	195,23
HCN5I92	L002871281	10/12/2021	5452-2	195,23
PYI0551	L002872425	10/12/2021	5541-2	195,23
OWQ7534	L002869618	10/12/2021	5185-1	195,23
PWS4626	L002872429	10/12/2021	5541-2	195,23
QPR3455	L002862184	30/12/2021	5452-2	195,23
PVO5D69	L002873609	03/01/2022	6866-1	293,47
RJK6B88	P100212740	05/01/2022	7455-0	130,16
RNN8G28	L002875347	14/02/2022	7633-1	293,47
OXK3A29	L002876839	21/03/2022	5452-6	195,23
PVJ1644	L002881291	20/04/2022	5541-2	195,23
PYO7844	L002879553	26/04/2022	5541-2	195,23
DHO6C52	L002880679	27/04/2022	5541-1	195,23
OPI8I67	L002879498	05/05/2022	5541-1	195,23
PUS6331	L002881978	05/05/2022	5541-2	195,23
HNS5014	P100230330	07/05/2022	7471-0	880,41
OLZ8667	L002882829	08/05/2022	5525-0	130,16
RTS7E19	L002882467	09/05/2022	5541-2	195,23
RTS7E19	L002882278	09/05/2022	5541-2	195,23
RNQ2I72	L002881723	10/05/2022	7633-1	293,47
QUF7141	L002883535	12/05/2022	5185-1	195,23
EMW7C62	L002881736	13/05/2022	7625-2	293,47
PXA9023	L002883514	13/05/2022	5541-2	195,23
KPO5012	L002883519	13/05/2022	5541-2	195,23
QXH0392	L002880388	13/05/2022	5550-0	130,16
FSZ9992	P100231011	14/05/2022	7471-0	880,41
HOG9509	L002883527	14/05/2022	5541-2	195,23
PWC9J25	L002880393	17/05/2022	5967-0	1467,35
RTI3G56	L002883344	18/05/2022	5185-1	195,23
QWS5G27	B100738213	20/05/2022	7463-0	195,23
HEC1B39	L002880589	21/05/2022	7625-2	293,47

FIH2650	L002884126	24/05/2022	7625-1	293,47
EWT5888	L002881762	24/05/2022	7633-1	293,47
QOE1993	L002872942	24/05/2022	6050-1	293,47
QUE6181	L002880870	24/05/2022	7633-1	293,47
HGY2D75	L002884410	24/05/2022	5541-1	195,23
GTO8393	L002884513	25/05/2022	5185-1	195,23
KXQ8726	L002883856	25/05/2022	5541-7	195,23
QNL8894	L002883264	25/05/2022	7684-2	130,16
HJE6153	L002883852	25/05/2022	5185-1	195,23
HHD7902	L002884803	27/05/2022	5541-2	195,23
JVM9847	L002883655	27/05/2022	5541-2	195,23
PYB5C29	L002883650	27/05/2022	5541-2	195,23
RTO0D31	L002881786	01/06/2022	5452-6	195,23
PUP8197	L002884759	02/06/2022	5541-2	195,23
RNA7C10	L002880901	03/06/2022	7633-1	293,47
QNO9048	L002884929	03/06/2022	5541-2	195,23
QQK1854	L002884084	07/06/2022	5487-0	195,23
RNH7C91	L002872995	07/06/2022	5452-1	195,23
BFN9514	L002883754	10/06/2022	5185-1	195,23
FCL7I25	L002886417	10/06/2022	5452-2	195,23
EVJ9004	L002886806	11/06/2022	5185-1	195,23
HJT0F56	L002886813	13/06/2022	5185-2	195,23
NYB8337	L002885832	15/06/2022	5541-2	195,23
OPT0C04	L002885151	15/06/2022	5738-0	293,47
EBA8203	L002886490	18/06/2022	5541-2	195,23
OOZ9445	L002885889	20/06/2022	5541-2	195,23
RTT3I52	L002885953	21/06/2022	7056-1	293,47
BJM3F10	L002887350	22/06/2022	5541-2	195,23
HFC2699	C103012241	24/06/2022	7455-0	130,16
QWY0D43	L002887722	28/06/2022	7633-2	293,47
GFT6657	L002888336	29/06/2022	5452-1	195,23
HEI6464	L002888238	29/06/2022	5541-2	195,23
RNO9I28	L002888742	29/06/2022	5185-1	195,23
HJT4830	L002888904	01/07/2022	5185-1	195,23
NYB8337	L002888292	04/07/2022	5541-2	195,23
EIJ5698	L002889224	05/07/2022	7625-1	293,47
FHL7953	L002887259	05/07/2022	5185-1	195,23
HJT0F56	L002889473	05/07/2022	5185-1	195,23
EWO7D19	C103040401	06/07/2022	7463-0	195,23
PXS7272	L002886382	06/07/2022	6050-1	293,47
GAI2B60	P100238139	07/07/2022	7455-0	130,16
LND3983	L002888593	08/07/2022	5541-2	195,23
CAL1367	L002890215	09/07/2022	5185-1	195,23
GZH0F85	L002890208	09/07/2022	5185-1	195,23
FAO3566	L002890358	11/07/2022	5185-2	195,23
RUI5B56	L002890026	12/07/2022	7684-2	130,16
RFN2B41	L002886993	13/07/2022	6050-1	293,47
HGE1440	L002889119	17/07/2022	7684-2	130,16
LUD5120	L002899235	30/09/2022	7633-1	293,47
RNJ9E76	L002898461	07/10/2022	7633-2	293,47
PUY2462	C103198691	10/10/2022	7455-0	130,16
PYA3981	P100253924	07/11/2022	7455-0	130,16
EGG5030	C103277341	15/11/2022	7455-0	130,16
HCT6849	C103295491	22/11/2022	7455-0	130,16
RUR5G45	P100258203	02/12/2022	7455-0	130,16
EPO0963	P100258280	03/12/2022	7455-0	130,16
FWL9G96	L002908458	08/12/2022	5550-0	130,16
HAM6829	C103368311	29/12/2022	7455-0	130,16
HDF2548	C103367871	29/12/2022	7463-0	195,23
RVP4E74	C103368531	29/12/2022	7455-0	130,16
QNS6479	L002910472	30/12/2022	5541-2	195,23
OQV4731	L002912529	24/01/2023	5541-2	195,23
KZI2C85	C103421551	30/01/2023	7455-0	130,16
QUF2648	L002913235	02/02/2023	7684-2	130,16
DQY5161	C103439921	11/02/2023	7455-0	130,16
QXS1E93	L002915104	14/02/2023	7633-2	293,47
OPT4206	L002915286	16/02/2023	5541-2	195,23
ENB6545	L002914999	17/02/2023	5541-2	195,23
GCZ9001	L002916698	02/03/2023	5541-2	195,23
FFN5F02	L002917038	03/03/2023	5541-2	195,23
HFC2401	L002917035	03/03/2023	5541-2	195,23
QQU8B66	L002917533	03/03/2023	5568-0	195,23
ORH4E02	L002917430	04/03/2023	5541-2	195,23
GXO6243	C103469951	16/03/2023	7455-0	130,16
PUQ2708	L002919989	05/04/2023	5541-2	195,23
COZ9391	L002919437	05/04/2023	7625-2	293,47
EUJ4361	P300000572	06/04/2023	7471-0	880,41
HLQ9A90	P300000688	07/04/2023	7455-0	130,16
FMH5G44	P300000803	10/04/2023	7455-0	130,16
QXI1871	L002921142	13/04/2023	5185-1	195,23
QUK9750	P300000728	13/04/2023	7455-0	130,16
PXZ5H05	P300001585	09/05/2023	7455-0	130,16
PUR4B25	P300001624	11/05/2023	7455-0	130,16
GSW9056	P300001628	11/05/2023	7455-0	130,16
EBW9030	P300001629	11/05/2023	7455-0	130,16
ENA1I03	P300001632	11/05/2023	7455-0	130,16
DQV6482	P300001636	11/05/2023	7455-0	130,16
GRR5242	P300001650	12/05/2023	7455-0	130,16
GXU8965	P300001652	12/05/2023	7455-0	130,16

LNB3815	P300001661	12/05/2023	7455-0	130,16
RVT1A83	P300001662	12/05/2023	7455-0	130,16
FAG2D09	P300001641	12/05/2023	7455-0	130,16
DXZ0833	P300001675	13/05/2023	7455-0	130,16
DWE0228	P300001689	13/05/2023	7455-0	130,16
PYR0124	P300001691	13/05/2023	7455-0	130,16
FEA1658	P300001694	13/05/2023	7455-0	130,16
OME7436	P300001701	13/05/2023	7455-0	130,16
PNS3A37	L002924591	15/05/2023	5550-0	130,16
HHD6468	L002923646	17/05/2023	7684-1	130,16
HND8973	L002923652	17/05/2023	7684-1	130,16
NYB5F49	L002923654	17/05/2023	7684-1	130,16
QQL1204	L002923655	17/05/2023	7684-1	130,16
FEG2C19	L002925039	17/05/2023	5525-0	130,16
PWD0074	L002923657	18/05/2023	7684-1	130,16
GMQ8888	L002925073	18/05/2023	5550-0	130,16
EDW2208	L002928181	24/06/2023	5185-1	195,23
MWG2805	L002928182	24/06/2023	5185-1	195,23
EDQ4C98	L002928183	24/06/2023	5185-1	195,23
RTD9D05	L002926446	24/06/2023	7633-1	293,47
OXB1989	L002926447	24/06/2023	5550-0	130,16
EMF0694	L002926448	24/06/2023	5185-1	195,23
GYQ2868	L002926449	24/06/2023	5550-0	130,16
HCM5762	L002928184	24/06/2023	5185-1	195,23
LUX3703	L002927395	24/06/2023	5568-0	195,23
QWZ3F58	L002926327	25/06/2023	6050-1	293,47
OWT1251	L002926329	26/06/2023	5185-1	195,23
EZK9685	L002926330	26/06/2023	7633-1	293,47
KZF4E31	L002926331	26/06/2023	7633-1	293,47
HIR6510	L002927968	26/06/2023	5541-2	195,23
PVJ4083	L002927972	26/06/2023	5541-2	195,23
GYJ1913	L002925923	26/06/2023	7366-2	130,16
QNX7I78	L002927976	26/06/2023	5541-2	195,23
FOE4F02	L002927977	26/06/2023	5541-2	195,23
HFT7I05	L002927978	26/06/2023	5541-2	195,23
HDO6879	L002927980	26/06/2023	5541-2	195,23
ABY4856	L002927588	26/06/2023	5185-1	195,23
DFF6251	L002927589	26/06/2023	5185-1	195,23
OLP5012	L002928103	26/06/2023	5541-2	195,23
EAE3127	L002927648	26/06/2023	7633-1	293,47
GRI0F08	L002928107	26/06/2023	5541-2	195,23
QUI3J77	L002928108	26/06/2023	5541-2	195,23
QWZ1D79	L002927409	26/06/2023	5185-1	195,23
EJI6145	L002925924	26/06/2023	5185-1	195,23
NZR1247	L002927559	26/06/2023	5185-1	195,23
GXF6286	L002926921	26/06/2023	5185-1	195,23
HJT3729	L002927354	26/06/2023	5185-1	195,23
DHX6H45	L002927560	26/06/2023	5185-1	195,23
PUE2A27	L002927688	26/06/2023	7633-2	293,47
QXE3577	L002927689	26/06/2023	7633-2	293,47
HHF6D42	L002926452	26/06/2023	5185-1	195,23
AYU1B67	L002926453	26/06/2023	5185-1	195,23
EMN1103	L002926454	26/06/2023	7633-1	293,47
HKV7301	L002926455	26/06/2023	7633-1	293,47
FUN3G97	L002926456	26/06/2023	5185-1	195,23
RME3A49	L002927919	26/06/2023	5460-0	130,16
PVS3E06	L002928185	26/06/2023	5541-7	195,23
CTO2121	L002928188	26/06/2023	5720-0	195,23
EYO4604	L002928189	26/06/2023	5525-0	130,16
PWJ3109	L002928191	26/06/2023	5185-1	195,23
GKM6400	L002928193	26/06/2023	5541-7	195,23
PXS9289	L002928194	26/06/2023	5550-0	130,16
OQL9407	L002928196	26/06/2023	5541-2	195,23
HCV7469	L002928197	26/06/2023	5509-0	130,16
OPJ7H22	L002928198	26/06/2023	5509-0	130,16
HDK5E23	L002928199	26/06/2023	5568-0	195,23
RFJ3B89	L002928363	26/06/2023	5550-0	130,16
QUX1480	L002928362	26/06/2023	6050-1	293,47
FRV0345	L002928683	26/06/2023	5541-2	195,23
PVZ0433	L002928684	26/06/2023	5541-2	195,23
PYD5310	L002928685	26/06/2023	5541-2	195,23
LOP8760	L002928002	27/06/2023	5185-1	195,23
OLY7I63	L002927651	27/06/2023	7633-1	293,47
HAM6829	L002928004	27/06/2023	5185-1	195,23
OPV6A99	L002928111	27/06/2023	5541-2	195,23
PWI4568	L002928114	27/06/2023	5541-2	195,23
KYA8D18	L002928115	27/06/2023	5541-2	195,23
GDV3C97	L002928116	27/06/2023	5541-2	195,23
PXO6E31	L002928117	27/06/2023	5541-2	195,23
QQL2327	L002928120	27/06/2023	5541-2	195,23
CPU9I67	L002928121	27/06/2023	5541-2	195,23
RVJ7G74	L002928243	27/06/2023	5541-2	195,23
GWK6847	L002928246	27/06/2023	5541-2	195,23
GOZ5002	L002925926	27/06/2023	5568-0	195,23
ORA4C05	L002928247	27/06/2023	5541-2	195,23
GNU1106	L002925929	27/06/2023	5568-0	195,23
BZK8E67	L002928249	27/06/2023	5541-2	195,23
HBJ0168	L002928251	27/06/2023	5541-2	195,23
ERR2A25	L002927591	27/06/2023	7633-1	293,47

AVB1B05	L002928254	27/06/2023	5541-2	195,23
QUT9381	L002928255	27/06/2023	5541-2	195,23
QNY1477	L002927410	27/06/2023	5452-2	195,23
HLW1668	L002928257	27/06/2023	5541-2	195,23
HGY1949	L002926686	27/06/2023	5541-7	195,23
FRV0345	L002928258	27/06/2023	5541-2	195,23
ECZ3963	L002926391	27/06/2023	5550-0	130,16
ENH5826	L002926392	27/06/2023	7366-2	130,16
GBI8436	L002927471	27/06/2023	7633-1	293,47
PVG6G99	L002928009	27/06/2023	7633-1	293,47
HIB0030	L002928010	27/06/2023	7625-2	293,47
EVA9F49	L002927653	27/06/2023	6041-1	195,23
ERM3167	L002927411	27/06/2023	7633-1	293,47
HOB9833	L002927655	27/06/2023	7633-1	293,47
HOB9605	L002927882	27/06/2023	5452-6	195,23
GTO3A34	L002927656	27/06/2023	7633-1	293,47
BOZ0305	L002927356	27/06/2023	5185-1	195,23
CCK2429	L002927338	27/06/2023	5185-1	195,23
KIW3435	L002927883	27/06/2023	5185-1	195,23
HHC4I71	L002927884	27/06/2023	5185-1	195,23
GZI0666	L002927358	27/06/2023	5185-1	195,23
PXI4050	L002927359	27/06/2023	5541-1	195,23
EIX1417	L002926457	27/06/2023	5460-0	130,16
PUG8A16	L002926687	27/06/2023	7633-1	293,47
HHD7396	L002927690	27/06/2023	6050-1	293,47
HJT0E41	L002927691	27/06/2023	5452-6	195,23
HCY4791	L002927340	27/06/2023	6041-1	195,23
FJR5F37	L002927341	27/06/2023	6041-1	195,23
FGQ1098	L002927693	27/06/2023	5452-1	195,23
HOB9484	L002927694	27/06/2023	7633-1	293,47
FIL4G28	L002927922	27/06/2023	6041-1	195,23
SIA2B67	L002927924	27/06/2023	7684-1	130,16
RFD4H39	L002927926	27/06/2023	7684-1	130,16
ELV1G44	L002927927	27/06/2023	5819-6	880,41
GDA4H26	L002928369	27/06/2023	5185-1	195,23
HJD8011	L002928370	27/06/2023	5185-1	195,23
GKH0175	L002928372	27/06/2023	5185-1	195,23
DFV3987	L002928373	27/06/2023	5185-1	195,23
QQI6H21	L002927478	27/06/2023	5541-7	195,23
FTW9158	L002928378	27/06/2023	5185-1	195,23
FCY1325	L002928381	27/06/2023	5568-0	195,23
OJR2E72	L002928463	27/06/2023	5550-0	130,16
OXF6726	L002928466	27/06/2023	5185-1	195,23
KLM7C16	L002928467	27/06/2023	5185-1	195,23
QPG4628	L002928468	27/06/2023	7633-1	293,47
ARH4649	L002928473	27/06/2023	5452-2	195,23
FJY4H70	L002928687	27/06/2023	5541-2	195,23
DZF1J85	L002928691	27/06/2023	5541-2	195,23
PZF7000	L002925932	28/06/2023	5568-0	195,23
BML4837	L002925933	28/06/2023	5568-0	195,23
HAM9B59	L002928260	28/06/2023	5541-2	195,23
FRA3288	L002928261	28/06/2023	5541-2	195,23
DUD7117	L002928262	28/06/2023	5541-2	195,23
FFJ5B92	L002928263	28/06/2023	5541-2	195,23
CBK4G74	L002928266	28/06/2023	5541-2	195,23
HEH0A98	L002928267	28/06/2023	5541-2	195,23
RFZ2G29	L002928268	28/06/2023	5541-2	195,23
SHU2B01	L002928270	28/06/2023	5541-2	195,23
QPY6146	L002928271	28/06/2023	5541-2	195,23
FAZ5D53	L002927424	28/06/2023	7366-2	130,16
HEO8378	L002928275	28/06/2023	5541-2	195,23
FWI5F61	L002926688	28/06/2023	7366-2	130,16
FDO7D95	L002927136	28/06/2023	7633-1	293,47
RTR6A42	L002927137	28/06/2023	5452-2	195,23
EEO2817	L002928277	28/06/2023	5541-2	195,23
RMM1E40	L002928278	28/06/2023	5541-2	195,23
RTD9D05	L002926461	28/06/2023	7633-2	293,47
PCO4243	L002926989	28/06/2023	5185-1	195,23
QNZ1901	L002927473	28/06/2023	7625-2	293,47
HEF2363	L002926334	28/06/2023	5541-7	195,23
PYK7308	L002926336	28/06/2023	5185-1	195,23
FMQ1J79	L002926337	28/06/2023	5185-1	195,23
OPB3538	L002927695	28/06/2023	5452-1	195,23
SHX2A36	L002927696	28/06/2023	7633-1	293,47
OPC7667	L002928474	28/06/2023	5185-1	195,23
HBR0980	L002928475	28/06/2023	5185-1	195,23
HNO9518	L002928477	28/06/2023	5185-1	195,23
HHG7480	L002928478	28/06/2023	5185-1	195,23
FIP3A64	L002928476	28/06/2023	7633-1	293,47
LQB9D59	L002928479	28/06/2023	5185-1	195,23
BPU8644	L002928480	28/06/2023	5185-1	195,23
GTA2501	L002928542	28/06/2023	5185-1	195,23
ALR7894	L002928544	28/06/2023	5185-1	195,23
QUI7A79	L002928543	28/06/2023	5452-2	195,23
ERK1618	L002928548	28/06/2023	5525-0	130,16
RVU8E37	L002928550	28/06/2023	5550-0	130,16
ELO9635	P300003737	28/06/2023	7455-0	130,16
FWQ4A72	P300005398	09/09/2023	7455-0	130,16
LQR2G41	P300005400	09/09/2023	7455-0	130,16

GYS2357	L002934195	12/09/2023	5541-2	195,23
HAM9I19	L002934413	12/09/2023	5185-1	195,23
RMH6C94	P300006450	13/09/2023	6050-3	293,47
OLX0036	P300005634	14/09/2023	6050-3	293,47
OLY1598	L002934632	16/09/2023	6122-0	293,47
HAM9I19	L002934870	18/09/2023	5185-1	195,23
HCM4267	L002934814	20/09/2023	7633-2	293,47
AXE8G83	L002934138	20/09/2023	6866-1	293,47
RMH6C94	P300006467	20/09/2023	6050-3	293,47
OQW3796	L002935230	21/09/2023	6122-0	293,47
QOJ7649	P300005985	21/09/2023	6050-3	293,47
ERB2396	L002935426	22/09/2023	5185-1	195,23
HDF2469	L002935808	25/09/2023	5185-1	195,23
GHT8820	P300006404	27/09/2023	6050-3	293,47
RUJ4B46	P300006543	28/09/2023	6050-3	293,47
HJD7016	P300007492	07/10/2023	7455-0	130,16
HGY1949	L002936418	10/10/2023	5541-7	195,23
SHC9I97	P300008625	15/10/2023	6050-3	293,47
HCM5035	L002937406	16/10/2023	5541-2	195,23
RFD5H00	L002935681	16/10/2023	5185-2	195,23
GHT8820	P300008747	16/10/2023	6050-3	293,47
AZE3261	L002937899	17/10/2023	5991-0	293,47
PXL0481	L002937900	17/10/2023	5452-6	195,23
FUV4D40	P300008858	17/10/2023	6050-3	293,47
GHT8820	P300009012	18/10/2023	6050-3	293,47
OOZ0I66	L002937701	20/10/2023	7684-2	130,16
HBW1423	P300009138	20/10/2023	6050-3	293,47
EDW7I50	P300009139	20/10/2023	6050-3	293,47
CNZ0H86	P300009141	20/10/2023	6050-3	293,47
SHU3G41	P300009142	20/10/2023	7455-0	130,16
HBY4479	P300009143	20/10/2023	7463-0	195,23
QNA3E20	P300009144	20/10/2023	7455-0	130,16
HHF5265	P300009146	20/10/2023	7455-0	130,16
GUC4968	P300009147	20/10/2023	7455-0	130,16
QQB4622	P300009148	20/10/2023	7455-0	130,16
QXS4J70	P300009149	20/10/2023	7455-0	130,16
HHD9A44	P300009150	20/10/2023	7463-0	195,23
DHN0B40	P300009151	20/10/2023	7455-0	130,16
ELL1B17	P300009152	20/10/2023	7455-0	130,16
FDH1D63	P300009153	20/10/2023	7455-0	130,16
PWH6G07	P300009155	20/10/2023	7455-0	130,16
BMI4099	P300009156	20/10/2023	7455-0	130,16
DRO8451	P300009157	20/10/2023	7455-0	130,16
SIR7F10	P300009158	20/10/2023	7455-0	130,16
OWL3909	P300009159	20/10/2023	7455-0	130,16
GWI4447	P300009160	20/10/2023	7455-0	130,16
FKB8E83	P300009161	20/10/2023	7455-0	130,16
HJT1853	P300009162	20/10/2023	6050-3	293,47
HDT7D54	P300009163	20/10/2023	6050-3	293,47
GXY6603	P300009170	20/10/2023	7455-0	130,16
RTP4D99	P300009171	20/10/2023	7471-0	880,41
HEF2B49	P300009172	20/10/2023	7455-0	130,16
PZU6A90	P300009173	20/10/2023	7455-0	130,16
FRM9G95	P300009175	20/10/2023	7455-0	130,16
RNT6H85	P300009178	20/10/2023	7455-0	130,16
DDY5652	P300009179	20/10/2023	7455-0	130,16
EJF7589	P300009180	20/10/2023	7455-0	130,16
MTT3019	P300009183	20/10/2023	7455-0	130,16
DSD2226	P300009185	20/10/2023	7455-0	130,16
BNU2A48	P300009186	20/10/2023	7455-0	130,16
FWP2F10	P300009188	20/10/2023	6050-3	293,47
DTE9107	P300009190	20/10/2023	6050-3	293,47
HJD8B45	P300009193	20/10/2023	7455-0	130,16
HDF1037	P300009195	20/10/2023	6050-3	293,47
RTP3D38	P300009197	20/10/2023	7455-0	130,16
EHA3F84	P300009198	20/10/2023	6050-3	293,47
SIM9H46	P300009200	20/10/2023	7455-0	130,16
HHE9I85	P300009201	20/10/2023	7463-0	195,23
GWU4E63	P300009205	20/10/2023	6050-3	293,47
DQS0391	P300009206	20/10/2023	6050-3	293,47
LCZ5I32	P300009207	20/10/2023	6050-3	293,47
QXE3B62	P300009209	20/10/2023	6050-3	293,47
HNO9698	P300009210	20/10/2023	7455-0	130,16
HNO9698	P300009211	20/10/2023	6050-3	293,47
QUZ2B10	P300009212	20/10/2023	6050-3	293,47
EUD0G43	P300009216	20/10/2023	6050-3	293,47
SHH8C34	P300009217	20/10/2023	7463-0	195,23
PZU6A90	P300009220	20/10/2023	7455-0	130,16
FOA3H32	P300009223	20/10/2023	7455-0	130,16
PVQ9G44	P300009225	20/10/2023	7455-0	130,16
RUS4A14	P300009227	20/10/2023	7455-0	130,16
PTZ5C67	P300009228	20/10/2023	7455-0	130,16
QXI5006	P300009231	20/10/2023	7455-0	130,16
PVY0I88	P300009232	20/10/2023	7455-0	130,16
SHN2B77	P300009233	20/10/2023	7455-0	130,16
EBV6G41	P300009234	20/10/2023	7455-0	130,16
EKS3128	P300009235	20/10/2023	7455-0	130,16
EDD5003	P300009236	20/10/2023	7455-0	130,16
DOD9119	P300009237	20/10/2023	7455-0	130,16

HMN1H04	P300009240	20/10/2023	7455-0	130,16
HEM5I37	P300009242	20/10/2023	7455-0	130,16
HFS3J35	P300009243	20/10/2023	7463-0	195,23
DPP6D14	P300009246	20/10/2023	7455-0	130,16
HLN7I66	P300009249	20/10/2023	7455-0	130,16
RMN0B00	P300009250	20/10/2023	7455-0	130,16
PXL8569	P300009256	20/10/2023	7455-0	130,16
ENH1C45	P300009257	20/10/2023	7455-0	130,16
OWQ7E60	P300009258	20/10/2023	7463-0	195,23
GYL9779	P300009260	20/10/2023	7455-0	130,16
DVQ5B40	P300009261	20/10/2023	7455-0	130,16
GIF7F62	P300009295	21/10/2023	7455-0	130,16
FEB1I25	P300009296	21/10/2023	7455-0	130,16
RMK9I27	P300009298	21/10/2023	7455-0	130,16
ERV3468	P300009299	21/10/2023	7455-0	130,16
GDY9E83	P300009300	21/10/2023	7455-0	130,16
GIF7F62	P300009301	21/10/2023	7455-0	130,16
GGA8H86	P300009302	21/10/2023	7455-0	130,16
GZK2134	P300009304	21/10/2023	7455-0	130,16
GST7I77	P300009305	21/10/2023	7455-0	130,16
OPK6066	P300009307	21/10/2023	7463-0	195,23
EUX6761	P300009308	21/10/2023	7455-0	130,16
BAZ8869	P300009309	21/10/2023	7455-0	130,16
HNX0I13	P300009310	21/10/2023	7463-0	195,23
KXY4E16	P300009311	21/10/2023	7455-0	130,16
CWY9I18	P300009315	21/10/2023	7455-0	130,16
HNX0I13	P300009318	21/10/2023	7463-0	195,23
HBT2C57	P300009319	21/10/2023	7455-0	130,16
HLM6976	P300009320	21/10/2023	7455-0	130,16
EVJ6698	P300009321	21/10/2023	7455-0	130,16
GQP8358	P300009325	21/10/2023	7455-0	130,16
GPQ7457	P300009326	21/10/2023	7455-0	130,16
FHW3H14	P300009328	21/10/2023	7455-0	130,16
EIQ1A06	P300009329	21/10/2023	7455-0	130,16
HDF0729	P300009330	21/10/2023	7455-0	130,16
FVM6119	P300009333	21/10/2023	7455-0	130,16
EUU9G81	P300009335	21/10/2023	7455-0	130,16
PWX7616	P300009336	21/10/2023	7455-0	130,16
DWB4G39	P300009337	21/10/2023	7455-0	130,16
EMC6964	P300009338	21/10/2023	7463-0	195,23
QQF3G24	P300009294	21/10/2023	7471-0	880,41
DGE2755	P300009339	21/10/2023	7455-0	130,16
BDV1E94	P300009340	21/10/2023	7455-0	130,16
FMC5A68	P300009343	21/10/2023	7455-0	130,16
CJM7612	P300009344	21/10/2023	7455-0	130,16
RFN2D25	P300009345	21/10/2023	7455-0	130,16
GRR3G56	P300009346	21/10/2023	7463-0	195,23
CYO3B90	P300009347	21/10/2023	7455-0	130,16
CUF8F79	P300009348	21/10/2023	7455-0	130,16
FMF0A60	P300009262	21/10/2023	6050-3	293,47
PZG8147	P300009264	21/10/2023	6050-3	293,47
GUC2856	P300009268	21/10/2023	6050-3	293,47
RMT6D41	P300009269	21/10/2023	6050-3	293,47
GUC1342	P300009271	21/10/2023	6050-3	293,47
GJI0G06	P300009272	21/10/2023	6050-3	293,47
OLY8J72	P300009352	21/10/2023	7455-0	130,16
MTF0J08	P300009353	21/10/2023	7455-0	130,16
GJX2B84	P300009355	21/10/2023	7463-0	195,23
FOX9B87	P300009356	21/10/2023	7455-0	130,16
CHT6175	P300009359	21/10/2023	7455-0	130,16
CCK5590	P300009360	21/10/2023	7455-0	130,16
PXQ7892	P300009362	21/10/2023	7463-0	195,23
BAN2J58	P300009363	21/10/2023	7455-0	130,16
QYO0F86	P300009365	21/10/2023	7463-0	195,23
SIT2I33	P300009366	21/10/2023	7455-0	130,16
HDR4A10	P300009368	21/10/2023	7455-0	130,16
QUO3653	P300009370	21/10/2023	7463-0	195,23
AFT1J00	P300009371	21/10/2023	7455-0	130,16
DIH8015	P300009375	21/10/2023	7455-0	130,16
QPY3235	P300009273	21/10/2023	6050-3	293,47
HNO9698	P300009277	21/10/2023	6050-3	293,47
FEU5793	P300009378	21/10/2023	7455-0	130,16
CPG3A38	P300009278	21/10/2023	6050-3	293,47
FRZ2F96	P300009280	21/10/2023	6050-3	293,47
LOL2951	P300009380	21/10/2023	7455-0	130,16
PYE2359	P300009381	21/10/2023	7455-0	130,16
FTF0E53	P300009283	21/10/2023	6050-3	293,47
EBF1B04	P300009285	21/10/2023	6050-3	293,47
DJQ1672	P300009383	21/10/2023	7455-0	130,16
JSP9844	P300009384	21/10/2023	7455-0	130,16
HML2D59	P300009386	21/10/2023	7455-0	130,16
PPI5H53	P300009287	21/10/2023	6050-3	293,47
FTU4B01	P300009387	21/10/2023	7455-0	130,16
GZK2134	P300009288	21/10/2023	6050-3	293,47
EMX4549	P300009388	21/10/2023	7455-0	130,16
SHJ3J50	P300009289	21/10/2023	6050-3	293,47
HIB2E28	P300009391	21/10/2023	7455-0	130,16
NRJ7225	P300009392	21/10/2023	7455-0	130,16
PUN9623	P300009291	21/10/2023	6050-3	293,47

NVW9C84	P300009292	21/10/2023	6050-3	293,47
RNT6H85	P300009393	21/10/2023	7455-0	130,16
FHY7J50	P300009395	21/10/2023	7455-0	130,16
CUK3A10	P300009398	21/10/2023	7455-0	130,16
FRZ2F96	P300009401	21/10/2023	7455-0	130,16
HLB7545	P300009403	21/10/2023	7455-0	130,16
OLY8F79	P300009404	21/10/2023	7455-0	130,16
SIF3J91	P300009406	21/10/2023	7455-0	130,16
QUS6006	P300009407	21/10/2023	7455-0	130,16
BQV7004	P300009409	21/10/2023	7455-0	130,16
HGB0265	P300009410	21/10/2023	7455-0	130,16
EES5I74	P300009453	22/10/2023	7463-0	195,23
GRW6855	P300009454	22/10/2023	7463-0	195,23
RTO4E75	P300009412	22/10/2023	7455-0	130,16
PZV8G11	P300009413	22/10/2023	7455-0	130,16
OPG8576	P300009414	22/10/2023	7455-0	130,16
HDT7367	P300009416	22/10/2023	7455-0	130,16
PQL0763	P300009455	22/10/2023	7463-0	195,23
BRL5242	P300009419	22/10/2023	7455-0	130,16
EZT9946	P300009422	22/10/2023	7455-0	130,16
DFY7198	P300009423	22/10/2023	7455-0	130,16
NSJ8018	P300009456	22/10/2023	7463-0	195,23
FSQ2I35	P300009457	22/10/2023	7463-0	195,23
EIV4967	P300009467	22/10/2023	7455-0	130,16
DRD3E03	P300009468	22/10/2023	7455-0	130,16
HLA2205	P300009469	22/10/2023	7455-0	130,16
OYD8H73	P300009470	22/10/2023	7455-0	130,16
LBV4665	P300009472	22/10/2023	7455-0	130,16
DSS4C12	P300009474	22/10/2023	7455-0	130,16
GCV4J25	P300009475	22/10/2023	7455-0	130,16
HCT6112	P300009476	22/10/2023	7455-0	130,16
MFM3485	P300009481	22/10/2023	7455-0	130,16
KVM1203	P300009483	22/10/2023	7455-0	130,16
AVX2410	P300009486	22/10/2023	7455-0	130,16
OPS9J14	P300009487	22/10/2023	7455-0	130,16
HPG0628	P300009489	22/10/2023	7455-0	130,16
HAV8F77	P300009491	22/10/2023	7455-0	130,16
PYM9687	P300009492	22/10/2023	7455-0	130,16
DKX1014	P300009493	22/10/2023	7455-0	130,16
DSH7076	P300009494	22/10/2023	7455-0	130,16
GLP6383	P300009496	22/10/2023	7455-0	130,16
CJD6322	P300009497	22/10/2023	7455-0	130,16
HES3558	P300009498	22/10/2023	7455-0	130,16
HNG0I88	P300009499	22/10/2023	7455-0	130,16
OXK3964	P300009500	22/10/2023	7455-0	130,16
RVA2G67	P300009501	22/10/2023	7455-0	130,16
GWH6I53	P300009502	22/10/2023	7455-0	130,16
GZM8569	P300009503	22/10/2023	7455-0	130,16
HOB8323	P300009504	22/10/2023	7455-0	130,16
QOQ0360	P300009505	22/10/2023	7455-0	130,16
ECF8H57	P300009458	22/10/2023	7463-0	195,23
SIR7F10	P300009459	22/10/2023	7463-0	195,23
PVH5825	P300009506	22/10/2023	7455-0	130,16
APC7926	P300009424	22/10/2023	6050-3	293,47
RFV1G14	P300009425	22/10/2023	6050-3	293,47
BNS2698	P300009427	22/10/2023	6050-3	293,47
RNA5F31	P300009428	22/10/2023	6050-3	293,47
FLT4C25	P300009509	22/10/2023	7455-0	130,16
DYF0I54	P300009510	22/10/2023	7455-0	130,16

DAN8B50	P300009429	22/10/2023	6050-3	293,47
DWA7991	P300009513	22/10/2023	7455-0	130,16
HBW9300	P300009460	22/10/2023	7463-0	195,23
OQC5459	P300009461	22/10/2023	7463-0	195,23
EFQ1866	P300009517	22/10/2023	7455-0	130,16
RMF5C50	P300009518	22/10/2023	7455-0	130,16
HJR3022	P300009519	22/10/2023	7455-0	130,16
PWM0060	P300009521	22/10/2023	7455-0	130,16
EOS9C95	P300009523	22/10/2023	7455-0	130,16
SHD7F58	P300009524	22/10/2023	7455-0	130,16
HIX7J40	P300009532	22/10/2023	7455-0	130,16
FKY3H75	P300009533	22/10/2023	7455-0	130,16
OOE2B25	P300009534	22/10/2023	7455-0	130,16
RNA7D15	P300009462	22/10/2023	7463-0	195,23
RUA2I14	P300009430	22/10/2023	6050-3	293,47
HDF2409	P300009431	22/10/2023	6050-3	293,47
EWT9401	P300009432	22/10/2023	6050-3	293,47
FSL8331	P300009433	22/10/2023	6050-3	293,47
QWT2488	P300009434	22/10/2023	6050-3	293,47
FTL1120	P300009435	22/10/2023	6050-3	293,47
CAZ1465	P300009436	22/10/2023	6050-3	293,47
QOY5716	P300009437	22/10/2023	6050-3	293,47
FFX5466	P300009438	22/10/2023	6050-3	293,47
RFU2E41	P300009439	22/10/2023	6050-3	293,47
FGY3C97	P300009440	22/10/2023	6050-3	293,47
HAB2667	P300009443	22/10/2023	6050-3	293,47
HFB9E28	P300009445	22/10/2023	6050-3	293,47
RFE7D55	P300009537	22/10/2023	7455-0	130,16

OMG6238	P300009538	22/10/2023	7455-0	130,16
HBW7F30	P300009446	22/10/2023	6050-3	293,47
LBJ4462	P300009539	22/10/2023	7455-0	130,16
RNU6D60	P300009463	22/10/2023	7463-0	195,23
HJY3J00	P300009543	22/10/2023	7455-0	130,16
OLY8F79	P300009544	22/10/2023	7455-0	130,16
QWY0G01	P300009448	22/10/2023	6050-3	293,47
PWI0H04	P300009464	22/10/2023	7463-0	195,23

HNF7H07	P300009546	22/10/2023	7455-0	130,16
RUX4J99	P300009547	22/10/2023	7455-0	130,16
SHJ9D24	P300009449	22/10/2023	6050-3	293,47
SIQ5F96	P300009450	22/10/2023	6050-3	293,47
ETO7E96	P300009550	22/10/2023	7455-0	130,16
RML9G70	P300009451	22/10/2023	6050-3	293,47
RVA2I30	P300009452	22/10/2023	6050-3	293,47
HJT2F06	P300009551	22/10/2023	7455-0	130,16
GXF3400	P300009554	22/10/2023	7455-0	130,16
SIF3J91	P300009556	22/10/2023	7455-0	130,16
SIM9D93	P300009557	22/10/2023	7455-0	130,16
GXH0E50	P300009558	22/10/2023	7455-0	130,16
HAT0I31	P300009559	22/10/2023	7455-0	130,16
SIM9D93	P300009560	22/10/2023	7455-0	130,16
GZE7237	P300009562	22/10/2023	7455-0	130,16
HJW1D75	P300009564	22/10/2023	7455-0	130,16
PVA5466	P300009639	22/10/2023	6050-3	293,47
RNB6A99	P300009566	23/10/2023	7455-0	130,16
RTO5I92	P300009565	23/10/2023	7463-0	195,23
QWZ1946	P300009567	23/10/2023	7455-0	130,16
FWC0345	P300009568	23/10/2023	7455-0	130,16
BSU6129	P300009570	23/10/2023	7455-0	130,16
OWX4990	P300009571	23/10/2023	7455-0	130,16
EGT4G40	P300009572	23/10/2023	7455-0	130,16
DFM6780	P300009573	23/10/2023	7455-0	130,16
DQR9400	P300009575	23/10/2023	7455-0	130,16
HJI0B15	P300009576	23/10/2023	7455-0	130,16
HKW0A57	P300009625	23/10/2023	6050-3	293,47
SHL2J96	P300009577	23/10/2023	7455-0	130,16
GVI8086	P300009578	23/10/2023	7455-0	130,16
HNO9677	P300009580	23/10/2023	7455-0	130,16
AAJ8J98	P300009582	23/10/2023	7455-0	130,16
LOH5J29	P300009583	23/10/2023	7455-0	130,16
PZG7188	P300009584	23/10/2023	7455-0	130,16
PUQ0187	P300009585	23/10/2023	7455-0	130,16
DIQ2C61	P300009586	23/10/2023	7455-0	130,16

RTY2F15	P300009588	23/10/2023	7455-0	130,16
GPQ5049	P300009626	23/10/2023	6050-3	293,47
DTQ3988	P300009627	23/10/2023	6050-3	293,47
FOG2A21	P300009629	23/10/2023	6050-3	293,47
GRI0J45	P300009630	23/10/2023	6050-3	293,47
QHF2H17	P300009631	23/10/2023	6050-3	293,47
BND8B59	P300009591	23/10/2023	7455-0	130,16
KYS2811	P300009592	23/10/2023	7455-0	130,16
EUM1566	P300009595	23/10/2023	7455-0	130,16
DCY5C53	P300009597	23/10/2023	7455-0	130,16
FNO7F34	P300009598	23/10/2023	7455-0	130,16
GQT3721	P300009599	23/10/2023	7455-0	130,16
DSK0411	P300009636	23/10/2023	7463-0	195,23
PAT2D08	P300009601	23/10/2023	7455-0	130,16
GFV1903	P300009602	23/10/2023	7455-0	130,16
CRN1488	P300009604	23/10/2023	7455-0	130,16
HOV9670	P300009637	23/10/2023	7463-0	195,23
EER4740	P300009638	23/10/2023	7463-0	195,23
OIY0D85	P300009606	23/10/2023	7455-0	130,16
PYV3F40	P300009609	23/10/2023	7455-0	130,16
PZZ0A07	P300009610	23/10/2023	7455-0	130,16
DME2202	P300009612	23/10/2023	7455-0	130,16
EIR7860	P300009613	23/10/2023	7455-0	130,16
DSK5114	P300009614	23/10/2023	7455-0	130,16
EUX6761	P300009617	23/10/2023	7455-0	130,16
EWH4B49	P300009618	23/10/2023	7455-0	130,16
OLZ5015	P300009619	23/10/2023	7455-0	130,16
HJT4659	P300009620	23/10/2023	7455-0	130,16
PWT3134	P300009621	23/10/2023	7455-0	130,16
EKV5381	P300009622	23/10/2023	7455-0	130,16
SIX4J07	P300009624	23/10/2023	7455-0	130,16
RMY8G61	P300009670	24/10/2023	7455-0	130,16
FEQ5H54	P300009671	24/10/2023	7455-0	130,16
LTB0967	P300009656	24/10/2023	7463-0	195,23
LCV2545	P300009673	24/10/2023	7455-0	130,16
OMB1414	P300009640	24/10/2023	6050-3	293,47

GVB0A05	P300009642	24/10/2023	6050-3	293,47
GTW0846	P300009681	24/10/2023	7455-0	130,16
OLW2724	P300009682	24/10/2023	7455-0	130,16
RNW2F06	P300009685	24/10/2023	7455-0	130,16

BOI9F87	P300009688	24/10/2023	7455-0	130,16
FYB3G58	P300009689	24/10/2023	7455-0	130,16
QOM7556	P300009657	24/10/2023	7463-0	195,23
JRU2689	P300009643	24/10/2023	6050-3	293,47
OKM7334	P300009694	24/10/2023	7455-0	130,16
HBU5433	P300009695	24/10/2023	7455-0	130,16
COX3360	P300009696	24/10/2023	7455-0	130,16
FOX7371	P300009697	24/10/2023	7455-0	130,16
QWR7I64	P300009698	24/10/2023	7455-0	130,16
DIX6H42	P300009699	24/10/2023	7455-0	130,16
GRR3225	P300009700	24/10/2023	7455-0	130,16
QJN7E45	P300009701	24/10/2023	7455-0	130,16
LKY2H76	P300009658	24/10/2023	7463-0	195,23
PUP4G94	P300009703	24/10/2023	7455-0	130,16
FFT9G40	P300009704	24/10/2023	7455-0	130,16
FMS1290	P300009705	24/10/2023	7455-0	130,16
EIQ1A06	P300009706	24/10/2023	7455-0	130,16
BEA5G90	P300009708	24/10/2023	7455-0	130,16
EKZ1389	P300009709	24/10/2023	7455-0	130,16
ENW8031	P300009710	24/10/2023	7455-0	130,16
DQD7D59	P300009712	24/10/2023	7455-0	130,16
GIM6G15	P300009659	24/10/2023	7463-0	195,23
HMI0911	P300009660	24/10/2023	7463-0	195,23
EIN1I34	P300009715	24/10/2023	7455-0	130,16
RUF6C57	P300009661	24/10/2023	7463-0	195,23
QNP3931	P300009717	24/10/2023	7455-0	130,16
PUW8419	P300009720	24/10/2023	7455-0	130,16
RVZ9A85	P300009722	24/10/2023	7455-0	130,16
HHF5265	P300009723	24/10/2023	7455-0	130,16
SHF3I27	P300009724	24/10/2023	7455-0	130,16
EAP7542	P300009725	24/10/2023	7455-0	130,16
DRT4H45	P300009663	24/10/2023	7463-0	195,23

QWR7I64	P300009727	24/10/2023	7455-0	130,16
RTQ2I03	P300009728	24/10/2023	7455-0	130,16
AZO5D43	P300009729	24/10/2023	7455-0	130,16
HBU5433	P300009733	25/10/2023	7455-0	130,16
PWV9576	P300009734	25/10/2023	7455-0	130,16
QQT8887	P300009736	25/10/2023	7455-0	130,16
FTD4J34	P300009737	25/10/2023	7455-0	130,16
EDM2C89	P300009738	25/10/2023	7455-0	130,16
OOV6694	P300009739	25/10/2023	7455-0	130,16
SIX4J07	P300009740	25/10/2023	7455-0	130,16
FNW9285	P300009741	25/10/2023	7455-0	130,16
FPS5I78	P300009664	25/10/2023	7463-0	195,23
SIX4J07	P300009744	25/10/2023	7455-0	130,16
BVX5B15	P300009746	25/10/2023	7455-0	130,16
HJT4007	P300009747	25/10/2023	7455-0	130,16
RUO7D02	P300009748	25/10/2023	7455-0	130,16
HGJ3355	P300009750	25/10/2023	7455-0	130,16
PXR9052	P300009753	25/10/2023	7455-0	130,16
PZT4119	P300009754	25/10/2023	7455-0	130,16
QPB0518	L002937986	25/10/2023	5541-2	195,23
EGK5F45	P300009652	25/10/2023	6050-3	293,47
LNO3976	P300009653	25/10/2023	6050-3	293,47
PLE1991	P300009654	25/10/2023	6050-3	293,47
DHV0092	P300009755	25/10/2023	7455-0	130,16
HEQ3H88	P300009757	25/10/2023	7455-0	130,16
COX3360	P300009760	25/10/2023	7455-0	130,16
DIT6E32	P300009761	25/10/2023	7455-0	130,16
FJQ8E76	P300009762	25/10/2023	7455-0	130,16
HJT1H64	P300009763	25/10/2023	7455-0	130,16
SHJ9D49	P300009764	25/10/2023	7455-0	130,16
KWN6B48	P300009765	25/10/2023	7455-0	130,16
RCN0E90	P300009767	25/10/2023	7455-0	130,16
EOD7F39	P300009768	25/10/2023	7455-0	130,16
HGN8923	P300009769	25/10/2023	7455-0	130,16
BZQ1A31	P300009773	25/10/2023	7455-0	130,16
QNF1954	P300009646	25/10/2023	6050-3	293,47

DVB3143	P300009647	25/10/2023	6050-3	293,47
GUR7D78	P300009648	25/10/2023	6050-3	293,47
HIB5371	P300009774	25/10/2023	7455-0	130,16
NYE7196	P300009649	25/10/2023	6050-3	293,47
PUX9647	P300009777	25/10/2023	7455-0	130,16
FOA9A37	P300009778	25/10/2023	7455-0	130,16
DOL8F63	P300009779	25/10/2023	7455-0	130,16
QXR7A13	P300009781	25/10/2023	7455-0	130,16
HBR2G04	P300009782	25/10/2023	7455-0	130,16
JHP7192	P300009784	25/10/2023	7455-0	130,16
HFM9A95	P300009805	25/10/2023	7471-0	880,41
COX3360	P300009785	25/10/2023	7455-0	130,16
EEZ3B59	P300009787	25/10/2023	7455-0	130,16
GZW8J40	P300009788	25/10/2023	7455-0	130,16
QBW5H73	P300009789	25/10/2023	7455-0	130,16
CAL9887	P300009790	25/10/2023	7455-0	130,16
OQS7E77	P300009667	25/10/2023	7463-0	195,23
PYB1654	P300009791	25/10/2023	7455-0	130,16

CUC3F80	P300009792	25/10/2023	7455-0	130,16
FJP3A59	P300009793	25/10/2023	7455-0	130,16
RTP4D99	P300009807	25/10/2023	7471-0	880,41
HFH0A13	P300009794	25/10/2023	7455-0	130,16
FMQ3A04	P300009795	25/10/2023	7455-0	130,16
FJY2010	P300009797	25/10/2023	7455-0	130,16
HGE1G69	P300009798	25/10/2023	7455-0	130,16
ESD9071	P300009799	25/10/2023	7455-0	130,16
QUZ5140	P300009801	25/10/2023	7455-0	130,16
KZJ9971	P300009802	25/10/2023	7455-0	130,16
HDB0483	L002937912	26/10/2023	5541-4	195,23
SHX4D11	P300009808	26/10/2023	6050-3	293,47
EVO4C42	P300009823	26/10/2023	7463-0	195,23
OGY6130	P300009825	26/10/2023	7455-0	130,16
OQF3457	P300009828	26/10/2023	7455-0	130,16
ETV4H22	P300009830	26/10/2023	7455-0	130,16
HEF2313	P300009834	26/10/2023	7455-0	130,16
HCV7469	P300009835	26/10/2023	7455-0	130,16

SIT2I33	P300009836	26/10/2023	7463-0	195,23
AWF6B21	P300009837	26/10/2023	7455-0	130,16
EPO5603	P300009838	26/10/2023	7455-0	130,16
HMQ9281	P300009839	26/10/2023	7455-0	130,16
QUY6B06	P300009840	26/10/2023	7463-0	195,23
GEB5C46	P300009841	26/10/2023	7455-0	130,16
LPK7588	P300009843	26/10/2023	7455-0	130,16
HEJ7044	P300009810	26/10/2023	6050-3	293,47
QPS9246	P300009845	26/10/2023	7455-0	130,16
HAM9087	P300009846	26/10/2023	7455-0	130,16
RUA4F12	P300009813	26/10/2023	6050-3	293,47
QNN3642	P300009815	26/10/2023	6050-3	293,47
HII4A28	P300009818	26/10/2023	6050-3	293,47
IST2835	P300009819	26/10/2023	6050-3	293,47
GXC1173	P300009821	26/10/2023	6050-3	293,47
PLE1991	P300009851	26/10/2023	7455-0	130,16
HJN3G37	P300009852	26/10/2023	7455-0	130,16
GRW9899	P300009854	26/10/2023	7455-0	130,16
FYR6E78	P300009855	26/10/2023	7455-0	130,16
OWJ7514	P300009860	26/10/2023	7463-0	195,23
RFD2B71	P300009861	26/10/2023	7455-0	130,16
GRR6B70	P300009862	26/10/2023	7455-0	130,16
BWJ5F67	P300009863	26/10/2023	7455-0	130,16
HLY3E40	P300009864	26/10/2023	7455-0	130,16
QXC5793	P300009866	26/10/2023	7455-0	130,16
CHC6541	P300009867	26/10/2023	7455-0	130,16
SHV1A72	P300009869	26/10/2023	7463-0	195,23
PHB2G48	P300009871	26/10/2023	7455-0	130,16
ATB4183	P300009874	26/10/2023	7455-0	130,16
HLY3E40	P300009877	26/10/2023	7463-0	195,23
GPQ7457	P300009878	26/10/2023	7455-0	130,16
HKV4530	P300009879	26/10/2023	7463-0	195,23
EVZ9410	P300009880	26/10/2023	7455-0	130,16
FDA0G91	P300009881	26/10/2023	7455-0	130,16
FKA1H10	P300009883	26/10/2023	7455-0	130,16
QXX3J95	P300009822	26/10/2023	6050-3	293,47

FWP0B10	P300009884	26/10/2023	7455-0	130,16
FYR6E78	P300009887	26/10/2023	7455-0	130,16
RVJ9J67	P300009888	26/10/2023	7463-0	195,23
FAQ3062	P300009892	26/10/2023	7455-0	130,16
HES3332	P300009895	26/10/2023	7455-0	130,16
QOX6617	P300009896	26/10/2023	7455-0	130,16
HCM5913	P300009898	26/10/2023	7463-0	195,23
RGC9G04	P300009900	26/10/2023	7455-0	130,16
BSF1155	P300009901	26/10/2023	7471-0	880,41
PWB9272	P300009902	26/10/2023	7463-0	195,23
FLN4808	P300009904	26/10/2023	7455-0	130,16
LTB0967	P300009905	26/10/2023	7463-0	195,23
SIR5I62	P300009906	26/10/2023	7455-0	130,16
EBE8E77	P300009908	26/10/2023	7463-0	195,23
EXT3804	P300009909	26/10/2023	7455-0	130,16
PXC3798	P300009911	27/10/2023	7455-0	130,16
GRK1679	P300009913	27/10/2023	7455-0	130,16
QOY3571	P300009914	27/10/2023	7455-0	130,16
QWZ1946	P300009915	27/10/2023	7455-0	130,16
HBR5204	P300009916	27/10/2023	7455-0	130,16
GBF4B82	P300009917	27/10/2023	7455-0	130,16
GBF4B82	P300009918	27/10/2023	7455-0	130,16
PVA0G57	P300009920	27/10/2023	7455-0	130,16
GQT0423	P300009921	27/10/2023	7455-0	130,16
RBT8A39	P300009922	27/10/2023	7455-0	130,16
HCM5913	P300009923	27/10/2023	7455-0	130,16
FFK6F97	P300009926	27/10/2023	7455-0	130,16
PQL0763	P300009927	27/10/2023	7455-0	130,16
APC7926	P300009928	27/10/2023	6050-3	293,47
HME0A73	P300009929	27/10/2023	6050-3	293,47
DSB8E23	P300009932	27/10/2023	7455-0	130,16
DID6322	P300009934	27/10/2023	7463-0	195,23

PVT2331	P300009935	27/10/2023	7455-0	130,16
FGB4882	P300009936	27/10/2023	7455-0	130,16
QQM7570	P300009938	27/10/2023	7455-0	130,16
NXX3663	P300009939	27/10/2023	7455-0	130,16

HBB9855	P300009940	27/10/2023	7455-0	130,16
QUK5021	P300009941	27/10/2023	7455-0	130,16
HSF8156	P300009942	27/10/2023	7455-0	130,16
RMD2H41	P300009943	27/10/2023	7455-0	130,16
QYN5C92	P300009944	27/10/2023	7455-0	130,16
QQP3J34	P300009945	27/10/2023	7455-0	130,16
GDL6J79	P300009948	27/10/2023	6050-3	293,47
DPE0G42	P300009949	27/10/2023	6050-3	293,47
HME0155	P300009950	27/10/2023	6050-3	293,47
OWK6791	P300009958	27/10/2023	6050-3	293,47
RUR4G92	P300009959	27/10/2023	7455-0	130,16
HEF3272	P300009961	27/10/2023	6050-3	293,47
FKZ1B68	P300009962	27/10/2023	6050-3	293,47
FKT9E75	P300009965	27/10/2023	7463-0	195,23
FOS8G59	P300009966	27/10/2023	7455-0	130,16
GXF9498	P300009967	27/10/2023	7455-0	130,16
LCA5424	P300009970	27/10/2023	7455-0	130,16
RFV8E23	P300009971	27/10/2023	7455-0	130,16
FHR6D39	P300009974	27/10/2023	7471-0	880,41
DID6322	P300009976	27/10/2023	7471-0	880,41
OQS6286	P300009977	27/10/2023	7455-0	130,16
FDF8J87	P300009980	27/10/2023	7455-0	130,16
ECY0H27	P300009982	27/10/2023	7471-0	880,41
DID6322	P300009983	27/10/2023	7471-0	880,41
FYP2J21	P300009985	27/10/2023	7455-0	130,16
QOC8C47	P300009986	27/10/2023	7455-0	130,16
EED6F73	P300009987	27/10/2023	7455-0	130,16
GRW6949	P300009988	27/10/2023	7455-0	130,16
EAW6573	P300009990	27/10/2023	7455-0	130,16
EKN4711	P300009991	27/10/2023	7455-0	130,16
FGX7819	P300009994	27/10/2023	7455-0	130,16
SHV1A72	P300009995	27/10/2023	7455-0	130,16
DID6322	P300009996	27/10/2023	7455-0	130,16
GZO8C68	P300009997	27/10/2023	7455-0	130,16
FXN5809	P300009998	27/10/2023	7455-0	130,16
EGI5J53	P300009999	27/10/2023	7455-0	130,16

ERM7489	P300010000	27/10/2023	7455-0	130,16
EWT1977	P300010001	27/10/2023	7455-0	130,16
HHF5265	P300010002	27/10/2023	7455-0	130,16
HII4J58	P300010003	27/10/2023	7455-0	130,16
PVJ6314	P300010004	27/10/2023	7455-0	130,16
ECY0H27	P300010005	27/10/2023	7463-0	195,23
HJT4462	P300010006	27/10/2023	7455-0	130,16
GZA9E73	P300010007	27/10/2023	7455-0	130,16
GRW2373	P300010009	27/10/2023	7455-0	130,16
GYQ3454	P300010010	27/10/2023	7455-0	130,16
PYU8381	P300010011	27/10/2023	7455-0	130,16
PZD9D12	L002938978	27/10/2023	5185-1	195,23
HGD4185	P300010012	27/10/2023	6050-3	293,47
HOI0D35	P300010014	27/10/2023	6050-3	293,47
GXF4850	P300010129	28/10/2023	6050-3	293,47
GIF7F62	P300010015	28/10/2023	7463-0	195,23
EJI6145	P300010016	28/10/2023	7455-0	130,16
PUB1730	P300010017	28/10/2023	7455-0	130,16
PYS4F45	P300010018	28/10/2023	7463-0	195,23
RTT6G11	P300010020	28/10/2023	6050-3	293,47
EQA7596	P300010021	28/10/2023	6050-3	293,47
HKF4054	P300010022	28/10/2023	6050-3	293,47
HEU2877	P300010024	28/10/2023	6050-3	293,47
GZV0948	P300010025	28/10/2023	6050-3	293,47
GYI0I46	P300010041	28/10/2023	7455-0	130,16
COX3360	P300010042	28/10/2023	7455-0	130,16
CBK1560	P300010043	28/10/2023	7455-0	130,16
GEN9468	P300010044	28/10/2023	7455-0	130,16
HBR2G04	P300010047	28/10/2023	7455-0	130,16
HNX2A97	P300010048	28/10/2023	7455-0	130,16
GZK8112	P300010049	28/10/2023	7455-0	130,16
APH4H02	P300010050	28/10/2023	7463-0	195,23
LRS7H42	P300010051	28/10/2023	7455-0	130,16
KKH6940	P300010054	28/10/2023	7455-0	130,16
DVJ3B35	P300010056	28/10/2023	7455-0	130,16
CAV1230	P300010057	28/10/2023	7455-0	130,16

AMY1834	P300010059	28/10/2023	7455-0	130,16
EVN6C09	P300010060	28/10/2023	7455-0	130,16
QOL6186	P300010026	28/10/2023	6050-3	293,47
EAT6J65	P300010027	28/10/2023	6050-3	293,47
CPG3A38	P300010029	28/10/2023	6050-3	293,47
EQA7596	P300010030	28/10/2023	6050-3	293,47
FMF0A60	P300010031	28/10/2023	6050-3	293,47
RUA4F12	P300010032	28/10/2023	6050-3	293,47

PZP8J27	P300010062	28/10/2023	7455-0	130,16
HBR7446	P300010063	28/10/2023	7455-0	130,16
OLV3458	P300010035	28/10/2023	6050-3	293,47
HJD8109	P300010065	28/10/2023	7455-0	130,16
HOK6649	P300010066	28/10/2023	7455-0	130,16
HES4594	P300010067	28/10/2023	7455-0	130,16
CRI4I52	P300010068	28/10/2023	6050-3	293,47
QQH7F64	P300010069	28/10/2023	6050-3	293,47
PVV4C83	P300010072	28/10/2023	6050-3	293,47
FRQ2E07	P300010073	28/10/2023	6050-3	293,47
QOE0920	P300010076	28/10/2023	7455-0	130,16
DMO6113	P300010077	28/10/2023	7455-0	130,16
RUF0C48	P300010078	28/10/2023	7455-0	130,16
OWS1D20	P300010080	28/10/2023	7463-0	195,23
NHH3G17	P300010081	28/10/2023	7455-0	130,16
QOU1782	P300010084	28/10/2023	7455-0	130,16
GBV5B56	P300010085	28/10/2023	7463-0	195,23
DDR8058	P300010086	28/10/2023	7455-0	130,16
GWS6126	P300010087	28/10/2023	7455-0	130,16
DPS0C55	P300010088	28/10/2023	7455-0	130,16
DVQ5B40	P300010089	28/10/2023	7455-0	130,16
BLJ6337	P300010092	28/10/2023	7463-0	195,23
EKR3400	P300010093	28/10/2023	7455-0	130,16
HEW9B29	P300010095	28/10/2023	7455-0	130,16
EJH0E51	P300010101	28/10/2023	7455-0	130,16
EAW4F40	P300010104	28/10/2023	7455-0	130,16
FSO7B10	P300010105	28/10/2023	7455-0	130,16
FCV1339	P300010106	28/10/2023	7455-0	130,16

QOX9I80	P300010107	28/10/2023	7455-0	130,16
ETI4C09	P300010108	28/10/2023	7455-0	130,16
JUA2I39	P300010109	28/10/2023	7455-0	130,16
LLC5F91	P300010110	28/10/2023	7455-0	130,16
KVM1203	P300010111	28/10/2023	7455-0	130,16
QPF9108	P300010112	28/10/2023	7455-0	130,16
PZI6776	P300010115	28/10/2023	7455-0	130,16
OLJ9J15	P300010116	28/10/2023	7455-0	130,16
EUX6761	P300010117	28/10/2023	7455-0	130,16
DII6A33	P300010119	28/10/2023	7455-0	130,16
HGG1E68	P300010121	28/10/2023	7455-0	130,16
PWG6C99	P300010122	28/10/2023	7455-0	130,16
RXJ0D72	P300010123	28/10/2023	7455-0	130,16
SHM5G98	P300010124	28/10/2023	7455-0	130,16
OPS9J14	P300010125	28/10/2023	7455-0	130,16
OPR9885	P300010127	28/10/2023	7455-0	130,16
IXF2738	P300010128	28/10/2023	7455-0	130,16
PUB1730	P300010038	29/10/2023	7455-0	130,16
CNV8618	P300010137	29/10/2023	7455-0	130,16
GRK9294	P300010141	29/10/2023	7455-0	130,16
ECF8H57	P300010142	29/10/2023	7455-0	130,16
GDG3J76	P300010143	29/10/2023	7455-0	130,16
GTM6004	P300010144	29/10/2023	6050-3	293,47
QUB8608	P300010145	29/10/2023	7455-0	130,16
HOH8280	P300010149	29/10/2023	6050-3	293,47
NEJ4645	P300010150	29/10/2023	7455-0	130,16
SIP0G08	P300010151	29/10/2023	6050-3	293,47
HRP2230	P300010153	29/10/2023	7455-0	130,16
HKA7G51	P300010155	29/10/2023	7455-0	130,16
HHN0831	P300010158	29/10/2023	7455-0	130,16
HAM7254	P300010159	29/10/2023	7455-0	130,16
DII9J90	P300010161	29/10/2023	7463-0	195,23
HKQ5163	P300010163	29/10/2023	7455-0	130,16
GXF3996	P300010164	29/10/2023	7455-0	130,16
OOY4F22	P300010165	29/10/2023	7455-0	130,16
OPV3F93	P300010166	29/10/2023	7455-0	130,16

HHD6218	P300010168	29/10/2023	7455-0	130,16
HOK6482	P300010169	29/10/2023	7455-0	130,16
PVJ6F21	P300010170	29/10/2023	7455-0	130,16
HNY6C68	P300010172	29/10/2023	7455-0	130,16
QXZ7D02	P300010173	29/10/2023	7455-0	130,16
DDV6848	P300010177	29/10/2023	6050-3	293,47
CQL8I22	P300010178	29/10/2023	6050-3	293,47
DRT4H45	P300010179	29/10/2023	7455-0	130,16
HOH8H28	P300010180	29/10/2023	6050-3	293,47
HBR0568	P300010181	29/10/2023	6050-3	293,47
HAM7I67	P300010185	29/10/2023	6050-3	293,47
OCG7J05	P300010186	29/10/2023	7455-0	130,16
EWT8J36	P300010187	29/10/2023	7463-0	195,23
PJS6E07	P300010188	29/10/2023	7455-0	130,16
HHD6563	P300010189	29/10/2023	6050-3	293,47
EZC0C38	P300010190	29/10/2023	7463-0	195,23
FFT4H62	P300010191	29/10/2023	7455-0	130,16
QNW9180	P300010192	29/10/2023	7455-0	130,16
OWK6791	P300010193	29/10/2023	6050-3	293,47
OXI9788	P300010194	29/10/2023	6050-3	293,47
FQD2E15	P300010195	29/10/2023	7455-0	130,16
GXF7629	P300010196	29/10/2023	7455-0	130,16

HEB7750	P300010197	29/10/2023	7463-0	195,23
DXH7B44	P300010198	29/10/2023	7455-0	130,16
HGL4573	P300010203	29/10/2023	6050-3	293,47
FGS3I28	P300010205	29/10/2023	7455-0	130,16
FFX5466	P300010208	29/10/2023	6050-3	293,47
PYV5006	P300010209	29/10/2023	7455-0	130,16
DTP4287	P300010210	29/10/2023	7455-0	130,16
BSH6I75	P300010213	29/10/2023	7455-0	130,16
GXF1028	P300010214	29/10/2023	7455-0	130,16
HDB0406	P300010215	29/10/2023	7463-0	195,23
BZA3J92	P300010216	29/10/2023	7455-0	130,16
PWV5369	P300010217	29/10/2023	7455-0	130,16
HOB9880	P300010218	29/10/2023	7455-0	130,16
GJQ8B50	P300010220	29/10/2023	7455-0	130,16

GYJ1705	P300010221	29/10/2023	7455-0	130,16
EGU0731	P300010222	29/10/2023	7455-0	130,16
GXC1739	P300010223	29/10/2023	7455-0	130,16
FLK1405	P300010224	29/10/2023	7455-0	130,16
ENI0J02	P300010225	29/10/2023	7455-0	130,16
PVC6379	P300010226	29/10/2023	7455-0	130,16
SIV1H18	P300010227	29/10/2023	7463-0	195,23
KGX6481	P300010228	29/10/2023	7455-0	130,16
PUN1998	P300010229	29/10/2023	7455-0	130,16
EQZ8741	P300010230	29/10/2023	7455-0	130,16
HMN1H04	P300010231	29/10/2023	7455-0	130,16
FEB2A04	P300010233	29/10/2023	7463-0	195,23
RNB9B65	P300010235	29/10/2023	7455-0	130,16
ERT9548	P300010236	29/10/2023	7455-0	130,16
DNQ8674	P300010237	29/10/2023	7455-0	130,16
EEP5C59	P300010240	29/10/2023	7455-0	130,16
FHH2070	P300010241	29/10/2023	7463-0	195,23
RTW8G03	P300010245	29/10/2023	7455-0	130,16
BZC0398	P300010246	29/10/2023	7455-0	130,16
GHH2750	P300010250	29/10/2023	7455-0	130,16
EAW5557	P300010252	29/10/2023	7455-0	130,16
GXD0I23	P300010253	29/10/2023	7455-0	130,16
HJT4205	P300010255	29/10/2023	7455-0	130,16
HKJ9780	P300010256	29/10/2023	7455-0	130,16
RNV2C24	P300010257	29/10/2023	7455-0	130,16
EWT1977	P300010258	29/10/2023	7455-0	130,16
SIR7F10	P300010261	29/10/2023	7455-0	130,16
RFY6C98	P300010263	29/10/2023	7455-0	130,16
SIY9C76	P300010265	29/10/2023	7455-0	130,16
HOB2H09	P300010267	29/10/2023	7455-0	130,16
FIT7E69	P300010271	29/10/2023	7455-0	130,16
QNT9269	P300010272	29/10/2023	7455-0	130,16
EUJ8502	P300010349	30/10/2023	7455-0	130,16
MBS8874	P300010350	30/10/2023	7455-0	130,16
FNM7797	P300010351	30/10/2023	7455-0	130,16
OOV6694	P300010352	30/10/2023	7455-0	130,16

RJK1H90	P300010355	30/10/2023	7463-0	195,23
GZO7972	P300010356	30/10/2023	7455-0	130,16
PVQ0641	P300010358	30/10/2023	7455-0	130,16
OWO0C20	L002938218	30/10/2023	6050-1	293,47
EPL8994	L002933240	30/10/2023	5452-6	195,23
BVN2939	L002933241	30/10/2023	5541-4	195,23
BIX5504	L002937843	30/10/2023	5185-1	195,23
RTJ5A83	L002938328	30/10/2023	7684-2	130,16
ECT4H88	L002938596	30/10/2023	5568-0	195,23
HJI0B16	L002938826	30/10/2023	5541-2	195,23
QXX3J20	L002938828	30/10/2023	5541-2	195,23
HGY1962	L002935774	30/10/2023	5185-1	195,23
HGY2557	L002938330	30/10/2023	6122-0	293,47
DQB3651	L002937954	30/10/2023	6530-0	195,23
RTJ5A83	L002937082	30/10/2023	6050-2	293,47
AWA3D78	L002939114	30/10/2023	5541-2	195,23
FIN8I76	L002939115	30/10/2023	5541-2	195,23
ASK2C09	L002939117	30/10/2023	5541-2	195,23
BZS5E46	L002939118	30/10/2023	5541-2	195,23
SHQ3G65	L002939120	30/10/2023	5541-2	195,23
NVO2714	L002937361	30/10/2023	7633-1	293,47
QQQ4E00	L002938603	30/10/2023	7633-1	293,47
HBV1768	L002938335	30/10/2023	7684-2	130,16
DNN8A46	L002938338	30/10/2023	7684-2	130,16
RUC6A34	L002938220	30/10/2023	6050-2	293,47
MQP1971	L002938152	30/10/2023	5185-1	195,23
EDE8333	L002938153	30/10/2023	5185-1	195,23
DMD2979	L002937915	30/10/2023	7366-2	130,16
DFF6E23	L002937916	30/10/2023	7366-2	130,16
RNF3J41	L002938176	30/10/2023	5568-0	195,23
GIX2G03	L002938606	30/10/2023	5541-7	195,23
HLZ6028	L002938948	30/10/2023	5541-1	195,23
PUH9617	L002938950	30/10/2023	7633-1	293,47
PVQ1222	L002938154	30/10/2023	5738-0	293,47
HND7386	P300010132	30/10/2023	6050-3	293,47
GVB0A05	P300010133	30/10/2023	6050-3	293,47

RFJ9F03	P300010134	30/10/2023	6050-3	293,47
FMB5469	P300010136	30/10/2023	6050-3	293,47
HJD8B45	P300010273	30/10/2023	6050-3	293,47
SHV1A72	P300010274	30/10/2023	7455-0	130,16
SIH8G10	P300010275	30/10/2023	7455-0	130,16
FQV9E37	P300010276	30/10/2023	7455-0	130,16
GGV3I57	P300010278	30/10/2023	7455-0	130,16
GKS3309	P300010279	30/10/2023	7455-0	130,16
HMQ2987	P300010280	30/10/2023	7455-0	130,16
SHC9H94	P300010282	30/10/2023	7455-0	130,16
PWK1252	P300010283	30/10/2023	7455-0	130,16
QUZ8C58	P300010284	30/10/2023	7455-0	130,16
GZO7972	P300010287	30/10/2023	7455-0	130,16
QND2972	P300010288	30/10/2023	7455-0	130,16
HPP0A09	P300010291	30/10/2023	7455-0	130,16
EDA7730	P300010293	30/10/2023	7455-0	130,16
FGH2411	P300010295	30/10/2023	6050-3	293,47
KDC1A02	P300010299	30/10/2023	6050-3	293,47
NXX3663	P300010302	30/10/2023	7455-0	130,16
NYD1020	P300010303	30/10/2023	7455-0	130,16
GRW5142	P300010307	30/10/2023	6050-3	293,47
QNN3642	P300010309	30/10/2023	6050-3	293,47
EVL9156	P300010312	30/10/2023	7455-0	130,16
EMY6010	P300010314	30/10/2023	7455-0	130,16
GQP9712	P300010315	30/10/2023	7455-0	130,16
OPY5847	P300010317	30/10/2023	7455-0	130,16
SHE9D70	P300010318	30/10/2023	7455-0	130,16
SIS4I79	P300010319	30/10/2023	7463-0	195,23
RNN8C78	P300010320	30/10/2023	7455-0	130,16
GTM6949	P300010321	30/10/2023	7455-0	130,16
QUO1H27	P300010322	30/10/2023	7455-0	130,16
FIN0124	P300010324	30/10/2023	7455-0	130,16
EBM8269	P300010325	30/10/2023	7455-0	130,16
QUN5C68	P300010328	30/10/2023	7463-0	195,23
EPA5D67	P300010329	30/10/2023	7455-0	130,16
GAM5801	P300010330	30/10/2023	7455-0	130,16

AZA0708	P300010331	30/10/2023	7455-0	130,16
SHQ5D98	P300010332	30/10/2023	7455-0	130,16
NXX3663	P300010334	30/10/2023	7455-0	130,16
EXL9D87	P300010337	30/10/2023	7463-0	195,23
PWB9272	P300010338	30/10/2023	7455-0	130,16
RAE3041	P300010341	30/10/2023	7471-0	880,41
OLV6427	P300010342	30/10/2023	7455-0	130,16
RNT8J33	P300010343	30/10/2023	7455-0	130,16
CCV4J02	P300010344	30/10/2023	7455-0	130,16
FCV1H60	P300010346	30/10/2023	7463-0	195,23
FXQ6G75	P300010347	30/10/2023	7455-0	130,16
FIQ1J79	P300010348	30/10/2023	7455-0	130,16
OPC9234	P300010360	30/10/2023	7455-0	130,16
EQN5F79	P300010361	30/10/2023	7455-0	130,16
QPS6493	P300010362	30/10/2023	7455-0	130,16
GDX4A22	P300010363	30/10/2023	7455-0	130,16
EYR6393	P300010365	30/10/2023	7455-0	130,16
LQH7A75	P300010367	30/10/2023	7455-0	130,16
PUL8767	P300010369	30/10/2023	7463-0	195,23
SHM9F10	P300010370	30/10/2023	7455-0	130,16
SHG5G22	P300010371	30/10/2023	7455-0	130,16
FIN0124	P300010372	30/10/2023	7455-0	130,16
RFM8F60	P300010373	30/10/2023	7455-0	130,16
IXF2738	P300010378	30/10/2023	7455-0	130,16
FIN0124	P300010380	30/10/2023	7463-0	195,23
RUX3G91	P300010383	30/10/2023	7455-0	130,16
FTW9158	P300010384	30/10/2023	7455-0	130,16
HHY3673	P300010385	30/10/2023	7455-0	130,16
HKA6258	P300010386	30/10/2023	7455-0	130,16
QOA0131	P300010388	31/10/2023	7455-0	130,16
ESY4H77	P300010389	31/10/2023	7455-0	130,16
RNZ7I93	P300010390	31/10/2023	7455-0	130,16
EZJ2J91	P300010392	31/10/2023	7455-0	130,16
EYV3851	P300010393	31/10/2023	7463-0	195,23
FNW9285	P300010395	31/10/2023	7455-0	130,16
FPS5I78	P300010397	31/10/2023	7455-0	130,16

HBT2C57	P300010398	31/10/2023	7455-0	130,16
PWQ1385	L002937675	31/10/2023	7633-1	293,47
LTF4959	L002937676	31/10/2023	7633-1	293,47
RVE1G72	L002937677	31/10/2023	7633-1	293,47
GAW3E35	L002938832	31/10/2023	6041-1	195,23
CAK0113	L002937201	31/10/2023	5185-1	195,23
FMC5A68	L002938833	31/10/2023	5541-2	195,23
OMD7955	L002938599	31/10/2023	5541-2	195,23
HDF3471	L002938600	31/10/2023	5541-2	195,23
HJT0443	L002938854	31/10/2023	5550-0	130,16
HOB8310	L002938604	31/10/2023	7633-1	293,47
ENA2H45	L002938608	31/10/2023	6041-1	195,23
GXA3722	L002938952	31/10/2023	5568-0	195,23
HNM4498	L002938953	31/10/2023	5452-6	195,23

PAB8A27	L002938955	31/10/2023	7633-2	293,47
DQR9400	L002937918	31/10/2023	6017-4	293,47
HHD7A05	L002937919	31/10/2023	5720-0	195,23
EPB1C11	L002937920	31/10/2023	5720-0	195,23
FBS5577	L002938581	31/10/2023	7633-2	293,47
CAW5459	L002938983	31/10/2023	5541-2	195,23
LRT7705	L002939164	31/10/2023	5541-2	195,23
HER5C10	L002939165	31/10/2023	5541-2	195,23
QNA8772	L002939169	31/10/2023	5541-2	195,23
HJT0429	L002932016	31/10/2023	6181-0	195,23
EJY0851	L002932017	31/10/2023	5665-0	130,16
HOB9G33	L002939309	31/10/2023	5452-6	195,23
PVS7B91	L002939310	31/10/2023	5509-0	130,16
DVA6915	L002939313	31/10/2023	5541-7	195,23
FOC5449	L002937679	01/11/2023	5185-1	195,23
LOM8506	L002938836	01/11/2023	5185-1	195,23
RGC7D19	L002938837	01/11/2023	5541-2	195,23
PXG2120	L002936981	01/11/2023	5720-0	195,23
DMG9C97	L002939224	01/11/2023	5541-2	195,23
PPH8E38	L002938984	01/11/2023	7633-1	293,47
EQM7C40	L002938682	01/11/2023	5185-1	195,23
RUI9F83	L002938422	01/11/2023	7684-2	130,16

JGF0747	L002938685	01/11/2023	5541-2	195,23
SIW5J02	L002938424	01/11/2023	7684-2	130,16
PXZ4539	L002938732	01/11/2023	5452-2	195,23
QWT5E55	L002938857	01/11/2023	5819-1	880,41
PEY9847	L002938425	01/11/2023	6530-0	195,23
SHN7B56	L002938734	01/11/2023	5550-0	130,16
PZQ7903	L002938859	01/11/2023	6050-2	293,47
RTI7C24	L002938735	01/11/2023	6394-4	293,47
EQM7I18	L002938861	01/11/2023	5550-0	130,16
PUE0906	L002939242	01/11/2023	5460-0	130,16
HDF1708	L002938737	01/11/2023	5452-2	195,23
HNJ5607	L002938957	01/11/2023	6050-1	293,47
DQM7563	L002937460	01/11/2023	7633-1	293,47
OWY0077	L002938783	01/11/2023	5550-0	130,16
HDF2640	L002938784	01/11/2023	5185-1	195,23
RUF3A94	L002936926	01/11/2023	6041-1	195,23
ECT7374	L002932018	01/11/2023	5665-0	130,16
ERB1582	L002932020	01/11/2023	6017-5	293,47
OWJ3E53	L002938221	01/11/2023	5460-0	130,16
FCM4G46	L002939170	01/11/2023	5541-2	195,23
EUR8I55	L002939171	01/11/2023	5541-2	195,23
CGM4146	L002939175	01/11/2023	5541-2	195,23
DQB3651	L002939176	01/11/2023	5541-2	195,23
QNO9945	L002939178	01/11/2023	5541-2	195,23
JFQ4A98	P300010530	01/11/2023	7455-0	130,16
SHZ0C78	P300010543	01/11/2023	7455-0	130,16
BKY0I68	P300010652	02/11/2023	7463-0	195,23
HMN8991	P300010654	02/11/2023	7455-0	130,16
BQG8314	P300010659	02/11/2023	7455-0	130,16
FYO7F84	P300010661	02/11/2023	7455-0	130,16
BIF4H16	P300010665	02/11/2023	7463-0	195,23
CEC7336	P300010669	02/11/2023	7455-0	130,16
PXT1294	P300010678	02/11/2023	7455-0	130,16
HIJ1217	L002939264	02/11/2023	5738-0	293,47
HCT6848	L002939265	02/11/2023	5738-0	293,47
HNO9882	L002939269	02/11/2023	5738-0	293,47

SHU6I49	L002939270	02/11/2023	5738-0	293,47
CKE7979	L002939321	02/11/2023	5738-0	293,47
OPG0350	L002939382	02/11/2023	5738-0	293,47
SIY6J26	L002939383	02/11/2023	5738-0	293,47
PUM3658	L002939384	02/11/2023	5738-0	293,47
PVV2971	L002939385	02/11/2023	5738-0	293,47
DQS5610	L002939386	02/11/2023	5738-0	293,47
HMM2748	L002939387	02/11/2023	5738-0	293,47
DTS3351	L002939389	02/11/2023	6068-1	195,23
HDF1661	L002938610	02/11/2023	5185-2	195,23
GTM6004	L002938613	02/11/2023	5185-2	195,23
DEV3B17	L002938763	02/11/2023	5185-1	195,23
QOH0J38	L002935785	02/11/2023	6068-1	195,23
HWQ0184	L002935786	02/11/2023	5452-6	195,23
LBO4917	L002936928	02/11/2023	5185-1	195,23
PUZ8A11	L002936929	02/11/2023	5185-1	195,23
HAM6777	L002936930	02/11/2023	5185-1	195,23
QXY4C87	L002936931	02/11/2023	5185-1	195,23
DIR1968	L002938764	02/11/2023	5185-1	195,23
FQM2B76	L002938427	02/11/2023	6050-2	293,47
DVI5019	L002939181	02/11/2023	5185-1	195,23
GRK2918	L002939343	02/11/2023	5185-1	195,23
ALT8297	L002939344	02/11/2023	5185-1	195,23
FYU9C60	L002939345	02/11/2023	5185-1	195,23
OLY8290	L002939349	02/11/2023	5185-1	195,23
KNI1308	L002939350	02/11/2023	5185-1	195,23
DKP1920	L002939351	02/11/2023	5185-1	195,23
ELJ1667	L002939352	02/11/2023	5185-1	195,23

ASG0718	L002939355	02/11/2023	5185-1	195,23
GTM6004	L002939356	02/11/2023	5185-1	195,23
ERA8H47	L002939358	02/11/2023	5185-1	195,23
FOI7J21	L002939359	02/11/2023	5185-1	195,23
PUM8270	L002939360	02/11/2023	5185-1	195,23
LNE3726	L002939361	02/11/2023	5185-1	195,23
OXB1681	L002939402	02/11/2023	5185-1	195,23
EWQ1493	L002939404	02/11/2023	5185-1	195,23

FET7607	L002939405	02/11/2023	5185-1	195,23
CUB2189	L002939407	02/11/2023	5185-1	195,23
OLX4958	L002939409	02/11/2023	5185-1	195,23
GMR2688	L002939411	02/11/2023	5185-1	195,23
CHA2I59	L002939416	02/11/2023	5185-1	195,23
HEC1773	L002939418	02/11/2023	5185-1	195,23
DQS5610	L002939419	02/11/2023	5185-1	195,23
EDB1G95	L002939420	02/11/2023	5185-1	195,23
COV2570	L002939421	02/11/2023	5185-1	195,23
RVS6F95	L002939444	02/11/2023	5185-1	195,23
EAM4826	L002939445	02/11/2023	5185-1	195,23
PXZ4539	L002939446	02/11/2023	5185-1	195,23
GMZ8497	L002939449	02/11/2023	5185-1	195,23
PKE8910	L002939450	02/11/2023	5185-1	195,23
CNM6273	L002939451	02/11/2023	5185-1	195,23
HJD8602	L002939453	02/11/2023	5185-1	195,23
DZD3957	L002939454	02/11/2023	5185-1	195,23
HOF5319	L002939455	02/11/2023	5185-1	195,23
AWU7467	L002939458	02/11/2023	5185-1	195,23
HCM5757	L002939460	02/11/2023	5185-1	195,23
FOW3F40	L002939466	02/11/2023	5185-1	195,23
OBJ2239	L002939468	02/11/2023	5185-1	195,23
HHF5878	L002939470	02/11/2023	5185-1	195,23
FOI7J21	L002939471	02/11/2023	5185-1	195,23
FOP0D05	L002939474	02/11/2023	5541-7	195,23
PYN2458	L002939476	02/11/2023	6122-0	293,47
DRM4A82	L002939477	02/11/2023	5738-0	293,47
GMP8434	L002939478	02/11/2023	5738-0	293,47
RFK6A91	L002939503	02/11/2023	5541-7	195,23
QNI5538	L002939506	02/11/2023	5452-6	195,23
HJI0347	L002939510	02/11/2023	7633-1	293,47
RUE3J19	L002939511	02/11/2023	5738-0	293,47
PZT7316	L002939512	02/11/2023	5738-0	293,47
PZX4A00	L002939513	02/11/2023	5738-0	293,47
FVP2580	L002939514	02/11/2023	5738-0	293,47
HJT2021	L002939517	02/11/2023	5541-7	195,23
HIW1497	L002938687	03/11/2023	5185-1	195,23
HLG5013	L002938688	03/11/2023	5185-1	195,23
RVS2J26	L002938689	03/11/2023	7366-2	130,16
EPR7J17	L002938690	03/11/2023	5185-1	195,23
ELJ1667	L002938691	03/11/2023	5185-1	195,23
QKY6B87	L002938986	03/11/2023	7633-1	293,47
QNR7681	L002938482	03/11/2023	7366-2	130,16
JHW6561	L002938703	03/11/2023	5541-2	195,23
OXG3060	L002938705	03/11/2023	5541-2	195,23
OMB2D20	L002938706	03/11/2023	5541-2	195,23
QUV1106	L002938707	03/11/2023	5541-2	195,23
GYX6811	L002938710	03/11/2023	5541-2	195,23
QUJ5J75	L002938711	03/11/2023	5541-2	195,23
FIB2I80	L002938712	03/11/2023	5541-2	195,23
AVS1426	L002938485	03/11/2023	5991-0	293,47
HMA0044	L002938714	03/11/2023	5541-2	195,23
CTM3J52	L002938715	03/11/2023	5541-2	195,23
GUY1057	L002938716	03/11/2023	5541-2	195,23
EJE0I64	L002938717	03/11/2023	5541-2	195,23
OXG3060	L002938718	03/11/2023	5541-2	195,23
HDF1035	L002938464	03/11/2023	5452-1	195,23
PUR6H80	L002938720	03/11/2023	5541-2	195,23
FBL4F09	L002938721	03/11/2023	5541-2	195,23
SII0E50	L002939482	03/11/2023	5541-2	195,23
EWI0B73	L002938489	03/11/2023	5738-0	293,47
HBN4415	L002938465	03/11/2023	5185-2	195,23
GPF5J03	L002938490	03/11/2023	6050-1	293,47
DDU5014	L002938466	03/11/2023	6050-2	293,47
GZV5J61	L002938987	03/11/2023	5452-6	195,23
HJD8750	L002938468	03/11/2023	5550-0	130,16
CYP7866	L002938470	03/11/2023	6122-0	293,47
RFK6A94	L002931035	03/11/2023	7056-2	130,16
QQI0D36	L002931037	03/11/2023	7684-2	130,16
DXO2882	L002939521	03/11/2023	6050-1	293,47
SIM5H77	L002939542	03/11/2023	6050-1	293,47
GXF2E87	L002939543	03/11/2023	5185-1	195,23
ERA8H47	L002939547	03/11/2023	5185-1	195,23
EQJ7E66	L002939548	03/11/2023	5185-1	195,23
DLP8623	L002939550	03/11/2023	5185-1	195,23
HIW1497	L002939551	03/11/2023	5185-1	195,23
HEM1918	L002939553	03/11/2023	5185-1	195,23
DSF5D75	L002939554	03/11/2023	5185-1	195,23
GSB6481	L002939555	03/11/2023	5185-1	195,23

OQQ2867	L002939556	03/11/2023	5185-1	195,23
DSZ2604	L002939557	03/11/2023	5185-1	195,23
HCQ7571	L002939558	03/11/2023	5185-1	195,23
HDF1266	L002939559	03/11/2023	5185-1	195,23
QUG3972	L002939560	03/11/2023	5185-1	195,23
CBZ3471	L002939561	03/11/2023	5185-1	195,23
EAX2689	L002939664	03/11/2023	5185-1	195,23
HAM8112	L002939666	03/11/2023	5185-1	195,23
EPD0E44	L002939671	03/11/2023	5185-1	195,23
HHE8041	L002939672	03/11/2023	5185-1	195,23
GVO2671	L002939673	03/11/2023	5185-1	195,23
RNO9G85	L002939676	03/11/2023	5185-1	195,23
APQ3B87	L002939678	03/11/2023	5185-1	195,23
EGK5F45	L002939680	03/11/2023	5185-1	195,23
OQL9407	L002939681	03/11/2023	5185-1	195,23
FRO8C26	L002939682	03/11/2023	5185-1	195,23
HBW1C74	L002939683	03/11/2023	5185-1	195,23
HND7461	L002939684	03/11/2023	5185-1	195,23
HAI6B06	L002939685	03/11/2023	5185-1	195,23
PGC5J04	L002939686	03/11/2023	5185-1	195,23
DTW9890	L002939687	03/11/2023	5185-1	195,23
QMS1430	L002939693	03/11/2023	5452-6	195,23
OWZ1I38	L002939696	03/11/2023	7625-1	293,47
EKX5A17	L002939697	03/11/2023	5452-6	195,23
HHX0459	L002937137	03/11/2023	5185-1	195,23
HAM6777	L002937138	03/11/2023	5185-1	195,23
QPL5E33	L002937139	03/11/2023	5185-1	195,23
JSW4G44	L002939271	03/11/2023	5541-7	195,23
QNS1803	L002939273	03/11/2023	7056-1	293,4
QXZ6E89	L002939390	03/11/2023	7030-1	293,47
PUP6C30	L002939325	04/11/2023	5185-1	195,23
HCR6603	L002939244	04/11/2023	5185-1	195,23
HDF1A18	L002938428	04/11/2023	5487-0	195,23
BAH3G34	L002938766	04/11/2023	5460-0	130,16
DEX3038	L002938988	04/11/2023	5541-7	195,23
DRT6392	L002939246	04/11/2023	5541-7	195,23
FGE7601	L002939248	04/11/2023	6050-2	293,47
GAE7E23	L002939249	04/11/2023	5509-0	130,16
PWJ3739	L002939250	04/11/2023	5541-7	195,23
HJT2322	L002939251	04/11/2023	5550-0	130,16
PWS4626	L002939252	04/11/2023	5592-0	130,16
QNT9G78	L002937846	04/11/2023	5541-2	195,23
SHN8I35	L002937847	04/11/2023	5541-2	195,23
CME5022	L002937848	04/11/2023	5541-2	195,23
HHF6383	L002937849	04/11/2023	6181-0	195,23
PWJ3739	L002937850	04/11/2023	5541-7	195,23
EWX5H07	L002939253	04/11/2023	5452-1	195,23
QUD4554	L002938693	04/11/2023	5452-6	195,23
AZS9659	L002939144	04/11/2023	6530-0	195,23
BZF2H76	L002938433	04/11/2023	5487-0	195,23
PUN0C38	L002938435	04/11/2023	5487-0	195,23
QPR0C55	L002938994	04/11/2023	5452-6	195,23
SHZ7E69	L002938670	04/11/2023	5967-0	1467,35
EQC5D44	L002938179	04/11/2023	5185-1	195,23
RFF0H83	L002938180	04/11/2023	7684-1	130,16
HLM6156	L002938181	04/11/2023	7684-1	130,16
CVY5250	L002939086	04/11/2023	5185-1	195,23
SID8D92	P300011033	05/11/2023	7455-0	130,16
GUY0354	L002938697	05/11/2023	5185-1	195,23
HJT4836	L002938698	05/11/2023	5185-1	195,23
JRB0977	L002938479	05/11/2023	7633-1	293,47
ESD9071	L002939083	05/11/2023	7684-1	130,16
DHQ8F84	L002939085	05/11/2023	6041-1	195,23
NTA3585	L002938996	05/11/2023	5452-6	195,23
RFB4B42	L002938671	05/11/2023	5967-0	1467,38816
HKW4G89	L002939087	05/11/2023	5452-6	195,23
QNS1803	L002939090	05/11/2023	5967-0	1467,35
QXI3340	P300011044	05/11/2023	6050-3	293,47
HJT4E70	P300011054	05/11/2023	7455-0	130,16
PYR1G30	L002938439	06/11/2023	7684-2	130,16
DZF6197	L002939231	06/11/2023	7366-2	130,16
RVJ9J67	L002939603	06/11/2023	7684-2	130,16
GWV7282	L002938998	06/11/2023	5185-1	195,23
EPD4115	L002938999	06/11/2023	5185-1	195,23
OPE3701	L002938699	06/11/2023	7633-1	293,47
PXT4I48	L002939000	06/11/2023	5185-1	195,23
DOR7B23	L002938700	06/11/2023	7633-1	293,47
RVD7F79	L002939604	06/11/2023	7684-2	130,16
GQT4J15	L002939622	06/11/2023	5185-1	195,23
HDF0946	L002935789	06/11/2023	5185-1	195,23
BYL4104	L002939608	06/11/2023	7684-2	130,16
QOH7933	L002939235	06/11/2023	5541-2	195,23
GXF4477	L002939236	06/11/2023	5541-2	195,23
PZL6198	L002939623	06/11/2023	5185-1	195,23
OWQ1491	L002939611	06/11/2023	7030-1	293,47
HIB2345	L002938744	06/11/2023	5568-0	195,23
HOC1106	L002939088	06/11/2023	5452-1	195,23
KML6789	L002938739	06/11/2023	5550-0	130,16
BAB8A20	L002938740	06/11/2023	6050-2	293,47

CAE4202	L002939282	06/11/2023	5185-1	195,23
FKV4F43	L002938619	06/11/2023	6041-1	195,23
OXH9A00	L002939254	06/11/2023	5541-2	195,23
HEF1775	L002939255	06/11/2023	5541-2	195,23
BTZ4535	L002938620	06/11/2023	7625-1	293,47
RNL0D94	L002939256	06/11/2023	5541-2	195,23
HDI6628	L002939257	06/11/2023	5541-2	195,23
SIW7C55	L002939258	06/11/2023	5541-2	195,23
GSP0840	L002939261	06/11/2023	5541-2	195,23
HDD4107	L002938481	06/11/2023	5185-1	195,23
PVJ4616	L002939362	06/11/2023	5541-7	195,23
SHY8B16	L002936381	06/11/2023	7595-0	130,16
QNS1803	L002939091	06/11/2023	7684-1	130,16
CYI3537	L002939624	06/11/2023	5452-1	195,23
PXS9289	L002939625	06/11/2023	5550-0	130,16
HCQ7126	L002939700	06/11/2023	5185-1	195,23
FUJ9607	L002939705	06/11/2023	5185-1	195,23
RFJ3B89	L002939707	06/11/2023	5185-1	195,23
HNX1362	L002939708	06/11/2023	5185-1	195,23
DSZ1J18	L002939709	06/11/2023	5185-1	195,23
OWQ9660	L002939711	06/11/2023	5185-1	195,23
QNW2309	L002939712	06/11/2023	5185-1	195,23
CET5667	L002939714	06/11/2023	5185-1	195,23
HCY4F61	L002937851	06/11/2023	5550-0	130,16
BOC3950	L002939716	06/11/2023	5185-1	195,23
GXF4315	L002939717	06/11/2023	5185-1	195,23
PVO9J94	L002939718	06/11/2023	5185-1	195,23
RFJ4B40	L002939719	06/11/2023	5185-1	195,23
HDF2743	L002939720	06/11/2023	5185-1	195,23
HBR5131	L002939721	06/11/2023	5185-1	195,23
DPM5716	L002939765	06/11/2023	5185-1	195,23
GSP7534	L002939767	06/11/2023	5185-1	195,23
GRR0419	L002939768	06/11/2023	5185-1	195,23
PUK6937	L002939769	06/11/2023	5185-1	195,23
OMG1814	L002939771	06/11/2023	5185-1	195,23
HDH5J80	L002939777	06/11/2023	5185-1	195,23
EMR2I53	L002939781	06/11/2023	5185-1	195,23
DYF0765	L002939842	06/11/2023	5185-1	195,23
ELJ1667	L002939846	06/11/2023	5185-1	195,23
HPN1585	L002939847	06/11/2023	5185-1	195,23
EOE0C01	L002939849	06/11/2023	5541-7	195,23
DUF4764	L002939850	06/11/2023	5541-7	195,23
OLO8G37	L002939851	06/11/2023	5550-0	130,16
HLM6156	L002939852	06/11/2023	5541-2	195,23
EEU1J30	L002939856	06/11/2023	5550-0	130,16
RVT3C87	L002939857	06/11/2023	5541-7	195,23
HKA6258	L002939860	06/11/2023	5550-0	130,16
FVL2D41	L002939866	06/11/2023	7633-1	293,47
DQL6615	L002939868	06/11/2023	6122-0	293,47
CIO5558	L002939873	06/11/2023	7633-1	293,47
FIN5E77	L002938790	06/11/2023	5991-0	293,47
DEZ5J38	L002939874	06/11/2023	5185-1	195,23
OWP7448	L002939875	06/11/2023	5452-6	195,23
OWP7448	L002939876	06/11/2023	7293-0	130,16
OPM8953	L002939877	06/11/2023	5185-2	195,23
EUQ7335	L002939878	06/11/2023	5185-1	195,23
HBY0600	L002939902	06/11/2023	5452-6	195,23
PWV2552	L002939903	06/11/2023	5452-6	195,23
RTR6B91	L002939618	06/11/2023	7684-2	130,16
CGX6585	L002939274	06/11/2023	7633-2	293,47
CNJ0E90	L002939279	06/11/2023	6017-4	293,47
QUG3972	L002939280	06/11/2023	5967-0	1467,35
OQO5A53	L002939281	06/11/2023	7633-1	293,47
CKC2E96	L002940202	06/11/2023	7633-2	293,47
DIE7H05	L002939393	06/11/2023	5185-1	195,23
CAR2G49	L002939396	06/11/2023	5550-0	130,16
LME1A13	L002939398	06/11/2023	5550-0	130,16
CDW0H74	L002939399	06/11/2023	5452-1	195,23
HNO9689	L002939486	07/11/2023	7633-1	293,47
GHM3J44	L002937853	07/11/2023	5509-0	130,16
GXI0026	L002935778	07/11/2023	5452-1	195,23
FBL4F09	L002933314	07/11/2023	6050-1	293,47
OFX6F72	L002939724	07/11/2023	5541-2	195,23
GUY8317	L002939725	07/11/2023	5541-2	195,23
ERC4G06	L002939726	07/11/2023	5541-2	195,23
FGG0464	L002939729	07/11/2023	5541-2	195,23
NXL6762	L002939730	07/11/2023	5541-2	195,23
PWZ8842	L002939731	07/11/2023	6041-1	195,23
OWX7427	L002939733	07/11/2023	5541-2	195,23
QOZ6686	L002939737	07/11/2023	5541-2	195,23
QWT5E55	L002939284	07/11/2023	6122-0	293,47
HIB7998	L002939285	07/11/2023	5568-0	195,23
ETU4D31	L002939286	07/11/2023	5568-0	195,23
HJW1D75	L002939287	07/11/2023	5452-6	195,23
HND7386	L002939289	07/11/2023	5452-6	195,23
PYD5D23	L002939290	07/11/2023	7633-1	293,47
RTZ4I75	L002939291	07/11/2023	7633-1	293,47
EUN3650	L002936934	07/11/2023	5185-1	195,23
SIS5J55	L002939365	07/11/2023	7633-1	293,47

FQL5138	L002939292	07/11/2023	6041-1	195,23
FHE0044	L002939293	07/11/2023	5550-0	130,16
PXU8282	L002939586	07/11/2023	5665-0	130,16
RUK3I52	L002939588	07/11/2023	6050-1	293,47
DGF1A83	L002938680	07/11/2023	7030-1	293,47
GZX4323	L002939904	07/11/2023	5541-2	195,23
PVA5466	L002939905	07/11/2023	5541-2	195,23
PZL1986	L002939907	07/11/2023	5541-2	195,23
HDW3527	L002939908	07/11/2023	5541-2	195,23
FYE0D54	L002939909	07/11/2023	5541-2	195,23
RMN4H13	L002939911	07/11/2023	5541-2	195,23
OQA3439	L002939915	07/11/2023	5541-2	195,23
KRQ8J32	L002939092	07/11/2023	5819-1	880,41
FMS8B41	L002940205	07/11/2023	7633-2	293,47
GCV8F39	L002940206	07/11/2023	5550-0	130,16
QOF3758	L002940208	07/11/2023	7633-2	293,47
PVA6A05	L002940209	07/11/2023	7633-2	293,47
PZZ0A07	L002939400	07/11/2023	5452-6	195,23
QMR1626	L002939401	07/11/2023	5452-1	195,23
OQY0E18	L002940462	07/11/2023	5452-2	195,23
EXW6E44	L002940464	07/11/2023	7633-1	293,47
DZF6197	L002939740	08/11/2023	5185-1	195,23
OPZ4F37	L002939629	08/11/2023	5185-1	195,23
DTW9890	L002939487	08/11/2023	7633-1	293,47
DEH8195	L002939488	08/11/2023	5185-1	195,23
BEN1135	L002935792	08/11/2023	5185-1	195,23
SIB2J79	L002939147	08/11/2023	7684-2	130,16
HOB8120	L002940226	10/11/2023	5452-1	195,23
HOB7756	L002940228	10/11/2023	7633-1	293,47
DCB2744	L002940707	14/11/2023	5550-0	130,16
HAM8018	L002941514	14/11/2023	7633-2	293,47
PXS7259	L002940725	15/11/2023	5541-7	195,23
CET2676	P300011939	16/11/2023	7455-0	130,16
RCD4E66	P300011955	16/11/2023	6050-3	293,47
DPG9195	P300011994	16/11/2023	7455-0	130,16
HIJ2083	L002940868	17/11/2023	5185-1	195,23
FCX3H45	P300012030	17/11/2023	7455-0	130,16
OMG4338	P300012031	17/11/2023	7455-0	130,16
RGC9A33	P300012032	17/11/2023	7455-0	130,16
CLS0496	P300012033	17/11/2023	7455-0	130,16
CRN8582	P300012035	17/11/2023	7463-0	195,23
EYB6B72	P300012036	17/11/2023	7463-0	195,23
HEL8002	P300012038	17/11/2023	7455-0	130,16
EMJ4199	P300012039	17/11/2023	7455-0	130,16
HHF5184	P300012041	17/11/2023	7455-0	130,16
KDC1A02	P300012043	17/11/2023	6050-3	293,47
QMU1I04	P300012044	17/11/2023	6050-3	293,47
CNM3905	P300012045	17/11/2023	6050-3	293,47
QXM0515	P300012047	17/11/2023	7455-0	130,16
RUG8F50	P300012050	17/11/2023	7455-0	130,16
GZE7304	P300012052	17/11/2023	6050-3	293,47
RUO9H38	P300012054	17/11/2023	6050-3	293,47
QUY4138	P300012056	17/11/2023	6050-3	293,47
RNP2D80	P300012057	17/11/2023	6050-3	293,47
HMT2561	P300012059	17/11/2023	7455-0	130,16
FDV6I51	P300012060	17/11/2023	7455-0	130,16
GAL0F93	P300012061	17/11/2023	7455-0	130,16
HMF5000	P300012063	17/11/2023	7455-0	130,16
FHW4787	P300012064	17/11/2023	7455-0	130,16
FLJ5A71	P300012065	17/11/2023	7455-0	130,16
OPX2J32	P300012066	17/11/2023	7471-0	880,41
DPC7177	P300012068	17/11/2023	7455-0	130,16
DQL8071	P300012069	17/11/2023	7455-0	130,16
COX3360	P300012070	17/11/2023	7455-0	130,16
PWI9129	P300012071	17/11/2023	7463-0	195,23
COX3360	P300012073	17/11/2023	7463-0	195,23
HJT3455	P300012074	17/11/2023	7455-0	130,16
RGC1G60	P300012077	17/11/2023	7463-0	195,23
FNK4J83	P300012078	17/11/2023	7455-0	130,16
HIO1220	P300012080	17/11/2023	7455-0	130,16
HES5604	P300012081	17/11/2023	7463-0	195,23
QOF3758	P300012083	17/11/2023	7455-0	130,16
OME4464	P300012084	17/11/2023	7455-0	130,16
DVS2847	P300012086	17/11/2023	7455-0	130,16
GYG3E92	P300012087	17/11/2023	7455-0	130,16
BDO2C30	P300012088	17/11/2023	7455-0	130,16
SHX4D11	P300012089	17/11/2023	7455-0	130,16
RNM8I81	P300012090	17/11/2023	7471-0	880,41
NVS7J47	P300012093	17/11/2023	7455-0	130,16
OPR7690	P300012094	17/11/2023	7455-0	130,16
EHX1453	P300012097	17/11/2023	7455-0	130,16
DBY3278	P300012100	17/11/2023	7455-0	130,16
EPR2694	P300012101	17/11/2023	7455-0	130,16
FAD4B56	P300012102	17/11/2023	7455-0	130,16
QUE6D16	P300012104	17/11/2023	7455-0	130,16
GEZ3418	P300012106	17/11/2023	7455-0	130,16
SIX4J07	P300012107	17/11/2023	7455-0	130,16
RGB4A40	P300012108	17/11/2023	7455-0	130,16
SIM8B99	P300012109	17/11/2023	7455-0	130,16

CCM8336	P300012112	17/11/2023	7455-0	130,16
ORB4321	P300012113	17/11/2023	7455-0	130,16
LBV4665	P300012116	17/11/2023	7455-0	130,16
HGY1I71	P300012117	17/11/2023	7463-0	195,23
RMX5E50	P300012120	17/11/2023	7463-0	195,23
JGF9113	P300012121	17/11/2023	7455-0	130,16
EPE8320	L002941515	17/11/2023	5568-0	195,23
HEH3093	L002941517	17/11/2023	5452-6	195,23
HAR3964	L002941516	17/11/2023	5550-0	130,16
FZZ8C12	L002941519	17/11/2023	5452-2	195,23
QOG3I83	P300012187	18/11/2023	7455-0	130,16
QOM1829	P300012189	18/11/2023	7455-0	130,16
MFM3E85	P300012123	18/11/2023	7463-0	195,23
HFO6D90	P300012191	18/11/2023	7455-0	130,16
DFF6251	P300012193	18/11/2023	7455-0	130,16
HHD9D30	P300012194	18/11/2023	7455-0	130,16
HFK6422	P300012195	18/11/2023	7455-0	130,16
SHD4B68	P300012198	18/11/2023	7455-0	130,16
RVZ2D80	L002940573	18/11/2023	7684-2	130,16
GRW7H95	L002941022	18/11/2023	5185-1	195,23
GZF0646	P300012211	18/11/2023	7463-0	195,23
QQR9526	P300012212	18/11/2023	7455-0	130,16
ELG1030	P300012213	18/11/2023	7455-0	130,16
HHD8951	P300012215	18/11/2023	7455-0	130,16
FTW9158	P300012216	18/11/2023	7455-0	130,16
GPM3440	P300012219	18/11/2023	7463-0	195,23
DSY1336	P300012222	18/11/2023	7455-0	130,16
GZJ5285	P300012224	18/11/2023	7455-0	130,16
LRO7J71	P300012225	18/11/2023	7455-0	130,16
GLP6388	P300012228	18/11/2023	7455-0	130,16
EYX9551	P300012229	18/11/2023	7455-0	130,16
DSY1336	P300012231	18/11/2023	7455-0	130,16
RTD2I39	P300012233	18/11/2023	6050-3	293,47
FTL1120	P300012235	18/11/2023	6050-3	293,47
GQZ0360	P300012237	18/11/2023	6050-3	293,47
COM8594	P300012243	18/11/2023	7455-0	130,16
QQL5B85	P300012244	18/11/2023	6050-3	293,47
PYG4739	P300012246	18/11/2023	7455-0	130,16
PZU6703	P300012247	18/11/2023	7455-0	130,16
GXF6437	P300012249	18/11/2023	7455-0	130,16
HJT1231	P300012250	18/11/2023	6050-3	293,47
HGY1D79	P300012251	18/11/2023	6050-3	293,47
QXF3G21	P300012253	18/11/2023	7455-0	130,16
GSW9927	P300012256	18/11/2023	7455-0	130,16
HBB9855	P300012257	18/11/2023	7455-0	130,16
PZY4J21	P300012258	18/11/2023	7455-0	130,16
DXA1C53	P300012151	18/11/2023	7463-0	195,23
HLM6E22	P300012153	18/11/2023	7455-0	130,16
FVS3E35	P300012155	18/11/2023	7455-0	130,16
FIU6687	P300012156	18/11/2023	7455-0	130,16
EBI0892	P300012157	18/11/2023	7455-0	130,16
JZQ9H08	P300012158	18/11/2023	7455-0	130,16
OPF0683	P300012159	18/11/2023	7455-0	130,16
HOV9670	P300012160	18/11/2023	7455-0	130,16
DHM7A31	P300012162	18/11/2023	7455-0	130,16
ETL5074	P300012163	18/11/2023	7455-0	130,16
CXE8J86	P300012164	18/11/2023	7455-0	130,16
EGM9075	P300012166	18/11/2023	7455-0	130,16
FLJ3A33	P300012168	18/11/2023	7455-0	130,16
PZI7675	P300012169	18/11/2023	7455-0	130,16
OLW3312	P300012171	18/11/2023	7455-0	130,16
OPF0683	P300012174	18/11/2023	7463-0	195,23
GPM3440	P300012175	18/11/2023	7455-0	130,16
PVX4023	P300012177	18/11/2023	7455-0	130,16
HCD4J70	P300012180	18/11/2023	7463-0	195,23
ETL5074	P300012182	18/11/2023	7455-0	130,16
QSE8G53	P300012184	18/11/2023	7455-0	130,16
FMR8979	P300012185	18/11/2023	7455-0	130,16
HOV9670	P300012186	18/11/2023	7463-0	195,23
FOT1C06	L002939783	19/11/2023	5568-0	195,23
RFB8G99	P300012272	19/11/2023	7455-0	130,16
DCX8093	P300012276	19/11/2023	7455-0	130,16
GYI6986	P300012277	19/11/2023	7455-0	130,16
NKC4F77	P300012283	19/11/2023	7455-0	130,16
QXJ8J44	P300012291	19/11/2023	6050-3	293,47
RML3F88	P300012292	19/11/2023	6050-3	293,47
FEU5793	P300012293	19/11/2023	6050-3	293,47
GXF7990	P300012295	19/11/2023	6050-3	293,47
QQZ7508	P300012301	19/11/2023	6050-3	293,47
GQT4939	P300012303	19/11/2023	7455-0	130,16
DSY1336	P300012309	19/11/2023	7455-0	130,16
HOV9670	P300012311	19/11/2023	7455-0	130,16
GWH7037	P300012315	19/11/2023	7463-0	195,23
CVV6280	P300012316	19/11/2023	7455-0	130,16
JVL1189	P300012319	19/11/2023	7455-0	130,16
DKF6312	P300012320	19/11/2023	7455-0	130,16
HMF8H21	P300012323	19/11/2023	7455-0	130,16
PBW1J19	P300012325	19/11/2023	7463-0	195,23
EOY7E36	P300012326	19/11/2023	7455-0	130,16

OQV3278	P300012327	19/11/2023	7463-0	195,23
HNF7H07	P300012328	19/11/2023	7455-0	130,16
DSY1336	P300012330	19/11/2023	7455-0	130,16
EFZ4J57	P300012331	19/11/2023	7455-0	130,16
HNC7242	P300012335	19/11/2023	7455-0	130,16
OVD4J61	P300012339	19/11/2023	7455-0	130,16
QNQ6866	P300012340	19/11/2023	7455-0	130,16
SIR7F10	P300012341	19/11/2023	7455-0	130,16
DKH9G51	P300012342	19/11/2023	7455-0	130,16
HMQ3D34	P300012344	19/11/2023	7455-0	130,16
CRO6173	P300012345	19/11/2023	7455-0	130,16
HES3558	P300012346	19/11/2023	7455-0	130,16
RMJ1A75	P300012415	20/11/2023	7455-0	130,16
DNU9081	P300012418	20/11/2023	7455-0	130,16
FTP8441	P300012419	20/11/2023	7455-0	130,16
RUK3H77	P300012127	20/11/2023	7463-0	195,23
LLQ4495	L002940635	20/11/2023	5550-0	130,16
CTX4A34	L002941543	20/11/2023	5550-0	130,16
KRO9H86	L002941544	20/11/2023	5452-1	195,23
EWQ2H89	L002941542	20/11/2023	5550-0	130,16
GRI5826	L002941064	20/11/2023	5185-1	195,23
DFM6780	P300012352	20/11/2023	7463-0	195,23
FSR0J01	P300012354	20/11/2023	7455-0	130,16
GRW4626	P300012356	20/11/2023	7455-0	130,16
OXH9400	P300012357	20/11/2023	7455-0	130,16
RTO2H43	P300012358	20/11/2023	7463-0	195,23
HNM0D04	P300012359	20/11/2023	7455-0	130,16
DFM6780	P300012362	20/11/2023	7463-0	195,23
GBX1C70	P300012363	20/11/2023	7455-0	130,16
MOQ9783	P300012364	20/11/2023	7455-0	130,16
EUW5225	P300012365	20/11/2023	7455-0	130,16
KWA3646	P300012367	20/11/2023	7455-0	130,16
CVY1344	P300012385	20/11/2023	7455-0	130,16
BMI0445	P300012386	20/11/2023	7455-0	130,16
PUF3819	P300012369	20/11/2023	6050-3	293,47
CXM4422	P300012388	20/11/2023	7455-0	130,16
HGY1D79	P300012373	20/11/2023	6050-3	293,47
KGN5695	P300012376	20/11/2023	6050-3	293,47
HBW7F30	P300012390	20/11/2023	7455-0	130,16
PWQ0769	P300012377	20/11/2023	6050-3	293,47
QMQ5203	P300012378	20/11/2023	6050-3	293,47
PYH1702	P300012379	20/11/2023	6050-3	293,47
FEZ9B68	P300012393	20/11/2023	7455-0	130,16
FNK3H72	P300012395	20/11/2023	7455-0	130,16
HOB4E51	P300012396	20/11/2023	7455-0	130,16
GRW8208	P300012397	20/11/2023	7455-0	130,16
HBR1A06	L002940506	21/11/2023	5215-2	293,47
EDL8413	L002940422	21/11/2023	5185-1	195,23
FZZ8E14	L002940423	21/11/2023	5185-1	195,23
QNC9415	L002940694	21/11/2023	7684-1	130,16
RGC9G07	L002940669	21/11/2023	7633-2	293,47
FVM6119	L002940697	21/11/2023	5541-2	195,23
OLV6427	L002940698	21/11/2023	5541-2	195,23
DGG5933	L002940701	21/11/2023	5541-2	195,23
QOI6438	L002940783	21/11/2023	5541-2	195,23
OXG3060	L002940784	21/11/2023	5541-2	195,23
QWT2746	L002940786	21/11/2023	5541-2	195,23
KVT2F19	L002940787	21/11/2023	5541-2	195,23
HLI5065	L002940671	21/11/2023	5185-1	195,23
FRV9055	L002940672	21/11/2023	5185-1	195,23
EIJ0166	L002940673	21/11/2023	5185-1	195,23
HJT4776	L002940790	21/11/2023	5541-2	195,23
DSZ9286	L002940791	21/11/2023	5541-2	195,23
PYS7A07	L002940792	21/11/2023	5541-2	195,23
QNW1J44	L002941200	21/11/2023	7293-0	130,16
HDS7860	L002941201	21/11/2023	7714-2	130,16
RVJ7D79	L002941224	21/11/2023	7714-2	130,16
RUC7E40	L002941225	21/11/2023	7714-2	130,16
RVT2A18	L002941546	21/11/2023	5550-0	130,16
RFY3F60	L002941549	21/11/2023	5550-0	130,16
OQN8J51	L002941550	21/11/2023	7633-1	293,47
HMN4498	L002941545	21/11/2023	5550-0	130,16
PZU6A90	L002941551	21/11/2023	5550-0	130,16
HMQ3D34	L002941547	21/11/2023	5550-0	130,16
SHZ1B77	P300012450	21/11/2023	6050-3	293,47
BXR7E08	P300012525	21/11/2023	7455-0	130,16
HHI0A04	P300012528	21/11/2023	7455-0	130,16
GCH0E16	P300012529	21/11/2023	7455-0	130,16
HLM6976	P300012530	21/11/2023	7455-0	130,16
QNC6E33	P300012531	21/11/2023	7455-0	130,16
SHF3A92	P300012532	21/11/2023	7455-0	130,16
FET3F64	P300012533	21/11/2023	7455-0	130,16
QNZ6458	P300012535	21/11/2023	7455-0	130,16
FGB8159	P300012537	21/11/2023	7455-0	130,16
QNL8595	P300012538	21/11/2023	7455-0	130,16
HGY0725	P300012539	21/11/2023	7455-0	130,16
GUQ5C08	P300012540	21/11/2023	7455-0	130,16
HAM9154	P300012541	21/11/2023	7455-0	130,16
HBO1855	P300012542	21/11/2023	7455-0	130,16

QXX5D92	L002941553	22/11/2023	7030-1	293,47
FHF0465	P300013027	26/11/2023	7455-0	130,16
PWF1C78	P300012128	28/11/2023	7455-0	130,16
EUV6477	P300012129	28/11/2023	7455-0	130,16
LRM5F02	P300012130	28/11/2023	7455-0	130,16
CJY9450	P300012131	28/11/2023	7455-0	130,16
PWT9H91	P300012134	28/11/2023	7455-0	130,16
FFH9E00	P300012138	28/11/2023	7455-0	130,16
EPZ0A72	P300012139	28/11/2023	7455-0	130,16
PWP1G60	P300013726	02/12/2023	6050-3	293,47
CQB4E49	P300013733	02/12/2023	7455-0	130,16
ELM4A24	P300013734	02/12/2023	7455-0	130,16
BEF0H45	P300013735	02/12/2023	7455-0	130,16
QOQ6124	P300013736	02/12/2023	7455-0	130,16
FEK0928	P300013738	02/12/2023	7455-0	130,16
BXL6070	P300013739	02/12/2023	7455-0	130,16
BAZ6459	P300013740	02/12/2023	7455-0	130,16
OPM7C11	P300013742	02/12/2023	7455-0	130,16
PQA9336	P300013744	02/12/2023	7455-0	130,16
EEZ1860	P300013746	02/12/2023	7455-0	130,16
CKD9678	P300013748	02/12/2023	7455-0	130,16
RTV9E34	P300013752	02/12/2023	7455-0	130,16
CID9187	P300013754	02/12/2023	7455-0	130,16
HJE0119	P300013756	02/12/2023	6050-3	293,47
HCM5035	P300013758	02/12/2023	6050-3	293,47
CXH9997	P300013759	02/12/2023	6050-3	293,47
SDX8I26	P300013760	02/12/2023	6050-3	293,47
JPQ2C27	P300013761	02/12/2023	7455-0	130,16
SIN8A23	P300013763	02/12/2023	6050-3	293,47
PXX3363	P300013766	02/12/2023	6050-3	293,47
HNO9574	P300013767	02/12/2023	7455-0	130,16
FSD7H28	P300013768	02/12/2023	6050-3	293,47
PZD4079	P300013770	02/12/2023	7455-0	130,16
HNO9574	P300013772	02/12/2023	7455-0	130,16
EJD3I52	P300013775	02/12/2023	7455-0	130,16
RFJ3G11	P300013776	02/12/2023	7455-0	130,16
ERI9J52	P300013777	02/12/2023	7455-0	130,16
RFJ3G11	P300013779	02/12/2023	7455-0	130,16
EPV2020	P300013780	02/12/2023	7455-0	130,16
FMD8B30	P300013783	02/12/2023	7455-0	130,16
LLW3E34	P300013785	02/12/2023	7463-0	195,23
FUL6I96	P300013787	02/12/2023	7455-0	130,16
QUO3436	P300013788	02/12/2023	7455-0	130,16
RVA5E13	P300013792	02/12/2023	7455-0	130,16
SIE1J48	P300013793	02/12/2023	7455-0	130,16
PVC5695	P300013798	02/12/2023	7455-0	130,16
SHC3D96	P300013799	02/12/2023	7455-0	130,16
JQM4168	P300013802	02/12/2023	7455-0	130,16
PYH2J84	P300013807	02/12/2023	7455-0	130,16
OQP9J96	P300013808	02/12/2023	7455-0	130,16
QXX7D89	P300013809	02/12/2023	7455-0	130,16
EGF7215	P300013810	02/12/2023	7463-0	195,23
HGY1I71	P300013812	02/12/2023	7455-0	130,16
CMK0C95	P300013814	02/12/2023	7455-0	130,16
ELL1B17	P300013815	02/12/2023	7455-0	130,16
HLV4A80	P300013816	02/12/2023	7455-0	130,16
RUO9I92	P300013818	02/12/2023	7455-0	130,16
HKI1129	P300013819	02/12/2023	7463-0	195,23
NXZ1008	P300013820	02/12/2023	7455-0	130,16
CZW8E15	P300013822	02/12/2023	7455-0	130,16
HJT2953	P300013823	02/12/2023	7455-0	130,16
FJN4H09	P300013825	02/12/2023	7455-0	130,16
GVF9494	P300013826	02/12/2023	7455-0	130,16
HEB6C90	P300013827	02/12/2023	7455-0	130,16
PZM2G66	P300013828	02/12/2023	7455-0	130,16
HOB8570	P300013829	02/12/2023	7463-0	195,23
GMR8098	P300013830	02/12/2023	7463-0	195,23
HEC1E24	P300013831	02/12/2023	7455-0	130,16
HHG2745	P300013832	02/12/2023	7455-0	130,16
HOG5G76	P300013833	02/12/2023	7455-0	130,16
MXB9B24	P300013835	02/12/2023	7455-0	130,16
GAN2C15	P300013837	02/12/2023	7455-0	130,16
DEN1227	P300013840	02/12/2023	7455-0	130,16
PYO4194	P300013841	02/12/2023	7455-0	130,16
GCF8C10	P300013843	02/12/2023	7455-0	130,16
DEW5C66	P300013844	02/12/2023	7455-0	130,16
HMT2273	P300013846	02/12/2023	7455-0	130,16
DEN1227	P300013847	02/12/2023	7455-0	130,16
OPS2B08	P300013848	02/12/2023	7455-0	130,16
HBY0722	P300013850	02/12/2023	7455-0	130,16
DPM6C58	P300013851	02/12/2023	7463-0	195,23
FMH9452	P300013853	02/12/2023	7455-0	130,16
FLJ8686	P300013855	02/12/2023	6050-3	293,47
HFT1605	P300013856	02/12/2023	6050-3	293,47
OYI6214	P300013857	02/12/2023	6050-3	293,47
RVS2J26	P300013969	03/12/2023	7455-0	130,16
PYY9395	P300013970	03/12/2023	7455-0	130,16
RKP2B90	P300013971	03/12/2023	7463-0	195,23
LSC5I48	P300013973	03/12/2023	7455-0	130,16

HME0915	P300013975	03/12/2023	7455-0	130,16
DKC5956	P300013976	03/12/2023	7455-0	130,16
HFT1605	P300013977	03/12/2023	6050-3	293,47
HBR0970	P300013980	03/12/2023	6050-3	293,47
RUQ3G35	P300013982	03/12/2023	6050-3	293,47
QOP0693	P300013858	03/12/2023	7455-0	130,16
LDG6027	P300013859	03/12/2023	6050-3	293,47
GSP7F72	P300013860	03/12/2023	6050-3	293,47
PUV6584	P300013862	03/12/2023	6050-3	293,47
HLB7545	P300013863	03/12/2023	6050-3	293,47
PWY4345	P300013867	03/12/2023	6050-3	293,47
FEB2904	P300013868	03/12/2023	6050-3	293,47
MSN1950	P300013873	03/12/2023	7463-0	195,23
QUE1F70	P300013874	03/12/2023	7455-0	130,16
IMA3331	P300013875	03/12/2023	7455-0	130,16
QNR1C00	P300013877	03/12/2023	7455-0	130,16
GXF4494	P300013878	03/12/2023	7455-0	130,16
BLQ2784	P300013880	03/12/2023	7455-0	130,16
CKD9678	P300013883	03/12/2023	7455-0	130,16
RFJ5A00	P300013884	03/12/2023	7455-0	130,16
FPC2F76	P300013885	03/12/2023	7455-0	130,16
FNB5D68	P300013888	03/12/2023	7455-0	130,16
HEC1I24	P300013889	03/12/2023	7455-0	130,16
FMD2G98	P300013890	03/12/2023	7455-0	130,16
FHI3723	P300013894	03/12/2023	6050-3	293,47
HLH5888	P300013895	03/12/2023	7455-0	130,16
CFL8331	P300013897	03/12/2023	6050-3	293,47
RMJ1A75	P300013898	03/12/2023	7455-0	130,16
PUA7290	P300013899	03/12/2023	7463-0	195,23
FVB6H28	P300013901	03/12/2023	7455-0	130,16
FCG6F15	P300013902	03/12/2023	7463-0	195,23
HHI6408	P300013905	03/12/2023	6050-3	293,47
GYC8405	P300013906	03/12/2023	7463-0	195,23
IMA3331	P300013907	03/12/2023	7455-0	130,16
LSE3C94	P300013908	03/12/2023	7455-0	130,16
IMA3331	P300013911	03/12/2023	7455-0	130,16
OQG7392	P300013914	03/12/2023	7455-0	130,16
BRO4799	P300013915	03/12/2023	7455-0	130,16
EIN1I34	P300013916	03/12/2023	7463-0	195,23
QQS3417	P300013919	03/12/2023	7455-0	130,16
RTP6G53	P300013923	03/12/2023	7455-0	130,16
SHF3A99	P300013924	03/12/2023	7455-0	130,16
GZB0560	P300013926	03/12/2023	7455-0	130,16
CHE3260	P300013927	03/12/2023	7455-0	130,16
RNH5J31	P300013929	03/12/2023	7463-0	195,23
GIS8G75	P300013930	03/12/2023	7455-0	130,16
DQW6423	P300013935	03/12/2023	7463-0	195,23
PYK5897	P300013936	03/12/2023	7455-0	130,16
PZH0D85	P300013938	03/12/2023	7455-0	130,16
BSU6777	P300013940	03/12/2023	7455-0	130,16
QUM0E40	P300013944	03/12/2023	7463-0	195,23
HBW7F30	P300013945	03/12/2023	7455-0	130,16
OWT5755	P300013947	03/12/2023	7455-0	130,16
MJL7I16	P300013950	03/12/2023	7455-0	130,16
HCT6E54	P300013952	03/12/2023	7463-0	195,23
EWI0B73	P300013954	03/12/2023	7455-0	130,16
HDW6I77	P300013956	03/12/2023	7455-0	130,16
PXF9671	P300013957	03/12/2023	7455-0	130,16
GXF1073	P300013958	03/12/2023	7455-0	130,16
ELL1B17	P300013960	03/12/2023	7455-0	130,16
GRK3168	P300013961	03/12/2023	7455-0	130,16
GZE7260	P300013962	03/12/2023	7455-0	130,16
EXM4231	P300013983	04/12/2023	7455-0	130,16
SJA6H92	P300013989	04/12/2023	7455-0	130,16
GFM4D93	P300013991	04/12/2023	7455-0	130,16
GVU9J71	P300013994	04/12/2023	6050-3	293,47
HEC1525	P300013995	04/12/2023	6050-3	293,47
FHI3723	P300013998	04/12/2023	6050-3	293,47
QQD7575	P300014000	04/12/2023	7455-0	130,16
CUI5A58	P300014001	04/12/2023	7455-0	130,16
QQD7575	P300014002	04/12/2023	7455-0	130,16
MWB4092	P300014004	04/12/2023	7455-0	130,16
DPE2148	P300014005	04/12/2023	7455-0	130,16
PUV3930	P300014006	04/12/2023	7455-0	130,16
FHS9580	P300014007	04/12/2023	7455-0	130,16
QPP2909	P300014012	04/12/2023	7463-0	195,23
HLW1167	P300014014	04/12/2023	7455-0	130,16
HOB9F88	P300014015	04/12/2023	7455-0	130,16
GMM0G86	P300014016	04/12/2023	7455-0	130,16
CUI5A58	P300014017	04/12/2023	7455-0	130,16
EPM3E28	P300014018	04/12/2023	7455-0	130,16
HCM6844	P300014020	04/12/2023	7455-0	130,16
AVN8I51	P300014022	04/12/2023	7455-0	130,16
RND9B55	P300014024	04/12/2023	7455-0	130,16
PQN6B43	P300014025	04/12/2023	7455-0	130,16
FNM5G20	P300014027	04/12/2023	7455-0	130,16
EIK1F68	P300014029	04/12/2023	7463-0	195,23
GCW3B95	P300014030	04/12/2023	7455-0	130,16
QPD1541	P300014033	04/12/2023	7455-0	130,16

RNP2D85	P300014035	04/12/2023	7455-0	130,16
EYP7E56	P300014037	04/12/2023	7455-0	130,16
INA6F18	P300014038	04/12/2023	7455-0	130,16
OLR3998	P300014039	04/12/2023	7463-0	195,23
PGD9J15	P300014040	04/12/2023	7455-0	130,16
GSP0840	P300014041	04/12/2023	7455-0	130,16
PWJ3373	P300014042	04/12/2023	7463-0	195,23
GQT5C21	P300014043	04/12/2023	7455-0	130,16
GYK0F04	P300014108	05/12/2023	7455-0	130,16
QXC6G77	P300014109	05/12/2023	7455-0	130,16
DSS0C32	P300014110	05/12/2023	7455-0	130,16
OQW0806	P300014112	05/12/2023	7455-0	130,16
PUB9C70	P300014113	05/12/2023	7463-0	195,23
JFG1691	P300014114	05/12/2023	7455-0	130,16
HES3143	P300014115	05/12/2023	7463-0	195,23
AQO4F78	P300014116	05/12/2023	7455-0	130,16
PVZ8I33	P300014118	05/12/2023	7455-0	130,16
GRR6693	P300014119	05/12/2023	7455-0	130,16

PXB5985	P300014120	05/12/2023	7455-0	130,16
HJA5B54	P300014122	05/12/2023	7455-0	130,16
HOB9G08	P300014123	05/12/2023	7463-0	195,23
QXZ4D90	P300014124	05/12/2023	7463-0	195,23
CRW9J08	P300014125	05/12/2023	7455-0	130,16
FUZ6G55	P300014127	05/12/2023	7455-0	130,16
QNJ3A82	P300014129	05/12/2023	7455-0	130,16
FRB3H42	P300014130	05/12/2023	7455-0	130,16
EXU2B48	P300014131	05/12/2023	7455-0	130,16
RFY3A29	P300014135	05/12/2023	7455-0	130,16
EXX9G61	P300014044	05/12/2023	7455-0	130,16
OPY2207	P300014047	05/12/2023	6050-3	293,47
GYR0914	P300014049	05/12/2023	7455-0	130,16
FHW4701	P300014050	05/12/2023	7455-0	130,16
KWB9B96	P300014051	05/12/2023	7455-0	130,16
DSS4374	P300014052	05/12/2023	7455-0	130,16
GSP9020	P300014053	05/12/2023	7455-0	130,16
DQS4A38	P300014054	05/12/2023	6050-3	293,47
HLO7C64	P300014059	05/12/2023	7455-0	130,16
PVF4497	P300014060	05/12/2023	7455-0	130,16
JHX8020	P300014062	05/12/2023	7455-0	130,16
HDF2503	P300014064	05/12/2023	7455-0	130,16
HOB8231	P300014065	05/12/2023	7455-0	130,16
GAW5B85	P300014066	05/12/2023	7455-0	130,16
PUR0937	P300014068	05/12/2023	7455-0	130,16
EUK4I91	P300014069	05/12/2023	7455-0	130,16
FAK8I05	P300014070	05/12/2023	7463-0	195,23
FCK9I14	P300014071	05/12/2023	7455-0	130,16
COR7552	P300014072	05/12/2023	7455-0	130,16
QHY3015	P300014073	05/12/2023	7455-0	130,16
PZD5H52	P300014075	05/12/2023	7455-0	130,16
FZL4D73	P300014077	05/12/2023	7455-0	130,16
SHX4D11	P300014078	05/12/2023	7455-0	130,16
EBY6A99	P300014079	05/12/2023	7455-0	130,16
OPB4I85	P300014080	05/12/2023	7455-0	130,16
OWS6028	P300014081	05/12/2023	7455-0	130,16
QUJ3F15	P300014082	05/12/2023	7455-0	130,16
QOX6617	P300014083	05/12/2023	7455-0	130,16
QNZ6458	P300014087	05/12/2023	7455-0	130,16
DMO1453	P300014089	05/12/2023	7455-0	130,16
RTC8H53	P300014091	05/12/2023	7455-0	130,16
HKI1129	P300014092	05/12/2023	7455-0	130,16
QKI9361	P300014094	05/12/2023	7455-0	130,16
HJT3729	P300014095	05/12/2023	7455-0	130,16
FUP0884	P300014096	05/12/2023	7455-0	130,16
RTA5J72	P300014097	05/12/2023	7455-0	130,16
EFG9H55	P300014099	05/12/2023	7463-0	195,23
OLT5F56	P300014100	05/12/2023	7455-0	130,16
QXS5D96	P300014102	05/12/2023	7455-0	130,16
HMV7641	P300014103	05/12/2023	7455-0	130,16
HHG2745	P300014106	05/12/2023	7455-0	130,16
OXH7894	P300014107	05/12/2023	7455-0	130,16
QOY6276	L002942509	06/12/2023	7684-2	130,16
HGG6942	L002942516	06/12/2023	5185-1	195,23
GMR8015	L002942517	06/12/2023	6858-0	293,47
DSG9D94	L002941458	06/12/2023	5185-1	195,23
OPX9922	L002942743	06/12/2023	5185-1	195,23
EME1595	P300014134	06/12/2023	6050-3	293,47
PWJ3739	P300014137	06/12/2023	6050-3	293,47
GAF5F22	P300014138	06/12/2023	6050-3	293,47
GWK5G32	P300014139	06/12/2023	7455-0	130,16
HCM5077	P300014140	06/12/2023	7463-0	195,23
CSB6919	P300014141	06/12/2023	7463-0	195,23
CVA0A52	P300014142	06/12/2023	7455-0	130,16
CJM3794	P300014143	06/12/2023	7455-0	130,16
QMQ8025	P300014145	06/12/2023	7455-0	130,16
QWZ0J71	P300014146	06/12/2023	7455-0	130,16
FTM3100	P300014147	06/12/2023	7455-0	130,16
RFO2G26	P300014149	06/12/2023	7455-0	130,16

LBN2599	P300014150	06/12/2023	7455-0	130,16
RNQ4F42	P300014152	06/12/2023	7455-0	130,16
HES6995	P300014153	06/12/2023	7455-0	130,16
CXH9997	P300014156	06/12/2023	6050-3	293,47
QXM0515	P300014159	06/12/2023	7455-0	130,16
PUT3G53	P300014161	06/12/2023	6050-3	293,47
QWY9B97	P300014162	06/12/2023	7455-0	130,16
LMF5080	P300014163	06/12/2023	7455-0	130,16
PWJ0F62	P300014164	06/12/2023	7455-0	130,16
OLW4829	P300014165	06/12/2023	7455-0	130,16
QQP5371	P300014167	06/12/2023	7455-0	130,16
HGY1J29	P300014168	06/12/2023	7463-0	195,23
GUP1D51	P300014171	06/12/2023	7455-0	130,16
OPA2I19	P300014172	06/12/2023	7455-0	130,16
FSH3E55	P300014175	06/12/2023	7455-0	130,16
SHG5E50	P300014176	06/12/2023	7463-0	195,23
QXT7A77	P300014177	06/12/2023	7455-0	130,16
EEA0C19	P300014183	06/12/2023	7463-0	195,23
ELA2G52	P300014184	06/12/2023	7463-0	195,23
MSO5C04	P300014185	06/12/2023	7455-0	130,16
RVU9H39	P300014187	06/12/2023	7455-0	130,16
HLY8E88	P300014188	06/12/2023	7455-0	130,16
DAU7048	P300014189	06/12/2023	7455-0	130,16
QXO1I10	P300014191	06/12/2023	7455-0	130,16
HJT2D66	P300014193	06/12/2023	7455-0	130,16
HKI1129	P300014195	06/12/2023	7463-0	195,23
FDO6B68	P300014197	06/12/2023	7463-0	195,23
DRK3708	P300014198	06/12/2023	7455-0	130,16
PYB1018	P300014199	06/12/2023	7455-0	130,16
PWX9829	P300014200	06/12/2023	7455-0	130,16
PYB1018	P300014203	06/12/2023	7455-0	130,16
FWW7D37	P300014204	06/12/2023	7463-0	195,23
SHM5G98	P300014205	06/12/2023	7455-0	130,16
PVF4902	P300014206	06/12/2023	7455-0	130,16
DON9640	P300014207	06/12/2023	7455-0	130,16
SHC2I15	P300014208	06/12/2023	7463-0	195,23
HFL0196	P300014210	06/12/2023	7455-0	130,16
HNO9159	P300014212	06/12/2023	7455-0	130,16
GYY6665	P300014213	06/12/2023	7455-0	130,16
HCM2159	P300014214	06/12/2023	7455-0	130,16
DLJ8644	P300014215	06/12/2023	7455-0	130,16
GZE7130	P300014216	06/12/2023	7455-0	130,16
PXQ7892	P300014219	06/12/2023	7455-0	130,16
CTM6D71	P300014222	06/12/2023	7455-0	130,16
PZP7208	P300014223	06/12/2023	7455-0	130,16
RFU6F48	P300014224	06/12/2023	7455-0	130,16
GSJ6061	P300014226	06/12/2023	7455-0	130,16
CZD5592	P300014227	06/12/2023	7455-0	130,16
QQF1023	P300014228	06/12/2023	7455-0	130,16
CRW9J08	P300014230	06/12/2023	7455-0	130,16
DMJ0B02	P300014232	06/12/2023	7455-0	130,16
RMI8A97	P300014136	06/12/2023	7455-0	130,16
EYO8G96	L002942116	07/12/2023	5541-2	195,23
GYJ8373	L002942160	07/12/2023	5525-0	130,16
OLT9759	L002941773	07/12/2023	5185-1	195,23
OLY5288	L002942226	07/12/2023	5185-1	195,23
PXY5J35	L002942902	07/12/2023	7633-1	293,47
CXB1913	L002942227	07/12/2023	5991-0	293,47
OGX1880	L002942133	07/12/2023	5541-2	195,23
GWZ8118	L002942135	07/12/2023	5541-2	195,23
CRN2J99	L002942139	07/12/2023	5541-2	195,23
COR7552	L002941776	07/12/2023	5185-1	195,23
GYJ1416	L002942248	07/12/2023	7633-2	293,47
EIY0I21	L002942249	07/12/2023	6017-5	293,47
CKZ7378	L002941956	07/12/2023	5185-1	195,23
HMF6E00	L002941957	07/12/2023	5550-0	130,16
DIU9474	L002942931	07/12/2023	5185-1	195,23
DLG7708	L002942932	07/12/2023	5185-1	195,23
DSF6D67	L002942933	07/12/2023	5185-1	195,23
DTT8B41	L002942936	07/12/2023	5185-1	195,23
GXF9230	L002942938	07/12/2023	5185-1	195,23
OPA4023	L002942940	07/12/2023	5185-1	195,23
EIL2D00	L002942941	07/12/2023	5185-1	195,23
AMG2720	L002942963	07/12/2023	5185-1	195,23
ORA1595	L002942965	07/12/2023	5185-1	195,23
CXL4528	L002942967	07/12/2023	5185-1	195,23
HDH5J80	L002942969	07/12/2023	5185-1	195,23
NYD8404	L002942972	07/12/2023	5185-1	195,23
DVM7F08	L002942973	07/12/2023	5185-1	195,23
OMH5B76	L002942976	07/12/2023	5185-1	195,23
FWA3577	L002942979	07/12/2023	5185-1	195,23
DLL4B70	L002942980	07/12/2023	5185-1	195,23
CQL9D50	L002942982	07/12/2023	5185-1	195,23
PVI0I10	L002942984	07/12/2023	5550-0	130,16
PVZ4564	L002942985	07/12/2023	5452-1	195,23
QXI9J27	L002942988	07/12/2023	7714-2	130,16
QPJ1700	L002942991	07/12/2023	6017-4	293,47
HCM4574	L002942992	07/12/2023	5541-7	195,23
FRU9A09	L002942993	07/12/2023	5843-3	195,23

ALF6I98	L002942994	07/12/2023	5541-7	195,23
HGG5176	L002942997	07/12/2023	5185-1	195,23
HIB4161	L002942998	07/12/2023	5185-1	195,23
GZG0G47	L002942999	07/12/2023	5541-2	195,23
GJY6800	L002943001	07/12/2023	7633-1	293,47
LNF1608	L002942058	07/12/2023	5185-1	195,23
HZA1H56	L002942892	08/12/2023	5541-2	195,23
FFD0B65	L002942894	08/12/2023	5541-2	195,23
RMF0D77	L002942897	08/12/2023	5541-2	195,23
PUE2A27	L002942898	08/12/2023	5541-2	195,23
HJI0B16	L002942900	08/12/2023	5541-2	195,23
OLW7E75	L002942942	08/12/2023	5541-2	195,23
HGY1938	L002942943	08/12/2023	5541-2	195,23
SIP0F21	L002941840	08/12/2023	7625-2	293,47
GZS0104	L002942140	08/12/2023	5550-0	130,16
QUS4676	L002941417	08/12/2023	5541-4	195,23
SIP9G17	L002941841	08/12/2023	5185-1	195,23
PVX1444	L002942643	08/12/2023	7633-1	293,47
NWE6872	L002942903	08/12/2023	7633-1	293,47
FKZ3833	L002941777	08/12/2023	7633-1	293,47
AZA0708	L002941779	08/12/2023	7633-1	293,47
SIP0F21	L002942645	08/12/2023	7625-2	293,47
GLP3A09	L002940961	08/12/2023	5720-0	195,23
FFU5I36	L002941959	08/12/2023	5185-1	195,23
HJT3279	L002942002	08/12/2023	6050-1	293,47
HNG7E61	L002942003	08/12/2023	6050-1	293,47
QOI4A05	L002942282	08/12/2023	5185-1	195,23
HJT1600	L002942284	08/12/2023	7633-1	293,47
CKI1634	L002942228	08/12/2023	7633-1	293,47
DHK5448	L002942229	08/12/2023	5185-1	195,23
FWN9480	L002943023	08/12/2023	5452-6	195,23
QUV4B43	L002943024	08/12/2023	5452-2	195,23
PAI5660	L002943026	08/12/2023	5541-7	195,23
CMU4G36	L002943027	08/12/2023	5185-1	195,23
FPB2224	L002943028	08/12/2023	5550-0	130,16
RVW2G37	L002943029	08/12/2023	5550-0	130,16
FAQ8G54	L002943030	08/12/2023	5550-0	130,16
QOQ0C61	L002943032	08/12/2023	5452-1	195,23
HMV5511	L002943034	08/12/2023	7633-1	293,47
RFS7A54	L002943036	08/12/2023	5525-0	130,16
HAV8563	L002943037	08/12/2023	5185-1	195,23
RTE6A79	L002943039	08/12/2023	5568-0	195,23
QQQ6362	L002943040	08/12/2023	6017-4	293,47
BWD1509	L002941720	08/12/2023	5452-6	195,23
QRL3E89	L002941862	08/12/2023	5452-1	195,23
ERX6177	L002943047	08/12/2023	6017-4	293,47
QOG5681	L002943048	08/12/2023	5452-6	195,23
JRI8541	L002943049	08/12/2023	5541-7	195,23
QOM1061	L002943050	08/12/2023	5185-1	195,23
FDN5914	L002943056	08/12/2023	5185-1	195,23
PUR9600	L002943057	08/12/2023	5185-1	195,23
BHL3121	L002943058	08/12/2023	5185-1	195,23
QXR5E47	L002943060	08/12/2023	5185-1	195,23
HHF5053	L002943061	08/12/2023	5185-1	195,23
RTJ7J97	L002943063	08/12/2023	5185-1	195,23
HCY3C53	L002943065	08/12/2023	5185-1	195,23
PXU6C84	L002943066	08/12/2023	5185-1	195,23
QXT2B63	L002943067	08/12/2023	5185-1	195,23
DSE9B94	L002943068	08/12/2023	5185-1	195,23
DNK2D14	L002943069	08/12/2023	5185-1	195,23
QNI1709	L002943071	08/12/2023	5185-1	195,23
PXP8931	L002943073	08/12/2023	7633-1	293,47
GMQ4A59	L002941961	08/12/2023	5185-1	195,23
DTZ5E61	L002942462	08/12/2023	5185-1	195,23
HIJ2622	L002942463	08/12/2023	6050-1	293,47
AZA0708	L002942464	08/12/2023	5185-1	195,23
OQI9C79	L002943357	08/12/2023	7633-2	293,47
AVT9498	L002943359	08/12/2023	7633-1	293,47
CXW0G47	L002943308	08/12/2023	5541-2	195,23
DOM1812	L002943309	08/12/2023	5541-2	195,23
PYS7465	L002943311	08/12/2023	5541-2	195,23
RMN4D37	L002943312	08/12/2023	5541-2	195,23
RVJ9H26	L002943313	08/12/2023	5541-2	195,23
PYL9835	L002941980	09/12/2023	5550-0	130,16
MQM6364	L002941981	09/12/2023	5550-0	130,16
OWR8A48	L002942702	09/12/2023	7633-1	293,47
SHV9H16	L002942564	09/12/2023	5215-1	293,47
SHV9H16	L002942565	09/12/2023	5215-2	293,47
CCV7G77	L002942230	09/12/2023	5185-1	195,23
PVA0A34	L002942250	09/12/2023	5665-0	130,16
MQM6364	L002939936	09/12/2023	7633-2	293,47
HAM9341	L002940895	09/12/2023	5568-0	195,23
QPC8F95	L002940896	09/12/2023	5568-0	195,23
SHU7B26	L002942706	09/12/2023	7625-1	293,47
HBW8743	L002942071	09/12/2023	6050-2	293,47
QMV5942	L002943075	09/12/2023	5541-2	195,23
SIF6C01	L002943076	09/12/2023	5541-2	195,23
QXY2F96	L002943077	09/12/2023	5541-2	195,23
QPC1G47	L002943080	09/12/2023	5541-2	195,23

RFE6I72	L002943102	09/12/2023	5541-2	195,23
HHK8581	L002943113	09/12/2023	5541-2	195,23
HSD9751	L002943116	09/12/2023	5541-2	195,23
OQV5585	L002943117	09/12/2023	5541-2	195,23
RFZ9E09	L002943120	09/12/2023	5541-2	195,23
RGD8F37	L002939937	10/12/2023	7633-2	293,47
DRK3001	L002941864	10/12/2023	5185-2	195,23
HOB8375	L002941866	10/12/2023	5185-1	195,23
ASA5B31	L002941869	10/12/2023	7633-1	293,47
OPE9E58	L002942705	10/12/2023	5185-1	195,23
HEC1773	L002941780	10/12/2023	5568-0	195,23
GZZ7H08	L002943362	10/12/2023	7030-1	293,47
EYF0473	L002942334	11/12/2023	5185-1	195,23
QPF6500	L002942335	11/12/2023	5185-1	195,23
DHW8C60	L002942707	11/12/2023	5541-2	195,23
HIB2234	L002942708	11/12/2023	5541-2	195,23
ELV8G83	L002942338	11/12/2023	7633-1	293,47
HCM5913	L002942709	11/12/2023	5541-2	195,23
GXF7B42	L002942710	11/12/2023	5541-2	195,23
PYZ5265	L002942904	11/12/2023	5550-0	130,16
EVZ5F95	L002942906	11/12/2023	7633-1	293,47
EPZ9C89	L002941293	11/12/2023	7625-1	293,47
OMF5394	L002942649	11/12/2023	7633-1	293,47
HLE2541	L002942907	11/12/2023	5185-1	195,23
SIG6G71	L002943183	11/12/2023	5541-2	195,23
DVI5019	L002942824	11/12/2023	5550-0	130,16
CYN4H30	L002943184	11/12/2023	5541-2	195,23
FDM1J20	L002943188	11/12/2023	5541-2	195,23
AST0646	L002943190	11/12/2023	5541-2	195,23
HAM9928	L002942567	11/12/2023	5525-0	130,16
KQK1452	L002942569	11/12/2023	5525-0	130,16
FLW4I11	L002943193	11/12/2023	5541-2	195,23
EYR7578	L002942571	11/12/2023	5525-0	130,16
CHM3702	L002942572	11/12/2023	5525-0	130,16
DUN5472	L002942842	11/12/2023	6041-1	195,23
GXF6C90	L002942574	11/12/2023	5525-0	130,16
QUN6E33	L002943198	11/12/2023	5541-2	195,23
EXM4E64	L002941815	11/12/2023	7633-2	293,47
HOF8064	L002943315	11/12/2023	5509-0	130,16
FTX0A66	L002943318	11/12/2023	5541-7	195,23
HDF0379	L002941870	12/12/2023	5541-2	195,23
EBM5762	L002941872	12/12/2023	5541-2	195,23
QXF3523	P300016415	25/12/2023	7455-0	130,16
RTS2I21	P300016953	01/01/2024	7455-0	130,16
EBM3A86	P300018720	19/01/2024	7455-0	130,16
PWY2B43	P300019476	29/01/2024	7455-0	130,16
OXA6C06	P300022160	02/03/2024	7455-0	130,16
MRZ3799	AG08709833	03/05/2024	6050-1	293,47
OMB9I21	P300028261	10/05/2024	7455-0	130,16
RTQ9C20	AG08713132	11/05/2024	7684-2	130,16
PVG9G03	P300030132	28/05/2024	7455-0	130,16
PVV5455	AG08715506	05/06/2024	7684-1	130,16
RTX3E08	P300044671	12/09/2024	7455-0	130,16
FPH2E90	AG08732026	30/10/2024	7684-2	130,16
GXF7548	P300057361	05/12/2024	7455-0	130,16
GXF7548	P300057410	05/12/2024	7455-0	130,16
SYI8I11	AG08736397	12/12/2024	6050-2	293,47
SYH9G03	P300060246	21/12/2024	7455-0	130,16
OQK3I76	P300061195	27/12/2024	7455-0	130,16
SIT7E49	AG08738128	14/01/2025	5207-0	88,38
RNC1E80	AG08740316	21/01/2025	7684-2	130,16
OPL8D69	P300066149	09/02/2025	7455-0	130,16
STN2E99	P300066710	13/02/2025	7455-0	130,16
QPE2242	P300071281	22/03/2025	7455-0	130,16
JCO8F67	AG08745896	24/03/2025	7366-2	130,16
TDS9A07	P300071763	25/03/2025	7455-0	130,16
EFI5D75	AG08748001	30/03/2025	7684-2	130,16
DEI4C24	AG08748442	03/04/2025	5878-0	130,16
OME0J91	P300075599	29/04/2025	7455-0	130,16
CDS5E00	AG08752157	30/04/2025	5207-0	88,38
CDS5E00	AG08752158	30/04/2025	5878-0	130,16
QOQ1363	P300076224	05/05/2025	7455-0	130,16
PWQ7J01	AG08754176	16/05/2025	7684-2	130,16
DCN0D96	AG08755074	21/05/2025	7684-2	130,16
GCM8C59	AG08755188	21/05/2025	7714-1	130,16
SIZ8I77	AG08755491	22/05/2025	5525-0	130,16
RNU2G72	AG08755492	22/05/2025	5525-0	130,16
SHR9A74	AG08755493	22/05/2025	5525-0	130,16
TDU2D06	AG08755689	03/06/2025	5550-0	130,16
HBE3028	AG08759382	26/06/2025	7684-2	130,16
PUT4G08	AG08760003	02/07/2025	7684-2	130,16
OQH3504	P300082831	14/07/2025	7455-0	130,16
OXA4I90	AG08765879	01/09/2025	5185-1	195,23
SIF3J91	P300088671	03/09/2025	7463-0	195,23
TCG5E04	AG08768875	20/09/2025	5967-0	1467,35
PWJ7F13	P300091813	01/10/2025	7463-0	195,23
QNZ2158	P300091844	01/10/2025	7455-0	130,16
RGA4F90	AG08769644	01/10/2025	5541-1	195,23
QXS8I67	AG08770657	02/10/2025	7684-2	130,16

SYW6I67	AG08770536	02/10/2025	6068-1	195,23
RUJ6B88	AG08770733	03/10/2025	5967-0	1467,35
EZQ3938	AG08770526	03/10/2025	7633-1	293,47
HHF6B38	AG08769969	04/10/2025	5185-1	195,23
EYI7012	P300092050	05/10/2025	6050-3	293,47
GZE6109	AG08770305	07/10/2025	7625-1	293,47
TCO9D89	AG08770900	07/10/2025	5843-3	195,23
AFR6E35	AG08769665	08/10/2025	5568-0	195,23
QXS8I67	AG08769657	08/10/2025	5541-1	195,23
DCN0D96	AG08769659	08/10/2025	5541-1	195,23
OWI2B35	AG08771149	08/10/2025	6050-1	293,47
QOY6276	AG08770982	09/10/2025	5797-0	2934,70
PBM0I83	P300092707	10/10/2025	6050-3	293,47
QWV6F60	AG08771212	11/10/2025	5967-0	1467,35
QQG3A54	AG08771459	12/10/2025	7030-1	293,47
QXR6F42	P300093121	13/10/2025	7455-0	130,16
JSE5H77	AG08770376	13/10/2025	5541-2	195,23
HLM6368	AG08771632	13/10/2025	5797-0	2934,70
HOB8662	AG08769951	14/10/2025	6050-2	293,47
GQP8D40	P300093330	15/10/2025	7463-0	195,23
HJT2539	AG08771636	15/10/2025	5452-1	195,23
PWI3434	AG08769262	16/10/2025	5185-1	195,23
FFL9A18	AG08772073	16/10/2025	6122-0	293,47
OLP3853	AG08772081	16/10/2025	6122-0	293,47
DKE8A91	P300093772	17/10/2025	6050-3	293,47
HNC7C13	AG08771338	17/10/2025	7684-2	130,16
HNC7C13	AG08771339	17/10/2025	5207-0	88,38
HNC2G10	AG08772325	17/10/2025	6122-0	293,47
SYW6H72	AG08771831	20/10/2025	7030-1	293,47
GHP4G70	AG08772190	20/10/2025	5967-0	1467,35
QOI9855	AG08771664	20/10/2025	6866-1	293,47
OWK8G79	AG08772264	20/10/2025	5967-0	1467,35
HKI1C20	AG08772302	20/10/2025	7684-2	130,16
HKI1C20	AG08772303	20/10/2025	5967-0	1467,35
EFS5I07	AG08772344	20/10/2025	5185-1	195,23
MLV8466	P300094310	22/10/2025	6050-3	293,47
OPT7C24	AG08772405	22/10/2025	5452-5	195,23
EQZ0B26	AG08772578	24/10/2025	5452-2	195,23
HJQ1A07	P300095006	29/10/2025	7471-0	880,41
RFE7A69	AG08772120	29/10/2025	7684-2	130,16
GUP4B73	AG08773017	31/10/2025	6122-0	293,47
SHC6I41	P300111776	28/03/2026	7455-0	130,16
HAM6958	P300111811	28/03/2026	7455-0	130,16
OLT5505	P300111815	28/03/2026	7455-0	130,16
RMJ4E12	P300111851	28/03/2026	7455-0	130,16
DIY3874	P300111854	28/03/2026	7455-0	130,16
HKM9700	P300111860	28/03/2026	7455-0	130,16
PWZ1953	P300111863	28/03/2026	7455-0	130,16
FPI0I83	P300111883	28/03/2026	7455-0	130,16
GSR2A80	P300111915	29/03/2026	7455-0	130,16
GPQ8216	P300111922	29/03/2026	7455-0	130,16
CMN1399	P300111949	29/03/2026	7455-0	130,16
HHD9A04	P300111954	29/03/2026	7455-0	130,16
OMA0D12	P300111958	29/03/2026	7455-0	130,16
GZP5608	P300111964	29/03/2026	7455-0	130,16
LTV1E37	P300111967	29/03/2026	7455-0	130,16
MGC0B49	P300111968	29/03/2026	7455-0	130,16
QON1F19	P300111969	29/03/2026	7455-0	130,16
DTP4G90	P300111974	29/03/2026	7455-0	130,16
RFB5E96	P300111982	29/03/2026	7455-0	130,16
KRU0630	P300111994	29/03/2026	7455-0	130,16
ERK1618	P300112003	29/03/2026	7455-0	130,16
AYM6I51	P300112055	30/03/2026	7455-0	130,16
PWQ9569	P300112062	30/03/2026	7455-0	130,16
TCG3B83	P300112076	30/03/2026	7455-0	130,16
GOF1J50	P300112078	30/03/2026	7455-0	130,16
BUZ1234	P300112083	30/03/2026	7455-0	130,16
EIN6I31	P300112104	30/03/2026	7455-0	130,16
PWW8H59	P300112106	30/03/2026	7455-0	130,16
TES0C69	P300112118	30/03/2026	7455-0	130,16
HHD6737	P300112147	31/03/2026	7455-0	130,16
GMQ0F23	P300112175	31/03/2026	7455-0	130,16
TXJ4D01	P300112181	31/03/2026	7455-0	130,16
HEM6476	P300112183	31/03/2026	7455-0	130,16
SYN5I72	P300112200	31/03/2026	7455-0	130,16
FDF3I42	P300112203	31/03/2026	7455-0	130,16
HJT1I57	P300112212	31/03/2026	7455-0	130,16
PYN0607	P300112214	31/03/2026	7455-0	130,16
RTY5H93	P300112215	31/03/2026	7455-0	130,16
OLW2724	P300112253	01/04/2026	7455-0	130,16
HEX9131	P300112266	01/04/2026	7455-0	130,16
PXA7F81	P300112276	01/04/2026	7455-0	130,16
HEF2440	P300112283	01/04/2026	7455-0	130,16
AAY5409	P300112291	01/04/2026	7455-0	130,16
FJZ6J13	P300112299	01/04/2026	7455-0	130,16
TEG5E39	P300112312	01/04/2026	7455-0	130,16
GHM8A69	P300112323	01/04/2026	7455-0	130,16
GXF4855	P300112366	02/04/2026	7455-0	130,16
FJD0809	P300112373	02/04/2026	7455-0	130,16

KGH9D73	P300112382	02/04/2026	7455-0	130,16
HAR3221	P300112388	02/04/2026	7455-0	130,16
AQF9515	P300112392	02/04/2026	7455-0	130,16
TCM2F72	P300112397	02/04/2026	7455-0	130,16
MVE1408	P300112416	02/04/2026	7455-0	130,16
FOB3B43	P300112468	03/04/2026	7455-0	130,16
HLZ8E65	P300112469	03/04/2026	7455-0	130,16
GAZ2447	P300112470	03/04/2026	7455-0	130,16
SHG5J81	P300112471	03/04/2026	7455-0	130,16
KPP5E07	P300112472	03/04/2026	7455-0	130,16
PVP7J78	P300112473	03/04/2026	7455-0	130,16
ESB0D94	P300112474	03/04/2026	7455-0	130,16
PVI4528	P300112475	03/04/2026	7455-0	130,16
BEI5J16	P300112476	03/04/2026	7455-0	130,16
GKG4C72	P300112477	03/04/2026	7455-0	130,16
FJB8G95	P300112478	03/04/2026	7455-0	130,16
RFC2H13	P300112479	03/04/2026	7455-0	130,16
GCH0C85	P300112480	03/04/2026	7455-0	130,16
PXF2540	P300112481	03/04/2026	7455-0	130,16
PVH2971	P300112482	03/04/2026	7455-0	130,16
RGD6E82	P300112483	03/04/2026	7455-0	130,16
FXF7705	P300112484	03/04/2026	7455-0	130,16
DSF1E45	P300112485	03/04/2026	7455-0	130,16
PVV8F39	P300112486	03/04/2026	7455-0	130,16
TEW5I97	P300112487	03/04/2026	7455-0	130,16
SHQ7B67	P300112488	03/04/2026	7455-0	130,16
KDO4I94	P300112489	03/04/2026	7455-0	130,16
PUO9E45	P300112490	03/04/2026	7455-0	130,16
CSW7H76	P300112491	03/04/2026	7455-0	130,16
GIU5A89	P300112492	03/04/2026	7455-0	130,16
SPW6F30	P300112493	03/04/2026	7455-0	130,16
SHD4B61	P300112494	03/04/2026	7455-0	130,16
LCX1282	P300112495	03/04/2026	7455-0	130,16
FMR9F26	P300112496	03/04/2026	7455-0	130,16
QQQ3J97	P300112497	03/04/2026	7455-0	130,16
RUR9H17	P300112576	03/04/2026	7471-0	880,41
SUZ3I61	P300112498	03/04/2026	7455-0	130,16
TYN1J47	P300112577	03/04/2026	7463-0	195,23
ELM2I50	P300112499	03/04/2026	7455-0	130,16
DGQ2J34	P300112500	03/04/2026	7455-0	130,16
RNX9E65	P300112501	03/04/2026	7455-0	130,16
HHF6493	P300112502	03/04/2026	7455-0	130,16
BHQ0112	P300112503	03/04/2026	7455-0	130,16
TYX3I57	P300112504	03/04/2026	7455-0	130,16
RMX6J34	P300112505	03/04/2026	7455-0	130,16
JWB4C28	P300112506	03/04/2026	7455-0	130,16
RMD7B45	P300112507	03/04/2026	7455-0	130,16
QXI4J92	P300112508	03/04/2026	7455-0	130,16
TYL0A94	P300112509	03/04/2026	7455-0	130,16
OQA8520	P300112510	03/04/2026	7455-0	130,16
TXK0J12	P300112511	03/04/2026	7455-0	130,16
HIV3J60	P300112512	03/04/2026	7455-0	130,16
ETY7A73	P300112513	03/04/2026	7455-0	130,16
SJD0A23	P300112514	03/04/2026	7455-0	130,16
HJT3F77	P300112515	03/04/2026	7455-0	130,16
OQA8520	P300112516	03/04/2026	7455-0	130,16
DPP1726	P300112517	03/04/2026	7455-0	130,16
RTU3F55	P300112518	03/04/2026	7455-0	130,16
SFK4D77	P300112519	03/04/2026	7455-0	130,16
FWE1H13	P300112520	03/04/2026	7455-0	130,16
FMO4351	P300112521	03/04/2026	7455-0	130,16
MQJ5F36	P300112522	03/04/2026	7455-0	130,16
EJW6B92	P300112523	03/04/2026	7455-0	130,16
TEW8E82	P300112578	03/04/2026	7463-0	195,23
LSZ8D15	P300112524	03/04/2026	7455-0	130,16
TKD4F47	P300112584	03/04/2026	6050-3	293,47
DSW5708	P300112525	03/04/2026	7455-0	130,16
RUM7C96	P300112526	03/04/2026	7455-0	130,16
ANL6F95	P300112579	03/04/2026	7463-0	195,23
HHF5F25	P300112527	03/04/2026	7455-0	130,16
TEU9J46	P300112528	03/04/2026	7455-0	130,16
BZS5H28	P300112585	03/04/2026	6050-3	293,47
FLJ4659	P300112529	03/04/2026	7455-0	130,16
DZA5C08	P300112530	03/04/2026	7455-0	130,16
QPE4I65	P300112531	03/04/2026	7455-0	130,16
PGA2C02	P300112532	03/04/2026	7455-0	130,16
PXS7262	P300112533	03/04/2026	7455-0	130,16
PLF6A25	P300112534	03/04/2026	7455-0	130,16
SIS3B29	P300112535	03/04/2026	7455-0	130,16
QXE6040	P300112536	03/04/2026	7455-0	130,16
TBW3B61	P300112537	03/04/2026	7455-0	130,16
ERV4B05	P300112538	03/04/2026	7455-0	130,16
TYG3B26	P300112539	03/04/2026	7455-0	130,16
EIV4B50	P300112540	03/04/2026	7455-0	130,16
QYO6E54	P300112580	03/04/2026	7463-0	195,23
OPC6502	P300112541	03/04/2026	7455-0	130,16
HHK9621	P300112542	03/04/2026	7455-0	130,16
SVS0B71	P300112543	03/04/2026	7455-0	130,16
RND4H86	P300112544	03/04/2026	7455-0	130,16

FUS8668	P300112545	03/04/2026	7455-0	130,16
EQZ5F02	P300112546	03/04/2026	7455-0	130,16
GQP8371	P300112547	03/04/2026	7455-0	130,16
QXL0E45	P300112548	03/04/2026	7455-0	130,16
GEP7J87	P300112549	03/04/2026	7455-0	130,16
FCG7F85	P300112550	03/04/2026	7455-0	130,16
FFD0I65	P300112551	03/04/2026	7455-0	130,16
FNA8J19	P300112552	03/04/2026	7455-0	130,16
OUR8E50	P300112553	03/04/2026	7455-0	130,16
EZF9J94	P300112554	03/04/2026	7455-0	130,16
EMF2324	P300112555	03/04/2026	7455-0	130,16
PYP7A25	P300112556	03/04/2026	7455-0	130,16
UAZ7B85	P300112557	03/04/2026	7455-0	130,16
LMD8D75	P300112558	03/04/2026	7455-0	130,16
SSR4F25	P300112559	03/04/2026	7455-0	130,16
FOS9F30	P300112581	03/04/2026	7463-0	195,23
GDA0I84	P300112560	03/04/2026	7455-0	130,16
CSC8689	P300112561	03/04/2026	7455-0	130,16
PHE0A91	P300112562	03/04/2026	7455-0	130,16
GUD3869	P300112563	03/04/2026	7455-0	130,16
CRG9H75	P300112582	03/04/2026	7463-0	195,23
EVQ2D15	P300112564	03/04/2026	7455-0	130,16
TDM5J17	P300112565	03/04/2026	7455-0	130,16
SYQ3H11	P300112583	03/04/2026	7463-0	195,23
CSC8689	P300112566	03/04/2026	7455-0	130,16
FTN2F62	P300112567	03/04/2026	7455-0	130,16
SYQ3H11	P300112568	03/04/2026	7455-0	130,16
TXS2I77	P300112569	03/04/2026	7455-0	130,16
ETV3J52	P300112570	03/04/2026	7455-0	130,16
TDK0B20	P300112571	03/04/2026	7455-0	130,16
CEY0I76	P300112572	03/04/2026	7455-0	130,16
TYS7J79	P300112573	03/04/2026	7455-0	130,16
QOE4869	P300112574	03/04/2026	7455-0	130,16
QXL0E45	P300112575	03/04/2026	7455-0	130,16
GII8C25	P300112693	04/04/2026	7455-0	130,16
SUH2C12	P300112694	04/04/2026	7455-0	130,16
EKX4H19	P300112695	04/04/2026	7455-0	130,16
RMV9D43	P300112696	04/04/2026	7455-0	130,16
ECN9C17	P300112697	04/04/2026	7455-0	130,16
SHZ6J91	P300112698	04/04/2026	7455-0	130,16
SYC8D90	P300112699	04/04/2026	7455-0	130,16
TDS5J80	P300112700	04/04/2026	7455-0	130,16
FIM5C60	P300112701	04/04/2026	7455-0	130,16
RVE2H86	P300112702	04/04/2026	7455-0	130,16
RMQ2I05	P300112703	04/04/2026	7455-0	130,16
QBK1656	P300112704	04/04/2026	7455-0	130,16
ETV6599	P300112705	04/04/2026	7455-0	130,16
QNV9945	P300112706	04/04/2026	7455-0	130,16
TXG5G78	P300112707	04/04/2026	7455-0	130,16
SSA2A03	P300112708	04/04/2026	7455-0	130,16
PYX3A22	P300112709	04/04/2026	7455-0	130,16
HJT3747	P300112710	04/04/2026	7455-0	130,16
QON8645	P300112711	04/04/2026	7455-0	130,16
EGN1333	P300112712	04/04/2026	7455-0	130,16
GIQ9C94	P300112713	04/04/2026	7455-0	130,16
EQS7F27	P300112714	04/04/2026	7455-0	130,16
RNJ6I16	P300112715	04/04/2026	7455-0	130,16
RUB5G99	P300112716	04/04/2026	7455-0	130,16
DXY2624	P300112717	04/04/2026	7455-0	130,16
EWL1D20	P300112718	04/04/2026	7455-0	130,16
QNU6584	P300112719	04/04/2026	7455-0	130,16
FUT5C16	P300112720	04/04/2026	7455-0	130,16
FWW2H91	P300112721	04/04/2026	7455-0	130,16
QNH6F65	P300112722	04/04/2026	7455-0	130,16
QXC5784	P300112723	04/04/2026	7455-0	130,16
RFE9E07	P300112724	04/04/2026	7455-0	130,16
EMN5291	P300112586	04/04/2026	7455-0	130,16
PVF0B25	P300112725	04/04/2026	7463-0	195,23
SYC6G03	P300112587	04/04/2026	7455-0	130,16
TEJ0E00	P300112588	04/04/2026	7455-0	130,16
HMQ9B99	P300112589	04/04/2026	7455-0	130,16
EZA1613	P300112590	04/04/2026	7455-0	130,16
TYN4F52	P300112591	04/04/2026	7455-0	130,16
FYG6604	P300112592	04/04/2026	7455-0	130,16
RDR0A20	P300112726	04/04/2026	7463-0	195,23
SYJ1F85	P300112593	04/04/2026	7455-0	130,16
FRB7717	P300112594	04/04/2026	7455-0	130,16
SHU6C21	P300112595	04/04/2026	7455-0	130,16
RMI4F67	P300112596	04/04/2026	7455-0	130,16
EGP9G64	P300112597	04/04/2026	7455-0	130,16
RTN6B99	P300112598	04/04/2026	7455-0	130,16
KNT9932	P300112727	04/04/2026	7463-0	195,23
KPQ6D09	P300112599	04/04/2026	7455-0	130,16
SIU7J86	P300112600	04/04/2026	7455-0	130,16
DIC9G93	P300112601	04/04/2026	7455-0	130,16
CSW7H76	P300112602	04/04/2026	7455-0	130,16
DUD9B57	P300112603	04/04/2026	7455-0	130,16
DQD7H80	P300112604	04/04/2026	7455-0	130,16
HHR3688	P300112605	04/04/2026	7455-0	130,16

RFH5F44	P300112606	04/04/2026	7455-0	130,16
HAM8416	P300112607	04/04/2026	7455-0	130,16
DOS9I60	P300112608	04/04/2026	7455-0	130,16
FFR8H34	P300112609	04/04/2026	7455-0	130,16
HJD8239	P300112610	04/04/2026	7455-0	130,16
RFP3F94	P300112611	04/04/2026	7455-0	130,16
FMP1D21	P300112612	04/04/2026	7455-0	130,16
PYX2D80	P300112613	04/04/2026	7455-0	130,16
TDA4H29	P300112614	04/04/2026	7455-0	130,16
HDM2J05	P300112615	04/04/2026	7455-0	130,16
DGQ6348	P300112616	04/04/2026	7455-0	130,16
HQW5E07	P300112617	04/04/2026	7455-0	130,16
FNZ4H78	P300112618	04/04/2026	7455-0	130,16
TXD1I85	P300112619	04/04/2026	7455-0	130,16
DZF4A61	P300112620	04/04/2026	7455-0	130,16
PXO4067	P300112621	04/04/2026	7455-0	130,16
QXE2947	P300112622	04/04/2026	7455-0	130,16
EDL9G28	P300112623	04/04/2026	7455-0	130,16
QNM9E26	P300112624	04/04/2026	7455-0	130,16
GGY7A15	P300112625	04/04/2026	7455-0	130,16
GYC8E33	P300112626	04/04/2026	7455-0	130,16
GEN1C60	P300112627	04/04/2026	7455-0	130,16
GXO6D72	P300112628	04/04/2026	7455-0	130,16
GRV8753	P300112629	04/04/2026	7455-0	130,16
RUH7G12	P300112678	04/04/2026	7455-0	130,16
QUT7F92	P300112630	04/04/2026	7455-0	130,16
DEU4G65	P300112631	04/04/2026	7455-0	130,16
RUW1C66	P300112632	04/04/2026	7455-0	130,16
LUA7F34	P300112633	04/04/2026	7455-0	130,16
AZE2B66	P300112634	04/04/2026	7455-0	130,16
FHY7J50	P300112635	04/04/2026	7455-0	130,16
LUJ6G26	P300112636	04/04/2026	7455-0	130,16
OWY5733	P300112637	04/04/2026	7455-0	130,16
FLR8E70	P300112638	04/04/2026	7455-0	130,16
PZS7F76	P300112639	04/04/2026	7455-0	130,16
SRC4F88	P300112640	04/04/2026	7455-0	130,16
HMT0J13	P300112641	04/04/2026	7455-0	130,16
TXC2B49	P300112728	04/04/2026	7463-0	195,23
FNF8E52	P300112642	04/04/2026	7455-0	130,16
PGE2J66	P300112643	04/04/2026	7455-0	130,16
FEZ4H28	P300112644	04/04/2026	7455-0	130,16
HDF0343	P300112645	04/04/2026	7455-0	130,16
GUY9I59	P300112646	04/04/2026	7455-0	130,16
FIR1A44	P300112647	04/04/2026	7455-0	130,16
PUS5D43	P300112648	04/04/2026	7455-0	130,16
DSF1E45	P300112649	04/04/2026	7455-0	130,16
PWV7A45	P300112650	04/04/2026	7455-0	130,16
ORB5529	P300112651	04/04/2026	7455-0	130,16
QOL0018	P300112652	04/04/2026	7455-0	130,16
EEW8807	P300112653	04/04/2026	7455-0	130,16
HJT1D09	P300112654	04/04/2026	7455-0	130,16
SSQ8C43	P300112655	04/04/2026	7455-0	130,16
CZQ1848	P300112656	04/04/2026	7455-0	130,16
QWS2924	P300112657	04/04/2026	7455-0	130,16
OMB5668	P300112735	04/04/2026	6050-3	293,47
QQJ5F29	P300112658	04/04/2026	7455-0	130,16
FON2E51	P300112729	04/04/2026	7463-0	195,23
HDV1H04	P300112659	04/04/2026	7455-0	130,16
HJT3750	P300112736	04/04/2026	6050-3	293,47
HDF0358	P300112737	04/04/2026	6050-3	293,47
PYN2J58	P300112738	04/04/2026	6050-3	293,47
TXS0A05	P300112660	04/04/2026	7455-0	130,16
LCY9861	P300112661	04/04/2026	7455-0	130,16
UAS2F01	P300112662	04/04/2026	7455-0	130,16
GHV6J86	P300112663	04/04/2026	7455-0	130,16
TXM5B16	P300112739	04/04/2026	6050-3	293,47
FUQ8E89	P300112664	04/04/2026	7455-0	130,16
DVC5A88	P300112740	04/04/2026	6050-3	293,47
SIF6H52	P300112665	04/04/2026	7455-0	130,16
DVQ6F75	P300112666	04/04/2026	7455-0	130,16
RFY6C57	P300112730	04/04/2026	7463-0	195,23
TXW6A85	P300112731	04/04/2026	7463-0	195,23
DVQ6F75	P300112732	04/04/2026	7463-0	195,23
QNI2B19	P300112667	04/04/2026	7455-0	130,16
QUA8B48	P300112668	04/04/2026	7455-0	130,16
GRE4803	P300112669	04/04/2026	7455-0	130,16
ETF1469	P300112670	04/04/2026	7455-0	130,16
HLH1D76	P300112671	04/04/2026	7455-0	130,16
TYT7G01	P300112672	04/04/2026	7455-0	130,16
EKL9A06	P300112673	04/04/2026	7455-0	130,16
PXL0E91	P300112674	04/04/2026	7455-0	130,16
EVK5D89	P300112675	04/04/2026	7455-0	130,16
TAY4F00	P300112676	04/04/2026	7455-0	130,16
LTS8A71	P300112677	04/04/2026	7455-0	130,16
NZI1789	P300112679	04/04/2026	7455-0	130,16
RCF3I48	P300112680	04/04/2026	7455-0	130,16
MQP1971	P300112681	04/04/2026	7455-0	130,16
EIK3H08	P300112733	04/04/2026	7463-0	195,23
QSX8A69	P300112682	04/04/2026	7455-0	130,16

OLU0E44	P300112683	04/04/2026	7455-0	130,16
UAW1I01	P300112684	04/04/2026	7455-0	130,16
NYO8D47	P300112734	04/04/2026	7463-0	195,23
EXZ8I47	P300112685	04/04/2026	7455-0	130,16
TEI8H31	P300112686	04/04/2026	7455-0	130,16
DNI1H16	P300112687	04/04/2026	7455-0	130,16
FHB1G89	P300112688	04/04/2026	7455-0	130,16
GED4F41	P300112689	04/04/2026	7455-0	130,16
QWZ4I53	P300112690	04/04/2026	7455-0	130,16
RUA0J17	P300112691	04/04/2026	7455-0	130,16
SIG5J92	P300112692	04/04/2026	7455-0	130,16
SYW4C18	P300112741	05/04/2026	7455-0	130,16
PYE0F13	P300112742	05/04/2026	7455-0	130,16
RFB8G99	P300112743	05/04/2026	7455-0	130,16
QQG8F83	P300112744	05/04/2026	7455-0	130,16
EYV4D49	P300112745	05/04/2026	7455-0	130,16
TPP5B96	P300112746	05/04/2026	7455-0	130,16
AUN2083	P300112747	05/04/2026	7455-0	130,16
LYP2C74	P300112748	05/04/2026	7455-0	130,16
EOL9480	P300112749	05/04/2026	7463-0	195,23
RUF0J15	P300112750	05/04/2026	7455-0	130,16
HJT4223	P300112751	05/04/2026	7455-0	130,16
FKR4A29	P300112752	05/04/2026	7455-0	130,16
GIN6G34	P300112753	05/04/2026	7455-0	130,16
STO0F81	P300112754	05/04/2026	7455-0	130,16
HHF6349	P300112755	05/04/2026	7455-0	130,16
PWS9319	P300112756	05/04/2026	7463-0	195,23
FJW7I20	P300112757	05/04/2026	7455-0	130,16

FLR9J17	P300112758	05/04/2026	7455-0	130,16
NOH4C83	P300112759	05/04/2026	7455-0	130,16
EZI9585	P300112760	05/04/2026	7455-0	130,16
DZX0J18	P300112761	05/04/2026	7455-0	130,16
IML0E56	P300112762	05/04/2026	7455-0	130,16
QOL5658	P300112763	05/04/2026	7455-0	130,16
QOF9758	P300112764	05/04/2026	7455-0	130,16
SJI9G13	P300112765	05/04/2026	7455-0	130,16
RMQ0F81	P300112766	05/04/2026	7455-0	130,16
RTY6D06	P300112767	05/04/2026	7455-0	130,16
SJI0F44	P300112768	05/04/2026	7455-0	130,16
FJZ3A42	P300112769	05/04/2026	7455-0	130,16
LTL4B43	P300112770	05/04/2026	7455-0	130,16
QNQ0F84	P300112771	05/04/2026	7455-0	130,16
QXJ1H70	P300112773	05/04/2026	7455-0	130,16
EGL5B86	P300112774	05/04/2026	7463-0	195,23
QON1413	P300112775	05/04/2026	6050-3	293,47
RTC3C70	P300112776	05/04/2026	6050-3	293,47
QPM9802	P300112777	05/04/2026	5673-2	130,16
MIO1A34	P300112778	05/04/2026	7455-0	130,16
FLO4E25	P300112779	05/04/2026	7455-0	130,16
EGL5149	P300112780	05/04/2026	7455-0	130,16
ERV4B05	P300112781	05/04/2026	7455-0	130,16
EXZ8I47	P300112782	05/04/2026	7455-0	130,16
SIH0H55	P300112783	05/04/2026	7463-0	195,23
TDA4H29	P300112784	05/04/2026	7455-0	130,16
UAW1I01	P300112785	05/04/2026	7455-0	130,16
EMZ4492	P300112786	05/04/2026	7455-0	130,16
GZE6J35	P300112787	05/04/2026	7455-0	130,16
EDC2H96	P300112788	05/04/2026	7455-0	130,16
QPT7B83	P300112789	05/04/2026	7455-0	130,16
QPW7A76	P300112790	05/04/2026	7455-0	130,16
EQC2H44	P300112791	05/04/2026	7455-0	130,16
PAM5I38	P300112792	05/04/2026	7455-0	130,16
PYS8C75	P300112793	05/04/2026	7455-0	130,16
BWV3060	P300112794	05/04/2026	7455-0	130,16
PXD6I71	P300112795	05/04/2026	7455-0	130,16
TIP5E93	P300112796	05/04/2026	7455-0	130,16
TEQ0B53	P300112797	05/04/2026	7455-0	130,16
FCV3B95	P300112798	05/04/2026	7455-0	130,16
DXF2343	P300112799	05/04/2026	7455-0	130,16
EKN6112	P300112800	05/04/2026	7455-0	130,16
QNJ0D15	P300112801	05/04/2026	7455-0	130,16
TEV2J24	P300112802	05/04/2026	7455-0	130,16
OWW9C86	P300112803	05/04/2026	7455-0	130,16
CSW7H76	P300112804	05/04/2026	7455-0	130,16
QMZ9C96	P300112805	05/04/2026	7455-0	130,16
ERX8C15	P300112806	05/04/2026	7455-0	130,16
QMZ8D53	P300112807	05/04/2026	7455-0	130,16
SHP8B57	P300112808	05/04/2026	7455-0	130,16
HND7386	P300112809	05/04/2026	7455-0	130,16
PZZ3270	P300112810	05/04/2026	7463-0	195,23
ERV4B05	P300112811	05/04/2026	7455-0	130,16
SHI2D30	P300112812	05/04/2026	7455-0	130,16
AVS1408	P300112813	05/04/2026	7455-0	130,16
EMQ2C71	P300112814	05/04/2026	7455-0	130,16
DWR3J93	P300112815	05/04/2026	7455-0	130,16
BEB5G03	P300112816	05/04/2026	7455-0	130,16
CVV7G22	P300112817	05/04/2026	7455-0	130,16

PYX8945	P300112818	05/04/2026	7455-0	130,16
AQT1F53	P300112819	05/04/2026	7455-0	130,16
CPP9223	P300112820	05/04/2026	7455-0	130,16
HJZ9855	P300112821	05/04/2026	7455-0	130,16
OQR1I30	P300112822	05/04/2026	7455-0	130,16
TER5F75	P300112823	05/04/2026	7455-0	130,16
QPE8H40	P300112824	05/04/2026	7455-0	130,16
PXH9J87	P300112825	05/04/2026	7455-0	130,16
EHX9H90	P300112826	05/04/2026	7455-0	130,16
PZG0C12	P300112827	05/04/2026	7455-0	130,16
IML0E56	P300112828	05/04/2026	7463-0	195,23
KFQ8H36	P300112829	05/04/2026	7455-0	130,16
QRL4E74	P300112830	05/04/2026	7455-0	130,16
ESV4D55	P300112831	05/04/2026	7463-0	195,23
HMT0J13	P300112832	05/04/2026	7463-0	195,23
FON8D54	P300112833	05/04/2026	7455-0	130,16
RUM4F31	P300112834	05/04/2026	7455-0	130,16
SYW1J38	P300112835	05/04/2026	7455-0	130,16
PVA4E83	P300112836	05/04/2026	7455-0	130,16
EUC3A73	P300112837	05/04/2026	7455-0	130,16
SJG5H57	P300112838	05/04/2026	7455-0	130,16
FYC5B00	P300112839	05/04/2026	7455-0	130,16
DUD0655	P300112840	05/04/2026	7455-0	130,16
TXR0H41	P300112841	05/04/2026	6050-3	293,47
SPR5I58	P300112842	05/04/2026	7455-0	130,16
HDF1846	P300112843	05/04/2026	7463-0	195,23
GDC2G83	P300112844	05/04/2026	7455-0	130,16
MVH1B60	P300112845	05/04/2026	6050-3	293,47
HBG3E85	P300112846	05/04/2026	6050-3	293,47
DMV7J45	P300112847	05/04/2026	7455-0	130,16
SHM9F15	P300112848	05/04/2026	6050-3	293,47
FLL5C21	P300112849	05/04/2026	7455-0	130,16
UFN2D49	P300112850	05/04/2026	6050-3	293,47
TXW6A85	P300112851	05/04/2026	7455-0	130,16
TDN8D69	P300112852	05/04/2026	7455-0	130,16
EJB3483	P300112853	05/04/2026	7455-0	130,16
DJG0H43	P300112854	05/04/2026	7455-0	130,16
GZE8A72	P300112855	05/04/2026	7455-0	130,16
OPB7457	P300112856	06/04/2026	7455-0	130,16
TDY3C43	P300112954	06/04/2026	7463-0	195,23
UAW8I53	P300112857	06/04/2026	7455-0	130,16
DMA7160	P300112858	06/04/2026	7455-0	130,16
TXR2J04	P300112859	06/04/2026	7455-0	130,16
TXS5J03	P300112860	06/04/2026	7455-0	130,16
QPS2J02	P300112861	06/04/2026	7455-0	130,16
ENE5G43	P300112862	06/04/2026	7455-0	130,16
FAO6E00	P300112863	06/04/2026	7455-0	130,16
RFH2A69	P300112864	06/04/2026	7455-0	130,16
GXF8148	P300112865	06/04/2026	7455-0	130,16
HJR3148	P300112866	06/04/2026	7455-0	130,16
SYQ6B68	P300112867	06/04/2026	7455-0	130,16
FDV5E18	P300112868	06/04/2026	7455-0	130,16
GIZ8D35	P300112869	06/04/2026	7455-0	130,16
QPQ3C99	P300112870	06/04/2026	7455-0	130,16
OQH5J65	P300112871	06/04/2026	7455-0	130,16
GFJ5I05	P300112872	06/04/2026	7455-0	130,16
HFS2860	P300112873	06/04/2026	7455-0	130,16
TEX5J61	P300112874	06/04/2026	7455-0	130,16
GXF4855	P300112875	06/04/2026	7455-0	130,16
SVI8D03	P300112876	06/04/2026	7455-0	130,16
FEQ5H54	P300112877	06/04/2026	7455-0	130,16
DOS9I60	P300112878	06/04/2026	7455-0	130,16
QQW5F56	P300112879	06/04/2026	7455-0	130,16
TYL8C94	P300112880	06/04/2026	7455-0	130,16
QXB6G74	P300112881	06/04/2026	7455-0	130,16
KJZ3E59	P300112882	06/04/2026	7455-0	130,16
TXH6A41	P300112883	06/04/2026	7455-0	130,16
RNA1A31	P300112884	06/04/2026	7455-0	130,16
CFP3C48	P300112885	06/04/2026	7455-0	130,16
GXF4855	P300112886	06/04/2026	7455-0	130,16
ESY8D33	P300112956	06/04/2026	7463-0	195,23
SHR4B71	P300112887	06/04/2026	7455-0	130,16
NDQ6G78	P300112888	06/04/2026	7455-0	130,16
FOS9F30	P300112889	06/04/2026	7455-0	130,16
FUC8A40	P300112890	06/04/2026	7455-0	130,16
QXB6G74	P300112891	06/04/2026	7455-0	130,16
DUW7592	P300112892	06/04/2026	7455-0	130,16
DQC1230	P300112893	06/04/2026	7455-0	130,16
KFB3B47	P300112957	06/04/2026	7463-0	195,23
PYK5290	P300112958	06/04/2026	7463-0	195,23
DRK3708	P300112894	06/04/2026	7455-0	130,16
HLZ8098	P300112895	06/04/2026	7455-0	130,16
TDW7H90	P300112896	06/04/2026	7455-0	130,16
QNW0392	P300112897	06/04/2026	7455-0	130,16
HJI0B26	P300112898	06/04/2026	7455-0	130,16
DBI8F89	P300112899	06/04/2026	7455-0	130,16
SVA1D14	P300112900	06/04/2026	7455-0	130,16
PUS5D43	P300112901	06/04/2026	7455-0	130,16
CRD7J86	P300112902	06/04/2026	7455-0	130,16

TCE3H45	P300112903	06/04/2026	7455-0	130,16
OTQ3A71	P300112904	06/04/2026	7455-0	130,16
CXC5223	P300112905	06/04/2026	7455-0	130,16
HHK9621	P300112906	06/04/2026	7455-0	130,16
EMF1315	P300112907	06/04/2026	7455-0	130,16
TXV2A38	P300112908	06/04/2026	7455-0	130,16
TDI5H61	P300112909	06/04/2026	7455-0	130,16
OKH8594	P300112910	06/04/2026	7455-0	130,16
OWT1F12	P300112911	06/04/2026	7455-0	130,16
HHF5F25	P300112912	06/04/2026	7455-0	130,16
TDM3F45	P300112914	06/04/2026	7455-0	130,16
HDO6B71	P300112915	06/04/2026	7455-0	130,16
RUF0J15	P300112916	06/04/2026	7455-0	130,16
RUM7J43	P300112917	06/04/2026	7455-0	130,16
TWY2J62	P300112918	06/04/2026	7455-0	130,16
TDI8G65	P300112919	06/04/2026	7455-0	130,16
DKZ1547	P300112920	06/04/2026	7455-0	130,16
EML5G27	P300112921	06/04/2026	7455-0	130,16
IYI3I70	P300112922	06/04/2026	7455-0	130,16
SHR4B71	P300112923	06/04/2026	7455-0	130,16
HDO6B71	P300112960	06/04/2026	7463-0	195,23
HNO9938	P300112924	06/04/2026	7455-0	130,16
RND6E35	P300112925	06/04/2026	7455-0	130,16
MLF1615	P300112926	06/04/2026	7455-0	130,16
EYX8F11	P300112927	06/04/2026	7455-0	130,16
SSG5B06	P300112928	06/04/2026	7455-0	130,16
MKP7H07	P300112929	06/04/2026	7455-0	130,16
QQR9526	P300112930	06/04/2026	7455-0	130,16
AXK3I00	P300112932	06/04/2026	7455-0	130,16
QPC5916	P300112934	06/04/2026	7455-0	130,16
DBF6E75	P300112963	06/04/2026	7463-0	195,23
HAX3231	P300112936	06/04/2026	7455-0	130,16
SFM7D26	P300112938	06/04/2026	7455-0	130,16
FUJ7C24	P300112940	06/04/2026	7455-0	130,16
RBO5A68	P300112941	06/04/2026	7455-0	130,16
QNR3A04	P300112943	06/04/2026	7455-0	130,16
JAK1I89	P300112944	06/04/2026	7455-0	130,16
FLS1E36	P300112945	06/04/2026	7455-0	130,16
HOF8E05	P300112950	06/04/2026	7455-0	130,16
GIV4G61	P300112953	06/04/2026	7455-0	130,16
GWM2875	P300112974	07/04/2026	7455-0	130,16
OQU6B16	P300112975	07/04/2026	7455-0	130,16
DER7445	P300112976	07/04/2026	7455-0	130,16
QUB8D34	P300112977	07/04/2026	7455-0	130,16
QXD2782	P300112978	07/04/2026	7455-0	130,16
SYU4G63	P300112979	07/04/2026	7455-0	130,16
EWW8I07	P300112980	07/04/2026	7471-0	880,41
RTZ6F40	P300112981	07/04/2026	7455-0	130,16
FKX4G39	P300112982	07/04/2026	7455-0	130,16
PWQ3477	P300112983	07/04/2026	7455-0	130,16
OUN0H87	P300112984	07/04/2026	7463-0	195,23
SYT8J71	P300112985	07/04/2026	7455-0	130,16
SHZ2G41	P300112986	07/04/2026	7455-0	130,16
DKY9I25	P300112987	07/04/2026	7463-0	195,23
EBF8A59	P300112988	07/04/2026	7455-0	130,16
RVE5B76	P300112989	07/04/2026	7463-0	195,23
SYV5D51	P300112990	07/04/2026	7455-0	130,16
PZF7B22	P300112991	07/04/2026	7463-0	195,23
HJT2603	P300112992	07/04/2026	7455-0	130,16
QUE6093	P300112993	07/04/2026	7455-0	130,16
GEM3479	P300112994	07/04/2026	7455-0	130,16
QNW3I46	P300112995	07/04/2026	7463-0	195,23
FDC9H94	P300112996	07/04/2026	7455-0	130,16
PWV3G46	P300112997	07/04/2026	7455-0	130,16
PUG9A57	P300112998	07/04/2026	7455-0	130,16
DBF6E75	P300112999	07/04/2026	7463-0	195,23
DCZ3853	P300113000	07/04/2026	7463-0	195,23
HCM5163	P300113001	07/04/2026	7463-0	195,23
DSF1E45	P300113002	07/04/2026	7455-0	130,16
HNN0I91	P300113003	07/04/2026	7455-0	130,16
TDH3D83	P300113004	07/04/2026	7455-0	130,16
QWZ2I56	P300113005	07/04/2026	7455-0	130,16
TXQ0A33	P300113006	07/04/2026	7455-0	130,16
FVD5H93	P300113007	07/04/2026	7455-0	130,16
SHZ7G77	P300113008	07/04/2026	7455-0	130,16
RMV3B48	P300113009	07/04/2026	7455-0	130,16
TYV9B59	P300113010	07/04/2026	7455-0	130,16
OXK5735	P300113011	07/04/2026	7455-0	130,16
GFP5B96	P300113012	07/04/2026	7455-0	130,16
TCZ3D25	P300113013	07/04/2026	7455-0	130,16
OQN3447	P300113014	07/04/2026	7455-0	130,16
HLN8445	P300113015	07/04/2026	7455-0	130,16
RQG8I58	P300113016	07/04/2026	7463-0	195,23
OTV6G48	P300113017	07/04/2026	7455-0	130,16
MIU2H33	P300113018	07/04/2026	7455-0	130,16
GXF5F02	P300113019	07/04/2026	7455-0	130,16
FUW2H70	P300113020	07/04/2026	7455-0	130,16
HDT7470	P300113021	07/04/2026	7455-0	130,16
PKB5A56	P300113022	07/04/2026	7455-0	130,16

SIG9J73	P300113023	07/04/2026	7455-0	130,16
DSF1E45	P300113024	07/04/2026	7455-0	130,16
TYL1F34	P300113025	07/04/2026	7455-0	130,16
RQG8I58	P300113026	07/04/2026	7455-0	130,16
RTR9B68	P300113027	07/04/2026	7455-0	130,16
BZK1G86	P300113028	07/04/2026	7455-0	130,16
QPT2I61	P300113029	07/04/2026	7455-0	130,16
RTN6B99	P300113030	07/04/2026	7463-0	195,23
HJY8H29	P300113031	07/04/2026	7455-0	130,16
GBS5H54	P300113032	07/04/2026	7455-0	130,16
OPT1334	P300113033	07/04/2026	7455-0	130,16
JEG7839	P300113034	07/04/2026	7455-0	130,16
OLN7D82	P300113035	07/04/2026	7455-0	130,16
DYF0J44	P300113036	07/04/2026	7455-0	130,16
CSW7H76	P300113037	07/04/2026	7455-0	130,16
RVK3E74	P300113038	07/04/2026	7455-0	130,16
PZJ9197	P300113039	07/04/2026	7455-0	130,16
FUR3C86	P300113040	07/04/2026	7455-0	130,16
HKI7J11	P300113041	07/04/2026	7455-0	130,16
PVH3399	P300113042	07/04/2026	7455-0	130,16
GST8600	P300113043	07/04/2026	7455-0	130,16
HDC0767	P300113044	07/04/2026	7455-0	130,16
RFT5A00	P300113045	07/04/2026	7455-0	130,16
CJS5502	P300113046	07/04/2026	7455-0	130,16
QPX2160	P300113047	07/04/2026	7455-0	130,16
FUD1J39	P300113048	07/04/2026	7455-0	130,16
QQF3G24	P300113049	07/04/2026	7455-0	130,16
HMF1127	P300113050	07/04/2026	7455-0	130,16
TAL6F26	P300113051	07/04/2026	7455-0	130,16
BNZ6B33	P300113052	07/04/2026	7455-0	130,16
FXO3J97	P300113053	07/04/2026	7455-0	130,16
DQJ8454	P300113054	07/04/2026	7455-0	130,16
TDS4G91	P300113055	07/04/2026	7455-0	130,16
TES0C30	P300113056	07/04/2026	7455-0	130,16
FNA8J19	P300113057	07/04/2026	7455-0	130,16
SVA1D14	P300113058	07/04/2026	7463-0	195,23
TDO7J41	P300113059	07/04/2026	7455-0	130,16
RFA4B04	P300113060	07/04/2026	7455-0	130,16
RTY5H92	P300113061	07/04/2026	7455-0	130,16
TDP2C90	P300113062	07/04/2026	7455-0	130,16
PPF6H08	P300113063	07/04/2026	7455-0	130,16
TBW3B99	P300113064	07/04/2026	7455-0	130,16
PVI2049	P300113065	07/04/2026	7455-0	130,16
TCT4C87	P300113066	07/04/2026	7455-0	130,16
CSB6H48	P300112967	07/04/2026	6050-3	293,47
TCT4C87	P300113067	07/04/2026	7455-0	130,16
TXM5B16	P300113068	07/04/2026	7463-0	195,23
QWY6D36	P300112968	07/04/2026	6050-3	293,47
JDC1I67	P300112969	07/04/2026	6050-3	293,47
PXH5H01	P300113069	07/04/2026	7455-0	130,16
GMT9397	P300113070	08/04/2026	7455-0	130,16
RUT8J70	P300113071	08/04/2026	7455-0	130,16
AOK7695	P300113072	08/04/2026	7455-0	130,16
RVG5C68	P300113073	08/04/2026	7455-0	130,16
EIC9J12	P300113074	08/04/2026	7455-0	130,16
RVQ8F22	P300113075	08/04/2026	7455-0	130,16
TCX7E28	P300113076	08/04/2026	7455-0	130,16
HMV2F10	P300113077	08/04/2026	7455-0	130,16
TCM1D19	P300113078	08/04/2026	7455-0	130,16
TCZ1D15	P300113079	08/04/2026	7455-0	130,16
BQJ7966	P300113080	08/04/2026	7455-0	130,16
TXM2I78	P300113081	08/04/2026	7455-0	130,16
HJY8H29	P300113082	08/04/2026	7455-0	130,16
TEY2C22	P300113083	08/04/2026	7455-0	130,16
GXJ0869	P300113084	08/04/2026	7455-0	130,16
EUJ4361	P300113085	08/04/2026	7455-0	130,16
HAY3540	P300113086	08/04/2026	7463-0	195,23
FJM3E01	P300113087	08/04/2026	7455-0	130,16
GMQ1277	P300113088	08/04/2026	7455-0	130,16
SYS7A84	P300113089	08/04/2026	7455-0	130,16
PYG8331	P300113090	08/04/2026	7455-0	130,16
HRP1834	P300113091	08/04/2026	7455-0	130,16
HCZ4J47	P300113092	08/04/2026	7455-0	130,16
PZD7061	P300113093	08/04/2026	7455-0	130,16
RNV9B33	P300113094	08/04/2026	7455-0	130,16
FPZ2F19	P300113095	08/04/2026	7455-0	130,16
HEU0076	P300113096	08/04/2026	7463-0	195,23
FBZ2C28	P300113097	08/04/2026	7455-0	130,16
SDS4G83	P300113098	08/04/2026	7455-0	130,16
EKA0I26	P300113099	08/04/2026	7455-0	130,16
OQG1E28	P300113100	08/04/2026	7455-0	130,16
TDQ3E83	P300113101	08/04/2026	7455-0	130,16
ERQ6A52	P300113102	08/04/2026	7455-0	130,16
TXM6A70	P300113103	08/04/2026	7455-0	130,16
HNE5H73	P300113104	08/04/2026	7455-0	130,16
GGM3I46	P300113105	08/04/2026	7455-0	130,16
TYN7E90	P300113106	08/04/2026	7455-0	130,16
DUX9085	P300113108	08/04/2026	7463-0	195,23
GHK2B39	P300113109	08/04/2026	7455-0	130,16

RMQ2I05	P300113110	08/04/2026	7455-0	130,16
DFT5E55	P300113111	08/04/2026	7455-0	130,16
OPM5D96	P300113112	08/04/2026	7455-0	130,16
TEA6A31	P300113113	08/04/2026	7455-0	130,16
RND1D99	P300113114	08/04/2026	7455-0	130,16
SIG3J70	P300113115	08/04/2026	7455-0	130,16
LSF9C88	P300113116	08/04/2026	7455-0	130,16
CJZ9B80	P300113117	08/04/2026	7455-0	130,16
SHM1J67	P300113118	08/04/2026	7471-0	880,41
GZV0A86	P300113119	08/04/2026	7455-0	130,16
FQE2G94	P300113120	08/04/2026	7455-0	130,16
FUL3H24	P300113121	08/04/2026	7455-0	130,16
FZX0G89	P300113122	08/04/2026	7455-0	130,16
AQD8268	P300113123	08/04/2026	7455-0	130,16
SYO7A32	P300113124	08/04/2026	7455-0	130,16
HBE3762	P300113125	08/04/2026	7455-0	130,16
CQU0J66	P300113126	08/04/2026	7455-0	130,16
RUG3G90	P300113127	08/04/2026	7455-0	130,16
GAL5050	P300113128	08/04/2026	7455-0	130,16
TXF8J26	P300113129	08/04/2026	7455-0	130,16
DVA5105	P300113130	08/04/2026	7455-0	130,16
AUT1H85	P300113131	08/04/2026	7455-0	130,16
HHE9I85	P300113132	08/04/2026	7455-0	130,16
OQD6690	P300113133	08/04/2026	7455-0	130,16
TCE3J39	P300113134	08/04/2026	7455-0	130,16
GZV6112	P300113135	08/04/2026	7455-0	130,16
PYV6E27	P300113136	08/04/2026	7455-0	130,16
QUY9G27	P300113137	08/04/2026	7455-0	130,16
FGS5B62	P300113138	08/04/2026	7455-0	130,16
HOR3414	P300113139	08/04/2026	7455-0	130,16
FIH3J41	P300113140	08/04/2026	7455-0	130,16
PBA0D24	P300113141	08/04/2026	7455-0	130,16
GWK4598	P300113142	08/04/2026	7463-0	195,23
QQN4759	P300113143	08/04/2026	7455-0	130,16
FGP2B50	P300113144	08/04/2026	7455-0	130,16
KXH8716	P300113145	08/04/2026	7455-0	130,16
OQR6330	P300113146	08/04/2026	7455-0	130,16
PWO0C11	P300113147	08/04/2026	7455-0	130,16
QXE8944	P300113148	08/04/2026	7455-0	130,16
DFT5E55	P300113149	08/04/2026	7463-0	195,23
RMK1F79	P300113150	08/04/2026	7455-0	130,16
JWB4C28	P300113151	08/04/2026	7455-0	130,16
TCR5F07	P300113152	08/04/2026	7455-0	130,16
AWB0E05	P300113153	08/04/2026	7455-0	130,16
ERM4E97	P300113154	08/04/2026	7455-0	130,16
FOD5F15	P300113155	08/04/2026	7455-0	130,16
TDR7D58	P300113156	08/04/2026	7455-0	130,16
RTZ7J91	P300113157	08/04/2026	7455-0	130,16
RVH8F19	P300113158	08/04/2026	7455-0	130,16
PYV9886	P300113159	08/04/2026	7455-0	130,16
SJE5C52	P300113160	08/04/2026	7463-0	195,23
OPA6B92	P300113161	08/04/2026	7455-0	130,16
QXM1505	P300113162	08/04/2026	7455-0	130,16
COK5639	P300113163	08/04/2026	7455-0	130,16
GEZ8A29	P300113164	08/04/2026	7455-0	130,16
EMV1J26	P300113165	08/04/2026	7455-0	130,16
OPP1C16	P300113166	08/04/2026	7455-0	130,16
FIW3G70	P300113167	08/04/2026	7455-0	130,16
ETK1990	P300113168	08/04/2026	7455-0	130,16
APF1171	P300113169	08/04/2026	7455-0	130,16
CCY5287	P300113170	08/04/2026	7455-0	130,16
SYL9C52	P300112970	08/04/2026	6050-3	293,47
TEI3F92	P300112971	08/04/2026	6050-3	293,47
TXU3G63	P300112972	08/04/2026	6050-3	293,47
HFB6G69	P300112973	08/04/2026	6050-3	293,47
QWH6G69	P300113171	08/04/2026	7455-0	130,16
CIL5D73	P300113172	08/04/2026	7455-0	130,16
QXE3889	P300113173	08/04/2026	7455-0	130,16
TEG6G30	P300113174	08/04/2026	7455-0	130,16
HOK2C68	AG08784949	09/04/2026	5460-0	130,16
PZE3A00	P300113176	09/04/2026	7455-0	130,16
TDE8H35	P300113177	09/04/2026	7455-0	130,16
QPX3I28	P300113178	09/04/2026	7455-0	130,16
DUX9085	P300113179	09/04/2026	7455-0	130,16
HLZ8F94	P300113180	09/04/2026	7455-0	130,16
PYG2166	P300113182	09/04/2026	7455-0	130,16
BDX2J30	P300113183	09/04/2026	7455-0	130,16
LIV5248	P300113185	09/04/2026	7455-0	130,16
QQY2D73	P300113187	09/04/2026	7463-0	195,23
EWQ1493	P300113188	09/04/2026	7455-0	130,16
KKS1F58	P300113189	09/04/2026	7455-0	130,16
PUO9E45	P300113190	09/04/2026	7455-0	130,16
PVK1856	P300113191	09/04/2026	7455-0	130,16
SWZ6E67	P300113194	09/04/2026	7455-0	130,16
QMU8C45	P300113195	09/04/2026	7455-0	130,16
TKB4B73	P300113196	09/04/2026	7455-0	130,16
RMS7F92	P300113199	09/04/2026	7455-0	130,16
TYC0B15	P300113202	09/04/2026	7455-0	130,16
EER1B45	P300113203	09/04/2026	7455-0	130,16

SII2J19	P300113204	09/04/2026	7455-0	130,16
QNZ8D42	P300113205	09/04/2026	7455-0	130,16
LQO3J09	P300113206	09/04/2026	7455-0	130,16
BYT4A42	P300113208	09/04/2026	7455-0	130,16
FFQ5G87	P300113209	09/04/2026	7455-0	130,16
PVH3C41	P300113210	09/04/2026	7455-0	130,16
HOB8C91	P300113212	09/04/2026	7455-0	130,16
SYU3E55	P300113213	09/04/2026	7455-0	130,16
TJG4E20	P300113216	09/04/2026	7455-0	130,16
PZV8G11	P300113217	09/04/2026	7455-0	130,16
QMV6F22	P300113220	09/04/2026	7455-0	130,16
RFE7C44	P300113221	09/04/2026	7455-0	130,16
DZE5D33	P300113222	09/04/2026	7455-0	130,16
FMK6C86	P300113223	09/04/2026	7455-0	130,16
HES7075	P300113227	09/04/2026	7455-0	130,16
GJF0F06	P300113229	09/04/2026	7455-0	130,16
HDR7H55	P300113232	09/04/2026	6050-3	293,47
PZT3J86	P300113234	09/04/2026	7455-0	130,16
UAS2E56	P300113237	09/04/2026	7455-0	130,16
DLR9C79	P300113303	09/04/2026	7455-0	130,16
PVV3192	P300113312	09/04/2026	7455-0	130,16
QAW0D26	P300113313	09/04/2026	7455-0	130,16
UAW1I01	P300113317	09/04/2026	7455-0	130,16
PWG9C21	P300113318	09/04/2026	7455-0	130,16
QXD2782	P300113324	09/04/2026	7455-0	130,16
SYM9D41	P300113325	09/04/2026	7455-0	130,16
RUD1F15	P300113326	09/04/2026	7455-0	130,16
TER1E92	P300113328	09/04/2026	7455-0	130,16
TYQ4D26	P300113330	09/04/2026	7471-0	880,41
FHY5B14	P300113332	09/04/2026	7455-0	130,16
EFW9C76	P300113333	09/04/2026	7455-0	130,16
EFF8E78	P300113348	09/04/2026	7463-0	195,23
GCO6I77	P300113350	09/04/2026	7455-0	130,16
RUH5D61	P300113352	09/04/2026	7455-0	130,16
TEA8E94	P300113353	09/04/2026	7455-0	130,16
TDY4H54	P300113356	09/04/2026	7455-0	130,16
HDF2H07	P300113357	09/04/2026	7455-0	130,16
QBG1A30	P300113358	09/04/2026	7455-0	130,16
OQK7079	P300113359	09/04/2026	7455-0	130,16
SYJ5H79	P300113360	09/04/2026	7455-0	130,16
PUR3F56	P300113362	09/04/2026	7455-0	130,16
FTI2610	P300113363	09/04/2026	7455-0	130,16
KVK6B01	P300113366	09/04/2026	7455-0	130,16
QXG9291	P300113368	09/04/2026	7455-0	130,16
RFU8A91	P300113369	09/04/2026	7455-0	130,16
FOR1H86	P300113392	09/04/2026	7455-0	130,16
QUG1J78	P300113393	09/04/2026	7455-0	130,16
FXX4A76	P300113390	09/04/2026	7463-0	195,23
GEM7679	P300113394	09/04/2026	7455-0	130,16
FVP5A05	P300113391	09/04/2026	7463-0	195,23
EKS5B67	P300113396	09/04/2026	7455-0	130,16
TXK4D20	AG08785195	10/04/2026	7684-2	130,16
PZA9195	AG08786473	10/04/2026	7340-0	130,16
SNT8I06	P300113238	10/04/2026	7455-0	130,16
SYF0I60	P300113239	10/04/2026	7471-0	880,41
TJS9G39	P300113240	10/04/2026	7455-0	130,16
DUX9085	P300113241	10/04/2026	7463-0	195,23
QQI9C04	P300113244	10/04/2026	7455-0	130,16
DVS5890	P300113245	10/04/2026	7455-0	130,16
EWX0F04	P300113247	10/04/2026	7455-0	130,16
GZH0F85	P300113248	10/04/2026	7455-0	130,16
QXE0G88	P300113250	10/04/2026	7455-0	130,16
TDN9D15	P300113251	10/04/2026	7455-0	130,16
PUR0E85	P300113252	10/04/2026	7455-0	130,16
QUS2439	P300113254	10/04/2026	7455-0	130,16
RFN4H68	P300113258	10/04/2026	7455-0	130,16
EPN6E83	P300113259	10/04/2026	7455-0	130,16
RTB7G97	P300113260	10/04/2026	7455-0	130,16
HIO6H51	P300113261	10/04/2026	7455-0	130,16
AAG4803	P300113262	10/04/2026	7455-0	130,16
PUR0E85	P300113264	10/04/2026	7455-0	130,16
FBR1F97	P300113266	10/04/2026	7455-0	130,16
TEH2E22	P300113268	10/04/2026	7455-0	130,16
TEH2E22	P300113269	10/04/2026	7455-0	130,16
HOB1E52	P300113271	10/04/2026	7455-0	130,16
JYR5A04	P300113273	10/04/2026	7455-0	130,16
TEU6D24	P300113274	10/04/2026	7455-0	130,16
HGP6D64	P300113276	10/04/2026	7455-0	130,16
RNG0H45	P300113277	10/04/2026	7455-0	130,16
OFA1J69	P300113279	10/04/2026	7455-0	130,16
FER3C56	P300113282	10/04/2026	7455-0	130,16
EGT0F51	P300113286	10/04/2026	7455-0	130,16
HJT1213	P300113287	10/04/2026	7455-0	130,16
HOB8994	P300113288	10/04/2026	7455-0	130,16
DKU2C64	P300113289	10/04/2026	7455-0	130,16
QUV8J10	P300113290	10/04/2026	7455-0	130,16
GHF3D05	P300113294	10/04/2026	7455-0	130,16
PVR6I03	P300113295	10/04/2026	7455-0	130,16
PVD4556	P300113296	10/04/2026	7455-0	130,16

OQI8657	P300113298	10/04/2026	7455-0	130,16
DZC1083	P300113300	10/04/2026	6050-3	293,47
PYX4H74	P300113307	10/04/2026	7455-0	130,16
OPV5241	P300113311	10/04/2026	7455-0	130,16
HHF5976	P300113314	10/04/2026	7455-0	130,16
GDT3J71	P300113315	10/04/2026	7455-0	130,16
LLD8G46	P300113316	10/04/2026	7455-0	130,16
EVE8E80	P300113320	10/04/2026	7455-0	130,16
FYL8D65	P300113322	10/04/2026	7455-0	130,16
HNH2425	P300113336	10/04/2026	7455-0	130,16
TLY1B05	P300113337	10/04/2026	7455-0	130,16
RUS8A25	P300113343	10/04/2026	7455-0	130,16
TEI3J53	P300113344	10/04/2026	7455-0	130,16
CNP0014	P300113345	10/04/2026	7455-0	130,16
QXT3G56	P300113346	10/04/2026	7463-0	195,23
SIY4B63	P300113347	10/04/2026	7455-0	130,16
CUN7C63	P300113370	10/04/2026	7455-0	130,16
PYG8331	P300113371	10/04/2026	7455-0	130,16
FML1B37	P300113372	10/04/2026	7463-0	195,23
HLH5J98	P300113377	10/04/2026	7455-0	130,16
FVC0770	P300113379	10/04/2026	7455-0	130,16
FQB5F20	P300113380	10/04/2026	7455-0	130,16
TDQ5A65	P300113381	10/04/2026	7455-0	130,16
LJZ5366	P300113382	10/04/2026	7455-0	130,16
HNB8A46	P300113385	10/04/2026	7455-0	130,16
QOB2293	P300113386	10/04/2026	7455-0	130,16
QXC7825	P300113387	10/04/2026	7455-0	130,16
QXH7I18	P300113397	10/04/2026	7455-0	130,16
EIC8A19	P300113398	10/04/2026	7455-0	130,16
ERQ6A52	P300113399	10/04/2026	7455-0	130,16
MGY6E06	P300113400	10/04/2026	7455-0	130,16
OPX7128	P300113401	10/04/2026	7455-0	130,16
FMJ2H11	P300113402	10/04/2026	7455-0	130,16
HJT2F19	P300113404	10/04/2026	7455-0	130,16
FJH6C97	P300113406	10/04/2026	7455-0	130,16
DUX9085	P300113411	11/04/2026	7463-0	195,23
SWI3A66	P300113431	11/04/2026	7455-0	130,16
TEW8A73	P300113433	11/04/2026	7455-0	130,16
HJS1F72	P300113434	11/04/2026	7455-0	130,16
BYW2B22	P300113438	11/04/2026	7455-0	130,16
GKS3309	P300113439	11/04/2026	7455-0	130,16
QQH2D44	P300113440	11/04/2026	7455-0	130,16
SIZ0A43	P300113441	11/04/2026	7455-0	130,16
BZK6H95	P300113442	11/04/2026	7455-0	130,16
BOB5558	P300113443	11/04/2026	7455-0	130,16
FCK2J27	P300113444	11/04/2026	7455-0	130,16
RUX5A87	P300113445	11/04/2026	7455-0	130,16
QUI3J41	P300113450	11/04/2026	7455-0	130,16
QXQ8J79	P300113452	11/04/2026	7455-0	130,16
CKU9B38	P300113454	11/04/2026	7455-0	130,16
DKO3327	P300113455	11/04/2026	7455-0	130,16
OPL6E17	P300113457	11/04/2026	7455-0	130,16
RNO1E93	P300113415	11/04/2026	7463-0	195,23
EVK6G99	P300113458	11/04/2026	7455-0	130,16
PYS6F23	P300113459	11/04/2026	7455-0	130,16
GMQ4000	P300113461	11/04/2026	7455-0	130,16
TYB1C70	P300113462	11/04/2026	7455-0	130,16
HFZ6I83	P300113416	11/04/2026	7463-0	195,23
PYQ9H48	P300113463	11/04/2026	7455-0	130,16
TCC6F70	P300113465	11/04/2026	7455-0	130,16
HJT4649	P300113466	11/04/2026	7455-0	130,16
DKO3327	P300113467	11/04/2026	7455-0	130,16
HOB9365	P300113417	11/04/2026	7463-0	195,23
QPI2I88	P300113470	11/04/2026	7455-0	130,16
FOP1517	P300113473	11/04/2026	7455-0	130,16
BDL4J69	P300113474	11/04/2026	7455-0	130,16
DKO3327	P300113475	11/04/2026	7455-0	130,16
GDX2A72	P300113476	11/04/2026	7455-0	130,16
FGE4814	P300113477	11/04/2026	7455-0	130,16
QOL5G60	P300113482	11/04/2026	7455-0	130,16
QPE2G73	P300113484	11/04/2026	7455-0	130,16
SJI7H17	P300113485	11/04/2026	7455-0	130,16
FJL3F79	P300113487	11/04/2026	7455-0	130,16
RNM4E12	P300113408	11/04/2026	6050-3	293,47
SYX7F88	P300113489	11/04/2026	7455-0	130,16
BQX9H31	P300113421	11/04/2026	7463-0	195,23
TCW2G16	P300113491	11/04/2026	7455-0	130,16
PXW8A69	P300113496	11/04/2026	7455-0	130,16
DNP5F25	P300113498	11/04/2026	7455-0	130,16
TDM3J53	P300113499	11/04/2026	7455-0	130,16
FWB8I42	P300113500	11/04/2026	7455-0	130,16
OPY6501	P300113502	11/04/2026	7455-0	130,16
FBB4E50	P300113504	11/04/2026	7455-0	130,16
SIF4A27	P300113505	11/04/2026	7455-0	130,16
UAA3C33	P300113506	11/04/2026	7455-0	130,16
OAA2941	P300113509	11/04/2026	7455-0	130,16
TXH2B91	P300113422	11/04/2026	7463-0	195,23
RNP3J06	P300113512	11/04/2026	7455-0	130,16
GLE1J65	P300113513	11/04/2026	7455-0	130,16

TXH2B91	P300113515	11/04/2026	7455-0	130,16
GJK4I03	P300113516	11/04/2026	7455-0	130,16
EOY0E86	P300113518	11/04/2026	7455-0	130,16
SID2G23	P300113520	11/04/2026	7455-0	130,16
TZA2B32	P300113424	11/04/2026	7463-0	195,23
KPY6J70	P300113521	11/04/2026	7455-0	130,16
RHL3I45	P300113425	11/04/2026	7463-0	195,23
GZM8705	P300113522	11/04/2026	7455-0	130,16
TCQ2G93	P300113523	11/04/2026	7455-0	130,16
QNQ0275	P300113524	11/04/2026	7455-0	130,16
HGL9770	P300113426	11/04/2026	7463-0	195,23
SJI9G13	P300113526	11/04/2026	7455-0	130,16
TCF2G19	P300113530	11/04/2026	7455-0	130,16
DST6I71	P300113531	11/04/2026	7455-0	130,16
TYC3C69	P300113533	12/04/2026	7455-0	130,16
TXP6J58	P300113534	12/04/2026	7455-0	130,16
TDA3H89	P300113535	12/04/2026	7455-0	130,16
QUC2213	P300113536	12/04/2026	7455-0	130,16
NRV0H03	P300113538	12/04/2026	7455-0	130,16
RME2D60	P300113541	12/04/2026	7455-0	130,16
CUP5H70	P300113542	12/04/2026	7455-0	130,16
SJH8F55	P300113544	12/04/2026	7455-0	130,16
PWG9C21	P300113545	12/04/2026	7455-0	130,16
SIU1F98	P300113632	12/04/2026	7463-0	195,23
PVU3J73	P300113547	12/04/2026	7455-0	130,16
TCB9G46	P300113548	12/04/2026	7455-0	130,16
TOK8I62	P300113550	12/04/2026	7455-0	130,16
ERE4D33	P300113554	12/04/2026	7455-0	130,16
TYT9J20	P300113556	12/04/2026	7455-0	130,16
TXI5B91	P300113557	12/04/2026	7455-0	130,16
EEP0220	P300113558	12/04/2026	7455-0	130,16
GFJ5I05	P300113562	12/04/2026	7455-0	130,16
BUX6C74	P300113563	12/04/2026	7455-0	130,16
PUO9E45	P300113564	12/04/2026	7455-0	130,16
TCC1G13	P300113573	12/04/2026	7455-0	130,16
PZJ7425	P300113576	12/04/2026	7455-0	130,16
PWV5369	P300113578	12/04/2026	7455-0	130,16
BYZ4528	P300113579	12/04/2026	7455-0	130,16
TEZ9E60	P300113635	12/04/2026	7463-0	195,23
TCC9H26	P300113582	12/04/2026	7455-0	130,16
KZO5H82	P300113585	12/04/2026	7455-0	130,16
GJI8J17	P300113586	12/04/2026	7455-0	130,16
GAW7I24	P300113638	12/04/2026	7463-0	195,23
HLX4242	P300113588	12/04/2026	7455-0	130,16
SUJ2H88	P300113590	12/04/2026	7455-0	130,16
FOP1517	P300113639	12/04/2026	7463-0	195,23
FFE6702	P300113593	12/04/2026	7455-0	130,16
TOK8I62	P300113594	12/04/2026	7455-0	130,16
SIE6G51	P300113595	12/04/2026	7455-0	130,16
QQB3F67	P300113596	12/04/2026	7455-0	130,16
SGW1B27	P300113597	12/04/2026	7455-0	130,16
HAL2345	P300113598	12/04/2026	7455-0	130,16
FHI4B94	P300113599	12/04/2026	7455-0	130,16
OQE6943	P300113601	12/04/2026	7455-0	130,16
SIO6F70	P300113602	12/04/2026	7455-0	130,16
RKL8C17	P300113603	12/04/2026	7455-0	130,16
FYC5B00	P300113605	12/04/2026	7455-0	130,16
GXY7619	P300113640	12/04/2026	7463-0	195,23
HHF6H69	P300113608	12/04/2026	7455-0	130,16
EWR1843	P300113609	12/04/2026	7455-0	130,16
EEX4A91	P300113627	12/04/2026	6050-3	293,47
SSA4E83	P300113628	12/04/2026	6050-3	293,47
TEG7D54	P300113611	12/04/2026	7455-0	130,16
UBA2J23	P300113629	12/04/2026	6050-3	293,47
QQB4677	P300113643	12/04/2026	7463-0	195,23
QQQ3734	P300113616	12/04/2026	7455-0	130,16
KYA6A64	P300113617	12/04/2026	7455-0	130,16
EPL0393	P300113618	12/04/2026	7455-0	130,16
OWN8H39	P300113622	12/04/2026	7455-0	130,16
AJC3849	P300113623	12/04/2026	7455-0	130,16
FLD4A28	P300113624	12/04/2026	7455-0	130,16
ERH3I82	P300113646	12/04/2026	7463-0	195,23
PVK8880	P300113648	12/04/2026	7455-0	130,16
TCE1F29	P300113649	12/04/2026	7455-0	130,16
SGW1B27	P300113650	12/04/2026	7455-0	130,16
UBE9J24	P300113653	12/04/2026	7471-0	880,41
QNG3E11	P300113654	12/04/2026	7455-0	130,16
UAA4H33	P300113656	12/04/2026	7455-0	130,16
RVF9F56	P300113658	12/04/2026	7455-0	130,16
SVB4G84	P300113659	12/04/2026	7455-0	130,16
EFY1A04	P300113660	12/04/2026	7471-0	880,41
PUM2C32	P300113662	12/04/2026	7455-0	130,16
QQG1511	P300113664	12/04/2026	7455-0	130,16
TYH5D07	P300113665	12/04/2026	7455-0	130,16
FOU6E84	P300113667	12/04/2026	7455-0	130,16
SYY5F63	P300113670	12/04/2026	7455-0	130,16
DUC0J21	P300113671	12/04/2026	7455-0	130,16
TCV2D06	AG08786495	12/04/2026	5550-0	130,16
FPJ3B85	P300113678	13/04/2026	7455-0	130,16

EID9F60	P300113680	13/04/2026	7455-0	130,16
PWZ9715	P300113681	13/04/2026	7455-0	130,16
HLM6324	P300113684	13/04/2026	7455-0	130,16
DTX1E93	P300113685	13/04/2026	7455-0	130,16
PPQ4E32	P300113686	13/04/2026	7455-0	130,16
QNW8310	P300113712	13/04/2026	7463-0	195,23
SIW6H91	P300113691	13/04/2026	7455-0	130,16
SHU7B04	P300113713	13/04/2026	7463-0	195,23
KVZ2G29	P300113714	13/04/2026	7463-0	195,23
TEB4E44	P300113695	13/04/2026	7455-0	130,16
OQA4170	P300113699	13/04/2026	7455-0	130,16
LRW2G07	P300113700	13/04/2026	7455-0	130,16
TEO5D71	P300113702	13/04/2026	7455-0	130,16
SYE5F01	P300113704	13/04/2026	7455-0	130,16
AXK3I00	P300113715	13/04/2026	7463-0	195,23
EGR6B03	P300113705	13/04/2026	7455-0	130,16
QIM7955	P300113706	13/04/2026	7455-0	130,16
EZZ7A13	P300113717	13/04/2026	7463-0	195,23
HJT0696	P300113718	13/04/2026	7463-0	195,23
BAZ8869	P300113720	13/04/2026	7455-0	130,16
LMC4135	P300113721	13/04/2026	7455-0	130,16
OPE3653	P300113722	13/04/2026	7455-0	130,16
TDC2I05	P300113723	13/04/2026	7455-0	130,16
ELM0G65	P300113724	13/04/2026	7455-0	130,16
QMZ4B38	P300113725	13/04/2026	7455-0	130,16
TXO1E81	P300113732	13/04/2026	7455-0	130,16
HLM6183	P300113733	13/04/2026	7455-0	130,16
FHM5D65	P300113734	13/04/2026	7455-0	130,16
EZN2G55	P300113735	13/04/2026	7455-0	130,16
FUE9F45	P300113736	13/04/2026	7455-0	130,16
EVV9D15	P300113737	13/04/2026	7455-0	130,16
UBG5H44	P300113738	13/04/2026	7455-0	130,16
TXT1E74	P300113740	13/04/2026	7455-0	130,16
OWN9C65	P300113741	13/04/2026	7455-0	130,16
TES7H75	P300113742	13/04/2026	7455-0	130,16
DZE9483	P300113785	13/04/2026	7463-0	195,23
IVP1C41	P300113745	13/04/2026	7455-0	130,16
QNQ3B96	P300113747	13/04/2026	7455-0	130,16

TXA6B25	P300113749	13/04/2026	7455-0	130,16
GKD3A18	P300113750	13/04/2026	7455-0	130,16
OWN0D07	P300113752	13/04/2026	7455-0	130,16
OQO5904	P300113754	13/04/2026	7455-0	130,16
NWS7B48	P300113755	13/04/2026	7455-0	130,16
QPZ8996	P300113756	13/04/2026	7455-0	130,16
RFP3F94	P300113757	13/04/2026	7455-0	130,16
BYJ0A27	P300113758	13/04/2026	7455-0	130,16
HOF9078	P300113787	13/04/2026	7463-0	195,23
PYB1654	P300113759	13/04/2026	7455-0	130,16
RTN4B33	P300113760	13/04/2026	7455-0	130,16
ESS9E34	P300113761	13/04/2026	7455-0	130,16
EEE2B02	P300113762	13/04/2026	7455-0	130,16
EAC5004	P300113765	13/04/2026	7455-0	130,16
SYF0J86	P300113766	13/04/2026	7455-0	130,16
QOV7H23	P300113767	13/04/2026	7455-0	130,16
PVZ1231	P300113769	13/04/2026	7455-0	130,16
TYL4J53	P300113770	13/04/2026	7455-0	130,16
SYY3G61	P300113775	13/04/2026	7455-0	130,16
SYR2F68	P300113776	13/04/2026	7455-0	130,16
KKW4481	P300113777	13/04/2026	7455-0	130,16
TJS9G39	P300113780	13/04/2026	7455-0	130,16
RMN6B53	P300113791	13/04/2026	7463-0	195,23
QPX0069	P300113782	13/04/2026	7455-0	130,16
HBG3E85	P300113793	13/04/2026	6050-3	293,47
FKT2B86	P300113794	13/04/2026	6050-3	293,47
DMH4698	P300113783	13/04/2026	7455-0	130,16
GIK8I44	P300113784	13/04/2026	7455-0	130,16
SIA7A85	AG08785934	13/04/2026	5525-0	130,16
TCF6H64	AG08785091	13/04/2026	7340-0	130,16
TJW9B33	P300113797	14/04/2026	7455-0	130,16
TYZ1G85	P300113802	14/04/2026	7455-0	130,16
TEP0J71	P300113804	14/04/2026	7455-0	130,16
TYB8E49	P300113805	14/04/2026	7455-0	130,16
SHF8D56	P300113806	14/04/2026	7455-0	130,16
RUH5D61	P300113807	14/04/2026	7455-0	130,16
GMR5A80	P300113811	14/04/2026	7455-0	130,16
TYQ7D96	P300113891	14/04/2026	7463-0	195,23
QPQ0E11	P300113812	14/04/2026	7455-0	130,16
OOV6E99	P300113815	14/04/2026	7455-0	130,16
TDT9A19	P300113816	14/04/2026	7455-0	130,16
TDQ5A65	P300113817	14/04/2026	7455-0	130,16
QUS4I04	P300113820	14/04/2026	7455-0	130,16
DBF6E75	P300113821	14/04/2026	7455-0	130,16
MTS1D40	P300113822	14/04/2026	7455-0	130,16
TYA4D39	P300113824	14/04/2026	7455-0	130,16
BYI8I78	P300113825	14/04/2026	7455-0	130,16
TYV2I45	P300113826	14/04/2026	7455-0	130,16
RMU3B51	P300113828	14/04/2026	7455-0	130,16

DUX9085	P300113893	14/04/2026	7463-0	195,23
RTF8J94	P300113829	14/04/2026	7455-0	130,16
RMQ9C16	P300113831	14/04/2026	7455-0	130,16
FES9H74	P300113833	14/04/2026	7455-0	130,16
GWH6A05	P300113836	14/04/2026	7455-0	130,16
HHD7E45	P300113838	14/04/2026	7455-0	130,16
GFL7F01	P300113839	14/04/2026	7455-0	130,16
FWK7B51	P300113840	14/04/2026	7455-0	130,16
IYR2D27	P300113842	14/04/2026	7455-0	130,16
TCS8D74	P300113843	14/04/2026	7455-0	130,16
QPC5J46	P300113894	14/04/2026	7463-0	195,23
DCU9G40	P300113844	14/04/2026	7455-0	130,16
OQB4E05	P300113848	14/04/2026	7455-0	130,16
HLG1C06	P300113851	14/04/2026	7455-0	130,16
PYT1C99	P300113852	14/04/2026	7455-0	130,16
PWW1581	P300113854	14/04/2026	7455-0	130,16
DPX2428	P300113855	14/04/2026	7455-0	130,16
RTG9H29	P300113856	14/04/2026	7455-0	130,16
TEX8B60	P300113858	14/04/2026	7455-0	130,16
SIY4B63	P300113860	14/04/2026	7455-0	130,16
FRG1G75	P300113863	14/04/2026	7455-0	130,16
AVC2E88	P300113865	14/04/2026	7455-0	130,16
TCJ3A14	P300113867	14/04/2026	7455-0	130,16
SGC8H30	P300113868	14/04/2026	7455-0	130,16
ENH0J87	P300113871	14/04/2026	7455-0	130,16
RNL2D08	P300113872	14/04/2026	7455-0	130,16
KXS8G42	P300113873	14/04/2026	7455-0	130,16
PXV3614	P300113874	14/04/2026	7455-0	130,16
NYD4G63	P300113876	14/04/2026	7455-0	130,16
PWQ3477	P300113877	14/04/2026	7455-0	130,16
TKZ2G54	P300113878	14/04/2026	7455-0	130,16
RME1A87	P300113879	14/04/2026	7455-0	130,16
IYY8184	P300113880	14/04/2026	7455-0	130,16
HIB2D48	P300113882	14/04/2026	7455-0	130,16
GUE4279	P300113885	14/04/2026	7455-0	130,16
SUO9D35	P300113888	14/04/2026	7455-0	130,16
TXF8B20	AG08781736	14/04/2026	5509-0	130,16
PVV3557	AG08784807	14/04/2026	5550-0	130,16
TZA2B32	P300113900	15/04/2026	7463-0	195,23
TDB7I13	P300113901	15/04/2026	7463-0	195,23
AZD3738	AG08785940	15/04/2026	5541-4	195,23
PVG5910	AG08784813	15/04/2026	5185-1	195,23
ETF0I80	AG08786024	15/04/2026	6050-2	293,47
RTP3G00	AG08786025	15/04/2026	5720-0	195,23
RTP3G00	AG08786026	15/04/2026	6017-5	293,47
QWU1831	AG08786727	15/04/2026	5541-2	195,23
SYE9B14	AG08786728	15/04/2026	5541-2	195,23
RMH6C90	AG08786729	15/04/2026	5541-2	195,23
GXY9151	AG08786730	15/04/2026	5541-2	195,23
RKL0G38	AG08786731	15/04/2026	5541-2	195,23
FMA6B06	AG08786732	15/04/2026	5541-2	195,23
EUN7I93	AG08786733	15/04/2026	5541-2	195,23
GTW2H22	AG08786735	15/04/2026	5541-2	195,23
FBY0D02	AG08786736	15/04/2026	5541-2	195,23
RNG7E09	AG08786737	15/04/2026	5541-2	195,23
TXH2C00	AG08786738	15/04/2026	5541-2	195,23
BCN9A78	AG08786739	15/04/2026	5541-2	195,23
OZD1I98	AG08786740	15/04/2026	5541-2	195,23
QXY1E49	AG08786761	15/04/2026	5541-2	195,23
RUP7F29	AG08784815	15/04/2026	5568-0	195,23
CCB2306	AG08786762	15/04/2026	5541-2	195,23
QQF7874	AG08786763	15/04/2026	5541-2	195,23
PZI4J08	AG08786764	15/04/2026	5541-2	195,23
FCS3I85	AG08786765	15/04/2026	5541-2	195,23
QUY4G90	AG08786766	15/04/2026	5541-2	195,23
PZD1533	AG08786767	15/04/2026	5541-2	195,23
MEV3458	AG08786768	15/04/2026	5541-2	195,23
FTW6F19	AG08786545	15/04/2026	7625-1	293,47
SYM4I56	AG08786546	15/04/2026	7625-1	293,47
PUG7927	AG08786769	15/04/2026	5541-2	195,23
DCE2I66	AG08786770	15/04/2026	5541-2	195,23
OYJ4A61	AG08786771	15/04/2026	5541-2	195,23
FES9E43	AG08786772	15/04/2026	5541-2	195,23
TEQ8I23	AG08784696	15/04/2026	5541-4	195,23
QNQ0F84	AG08784697	15/04/2026	5452-6	195,23
HOB2102	AG08784480	15/04/2026	5185-1	195,23
DPC2426	AG08784959	15/04/2026	5185-1	195,23
OLV0D58	AG08784960	15/04/2026	5185-1	195,23
PUA2286	AG08784837	15/04/2026	7633-1	293,47
UAS2F08	AG08786301	15/04/2026	7633-1	293,47
CKP5353	AG08785092	15/04/2026	5541-7	195,23
OMS7010	AG08785093	15/04/2026	6050-1	293,47
RMH9E87	AG08786665	15/04/2026	6017-5	293,47
RVT6I64	AG08786666	15/04/2026	7633-1	293,47
EVJ9004	AG08786667	15/04/2026	7633-2	293,47
PVW3G63	AG08786668	15/04/2026	7633-1	293,47
EWQ1493	AG08786669	15/04/2026	7633-2	293,47
QOJ2704	AG08786670	15/04/2026	7633-1	293,47
HZD3F23	AG08786671	15/04/2026	7633-2	293,47

PZY0777	AG08786672	15/04/2026	7633-2	293,47
SIZ0C15	AG08786673	15/04/2026	7633-2	293,47
BGU7746	AG08786674	15/04/2026	6017-5	293,47
HEG6382	AG08786675	15/04/2026	7633-1	293,47
TXY0D45	AG08786676	15/04/2026	7633-1	293,47
PWM9001	AG08786677	15/04/2026	7633-2	293,47
OWO9798	AG08786678	15/04/2026	6530-0	195,23
GGV7F78	AG08786679	15/04/2026	5452-6	195,23
FCB6A72	AG08786680	15/04/2026	5452-6	195,23
HMT1D25	AG08786302	15/04/2026	5185-1	195,23
TZC8E92	AG08785327	15/04/2026	5010-0	880,41
GXF1E06	AG08786552	15/04/2026	5550-0	130,16
TJJ2E34	AG08786252	15/04/2026	7633-1	293,47
TYD3C48	AG08786553	15/04/2026	5541-7	195,23
RNJ2E33	AG08786821	15/04/2026	7633-2	293,47
GCV8F86	AG08786822	15/04/2026	7633-1	293,47
HKI7J11	AG08786823	15/04/2026	7633-2	293,47
ENB4G95	AG08786941	15/04/2026	5541-2	195,23
OMB5196	AG08786942	15/04/2026	5541-2	195,23
NBY4F70	AG08786943	15/04/2026	5541-2	195,23
FVN9D78	AG08786944	15/04/2026	5541-2	195,23
HLO0A66	AG08786945	15/04/2026	5541-2	195,23
OQG6243	AG08786946	15/04/2026	5541-2	195,23
TCE0C30	AG08786947	15/04/2026	5541-2	195,23
JAZ5G42	AG08786948	15/04/2026	5541-2	195,23
RFG5I66	AG08786949	15/04/2026	5541-2	195,23
ELM9B10	AG08786950	15/04/2026	5541-2	195,23
FMH7822	AG08786951	15/04/2026	5541-2	195,23
HOF9078	AG08786952	15/04/2026	5541-2	195,23
TZC8E92	AG08785328	15/04/2026	7048-1	293,47
GZM8H20	AG08786954	15/04/2026	5541-2	195,23
FBL2293	AG08786955	15/04/2026	5541-2	195,23
LTM2A00	AG08786956	15/04/2026	5541-2	195,23
GCV8F39	AG08786957	15/04/2026	5541-2	195,23
QMR3E00	AG08786958	15/04/2026	5541-2	195,23
QOK0A83	AG08786959	15/04/2026	5541-2	195,23
HDF0J80	AG08786960	15/04/2026	5541-2	195,23
HAD9694	AG08787041	15/04/2026	5541-2	195,23
CIU6949	AG08787042	15/04/2026	5541-2	195,23
HBM1A31	AG08787043	15/04/2026	5541-2	195,23
RUA9C90	AG08787044	15/04/2026	5541-2	195,23
EVW1144	AG08787045	15/04/2026	5541-2	195,23
HGZ5C57	AG08787046	15/04/2026	5541-2	195,23
RVU8D97	AG08787047	15/04/2026	5541-2	195,23
HCM5531	AG08787048	15/04/2026	5541-2	195,23
QPJ0B95	AG08787049	15/04/2026	5541-2	195,23
SUW0A96	AG08787050	15/04/2026	5541-2	195,23
PYO5D88	AG08787051	15/04/2026	5541-2	195,23
RML8A52	AG08787052	15/04/2026	5541-2	195,23
RFJ3G06	AG08787054	15/04/2026	5541-2	195,23
SHB6H33	AG08787055	15/04/2026	5541-2	195,23
OWV5195	AG08787056	15/04/2026	5541-2	195,23
TYS7A99	AG08787057	15/04/2026	5541-2	195,23
RMG2F27	AG08787058	15/04/2026	5541-2	195,23
RMM8H43	AG08787059	15/04/2026	5541-2	195,23
GWI2D37	AG08787060	15/04/2026	5541-2	195,23
CUQ7J89	AG08787101	15/04/2026	5541-2	195,23
EBP5I25	AG08787102	15/04/2026	5541-2	195,23
OQO6744	AG08787103	15/04/2026	5541-2	195,23
RUG8F33	AG08787104	15/04/2026	5541-2	195,23
OSH8E27	AG08787105	15/04/2026	5541-2	195,23
AXA5E57	AG08787106	15/04/2026	5541-2	195,23
GIU9C75	AG08787107	15/04/2026	5541-2	195,23
GFY5I25	AG08787108	15/04/2026	5541-2	195,23
PUF1D80	AG08787109	15/04/2026	5541-2	195,23
TBS3B24	AG08787110	15/04/2026	5541-2	195,23
EFZ8A53	AG08787111	15/04/2026	5541-2	195,23
TEI3F86	AG08787112	15/04/2026	5541-2	195,23
FWR4B97	AG08787113	15/04/2026	5541-2	195,23
RUS4D43	AG08787114	15/04/2026	5541-2	195,23
TXD5H90	AG08787115	15/04/2026	5541-2	195,23
ORA5D80	AG08787116	15/04/2026	5541-2	195,23
TYT0B66	AG08783578	16/04/2026	5037-1	586,94
HHD6330	AG08784677	16/04/2026	5010-0	880,41
HHD6330	AG08784678	16/04/2026	6599-2	293,47
OWM6A68	AG08785674	16/04/2026	5452-1	195,23
ILK2J10	AG08785675	16/04/2026	5550-0	130,16
QUL8I01	AG08786548	16/04/2026	5541-4	195,23
EUV7D79	AG08786549	16/04/2026	5541-4	195,23
QNT2923	AG08785676	16/04/2026	5460-0	130,16
TYI8J31	AG08786773	16/04/2026	5541-2	195,23
RFY2A72	AG08784698	16/04/2026	5541-4	195,23
GHH1G58	AG08784699	16/04/2026	5541-4	195,23
GXF6E94	AG08784700	16/04/2026	5541-4	195,23
HKN6I94	AG08786550	16/04/2026	5452-1	195,23
SHQ8D40	AG08786774	16/04/2026	5541-2	195,23
GEG9A47	AG08786775	16/04/2026	5541-2	195,23
HJT1B27	AG08786776	16/04/2026	5541-2	195,23
HOB9683	AG08786777	16/04/2026	5541-2	195,23

RQR2D02	AG08786778	16/04/2026	5541-2	195,23
RVP3J91	AG08786779	16/04/2026	5541-2	195,23
FEX6H19	AG08786780	16/04/2026	5541-2	195,23
FNP6C84	AG08786781	16/04/2026	5541-2	195,23
FPR5015	AG08786782	16/04/2026	5541-2	195,23
QLO0G43	AG08786783	16/04/2026	5541-2	195,23
PZN0070	AG08786784	16/04/2026	5541-2	195,23
QON7A20	AG08786785	16/04/2026	5541-2	195,23
AKN6539	AG08782348	16/04/2026	5509-0	130,16
ORA7900	AG08786786	16/04/2026	5541-2	195,23
PVN3J94	AG08786787	16/04/2026	5541-2	195,23
GGI1A76	AG08786788	16/04/2026	5541-2	195,23
LLF3F10	AG08786789	16/04/2026	5541-2	195,23
QAR1B55	AG08786790	16/04/2026	5541-2	195,23
TYF0I13	AG08786791	16/04/2026	5541-2	195,23
PZG0F24	AG08786792	16/04/2026	5541-2	195,23
SYI8D42	AG08786793	16/04/2026	5541-2	195,23
OWM1714	AG08786794	16/04/2026	5541-2	195,23
SYK5I00	AG08786795	16/04/2026	5541-2	195,23
DMT7C96	AG08786796	16/04/2026	5541-2	195,23
FDI0376	AG08786250	16/04/2026	5185-1	195,23
EWX0F04	AG08786251	16/04/2026	7633-1	293,47
FBH5G64	AG08786798	16/04/2026	5541-2	195,23
GEE0F58	AG08786799	16/04/2026	5541-2	195,23
OQR6330	AG08786800	16/04/2026	5541-2	195,23
HIA9167	AG08786861	16/04/2026	5541-2	195,23
ETY1770	AG08786862	16/04/2026	5541-2	195,23
RTV8C32	AG08786863	16/04/2026	5541-2	195,23
ORA9565	AG08786864	16/04/2026	5541-2	195,23
GVV6B51	AG08786865	16/04/2026	5541-2	195,23
BYX0D58	AG08785677	16/04/2026	5541-7	195,23
DKQ4916	AG08786866	16/04/2026	5541-2	195,23
QUE7F17	AG08784838	16/04/2026	7633-1	293,47
QQF6J00	AG08784839	16/04/2026	7633-1	293,47
TCL0I37	AG08784653	16/04/2026	5541-2	195,23
GXF0047	AG08785965	16/04/2026	5843-3	195,23
DQN7C91	AG08786824	16/04/2026	7633-1	293,47
OWY7F80	AG08786825	16/04/2026	6017-5	293,47
TKL3J24	AG08786826	16/04/2026	6017-5	293,47
TYQ8J93	AG08786827	16/04/2026	7633-2	293,47
KRY3969	AG08786828	16/04/2026	7633-1	293,47
TYH2D53	AG08786829	16/04/2026	7633-2	293,47
TDJ2B44	AG08786830	16/04/2026	6017-5	293,47
HGY2686	AG08786831	16/04/2026	6050-1	293,47
EIL3B52	AG08784654	16/04/2026	5541-2	195,23
EKL8C31	AG08784816	16/04/2026	5185-1	195,23
PUQ2E62	AG08784818	16/04/2026	5509-0	130,16
GXU8H43	AG08784819	16/04/2026	5185-1	195,23
DSY1027	AG08784655	16/04/2026	5541-2	195,23
RNV9B33	AG08786832	16/04/2026	5452-1	195,23
OPP6J26	AG08786833	16/04/2026	7030-1	293,47
ESB9J74	AG08786834	16/04/2026	7030-1	293,47
ESB9J74	AG08786835	16/04/2026	6017-4	293,47
OPP6J26	AG08784840	16/04/2026	7099-1	195,23
OQS2J81	AG08786741	16/04/2026	5185-1	195,23
QZR1I14	AG08785096	16/04/2026	7374-0	293,47
QZD9I31	AG08785097	16/04/2026	7374-0	293,47
EDW4866	AG08784933	16/04/2026	5452-6	195,23
GRW7205	AG08786253	16/04/2026	5185-1	195,23
PZH5I90	AG08784934	16/04/2026	5550-0	130,16
HCM5755	AG08786254	16/04/2026	5185-1	195,23
OQE9700	AG08784935	16/04/2026	5622-2	88,38
KGP4H52	AG08786028	16/04/2026	6050-2	293,47
RNJ8A28	AG08786029	16/04/2026	5010-0	880,41
PUN3C98	AG08787128	16/04/2026	6050-2	293,47
HJC4940	AG08787129	16/04/2026	5452-6	195,23
DIY5172	AG08787131	16/04/2026	5550-0	130,16
QNI7608	AG08787133	16/04/2026	5550-0	130,16
FBW2D88	AG08787134	16/04/2026	5550-0	130,16
HFO3815	AG08787135	16/04/2026	5185-1	195,23
JHM1B18	AG08787137	16/04/2026	6122-0	293,47
QWZ7E56	AG08787138	16/04/2026	5452-1	195,23
EEH0I51	AG08787139	16/04/2026	5452-1	195,23
EEH0I51	AG08787140	16/04/2026	7293-0	130,16
FMK0A62	AG08787221	16/04/2026	7340-0	130,16
TDS9D80	AG08787222	16/04/2026	5720-0	195,23
GWZ9299	AG08787223	16/04/2026	5843-3	195,23
PUS4524	AG08787224	16/04/2026	5843-3	195,23
TCK8A83	AG08787225	16/04/2026	5843-3	195,23
QXU6H19	AG08787226	16/04/2026	5843-3	195,23
PUN3C98	AG08787227	16/04/2026	5843-3	195,23
ERJ9I65	AG08787228	16/04/2026	5843-3	195,23
TTQ0H53	AG08787229	16/04/2026	5843-3	195,23
OQI8657	AG08787230	16/04/2026	5843-3	195,23
TEX3H45	AG08787231	16/04/2026	5843-3	195,23
HJT3281	AG08787232	16/04/2026	5843-3	195,23
RCB9C77	AG08784251	17/04/2026	6599-2	293,47
UAS2E75	AG08784679	17/04/2026	5738-0	293,47
DLZ1J80	AG08786868	17/04/2026	5541-2	195,23

PZN9J00	AG08786869	17/04/2026	5541-2	195,23
FPN8G88	AG08786870	17/04/2026	5541-2	195,23
GXF5065	AG08786871	17/04/2026	5541-2	195,23
FNP6C84	AG08786873	17/04/2026	5541-2	195,23
SFC3G21	AG08786874	17/04/2026	5541-2	195,23
CXP7F07	AG08786875	17/04/2026	5541-2	195,23
UAB2G07	AG08786876	17/04/2026	5541-2	195,23
CDK4F42	AG08786877	17/04/2026	5541-2	195,23
QLZ2B12	AG08786878	17/04/2026	5541-2	195,23
EMG2I29	AG08786879	17/04/2026	5541-2	195,23
TDD8H95	AG08786880	17/04/2026	5541-2	195,23
SHM4C72	AG08786981	17/04/2026	5541-2	195,23
FHZ2I86	AG08786982	17/04/2026	5541-2	195,23
PYO5D88	AG08786983	17/04/2026	5541-2	195,23
HBW1766	AG08786984	17/04/2026	5541-2	195,23
QAR1B55	AG08786985	17/04/2026	5541-2	195,23
UBC5E19	AG08786986	17/04/2026	5541-2	195,23
SYE9B14	AG08786987	17/04/2026	5541-2	195,23
FWY4B27	AG08786988	17/04/2026	5541-2	195,23
QOG3869	AG08786030	17/04/2026	6599-2	293,47
PVB4458	AG08786989	17/04/2026	5541-2	195,23
QXY1E49	AG08786990	17/04/2026	5541-2	195,23
GHJ4J09	AG08786991	17/04/2026	5541-2	195,23
CQF1I17	AG08785678	17/04/2026	7625-2	293,47
OXC1533	AG08786031	17/04/2026	7633-1	293,47
HIL4I74	AG08786032	17/04/2026	5010-0	880,41
HIL4I74	AG08786033	17/04/2026	5118-0	880,41
OXC4508	AG08786034	17/04/2026	5207-0	88,38
DQT8948	AG08785680	17/04/2026	5568-0	195,23
OQA5502	AG08786992	17/04/2026	5541-2	195,23
HIA9167	AG08786993	17/04/2026	5541-2	195,23
DNY1D76	AG08786994	17/04/2026	5541-2	195,23
KUQ3E83	AG08786995	17/04/2026	5541-2	195,23
EUV2E00	AG08786996	17/04/2026	5541-2	195,23
SVJ4B23	AG08786997	17/04/2026	5541-2	195,23
GFT4F27	AG08786998	17/04/2026	5541-2	195,23
SIG6G71	AG08786999	17/04/2026	5541-2	195,23
PES2B55	AG08787000	17/04/2026	5541-2	195,23
SIG1C84	AG08786062	17/04/2026	5541-4	195,23
ELM0G65	AG08786063	17/04/2026	5452-1	195,23
SYF2B49	AG08786064	17/04/2026	7625-2	293,47
HGL1D57	AG08786065	17/04/2026	5452-6	195,23
RUE1H26	AG08786702	17/04/2026	5452-6	195,23
DYW9849	AG08786703	17/04/2026	5452-6	195,23
QNS6479	AG08786555	17/04/2026	5452-6	195,23
PQW3967	AG08786836	17/04/2026	5541-2	195,23
TDQ6C32	AG08786837	17/04/2026	5541-2	195,23
PYU1707	AG08786838	17/04/2026	5541-2	195,23
CWB3188	AG08786839	17/04/2026	5541-2	195,23
SEP2F94	AG08786840	17/04/2026	5541-2	195,23
RNR5D85	AG08784656	17/04/2026	5460-0	130,16
RUM8E16	AG08786556	17/04/2026	6637-1	195,23
TDP5A55	AG08785966	17/04/2026	5452-5	195,23
EBS9E99	AG08786921	17/04/2026	5541-2	195,23
OQR0J99	AG08786922	17/04/2026	5541-2	195,23
GQT6E10	AG08786923	17/04/2026	5541-2	195,23
RMS2E17	AG08786924	17/04/2026	5541-2	195,23
DNT6H59	AG08786925	17/04/2026	5541-2	195,23
QMS5G13	AG08786926	17/04/2026	5541-2	195,23
RMM8H43	AG08786927	17/04/2026	5541-2	195,23
FDV3F38	AG08786928	17/04/2026	5541-2	195,23
EUN3650	AG08786929	17/04/2026	5541-2	195,23
ELG4G06	AG08786930	17/04/2026	5541-2	195,23
TEG1I80	AG08786931	17/04/2026	5541-2	195,23
RFY3A58	AG08786932	17/04/2026	5541-2	195,23
GBL9H00	AG08786933	17/04/2026	5541-2	195,23
TCH1B87	AG08786934	17/04/2026	5541-2	195,23
PYX6183	AG08786935	17/04/2026	5541-2	195,23
QMZ1A79	AG08786936	17/04/2026	5541-2	195,23
QNX3C18	AG08786937	17/04/2026	5541-2	195,23
TDB8C71	AG08786938	17/04/2026	5541-2	195,23
CBK8950	AG08786939	17/04/2026	5541-2	195,23
RFH0J45	AG08786940	17/04/2026	5541-2	195,23
TYE1H16	AG08785098	17/04/2026	6602-0	293,47
HHG4424	AG08785621	17/04/2026	7633-2	293,47
HJT1683	AG08787061	17/04/2026	5541-2	195,23
UBP4H89	AG08787062	17/04/2026	5541-2	195,23
RUO5H06	AG08787063	17/04/2026	5541-2	195,23
DTS7884	AG08787064	17/04/2026	5541-2	195,23
HMF9231	AG08787065	17/04/2026	5541-2	195,23
SUE1B10	AG08787066	17/04/2026	5541-2	195,23
ORA5D72	AG08787067	17/04/2026	5541-2	195,23
SIJ3J16	AG08787068	17/04/2026	5541-2	195,23
PUP6060	AG08787069	17/04/2026	5541-2	195,23
DJB0G59	AG08786557	17/04/2026	7633-1	293,47
SYC9G04	AG08787070	17/04/2026	5541-2	195,23
TWY3I13	AG08787071	17/04/2026	5541-2	195,23
RVI9B51	AG08787072	17/04/2026	5541-2	195,23
HKP5243	AG08787073	17/04/2026	5541-2	195,23

SYX0E00	AG08787075	17/04/2026	5541-2	195,23
HNN2C37	AG08787076	17/04/2026	5541-2	195,23
FKH8H96	AG08787077	17/04/2026	5541-2	195,23
HCF6630	AG08787078	17/04/2026	5541-2	195,23
RNG8J81	AG08787079	17/04/2026	5541-2	195,23
HLU9F75	AG08787080	17/04/2026	5541-2	195,23
HJQ1A07	AG08784972	17/04/2026	5037-1	586,94
DVT1F81	AG08784973	17/04/2026	5118-0	880,41
HBE4576	AG08784975	17/04/2026	5010-0	880,41
HBE4576	AG08784976	17/04/2026	6599-2	293,47
HHD7635	AG08784977	17/04/2026	5010-0	880,41
KKW3H29	AG08785329	17/04/2026	5452-5	195,23
DSH4979	AG08785330	17/04/2026	6599-2	293,47
DSH4979	AG08785331	17/04/2026	6637-1	195,23
QOV4F21	AG08785333	17/04/2026	5010-0	880,41
ESB9J74	AG08784978	17/04/2026	5010-0	880,41
GWX4C98	AG08785334	17/04/2026	5010-0	880,41
GWX4C98	AG08785335	17/04/2026	6599-2	293,47
OQH5J65	AG08787233	17/04/2026	5541-7	195,23
EID8944	AG08787234	17/04/2026	5541-7	195,23
QQY4799	AG08787235	17/04/2026	5541-7	195,23
HJT2B12	AG08787236	17/04/2026	5541-7	195,23
EMI9I64	AG08787237	17/04/2026	5541-7	195,23
SYH3F60	AG08787238	17/04/2026	5541-7	195,23
NYF8J13	AG08787240	17/04/2026	5550-0	130,16
TCR8A82	AG08787241	17/04/2026	5550-0	130,16
OMD1547	AG08787242	17/04/2026	5550-0	130,16
RMZ8H73	AG08787243	17/04/2026	5550-0	130,16
RBY0F01	AG08787244	17/04/2026	5550-0	130,16
QNV0984	AG08787245	17/04/2026	5550-0	130,16
QNT1J87	AG08787246	17/04/2026	5550-0	130,16
HJT1824	AG08787247	17/04/2026	5550-0	130,16
RMS1B81	AG08787248	17/04/2026	5550-0	130,16
TEK7D11	AG08787250	17/04/2026	5452-6	195,23
HNY2828	AG08787251	17/04/2026	5452-6	195,23
OPL1A07	AG08787252	17/04/2026	5452-6	195,23
GYC8490	AG08787253	17/04/2026	5452-6	195,23
QNL7C26	AG08787254	17/04/2026	5452-6	195,23
SYI8I64	AG08787255	17/04/2026	5452-6	195,23
RNX4J07	AG08787256	17/04/2026	5452-6	195,23
DQY7455	AG08787257	17/04/2026	5185-1	195,23
OUM1A53	AG08787258	17/04/2026	5843-3	195,23
SYR5E48	AG08787259	17/04/2026	5452-2	195,23
OXH1748	AG08787260	17/04/2026	5452-2	195,23
FQI5D98	AG08787281	17/04/2026	5541-3	195,23
HLH2C44	AG08787282	17/04/2026	5541-3	195,23
FEQ5H54	AG08787283	17/04/2026	7633-1	293,47
HLZ8098	AG08787284	17/04/2026	6050-1	293,47
RGC4H08	AG08787285	17/04/2026	5452-2	195,23
ESB9J74	AG08784979	18/04/2026	6637-1	195,23
ELZ1155	AG08784980	18/04/2026	6599-2	293,47
FSP2F40	AG08786704	18/04/2026	5541-7	195,23
SJH8I43	AG08785967	18/04/2026	5452-1	195,23
HNY5F59	AG08785968	18/04/2026	5550-0	130,16
QPC7B49	AG08784680	18/04/2026	5452-5	195,23
DCI9A92	AG08785969	18/04/2026	7625-2	293,47
TDL1A57	AG08785970	18/04/2026	7625-2	293,47
OBJ8A53	AG08785971	18/04/2026	5550-0	130,16
QMS7083	AG08785972	18/04/2026	5452-6	195,23
QQP7D96	AG08786404	18/04/2026	5541-2	195,23
HEM6330	AG08786405	18/04/2026	5541-2	195,23
RHD0F96	AG08786406	18/04/2026	5541-2	195,23
FSB5B96	AG08786407	18/04/2026	5541-2	195,23
GZA7427	AG08786408	18/04/2026	5541-2	195,23
EUA3J79	AG08786409	18/04/2026	5541-2	195,23
HOB8873	AG08786410	18/04/2026	5541-2	195,23
GDK3A10	AG08786411	18/04/2026	5541-2	195,23
GIQ4H73	AG08786412	18/04/2026	5541-2	195,23
TCL6F97	AG08786413	18/04/2026	5541-2	195,23
RMW5E98	AG08786415	18/04/2026	5541-2	195,23
QAM2C37	AG08786416	18/04/2026	5541-2	195,23
PZN9J26	AG08786417	18/04/2026	5541-2	195,23
UAA6F65	AG08786418	18/04/2026	5541-2	195,23
TDJ5H65	AG08786419	18/04/2026	5541-2	195,23
ETC8F03	AG08786420	18/04/2026	5541-2	195,23
UAB6A26	AG08787181	18/04/2026	7633-2	293,47
NUF1A10	AG08785973	18/04/2026	5550-0	130,16
ETH8168	AG08787081	18/04/2026	5541-2	195,23
RFC2E88	AG08787082	18/04/2026	5541-2	195,23
ETO0J90	AG08787083	18/04/2026	5541-2	195,23
HNO9934	AG08787084	18/04/2026	5541-2	195,23
RNE5H46	AG08787085	18/04/2026	5541-2	195,23
IXK3373	AG08787086	18/04/2026	5541-2	195,23
FXM6D37	AG08787087	18/04/2026	5541-2	195,23
PLC7C55	AG08787091	18/04/2026	5541-2	195,23
KXA3285	AG08787092	18/04/2026	5541-2	195,23
SVV0A83	AG08787093	18/04/2026	5541-2	195,23
FXH9B02	AG08787094	18/04/2026	5541-2	195,23
TFW6F83	AG08787095	18/04/2026	5541-2	195,23

PUM9412	AG08787096	18/04/2026	5541-2	195,23
TCT6F53	AG08785624	18/04/2026	7684-1	130,16
TCT6F53	AG08785625	18/04/2026	7340-0	130,16
DLH8810	AG08785363	18/04/2026	5738-0	293,47
LMS3J44	AG08786743	18/04/2026	5452-1	195,23
TEI6E41	AG08785882	18/04/2026	6050-2	293,47
HHA6400	AG08785364	18/04/2026	5010-0	880,41
EFY8E80	AG08785883	18/04/2026	5185-1	195,23
EFY8E80	AG08785884	18/04/2026	5185-2	195,23
FDV3F38	AG08787287	18/04/2026	5541-7	195,23
QMT5052	AG08787288	18/04/2026	5541-7	195,23
PUM9412	AG08787289	18/04/2026	5541-7	195,23
OQH5J65	AG08787290	18/04/2026	5541-7	195,23
FXQ8014	AG08787291	18/04/2026	5541-7	195,23
LOL2951	AG08787292	18/04/2026	5541-7	195,23
UDD6E78	AG08787293	18/04/2026	5541-7	195,23
EWX3F26	AG08787294	18/04/2026	5550-0	130,16
PVJ2B08	AG08787295	18/04/2026	5550-0	130,16
OLY3H12	AG08787296	18/04/2026	5550-0	130,16
FXI6J23	AG08787297	18/04/2026	5550-0	130,16
BRY8245	AG08787298	18/04/2026	5550-0	130,16
RNC9B53	AG08787299	18/04/2026	5550-0	130,16
TYJ6C59	AG08787342	18/04/2026	5550-0	130,16
EVM7I14	AG08787343	18/04/2026	5550-0	130,16
NYB4897	AG08787344	18/04/2026	5550-0	130,16
OMD3I73	AG08787345	18/04/2026	5550-0	130,16
FAM9B00	AG08787346	18/04/2026	5550-0	130,16
OLX9094	AG08787347	18/04/2026	5550-0	130,16
NYB3B44	AG08787348	18/04/2026	5550-0	130,16
QWZ3I38	AG08787349	18/04/2026	5550-0	130,16
RGB9E60	AG08787350	18/04/2026	5550-0	130,16
RUA7E74	AG08787351	18/04/2026	5550-0	130,16
FKP2G66	AG08787352	18/04/2026	5550-0	130,16
EIL3B52	AG08787353	18/04/2026	5452-6	195,23
QOB5I43	AG08787354	18/04/2026	5452-6	195,23
HHF5664	AG08787355	18/04/2026	5452-6	195,23
FLO2I39	AG08787356	18/04/2026	5452-6	195,23
RMU6F64	AG08787357	18/04/2026	5452-6	195,23
CIU8C90	AG08787358	18/04/2026	5452-6	195,23
SCD1H57	AG08787359	18/04/2026	5452-6	195,23
GWK3G28	AG08787360	18/04/2026	5185-1	195,23
HER5078	AG08787401	18/04/2026	5185-1	195,23
PYZ1B25	AG08787402	18/04/2026	5185-1	195,23
FQF9F00	AG08787403	18/04/2026	5185-1	195,23
GZS0104	AG08787404	18/04/2026	5185-1	195,23
HKH5A26	AG08787405	18/04/2026	7340-0	130,16
KMZ2D19	AG08787406	18/04/2026	5541-1	195,23
RVQ3J37	AG08787407	18/04/2026	7340-0	130,16
CKG9C52	AG08787408	18/04/2026	5452-2	195,23
SRL7C34	AG08787410	18/04/2026	5541-1	195,23
OPC1B77	AG08787411	18/04/2026	5380-0	130,16
DUO0C80	AG08787412	18/04/2026	6122-0	293,47
TYQ7I92	AG08785887	18/04/2026	7684-2	130,16
RVZ0H78	AG08785336	18/04/2026	6653-2	195,23
GEN5B36	AG08785337	18/04/2026	5967-0	1467,35
HEV3F57	AG08778429	19/04/2026	5010-0	880,41
HEV3F57	AG08778430	19/04/2026	6580-0	293,47
HEV3F57	AG08778431	19/04/2026	5118-0	880,41
HEV3F57	AG08778432	19/04/2026	6637-1	195,23
HEV3F57	AG08778433	19/04/2026	5169-1	2934,70
EBY2A67	AG08778434	19/04/2026	5169-1	2934,70
EBY2A67	AG08778435	19/04/2026	5010-0	880,41
EBY2A67	AG08778437	19/04/2026	5118-0	880,41
EBY2A67	AG08778439	19/04/2026	6637-1	195,23
EBY2A67	AG08778440	19/04/2026	6580-0	293,47
EGB5D72	AG08787143	19/04/2026	5967-0	1467,35
TKZ3E46	AG08785885	19/04/2026	6637-1	195,23
TKZ3E46	AG08785886	19/04/2026	7030-1	293,47
CSW1734	AG08785463	19/04/2026	7633-1	293,47
HNL9J82	AG08785464	19/04/2026	5185-1	195,23
HIB3E95	AG08785465	19/04/2026	5185-1	195,23
HDL9D64	AG08785365	19/04/2026	6599-2	293,47
JHO2D68	AG08785626	19/04/2026	5185-1	195,23
ECZ0F67	AG08785627	19/04/2026	7684-1	130,16
HJT4H84	AG08785628	19/04/2026	5010-0	880,41
EEH9J46	AG08785629	19/04/2026	5010-0	880,41
EEH9J46	AG08785630	19/04/2026	5193-0	293,47
EEH9J46	AG08785631	19/04/2026	6599-2	293,47
EEH9J46	AG08785632	19/04/2026	7579-0	2934,70
TBW2J84	AG08787145	19/04/2026	5010-0	880,41
DJW7428	AG08787146	19/04/2026	6599-2	293,47
HBT1B61	AG08787148	19/04/2026	6599-2	293,47
HBT1B61	AG08787149	19/04/2026	5045-0	293,47
HBT1B61	AG08787150	19/04/2026	6610-2	195,23
SIA8D79	AG08787151	19/04/2026	7579-0	2934,70
DJW7428	AG08787152	19/04/2026	6610-2	195,23
FWM7J68	AG08784938	20/04/2026	5550-0	130,16
EVE8E48	AG08785974	20/04/2026	5452-1	195,23
FDL9B72	AG08787183	20/04/2026	5541-2	195,23

AKT5G56	AG08787185	20/04/2026	5541-2	195,23
SUH2H90	AG08787186	20/04/2026	5541-2	195,23
TCJ7I82	AG08787187	20/04/2026	5541-2	195,23
SJA5J52	AG08787188	20/04/2026	5541-2	195,23
OPG2063	AG08787189	20/04/2026	5541-2	195,23
GYJ1389	AG08787190	20/04/2026	5541-2	195,23
HJT0086	AG08787193	20/04/2026	5541-2	195,23
HNM2C03	AG08787194	20/04/2026	5541-2	195,23
PVK1753	AG08787196	20/04/2026	5541-2	195,23
DPP1729	AG08787198	20/04/2026	5541-2	195,23
RML8A52	AG08787199	20/04/2026	5541-2	195,23
EPZ7C69	AG08787200	20/04/2026	5541-2	195,23
TYT3I40	AG08787097	20/04/2026	5991-0	293,47
HKT8736	AG08787361	20/04/2026	5541-2	195,23
PYF3230	AG08787362	20/04/2026	5541-2	195,23
EWR1H49	AG08787364	20/04/2026	5541-2	195,23
BCW2J57	AG08787365	20/04/2026	5541-2	195,23
OXE9I53	AG08787367	20/04/2026	5541-2	195,23
QNI0B72	AG08787369	20/04/2026	5541-2	195,23
FWO3232	AG08787381	20/04/2026	5541-2	195,23
FEI6J25	AG08787382	20/04/2026	5541-2	195,23
FCB9C32	AG08787385	20/04/2026	5541-2	195,23
OMG6D20	AG08786558	20/04/2026	5550-0	130,16
HCM5755	AG08787417	20/04/2026	5185-1	195,23
OMA7343	AG08787418	20/04/2026	5185-1	195,23
HBS6D30	AG08787419	20/04/2026	5185-1	195,23
GWK5H43	AG08787421	20/04/2026	5185-1	195,23
FDV2I24	AG08787424	20/04/2026	5185-1	195,23
HIP9E99	AG08787428	20/04/2026	5185-1	195,23
DOT6D98	AG08785888	21/04/2026	5010-0	880,41
UEC5H80	AG08787153	21/04/2026	5010-0	880,41
UEC5H80	AG08787154	21/04/2026	6637-1	195,23
UEC5H80	AG08787155	21/04/2026	5231-1	130,16
UEC5H80	AG08787156	21/04/2026	7340-0	130,16
UEC5H80	AG08787157	21/04/2026	5371-0	130,16
PVF6354	AG08785889	21/04/2026	7579-0	2934,70
FEF2A59	AG08786036	21/04/2026	5452-5	195,23
PXK7J92	AG08785388	21/04/2026	6599-2	293,47
DQL5J32	AG08786257	22/04/2026	7684-2	130,16
SHX7I13	AG08786258	22/04/2026	7684-2	130,16
BQJ8G94	AG08780236	22/04/2026	5541-4	195,23
NAI8J12	AG08786221	22/04/2026	5185-1	195,23
MVY0I41	AG08787002	22/04/2026	5541-2	195,23
RNJ7I09	AG08787005	22/04/2026	5541-2	195,23
RNW9H76	AG08787006	22/04/2026	5541-2	195,23
AHA9946	AG08787007	22/04/2026	5541-2	195,23
DQD0A61	AG08786842	22/04/2026	7633-1	293,47
DFS6338	AG08787009	22/04/2026	5541-2	195,23
FMA6B06	AG08787010	22/04/2026	5541-2	195,23
EEH7C02	AG08787012	22/04/2026	5541-2	195,23
EBS9E99	AG08787013	22/04/2026	5541-2	195,23
TER8F40	AG08787016	22/04/2026	5541-2	195,23
HOB1144	AG08787017	22/04/2026	5541-2	195,23
BQJ8G94	AG08787019	22/04/2026	5541-2	195,23
SQV2D25	AG08787020	22/04/2026	5541-2	195,23
TDK2G46	AG08787441	22/04/2026	5541-2	195,23
QWR9H39	AG08787442	22/04/2026	5541-2	195,23
GAC0I07	AG08787444	22/04/2026	5541-2	195,23
STN7H74	AG08787445	22/04/2026	5541-2	195,23
EDE3F61	AG08785980	22/04/2026	5550-0	130,16
HHF0765	AG08787161	22/04/2026	5550-0	130,16
OPN5792	AG08786747	22/04/2026	5185-1	195,23
RNJ2E33	AG08787164	22/04/2026	5622-2	88,38
HNV3773	AG08786750	22/04/2026	7633-1	293,47
UAS2E80	AG08787100	22/04/2026	5720-0	195,23
FCI0C37	AG08787202	22/04/2026	5550-0	130,16
OXD5056	AG08784939	22/04/2026	5452-2	195,23
TYH0H06	AG08787324	22/04/2026	6637-1	195,23
TYH0H06	AG08787325	22/04/2026	5010-0	880,41
RMH6C90	AG08787431	22/04/2026	5452-6	195,23
RMH6C90	AG08787432	22/04/2026	7293-0	130,16
GRK3G77	AG08787433	22/04/2026	6122-0	293,47
EIU3A74	AG08786067	22/04/2026	5550-0	130,16
OWZ6C62	AG08786222	23/04/2026	5185-1	195,23
OQT7E33	AG08786223	23/04/2026	5185-1	195,23
OMD2I70	AG08782350	23/04/2026	5185-1	195,23
OQY6239	AG08787446	23/04/2026	5541-2	195,23
NAI8J12	AG08782351	23/04/2026	5185-1	195,23
PXU1176	AG08787447	23/04/2026	5541-2	195,23
RMF2H83	AG08787448	23/04/2026	5541-2	195,23
RQR2D02	AG08787450	23/04/2026	5541-2	195,23
HLY9H39	AG08787454	23/04/2026	5541-2	195,23
CIL7489	AG08783394	23/04/2026	5550-0	130,16
BWV4D00	AG08783396	23/04/2026	5550-0	130,16
FGD7E20	AG08787456	23/04/2026	5541-2	195,23
UBO6F27	AG08780239	23/04/2026	5541-4	195,23
CXH2B11	AG08783397	23/04/2026	5550-0	130,16
TIR8C64	AG08786847	23/04/2026	5460-0	130,16
PUT6B62	AG08787457	23/04/2026	5541-2	195,23

PVI8J48	AG08786322	23/04/2026	5185-1	195,23
EKM3F48	AG08786753	23/04/2026	7633-1	293,47
TDX4I52	AG08786755	23/04/2026	6041-2	195,23
FOV7C40	AG08787169	23/04/2026	7633-1	293,47
HMN0673	AG08787204	23/04/2026	7633-2	293,47
FGM3I95	AG08787206	23/04/2026	5452-5	195,23
PZZ9897	AG08786883	23/04/2026	7633-1	293,47
GXF9860	AG08786884	23/04/2026	6327-0	195,23
GXF9860	AG08786885	23/04/2026	6068-1	195,23
BQR5D88	AG08784940	23/04/2026	5541-7	195,23
QUS4I04	AG08786306	23/04/2026	7633-1	293,47
RUA6F31	AG08786888	23/04/2026	7633-1	293,47
GIR9F59	AG08786681	23/04/2026	7625-1	293,47
RNN9F38	AG08786758	23/04/2026	5452-2	195,23
KRN1305	AG08781141	23/04/2026	5525-0	130,16
ELV4G15	AG08787436	23/04/2026	5541-2	195,23
SIX5I10	AG08787438	23/04/2026	5541-2	195,23
FFV0275	AG08787439	23/04/2026	5541-2	195,23
FAK9B51	AG08787440	23/04/2026	5541-2	195,23
LPJ8I85	AG08787522	23/04/2026	5541-2	195,23
QOB0500	AG08787523	23/04/2026	5541-2	195,23
KPT9J01	AG08787339	23/04/2026	6653-2	195,23
TKZ3E46	AG08787564	23/04/2026	5967-0	1467,35
TKZ3E46	AG08787565	23/04/2026	5720-0	195,23
TKZ3E46	AG08787566	23/04/2026	6637-1	195,23
TKZ3E46	AG08787567	23/04/2026	5835-0	195,23
TKZ3E46	AG08787568	23/04/2026	5215-1	293,47
RFW1A73	AG08787571	23/04/2026	6653-2	195,23
RFW1A73	AG08787572	23/04/2026	6602-0	293,47
QNS4E88	AG08787528	23/04/2026	5541-2	195,23
PZU3F56	AG08787529	23/04/2026	5541-2	195,23
PXP7G13	AG08787531	23/04/2026	5541-2	195,23
OWY3984	AG08787535	23/04/2026	5541-2	195,23
ORA9565	AG08787536	23/04/2026	5541-2	195,23
PYV3503	AG08787537	23/04/2026	5541-2	195,23
FES9E43	AG08787538	23/04/2026	5541-2	195,23
QPE1E64	AG08787540	23/04/2026	5541-2	195,23
TXI6J17	AG08787681	23/04/2026	5541-2	195,23
QXI3D47	AG08787682	23/04/2026	5541-2	195,23
TYN8C54	AG08787684	23/04/2026	5541-2	195,23
GBC5E41	AG08787686	23/04/2026	5541-2	195,23
DNA1196	AG08787561	24/04/2026	6530-0	195,23
DNA1196	AG08787562	24/04/2026	5185-2	195,23
GWH7611	AG08786848	24/04/2026	5550-0	130,16
BQR5D88	AG08786849	24/04/2026	5541-7	195,23
TDB9J41	AG08786852	24/04/2026	5550-0	130,16
RVM8C63	AG08787503	24/04/2026	5541-2	195,23
TCL9J65	AG08787505	24/04/2026	5541-2	195,23
HLO0A66	AG08787506	24/04/2026	5541-2	195,23
RVE5B76	AG08787507	24/04/2026	5541-2	195,23
SUC0H41	AG08787508	24/04/2026	5541-2	195,23
UBJ6J59	AG08786853	24/04/2026	7633-1	293,47
FDO2H78	AG08787510	24/04/2026	5541-2	195,23
PYG4739	AG08787511	24/04/2026	5541-2	195,23
HCF5A99	AG08787512	24/04/2026	5541-2	195,23
GYC7B40	AG08787170	24/04/2026	7633-1	293,47
GYC7B40	AG08787171	24/04/2026	6050-2	293,47
FGC4D29	AG08787172	24/04/2026	5991-0	293,47
CZC8E16	AG08787174	24/04/2026	5568-0	195,23
PVT9325	AG08787176	24/04/2026	7684-2	130,16
SIT9J86	AG08786759	24/04/2026	7633-1	293,47
PZW2471	AG08787177	24/04/2026	7633-1	293,47
SHV4F67	AG08787209	24/04/2026	5991-0	293,47
QPF8I82	AG08787180	24/04/2026	5550-0	130,16
HHF0765	AG08787641	24/04/2026	5550-0	130,16
PUY6259	AG08786310	24/04/2026	5452-2	195,23
DAP2I70	AG08785367	24/04/2026	5010-0	880,41
DAP2I70	AG08785368	24/04/2026	6599-2	293,47
TBZ4A76	AG08785470	24/04/2026	7340-0	130,16
RFM8H40	AG08786855	24/04/2026	5967-0	1467,35
HEM9B16	AG08787688	24/04/2026	5550-0	130,16
FTE2E34	AG08787689	24/04/2026	5550-0	130,16
TDQ9D80	AG08787690	24/04/2026	5541-7	195,23
PYT7113	AG08787692	24/04/2026	5185-1	195,23
UFC1F83	AG08787693	24/04/2026	5452-1	195,23
UFC1F83	AG08787694	24/04/2026	7293-0	130,16
FYQ6A28	AG08785397	25/04/2026	5010-0	880,41
FZT3C03	AG08787543	25/04/2026	7579-0	2934,70
TYY3F80	AG08787556	25/04/2026	7684-2	130,16
QUE1H06	AG08786231	25/04/2026	7633-1	293,47
GSA0084	AG08786324	25/04/2026	5452-1	195,23
QQV2194	AG08787644	25/04/2026	5541-1	195,23
RNX4H74	AG08787645	25/04/2026	7684-2	130,16
QQQ3734	AG08787646	25/04/2026	7633-1	293,47
GUY6J34	AG08786326	25/04/2026	5541-7	195,23
RNS4H67	AG08787648	25/04/2026	7684-2	130,16
SIP9F01	AG08787649	25/04/2026	7684-2	130,16

RTO6F96	AG08787650	25/04/2026	7684-2	130,16
BMW7B75	AG08787653	25/04/2026	7684-2	130,16
PYY4B38	AG08786685	25/04/2026	5452-6	195,23
RHQ5C70	AG08787721	25/04/2026	6530-0	195,23
EYX9J04	AG08787724	25/04/2026	6530-0	195,23
EYX9J04	AG08787725	25/04/2026	5185-1	195,23
TDN4I06	AG08787726	25/04/2026	5967-0	1467,35
DVX2J08	AG08785893	25/04/2026	5720-0	195,23
CHD5749	AG08785895	25/04/2026	7366-2	130,16
RNY6C39	AG08787784	25/04/2026	6653-2	195,23
RNY6C39	AG08787785	25/04/2026	6602-0	293,47
PYT6E62	AG08787786	25/04/2026	5967-0	1467,35
PYT6E62	AG08787787	25/04/2026	5720-0	195,23
PYT6E62	AG08787788	25/04/2026	5819-5	880,41
PYT6E62	AG08787789	25/04/2026	6050-1	293,47
FGC4D29	AG08787790	25/04/2026	5193-0	293,47
QUA9A31	AG08787733	25/04/2026	5878-0	130,16
EVM7I14	AG08787698	25/04/2026	5541-7	195,23
FPU3C74	AG08787700	25/04/2026	5541-7	195,23
EQO5821	AG08787843	25/04/2026	5541-7	195,23
PVE0D50	AG08787844	25/04/2026	5541-7	195,23
SDG1F62	AG08785100	25/04/2026	5541-2	195,23
PZC5B71	AG08786641	25/04/2026	5541-2	195,23
TXB6G83	AG08786642	25/04/2026	5541-2	195,23
PAD5A02	AG08786643	25/04/2026	5541-2	195,23
GBR2E51	AG08786646	25/04/2026	5541-2	195,23
FCT7B13	AG08787850	25/04/2026	5550-0	130,16
HFC3215	AG08787853	25/04/2026	5550-0	130,16
RTM7B16	AG08787855	25/04/2026	5550-0	130,16
TXC2D98	AG08787857	25/04/2026	5452-6	195,23
SIP6C60	AG08787858	25/04/2026	5452-6	195,23
TDG6B68	AG08787859	25/04/2026	5452-6	195,23
TCN5D66	AG08781142	26/04/2026	5460-0	130,16
TXC1J65	AG08782353	26/04/2026	5452-1	195,23
SHU4I87	AG08786857	26/04/2026	5991-0	293,47
UBJ2H36	AG08785637	26/04/2026	7340-0	130,16
PPS8J34	AG08786860	27/04/2026	7633-1	293,47
RNY4G58	AG08786711	27/04/2026	5541-4	195,23
GRE8D84	AG08787519	27/04/2026	5541-2	195,23
FZZ3040	AG08787520	27/04/2026	5541-2	195,23
GSW9012	AG08787623	27/04/2026	5541-2	195,23
QOT7J19	AG08787624	27/04/2026	5541-2	195,23
RFI9E95	AG08787800	27/04/2026	7633-2	293,47
TCJ7I82	AG08787625	27/04/2026	5541-2	195,23
HCM5587	AG08787626	27/04/2026	5541-2	195,23
HAR3I68	AG08787628	27/04/2026	5541-2	195,23
OLO2352	AG08787633	27/04/2026	5541-2	195,23
QOK5A77	AG08787634	27/04/2026	7633-2	293,47
EUQ4D13	AG08787635	27/04/2026	5541-2	195,23
CRM1H21	AG08787612	27/04/2026	5550-0	130,16
FFS1F58	AG08787804	27/04/2026	7633-2	293,47
QOV4889	AG08786314	27/04/2026	7633-1	293,47
LSD5A85	AG08786315	27/04/2026	7633-1	293,47
OWD6G93	AG08787654	27/04/2026	5550-0	130,16
TEC7A92	AG08787214	27/04/2026	5541-2	195,23
FOK4C30	AG08787219	27/04/2026	5541-2	195,23
PLC7C55	AG08787220	27/04/2026	5541-2	195,23
FKU9463	AG08787813	27/04/2026	6700-0	195,23
SVQ2C43	AG08787656	27/04/2026	7633-1	293,47
GFH8I97	AG08787921	27/04/2026	5541-2	195,23
QNX5575	AG08787922	27/04/2026	5541-2	195,23
BXD7F41	AG08787923	27/04/2026	5541-2	195,23
RML8A52	AG08787924	27/04/2026	5541-2	195,23
RMM8H43	AG08787925	27/04/2026	5541-2	195,23
PXU2738	AG08787926	27/04/2026	5541-2	195,23
TXG7C02	AG08787927	27/04/2026	5541-2	195,23
RFV8E03	AG08787929	27/04/2026	5541-2	195,23
GUD6400	AG08786328	27/04/2026	5185-1	195,23
HAM9H14	AG08787463	27/04/2026	5185-1	195,23
GAR8044	AG08786329	27/04/2026	5452-6	195,23
OPB6061	AG08787930	27/04/2026	5541-2	195,23
EJW1E94	AG08787931	27/04/2026	5541-2	195,23
OPW1471	AG08787932	27/04/2026	5541-2	195,23
PXG5D39	AG08787934	27/04/2026	5541-2	195,23
PWC1462	AG08787935	27/04/2026	5541-2	195,23
HLO0A66	AG08787936	27/04/2026	5541-2	195,23
DZE7H25	AG08787938	27/04/2026	5541-2	195,23
SHR3G05	AG08787940	27/04/2026	5541-2	195,23
GZQ7038	AG08787961	27/04/2026	5541-2	195,23
NYV4J61	AG08787815	27/04/2026	6041-2	195,23
RKU9H63	AG08786039	27/04/2026	6637-1	195,23
RKU9H63	AG08786040	27/04/2026	7340-0	130,16
SJF9A88	AG08787021	27/04/2026	6769-0	130,16
DOT6D98	AG08787023	27/04/2026	5193-0	293,47
HAM6G56	AG08787302	27/04/2026	6530-0	195,23
HAM6G56	AG08787303	27/04/2026	7358-0	130,16
UBJ2I19	AG08787304	27/04/2026	5878-0	130,16
HHF6A72	AG08784054	27/04/2026	5509-0	130,16
GBT4A89	AG08787983	27/04/2026	5541-7	195,23

PVY0399	AG08787984	27/04/2026	5541-7	195,23
QUM0858	AG08787985	27/04/2026	5541-7	195,23
RTO3A26	AG08787986	27/04/2026	5541-7	195,23
GEB0B39	AG08787987	27/04/2026	5541-7	195,23
HDV6B39	AG08787988	27/04/2026	5541-7	195,23
FHK8G97	AG08787991	27/04/2026	5550-0	130,16
TYN5G39	AG08787992	27/04/2026	5550-0	130,16
QNX3C18	AG08787993	27/04/2026	5550-0	130,16
PUN5465	AG08787994	27/04/2026	5550-0	130,16
OWW7401	AG08787997	27/04/2026	5550-0	130,16
RMM1F90	AG08787998	27/04/2026	6122-0	293,47
SYC0H42	AG08788000	27/04/2026	6122-0	293,47
PVT0H04	AG08788061	27/04/2026	5185-1	195,23
RJO8C79	AG08788063	27/04/2026	6122-0	293,47
TJL4I78	AG08788065	27/04/2026	7323-2	130,16
HWH4A73	AG08786332	27/04/2026	5452-1	195,23

Tipo de documento: NIP - Data da geração: 20 de agosto de 2026 - Total de registros: 4450

MARCIO ELI BARBOSA JUNIOR
Autoridade De Transito

Publicado por:
Leonardo Oliveira da Silva
Código Identificador:210A6B46

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO

REFERÊNCIA: TERMO DE APOSTILAMENTO Contrato nº 090/2026 - Processo Licitatório nº 3738/2026 - LOCALL PRINT LOCAÇÕES, CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA,

Pelo presente instrumento, O **MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES** , inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.314.609/0001-09, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário Municipal do Administração por seu titular ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA**,** tendo em vista a alteração preterida no apostilamento não constitui alteração ideológica do Contrato, por não lhe transformar a substância, nem lhe afetar o equilíbrio econômico-financeiro, mas tão somente para confirmar o seu sentido e conteúdo e considerando que a lei não considera alteração contratual tal correção, facultando a **INCLUSÃO DE FICHA/DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E QUANTITATIVOS** por apostilamento, celebra-se o presente instrumento em conformidade com o disposto no artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações subsequentes, para que se faça constar:

Os quantitativos que serão apostilados conforme o quadro abaixo:

ITEM	UNID	QUANT	SERVIÇOS	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	und	18	216	LOCAÇÃO DESKTOP 256 GB: DESKTOP II 2 ,0000 599.184,00 Thinkcentre M75q - GEN 5 Ryzen PRO 3 MEMÓRIA 8 GB, armazenamento 256 GB, Monitor 23,8", Mouse, Teclado, Licenciamento Windows 11 pro e pacote Officer	LOCALL PRINT LOCAÇÕES, CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA,	R$ 2 ,00	R$ 47.304,00
2	und	13	156	LOCAÇÃO DESKTOP 16 GB: DESKTOP III 249,0000 412.344,00 Thinkcentre M75q - GEN 5 Ryzen PRO 7 MEMÓRIA 16 GB, armazenamento 512 GB, Monitor 23,8", Mouse, Teclado, Licenciamento Windows 11 pro e pacote Officer	LOCALL PRINT LOCAÇÕES, CONSULTORIAS E SERVIÇOS LTDA,	R$ 249,00	R$ 38.844,00
Total: R$ 86.148,00							

As Dotações Orçamentárias necessárias à execução do referido Contrato são:
Dotação: 06.001.04.122.0101.2028.3.3.90.40 Gabinete Secretaria Municipal de Administração - Serviços de Tecnologia da Informação – Ficha 130 - Fonte 1.500.0000.000.

Ficam apostiladas as modificações de ordem material acima descritas, mantidas as demais cláusulas constantes no Contrato e aditivo (s) posterior (es).

Assim, assina o presente instrumento para que se produzam os seus efeitos legais, extraindo-se as cópias necessárias para documento e controle, fazendo-se publicar na forma da Lei.

Ribeirão das Neves, em 24 de agosto de 2026.

ALEX DE ALMEIDA FERREIRA SILVA /
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Lorrayne Kate Palhares de Sousa
Código Identificador:89DEB82B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
EXTRATO DO TERMO DE REAJUSTE CONTRATUAL - PREGÃO Nº 60/2022

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. **Extrato do Termo de Reajuste Contratual.** Pregão Presencial nº 060/2022, Processo nº 544/2022, Contrato Administrativo nº 004/2023. **Objeto do Processo**: Contratação de empresa objetivando prestação de serviço de processamento das autuações e recursos de trânsito, com a utilização de sistema informatizado (software), com interface compatível com o banco de dados da PRODEMG (atual mantenedora do DETRAN – MG), nos termos do código de trânsito brasileiro, e as determinações dos órgãos superiores de trânsito, sobre as infrações identificadas pelos guardas municipais e policiais militares, em talões manuais e eletrônicos, pelos equipamentos de fiscalização eletrônica e demais funções atribuídas à autoridade de trânsito municipal, e disponibilização de sistema de talonário eletrônico de multa e sistema de fiscalização eletrônica por medidores de velocidade, conforme memorial descritivo anexo ao edital, pelo período de 12 meses. **Reajuste de Preços:** Nos termos do o artigo 65, § 8º c/c artigo 40, inciso XI da Lei de Licitação nº 8.666/93, fica estabelecido o reajuste de **3,16137%,** tendo como indexador o IGP-M acumulado dentre do período de Julho/2025 a Junho/2026, alteram-se os valores dos serviços por intermédio do Contrato nº 004/2023 firmados mediante o Pregão Presencial nº 060/2022, em razão do Reajuste de Preços, ficando da seguinte forma:

Lote	Item	Cód.	Descrição Parcial	QT. Restante	Valor Unitário	Valor Unitário Reajustado	Reajuste Total do Item
1	2	63241	Processamento NAI e NIP sem foto	6.900	R$ 9,49	R$ 9,79	R$ 2.070,00
1	3	63242	Processamento NAI e NIP com foto	6850	R$ 9,50	R$ 9,80	R$ 2.055,00
1	4	63243	Servidor do Sistema	6	R$ 983,89	R$ 1.014,99	R$ 186,60
1	5	63244	Suporte Técnico	6	R$ 4.502,36	R$ 4.644,70	R$ 854,04
1	6	63245	Aplicativo consulta em web site	6	R$ 6.138,60	R$ 6.332,66	R$ 1.164,36
2	7	63246	Talonário Eletrônico	36	R$ 684,44	R$ 706,08	R$ 779,04
3	8	63247	Medidores Velocidade Tipo Fixo	14	R$ 3.626,41	R$ 3.741,05	R$ 1.604,96
3	1	62781	Sistema para Ações Criminais	12	R$ 828,89	R$ 855,09	R$ 314,40
Valor Total do Reajuste no Contrato 004/2023						R$ 9.028,40	

O valor total do reajuste de preços está estimado em R$ 9.028,40 (nove mil, vinte e oito reais e quarenta) de acréscimos ao valor do Contrato nº 004/2023.

Em favor da contratada: **GCT – GERENCIAMENTO E CONTROLE DE TRÂNSITO S/A**.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso/MG. O presente reajuste de preços passa a vigorar a partir de 31 de Julho de 2026.

JOÃO PAULO ALVES BUENO
Secretário Municipal de Segurança Pública, Trânsito, Transporte e Defesa Civil
Órgão Gerenciador do Contrato

São Sebastião do Paraíso-MG, 31 de Julho de 2026.

Publicado por:
Helcio Ribeiro de Andrade Filho
Código Identificador:6DA5E99B

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBUÍ
RESULTADO PRELIMINAR - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PNAB Nº 001/2026

RESULTADO PRELIMINAR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PNAB Nº 001/2026

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

A Comissão de Seleção torna público o resultado preliminar da análise de mérito e da conferência documental dos projetos inscritos. Nos termos do Edital, os projetos com nota inferior a 50,00 pontos são desclassificados. Entre os projetos com nota igual ou superior a 50,00 pontos, a maior nota de cada categoria é indicada como CLASSIFICADA e as demais como SUPLENTES, observada a situação documental de cada inscrição.
REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL NO PRAZO RECURSAL. Os proponentes identificados como "condicionados" mantêm, provisoriamente, a posição obtida (classificado ou suplente), mas deverão apresentar os documentos indicados na tabela no mesmo prazo destinado aos recursos. A regularização é admitida como diligência para saneamento das falhas documentais apontadas e não permite alterar o projeto, o objeto ou a pontuação de mérito. A falta de envio, o envio fora do prazo ou a permanência da irregularidade acarretará a desclassificação/inabilitação no resultado final.

Prazo	3 dias úteis, contados a partir da publicação deste resultado preliminar atualizado.
E-mail	culturacambui@gmail.com
Assunto	RECURSO - EDITAL PNAB Nº 001/2026 - NOME DO PROPONENTE
Forma de envio	Anexar documentos legíveis, preferencialmente em PDF, e indicar no corpo da mensagem o nome do projeto, a categoria e que se trata de regularização documental/recurso.
Efeito	A posição atual somente será mantida no resultado final se a pendência for regularizada e aceita pela Comissão dentro do prazo.

CLASSIFICAÇÃO E SITUAÇÃO DOCUMENTAL

Nº	Categoria	Proponente	Projeto	Nota	Resultado	Condição / providência
1	Projeto Cultural Afro-	-	*Não houve inscritos.*	-	**Sem inscritos**	-

	Brasileiro					
2	Contação de Histórias e Patrimônio	-	*Não houve inscritos.*	-	**Sem inscritos**	-
3	Documentário	Ana Flávia Lambert Cézar	Doce Memória	**103,00**	**Classificado - condicionado**	Apresentar, declaração da titular do comprovante de residência e documento de identificação da declarante.
3	Documentário	Cássio José de Oliveira Silva	As Flores da Escola: Memórias da Educação em Cambuí	100,00	**Suplente - condicionado**	Apresentar, declaração da titular do comprovante de residência e documento de identificação da declarante.
3	Documentário	Everton Aparecido de Melo	Do Céu às Raízes: Os Patrimônios de Cambuí Vistos do Alto	95,00	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
3	Documentário	Vinícius Nunes Carlos	Ecos da Mantiqueira – A Cena Musical de Cambuí	90,00	**Suplente - condicionado**	Apresentar, declaração da titular do comprovante de residência e documento de identificação da declarante.
3	Documentário	Marcus Vinícius Silviano Raio	O que você quer ser quando crescer?	88,75	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
3	Documentário	Marcelo Eduardo dos Reis	Canções de Cambuí – Retratos da Música Autoral	82,50	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
3	Documentário	Ismael Gleison de Queiroz Dias	O Retorno de Kambu'i	75,00	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
3	Documentário	Juarez Salvador Jr	Documentário Futebol Cambuí	60,00	**Suplente - condicionado**	Apresentar documento idôneo complementar que elimine a dúvida e comprove residência/vínculo em Cambuí pelo período mínimo de 2 anos.
3	Documentário	João Paulo de Oliveira Lima	O Verdadeiro Carnaval Cambuiense	58,75	**Suplente - condicionado**	Apresentar documento idôneo complementar que comprove residência/vínculo em Cambuí pelo período mínimo de 2 anos.
4	Feira de Artesanato	Aline Porfírio Marques Silva	FeirArte – Feira de Artesanato	**90,00**	**Classificado - condicionado**	Apresentar CND Municipal válida e, declaração da titular dos comprovantes de residência e sua identificação.
4	Feira de Artesanato	Maria de Lourdes Gomes da Silva	3ª Feira Afrocambuiense	75,50	**Suplente - condicionado**	Apresentar documento idôneo que comprove residência/vínculo em Cambuí há pelo menos 2 anos e declaração de cota devidamente assinada.
4	Feira de Artesanato	Marco Antônio Rosa	Feira & Vivência de Artesanato Identitário da Capoeira de Cambuí	0,00	**Desclassificado**	Nota inferior à mínima de 50,00 pontos (0.00). RG/CNH ausente; CND Estadual ausente; CND Municipal de terceiro; residência não comprovada.
5	Oficina de Escrita	-	*Não houve inscritos.*	-	**Sem inscritos**	-
6	Exposição Fotográfica	-	*Não houve inscritos.*	-	**Sem inscritos**	-
7	Festival Cultural da Periferia	Donatto Marques Pereira Bueno	Festival Arte, Música e Alegria	**100,00**	**Classificado**	Documentação regular para esta etapa.
7	Festival Cultural da Periferia	Eriberto Aparecido dos Santos Silva	Festival Cultural da Periferia – 1ª Edição	98,75	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
7	Festival Cultural da Periferia	Rodrigo Santos de Andrade	Festival Cultura para Todos – 2ª Edição	95,00	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
7	Festival Cultural da Periferia	Josué dos Santos Ferreira	CARAPUÇA ROCK – 2ª EDIÇÃO | Rio do Peixe em Cena	73,75	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
7	Festival Cultural da Periferia	Diego Carvalho de Rezende	Painel de Graffiti	7,50	**Desclassificado**	Nota inferior à mínima de 50,00 pontos (7.50).
8	Oficina de Dança	-	*Não houve inscritos.*	-	**Sem inscritos**	-
9	Oficina de Quadrinhos	Willian Douglas Pereira	Oficina de Produção de Fanzines	**100,00**	**Classificado - condicionado**	Apresentar declaração do titular que informe expressamente a residência do proponente pelo período mínimo de 2 anos, acompanhada da identificação do declarante.
9	Oficina de Quadrinhos	João Carlos da Fonseca	Confecção de Quadros Decorativos	8,75	**Desclassificado**	Nota inferior à mínima de 50,00 pontos (8.75).
10	Apresentações Artísticas	Jonathan da Silva Dias	Show com Jonathan Dias e Banda	**100,00**	**Classificado**	Documentação regular para esta etapa.
10	Apresentações Artísticas	Ivo de Jesus Alves do Carmo	Banda Radin – A Música Brasileira nas Ondas do Rádio	**100,00**	**Classificado**	Documentação regular para esta etapa.
10	Apresentações Artísticas	Luciana Santos Nervegna	Minha Gerais: Uma Homenagem ao Clube da Esquina	98,00	**Classificado**	Documentação regular para esta etapa.
10	Apresentações Artísticas	Júlio César Maia de Carvalho	O Melhor do Rock Nacional com a Banda Waterbox	95,00	**Classificado - condicionado**	Apresentar documento idôneo complementar que comprove residência/vínculo em Cambuí pelo período mínimo de 2 anos.
11	Oficina de Caixeiras	-	*Não houve inscritos.*	-	**Sem inscritos**	-
12	Teatro	-	*Não houve inscritos.*	-	**Sem inscritos**	-
13	Festival de Curtas	-	*Não houve inscritos.*	-	**Sem inscritos**	-
14	Festival Literário	Virgínia Stela Bueno Lambert	Festival Literário – Leituras de Mundo	**103,00**	**Classificado**	Documentação regular para esta etapa.
14	Festival Literário	Luana Porfírio Marques Silva	Festival Literário de Cambuí – Vozes de Cambuí	99,25	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
14	Festival Literário	Joseane Talita Ferreira Lambert	FLIC – Festival Literário de Cambuí	86,75	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
15	Lançamento de Livro	João Eiras Batista Sobrinho	Histórias e Causos – Coletânea	**103,00**	**Classificado (empate)** Classificado após aplicação dos critérios de desempate previstos no item 14.15 do Edital, considerando-se, após a persistência do empate nos critérios anteriores, a maior idade do proponente.	Documentação regular para esta etapa.
15	Lançamento de Livro	José Hamilton Lambert	Livro de Memórias sobre Cambuí e Arredores	**103,00**	**Suplente (empate)** Suplente após aplicação dos critérios de desempate previstos no item 14.15 do Edital, tendo prevalecido a maior idade do proponente classificado.	Documentação regular para esta etapa.
15	Lançamento de Livro	Ricardo Michilizzi Junior	Uma Noite Sob Estrelas Vivas	67,05	**Suplente**	Documentação regular para esta etapa.
15	Lançamento de Livro	Corina Padilha Magalhães	A Banda dos Três Porquinhos e o Convidado Inusitado	44,25	**Desclassificado**	Nota inferior à mínima de 50,00 pontos (44.25). CND Estadual positiva. Comprovação de residência de 2 anos não apresentada.
15	Lançamento de Livro	Luciana Pereira dos Reis	A Menina que Pintava Jardins Nativos	36,75	**Desclassificado**	Nota inferior à mínima de 50,00 pontos (36.75).

Observações: (1) certidão municipal com a informação "CPF não consta nos cadastros municipais" não foi equiparada a CND positiva nesta etapa; (2) os empates permanecem sujeitos aos critérios de desempate do Edital; (3) a classificação poderá ser alterada após recursos e regularizações.

Cambuí/MG, ____ de _____ de 2026.

_____ Membro da Comissão de Seleção	_____ Membro da Comissão de Seleção	_____ Membro da Comissão de Seleção

Publicado por:
Fabiana de Paula Liz
Código Identificador:ACFA66CC

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MARIA DA FÉ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº159/2026

O Município de Maria da Fé/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.025.957/001-58, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº60, bairro Centro, na cidade de Maria da Fé/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adilson dos Santos**, portador da matrícula funcional nº C 2382, inscrito no CPF n.º451.134326-87, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA -,** inscrita no CNPJ sob n. 54.322.844/0001-88, sediada na Rua 434, nº1603, bairro Morretes, na cidade de Itapema/SC, neste ato representada pelo Sr. **Rodrigo Goulart Luchtemberg**, brasileiro, CPF nº 957.XXX.XXX-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, celebram este contrato, regido pelas cláusulas e condições que seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo CONTRATANTE através do Processo nº120/2026, Pregão Eletrônico nº040/2026, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de Lavadora Ultrasonica para Estruturação do Bloco Cirúrgico do Hospital Municipal Ferraz e Torres, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, tudo em conformidade com o Termo de Referência, ETP e DFD, anexos a este Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

3.1. A entrega deverá ser mediante ordem de fornecimento no horário e local indicados na ordem.
3.2. O fornecimento será feito de somente mediante a apresentação da Ordem de Fornecimento, devidamente datada e assinada pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Maria da Fé, devendo constar da mesma a descrição de cada produto.
3.3. O fornecedor deverá entregar os produtos solicitados em até 10 (dez) dias após o envio da ordem de compras, nos locais determinados pela Prefeitura, não sendo permitido que se forme carga para a entrega do material solicitado.
3.4. O objeto deverá executado de acordo com previsto no edital, termo de referência e na proposta vencedora da licitação.
3.5. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como prazo inicial dia 20 de agosto de 2026 e prazo final dia 20 de agosto de 2027.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. A CONTRATADA fará jus ao recebimento do valor correspondente R$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme tabela abaixo:

Número	Descrição	Marca	Unid.	Qtd.	Vlr Unit.	Vlr Desc.	Vlr Total
12	Lavadora Ultrassônica Hospitalar Lavadora Ultrassônica Hospitalar – Equipamento destinado à limpeza de instrumentais médico-hospitalares por ultrassom, com capacidade total de 30 litros. Cuba com dimensões internas aproximadas de 570 mm de largura x 380 mm de profundidade x 140 mm de altura. Potência de ultrassom de 840 W, frequência de operação de 40 kHz, display tipo Big Number 20 x 4 para visualização dos parâmetros de funcionamento. Controle de aquecimento com temperatura ajustável de até 65 °C e controle do tempo de limpeza programável de até 120 minutos. Controlador microprocessado dedicado, com memória para armazenamento de até 5 ciclos de limpeza programáveis. Gabinete, cuba e cesto confeccionados em aço inoxidável AISI 304, proporcionando alta resistência à corrosão e durabilidade. Sistema de abastecimento de água automático e sistema de escoamento automático, garantindo praticidade e eficiência na operação. Equipamento compatível com uso hospitalar e processos de limpeza de instrumentais cirúrgicos.	ALT - CLEAN30IA	-	1,0000	20.000,0000	-	20.000,00

4.2 A lavadora ultrassônica deverá atender integralmente às especificações mínimas constantes no Termo de Referência.
Todos os equipamentos deverão ser fornecidos acompanhados de:
•Manual de operação em língua portuguesa;
•Certificado de garantia do fabricante;
•Termo de garantia;
•Nota fiscal;
•Identificação do fabricante;
•Número de série, quando aplicável.
.O equipamento deverá atender às normas da ANVISA aplicáveis ao processamento de produtos para saúde, bem como às normas técnicas da ABNT e demais regulamentações vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado conforme ordem de compra enviados pelo departamento de Compras desta Prefeitura.
5.2. Nenhum pagamento será efetuado ao Fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).
O pagamento será efetuado após o fornecimento dos produtos/serviços, objeto deste Contrato, mediante emissão de Nota Fiscal pelo Fornecedor, em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias, devidamente certificada pelo setor competente deste Município, onde deverão constar os dados bancários referidos na proposta, e a tramitação do processo para instrução e liquidação, no prazo de até 10 (dez) dias uteis.
5.4. Emitir Nota Fiscal a cada serviço, que deverá ser entregue à unidade requisitante, para procedimentos de praxe, devendo constar os dados bancários da empresa e considerar como razão social da Prefeitura: Município de Maria da Fé;

CLÁUSULA SEXTA – RECURSO FINANCEIRO

6.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

4.4.90.52.00.2.09.01.10.301.0015.2.0046- 1.500.000 – Desenvolvimento do Serviço de Saúde.

CLÁUSULA SÉTIMA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.
7.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.
7.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.
7.4. Dentro do prazo previsto no item 9.3., o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.
7.5. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.
7.6. Será considerado preço de mercado os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado item.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
b) Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.
c) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
d) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
e) Designar servidor pertencente ao quadro para ser responsável pela conferencia e recebimento do objeto deste contrato.
f) De acordo com a legislação, o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
g) Responsabilizar-se pela perfeita qualidade dos produtos fornecidos, sempre observando as normas técnicas exigidas para os produtos.
h) Substituir imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, os combustíveis em que se verificarem, adulterações ou incorreções, quando for o caso;

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:
9.2. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e Anexos e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta.
9.3. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.
9.4. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
9.6. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários ao CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado.
9.8. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, os serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.
9.9. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.
9.10. Após a lavratura do contrato, a cada fornecimento, a conferência do preço unitário a ser pago, devendo o mesmo ser o constante das propostas apresentadas, de acordo com o valor oferecido.
9.11. A Administração monitorará, pelo menos semanalmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS TRIBUTOS

10.1 - Os tributos e demais encargos fiscais que sejam devidos em razão deste contrato, ou de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade do Contribuinte correspondente, conforme definido na legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO VÍNCULO

11.1 - As partes contratantes não mantêm, uma com a outra, qualquer vínculo de representação ou mandato. Nenhuma das partes terá qualquer direito, poder ou autoridade para celebrar qualquer acordo no lugar ou em nome da outra, nem ainda para vincular essa outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
12.1. A gestão do contrato ficará a cargo do Sr. William Daniel Marqueis Pereira.
12.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s).
12.3. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

13.1. A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:
13.1.1 Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
13.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.
13.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:
13.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
13.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.
13.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO

14.1 As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.
14.2. A extinção do contrato poderá ser:
14.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.
14.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Cristina, Minas Gerais, para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Maria da Fé, MG, 20 de agosto de 2026.

Prefeito Do Município De Maria Da Fé/MG
Contratante

ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA
Contratada

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Carlos Alberto Lemes
Código Identificador:A9AACB67

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO Nº: 151/2025 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 95/2025

Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços

Processo nº: 151/2025
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 95/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E AFINS PARA ATENDER AS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO-MG, inscrita no CNPJ sob o nº **18.468.033/0001-26**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Gustavo Tambelini Brasileiro.

CONTRATADA: NOVA ERA COMERCIO DE MADEIRAS, inscrita no CNPJ **42.410.965/0001-00**.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS

1.1 – O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por mais **129 (Cento e vinte e nove) dias**, condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 permanecendo disponíveis para futuras contratações apenas os quantitativos remanescentes do saldo da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1 – Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços firmada, tendo início em **25 de agosto de 2026** e término em **31 de dezembro de 2026.**

CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR

3.1 – O valor correspondente aos quantitativos remanescentes da Ata de Registro de Preços é demonstrado conforme tabela abaixo:

Fornecedor: 016092 - NOVA ERA COMERCIO DE MADEIRAS LTDA								
Item	Especificação	Un	Marca	Qtde Registrada	Qtde utilizada	Qtde remanescente	Valor Unit.	Valor Total
1	ALIZAR/ GUARNICAO/ VISTA LISA EM MADEIRA MACICA PARA PORTA E 1CM L 5CM. PINUS/ EUCALIPTO/ VIROLA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	MT	PROPRIA	5300	2239,00	3061,00	4,3500	13.315,35
13	CHAPA/ PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA. MADEIRITE RESINADO ROSA PARA FORMA DE CONCRETO. E 8 A 12MM CHAPA DE 2200 X 1100MM	UN	CENTRAL SU	500	370,00	130,00	49,5000	6.435,00
21	MADEIRA ROLICA TRATADA C 16 A 20 CM. H 6.00 M EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO.	MT	ECOLIPTUS	1200	330,00	870,00	48,3300	42.047,10
22	MADEIRA ROLICA TRATADA D 12 A 15CM. H 3.00 M. EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO	MT	ECOLIPTUS	2250	961,00	1289,00	25,0000	32.225,00
23	MADEIRA ROLICA TRATADA D 25 A 29 CM. H 6.5 M. EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO.	MT	ECOLIPTUS	488	70,00	418,00	110,0000	45.980,00
24	MADEIRA ROLICA TRATADA D 25 A 29CM. H 6.5M. EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO.	MT	ECOLIPTUS	162	85,00	77,00	130,0000	10.010,00
25	MADEIRA ROLICA TRATADA D 30 A 34 CM. H 6.5 M . EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO	MT	ECOLIPTUS	162	92,00	70,00	172,3000	12.061,00
26	MADEIRA ROLICA TRATADA D 30 A34 CM. H 6.5 M. EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO	MT	ECOLIPTUS	488	98,00	390,00	172,3000	67.197,00
27	MADEIRA ROLICA TRATADA. D 12 A 15CM. H 3.00 M EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE.	MT	ECOLIPTUS	750	309,00	441,00	25,0000	11.025,00
30	MOURAO ROLICO DE MADEIRA DIAMETRO 8 A 11 CM ALTURA 2.20 M TIPO EUCALIPTO TRATADO	MT	PROPRIA	4400	921,00	3479,00	6,4500	22.439,55
34	PILAR QUADRADO NAO APARELHADO 20 X 20 CM EM MACARANDUBA MASSARANDUBA ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO. BRUTA.	MT	PROPRIA	225	215,00	10,00	210,0000	2.100,00
45	RIPA APARELHADA 1.5 X 5 CM EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA. ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO. BRUTA	UN	PROPRIA	5000	2378,00	2622,00	3,5000	9.177,00
46	RIPA NAO APARELHADA. 1.5 X 5 CM. EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO. BRUTA	MT	PROPRIA	10000	1292,30	8707,70	3,2500	28.300,02
47	SARRAFO NAO APARELHADO 2.5 X 5 CM EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA. ANGELIM PEROBA ROSA OU EQUIVALENTE DA REGIAO. BRUTA	MT	PROPRIA	5000	1809,20	3190,80	3,8500	12.284,58
48	SARRAFO NAO APARELHADO 2.5 X 7CM EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO BRUTA	MT	PROPRIA	5000	1800,00	3200,00	6,0000	19.200,00
49	SARRAFO TIPO MADEIRA MACARANDUBA/MASSARANDUBA/ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO/BRUTA ACABAMENTO NAO APARELHADO MEDIDAS 2.5 X 10 CM	MT	PROPRIA	5000	239,00	4761,00	7,9000	37.611,90
50	SARRAFO TIPO MADEIRA PINUS MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO/BRUTA MEDIDAS 2.5 X 10 CM	MT	PROPRIA	10000	4214,00	5786,00	3,6500	21.118,90
55	TABUA DE MADEIRA ESPECIE PINUS/MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO DIMENSOES 2.5 X 15 CM	MT	PROPRIA	3000	2913,00	87,00	5,2000	452,40
59	VIGAS DE MADEIRA MEDIDAS 6 X 12 CM TIPO DA MADEIRA MACARANDUBA/MASSARANDUBA/ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO ACABAMENTO NAO APARELHADA	MT	PROPRIA	1000	975,00	25,00	23,1000	577,50
60	VIGAS DE MADEIRA MEDIDAS 6 X 16 CM TIPO DA MADEIRA MACARANDUBA/MASSARANDUBA/ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO ACABAMENTO NAO APARELHADA	MT	PROPRIA	1000	970,00	30,00	32,2500	967,50
Valor dos itens R$ 394.524,80								

3.2 – Permanecem inalterados os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3 – A presente prorrogação alcança exclusivamente os quantitativos remanescentes existentes na Ata na data da prorrogação.

3.4 – O valor correspondente aos quantitativos remanescentes da Ata de Registro de Preços é de R$ 394.524,80 (trezentos e noventa e quatro mil e quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos), produzindo efeitos a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 – Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 – Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste termo aditivo nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

E assim, por estarem justos e pactuados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que possa surtir seus legais e jurídicos efeitos.

Patrocínio/MG, 21 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
Contratante

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:99564FE2

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO Nº: 107/2025 MODALIDADE: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS EDITAL Nº: 63/2025

PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Processo nº: 107/2025
Modalidade: Pregão – Registro de Preços
Edital nº: 63/2025
Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO/MG.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Patrocínio-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Gustavo Tambelini Brasileiro.

CONTRATADO: RZN COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ **59.058.520/0001-06.**

Cláusula Primeira - Dos Fundamentos

1.1 - O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por mais **12 (doze) meses**, condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 permanecendo disponíveis para futuras contratações apenas os quantitativos remanescentes do saldo da Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.2 - Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços firmada, tendo início em **26 de agosto de 2026 e término em 26 de agosto de 2027.**

CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR
3.1 - O valor correspondente aos quantitativos remanescentes da Ata de Registro de Preços é demonstrado conforme tabela abaixo:

Item	Quant.remanescente	UN	Descrição	Marca	Valor Lance	Total Lance
28	15	UN	PELICULA NAO RETRORREFLETIVA TIPO IV NBR 14.644 2013 NA COR PRETA EM BOBINAS DE 28.334 M² COM 62 CM DE LARGURA E 45.7 CM DE COMPRIMENTO	RZN SINALI	250,00	R$ 3.750

3.2-Permanecem inalterados os valores unitários registrados na Ata de Registro de Preços.
3.3-A presente prorrogação alcança exclusivamente os quantitativos remanescentes existentes na Ata na data da prorrogação.
3.4- O valor correspondente aos quantitativos remanescentes da Ata de Registro de Preços é de R$ 3.750,00(três mil e setecentos e cinquenta reais), produzindo efeitos a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste termo aditivo nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.
As demais cláusulas contratuais continuam inalteradas.

E assim, por estarem justos e pactuados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas para que possa surtir seus legais e jurídicos efeitos.

Patrocínio-MG, 20 de agosto de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO
Contratante

Publicado por:
Paula Cristina Martins Silva de Oliveira
Código Identificador:6624BB4A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÁS DE AQUINO
LEI Nº. 1.455 DE 24 DE AGOSTO DE 2026

"AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de São Tomás de Aquino, Estado de Minas Gerais, faz saber que, a Câmara Municipal aprovou, e ele, sancionou e promulgou a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pela modalidade licitatória de leilão,sob a égide da Lei Federal nº. 14.133/21, osbensmóveismunicipaisinservíveisdescritos no Anexo Único desta Lei.

§1º. - Para efeitos desta Lei são bens inservíveis aqueles considerados pela comissão de patrimônio como sendo, irrecuperáveis, ociosos e antieconômicos.

§2º. – Aalienação dos bens móveisinservíveisobservará o valor mínimo estabelecido pela Comissão nomeada para Constatação e Alienação de BensMóveisInservíveis.

§3º. - O certame licitatório em causa será promovido por servidor municipal qualificado, ou por leiloeiro credenciado pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

§4º. - Sendo realizado por leiloeiro credenciado, este receberá como forma de remuneração a taxa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total apurado.

§5º. - Os leilões para a alienação dos bens inservíveis serão realizados duas vezes por exercício, ou quantas vezes a situação exigir.

§6º. A autorização do*caput*deste artigo abrange tão somente os bens contidosno Anexo Único, que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º. Os bens descritos no Anexo Único da presente Lei foram avaliados por uma Comissão de Constatação e Avaliação deBens MóveisInservíveis, nomeada pelaPortaria nº.38,de04deagostode 2026, autorizada pelo Poder Executivo Municipal.

Art.4º. Não acudindo interessados ao leilão, a Administração deverá reexaminar todo o procedimento, com o objetivo de detectar as razões de desinteresse, especialmente no tocante às avaliações e à divulgação, podendo adotar outras formas, nas tentativas subsequentes para a alienação dosbens móveis inservíveis, em função do que for apurado sobre as condições do certame anterior.

Art.5º. Além das disposições contidas nesta Lei, o leilão de que trataesta Leiserá realizado em conformidade com as normas legais aplicáveis, especialmente as da Lei Federal nº.14.133/21e suas alterações.

Art. 6º. O produto da arrecadação com a alienação dos bens, na forma dos parágrafos anteriores, será necessariamente aplicado em investimentos públicos, caracterizados como despesas de capital, conforme disposto do art. 44 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 6º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Tomás de Aquino, 24deagosto de 2026.

DANIEL FERREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO –PROJETO DE LEINº_____/2026
DESCRIÇÃO DOS BENS

ITEM	VEICULO/MODELO	ANO	PLACA	PATRIMONIO	VALOR	SITUAÇÃO/PROBLEMA
1	UNO MILLE/FIAT ECONO	2010	**HMH-6537**	1406	R$ 8.000,00	PLENO FUNCIONAMENTO
2	UNO MILLE/FIAT	2006	**HMG-6360**	1071	R$ 1.000,00	SUCATA
3	IVECO CITYCLASS	2013	**OWQ-0679**	546	R$ 70.000,00	AVARIA SISTEMA DE FREIOS
4	VAN SPRINTER	2006	**HMG-8638**	4262	R$ 25.000,00	AVARIA NA CENTRALINA ELETRONICA
5	LOGAN/ RENAULT	2018	**QPI-4597**	5432	R$ 20.000,00	PLENO FUNCIONAMENTO
6	FIORINO/ FIAT	2009	**HLF-1402**	1063	R$ 500,00	SUCATA
7	DUCATO MINIBUS/ FIAT	2013	**OWK-1883**	2782	R$ 2.000,00	SUCATA
8	MOTO NIVELADORA/CASE 845	2010	**PAT-R02**	4273	R$ 80.000,00	SUCATA
9	KOMBI/ VOLKSWAGEM	2009	**HLF-0712**	4261	R$ 700,00	SUCATA
10	VAN MERCEDES BENZ sptrinter	2001	**HMM-5678**	1056	R$ 500,00	SUCATA
11	KOMBI/ VOLKSWAGEM	2011	**HLF-5483**	4264	R$ 500,00	SUCATA
12	TRATOR VALTRA	1998	**VAL-6853**	4333	R$ 5.000,00	SUCATA
13	DUCATO MINIBUS/ FIAT	2011	**HLF-3218**	160	R$ 20.000,00	AVARIA UNIDADE DE POTENCIA
14	NEO BUS MARCOPOLO	2010	**HLF-4610**	1065	R$ 25.000,00	AVARIA UNIDADE DE POTENCIA
15	ONIBUS IVECO	2018	**QOO-1981**	5245	R$ 50.000,00	AVARIA EMBREAGEM
16	PA CARREGAD EIRA W20B CASE	1989	**PA0-1**	765	R$ 20.000,00	AVARIA UNIDADE DE POTENCIA
17	KOMBI/ VOLKWAGEM	2007	**HMN-7511**	623	R$ 1.000,00	SUCATA
18	RETROESCAVADEIRA/ RANDON	2010	**RET-02**	4276	R$ 20.000,00	AVARIA SISTEMA HIDRAULICO E UNIDADE DE POTENCIA
19	KOMBI/VOLKSWAGEM	2009	**HLF-1089**	1069	R$ 12.000,00	AVARIA UNIDADE DE POTENCIA
20	ROÇADEIRA PICCIN	2006	PICCIN	501	R$ 500,00	SUCATA
21	LOGAN/ RENAULT	2018	**QPI-4595**	5431	R$ 8.000,00	SUCATA
22	FIORINO/ FIAT	2008	**HMN-8980**	4255	R$ 1.500,00	SUCATA
23	MICROONIBUS/MERCEDES	2005	**HMG-7104**	1057	R$ 25.000,00	PLENO FUNCIONAMENTO
24	VAN/PEUGEOT/BOXER M330M 23	2014	**HLF-9935**	4257	R$ 20.000,00	AVARIA UNIDADE DE POTENCIA
25	UNO MILLE/FIAT ECONOMI	2010	**HLF-3084**	4291	R$ 8.000,00	AVARIA UNIDADE DE POTENCIA
26	DUCATO MULTI/FIAT ambulancia	2004	**HMG-2868**	174	R$ 20.000,00	PLENO FUNCIONAMENTO

Publicado por:
Eduarda Machado
Código Identificador:65E5DBBD

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA AMVAP

SETOR DE LICITAÇÕES
AMVAP SAÚDE - TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO 79/2026

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO TRIÂNGULO MINEIRO – AMVAP SAÚDE
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 34/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 79
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PRESIDENTE, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do Procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Aquisição de materiais hospitalares de consumo destinados ao atendimento das demandas do CEM – AMVAP SAÚDE, referente aos itens remanescentes do Processo Licitatório nº 57/2026, Dispensa Eletrônica 20/2026.*

Fornecedor : CIRÚRGICA UNIÃO LTDA - 04.063.331/0001-21										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	20,00	Unid.	CINORD	Água destilada para autoclave - 5 litros, validade mínima de 12 meses. Galão de 5 litros	R$ 11,00	R$ 220,00	R$ 13,34	R$ 266,80	17,54	R$ 2,34
Descrição: Água destilada para autoclave - 5 litros, validade mínima de 12 meses. Galão de 5 litros										
3	900,00	Unid.	KOLPLA ST	Anuscópi o- Material: Plástico, Corpo: Reto Fechado, Dimensõ es: Cerca De 9cm X 35 MM, Uso: Descartá vel	R$ 4,10	R$ 3.690,00	R$ 6,57	R$ 5.913,00	37,59	R$ 2,47
Descrição: Anuscópio-Material: Plástico,Corpo: Reto Fechado, Dimensões: Cerca De 9cm X 35 MM, Uso: Descartável										
4	80,00	Pct.	MEDI HOUSE	Algodão hidrófilo em bolas, pacote c/100 gr	R$ 3,48	R$ 278,40	R$ 5,05	R$ 404,00	31,08	R$ 1,57
Descrição: Algodão hidrófilo em bolas, pacote c/100 gr										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 4.443,70**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 6.934,63**	**35,9201%**	**R$ 2.490,93**
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
7	1,00	Unid.	VITAL GOLD	Cânula de Guedel Nº 1	R$ 1,65	R$ 1,65	R$ 1,65	R$ 1,65	0,00	R$ 0,00
Descrição: Cânula de Guedel Nº 1										
8	1,00	Unid.	VITAL GOLD	Cânula Guedel Nº 2	R$ 1,65	R$ 1,65	R$ 1,78	R$ 1,78	7,30	R$ 0,13
Descrição: Cânula Guedel Nº 2										
14	60,00	Unid.	MULTIG EL (300ml)	Gel de contato para exames, 250GR, com bico aplicador fino	R$ 4,20	R$ 252,00	R$ 5,79	R$ 347,40	27,46	R$ 1,59
Descrição: Gel de contato para exames, 250GR, com bico aplicador fino										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 4.443,70**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 6.934,63**	**35,9201%**	**R$ 2.490,93**
Fornecedor : D C R SANTOS LTDA - 33.169.991/0001-90										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
2	30,00	Unid.	ARGUS	ARGUS	R$ 88,00	R$ 2.640,00	R$ 107,80	R$ 3.234,00	18,36	R$ 19,80
Descrição: Agulha de escleroterapia via endoscópica -23 g, x 5 mm cateter em ptfe, agulha de aço inoxidável, incluso manopla, c/ injetor único - estéril, uso único p/ canal cerca de 2,8 mm x 230 cm										
37	12,00	Cx.	RENYLA B	RENYLA B	R$ 102,89	R$ 1.234,68	R$ 102,89	R$ 1.234,68	0,00	R$ 0,00
Descrição: Teste de urease, tubo c/ liquido com 0,5 ml cada. caixa com 50 unid. Sugestão de marca: Renylab, ou marca equivalente ou superior										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 3.874,68**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 4.468,68**	**13,2925%**	**R$ 594,00**
Fornecedor : NEWCARE COMERCIO E SERVICOS LTDA - 41.926.487/0001-15										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
5	200,00	Unid.	MDE	MANGA LONGA	R$ 11,03	R$ 2.206,00	R$ 11,03	R$ 2.206,00	0,00	R$ 0,00
Descrição: Avental de procedimento descartável, não estéril, em polipropileno com filme de polietileno, hidrorepelente e impermeável, gramatura aproximada de 50 g/m². manga longa com punhos em malha, tamanho XG, fechamento posterior no pescoço e cintura.										
6	60,00	Pct.	MDE	MANGA LONGA	R$ 32,12	R$ 1.927,20	R$ 32,12	R$ 1.927,20	0,00	R$ 0,00
Descrição: Avental descartável n/tecido c/manga longa c/punho de látex, 50 GRT, PCT C/ 10 UNID.										
11	5,00	Unid.	AUDAX	5 LITROS	R$ 98,48	R$ 492,40	R$ 98,48	R$ 492,40	0,00	R$ 0,00
Descrição: Detergente solvente desengordurante, 5L, Mistura de Ácido Dodecil Benzeno Sulfônico e Lauril Éter Sulfato de Sódio, pode ser utilizado em pisos, parede, utensílios, bancadas e equipamentos.										
12	2,00	Unid.	2i	100X50	R$ 197,48	R$ 394,96	R$ 197,48	R$ 394,96	0,00	R$ 0,00
Descrição: Etiquetas para identificação manual e rastreabilidade com indicador classe I, etiquetas adesivas que suportam a esterilização por vapor a 134c, nas dimensões mínima (95x50mm), com dupla camada adesiva, com indicador tipo 1 da norma iso 11.140-1 que muda da cor rosa para marrom mostrando que o produto identificado passou pelo processo de esterilização. cada etiqueta contém 10 campos para preenchimento manual ou impressoras das seguintes informações: data da esterilização, validade, autoclave, nº ciclo, paciente, responsável e observações. Rolos com 1000 etiquetas.										
15	20,00	CX	USE IT	75 UNIDAD ES	R$ 1,74	R$ 34,80	R$ 1,74	R$ 34,80	0,00	R$ 0,00
Descrição: Haste flexível com pontas de algodão, não estéril, para higiene, cx c/75 unidades.										

19	8,00	Cx.	CLEAN UP	CLASSE V	R$ 37,22	R$ 297,76	R$ 37,22	R$ 297,76	0,00	R$ 0,00
Descrição: Indicador integrador químico classe V - Cx c/100 Unid.										
20	130,00	Unid.	MDE	2,00x0,90	R$ 11,78	R$ 1.531,40	R$ 11,78	R$ 1.531,40	0,00	R$ 0,00
Descrição: Lençol descartável, tnt, c/elástico 2,00x0,90 20gr, branco, pacote com 10 unidades										
25	80,00	Unid.	PLASTC OR	PFF2	R$ 1,19	R$ 95,20	R$ 1,19	R$ 95,20	0,00	R$ 0,00
Descrição: Máscara PFF2 S/Válvula N95 - Azul, com CA, Tamanho: Adulto										
26	10,00	Unid.	POLI- FEAR	RJ	R$ 4,51	R$ 45,10	R$ 4,51	R$ 45,10	0,00	R$ 0,00
Descrição: Óculos de proteção individual - material: policarbonato, com haste ajustável, com tratamento na lente antirrisco, com proteção frontal e lateral, ventilação indireta, incolor										
27	10,00	Unid.	POLI- FEAR	RJ	R$ 4,17	R$ 41,70	R$ 4,17	R$ 41,70	0,00	R$ 0,00
Descrição: Óculos de proteção para sobreposição a óculos de grau, em policarbonato incolor, com proteção frontal e lateral, hastes ajustáveis, lentes antirrisco e ventilação indireta.										
28	3,00	Unid.	VITALPA CK	300X100	R$ 143,00	R$ 429,00	R$ 147,27	R$ 441,81	2,89	R$ 4,27
Descrição: Papel grau cirúrgico 300mmx100m, composição: c/ filme polímero multilaminado, cerca de 60 G/M2,										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 10.523,08**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 10.618,79**	**0,9013%**	**R$ 95,71**
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
29	6,00	Par	ELGIN	ALCALIN A AA	R$ 4,70	R$ 28,20	R$ 5,68	R$ 34,08	17,25	R$ 0,98
Descrição: Pilha alcalina AA										
30	6,00	Par	RAYOVA C	ALCALIN A C	R$ 16,20	R$ 97,20	R$ 16,20	R$ 97,20	0,00	R$ 0,00
Descrição: Pilha alcalina C média										
31	6,00	Unid.	ELGIN	CR2032	R$ 1,40	R$ 8,40	R$ 1,40	R$ 8,40	0,00	R$ 0,00
Descrição: Pilha CR										
32	20,00	Pct.	DRY PADS	80X150	R$ 38,53	R$ 770,60	R$ 38,53	R$ 770,60	0,00	R$ 0,00
Descrição: Protetor de Colchão, Descartável Tam G, 80x150cm, pct c/5 unidades										
33	5,00	Unid.	PROLIN K	5 LITROS	R$ 100,00	R$ 500,00	R$ 108,55	R$ 542,75	7,87	R$ 8,55
Descrição: Quaternário de amônia, galão 5 L, Princípio Ativo: Cloreto Alquil Dimetil Benzil Amônio mais Tensoativos,Teor Ativo, Em Torno De 1,5, Forma Física: Solução Aquosa										
34	12,00	Unid.	AUDAX	5 LITROS	R$ 68,76	R$ 825,12	R$ 68,76	R$ 825,12	0,00	R$ 0,00
Descrição: Sabonete líquido antisséptico, galão de 5 litros, com princípio ativo triclosan, aspecto físico líquido, fragrância neutra, indicado para assepsia das mãos. Produto biodegradável, destinado à higienização e redução de microrganismos										
35	8,00	Par	KADESH	PRETO	R$ 75,22	R$ 601,76	R$ 75,22	R$ 601,76	0,00	R$ 0,00
Descrição: Sapato de segurança com ou s/ salto, classe 02 azul ou preto- Nº 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, e 44 antiderrapante, em eva, com ca										
36	1,00	Unid.	VITALGO LD	10FR	R$ 5,00	R$ 5,00	R$ 39,27	R$ 39,27	87,26	R$ 34,27
Descrição: Sistema fechado para aspiração traqueal, para tubo endotraqueal, tamanho 10 Fr, com sonda graduada e protegida, conector padrão, via de irrigação antirrefluxo e válvula de sucção com trava de segurança. Estéril, uso único										
38	12,00	Unid.	RENYLA B	6 ML	R$ 10,04	R$ 120,48	R$ 10,04	R$ 120,48	0,00	R$ 0,00
Descrição: Tinta Corante Nanquim 10, 6ml										
39	2,00	Cx.	ONCALL	50 TIRAS	R$ 31,62	R$ 63,24	R$ 31,62	R$ 63,24	0,00	R$ 0,00
Descrição: Tira teste de glicemia on call plus caixa c/ 50 unidades										
40	2,00	Unid.	SOLIDO R	Nº 5,5	R$ 3,78	R$ 7,56	R$ 3,78	R$ 7,56	0,00	R$ 0,00
Descrição: Tubo Endotraqueal nº 5,5, confeccionado em silicone grau médico, curva tipo Magill, ponta distal atraumática, radiopaco, graduado, com conector padrão universal, estéril, descartável e de uso único.										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 10.523,08**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 10.618,79**	**0,9013%**	**R$ 95,71**
Fornecedor : FUJITECH EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA - 03.606.427/0001-26										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
9	24,00	Unid.	COSMO DERMA	OPAMAX 0.55%	R$ 330,00	R$ 7.920,00	R$ 349,13	R$ 8.379,12	5,47	R$ 19,13
Descrição: Desinfetante De Alto Nível À Base De Orto-Ftalaldeído (OPA), pronto para uso, destinado à desinfecção de alto nível de endoscópios flexíveis e demais produtos para saúde termossensíveis. Solução à base de orto-ftalaldeído (OPA) 0,55, ou concentração equivalente registrada na ANVISA, com tempo máximo de contato de 5 minutos e reutilização por até 40 dias, conforme instruções do fabricante e monitoramento da concentração mínima eficaz. Produto registrado na ANVISA, acondicionado em embalagem de 5 litros, com prazo de validade, lote e identificação do fabricante. Referência de qualidade: OpaMax ou equivalente, similar ou de qualidade superior										
13	8,00	FR	COSMO DERMA	OPAMAX 0.55% FOQOPA - 40	R$ 220,65	R$ 1.765,20	R$ 220,65	R$ 1.765,20	0,00	R$ 0,00
Descrição: Fita teste para quantificação de ortoftalaldeído 0,55, frasco com 40 unidades - compatível ao item 9										
16	24,00	FR.	COSMO DERMA	OPAMAX 0.55% PÓ INATIVS DOR PA 014SRI_INATIVAD OR	R$ 19,29	R$ 462,96	R$ 19,29	R$ 462,96	0,00	R$ 0,00
Descrição: Inativador desinfetante de alto nível à base de orto-ftalaldeído (opa)- compatível ao item 9										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 10.148,16**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 10.607,28**	**4,3283%**	**R$ 459,12**
Fornecedor : FIEL COMERCIO PROFISSIONAL LTDA - 49.243.318/0001-92										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
10	5,00	Unid.	TRIEL	CONFOR ME TR	R$ 39,00	R$ 195,00	R$ 99,32	R$ 496,60	60,73	R$ 60,32
Descrição: Detergente neutro, 5L, Mistura de Ácido Dodecil Benzeno Sulfônico e Lauril Éter Sulfato de Sódio, (Tensoativos aniônicos -7,0). Aplicação: limpeza de instrumentais e ambientes, Aspecto Físico: Líquido Incolor.										
21	12,00	Par	VOLK	CONFOR ME TR	R$ 15,00	R$ 180,00	R$ 26,24	R$ 314,88	42,83	R$ 11,24
Descrição: Luva de segurança em pvc verde, com forro interno, comprimento de 46 cm, tamanho P (8), acabamento antiderrapante, resistente a agentes químicos e mecânicos. indicada para proteção das mãos e antebraços em atividades de limpeza e manuseio de produtos químicos. com certificado de aprovação (ca) válido.										
22	12,00	Par	VOLK	CONFOR ME TR	R$ 15,00	R$ 180,00	R$ 26,17	R$ 314,04	42,68	R$ 11,17
					Subtotal Adjudicado	**R$ 915,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 1.753,60**	**47,8216%**	**R$ 838,60**
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
Descrição: Luva de segurança em pvc verde, com forro interno, comprimento de 46 cm, tamanho M (9), acabamento antiderrapante, resistente a agentes químicos e mecânicos. indicada para proteção das mãos e antebraços em atividades de limpeza e manuseio de produtos químicos. com certificado de aprovação (ca)										

válido.										
23	12,00	Par	VOLK	CONFOR ME TR	R$ 15,00	R$ 180,00	R$ 26,17	R$ 314,04	42,68	R$ 11,17
Descrição: Luva de segurança em pvc verde, com forro interno, comprimento de 46 cm, tamanho G (10), acabamento antiderrapante, resistente a agentes químicos e mecânicos. indicada para proteção das mãos e antebraços em atividades de limpeza e manuseio de produtos químicos. com certificado de aprovação (ca) válido.										
24	12,00	Par	VOLK	CONFOR ME TR	R$ 15,00	R$ 180,00	R$ 26,17	R$ 314,04	42,68	R$ 11,17
Descrição: Luva de segurança em pvc verde, com forro interno, comprimento de 46 cm, tamanho EG (11), acabamento antiderrapante, resistente a agentes químicos e mecânicos. indicada para proteção das mãos e antebraços em atividades de limpeza e manuseio de produtos químicos. com certificado de aprovação (ca) válido.										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 915,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 1.753,60**	**47,8216%**	**R$ 838,60**
Fornecedor : BIOMIG MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - 22.355.622/0001-75										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
18	400,00	Unid.	STERIS	VERIFY INDICAD OR ULTRAS SÔNICO- TESTE MONITO R LIMPEZA - 200UN/ CX-U504 sup orte - U505	R$ 8,05	R$ 3.220,00	R$ 19,37	R$ 7.748,00	58,44	R$ 11,32
Descrição: Indicador químico para teste de limpeza em lavadora ultrassônica, em tiras, com área para registro de informações, não tóxico, indicado para uso em lavadoras ultrassônicas (30C a 50C e 35 a 40 kHz). Acompanha suporte reutilizável em aço inox para acondicionamento. Unidade de fornecimento: conjunto.										
					Subtotal Adjudicado	**R$ 3.220,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 7.748,00**	**58,4408%**	**R$ 4.528,00**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado					**Total Orçado**		**Economia %**		**Economia R$**	
R$ 33.124,62					R$ 42.130,98		21,3770%		9.006,36	

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Uberlândia-MG , 24 de Agosto de 2026

SELMO ALVES DE SOUZA
Presidente

Publicado por:
Cristiani Borges de Oliveira
Código Identificador:823A3EEA

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA
EDITAL Nº 001/2026/CMDI

Edital de Chamamento Público para Projetos e Programas destinados ao DesenvEdital de Chamamento Público para Projetos e Programas destinados ao Desenvolvimento de ações voltadas a área dos Direitos dos Idosos por Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos

O Município de Campanha, por meio do Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI) no uso de suas atribuições e, observados os termos da Lei Federal nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 12.213/2010 alterada pela Lei nº 13.797/2019, Lei Municipal nº 3361/2021 que dispõe sobre constituição do Fundo Municipal de Direitos do Idoso, Decreto Municipal nº 7324/2021 que dispõe sobre os termos de celebração de parceria, e Resolução do CMDI nº 08/2021 que dispõe sobre as ações a serem financiadas pelo Fundo Municipal de Direitos dos Idosos, torna público o presente Edital de Chamamento Público que selecionará propostas de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, com sede e/ou instalações no Município de Campanha, e com inscrição vigente perante o Conselho Municipal de Direitos do Idoso, para fins de execução de projetos que tenham por objetivo específico a promoção e garantia de direitos da pessoa idosa e o envelhecimento digno, ativo e saudável, nos termos do Estatuto do Idoso, e que estejam em conformidade com os eixos e diretrizes previstas deste edital.

Disposições Gerais:

As entidades e instituições não governamentais, sem fins lucrativos, que pretendam concorrer à obtenção de recursos do Fundo Municipal de Direitos do Idoso (FMDI) para financiamento de projetos ou ações de promoção, proteção, defesa e atendimento aos direitos da pessoa idosa, em conformidade com os regimes da política de atendimento, estabelecidos no Estatuto do Idoso devem atender aos requisitos explicitados deste edital.

A impugnação do presente Edital poderá ser protocolada na Secretaria- Executiva do Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI) vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, situada na Rua João Bressane, 01 – Centro – CEP 37.400-000, no prazo de até 03 (três) dias úteis a partir da data de sua publicação;

Cabe ao CMDI decidir sobre a impugnação;

1.2.2. Caso seja acolhida a impugnação, será designada outra data para a publicação de novo chamamento público;

As Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com pretensão de solicitação do financiamento deverão estar cadastradas no Conselho Municipal do Idoso de Campanha, em plena atividade, conforme Resolução CMDI nº 05/2023;

Estarão impedidas de participar deste Chamamento as OSC´s que se enquadrarem em quaisquer das vedações do art. 39 da Lei Federal nº. 13.019/2014 ou que tenham qualquer outro impedimento legal para contratar com a Administração Municipal;

Cada Organização da Sociedade Civil poderá apresentar apenas uma proposta por Eixo, e no máximo de duas propostas, porém em eixos diferentes, que deverão se enquadrar em uma das Ações Prioritárias, conforme ítem 6.1 deste edital, e se relacionar com o programa/regime de atendimento inscrito no Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI).

Do Objeto:

Constitui objeto do presente Edital, com vistas à celebração de Termo de Fomento com a Administração Pública Municipal: "a viabilização de projetos que tenham como público-alvo as pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 (sessenta anos), nos termos do artigo 1º, caput, da Lei Federal nº 10.741/2003", por meio de ações complementares à política de promoção, de proteção, de defesa e de atendimento dos direitos do Idoso do Município a serem executadas no ano 2026".

Da Data, Prazos, Condições, Local e Forma de Apresentação das Propostas:

As Propostas deverão ser apresentadas até o dia 28 de setembro de 2026, na sede da Secretaria-Executiva do CMDI, localizada na Rua João Bressane, nº 01, Centro, das 8 às 16 horas, em envelope contendo a identificação da entidade e a ação que pretende executar, conforme disposto no item 5.5;

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização desse evento na data acima mencionada, o Chamamento Público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação;

As propostas deverão ser apresentadas na forma do instrumental disposto no anexo II deste edital;

O repasse dos recursos para as organizações da sociedade civil, pelos projetos aprovados pelo CMDI, será realizado por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação mediante a celebração de Termo de Fomento;

Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal de Direitos do Idoso;

As despesas decorrentes deste Chamamento Público correrão à conta da dotação orçamentária:

02.09.04.08.241.0028.4.094 3350.43.00 Reduzido 749

Da aplicação dos recursos do FMDI

Os recursos do FMDI disponíveis no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), neste Edital se destinam ao financiamento de ações não governamentais relativas a:

Desenvolvimento, por tempo determinado, de programas e serviços complementares à política de promoção, de proteção, de defesa e atendimento dos direitos do Idoso;

Programas e projetos de pesquisa, de estudos, de elaboração de diagnósticos, de sistemas de informações, de monitoramento e avaliação das Políticas Públicas relativas ao idoso;

Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada, dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso – conselheiros de direitos, técnicos e profissionais ligados ao atendimento à pessoa idosa, para melhor desempenho das políticas e programas municipais;

Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do idoso;

Ações de articulação e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso.

É vedada a utilização de recursos do Fundo para:

Transferência a outros objetivos sem deliberação do CMDI;

4.2.2 Pagamento, manutenção e funcionamento de órgãos por parte do Município;

Manutenção e funcionamento do CMDI;

A apresentação de propostas por pessoa jurídica de direito público ou privado em débito com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;

Financiamento de Políticas Públicas sociais básicas, em caráter continuado ou não, e que poderão dispor de recursos orçamentários específicos, nos termos das políticas públicas referidas no presente tópico são exigíveis de acordo com o estabelecido no art. 230 da CF/88.

A doação, cessão ou alienação de bens permanentes adquiridos com recursos do fundo no prazo de 10 (dez) anos de sua aquisição a não ser em caso de dissolução da entidade, que deverá repassá-los a outra entidade congênere ou ao Patrimônio Municipal;

Aquisição de bens permanentes com recursos do Fundo, salvo se acompanhada de justificativa detalhada e minuciosa da necessidade e impacto social da ação a ser desenvolvida, com comprovação de que a entidade reúne condições de uso e manutenção pela entidade.

Dos prazos e condições para apresentação de projetos:

Os projetos a serem avaliados pelo CMDI deverão ser entregues em envelope lacrado, contendo uma via original encadernada, assinada e rubricadas pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil (OSC) que será encaminhada para análise da Comissão Especial de Seleção, do CMDI. Além da via física do projeto, também deverá ser encaminhada uma segunda via, em mídia eletrônica, em PDF, para o e-mail conselhodoidosocampanha@gmail.com A ausência da mídia eletrônica inabilita a classificação do projeto protocolado fisicamente. No ato de entrega da via física, será fornecido o protocolo pela Secretaria-Executiva do Conselho do Idoso.

Os Projetos que preveem aquisição de bens materiais, mão de obra, transportes, equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, entre outros, deverão apresentar, no mínimo 3 (três) orçamentos com as mesmas especificações, exceto no caso em que houver apenas um fornecedor ou fabricante. Neste caso, a entidade deverá apresentar justificativa;

Planilha orçamentária pormenorizada especificando, separadamente, com subtotais, os itens a serem financiados como custeio e, ou investimento, cujas somas das linhas devem apresentar valor igual ao total do projeto. A planilha conterá, no mínimo, uma via impressa, rubricada e assinada, conforme modelo constante do Anexo V;

Para concorrer aos recursos do Fundo Municipal de Direitos do Idoso os projetos, programas e ações deverão ser apresentados na data estabelecida neste edital, ficando sujeitos aos prazos aqui definidos e escala de prioridades determinadas pela Comissão Especial de Seleção, do Fundo do idoso face ao número de projetos a serem aprovados pelo CMDI;

O envelope deve estar lacrado e conter a seguinte etiqueta:

Da Linha de Financiamento:

Constituem diretrizes e ações prioritárias deste edital os cinco eixos descritos abaixo:

EIXO I- VALORIZAÇÃO, RESPEITO E CUIDADO DA PESSOA IDOSA

FOCO NO PROTAGONISMO, NA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL E NO RESPEITO À DIVERSIDADE

Realização de campanhas de sensibilização, promoção de direitos e valorização da pessoa idosa, por diversas estratégias de comunicação;

Valorização da memória, conhecimento e cultura da pessoa idosa em Campanha por meio de ações de cultura, esporte e lazer, artesanato e demais manifestações culturais, ocupação do espaço público e produção de conhecimento;

Fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais;

Criação de espaços para promoção do cuidado da pessoa idosa, abrangendo ações de saúde, assistência social, esporte e lazer, convivência comunitária e troca de saberes;

Promoção de ações educativas da mobilidade urbana de respeito e prioridade da pessoa idosa em Campanha, por meio de estratégias de comunicação lúdica, acessíveis e inovadoras;

Promoção de ações de sensibilização da população em geral ressaltando o envelhecimento e sua importância na sociedade, bem como as *expertises* e potencialidades dos mesmos;

Promoção de ações de sensibilização e promoção da acessibilidade por meio de campanhas de orientação para manutenção de calçadas e adequação de edificações, considerando-se a promoção da autonomia e segurança de todos.

EIXO II - PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO, DIGNO E SAUDÁVEL
SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR, GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO

Diretrizes:

Abordagem do envelhecimento em uma perspectiva positiva, abrangente e participativa voltada a pessoas de todas as idades, com vistas a:

Promoção de saúde, prevenção de doenças e segurança alimentar;
Acesso à cultura em todos os seus aspectos e nos espaços culturais da cidade;
Acesso ao esporte e ao lazer e a atividades físicas;
Educação e de desenvolvimento pessoal, conhecimento e acesso aos meios de tecnologia de informação, mídias, redes sociais e outros;
Qualificação profissional, geração de renda e reinserção no mercado de trabalho, de acordo com as demandas e potencialidades;
Acesso a serviços, instâncias de participação na vida econômica, política, saúde, social, cultural e afetiva de controle social de utilização e ocupação dos equipamentos e espaços da cidade;

Oportunidades para transmissão de cultura e valores entre gerações, o aproveitamento do potencial, conhecimento e ressignificação do papel da pessoa idosa na sociedade;

Promoção de ações que identifiquem, estimulem e desenvolvam novas habilidades da pessoa em processo de envelhecimento, no trabalho e na ocupação do tempo livre, visando à reestruturação do seu projeto de vida pessoal e profissional, bem como o estímulo a complementação de renda;

Apoio para o processo de aposentadoria, incluindo a perspectiva da construção de um projeto de vida pessoal e profissional, bem como estratégias a complementação de renda;

Ações que incentivem o desenvolvimento de tecnologias e inovações que beneficiam a população envelhescente e idosa;

Realização de capacitação para coordenadores, voluntários e profissionais de grupos de convivência de pessoas idosas.

EIXO III- PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

Diretrizes:

Promoção de campanhas de sensibilização e prevenção à violência contra a pessoa idosa, superação de situações de violação de direitos e acesso aos serviços de apoio e proteção à pessoa idosa;

Empoderamento da pessoa idosa em situação de violação de direitos, por meio de ações educativas, de geração de renda e mediação de conflitos;

Sensibilização de familiares e pessoas que cuidam, visando à prevenção e superação de situações de violação de direitos;

Promoção de ações de conscientização e informação para prevenir ocorrências de abusos contra a pessoa idosa;

Promoção de ações de valorização e apoio destinado a pessoas que cuidam, visando ao fortalecimento de vínculo e redução do impacto social e emocional.

EIXO IV- CUIDADO AO IDOSO FRÁGIL E OU EM PROCESSO DE FRAGILIZAÇÃO

Diretrizes:

Promoções de ações que estimulem a capacidade funcional da pessoa idosa, reforçando a sua resistência, equilíbrio e segurança, e promovam a percepção de suas limitações físicas;

Promoção de ações de cuidado para a pessoa idosa frágil, ou em processo de fragilização, por meio de serviços de reabilitação física e mental, de estimulação cognitiva e afetiva;

Promoção de ações de base comunitária com objetivos informativos, educativos e de promoção da saúde enfocando as causas da fragilidade, bem como, as possibilidades de sua prevenção, cuidado e superação;

Formação e capacitação para cuidadores e familiares de pessoas idosas acometidas por doenças crônicas degenerativas ou outras condições de fragilidade, sobre a abordagem, cuidados na relação com a pessoa idosa visando à manutenção e o fortalecimento de vínculos sócioafetivos.

EIXO V - FORTALECIMENTO E APOIO À REDE DE ATENDIMENTO AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS E AMPLA VULNERABILIDADE

Diretrizes:

Promoção de ações de suporte aos cuidados de saúde da pessoa idosa residente nas ILPIs, por meio de qualificação das equipes técnicas das instituições, com enfoque nas especificidades do cuidado e atendimento à pessoa idosa; na ampliação e estímulo da capacidade funcional e de participação cidadã das pessoas idosas institucionalizadas no espaço urbano; na utilização de tecnologias assistivas;

Ações de atendimento e acompanhamento interdisciplinar, exclusivamente diurno (Centro-Dia) para pessoas idosas, preferencialmente inscritas no CADÚNICO, com perspectiva de educação e aprendizagem ao longo da vida, cuidados diurnos e reabilitação, em condições de fragilidade ou que vivam só;

Atendimento especializado e temporário às pessoas idosas em condições de alta hospitalar ou em contexto de violações de direitos, que necessitam de cuidados específicos, além das possibilidades de seus familiares;

Reforma e adequação de espaços físicos nas ILPIs socioassistenciais, contendo plano de intervenção, contemplando a humanização dos espaços considerando o olhar das pessoas idosas residentes; a realização de reformas necessárias prioritárias para adequações à NBR 9050, às exigências da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros e de outros órgãos de controle e fiscalização;

Promoção de ações de lazer, cultura, educação e cidadania dentro das ILPIs, estimulando o convívio social dentro da instituição, inclusive dos que possuem mobilidade reduzida.

Da Apresentação dos Documentos para a Formalização da Parceria

Serão imprescindíveis a apresentação dos seguintes documentos:

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

Cópia legível do estatuto e suas alterações, com a comprovação de seu registro na forma da lei;

Cópia legível da ata de eleição e posse da atual diretoria da organização da sociedade civil, registrada na forma da lei;

Cópia legível de documento de identidade e CPF do presidente da entidade ou em caso de representante legal apresentação de procuração com firma reconhecida ou por instrumento público;

Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;

Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, conta de consumo ou contrato de locação;

Certidão de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

Certidão negativa de débitos tributários federais;

Certidão negativa de débitos tributários estaduais;

Certidão negativa de débitos municipal;

Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;

Declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar parceria prevista no art. 39 da Lei nº 13.019/2014 (modelo de declaração, anexo VII).

Declaração de capacidade técnica e operacional;

Duas vias do plano de trabalho conforme Anexo II

O estatuto social da organização da sociedade civil proponente, previsto no inciso I da Cláusula 6.1, deverá prever expressamente em suas disposições, os requisitos estabelecidos no artigo 33, incisos I, III e IV, da Lei Federal nº 13.019/2014, a saber:

Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

Em se tratando de representação por procurador(a), deverá ser apresentada a procuração original ou cópia simples, acompanhada de cópias simples do documento de identificação oficial com foto e CPF – Cadastro de Pessoas Físicas do(s) outorgante(s) e do(a) procurador(a);

Serão aceitos para fins comprobatórios os seguintes documentos oficiais de identidade com fotografia: carteira de identidade, carteira de identificação profissional, carteira de motorista (CNH), carteira de trabalho (CTPS) e passaporte;

A inobservância do disposto na cláusula **7.1** deste edital ensejará na inabilitação da organização da sociedade civil, e consequente eliminação da proposta do presente chamamento público;

A vigência e regularidade da inscrição da organização da sociedade civil perante o Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Campanha serão verificadas pela própria Comissão de Seleção;

Com a aprovação da proposta, a entidade beneficiada autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como a divulgação do projeto, no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou comprovação de execução do objeto, em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

Dos Critérios de análise das propostas e das Condições de Participação

As propostas serão analisadas pela Comissão Especial de Seleção, designada pelo CMDI, por meio de resolução para este fim, através do Plano de Trabalho, Metas e Indicadores, Planilha Orçamentária e Cronograma de Execução das propostas, apresentado pela OSC, na forma do instrumental constante dos anexos II, IV, VI e VII deste Edital;

A critério da Comissão Especial de Seleção para a avaliação dos projetos, outros profissionais poderão ser convidados a assessorá-la nessa etapa seletiva. Não poderão participar da Comissão Especial de Seleção, pessoas que estiverem envolvidas com o projeto ou possuam vínculos direto com as instituições proponentes, ou com seus dirigentes;

A Comissão de Seleção poderá suspender a sessão, por até 02 (dois) dias úteis, caso julgue necessário maior prazo para análise da proposta, objetivando confirmar as informações prestadas;

A Comissão Especial de Seleção, em seu parecer deverá elencar os aspectos que foram considerados no projeto para sua aprovação ou não;

Os projetos tecnicamente habilitados serão encaminhados à sessão plenária, para aprovação, classificação final e emissão de Resolução autorizativa;

Havendo caso de empate, na sessão plenária, será analisada a pontuação individual comparativa e ordenada nos itens 1 a 12 do quadro de Matriz de Pontuação – Anexo IV - a; a coerência do desenvolvimento metodológico com o desembolso solicitado e a justificativa da relevância social do projeto;

Na eventualidade de entidade da Sociedade Civil, que tenha assento no Conselho Municipal de Direitos do Idoso, apresentar proposta, o conselheiro representante da mesma não poderá emitir parecer e nem votar no referido projeto;

As propostas que contenham previsão de execução de seu projeto fora do âmbito do município de Campanha serão automaticamente eliminadas do chamamento público, com exceção dos eventuais projetos de cultura e lazer;

Não será exigida contrapartida em bens e serviços;

Não serão aceitas propostas para:

Financiamento das Políticas Públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico;

Investimento em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, salvo se de uso exclusivo da Política do Idoso;

Despesas que não se identifiquem diretamente com os objetivos da proposta apresentada.

Da Formalização de Consultas e Orientações

9.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao chamamento público deverão ser enviados à Comissão Especial de Seleção, via internet, para o e-mail conselhodoidosocampanha@gmail.com até o 5º dia útil após a publicação deste edital;

9.2. A Comissão Especial de Seleção, terá prazo de 2 (dois) dias úteis para responder aos pedidos de esclarecimentos encaminhados. As respostas serão encaminhadas por e-mail ao solicitante;

9.3. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI) não se responsabiliza por quaisquer incorreções e/ou problemas de funcionamento dos endereços eletrônicos (e-mail) fornecidos pelas organizações da sociedade civil proponentes;

9.4. A Secretaria-Executiva do CMDI estará à disposição para orientações a respeito dos Projetos a serem apresentados pelas Entidades, durante o período em que o presente Edital se encontrar aberto. Após o Projeto ser protocolado na Secretaria-Executiva, somente poderá sofrer adequações caso seja classificado pela Matriz de Pontuação e, solicitadas pela Comissão Especial de Seleção.

Das Condições para Interposição de Recursos

As Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar recursos à Comissão de Especial de Seleção contra o resultado da análise dos projetos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação da decisão;

10.2. Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria-Executiva do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, Rua João Bressane, 01 – Centro, das 8 às 16 horas, com endereçamento à Comissão Especial de Seleção, que terá três dias úteis para responder aos recursos;

10.3. Caberá um único recurso ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso, também no prazo de três dias úteis.

11. Das Disposições Finais

11.1. As obrigações da organização da sociedade civil e do Município e demais regramentos para a execução da parceria, inclusive no que diz respeito à prestação de contas, constarão do Termo de Fomento;

11.2. Aplicam-se a este edital as disposições contidas na Constituição Federal, das Leis Federais 13.019/14, 13.797/19 e 10.741/03 e Lei Municipal 3361/2021.

As questões não previstas neste edital serão decididas pela Plenária do CMDI.

Campanha, 24 de agosto de 2026

JOSÉ REINALDO DOS REIS FERREIRA
Presidente do CMDI

JOELMA DIAS RAMOS
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROPOSTA NO CMDI

(Modelo Obrigatório)

(Cabeçalho com o timbre da entidade)

Ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Campanha–MG

Prezado Presidente,

Atendendo ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2026/CMDI, encaminhamos o Projeto abaixo descrito, para apreciação do conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI), objetivando captar recursos através do Fundo Municipal de Direitos do Idoso.

Nome do Projeto	
Nome da Instituição	
CNPJ	
Endereço	
E-mail	
Responsável	
E-mail	
CPF	RG:
Técnico Responsável	

Campanha/MG, de 2026

Assinatura do Responsável

ANEXO II
(Modelo Obrigatório)
(Cabeçalho com Timbre da Entidade)

ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DESCRITIVO

1- IDENTIFICAÇÃO
a) Nome do Projeto:
b) Instituição Proponente:
CNJP:
Endereço:
Telefone: E-mail:
c) Responsável pela Instituição Proponente:
Nome:
CPF/RG:
Endereço:
Telefone: E-mail:
d) Responsável pelo Projeto:
Nome:
Nº Reg. Profissional:

Endereço:
Telefone: E-mail:

2- APRESENTAÇÃO

Explicitar de maneira sucinta a história da instituição, quando ela surgiu, o que motivou sua criação, quais são seus objetivos, missão e valores;

Qual o comprometimento e experiências no trabalho de garantia dos direitos humanos para com a pessoa idosa;

Ressaltar as parcerias anteriormente estabelecidas, os apoios e financiamentos obtidos em outros projetos, demonstrando dessa forma a credibilidade, boa reputação e legitimidade de sua instituição.

3. JUSTIFICATIVA

Explicitar e fundamentar a pertinência e relevância do projeto como proposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva e que atinge diretamente os idosos. Nessas informações será importante haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos que justifiquem a execução do projeto, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema:
É importante que as considerações contenham dados e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, informações que permitam a análise da situação em âmbito municipal, regional e, ou estadual, conforme a abrangência das ações a serem executadas.
Apresentar a capacidade técnica, administrativa e operacional da instituição para desenvolver o projeto e, principalmente, a experiência que possui para o trabalho a ser desenvolvido com a implementação do mesmo.
- Indicar os parceiros envolvidos para a boa execução do projeto.

4. OBJETIVOS

a) **Objetivo Geral**

Deve demonstrar de forma ampla e geral o que se pretende alcançar com a implementação do projeto, devendo expressar a transformação almejada ao final da execução do projeto;
Deve exprimir uma situação positiva a ser alcançada, buscando solucionar ou contribuir para amenizar o problema identificado existindo relação com as estratégias apresentadas e com a solução do problema a ser enfrentado pelo projeto.

Obs: Os objetivos devem ser expressos com verbos de ação na sua formulação, tais como: Contribuir, Demonstrar, Possibilitar, Preparar, Desenvolver, etc.

b) Objetivos Específicos

Devem ser concretos e viáveis, devidamente relacionados com as atividades que serão desenvolvidas durante o projeto e com os resultados previstos. Eles devem estar ligados a algo concreto e viável que se busca alcançar no âmbito do projeto, devendo também ter conexão com os resultados e as atividades propostas, ou seja, as atividades apresentadas são importantes para o alcance dos objetivos e assim dos resultados propostos;

Todo o projeto apresentado deve conter medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

5. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Informar o perfil do público beneficiário do projeto (qual o contexto comunitário em que vivem, características sociais e econômicas…);
Número de idosos beneficiados diretamente com o projeto (delinear faixa etária);
Número de Famílias beneficiadas diretamente com o projeto;
Número Indireto de pessoas idosas beneficiadas com o projeto;
Número Indireto de Famílias beneficiadas com o projeto.

Obs: Entende-se por público indireto aquele que não será atendido diretamente, mas que, com a execução do projeto, são beneficiadas pelos efeitos por ele produzidos.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Dos Resultados:

• Devem, de maneira geral, revelar o alcance dos objetivos específicos podendo ser expressos de forma quantitativa como também qualitativa;
• Lembre-se: os resultados devem expressar em como se espera alcançar os objetivos específicos, em quais pontos serão constatados as inovações do projeto em questão;

• Portanto deve existir uma correspondência muito estreita entre os mesmos;
Obs: Apresentar resultados quantitativos e qualitativos esperados com a execução do projeto, com seus respectivos indicadores e meios de verificação:
• Deve fornecer evidências concretas do alcance dos objetivos e resultados do
Projeto:
Obs: Eles devem ser uma "régua" que ajuda a medir, avaliar ou demonstrar de que maneira os resultados e os objetivos de um projeto serão alcançados. Eles contribuem para assegurar uma boa gestão do projeto e permitem que os gerentes de projeto decidam se serão necessários componentes adicionais ou de correção de percurso para alcançar o Propósito do projeto. Indicadores quantitativos e qualitativos. Os indicadores quantitativos referem-se às ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis ou pesquisas de campo. Os indicadores qualitativos correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas, com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão.

Dos Meios de Verificação:

• Devem indicar onde o executor e, ou o avaliador pode obter informações a respeito dos indicadores. Isto nos indica que os planejadores do projeto precisam construir ou identificar "instrumentos de informações" para verificar alcance dos resultados e os indicadores propostos.

7. METODOLOGIA/ESTRATÉGIA DE AÇÃO

• Explicar como o projeto será desenvolvido (ações/atividades previstas, meios de realização);
• Detalhar como as diferentes etapas serão implementadas e qual a inter-relação entre as mesmas para o alcance dos objetivos e resultados previstos.

8. ORÇAMENTO

a) Valor Total do Projeto:
b) Valor a ser utilizado com recursos do FUNDO DO IDOSO:
Obs: Apresentar Planilha Orçamentária (ANEXO V).

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Apresentar de maneira clara como será realizado o monitoramento e avaliação do projeto, indicando: etapas, pessoas responsáveis, periodicidade, instrumentos que serão utilizados.

ANEXO III

METAS E INDICADORES

(Conforme item 06 do Projeto Descritivo)

Metas	Ações/Atividades	Indicadores	Documentos para verificação	Período de verificação
Macro ações (resultados parciais) a serem realizadas. Devem ser quantificáveis, verificáveis e com prazo definido	Operações concretas a serem realizadas para o atingimento da meta. Uma mesma meta pode exigir a realização de mais de uma ação	Unidade de medida do alcance de uma meta. É a forma de aferição do cumprimento ou não da meta. Deve ser passível de verificação	Documentos que contém os elementos para verificação dos indicadores. É o instrumental no qual o indicador pode ser analisado. Ex. Fotografias, lista de presença, planilha, banco de dados, certificados etc.	Prazo em que a meta deverá ser atingida

ANEXO IV
DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS A SEREM ATRIBUÍDOS AOS PROJETOS CONCORRENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO, CONFORME EDITAL 01/2026
Para a avaliação das propostas, se levará em conta os critérios abaixo:
1. Consonância do projeto com a legislação relacionada à promoção dos direitos da pessoa idosa, em especial ao Estatuto do Idoso;
2. Capacidade técnica e administrativa e operacional da instituição para execução do projeto, principalmente ao tema proposto;
3. Contextualização e inovação sobre o problema que atinge diretamente a pessoa idosa, apontando suas causas e consequências e sua coerência com os objetivos e resultados propostos no Projeto;
4. Promoção da participação do idoso, bem como ações que estimulem a redução das desigualdades, a equidade de raça, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de inclusão de pessoas com grau elevado de comprometimento para o autocuidado;
5. Envolvimento das famílias dos idosos no projeto como mais uma estratégia para o alcance de objetivos e resultados;
6. Impacto da ação e viabilidade: o projeto promove resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que objetivem melhorias significativas nas condições de vida das pessoas idosas;
7. A proposta apresenta resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que promovam melhorias significativas nas condições qualidade de vida do idoso.

8. Detalhamento da metodologia e adequação da abordagem sociopedagógica em relação ao público-alvo, equipe do projeto e atividades a serem desenvolvidas;
9. Proposta de monitoramento e avaliação do projeto;
10. Recursos Humanos envolvidos no projeto com qualificação adequada nas áreas das especificidades necessárias para a realização do projeto;
11. Trabalho em rede e articulação e mobilização comunitária e, ou de políticas públicas como mais um instrumento para o alcance dos objetivos e resultados propostos;
12. Coerência do orçamento entre os valores explicitados, recursos necessários e atividades/ações propostas.

Observação - Cada item receberá valor de 0 a 3 pontos, por Comissão de Mérito, onde os projetos, segundo pontuação mínima de 18 pontos, estarão aptos (classificados) para a próxima etapa, mediante parecer da Comissão. Não obstante, significa que o projeto com maior pontuação deverá ser o prioritário. Somente após estudo e parecer da Comissão e apresentação à Plenária será decido a classificação final dos projetos.

ANEXO V

MATRIZ DE PONTUAÇÃO

Distribuição de pontos para projetos do Edital 003/20235CMDI

Legenda

(1): Não está especificado no projeto.
(2): Especificado, mas de maneira insatisfatória, havendo lacunas nas informações.
(3): Especificado de maneira regular, necessitando de adequações.
(4): Está bem especificado no projeto e de maneira satisfatória.

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO			
	0 VERMELHO	1 ROSA	2 AMARELO	3 VERDE
1. Proposta de acordo com a legislação relacionada á pessoa idosa, em especial ao Estatuto do Idoso.				
2. Capacidade técnica e administrativa e operacional da instituição para execução do projeto, principalmente ao tema proposto.				
3. A proposta apresenta inovação ao problema que atinge diretamente a pessoa idosa, apontando as possíveis causas e consequências, justificando as estratégias elaboradas para executar o projeto.				
4. A proposta promove a participação do idoso, bem como a sensibilização /mobilização da redução das desigualdades, a equidade de raça, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de inclusão de idoso com grau elevado de comprometimento com o autocuidado.				
5. Apresentação de dados (diagnósticos) que justifique a intervenção sobre a realidade do idoso na comunidade em que o projeto será desenvolvido.				
6. Apresentação do trabalho/envolvimento da família como mais uma estratégia para o alcance de objetivos e resultados				
7. A proposta apresenta resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que promovam melhorias significativas nas condições qualidade de vida do idoso.				
8. Detalhamento da Metodologia e Adequação da abordagem sociopedagógica em relação ao público beneficiário, equipe do projeto e atividades a serem desenvolvidas;				
9. Proposta de monitoramento e avaliação do projeto				
10. Recursos Humanos envolvidos no projeto com qualificação adequada nas áreas das especificidades necessárias para a realização do projeto				
11. Apresenta estratégias de trabalho em rede e, ou articulação de políticas públicas como mais um mecanismo para o alcance dos objetivos e resultados propostos				
12. Coerência no Orçamento, entre os valores solicitados e recursos necessários com as atividades e ações propostas.				
Sub Total				
Pontuação Final				

Observação Cada item receberá valor de 0 a 3 pontos, por Comissão de Mérito, onde os projetos que alcançarem a pontuação mínima de 18 pontos, serão considerados aptos (classificados) à fase final, mediante parecer da Comissão, e posteriormente, encaminhados para aprovação e classificação final pela Plenária.

Observações sobre o Anexo IV à:

NOME DO PROJETO		
DESPESAS COM O PROJETO		
1. GASTOS DIRETOS COM ATIVIDADES (específicos para uso nas atividades do Projeto)	DESPESA	DESCRIÇÃO DO GASTO
Alimentação		
Vestuários		
Materiais Diversos (especificar de acordo com as atividades)		
Material Informativo		

Transporte /combustível		
SUB TOTAL		

2. RECURSOS HUMANOS (Apenas os profissionais contratados para a execução do projeto)	DESPESA	DESCRIÇÃO DO GASTO
SUB TOTAL		

3. MATERIAL PERMANENTE(específicos para uso nas atividades do Projeto)	DESPESA	DESCRIÇÃO DO GASTO
SUB TOTAL		

TOTAL GERAL	TOTAL DOS GASTOS	RESUMO DOS GASTOS
1. GASTOS COM ATIVIDADES		
2. RECURSOS HUMANOS		
3. MATERIAL PERMANENTE		
TOTAL GERAL…….		

ANEXO VI
Cronograma de execução das Ações/Atividades
Instruções: *Na primeira coluna liste de forma resumida cada ação/atividade em uma linha, usando apenas as linhas que forem necessárias. Nas colunas referentes aos 12 meses assinale um X nos meses em que cada atividade deverá ocorrer.*

Ações / Atividades (Conforme o item 07 do Projeto Descritivo)	*MESES*											
	Mês1	*Mês2*	*Mês3*	*Mês4*	*Mês5*	*Mês6*	*Mês7*	*Mês8*	*Mês9*	*Mês10*	*Mês11*	*Mês12*

Campanha/MG, 24 de agosto 2026

ANEXO VII

(COM A LOGO DA ENTIDADE)
(de preferência papel timbrado ou nome da OSC)

Declaração do representante legal da OSC de inexistência de impedimento à celebração da parceria

Local e data

Eu ....., portador da Carteira de Identidade n.º ..... expedida por ..... em ...../...../....., representante legal da Organização da Sociedade Civil ..... DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada cumpre plenamente os requisitos definidos no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2026/CMDI para a celebração do Termo de Fomento que a entidade: está regularmente constituída; não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada; não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública Municipal, seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; não tem contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; não está suspensa de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública; não foi suspensa temporária da participação em chamamento público e impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do município de Campanha; não foi declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo; não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; não tem entre seus dirigentes pessoa: cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Por ser expressão de verdade, sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

_____.
Assinatura do Responsável

Cronograma Edital de Chamamento Público nº 001/2026

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA
1	Publicação do Edital de Chamamento	25/08/2026
2	Envio de propostas pelas OSCs interessadas (Plano de Trabalho e Documentação)	30/09/2026 a 02/10/2026
3	Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	05/10/2026 a 15/10/2026
4	Análise e julgamento das propostas	16/10/2026 a 26/10/2026
5	Divulgação do resultado preliminar de classificação das propostas	29/10/2026
6	Interposição de recursos contra o resultado preliminar (se houver).	30/10/2026
7	Análise dos recursos	03/11/2026 a 10/11/2026
8	Divulgação das decisões recursais proferidas, homologação e publicação do resultado definitivo do chamamento público	12/11/2026
9	Entrega dos documentos solicitados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para firmar o Termo de Fomento	16/11/2026 a 25/11/2026

olvimento de ações voltadas a área dos Direitos dos Idosos por Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos

O Município de Campanha, por meio do Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI) no uso de suas atribuições e, observados os termos da Lei Federal nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 12.213/2010 alterada pela Lei nº 13.797/2019, Lei Municipal nº 3361/2021 que dispõe sobre constituição do Fundo Municipal de Direitos do Idoso, Decreto Municipal nº 7324/2021 que dispõe sobre os termos de celebração de parceria, e Resolução do CMDI nº 08/2021 que dispõe sobre as ações a serem financiadas pelo Fundo Municipal de Direitos dos Idosos, torna público o presente Edital de Chamamento Público que selecionará propostas de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, com sede e/ou instalações no Município de Campanha, e com inscrição vigente perante o Conselho Municipal de Direitos do Idoso, para fins de execução de projetos que tenham por objetivo específico a promoção e garantia de direitos da pessoa idosa e o envelhecimento digno, ativo e saudável, nos termos do Estatuto do Idoso, e que estejam em conformidade com os eixos e diretrizes previstas deste edital.

Disposições Gerais:

As entidades e instituições não governamentais, sem fins lucrativos, que pretendam concorrer à obtenção de recursos do Fundo Municipal de Direitos do Idoso (FMDI) para financiamento de projetos ou ações de promoção, proteção, defesa e atendimento aos direitos da pessoa idosa, em conformidade com os regimes da política de atendimento, estabelecidos no Estatuto do Idoso devem atender aos requisitos explicitados deste edital.

A impugnação do presente Edital poderá ser protocolada na Secretaria- Executiva do Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI) vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, situada na Rua João Bressane, 01 – Centro – CEP 37.400-000, no prazo de até 03 (três) dias úteis a partir da data de sua publicação;

Cabe ao CMDI decidir sobre a impugnação;

1.2.2. Caso seja acolhida a impugnação, será designada outra data para a publicação de novo chamamento público;

As Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com pretensão de solicitação do financiamento deverão estar cadastradas no Conselho Municipal do Idoso de Campanha, em plena atividade, conforme Resolução CMDI nº 05/2023;

Estarão impedidas de participar deste Chamamento as OSC´s que se enquadrarem em quaisquer das vedações do art. 39 da Lei Federal nº. 13.019/2014 ou que tenham qualquer outro impedimento legal para contratar com a Administração Municipal;

Cada Organização da Sociedade Civil poderá apresentar apenas uma proposta por Eixo, e no máximo de duas propostas, porém em eixos diferentes, que deverão se enquadrar em uma das Ações Prioritárias, conforme ítem 6.1 deste edital, e se relacionar com o programa/regime de atendimento inscrito no Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI).

Do Objeto:

Constitui objeto do presente Edital, com vistas à celebração de Termo de Fomento com a Administração Pública Municipal: “a viabilização de projetos que tenham como público-alvo as pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 (sessenta anos), nos termos do artigo 1º, caput, da Lei Federal nº 10.741/2003”, por meio de ações complementares à política de promoção, de proteção, de defesa e de atendimento dos direitos do Idoso do Município a serem executadas no ano 2026”.

Da Data, Prazos, Condições, Local e Forma de Apresentação das Propostas:

As Propostas deverão ser apresentadas até o dia 28 de setembro de 2026, na sede da Secretaria-Executiva do CMDI, localizada na Rua João Bressane, nº 01, Centro, das 8 às 16 horas, em envelope contendo a identificação da entidade e a ação que pretende executar, conforme disposto no item 5.5;

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização desse evento na data acima mencionada, o Chamamento Público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação;

As propostas deverão ser apresentadas na forma do instrumental disposto no anexo II deste edital;

O repasse dos recursos para as organizações da sociedade civil, pelos projetos aprovados pelo CMDI, será realizado por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação mediante a celebração de Termo de Fomento;

Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do Fundo Municipal de Direitos do Idoso;

As despesas decorrentes deste Chamamento Público correrão à conta da dotação orçamentária:

02.09.04.08.241.0028.4.094 3350.43.00 Reduzido 749

Da aplicação dos recursos do FMDI

Os recursos do FMDI disponíveis no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), neste Edital se destinam ao financiamento de ações não governamentais relativas a:

Desenvolvimento, por tempo determinado, de programas e serviços complementares à política de promoção, de proteção, de defesa e atendimento dos direitos do Idoso;

Programas e projetos de pesquisa, de estudos, de elaboração de diagnósticos, de sistemas de informações, de monitoramento e avaliação das Políticas Públicas relativas ao idoso;

Programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada, dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso – conselheiros de direitos, técnicos e profissionais ligados ao atendimento à pessoa idosa, para melhor desempenho das políticas e programas municipais;

Desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos do idoso;

Ações de articulação e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos do Idoso.

É vedada a utilização de recursos do Fundo para:

Transferência a outros objetivos sem deliberação do CMDI;

4.2.2 Pagamento, manutenção e funcionamento de órgãos por parte do Município;

Manutenção e funcionamento do CMDI;

A apresentação de propostas por pessoa jurídica de direito público ou privado em débito com a Fazenda Pública Municipal, Estadual e Federal;

Financiamento de Políticas Públicas sociais básicas, em caráter continuado ou não, e que poderão dispor de recursos orçamentários específicos, nos termos das políticas públicas referidas no presente tópico são exigíveis de acordo com o estabelecido no art. 230 da CF/88.

A doação, cessão ou alienação de bens permanentes adquiridos com recursos do fundo no prazo de 10 (dez) anos de sua aquisição a não ser em caso de dissolução da entidade, que deverá repassá-los a outra entidade congênere ou ao Patrimônio Municipal;

Aquisição de bens permanentes com recursos do Fundo, salvo se acompanhada de justificativa detalhada e minuciosa da necessidade e impacto social da ação a ser desenvolvida, com comprovação de que a entidade reúne condições de uso e manutenção pela entidade.

Dos prazos e condições para apresentação de projetos:

Os projetos a serem avaliados pelo CMDI deverão ser entregues em envelope lacrado, contendo uma via original encadernada, assinada e rubricadas pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil (OSC) que será encaminhada para análise da Comissão Especial de Seleção, do CMDI. Além da via física do projeto, também deverá ser encaminhada uma segunda via, em mídia eletrônica, em PDF, para o e-mail conselhodoidosocampanha@gmail.com A ausência da mídia eletrônica inabilita a classificação do projeto protocolado fisicamente. No ato de entrega da via física, será fornecido o protocolo pela Secretaria-Executiva do Conselho do Idoso.

Os Projetos que preveem aquisição de bens materiais, mão de obra, transportes, equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, entre outros, deverão apresentar, no mínimo 3 (três) orçamentos com as mesmas especificações, exceto no caso em que houver apenas um fornecedor ou fabricante. Neste caso, a entidade deverá apresentar justificativa;

Planilha orçamentária pormenorizada especificando, separadamente, com subtotais, os itens a serem financiados como custeio e, ou investimento, cujas somas das linhas devem apresentar valor igual ao total do projeto. A planilha conterá, no mínimo, uma via impressa, rubricada e assinada, conforme modelo constante do Anexo V;

Para concorrer aos recursos do Fundo Municipal de Direitos do Idoso os projetos, programas e ações deverão ser apresentados na data estabelecida neste edital, ficando sujeitos aos prazos aqui definidos e escala de prioridades determinadas pela Comissão Especial de Seleção, do Fundo do idoso face ao número de projetos a serem aprovados pelo CMDI;

O envelope deve estar lacrado e conter a seguinte etiqueta:

Da Linha de Financiamento:

Constituem diretrizes e ações prioritárias deste edital os cinco eixos descritos abaixo:

EIXO I- VALORIZAÇÃO, RESPEITO E CUIDADO DA PESSOA IDOSA

FOCO NO PROTAGONISMO, NA PERSPECTIVA INTERGERACIONAL E NO RESPEITO À DIVERSIDADE

Realização de campanhas de sensibilização, promoção de direitos e valorização da pessoa idosa, por diversas estratégias de comunicação;

Valorização da memória, conhecimento e cultura da pessoa idosa em Campanha por meio de ações de cultura, esporte e lazer, artesanato e demais manifestações culturais, ocupação do espaço público e produção de conhecimento;

Fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais;

Criação de espaços para promoção do cuidado da pessoa idosa, abrangendo ações de saúde, assistência social, esporte e lazer, convivência comunitária e troca de saberes;

Promoção de ações educativas da mobilidade urbana de respeito e prioridade da pessoa idosa em Campanha, por meio de estratégias de comunicação lúdica, acessíveis e inovadoras;

Promoção de ações de sensibilização da população em geral ressaltando o envelhecimento e sua importância na sociedade, bem como as *expertises* e potencialidades dos mesmos;

Promoção de ações de sensibilização e promoção da acessibilidade por meio de campanhas de orientação para manutenção de calçadas e adequação de edificações, considerando-se a promoção da autonomia e segurança de todos.

EIXO II - PROMOÇÃO DO ENVELHECIMENTO ATIVO, DIGNO E SAUDÁVEL
SAÚDE, EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, CULTURA, SEGURANÇA ALIMENTAR, GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO

Diretrizes:

Abordagem do envelhecimento em uma perspectiva positiva, abrangente e participativa voltada a pessoas de todas as idades, com vistas a:

Promoção de saúde, prevenção de doenças e segurança alimentar;
Acesso à cultura em todos os seus aspectos e nos espaços culturais da cidade;
Acesso ao esporte e ao lazer e a atividades físicas;
Educação e de desenvolvimento pessoal, conhecimento e acesso aos meios de tecnologia de informação, mídias, redes sociais e outros;
Qualificação profissional, geração de renda e reinserção no mercado de trabalho, de acordo com as demandas e potencialidades;
Acesso a serviços, instâncias de participação na vida econômica, política, saúde, social, cultural e afetiva de controle social de utilização e ocupação dos equipamentos e espaços da cidade;

Oportunidades para transmissão de cultura e valores entre gerações, o aproveitamento do potencial, conhecimento e ressignificação do papel da pessoa idosa na sociedade;

Promoção de ações que identifiquem, estimulem e desenvolvam novas habilidades da pessoa em processo de envelhecimento, no trabalho e na ocupação do tempo livre, visando à reestruturação do seu projeto de vida pessoal e profissional, bem como o estímulo a complementação de renda;

Apoio para o processo de aposentadoria, incluindo a perspectiva da construção de um projeto de vida pessoal e profissional, bem como estratégias a complementação de renda;

Ações que incentivem o desenvolvimento de tecnologias e inovações que beneficiam a população envelhescente e idosa;

Realização de capacitação para coordenadores, voluntários e profissionais de grupos de convivência de pessoas idosas.

EIXO III- PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

Diretrizes:

Promoção de campanhas de sensibilização e prevenção à violência contra a pessoa idosa, superação de situações de violação de direitos e acesso aos serviços de apoio e proteção à pessoa idosa;

Empoderamento da pessoa idosa em situação de violação de direitos, por meio de ações educativas, de geração de renda e mediação de conflitos;

Sensibilização de familiares e pessoas que cuidam, visando à prevenção e superação de situações de violação de direitos;

Promoção de ações de conscientização e informação para prevenir ocorrências de abusos contra a pessoa idosa;

Promoção de ações de valorização e apoio destinado a pessoas que cuidam, visando ao fortalecimento de vínculo e redução do impacto social e emocional.

EIXO IV- CUIDADO AO IDOSO FRÁGIL E OU EM PROCESSO DE FRAGILIZAÇÃO

Diretrizes:

Promoções de ações que estimulem a capacidade funcional da pessoa idosa, reforçando a sua resistência, equilíbrio e segurança, e promovam a percepção de suas limitações físicas;

Promoção de ações de cuidado para a pessoa idosa frágil, ou em processo de fragilização, por meio de serviços de reabilitação física e mental, de estimulação cognitiva e afetiva;

Promoção de ações de base comunitária com objetivos informativos, educativos e de promoção da saúde enfocando as causas da fragilidade, bem como, as possibilidades de sua prevenção, cuidado e superação;

Formação e capacitação para cuidadores e familiares de pessoas idosas acometidas por doenças crônicas degenerativas ou outras condições de fragilidade, sobre a abordagem, cuidados na relação com a pessoa idosa visando à manutenção e o fortalecimento de vínculos sócioafetivos.

EIXO V - FORTALECIMENTO E APOIO À REDE DE ATENDIMENTO AOS IDOSOS EM SITUAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS E AMPLA VULNERABILIDADE

Diretrizes:
Promoção de ações de suporte aos cuidados de saúde da pessoa idosa residente nas ILPIs, por meio de qualificação das equipes técnicas das instituições, com enfoque nas especificidades do cuidado e atendimento à pessoa idosa; na ampliação e estímulo da capacidade funcional e de participação cidadã das pessoas idosas institucionalizadas no espaço urbano; na utilização de tecnologias assistivas;

Ações de atendimento e acompanhamento interdisciplinar, exclusivamente diurno (Centro-Dia) para pessoas idosas, preferencialmente inscritas no CADÚNICO, com perspectiva de educação e aprendizagem ao longo da vida, cuidados diurnos e reabilitação, em condições de fragilidade ou que vivam só;

Atendimento especializado e temporário às pessoas idosas em condições de alta hospitalar ou em contexto de violações de direitos, que necessitam de cuidados específicos, além das possibilidades de seus familiares;

Reforma e adequação de espaços físicos nas ILPIs socioassistenciais, contendo plano de intervenção, contemplando a humanização dos espaços considerando o olhar das pessoas idosas residentes; a realização de reformas necessárias prioritárias para adequações à NBR 9050, às exigências da Vigilância Sanitária e do Corpo de Bombeiros e de outros órgãos de controle e fiscalização;

Promoção de ações de lazer, cultura, educação e cidadania dentro das ILPIs, estimulando o convívio social dentro da instituição, inclusive dos que possuem mobilidade reduzida.

Da Apresentação dos Documentos para a Formalização da Parceria

Serão imprescindíveis a apresentação dos seguintes documentos:

Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

Cópia legível do estatuto e suas alterações, com a comprovação de seu registro na forma da lei;

Cópia legível da ata de eleição e posse da atual diretoria da organização da sociedade civil, registrada na forma da lei;

Cópia legível de documento de identidade e CPF do presidente da entidade ou em caso de representante legal apresentação de procuração com firma reconhecida ou por instrumento público;

Relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles;

Cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, conta de consumo ou contrato de locação;

Certidão de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

Certidão negativa de débitos tributários federais;

Certidão negativa de débitos tributários estaduais;

Certidão negativa de débitos municipal;

Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;

Declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar parceria prevista no art. 39 da Lei nº 13.019/2014 (modelo de declaração, anexo VII).

Declaração de capacidade técnica e operacional;

Duas vias do plano de trabalho conforme Anexo II

O estatuto social da organização da sociedade civil proponente, previsto no inciso I da Cláusula 6.1, deverá prever expressamente em suas disposições, os requisitos estabelecidos no artigo 33, incisos I, III e IV, da Lei Federal nº 13.019/2014, a saber:

Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

Em se tratando de representação por procurador(a), deverá ser apresentada a procuração original ou cópia simples, acompanhada de cópias simples do documento de identificação oficial com foto e CPF – Cadastro de Pessoas Físicas do(s) outorgante(s) e do(a) procurador(a);

Serão aceitos para fins comprobatórios os seguintes documentos oficiais de identidade com fotografia: carteira de identidade, carteira de identificação profissional, carteira de motorista (CNH), carteira de trabalho (CTPS) e passaporte;

A inobservância do disposto na cláusula **7.1** deste edital ensejará na inabilitação da organização da sociedade civil, e consequente eliminação da proposta do presente chamamento público;

A vigência e regularidade da inscrição da organização da sociedade civil perante o Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Campanha serão verificadas pela própria Comissão de Seleção;

Com a aprovação da proposta, a entidade beneficiada autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como a divulgação do projeto, no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou comprovação de execução do objeto, em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

Dos Critérios de análise das propostas e das Condições de Participação

As propostas serão analisadas pela Comissão Especial de Seleção, designada pelo CMDI, por meio de resolução para este fim, através do Plano de Trabalho, Metas e Indicadores, Planilha Orçamentária e Cronograma de Execução das propostas, apresentado pela OSC, na forma do instrumental constante dos anexos II, IV, VI e VII deste Edital;

A critério da Comissão Especial de Seleção para a avaliação dos projetos, outros profissionais poderão ser convidados a assessorá-la nessa etapa seletiva. Não poderão participar da Comissão Especial de Seleção, pessoas que estiverem envolvidas com o projeto ou possuam vínculos direto com as instituições proponentes, ou com seus dirigentes;

A Comissão de Seleção poderá suspender a sessão, por até 02 (dois) dias úteis, caso julgue necessário maior prazo para análise da proposta, objetivando confirmar as informações prestadas;

A Comissão Especial de Seleção, em seu parecer deverá elencar os aspectos que foram considerados no projeto para sua aprovação ou não;

Os projetos tecnicamente habilitados serão encaminhados à sessão plenária, para aprovação, classificação final e emissão de Resolução autorizativa;

Havendo caso de empate, na sessão plenária, será analisada a pontuação individual comparativa e ordenada nos itens 1 a 12 do quadro de Matriz de Pontuação – Anexo IV - a; a coerência do desenvolvimento metodológico com o desembolso solicitado e a justificativa da relevância social do projeto;

Na eventualidade de entidade da Sociedade Civil, que tenha assento no Conselho Municipal de Direitos do Idoso, apresentar proposta, o conselheiro representante da mesma não poderá emitir parecer e nem votar no referido projeto;

As propostas que contenham previsão de execução de seu projeto fora do âmbito do município de Campanha serão automaticamente eliminadas do chamamento público, com exceção dos eventuais projetos de cultura e lazer;

Não será exigida contrapartida em bens e serviços;

Não serão aceitas propostas para:

Financiamento das Políticas Públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico;

Investimento em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, salvo se de uso exclusivo da Política do Idoso;

Despesas que não se identifiquem diretamente com os objetivos da proposta apresentada.

Da Formalização de Consultas e Orientações

9.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao chamamento público deverão ser enviados à Comissão Especial de Seleção, via internet, para o e-mail conselhodoidosocampanha@gmail.com até o 5º dia útil após a publicação deste edital;

9.2. A Comissão Especial de Seleção, terá prazo de 2 (dois) dias úteis para responder aos pedidos de esclarecimentos encaminhados. As respostas serão encaminhadas por e-mail ao solicitante;

9.3. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI) não se responsabiliza por quaisquer incorreções e/ou problemas de funcionamento dos endereços eletrônicos (e-mail) fornecidos pelas organizações da sociedade civil proponentes;

9.4. A Secretaria-Executiva do CMDI estará à disposição para orientações a respeito dos Projetos a serem apresentados pelas Entidades, durante o período em que o presente Edital se encontrar aberto. Após o Projeto ser protocolado na Secretaria-Executiva, somente poderá sofrer adequações caso seja classificado pela Matriz de Pontuação e, solicitadas pela Comissão Especial de Seleção.

Das Condições para Interposição de Recursos

As Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar recursos à Comissão de Especial de Seleção contra o resultado da análise dos projetos, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação da decisão;

10.2. Os recursos deverão ser protocolados na Secretaria-Executiva do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, Rua João Bressane, 01 – Centro, das 8 às 16 horas, com endereçamento à Comissão Especial de Seleção, que terá três dias úteis para responder aos recursos;

10.3. Caberá um único recurso ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso, também no prazo de três dias úteis.

11. Das Disposições Finais

11.1. As obrigações da organização da sociedade civil e do Município e demais regramentos para a execução da parceria, inclusive no que diz respeito à prestação de contas, constarão do Termo de Fomento;

11.2. Aplicam-se a este edital as disposições contidas na Constituição Federal, das Leis Federais 13.019/14, 13.797/19 e 10.741/03 e Lei Municipal 3361/2021.

As questões não previstas neste edital serão decididas pela Plenária do CMDI.

Campanha, 24 de agosto de 2026

JOSÉ REINALDO DOS REIS FERREIRA
Presidente do CMDI

JOELMA DIAS RAMOS
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DE PROPOSTA NO CMDI

(Modelo Obrigatório)

(Cabeçalho com o timbre da entidade)

Ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Campanha–MG

Prezado Presidente,

Atendendo ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2026/CMDI, encaminhamos o Projeto abaixo descrito, para apreciação do conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI), objetivando captar recursos através do Fundo Municipal de Direitos do Idoso.

Nome do Projeto	
Nome da Instituição	
CNPJ	

Endereço	
E-mail	
Responsável	
E-mail	
CPF	RG:
Técnico Responsável	

Campanha/MG, de 2026

Assinatura do Responsável

ANEXO II
(Modelo Obrigatório)
(Cabeçalho com Timbre da Entidade)

ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DESCRITIVO

1- IDENTIFICAÇÃO
a) Nome do Projeto:
b) Instituição Proponente:
CNJP:
Endereço:
Telefone: E-mail:
c) Responsável pela Instituição Proponente:
Nome:
CPF/RG:
Endereço:
Telefone: E-mail:
d) Responsável pelo Projeto:
Nome:
Nº Reg. Profissional:
Endereço:
Telefone: E-mail:
2- APRESENTAÇÃO

Explicitar de maneira sucinta a história da instituição, quando ela surgiu, o que motivou sua criação, quais são seus objetivos, missão e valores;

Qual o comprometimento e experiências no trabalho de garantia dos direitos humanos para com a pessoa idosa;

Ressaltar as parcerias anteriormente estabelecidas, os apoios e financiamentos obtidos em outros projetos, demonstrando dessa forma a credibilidade, boa reputação e legitimidade de sua instituição.

3. JUSTIFICATIVA
Explicitar e fundamentar a pertinência e relevância do projeto como proposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva e que atinge diretamente os idosos. Nessas informações será importante haver ênfase em aspectos qualitativos e quantitativos que justifiquem a execução do projeto, evitando-se dissertações genéricas sobre o tema:
É importante que as considerações contenham dados e indicadores sobre a temática a ser abrangida pelo projeto e, especialmente, informações que permitam a análise da situação em âmbito municipal, regional e, ou estadual, conforme a abrangência das ações a serem executadas.
Apresentar a capacidade técnica, administrativa e operacional da instituição para desenvolver o projeto e, principalmente, a experiência que possui para o trabalho a ser desenvolvido com a implementação do mesmo.
- Indicar os parceiros envolvidos para a boa execução do projeto.

4. OBJETIVOS
a) **Objetivo Geral**

Deve demonstrar de forma ampla e geral o que se pretende alcançar com a implementação do projeto, devendo expressar a transformação almejada ao final da execução do projeto;
Deve exprimir uma situação positiva a ser alcançada, buscando solucionar ou contribuir para amenizar o problema identificado existindo relação com as estratégias apresentadas e com a solução do problema a ser enfrentado pelo projeto.

Obs: Os objetivos devem ser expressos com verbos de ação na sua formulação, tais como: Contribuir, Demonstrar, Possibilitar, Preparar, Desenvolver, etc.

b) Objetivos Específicos
Devem ser concretos e viáveis, devidamente relacionados com as atividades que serão desenvolvidas durante o projeto e com os resultados previstos. Eles devem estar ligados a algo concreto e viável que se busca alcançar no âmbito do projeto, devendo também ter conexão com os resultados e as atividades propostas, ou seja, as atividades apresentadas são importantes para o alcance dos objetivos e assim dos resultados propostos;

Todo o projeto apresentado deve conter medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos.

5. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

Informar o perfil do público beneficiário do projeto (qual o contexto comunitário em que vivem, características sociais e econômicas…);
Número de idosos beneficiados diretamente com o projeto (delinear faixa etária);
Número de Famílias beneficiadas diretamente com o projeto;
Número Indireto de pessoas idosas beneficiadas com o projeto;
Número Indireto de Famílias beneficiadas com o projeto.

Obs: Entende-se por público indireto aquele que não será atendido diretamente, mas que, com a execução do projeto, são beneficiadas pelos efeitos por ele produzidos.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Dos Resultados:

• Devem, de maneira geral, revelar o alcance dos objetivos específicos podendo ser expressos de forma quantitativa como também qualitativa;
• Lembre-se: os resultados devem expressar em como se espera alcançar os
objetivos específicos, em quais pontos serão constatados as inovações do projeto em questão;
• Portanto deve existir uma correspondência muito estreita entre os mesmos;
Obs: Apresentar resultados quantitativos e qualitativos esperados com a execução do projeto, com seus respectivos indicadores e meios de verificação:
• Deve fornecer evidências concretas do alcance dos objetivos e resultados do
Projeto:
Obs: Eles devem ser uma "régua" que ajuda a medir, avaliar ou demonstrar de que maneira os resultados e os objetivos de um projeto serão alcançados. Eles contribuem para assegurar uma boa gestão do projeto e permitem que os gerentes de projeto decidam se serão necessários componentes adicionais ou de correção de percurso para alcançar o Propósito do projeto. Indicadores quantitativos e qualitativos. Os indicadores quantitativos referem-se às ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis ou pesquisas de campo. Os indicadores qualitativos correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas, com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão.

Dos Meios de Verificação:

• Devem indicar onde o executor e, ou o avaliador pode obter informações a respeito dos indicadores. Isto nos indica que os planejadores do projeto precisam construir ou identificar "instrumentos de informações" para verificar alcance dos resultados e os indicadores propostos.

7. METODOLOGIA/ESTRATÉGIA DE AÇÃO

• Explicar como o projeto será desenvolvido (ações/atividades previstas, meios de realização);
• Detalhar como as diferentes etapas serão implementadas e qual a inter-relação entre as mesmas para o alcance dos objetivos e resultados previstos.

8. ORÇAMENTO

a) Valor Total do Projeto:
b) Valor a ser utilizado com recursos do FUNDO DO IDOSO:
Obs: Apresentar Planilha Orçamentária (ANEXO V).

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Apresentar de maneira clara como será realizado o monitoramento e avaliação do projeto, indicando: etapas, pessoas responsáveis, periodicidade, instrumentos que serão utilizados.

ANEXO III

METAS E INDICADORES

(Conforme item 06 do Projeto Descritivo)

Metas	Ações/Atividades	Indicadores	Documentos para verificação	Período de verificação
Macro ações (resultados parciais) a serem realizadas. Devem ser quantificáveis, verificáveis e com prazo definido	Operações concretas a serem realizadas para o atingimento da meta. Uma mesma meta pode exigir a realização de mais de uma ação	Unidade de medida do alcance de uma meta. É a forma de aferição do cumprimento ou não da meta. Deve ser passível de verificação	Documentos que contém os elementos para verificação dos indicadores. É o instrumental no qual o indicador pode ser analisado. Ex. Fotografias, lista de presença, planilha, banco de dados, certificados etc.	Prazo em que a meta deverá ser atingida

ANEXO IV
DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS A SEREM ATRIBUÍDOS AOS PROJETOS CONCORRENTES AO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO, CONFORME EDITAL 01/2026
Para a avaliação das propostas, se levará em conta os critérios abaixo:
1. Consonância do projeto com a legislação relacionada à promoção dos direitos da pessoa idosa, em especial ao Estatuto do Idoso;
2. Capacidade técnica e administrativa e operacional da instituição para execução do projeto, principalmente ao tema proposto;
3. Contextualização e inovação sobre o problema que atinge diretamente a pessoa idosa, apontando suas causas e consequências e sua coerência com os objetivos e resultados propostos no Projeto;
4. Promoção da participação do idoso, bem como ações que estimulem a redução das desigualdades, a equidade de raça, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de inclusão de pessoas com grau elevado de comprometimento para o autocuidado;
5. Envolvimento das famílias dos idosos no projeto como mais uma estratégia para o alcance de objetivos e resultados;
6. Impacto da ação e viabilidade: o projeto promove resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que objetivem melhorias significativas nas condições de vida das pessoas idosas;
7. A proposta apresenta resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que promovam melhorias significativas nas condições qualidade de vida do idoso.
8. Detalhamento da metodologia e adequação da abordagem sociopedagógica em relação ao público-alvo, equipe do projeto e atividades a serem desenvolvidas;
9. Proposta de monitoramento e avaliação do projeto;
10. Recursos Humanos envolvidos no projeto com qualificação adequada nas áreas das especificidades necessárias para a realização do projeto;
11. Trabalho em rede e articulação e mobilização comunitária e, ou de políticas públicas como mais um instrumento para o alcance dos objetivos e resultados propostos;
12. Coerência do orçamento entre os valores explicitados, recursos necessários e atividades/ações propostas.
Observação - Cada item receberá valor de 0 a 3 pontos, por Comissão de Mérito, onde os projetos, segundo pontuação mínima de 18 pontos, estarão aptos (classificados) para a próxima etapa, mediante parecer da Comissão. Não obstante, significa que o projeto com maior pontuação deverá ser o prioritário. Somente após estudo e parecer da Comissão e apresentação à Plenária será decido a classificação final dos projetos.

ANEXO V
MATRIZ DE PONTUAÇÃO
Distribuição de pontos para projetos do Edital 003/20235CMDI
Legenda
(1): Não está especificado no projeto.
(2): Especificado, mas de maneira insatisfatória, havendo lacunas nas informações.
(3): Especificado de maneira regular, necessitando de adequações.
(4): Está bem especificado no projeto e de maneira satisfatória.

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO			
	0 VERMELHO	1 ROSA	2 AMARELO	3 VERDE
1. Proposta de acordo com a legislação relacionada á pessoa idosa, em especial ao Estatuto do Idoso.				
2. Capacidade técnica e administrativa e operacional da instituição para execução do projeto, principalmente ao tema proposto.				

3. A proposta apresenta inovação ao problema que atinge diretamente a pessoa idosa, apontando as possíveis causas e consequências, justificando as estratégias elaboradas para executar o projeto.				
4. A proposta promove a participação do idoso, bem como a sensibilização /mobilização da redução das desigualdades, a equidade de raça, de etnia, de gênero, de orientação sexual, de inclusão de idoso com grau elevado de comprometimento com o autocuidado.				
5. Apresentação de dados (diagnósticos) que justifique a intervenção sobre a realidade do idoso na comunidade em que o projeto será desenvolvido.				
6. Apresentação do trabalho/envolvimento da família como mais uma estratégia para o alcance de objetivos e resultados				
7. A proposta apresenta resultados concretos, em termos quantitativos e qualitativos, que promovam melhorias significativas nas condições qualidade de vida do idoso.				
8. Detalhamento da Metodologia e Adequação da abordagem sociopedagógica em relação ao público beneficiário, equipe do projeto e atividades a serem desenvolvidas;				
9. Proposta de monitoramento e avaliação do projeto				
10. Recursos Humanos envolvidos no projeto com qualificação adequada nas áreas das especificidades necessárias para a realização do projeto				
11. Apresenta estratégias de trabalho em rede e, ou articulação de políticas públicas como mais um mecanismo para o alcance dos objetivos e resultados propostos				
12. Coerência no Orçamento, entre os valores solicitados e recursos necessários com as atividades e ações propostas.				
Sub Total				
Pontuação Final				

Observação Cada item receberá valor de 0 a 3 pontos, por Comissão de Mérito, onde os projetos que alcançarem a pontuação mínima de 18 pontos, serão considerados aptos (classificados) à fase final, mediante parecer da Comissão, e posteriormente, encaminhados para aprovação e classificação final pela Plenária.

Observações sobre o Anexo IV à:

NOME DO PROJETO		
DESPESAS COM O PROJETO		
1. GASTOS DIRETOS COM ATIVIDADES (específicos para uso nas atividades do Projeto)	DESPESA	DESCRIÇÃO DO GASTO
Alimentação		
Vestuários		
Materiais Diversos (especificar de acordo com as atividades)		
Material Informativo		
Transporte /combustível		
SUB TOTAL		

2. RECURSOS HUMANOS (Apenas os profissionais contratados para a execução do projeto)	DESPESA	DESCRIÇÃO DO GASTO
SUB TOTAL		

3. MATERIAL PERMANENTE(específicos para uso nas atividades do Projeto)	DESPESA	DESCRIÇÃO DO GASTO
SUB TOTAL		

TOTAL GERAL	TOTAL DOS GASTOS	RESUMO DOS GASTOS
1. GASTOS COM ATIVIDADES		
2. RECURSOS HUMANOS		
3. MATERIAL PERMANENTE		
TOTAL GERAL…….		

ANEXO VI

Cronograma de execução das Ações/Atividades

Instruções: *Na primeira coluna liste de forma resumida cada ação/atividade em uma linha, usando apenas as linhas que forem necessárias. Nas colunas referentes aos 12 meses assinale um X nos meses em que cada atividade deverá ocorrer.*

Ações / Atividades (Conforme o item 07 do Projeto Descritivo)	*MESES*											
	Mês1	*Mês2*	*Mês3*	*Mês4*	*Mês5*	*Mês6*	*Mês7*	*Mês8*	*Mês9*	*Mês10*	*Mês11*	*Mês12*

Campanha/MG, 24 de agosto 2026

ANEXO VII

(COM A LOGO DA ENTIDADE)
(de preferência papel timbrado ou nome da OSC)

Declaração do representante legal da OSC de inexistência de impedimento à celebração da parceria

Local e data

Eu ....., portador da Carteira de Identidade n.º ..... expedida por ..... em ...../...../....., representante legal da Organização da Sociedade Civil ..... DECLARO, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que a OSC por mim representada cumpre plenamente os requisitos definidos no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO n.º 001/2026/CMDI para a celebração do Termo de Fomento que a entidade: está regularmente constituída; não está omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada; não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública Municipal, seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau; não tem contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos; não está suspensa de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração; não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a administração pública; não foi suspensa temporária da participação em chamamento público e impedida de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do município de Campanha; não foi declarada inidônea para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo; não tem contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; não tem entre seus dirigentes pessoa: cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Por ser expressão de verdade, sob as penas da lei, firmo a presente declaração.

_____.
Assinatura do Responsável

Cronograma Edital de Chamamento Público nº 001/2026

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA
1	Publicação do Edital de Chamamento	25/08/2026
2	Envio de propostas pelas OSCs interessadas (Plano de Trabalho e Documentação)	30/09/2026 a 02/10/2026
3	Avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	05/10/2026 a 15/10/2026
4	Análise e julgamento das propostas	16/10/2026 a 26/10/2026
5	Divulgação do resultado preliminar de classificação das propostas	29/10/2026
6	Interposição de recursos contra o resultado preliminar (se houver).	30/10/2026
7	Análise dos recursos	03/11/2026 a 10/11/2026
8	Divulgação das decisões recursais proferidas, homologação e publicação do resultado definitivo do chamamento público	12/11/2026
9	Entrega dos documentos solicitados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para firmar o Termo de Fomento	16/11/2026 a 25/11/2026

Publicado por:
Patricia Gomes da Silva
Código Identificador:01D4D22A

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JAPARAIBA

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 137/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 041/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 01 (UM) PALCO MEDINDO 6 M X 6 M, SEM COBERTURA

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 041/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 137/2026
TERMO DE ADJUDICAÇÃO
O(a) PREFEITO MUNICIPAL do(a) MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG comunica aos interessados e participantes da DISPENSA ELETRÔNICA041/2026 referente à *Contratação de empresa especializada para locação, montagem e desmontagem de 01 (um) palco medindo 6 m x 6 m, sem cobertura, incluindo os serviços, materiais, equipamentos e demais recursos necessários à sua instalação e utilização, destinado à realização do evento comemorativo ao Dia da Independência do Brasil, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a ser realizado no dia 05 de setembro de 2026, no Município de Japaraíba/MG, conforme condições e especificações contidas no termo de referência.*, que ADJUDICA nos termos da Lei nº 14.133/21, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : ORTIZ CONSTRUTORA LTDA - 21.995.393/0001-90										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
1	1,00	un	SERVIÇ O	SERVIÇO	R$ 28.950,00	R$ 28.950,0000	R$ 29.187,27	R$ 29.187,27	0,8129%	R$ 237,27
Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARPINTARIA PARA O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, EPIs E EPCs, PARA DESMONTAGEM, PREPARAÇÃO, PERFURAÇÃO, POSICIONAMENTO, MONTAGEM E FIXAÇÃO DE PEÇAS DE MADEIRA PREVIAMENTE ESPECIFICADAS E FORNECIDAS PELAADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, NA PONTE SOBRE O RIO SÃO MIGUEL, SOB ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO, NÃO INCLUÍDOS NO OBJETO A ELABORAÇÃO DE PROJETO, CÁLCULO OU DIMENSIONAMENTO ESTRUTURAL									
Subtotal Adjudicado:						**R$ 28.950,00**	**Orçado: Subtotal**	**R$ 29.187,27**	**0,8129%**	**R$237,27**
Fornecedor : LAGOA TENDAS LTDA - 14.479.241/0001-70										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Total Adjudicado**	**Unitário Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Econ. R$**
1	1,00	UNIDADE	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 5.130,00	R$ 5.130,0000	R$ 5.135,94	R$5.135,94	0,1156%	R$ 5,94
Descrição: PALCO 6MX6M SEM COBERTURA Locação de palco. Tamanho 6x6 m; escada com guarda-corpo e corrimão guarda-corpo nas laterais; solo piso ajustável de 1 a 3 metros pé direito até 5 metros. ART- Anotação de Responsabilidade Técnica e laudo técnico do produto locado.										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 5.130,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 5.135,94**	**0,1156%**	**R$ 5,94**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado					**Total Orçado**		**Economia %**		**Economia R$**	
R$ 34.080,00					R$ 34.323,21		0,7085%		243,21	

Japaraíba-MG , 20 de Agosto de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui
Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:CB45CC24

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 137/2026 - DISPENSA ELETRONICA N° 041/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 01 (UM) PALCO MEDINDO 6 M X 6 M, SEM COBERTURA

MUNICÍPIO DE JAPARAÍBA/MG
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 041/2026
PROCESSO LICITATÓRIO 137/2026
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, HOMOLOGA nos termos da Lei nº 14.133/21, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: *Contratação de empresa especializada para locação, montagem e desmontagem de 01 (um) palco medindo 6 m x 6 m, sem cobertura, incluindo os serviços, materiais, equipamentos e demais recursos necessários à sua instalação e utilização, destinado à realização do evento comemorativo ao Dia da Independência do Brasil, promovido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a ser realizado no dia 05 de setembro de 2026, no Município de Japaraíba/MG, conforme condições e especificações contidas no termo de referência.*

Fornecedor : LAGOA TENDAS LTDA - 14.479.241/0001-70										
Item	**Quant.**	**Un**	**Marca**	**Modelo**	**Unitário Adjudicado**	**Total Adjudicado**	**Unitário Orçado**	**Total Orçado**	**Econ. %**	**Economia R$**
1	1,00	UNIDADE	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R$ 5.130,00	R$ 5.130,00	R$ 5.135,94	R$ 5.135,94	0,11	R$ 5,93
Descrição: PALCO 6MX6M SEM COBERTURA Locação de palco. Tamanho 6x6 m; escada com guarda-corpo e corrimão guarda-corpo nas laterais; solo piso ajustável de 1 a 3 metros pé direito até 5 metros. ART- Anotação de Responsabilidade Técnica e laudo técnico do produto locado.										
Subtotal Adjudicado:						**R$ 5.130,00**	**Subtotal Orçado:**	**R$ 5.135,94**	**0,1156%**	**R$ 5,93**
TOTAL GERAL DO PROCESSO										
Total Adjudicado				**Total Orçado**		**Economia %**				**Economia R$**
R$ 5.130,00				R$ 5.135,94		0,1156%				5,93

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Japaraíba-MG , 20 de Agosto de 2026

GERALDO ALEXANDRE LOPES
Prefeito Municipal

Assine aqui

Assine aqui

Publicado por:
Mariane Beatriz Fernandes
Código Identificador:511BBF4C

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS-MG
ADITIVOS MÊS DE JULHO 2026

Descrição do Termo/Contrato	Fornecedor do Termo/Contrato	CPF / CNPJ do Fornecedor	Número do Aditivo	Assinatura do Aditivo	Objeto do Termo/Contrato	Origem	Descrição do Aditivo	Nova Vigência Inicial	Nova Vigência Final	Valor Aditivado
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2026	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS NAGIB LTDA	13.780.677/0001-31	06/2026	03/07/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DE CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).	5-PREGÃO-SRP	QUANTIDADE	03/07/2026	27/02/2027	R$9.120,00
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2026	JOSÉ EDSON FRANCO	17.847.831/0004-49	01/2026	07/07/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).	5-PREGÃO-SRP	QUANTIDADE	07/07/2026	27/02/2027	R$11.193,00
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2025	CAPARAO MEDICAL LTDA	57.218.958/0001-70	01/2026	14/07/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO, PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.	33-PREGÃO-SRP	QUANTIDADE	14/07/2026	19/09/2026	R$924,00
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2025	JOSÉ EDSON FRANCO	17.847.831/0004-49	02/2026	16/07/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	46-PREGÃO-SRP	QUANTIDADE	16/07/2026	19/11/2026	R$180,00
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2025	JOSÉ EDSON FRANCO	17.847.831/0004-49	03/2025	17/07/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	46-PREGÃO-SRP	QUANTIDADE	17/07/2026	19/11/2026	R$2.882,50
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 240/2025	GABRIELA OLIVEIRA RIBEIRO CALDAS	25.178.236/0001-43	01/2026	27/07/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUA E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, INSUMOS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM EXECUTADOS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E NOS BUEIROS DO MUNICÍPIO.	47-PREGÃO-SRP	QUANTIDADE	27/07/2026	25/11/2026	R$744,00
ATA DE REGISTRO	H.A DISTRIBUIDORA	01.255.291/0001-21	08/2026	29/07/2026	REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA E	28-PREGÃO-SRP	QUANTIDADE	29/07/2026	18/08/2026	R$117,00

DE PREÇOS Nº 176/2025	LTDA				EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, HIGIENE E LIMPEZA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO FAZ CONDIÇÕES DE SALUBRIDADE, ASSEIO E FUNCIONALIDADE DAS DEPENDÊNCIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS/MG E DE SUAS SECRETARIAS, DE FORMA A GARANTIR O ADEQUADO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E A HIGIENE DOS AMBIENTES INSTITUCIONAIS.					
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2026	DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS NAGIB LTDA	13.780.677/0001-31	07/2026	30/07/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DE CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).	5-PREGÃO-SRP	QUANTIDADE	30/07/2026	27/02/2027	R$4.250,00
CONTRATO Nº 110/2023	CENTRAL RASTREAMENTO E SEGURANÇA LTDA	43.827.357/0001-50	03/2026	03/07/2026	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE CÂMERAS DE SEGURANÇA INSTALADAS EM VÁRIOS PONTOS DO MUNICÍPIO QUE SÃO MONITORADAS PELA POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE CALDAS.	42-DISPENSA	PERÍODO	05/07/2026	05/07/2027	--
CONTRATO Nº 75/2025	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CALDAS	19.014.786/0001-24	05/2026	01/07/2026	CONTRATAÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE QUE CONTEMPLA A ATENÇÃO AMBULAORIAL E HOSPITALAR NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS/MG) A SEREM PRESTADOS PELA CONTRATADA, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE RECURSOS DE FONTES MUNICIPAL, ESTADUAL, FEDERAL E EVENTUAIS EMENDAS PARLAMENTARES.	10- INEXIGIBILIDADE-SRP	QUALITATIVO	01/07/2026	03/06/2027	R$76.800,00
CONTRATO Nº 43/2026	CELSO AURÉLIO FONSECA	045.072.956-70	02/2026	03/07/2026	AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR- PNAE.	33-DISPENSA- CHAMADA PÚBLICA	QUANTIDADE	03/07/2026	31/08/2026	R$562,50
CONTRATO Nº 112/2024	55.691.864- MARCOS EDMILSON FERREIRA JONAS	55.691.864/0001-99	02/2026	03/07/2026	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, ELETRICISTA, PINTOR, SERVENTE DE PEDREIRO, JARDINEIRO, MARCENEIRO, ENCANADOR, CALHEIRO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DE CALDAS/MG.	16- INEXIGIBILIDADE-CREDENCIAMENTO	PERÍODO	05/07/2026	05/07/2027	--
CONTRATO Nº 172/2025	JOSÉ FERNANDES HELEUTÉRIO	973.735.246-72	03/2026	09/07/2026	LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA EDGAR NICOLETTI, NÚMERO 41, BAIRRO CENTRO, DO MUNICÍPIO DE CALDAS PARA ALUGUEL SOCIAL.	20-INEXIGIBILIDADE	PERÍODO	12/07/2026	12/10/2026	--
CONTRATO Nº 115/2024	JULIA ALVES DE PAROLIS	53.862.754/0001-17	02/2026	09/07/2026	CREDENCIAMENO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ELÉTRICOS, DE FUNILARIA E BORRACHARIA PARA MANUTENÇÃO OU REPARO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS.	11-INEXIGIBILIDADE-CREDENCIAMENTO	PERÍODO	19/07/2026	19/07/2026	--
CONTRATO Nº 120/2024	W.SS CONSTRUTORA LTDA	50.220.501/0001-51	15/2025	14/07/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTO AMBULATORIAL DE SAÚDE- UBS PADRÃO ALVENARIA- TIPO II, CONFOME RESOLUÇÃO SES/MG 9241/2023.	3-CONCORRÊNCIA	PERÍODO	17/07/2026	14/09/2026	--
CONTRATO Nº 130/2025	COOPERATIVA DE CATADORES E SEPARADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CALDAS	59.433.046/0001-47	03/2026	17/07/2026	CONTRATAÇÃO DIRETA DA COOPERATIVA DE CATADORES E SEPARADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CALDAS/MG PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA PORTA A PORTA, TRIAGEM, ACONDICIONAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS DO MUNICÍPIO DE CALDAS/MG.	92-DISPENSA	PERÍODO	19/07/2026	30/09/2026	--
CONTRATO Nº 116/2024	MAURICIO FARIA FRANCOSO 25604059897	18.631.050/0001-32	02/2026	17/07/2026	CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, ELETRICISTA, PINTOR, SERVENTE DE PEDREIRO, JARDINEIRO, MARCENEIRO, ENCANADOR, CALHEIRO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DE CALDAS/MG.	16-INEXIGIBILIDADE-CREDENCIAMENTO	PERÍODO	21/07/2026	20/07/2026	--
CONTRATO Nº 90/2026	R.P CONSTRUBASE MOGI GUAÇU LTDA	19.507.426/0001-64	01/2026	14/07/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, INCLUINDO DRENAGEM PLUVIAL, GUIAS E SARJETAS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CALDAS, CONFORME MEMORIAL	5-CONCORRÊNCIA	QUANTIDADE+ QUALITATIVO	14/07/2026	12/10/2026	R$65.153,27

					DESCRITIVO E PROJETOS TÉCNICOS.					
CONTRATO Nº 133/2025	AGÊNCIA MINEIRA DE ENTRETENIMENTO EIRELI	11.748.198/0001-02	01/2026	20/07/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA, ASSESSORIA E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE GESTÃO, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE CALDAS/MG, ANO BASE 2025, EXERCÍCIO 2027, DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS DA LEI Nº 18.030 DE 12 DE JANEIRO DE 2009, DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CONEP E PROCEDIMENTOS TÉCNICOS E METODOLÓGICOS DO IEPHA-MG.	86-DISPENSA	PERÍODO	23/07/2026	23/07/2027	--
CONTRATO Nº 48/2023	REDE TUPINIQUIM DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME	09.634.042/0001-59	15/2026	16/07/2026	AQUISIÇÃO DE SREVIÇOS DE ACESSO CONTÍNUO À INTERNET PARA ATENDER À DEMANDA DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS, POR MEIO DA TECNOLOGIA COM FIBRAS OPTICAS E DEMAIS ÓRGÃOS E SECRETARIAS EM SEUS DISTRITOS COM MODALIDADE LINK IP COMPARTILHADO.	26-PREGÃO	QUALITATIVO	16/07/2026	25/05/2027	R$1.309,00
CONTRATO Nº 160/2025	R.P CONSTRUBASE MOGI GUAÇU LTDA	19.507.426/0001-64	06/2026	22/07/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO PARA A VIA DE ACESSO PRINCIPAL AO DISTRITO DE SÃO PEDRO, CONFORME CONVÊNIO FEDERAL Nº 949264/2023 DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	3-CONCORRÊNCIA	PERÍODO	24/07/2026	23/08/2026	--
CONTRATO Nº 189/2025	DAVI HENRIQUE DA FONSECA 1245717621	43.455.020/0001-60	02/2026	13/07/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CALDAS/MG, CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO.	34-PREGÃO	REEQUILIBRIO	13/07/2026	31/12/2026	R$17.730,39
CONTRATO Nº 200/2025	LF TRANSPORTE E MÁQUINAS LTDA	62.338.372/0001-80	02/2026	20/07/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS, INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA A REALIZAÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CALDAS/MG, CONFORME QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO.	34-PREGÃO	REEQUILIBRIO	20/07/2026	31/12/2026	R$22.113,00
CONTRATO Nº 156/2023	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	61.198.164/0001-60	15/2026	28/07/2026	CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL (ACIDENTES, INCÊNDIO, FURTO E ROUBO) PARA VEÍCULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS, DANOS PESSOAIS, DANOS MORAIS, APP INVALIDEZ PERMANENTE, APP POR MORTE, ASSISTÊNCIA 24H DE SEGURO TOTAL.	65-PREGÃO	QUALITATIVO	28/07/2026	16/11/2026	R$2.245,77
CONTRATO Nº 230/2021	CALDAS LOCAÇÕES E EVENTOS LTDA-ME	08.332.667/0001-01	30/2026	29/07/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO, MONTAGEM, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EM EVENTOS FESTIVOS, INSTITUCIONAIS E COMEMORATIVOS DO MUNICÍPIO.	42-PREGÃO	QUANTIDADE	29/07/2026	10/12/2026	R$21.082,23
CONTRATO Nº 134/2025	ACRESCENTA. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO LTDA	32.782.066/0001-77	03/2026	22/07/2026	IMPLANTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS VISANDO O PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO, EM ESPECIAL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO WEB, DESIGN, BRANDING, FOTO E VÍDEO, EM ESPECIAL PARA ATENDERA LEI DA TRANSPARÊNCIA.	26-PREGÃO	PERÍODO	24/07/2026	24/07/2027	--
CONTRATO Nº 135/2025	AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA	48.141.512/0001-02	01/2026	22/07/2026	IMPLANTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS VISANDO O PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO, EM ESPECIAL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO WEB, DESIGN, BRANDING, FOTO E VÍDEO, EM ESPECIAL PARA ATENDERA LEI DA TRANSPARÊNCIA.	26-PREGÃO	PERÍODO	24/07/2026	24/07/2027	--
CONTRATO Nº 136/2025	D.C. DE S. KUGLER	15.194.625/0001-09	01/2026	22/07/2026	IMPLANTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS VISANDO O PLANEJAMENTO DE COMUNICAÇÃO, EM ESPECIAL SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO WEB, DESIGN, BRANDING, FOTO E VÍDEO, EM ESPECIAL PARA ATENDERA LEI DA TRANSPARÊNCIA.	26-PREGÃO	PERÍODO	24/07/2026	24/07/2027	--
CONTRATO Nº 119/2024	MONTEIRO E MONTEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS	35.642.612/0001-90	02/2026	22/07/2026	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, VISANDO O REPASSE INTEGRAL DO FUNDEB- FUNDO DE	12-INEXIGIBILIDADE	PERÍODO	25/07/2026	25/07/2027	--

					MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO QU DEIXARAM DE SER REPASSADOS AO MUNICÍPIO EM FACE DA ILEGAL FIXAÇÃO DO VALOR NACIONAL E AINDA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE REPASSES AO FPM- FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS- QUE FORAM DIMINUÍDOS PELA UNIÃO DE FORMA ILEGAL.					
CONTRATO Nº 138/2025	SILVANA PATRICIO PEREIRA	701.870.886-91	03/2026	23/07/2026	CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFISSIONAIS CUIDADORAS DOMICILIARES, DE FORMA DIRETA, PA PARESTAÇÃO DE CUIDADOS ESPECIALIZADOS A MENOR, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL E REQUISIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.	93-DISPENSA	PERÍODO	25/07/2026	30/09/2026	--
CONTRATO Nº 141/2025	61.990.335- BEATRIZ FONSECA DE CARVALHO	61.990.335/0001-99	01/2026	31/07/2026	CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO, ACOLHIMENTO E DIRECIONAMENTO AOS TURISTAS E POPULAÇÃO NO CENTRO DE INFORMAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE CALDAS.	8-INEXIGIBILIDADE-CREDENCIAMENTO	PERÍODO	02/08/2026	02/08/2027	--
CONTRATO Nº 174/2025	PEDRO CESAR FREITAS DE TOLEDO PIZA 038931175601	36.291.399/0001-54	05/2026	15/07/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENO, CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS NO MUNICÍPIO DE CALDAS/MG, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE POSTES METÁLICOS.	147-DISPENSA	PERÍODO	17/07/2026	24/08/2026	--

Publicado por:
Hendy Lince Fonseca de Souza
Código Identificador:44F5DE43

